

GEL
GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

ESTUDOS LINGUÍSTICOS
v. 43 n. 1

DESCRIÇÃO E ANÁLISE LINGUÍSTICA

ESTUDOS LINGUÍSTICOS, São Paulo, 43 (1): p. 1-609, jan-abr 2014

REVISTA ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO GEL
Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem
Rua Sérgio Buarque de Hollanda, 571
CEP 13083-859 - Cidade Universitária
Barão Geraldo - Campinas - SP
<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/estudoslinguisticos@gel.org.br>

Comissão Editorial

Claudia Zavaglia
Gladis Massini-Cagliari
Juanito Ornelas de Avelar
Manoel Mourivaldo Santiago Almeida
Marco Antônio Domingues Sant'Anna
Maximina M. Freire
Olga Ferreira Coelho
Oto Araujo Vale
Vandersí S. Ana Castro
Vanice Maria Oliveira Sargentini

Editor responsável

Marcelo Módolo

Revisão e normatização

Adélia Maria Mariano da S. Ferreira
Camila Maria Camargo de Oliveira
Daniel Peres de Oliveira
Júlia Nejelschi
Luciano Vieira Cardoso
Maria de Fátima de Almeida Baia
Rhamyra Toledo Peixoto

Revisão de língua estrangeira

Cláudia Schilling (espanhol)
Maria de Fátima de Almeida Baia (inglês)
Raphael Maureau (francês)
Walter T. Sano (inglês)
Viamundi Idioma e Traduções Ltda. (inglês, francês e espanhol)

Diagramação

Editora Paulistana

Conselho Editorial

Aldir Santos de Paula (UFAL), Alessandra Del Re (UNESP), Alvaro Luiz Hattner (UNESP), Ana Ruth Moresco Miranda (UFPEL), Angel H. Corbera Mori (UNICAMP), Angélica Rodrigues (UFU), Anna Flora Brunelli (UNESP), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), Ataliba Teixeira de Castilho (UNICAMP), Carola Rapp (UFBA), Claudia Regina Castellanos Pfeiffer (UNICAMP), Claudio Aquati (UNESP), Cláudia Nívia Roncarati de Souza (UFF), Cleudemar Alves Fernandes (UFU), Cristiane Carneiro Capristano (UEM), Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP), Cristina dos Santos Carvalho (UNEB), Edvania Gomes da Silva (UESB), Edwiges Maria Morato (UNICAMP), Erica Reviglio Iliovitz (UFRPE), Erotilde Goreti Pezatti (UNESP), Fabiana Cristina Komesu (UNESP), Fernanda Mussalim (UFU), Francisco Alves Filho (UFPI), Gladis Maria de Barcellos Almeida (UFSCAR), Gladis Massini-Cagliari (UNESP), Ivã Carlos Lopes (USP), João Bôscio Cabral dos Santos (UFU), Júlio César Rosa de Araújo (UFC), Leda Verdiani Tfouni (USP), Lígia Negri (UFPR), Luciani Ester Tenani (UNESP), Luiz Carlos Cagliari (UNESP), Maria da Conceição Fonseca Silva (UESB), Maria Helena de Moura Neves (UNESP/UPM), Maria Margarida Martins Salomão (UFJF), Marisa Corrêa Silva (UEM), Marize Mattos Dall Aglio Hattner (UNESP), Mauricio Mendonça Cardozo (UFPR), Márcia Maria Cançado Lima (UFMG), Mário Eduardo Viaro (USP), Mirian Hisae Yaegashi Zappone (UEM), Mônica Magalhães Cavalcante (UFC), Neusa Salim Miranda (UFJF), Norma Discini (USP), Pedro Luis Navarro Barbosa (UEM), Raquel Salek Fiad (UNICAMP), Renata Ciampone Mancini (UFF), Renata Coelho Marchezan (UNESP), Roberta Pires de Oliveira (UFSC), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Ronaldo Teixeira Martins (UNIVAS), Rosane de Andrade Berlinck (UNESP), Sanderléia Roberta Longhin Thomazi (UNESP), Sandra Denise Gasparini Bastos (UNESP), Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP), Seung Hwa Lee (UFMG), Sheila Elias de Oliveira (UNICENTRO), Sonia Maria Lazzarini Cyrino (UNICAMP), Vânia Cristina Casseb Galvão (UFG), Vânia Maria Lescano Guerra (UFMS)

Publicação quadrimestral

Estudos Lingüísticos / Organizado pelo Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo v. 1 (1978). Campinas, SP: [s.n.], 1978

Publicada em meio eletrônico (CDROM) a partir de 2001.

Publicada em meio eletrônico (<http://www.gel.org.br/>) a partir de 2005.

Quadrimestral

ISSN 14130939

1. Linguística. 2. Linguística Aplicada 3. Literatura I. Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo.

Reconhecimento

O presente volume da Revista *Estudos Linguísticos* contou com a colaboração dos pareceristas abaixo listados. Alguns são membros do Conselho Editorial e os demais atuaram como pareceristas *ad hoc*. A Comissão Editorial agradece o empenho de todos no sentido de tornar melhor nossa publicação.

Adail Ubirajara Sobral, Adriana Zavaglia, Adriane Teresinha Sartori, Alcides Cardoso dos Santos, Aldir Santos de Paula, Alessandra Del Re, Alvaro Luiz Hattnher, Ana Maria Costa de Araujo Lima, Angel H. Corbera Mori, Anna Flora Brunelli, Aparecida Negri Isquerdo, Ariani Di Felippo, Ataliba Teixeira de Castilho, Augusto Buchweitz, Beatriz Protti Christino, Carla Alexandra Ferreira, Carlos Alexandre V. Gonçalves, Carlos Piovezani, Carmi Ferraz Santos, Carola Rapp, Cilaine Alves Cunha, Claudia Maria Xatara, Claudia Regina Castellanos Pfeiffer, Claudia Zavaglia, Claudio Aquati, Cláudia Regina Brescancini, Cleudemar Alves Fernandes, Cloris Porto Torquato, Cristiane Carneiro Capristano, Cristina dos Santos Carvalho, Cristine Gorski Severo, Dilson Ferreira da Cruz Júnior, Dirceu Cleber Conde, Eduardo Penhavel, Edvaldo A. Bergamo, Edvania Gomes da Silva, Edwiges Maria Morato, Elaine Cristina Cintra, Elaine Cristina de Oliveira, Elias Alves de Andrade, Elizabeth Harkot-De-La-Taille, Elzimar Goettenauer de Marins Costa, Emerson de Pietri, Erica Lima, Erica Reviglio Iliovitz, Erotilde Goreti Pezatti, Ester Mirian Scarpa, Fabiana Cristina Komesu, Fabio Akcelrud Durão, Fábio César Montanheiro, Fernanda Correa Silveira Galli, Flaviane Romani Fernandes Svartman, Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale, Francisco Alves Filho, Frantome Bezerra Pacheco, Giovana Ferreira Gonçalves, Gisela Collischonn, Gisele Cássia de Sousa, Gladis Maria de Barcellos Almeida, Gladis Massini-Cagliari, Gláucia Vieira Cândido, Graziela Zanin Kronka, Isadora Valencise Gregolin, Ivã Carlos Lopes, João Bôscio Cabral dos Santos, José Borges Neto, José Sueli de Magalhães, Juliano Desiderato Antonio, Júlio César Rosa de Araújo, Larissa Cristina Berti, Lauro José Siqueira Baldini, Lilian Cristine Scherer, Lígia Negri, Lucia Rottava, Luciana Pereira da Silva, Luciana Salazar Salgado, Luciane Correa Ferreira, Luciani Ester Tenani, Luiz Carlos Cagliari, Luiz Carlos da Silva Schwindt, Luzia Aparecida Oliva dos Santos, Luzmara Curcino Ferreira, Marcello Modesto dos Santos, Marcelo Módolo, Maria Aparecida Lino Pauliukonis, Maria Célia Cortez Passetti, Maria Cristina de Moraes Taffarello, Maria da Conceição Fonseca-Silva, Maria Eduarda Giering, Maria Ester Vieira de Sousa, Maria José Bocorny Finatto, Maria José Cardoso Lemos, Maria Margarida Martins Salomão, Mariângela de Araújo, Marilia Blundi Onofre, Mario Luiz Frungillo, Marisa Corrêa Silva, Marize Mattos Dall'Aglio Hattnher, Mauricio Mendonça Cardozo, Mayumi Denise Senoi Ilari, Márcia Maria Caçado Lima, Monica Filomena Caron, Mônica Veloso Borges, Nelson Viana, Norma Discini, Pedro Luis Navarro Barbosa, Raquel Meister Ko Freitag, Raquel Salek Fiad, Renata Coelho Marchezan, Roberta Pires de Oliveira, Roberto Gomes Camacho, Roberto Leiser Baronas, Ronald Taveira da Cruz, Ronaldo Teixeira Martins, Rosana do Carmo Novaes Pinto, Rosana Mara Koerner, Rosane de Andrade Berlinck, Rosane Rocha Pessoa, Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi, Sandra Denise Gasparini Bastos, Sebastião Carlos Leite Gonçalves, Sebastião Elias Milani, Sheila Elias de Oliveira, Simone Azevedo Floripi, Sonia Maria Lazzarini Cyrino, Soraya Maria Romano Pacífico, Sônia Bastos Borba Costa, Taísa Peres de Oliveira, Tony Berber Sardinha, Valéria Faria Cardoso, Vanice Maria Oliveira Sargentini, Vânia Cristina Casseb Galvão, Vânia Maria Lescano Guerra, Wilmar da Rocha D'Angelis, Wilton José Marques.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
FONÉTICA	
A manifestação da emoção na fala: estudo perceptual com falantes nativos e não nativos <i>Daniel Oliveira Peres</i>	10
Efeitos da entoação e da duração na análise automática das manifestações emocionais <i>Waldemar Ferreira Netto, Marcus Vinícius Moreira Martins e Maressa de Freitas Vieira</i>	22
FONOLOGIA	
As vogais médias pretônicas no noroeste paulista: comparação com outras variedades do Português Brasileiro <i>Márcia Cristina do Carmo</i>	33
O padrão entoacional neutro do português de Guiné-Bissau: uma comparação preliminar com o português brasileiro <i>Vinícius Gonçalves dos Santos e Flaviane Romani Fernandes Svartman</i>	48
GRAMÁTICA FUNCIONAL	
Os moldes de conteúdo na oração relativa <i>Aliana Lopes Câmara</i>	64
Causa e condição: uma interpretação morfossintática e discursiva <i>Ana Paula Cavaguti e Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale</i>	75
Construção <i>ter que</i> + infinitivo: modalidade e propriedades gramaticais do verbo <i>ter</i> <i>Elzimar de Castro Monteiro de Barros e Maria da Conceição de Paiva</i>	91
Subordinação discursiva no português: a função interacional transição <i>Joceli Catarina Stassi Sé</i>	103
Multifuncionalidade de <i>ainda</i> no português brasileiro à luz da Gramática Discursivo-Funcional <i>Michel Gustavo Fontes</i>	117

O verbo modal <i>poder</i> no espanhol peninsular falado: um estudo de diferentes modalidades <i>Natália Rinaldi</i>	133
Orações concessivas introduzidas por <i>embora</i> : uma análise Discursivo-Funcional <i>Talita Storti Garcia</i>	145
HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA	
O papel dos gramáticos: observações a partir de Júlio Ribeiro e suas <i>Cartas Sertanejas</i> <i>Hélcio Batista Pereira</i>	161
A pluralidade linguística na Antiguidade Tardia e seus efeitos na Gramática Antiga <i>Luana de Conto</i>	172
A grafia usada nos livros didáticos oitocentistas: representação pseudoetimológica ou etimologizante? <i>Monalisa dos Reis Aguiar</i>	188
LEXICOGRAFIA E LEXICOLOGIA	
Escolha dos nomes de pessoas pelos pioneiros de Palotina-PR <i>Jéssica Paula Vescovi</i>	201
Nome próprio e identidade em Marechal Cândido Rondon <i>Márcia Sipavicius Seide</i>	212
A expressividade do sufixo “-inho” na obra <i>Vidas secas</i> <i>Maria da Graça de Souza</i>	226
O uso da língua inglesa em contexto comercial do Português Brasileiro: questões de identidade cultural <i>Natália Cristine Prado</i>	237
LÍNGUAS INDÍGENAS E AFRICANAS	
A modificação de grau de adjetivos em Karitiana <i>Luciana Sanchez-Mendes</i>	251
Alomorfia condicionada pela estrutura silábica em Kanamari (família Katukina) <i>Priscila Hanako Ishy</i>	262
Construções simples e complexas nas reduplicações lexicais de um grupo de línguas pano: uma breve caracterização de sua iconicidade derivacional <i>Raphael Augusto Oliveira Barbosa</i>	272

LINGUÍSTICA DE CORPUS

- A coleta de *corpus* de aprendizes: questões qualitativas em uma pesquisa sobre a escrita de aprendizes de língua espanhola
Celso Fernando Rocha 286
- Predicados apropriados e Linguística de corpus: “peneirando” equivalentes do francês para português
Renata Maria Odorissio 298

LINGUÍSTICA HISTÓRICA

- Saussure entre o geral e o particular: o caso do lituano
Eliane Mara Silveira e Michelle Landim Brazão 309
- Análise das formas verbais imperativas nas *Cantigas de Santa Maria*
Gisela Sequini Favaro 319
- As vogais pretônicas do português antigo a partir da variação gráfica no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende
Juliana Simões Fonte 333
- Língua, linguagem e fala na “Teoria do Valor” de Ferdinand de Saussure
Micaela Pafume Coelho e Thayanne Raísa Silva e Lima 347
- A importância do documento judicial para o estudo linguístico histórico
Nathalia Reis Fernandes 358
- Os advérbios em *-mente* no Português Arcaico: um estudo do estatuto prosódico dessas formas
Thais Holanda de Abreu 368

MORFOLOGIA

- Metonímia e metáfora em construções lexicais no português do Brasil
Margarida Basílio 382
- The non-compositional domain: diminutives and augmentatives in Brazilian Portuguese
Paula Roberta Gabbai Armelin 395
- Derivando a estrutura dos compostos V-N
Vitor Augusto Nóbrega 411

SEMÂNTICA

- Deslocamento de indefinidos no português brasileiro: tópico ou foco na estrutura informacional?
Fernanda Rosa da Silva 427

O refinamento da construção do sentido: um estudo das expressões de espaço e movimento <i>Paulo Henrique Duque</i>	441
Por uma identidade enunciativa do lugar de adjunto adverbial <i>Priscila Brasil Gonçalves Lacerda</i>	451
A criatividade na construção da temporalidade <i>Stéfano Grizzo Onofre e Marília Blundi Onofre</i>	465
SINTAXE	
Concordância em construções copulares do português brasileiro <i>Patrícia de Araújo Rodrigues e Maria José Foltran</i>	477
SOCIOLINGUISTICA E DIALETOLOGIA	
Entre falares de fronteira do Paraná: preconceito ou aceitação? <i>Any Lamb Fenner e Clarice Cristina Corbari</i>	489
Designações de Acidentes Geográficos e elementos hídricos no Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário-MS: algumas reflexões <i>Beatriz Aparecida Alencar</i>	500
A variação entre ter e haver em construções existenciais na fala e na escrita da variedade riopretense: uma análise dos grupos de fatores relevantes <i>Carolina Sartori de Oliveira</i>	515
A variação de preposições e os fatores linguísticos: analisando a natureza semântica do predicador e de seus complementos em cartas de leitoras brasileiras e portuguesas <i>Letícia Cordeiro de Oliveira Bueno</i>	529
O léxico rural no Brasil Central: designações para "bruaca" <i>Luciene Gomes Freitas-Marins</i>	545
Do não padrão ao padrão: prática de análise contrastiva na sala de aula <i>Monique Débora Alves de Oliveira</i>	561
Padrões de variação lexical na região Sul a partir dos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil <i>Valter Pereira Romano e Vanderci de Andrade Aguilera</i>	575

TERMINOLOGIA

Os termos fundamentais das feiras de negócios:
busca de equivalentes em língua inglesa

*Ariane Dutra Fante Godoy e
Maurizio Babini* 588

Reflexões sobre dicionário terminológico bilíngue
para tradutores juramentados

Letícia Bonora Teles 598

Apresentação do vol. 43 (2014)

A presente edição da Revista Estudos Linguísticos consolida formulação proposta nos volumes precedentes, assegurando assim a continuidade do projeto de uma Revista ampla com grande qualidade de seus artigos. Para o presente volume, foram submetidos 165 artigos, dos quais 110 tiveram sua publicação aprovada pelos pareceristas. Todos os artigos são provenientes de comunicações apresentadas durante o 61º Seminário do GEL (2013), realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Além disso, são publicados quatro artigos originados de conferências e intervenções em mesas redondas daquela edição do Seminário do GEL, completando assim um total de 114 trabalhos. Os artigos estão distribuídos nos três números que compõem o presente volume, que correspondem aos três eixos temáticos definidos nos volumes precedentes, a saber, “Descrição e Análise Linguística”; “Linguística: Interfaces” e “Análise do Texto e do Discurso”. A Comissão Editorial gostaria de manifestar seu agradecimento aos autores e aos pareceristas, que contribuíram para que esta publicação fosse possível. Nesse sentido, uma página de reconhecimento aos nossos pareceristas tem sido publicada, nomeando todos os que doaram seu tempo e esforço para que a avaliação dos artigos do presente volume fosse a mais criteriosa possível. Os trabalhos publicados refletem a grande diversidade das pesquisas produzidas nos domínios da linguagem, não somente no Estado de São Paulo, como em todo o território brasileiro.

Marcelo Módolo
Presidente da Comissão Editorial

A manifestação da emoção na fala: estudo perceptual com falantes nativos e não nativos

(Emotional speech: perceptual study with native and non-native speakers)

Daniel Oliveira Peres¹

¹Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)

danielperes@usp.br

Abstract: This pilot study aims to analyse the expression of emotion in speech by conducting an analysis of production and perception focusing on the debate about the universality of emotional expression in humans, started by the pioneering work of Darwin (1872). The production analysis was based on the evaluation of 8 acoustic parameters: 5 parameters involving intonation and 3 parameters dealing with voice quality. For the analysis, 32 Brazilian Portuguese excerpts were selected and equally divided into anger, fear, joy and sadness. As expected, the degree of agreement between Brazilian subjects was fair to good – $K = 0.73$, $p \sim 0$. In the case of English subjects, the agreement was poor – $K = 0.35$, $p \sim 0$ (FLEISS et al., 2003). The results of one-way ANOVA showed a significant difference between the judgments of emotions. The differences between the means (Tukey HSD) seem to hint at the participants' mistakes.

Keywords: Phonetics; speech perception; emotional speech.

Resumo: Este estudo piloto tem como objetivo analisar a expressão da emoção na fala por meio de análise de produção e percepção, focalizando o debate sobre a universalidade da expressão das emoções nos humanos, iniciado pelo trabalho pioneiro de Darwin (1872). A análise de produção foi baseada em 8 parâmetros acústicos: 5 parâmetros entoacionais e 3 de qualidade vocal. Para a análise, 32 excertos do português brasileiro foram selecionados e divididos igualmente entre raiva, medo, alegria e tristeza. Como esperado, o grau de concordância entre os brasileiros foi de razoável a bom $K = 0.73$, $p \sim 0$, enquanto os ingleses tiveram um desempenho inferior $K = 0.35$, $p \sim 0$ (FLEISS et al., 2003). Os resultados da ANOVA de um fator mostraram uma diferença significativa entre os julgamentos das emoções. A diferença entre as médias (Tukey HSD) parece ser um indício que reflete os erros dos participantes.

Palavras-chave: Fonética; percepção de fala; fala emotiva.

Introdução

Uma das questões centrais que envolvem os estudos de fala expressiva ou emotiva é o papel que a língua e a cultura¹ desempenham na categorização e na percepção das emoções. Da mesma forma, a busca de características universais na manifestação e percepção das emoções é um fator importante para os estudos na área da ciência afetiva.

Darwin (1965[1872]) argumenta que a manifestação das emoções e o seu reconhecimento fazem parte de uma herança biológica, que pode ser explicada por meio de

¹ Sabendo-se que a definição do termo “cultura” pode variar consideravelmente, neste estudo, o termo cultura será entendido, segundo Tylor (1871), como sendo um “*complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society*” (TYLOR, 1871, p. 1).

três princípios: *princípio dos hábitos associados úteis*, *princípio da antítese* e *princípio das ações diretas do sistema nervoso*. Esses princípios são válidos para os animais, dentre eles os humanos, e independentes de regiões, línguas e sociedades.

Seguindo uma abordagem social das emoções, Russel (1991) afirma que a divisão do mundo em categorias é uma característica humana que é estendida à categorização que cada língua faz das emoções. O que está em questão, nesse tipo de abordagem, não é qual emoção está representada em determinada língua, mas como os falantes de uma mesma língua a percebem.

A partir desses dois tipos de abordagem, este estudo objetiva analisar a percepção da fala emotiva por falantes nativos e não nativos, tentando encontrar pistas acústicas no esforço vocal dispensado para a produção da fala e nas características entoacionais que possam explicar os julgamentos dados pelos participantes. Para tal, trechos de fala espontânea emotiva em português brasileiro foram apresentados a falantes nativos do português e do inglês.

A hipótese que norteia este estudo é:

- As emoções podem ser julgadas por falantes não nativos de maneira semelhante ao julgamento feito pelos falantes nativos.

Questionamentos decorrentes da hipótese:

- Caso seja confirmada a hipótese, quais os fatores que podem explicar o seu resultado?
- Caso seja refutada, quais os caminhos para futuros refinamentos no desenho experimental e na análise dos dados?

Este estudo está dividido em: Emoção – delimitação e abordagens; Por que fala espontânea?; Estudos sobre emoção entre línguas distintas; Metodologia; Resultados e Considerações finais.

Emoção – delimitação e abordagens

Embora as emoções sejam quase sempre imediatamente reconhecidas quando externadas pelos falantes, a delimitação delas não é simples. O número de palavras utilizadas pelas línguas para nomear emoções, sentimentos e atitudes é um bom exemplo das diferenças existentes, variando consideravelmente entre as línguas (WALLACE; CARSON, 1973; HOEKSTRA, 1986; BOUCHER, 1979; LUTZ, 1980; HOWELL, 1981 apud RUSSEL, 1991). O quadro abaixo demonstra quão variável é essa delimitação:

Quadro 1. Número de termos relacionados às emoções em diferentes línguas (adaptado de Russel (1991))

Língua	Número de palavras para emoções	Pesquisadores
Inglês	Mais de 2000	Wallace e Carson (1973)
Holandês	1501	Hoekstra (1986)
Chinês (Taiwan)	750	Boucher (1979)
Malaio	230	Boucher (1979)
Ifalukian ²	58	Lutz (1980)
Chewong ³	7	Howell (1981)

Além disso, o próprio conceito de emoção, embora tido como universal no estudo de Brandt e Boucher (1986), pode não ter um termo correlato válido universalmente.

Do ponto de vista psicológico, as emoções podem ser entendidas como estados ou como processos. No primeiro caso, são tipos de estados mentais que interagem entre si e desencadeiam certos comportamentos e expressões. No segundo caso, a emoção é um processo que se inicia no momento da percepção do estímulo (externo ou interno) até a resposta corporal correlata, e.g., aceleração do pulso cardíaco, aumento da pressão arterial, sudorese etc. Como exemplo, Cosmides e Tooby (2000) citam o medo provocado nos hominídeos por estarem sozinhos durante a noite, correndo o risco de ataque de predadores.

As abordagens teóricas da emoção podem ser divididas em evolutivas, sociais e processos emocionais. Neste estudo, como dito acima, será feito um breve esboço das duas primeiras – evolutivas e sociais –, pois estão relacionadas diretamente aos objetivos deste trabalho.

As teorias evolutivas tratam da maneira como as emoções foram herdadas pelos humanos, podendo ter sido selecionadas nos hominídeos. Essa questão remonta ao trabalho pioneiro de Darwin (1965[1872]), que enumera uma série de traços da expressão emotiva nos homens e nos animais. As emoções, segundo Darwin, podem ser explicadas por meio de três princípios, a saber: i) princípio dos hábitos associados úteis – ações despertadas no organismo que tiveram alguma utilidade em estados de espírito distintos no passado e que, ao menor sinal desses estados no presente, há uma tendência em repeti-las por associação e hábito, mesmo que não tenham função aparente; ii) princípio da antítese – quando um estado de espírito contrário é induzido, há tendência involuntária para a execução de movimentos opostos, mesmo que não nunca tenham sido úteis, e.g. a docilidade dos cães; iii) princípio das ações diretas do sistema nervoso – ações reconhecidas como indicadoras de certos estados de espírito são diretamente atribuídas à constituição do sistema nervoso, desde o início independentes do hábito e da vontade. Com esses princípios postos, Darwin explica como as emoções foram herdadas por sucessivas gerações, sem atentar para o fator linguístico e cultural, por serem esses estágios mais tardios do ponto de vista evolutivo.

Para James (1890)⁴, a emoção é a percepção de diferentes mudanças corporais que denotam um estado emotivo. Assim, as emoções são resultado da percepção das reações

2 Língua falada na ilha de Ifaluk. O termo não foi traduzido.

3 Língua falada na península da Malásia.

4 Embora de maneira independente, Carl Lange (1912 [1885]), em sua teoria, também partiu do mesmo pressuposto de James (1890), ou seja, de que o corpo é desencadeador de emoções. Por essa razão, esse tipo de abordagem ficou conhecido como *James-Lange Theory of Emotion*.

fisiológicas e comportamentais desencadeadas no corpo por determinado evento externo ou interno. Assim como Darwin, essa abordagem leva em consideração a função preservadora da espécie, mas propõe uma ordem inversa na manifestação das emoções. Para James o corpo desencadeia as emoções; para Darwin, o corpo é o lugar onde as emoções são manifestadas.

No outro extremo, estão as teorias que explicam as emoções como construções sociais, ou seja, um produto de culturas distintas e apreendidas pelos integrantes de cada sociedade por meio da experiência. Dentre as justificativas, a discrepância entre os nomes dados às emoções em diferentes línguas parece apontar para uma visão social e local das emoções. Além disso, a manifestação das emoções ocorre, em grande número, em contextos sociais, provocadas por outras pessoas em relações sociais distintas. Russel (1991) conclui que:

[...] people of different cultures and speaking different languages categorize the emotions somewhat differently. The boundaries around the domain appear to vary, as do divisions within the domain. Thus, neither the word emotion nor words for even alleged basic emotions, such as anger and sadness are universal. (RUSSEL, 1991, p. 444)

Outra característica desse tipo de abordagem é a assunção de que as emoções e suas expressões decorrem de valores, expectativas e normas sociais. Averill (2013) define algumas regras da manifestação da raiva, dentre elas a proporcionalidade da reação a um estímulo, ou seja, a reação não pode exceder o necessário para corrigir a situação.

No entanto, para tratar da percepção da emoção por falantes nativos e não nativos é necessária uma abordagem que não se fixe somente em um dos extremos, social ou evolutivo, mas que trate das duas faces do problema.

Com vistas a tratar da fala emotiva considerando esses dois extremos, social e evolutivo, Scherer (2006) propõe uma abordagem baseada nos efeitos *push* e *pull*.⁵ O ganho desse tipo de análise é abarcar não somente o que é geral/universal na fala emotiva, mas também tratar das características linguísticas locais responsáveis pela variação que essas manifestações apresentam em diferentes línguas. O efeito *push* é entendido como a influência da ativação psicofisiológica, ligada fortemente à fala emotiva; ao passo que o efeito *pull* é atribuído às normas culturais de expressão, ligadas à pragmática⁶ da língua. Essa distinção implica que o efeito *push*, marcas biológicas, é diretamente exteriorizado na expressão motora, conseqüentemente, na produção da fala; ao passo que o efeito *pull* é baseado em modelos socioculturais que são apreendidos pelos membros de cada sociedade. Com relação às diferenças entre as culturas, é esperado que haja poucas diferenças entre as culturas quando se trata do efeito *push*, e muitas diferenças quando se trata do efeito *pull*.

Para a análise, Scherer (2006) propõe os princípios de covariação e configuração. O princípio da covariação assume uma relação contínua, mas não necessariamente linear, entre o aspecto emocional e a variação acústica. Por exemplo, a frequência fundamental (F0), qualidade de voz e energia das vocalizações assinalam as expressões de medo, raiva, alegria etc. Esse princípio é definido como mais antigo com relação à evolução da linguagem.

5 Optou-se pelo termo em inglês.

6 O termo pragmática em Scherer (2006) não corresponde exatamente ao nível de análise estudado pela linguística, pois é tomado de maneira geral, indicando características gramaticais amplas da língua.

O princípio de configuração determina que o significado específico transmitido por um enunciado é inferido pelo ouvinte a partir da configuração prosódica como um todo e das escolhas linguísticas. Esse princípio parece determinar as características pragmáticas da fala, como ênfase e tipos de sentenças (SCHERER, 2006, p. 13-14). É um princípio mais recente do ponto de vista evolutivo, mais ligado à emergência da linguagem humana.

Assim, pode-se associar as variáveis contínuas com o efeito push, ligado à exteriorização de estados emocionais, enquanto a configuração de categorias pragmáticas da fala são melhor ligadas ao efeito pull, ligado aos contornos entoacionais e demais tipos de padrões encontrados nas línguas naturais.

Por que fala espontânea?

A maioria dos estudos que tratam da fala expressiva faz uso de sentenças com fala teatral ou outros tipos de elicitación (SKINNER, 1935; COSTANZO; MERKEL; COSTANZO, 1969; WALLBOTT; SCHERER; 1986; SCHERER, 2000; SCHERER; BANSE; WALLBOTT, 2001). No português brasileiro, estudos com fala elicitada foram conduzidos por Colamarco e Moraes (2008) e Vassoler e Martins (2013).

A favor da fala teatral ou elicitada, o controle dos estímulos em sentenças idênticas, pronunciadas nas mais variadas emoções, permite ao experimentador um maior controle das variáveis. Scherer (1981) aponta os problemas encontrados em gravações de fala espontânea, sem intervenção direta do experimentador, afirmando que “naturally recorded emotions are by definition singular cases, both in terms of speaker identity, situation context, and verbal content of utterance” (SCHERER, 1981, p. 204). Com essas características da fala espontânea, fica difícil a separação de quais variáveis estão de fato agindo para configurar a fala expressiva, configurando um problema quanto à ortogonalidade do experimento.

Por outro lado, Roberts (2011) demonstra que a fala teatral pode ser fortemente impregnada de estereótipos, o que pode causar diferenças na produção e, conseqüentemente, na percepção dos estímulos. Scherer (1981) também alerta para esse problema, apontando para o uso equivocado de emoções discretas para o julgamento de estímulos com fala teatral. Nesse último caso, poderá haver uma dupla influência nos resultados, partindo dos estímulos estereotipados e da utilização de rótulos estanques para o reconhecimento das emoções.

A fala espontânea sem a influência do experimentador parece ser a melhor escolha para os estímulos, mesmo que a variabilidade, os contextos de produção e as características pessoais mudem caso a caso. Essas influências podem ser contornadas por meio de técnicas de delexicalização e normalização, por exemplo. É preferível intervir nos estímulos espontâneos para diminuir a sua variabilidade a analisar um estímulo com fala teatral que pode, em alguns casos, ser equivocado desde o momento de sua gravação.

Estudos sobre emoção entre línguas distintas

Para este trabalho, dois estudos foram tomados como referência, a saber, Scherer (2000) e Scherer, Banse e Wallbott (2001). Ambos os estudos trabalharam com fala não

espontânea e baseada em cenários. A utilização de cenários para eliciação das sentenças é uma maneira mais confiável, pois evita a produção de fala emotiva a partir de rótulos verbais, e. g. “produza a sentença X como se você estivesse muito triste”. Com os cenários, os falantes vivenciam situações (vinhetas ou pequenos cenários) que ilustram uma situação emotiva. Então, eles são instruídos a imaginar e atuar/falar como se estivessem vivendo essa experiência (WALLBOTT; SCHERER, 1986).

Um primeiro problema é, como dito acima, a utilização de sentenças-padrão produzidas por atores. Um outro problema está na produção de falas sem sentido – *meaningless multilanguage sentences* (WALLBOTT; SCHERER, 1986) – que, embora sejam fruto de uma metodologia que envolve sentenças formadas por sílabas das línguas dos falantes envolvidos no teste, elas não podem ser reconhecidas por nenhum dos participantes. Ademais, por não ser familiar a nenhum dos participantes dos experimentos de percepção – exceto do ponto de vista das sílabas –, a possibilidade de se observar o papel das línguas como desencadeadoras da percepção da emoção pelos falantes nativos está descartada.

Medidas indiretas de esforço vocal

Para tratar das medidas indiretas de esforço vocal, é necessário definir o que se entende por *voz e qualidade vocal*. Normalmente, esses dois termos são tomados como sinônimos, embora seja esse tipo de entendimento fruto de confusão. Kreiman e Sidtis (2011) definem a voz como portadora de uma realidade física e fisiológica que se refere ao sinal acústico, ao passo que a qualidade de voz está relacionada à percepção, ou seja, à impressão que a voz provoca nos interlocutores (KREIMAN; SIDTIS, 2011, p. 5). Esse tipo de divisão no estudo da voz – produção vs percepção – é análoga à feita entre F0 e *pitch*, mas é importante dizer que esta última relação não é biunívoca. Por conta disso, impressões de *pitch* nem sempre decorrem de variações de F0.

Além dessa divisão, o estudo da voz e da qualidade de voz pode ser feito de maneira estrita, considerando somente as ondas sonoras produzidas pela vibração das cordas vocais, ou seja, somente a fonte é considerada, em termos da Acoustic Theory of Speech Production (FANT, 1960). Nessa abordagem, ficam excluídas, por exemplo, as ressonâncias e as turbulências criadas pelo trato vocal. Para uma abordagem mais abrangente, as demais características da produção da voz são consideradas como, por exemplo, os movimentos dos lábios, da mandíbula e da língua. Dessa forma, a voz pode ser entendida como sinônimo de fala. A mesma divisão – estrita ou abrangente – é válida para o estudo da qualidade de voz, permitindo o estudo de uma característica particular da qualidade de voz percebida ou estudo de características gerais.

Neste trabalho, as medidas de esforço vocal estarão, dentro das possibilidades, relacionadas à força com que o som é gerado na fonte. Por isso, as medidas foram feitas em vogais tônicas (exceto inclinação espectral), permitindo um maior controle das influências do trato vocal. Do ponto de vista perceptual, a análise foi feita de maneira abrangente, pois não foram tratados aspectos específicos da qualidade de voz, mas termos mais gerais, como a nomeação das emoções. Assim, este trabalho aborda a voz de maneira estrita e a qualidade de voz de maneira abrangente.

Entoação – Abordagem com ExProsodia

A proposta de análise de F0 realizada pelo aplicativo ExProsodia® (FERREIRA NETTO, 2010) considera a entoação como uma sequência de tons, iguais ou diferentes, produzidos pela voz durante a fala. A análise baseia-se na hipótese de Ferreira Netto (2006, 2008) de que a entoação pode ser entendida como uma série temporal, ou seja, um conjunto de observações sequenciadas e interdependentes, sendo o resultado da observação feita no momento $t+1$ condicionada ao momento t . Em outras palavras, o valor observado em cada momento de medição depende do valor do momento imediatamente anterior, não permitindo inversão dos valores observados. Assim, a ordem de ocorrência de cada momento deve ser mantida como uma informação inerente ao valor obtido.

A análise empreendida na abordagem com ExProsodia está baseada na proposta de Xu e Wang (1997) de que alguns fatos prosódicos são decorrências de restrições *mecânico-fisiológicas* (componentes estruturadoras) e outros configuram as *intenções expressivas* dos falantes (componentes semântico-funcionais). As intenções expressivas seriam as variações intencionais de F0 com fins linguísticos, i.e., alterações na onda sonora que configuram a intenção de imprimir significados diversos à fala. As restrições mecânico-fisiológicas seriam condicionadas pelas características fisiológicas do falante. A subdivisão dessas duas componentes é dada como: *componentes estruturadoras* — finalização (F) e sustentação (S) —, *semântico-funcionais* — foco/ênfase (E) — e acento lexical (A). A figura abaixo ilustra essa divisão:

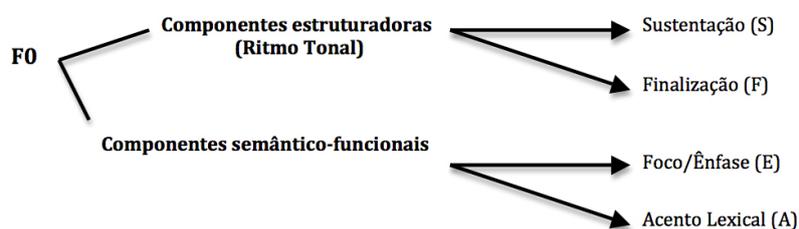


Figura 1. Esquema das componentes de F0

A mensuração de F0 feita pelo ExProsodia é tomada a cada 5 milissegundos, levando em consideração informações predeterminadas pelo pesquisador. As informações requeridas são medidas de F0 (Hz) e intensidade (RMS). O pesquisador também pode colocar limites de duração (ms). A combinação desses parâmetros formará uma *unidade entoacional*, a qual será considerada a porção sonora a ser analisada. Abaixo estão os parâmetros utilizados para as análises feitas neste trabalho:

- **Limiar inferior de frequência fundamental (F0): 50 Hz.**
- **Limiar superior de frequência fundamental (F0): 350 Hz.**
- **Limiar inferior de duração: 20 ms.**
- **Limiar superior de duração: 300 ms.**
- **Limiar de intensidade: 2000 RMS.**

Como resultado, as sentenças são apresentadas, dentre outras possibilidades, da seguinte maneira:

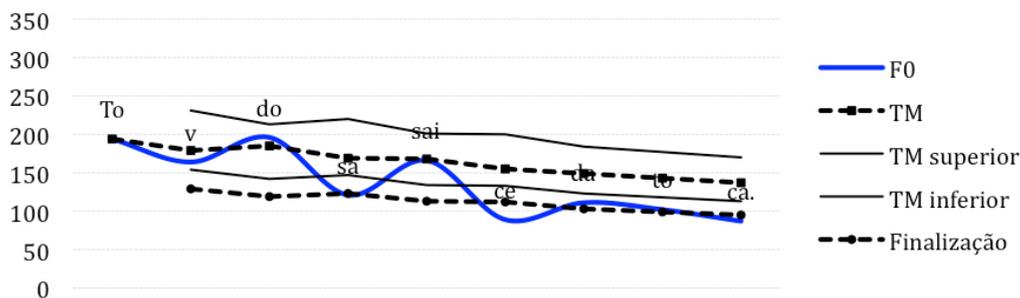


Figura 2. Ilustração de uma sentença analisada pelo ExProsodia

A análise automática tem como resultado parâmetros acústicos que podem ser utilizados na análise entoacional da fala. No caso deste estudo, alguns parâmetros foram selecionados e serão apresentados na próxima seção.

Metodologia

Análise de produção – medidas indiretas de esforço vocal e entoação

Os estímulos utilizados nos experimentos de percepção foram analisados através de medidas indiretas de esforço vocal, a saber: *H1-H2*, *ênfase espectral* e *inclinação espectral*. As medidas de ênfase espectral foram extraídas das vogais tônicas [a] que estavam na região mais próxima possível do centro da sentença. Essa decisão foi tomada para evitar o efeito das bordas da sentença e para se obter um contexto de medida equânime para todas as vogais.

As medidas de ênfase espectral foram extraídas de acordo com os trabalhos de Eriksson, Thunberg e Traunmüller (2001) e Barbosa, Eriksson e Åkesson (2013), *i. e.* $L - L_0$, em que L é a intensidade do espectro da vogal como um todo e L_0 é a intensidade medida até $1,5F_0$. As medidas de *H1-H2* foram extraídas das mesmas vogais utilizadas nas medições de ênfase espectral. As medidas de inclinação espectral foram extraídas das sentenças como um todo.

Para a análise entoacional das sentenças, somente parâmetros de medição de F_0 foram selecionados. Os 32 excertos de fala emotiva foram analisados de maneira idêntica pelo aplicativo. Abaixo estão parâmetros acústicos utilizados:

- Coeficiente de variação de F_0 – *CVF0*
- Tom médio das sentenças – *TM*
- Desvio padrão do tom médio – *DPTM*;
- Assimetria do tom médio – *ATM*
- Coeficiente de variação do tom médio – *CVTM*

Experimento de percepção

Os estímulos utilizados neste estudo foram coletados da internet, no *site* de vídeos www.youtube.com. Foram escolhidos 32 trechos de fala espontânea considerados como fala emotiva. Para a utilização dos estímulos nos experimentos de percepção e na análise

de produção, foi necessária a conversão dos vídeos em arquivos de áudio formato *mp3* (320 kbps).

Com a extração dos 32 arquivos, os estímulos foram apresentados aleatoriamente a falantes do português brasileiros (paulistanos) e do inglês (Inglaterra). É importante salientar que os falantes ingleses não possuem conhecimento de português. Esse cuidado foi tomado para que informações de ordem linguística não pudessem influenciar o resultado da tarefa.

Os estímulos foram intercalados pelo número correspondente de cada sentença, dito nas duas línguas (português e inglês), e separados por um bipe de 0.5s. Foi pedido aos informantes (4 brasileiros e 4 ingleses) para que preenchessem uma planilha, colocando um “X” nas emoções que eles julgavam representar melhor cada um dos estímulos. As emoções utilizadas foram: alegria, tristeza, raiva e medo.

Resultados

Os informantes brasileiros, como esperado, tiveram 90% de acerto, ao passo que os informantes ingleses tiveram um desempenho inferior (66% de acerto). Um teste de inter-rater reliability (Kappa)⁷ foi realizado a fim de avaliar a concordância entre participantes. Como esperado, o grau de concordância entre sujeitos brasileiros foi de razoável a bom – $K = 0,73$, $p \sim 0$. No caso dos participantes ingleses, a concordância foi baixa – $K = 0,35$, $p \sim 0$ (FLEISS; LEVIN; PAIK, 2003).

Um teste de variância (ANOVA – 1 fator) foi feito, envolvendo as emoções (raiva, medo, alegria e tristeza) e os parâmetros entoacionais (CVF0, TM, DPTM, ATM e CVTM). Os resultados do teste para os parâmetros DPTM, ATM e CVTM não foram significativos: $F(3,28) = 0,26$, $p > 0,05$; $F(3,28) = 1,84$, $p > 0,05$ e $F(3,28) = 1,97$, $p > 0,05$, respectivamente. Por outro lado, TM e CVF0 apresentaram resultados significativos: $F(3,28) = 7,97$, $p < 0,05$ e $F(3,28) = 5,55$, $p < 0,05$, respectivamente.

O mesmo procedimento foi adotado para a análise das medidas indiretas de esforço vocal. Somente o parâmetro H1-H2 não foi significativo: $F(3,38) = 1,32$, $p > 0,05$. Os demais parâmetros – inclinação espectral e ênfase espectral – apresentaram resultado significativo: $F(3,38) = 4,92$, $p < 0,05$ e $F(3,38) = 4,25$, $p < 0,05$, respectivamente. Um teste post hoc de Tukey (HSD) foi feito para determinar quais diferenças entre as médias foram encontradas no teste de variância. As diferenças significativas encontradas foram: TM – alegria e medo, tristeza e raiva; CVF0 – tristeza e raiva; ênfase espectral – tristeza e raiva; inclinação espectral – tristeza e raiva.

Considerações finais

A diferença entre as médias parece ser uma característica que reflete os erros dos participantes. Como o experimento perceptual mostrou, os participantes tenderam a reconhecer o medo e a alegria quando se tratava de tristeza e raiva. Esses resultados podem ser entendidos como um julgamento condicionado, principalmente, por emoções não estimulantes (medo e tristeza) e emoções estimulantes (raiva e alegria).

⁷ Toda a análise estatística deste trabalho foi feita por meio do software R.

A alta porcentagem de respostas corretas dadas pelos participantes brasileiros (90%) pode ser explicada pela influência do papel desempenhado pelo léxico e pelo conhecimento pragmático da língua (efeito *pull*). Por outro lado, os participantes ingleses não têm a mesma informação (léxico), mas conseguiram reconhecer as emoções com 66% de precisão. Os parâmetros acústicos analisados neste trabalho podem ser entendidos como pistas que os falantes não nativos utilizam para identificar e rotular os estímulos, sem um conhecimento prévio da língua em questão (efeito *push*).

A utilização de emoções como rótulos estáticos fornecidos aos participantes do experimento pode ter desempenhado um papel importante no índice de acerto dos falantes das duas línguas.

REFERÊNCIAS

AVERILL, J. R. Illusions of anger. In: FOLSON, R. B.; TEDESCHI, J. T. (Ed.). *Aggression and violence: social interactionist perspectives*. Washington, DC: American Psychological Association, 2013. p. 171-192.

BARBOSA, P. A.; ERIKSSON, A.; ÅKESSON, J. Cross-linguistic similarities and differences of lexical stress realisation in Swedish and Brazilian Portuguese. In: ASU, E. L.; LIPPUS, P. (Ed.). *Nordic Prosody*. Proceedings of the XIth conference. Frankfurt am Main: Peter Lang, Tartu, 2013. p. 97-106.

BRANDT, M. E.; BOUCHER, J. D. Concepts of depression in emotion lexicons of eight cultures. *International Journal of Intercultural Relations*, v. 10, p. 321-346, 1986.

COLAMARCO, M.; MORAES, J. A. Emotion expression in speech acts in Brazilian Portuguese: production and perception. In: CONFERENCE ON SPEECH PROSODY, 4, Campinas, 2008. *Proceedings...* Campinas: Unicamp, 2008. p. 717-720.

COSMIDES, L.; TOOBY, J. Evolutionary psychology and the emotions. In: LEWIS, M.; HAVILAND-JONES, J. M. (Ed.). *Handbook of emotions*. 2. ed. New York: Guilford Press, 2000. p. 91-115.

COSTANZO, F. S.; MERKEL, N. N.; COSTANZO, P. R. Voice quality profile and perceived emotion. *Journal of Counseling Psychology*, v. 16, n. 3, p. 267-270, 1969.

DARWIN, C. *The expression of the emotions in man and animals*. University of Chicago Press, Chicago, 1965 [1872].

ERIKSSON, A.; THUNBERG, G. C.; TRAUNMÜLLER, H. Syllable prominence: A matter of vocal effort, phonetic distinctness and top-down processing. *Proceedings of EuroSpeech*, p. 399-402, 2001.

FANT, G. *Acoustic theory of speech production*. The Hague, Netherlands: Mouton, 1960.

FERREIRA NETTO, W. ExProsodia. *Revista da Propriedade Industrial – RPII*, Rio de Janeiro, v. 2038, n. 167, p. 167, 2010.

_____. *Decomposição da entoação frasal em componentes estruturadoras e semântico-funcionais*. Trabalho apresentado no X Congresso nacional de Fonética e Fonologia/ IV Congresso Internacional de Fonética e Fonologia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

_____. *Variação de frequência e constituição da prosódia da língua portuguesa*. 2006. Tese (Livre-Docência na Área de Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FLEISS, J.; LEVIN, B.; PAIK, M. *Statistical methods for rates and proportions*. 3. ed. New York: Wiley & Sons, 2003.

JAMES, W. *The principles of Psychology*. New York: Holt, 1890. v. 2.

LANGE, C. G. *The mechanism of emotions*. The Classical Psychologists. Boston: Houghton Mifflin, 1912 [1885] (por Christopher D. Gree). Disponível em: <<http://psychclassics.yorku.ca/index.htm> 1885>.

KREIMAN, J.; SIDTIS, D. *Foundations of voice studies: an interdisciplinary approach to voice production and perception*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011.

R CORE TEAM. *R: A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2013. Disponível em: <<http://www.R-project.org/>>. Acesso em: 2 fev. 2013.

ROBERTS, L. Acoustics effects of authentic and acted distress on fundamental frequency and vowel quality. *Proceedings of The 17th International Congress of Phonetic Sciences (ICPhS XVII)*, 2011, p. 1694-1697.

RUSSEL, J. A. Culture and the categorization of emotions. *Psychological Bulletin*, v. 110, n. 3, p. 426-450, 1991.

SCHERER, K. R. A cross-cultural investigation of emotion inferences from voice and speech: Implications for speech technology. Implications for Speech. *Proceedings of ICSLP 2000*, Beijing. p. 379-382, 2000.

_____. The affective and pragmatic coding of prosody. In: HUO et al. (Ed.). *ISCSLP-International Symposium of Chinese Spoken Language Processing Proceedings*. Singapore: Springer Berlin Heidelberg, 2006. p. 13-14.

_____. Speech and emotional states. In: DARBY, J. (Ed.) *Speech evaluation in psychiatry*, 1981. p. 189-220.

SCHERER, K. R.; BANSE, R.; WALLBOTT, H. G. Inferences from vocal Expression Correlate Across Languages and Cultures. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, v. 32, p. 76-92, 2001.

SKINNER, E. R. A calibrated recording and analysis of the pitch, force and quality of vocal tones expressing happiness and sadness; and a determination of the pitch and force of the subjective concepts of ordinary, soft, and loud tones. *Speech Monographs*, v. 2, p. 81-137, 1935.

TYLOR, E. B. *Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, languages, art and customs*. London: John Murray Albermale Street, 1871. v. 1.

VASSOLER, A. M. O.; MARTINS, M. V. M. A entoação em falas teatrais: uma análise da raiva e da fala neutra. *Estudos Linguísticos*, v. 42, n. 1, p. 9-18, 2013.

WALLBOTT, H. G.; SCHERER, K. R. Cues and channels in emotion recognition. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 51, n. 4, p. 690-699, 1986.

XU, Y.; WANG, Q. E. Component of intonation: what are linguistic, what are mechanical/physiological? *International Conference on Voice Physiology and Biomechanics*, Evanston Illinois, 1997.

Efeitos da entoação e da duração na análise automática das manifestações emocionais

(Effects of pitch and duration in the automatic analysis of emotional expressions)

Waldemar Ferreira Netto¹, Marcus Vinícius Moreira Martins²,
Maressa de Freitas Vieira³

¹ Universidade de São Paulo/Conselho Nacional de Pesquisa (USP/CNPq)

² Universidade de São Paulo (USP)

³ Faculdade Sudoeste Paulista (FSO)

wafnetto@usp.br; marcusmartins@usp.br; maressafv@gmail.com

Abstract: Our purpose in this essay is to check if the change in expression of emotions through the prosody of Brazilian Portuguese may be restricted to intonation. We analyzed eight sound files classified as sadness or anger. For the automatic description done by the software ExProsodia, ten variables were defined and divided into two groups: one considering the ideal Middle Tom (TM) and other considering the duration. Quantitative analysis of this set of variables was performed with Cluster Analysis of multivariate statistics, with a confidence level of 0.05, for raw data. The dendrogram analysis showed that vertical variations of F0 are necessary for the automatic separation of files for the emotions assigned to it. However the same variations are not sufficient for a better separation correlated to the proposed emotional classification.

Keywords: prosody; phonetics; automatic analysis.

Resumo: Nosso objetivo neste ensaio é verificar se a variação da manifestação das emoções pela prosódia do português do Brasil pode restringir-se à entoação. Analisaram-se arquivos sonoros classificados como tristeza ou raiva. Para a descrição automática da fala pelo modelo ExProsodia, foram definidas dez variáveis, divididas em dois grupos: um considerando o Tom Médio ideal (TM) e outro considerando a duração. A análise quantitativa desse conjunto de variáveis foi feita com a estatística multivariada de Cluster Analysis. A análise dos dendrogramas obtidos mostraram que as variações verticais de F0 são necessárias para a separação automática dos arquivos pelas emoções que lhe foram atribuídas, mas que não são suficientes para uma separação mais bem correlacionada com a classificação emocional proposta.

Palavras-chave: prosódia; fonética; análise automática.

Introdução

A análise da manifestação das emoções associadas à fala tem sido objeto de especulação científica desde o século XIX. A esse tempo, Darwin afirmava que a tonalidade da voz tem relação com certos sentimentos, exemplificando que uma pessoa, delicadamente reclamando de maus-tratos, ou de um pequeno sofrimento, quase sempre fala com voz aguda (DARWIN, 2000). No mesmo período, Spencer (1890) também fazia associações semelhantes. Ele lembrava que era inegável que certos tons de voz e cadências que têm alguma semelhança com a natureza são espontaneamente usados para expressar tristeza, para expressar alegria, para expressar o afeto e para expressar o triunfo ou ardor marcial. Embora tais proposições se estendessem para além da preocupação com a manifestação das emoções, o reconhecimento da entoação como um fato comunicativo, voluntário ou não, teve seu início no século XIX. A análise da manifestação das emoções associadas à

fala passou a ser objeto de investigação científica com Weaver (1924a; 1924b; 1924c), que foi um dos primeiros a estabelecer parâmetros para descrever a frequência média da fala e as condições de produção. O autor definiu como parâmetros: frequência média normal (*average normal pitch*), extensão das variações tonais (*pitch range* ou *span*), soma dos desvios em relação à média tonal (*total deviation*), número de variações tonais (*total fluctuation*) e a área da curva gráfica que se formou (*curve area*). Os dados analisados foram extraídos de leituras feitas pelos sujeitos. A partir dos resultados obtidos, foram estabelecidas diferenças entre vozes femininas e vozes masculinas.

Numa das primeiras pesquisas que procurou descrever de forma mais sistemática a relação entre a variação de frequência e a manifestação das emoções na fala, Skinner (1935) verificou que a frequência média na fala provocada pela alegria (*happyness*) era mais aguda do que a provocada pela tristeza (*sadness*). Fairbanks e Pronovost (1938; 1939) procuraram estabelecer a relação entre as variações da entoação e a manifestação das emoções na fala, bem como o julgamento dessas emoções por sujeitos ouvintes. A partir da fala simulada com leituras feitas por atores, compararam-se variações de F0 em manifestações emocionais de desprezo (*contempt*), raiva (*anger*), medo (*fear*), tristeza (*grief*) e indiferença (*indifference*). Foram estabelecidos quatro parâmetros: o valor médio da frequência (*pitch level*), a variação tonal média (*wide mean inflectional range*), a extensão tonal (*wide total pitch range*) e a taxa de variação tonal (*pitch change*). As comparações basearam-se nos valores máximos e mínimos encontrados para esses parâmetros. Os resultados mostraram que raiva e medo ocorrem com frequência média mais aguda e que indiferença ocorre com a mais grave. No teste de avaliação dessas emoções, todas as leituras cuja frequência média fosse mais grave foram consideradas desprezo, tristeza e indiferença. Quanto à extensão tonal, desprezo e raiva apresentaram valores mais altos e indiferença, mais baixos. Tristeza apresentou a menor variação tonal e raiva, a maior. Quanto à taxa de variação tonal, a mais rápida foi a raiva e a mais lenta foi o medo. Fairbanks e Hoaglin (1941) analisaram a taxa de duração das mesmas emoções e verificaram que tristeza e indiferença apresentaram as menores taxas de duração, atribuindo esse fato aos prolongamentos das fonações e às pausas.

A partir dos anos 1960, a entoação emocional foi retomada (MARKEL, 1965; CONSTANZO; MARKEL; COSTANZO, 1969; WILLIAMS; STEVENS, 1972; para uma revisão desses trabalhos, cf. SCHERER, 1986; MURRAY; ARNOTT, 1993). Com exceção do trabalho de Williams e Stevens (1972), pesquisas de análise acústica das emoções realizavam-se a partir de dados de fala atuada. Scherer e seus colegas (1984) verificaram que, embora a entoação seja responsável pela manifestação de emoções, seu reconhecimento associa-se a traços gramaticais do texto. Os autores verificaram a necessidade de se distinguirem traços linguísticos e paralinguísticos de F0. Em 1998 (BATLINER et al., 2011), o trabalho de Slaney e McRoberts (1998), com dados de fala dirigida às crianças, inova utilizando dados de fala espontânea na análise automática. Recentemente, um grande número de pesquisas tem analisado fala espontânea (cf. BATLINER et al., 2011 para um levantamento mais detalhado). Bänzinger e Scherer (2005) verificaram que a variação global de F0 é afetada diretamente pelo estímulo emocional representado na fala e é a variação mais importante para a discriminação das categorias emocionais observadas.

Para a língua portuguesa, Vassoler e Martins (2012a; 2012b), analisando raiva, alegria, medo, tristeza e neutra na fala atuada, verificaram que as variações da frequência média e da dispersão, medidas pelo coeficiente de variação da frequência média, são pa-

râmetros que permitem a diferenciação entre as emoções de raiva e as neutras. Vassoler (2012), utilizando os mesmos dados, verificou que a variação da frequência média permite a diferenciação entre as emoções de tristeza e neutras.

Nosso objetivo neste ensaio é verificar se a variação da manifestação das emoções caracterizada pela prosódia da língua portuguesa falada no Brasil pode restringir-se à entoação — entendida como uma sequência de tons, iguais ou diferentes, produzidos pela voz durante a fala — ou se é necessário estender as análises a outros fatos prosódicos de F0, particularmente a duração.

Materiais e métodos

Para a realização desse propósito, analisamos oito arquivos sonoros, em formato mp3, tomados do Youtube. Os arquivos foram classificados como tristeza (T1-4) (DILMA, 2013; ENTREVISTA, 2103; PAIS, 2013) ou raiva (R1-4) (MINISTRA, 2013; CLIENTE, 2013; ATENDIMENTO, 2013; FUZILEIRO, 2013). Um dos arquivos (PAIS, 2013) foi dividido em dois arquivos por conter sujeitos distintos produzindo fala. Todas as extrações sonoras foram realizadas com o *software Soudtap Streaming Audio Recorder* v2.11 (NCH, 2007). Os arquivos sonoros foram editados e segmentados com o programa *Adobe Audition* (ADOBE, 2012) A edição realizada foi a filtragem das vozes de terceiros e de ruídos indesejáveis, mantendo exclusivamente a voz a ser considerada. Para isso foi aplicado o efeito *Dynamic EQ effect* com frequência zero sobre o trecho a ser eliminado. Assim, foi possível manter a duração original de todos os arquivos. A análise e a conversão da curva de frequência fundamental e da curva de intensidade para arquivos de texto foram realizadas pelo *software Speech Filing System* (HUCKVALE, 2008). Todas as demais análises foram feitas pelo aplicativo *ExProsodia* (FERREIRA NETTO, 2008; 2010; PERES, CONSONI; FERREIRA NETTO, 2011).

O programa ExProsodia de pesquisa objetiva a análise automática da entoação no português do Brasil, entendendo que entoação é uma sequência de tons, iguais ou diferentes, produzidos pela voz durante a fala. O desenvolvimento desse programa parte da hipótese de Xu e Wang (1997) de que alguns fatos prosódicos têm restrições mecânico-fisiológicas e outros decorrem das necessidades expressivas dos falantes. Ferreira Netto (2006) propôs que a entoação da fala pode ser decomposta em componentes estruturadoras e semântico-funcionais: finalização (F) e sustentação (S), de um lado, foco/ênfase (E), de outro.

Segundo Ferreira Netto (2006; 2008) e Peres, Consoni e Ferreira Netto (2009; 2011), a produção da fala exige esforço para sustentar a voz com uma frequência relativamente estável, definida aqui como tom médio ideal (TM) de F0, que se repete nos momentos Z(t) mensurados de F0. A supressão desse esforço desencadeia uma declinação pontual que exige a retomada da tensão inicial. A sustentação (S) é consequência do esforço que se acrescenta a cada um dos momentos da fala, incluindo-se o inicial, para compensar a declinação pontual de finalização (F). Ritmo tonal é consequência da ação dessas tendências que atuam em sentidos opostos, possibilitando a produção da fala. A componente F associa-se ao fato de que se trata do tom alvo da declinação pontual, estabelecida por um intervalo ideal decrescente de 7 semitons (st) do TM obtido até o momento Z(t). TM é a tendência central dos valores válidos de F0 calculada como a média

aritmética acumulada no tempo. Os valores válidos mensurados são os momentos de F0 que cumprem as restrições de altura, intensidade e duração. A componente foco/ênfase (E) decorre dos valores que ultrapassaram os limites superior e inferior do TM, definidos em 3 st acima e 4 st abaixo, no momento de chegada do RT. Assim, estabelecido um TM, espera-se que no momento seguinte esse valor se repita, aceitando-se uma variação previamente estabelecida. Esses valores servem especialmente para a língua portuguesa falada no Brasil e não foram testados para outras línguas. A série temporal se configura aditivamente como $Z(t)=S(t)+F(t)+E(t)$.

A seleção das unidades $Z(t)$ — ora chamadas de UBI (*Unit of Base of Intonation*) — para análise é feita pelo aplicativo ExProsodia. Três critérios são estabelecidos para essa definição: frequência maior do que 50 Hz e menor do que 700 Hz; intensidade suficiente para ser percebida e, garantidos os critérios anteriores, duração maior do que 20 ms. Esses valores podem ser modificados pelo usuário. Para esta análise, a UBI foi definida a partir de 50 Hz até o máximo de 700 Hz com duração mínima de 60 ms. Os valores máximos e mínimos da escala de frequência possibilitaram que não houvesse nenhuma restrição necessária quanto ao gênero dos sujeitos que produziram os registros entoacionais. A duração mínima de 60 ms está de acordo com os trabalhos de Schaeffer (1966) e Winckel (1967) que estabelecem como “constante de integração” ou “espessura do presente” a duração mínima de 50 ms, acrescentando uma margem de erro de 20%, tendo em vista a heterogeneidade da amostra (BOEMIO et al., 2005; FERREIRA NETTO, 2006).

Para a descrição automática da fala pelo modelo ExProsodia, foram definidas dez variáveis, divididas em dois grupos: um considerando o Tom Médio ideal (TM) — estabelecido pela técnica de convoluções gaussianas (FERREIRA NETTO et al., 2013), medido em Hz — e outro considerando a duração entre as porções analisadas da fala (UBI) e a duração intrínseca dessas mesmas porções, medidas em milissegundos (ms). Para o primeiro grupo foram definidas as seguintes variáveis: F/Epos_cv, F/Eneg_cv, F0_skew, TM-mUBI, F0_dp/TM; para o segundo: entreUBI, entreUBI_dp, intraUBI e intraUBI_dp.

Das variáveis referentes ao primeiro grupo, F/Epos_cv é o coeficiente de variação das frequências F0 que ultrapassaram o limite lateral superior de 3 st do TM; F/Eneg_cv é o coeficiente de variação das frequências de F0 que ultrapassaram o limite lateral inferior de 4 st do TM; F0_skew é a assimetria dos valores de F0 em relação a uma curva normal; TM-mUBI é a diferença entre o TM e o menor valor obtido na análise das UBI.

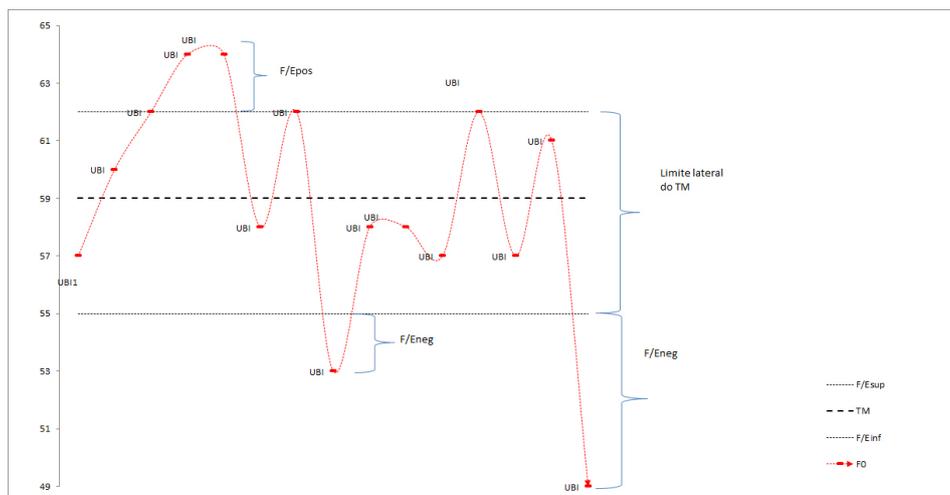


Gráfico 1: No gráfico acima, as chaves em azul mostram as variações de F/Epos e de F/Eneg, além do limite lateral do TM, padrões do sujeito com emoção R (raiva) e em vermelho com emoção T (tristeza). As linhas tracejadas em preto mostram o TM; as pontilhadas, os limites superior e inferior dos TM; e a linha tracejada em vermelho mostra F0.

Das variáveis referentes ao segundo grupo, entreUBI é a duração média do intervalo temporal entre as UBI; entreUBI_dp é a dispersão média, medida em unidades de desvio-padrão, desse intervalo temporal entre as UBI; intraUBI é a duração média das UBI e, finalmente, intraUBI_dp é a dispersão média, medida em unidades de desvio-padrão, da duração das UBI.

Por se ter como propósito compreender a importância da entoação na manifestação prosódica das emoções, reproduzimos abaixo os gráficos referentes ao TM obtidos com a análise automática feita pelo aplicativo ExProsodia. Trata-se especialmente dos arquivos R1 e T4, que foram produzidos pelo mesmo sujeito, em dois momentos distintos.

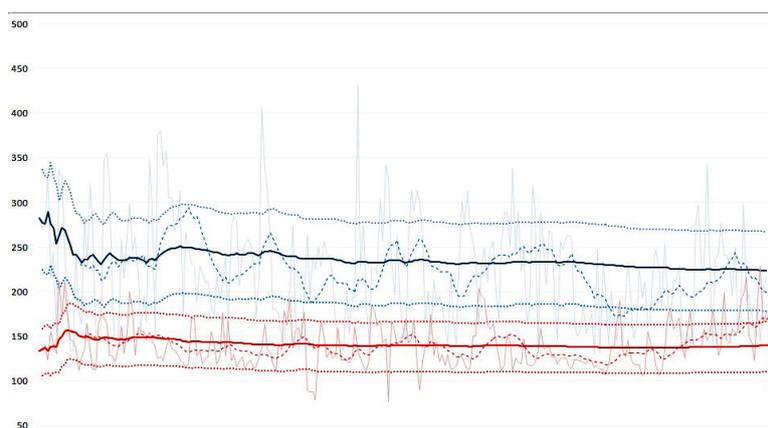


Gráfico 2: O gráfico mostra os padrões da análise automática ExProsodia da fala de um mesmo sujeito. Em azul, veem-se padrões do sujeito com emoção R (raiva) e em vermelho com emoção T (tristeza). As linhas contínuas escuras mostram os TM (tom médio); as pontilhadas, os limites superior e inferior dos TM; as linhas claras mostram F0 e as tracejadas, a média móvel de 15 pontos de F0. A escala à esquerda está em Hz e está correta para ambos os padrões.

No Gráfico 1, é perceptível que a variação do TM é responsável pela diferenciação entre as duas manifestações emocionais representadas pela curva entoacional. Os valores de F0 de R1 (em azul) e de T4 (em vermelho) confundem-se em vários momentos. Resultados semelhantes foram obtidos por Vassoler e Martins (2012a; 2012b). Os autores partiram da fala produzida por atores que procuraram simular manifestações emocionais a partir de um texto estímulo. A variação do TM para a simulação da raiva em relação a uma simulação de emoção neutra também foi perceptivelmente mais aguda em relação à neutralidade, mais grave.

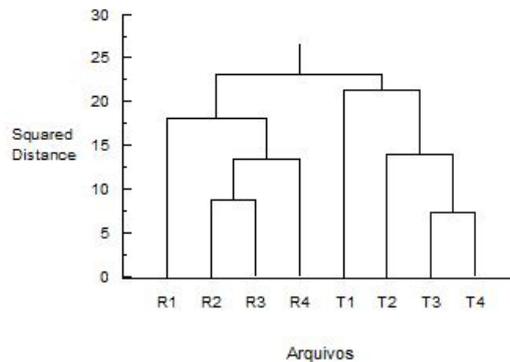
Resultados

Os resultados gerais podem ser vistos na Tabela 1, abaixo.

Tabela 1: Nas linhas são descritas as variáveis (ver o texto) e nas colunas, os arquivos analisados. As abreviaturas referentes aos nomes dos arquivos descrevem T para tristeza e R para raiva.

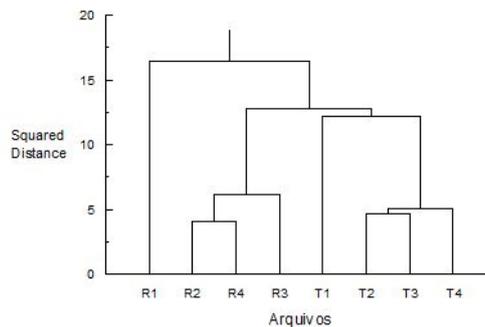
	R1	R2	R3	R4	T1	T2	T3	T4
F/Epos_cv	0,85	0,85	0,92	1,06	1,07	0,75	0,8	0,83
F/Eneg_cv	-0,55	-0,75	-0,67	-0,72	-0,72	-0,67	-0,67	-0,75
F0_skew	0,57	0,27	0,13	0,4	0,89	0,43	0,51	0,67
TM-mUBI	94	109	154	112	109	99	71	63
F0_dp/TM	0,27	0,24	0,22	0,22	0,18	0,2	0,18	0,18
TM_cv	0,05	0,04	0,05	0,04	0,04	0,02	0,04	0,02
entreUBI	52,37	53,87	61,3	56,6	54,7	81,4	57,1	63,35
entreUBI_dp	79,22	65,43	70,8	78,2	82,6	102,2	79,8	95,42
intraUBI	109,15	110,3	99,9	94,8	122,2	113,3	100	101,22
intraUBI_dp	75,9	77,28	59,7	72,4	81,2	77	76,9	74,59

A análise quantitativa desse conjunto de variáveis foi feita pelo *software* KyPlot (YOSHIOKA, 1997). A estatística utilizada foi a análise multivariada Cluster Analysis, com um nível de confiança de 0,05, para dados brutos. As medidas foram tomadas com a opção Standardized Euclidean, pelo Clustering Method de Group Average (Average Linkage). O dendrograma a seguir vai apresentado em Squared Distances.



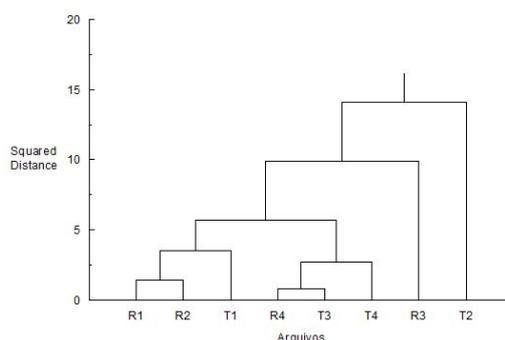
Dendrograma 1: No eixo horizontal do dendrograma vão os arquivos sonoros analisados, classificados como R_{1-4} para raiva e T_{1-4} para tristeza. No eixo vertical vão apontadas as distâncias em Square Distances tomadas em Standardized Euclidean.

No dendrograma podem-se observar que os arquivos contendo gravações classificadas como Raiva (R) ficaram organizados sob um mesmo nó à esquerda e que os classificados como Tristeza (T) ficaram organizados sob um mesmo nó à direita. A análise de *clusters* a partir das variáveis globais considerou as porções analisadas dos arquivos tanto do ponto de vista das variações de entoação quando das variações de duração entre elas e intrínseca a elas. O dendrograma 2 mostra os mesmos arquivos, analisados pela mesma estatística multivariada .



Dendrograma 2: No eixo horizontal do dendrograma vão os arquivos sonoros analisados, classificados como R_{1-4} para raiva e T_{1-4} para tristeza. No eixo vertical vão apontadas as distâncias em Square Distances tomadas em Standardized Euclidean.

No Dendrograma 2 acima, observa-se que a separação entre arquivos classificados como T ou como R não resultou em dois conjuntos correlacionados a essa classificação. A diferença entre ambas análises decorreu da ausência das variáveis entreUBI, entreUBI_dp, intraUBI e intraUBI_dp que consideravam a durações e as dispersões entre as porções analisadas e as intrínsecas a essas mesmas porções.



Dendrograma 3: No eixo horizontal do dendrograma vão os arquivos sonoros analisados, classificados como R₁₋₄ para raiva e T₁₋₄ para tristeza. No eixo vertical vão apontadas as distâncias em Square Distances tomadas em Standardized Euclidean.

No Dendrograma 3 acima, que considera exclusivamente as variáveis referentes à duração — entreUBI, entreUBI_dp, intraUBI e intraUBI_dp — podemos verificar que não houve separação dos arquivos de maneira a se correlacionar com as classificações T e R. Ao contrário da análise de *cluster* que considerou exclusivamente as variações de frequência, em que arquivos classificados como T foram isolados num subagrupamento, na análise exclusiva das durações não ocorreu nada parecido.

Considerações finais

As variações verticais de F0 mostram-se necessárias para a separação automática das emoções, no entanto essas mesmas variações não foram suficientes para uma separação mais bem correlacionada com a classificação semântica proposta para os arquivos. Embora esses resultados apontem para um fato semelhante ao dos resultados obtidos por Bänziger e Scherer (2005) para o alemão, podem-se salientar algumas diferenças. Os autores sugeriram que, para uma análise mais eficaz das manifestações emocionais, timbre (fonético) e sintaxe poderiam contribuir de forma mais significativa. Naquele trabalho os autores valeram-se de produções feitas por atores a partir de frases desprovidas de significado. Neste trabalho, os arquivos foram coletados de situações reais de produção de fala, o que, de certa maneira, acrescenta a análise fonética e a sintática para o esboço de uma interpretação automática das emoções. Considere-se, no entanto, que foi necessário o acréscimo das variações de duração das porções portadoras da entoação analisadas nos arquivos. Essa diferença pode decorrer não somente do fato de que a produção de fala deste trabalho foi tomada em contextos muito distintos daqueles de Bänziger e Scherer (2005), mas também do fato de se estar aqui tratando especialmente da língua portuguesa falada no Brasil.

REFERÊNCIAS

ADOBE Systems Incorporated. *Adobe Audition 3.0.1 build 8347.0* [Audition\3.0]. San Jose, 2012.

ATENDIMENTO SAMU Juiz de Fora... Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=l8wVeVT3uDw>>. Acesso em: 19 fev 2013

BÄNZIGER, T.; SCHERER, K.R. The role of intonation in emotional expressions. *Speech Communication*, n. 44, p. 252-267, 2005.

BATLINER, A. et alii. The automatic recognition of Emotions in Speech. In.: COWIE, R.; PELACHAUD, C.; PETTA, P. (Eds.) *Emotion-oriented Systems*. The Humaine Book. Berlin: Springer, 2011. p. 71-99.

BOEMIO, A.; FROMM, S.; BRAUN, A.; POEPEL, D. Hierarchical an asymmetric temporal sensitivity in human auditory cortices. *Nature Neuroscience*, v. 8, n. 1, p. 389-395, 2005.

CLIENTE calminho. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=53j7lZrp2pM>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

COSTANZO, F. S.; MARKEL, N. N.; COSTANZO, P. R. Voice quality profile and perceived emotion. *Journal of Counseling Psychology*, v. 16, n. 3, 267-270, 1969.

DARWIN, C. *A expressão das emoções no homem e nos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DILMA se emociona ao falar de tragédia... Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=trfM5uMH0mY>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

ENTREVISTA com Ana Carolina. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=3B5eGuG0C8Q>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

FAIRBANKS, G.; HOAGLIN, L. W. An experimental study of the durational characteristics of the voice during the expression of emotion. *Speech Monographs*, v. 6, n. 1, p. 85-90, 1941.

FAIRBANKS, G.; PRONOVOST, W. Vocal pitch during simulated emotion. *Science*, v. 78, n. 2286, p. 382-383, 1938.

_____. An experimental study of the pitch characteristics of the voice during the expression of emotion. *Speech Monographs*, v. 6, n. 1, p. 87-104, 1939.

FERREIRA NETTO, W. Decomposição da entoação frasal em componentes estruturadoras e em componentes semântico-funcionais. In: CONGRESSO NACIONAL DE FONÉTICA E FONOLOGIA / CONGRESSO INTERNACIONAL DE FONÉTICA E FONOLOGIA, 10/4., Niterói, 2008. Disponível em: <http://www.academia.edu/2272651/Decomposicao_da_entoacao_frasal_em_componentes_estruturadoras_e_semantico-funcionais> Acesso em: 22 jan. 2013

_____. ExProsodia. *Revista da Propriedade Industrial – RPI*, 2038, pág. 167, item 120, em 26/out/2010. Disponível em: <<http://revistas.inpi.gov.br/pdf/PATENTES2038.pdf>> Acesso em: 22 jan. 2013.

_____. *Variação de frequência e constituição da prosódia da língua portuguesa*. Tese (Livre-Docência) – USP, 2006.

FERREIRA NETTO, W.; SOUZA, A. R.; VIEIRA, M. F.; PERES, D. O.; MARTINS, M. V. M. Desenvolvimento de análise automática da curva de frequência por meio de convoluções gaussianas do histograma de frequências. In: COLÓQUIO BRASILEIRO DE PROSÓDIA DA FALA-UFAL, 4., Maceió, Al, em 16 out. 2013.

FUZILEIRO naval – *Toca terror na delegacia*. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=UlaVqH6SsXs>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

HUCKVALE, M. A. *Speech Filing System v.4.7/Windows SFSWin Version 1.7*, em 17/02/2008. Disponível em: <<http://www.phon.ucl.ac.uk/resource/sfs>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

MARKEL, N. N. The reliability of coding paralinguistic: pitch, loudness, and tempo. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, n. 4, p. 306-308, 1965.

MINISTRA Dilma. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=z6-NjcE8t7g>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

MURRAY, I. R.; ARNOTT, J. L. Toward the simulation of emotion in synthetic speech: A review of the literature on human vocal emotion. *Journal of Acoustical Society of Americas*. v. 93, n. 2, p. 1097-1108, 1993.

NCH Software. *Soundtap Streaming Audio Recorder v2.11*. Greenwood Village, 2007. Disponível em: <<http://www.nch.com.au/soundtap/index.html>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

PAIS de João Helio fazem depoimento emocionante. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=GNaf7qXDGVA>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

PERES, D. O.; CONSONI, F.; FERREIRA NETTO, W. Decomposição da entoação frasal em componentes estruturais e semântico-funcionais: um teste com análise da variação de gênero. In: *OSUCHIL – The Ohio State University Congress on Hispanic and Lusophone Linguistics*, 12, Ohio, 2009.

PERES, D.; CONSONI, F.; FERREIRA NETTO, W. A influência da cadeia segmental na percepção de variações tonais. *LLJournal*, v. 6, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://ojs.gc.cuny.edu/index.php/lljournal/article/view/652>> Acesso em: 22 jan. 2013

SCHAEFFER, P. *Traité des objets musicaux*: essai interdisciplines. Paris: Seuil, 1966.

SCHERER, K. R. Vocal affect expression: a review and a model for futures research. *Psychological Bulletin*, v. 99, n. 2, p. 143-165, 1986.

SCHERER, K. R.; LADD, D. R.; SILVERMAN, K. E. A. Vocal cues to speaker affect: testing two models. *Journal of Acoustical Society of Americas*, v. 76, n. 5, p. 1346-1356, 1984.

- SIERTSEMA, B. Timbre, pitch and intonation. *Lingua*, v. 11, p. 388-398, 1962.
- SKINNER, E. R. A calibrated recording an analysis of the pitch, force and quality of vocal tones expressing happiness and sadness. *Speech Monographs*, v. 2, n. 2, p. 81-137, 1935.
- SLANEY, M.; McROBERTS, G. Baby ears: a recognition system for affective vocalization. In : INTERNATIONAL CONFERENCE ON ACOUSTICS, SPEECHS AND SIGNAL PROCESSING, 1998, Seattle. *Proceedings...* Vol. II: Features for automatic speech recognition. Seattle: The Institute of Electrical and Electronic Engineers Signal Processing Society, 1998. p. 985-988.
- SPENCER, H. The origin of music. *Mind*, v. 15, n. 60, p. 449-468, 1890.
- VASSOLER, A. M. O. A Prosódia das Emoções: Um Exercício a partir da Fonologia Prosódica. In: BAIA, F. A. et alii. (Org.) *Anais dos XII e XIII Encontros dos Alunos de Pós-Graduação em Linguística da USP*. São Paulo: Paulistana, 2012. p. 1-12.
- VASSOLER, A. M. O.; MARTINS, M. V. M. *A entoação em falas teatrais: uma análise da raiva e da fala neutra*. In: SEMINÁRIO DO GEL, 60., 2012, São Paulo. Seminário do GEL, 60. São Paulo, 2012a.
- _____. *O estudo da variabilidade da frequência fundamental intra-sujeito na fala emotiva*. In: ENCONTRO DO DINAFON, 5., 2012, Marília. Anais do 5º Encontro do Dinafon, 2012b.
- WEAVER, A. T. Experimental studies in vocal expression. *The Quarterly Journal of Speech Education*, v. 10, n. 3, p. 199-204, 1924a.
- _____. Experimental studies in vocal expression. *The Journal of Applied Psychology*, v. 8, n. 1, p. 23-51, 1924b.
- _____. Experimental studies in vocal expression. *The Journal of Applied Psychology*, v. 8, n. 2, p. 159-186, 1924c.
- WILLIAMS, C. E.; STEVENS, K. N. Emotions and speech: some acoustical correlates. *Journal of the Acoustical Society of America*, v. 52, n. 4, parte 2, p. 1238-1250, 1972.
- WINCKEL, F. *Music, sound and sensation*. A modern exposition. New York: Dover Publications, 1967.
- XU, Yi; WANG, Q. E. Component of intonation: what are linguistic, what are mechanical/physiological? Presented at International Conference on Voice Physiology and Biomechanics, Evanston Illinois, 1997.
- YOSHIOKA, K. *KyPlot*, version 2.0 beta 15 (32 bit). [sl], 1997. Disponível em: <<http://www.uv.es/piefisic/w3pie/castellano/serv/laboratorios/Kyp2b15.exe>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

As vogais médias pretônicas no noroeste paulista: comparação com outras variedades do Português Brasileiro

(The pretonic mid-vowels in the Northwest of the State of São Paulo:
comparison with other dialects of Brazilian Portuguese)

Márcia Cristina do Carmo

Universidade Estadual Paulista (Unesp)

ma_crisca@yahoo.com.br

Abstract: This paper compares the pretonic mid-vowels in the dialect of the Northwest of the State of São Paulo and other varieties of Brazilian Portuguese, from works based on the Theory of Linguistic Variation and Change (LABOV, 1991 [1972]). For the variety of the Northwest of the State of São Paulo, this work is based on the study of Carmo (2013), that shows that these vowels are subject to vowel raising, through which the mid-vowels /e/ and /o/ are pronounced, respectively, as the high vowels [i] and [u], e.g. *p[i]queno* ('small') and *c[u]sturando* ('sewing'). The absence of vowel lowering and the similar process of vowel harmony confirm the general classification proposed by Nascentes (1953 [1922]), who classifies this dialect among the varieties spoken in the South of Brazil.

Keywords: Linguistic variation; pretonic mid-vowels; vowel raising.

Resumo: Este trabalho compara as vogais médias pretônicas no dialeto do noroeste paulista e em outras variedades do Português Brasileiro (doravante, PB), a partir de descrições feitas por trabalhos que se fundamentam na *Teoria da Variação e Mudança Linguística* (LABOV, 1991 [1972]). Para a variedade do noroeste paulista, este trabalho baseia-se no estudo de Carmo (2013), que aponta que essas vogais estão sujeitas ao *alçamento vocálico*, por meio do qual as médias-altas /e/ e /o/ são realizadas, respectivamente, como as altas [i] e [u], como em *p[i]queno* e *c[u]sturando*. De modo geral, a ausência do *abaixamento vocálico* e a atuação similar da harmonização vocálica faz com que esse dialeto se aproxime dos falares do Sul do Brasil, corroborando a classificação geral proposta por Nascentes (1953 [1922]).

Palavras-chave: Variação linguística; vogais médias pretônicas; alçamento vocálico.

Introdução

O presente trabalho¹ parte da tese de doutorado de Carmo (2013) sobre o comportamento fonológico das vogais médias pretônicas /e, o/ na variedade do noroeste paulista e estabelece comparações acerca do comportamento das vogais médias em contexto pretônico nessa variedade e em outros dialetos do Português Brasileiro (doravante, PB), indicando, dessa forma, tendências gerais que permeiam a aplicação de certos processos fonológicos nessas vogais.

As vogais médias pretônicas na variedade do noroeste paulista estão sujeitas ao fenômeno denominado *alçamento vocálico*, por meio do qual as vogais /e/ e /o/ são pronunciadas, respectivamente, como [i] e [u], como em *m[i]nino* e *c[u]nserir*. O alçamento vocálico é resultado, sobretudo, de dois processos: (i) *harmonização vocálica* (CÂMARA JR.,

1 Apoio: Fapesp (Proc. 2009/09133-8) e Capes/PDEE (Proc. 2563-11-8).

2007 [1970]; BISOL, 1981),² em que a presença de uma vogal alta na sílaba seguinte à da pretônica-alvo funciona como gatilho à aplicação do alçamento, como em *inv[i]sti* e *s[u]frido*; e (ii) *redução vocálica* (ABAURRE-GNERRE, 1981), em que, geralmente, verifica-se a influência do ponto de articulação da(s) consoante(s) adjacente(s) à pretônica-alvo para a realização do fenômeno, como em *p[ik]eno* e *al[mu]çar*. Segundo Bisol (2009), a harmonização e a redução vocálica são formalmente diferentes, pois aquela consiste em um caso de *assimilação* e esta corresponde a um processo de *neutralização*.

A investigação da harmonização e da redução vocálica em contexto de vogais médias pretônicas é de suma importância, tendo em vista o fato de os comportamentos fonético-fonológicos dessas vogais marcarem variação dialetal. Há mais de três décadas, vêm sendo realizados estudos sobre essas vogais em diversas variedades do PB. Podem ser citados, como exemplos, os trabalhos de Bisol (1981), sobre o dialeto gaúcho; Viegas (1987), acerca da variedade de Belo Horizonte (MG); Bortoni, Gomes e Malvar (1992), sobre a variedade falada em Brasília (DF); Celia (2004), sobre a variedade de Nova Venécia (ES); dentre outros. A partir da descrição de Carmo (2013) sobre as vogais médias pretônicas no noroeste paulista – onde está situado o município de São José do Rio Preto –, o presente artigo compara essa variedade a outros dialetos do PB.

Este artigo está estruturado do seguinte modo: inicialmente, é exposto brevemente o arcabouço referente à *Teoria da Variação e Mudança Linguística*, seguido pela caracterização do alçamento das vogais médias pretônicas. Em seguida, são descritos aspectos principais acerca do comportamento das vogais pretônicas no noroeste paulista, com base em Carmo (2013). Posteriormente, são tecidas comparações entre esse dialeto e outras variedades do PB. Por fim, são apresentadas as considerações finais, seguidas pelas referências bibliográficas.

Fundamentação teórica

O presente artigo retoma estudos teoricamente fundamentados na *Teoria da variação e mudança linguística* (LABOV, 1991 [1972]), também denominada *Sociolinguística quantitativa*, por operar com números e tratamento estatístico dos dados. Segundo essa teoria, as escolhas entre dois ou mais sons, palavras ou estruturas obedecem a um padrão sistemático regulado pelas *regras variáveis*, que expressam a covariação entre elementos do ambiente linguístico e do contexto social.

Segundo Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), cada variável é definida de acordo com funções de variáveis independentes linguísticas (estruturais) e/ou extralinguísticas (sociais). De acordo com Mollica (2013, p. 11), o papel da Sociolinguística consiste em “investigar o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos e prever seu comportamento regular e sistemático”.

Conforme afirma Faraco (2005), é da realidade heterogênea e variável da língua que emerge a mudança. Assim, para que exista mudança, é necessário que tenha havido variação. Nesse caso, a realização de uma variante se sobrepôs totalmente à da variante

² Também denominada *harmonia vocálica*. Neste artigo, denomina-se o processo variável como *harmonização vocálica*, a fim de facilitar sua distinção em relação à regra categórica da *harmonia* presente na raiz verbal.

com a qual competia. Conforme afirma Labov (1991 [1972]), a mudança tende a se completar em algum momento, e os processos variáveis tornam-se invariantes. Todavia, não necessariamente a variação acarreta mudança, já que as variantes podem se encontrar em variação estável.

A mudança linguística pode ser descrita conforme duas abordagens distintas: a *difusão lexical* e a *neogramática*. De acordo com a concepção *difusionista*, cada vocábulo apresenta sua própria história. Seguindo-se essa teoria, as mudanças linguísticas, implementadas a partir do léxico, são foneticamente abruptas e lexicalmente graduais. Já a hipótese *neogramática* propõe que todas as palavras sejam atingidas indistintamente pela mudança (lexicalmente abrupta e foneticamente gradual) e que as eventuais exceções à regra possam ser explicadas por analogia.

A Teoria da Variação e Mudança Linguística fundamenta muitas das pesquisas conduzidas acerca do alicamento de vogais médias pretônicas, fenômeno fonológico descrito na seção a seguir.

Alicamento das vogais médias pretônicas: processos fonológicos envolvidos

Câmara Jr. (2007 [1970], p. 41), a partir de suas observações sobre a variedade do Rio de Janeiro, afirma haver sete vogais orais em posição tônica no PB, sendo elas:

Altas	/u/			/i/	
Médias		/o/		/e/	(2° grau)
Médias			/ɔ/	/ɛ/	(1° grau)
Baixa			/a/		
		Posteriores	Central	Anteriores	

Diagrama 1. Vogais tônicas no PB

Nascentes (1953 [1922], p. 31) destaca o fato de a posição átona ser suscetível às “mais arbitrárias transformações, que variam do enfraquecimento até a supressão”. Segundo Câmara Jr. (2007 [1970]), na posição pretônica, há uma redução para cinco fonemas vocálicos por meio do processo de neutralização. Desaparece a oposição entre vogais médias-baixas e vogais médias-altas, prevalecendo estas em detrimento daquelas. Desse modo, conforme Câmara Jr. (2007 [1970], p. 44), as vogais pretônicas podem ser representadas da seguinte maneira:

Altas	/u/			/i/
Médias		/o/		/e/
Baixa			/a/	

Diagrama 2. Vogais pretônicas no PB

Assim, as sete vogais tônicas do PB são reduzidas a cinco em posição pretônica, por meio da neutralização vocálica. Os fonemas referentes às vogais médias-altas /e/ e /o/ podem ser realizados foneticamente como vogais médias-altas ([e] e [o]), vogais altas ([i] e [u]) ou, ainda, em determinadas regiões do Brasil, como vogais médias-baixas ([ɛ] e [ɔ]). De acordo com Câmara Jr. (2007 [1970], p. 35), isso ocorre por conta de “uma

assimilação aos traços dos outros sons contíguos ou um afrouxamento ou mesmo mudança de articulações em virtude da posição fraca em que o fonema se acha”.

No que diz respeito às vogais médias pretônicas na variedade do noroeste paulista, como já mencionado, pode-se observar o fenômeno fonológico denominado *alçamento vocálico*, por meio do qual as vogais médias /e/ e /o/ são pronunciadas, respectivamente, como as altas [i] e [u], como em *p[i]dido* e *c[u]ntinua*. Nessa variedade, nota-se também a ausência do *abaixamento vocálico*, em que as vogais médias-altas pretônicas /e/ e /o/ são pronunciadas, respectivamente, como as médias-baixas [ɛ] e [ɔ], como em *p[ɛ]r[ɛ]reca* e *c[ɔ]lega*. Esse fenômeno é característico, sobretudo, do Norte e do Nordeste do Brasil, mas também pode ser identificado em determinadas variedades do Centro-Oeste e do Sudeste do país.

Em relação ao *alçamento vocálico*, como apresentado anteriormente, dois processos podem acarretar a sua aplicação: a *harmonização* (CÂMARA JR., 2007 [1970]; BISOL, 1981) e a *redução vocálica* (ABAURRE-GNERRE, 1981). No concernente à harmonização vocálica, mais especificamente no que diz respeito a aspectos articulatórios envolvidos nesse processo, Bisol (1981) afirma que a articulação alta de uma vogal presente na sílaba subsequente faz com que a língua, de antemão, prepare-se a ela, por economia de espaço articulatório, o que altera a pronúncia da pretônica.

Câmara Jr. (2007 [1970]) constata que a harmonização vocálica se dá quando a vogal alta presente na sílaba seguinte à da pretônica-alvo é *tônica*. Bisol (1981), em seu estudo sobre a harmonização vocálica no dialeto gaúcho, afirma que a tonicidade é importante, mas não determinante no que diz respeito à aplicação da regra. A autora destaca a *adjacência* da sílaba da vogal alta em relação à da pretônica-alvo, ao afirmar que “a contiguidade é um traço obrigatório do condicionador da regra da harmonização vocálica. E [...] a tonicidade da vogal alta imediata é traço variável, embora mais atuante que a contraparte átona” (BISOL, 1981, p. 65).

Em relação aos aspectos articulatórios envolvidos no processo de *redução vocálica* – o qual, segundo Abaurre-Gnerre (1981), caracteriza enunciados de ritmo mais acentual –, os segmentos tornam-se mais semelhantes entre si pela diminuição de diferença articulatória da vogal em relação à(s) consoante(s), diminuindo o grau de sonoridade da pretônica. Esse processo pode ser associado ao estilo coloquial e à velocidade de fala.

Em relação às abordagens acerca de mudança linguística apresentadas na seção anterior, Bisol (2009) difere a harmonização da redução vocálica, pois a harmonização – assim como o alçamento da pretônica /e/ inicial antecedendo /N/ ou /S/ – pode ser explicada de acordo com a perspectiva neogramática. A autora afirma ser a harmonização,

[...] inegavelmente, uma regra neogramática, dependente do sistema, favorecida por certos contextos, o que não a impede de ser aplicada em contextos menos favorecedores, em virtude de seu caráter variável, sempre, porém, sob a égide de seu condicionador fonético, a vogal alta seguinte. (BISOL, 2009, p. 87)

Por sua vez, a redução vocálica, por não ter um condicionador fonético específico e por contar com propriedades do próprio fonema – a vogal média é naturalmente mais suscetível à mudança sonora –, é passível de explicação, conforme a autora, segundo a hipótese difusionista.

Na seção seguinte, é feita uma síntese dos resultados principais obtidos por Carmo (2013) sobre o comportamento fonológico das vogais médias pretônicas na variedade do noroeste do estado de São Paulo.

As vogais médias pretônicas no noroeste paulista

Para a análise das vogais médias pretônicas no noroeste paulista, Carmo (2013) utilizou, como *cópus*, 38 entrevistas retiradas da Amostra Censo – com controle dos perfis sociais dos informantes – do banco de dados IBORUNA, resultado do Projeto ALIP (Ibilce/Unesp – Fapesp 03/08058-6). Em relação ao tipo de relato, a autora limitou seu *cópus* às *narrativas de experiência pessoal*, por constituírem um gênero em que o informante desvia sua atenção para *o quê* fala, em vez do *modo* como fala, aproximando-se do vernáculo do falante (LABOV, 1991 [1972]).

Como parte de seus procedimentos metodológicos, Carmo (2013) excluiu de seu estudo as vogais médias pretônicas presentes em determinados contextos, a saber: (i) *início de vocábulo*; (ii) *ditongo*; (iii) *hiato*; e (iv) *prefixo*. De maneira geral, a autora justifica esse recorte com base nos percentuais altos de alçamento das pretônicas nesses contextos, os quais poderiam enviesar a análise quantitativa dos dados.

A pesquisa de Carmo (2013) apresentou, como um de seus propósitos principais, a investigação das vogais médias pretônicas de acordo com a classe gramatical, com base em resultados obtidos por trabalhos anteriores acerca das vogais médias pretônicas na variedade do noroeste paulista: o de Silveira (2008), que apontou a *redução vocálica* como o processo mais importante para o alçamento das vogais pretônicas em *nomes*, e o de Carmo (2009), que observou a *harmonização vocálica* como o processo que mais atua em prol da realização do fenômeno em vogais pretônicas em *verbos*.

A partir da utilização do pacote estatístico Goldvarb X, uma rodada inicial dos dados com todas as ocorrências revelou a não seleção da variável *classe gramatical* pelo programa estatístico, fornecendo indício de que essa informação, na verdade, não é relevante para o alçamento vocálico. Para a confirmação desse resultado, Carmo (2013) efetuou outras quatro rodadas, separadamente: (i) pretônica /e/ em nomes; (ii) pretônica /e/ em verbos; (iii) pretônica /o/ em nomes; e (iv) pretônica /o/ em verbos.

As taxas de alçamento das vogais médias pretônicas na variedade do noroeste paulista foram relativamente baixas: 16,1% para /e/ e 16,6% para /o/. De modo geral, Carmo (2013) afirma que o alçamento das vogais médias pretônicas no falar do noroeste paulista é um fenômeno de natureza, sobretudo, linguística, tendo em vista os resultados que apontam a ausência de influência das variáveis sociais consideradas – *sexo/gênero*, *escolaridade* e *faixa etária* – em relação ao alçamento das vogais médias pretônicas no noroeste paulista. Especificamente no que tange à variável social *faixa etária*, a verificação do *status* da mudança em tempo aparente revelou que o alçamento se encontra em variação estável na variedade estudada pela autora.

Em relação às variáveis linguísticas, verificou-se que a *altura da vogal presente na sílaba subsequente à sílaba da pretônica-alvo* foi a variável selecionada como a mais relevante em todas as rodadas efetuadas por Carmo (2013). Esse resultado corrobora a informação de que não há comportamento diferenciado das vogais médias pretônicas

em nomes e em verbos no que diz respeito ao alçamento vocálico. Nas quatro rodadas, foram obtidos pesos relativos (doravante, PRs) altos para a vogal-gatilho anterior, que é a vogal relacionada a verbos de terceira conjugação. De fato, os maiores pesos relativos correspondem à presença da vogal gatilho em verbos (PRs 0.967 para /e/ e 0.915 para /o/), mas, em nomes (PRs 0.876 para /e/ e 0.866 para /o/), essa vogal também se mostra altamente favorecedora do alçamento. Portanto, os resultados indicam que a harmonização vocálica, principalmente quando engatilhada pela vogal /i/, é o processo mais atuante para o alçamento das vogais médias pretônicas /e/ e /o/ na variedade do noroeste paulista, independentemente da classe gramatical.

Em relação à *tonicidade* da vogal gatilho à harmonização vocálica, Carmo (2013) observa que a tonicidade de /i/ é relevante para o alçamento de /e/ e de /o/, enquanto a tonicidade de /u/ revela-se indiferente em nomes.³ Já a *contiguidade* da sílaba da vogal alta em relação à da pretônica-alvo é obrigatória para a harmonização vocálica. Desse modo, confirma-se, para a variedade do noroeste paulista, a afirmação de Bisol (1981) de que a contiguidade da sílaba da vogal alta em relação à da pretônica-alvo é informação essencial para a harmonização vocálica, ao passo que a tonicidade da vogal alta não necessariamente determina a aplicação do processo.

O fato de a vogal pretônica se apresentar como tônica em outras formas do paradigma (*c[e]rteza – certo* e *fl[o]rido – flor*) é desfavorecedor do alçamento na variedade do noroeste paulista, ao passo que a constante atonicidade (*pr[i]cisou – precisa* e *c[u]lega – colega*) dessa vogal favorece a realização do fenômeno. Já a atonicidade variável em que a pretônica se apresenta como tônica alta (*m[i]ntia – minto* e *c[u]brindo – cubro*), caso presente principalmente em alguns verbos de terceira conjugação, favorece o fenômeno. A consideração da variável *conjugação do verbo em que a pretônica-alvo ocorre* revela exatamente que a vogal média pretônica presente em verbo de terceira conjugação é mais suscetível ao alçamento.

No tangente ao processo de *redução vocálica*, a consoante labial favorece o alçamento de /o/ tanto em posição *precedente* quanto em posição *seguinte*. Já a consoante dorsal é a favorecedora do alçamento de /e/, porém apenas em posição *subsequente*. A redução vocálica ocorre majoritariamente em vocábulos de um mesmo paradigma, o que fornece suporte à afirmação de Bisol (2009) de que esse processo consiste em um caso de difusão lexical, ao contrário da harmonização vocálica, que é explicada de acordo com a abordagem neogramática, por apresentar um condicionador fonético específico.

Por fim, a *estrutura da sílaba*, selecionada apenas para os verbos, mostra que a sílaba aberta, isto é, sem elemento em posição de coda, é favorecedora do alçamento, ao passo que a sílaba fechada – principalmente quando a coda é preenchida por elemento nasal – desfavorece o fenômeno.

Após a exposição das principais características das vogais médias pretônicas na variedade do noroeste paulista (CARMO, 2013), passa-se à análise comparativa dessas vogais com as vogais médias pretônicas em outras variedades do PB.

³ Em verbos, a escassez de dados provocou *nocaut*, o que impossibilitou a análise probabilística dos dados.

Comparação com outras variedades do PB

No presente trabalho, as vogais médias pretônicas na variedade do noroeste paulista (CARMO, 2013) são comparadas às vogais médias pretônicas nos dialetos arrolados a seguir:

- Estado do Rio Grande do Sul (BISOL, 1981);
- Belo Horizonte (MG) (VIEGAS, 1987);
- Uberlândia (MG) (FELICE, 2012);
- Nova Venécia (ES) (CELIA, 2004);
- Brasília (DF) (BORTONI; GOMES; MALVAR, 1992);
- Formosa (GO) (GRAEBIN, 2008);
- Salvador (BA) (SILVA, 1989);
- Recife (PE) (AMORIM, 2009);
- João Pessoa (PB) (PEREIRA, 2010); e
- Fortaleza (CE) (ARAÚJO, 2007).

Como resultado geral, são apresentadas as porcentagens de alçamento de acordo com diferentes variedades do PB:⁴

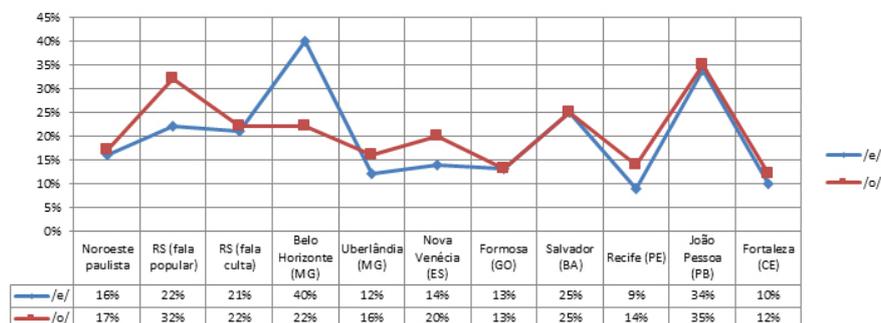


Gráfico 1. Porcentagens de alçamento em diferentes variedades do PB

Observa-se que as porcentagens de aplicação do alçamento na variedade do noroeste paulista (CARMO, 2013) aproximam-se principalmente dos índices observados no Rio Grande do Sul (especialmente no que se refere à fala culta) (BISOL, 1981), Uberlândia (FELICE, 2012), Nova Venécia (CELIA, 2004) e Formosa (GRAEBIN, 2008). No entanto, vale ressaltar que os percentuais de alçamento são dependentes das escolhas metodológicas de cada estudo, pois a exclusão de contextos fonológicos – como, por exemplo, início de vocábulo, ditongo, hiato e prefixo – altera os valores gerais referentes à aplicação do alçamento.

Deve-se destacar, também, que o fato de as variedades estarem em uma mesma região geopolítica ou em um mesmo estado não garante que o comportamento das vogais médias pretônicas seja semelhante. Quando observada a região Nordeste, por exemplo, mesmo com muitos contextos excluídos nos estudos representativos dessa região, as taxas de alçamento podem variar de 10% e 12% para, respectivamente, /e/ e /o/ na variedade de

⁴ O trabalho de Bortoni, Gomes e Malvar (1992) não divulga as porcentagens de alçamento na variedade de Brasília.

Fortaleza (ARAÚJO, 2007) a 34% e 35% para essas vogais na variedade de João Pessoa (PEREIRA, 2010).

Em seu estudo dialetológico, Nascentes (1953 [1922]) elabora uma divisão geolinguística do falar brasileiro em seis subfalares, reunidos em dois grandes grupos (*norte* e *sul*). Segundo o autor, uma das diferenças principais entre esses dois grupos é a existência do *abaixamento vocálico*, ou seja, a realização de vogais pretônicas médias-baixas em determinados vocábulos:

De um modo geral se pode reconhecer uma grande divisão: norte e sul; norte, até a Baía e sul, daí para baixo. No sul não ha vogais protonicas abertas antes do acento (salvo determinados casos de derivação) e a cadencia é diferente da do norte. (NASCENTES, 1953 [1922], p. 19-20)

Dentre os dialetos considerados neste artigo, a variedade do noroeste paulista assemelha-se à gaúcha pela ausência do fenômeno de *abaixamento vocálico*. Na variedade nordestina falada em João Pessoa (PEREIRA, 2010), por exemplo, as vogais pretônicas que sofrem esse fenômeno (44% para /e/ e 42% para /o/) chegam a ser mais frequentes do que as vogais médias-altas (22% para /e/ e 23% para /o/) e as alçadas (34% para /e/ e 35% para /o/).

Em relação ao alçamento vocálico resultante do processo de *harmonização vocálica*, a presença de vogal alta é um fator bastante relevante para a aplicação do fenômeno no PB, sendo destacada em todas as pesquisas que consideram essa informação. Na variedade de Belo Horizonte (VIEGAS, 1987), no entanto, essa informação se restringe ao alçamento da vogal pretônica /e/, sendo o alçamento da pretônica /o/ decorrente do processo de redução vocálica.

Quanto às vogais que funcionam como gatilho à harmonização vocálica, Bisol (1981) afirma que, na variedade gaúcha, a vogal alta posterior /u/ não favorece o alçamento da média anterior /e/, resultado obtido também no que tange às vogais médias pretônicas do noroeste paulista (CARMO, 2013). Segundo Bisol (1981, p. 114), pelo fato de a vogal posterior /u/ ser menos alta do que a anterior /i/, “é natural que não exerça sua força atrativa sobre /e/, pois convertê-la em /i/ seria provocar uma articulação mais alta que a própria”.

Em algumas variedades, como as de Recife (AMORIM, 2009), Uberlândia (FELICE, 2012)⁵ e Belo Horizonte (VIEGAS, 1987) – nesta, para o alçamento de /e/ – a *tonicidade* e a *contiguidade* da vogal alta são apontadas como relevantes à aplicação do alçamento. A contiguidade, no entanto, é informação mais importante do que a tonicidade, já que alguns estudos destacam somente a atuação da primeira ou, ainda, apresentam a vogal alta átona como gatilho ao alçamento, minimizando a atuação da tonicidade. Esse é o caso dos estudos sobre as variedades do noroeste paulista, Rio Grande do Sul (BISOL, 1981), Nova Venécia (CELIA, 2004) e Salvador (SILVA, 1989). Essas pesquisas corroboram a afirmação de Bisol (1981) de que a contiguidade é fator essencial à aplicação da harmonização vocálica, sendo a tonicidade uma informação relevante, mas secundária para a realização do processo.

5 No que tange à variedade de Uberlândia, Felice (2012) destaca a *contiguidade* da vogal tônica apenas para o alçamento da pretônica /o/.

Sobre o *grau de atonicidade da pretônica-alvo*, a permanência de seu caráter átono em todas as formas do paradigma atua em favor do alçamento das vogais médias pretônicas no PB. Esse resultado foi atestado em variedades representativas de diferentes regiões brasileiras: Rio Grande do Sul (região Sul), noroeste paulista e Nova Venécia (Sudeste), Brasília (Centro-Oeste) e, finalmente, Fortaleza e Recife – nesta variedade, apenas para o alçamento da pretônica /o/ – (Nordeste). O resultado da pesquisa de Carmo (2013) sobre o noroeste paulista que mostra o favorecimento do alçamento pela *atonicidade variável com vogal alta*, fator relacionado ao processo de harmonia vocálica na raiz verbal, também foi encontrado nas variedades do Rio Grande do Sul (BISOL, 1981), Salvador (SILVA, 1989) e Fortaleza (ARAÚJO, 2007), para o alçamento de ambas as vogais, e no dialeto de Nova Venécia (CELIA, 2004), para o alçamento da vogal posterior. Sobre esse fator, Bisol (1981) afirma estar relacionado a verbos de terceira conjugação e irregulares de segunda conjugação, verbos que se caracterizam pela presença de vogal alta relacionada não apenas ao processo categórico de harmonia vocálica na raiz verbal, como também ao papel que desenvolve como marca de morfemas flexionais e vogal temática da terceira conjugação. Segundo a autora, há uma abundância de condicionadores na flexão verbal que cria vogais altas, espalhando-as pelo paradigma.

O *ponto de articulação das consoantes precedente e seguinte* também se destaca como relevante à aplicação do alçamento nas variedades do PB. O dialeto de Belo Horizonte (VIEGAS, 1987) serve como exceção a essa afirmação, pois é constatada influência maior por parte do *modo* de articulação dessas consoantes na capital mineira.

A influência da consoante *precedente* labial para o alçamento da pretônica /o/ foi encontrada não só no que diz respeito ao noroeste paulista, mas também nas seguintes variedades: Rio Grande do Sul (BISOL, 1981), Uberlândia (FELICE, 2012), Brasília (BORTONI; GOMES; MALVAR, 1992), Fortaleza (ARAÚJO, 2007), Salvador (SILVA, 1989), Recife (AMORIM, 2009) e João Pessoa (PEREIRA, 2010) (nas três últimas variedades, resultado encontrado também para /e/). Em Nova Venécia (CELIA, 2004), a consoante bilabial favorece o alçamento apenas de /e/ e, em Formosa (GRAEBIN, 2008), apenas de /o/.

Para outras variedades do PB que não o noroeste paulista, deve-se destacar o comportamento da consoante *precedente* velar, verificada como favorecedora do alçamento de /o/ em Uberlândia (FELICE, 2012), Nova Venécia (CELIA, 2004), Brasília (BORTONI; GOMES; MALVAR, 1992) e Salvador (SILVA, 1989), e de ambas as vogais médias pretônicas no Rio Grande do Sul (BISOL, 1981), Formosa (GRAEBIN, 2008), Recife (AMORIM, 2009) e Fortaleza (ARAÚJO, 2007).

Destaca-se ainda a influência da consoante *precedente* palatal para o alçamento de /e/ nas variedades de Recife (AMORIM, 2009) e Fortaleza (ARAÚJO, 2007) e de /e/ e /o/ em Nova Venécia (CELIA, 2004) e Brasília (BORTONI; GOMES; MALVAR, 1992). Vale ressaltar que alguns estudos consideram a ausência de consoante em posição *precedente* como um fator em suas investigações e observam que tal contexto é favorecedor do alçamento da vogal pretônica /e/ – Brasília (BORTONI; GOMES; MALVAR, 1992) e Formosa (GRAEBIN, 2008) – ou de ambas as vogais pretônicas – Nova Venécia (CELIA, 2004).

Em posição *seguinte* à da pretônica-alvo, na variedade do noroeste paulista, observa-se o favorecimento do alçamento de /e/ pelas consoantes dorsais/velares, resultado também

observado nas variedades do Rio Grande do Sul (BISOL, 1981), Uberlândia (FELICE, 2012), Nova Venécia (CELIA, 2004), Brasília (BORTONI; GOMES; MALVAR, 1992), Formosa (GRAEBIN, 2008), Recife (AMORIM, 2009) e Fortaleza (ARAÚJO, 2007). A consoante labial atua em prol do alçamento de /o/ na variedade do noroeste paulista, Rio Grande do Sul (BISOL, 1981) e Salvador (SILVA, 1989) e de /e/ e /o/ em Brasília (BORTONI; GOMES; MALVAR, 1992), Recife (AMORIM, 2009) e Fortaleza (ARAÚJO, 2007). A consoante labiodental favorece o alçamento de /o/ em Nova Venécia (CELIA, 2004) e Formosa (GRAEBIN, 2008). Deve-se destacar, também, o favorecimento do alçamento de /e/ e de /o/ por parte da consoante palatal no Rio Grande do Sul (BISOL, 1981), Formosa (GRAEBIN, 2008) e Fortaleza (ARAÚJO, 2007) e de somente /o/ em Brasília (BORTONI; GOMES; MALVAR, 1992) e em Recife (AMORIM, 2009). A ausência de consoante em posição subsequente à pretônica-alvo favorece o alçamento das vogais médias pretônicas em Nova Venécia (CELIA, 2004) e Brasília (BORTONI; GOMES; MALVAR, 1992).⁶

O processo de redução vocálica ocorre com baixa frequência nas variedades do noroeste paulista, gaúcha (BISOL, 1981) e capixaba (CELIA, 2004), sendo o alçamento resultado, sobretudo, de harmonização vocálica. Na variedade paraibana (PEREIRA, 2010), também se destaca a harmonização vocálica, tanto para a aplicação do alçamento quanto para a aplicação do abaixamento. Para as variedades de Belo Horizonte (VIEGAS, 1987) e de Brasília (BORTONI; GOMES; MALVAR, 1992), por exemplo, o alçamento de /e/ é resultado de harmonização, enquanto o alçamento de /o/ resulta, sobretudo, do processo de redução.

Em relação à *estrutura silábica*, os resultados mostram-se heterogêneos. Nas variedades do noroeste paulista e de Belo Horizonte (VIEGAS, 1987), a estrutura silábica é uma variável importante para o alçamento, o qual é desfavorecido por sílaba travada por elemento nasal. Exclusivamente para o alçamento de /e/, a nasalidade é favorecedora nas variedades do Rio Grande do Sul (BISOL, 1981), Uberlândia (FELICE, 2012) e Nova Venécia (CELIA, 2004) (sendo que, na última variedade, a oralidade favorece o alçamento de /o/). Bisol (1981) justifica o favorecimento do alçamento de /e/ por parte da nasalidade com base na afirmação de que, no processo de nasalização, aumentam-se as frequências dos formantes 2 e 3 e, assim, a vogal média anterior vai na direção da alta, ao passo que a vogal média posterior se aproxima da região das vogais baixas. Para a variedade do noroeste paulista e de Belo Horizonte (VIEGAS, 1987), essa explicação de ordem fonética não procede, tendo em vista o resultado diferente obtido para a pretônica /e/, a qual, como mencionado, tem seu alçamento desfavorecido nesse contexto. Considerando tratar-se de efeitos fonéticos idênticos em anatomias semelhantes, o fato de o alçamento vocálico apresentar comportamentos antagônicos em determinados contextos em diferentes variedades do PB enfraquece a concepção neogramática do fenômeno.

6 Neste artigo, busca-se apresentar resultados gerais encontrados em diferentes variedades. Todavia, devem ser mencionados alguns resultados que foram obtidos especificamente para uma ou outra variedade, a saber: (i) em Formosa (GRAEBIN, 2008), há a atuação de /N/ e /S/ em coda para o alçamento, respectivamente, de /e/ e de /o/ e de consoantes pós-alveolares em posição subsequente para o alçamento de ambas as vogais; (ii) em Salvador (SILVA, 1989), a consoante dento-alveolar (com exceção das laterais) precedente favorece o alçamento de /e/; e (iii) em Recife (AMORIM, 2009), as consoantes alveolares em contexto precedente e seguinte favorecem o alçamento da vogal média anterior e a consoante seguinte glotal favorece o alçamento da pretônica posterior.

A ausência de segmento em coda favorece o alçamento das vogais médias pretônicas no noroeste paulista, em Uberlândia (FELICE, 2012) e em Nova Venécia (CELIA, 2004) e especificamente de /o/ nas variedades de Recife (AMORIM, 2009) e de Belo Horizonte (VIEGAS, 1987). Na variedade da capital mineira, sílaba travada por fricativa favorece o alçamento de /e/ e de /o/.

De modo geral, as variáveis sociais são menos atuantes do que as variáveis linguísticas. Como já mencionado, o *sexo/gênero*, a *faixa etária* e a *escolaridade* não se mostram relevantes para o alçamento das vogais médias pretônicas na variedade do noroeste paulista. Quando as variáveis sociais atuam, em determinadas variedades, parecem exercer maior influência sobre a vogal pretônica /e/ do que sobre a pretônica /o/, o que vai ao encontro da constatação que Bisol (1981) faz acerca do dialeto gaúcho de que o falante tem consciência do alçamento somente da pretônica /e/, pois, em seu estudo, a fala espontânea favorece o alçamento de /e/ enquanto a fala-teste, mais formal, desfavorece o fenômeno nessa vogal.

Especificamente sobre o *sexo/gênero*, os únicos estudos que mostram alguma influência dessa variável são os que tratam dos falares de Uberlândia (FELICE, 2012), Formosa (GRAEBIN, 2008) e Recife (AMORIM, 2009). Nas duas primeiras cidades, as mulheres favorecem o alçamento da pretônica /e/ e, em Recife, são os homens os que apresentam maior probabilidade de alçar essa vogal. Essa variável não se mostra relevante no alçamento das vogais médias pretônicas do noroeste paulista, Rio Grande do Sul (BISOL, 1981), Belo Horizonte (VIEGAS, 1987), Salvador (SILVA, 1989), João Pessoa (PEREIRA, 2010) e Fortaleza (ARAÚJO, 2007). Nessas variedades, bem como nos dialetos falados em Uberlândia e Formosa, há indícios de que o alçamento vocálico não consiste em um fenômeno estigmatizado, pois, como consta na literatura da área, quando comparadas aos homens, as mulheres tendem a usar formas estigmatizadas com menor frequência, sendo mais sensíveis ao padrão de prestígio (LABOV, 1991 [1972]).

Quanto à *faixa etária*, os mais velhos são os mais propensos a realizar o alçamento no Rio Grande do Sul (BISOL, 1981) e em Fortaleza (ARAÚJO, 2007). Por outro lado, os mais jovens realizam o fenômeno com maior probabilidade do que os mais velhos em Belo Horizonte (nesta variedade, apenas para /e/) (VIEGAS, 1987). Nos dialetos do noroeste paulista, Uberlândia (FELICE, 2012), Nova Venécia (CELIA, 2004), Salvador (SILVA, 1989), Recife (AMORIM, 2009) e João Pessoa (PEREIRA, 2010), o alçamento se encontra em variação estável.

Observa-se, quanto à *escolaridade*, que os indivíduos menos escolarizados apresentam o alçamento vocálico com maior probabilidade nas variedades de Fortaleza (ARAÚJO, 2007), Uberlândia (FELICE, 2012) e Formosa (GRAEBIN, 2008) – nas duas últimas variedades, apenas para a pretônica /e/. Vale ressaltar que a escolaridade não se mostra relevante nas variedades do Rio Grande do Sul (BISOL, 1981), noroeste paulista e João Pessoa (PEREIRA, 2010).

De modo geral, dada a atuação inexpressiva de variáveis extralinguísticas para a realização do alçamento, pode-se dizer que este sofre maior influência de fatores linguísticos. Os fatores estruturais previamente elencados que favorecem o alçamento em diferentes variedades do PB podem ser sintetizados no seguinte quadro:

Quadro 1. Quadro comparativo de fatores linguísticos em diferentes variedades do PB⁷

Variáveis Variedades	Vogal alta (gatilho)	Grau de atonicidade da vogal pretônica	Ponto de articulação da consoante precedente	Ponto de articulação da consoante seguinte	Estrutura da sílaba
Noroeste Paulista (CARMO, 2013)	Contígua	Átona permanente, átona variável com vogal alta	Labial	Velar, labial	Ausência de coda
Rio Grande do Sul (BISOL, 1981)	Contígua	Átona permanente, átona variável com vogal alta	Velar, labial	Palatal, velar, labial	Nasalidade
Belo Horizonte (MG) (VIEGAS, 1987)	Tônica contígua	---	---	---	Fricativa em coda, ausência de coda
Uberlândia (MG) (FELICE, 2012)	Tônica contígua	---	Labial, velar	Velar	Ausência de coda, nasalidade
Nova Venécia (ES) (CELIA, 2004)	Contígua	Átona permanente, átona variável com vogal alta	Ausência, palatal, bilabial, velar	Ausência, velar, labiodental	Ausência de coda, nasalidade, oralidade
Brasília (DF) (BORTONI; GOMES; MALVAR, 1992)	---	Átona permanente	Palatal, ausência, labial, velar	Ausência, labial, velar, palatal	---
Formosa (GO) (GRAEBIN, 2008)	---	---	Velar, ausência, bilabial	Palatal, pós-alveolar, velar, /N/, /S/, labiodental	---
Salvador (BA) (SILVA, 1989)	Contígua	Átona variável com vogal alta	Labial, dento-alveolar não-lateral, velar	Labial	---
Recife (PE) (AMORIM, 2009)	Tônica contígua	Átona permanente	Labial, velar, alveolar, palatal	Labial, alveolar, velar, glotal, palatal	Ausência de coda
João Pessoa (PB) (PEREIRA, 2010)	---	---	Labial	---	---
Fortaleza (CE) (ARAÚJO, 2007)	---	Átona permanente, átona variável com vogal alta	Velar, palatal, labial	Labial, palatal, velar	---

Por meio do Quadro 1, são observadas algumas tendências gerais de fatores linguísticos que favorecem o alçamento das vogais médias pretônicas do PB:

Presença de vogal alta (principalmente quando tônica) na sílaba seguinte;

- Caráter permanentemente átono da pretônica;
- Atonicidade casual com tônica alta (relacionada à harmonia vocálica na raiz verbal);
- Consoante precedente:
 - Palatal e ausência de consoante, principalmente para /e/;
 - Labial e dorsal/velar, principalmente para /o/; e

⁷ Nas células do Quadro 1, a cor preta indica que o fator favorece o alçamento de /e/ e /o/, a cor azul, o alçamento da vogal anterior e, por fim, a cor vermelha, a aplicação do fenômeno no que tange à vogal posterior. Deve-se destacar, também, que o símbolo “---” representa (i) a não-investigação da variável por parte do(a) autor(a) ou (ii) a não-seleção do grupo de fatores para a variedade considerada.

- Consoante seguinte:
 - Dorsal/velar, apenas para /e/;
 - Labial e palatal, principalmente para /o/;
 - Ausência de consoante, para /e/ e /o/.

Dentre as variedades listadas no presente estudo, a variedade do noroeste paulista em muitos aspectos se assemelha à gaúcha (BISOL, 1981) em relação ao comportamento das vogais médias pretônicas. Em ambos os dialetos, além da ausência do *abaixamento*, verifica-se a atuação da harmonização vocálica como principal processo para a realização do alçamento. A harmonização atua de modo semelhante nas duas variedades: a vogal /i/ engatilha o alçamento de /e/ e de /o/, mas a vogal /u/ atua principalmente em prol do alçamento da vogal média posterior. Para a aplicação da harmonização, a contiguidade da sílaba da vogal alta em relação à da pretônica-alvo é obrigatória, ao passo que a tonicidade da vogal gatilho é informação relevante, mas não determinante. A natureza permanentemente átona da pretônica também favorece o alçamento nas variedades gaúcha (BISOL, 1981) e do noroeste de São Paulo. Finalmente, quanto à redução vocálica, os resultados obtidos para a variedade do noroeste paulista (consoante labial em contexto precedente e/ou seguinte favorece o alçamento de /o/ e consoante dorsal/velar subsequente favorece o alçamento de /e/) também foram encontrados no falar gaúcho (que, por sua vez, também apresenta favorecimento do alçamento de ambas as pretônicas por parte das consoantes velar e palatal em posição precedente e seguinte, respectivamente).

Considerações finais

Como exposto no presente artigo, quando comparadas as diferentes variedades do PB em relação ao *alçamento vocálico*, observa-se uma tendência ao seu favorecimento por parte da presença de uma vogal alta na sílaba seguinte, que engatilha a harmonização vocálica, principalmente quando esta vogal é tônica. No tangente às consoantes adjacentes, para a pretônica /e/, verifica-se a influência de consoantes com ponto de articulação alto (palatal e dorsal/velar) e, para /o/, além do ponto de articulação alto das mesmas consoantes (palatal e dorsal/velar), observa-se a influência da consoante labial, que favorece o alçamento da vogal posterior pelo fato de a vogal alta /u/ ser mais labializada do que /o/ (BISOL, 1981).

Além disso, a vogal pretônica – principalmente quando /e/ – em início de vocábulo tende a alçar, assim como a pretônica seguida imediatamente por outra vogal, com a qual forma sequência vocálica. Os contextos de vogal pretônica em início de vocábulo, ditongo e hiato foram descartados da análise de Carmo (2013) sobre as vogais médias pretônicas na variedade do noroeste paulista, dentre outros motivos, justamente por apresentarem frequências altas de alçamento, o que poderia enviesar os resultados quantitativos de sua pesquisa.

Especificamente no que diz respeito à variedade do noroeste paulista, dada a ausência do fenômeno de *abaixamento* das vogais médias pretônicas, confirma-se a classificação de Nascentes (1953 [1922]) que coloca esse dialeto como pertencente ao subfalar sulista, do grupo *sul* do PB. De modo geral, os resultados comparativos expostos no presente artigo aproximam a variedade do noroeste paulista ao dialeto gaúcho, devido à

ausência do abaixamento e à atuação similar da harmonização em prol do alçamento das vogais médias pretônicas em ambas as variedades.

REFERÊNCIAS

ABAURRE-GNERRE, M. B. M. Processos fonológicos segmentais como índices de padrões prosódicos diversos nos estilos formal e casual do português do Brasil. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v. 2, p. 23-44, 1981.

AMORIM, G. S. *O comportamento do /e/ e do /o/ pretônicos: um estudo variacionista da língua falada culta do Recife*. 2009. 170 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

ARAÚJO, A. A. *As vogais médias pretônicas no falar popular de Fortaleza: uma abordagem variacionista*. 2007. 152 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

BISOL, L. *Harmonia vocálica: uma regra variável*. 1981. 280 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.

_____. O alçamento da pretônica sem motivação aparente. In: BISOL, L; COLLISCHONN, G. (Org.) *Português do Sul do Brasil: variação fonológica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 73-92.

BORTONI, S. M.; GOMES, C. A.; MALVAR, E. A variação das vogais médias pretônicas no português de Brasília: um fenômeno neogramático ou de difusão lexical? *Revista Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-30, 1992.

CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2007 [1970].

CARMO, M. C. *As vogais médias pretônicas dos verbos na fala culta do interior paulista*. 2009. 119 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2009.

_____. *As vogais médias pretônicas na variedade do interior paulista*. 2013. 249 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2013.

CELIA, G. F. *As vogais médias pretônicas na fala culta de Nova Venécia-ES*. 2004. 114 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

FARACO, C. A. *Lingüística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005, p. 14-90.

FELICE, A. C. G. L. *Um estudo variacionista e fonológico sobre o alçamento das vogais médias pretônicas na fala uberlandense*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

GRAEBIN, G. S. *A fala de Formosa/GO: a pronúncia das vogais médias pretônicas*. 2008. 243 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. 11th printing. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991 [1972].

MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: BRAGA, M. L.; MOLLICA, M. C. (Org.) *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 9-14.

NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953 [1922].

PEREIRA, R. C. M. *Uma análise variacionista das vogais médias pretônicas*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SILVA, M. B. *As pretônicas no falar baiano: a variedade culta de Salvador*. 1989. 371 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

SILVEIRA, A. A. M. *As vogais pretônicas na fala culta do noroeste paulista*. 2008. 143 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2008.

VIEGAS, M. C. *Alçamento das vogais pretônicas: uma abordagem sociolingüística*. 1987. 231 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1987.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

O padrão entoacional neutro do português de Guiné-Bissau: uma comparação preliminar com o português brasileiro¹

(Neutral intonational pattern of Guinea-Bissau Portuguese:
a preliminary comparison with Brazilian Portuguese)

Vinícius Gonçalves dos Santos,¹ Flaviane Romani Fernandes Svartman²

^{1,2}Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)

vinicius.santos@usp.br, flavianesvartman@usp.br

Abstract: This paper presents a preliminary comparative study between the intonational pattern of Guinea-Bissau Portuguese (GBP) and the intonational pattern of Brazilian Portuguese (BP), specifically with regard to the association of tonal events with the intonational contour of neutral declarative sentences. For this purpose, we describe the GBP neutral intonation pattern and we present the similarities and differences between this variety and Brazilian Portuguese. Based on the results, we conclude that GBP and BP have similar intonational features in general, in relation to the type of contour under analysis, although they have some specific characteristics, in respect to certain tonal associations, which are present in one variety and absent in the other.

Keywords: Guinea-Bissau Portuguese; Brazilian Portuguese; phonology; intonation (phonology); prosodic domains.

Resumo: Este trabalho apresenta um estudo comparativo preliminar entre o padrão entoacional do português de Guiné-Bissau (PGB) e o padrão entoacional do português brasileiro (PB) no que se refere, especificamente, à associação de eventos tonais ao contorno de sentenças declarativas neutras. Para isso, descrevemos como se configura tal padrão entoacional no PGB e apresentamos quais as semelhanças e divergências entre este e a variedade brasileira de português. Concluímos, a partir dos resultados obtidos, que o PGB e o PB possuem características que os assemelham entoacionalmente, porém com algumas especificidades quanto a certas associações tonais que estão presentes em uma variedade e ausentes na outra.

Palavras-chave: português de Guiné-Bissau; português brasileiro; fonologia; entoação (fonologia); domínios prosódicos.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo a análise comparativa preliminar do padrão entoacional do contorno neutro do português de Guiné-Bissau (doravante, PGB) com o padrão entoacional do contorno neutro do português do Brasil (doravante, PB), no que tange, especificamente, à associação de eventos tonais a esse tipo de contorno nas duas variedades de português. Mostraremos que os resultados encontrados na descrição e análise dos dados do PGB apontam para uma configuração geral semelhante à encontrada

¹ Este trabalho é resultado da pesquisa relacionada ao projeto de mestrado intitulado “Entoação do contorno neutro do português de Guiné-Bissau” (processo FAPESP 2013/08329-1), em desenvolvimento pelo primeiro autor e no âmbito dos projetos de pesquisa “Fraseamento entoacional em português brasileiro” (processo FAPESP n. 2011/50044-9), coordenado pela segunda autora, e “Interactive Atlas of the Prosody of Portuguese” (processo n. FCT PTDC/CLE-LIN/119787/2010), projeto internacional do qual a segunda autora é pesquisadora colaboradora estrangeira.

para o PB em trabalhos anteriores, porém, com algumas especificidades quanto a certas associações tonais que estão presentes em uma variedade e ausentes na outra.

Neste trabalho, além desta introdução, apresentamos brevemente alguns aspectos sociolinguísticos de Guiné-Bissau, seguidos pela apresentação das principais justificativas da comparação entre as duas variedades de português. Em seguida, apresentamos o quadro teórico adotado, bem como delimitamos o *corpus* e a metodologia empregados neste estudo. Dedicamos uma parte deste trabalho aos resultados obtidos na descrição e análise do PGB, seguidos pela comparação dos mesmos com os resultados obtidos para o PB por Fernandes-Svartman (2012) e, por fim, apresentamos nossas considerações finais.

O português falado em Guiné-Bissau

A República de Guiné-Bissau é um pequeno país de 36.125 km², situado na costa africana ocidental entre o Senegal e a República de Guiné, e possui uma população total estimada de 1.663.558 habitantes (BANCO MUNDIAL, 2012). Em seu território pouco extenso, a população distribui-se entre mais de vinte grupos étnicos e suas respectivas línguas e dialetos. Essas línguas africanas, maternas para a grande maioria da população, coabitam com o crioulo de Guiné-Bissau,² língua veicular e de unidade nacional, e com o português, língua oficial do país.³

Contudo, apesar de ser língua oficial, o português até hoje não é vernacular no país e tem seu uso limitado ao meio culto, a casos específicos. Aproximadamente 13% da população é falante do idioma, sendo essencialmente como língua segunda ou terceira (COUTO; EMBALÓ, 2010, p. 45). Porém, é ele a língua de uso obrigatório no ensino e, por conseguinte, praticamente todo o acervo histórico-cultural do país que se tem registrado está nessa língua. Além disso, os meios de comunicação em massa são em português (imprensa escrita) ou partilhados com o crioulo (no caso de programas radiofônicos e de televisão). No nível governamental, o crioulo é utilizado com relativa frequência em determinados níveis, mas encoraja-se o uso da língua oficial em todas as instituições e serviços públicos, assim como nas situações de formalidade. Desse modo, a língua portuguesa é vista como língua de prestígio associada à elite ou a pessoas com certo grau de instrução. E, apesar de nem mesmo essa elite instruída falar espontaneamente o português em situações naturais, com o desenvolvimento das relações exteriores do país, com sua posição de membro dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e com os programas de cooperação internacional com a lusofonia, o idioma tem recebido cada vez mais destaque em relação às demais línguas.

2 As *línguas africanas* de Guiné-Bissau são línguas da família nigero-congolesa (grupos Mandé e Oeste-Atlântico) empregadas no ambiente familiar, e seu uso concentra-se, principalmente, nas áreas rurais. As principais línguas são: fula, balanta, mandinga, manjaco, papel, felupe, beafada, bijagó, mancanha e nalu (COUTO; EMBALÓ, 2010, p. 28-29). Por sua vez, o *crioulo de Guiné-Bissau*, localmente chamado de *kriol*, é uma língua afro-romance de base lexical portuguesa falada na República de Guiné-Bissau e na região senegalesa de Casamança. Emergiu do contato da língua do colonizador português com as línguas autóctones – diversas línguas africanas nigero-congolesas (particularmente dos grupos Mandé e Atlântico). O crioulo tem seu uso notadamente no cotidiano urbano do país, devido à intensa interação entre falantes de etnias distintas nesse ambiente, sendo ele a língua que mais falantes possui: cerca de 90% dos guineenses têm pelo menos o domínio passivo do idioma (COUTO; EMBALÓ, 2010, p. 50).

3 Assim como muitas ex-colônias africanas adotaram a língua de seu antigo colonizador como uma ou única língua oficial, a Guiné-Bissau adotou o português de norma europeia como língua oficial do país, após a sua independência de Portugal, no ano de 1973.

Por não ser ainda uma língua materna de parte significativa da população, o português falado em Guiné-Bissau apresenta certas especificidades gramaticais variáveis⁴ que, segundo Couto e Embaló (2010), são consequências do quadro multilíngue de Guiné-Bissau: a interação de diversas línguas no país resulta em uma escala de variabilidade linguística denominada *continuum* guineense, que vai desde as línguas nativas até o português lusitano, passando pelas variedades do crioulo basilectal (*kriol fundu*) e acroletal (*kriol lebi*) e do português acrioulado, que, para os autores, é o português de fato falado em Guiné-Bissau.

Ao contrário do crioulo, de cujo estudo alguns autores se têm ocupado, não existem muitas pesquisas sobre o português guineense. Desse modo, este artigo tenciona trazer contributos a esse domínio pouco explorado do país no que compete aos objetivos do presente trabalho, conforme será visto nas próximas seções.

PGB e PB: línguas parcialmente reestruturadas e divergência rítmica

Neste trabalho, consideramos o português brasileiro e o português falado em Guiné-Bissau, ambas línguas parcialmente reestruturadas, segundo a concepção de Holm (2004), podendo, portanto, apresentar características gramaticais (morfossintáticas e fonológicas) que as aproximam. O modelo de *línguas parcialmente reestruturadas* vem sendo explorado como uma maneira de explicar o desenvolvimento de certas línguas emergidas de situações de contato linguístico que são variedades distintas das suas variedades de origem (línguas não reestruturadas), bem como das línguas crioulas (línguas completamente reestruturadas). Estudos como os de Holm (2004) ressaltam as vantagens de se estabelecer uma tipologia geral de línguas parcialmente reestruturadas por meio de comparações morfossintáticas através de fronteiras lexicais; além disso, estudos recentes têm-se atentado cada vez mais para o fato de que línguas parcialmente reestruturadas apresentam estruturas similares àquelas das línguas crioulas (HOLM, 2012). Na tipologia da teoria, línguas parcialmente reestruturadas incluiriam, por exemplo, o português vernacular brasileiro e o português de Angola, o espanhol caribenho não padrão, o inglês afro-americano, o afrikaans e o francês vernacular de Reunião, que tiveram sua origem em línguas não reestruturadas: respectivamente, português, espanhol, inglês, holandês e francês (HOLM, 2004).

Além disso, o estudo de Oliveira, Baió e Injai (2013) aponta que variedades de português guineense apresentam semelhanças morfossintáticas com o português vernacular brasileiro e influências do crioulo de Guiné-Bissau. Oliveira, Baió e Injai (2013), por meio de estudos baseados no *continuum* guineense proposto por Couto e Embaló (2010, p. 31), apontam que as primeiras descrições do sistema pronominal do português acadêmico guineense – isto é, a variedade de português-alvo falada por acadêmicos guineenses em instituições de ensino superior no Brasil – apresentam similaridades com o sistema pronominal do português vernacular brasileiro (ausência de clíticos de 3ª pessoa e

4 Segundo Couto e Embaló (2010), no nível fonético-fonológico, por exemplo, há uma série de tendências: a neutralização da distinção entre as consoantes coronais vibrantes; a neutralização de altura entre as vogais médias; a realização plena do arquifonema consonantal nasal em posição de coda silábica; e, finalmente, o ritmo da frase divergente do português lusitano e brasileiro – de interesse particular no presente estudo. Para as demais características lexicais, morfossintáticas e semântico-pragmáticas do português guineense, confira Couto e Embaló (2010, p. 51-55).

posição proclítica). Por sua vez, sugerem que os sintagmas nominal e verbal do português acrioulado, considerado interlíngua (sistema transicional), apresentam características resultantes de interferências do crioulo de Guiné-Bissau e semelhanças com muitas variedades vernaculares de português que vêm sendo estudadas no Brasil e na África.

Por outro lado, Couto e Embaló (2010) apresentam uma série de peculiaridades do PGB que o difere das demais variedades de português. Entre elas, a drástica divergência rítmica da frase da variedade guineense de português em relação às variedades lusitana e brasileira. De acordo com os autores, “[o] português guineense, isto é, o português acrioulado, é falado com o ritmo do crioulo que, por sua vez provém do ritmo das línguas africanas” (COUTO; EMBALÓ, 2010, p. 52). Entretanto, o compêndio dos referidos autores, dedicado ao estudo da língua, literatura e cultura de Guiné-Bissau, não contempla maiores informações a respeito da divergência rítmica entre as variedades de português mencionadas, detendo-se a concluir que há uma grande quantidade de especificidades no PGB que ainda aguarda um estudo mais aprofundado. Assim, uma investigação acurada sobre o ritmo do PGB se faz necessária.

No que compete à investigação deste trabalho, dado que, além da duração e do acento, também a entoação se configura como um dos principais aspectos prosódicos envolvidos na implementação rítmica das línguas, atemo-nos a verificar como se configura o contorno entoacional em PGB e quais são as divergências e/ou semelhanças entoacionais entre essa variedade de português e, por ora, a variedade brasileira, no que se refere especificamente ao fraseamento entoacional de sentenças declarativas neutras.

Quadro teórico

Fonologia Entoacional

No que diz respeito à descrição e análise entoacional, o presente trabalho é desenvolvido à luz do quadro teórico da Fonologia Entoacional, especificamente segundo a proposta de Ladd (2008 [1996]), abordagem que se insere na linha de análise da entoação em níveis de altura tonal inaugurada por Pierrehumbert (1980). O principal objetivo da teoria é identificar os elementos contrastivos da estrutura entoacional e fornecer um aparato descritivo potencialmente universal da entoação. Para o modelo, cuja entoação apresenta uma organização fonológica própria (LADD, 2008 [1996]), um contorno entoacional constitui-se, fonologicamente, de uma sequência de unidades discretas, os eventos tonais, que por sua vez são originados a partir de dois níveis de tons primitivos ou alvos de altura: alto (H – *high*) ou baixo (L – *low*).⁵ Foneticamente, a representação dessa cadeia de eventos tonais é dada pelo contorno da frequência fundamental (F_0 do sinal acústico). Os eventos tonais são localmente definidos, constituem blocos de contorno e associam-se a pontos específicos na cadeia segmental.

Os eventos tonais de maior relevância na descrição da variação da cadeia tonal de F_0 em português são os *acentos tonais* e os *tons relacionados a fronteiras*. Os *acentos tonais* são associados a sílabas proeminentes da cadeia segmental, isto é, a mudança de altura tonal tem como alvo uma sílaba portadora de acento lexical. Podem ser simples, monotonais (L^* ou

⁵ Embora a variação na altura de F_0 seja grande, considera-se suficiente para a descrição dos contornos a distinção de apenas dois níveis, alto e baixo.

H*), ou complexos, bitonais (H*+L, H+L*, L*+H ou L+H*). Já os *tons relacionados à fronteira* são associados a fronteiras de domínios prosódicos, isto é, a mudança de altura tonal tem como alvo uma fronteira de constituinte (HAYES; LAHIRI, 1991). Podem ser de dois tipos: tons de fronteira (L% ou H%)⁶ ou acentos frasais (L⁻ ou H⁻) (PIERREHUMBERT, 1980).

A perspectiva de análise entoacional que assumimos dentro do quadro teórico da Fonologia Entoacional prevê a integração entre entoação e domínio prosódico (HAYES; LAHIRI, 1991; FROTA, 2000; TENANI, 2002). Desse modo, a atribuição de eventos tonais à cadeia segmental dependerá de relações de constituição e proeminência definidas na estrutura prosódica. Em português, a estrutura prosódica relevante para a entoação é fornecida pela Hierarquia Prosódica (FROTA, 2000 – para português europeu (PE); TENANI, 2002; FERNANDES, 2007a, 2007b – para PB), que será abordada a seguir.

Fonologia Prosódica

Segundo a abordagem da teoria Fonologia Prosódica (SELKIRK, 1984; NESPOR; VOGEL, 1986), assume-se que a estrutura fonológica está em relação com outros níveis da gramática para a formação de seus constituintes, de modo a fala ser organizada hierarquicamente em constituintes prosódicos, cuja formação se dá a partir de informações acessadas em constituintes sintáticos. Tal relação entre fonologia e os demais módulos da gramática é parcialmente determinada, isto é, a estrutura dos constituintes prosódicos não corresponde necessariamente aos constituintes sintáticos, podendo coincidir ou divergir, conforme o caso. O mapeamento sintático-fonológico fornece uma representação prosódica em hierarquia de constituintes. Cada unidade hierárquica é composta por uma ou mais unidades do nível imediatamente abaixo.

Os constituintes prosódicos dispostos em sete domínios, na perspectiva de Nespor e Vogel (1986), organizam-se da seguinte forma:⁷

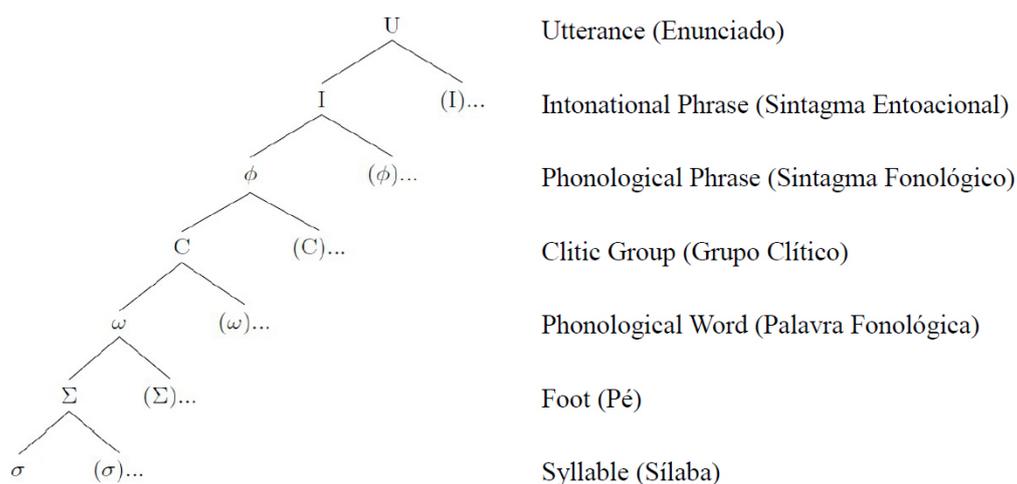


Figura 1. Representação da Hierarquia Prosódica, segundo Nespor e Vogel (1986)

⁶ Os tons de fronteira são formalmente indicados por H% e L% segundo Hayes e Lahiri (1991), Ladd (2008 [1996]), entre outros; e indicados por Hi e Li segundo Frota (2000).

⁷ *Intonational Phrase* e *Phonological Phrase* são usualmente traduzidos como “frase entoacional” e “frase fonológica” na literatura linguística brasileira sobre Fonologia Prosódica, porém optamos pelas traduções “sintagma entoacional” e “sintagma fonológico” devido ao fato de o termo *phrase* do inglês remeter, em termos sintáticos, a um sintagma, uma unidade menor que a frase.

Evidências para a organização hierárquica em constituintes prosódicos são dadas por meio da observação da operação de certos processos fonológicos segmentais, rítmicos e tonais (como regras de sândi externo e haplologia sintática e alongamento segmental de fronteiras prosódicas, regras de retração de acento, fenômenos de atribuição de tons, respectivamente) em diversos idiomas que se aplicam no interior e entre limites de certos domínios e que são bloqueados em outros (FROTA, 2000).⁸

O padrão entoacional neutro em PB já descrito em estudos prévios

A respeito do contorno entoacional das sentenças declarativas neutras em PB, são encontrados acentos tonais associados obrigatoriamente à palavra fonológica cabeça de sintagma fonológico⁹ (FROTA; VIGÁRIO, 2000; TENANI, 2002; FERNANDES, 2007a, 2007b) e, opcionalmente, à palavra fonológica não cabeça de sintagma fonológico, dependendo do número de sílabas que compõe tais palavras e da posição delas nas sentenças (FERNANDES, 2007a, 2007b; VIGÁRIO; FERNANDES-SVARTMAN, 2010). Além disso, tons adicionais podem ser encontrados associados a sílabas pretônicas, nas quais são percebidos acentos secundários, em palavra fonológica com duas ou mais sílabas pretônicas (TENANI, 2002; FERNANDES, 2007a, 2007b, 2009). Quanto às fronteiras de constituintes prosódicos, não são encontrados acentos frasais associados às mesmas (FROTA; VIGÁRIO, 2000; TENANI, 2002; FERNANDES, 2007a, 2007b). E com relação ao contorno neutro final, há associação obrigatória do acento tonal H+L* à palavra fonológica cabeça do último sintagma fonológico do sintagma entoacional, seguido frequentemente por um tom de fronteira L% associado à fronteira direita desse sintagma (FROTA; VIGÁRIO, 2000; TENANI, 2002; FERNANDES, 2007a, 2007b; entre outros).

A respeito do PGB, até onde sabemos, não há estudos sobre suas características entoacionais.

Corpus e metodologia

O *corpus* utilizado para a análise, neste trabalho, é composto por 76 sentenças adaptadas ao PGB com o auxílio de falantes nativos dessa variedade de português, a partir de dados em português europeu (PE) dos *corpora* constantes da base de dados de línguas românicas, o *RLD – Romance Languages Database* (FROTA; CRUZ; VIGÁRIO, 2012),

8 Sobre a formação e definição dos constituintes da Hierarquia Prosódica, confira, entre outros, Nespor e Vogel (1986) e Selkirk (1986, 2000).

9 Na formação dos domínios prosódicos em português, assume-se, em linhas gerais, que ω é o domínio prosódico no qual pode haver apenas um acento primário (ou lexical) (VIGÁRIO, 2003). Por sua vez, ϕ corresponde ao domínio que abrange um núcleo lexical e todos os elementos funcionais de seu lado não recursivo que ainda estejam dentro da projeção máxima de tal núcleo; além disso, pode ainda abranger, opcionalmente, o sintagma subsequente que seja complemento não ramificado desse mesmo núcleo lexical (FROTA, 2000). Já I consiste em: (i) todos os ϕ s em uma sequência que não esteja incorporada estruturalmente à árvore da sentença; (ii) toda sequência de ϕ s adjacentes pertencentes a uma sentença raiz; (iii) um contorno entoacional, cujas fronteiras coincidem com a posição nas quais pausas gramaticais podem ser inseridas em um enunciado (FROTA, 2000). Sobre os domínios prosódicos em português, confira, entre outros: Schwindt (2000, 2001), Vigário (2003), Simioni (2008) e Toneli (2009) para ω ; Frota (2000), Sândalo e Truckenbrodt (2002) e Tenani (2002, 2004) para ϕ ; e Frota (2000) e Tenani (2002) para I.

com base na qual a investigação da variação do fraseamento entoacional das línguas românicas vem sendo feita por investigadores no âmbito do projeto internacional *Intonational Phrasing in Romance*.¹⁰

Os *corpora* do RLD constituem-se de um conjunto de sentenças declarativas neutras, formadas por uma única oração de ordem svo (sujeito-verbo-objeto). As sentenças variam sistematicamente quanto ao tamanho (medido em número de sílabas, incluindo determinantes e preposições) e quanto à complexidade sintático-prosódica (medida pela ausência/presença de ramificações, em termos de número de núcleos lexicais e de palavras fonológicas) dos constituintes. Ademais, o léxico escolhido na formação das sentenças é constituído, prioritariamente, por palavras não oxítonas constituídas por segmentos consonantais sonorantes e segmentos consonantais vozeados, além de segmentos vocálicos.¹¹

Os fatores considerados na elaboração das sentenças formadoras dos *corpora* são os seguintes:

Quadro 1. Fatores de composição dos *corpora* do RLD

Constituinte	Composição	Exemplos
i. Curto	até 3 sílabas	[o.ho.mem]
ii. Longo	mais de 3 sílabas	[do.na.mo.ra.do]
iii. não ramificado sintaticamente	morfossintaticamente com 1 núcleo lexical	[velinhas] _N
iv. ramificado sintaticamente	morfossintaticamente com 2 núcleos lexicais	[(velinhas) _N (lindas) _A]
v. ramificado prosodicamente	prosodicamente com 2 palavras fonológicas equivalentes a 1 núcleo lexical	[(Ana) _o (Maria) _o] _N

A metodologia de obtenção dos dados consistiu na leitura das sentenças adaptadas, ordenadas aleatoriamente, em contexto próprio para a obtenção de sentença neutra, intercaladas com sentenças em contexto distrativo ao falante. As referidas sentenças foram produzidas por um falante nativo de PGB, do sexo feminino, de 24 anos, proveniente de Bissau (capital de Guiné-Bissau) e residente em São Paulo desde 2008, envolvendo duas repetições, e gravadas a 48 kHz com o uso de um gravador digital TASCAM, modelo HD-P2, em sala silenciosa com atenuação de ruído.

Após a gravação digital, o material de áudio obtido foi submetido ao programa computacional de análise de fala Praat (BOERSMA; WEENINK, 2012), no qual foi pro-

10 O projeto internacional *Intonational Phrasing in Romance* (disponível em: <<http://www.fl.ul.pt/LaboratorioFonetica/IntPhraRo.htm>>), tem como objetivos centrais: (a) a constituição de uma base de dados de línguas românicas que permita o estudo comparativo da constituência entoacional dessas línguas; (b) a descrição e análise da constituência prosódica, tendo em conta o peso de fatores fonético-fonológicos e morfossintáticos; e (c) a compreensão da variação encontrada nas línguas românicas, no domínio da constituência entoacional. Para os resultados já obtidos pelo projeto, confira, entre outros trabalhos: Vigário e Frota (2003), Elordieta, Frota e Vigário. (2005), D'Imperio *et al.* (2005), Frota *et al.* (2007) e Frota e Vigário (2007).

11 A manipulação sistemática dessas variáveis é levada em conta ao termos por objetivo verificar a influência do tamanho fonológico do constituinte e dos níveis de ramificação morfossintática e prosódica na associação dos eventos tonais ao contorno das sentenças neutras do PGB. Por sua vez, o controle do léxico visa à obtenção de sentenças que auxiliem a descrição entoacional do PGB, visto que não é clara a identificação do evento tonal (se é acento tonal ou tom relacionado à fronteira) alinhado às sílabas finais dos oxítonos; além disso, a curva entoacional de sentenças formadas por palavras contendo consoantes obstruintes surdas pode apresentar perturbações microprosódicas que dificultam a realização da análise entoacional.

duzido o espectrograma, forma de onda e contorno da frequência fundamental (F_0) das respectivas sentenças. A partir desses elementos, procedeu-se à descrição entoacional, constituída da identificação e transcrição dos eventos tonais associados ao contorno entoacional das sentenças neutras de PGB, com base na percepção auditiva e na exploração do sinal acústico de F_0 e de acordo com o modelo teórico da Fonologia Entoacional.

Resultados e análise

Padrão entoacional neutro do PGB a partir dos dados do presente estudo

Ao todo foram produzidas e utilizadas, no desenvolvimento deste trabalho, 152 sentenças neutras: 76 sentenças x 1 falante x 2 repetições.

Como características entoacionais gerais dessas sentenças foram encontrados acentos tonais associados obrigatoriamente a cada palavra fonológica cabeça de sintagma fonológico do contorno entoacional, e também uma tendência à associação de acentos tonais às palavras fonológicas não cabeça de sintagma fonológico. Além disso, notou-se a associação obrigatória de um acento tonal $H+L^*$ à palavra fonológica cabeça do último sintagma fonológico do sintagma entoacional, seguido por um tom de fronteira $L\%$ associado opcionalmente à fronteira direita desse sintagma. E, por fim, verificou-se a possibilidade da associação de um acento frasal L^- à fronteira direita de sintagmas fonológicos não finais de sintagma entoacional. Nenhum tom adicional foi encontrado ao longo do contorno entoacional das sentenças analisadas.

Nas duas tabelas abaixo, apresentamos a frequência dos diferentes tipos de associação tonal quanto ao constituinte prosódico relevante para essa associação, encontrados nos dados do PGB.

Tabela 1: Frequência da atribuição de acentos tonais ao contorno entoacional das sentenças declarativas neutras do PGB e constituintes prosódicos relevantes nessa atribuição

Constituinte	Nº de constituintes com T^* associado	Nº de constituintes com T^* não associado
ω (680)	665 (97.2%)	15 (2.2%)
ω cabeça de ϕ (520)	517 (99.4%)	3 (0.6%)
ω cabeça do último ϕ de I (152)	152 (100%)	–

Tabela 2: Frequência da atribuição de acentos frasais e tons de fronteiras ao contorno entoacional das sentenças declarativas neutras do PGB

Ambiente	Nº de ambientes com $T^- / T\%$ associado	Nº de ambientes com $T^- / T\%$ não associado
fronteira direita de ϕ (260)	70 (26.9%)	190 (73.1%)
fronteira direita de I (152)	112 (73.7%)	40 (26.3%)

Vale acrescentar que 85,6% (439) dos 528 acentos tonais encontrados associados ao contorno não final das sentenças do *corpus* – isto é, os acentos tonais que não estão associados à ω cabeça do último ϕ de I – são formados por acentos bitonais (exclusivamente L^*+H) e os 14,4% (74) dos demais acentos tonais são monotonais (H^* ou L^*). Quanto à atribuição de acentos frasais ao contorno entoacional, verificou-se que a associação desses acentos ocorre em fronteiras direitas de sintagmas fonológicos em que a primeira

palavra fonológica do sintagma subsequente possui três sílabas pretônicas – com exceção de apenas três casos em que a palavra fonológica subsequente possui apenas uma sílaba pretônica. Tais acentos foram encontrados associados somente a fronteiras de sintagmas fonológicos nos quais os sujeitos das sentenças são mapeados.

A ilustração abaixo – constituída de uma sentença declarativa neutra de PGB em (1), do mapeamento em constituintes prosódicos e da transcrição dos eventos tonais associados ao contorno dessa sentença, representados em (2), bem como do contorno de F_0 associado à mesma sentença, dado na Figura 2 – exemplifica as características entoacionais encontradas nos dados do *corpus* analisado.

- (1) O boliviano mulherengo memorizava uma melodia
- (2) [[(o boliviAno)ω (mulheRENgo)ω]φ [(memoriZava)ω]φ [(uma meloDIA)ω]φ]I¹²
- L^*+H L^*+H L^- L^*+H $H+L^*$ $L\%$

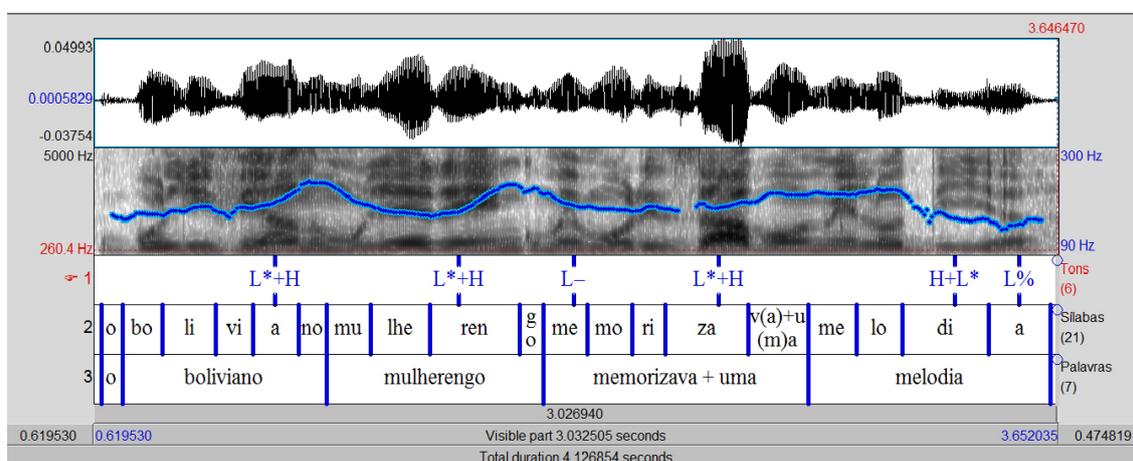


Figura 2. F_0 da sentença “O boliviano mulherengo memorizava uma melodia”, produzida por uma falante de PGB em contexto de obtenção de sentença neutra

Verificamos na síntese do sinal acústico da sentença em (1) fornecida pelo Praat (BOERSMA; WEENINK, 2012), dada na Figura 2, as seguintes características entoacionais:

- (i) a presença de acentos tonais alinhados às sílabas tônicas de cada palavra fonológica do contorno entoacional: um acento tonal L^*+H associado às palavras fonológicas (o boliviano)ω, (mulherengo)ω e (memorizava)ω e um acento tonal $H+L^*$ associado à palavra fonológica (uma melodia)ω;
- (ii) a presença de acentos tonais associados às palavras fonológicas cabeças de cada sintagma fonológico: um acento tonal L^*+H associado às palavras fonológicas cabeças dos sintagmas fonológicos [o boliviano mulherengo]φ e [memorizava]φ e um acento tonal $H+L^*$ associado à palavra fonológica cabeça do sintagma fonológico [uma melodia]φ;¹³

12 As sílabas em letras maiúsculas representam sílabas tônicas; as palavras fonológicas são delimitadas por parênteses; os sintagmas fonológicos e o sintagma entoacional são delimitados por colchetes.

13 As palavras fonológicas sublinhadas consistem em palavras fonológicas cabeça de cada respectivo sintagma fonológico ao qual pertencem.

- (iii) a presença de um acento frasal L⁻ associado à fronteira direita do sintagma fonológico [o boliviano mulherengo]φ que compõe a sentença; e
- (iv) a presença de um acento tonal H+L* associado à palavra fonológica cabeça do último sintagma fonológico [uma melodia]φ da sentença e um tom de fronteira L% associado à fronteira direita do sintagma entoacional.

Comparação do padrão entoacional neutro entre PGB e PB

Ao compararmos o padrão entoacional neutro, encontrado nos dados de PGB do presente trabalho, com esse mesmo tipo de contorno descrito para o PB em trabalhos anteriores (FROTA; VIGÁRIO, 2000; TENANI, 2002; FERNANDES, 2007a, 2007b, FERNANDES-SVARTMAN, 2009; VIGÁRIO; FERNANDES-SVARTMAN, 2010; entre outros),¹⁴ encontramos um padrão entoacional geral semelhante, porém com algumas especificidades.

Quanto às semelhanças, tanto o PB quanto o PGB possuem acentos tonais obrigatoriamente associados à palavra fonológica cabeça de sintagma fonológico, assim como acentos tonais opcionalmente associados à palavra fonológica não cabeça desse mesmo sintagma. Ademais, em ambas as variedades, encontra-se a associação obrigatória de um acento tonal H+L* ao último sintagma fonológico do sintagma entoacional, seguido frequentemente de um tom de fronteira L% associado à fronteira direita desse último sintagma. Quanto às divergências, foram encontrados, nos dados do PGB, acentos frasais opcionalmente associados à fronteira direita do sintagma fonológico não final de sintagma entoacional – evento tonal que não ocorre no PB para o tipo de contorno em análise. Além disso, a variedade brasileira de português apresenta a possibilidade da ocorrência de tons adicionais associados a palavras fonológicas, a depender da constituição prosódica no sujeito da sentença e o número de sílabas antecedendo o acento tonal da mesma.¹⁵ Em contrapartida, no PGB não foram encontrados tons adicionais associados ao longo do contorno entoacional.

Apesar da ausência de tons adicionais, verificamos que os acentos frasais encontrados no contorno entoacional das sentenças do PGB estão associados apenas a sintagmas fonológicos nos quais os sujeitos das sentenças são mapeados. Além disso, outra característica entoacional relacionada ao elemento sujeito encontrada nos dados analisados foi a presença de uma maior densidade tonal nesse elemento em relação à densidade tonal do predicado.¹⁶ As tabelas abaixo refletem as características mencionadas:

¹⁴ Para uma síntese do padrão entoacional neutro do PB, confira a seção acima “O padrão entoacional neutro em PB já descrito em estudos prévios”.

¹⁵ Fernandes-Svartman (2012), visando à investigação sistemática dos fatores reguladores da atribuição tonal em sentenças neutras do PB, verificou que sujeitos longos não ramificados (formados por uma ω longa) possuem um acento tonal associado à palavra fonológica e podem conter um tom H adicional; já sujeitos longos ramificados (formados por duas ω longas), possuem um acento tonal para cada palavra fonológica e a possibilidade de um tom H adicional associado à primeira palavra fonológica. Os tons adicionais estão relacionados à sílaba portadora de acento secundário (TENANI, 2002; FERNANDES-SVARTMAN, 2009).

¹⁶ Neste trabalho, assumimos por “densidade tonal”: proporção de eventos tonais em relação ao número de constituintes prosódicos.

Tabela 3: Densidade tonal, número de acentos frasais e de sintagmas fonológicos nos diferentes tipos de sujeito em PGB

Tipo de sujeito	n° de ϕ	n° de T ⁻	Densidade tonal
S curto não ramificado (32)	32	11	24.4%
S longo não ramificado (32)	32	14	43.7%
S curto ramificado (32)	48	10	20.8%
S longo ramificado (32)	48	30	62.5%
S curto duplamente ramificado (12)	24	3	12.5%
S longo duplamente ramificado (12)	24	5	20.8%

Tabela 4: Densidade tonal, número de acentos tonais e de palavras fonológicas nos diferentes tipos de sujeito em PGB

Tipo de sujeito	n° de ω	n° de T*	Densidade tonal
S curto não ramificado (32)	32	32	100%
S longo não ramificado (32)	32	32	100%
S curto ramificado (32)	64	64	100%
S longo ramificado (32)	64	64	100%
S curto duplamente ramificado (12)	36	36	100%
S longo duplamente ramificado (12)	36	36	100%

Tabela 5: Densidade tonal, número de acentos tonais e de palavras fonológicas nos diferentes tipos de predicado em PGB*

Tipo de predicado	n° de ω	n° de T*	Densidade tonal
V curto + O curto não ramificado (16)	32	31	96.9%
V longo + O curto não ramificado (16)	32	32	100%
V curto + O longo não ramificado (16)	32	32	100%
V longo + O longo não ramificado (16)	32	32	100%
V curto + O curto ramificado (16)	48	45	93.7%
V longo + O curto ramificado (16)	48	43	89.6%
V curto + O longo ramificado (16)	48	48	100%
V longo + O longo ramificado (16)	48	48	100%
V curto + O curto duplamente ramificado (6)	24	20	83.3%
V longo + O curto duplamente ramificado (6)	24	22	91.7%
V curto + O longo duplamente ramificado (6)	24	24	100%
V longo + O longo duplamente ramificado (6)	24	24	100%

* Não foram encontrados acentos frasais associados a sintagmas fonológicos pertencentes ao predicado.

Através da observação dos dados das tabelas acima, nota-se que, enquanto a cada palavra fonológica pertencente ao sujeito é atribuído um acento tonal, independentemente de seu peso fonológico (isto é, se curta ou longa) e de sua ramificação sintática e prosódica, os predicados formados por sintagmas fonológicos ramificados e que contêm objetos curtos podem apresentar palavras fonológicas sem acento tonal atribuído a elas. Nos dados de PGB, a maioria dessas palavras sem acento tonal atribuído não são cabeça de sintagma fonológico (das 15 ω s sem acento tonal atribuído, apenas três são cabeça de ϕ).

Faz-se ainda necessário mencionar que todos os ambientes que apresentam densidade tonal menor em PGB, quanto à atribuição de acentos tonais a palavras fonológicas, correspondem a ambientes que também apresentam menor densidade tonal em PB, como pode ser atestado pela observação dos dados apresentados nas tabelas abaixo:¹⁷

Tabela 6: Comparação da densidade tonal em relação à atribuição de acentos tonais a palavras fonológicas nos diferentes tipos de sujeito em PGB e PB

Tipo de Sujeito	Densidade tonal	
	PGB	PB
S curto não ramificado	100%	100%
S longo não ramificado	100%	100%
S curto ramificado	100%	98%
S longo ramificado	100%	100%
S curto duplamente ramificado	100%	99%
S longo duplamente ramificado	100%	100%

Tabela 7: Comparação da densidade tonal em relação à atribuição de acentos tonais a palavras fonológicas nos diferentes tipos de predicado em PGB e PB

Tipo de Predicado	Densidade tonal	
	PGB	PB
V curto + O curto não ramificado	96.9%	97%
V longo + O curto não ramificado	100%	98%
V curto + O longo não ramificado	100%	96%
V longo + O longo não ramificado	100%	100%
V curto + O curto ramificado	93.7%	82%
V longo + O curto ramificado	89.6%	89%
V curto + O longo ramificado	100%	99%
V longo + O longo ramificado	100%	98%
V curto + O curto duplamente ramificado	83.3%	94%
V longo + O curto duplamente ramificado	91.7%	96%
V curto + O longo duplamente ramificado	100%	100%
V longo + O longo duplamente ramificado	100%	100%

Os dados obtidos nas análises das sentenças de PGB e apresentados nas Tabelas 3, 4 e 5 sugerem que possa haver uma marcação entoacional diferenciada entre o sujeito e o predicado, devido ao fato de os sujeitos apresentarem valores maiores de densidade tonal – além, é claro, da presença exclusiva de acentos frasais – em relação aos valores menores de densidade tonal presentes nos predicados.

Além disso, paralelamente aos resultados do PGB, o PB também apresenta aspectos de marcação entoacional diferenciada entre sujeito e predicado, conforme Fernandes-Svartman (2012), apesar de a implementação dessa diferença se dar de forma distinta à encontrada no PGB. Segundo a autora, os sujeitos em PB são marcados de maneira mais proeminente pela maior atribuição de tons: existe um acento tonal para cada palavra fonológica e há a possibilidade maior da presença de um tom H adicional em

¹⁷ Os dados referentes ao PB foram extraídos de Fernandes-Svartman (2012).

palavras fonológicas longas nos sujeitos. Em contrapartida, os predicados são menos proeminentes por poderem conter sintagmas fonológicos ramificados que possuem um objeto ramificado ao qual é atribuído apenas um acento tonal à palavra fonológica cabeça de sintagma fonológico – fenômeno semelhante ao que pode ser verificado nos dados de PGB para predicados de menor densidade tonal.

No quadro abaixo, sintetizamos as principais características entoacionais encontradas nos dados de PGB do presente estudo em comparação com o PB.

Quadro 2. Atribuição de eventos tonais ao contorno entoacional de sentenças declarativas neutras do PB em comparação com o PGB

Evento Tonal	PB	PGB
T* obrigatório associado à ω cabeça de ϕ	√	√
T* opcionalmente associado à ω não cabeça de ϕ	√	√
T adicional opcionalmente associado à ω longas	√	–
H+L* associado à ω cabeça do último ϕ de I	√	√
T ⁻ associado à fronteira direita de ϕ não final de I	–	√
L% frequentemente associado à fronteira direita de I	√	√
Densidade tonal maior no elemento sujeito	√	√

Considerações finais

A descrição e análise entoacional de sentenças declarativas neutras no presente trabalho, referente ao PGB, e a comparação dos resultados obtidos com o padrão entoacional neutro descrito em estudos anteriores sobre o PB mostraram que as referidas variedades de português possuem características gerais que as assemelham entoacionalmente – no que se refere à atribuição de acentos tonais às palavras fonológicas cabeça e não cabeça de sintagma fonológico, à configuração do contorno final (o tipo de acento nuclear de I e seu respectivo T%) e à marcação tonal diferenciada para o sujeito –, apesar das peculiaridades que o PGB possui – isto é, presença de acentos frasais L⁻ associados a fronteiras de ϕ s e a ausência de tons H adicionais. Desse modo, tais semelhanças atestadas entre o PGB e o PB implicariam que a entoação (neutra) não é um aspecto prosódico que contribua *drasticamente* para a divergência de ritmo entre as duas variedades de português, conforme a asserção de Couto e Embaló (2010), senão por essas especificidades ora mencionadas.

Ademais, os resultados aqui encontrados indicam que, além de aspectos morfossintáticos que vêm sendo estudados (OLIVEIRA; BAIÓ; INJAI, 2013), também aspectos fonológicos podem indicar uma maior proximidade entre o PB e o PGB. Conseqüentemente, tais aspectos fonológicos também indicariam proximidades entre as duas variedades de português no que se refere à tipologia de línguas proposta por Holm (2004). Ao considerarmos ambas as variedades “línguas parcialmente reestruturadas”, verificamos que, de fato, segundo os resultados entoacionais aqui encontrados, tais variedades possuem características fonológicas que fazem com que sejam mais próximas entre si do que em relação à língua não reestruturada de origem de ambas, o português europeu. No que se refere ao padrão entoacional, o contorno entoacional de sentenças declarativas neutras do PE é caracterizado pela associação de tons apenas à primeira palavra fonológica do sintagma entoacional (ou à ω cabeça do

primeiro ϕ de I) e à última palavra fonológica desse mesmo sintagma, independentemente do número de palavras fonológicas que compõem tal sintagma (FROTA, 2000).

Por fim, não se pode desconsiderar o fato de que possa haver influências do PB nas produções da falante, dado que a mesma se encontrava, no momento de coleta dos dados, há cinco anos no Brasil. Desse modo, os encaminhamentos futuros desta pesquisa incluirão a ampliação do presente *corpus* com outros falantes nativos de PGB, garantindo o aprimoramento das análises, e o acréscimo e a análise de dados de fala espontânea para posteriores comparações com os dados ora apresentados.

REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. *The World Bank: Guinea-Bissau*. 2012. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau>>. Acesso em: ago. 2013.
- BOERSMA, P.; WEENINK, D. *Praat: doing phonetics by computer (version 5.3.52)*. Software, 2012. Disponível em: <<http://www.fon.hum.uva.nl/praat/>>. Acesso em: jun. 2013.
- COUTO, H.; EMBALÓ, F. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau: um país da CPLP. *Papia – Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, v. 20, p. 11-253, 2010.
- D'IMPERIO, M.; ELORDIETA, G.; FROTA, S.; PRIETO, P.; VIGÁRIO, M. Intonational Phrasing in Romance: the role of prosodic and syntactic structure. In: FROTA, S.; VIGARIO, M.; FREITAS, M. J. (Ed.). *Prosodies, Phonetics & Phonology Series*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005. p. 59-97.
- ELORDIETA, G.; FROTA, S.; VIGÁRIO, M. Subjects, objects and intonational phrasing in Spanish and Portuguese. *Studia Linguistica*, v. 59, n. 2-3, p. 110-143, 2005.
- FERNANDES, F. R. Tonal association in neutral and subject-narrow-focus sentences of Brazilian Portuguese: a comparison with European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 6, n. 1, p. 91-115, 2007a.
- _____. *Ordem, focalização e preenchimento em português: sintaxe e prosódia*. 2007b. Tese (Doutorado em Linguística) – Unicamp, Campinas. 2007b.
- FERNANDES-SVARTMAN, F. R. Acento secundário, atribuição tonal e ênfase em português brasileiro (PB). *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 47-58, 2009.
- _____. Fatores determinantes na atribuição de acentos tonais em sentenças neutras do português. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA HISTÓRICA – CASTILHO, 2., 2012, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. p. 302-305.
- FROTA, S. *Prosody and focus in European Portuguese: phonological phrasing and intonation*. New York: Garland Publishing, 2000.

FROTA, S.; CRUZ, M.; VIGÁRIO, M. *RLD* – Romance Languages Database. Laboratório de Fonética, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Banco de dados online, 2012. Disponível em: <<http://rld.fl.ul.pt/>>. Acesso em: ago. 2013.

FROTA, S.; D'IMPERIO, M.; ELORDIETA, G.; PRIETO, P.; VIGÁRIO, M. The phonetics and phonology of intonational phrasing in Romance. In: PRIETO, P.; MASCARO, J.; SOLE, M.-J. (Ed.) *Prosodic and Segmental Issues in (Romance) Phonology*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2007. p. 131-153.

FROTA, S.; VIGÁRIO, M. Aspectos de prosódia comparada: ritmo e entoação no PE e no PB. In: CASTRO, R. V; BARBOSA, P. (Org.). *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. v. 1. Coimbra: APL, 2000. p. 533-555.

_____. Intonational Phrasing in two varieties of European Portuguese. In: RIAD, T.; GUSSENHOVEN, C. (Ed.). *Tones and Tunes*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007. v. 1, p. 265-291.

HAYES, B.; LAHIRI, A. Bengali intonational phonology. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 9, n. 1, p. 47-96, 1991.

HOLM, J. *Languages in contact: the partial restructuring of vernaculars*. Cambridge: CUP, 2004.

_____. Partial restructuring. Dutch on the Cape and Portuguese in Brazil. In: WOUDEM, T. van der (Ed). *Roots of Afrikaans: Selected writings of Hans den Besten*. USA: John Benjamins Publishing Company, 2012. p. 399-417.

LADD, D. R. *Intonational Phonology*. 2. ed. Cambridge, Mass.: CUP, 2008 [1996].

NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris Publications, 1986.

OLIVEIRA, M. S. D.; BAIÓ, J. P.; INJAI, B. F. A inserção do “Contínuo Português Guineense” às variedades africanas de português. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 130-137, 2013.

PIERREHUMBERT, J. *The phonology and phonetics of English intonation*. 1980. 402 f. Tese (Doutorado) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, Mass, 1980.

SÂNDALO, F.; TRUCKENBRODT, H. Some notes on phonological phrasing in Brazilian Portuguese. *M.I.T. Working Papers In Linguistics*, v. 42, p. 285-310, 2002.

SCHWINDT, L. C. *O prefixo do português brasileiro: análise morfofonológica*. 2000. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2000.

_____. O prefixo no português brasileiro: análise prosódica e lexical. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 175-207, 2001.

SELKIRK, E. O. *Phonology and syntax: the relation between sound and structure*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1984.

_____. On derived domains in sentence phonology. *Phonology Yearbook*, v. 3, p. 371-405, 1986.

_____. The interaction of constraints on prosodic phrasing. In: HORNE, M. (Ed.). *Prosody: Theory and Experiment*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2000. p. 231-261.

SIMIONI, T. O clítico e seu lugar na estrutura prosódica do português brasileiro. *ALFA*, São José do Rio Preto, v. 52, n. 2, p. 431-446, 2008.

TENANI, L. E. *Domínios prosódicos no português*. 2002. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2002.

_____. O bloqueio do sândi vocálico em PB e PE: evidências da frase fonológica. *Organon*, v. 18, n. 36, p. 17-29, 2004.

TONELI, P. M. *A palavra prosódica no PB: o estatuto prosódico das palavras funcionais*. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2009.

VIGÁRIO, M. *The prosodic word in European Portuguese*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003.

VIGÁRIO, M.; FERNANDES-SVARTMAN, F. R. A atribuição de acentos tonais em compostos no português do Brasil. In: BRITO, A. M. et al. (Org.). *XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística: Textos Seleccionados*. v. 1. Porto: Tip. Nunes, Ltda. – Maia, 2010. p. 769-786.

VIGÁRIO, M.; FROTA, S. The intonation of Standard and Northern European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 2, n. 2. Special Issue on Portuguese Phonology edited by W. L. Wetzels, p. 115-137, 2003.

Os moldes de conteúdo na oração relativa

(Information packaging in the relative clause)

Aliana Lopes Câmara¹

¹ Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas –
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

aliana.precioso@gmail.com

Abstract: This article is based on Functional Discourse Grammar (FDG) framework and aims to describe the constituent ordering of the relative clause in Portuguese, according the way the Speaker wraps his/her message in order to reach certain goals he/she has in mind in the interaction, namely,thetic, categorical and presentative modes.

Keywords: constituent order; information packaging; relative clause.

Resumo: Este trabalho, que tem como arcabouço teórico a Gramática Discursivo-Funcional (GDF), propõe um estudo da ordem dos constituintes da oração relativa na lusofonia, segundo o modo como o Falante empacota sua mensagem para atingir os objetivos que tem em mente no momento da interação, a saber, os moldes tético, categorial e apresentacional.

Palavras-chave: ordem dos constituintes; moldes de conteúdo; oração relativa.

Palavras iniciais

Em termos tipológicos, é muito difícil encontrar línguas, como o holandês, em que os padrões de ordenação dos constituintes das orações subordinadas diferem daqueles disponíveis para a oração independente. As sentenças em (01) e (02) exemplificam, respectivamente, uma oração independente e uma oração subordinada em holandês.

(01) Ik heb gisterem het boek aan het meisje gegeven
Eu ter.PRS.1.SG ontem DEF livro para DEF garota dar.PTCP
'Eu dei o livro para a garota ontem' (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 356)

(02) dat ik gisteren het boek aan het meisje gegeven heb
CONJ eu.NOM ontem DEF livro para DEF garota dar.PTCP ter.PRS.1.SG
'que eu dei o livro para a garota ontem' (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 355)

Nas orações independentes, há uma posição especial P², que é obrigatoriamente preenchida pelo verbo finito, o que difere do padrão de ordenação das orações dependentes em que P² é preenchida pelo sujeito levando o verbo finito para a posição final da oração, onde forma um constituinte único com o verbo principal. Em português, por outro lado, a inserção da conjunção ou do pronome relativo na posição inicial da oração dependente leva todos os outros constituintes oracionais a serem posicionados à direita da conjunção e do pronome, sem que nenhum deles permaneça em uma posição obrigatória.

Apesar de a oração relativa apresentar padrões de ordenação semelhantes aos da oração independente, defende-se, neste trabalho, que ela é escolhida pelo Falante a partir de moldes de conteúdo específicos, com a intenção de atingir certos objetivos comunicativos.

Isso quer dizer que, ao escolher o modo como irá empacotar sua mensagem, o Falante considera a informação pragmática que pressupõe estar na mente do Ouvinte. O objetivo aqui é determinar quais os moldes de conteúdo em que a oração relativa pode ser formulada e com que objetivos são escolhidos pelo Falante.

Para tanto, na próxima seção, mostra-se como as tradicionais orações relativas restritivas e não restritivas são tratadas pela Gramática Discursivo-Funcional (GDF), propondo-se um terceiro tipo de relativa. A seguir, definem-se alguns conceitos que são centrais aqui, tais como: funções pragmáticas; Tópico, Foco; moldes de conteúdo tético, apresentativo e categorial; e, na terceira seção, propõe-se uma análise da ordem na oração relativa.

Para isso, utiliza-se, nesta pesquisa de cunho qualitativo, o corpus Português Falado, produzido pelo Projeto Português Falado, Variedades Geográficas e Sociais, coordenado pelo CLUL (Centro de Linguística da Universidade de Lisboa), realizado em parceria com as Universidades de Toulouse-le-Mirail e de Provence Aix-Marseille, e representativo de todas as variedades oficiais da língua portuguesa falada.

Uma análise discursivo-funcional das orações relativas em português

As orações adjetivas têm sido tradicionalmente definidas, sobretudo, a partir de critérios semânticos como (i) explicativa: acrescenta uma qualidade acessória ao antecedente, esclarecendo seu significado tal como faz o aposto; e (ii) restritiva: restringe, delimita o significado do antecedente a que se refere (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 618). Neste trabalho, defende-se que apenas a oração restritiva é formulada semanticamente como um modificador, enquanto a não restritiva é formulada pragmaticamente.

O arcabouço teórico da GDF permite diferenciar mais adequadamente os tipos de oração relativa, pois considera a gramática como constituída de quatro níveis de análise: interpessoal, representacional, morfossintático e fonológico, organizados de maneira descendente, o que significa que as intenções comunicativas do Falante são processadas em direção à articulação linguística. A organização descendente implica a existência de uma hierarquia entre os componentes gramaticais, em que os do nível mais alto governam os dos níveis mais baixos, na seguinte direção: a pragmática determina a semântica, ambas determinam a morfossintaxe, e as três determinam a fonologia. Esses vários níveis de organização estão relacionados entre si por meio de regras de Formulação e Codificação numa implementação dinâmica da gramática. A operação de Formulação abriga as regras que determinam o que constitui a representação pragmática e semântica subjacente na língua; enquanto a operação de codificação envolve regras que convertem a representação pragmática e semântica em representações morfológicas e fonológicas.

Considerando a organização da GDF, propõe-se a existência de três tipos de orações relativas:

(i) Relativa Discursiva,¹ que é formulada no Nível Interpessoal e consiste em um Movimento em relação de dependência pragmática com outros Movimentos no discurso, ou seja, é uma oração relativa que se refere a porções textuais, tal como exemplificado em (03). O Movimento é definido por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 50) como uma

¹ Cf. proposta similar apresentada por Stassi-Sé (2012) para as orações adverbiais.

contribuição autônoma para a interação em andamento, isso significa que tem efeito perlocucionário, podendo provocar a reação do interlocutor (uma resposta para uma questão, uma objeção a um argumento etc.).

- (03) – tem uma certa liberdade ali de brincar, tudo. acho que deveria ter um pouco mais de respeito da parte dos aluno. isso deveria, que eles a[...], eles confundem muito liberdade com, tem uns que é meio selvagem ali, sabe, é o termo certo de usar, porque de vez em quando o que acontece é uma selvajaria, mas é legal sim.
- então há **esse negócio de liberdade**, não é, **que você está falando...**
- hum, hum. tem que dar liberdade mas ao mesmo tempo tem o respeito. isso daí tem que partir dos próprios alunos, não é (Bra93:FestaEstudante:l.94)

A oração relativa *que você está falando* se refere a uma porção textual maior, que consiste em um Movimento (atente-se para o uso do verbo *falar*, que metalinguisticamente remete ao próprio discurso). A locutora usa a construção relativa para sinalizar à sua interlocutora que deseja que ela continue falando sobre *a liberdade no relacionamento entre professores e alunos*. Isso significa que o enunciado não focaliza o conteúdo que vem sendo desenvolvido, mas o próprio interlocutor, ou seja, trata-se de um Movimento em reação aos outros Movimentos referidos anteriormente no diálogo. A construção *que você está falando* serve para monitorar a interação, desempenhando a função interacional Resgate, assim descrita por Stassi-Sé (2012, p. 184):

A Função Resgate envolve Movimentos usados para evocar uma informação já compartilhada em algum outro momento do desenvolvimento discursivo, tendo assim a função de lembrar o ouvinte ou resgatar de sua memória informações já apresentadas [...].

A função Resgate atua no *monitoramento* da interação, situando os participantes da interação diante das informações dadas no discurso, inserindo material linguístico de âmbito mais restrito, como se percebe pelo uso de verbos *dicendi*, acrescentando à interação “contribuições que mostram a preocupação do Falante com o domínio que o interlocutor consegue ter dos temas que se desenvolvem no discurso” (STASSI-SÉ, 2012, p. 147-148). Esse tipo de construção assemelha-se a um parêntese, cuja função é levar o Ouvinte a acessar informação disponível no Contexto Discursivo.

(ii) Relativa não restritiva: é formulada no Nível Interpessoal e estabelece um tipo de dependência entre um Ato Nuclear (a oração principal) e um Ato Subsidiário (a oração não restritiva). Isso significa que a própria oração relativa consiste em um Ato Discursivo, o que é comprovado pelo fato de (i) permitir modificadores ilocucionários; e (ii) ter contorno entonacional e *status* ilocucionário independentes da Oração Principal (CAMACHO, 2012). A esse respeito, considerem-se os exemplos a seguir:

- (04) e **Camilo**, segundo dizem, **que *infelizmente andava sempre a pedir dinheiro emprestado***, bateu à porta dessa referida quinta.
- (05) **Camilo** (R_p, x_i), **que** (R_p, x_i) ***andava sempre a pedir dinheiro emprestado***, bateu à porta dessa referida quinta?

Em (04), há uma oração não restritiva, que, no Nível Interpessoal, é um Ato Discursivo Subsidiário, o que se comprova pela possibilidade de se inserir o modificador ilocucionário *infelizmente*. Isso não seria possível se a oração estivesse no Nível Representacional.

Além disso, a relativa não restritiva é pronunciada com tessitura mais baixa e velocidade mais rápida com relação ao contexto em que se insere. Em (05), a oração principal tem ilocução interrogativa, enquanto a relativa é declarativa, comprovando que são dois Atos Discursivos em relação de dependência.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 58), a oração não restritiva tem função retórica Aposição, pois fornece informação de fundo com relação ao Indivíduo referido na Oração Principal. Além disso, os Conteúdos Comunicados de ambos os Atos apresentam um Subato Referencial com índice próprio (R_i , R_j), que evoca a mesma entidade (x_i) no Nível Representacional, conforme exemplo (05). Isso quer dizer que a função do pronome relativo é estabelecer uma relação de coindexação com o nome-núcleo da oração principal. De fato, é a presença de um Subato Referencial cuja contraparte é coindexada no Nível Representacional que provoca a escolha de um pronome relativo.

(iii) Relativa restritiva: é formulada semanticamente como modificador de um núcleo nominal, que pode ser representativo de qualquer categoria semântica (Indivíduo, Tempo, Estado de Coisas, Conteúdo Proposicional, Episódio, Propriedade Lexical, Localização, Quantidade e Razão).

- (06) pois! no meu caso, que estou no jornal, claro, aí está! surgiu agora a hipótese de entrevistar os, os Extreme, mas isso é **uma hipótese que surge... de cinco em cinco anos**, se é que surgir!
(PT96:MeioPequeno:1.83-4)

Em (06), o nome-núcleo (*hipótese*), que consiste em um Conteúdo Proposicional no Nível Representacional, está sendo modificado semanticamente por um Estado de Coisas (*a hipótese surge de cinco em cinco anos*), de cuja constituição também participa.

Moldes de conteúdo tético, apresentativo e categorial

De acordo com a proposta da GDF, os moldes de conteúdo² são formulados no Nível Interpessoal, que se relaciona “aos aspectos formais de uma unidade linguística que reflete seu papel na interação entre Falante e Ouvinte” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 46). Os moldes de conteúdo são combinações específicas de funções pragmáticas que formam o núcleo do Conteúdo Comunicado. Segundo Dik (1997, p. 311), as funções pragmáticas referem-se ao modo como os constituintes se relacionam ao cenário comunicativo em que estão situados, sendo que esse cenário é entendido como a estimativa que o Falante tem sobre a informação pragmática (conjunto completo de conhecimentos, crenças, sentimentos e pré-conceitos) do Ouvinte no momento da interação. O objetivo do Falante é realizar alguma modificação na informação pragmática do Ouvinte. Para isso, produz suas expressões linguísticas de acordo com sua estimativa (que pode ser correta ou não) sobre a informação pragmática do Ouvinte, partindo da informação que ele acredita estar presente na mente do Ouvinte (informação dada) e acrescentando a informação que ele acredita não estar presente (informação nova).

² Essa ideia foi primordialmente apresentada pelo filósofo Franz Brentano, no século XIX, como diferentes tipos de julgamento humano: o categorial, em que primeiro se apresenta a entidade para, a seguir, se fazer uma afirmação sobre ela; e o tético, em que há o reconhecimento ou a rejeição de um determinado julgamento (SASSE, 1987, p. 511-512).

A função pragmática Tópico é designada a um Subato com a função especial de “assinalar como o Conteúdo Comunicado relaciona-se ao registro construído gradualmente no Componente Contextual”³ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 92; tradução nossa). É a necessidade de a informação tópica estar relacionada ao Componente Contextual que possibilita a existência de mais de um Subato por Conteúdo Comunicado. De maneira mais específica, o Tópico é definido por Hannay (1991, p. 141) como um mecanismo do Falante para dar tratamento especial a elementos tópicos (dados ou inferíveis), isto é, o Falante decide qual elemento será o Tópico da sentença e constrói sua comunicação a partir dele como uma informação relevante para o Ouvinte acrescentar ao tema do discurso.

Dessa forma, os Subatos Tópicos participam da progressão temática e contribuem para a coesão textual. A função pragmática de Tópico pode ser atribuída a quaisquer unidades linguísticas que estiverem disponíveis no Contexto Situacional e Discursivo e forem ativadas pelo Falante como a perspectiva sobre a qual a sentença se constrói.

A função Foco é uma estratégia do Falante de selecionar informação nova com relação ao conteúdo discursivo, que pode ocorrer tanto para (i) fornecer informações que o Falante deseja acrescentar à informação pragmática do Ouvinte, como para (ii) corrigir informação equivocada que o Ouvinte detém. Cada língua dispõe de mecanismos linguísticos específicos para marcar essa função pragmática, como a prosódia e a ordenação especial dos constituintes.

Considerando as funções pragmáticas de Tópico e Foco, Pezatti (2012) afirma que a oração independente no português dispõe de três moldes de conteúdo: (i) o tético, em que todo o Conteúdo Comunicado é focal; (ii) o categorial, em que há, pelo menos, um Subato Referencial com função Tópico; (iii) e o apresentativo, em que a entidade apresentada aparece no final da oração e recebe a função pragmática Foco. Os moldes de conteúdo da oração independente são exemplificados em (07)-(09).

(07) *eu preferi ficar na palhota* (Moç86:Chuva:1.35)

(08) a fazenda é bem grande, *tem uma casa tipo colonial* (Bra80:Fazenda:1.2)

(09) *correm sobre ela milhões de lendas.* (Bra80:Fazenda :1.97)

Em (07), o Ato Discursivo *eu preferi ficar na palhota* é categorial, pois apresenta um Subato Referencial Tópico *eu*, a partir do qual o Falante formula sua afirmação. Além de o Tópico ser o próprio Falante e estar disponível no Contexto Situacional, já foi referido anteriormente no discurso e, portanto, consiste em conhecimento compartilhado pelos interlocutores no momento da interação. Em (08), a construção apresentativa *tem uma casa tipo colonial* tem a função de apresentar um novo referente que o Falante deseja acrescentar à informação pragmática do Ouvinte. Essas construções apresentam um Subato Referencial focal (a entidade apresentada) e uma cópula suporte do tempo verbal (*ter*). Em (09), há um Ato tético, em que o Conteúdo Comunicado é pronunciado como um todo completo e informacionalmente indivisível, portanto todos os Subatos recebem a função pragmática de Foco. Isso significa que toda a informação nova, selecionada pelo Falante, é tida como essencial para ser acrescentada à informação pragmática do Ouvinte.

3 No original: “[...] signalling how the Communicated Content relates to the gradually constructed record in the Contextual Component”.

A atribuição de funções pragmáticas relaciona-se ao Contexto Discursivo, já que depende do conjunto de informações compartilhadas pelo Falante e pelo Ouvinte (JACOBS, 2001). A informação está disposta no Contexto como um conjunto de arquivos, identificados por meio de endereços (Tópicos). No molde categorial, o Falante fornece informação para ser acrescentada a um endereço já existente no Contexto; no molde apresentativo, o Falante constrói um endereço novo; e no molde tético, a informação é inserida no Contexto sem ser relacionada a nenhum endereço já existente (SMIT, 2007, p. 111).

O processo de inserção de informações no Contexto é dinâmico, já que, conforme o discurso prossegue, o contexto também muda. Cada sentença é produzida no contexto do que já foi dito até então e é acrescentada ao contexto em que outras sentenças serão produzidas (CONNOLLY, 2007). O Contexto é preenchido por Informação Situacional, relacionada às circunstâncias interacionais (os participantes, o local e o tempo da interação), e por Informação Discursiva, que é a estocagem de todas as informações formuladas e codificadas na Gramática.

A ordem dos constituintes da oração relativa: o empacotamento da informação

A GDF propõe quatro posições absolutas para os constituintes oracionais: P^I , P^2 , P^M e P^F , que podem ser expandidas, após preenchidas, em posições relativas: P^{I+n} , P^{2+n} , P^{M-n} , P^{M+n} e P^{F-n} . A colocação dos constituintes ocorre de maneira dinâmica, iniciando-se com a colocação dos constituintes hierarquicamente mais altos e terminando com a dos constituintes configuracionais. As posições P^I e P^F são psicologicamente salientes e destinadas a constituintes com função pragmática, respectivamente, de Tópico e Foco (PEZATTI, 2012).

A oração relativa não restritiva é formulada, quase que exclusivamente, como uma sentença categorial, já que o Falante parte, na elaboração da informação, de um endereço já disponível no Contexto para o Ouvinte. Esse endereço é codificado morfosintaticamente como um pronome relativo na posição absoluta P^I , que funciona como uma estratégia coesiva de retomada do último endereço inserido no Contexto.

- (10) nós saímos da cidade de Saurimo, *que é uma cidade pequenina*, mas *onde existem, neste momento, vinte ou trinta mil desem[...], eh, desempregados*. (Ang97:GuerraAmbiente:l.57)

que _{top}	é	uma cidade pequenina	
P^I	P^M	P^{M+1}	
onde _{top}	existem	neste momento	vinte ou trinta mil desempregados _{Foc}
P^I	P^M	P^{F-1}	P^F

Em (10), há duas orações relativas, introduzidas pelos pronomes relativos *que* e *onde*, respectivamente. Esses pronomes se referem anaforicamente ao núcleo ausente⁴ *Saurimo*, já disponível no Contexto como Informação Discursiva. O pronome relativo recebe a função pragmática Tópico e sua função é levar o Ouvinte a acrescentar a informação veiculada na oração relativa a um endereço (*Saurimo*) já existente no Contexto.

4 Os núcleos ausentes, prototipicamente nomes próprios e pronomes pessoais, não têm a propriedade de designação, ou seja, são Subatos Referenciais codificados diretamente do Nível Interpessoal para o Morfosintático.

O Falante usa Atos Discursivos Subsidiários, que acrescentam informação adicional (*ser pequena e ter vinte ou trinta mil desempregados*) sobre o referente, para mostrar como Saurimo também é uma região com escassez de vegetação devido ao excesso de população que migrou para lá. O operador *mas* estabelece uma relação de contraste entre os dois Atos Subsidiários. Observe-se como a segunda oração relativa é formulada como uma sentença apresentativa, pois, além de partir de uma informação compartilhada pelos interlocutores, também insere um novo endereço no Discurso (*vinte ou trinta mil desempregados*), que recebe a função de Foco da oração.

Normalmente, a oração restritiva, como exemplo em (11), também é formulada no molde categorial, devido à presença de um Subato Referencial Tópico, representado pelo pronome relativo que se coloca no início da oração. Observe como as duas orações relativas *que é um animal* e *que tem o pelo bicudo* contribuem para que o Ouvinte identifique adequadamente o referente pretendido dentre outros infinitos referentes possíveis. Segundo Dik (1997), o Falante não fornece nem mais nem menos informação do que é necessário para que o Ouvinte identifique o referente. Como o termo *um ouriço* insere um novo endereço no Contexto, são necessárias várias informações sobre ele (*ser um animal, ter o pelo bicudo, ter focinho de porco*) para que o Ouvinte identifique o referente adequadamente.

- (11) há caçadores também, por exemplo, de arma branca que não caça só coelhos nem lebres, caça, por exemplo, um ouriço ***que é um animal que tem o pelo bicudo*** e tem, e focinho de porco (PT70HomensBichos:l.11)

que _{top}	é	um animal
que _{top}	tem	o pelo bicudo
p ^I	p ^M	p ^{M+1}

É muito comum, portanto, que várias orações relativas sirvam para especificar a que referente o Falante está se referindo, principalmente quando este referente é um novo endereço no Contexto. Já quando o endereço não é novo e pode ser mais facilmente identificado pelo Ouvinte, menos informação é necessária, como mostra o exemplo a seguir:

- (12) – eu, por acaso, conhecia uma rapariga ***que tinha casado com um alemão***, mas nunca mais, eh, a vi, por cá. ela abalou então (PT97-BaseMilitar:l.44)

Em (12), o Falante acrescenta um novo endereço (*uma rapariga*) na informação contextual, mas fornece apenas uma informação adicional sobre ele na oração relativa (*casou-se com um alemão*). Para o Falante, essa informação é suficiente para que o Ouvinte identifique corretamente o referente, já que é sobre o matrimônio entre os alemães que vieram trabalhar em bases militares de Beja e as portuguesas que os interlocutores estão discutindo.

As orações relativas normalmente são introduzidas pelo pronome *que*, mas também podem ser introduzidas pelos pronomes *cujos*, *onde* e *donde*, que recebem função pragmática Tópico, já que funcionam como um mecanismo coesivo de retomada do núcleo nominal expresso anteriormente no discurso, como em (13) e (14), em que, respectivamente, o pronome relativo *onde* retoma o núcleo-nominal *mulas* e o pronome *donde* se refere ao núcleo *zona*. Ambos os núcleos constituem endereços já disponíveis contextualmente e tomados como a informação tópica a partir da qual o enunciado é construído pelo Falante.

- (13) – segundo o que se diz, pelo menos pelos muilas, *onde eu andei muito pouco tempo*, não é, quer dizer, conheci um pouquinho aí, mas, diz-se que as pulseira têm um poder energético, eh, muito forte, assim para, e que dá resistência às pessoas. (Ang97:ContoTradicional:l.24)
- (14) portanto, os, os cultivares que eles vão fazer, as, os amanhos da terra vão ser adaptados à zona *donde eles são originários*. (Ang97:GuerraAmbiente:l.26-7)

É importante observar que o pronome *cujo* é ordenado dentro do Sintagma Nominal devido à sua natureza de modificador de posse de um núcleo nominal. Dessa forma, seu padrão de ordenação é a posição P^I do Sintagma e não da Oração.

- (15) – nós fomos para o Fogo para fazer uma visita de estudos *cujo objectivo era ver os aspectos geomorfológicos, vulcanológicos e hidrogeológicos no terreno*. (CV95:IlhaFogo:l.24-5)

cujo _{Top}	objectivo
P ^I	P ^M

Na relativização das posições sintáticas preposicionadas, a preposição exigida pelo predicado aparece junto com o pronome relativo, que substitui o termo argumental. Como não é possível separar a preposição e o pronome relativo, inserindo um modificador, considera-se o sintagma preposicional como um todo com função pragmática Tópico, como em (16) e (17), em que *a que* e *em que* são posicionados como um constituinte oracional único em P^I, por ter a função pragmática de Tópico.

- (16) – eh, que receptividade é que você tem com a família, com a, *a que esteve ligado*, e que de uma certa maneira você tem reservas muito negativas? (Ang97:JovemGaspar:l.100)

a que _{Top}	esteve	ligado
P ^I	P ^M	P ^{M+1}

- (17) – bom, quanto às meninas de rua, bom, a, o tempo *em que nós estávamos* a... ter contactos com as, com os rapazes, eh, os meninos de rua, bom, aquelas [...] eram consideradas, assim, como prostitutas, não é (Ang97:MeninosdeRuas:l.68-9)

emque _{Top}	nós _{Top}	estávamos
P ^I	P ^{I+1}	P ^M

A oração relativa categorial pode ser comumente constituída por Tópicos Múltiplos, quando o Falante retoma diversos endereços presentes no Contexto. Em (18), por exemplo, não só o pronome relativo com função tópica retoma o antecedente *organização*, mas também outras informações da Informação Situacional são retomadas como a perspectiva a partir da qual o Falante faz sua afirmação, ou seja, os modificadores *hoje* e *aqui numa cidade grande* e o Indivíduo *você*, já disponíveis na informação pragmática do Ouvinte, também recebem a função pragmática Tópico.

- (18) essa própria organização *que hoje, aqui numa cidade grande, você não encontra*, não é (Bra93:SurpresasFotografia:l.98-9)

que _{Top}	hoje _{Top}	aqui	numa	cidade	você _{Top}	não	encontra
P ^I	P ^{I+1}	P ^{I+2}			P ^{I+3}	P ^{I+4}	P ^M
		grande _{Top}					

Dessa forma, as orações relativas restritiva e não restritiva são, predominantemente, codificadas no molde categorial, devido ao fato de partirem de, ao menos, uma informação já disponível no Contexto, codificada como pronome relativo, o qual recebe

a função pragmática Tópico. Esse fato impede que a relativa seja formulada como uma construção tética, em que não há nenhum Subato Tópico e todo o Conteúdo Comunicado é focal.

No cópulus, foram encontradas poucas orações relativas apresentativas, sendo todas não restritivas, conforme o exemplo (10); porém, também é possível que a oração restritiva seja formulada no molde apresentativo, como atestado por este exemplo retirado da internet:

- (19) Sinceramente, eu não esperava ganhar presente algum nesse dia das mães. Me surpreendi, de verdade. E foi então que minha mãe veio, com meu pequeno no colo, segurando entre as mãozinhas gorduchas uma sacola azul com o nome da loja **em que tinha um item que eu sonhava há teeeeeempos**: (Extraído de: <<http://maternidadeaosdezesseis.blogspot.com.br/2013/05/meu-primeiro-dia-das-maes.html>>; acesso em: 3 jul. 2013)

Considera-se a oração relativa como uma construção apresentativa, quando sua função é apresentar um Subato Referencial no discurso, que é específico para o Falante, mas não identificável para o Ouvinte. Na relativa apresentativa, sempre há um Tópico que consiste em uma marcação do cenário espacial e que o Falante toma como ponto de partida para inserção de um novo referente no discurso. A partir do momento em que a entidade é apresentada e está disponível no Componente Contextual, pode ou não ser retomada como Tópico das sentenças posteriores. Em (20), o referente *um jardim* é retomado como Tópico na oração seguinte.

- (20) Em alguma localidade desta serra, Jesus e Seus discípulos passaram as noites da Sua última semana (Lucas 21:37), provavelmente na estância conhecida como Getsêmani (lagar de óleo ou prensa de azeite, sendo, segundo se presume, um olival) este era o lugar no monte das Oliveiras **em que havia um jardim** onde_{Top} Jesus costumava orar (Mateus 26:36). (Extraído de: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jardim_das_Oliveiras>; acesso em: 3 jul. 2013)

em que _{Top}	havia	um jardim _{Foc}
P ^I	P ^M	P ^F

Nas construções apresentativas, o pronome relativo com função pragmática Tópico é posicionado no domínio de P^I; a cópula suporte (normalmente, os verbos *haver*, *existir* e *ter*), inserida no Nível Morfossintático, ocupa a posição medial; e a entidade nova, por ser focal, vai para o domínio final da oração.

É comum encontrar orações relativas modificando Sintagmas Nominais de orações apresentativas. Nessas construções, o objetivo da oração relativa é especificar algum aspecto do Subato inserido como referente novo no discurso. O núcleo nominal da oração principal é, normalmente, um nome genérico, como *pessoas* e *gente* em (21) e (22), específico para o Falante e não-identificável para o Ouvinte, pois a função dessas construções é apresentar ao Ouvinte a entidade designada no núcleo nominal. A oração relativa restritiva, formulada no molde categorial, modifica o núcleo e é indispensável para que o Ouvinte identifique adequadamente o referente.

- (21) há pessoas aqui na juventude **que estão interessados mesmo pela raiz da cultura cabo-verdiana**. (CV95:AsMornas:1.59-60)

há	pessoas aqui na juventude que estão interessados mesmo pela raiz da cultura cabo-verdiano _{Foc}
P ^M	P ^F

- (22) tem gente aqui *que é mais antiga do que eu* (Bra80:ViverOutros:l.42)

tem	gente aqui que é mais antiga do que eu	_{Foc}
P ^M	P ^F	

Em alguns casos, como (23) e (24), há apenas o Sintagma Nominal modificado pela relativa. O núcleo e a relativa constituem Ato Discursivo no Nível Interpessoal, mas não uma oração no Nível Morfossintático.

- (23) a cozinha – logo em seguida vem a cozinha – também muito grande, [uma **coisa** maravilhosa *que aqui na cidade não se vê*], que é fogão a lenha. (Bra80:Fazenda:l.9-10)

uma	coisa	maravilhosa	que aqui na cidade não se vê
P ^I	P ^M	P ^{M+1}	P ^F

- (24) então, você sai da fazenda para ficar supervisionando, [essas **coisas** assim *que absolutamente não te afectam muito*] (Bra80:Fazenda:l.85)

essas	coisas	assim	que absolutamente não te afectam muito.
P ^I	P ^M	P ^{M+1}	P ^F

Nessas construções, todo o composto Sintagma Nominal e oração relativa forma uma construção apresentativa sintética. Observe-se que, como a oração relativa é um modificador complexo, deve ser posicionada no final do Sintagma Nominal, enquanto outros modificadores, como *maravilhosa* e *assim*, são posicionados no domínio de P^M.

Com relação ao padrão de ordenação da relativa discursiva, verifica-se que também é formulada prototipicamente como uma construção categorial. Além do pronome relativo, com função pragmática Tópico, posicionado em P^I, há, nessas construções, um Subato Referencial Tópico que retoma um dos participantes do discurso, como em (25), em que *eu* retoma o próprio Falante no momento da enunciação.

- (25) mas o mais interessante, de toda esta festa, esta questão, *que eu vou contando*, ah! também servia para quando, enfim, eh, se matava porcos... (CV95:ColherPanela:l.29)

que _{conjunção}	eu _{Top}	vou contando
P ^I	P ^{I+1}	P ^M

A própria função Resgate dessas construções faz com que ela seja formulada exclusivamente no molde categorial, pois a informação veiculada já está disponível no contexto, e é totalmente compartilhada pelos interlocutores, o que significa que não há nenhum Subato focal nessas relativas discursivas.

Considerações finais

Este artigo mostra como o Falante empacota o conteúdo da oração relativa, tendo em mente as informações já disponíveis no Contexto, visando atingir determinados objetivos comunicacionais. Defende-se que ora ele escolhe partir de informação compartilhada com o Ouvinte, ora ele acrescenta um novo referente à informação pragmática do Ouvinte. Os três tipos de oração relativa são formulados prototipicamente no molde categorial, consistindo em uma estratégia do Falante para formular sentenças a partir de endereços já disponíveis no Contexto Discursivo. Dessa forma, a relativa não restritiva acrescenta informações adicionais sobre um endereço que já está disponível na informação pragmática

do Ouvinte, enquanto a oração restritiva fornece informações para que o Ouvinte identifique o referente adequado para certo termo dentre outros possíveis. Em ambas se parte de informação discursiva disponível no Contexto e codificada como pronome relativo com função pragmática Tópico na oração. A relativa discursiva, além de partir de informação discursiva, retomada pelo pronome relativo, também parte de informação situacional disponível no Contexto, referente aos participantes do discurso. As orações relativas restritiva e não restritiva também podem ser formuladas no molde apresentativo, quando o objetivo do Falante é introduzir um novo endereço no Discurso, acrescentando-o à informação pragmática do Ouvinte e tornando-o disponível para ser retomado no decorrer da interação como Tópico. Nessas construções, o pronome relativo com função tópica refere-se a um núcleo nominal que veicula informações sobre o local onde o referente novo se localiza.

REFERÊNCIAS

- CAMACHO, R. G. Construções relativas sob a perspectiva discursivo-funcional. In: SOUZA, E. R. (Org.). *Funcionalismo Linguístico*. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 171-200. (Novas tendências teóricas, v. 1).
- CONNOLLY, J. H. Context in Functional Grammar. *Alfa*, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 11-33, 2007.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar*. Part 1: The structure of the clause. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997. (ed. KeesHengeveld)
- HANNAY, M. Pragmatic function assignment and word order variation in a functional grammar of English. *Journal of Pragmatics*, North-Holland, n. 16, p. 131-155, 1991.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- JACOBS, J. The dimensions of topic-comment. *Linguistics*, v. 39, n. 4, p. 641-681, 2001.
- PEZATTI, E. G. Ordenação de Constituintes em Construções Categorial, Tética e Apresentativa. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 28, n. 12, p. 353-385, 2012.
- SASSE, H. The thetic/categorial distinction revisited. *Linguistics*, n. 25, p. 511-580, 1987.
- SMIT, N. Information packaging in functional discourse grammar. *Alfa*, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 91-118, 2007.
- STASSI-SÉ, J. C. *Subordinação discursiva no português à luz da Gramática Discursivo-Funcional*. 2012. 194 f. Tese (Doutorado em Linguística, Área de concentração: Análise Linguística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto. 2012.

Causa e condição: uma interpretação morfosintática e discursiva

(Cause and condition: a morphosyntactic-discursive interpretation)

Ana Paula Cavaguti¹, Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale²

^{1,2}Universidade Federal de São Carlos, Campus de São Carlos (UFSCar)

anapcavaguti@hotmail.com, flaviavale@ufscar.br

Abstract: This paper proposes the synchronic study of adverbial clauses initiated by the conjunctions *dado que*, *desde que* and *uma vez que* in written Brazilian Portuguese. Considering that these conjunctions may express causality and conditionality, the distinction between the interpretation of causal and conditional clauses is not only a result of syntactic features but also of semantic and pragmatic ones. The analysis is based on functionalist assumptions, such as those of Hengeveld (1998), Hengeveld and Mackenzie (2008), Sweetser (1990), among others.

Keywords: Conjunction; causal clauses; conditional clauses; functional grammar.

Resumo: Neste trabalho, propõe-se o estudo sincrônico das orações adverbiais iniciadas pelas locuções conjuntivas “*dado que*”, “*desde que*” e “*uma vez que*” no português escrito do Brasil. Considerando que essas locuções conjuntivas podem expressar as relações de causalidade e de condicionalidade, a distinção entre uma interpretação e outra não é resultado apenas de fatores sintáticos, mas também de fatores de natureza semântica e pragmática. A análise se baseia em pressupostos teóricos funcionalistas como os de Hengeveld (1989), Hengeveld e Mackenzie (2008), Sweetser (1990), entre outros.

Palavras-chave: Locuções conjuntivas; orações causais; orações condicionais; funcionalismo.

Introdução

Nas gramáticas do português brasileiro (ALMEIDA, 1963; LIMA, 1999; SACCONI, 2004; CUNHA; CINTRA, 2008; BECHARA, 2009), o estudo das orações subordinadas adverbiais causais e condicionais se baseia, fundamentalmente, em fatores sintáticos, sem considerar seu contexto e a situação comunicativa. A definição tradicional das orações causais se fundamenta na relação lógica de causa-efeito, e a das orações condicionais, numa relação hipotética de condição-efeito.

Considerando que as relações de causa e de condição podem ser expressas por uma mesma locução conjuntiva (“*dado que*”, “*desde que*” e “*uma vez que*”), a distinção entre uma interpretação e outra não é resultado apenas de fatores sintáticos, mas também de fatores de natureza semântica e pragmática.

O objetivo geral deste trabalho é descrever os usos causais e condicionais das orações adverbiais introduzidas por “*dado que*”, “*desde que*” e “*uma vez que*” a partir de ocorrências reais da língua, a fim de identificar as regularidades e as diferenças das relações expressas por essas locuções. Com base nas ocorrências fornecidas por textos escritos, obtidas no *Corpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2006), examinam-se a posição da oração adverbial em relação à oração-núcleo e as correlações modo-temporais. Este artigo está organizado da seguinte maneira: na primeira seção, apresenta-se

a introdução; na segunda seção, discutem-se os pressupostos teóricos; na terceira seção, evidenciam-se os resultados; e, por fim, na quarta seção, expõem-se as conclusões.

O funcionalismo de Hengeveld e Mackenzie (2008)

A Gramática Funcional propõe examinar como o usuário de uma língua natural organiza e constrói uma expressão linguística para se comunicar eficientemente. A partir dos pressupostos teóricos do funcionalismo de Hengeveld e Mackenzie (2008) cuja teoria (Gramática Discursivo-Funcional) possibilita examinar, separadamente, os aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos em níveis, este trabalho propõe uma descrição das orações adverbiais introduzidas pelas locuções conjuntivas “dado que”, “desde que” e “uma vez que” em seus usos causais e condicionais.

A Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) é um modelo teórico, que procura descrever, separadamente, os fenômenos linguísticos por meio de suas relações funcionais em quatro níveis de organização linguística. Essa teoria se baseia na premissa de que toda organização sintática parte da pragmática, do uso. Hengeveld e Mackenzie (2008) propõem um modelo de análise que se inicia a partir da intenção comunicativa do falante (do componente conceitual) até a expressão da forma linguística.

A GDF constitui o Componente Gramatical que se liga a um Componente Conceitual, a um Componente Contextual e a um Componente de Saída. O Componente Conceitual é responsável pelas representações conceituais pré-linguísticas e pela representação da intenção comunicativa convertida em expressões linguísticas. Esse componente é a força motriz que sustenta o Componente Gramatical. O Componente Contextual é responsável pelo domínio discursivo a partir do qual se produzem novas expressões linguísticas no Componente Gramatical. O Componente de Saída, por sua vez, converte as representações semânticas e pragmáticas em sua forma final – acústica ou gráfica.

Esses três componentes não gramaticais interagem com o Componente Gramatical, sobretudo por meio das operações de formulação (função) e de codificação (forma) cujas regras são fenômenos específicos de cada língua. As regras de formulação convertem as representações cognitivas em representações subjacentes de natureza pragmática e semântica (Níveis Interpessoal e Representacional, respectivamente). As regras de codificação convertem as representações semânticas e pragmáticas em representações morfosintáticas e fonológicas (Níveis Morfosintático e Fonológico, respectivamente).

De modo a representar o processo cognitivo pelo qual uma intenção comunicativa é formulada e codificada, esses autores propõem uma organização de análise descendente (*top-down*), cuja unidade básica analisável é o Ato Discursivo (A)¹, definido como a menor unidade do comportamento comunicativo. Daí a GDF ser considerada um modelo de descrição gramatical, e não uma gramática do discurso. Pautados nos estudos de Levelt (1989), Hengeveld e Mackenzie (2008) assumem que o processo cognitivo da interação verbal se realiza de modo descendente, conforme esta ordem: (i) o falante identifica seu propósito comunicativo (informações pragmáticas e contextuais); (ii) seleciona a informação

¹ Os símbolos utilizados pela GDF serão mencionados neste trabalho conforme sua taxonomia. Isso se fará, no entanto, apenas por caráter ilustrativo, uma vez que as formalizações representadas por meio desses símbolos não serão utilizadas nesta pesquisa.

mais relevante de modo que seu propósito seja satisfeito; (iii) codifica as informações em termos gramaticais e fonológicos; e, por fim, (iv) realiza a articulação das expressões linguísticas.

Os níveis de organização linguística

Quatro níveis de organização linguística integram o Componente Gramatical e descrevem a língua em termos de suas funções, na medida em que essas funções são codificadas. Cada um dos níveis apresenta sua própria organização em camadas hierárquicas. As camadas apresentam sua própria variável, são restringidas por um núcleo e por modificadores (estratégias lexicais, σ) e podem ser especificadas por meio de operadores e de funções (estratégias gramaticais, π). A seguir, discutem-se, brevemente, os níveis pertinentes para a análise.

Nível Interpessoal

O Nível Interpessoal (pragmático) trata dos aspectos formais que refletem o papel das expressões linguísticas na interação entre falante e ouvinte. Esse nível capta as informações de natureza retórica e pragmática constituintes do discurso, manifestadas por meio das expressões linguísticas.

Para esses autores, o falante possui, até certo modo, consciência para selecionar a melhor estratégia comunicativa para que seus objetivos sejam atingidos. Esse nível abrange as informações discursivas, mas somente as que são relevantes para a manifestação linguística.

No Nível Interpessoal, estão previstas as seguintes camadas hierárquicas, organizadas de modo descendente: *Move* > Ato Discursivo > Conteúdo Comunicado > Subato.

Nível Representacional

O Nível Representacional (semântico) diz respeito aos aspectos de natureza semântica das expressões linguísticas, as quais estabelecem uma relação com o mundo descrita por essas expressões. Esse nível se refere às categorias de designação (animado/inanimado), funções semânticas (Ator, Paciente, Lugar), oposições de número (singular, plural, dual) e dos advérbios modificadores do conteúdo proposicional (“obviamente”, por exemplo).

Sendo o Nível Representacional responsável pela designação (denotação), Hengeveld e Mackenzie (2008) incluíram as categorias Episódio, Tempo e Lugar às categorias Indivíduo, Estado de Coisas e ao Conteúdo Proposicional propostas por Lyons (1987 [1977]², apud HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Nesse nível, estão previstas as seguintes camadas hierárquicas, organizadas de modo descendente: Conteúdo Proposicional > Episódio > Estado de coisas.

Nível Morfossintático

O Nível Morfossintático se refere às propriedades lineares das expressões linguísticas desde a estrutura de sentenças, orações e sintagmas até a estrutura interna das palavras.

² LYONS, John. Semantics. In: MANN, William C.; THOMPSON, Sandra A. (Org.) *Rhetorical Structure Theory: a theory of text organization*. Technical Report ISI/RS, 1987. p. 87-190. [Cambridge: Cambridge University Press, 1977. v. II].

Nesse nível, as informações semânticas e pragmáticas representadas nos níveis ascendentes são codificadas numa representação estrutural, em que as relações de escopo se refletem na organização linear das Expressões Linguísticas.

A unidade linguística é examinada a partir de sua configuração sintática. Constituem, portanto, o Nível Morfossintático, informações como as relações de tempos e modos verbais das orações; atribuição de funções sintáticas (Sujeito, Objeto); as relações de concordância verbal e nominal. Além desse conjunto de primitivos, operam também os operadores secundários, os morfemas (Xs) e os afixos (Aff).

Nesse nível, estão previstas as seguintes camadas hierárquicas, organizadas de modo descendente: Expressão Linguística > Oração > Sintagma > Palavra.

A GDF prevê que o usuário de uma língua natural tem conhecimento de unidades formais e funcionais. Desse modo, procura examinar como o falante, motivado por seus objetivos comunicativos, organiza essas unidades, de modo que ele se comunique eficientemente.

O modelo teórico-metodológico proposto por Hengeveld e Mackenzie (2008) possibilita, por meio das camadas e dos níveis, identificar como as escolhas funcionalmente motivadas no Nível Interpessoal codeterminam os níveis subsequentes – Representacional e Morfossintático nos usos causais e condicionais das locuções conjuntivas “dado que”, “desde que” e “uma vez que”. A interação desses três níveis permite constatar as regularidades das orações introduzidas por essas locuções conjuntivas, considerando a hipótese de que a distinção entre a leitura/interpretação causal e condicional é possível pela classificação em camadas específicas.

Abordagens funcionalistas das relações causais

A relação causal, no sentido estrito, relação entre predicacões (Estados de coisas), baseia-se na relação lógica de causa-efeito ou entre dois eventos e implica subsequência temporal do efeito em relação à causa (NEVES, 1999a, 2000).

Em relação à posição das orações causais, Neves (2000) assevera que a iconicidade também deve ser considerada em termos discursivos:

[...] na maior parte dos casos, primeiro se assenta a informação compartilhada (seja ela um *efeito* ou uma *causa*), e depois se traz a informação nova (seja ela uma *causa* ou um *efeito*), embora a língua tenha mecanismos para marcar diferentemente algumas construções. (NEVES, 2000, p. 815)

Para Neves (1999a, 2000), a maioria das orações causais reflete a ordem não icônica, uma vez que se enuncia primeiro a consequência, depois a causa. Segundo a autora, embora a motivação icônica seja causa-efeito/consequência, pode-se dizer que a ordem inversa reflete a iconicidade no sentido de que, a partir do efeito, deduz-se a causa.

No que diz respeito às configurações de tempo e modo verbais nessas relações, a autora afirma que as orações causais são expressas, geralmente, pelo modo indicativo, por constituírem uma proposição com forte grau de certeza.

Segundo pressupostos funcionalistas, questões estruturais como a ordem frasal e as correlações modo-temporais estão relacionadas às estratégias discursivas do falante, por

isso “uma interpretação correta das construções causais depende de uma escolha pragmaticamente motivada para a consideração do que essas construções representam” (NEVES, 1999a, p. 494).

Nesse sentido, de acordo com Sweetser (1990), as conjunções podem veicular diferentes leituras/interpretações, dependendo do contexto em que estão inscritas. Considerando que as relações causais ocorrem entre dois Estados de coisas (SPÓSITO, 2011), adota-se que a leitura das orações causais se faz no domínio de conteúdo, visto que seu enunciado descreve a causa de um evento no mundo real.

Abordagens funcionalistas das relações condicionais

De maneira genérica, a definição da relação condicional (relação entre proposições), no sentido estrito, baseia-se em critérios lógico-semânticos de condição-consequência/resultado, representada por “*se p, (então) q*” (“*p* verdadeiro e *q* verdadeiro”) (NEVES, 1999b, 2000).

Sob o ponto de vista da ordem dominante da oração condicional em relação à oração-núcleo, é consenso assumir que a ordem não marcada é a anteposta (GREENBERG, 1963; COMRIE, 1986; HIRATA, 1999; HIRATA-VALE, 2005; NEVES, 1999b, 2000; entre outros). A oração condicional anteposta funciona como uma moldura de referência para a oração-núcleo, por isso, Neves (1999b, 2000) diz que a condicional apresenta caráter de tópico discursivo. Sob o ponto de vista da organização da informação contida nas orações condicionais, geralmente, as informações são compartilhadas entre falante e ouvinte, o que justifica o fato de a anteposição ser a ordem universal (NEVES, 1999b, 2000).

No uso real da língua, a relação entre as proposições das orações condicionais vai além da relação lógica “*se p, (então) q*”. Partindo do pressuposto de que o conteúdo veiculado nas orações condicionais passa, inevitavelmente, pelo julgamento do falante, assume-se que a atitude proposicional é inerente às orações condicionais. Diante disso, seguindo a proposta de Sweetser (1990), compreende-se que as condicionais são lidas no domínio epistêmico, uma vez que a validade do conteúdo proposicional veiculado pela oração-núcleo depende da validade da proposição expressa pela oração condicional.

Metodologia

O *corpus* se compõe de textos formais escritos, do século XX, obtidos no *Corpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2006). Coletadas todas as ocorrências, fez-se uma segunda leitura para distinguir as ocorrências causais das condicionais. Para tanto, considerou-se o modo verbal da oração adverbial, visto que, por sua própria definição, o modo indicativo veicula algo dado como certo, o que estaria em consonância com a interpretação causal das locuções sob análise, enquanto o modo subjuntivo, uma incerteza, que seria veiculada pelas locuções com sentido condicional. Após essa etapa, realizou-se o exame descritivo das orações causais e condicionais introduzidas por “dado que”, “desde que” e “uma vez que”, apresentando-se, em tabelas, as semelhanças e as diferenças dessas relações, segundo critérios formais e semântico-pragmáticos.

Apresentação e análise dos dados

Pautada nos pressupostos teórico-metodológicos abordados neste trabalho e no *corpus* utilizado, na tabela abaixo, apresentam-se os resultados da análise, a qual se baseou em 1092 ocorrências:

Tabela 1: Número de ocorrências das locuções conjuntivas

<i>Dado que</i>	<i>Desde que</i>	<i>Uma vez que</i>	Total
33 3,0%	301 28,0%	758 69,0%	1092

Conforme mencionado na seção anterior, considerou-se o modo verbal da oração adverbial como critério para a classificação das locuções conjuntivas causais/condicionais. Hengeveld (1989) e Hengeveld e Mackenzie (2008) compreendem o modo verbal como um critério semântico que diz respeito ao estatuto de realidade/irrealidade. Em Hengeveld (1989), o autor assevera que, quando o falante se compromete com o conteúdo veiculado na oração adverbial, ele opta pelo modo indicativo, mas quando o falante não quer comprometer-se com o enunciado expresso na oração adverbial, opta pelo subjuntivo.

Das 1092 ocorrências, 782 são causais, e 310, condicionais, conforme apresentado nesta tabela:

Tabela 2: Ocorrências causais e condicionais

Oração adverbial	<i>Dado que</i>	<i>Desde que</i>	<i>Uma vez que</i>	Total
Causal	28 3,6%	02 0,3%	752 96,1%	782
Condicional	05 1,6%	299 96,5%	06 1,9%	310
Total	33	301	758	1092

Tendo em vista o total de ocorrências examinadas, na próxima tabela, evidenciam-se os dados em relação à ordem da oração adverbial conforme o tipo de leitura (causal/condicional). Adiante, esse critério será analisado, individualmente, para cada locução conjuntiva.

Tabela 3: A ordem das ocorrências causais e das condicionais

Oração adverbial	Anteposta	Medial	Posposta	Total
Causal	72 9,2%	07 0,9%	703 89,9%	782
Condicional	17 5,4%	05 1,6%	288 93,0%	310
Total	89	12	991	1092

No que diz respeito aos domínios de uso propostos por Sweetser (1990), averiguou-se que as locuções conjuntivas que veiculam causalidade são lidas no domínio de conteúdo, como ilustra (01):

- (01) Com duas cabines automatizadas, com capacidade para 30 passageiros cada, o Liberdade/Calçada é o mais novo dos três ascensores da prefeitura (os outros são o Elevador Lacerda e Plano Gonçalves). *A pane verificada ontem deveu-se justamente à falta de pessoal qualificado para operá-lo, uma vez que nos últimos dias, com a demissão em massa feita na Prefeitura de Salvador, os operadores contratados nos últimos oito anos, justamente os que eram considerados capacitados para esse tipo de trabalho, foram afastados, sendo substituídos por velhos funcionários que não conhecem ainda os mecanismos de funcionamento do ascensor.* (19N:BR:Baía)

Em (01), o fato (*os funcionários capacitados a operar o Liberdade/Calçada terem sido afastados, substituídos por velhos funcionários que não conhecem ainda os mecanismos de funcionamento do ascensor*) é responsável pela consequência (*ter ocorrido a pane*). Como se vê, o conteúdo da oração adverbial descreve a causa de um evento no mundo real, ratificando sua leitura no domínio de conteúdo.

No que diz respeito às locuções conjuntivas que expressam condicionalidade, a análise indica que sua leitura se faz no domínio epistêmico, conforme a classificação da autora:

- (02) [...] *A segunda lei de Lamarck afirma que as adaptações sofridas pelos seres de uma espécie por influência do meio ambiente são transmitidas e conservadas de geração para geração, desde que as adaptações ocorram em seres de ambos os sexos na espécie.* (19Ac:Br:Enc)

Em (02), o conteúdo proposicional (*as adaptações ocorrerem em seres de ambos os sexos na espécie*) descreve a condição única e necessária para a realização do conteúdo expresso na oração nuclear (*as adaptações sofridas pelos seres de uma espécie por influência do meio ambiente serem transmitidas e conservadas de geração para geração*). Verifica-se que as proposições são mutuamente implicativas, isto é, as duas proposições ou são ambas verdadeiras ou ambas falsas. Nesse sentido, a validade do conteúdo proposicional veiculado pela oração-núcleo depende da validade da proposição expressa pela oração condicional, corroborando sua leitura no domínio epistêmico.

Nas próximas subseções, apresentam-se as regularidades das orações adverbiais causais e condicionais introduzidas por “dado que”, “desde que” e “uma vez que” conforme estes critérios: (i) posição da oração adverbial em relação à oração nuclear; e (ii) correlações modo-temporais da oração-núcleo e da oração adverbial.

“Dado que” causal x condicional

No *corpus*, verificou-se que a locução conjuntiva “dado que” se revelou pouco produtiva no uso da língua. No total, coletaram-se 28 ocorrências com interpretação causal, e cinco com valor condicional.

No que diz respeito à ordem, os dados se distribuem conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 4: A ordem das orações causais e das condicionais

Oração adverbial	Anteposta	Posposta	Total
Causal	03 11,0%	25 89,0%	28
Condicional	03 60,0%	02 40,0%	05
Total	06	27	33

As orações causais iniciadas com “dado que” são predominantemente pospostas, em 89,0% das ocorrências, como em (03):

- (03) Ainda como ilustração do fenômeno, consideremos as frases: (d) Paulo usou o macaco do seu carro ontem. (e) O macaco engordou 2 Kg. Se fizermos a relativização das sentenças teremos a seguinte frase: (f) Paulo usou o macaco do seu carro ontem que engordou 2 Kg. *Neste caso, estamos diante de uma frase mal formada semanticamente no português, e o encaixamento das sentenças não possibilita resolver o caso da ambiguidade existente entre o uso concreto e o uso abstrato da palavra macaco, **dado que** temos uma única forma com dois significados diferentes (instrumento mecânico e animal).* (19Ac:Br:Lac:Thes)

A análise das ocorrências indica que os empregos da locução conjuntiva “dado que” com valor causal também confirmam a posposição como a ordem não marcada das orações causais (NEVES, 1999a, 2000; SPÓSITO, 2011). Verificou-se que, em 25 ocorrências (89,0%), o falante enuncia primeiro o efeito, depois a causa. De acordo com Neves (1999a, 2000), embora a ordem icônica das relações causais seja causa-efeito/consequência, pode-se dizer que a ordem inversa (efeito-causa) reflete a iconicidade no sentido de que, a partir do efeito, deduz-se a causa. Em acordo com Neves (2001), a análise demonstrou que, nos empregos de “dado que” com sentido causal, a telicidade do verbo, que constitui a base dessa locução, mantém-se preservada. Essa telicidade, no entanto, desfaz-se com o uso do modo subjuntivo.

Nas ocorrências de “dado que” com leitura condicional, verificou-se que, nas cinco ocorrências analisadas, a ordem dominante da oração condicional é a anteposta (60,0%), que representa a ordem não marcada das condicionais expressas, sobretudo pela conjunção prototípica “se” (COMRIE, 1986; HIRATA, 1999; NEVES, 1999b, 2000). A anteposição é ilustrada pela ocorrência (04):

- (04) Delfino se lembrava de ir saltando sobre dormentes no leito da via férrea quando menino e de imaginar que se pudesse de repente saltar uma porção de dormentes e postar-se lá adiante, voltado para onde viera, havia de ver-se andando de dormente em dormente. Depois tinha tido vontade, nos momentos difíceis da vida, de fazer isto com o tempo. **Dado que** os dormentes fossem dias e que os dias imediatos fossem os dormentes em sucessão no leito da via férrea, por que não saltar por cima dos dias desagradáveis e olhar-se a si mesmo lá da frente, olhar-se como se fosse outra pessoa, ou mesmo, corajosamente, como se fosse ele mesmo, mas em dias já idos e vividos ou em dormentes já pisados e passados? (19:Fic:Br:Callado:Madona)

De acordo com Neves (1999b, 2000) e Hirata (1998), as orações condicionais antepostas são tópicos discursivos e servem como moldura de referência, que orientam o ouvinte para o que será enunciado na oração nuclear.

A respeito das relações entre os tempos e os modos verbais nas relações causais e nas condicionais, constatou-se esta predominância:

Tabela 5: Correlações mais frequentes de tempos e modos verbais na oração-núcleo e na oração adverbial

Tipo de relação	Oração-núcleo	Oração adverbial
Causal	Presente Indicativo 64,0%	Presente Indicativo 72,0%
Condicional	Presente Indicativo 40,0%	Pretérito Imperfeito Subjuntivo 80,0%

Por meio da tabela acima, certificou-se que, nas orações causais, o tempo-modo mais frequente é o presente do indicativo tanto na oração nuclear (64,0%) como na causal (72,0%), evidenciando a factualidade/realidade descrita por Estados de coisas:

- (05) O poliestireno é um polímero comum. A unidade repetitiva tem a mesma composição (C₈H₈) como o monômero de baixa massa molar, o estireno, de onde o poliestireno é sintetizado. O número de unidades repetitivas é indicado pelo índice *n*. No caso de graus comerciais do poliestireno, o valor médio de *n* pode ser 1000 ou mais. **Dado que a massa molar da unidade repetitiva do poliestireno é 104, o valor de 1000 para *n* representa uma média de massa molar de 104000.** (19Ac:Br:Lac:Thes)

Em (05), o Estado de coisas causal (*a massa molar da unidade repetitiva do poliestireno ser 104*) justifica a ocorrência do Estado de coisas nuclear (*o valor de 1000 para *n* representar uma média de massa molar de 104000*).

Em relação às correlações modo-temporais encontradas nas orações condicionais iniciadas com *dado que*, o tempo-modo mais frequente na oração-núcleo é o presente do indicativo (40,0%), e na oração condicional, o pretérito imperfeito do subjuntivo (80,0%), que se utiliza para veicular conteúdos inexistentes ou pouco prováveis, conforme demonstra (06):

- (06) [...] *Escolhido este caminho não se cogitou de o transformar em linha de operações, pela escolha de dois ou três pontos defensáveis, garantidos de guarnições que, mesmo diminutas, pudessem estear a resistência, **dado que houvesse um insucesso, um recuo ou uma retirada.** Crítica Ninguém cogitava na mais passageira hipótese de um revés. [...] Sabia-se, no entanto, que esta atravessaria longos trechos de caatingas exigindo aberturas de picadas, e extenso areal de quarenta quilômetros onde, naquela quadra, na plenitude do estio, não se compreendia a viagem sem que os combatentes fossem arcando.* (19:Fic:Br:Cunha:Sertoes)

Em (06), a informação (*dado que houvesse um insucesso, um recuo ou uma retirada*) expressa um conteúdo possível que, talvez, poderia ter-se realizado. Então, para

estear a resistência desses viajantes, eles se precaveram de guarnições, pois sabiam que enfrentariam situações difíceis, que a rota “*atravessaria longos trechos de caatingas exigindo aberturas de picadas, e extenso areal de quarenta quilômetros [...]*”.

“Desde que” causal x condicional

A locução conjuntiva “desde que” se revelou a mais produtiva em empregos com valor condicional, visto que das 301 ocorrências do *corpus*, 299 são condicionais, indicando uma forte tendência de essa locução especializar-se em usos com sentido condicional, uma vez que apenas duas ocorrências apresentam interpretação causal.

Em relação à ordem da oração adverbial, identificaram-se as seguintes frequências:

Tabela 6: A ordem das orações causais e das condicionais

Oração adverbial	Anteposta	Medial	Posposta	Total
Causal	01 50,0%	Ø	01 50,0%	02
Condicional	12 4,0%	05 1,7%	282 94,3%	299
Total	13	05	283	301

Quanto à posição das orações causais introduzidas por “desde que”, não há ordem dominante, uma vez que, das duas ocorrências examinadas, uma é anteposta, e a outra, posposta:

- (07) A estrutura principal que o problema de análise envolve é a sequência de palavras que deve ser analisada. Para isso, isolam-se subsequências dessa estrutura como sendo os vários termos aceitos pela gramática, e ao final da análise, mostra-se que a sentença inteira é aceita como um termo do tipo “sentença”. **Desde que o modo padrão de se representar uma sequência é em forma de lista, a entrada para o analisador será representada como uma lista do Prolog.** Deste modo, cada palavra será representada como átomos do Prolog. (19Ac:Br:Lac:Misc)
- (08) A resposta da ferramenta para essa ação é Communicative Goal was inserted e aparece no rodapé da janela Amadeus Editor: Sentences_Base, indicando o sucesso da operação. *Esse mesmo padrão também poderia estar associado à função de comparação desde que possui elementos sintáticos deste padrão.* (19Ac:Br:Lac:Thes)

Em (07), o falante enuncia primeiro a causa, depois o efeito/consequência. Em (08), a oração causal segue a ordem contrária de efeito/consequência-causa. Apesar disso, em ambos os casos, a informação contida na oração adverbial é consensual, compartilhada entre falante e ouvinte.

A respeito das orações condicionais, confirmou-se a posposição em 94,3% das ocorrências, como se vê em (09). A ocorrência (10) demonstra a posição medial:

- (09) Segundo organizadores do Aberto, o número de participantes será limitado a 100, sendo que *os 10 primeiros colocados do ranking paranaense masculino, 5 primeiras colocadas do feminino, 3 primeiros do juvenil masculino e 3 primeiras do juvenil*

feminino terão suas vagas garantidas, desde que efetivem suas inscrições dentro do prazo limite: 15 de novembro. (19N:Br:Cur)

Em (09), o conteúdo veiculado na oração-núcleo é tido como certo, caso a condição enunciada seja eventualmente satisfeita. Nessas orações, a (não) realização da condição única (*efetivar a inscrição dentro do prazo limite*) implica, necessariamente, a (não) realização do conteúdo expresso na oração nuclear (*os participantes terem suas vagas garantidas*). Quando a oração condicional segue a nuclear, o falante faz uma ressalva, isto é, enuncia os eventos, mas a dúvida quanto ao preenchimento imposto pela condição é maior, ou seja, muito menos provável de realizar-se (NEVES, 1999b, 2000; HIRATA-VALE, 2005).

Segundo Neves (1999b, 2000), as orações condicionais iniciadas com “desde que” expressam uma condição necessária e suficiente (= *somente se*) e são, geralmente, postostas, conforme ilustra (09a):

(09a) [...] (os participantes) *terão suas vagas garantidas, somente se “efetivarem” suas inscrições dentro do prazo limite: 15 de novembro.*

(10) Art. 622. Se a execução da obra for confiada a terceiros, *a responsabilidade do autor do projeto respectivo, desde que não assuma a direção ou fiscalização daquela, ficará limitada aos danos resultantes de defeitos previstos no Art. 618 e seu Parágrafo único.* (19Ac:Br:Lac:Misc)

Em (10), o sujeito e o verbo da oração-núcleo se encontram separados pela oração condicional: “*a responsabilidade do autor do projeto respectivo desde que não assuma a direção ou fiscalização daquela, ficará limitada aos danos resultantes de defeitos previstos no Art. 618 e seu Parágrafo único*”. Nesse caso, diz-se que a posição da oração condicional é medial, em que o falante interrompe parte da oração principal e apresenta a condição como meio de ressaltar a restrição estabelecida pela oração adverbial da qual depende a realização da oração-núcleo. Segundo Neves (2000) e Hirata (1999), esse recurso exerce a função de adendo ou lembrete, que relativiza o conteúdo veiculado pela proposição nuclear.

No que concerne aos tempos e aos modos verbais nas relações causais e nas condicionais, constatou-se o predomínio das seguintes configurações:

Tabela 7: Correlações mais frequentes de tempos e modos verbais na oração-núcleo e na oração adverbial

Tipo de relação	Oração-núcleo	Oração adverbial
Causal	Futuro Presente Indicativo 50,0%	Presente Indicativo 100,0%
	Futuro Pretérito Indicativo 50,0%	
Condicional	Presente Indicativo 62,5%	Presente Subjuntivo 65,3%

A respeito das correlações modo-temporais presentes nas relações causais, visto que houve apenas duas ocorrências com “desde que”, averiguou-se que uma oração nuclear se configura com o futuro do presente, e a outra, com o futuro do pretérito do indicativo.

Nas duas orações causais do *corpus*, prevalece o presente do indicativo, como ilustraram as ocorrências (07) e (08).

As relações de tempo e modo verbais verificadas nas orações condicionais introduzidas por “desde que” indicam que as condicionais se configuram, preferencialmente, com o presente do indicativo (62,5%), e a oração-núcleo, com o presente do subjuntivo (65,3%). Assim como na pesquisa de Neves (2000), comprovou-se, nesta, que essa relação de tempo-modo é peculiar das orações introduzidas pelas locuções conjuntivas formadas pelo elemento final “que”, impossível de realizar-se com a conjunção “se”, como se vê em (11a):

(11) Segundo o chefe da fiscalização da Receita, Paulo Roberto Cugini, pelo menos 30% dos veículos vendidos estavam sem notas fiscais. Somente 2 das cerca de 50 lojas foram fiscalizadas: Tony Veículos e rede Cordeiro Veículos. *O dono da Tony Veículos, Antonio Maia, disse que não é contra a ação dos fiscais desde que a operação seja feita em todas as lojas de o ramo.* (19N:Br:Folha)

(11a) * [...] *O dono da Tony Veículos, Antonio Maia, disse que não é contra a ação dos fiscais se a operação seja feita em todas as lojas de o ramo.*

O modo subjuntivo reflete o descomprometimento do falante em relação ao conteúdo veiculado pela oração condicional cuja informação não é afirmada nem percebida, mas deixada em aberto. Isso configura a não factualidade ou não verdade das relações hipotéticas.

“Uma vez que” causal x condicional

A locução conjuntiva “uma vez que” foi a que apresentou o maior número de ocorrências (758) dentre as três pesquisadas neste trabalho. Desse total, 752 são causais, e seis, condicionais. Isso reflete sua especialização em empregos com valor causal.

Em relação à ordem da oração adverbial introduzida por “uma vez que”, constatarem-se estes dados:

Tabela 8: A ordem das orações causais e das condicionais

Oração adverbial	Anteposta	Medial	Posposta	Total
Causal	68 9,0%	07 1,0%	677 90,0%	752
Condicional	02 33,0%	Ø	04 67,0%	06
Total	70	07	681	758

Os dados indicam a posposição como ordem dominante em 90,0% dos casos de “uma vez que” causal. Neves (1999a, 2000) esclarece que a anteposição é favorecida nos casos em que se apresenta primeiro a informação “dada” e, em seguida, a informação nova. No entanto, a análise dos dados contraria essa tendência, posto que o conteúdo de todas as orações iniciadas por “uma vez que” é verificado, e 90,0% das orações causais são pospostas. A ocorrência (12) ilustra essa preferência, e a (13), a posição medial:

- (12) [...] O Imperador (Justiniano, o Grande) era conhecido por patrocinar a atividade, além de sua força política e militar. A influência clássica era bastante nítida nos trabalhos do período. *Entretanto, trata-se de uma época de difícil estudo **uma vez que poucas obras sobreviveram.*** (19Ac:Br:Enc)

O exemplo (12) pode ser qualificado pela expressão de realidade *de fato*, visto que o Estado de coisas da oração principal (*tratar-se de uma época de difícil estudo*) é causado pelo Estado de coisas da oração adverbial (*poucas obras terem sobrevivido*), que relata um evento ocorrido no mundo real:

- (12a) [...] *Entretanto, trata-se de uma época de difícil estudo **uma vez que** [de fato], poucas obras sobreviveram.*

- (13) O DNA resultante é inserido no próprio material genético da célula infectada. O vírus em si não possui seus próprios meios de se reproduzir, e é justamente através de sua ação sobre as células que sua reprodução é realizada. *O DNA introduzido, **uma vez que se torna parte do DNA celular, fornece instruções à célula para a produção de vírus HIV sob a forma de proteína.*** (19Ac:Br:Enc)

A oração causal de (13) se encontra em posição medial, isto é, ela fragmenta o conteúdo veiculado na oração-núcleo, separando seu sujeito (*o DNA*) de seu verbo/predicado (*fornece instruções à célula*). Como indica a tabela acima, esse tipo de ocorrência foi bastante raro (1,0%). Pode-se dizer que isso se deve ao fato de que essa maneira como o conteúdo é emitido pelo falante dificulta a compreensão do ouvinte, pois o processamento cognitivo por parte dos interlocutores é mais complexo.

Na interpretação condicional, em 67,0% dos casos, a oração condicional segue a oração principal, exercendo a função de ressalva, conforme esclarecido anteriormente.

A respeito das correlações modo-temporais nas relações causais e nas condicionais, as mais frequentes são:

Tabela 9: Correlações mais frequentes de tempos e modos verbais na oração-núcleo e na oração adverbial

Tipo de relação	Oração-núcleo	Oração adverbial
Causal	Presente Indicativo 70,3%	Presente Indicativo 68,5%
Condicional	Presente Indicativo 67,0%	Presente Subjuntivo 83,5%

Quanto às configurações de tempo e modo verbais nas relações causais, o tempo-modo mais frequente é o presente do indicativo na oração nuclear (70,3%) e na oração causal (68,5%). Assim como Neves (2001), comprovou-se que a locução conjuntiva *uma vez que* com sentido causal se liga a um ponto no passado, conforme evidencia (14):

- (14) *O crime de FURTO é **considerado** crime contra o patrimônio, pois fere o mesmo, **uma vez que ele é o objeto do crime.*** Há que se observar, todavia, que no crime de FURTO, apesar da subtração do bem, não há violência contra a pessoa detentora ou possuidora do mesmo, ou pelo menos indiretamente. (19Ac:Br:Enc)

A oração causal de (14) (*ele [o patrimônio] ser o objeto do crime*) descreve a causa real que desencadeia a consequência descrita na oração-núcleo (*o crime de furto ser considerado crime contra o patrimônio*).

Nos casos de orações condicionais com “uma vez que”, o tempo-modo mais frequente na oração-núcleo é o presente do indicativo (67,0%); na oração condicional, o presente do subjuntivo (83,5%). Ao contrário do que se constatou nos empregos com valor causal, a ligação a um ponto no passado da locução conjuntiva “uma vez que” se desfaz por meio do modo subjuntivo, como demonstra (15):

- (15) Em todas as 75 árvores analisadas, verificou-se desrespeito à recomendação de nomear cada fato com frase construída com a estrutura sujeito-verbo-complemento (S-V-C), se necessário. *O prejuízo advindo dessa prática **pode ser** de importância menor; **uma vez que** a denominação escolhida **permita** identificação precisa do fator e de sua participação na árvore, o que, infelizmente, não foi o que ocorreu nas árvores elaboradas nas empresas estudadas.* (19Ac:Br:Lac:Thes)

O *corpus* revelou que todas as orações condicionais iniciadas com “uma vez que” são, geralmente, expressas com referência de tempo futuro, em consonância com a potencialidade de realizar-se, de a condição ser satisfeita a partir do momento em que o falante enuncia sua condição.

Corroborando o posicionamento de Neves (1999b, 2000) e o de Oliveira (2008), as orações condicionais iniciadas com “dado que”, “desde que” e “uma vez que” restringem o significado da oração nuclear cujo valor de verdade da oração condicional determina o valor de verdade daquela. A oração nuclear, por sua vez, expressa a consequência do preenchimento ou não da condição única, que é estabelecida na situação comunicativa. Essa restrição se justifica pelo fato de essas locuções conjuntivas serem lexicais, constituídas de sentido.

Considerações finais

Neste trabalho, propôs-se investigar e descrever as orações causais e as condicionais introduzidas pelas locuções conjuntivas “dado que”, “desde que” e “uma vez que” no português contemporâneo do Brasil.

No que diz respeito aos parâmetros pragmáticos, especificamente aos domínios propostos por Sweetser (1990), os dados revelaram que as orações causais representam modificadores predicacionais, com leitura no domínio de conteúdo, visto que elas descrevem causas de eventos no mundo real. As orações condicionais são modificadores proposicionais, com leitura no domínio epistêmico, posto que o julgamento do falante é inerente ao conteúdo condicional. Constatou-se, ainda, que os empregos com sentido causal e condicional dessas locuções se diferenciam no Nível Representacional, especificamente nas camadas do Estado de coisas (relações causais) e na do Conteúdo Proposicional (relações condicionais), segundo a proposta da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Considerou-se como critério semântico, que diz respeito ao estatuto de realidade/irrealidade, o modo verbal. Verificou-se que o modo indicativo caracteriza os empregos com valor causal, e o subjuntivo, os usos com valor condicional.

Quanto à posição das orações adverbiais, a posposição prevalece, significativamente, tanto nas relações causais como nas condicionais. Uma vez que as orações introduzidas pelas locuções conjuntivas em estudo exercem a função sintática de advérbio, elas apresentam mobilidade em relação à ordem, que reflete as funções discursivas. Assume-se, portanto, que a ordem é motivada pela pragmática.

Averiguou-se também que, embora essas locuções conjuntivas sejam tradicionalmente classificadas tanto como causais como condicionais, há uma forte tendência de “dado que” e de “uma vez que” se especializarem em usos causais; a locução “desde que” tem se especializado em empregos com valor condicional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. M. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 1963. p. 300-455.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 462-513.

COMRIE, B. Conditionals: a typology. In: TRAUGOTT, E. C. et al. (Ed.). *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 77-99.

CUNHA, C.; CINTRA L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008. p. 593-622.

DAVIES, M.; FERREIRA, M. *Corpus do Português: 45 million words, 1300s-1900s*. Washington, DC: United States National Endowment for the Humanities, 2006. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org>>. Acesso em: jul. 2011-maio 2012.

GREENBERG, J. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: _____. *University of Language*. Cambridge: MIT Press, 1963. p. 73-113.

HENGEVELD, K. Layers and operators in Functional Grammar. *Journal of Linguistics*, v. 25, n. 01, p. 125-157, 1989.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional discourse grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HIRATA, F. B. M. *A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil*. 231 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999.

HIRATA-VALE, F. B. M. *A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil: contínuo semântico-pragmático*. 160 f. Tese. (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.

LEVELT, W. J. M. *Speaking*. Cambridge MA: MIT Press, 1989.

LIMA, C. E. R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999. p. 184-284.

NEVES, M. H. M. As construções causais. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do português falado*. Novos estudos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999a. v. VII, p. 461-496.

_____. As construções condicionais. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do português falado*. Novos estudos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999b. v. VII, p. 497-544.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000. p. 787-929.

_____. A gramaticalização e a organização dos enunciados. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 13-22, 2001.

OLIVEIRA, T. P. *As conjunções e orações condicionais no português do Brasil*. Tese. 157 f. (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2008.

SACCONI, L. A. *Nossa gramática*. Teoria e prática. 28. ed. São Paulo: Harbra, 2004. p. 310-387.

SPÓSITO, C. C. A construção adverbial de causa razão, explicação e motivação nas variedades lusófonas: uma abordagem discursivo-funcional. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 7., Curitiba. *Anais*. Curitiba: Abralin, 2011. p. 742-749.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Construção *ter que* + *infinitivo*: modalidade e propriedades gramaticais do verbo *ter*

(Construction *ter que* + *infinitive*: modality and grammatical properties of the verb *ter*)

Elzimar de Castro Monteiro de Barros¹, Maria da Conceição de Paiva²

¹Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Macaé (FAFIMA)

²Faculdade de Letras – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/CNPq)

elzimar.castro@gmail.com, paiva@club-internet.fr

Abstract: This paper focus on the grammaticalization trajectory of the construction *ter que* + *infinitive* in the spoken Rio de Janeiro, taking as parameters the domain and the target of modalization expressed by this construction. Throughout a short term real-time study, we have shown that *ter que* + *infinitive* undergoes changes of modal force, which can be interpreted as a cline towards necessity/obligation [+strong] > [-strong]. The analysis allows us to evidence that this functional change is strongly related to the morphosyntactic properties of the verb *ter*.

Keywords: construction *ter que* + *infinitive*; grammaticalization; modality; morphosyntactic properties.

Resumo: Este artigo focaliza a trajetória de gramaticalização da construção *ter que* + *infinitivo* na modalidade falada da variedade carioca, tomando como parâmetros o domínio e o alvo da modalização expressa por essa construção. Através de um estudo em tempo real de curta duração (“tendência”), mostramos que *ter que* + *infinitivo* sofre mudanças de força modal, interpretáveis em termos de um *cline* de necessidade/obrigação [+forte] > [-forte]. A análise permite evidenciar que essa mudança funcional está fortemente correlacionada às propriedades morfossintáticas do verbo *ter*.

Palavras-chave: construção *ter que* + *infinitivo*; gramaticalização; modalidade; propriedades morfossintáticas.

Introdução

O recrutamento de bases verbais ligadas ao domínio de *posse* para a expressão de significados no domínio da modalidade é um fenômeno recorrente em diversas línguas, como atestam Bybee, Perkins e Pagliuca (1994); Olbertz (1998); Krug (2000); e Heine (1993, 2003). No português brasileiro, essa trajetória pode ser exemplificada, através do processo de gramaticalização do verbo pleno *ter* como auxiliar modal, em duas construções:

[V1 *ter*_{fin.} + de + V2_{inf.}]

- (01) Votei em um porque eu tinha de cumprir minha obrigação e num queria estragá meu voto. (Amostra Censo 2000, falante 31)

[V1 *ter*_{fin.} + que + V2_{inf.}]

- (02) A gente tinha horário de sete ao meio-dia, né? Então tinha que cumprir. (Amostra Censo 2000, falante 27)

Embora constituam, em princípio, alternantes com o mesmo valor modal, alguns autores pressupõem, intuitivamente, diferenças de registro entre essas duas construções: *ter que + infinitivo* associa-se ao registro coloquial e *ter de + infinitivo* a registros mais formais, ou mesmo restrito à modalidade escrita, como propõe Luft (2003). Embora “menos recomendável”, nos termos de Ferreira (2009), a construção *ter que + infinitivo* torna-se um “fato da língua”, como admite Rocha Lima (2008) ou um uso “amplamente consagrado” na modalidade falada, de acordo com Luft (2003). Na mesma direção, Bechara (2009) e Houaiss e Villar (2001) consideram o uso dessa construção “mais moderno”.

Com o intuito de verificar a expansão de *ter que + infinitivo* na modalidade falada do português brasileiro, investigamos dados de entrevistas sociolinguísticas das amostras representativas de duas sincronias da variedade carioca: as amostras Censo 1980 e Censo 2000¹ que integram o acervo do Projeto Peul/UFRJ (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua).²

A amostra Censo 1980 é composta por entrevistas realizadas com 64 falantes de diversos bairros da área metropolitana do Rio de Janeiro, distribuídos segundo as variáveis gênero/sexo, faixa etária (7-14 anos, 15-25 anos, 26-49 anos e +de 50 anos) e por três níveis de escolaridade (primeiro e segundo segmentos do ensino fundamental e ensino médio). A amostra Censo 2000 compreende 32 falantes distribuídos, aleatoriamente, por diferentes bairros do Rio de Janeiro, e segue os mesmos parâmetros de estratificação da amostra Censo 1980. Como amostra de controle, foram analisados, também, dados de falantes de nível universitário, representados pela amostra NURC-RJ/70.³ Essa amostra compreende entrevistas com falantes cariocas, agrupados de acordo com as variáveis sexo/gênero e três faixas etárias (25-35, 36-55 e +56 anos). Foram utilizadas as entrevistas do tipo DID (Diálogo entre Informante e Documentador) e EF (Eloquções Formais, como aulas, conferências, palestras).

Ao que tudo indica, a construção *ter que + infinitivo* torna-se soberana no português brasileiro (PB) contemporâneo, independentemente do registro de fala, como mostra a Tabela 1, em que comparamos a frequência dessa construção em amostras de fala com diferentes níveis de escolarização e de distintos estilos de fala, no caso da amostra NURC:

Tabela 1: Construções modais com *ter + infinitivo* em diferentes amostras de fala

Construções	Censo 1980	Censo 2000	DID	EF
<i>ter que + infinitivo</i>	582 = 100%	696 = 99,3%	62 = 90%	43 = 91,5%
<i>ter de + infinitivo</i>	00 = 0,0%	05 = 0,7%	07 = 10%	04 = 8,5%
Total	582	701	69	47

Como mostra a Tabela 1, a distribuição da construção *ter que + infinitivo* nos *corpora* orais analisados revela a extensão do seu espraiamento no PB. O uso de *ter que + infinitivo* em detrimento de *ter de + infinitivo* é categórico na amostra Censo 1980 e quase categórico na amostra Censo 2000 (99,3%), entre falantes de nível médio de escolaridade. Em registros menos formais de falantes com nível universitário, representados

1 Essas amostras encontram-se disponíveis no *site*: <www.lettras.ufrj.br/~peul>.

2 Para maiores detalhes sobre as amostras, remetemos o leitor para Oliveira e Silva e Scherre (1996) e Paiva e Duarte (2003).

3 A amostra NURC-RJ/70 está disponível no *site*: <www.lettras.ufrj.br/nurc-rj>.

pelas entrevistas do tipo DID, o uso dessa construção modal atinge um percentual de 90% (RIGONI, 1995). Mesmo em registros orais mais formais (EF), como aulas, por exemplo, o uso dessa construção alcança (91,5%).

Considerando apenas os dados das amostras Censo 1980 e Censo 2000, focalizamos a trajetória de gramaticalização da construção *ter que + infinitivo* através de um estudo em tempo real de curta duração, do “tipo tendência” (LABOV, 1994; PAIVA; DUARTE, 2003). Neste artigo, o nosso objetivo é mostrar, por meio de uma análise estatística controlada, realizada pelos programas GoldVarb2001, as mudanças observadas nos valores modais dessa construção, quando consideramos o *domínio* e o *alvo* (OLBERTZ, 1998; HENGEVELD, 2004) em que ela opera. Assumimos que as mudanças observadas constituem indícios de que a construção *ter que + infinitivo* desenvolve um *continuum* de gramaticalização que exemplifica bem o processo de subjetivização, na forma como proposto por Traugott (1988, 1989, 2003a, 2003b, 2010), Krug (2000) e Traugott e Dasher (2005). Além disso, trazemos evidências de que esse processo correlaciona-se estreitamente com as propriedades número-pessoais do verbo *ter*.

O trabalho compreende a seguinte organização: no item Parâmetros de modalidade, analisamos o uso da construção *ter que + infinitivo* de acordo com os parâmetros de modalidade propostos por Olbertz (1998) e Hengeveld (2004). No item A trajetória de modalização de *ter que + infinitivo*, discutimos os resultados obtidos na análise em tempo real, destacando as mudanças depreendidas na distribuição de *ter que + infinitivo* em função do *domínio/alvo* da avaliação modal. No item Domínio modal e propriedades morfossintáticas do verbo *ter* detemo-nos na correlação entre os diferentes valores modais e as propriedades número-pessoais do verbo *ter*. Nas considerações finais, destacamos as principais tendências no uso da construção *ter que + infinitivo* depreendidas entre a década de 1980 e 2000.

Parâmetros de modalidade

Uma abordagem mais completa de elementos e construções que expressam modalidade requer considerar toda a situação comunicativa, ou seja, o participante,⁴ o grau de envolvimento do locutor com o EsC (Estado de Coisas), o evento, assim como o contexto discursivo. Procurando dar conta desses diferentes aspectos, Olbertz (1998) e Hengeveld (2004) propõem dois parâmetros: *alvo* e *domínio semântico*, a partir dos quais podem ser analisados os diferentes empregos de elementos modais. O parâmetro *alvo* corresponde à parte do enunciado sobre a qual incide a modalidade (participante, evento, proposição). O parâmetro domínio refere-se à perspectiva a partir da qual o falante procede à avaliação de um EsC. Da conjugação entre esses dois parâmetros resultam diferentes combinações que permitem especificar valores modais distintos.

Prototipicamente, a construção *ter que + infinitivo* é considerada uma forma de expressar necessidade imperiosa de realização de um EsC imposta por circunstâncias externas (modalidade *extrínseca*) ou de convocar normas e princípios mais gerais de conduta (modalidade *deôntica*) (SAID ALI, 1966; CÂMARA JR., 1981; RIGONI, 1995; NEVES, 2000, 2006; dentre outros). Como já ressaltado em Paiva e Barros (2011), no domínio extrínseco, ou deôntico com obrigação instanciada por agente externo, nos ter-

4 O termo *participante* refere-se ao primeiro argumento do verbo (OLBERTZ, 1998).

mos de Cunha Lacerda (2011), a realização do EsC é imperiosa devido à atuação de contingências objetivas, independentes da vontade do enunciador. No domínio deontico, a obrigação externa é respaldada por princípios, convenções e normas compartilhadas pelo locutor, ou seja, a noção de obrigatoriedade é imposta a si mesmo pelo próprio locutor, envolvendo, portanto, um grau maior de subjetividade. Por outro lado, no domínio *epistêmico*, envolvendo um grau mais alto de subjetividade, a construção *ter que + infinitivo* pode ser utilizada, ainda, para expressar avaliações subjetivas, codificando crenças ou baseadas em um raciocínio inferencial do enunciador (CUNHA LACERDA, 2011).

Uma análise mais detalhada que considere a conjugação entre o *domínio* e o *alvo* da avaliação, de acordo com a proposta de Olbertz (1998) e Hengeveld (2004), permite identificar o uso da construção *ter que + infinitivo* com os seguintes valores modais:

Modalidade extrínseca com alvo no participante

- (03) Eu tenho que saí mermo, que eu tenho um compromisso. (Amostra Censo 2000, falante 15)

Em (03), um compromisso pessoal (circunstância externa explícita) determina o comprometimento do falante com o EsC, ou seja, a necessidade de executar a ação de *sair*.

Modalidade extrínseca com alvo no evento

- (04) Não existe brigas dentro da escola. Também é porque é só o pessoal da escola. Às vezes, quando tem festas que deixam entrá outras pessoas, aí que dá problema, né? Pessoas que moram no morro, né? Aí tem que chamá a polícia. (Amostra Censo 2000, falante 11)

Em (04), uma circunstância externa, a entrada de outras pessoas nas festas da escola, condiciona a necessidade de realização do EsC: *Aí tem que chamá a polícia*. Neste caso, a ocorrência do EsC é circunstancialmente necessária.

Modalidade deontica com alvo no participante

- (05) Daqui uns dia, tenho que servir o exército mesmo! (Amostra Censo 1980, falante 02)

Em (05), o participante se submete a uma imposição advinda de uma norma mais geral, no caso, a de alistamento militar determinada pela legislação brasileira.

Modalidade deontica com alvo no evento

- (06) Tem-tem dia... eu entro na escola sete horas, eu vou-vou ali pro ponto mais ou menos seis e meia, chega, tem que o... tem que chegar lá uns dez minutos antes de sete horas e acabo chegando sete e dez. (Amostra Censo 2000, falante 03)

Em (06), a construção impessoal *tem (se) que chegar lá* associada a um determinado horário advém de normas que devem ser cumpridas não por um aluno em particular, mas representam uma obrigação imposta por um estabelecimento escolar.

Modalidade epistêmica com alvo no evento

- (07) Mas isso é coisas que tem que acontecer na vida da pessoa, não é? O que tem que acontecer, acontece mesmo e não adianta. Nem tem nem se pode dizer que tem motivo. (Amostra Censo 1980, falante 35)

Em (07), as orações em destaque indicam a inevitabilidade de *coisas* que acontecem na vida das pessoas e, por ser óbvia, é admitida pelo falante como certa, sob o ponto de vista do conhecimento de mundo, ou seja, de convenções genéricas culturalmente compartilhadas, correspondendo, portanto, a uma avaliação inferencial.

Modalidade epistêmica com alvo na proposição

- (08) Você vê cada professor hoje em dia, que é uma comédia. Um garotão mais novo que eu, com uma barba desse tamanho, uns cabelo tudo arrepiado – é lógico que tem que estourar greve! Vai estourar greve toda hora! Toda hora! Toda hora estoura mesmo. (Amostra Censo 1980, falante 26)

Em (08), o falante, partindo de uma evidência/constatação, no caso, a idade e a aparência dos professores, expõe o seu ponto de vista (crença), ou seja, extrai uma conclusão (*é lógico que*) acerca da possibilidade de um EsC (*tem que estourar greve!*). Nesse sentido, através de uma avaliação inferencial subjetiva, o falante se compromete com a verdade da proposição.

De acordo com Coates (1983, p. 32), a modalidade de *raiz*, que compreende a modalidade deôntica, se distribui em um *cline* de força, instanciando um *continuum* entre obrigação [+forte] > [-forte]. Na mesma direção, Rigoni (1995, p. 111-112) propõe para os modais *dever* e *ter de/que* a tarefa de expressar os valores de *necessidade* [+forte] e *obrigação* [-forte] do seguinte modo: o sujeito “atribui a fatores externos, de caráter não facultativo, a imposição para a realização ou não do verbo predicador”; o valor de *obrigação* decorre, por outro lado, de imposições advindas de “lei moral, moda ou convenção social”. Desse modo, há indicações de que *ter que* + *infinitivo* associa-se aos domínios *extrínseco* e *deôntico* e pode sofrer algumas mudanças nos seus valores modais, como discutimos na seção seguinte.

A trajetória de modalização de *ter que* + *infinitivo*

A comparação no uso da construção *ter que* + *infinitivo*, nos dois períodos considerados (1980 e 2000), através da conjugação entre *domínio* e *alvo*, sugerem mudanças, embora sutis, na distribuição dos seus valores modais, como mostram os resultados da Tabela 2:

Tabela 2: Distribuição de *ter que* + *infinitivo* em função do domínio/alvo da avaliação

Domínio/alvo	Censo 1980	Censo 2000
Extrínseco → Participante	169 = 29%	150 = 21%
Extrínseco → Evento	64 = 11%	52 = 8%
Deôntico → Participante	154 = 26%	113 = 16%
Deôntico → Evento	111 = 19%	270 = 38%
Epistêmico → Evento	48 = 8%	68 = 10%
Epistêmico → Proposição	36 = 6%	43 = 6%
Total	582	696

A Tabela 2 indica que, na amostra Censo 1980, não há diferença significativa entre os valores associados ao domínio *extrínseco* (29%) e *deôntico* (26%) com alvo no *participante*. Na amostra Censo 2000, há uma redução de *ter que* + *infinitivo* no domínio *extrínseco* com alvo no *participante* (21%) e essa construção passa a predominar no domínio *deôntico* com alvo no *evento* (38%).

Nas duas amostras, o uso da construção *ter que* + *infinitivo* no domínio *epistêmico* é mais escasso, com 14% em 1980 e 16% em 2000, não havendo, portanto, nesse domínio, diferença significativa entre os dois períodos. Esses resultados desfavorecem, mesmo desconsiderando o *alvo*, a hipótese de aumento de usos mais subjetivos dessa construção. Pode ser que, no desenvolvimento desses modais, a passagem entre [-subjetivo] para [+subjetivo] compreenda etapas intermediárias que não puderam ser captadas no intervalo de tempo em análise.

Os resultados da Tabela 2 sugerem que a mudança mais relevante entre 1980 e 2000 envolve o *alvo* da avaliação modal, o que se confirma nas tendências indicadas na Tabela 3, em que desconsideramos a dimensão *domínio*:

Tabela 3: Distribuição de *ter que* + *infinitivo* de acordo com o alvo da avaliação

Alvo da avaliação	Censo 1980	Censo 2000
Participante	323 = 56%	263 = 38%
Evento	223 = 38%	390 = 56%
Proposição	36 = 6%	43 = 6%
Total	582	696

Os resultados apresentados na Tabela 3 evidenciam, na década de 1980, maior concentração de *ter que* + *infinitivo* com alvo no *participante* (56%). Nos anos 2000, por outro lado, atesta-se inquestionável predominância da construção *ter que* + *infinitivo* com alvo no *evento* (56%), o que se reflete na queda de uso dessa construção com alvo no *participante* (38%).

As tendências observadas na Tabela 3 podem ser indicativas de um alargamento no escopo da modalização realizada por *ter que* + *infinitivo*, que passa a operar sobre toda a predicação, o que, pelo menos teoricamente, abre caminho para a expansão no domínio *epistêmico*. Nesse sentido, pode-se falar de um certo afastamento da construção *ter que* + *infinitivo* do seu domínio prototípico (*extrínseco*) com alvo no *participante* para maior recorrência no domínio *deôntico* com alvo no *evento*. Embora, na amostra Censo 1980, o uso de *ter que* + *infinitivo* ainda reflita a concepção tradicional sobre essa perífrase, ou

seja, a de que ela impõe uma necessidade *interna* sobre a ação de um participante (SAID ALI, 1966), na amostra Censo 2000, essa situação muda, observando-se um aumento do escopo da perífrase que passa a incidir sobre a predicação como um todo.

Esse deslocamento pode ser interpretado em termos de mudança na força modal da construção *ter que + infinitivo*. É possível entender que os valores de *obrigação/necessidade* impostos sobre o *participante* tenham mais força, na medida em que não lhe deixam escolha; são imperiosos. Por outro lado, esses mesmos valores, quando recaem sobre o *evento*, não envolvem diretamente o *participante*, sua responsabilidade e, como operam do exterior, impõem-se por si mesmos. No entanto, não se pode ignorar que, inter-relacionada com a mudança apontada acima, está, também, a dimensão *domínio*, como sugerido pela Tabela 2, o que fica mais explícito na Tabela 4:

Tabela 4: Distribuição de *ter que + infinitivo* de acordo com o domínio da avaliação

Domínio da avaliação	Censo 1980	Censo 2000
Extrínseco	233 = 40%	202 = 29%
Deontico	265 = 46%	383 = 55%
Epistêmico	84 = 14%	111 = 16%
Total	582	696

Os resultados da Tabela 4 mostram que, na amostra Censo 1980, o uso de *ter que + infinitivo* no domínio *extrínseco* (40%) e *deontico* (46%) é equivalente. Na amostra Censo 2000, destacam-se o aumento dessa construção no domínio *deontico* (55%) e seu decréscimo considerável no domínio *extrínseco* (29%). Como já evidenciado, tanto na amostra Censo 1980 como na amostra Censo 2000 (cf. Tabela 2), há uma escassez de uso de *ter que* no domínio *epistêmico*, 14% e 16% respectivamente.

Em termos de “força modal” (COATES, 1983), podemos considerar que, no domínio *extrínseco*, as contingências externas possuem maior poder de imposição sobre a conduta do participante do que normas, regras e convenções que, pelo menos em princípio, podem ser discutidas e contestadas. Nesse caso, as duas mudanças sugeridas nessa análise estatística (quanto ao *domínio* e *alvo*) envolveriam um enfraquecimento da força modal de *ter que + infinitivo*.

Como discutimos na seção seguinte, essas mudanças de valor modal da construção *ter que + infinitivo* podem ser mais bem compreendidas se considerarmos, também, algumas propriedades morfossintáticas do verbo *ter*.

Domínio modal e propriedades morfossintáticas do verbo *ter*

Como já mostraram diversos estudos, a emergência e evolução de elementos modalizadores, na maioria dos casos, envolvem restrições morfossintáticas de um verbo em curso de gramaticalização, tal como ocorre, por exemplo, com o verbo *dever* (RIGONI, 1995), *achar* (CASSEB-GALVÃO, 1999), “*diz que*” (CASSEB-GALVÃO, 2001) e *parece que* (GONÇALVES, 2003). Essa correlação pode ser observada, também, no deslocamento de *alvo* da construção *ter que + infinitivo*, no período de tempo que separa as duas amostras, pois fornece evidências, ainda que indiretas, do maior ou menor (des)comprometimento do falante em relação ao EsC codificado.

Como mostram os exemplos a seguir, o verbo *ter* na construção *ter que + infinitivo* admite diferentes desinências número-pessoais:

1ª pessoa do singular

- (09) Carteira de identidade eu não tenho. Porque eu tirei, aí eu perdi, eu tenho que até – para mim ti- como é? Tirá-pegar outra, não é? Ainda não fui, porque eu ainda não tive tempo de ver, ir lá, mas eu tenho que ir tirar! (Amostra Censo 1980, falante 04)

3ª pessoa do singular

- (10) Eu acho que uma mulher casada, ela tem que dar maior atenção ao filho, não é? (Amostra Censo 1980, falante 24)

1ª pessoa do plural

- (11) Não, eu tenho que chegá nessa hora. Nós temos que está na nossa casa. Nos abraçar, eu tô na praia! A casa fechada sozinha! Não aceito! Viu! (Amostra Censo 2000, falante 28)

3ª pessoa do plural

- (12) Então, eles ainda têm algumas mansões que eles conservam aquele estilo, não é? Antigo, mas por dentro naturalmente eles reformam tudo, fazem tudo bonito como na Europa, não é? Na Europa, eles conservam, tem eles têm que conservar mesmo, não é? (Amostra Censo 1980, falante 48)

Considerando as diferenças enunciativas associadas às pessoas verbais, pode-se presumir que os domínios modais *extrínseco* e *deôntico*, conforme tendências já observadas em diferentes fenômenos de gramaticalização de auxiliares modais (TRAUGOTT, 2003a, 2003b, 2010, dentre outros), estejam mais fortemente associados à terceira pessoa do singular e que o valor modal *epistêmico*, dada a sua natureza mais subjetiva, esteja mais associado à primeira pessoa do singular.

Em relação à amostra Censo 1980, os resultados apresentados na Tabela 5 indicam, antes de mais nada, a predominância de *ter que + infinitivo* com formas verbais de terceira pessoa do singular:

Tabela 5: Interação entre domínio modal e pessoa gramatical do verbo *ter* – Amostra Censo 1980

Domínio modal/ Pessoa gramatical	Extrínseco	Deôntico	Epistêmico
1ª pessoa do singular	75 = 32%	43 = 16%	6 = 7%
3ª pessoa do singular	144 = 62%	210 = 79%	68 = 81%
1ª pessoa do plural	5 = 2%	3 = 1%	4 = 5%
3ª pessoa do plural	9 = 4%	9 = 4%	6 = 7%
Total	233	265	84

Destacam-se, na Tabela 5, dois aspectos: (i) embora a terceira pessoa do singular predomine em todos os domínios modais, ela é particularmente recorrente nos domínios

deôntico (79%) e *epistêmico* (81%). No domínio *extrínseco*, o verbo *ter* na terceira pessoa do singular (62%) concorre, de forma um pouco mais significativa, com a primeira pessoa do singular (32%).

Os resultados para a amostra Censo 2000, mostrados na Tabela 6, corroboram a recorrência da terceira pessoa do singular nas construções que expressam modalidade *deôntica* e *epistêmica*. Com relação à modalidade *extrínseca*, neutraliza-se a diferença entre terceira e primeira pessoa do singular:

Tabela 6: Interação entre domínio modal e pessoa gramatical do verbo *ter* – Amostra Censo 2000

Domínio modal/ Pessoa gramatical	Extrínseco	Deôntico	Epistêmico
1ª pessoa do singular	88 = 44%	43 = 11%	12 = 11%
3ª pessoa do singular	97 = 48%	315 = 82%	89 = 80%
1ª pessoa do plural	3 = 1%	9 = 3%	2 = 2%
3ª pessoa do plural	14 = 7%	16 = 4%	8 = 7%
Total	202	383	111

As tendências depreendidas para a categoria número-pessoal do verbo *ter*, na Tabela 6, contrariam, em parte, as hipóteses formuladas para esta propriedade, indicando que a construção *ter que + infinitivo* tem maior recorrência na terceira pessoa do singular, mesmo em contextos *epistêmicos*, paralelamente nas duas sincronias. No entanto, é necessário considerar que, de acordo com Traugott (2010), embora a primeira pessoa seja relevante para o desenvolvimento de significados subjetivos, nem sempre essa correlação é necessária nos processos de subjetivização. Em muitos casos, esse processo pode até ser mais evidente em orações sem sujeito explícito, ou seja, em casos onde uma interpretação arbitrária pode se impor, como no exemplo (13):

- (13) F: É aquele negócio, né? É, eu corro muito perigo aí na rua. Meus pais são contra isso. Mas como é uma coisa também alternativa pra mim e pra eles também, acho que tem que corrê atrás mesmo, foi a única coisa que apareceu aí. (Amostra Censo 2000, falante 10)

Uma interpretação para tal fato decorre, naturalmente, da importância da modalidade como uma estratégia de envolvimento do falante com a asserção (PAIVA; BARROS, 2011). No caso específico da construção *ter que + infinitivo*, tal envolvimento pode ser entendido em termos do grau de comprometimento do locutor com a *necessidade/obrigação* imposta. Considerando que as formas de terceira pessoa podem expressar impessoalidade, descompromissando o falante com relação ao EsC descrito, a sua estreita correlação com a construção *ter que + infinitivo* parece ser compatível com o que foi observado na seção anterior, ou seja, um movimento em direção à modalidade com alvo no *evento*.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, mostramos, em primeiro lugar, a soberania da construção *ter que + infinitivo* na modalidade falada da variedade carioca, independentemente de variáveis, como nível de escolaridade do falante e grau de formalidade do discurso. Com a comparação

entre as amostras Censo 1980 e Censo 2000, discutimos evidências de que a fonte da imposição contribui para determinar a força modal da construção *ter que + infinitivo*.

Desse modo, na primeira sincronia, o uso da construção *ter que + infinitivo* predomina no domínio *extrínseco* com alvo no *participante* e, na segunda sincronia, é mais recorrente no domínio *deôntico* com alvo no *evento*. Entendendo que a fonte advinda de circunstâncias externas com alvo no *participante* tem mais força imperativa sobre a realização de um EsC do que a advinda de leis, normas, regras sociais, morais etc., com alvo no *evento*, esse deslocamento sugere um enfraquecimento da força modal da construção *ter que + infinitivo*, num *continuum* de *necessidade/obrigação* [+forte] > [-forte]. Interpretamos tal mudança como uma possível trajetória no sentido de que a construção *ter que + infinitivo* passa a sinalizar menor comprometimento do falante com os estados de coisas sobre os quais se impõe uma *necessidade/obrigação*.

Essa trajetória é acompanhada por alterações na correlação entre *domínio/alvo* e pessoa gramatical do verbo *ter*. Na primeira sincronia, a construção *ter que + infinitivo* se relaciona, predominantemente, com a terceira pessoa do singular, independentemente do valor modal dessa construção. Na segunda sincronia, mantém-se a mesma tendência nos domínios *deôntico* e *epistêmico*; no domínio *extrínseco*, neutraliza-se a diferença entre a terceira e a primeira pessoa do singular, mostrando que *ter que* começa a perder o seu nicho preferencial. Afirmarções mais seguras sobre a evolução da construção *ter que + infinitivo* no português contemporâneo requer considerar, no entanto, sua inserção no conjunto de outras construções que também podem expressar os mesmos valores modais, como é o caso da construção *dever + V2* (CUNHA LACERDA, 2011).

Acreditamos, ainda, que uma explicação possível para a soberania da construção *ter que + infinitivo* na modalidade falada envolva a produtividade do elemento *que* na constituição de diferentes perífrases de modalização no PB, como exemplificam *parecer que, dizer que, querer que*. Por analogia com construções desse tipo, os falantes tenderiam a privilegiar a construção *ter que + infinitivo* e reduzir, gradativamente, o uso da sua concorrente *ter de + infinitivo*. Dado o recorte deste estudo, essa questão não foi explorada e requer outro tipo de análise empírica.

REFERÊNCIAS

- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 671 p.
- BYBEE, Joan; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1994. 398 p.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 266 p.
- CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. *O achar no português do Brasil: um caso de gramaticalização*. 1999. 167 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1999.

_____. *Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão “diz que”*. 2001. 231 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara. 2001.

COATES, Jennifer. *The semantics of the modal auxiliaries*. London; Canberra: Croom Helm, 1983. 259 p.

CUNHA LACERDA, Patrícia Fabiane Amaral da. (Inter)subjetivização no domínio da modalidade: o processo de gramaticalização das construções modais *ter que + V2* e *dever + V2*. *Guavira Letras: Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*, Três Lagoas, v. 13, n. 1, p. 151-164, ago./dez. 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009. 2120 p.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. 2003. 250 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003.

HEINE, Bernd. *Auxiliares: cognitive forces and grammaticalization*. New York: Oxford University Press, 1993. 162 p.

_____. Grammaticalization. In: JOSEPH, Brian; JANDA, Richard D. (Ed.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 575-601.

HENGEVELD, Kees. Illocution, mood and modality. In: BOOIJ, Geert; LEHMANN, Christian; MUGDAN, Joachim (Ed.). *Morphology: an international handbook on inflection and word-formation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 1190-1201. (Handbooks of Linguistics and Communication Sciences).

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2922 p.

KRUG, Manfred G. *Emerging English modals: a corpus-based study of grammaticalization*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2000. 332 p.

LABOV, William. *Principles of linguistic change: internal factors*. Cambridge: Blackwell, 1994. v. 1. 625 p.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2003. 544 p.

NEVES, Maria Helena de Moura. A polissemia dos verbos modais. Ou: falando de ambiguidades. *Alfa*, São Paulo, v. 44, p. 115-145, 2000.

_____. Imprimir marcas no enunciado. Ou: a modalização na linguagem. In: NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 151-221.

OLBERTZ, Hella. *Verbal periphrases in a functional grammar of Spanish*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1998. 585 p.

OLIVEIRA E SILVA, Gisele Machline de; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Departamento de Linguística e Filologia, UFRJ, 1996. 395 p.

PAIVA, Maria da Conceição de; BARROS, Elzimar de Castro Monteiro de. Construções modais com ter: gramaticalização e variação. *Diacrítica*, n. 25-1, p. 261-284, 2011.

PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Introdução: a mudança linguística em curso. In: PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (Org.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003. p. 13-29.

RIGONI, Maria Cristina. *Modalidade e gramaticalização: estratégias discursivas na fala carioca*. 1995. 203 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1995.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 47. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. 553 p.

SAID ALI, Manuel. Haver e ter. In: _____. *Dificuldades da língua portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1966. p. 113-121.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. Pragmatic strengthening and grammaticalization. *Berkeley Linguistics Society*, v. 14, p. 406-416, 1988.

_____. On the rise of epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change. *Language*, v. 65, n. 1, p. 31-55, 1989.

_____. Constructions in grammaticalization. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, R. (Ed.) *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003a. p. 624-647.

_____. From subjetivization to intersubjetivization. In: HICKEY, Raimond (Ed.). *Motives for language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003b. p. 124-142.

_____. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. In: DAVIDSE, Kristin; VANDELANOTTE, Lieven; CUYCKENS, Hubert (Ed.). *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2010. p. 29-74.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; DASHER, Richard B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. 341 p.

Subordinação discursiva no português: a função interacional transição

(Discourse subordination in Portuguese: the interactional function transition)

Joceli Catarina Stassi Sé¹

¹Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – *Campus* de Três Lagoas (CPTL)

jocelistassise@hotmail.com

Abstract: This article investigates, under the scope of Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), constructions introduced by *porque* (because), which do not exhibit morphosyntactic or semantic dependency in relation to any immediately anterior or posterior main clause. The research aims at determining, in the varieties that assume Portuguese as their official language, pragmatic, semantic, morphosyntactic and phonological properties of these constructions and specifying their discourse function. The results permit to observe that these structures, determined in the interpersonal level of the theory, are movements that contribute to the continuation of the discourse in order to indicate content transition and establish discourse subordination relations.

Keywords: Adverbial subordination; Discourse subordination; Interactional function; Functional Discourse Grammar.

Resumo: Este artigo investiga, sob o escopo da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), construções introduzidas por *porque* que não exibem dependência morfossintática nem semântica em relação a uma oração principal imediatamente anterior ou posterior. Busca-se determinar, nas variedades lusófonas que têm o português como língua oficial, as propriedades pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas dessas construções, bem como especificar seu funcionamento no discurso. Os resultados permitem constatar que essas estruturas, determinadas no nível interpessoal da teoria, são movimentos que contribuem para o avanço da interação com a função de indicar transição de assunto, estabelecendo relações de subordinação discursiva.

Palavras-chave: Subordinação adverbial; Subordinação discursiva; Função interacional; Gramática Discursivo-Funcional.

Introdução

Nesta pesquisa, norteadas pelo modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), procura-se aprofundar as discussões acerca da adverbialidade e da (in)dependência entre orações.

Muitos são os pesquisadores que argumentam em favor das noções de “parataxe”, de “hipotaxe”, e de “encaixamento”, em detrimento da dicotomia “coordenação *versus* subordinação”, para explicar as relações de maior ou menor grau de integração ou dependência formal e semântica entre orações.

No entanto, embora reconheça o valor dessas pesquisas no tratamento da adverbialidade, este estudo apresenta uma nova proposta para a determinação das construções adverbiais sem núcleo realizado: leva em conta a dependência pragmática entre essas construções e porções textuais maiores para investigar a função interacional por elas

exercida em contextos de interação de língua falada, propondo a categorização dessas funções em diferentes níveis de análise linguística.

Pesquisas de diferentes correntes teóricas funcionalistas, como as de Decat (1999) e Garcia (2010), que descreveram esse fenômeno na língua portuguesa, já agregaram ao ponto de vista tradicional outras propriedades concernentes a essas construções, que não apenas as semânticas e as sintáticas, somando evidências de que é necessário extrapolar os limites da oração para caracterizar esse tipo de estrutura. Exige-se uma preocupação em examinar o contexto situacional em que os enunciados são produzidos, caso contrário a compreensão de seu funcionamento e de sua contribuição na organização do discurso não consegue ser explicada.

Decat (1999) define esses tipos de estrutura como orações “desgarradas”, que representam opções organizacionais para o falante, e que, apesar de apresentarem a forma de estrutura subordinada, não dependem de nenhuma oração anterior ou posterior a elas, sendo destacadas prosodicamente por pausas, por marcadores discursivos ou por ambos.

Garcia (2010) sustenta que construções concessivas que assumem certa independência morfosintática são movimentos, com a propriedade de contribuir para a continuidade do discurso, não representando casos de subordinação adverbial.

Partindo desses estudos, à luz da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), busca-se explicar e categorizar o uso das estruturas iniciadas por *porque* que não integram orações principais e que não configuram casos de coordenação, com base nas diferentes camadas e níveis de análise propostos pela teoria, apresentando uma proposta com orientação discursiva para o tratamento dessas construções.

A noção de (in)dependência entre orações

Há, atualmente, trabalhos que tratam das orações adverbiais independentes, mas não especificamente do tipo proposto pelo presente estudo e sob o enfoque teórico aqui oferecido. Construções com tais configurações parecem evidenciar funções discursivas que trazem à tona o papel do falante, interferindo na organização do discurso por meio do uso de sinalizadores formais, que constituem as próprias construções aqui investigadas. O exemplo (1) demonstra esse funcionamento:

(01) – quanto é que calcula que vale a sua coleção?

→ bem, não sei dizer, é muito difícil. eh, nã[...], não há, neste momento não há em jo[...], não está em jogo o aspecto... monetário

– sim.

→ mas sim o da cultura. **porque agora já sei... muitas coisas sobre borboletas**, que fui obrigado a col[...], comprar livros

– ham, ham. (CV95:Colecionismo)

A construção iniciada por *porque* apresenta propriedades interpessoais específicas, não representando caso de coordenação nem de subordinação adverbial, nos moldes destacados por estudos tradicionais e de língua em uso que levam em conta a conjunção

porque, sendo necessário, para sua descrição, ampliar o olhar para porções textuais mais amplas de modo a compreender seu uso, proposta aqui empregada.

Gramáticos como Góis (1955) e Garcia (1982) chegaram a discutir esse fenômeno. Entretanto, Góis (1955), diferentemente de Garcia (1982), registra esse tipo de ocorrência como uma “anomalia gramatical”, admitida por professores por estabelecerem relação com o período antecedente, considerando-a como mera continuação.

Garcia (1982) reconhece esse tipo de estrutura como “caso de conflito entre a rigidez gramatical e a excelência estilística”, denominando-a de “frase fragmentária”. O autor se utiliza do exemplo (2) para explicar o funcionamento de tais estruturas:

- (02) Viver podia ser tão bom. *Ou bom não digo total*, mas podia ser sofrível. *Cada dia que amanhece. Cada noite com as suas estrelas. E os matos e os bichos e suas flores... E gente dos morros, igualmente com seus passarinhos. Porque tem muita gente de morro* que, embora na cidade, leva a sua existência natural, como índios. *Morando naqueles ninhos empoleirados nas pedras, cozinhando em trempe, apanhando água onde encontra, sem conhecer veículo que chegue lá em cima, nem luz elétrica...* (Raquel de QUEIROZ, *O Cruzeiro*, 28/3/64 apud GARCIA, 1982, p. 117-118)

Nesse exemplo, considera-se que grande parte do trecho é constituída por fragmentos de frase, em razão disso, o autor denomina esse tipo de construção “frase fragmentária” e ao comentar o período iniciado por *porque* aponta:

[...] a gramática “mandaria procurar” a oração principal desse período. Mas o trecho é, quanto a esse aspecto, inalisável segundo os cânones gramaticais; não obstante, constitui forma de expressão legítima no português moderno. (GARCIA, 1982, p. 118)

Decat (1999) discorre sobre a dificuldade de se explicarem casos como os das chamadas “falsas coordenações”, ou das orações subordinadas sem a matriz, e aponta quão complicado é identificar o estatuto das orações quanto à noção de dependência. Por força disso, a autora defende a necessidade, já apontada por Thompson (1984), Haiman e Thompson (1984), de se abandonar o termo subordinação para substituí-lo por parâmetros que descrevam a relação entre as orações no nível do discurso.

Nesse prisma, Decat (1999) considera necessária a distinção entre: 1) Orações dependentes que se relacionam com os fatos da gramática da língua, ou seja, aquelas cuja dependência é determinada pela escolha do item lexical, que desempenham um papel gramatical em constituição com um item lexical; 2) Orações dependentes que representam opções organizacionais para o falante.

Segundo a autora, no primeiro tipo encontram-se as completivas e as adjetivas restritivas; enquanto no segundo englobam-se as adverbiais, desde que não sejam argumento do verbo, e as apositivas. É justamente nesse segundo tipo que se identificam, segundo Thompson (1984 apud DECAT, 1999), as cláusulas independentes, denominadas por Decat de *desgarradas*.

Garcia (2010), respaldando-se em Barth (2000), Crevels (2000), Decat (1999) e Jubran (2006), também fornece apontamentos sobre as propriedades das orações independentes,

todavia, utilizando-se do aparato teórico da GDF, o que agrega importantes contribuições para a descrição desse tipo oracional.

A autora defende a existência de concessivas que ocorrem de forma independente, constituindo movimentos, desempenhando a função de preservar a face ou introduzir informações novas, contrárias ao que era dito no discurso.

Garcia (2010) sustenta que as concessivas independentes, ao interromperem o fio discursivo em um dado contexto, promovem a inserção de enunciados que acrescentam informações adicionais ao que era dito, em vez de restringir seu conteúdo (BARTH, 2000). Isso implica que não sejam consideradas casos de subordinação morfossintática e, com isso, que estejam no rol de orações adverbiais que representam movimentos, perspectiva com a qual compactua esse artigo.

Assim, parte-se do pressuposto de que as ocorrências iniciadas por *porque* que representam uma opção do falante e que não estabelecem relação de subordinação adverbial junto uma oração principal, sejam, também, movimentos.

A GDF e os conceitos de coordenação e subordinação

A escolha do modelo da GDF como norte teórico para a execução dessa pesquisa de base qualitativa se dá, entre outras razões, em função desse modelo considerar a língua em situações reais de comunicação, optar por uma unidade de análise que extrapola o limite da oração e permitir a análise de fenômenos que envolvem interações entre diferentes níveis de representação, a saber: i) Nível Interpessoal (NI), que trata dos aspectos formais da unidade linguística que refletem seu papel na interação entre falante e ouvinte; ii) Nível Representacional (NR), que trata dos aspectos semânticos das unidades linguísticas; iii) Nível Morfossintático (NM), que concerne todas as propriedades lineares da unidade linguística, tanto com respeito à estrutura de sentenças, orações e sintagmas, quanto com respeito à estrutura interna de palavras complexas; e iv) Nível Fonológico (NF), que abrange a fonologia prosódica, em que cada constituinte da hierarquia prosódica faz uso de diferentes tipos de informação fonológica e não fonológica.

Entre as unidades centrais contidas no NI encontramos: i) Movimento, a maior unidade de interação pertinente para a análise gramatical, indica o meio de expressão da intenção do falante como uma contribuição autônoma para uma interação contínua, visando alcançar uma meta conversacional; ii) Ato discursivo, a menor unidade identificável do comportamento comunicativo, que envolve uma ilocução, o falante, o ouvinte e um conteúdo comunicado; iii) Conteúdo comunicado, contém a totalidade do que o falante deseja evocar na sua comunicação com o ouvinte, podendo ser completamente novo para o ouvinte, ou uma combinação de informação nova e dada.

No NR encontram-se as seguintes unidades: i) Conteúdo proposicional é um constructo mental, que não existe no espaço ou no tempo e pode ser avaliado em termos de sua verdade e qualificado em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) e/ou em termos de sua origem ou fonte (conhecimento partilhado, evidência sensorial, inferência); ii) Episódio corresponde a um ou mais estados de coisas que são tematicamente coerentes, no sentido de apresentarem unidade ou continuidade de tempo, locação e indivíduos; iii) Estado de coisas são entidades que podem ser localizadas em um tempo

relativo e podem ser avaliadas em termos de seu estatuto de realidade, podendo (não) ocorrer, (não) acontecer em algum ponto ou intervalo no tempo, sendo determináveis pela característica temporal de indivíduos, por um lado, e de conteúdos proposicionais, por outro; iv) Conceito situacional constitui o inventário dos *frames* de predicação relevantes para uma língua e desempenha um papel crucial nas construções das representações semânticas.

O NM comporta: i) Expressão linguística, que consiste em pelo menos uma unidade que pode ser usada independentemente; ii) Oração, um conjunto de um ou mais sintagmas caracterizados em maior ou menor extensão por um *padrão* de ordenação e, também em maior ou menor extensão, por expressões morfológicas de correctividade, principalmente referentes à regência e concordância; iii) Sintagma, uma configuração sequenciada de palavras, outros sintagmas e orações encaixadas, e é caracterizado por ser nucleado por um item lexical trazido do NI ou do NR.

No NF, em que a expressão linguística é analisada em termos de unidades fonológicas, encontram-se as seguintes camadas: i) Enunciado; ii) Sintagma entonacional; iii) Sintagma fonológico; iv) Palavra fonológica; v) Pé; e vi) Sílabas.

A GDF postula, ao referir-se à estruturação do NM, que uma expressão linguística é qualquer conjunto de, pelo menos, uma unidade que pode ser utilizado independentemente (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 308). Nos casos em que haja mais de uma unidade, essas se associam morfossintaticamente, mas uma não é parte da outra.

As unidades que se combinam dentro da expressão linguística são orações e sintagmas, que podem ocorrer em combinação umas com as outras ou entre si.

Quando há dependência mútua entre as unidades, há o que se denomina *equiordenação*; quando uma das unidades pode ocorrer independentemente, mas a outra não pode, acontece *cosubordinação*; quando ambas as unidades podem ocorrer sozinhas, mas a combinação de ambas forma uma única unidade, ocorre *coordenação*.

Além das relações acima estabelecidas, orações podem ocorrer como constituintes de outras orações dentro da expressão linguística, ou seja, como orações adverbiais, complemento ou predicativas, e sua forma e, em alguns casos seus padrões, podem ser radicalmente diferentes de suas orações principais. Esses casos são tratados dentro do escopo da subordinação e pertencem à camada da oração, e não à da expressão linguística.

Nesse artigo a análise de tais informações indicará o estatuto formal das construções aqui enfocadas, permitindo identificar se essas são codificadas na camada da oração como constituintes oracionais, expressando subordinação morfossintática, ou se na camada da expressão linguística, constituindo unidades que podem ser usadas independentemente.

Corpus e parâmetros de análise

Como universo de investigação são utilizadas ocorrências reais de uso extraídas do *corpus* oral organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em parceria com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade de *Provença-Aix-Marselha*.

Este artigo restringe-se à investigação das variedades que têm a língua portuguesa como língua oficial, quais sejam: i) Brasil; ii) Portugal; iii) África: São Tomé e Príncipe, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique; e iv) Timor Leste.

Nesse *corpus* são identificadas as construções sem oração principal, introduzidas por *porque*, analisadas qualitativamente segundo suas propriedades pragmáticas, semânticas, morfológicas e fonológicas e sua função no discurso.

No NI são investigadas: a *presença de atos interativos*¹ antes e depois da oração independente, já que a ocorrência dessas estruturas pode assinalar início e término de ato discursivo, constituindo fator importante para identificar camadas mais altas; e as *formas de expressão* das construções, quais sejam: i) Movimento; ii) Ato discursivo; e iii) Conteúdo comunicado, no intuito de constatar se as orações que ocorrem como independentes se expressam por movimentos.

No NR é identificada a noção de *factualidade*, que implica que uma oração factual descreve: i) Propriedades ou relações como aplicáveis; ii) Estado de coisas como reais; iii) Conteúdo proposicional como verdadeiro; e iv) Ato de fala como assertivo (PÉREZ QUINTERO, 2002, p. 53), enquanto uma oração não factual, por sua vez, descreve entidades em termos opostos. A hipótese é a de que, por constituírem minimamente atos discursivos, as construções sejam factuais.

Nesse nível também se identifica a *identidade dos participantes das orações envolvidas*, já que o grau de integração entre orações pode ser marcado pelo compartilhamento de participantes entre as orações envolvidas. Como se entende que as adverbiais independentes constituem minimamente atos discursivos, esse fator mostra-se pertinente para análise, uma vez que o não compartilhamento pode indicar independência.

Além desses dois fatores, é verificada a *forma de expressão* das construções no NR, considerando-se as seguintes camadas: i) Conteúdo proposicional; ii) Episódio; iii) Estado de coisas; e iv) Conceito situacional.

No NM é investigada a *independência verbal*, em que as formas verbais consideradas como independentes (finitas) expressam pessoa, número, tempo e modo, enquanto as dependentes (não finitas) se caracterizam pela ausência dessas noções. Espera-se que os verbos finitos ocorram como predicados de orações independentes (PÉREZ QUINTERO, 2002). Também se investiga a *manifestação do participante principal do evento*: caso seja expresso, verificar-se-á a forma de manifestação, lexical ou pronominal; e a *forma de expressão* da construção, considerando-se a camada da expressão linguística, que pode conter: i) Equiordenação; ii) Cossubordinação; ou iii) Coordenação.

No NF é identificada a presença de *quebra entonacional*, em que um ato discursivo caracteriza-se por ter sua própria ilocução e seu próprio contorno entonacional, o que o separa da oração anterior e posterior, principalmente por pausa (inicial/final). Busca-se, assim, verificar o estatuto de independência prosódica das construções aqui tratadas.

Com a análise das ocorrências do *corpus* lusófono, mediante os critérios acima dispostos, pretende-se propor a categorização desse tipo de construção, até agora referenciada por uma série de termos pouco especificadores de suas funções, dentre os quais: *orações adverbiais independentes*; ou *orações adverbiais não subordinadas*; ou *desgarradas*;

¹ Segundo a GDF, atos interativos são elementos que quebram a adjacência entre segmentos textuais.

ou *orações adverbiais sem matriz*; ou ainda *orações adverbiais sem núcleo*, e que quase nada dizem sobre o lugar que essas estruturas ocupam no domínio da linguagem.

Mapeando propriedades: indícios de subordinação discursiva

A análise das ocorrências do *corpus*, mediante os parâmetros selecionados para sua descrição, permite constatar que o papel que as construções investigadas assumem no discurso depende das intenções do falante ao marcar algum tipo de informação específica, função essa atribuída a movimentos, determinados no nível interpessoal da teoria.

Essas construções levam em conta porções textuais maiores, ou seja, constituem camada mais altas no NI, impulsionando o discurso para frente e contribuindo para a relação interpessoal, o que as identifica como movimentos, já que são constituídas por um ou mais atos discursivos, como se pode verificar no exemplo (3), da variedade de Cabo Verde:

(03) L1 → Sim, por exemplo, há até, há alguns, por exemplo, há algumas espécies raras, dizem que, que, que s[...], que devem ser apanhadas logo ao, ao sair do casulo. Porque senão perdem, eh, quebram as asas e então, eh, perdem qualidade, então, como no caso, por exemplo, dos que... colecionam o animal vivo, então esse animal tem que ser apanhado logo... ao sair da, do casulo.

L2 – Sim.

L1 → Para ficar completo.

L2 – Porque esses selos, para serem feitos, eles baseiam-se em fotografias, não é?

L1→ Exactly, sim. Mas é, hoje, por exemplo, eh, com a Ciência avançada, como o senhor sabe e, o animal pode ser filmado, e então é, é t[...], é toda essa maneira depois de reprodu[...], tentar reproduzir o animal. (CV95: colecionismo, grifos nossos)

Esse exemplo mostra que o uso da construção “porque esses selos, para serem feitos, eles baseiam-se em fotografias” representa uma reação de L2 ao que foi dito por L1 e, por conseguinte, o ato interativo “não é” marca o final desse movimento instigando, inclusive, a reação do interlocutor, o que comprova seu estatuto de movimento.

Além disso, esse exemplo mostra dois atos discursivos compondo a construção iniciada por *porque*, um subsidiário de orientação, representado por “esses selos” e um nuclear: “eles baseiam-se em fotografias”, interrompidos por uma estrutura com função pragmática foco: “para serem feitos”, argumento claríssimo para afirmar que a estrutura sublinhada se trata, de fato, de um movimento.

Ademais, enquanto movimentos, essas construções iniciadas por *porque* apresentam um papel específico no avanço do discurso, introduzindo uma nova cadeia temática sobre a qual se passa a falar a partir da introdução do *porque*. No exemplo (3) identificamos que, antes da introdução do movimento iniciado por *porque*, falava-se sobre “coleção de animais vivos” e, a partir do *porque*, instaurou-se um novo assunto, “coleção de selos”. Esse tipo de mudança de assunto não se observa nos casos em que a estrutura iniciada pela conjunção *porque* representa um ato discursivo. O exemplo (4) reforça esse

argumento, mostrando que quando não há introdução de novo assunto por segmentos iniciados por *porque* se identifica a função retórica motivação, entre atos discursivos:

- (04) O vento batendo, as janelas batendo, aquela coisa toda, aí nós ficamos meio assim, “vamos esperar passar a chuva, não sei mais o quê”. “está bom”. Aí sentamos no chão, ficamos contando história para as crianças, brincando. De repente, nós escutamos um barulho, mas uma coisa assim, nós nos olhamos, nos entreolhamos e fo[...], “alguém tem que saber o que é que está havendo, não é, porque o barulho não é normal”. Aí fomos ver, as três juntas de mão dadas, pálidas, brancas. (BRA80: fazenda, grifos nossos)

Esse exemplo demonstra que o ato discursivo sublinhado, com a função retórica motivação, continua a lidar com o assunto introduzido previamente no discurso, que é o “barulho”. Em outras palavras, atos discursivos não introduzem novos temas ao discurso como movimentos o fazem. Esse é um importante argumento para contrastar ambos os usos pragmáticos do *porque*: enquanto função retórica motivação, entre dois atos discursivos, e enquanto função de assinalar mudança de assunto, entre dois movimentos.

Esses movimentos representam uma função específica no NI, que não a função pragmática ou a função retórica. Essas construções indicam na materialidade do texto o tipo de avanço que proporcionam no desenvolvimento da interação: a transição de assuntos, ou seja, a fronteira entre segmentos tópicos (JUBRAN, 2006).

Em razão desse funcionamento, propõe-se que essas construções apresentam “função interacional”² de organizar o discurso, materializando na interação marcas discursivas que atuam no âmbito da organização das informações que compõem o conteúdo.

Como se observa, para compreender o funcionamento dessas construções, é necessário um olhar mais amplo para o contexto em que as ocorrências emergem, ou seja, é preciso expandir a análise do plano da relação entre orações para o plano da relação entre movimentos.

Essas estruturas propiciam a ocorrência de atos interativos antes e depois da construção independente, assinalando não apenas o início e término de um ato discursivo, mas também início e término de um movimento, como comprova o seguinte exemplo:

- (05) Heloísa, você sentiu assim que tanto em Tiradentes, São João del Rei, todas essas cidades, muita coisa que é realmente histórica e está assim muito abandonada?
- Abandonada? Mas eu acho que tud[...], dá, dá, dá uma sensação. Em Ouro Preto, então, é muito, não é, é muito. Agora, vou te dizer um negócio, mas ao mesmo tempo, eu acho que está havendo uma preocupação maior, não é, no sentido de preservar o que é da gente, não é, porque você vê, aqui perto tem uma cidadezinha, chamada Bananal, que fica perto de Barra Mansa.
- Não conheço. (BRA80: arte urbana, grifos nossos)

2 Por funções interacionais compreende-se: i) Aquelas que estão mais voltadas ao plano do conteúdo, materializando na interação marcas discursivas que atuam no âmbito da organização das informações que compõem o conteúdo, como é o caso de *porque*; e ii) Aquelas que estão mais voltadas ao plano da interação, ou seja, ao entrosamento entre os participantes da situação comunicativa, que atuam no monitoramento que o falante faz do discurso, levando em conta as informações pragmáticas do ouvinte (STASSI-SÉ, 2012).

A presença do ato interativo em itálico “não é?” mostra que o segmento sublinhado é uma unidade de informação à parte, constituindo relações entre porções textuais maiores, relações essas que ocorrem no nível pragmático, servindo como estímulo para o interlocutor, caso necessário, reagir à informação apresentada, ou mesmo, tomar o turno, o que evidencia o estatuto de movimento das construções analisadas, que agem no discurso de forma a oferecer novas contribuições para a continuidade da situação comunicativa, orientando as relações interacionais entre falante e ouvinte.

Observa-se, também, pela análise das ocorrências, que todas as construções constituem movimentos compostos de um ou mais atos discursivos que descrevem atos de fala assertivos e, no nível representacional da teoria, conteúdos proposicionais como verdadeiros, sendo, portanto, semanticamente factuais, como se observa em (6), exemplo da variedade de Guiné Bissau:

(06) – Hum.

→ Mais, coiso, sobre aquilo que... pode se [...], pode, pode ser a democracia, não é?

– Hum.

→ Porque eu no, no meu ponto de vista, eu acho que a democracia na Guiné-Bissau não devia ser uma democracia importada. (GB95: democracia, grifos nossos)

Reconhece-se a propriedade de factualidade pelo fato de a construção representar um conteúdo proposicional verdadeiro, propriedade atribuída a construções com maior grau de sentencialidade e, por isso, com maior autonomia semântica e sintática.

Como as construções aqui descritas constituem movimentos no NI, o não compartilhamento de participantes é frequente, o que indica maior autonomia e menor grau de integração entre as construções adjacentes, como demonstrado em (7):

(07) → Não vamos dizer que é o pensamento moçambicano. É um sentimento de desportista. Porque toda a pessoa que vai para o campo espera ganhar. (MOÇ97: sentimento desporto, grifos nossos)

Nesse exemplo, antes da construção encabeçada pelo *porque*, reconhecemos que há referência a “um sentimento desportista” e, logo em seguida, o falante se refere ao termo “toda pessoa”, o que comprova maior autonomia da construção que comporta a conjunção.

Entretanto, nas situações em que há correspondência entre participantes, mesmo assim, ainda sobressai o valor da informação que é reintroduzida, como o exemplo da variedade de Portugal, em (8):

(08) portanto, eles que não venham com essas desculpas. Agora o que eles deviam era sabê-lo poupar, que eles esbanjam o dinheiro. O dinheiro é lançado fora. E eles só têm vícios e... isso é que está mal. porque m[...], há, há atletas que estão muito bem na vida, e mesmo aqui em Famalicão, aqui não conheço nenhum que esteja mal, que aqui as pessoas conseguiam sempre dar-lhes emprego, tinha, todos bem. Não conheço nenhum que acabasse aqui na miséria. Também as pessoas não deixavam. (PT97: desporto dinheiro, grifos nossos)

Nesse exemplo, mesmo o falante fazendo referência a “eles” e depois retomando “atletas” na construção encabeçada por *porque*, observa-se o valor de autonomia semântica da construção em relação ao que a antecede, o que mostra que o domínio pragmático prevalece sobre o domínio semântico para esse tipo de fenômeno.

Essas construções, embora possam ser identificadas semanticamente como conteúdos proposicionais, não se determinam nesse nível. A propósito disso, cabe ressaltar que a análise semântica das ocorrências não revela descobertas tão produtivas como as encontradas no nível interpessoal, o que reafirma o valor discursivo desse tipo de construção.

Morfossintaticamente, esses segmentos representam uma expressão linguística, mas sem elo de dependência morfossintática com outras construções anteriores ou posteriores. Constituem, assim, unidades que não exibem dependência morfossintática, mas pragmática, em relação a outras expressões linguísticas.

Essas estruturas não são constituintes de uma oração, ou seja, não fazem parte morfossintaticamente de uma oração principal, representando uma oração subordinada adverbial nos padrões sustentados pela GDF no NM. Para comprovar isso, basta atentar para o fato de que não encontramos oração principal imediatamente anterior ou posterior dentro da qual a estrutura em foco possa se estabelecer como parte integrante. A esse propósito, analisemos primeiramente os casos em que construções iniciadas por *porque* constituem casos de subordinação morfossintática, como disposto em (9), (10) e (11):

- (09) Escureceu muito rapidamente *porque estava ameaçando chuva*. (BRA80: fazenda, grifos nossos)
- (10) Já com ela eu aceitei a criança *porque eu gostava dela*. (BRA80: gosto dela, grifos nossos)
- (11) Alguém tem que saber o que é que está havendo, não é, *porque o barulho não é normal*. (BRA80: f: 19: 127, grifos nossos)

Nos casos ilustrados, podemos recuperar orações principais dentro das quais se estabelecem orações subordinadas adverbiais, mesmo que percebamos que as relações estabelecidas nos três exemplos apresentam natureza causal diferente. Hengeveld (1998) demonstra que o domínio do campo semântico “causa” abrange as relações de causa, razão e explicação, que estão no campo da subordinação adverbial, proposição já comprovada por Pezatti (2009) quando da análise da relação de explicação nas variedades lusófonas.

Percebe-se, assim, que no exemplo (9) ocorre a conexão entre dois estados de coisas, um dos quais (o dependente, que é factual) fornece a motivação para a ocorrência do outro (o principal), resultando na relação “causal” propriamente dita.

Já no exemplo (10), a oração subordinada fornece a causa da realização do um estado de coisas expresso na oração principal em termos de um motivo atribuído ao controlador do estado de coisas da oração principal, representando um conteúdo proposicional, resultando na relação de “razão”.

No exemplo (11), por outro lado, a oração subordinada especifica um fato que dá suporte a outro fato representado pelo conteúdo proposicional do ato de fala, ou seja, a oração adverbial apresenta considerações que conduzem o falante a chegar à conclusão

contida na oração principal, podendo ser vista como um ato ilocucionário separado, resultando na relação de “explicação”³.

Diferentemente dessas estruturas em (9), (10) e (11), as construções iniciadas por *porque* levadas em conta nesse artigo não pertencem a nenhuma oração principal, como pode ser visto no exemplo (12) – retirado do trecho estendido em (1) –, em que se procura delimitar um segmento imediatamente anterior à construção em foco, seguida pelo segmento iniciado por *porque*:

- (12) Mas sim o da cultura. *Porque* agora já sei... muitas coisas sobre borboletas, que fui obrigado a col[...], comprar livros. (CV95: colecionismo, grifos nossos)

Como se pode observar, a construção em negrito não pode ser explicada apenas pelo recorte oferecido acima, que traz somente o segmento que a antecede, sendo necessário levar em conta uma porção textual maior, o que comprova seu caráter de não subordinação morfossintática e sua identificação como uma estrutura que se encontra na relação entre camadas mais altas do NI, que não a do ato discursivo.

Assim, reconhece-se que, embora todas as ocorrências em (9), (10), (11) e (12) apresentem natureza causal em decorrência da presença do *porque*, expressam diferentes tipos de causalidade e funções diversas, que residem, justamente, nas diferentes camadas dos níveis de análise propostos pela teoria.

Como observado, essas construções representam movimentos de reação ao que foi dito anteriormente, codificados, no nível morfossintático, como expressões linguísticas, compondo uma unidade linguística, não dependendo morfossintaticamente de nenhuma porção textual anterior ou posterior.

A análise mostra ainda que, em sua maioria, as formas verbais são finitas no modo indicativo, o que evidencia a autonomia sintática dessas estruturas. O exemplo (12), acima, atesta o que a análise de dados revela.

Cabe ressaltar que os participantes, quando expressos, apresentam-se em forma lexical, de pronome reto e até mesmo oblíquo, o que mostra que sua forma não é definidora das propriedades desse tipo de construção, já que podem apresentar os participantes de qualquer forma e, ainda assim, manterem seu estatuto morfossintático autônomo. Isso sinaliza que essas questões estão mais ligadas ao domínio textual, relacionadas com a coesão e coerência do discurso, mais uma vez determinadas discursivamente.

Observa-se, assim, que a função *transição*, determinada no nível interpessoal, é codificada morfossintaticamente pela mesma conjunção da subordinação adverbial *porque*. Entretanto, seu uso no NM se dá na camada da expressão linguística e não na camada da oração, como ocorre nos casos em que há relação de constituência entre uma oração adverbial e uma oração principal.

Embora o *porque* seja reconhecido dentro do modelo teórico como uma *conjunção lexical*, ou seja, que participa na expressão do significado, também serve para codificar relações de dependência pragmática, estabelecidas entre movimentos. Nessas situações, a conjunção apresenta um uso discursivo, isto é, que se distancia de seu uso mais prototípico de conjunção subordinativa, em que expressam funções retóricas ou semânticas, entre

³ Para maiores detalhes consulte Sposito (2012).

uma oração subordinada e uma principal. Ao invés disso, representam funções interacionais, estabelecidas por meio de relação de dependência pragmática entre movimentos.

Esse tipo de dependência, orientada discursivamente, é aqui denominada *subordinação discursiva*, conceito aplicado a relações de dependência pragmática, estabelecidas entre movimentos que se relacionam por meio de uma conjunção com uma função interacional no NI, como é o caso do *porque*, que expressa transição de assuntos nos contextos analisados. Como condição para que se caracterize uma construção dentro dessa proposta, é necessário que a relação seja determinada no NI, que aconteça entre movimentos e que, em função disso, não apresente construções com dependência morfossintática ou semântica em relação a segmentos adjacentes.

Outra característica importante observada nesses tipos de estrutura é a independência fonológica entre os segmentos envolvidos, que revela seu estatuto de autonomia prosódica.

Os segmentos analisados relacionam-se a um enunciado, maior unidade de análise no NF, ao passo que atos discursivos relacionam-se ao sintagma entonacional, que constitui uma unidade menor que o enunciado.

Trabalhos como o de Novaes (2013) comprovam a existência de diferença prosódica entre segmentos conclusivos que representam atos discursivos e segmentos conclusivos que representam movimentos, evidenciando a maior independência prosódica do movimento.

O enunciado é relacionado topicalmente e caracterizado fonologicamente por apresentar tom relativamente alto na primeira sílaba proeminente e tom baixo na sílaba tônica final, comumente seguido por uma pausa significativa.

Observa-se, assim, que as construções apresentam quebra entonacional com pausa longa em todas as ocorrências, pausa essa identificadora de enunciados, o que pode ser verificado tanto pela transcrição dos inquéritos, quanto pela audição das ocorrências analisadas. Além de pausa, tanto a tessitura quanto a velocidade da construção envolvida apresentam alteração. Isso traz fortes evidências da autonomia prosódica dessas construções, o que pode ser observado na ocorrência abaixo, da variedade portuguesa, em que se destacam na transcrição os sinais indicadores de pausa:

(13) – Acha que o homem facilmente pode entrar nas tarefas que eram, normalmente, d[...], especialidade da mulher?

→ Tem que se ir habituando aos poucos. Porque há homens que quando querem fazem as mesmas coisas que uma mulher, em casa. Quando eles não querem é que já é pior. Mas acho que sim. Acho que aos poucos conseguem. E mesmo, não digo, por exemplo, uma mulher pode cozinhar, não é, mas há outras coisas para além de cozinhar que se podem fazer em casa. E acho que é principalmente isso. (PT96: marido ideal, grifos nossos)

Nesse exemplo, a evidência de pausa é feita na transcrição com a utilização do ponto final (.). Isso identifica a autonomia prosódica desse trecho, comprovando seu estatuto de movimento. Dessa forma, podemos relacionar os movimentos, pragmaticamente identificados, a enunciados, fonologicamente identificados, em que as pausas são ainda

mais longas do que as que marcam início e fim de sintagmas entonacionais e não podem ser confundidas com pausas hesitativas.

Essa evidência prosódica corrobora a proposta que situa a relação entre movimentos iniciados por *porque* e movimentos adjacentes como casos em que há dependência motivada pragmaticamente.

Nesse sentido, a maior contribuição desse artigo parece ser a demonstração de que movimentos dependentes pragmaticamente uns dos outros, identificados pela presença de funções interacionais, são casos de subordinação sim, porém, em outro nível, o discursivo, e devem ser tratados na teoria da GDF no NI.

Conclusões

Em virtude das informações levantadas, conclui-se que as construções aqui investigadas, embora possam ser categorizadas como conteúdos proposicionais no NR, como expressões linguísticas no NM, e como enunciados no NF, são determinadas pragmaticamente no NI, representando movimentos, destacados prosodicamente e utilizados com função interacional *transição*, que confere *organização ao discurso*.

A função interacional é, assim, codificada no NM pela mesma conjunção que opera na subordinação adverbial, mas utilizada pelos falantes, nesses casos, com a finalidade de indicar, interacionalmente, mudança de assuntos, função que se concentra no tratamento do conteúdo temático, organizando as informações novas que impulsionam o discurso.

A partir dessa constatação, propõe-se a implementação do modelo teórico da GDF, que passaria a levar em conta, no NI, além de funções pragmáticas, atribuídas a subatos, e de funções retóricas, atribuídas a atos discursivos, funções interacionais, atribuídas a movimentos.

Por meio dos resultados aqui discutidos e das consequências teóricas resultantes da análise qualitativa demonstrada, procurou-se explicar e situar essas construções dentro do modelo teórico que ancora essa pesquisa, de modo a apresentar contribuições que ampliam esse modelo na tentativa de atender a fenômenos de orientação discursiva.

REFERÊNCIAS

BARTH, D. “That’s true, although not really, but still”: expressing concession in spoken English. In: KUHLEN, E. C.; KORTMANN, B. (Ed.). *Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives*. New York: Mouton de Gruyter, 2000. p. 411-437.

CREVELS, M. *Concession: a typological study*. 2000. Dissertation (Master’s Degree) – University of Amsterdam, Amsterdam, Netherlands, 2000.

DECAT, M. B. N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. *Scripta*, Belo Horizonte, MG, v. 2, n. 4, p. 23-38, 1999.

GARCIA, O. *Comunicação em prosa moderna*. 10. ed. São Paulo: FGV, 1982.

GARCIA, S. T. *As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da gramática discursivo-funcional*. 2010. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos, área de concentração Análise Linguística) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, SP, 2010.

GÓIS, C. *Método de análise (léxica e lógica) ou sintaxe das relações*. 20. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1955.

HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. “Subordination” in universal grammar. In: ANNUAL MEETING OF THE BERKELEY LINGUISTICS SOCIETY, 10., 1984, Berkeley, California, US. *Annals...* Berkeley, California, US: Berkeley Linguistics Society, 1984. p. 510-523.

HENGEVELD, K. Adverbial clauses in the languages of Europe. In: AUWERA, J. V. D. (Ed.). *Adverbial constructions in the languages of Europe* (empirical approaches to language typology/eurotyp 20-3). Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. p. 335-419.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L. *Functional discourse grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford, England: Oxford University Press, 2008.

JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. *Gramática do português culto falado no Brasil*. v. 1. Campinas, SP: Unicamp, 2006.

NOVAES, N. B. A relação conclusiva nas variedades lusófonas: a variedade europeia. *Anais do SILEL*, v. 3, n. 1. Uberlândia: Edufu, 2013.

PÉREZ QUINTERO, M. J. P. Adverbial subordination in english: a functional approach. In: *Language and computers: studies in practical linguistics*, n. 41. Amsterdam and New York: Rodopi, 2002.

PEZATTI, E. G. A relação adverbial explicativa nas variedades do português. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA (SIMELP), 2., 2009.

SPOSITO, C. C. *Construções adverbiais de causa, razão, explicação e motivação na lusofonia: uma abordagem discursivo-funcional*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos, área de concentração Análise Linguística) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, SP, 2012.

STASSI-SÉ, J. *Subordinação discursiva no português à luz da gramática discursivo-funcional*. 2012. 194 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, SP, 2012.

THOMPSON, S. A. Subordination in formal and informal discourse. In: SCHIFFRIN, D. (Ed.). *Meaning, form, and use in context: linguistic applications*. Washington, US: Georgetown University Press, 1984.

Multifuncionalidade de *ainda* no português brasileiro à luz da Gramática Discursivo-Funcional

(Multifunctionality of *ainda* in Brazilian Portuguese
in the view of Functional Discourse Grammar)

Michel Gustavo Fontes¹

¹ Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce) – Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) – *campus* de São José do Rio Preto
michelfontes2002@yahoo.com.br

Abstract: Based on Functional Discourse Grammar principles, this paper aims to characterize the multifunctionality of *ainda* in Brazilian Portuguese. Mainly, our proposal is to introduce some initial reflections about the decategorization process and the metaphoric change involved in the grammaticalization of *ainda*.

Keywords: Multifunctionality; Grammaticalization; Functional Discourse Grammar.

Resumo: Com base na perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional, este artigo objetiva caracterizar a multifuncionalidade de *ainda* no português brasileiro. Especificamente, pretende-se lançar algumas reflexões preliminares a respeito do processo de decategorização e de mudança metafórica envolvidos na gramaticalização do item *ainda*.

Palavras-chave: Multifuncionalidade; Gramaticalização; Gramática Discursivo-Funcional.

Considerações iniciais

A gramaticalização (doravante GR), conforme apontam Heine *et al.* (1991) e Hopper e Traugott (2003), tem sido estudada a partir de duas perspectivas: diacrônica e sincrônica. Sob a perspectiva diacrônica, a GR é concebida como um processo de mudança linguística em que formas gramaticais emergem nas línguas, ou melhor, itens e construções lexicais passam, em determinados contextos, a servir a funções gramaticais, ou itens já gramaticais desenvolvem novas funções gramaticais. Já sob a perspectiva sincrônica, a GR é concebida como um fenômeno sintático, discursivo e pragmático que pode ser abordado à luz dos padrões fluidos de uso da língua.

Este trabalho, partindo dessa segunda perspectiva de trabalhos sobre a GR e preocupado, no geral, em investigar a natureza fluida de itens ou elementos linguísticos, toma como objeto de estudo o item *ainda* e procura caracterizar sua natureza multifuncional no português brasileiro (doravante PB) moderno.

Não só os dicionários, mas também variados autores (cf. FERREIRA, 2011; FURTADO DA CUNHA; OLIVEIRA, 1993; LONGHIN-THOMAZI, 2004; 2005; MARTELOTTA, 1993; 2008; VICENTE; DEFENDI; RAUBER, 2011) identificam dois principais usos do item *ainda*: (i) um *temporal*, que assinala continuidade ou persistência de um estado ou de um evento, e (ii) um *argumentativo*, que, ao escopar um determinado constituinte do enunciado, intensifica seu significado, ou, ao promover a articulação entre porções textuais, estabelece nexos semânticos como inclusão ou concessão.

Esses apontamentos revelam uma flutuação em relação aos usos e aos estatutos categoriais de *ainda*, o que é de interesse primordial para estudiosos da GR: esses diversos usos, além de mostrarem um aumento de gramaticalidade do item *ainda*, marcadamente visível por meio da mudança categorial de advérbio a conjunção, revelam a transferência de sentidos, via metáfora, de domínios conceituais mais concretos, como tempo, para mais abstratos, como concessão.

Diante desse quadro que já aponta para uma caracterização de *ainda* em sua multifuncionalidade, este artigo lança algumas reflexões preliminares a respeito dos processos de decategorização e de mudança metafórica envolvidos na GR do item *ainda* à luz dos princípios teóricos e metodológicos da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), conforme concebida por Hengeveld e Mackenzie (2008).

A concepção de gramática que está por trás da teoria da GDF é bastante útil na medida em que possibilita precisar as funções semânticas e pragmáticas desempenhadas pelo item *ainda*, o qual, a depender da função, pode atuar como modificador ou operador das diferentes camadas dos níveis Representacional e Interpessoal.

Para tanto, enquanto material de análise, selecionam-se dados reais de uso do PB retirados de dois bancos de dados: (i) *Córpus mínimo do Projeto da Gramática do Português Brasileiro*, composto por inquéritos do *Projeto NURC*, e (ii) *Córpus do Português* (cf. DAVIES; FERREIRA, 2006).¹

Este artigo está organizado em duas seções. Na primeira seção, apresentam-se as concepções teóricas e metodológicas que embasam este trabalho, detalhando (i) as considerações de variados linguistas a respeito dos usos e das funções do item *ainda*, (ii) o modelo teórico-metodológica da GDF e, por fim, (iii) o modo como a GDF concebe a distinção *lexical vs. gramatical*. Na segunda seção, caracterizam-se os diversos padrões de uso do item *ainda*. As considerações finais encerram o artigo.

Fundamentos teóricos e metodológicos

Sobre usos e funções de *ainda* segundo a literatura linguística

Martelotta (1993; 2008), ao tratar da GR de alguns circunstanciadores temporais em operadores argumentativos, identifica, para o item *ainda*, valores temporais e textuais. Em relação ao valor temporal, Martelotta (1993) afirma encontrar, no português arcaico, o item *ainda* no sentido de *hoje em dia* (cf. (01)); já no português atual, o autor afirma que esse matiz temporal se manifesta na marcação de contra-expectativa (cf. (02)), “uso que constitui o resultado de uma gramaticalização, em que o elemento passa a assumir, além do valor temporal, uma função pragmático-discursiva” (p. 185).

- (01) E tanto que a el chegou, salvou-o mui bem e mui apôsto; e Erec o ar salvou, que o nom conhecia *ainda* e perguntou-lhe quem era. (MARTELOTTA, 1993, p. 181)
- (02) ... é uma profissão pouco::... como posso falar? pouco::... reconhecida... no mercado brasileiro... na Europa já é uma coisa muito antiga... mas aqui no Brasil... é a coisa ... **ainda** muito nova... (MARTELOTTA, 2008, p. 55)

¹ Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org/>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

Em (02), Martelotta (2008) prevê que *ainda*, além do valor temporal, agrega uma marca de contra-expectativa, indicando que o falante trabalha com as expectativas do ouvinte ao produzir seu discurso. Para o autor (MARTELOTTA, 1993), em (02), tem-se uma construção de contraste (*na Europa já é uma coisa muito antiga... mas aqui no Brasil... é a coisa ... ainda muito nova*) em que o *ainda* marca um contraste com as expectativas do ouvinte (vale notar a presença do *mas* para reforçar tal valor).

Segundo Longhin-Thomazi (2005), o valor temporal de *ainda* pode ser especificado em dois sentidos: (i) o marcador de tempo continuativo (cf. (03a)), em que o advérbio *ainda* assinala uma continuidade ou uma persistência do estado descrito, e (ii) o marcador de tempo futuro (cf. (03b)), que se refere a um fato que pode ocorrer posteriormente.

- (03) a. – Porquê? disse el; fez-vos alguu mal?
– Mui grande; derribou-me tam bravamente que **aynda** me dol.
- b. Ai donzela, alevosa e traedor, em maa-ponto foi esta promessa outorgada, ca eu seerei mais escarnecido que nunca foi cavaleiro; e tu nom gaanharás i rem; ca, se Deus quiser, **aynda** porém morrerás de maa morte.

(LONGHIN-THOMAZI, 2005, p. 1363-1364)

Tanto Martelotta (1993; 2008) como Longhin-Thomazi (2005) defendem que, a partir do uso temporal, “derivam” os usos argumentativos de *ainda*. Martelotta (1993), além do *marcador de contra-expectativa*, elucida outros dois valores discursivos para o item: *inclusivo* (cf. (04a)), que, semelhante ao *também*, tem a função de acrescentar novas informações ao discurso, e *intensificador de advérbio* (cf. (04b)), que modifica outro advérbio, intensificando-o. Já Longhin-Thomazi (2005), corroborando a existência dos usos *inclusivo* e *intensificador*, identifica um terceiro uso: o *concessivo* (cf. (04c)), que articula fatos ou situações de algum modo incompatíveis.

- (04) a. O que abastece o Brasil de madeira para as construções, que é o pinho, vem do Paraná. Também um... uma pequena parte do, do norte do Rio Grande, mas principalmente do Paraná e pouquinho também de Santa Catarina... No mais eu acho que a vegetação é constituída de... uma mata rala, não é? Porque já foram quase totalmente destruídas, temos **ainda** uma vegetação que é muito conhecida dos brasileiros lá no Nordeste, que é também uma mata rala... (MARTELOTTA, 1993, p. 186)
- b. E: E os meninos já foram assaltados?
I: Não também, graças a Deus.
E: **Ainda** bem, não é? (MARTELOTTA, 1993, p. 186)
- c. – Senhor cavaleiro, vós estades a pee e eu a cavalo, e **aynda** com tal andança queredes a batalha? (LONGHIN-THOMAZI, 2005, p. 1364)

Ao reconstruir a história dos usos de *ainda*, Longhin-Thomazi (2005) corrobora a ideia de mudança semântica, uma vez que o item *ainda* segue uma escala crescente de pragmatização de significado, isto é, de advérbio temporal a articulador textual e, por fim,

a conjunção concessiva (é no século XIV que a autora encontra a primeira ocorrência de *ainda que* com leitura de concessão). Segundo a autora, os usos inclusivo e intensificador são uma etapa de subjetivização, conforme Traugott (2004), por envolver a codificação de expectativas do falante; por outro lado, o terceiro uso argumentativo, especificamente a perífrase concessiva *ainda que*, é uma etapa de intersubjetivização, já que tal sentido de concessão se sustenta numa relação dialógica.

A Gramática Discursivo-Funcional

Proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), a GDF é o componente gramatical de uma teoria mais abrangente da interação verbal. Concebida segundo princípios funcionalistas, a GDF objetiva descrever as línguas naturais de uma forma pragmática e psicologicamente adequada, isto é, pretende estudar o grau em que uma descrição linguística é relevante para explicar o uso da língua e compatível com o conhecimento sobre o processamento mental envolvido na interpretação e na produção das expressões linguísticas. Tal modelo, dessa forma, apreende as propriedades formais das unidades linguísticas e as descreve em termos da intenção comunicativa com que são produzidas.

A GDF, ao propor uma expansão de gramática da sentença para gramática do discurso, provoca mudanças significativas na determinação das unidades de análises linguísticas. Para tanto, tal modelo gramatical apresenta as seguintes propriedades: (i) opera de cima para baixo (organização *top-down*), isto é, as intenções comunicativas de um falante são processadas em direção descendente até chegar à articulação da expressão linguística; (ii) tem como unidade básica de análise os atos discursivos; (iii) liga-se a um componente conceitual, contextual e um de produção; (iv) distingue dois processos fundamentais envolvidos na produção linguística, a *formulação*, que converte a intenção comunicativa e sua representação mental em representações interpessoais e representacionais, e a *codificação*, que transporta as representações interpessoais e representacionais para os níveis morfossintático e fonológico de forma a dar a elas uma expressão linguística; e, por fim, (v) introduz quatro níveis de análise independentes e organizados hierarquicamente: Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico. Tais níveis, nessa ordem hierárquica, são interatuantes na organização do modelo da GDF, conforme se observa na Figura 1.

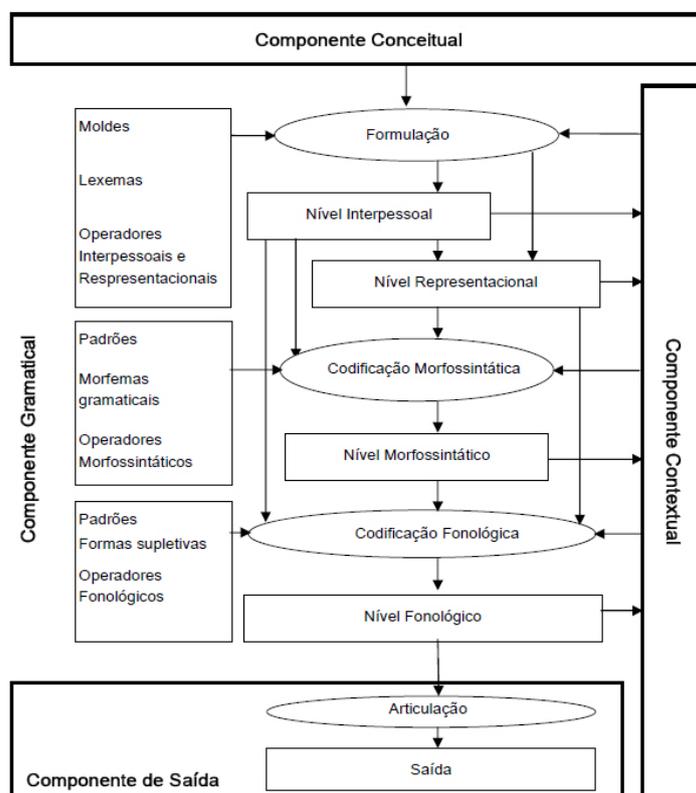


Figura 1: Layout geral da GDF

No processo de formulação, atuam os níveis Interpessoal e Representacional. No Nível Interpessoal, todas as unidades relevantes do comportamento comunicativo são formalizadas em termos de sua função comunicativa. Com base na Figura 2, observa-se que a unidade de análise hierarquicamente mais alta nesse nível é o *Movimento* (M), que pode conter um ou mais *Atos Discursivos* (A). Um *Ato Discursivo* consiste em uma *Ilocução* (F), um ou mais participantes do ato de fala (P) e o *Conteúdo Comunicado* (C) apresentado pelo Falante. O *Conteúdo Comunicado*, por sua vez, pode conter um número variável de *Subatos Atributivos* (T) e *Subatos Referenciais* (R).

(π M ₁ : [Movimento
(π A ₁ : [Ato Discursivo
(π F ₁ : ILL (F ₁): Σ (F ₁))	Ilocução
(π P ₁ : ... (P ₁): Σ (P ₁)) _S	Falante
(π P ₂ : ... (P ₂): Σ (P ₂)) _A	Ouvinte
(π C ₁ : [Conteúdo Comunicado
(π T ₁ : [...] (T ₁): Σ (T ₁)) _{Φ}	Subato de atribuição
(π R ₁ : [...] (R ₁): Σ (R ₁)) _{Φ}	Subato de referência
] (C ₁): Σ (C ₁)) _{Φ}	Conteúdo Comunicado
] (A ₁): Σ (A ₁)) _{Φ}	Ato Discursivo
] (M ₁): Σ (M ₁))	Movimento

Figura 2: Nível Interpessoal (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012)

Já no Nível Representacional, descrevem-se as unidades linguísticas em termos de sua categoria semântica. Enquanto o Nível Interpessoal trata da evocação, o Re-

sentacional lida com a denotação. As camadas desse nível, disponíveis numa representação formalizada e hierarquicamente organizada na Figura 3, são definidas em termos das categorias semânticas que elas designam: Conteúdos Proposicionais (p), as unidades mais altas do nível representacional, são construtos mentais, que podem conter um ou mais Episódios (Ep), que são conjuntos de Estados-de-Coisas tematicamente coerentes, no sentido de que apresentam unidade ou continuidade de Tempo (t), Locação (l) e Indivíduos (x); já Estados-de-Coisas (e) incluem eventos e estados que são caracterizados pela possibilidade de serem localizados no tempo e avaliados em termos de seu estatuto factual. Um Estado-de-Coisas se caracteriza por uma Propriedade Configuracional (f), que tem natureza composicional e contém uma combinação de unidades semânticas que não estão em relação hierárquica entre si, como Indivíduo (x), Locação (l), Tempo (t), Modo (m), Razão (r) e Qualidade (q).

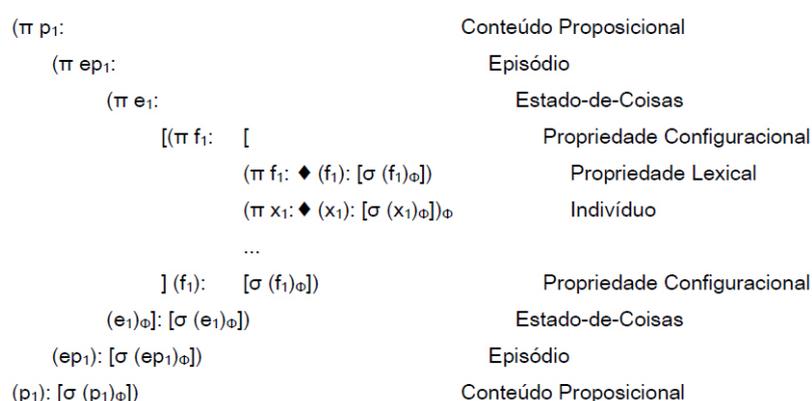


Figura 3: Nível Representacional (HENGELVED; MACKENZIE, 2012)

Na operação de codificação, atuam os níveis Morfossintático e Fonológico. O Nível Morfossintático trata dos aspectos estruturais de uma unidade linguística. Juntamente com o Nível Fonológico, cuida da codificação das distinções interpessoais e representacionais. Em vista dessa função, muito do que ocorre no Nível Morfossintático é funcionalmente motivado: princípios de ordenação são motivados por iconicidade, integridade de domínio e pela preservação de relações de escopo. Entretanto, deve-se levar em conta que esse nível tem seus próprios princípios de organização, que podem não ser funcionalmente motivados. Conforme a representação disponível na Figura 4, a camada mais alta do Nível Morfossintático é a Expressão Linguística (El), ou seja, qualquer conjunto de pelo menos uma unidade morfosintática; se houver mais de uma unidade dentro da El, elas terão as mesmas propriedades morfosintáticas. As unidades que se combinam para formar a El são: Orações (Cl), Sintagmas (Xp) ou Palavras (Xw).

(Le ₁ :	Expressão Linguística
(Cl ₁ :	Oração
(Xp ₁ :	Sintagma
(Xw ₁ :	Palavra
(Xs ₁)	Raiz
(Aff ₁)	Afixo
(Xw ₁)	Palavra
(Xp ₁)	Frase
(Cl ₁)	Oração
(Le ₁)	Expressão Linguística

Figura 4. Nível Morfossintático (HENGELVED; MACKENZIE, 2012)

O Nível Fonológico, por fim, é responsável pelos aspectos de codificação que não ocorrem no Nível Morfossintático. Ele recebe o *input* – alguns já na forma fonêmica – dos outros três níveis e provê o *input* para o Componente de Saída. Enquanto este último lida com questões relacionadas a frequência, intensidade, duração, o Nível Fonológico – sendo gramatical – é ‘digital’, e contém representações de fonemas que são baseadas em oposições fonológicas binárias.

(π U ₁ : [Enunciado
(π IP ₁ : [Frase Entonacional
(π PP ₁ : [Frase Fonológica
(π PW ₁ : [Palavra Fonológica
(π F ₁ : [Pé
(π S ₁) ⁿ	Sílaba
](F ₁)	Pé
](PW ₁)	Palavra Fonológica
](PP ₁)	Frase Fonológica
](IP ₁)	Frase Entonacional
](U ₁)	Enunciado

Figura 5: Nível Fonológico (HENGELVED; MACKENZIE, 2012)

A distinção “lexical x gramatical” na GDF

Conforme se mostrou na seção anterior, cada um dos níveis que compõem a GDF se estrutura hierarquicamente em camadas segundo a estrutura geral em (05).

$$(05) (\pi v_1: [\text{núcleo } (v_1)_\Phi]: [\sigma (v_1)_\Phi])$$

Nesse esquema em (05), a variável v_1 corresponde à camada relevante restringida por um núcleo que toma a variável como argumento. O modificador σ , por um lado, toma a variável como seu argumento de forma a restringi-la, enquanto o operador π especifica a variável. A camada, além disso, pode conter uma função Φ . Núcleos e modificadores são estratégias lexicais, enquanto operadores e funções representam estratégias gramati-

cais. A diferença reside no fato de que operadores se aplicam apenas à própria unidade, enquanto funções são relacionais, atuando entre uma unidade inteira e outras unidades da mesma camada. Essa distinção entre **modificadores** (itens de natureza lexical) e **operadores** (itens de natureza gramatical) será fundamental para a compreensão dos padrões de uso de *ainda*.

Segundo Dik (1997a, p. 159), a gramática funcional (doravante GF) faz uma distinção nítida entre elementos lexicais e gramaticais. Os itens gramaticais refletem os variados operadores e funções que podem ser aplicados à estrutura subjacente da expressão linguística em diferentes níveis; já os itens lexicais são capturados por predicados básicos disponíveis no léxico.

Na GDF, assim como na GF, há uma distinção estrita entre restritores (ou modificadores) e operadores. Os primeiros, enquanto itens lexicais, são descritivos, isto é, descrevem uma propriedade atribuída a uma entidade. Já os últimos, enquanto itens gramaticais, são especificadores, isto é, especificam as propriedades de uma entidade. De acordo com Keizer (2007, p. 48), pode-se considerar que ambos, modificadores e operadores, desempenham uma função restritiva, isto é, ambos fornecem informações adicionais sobre uma entidade de forma a ajudar o ouvinte a reconhecer tal entidade. Além disso, ambos atuam nas variadas camadas dos níveis Interpessoal e Representacional e operam junto a diferentes entidades. A diferença crucial entre eles está na natureza da informação fornecida: enquanto os modificadores (ou restritores) restringem a denotação de uma expressão por meio da descrição de uma propriedade da entidade designada (e, assim, funcionam como predicados), os operadores especificam propriedades não-descritivas e mais abstratas da entidade em questão.

Ao refletir sobre o estatuto lexical ou gramatical de determinadas classes de palavras ou itens linguísticos do inglês e sobre sua representação na GDF, Keizer (2007) distingue quatro grandes grupos: (i) *elementos lexicais primários*: nomes e verbos altamente lexicalizados, adjetivos e advérbios; (ii) *elementos lexicais secundários*: combinações de lexemas que passaram a comportar-se como um único lexema, o que incluiria elementos descritivos, como as expressões idiomáticas, e elementos não-descritivos que mantêm traços do significado original, como casos incipientes de GR (no inglês, *sort of* e *in case* seriam exemplos); (iii) *elementos gramaticais secundários*: preposições, pronomes, numerais, demonstrativos, algumas conjunções, etc.; (iv) *elementos gramaticais primários*: itens quase plenamente gramaticalizados, como artigos, modais, algumas conjunções, preposições e artigos.

A partir dessa distinção, Keizer (2007) propõe o seguinte *cline* de gramaticalidade (Figura 6), e, por meio desse *cline*, podemos observar que a autora traça algumas correspondências com os primitivos previstos na GDF: os elementos lexicais primários e secundários correspondem a modificadores, enquanto os elementos gramaticais primários e os afixos flexionais correspondem a operadores ou a funções. Para a autora, elementos gramaticais secundários não apresentam primitivo correspondente no modelo da GDF.

itens de conteúdo		> palavras gramaticais		> afixos flexionais
Elementos lexicais primários	Elementos lexicais secundários	Elementos gramaticais secundários	Elementos gramaticais primários	
verbo pleno, Substantivo, adjetivo	expressões idiomáticas; formas lexicalizadas	numerais, demonstrativos, pronomes	artigos, modais, algumas conjunções e preposições	- <i>s</i> - <i>ed</i> - <i>ing</i>
restritores (modificadores)		??????	operadores/funções	

Figura 6: *Cline* revisado de gramaticalidade (KEIZER, 2007, p. 47)

Para preencher essa lacuna, Keizer (2007) propõe um terceiro tipo de primitivo: os *operadores lexicais*. Segundo a autora, alguns itens linguísticos, como os demonstrativos, não restringem o significado da expressão (e, dessa forma, não podem ser considerados modificadores), mas são empregados para ajudar o ouvinte a perceber a entidade evocada por meio de informações não descritivas, como proximidade, e, dessa forma, comportam-se como operadores. Entretanto, esses itens são considerados itens gramaticais secundários, tendo uma natureza mais lexical do que gramatical. Esses itens, enquanto elementos gramaticais secundários que cumprem o papel de operadores, são operadores lexicais.

Padrões de uso de *ainda* no português brasileiro: primeiras reflexões

Os dois primeiros padrões de uso de *ainda* trazidos neste trabalho descaracterizam o valor temporal previsto, em outros trabalhos, para esse item. Acredita-se que tal valor temporal, atribuído por outros autores a *ainda*, pode ser analisado em duas vias: (i) como marcador de aspecto imperfectivo, ou (ii) como marcador de polaridade.

A distinção entre as categorias semânticas de tempo e de aspecto se justifica uma vez que a primeira, de natureza dêitica, e sendo uma propriedade da sentença e da enunciação, relaciona temporalmente o evento e a enunciação, e a segunda, de natureza não-dêitica, e sendo uma propriedade da sentença, mas não da enunciação, refere-se à constituição interna do desenvolvimento temporal do processo. Entretanto, distinguir advérbios temporais de aspectuais não tem sido uma tarefa muito pacífica entre os linguistas. Ilari *et al.* (2002) e Ilari (2002), por exemplo, sustentam tal distinção ao observar que alguns advérbios indicam a frequência com que um evento se reitera (e não localizam temporalmente um evento) e, além disso, impõem restrições ao aspecto verbal. Neves (2002, p. 266), por outro lado, opta por não manter tal distinção, uma vez que “frequência e duração [...] tocam a semântica temporal, situando-se em um estado de coisas que evolue temporalmente, de um estado de coisas inicial para um estado final, embora desconsiderada a ancoragem no tempo de enunciação”.

Para a GDF, é fundamental preservar a distinção entre advérbios aspectuais e temporais: no Nível Representacional, distinções temporais são marcados ou na camada do Episódio, ou na camada do Estado-de-Coisas, enquanto valores aspectuais pertencem à camada da Propriedade Configuracional.

- (06) a. bom tinha a solenidade de formatura...hoje essa solenidade ao...caindo...té certo ponto é válido...em outro aspecto eu acho que nao porque::...de qualquer forma a gente tem pai e mae que gostam **ainda** dessa/ desse tipo de formalidade né? (POA-DID-45)
- b. há ainda nenhuma possibilidade nesse sentido. Até porque estou concluindo **ainda** meu mandato na Assembléia Legislativa (19Or:Br:Intrv:Cid)
- c. mas o que eu acho é que o pessoal nao se equipou **ainda** aqui para isso (SSA-D2-98)
- d. O duodécimo é utilizado para pagar as despesas gerais da Câmara. Tivemos, até, notícia de que talvez estivessem protestando um título da Câmara. Não tenho oficialmente **ainda**. Mas, uma coisa é necessário resgatar: o Cláudio Petroni fez um excelente administração, principalmente nos últimos meses, conseguindo segurar uma situação que estava difícil. (19Or:Br:Intrv:Cid)

Nos exemplos dispostos em (06), o item *ainda* especifica a constituição temporal interna do Estado-de-Coisas descrito, isto é, ele não localiza o evento descrito em algum ponto do tempo, mas marca a continuidade ou a persistência, no tempo, do evento descrito. Em (06a), por exemplo, *ainda* sinaliza o caráter contínuo do evento de *pai e mãe gostar desse tipo de formalidade*, podendo ser parafraseado por *até hoje* ou *até o presente momento*. Em (06b), esse significado de continuidade também fica evidente: o falante, ao fazer uso de *ainda*, marca a persistência da *conclusão de seu mandato na Assembleia Legislativa*. Já em (06c) e (06d), *ainda* marca a continuidade de um evento negativo: em (06c), o fato de *o pessoal não se equipar para uma determinada tarefa* permanece até o presente momento; já em (06d), o fato de *não ter alguma declaração oficial* persiste até o momento de fala, *até agora*.

Não se tem, como se pode observar, eventos acabados, perfectivos; trata-se de eventos em curso, longe de sua finalização, e é o item *ainda* que revela essa persistência dos eventos, a sua imperfectividade. Ao fazer com que se veja o evento a partir de dentro, isto é, a partir de sua duratividade interna, *ainda* pode ser considerado um constituinte que acrescenta uma informação aspectual, especificamente *aspecto imperfectivo*, ao predicado e, por conseguinte, ao evento descrito.

Na GDF, no Nível Representacional, as distinções aspectuais são atualizadas por operadores da camada da Propriedade Configuracional. É difícil caracterizar *ainda*, com valor aspectual imperfectivo, como um operador, já que operadores apresentam um alto grau de gramaticalidade (além de a maioria dos operadores aspectuais prevista pela GDF ser sufixos). Se o item *ainda*, comportando-se similarmente a um elemento gramatical secundário, especifica informações não-descritivas e mais abstratas (como aspecto), propõe-se que seja analisado como um operador lexical. Tem-se, dessa forma, um primeiro padrão de uso de *ainda*: **operador lexical de aspecto imperfectivo na camada da Propriedade Configuracional**.

A polaridade, por outro lado, é uma categoria relevante na camada do Estado-de-Coisas e se concentra na negação da ocorrência de um evento. No sistema de polaridade, o valor negativo é geralmente marcado,² em oposição ao positivo, que é não marcado.

² O operador de polaridade negativa em português é a partícula *não*.

Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam que muitas partículas fasais podem expressar certos tipos de polaridade, afirmação interessante para este trabalho na medida em que prevê a direção de mudança metafórica para o item *ainda*: aspecto imperfectivo > polaridade.

- (07) a. Eu **ainda** enlouqueço. neg^{pos}
 b. JC - Este mês duas bandas pernambucanas estão gravando, Casca- bulho e Querozene Jacaré. Acredita que daqui **ainda** sairão mais neg^{pos} contratos? (19Or:Br:Intrv:Com)
 c. aqui **ainda** se marca estrada com aqueles homens botando aquele pos^{neg} negócio e pintando à mão... (SSA-D2-98)
 d. a estrada nao estava por sinal pronta **ainda** estava em terraplena- pos^{neg} gem mas eu passei consegui passar (SSA-D2-98)
 e. OU:: se a gente se reportar... ao problema da análise iconográfica... neg^{pos} DES::de... o::tema pré-histórico... que nós vamos reconhecer... até... ao iconográfico propriamente **ainda não** existe... nao... seria pré-iconográfico só... porque ainda não existe o problema da com- posição (SP-EF-405)
 f. - É, eu fiz um curta, de 20 minutos, que na verdade **ainda não** está neg^{pos} pronto, mas já foi apresentado em bares do circuito alternativo da época (19Or:Br:Intrv:Cid)

Nos exemplos em (07), *ainda* conjuga valores binários. Em (07a) e (087), *ainda*, por pressuposição, marca um evento negativo que antecipa um positivo (*eu não estou louco, mas ficarei* ou *os contratos não saíram, mas vão sair*). Já em (07c) e (07d), *ainda* indica um valor positivo que antecede um Estado-de-Coisas negativo (*aqui se marca estrada com aqueles homens botando aquele negócio e pintando à mão, mas não se marcará mais* ou *a estrada estava em terraplenagem, mas não estaria futuramente*). Por fim, em (07e) e (07f), a construção *ainda não* apresenta um valor básico negativo que antecede um Estado-de-Coisas positivo (*ainda não existe, mas vai existir* ou *ainda não está pronto, mas vai estar*). Tem-se, assim, um segundo padrão de uso do item *ainda*: **operador de polaridade na camada do Estado-de-Coisas**.

Caracterizados esses dois primeiros padrões de uso de *ainda*, volta-se a atenção ao que Martelotta (1993) e Longhin-Thomazi (2004; 2005) denominam de usos textuais ou argumentativos de *ainda*, no caso o uso inclusivo, o uso concessivo e o uso intensificador. Acredita-se que o uso concessivo de *ainda*, exemplificado nas ocorrências dispostas em (08), situa-se no Nível Representacional, especificamente na camada do Conteúdo Proposicional, enquanto os usos inclusivos e intensificadores podem ser reunidos sob o rótulo de enfáticos, situando-se no Nível Interpessoal.

Em (08), nota-se que *ainda* é acompanhado por um elemento relator, isto é, um constituinte da língua que tem a propriedade de conectar ou relacionar segmentos textuais, como o fórico *assim* (cf. (08a), (08b) e (08c)) ou a conjunção gramatical *que* (cf. (08d), (08e) e (08f)). *Ainda assim*, conforme aponta Lopes-Damasio (2011), articula duas porções textuais, estabelecendo, entre elas, uma leitura adversativa ou concessiva. O mesmo tipo de interpretação, conforme apontam Martelotta (1993), Longhin-Thomazi (2004; 2005) e Vicent *et al.* (2011), pode ser direcionado a *ainda que*: trata-se de uma conjunção

que entra na construção da relação de concessão e que, segundo Vicent *et al.* (2011), pode ser parafraseada por *embora*, considerada a conjunção prototípica para marcar concessão.

- (08) a. Eles eram inimigos, haviam brigados, mas saíram o Maluf falando macio, já sinalizando inclusive que iria passar a apoiar as reformas do governo FHC. É um mau sinal do que essa CPI dos Títulos possa se transformar de novo numa grande e escandalosa pizza. **Ainda assim**, vamos investir, nos organizarmos e exigir que a Câmara de SP aprove o pedido de CPI que está lá. 19Or:Br:Intrv:Cid
- b. Mário de Andrade fez uma tiragem de 800 exemplares de Macunaíma e, **ainda assim**, guardava um monte deles em sua casa. 19Or:Br:Intrv:ISP
- c. Quando cheguei à escola, Ruth ainda era de lá. Quando a vi dançando, simplesmente abri a boca. Ela é tão especial, tem uma urgência do movimento, que é fantástica. Quando foi para a companhia, fiquei com seu solo. Ela foi maravilhosa, ensinou-me muito, **ainda assim** foi difícilimo conseguir fazer. 19Or:Br:Intrv:ISP
- d. e depois, exatamente aquele outro que tem, que há, em que há uma concordância entao, a gente tira retalhos, mas a, o objetivo da pesquisa bibliográfica, da consulta bibliográfica, seria a análise de uma série de fontes para depois se apresentar um todo novo reformulado **ainda que** com características de cada um deles, mas que o todo se, se fosse reformulado, reestruturado (POA-EF-278)
- e. FHC seria conivente dentro desse contexto? CG - Conivente eu não diria, mas o grande beneficiário e aquele que criou esse contexto, **ainda que** não tenha sido o homem que praticou isso, e eu não acredito, mas reitero: criou o contexto. 19Or:Br:Intrv:Pov
- f. O fato de Monje querer ele mesmo ser o líder da revolução, **ainda que** recusando-se a ir para o lugar onde se travava a luta principal, é questão de pormenor. 19Or:Br:Intrv:Com

Com os exemplos em (08), observamos que os itens *assim* e *que* apresentam propriedades articuladoras: *assim* retoma o Estado-de-Coisas descrito na oração anterior, e *que* indica o encaixamento de uma oração a outra. O item *ainda* estabelece a ideia de concessão entre os segmentos articulados, encabeçando uma quebra de expectativa criada pelo contexto. Em (08c), por exemplo, o fato de *Ruth ser maravilhosa e ensinar muito ao interlocutor* não foi suficiente para impedir *a dificuldade de se conseguir fazer o solo de Ruth*; esse último evento quebra a expectativa criada pelo contexto anterior: a de que Ruth, por sua dedicação e empenho, não encontraria dificuldade ao fazer o solo.

O valor concessivo de *ainda assim* e de *ainda que* é claro. Na GDF, *ainda assim* e *ainda que* são vistos, no Nível Morfossintático, como conjunções lexicais que marcam, no Nível Representacional, a função semântica Concessão. A relação adverbial Concessão articula dois Conteúdos Proposicionais de forma a codificar uma contrariedade, expressa na oração concessiva, a uma expectativa criada pelo Conteúdo Proposicional designado pela oração principal, conforme se observa na representação abaixo do exemplo (08c).

(p: [(ela foi maravilhosa, ensinou-me muito) (p,)]: (p: [(foi difícilimo conseguir fazer) (p,)Concessão])

O terceiro padrão de uso de *ainda* pode, dessa forma, ser caracterizado como uma conjunção lexical, no Nível Morfossintático, que marca, no Nível Representacional, a **função Concessão na camada do Conteúdo Proposicional**.

Os usos inclusivos e intensificadores de *ainda* podem ser revistos segundo os parâmetros da GDF. Tanto o *ainda* inclusivo como o *ainda* intensificador correspondem, na GDF, a operadores enfáticos no Nível Interpessoal. A função discursiva de ênfase consiste, basicamente, em uma estratégia do falante em destacar ou salientar uma determinada informação. Na GDF, a ênfase é uma propriedade pragmática e pode atuar como modificador ou operador das diversas camadas do Nível Interpessoal.

Ainda com valor intensificador “tem a propriedade de enfatizar uma ideia expressa por um advérbio ou partícula de natureza adverbial sobre o qual incide” (LONGHIN-THOMAZI, 2004, p. 224) e refere-se “ao advérbio que o sucede, enfatizando ou intensificando o conteúdo por ele expresso” (MARTELOTTA, 1993, p. 195). Pezatti (2012), ao discorrer sobre os operadores de ênfase na GDF, prevê um uso de *ainda* como operador de ênfase na camada do Subato. Segundo a autora, nesses casos, a ênfase recai sobre parte do Conteúdo Comunicado, conforme podemos notar nos exemplos em (09).

- (09) a. nao ele teve escritório no início da carreira...teve escritório durante...oito anos::mais ou menos...depois...**ainda com escritório**...e como ele tinha liberdade de advogar ele também...exercia a::a profi/ o a advocacia do Estado né?...
- b. Agora é bom deixar claro que não faremos restrição a nenhuma modalidade. Poderemos premiar o clássico, o moderno, o contemporâneo, o popular, o folclórico e até a dança de salão. As indicações do primeiro semestre saem **ainda este mês** e o resultado final será em dezembro. 19Or:Br:Intrv:Com
- c. ah::também()... quando (tenho que ir)... sempre é em função dessa socieDAde que meu marido está já está há dez anos... assim:: na diretoria..., uma vez ele era tesouRElro... outra vez vice-presiDENTE outra:: agora ele é::... eu disse vice-presidente **ainda agora** né? (POA-DID-45)

Em (09a), por exemplo, *ainda* denota a necessidade do Falante em enfatizar o momento em que o Estado-de-Coisas ocorreu; no caso, a ênfase recai sobre a referência ao escritório. Em (09b) e (09c), por outro lado, *ainda* intensifica o período temporal (*este mês* e *agora*) em que ocorrerá o estado de coisas descrito. Tem-se, assim, um quarto padrão de uso de *ainda*: **operador de Ênfase na camada do Subato**.

A intensificação ou a ênfase denotada por *ainda* pode não recair sobre parte do Conteúdo Comunicado, mas sobre o Conteúdo Comunicado como um todo, conforme observamos nos exemplos em (10).

- (10) a. ah essa então...normalmente leva meia hora mais ou menos ou menos...porque eles comem bastante coisa realmente...quer dizer que então::é demorado...depois **ainda** tem que escovar dente para sair... (SP-D2-360)
- b. eu estava interessada em ensinar. Comecei a trabalhar como treinadora da equipe bauruense e **ainda** fiz alguns jogos como atleta até 1991. 19Or:Br:Intrv:Cid

- c. ...entao eu estou procurando eh...encaminhá-la para outra coisa nao sei mas...éh ginástica rítmica por exemplo...ela:...faz ginástica rítmica...entao **ainda**::...eu hesito em pôr no balé mas eu vou ter que pôr sabe?... (SP-D2-360)

Nos exemplos em (10), o escopo de *ainda*, enquanto operador de ênfase, não está sobre um único constituinte do Ato discursivo, mas sim sobre a totalidade comunicativa evocada pelo Ato. Dessa forma, a ênfase recai sobre todo o Conteúdo Comunicado, ou seja, o Falante, por meio do uso de *ainda*, deseja chamar a atenção de seu Ouvinte para todo o conteúdo subsequente na comunicação.

É comum analisar o item *ainda* nos exemplos em (10) como operador argumentativo aditivo. Vicente *et al* (2011) definem *e ainda*, exemplificado em (10b), como um padrão funcional de *ainda e*, de acordo com os autores, tal construção equivale a *além disso*, acrescentando uma ideia/situação, isto é, relacionando uma ideia à informação inicial da sentença. Neste estudo, acredita-se que a ideia de adição, de acréscimo ou de inclusão é veiculado pelo conectivo *e*, no caso de (10b), enquanto o item *ainda* enfatiza, salienta ou intensifica a totalidade comunicativa expressa na sentença subsequente. Assim, o quinto padrão de uso de *ainda* se caracteriza como **operador de Ênfase na camada do Conteúdo Comunicado**.

Considerações finais

Além de caracterizar a multifuncionalidade de *ainda*, este trabalho toma como objetivo mais central a análise dos processos de decategorização e de mudança metafórica envolvidos na GR do item *ainda* à luz da GDF. É a adoção desse modelo gramatical como arcabouço teórico-metodológico que leva ao diferencial da análise e das considerações aqui apresentadas.

Esse diferencial se faz ver por meio de dois principais pontos. Um primeiro ponto é que este trabalho reorganiza usos e valores de *ainda*, de forma que o que tem sido chamado de uso temporal é desdobrado em usos aspectuais e polares e o uso inclusivo é colocado entre os usos enfáticos. Um segundo ponto é a caracterização das alterações semântico-pragmáticas sofridas por *ainda*, alterações que se processam de uma camada mais baixa no Nível Representacional (a da Propriedade Configuracional) até uma camada mais alta do Nível Interpessoal (a do Conteúdo Comunicado).

O que se pode observar não é somente um aumento de escopo do item *ainda*, mas, também, alterações categoriais e, por conseguinte, alterações em suas funções comunicativas. A GDF prima por um alinhamento entre as representações de níveis mais altos, como o Interpessoal e o Representacional, e a codificação nos níveis mais baixos, como o Morfossintático e o Fonológico. Essas alterações semântico-pragmáticas apontadas para o item *ainda* são, obviamente, acompanhadas de alterações no Nível Morfossintático, como a fixação de ordenação e a construcionalização; esse alinhamento, entretanto, é assunto para outro trabalho.

REFERÊNCIAS

DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael. *Corpus do Português: 45 million words, 1300s-1900s*. 2006. Available at: <<http://www.corpusdoportugues.org>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

FERREIRA, B. Rota de Gramaticalização dos advérbios *ainda e sempre*. *Filologia e linguística portuguesa*, n. 13, v. 2, p. 505-516, 2011.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, N. F. Os advérbios já, mais e ainda nas orações negativas. *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, ano 2, v. 2, p. 63-77, 1993.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ILARI, R. Sobre os advérbios aspectuais. In: ILARI, R. (Org.). *Gramática do português falado: níveis de análise linguística*. v. 2. 4. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. p. 139-180.

ILARI, R. et al. Considerações sobre a ordem dos advérbios. In: CASTILHO, A. T. (Org.). *Gramática do português falado: a ordem*. v. 1. 4. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. p. 53-120.

KEIZER, E. The lexical-grammatical dichotomy in Functional Discourse Grammar. *Alfa*, São Paulo, n. 51, v. 2, p. 35-56, 2007.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Um exemplo de (inter)subjetivização na linguagem: a reconstrução histórica de ‘ainda’. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 34, p. 1361-1366, 2004.

_____. Gramaticalização de conjunções coordenativas: a história de uma conclusiva. *Gragoatá*, Rio de Janeiro, UFF, v. 21, n. 21, p. 59-72, 2005.

LOPES-DAMASIO. Diacronia dos processos constitutivos do texto relativos a “assim”: um novo enfoque da gramaticalização. 284 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, São Paulo, 2011.

MARTELOTTA, M. E. Os circunstanciadores temporais e sua ordenação: uma abordagem funcional. 1993. *Tese (Doutorado em Linguística)* – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 1993.

_____. Gramaticalização de conectivos portugueses: uma trajetória do espaço para o texto. *Estudos Linguísticos*, Lisboa, n. 2, p. 41-60, 2008.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

_____. Os advérbios circunstanciais de lugar e tempo. In: ILARI, R. (Org.). *Gramática do português falado*: níveis de análise linguística. v. 2. 4 ed. rev. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002. p. 249-285.

PEZATTI, E. G. Clivagem e construções similares: contraste, foco e ênfase. *Linguística*, v. 28, p. 73-98, 2012.

VICENTE, R. B. et al. Formação histórica e os padrões funcionais de *ainda*. In: _____. *Cognição, gramaticalização e cultura*: um diálogo sem fronteiras. São Paulo: USP/FFLCH, 2011. p. 55-73.

O verbo modal ‘poder’ no espanhol peninsular falado: um estudo de diferentes modalidades

(The modal verb ‘*poder*’ in spoken peninsular Spanish: a study of distinct modalities)

Natália Rinaldi

Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho” (Ibilce - Unesp)

nataliarinaldi0@hotmail.com

Abstract: This paper aims to analyze the modal verb ‘*poder*’ as an element to express distinct modalities in spoken peninsular Spanish. Based on a functionalist perspective of language — in which the real context of communication is relevant and Pragmatics holds primacy over Semantics, whereas the latter holds primacy over Syntax —, Hengeveld (2004) made a distinction between two important parameters for the study of modality: target of evaluation; semantic domain. Besides these two elements of analysis, both the characteristics of the subject of the modal verb in the utterance as well as the tense and mood of the verb have been selected. The analysis confirms the polysemy of the modal and the necessity to research into the context in which the utterance occurs.

Keywords: verb ‘*poder*’; functionalism; modality; peninsular Spanish.

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar o verbo modal ‘poder’ enquanto meio de expressão de diferentes modalidades no espanhol peninsular falado. Dentro de uma perspectiva funcionalista da linguagem, na qual se considera o contexto real de comunicação e na qual a pragmática tem primazia sobre a semântica e esta sobre a sintaxe, Hengeveld (2004) faz uma distinção entre dois parâmetros relevantes para o estudo da modalidade: alvo de avaliação e domínio semântico. Além desses dois elementos de análise, foram selecionados as características do sujeito do verbo modal no enunciado produzido e o modo e tempo verbal em que tal verbo aparece. A análise confirma a polissemia do modal e a necessidade de investigar o contexto em que a sentença ocorre.

Palavras-chaves: verbo ‘poder’; funcionalismo; modalidade; espanhol peninsular.

Introdução

Assumindo o ponto de vista de que nenhum tipo de enunciado foge à avaliação subjetiva do falante, pode-se dizer que muito há a ser analisado sobre modalidade. É sabido que há diversas maneiras de expressá-la, tais como por meio de advérbios, adjetivos, substantivos, verbos plenos, verbos auxiliares, entre outros.

Neste trabalho, no entanto, o foco será dado ao verbo auxiliar ‘poder’ no espanhol peninsular falado. As ocorrências selecionadas pertencem a amostras do Projeto PRESEEA (*Proyecto para el estudio sociolingüístico del español de España y de América*), coordenado pelo professor Francisco Moreno Fernández, da Universidad de Alcalá de Henares, Espanha.¹ Busca-se mostrar que, a depender do contexto em que ocorre, esse modal serve de expressão ora de uma modalidade ora de outra, como se observa a seguir:

¹ Foram escolhidas duas entrevistas do nível de instrução superior e duas do nível de instrução média de cada uma das cidades espanholas de Granada e de Alcalá de Henares.

- (01) tampoco **puedo** hablar en general ¿no?/ porque no conozco mucho (12H – GR19)
- (02) ¿te **puedo** hablar también de lugares? (12H – GR19)
- (03) bueno eso depende a lo mejor al ritmo que voy yo a lo mejor **puedo** tardar en lo que me queda de vida ¿no? (07H – AH19)

Nota-se que em (01), (02) e (03), há uma mesma forma verbal (*puedo*) para diferentes leituras semânticas. Em (01), o falante deixa explícita a sua incapacidade de falar sobre o assunto que lhe foi solicitado, uma vez que desconhece o tema; desse modo, pode-se dizer que se está no eixo das capacidades e da modalidade facultativa, portanto. No exemplo (02), o entrevistado pergunta ao entrevistador se tem a permissão de falar sobre lugares, tendo em vista que, nesse jogo comunicativo, ele tem o papel de “subordinado” em relação ao entrevistador, que, por sua vez, tem o papel de impor as “regras” da entrevista; assim, pode-se dizer que se está no eixo das permissões, condutas e proibições e da modalidade deôntica, portanto. Já em (03), percebe-se que o falante explicita uma possibilidade/incerteza em relação ao tempo que lhe resta de vida; dessa maneira, pode-se dizer que se está no eixo das possibilidades e das crenças e conhecimento do indivíduo e da modalidade epistêmica, portanto.

Como se pode observar, as leituras decorrentes do verbo *poder* só podem ser realizadas a partir da leitura do contexto em que as ocorrências ocorrem. Nesse sentido, busca-se não só elementos extralinguísticos, mas também marcas linguísticas que possam ajudar a determinar o conjunto de traços que, juntos, ocorram com mais uma ou outra modalidade.

A modalidade e o verbo modal *poder*

A complexidade que envolve o tema da modalidade não se encontra somente no fato de as línguas naturais não serem lógicas, na questão da existência de neutralidade ou não na enunciação ou na classificação das modalidades: ela está presente também na “simples” definição do termo.

Segundo Coracini (1991),

[...] a modalidade é a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere. A isso não escapa o discurso científico. (p. 113)

De maneira genérica, Quirk et al. (1985) dizem que modalidade é o modo pelo qual o significado de uma frase é qualificado, refletindo, assim, o julgamento do falante sobre a probabilidade de ser verdadeira a proposição que ele expressa.

De acordo com Cervoni (1989), é necessário, ainda, considerar a dificuldade de se analisar os elementos modais. Tal dificuldade deve-se ao fato de que tanto um mesmo modal pode expressar diferentes tipos de modalidade, como uma mesma modalidade pode ser expressa por diferentes elementos, como verbos, advérbios, adjetivos, substantivos, tempo e modo verbal, entre outros.

A esse respeito, como já foi mostrado anteriormente, pode-se afirmar que o verbo modal *poder* propicia uma gama de estudos, tendo em vista sua polissemia. Mira Mateus et al (1983) defendem que as modalidades têm estado quase exclusivamente relacionadas aos verbos modais, dentre eles o *poder*, e que tais modais constituem por si só modalidades lexicalizadas. Os autores utilizam, ainda, o verbo *poder* para exemplificar ambiguidades entre as modalidades epistêmica e deôntica nos enunciados.

Segundo apontam Brunelli e Gasparini-Bastos (2011), em estudo realizado sobre o modal *poder* em português e em espanhol, pode-se afirmar que a polissemia desse auxiliar enfatiza o potencial comunicativo de uma língua enquanto sistema linguístico. Como mostram as autoras, há enunciados em que tal verbo auxiliar modal apresenta ambiguidades entre capacidade, possibilidade e permissão, nas duas línguas analisadas.

Em se tratando do espanhol, Skotarek (1996), ao falar sobre modalidade nessa língua, refere-se ao modal *poder* como uma das formas básicas de expressão das modalidades epistêmica e deôntica no idioma.

Em um estudo sobre os verbos *poder* e *dever* como auxiliares modais no espanhol, Silva-Corvalán (1995) afirma que esses são verbos especiais, em virtude de seus aspectos sintáticos e semânticos, e que deveriam ser considerados uma classe em espanhol. Ainda segundo a autora, estudos relacionados a esses dois modais são muito relevantes, pois os “modais espanhóis têm recebido pouca atenção” (SILVA-CORVALÁN, 1995, p. 68).

Dessa forma, pode-se dizer que o que se defende é o tratamento dos valores modais expressos pelo verbo *poder* a partir do contexto em que o enunciado é produzido.

A visão funcionalista

Do ponto de vista funcionalista da linguagem, toda explicação linguística deve ser buscada na relação entre linguagem e uso; desse modo, torna-se obrigatória a explicação do fenômeno linguístico com base nas relações contraídas no discurso, isto é, falante, ouvinte, informação pragmática pressuposta de ambos e contexto sociointeracional. Em outras palavras, de acordo com Pezatti (2004), entende-se a linguagem como instrumento de comunicação e interação social e, assim, o objeto de estudo deve ser baseado em condições reais do uso da língua.

É nesse contexto que a ideia de Neves (1996) assemelha-se à de Koch (1993) quando afirma que “o que se preconiza é que a modalização só se conclui no enunciado revestido da força ilocucionária” (NEVES, 1996, p. 169). Ou seja, uma vez que as modalidades revelam a atitude do falante perante o enunciado produzido, pode-se considerá-las como parte da atividade ilocucionária, em que os atos ilocucionários são, de acordo com Parret (1976², apud KOCH, 1993), motivados pelo jogo de produção e do reconhecimento dos propósitos do falante, que podem ser classificáveis e convencionalizados.

Parece indiscutível, portanto, que para se classificar as modalidades é necessário recorrer às informações contextuais, isto é, à pragmática, já que o falante, ao produzir um enunciado, manifesta suas intenções e sua atitude conforme o conhecimento de mundo que possui.

2 PARRET, H. *History of linguistic thought and contemporary linguistics*. Berlin: de Gruyter, 1976.

Dentro de um modelo funcionalista da linguagem, adotado nesta pesquisa, Hengeveld (2004), ao classificar as categorias modais, distingue dois parâmetros importantes para o estudo da modalidade: alvo da avaliação e domínio semântico da avaliação. O primeiro parâmetro, **alvo da avaliação**, refere-se à parte do enunciado que é modalizada. É dentro desse parâmetro que são feitas algumas distinções entre as modalidades, as quais podem estar orientadas:

- a) para o participante: nesse caso, afetam “a parte relacional do enunciado. Dizem respeito à relação entre (propriedades de) um participante em um evento e a realização potencial desse evento” (HENGEVELD, 2004, p. 1192).
- b) Para o evento: afetam “a descrição do estado-de-coisas presente no enunciado, isto é, a parte descritiva de um enunciado” (HENGEVELD, 2004, p. 1193) e referem-se à avaliação objetiva da realidade do evento.
- c) Para a proposição: afetam “o conteúdo proposicional do enunciado, ou seja, a parte do discurso que representa o ponto de vista e as crenças do falante” (HENGEVELD, 2004, p. 1193) e relacionam-se com o grau de comprometimento do falante em relação à proposição.

O segundo parâmetro proposto por Hengeveld (2004) está relacionado ao **domínio semântico** em que a avaliação do falante é feita. A partir do significado que a modalidade expressa no enunciado, ela pode ser:

- a) Facultativa: relacionada às capacidades intrínsecas ou adquiridas;
- b) Deontica: referente ao que é legal, social e moralmente permitido ou obrigatório;
- c) Volitiva: referente ao que é desejável;
- d) Epistêmica: relacionada ao conhecimento e crenças do falante;
- e) Evidencial: referente à fonte da informação contida no enunciado.

Análise dos dados

A análise dos dados foi realizada a partir da perspectiva funcionalista de linguagem apresentada na seção anterior. Além da classificação de Hengeveld (2004), foram utilizados alguns outros parâmetros de análise, tais como a pessoa gramatical do sujeito, os traços [humano] e [animado] do sujeito, a agentividade do sujeito e o tempo e o modo verbal em que o auxiliar *poder* ocorre. Assim, as 174 ocorrências analisadas foram agrupadas a partir do domínio semântico que o modal *poder* expressa em cada uma delas, de modo que essa investigação resultasse em um conjunto de evidências linguísticas para cada subtipo de modalidade.

Em relação ao domínio semântico, a modalidade epistêmica foi a mais encontrada, seguida pela facultativa e, por último, pela deontica, como aponta a tabela 1:

Tabela 01: Domínio Semântico

Facultativa	Deôntica	Epistêmica
60 (34,5%)	20 (11,5%)	94 (54%)
Total: 174 (100%)		

No que se refere ao alvo da avaliação, pode-se dizer que a orientação para o evento foi a mais recorrente entre as três modalidades encontradas. Para as modalidades facultativa e deôntica, a orientação para o participante foi a segunda mais recorrente.³ Observe a próxima tabela, que traz os números da orientação das modalidades de modo mais específico:

Tabela 02: Domínio Semântico e Alvo de Avaliação

Facultativa (60)	Deôntica (20)	Epistêmica (94)	
Participante	28 (16%)	07 (4%)	/
Evento	32 (18,5%)	13 (7,5%)	94 (54%)
Proposição	/	/	- ⁴
Total: 174 (100%)			

Seguem algumas ocorrências que representam todas as combinações possíveis entre domínio semântico e alvo da avaliação:

- *Poder facultativo para o participante*

(04) mi abuela siempre ha estado mal [...] ya no **podía** ni andar. (12H – GR19)

No exemplo (04), nota-se que o verbo *podía* expressa a incapacidade de um participante de realizar o evento (andar).

- *Poder facultativo para o evento*

(05) ¿me **podrías** decir/ hablar un poquito de cómo/ recuerdas tú/ tu infancia? (12H – GR19)

No exemplo (05), o verbo *podrías* é utilizado para expressar a capacidade de realização de um estado de coisas, ou seja, é colocado em questão a capacidade de realização do evento (dizer, falar da infância) dentro das circunstâncias em que os usuários estão inseridos, visto que, em se tratando da infância do entrevistado, não está sendo questionada a capacidade de ele ter o que dizer.

- *Poder deôntico para o participante*

(06) Y entonces tengo ganas de ir/ a ver si pa(ra) Semana Santa/ **puedo** escaparme// aunque sea una semana. (31H – GR0)

3 Segundo Hengeveld (2004), as modalidades facultativa e deôntica só podem ocorrer orientadas para o participante e para o evento, nunca para a proposição; já a modalidade epistêmica só ocorre orientada para o evento e para a proposição, não tendo como alvo da avaliação, portanto, o participante.

4 No idioma espanhol, é possível encontrar a construção *puede* que (equivalente ao que em português seria *pode ser que*) como uma forma de expressão do verbo *poder* que atinge o nível da proposição. No entanto, como o âmbito deste trabalho se restringe ao modal na sua condição de auxiliar, essas ocorrências não foram consideradas.

No exemplo (06), o verbo modal *poder*, em sua forma *puedo*, indica uma permissão do participante: nas circunstâncias descritas no enunciado, ele espera permissão de um superior (um patrão, chefe, etc.), para sair e viajar no feriado.

- *Poder deôntico para o evento*

- (07) aunque haya tu momento de risicas pero que// que no **puedes** estar/ todo el día de cachondeo en la tienda. (13H – AH01)

No exemplo (07), há a descrição de uma proibição geral, uma não permissão para a realização de um evento (não se está permitido estar o dia todo de brincadeira na loja). Nota-se que não há um sujeito enunciativo que assume a responsabilidade pela proibição. Na verdade, a proibição é atribuída a uma norma geral, já estabelecida.

- *Poder epistêmico para o evento*

- (08) a mí me gustaría ver// los archivos esos secretos que dicen que hay en el Vaticano ¿no? y:- y todos los secretos que **puede** tener: cada país ¿no? (08H – AH20)

No exemplo (08), o falante, por meio da forma verbal *puede*, coloca em dúvida a existência do estado-de-coisas (ter segredos). Ou seja, trata-se de uma possibilidade.

No que se refere ao próximo fator de análise, isto é, à pessoa gramatical do sujeito, pode-se dizer que cada modalidade apresentou uma prevalência, ainda que não muito alta, um pouco diferente das outras: ao passo que a modalidade facultativa ocorreu mais com sujeito na primeira pessoa, a modalidade deôntica ocorreu mais com oração sem sujeito ou com sujeito indeterminado (o que, na tabela, denominou-se *Outros*), e a modalidade epistêmica surgiu mais frequentemente em ocorrências cujo sujeito é de terceira pessoa. O resultado confirma a hipótese de Heine (1995), que defende que a expressão da modalidade facultativa está relacionada à primeira e à segunda pessoa e a expressão da modalidade epistêmica está relacionada à terceira pessoa.

Tabela 03: Domínio Semântico e Pessoa gramatical do sujeito

	Facultativa (60)	Deôntica (20)	Epistêmica (94)
1ª pessoa	20 (11,5%)	06 (3,5%)	07 (4%)
2ª pessoa	08 (4,5%)	04 (2%)	02 (1%)
3ª pessoa	17 (10%)	01 (2%)	47 (27%)
Outros	15 (8,5%)	09 (5%)	38 (21%)
Total: 174 (100%)			

Abaixo seguem ocorrências para exemplificar os casos mais frequentes de cada domínio semântico:

- *Poder facultativo com sujeito de 1ª pessoa*

- (09) En aquella época/ nosotros decíamos “si nos volvemos a mudar// ojalá **podamos** comprar/ comprar esta// esta casa” como la otra. (12H – GR19)

No exemplo (09), há um caso de sujeito na primeira pessoa do plural, *nosotros*, e, aqui, o modal assume valor semântico de capacidade (financeira), expressando modalidade facultativa, portanto.

- *Poder deôntico com indeterminação do sujeito*

(10) ya se **puede** acabar ¿eh? cuando queráis. (08H – AH20)

No exemplo (10), encontra-se um exemplo de sujeito indeterminado por meio da construção passiva (*se puede acabar*); aqui se trata de uma permissão que o entrevistador dá ao entrevistado, haja vista a relação hierárquica existente nesse tipo de diálogo.

- *Poder epistêmico com sujeito de 3ª pessoa*

(11) periodismo **puede** ser de prensa o de radio y televisión. (14H – AH02)

No exemplo (11), observa-se uma ocorrência em que o sujeito da sentença *periodismo* é de 3ª pessoa, e a forma verbal *puede* expressa uma possibilidade, ou seja, está no domínio da modalidade epistêmica.

O próximo parâmetro a ser mencionado neste trabalho está relacionado aos traços [humano] e [animado] do sujeito da oração. A esse respeito, pode-se dizer que todas as modalidades ocorreram em maior quantidade com sujeito cujos traços são [+humano] e [+animado]. Esse resultado valida a proposta de Neves (2000), pois a autora considera que em uma ocorrência com modal *poder* e sujeito [+animado] podem ser feitas as leituras facultativa, deôntica ou, ainda, epistêmica. É interessante dizer que, no cópús investigado para esta pesquisa, não foi encontrada nenhuma ocorrência em que o sujeito possuísse os traços [-humano] e [+animado].

Tabela 04: Domínio Semântico e Traços do sujeito

	Facultativa (45)	Deôntica (11)	Epistêmica (56)
[+humano], [+animado]	43 (38,5%)	11 (10%)	29 (26%)
[-humano], [+animado]	-	-	-
[-humano], [-animado]	2 (1,5%)	-	27 (24%)
	Total: 112 (100%) ⁵		

A seguir encontram-se ocorrências para exemplificar os casos mais frequentes de cada domínio semântico:

- *Poder facultativo com sujeito de traços [+humano] e [+animado]*

(12) no recuerdo prácticamente nada / que era muy bonito que me gustaba mucho // entonces no te **puedo** decir nada. (14H – AH02)

No exemplo (12), o sujeito do verbo *poder* (em sua forma *puedo*), que nesse caso expressa uma incapacidade do falante de falar sobre o assunto solicitado, está na 1ª pessoa (*yo*), que possui os traços [+humano] e [+animado].

- *Poder deôntico com sujeito de traços [+humano] e [+animado]*

(13) nosotros no podemos competir abrir los domingos// porque ¿cuándo descansamos?
E: ¿no **podéis** hacer turnos? (12H – GR20)

No exemplo (13), o verbo *poder* (expresso como *podéis*), que serve como meio de manifestação da modalidade deôntica por se tratar de um contexto de trabalho, em que

⁵ Somente ocorrências com sujeito.

algum superior (um chefe, um gerente, etc.) é quem permite ou proíbe que os indivíduos realizem ou não turnos em seu emprego, tem como sujeito a segunda pessoa (*vosotros*), que possui os traços [+humano] e [+animado].

- *Poder epistêmico com sujeito traços [+humano] e [+animado]*

(14) mi encargado lleva ya veintiséis años // no **puedo** estar comparándome con él// que ha vendido/ abrigos de más de tres mil euros. (12H – GR20)

No exemplo (14), o sujeito do verbo *poder* encontra-se na 1ª pessoa (*yo*), que possui os traços [+humano] e [+animado]; aqui se tem a expressão da modalidade epistêmica, uma vez que o falante coloca como impossível uma comparação entre ele e seu colega de trabalho que já possui mais experiência na atividade que exercem.

Outro fator de análise analisado para esta pesquisa refere-se à agentividade do sujeito, isto é, ao fato de que o sujeito pode ter [+controle] ou [-controle] sobre o predicado em que se encontra o verbo modal analisado. Como resultado desse parâmetro, notou-se que as modalidades facultativa e deôntica ocorreram mais frequentemente com sujeitos que possuem [+controle] sobre o predicado em que está inserido⁶; já a modalidade epistêmica apresentou maior ocorrência com sujeitos que possuíam o traço [-controle] sobre o predicado. Os dados mostram que a hipótese de Klinge (1996) é validada neste trabalho, uma vez que o autor propõe que as ocorrências em que o sujeito tem controle sobre o predicado ([+controle]) sejam interpretadas como deôntica ou facultativa e os enunciados em que não há controle ([-controle]) do sujeito recebam leitura epistêmica.

Tabela 05: Domínio Semântico e Agentividade do sujeito

	Facultativa (45)	Deôntica (11)	Epistêmica (56)
+controle	41 (36,5%)	10 (9%)	18 (16%)
-controle	4 (3,5%)	1 (1%)	38 (34%)
Total: 112 (100%)			

Observe as ocorrências para exemplificar os casos mais frequentes de cada domínio semântico:

- *Poder facultativo com sujeito de traço [+controle]*

(15) eso la gente de Alcalá te lo **puede** decir pero la gente que hemos venido aquí no. (14H – AH02)

No exemplo (15), o sujeito (*la gente de Alcalá*) do verbo *poder* (em sua forma *puede*), que nesse caso expressa a capacidade de os moradores da cidade falarem sobre o assunto mencionado, possui o traço [+controle] sobre o estado-de-coisas (dizer sobre o tema).

- *Poder deôntico com sujeito de traço [+controle]*

(16) hay gente que está de vacaciones mucha gente que no **puede** ir /// o sea que tiene que trabajar (12H – R20)

⁶ Se se considerar o eixo básico dessas duas modalidades (capacidades/habilidades e permissão/proibição respectivamente), pode-se dizer que é realmente esperado que haja um sujeito controlador da realização do estado-de-coisas.

No exemplo (16), percebe-se que há um traço [+controle], pois o verbo *poder* (expresso como *puede*) expressa a proibição de pessoas que não podem viajar por ter que trabalhar, ou seja, porque possuem essa necessidade e obrigação.

- *Poder epistêmico com sujeito de traço [-controle]*

- (17) un nivel universitario de hace veinte años pues tiene más conocimientos/ la enseñanza ha si(d)o más individualizada// el aprendizaje **puede** ser mayor. (31H – GR02)

No exemplo (17), encontra-se um caso em que o sujeito (*el aprendizaje*) do verbo, que aqui expressa uma possibilidade, não possui o traço [+controle] sobre o predicado (ser maior).

O último parâmetro de análise analisado está relacionado ao modo e tempo verbal em que o verbo apareceu no corpus. O que se procurou verificar foi em que medida uma determinada modalidade está relacionada ao tempo e modo em que o verbo aparece, dado que, conforme afirmam Mira Mateus *et al.* (1983) e Koch (1993), o modo verbal pode exprimir a relação que há entre locutor e estado-de-coisas. Em outras palavras, o modo verbal pode ser um meio pelo qual o falante avalia o que está sendo dito. Seria o modo indicativo o que menos expressa a avaliação do sujeito em relação ao enunciado e o modo subjuntivo o que está relacionado à probabilidade, à possibilidade do evento e à vontade e às crenças do falante. Desse modo, a hipótese é a de que o subjuntivo ocorra especialmente com a modalidade epistêmica. No entanto, pode-se dizer que, sob um olhar geral, não foi possível determinar em que medida isso ocorre com todos os tempos e modos verbais, uma vez que todas as modalidades demonstraram uma alta frequência com o verbo no Presente do Indicativo, o que confirma a polissemia do modal e a necessidade de analisar o contexto das ocorrências, uma vez que sua forma é idêntica e seu significado, distinto.

Tabela 06: Domínio Semântico e tempo e modo verbal

	Facultativa (45)	Deôntica (11)	Epistêmica (56)
Pretérito do Indicativo	07 (6,5%)	03 (2,5%)	03 (2,5%)
Presente do Indicativo	26 (23%)	07 (6,5%)	40 (36%)
Futuro do Indicativo	06 (5%)	01 (1%)	02 (2%)
Pretérito do Subjuntivo	-	-	03 (2,5%)
Presente do Subjuntivo	06 (5%)	-	08 (7,5%)
	Total: 112 (100%)		

Abaixo seguem ocorrências, todas com a forma verbal *puedes*,⁷ para exemplificar os casos mais frequentes de cada domínio semântico:

- *Poder facultativo no Presente do Indicativo*

- (18) me gusta relacionarme con gente creativa [...] si **puedes** ilustrar alguna cosa... (14H – AH02)

No exemplo (18), tem-se a forma verbal *puedes* expressando uma capacidade de alguém ilustrar algo dito no diálogo.

⁷ Em espanhol, assim como no português ocorre com o pronome *você*, o pronome *tú* pode servir (como nos exemplos 18, 19 e 20) para expressar um sujeito geral, ou seja, uma indeterminação e não especificamente a 2ª pessoa com quem se fala no discurso.

- *Poder deôntico no Presente do Indicativo*

(19) en medicina no **puedes** estudiar sólo teoría/ tienes que hacer prácticas. (14H – AH02)

No exemplo (19), a forma verbal *puedes* adquire outro sentido, passa a ter uma significação de obrigação geral, imposta já na sociedade e em universidades, de que, quando se estuda medicina, o indivíduo tem a obrigação de realizar a prática e não só estudar a teoria.

- *Poder epistêmico no Presente do Indicativo*

(20) al final **puedes** con chocar las personalidades y lo pasas mal. (12H – GR19)

No exemplo (20), nota-se que a forma verbal *puedes* possui outro valor semântico diferente dos dois anteriores, uma vez que, nesse caso, há a expressão de uma possibilidade (de as pessoas não se identificarem e ter conflitos de personalidades).

Considerações finais

Dentro do embasamento teórico a partir do qual este trabalho foi realizado, isto é, um modelo funcionalista de análise, em que se deve entender e analisar a linguagem a partir de seu contexto discursivo, ou seja, a partir da Pragmática, buscou-se realizar uma análise das ocorrências identificadas com o verbo modal *poder* enquanto verbo auxiliar, procurando descrever, com base no contexto e em outros parâmetros de análise, tendências de contextos que favoreçam uma ou outra modalidade.

Desse modo, considere a Tabela 07, em que constam as características mais recorrentes das três modalidades expressas pelo modal *poder* no corpúsculo selecionado:

Tabela 07: Tendências das modalidades

	Facultativa	Deôntica	Epistêmica
Ocorrências (total de 174)	60 (34,5%)	20 (11,5%)	94 (54%)
Alvo da Avaliação	Evento	Evento	Evento
Pessoa Gramatical do sujeito	1ª pessoa	Outros	3ª pessoa
Traços do sujeito	+humano +animado	+humano +animado	+humano +animado
Agentividade do sujeito	+controle	+controle	-controle
Tempo e modo verbal	Presente do Indicativo	Presente do Indicativo	Presente do Indicativo

Para finalizar o que diz respeito a esta pesquisa, acredita-se que a modalidade, enquanto forma subjetiva de avaliação do falante a respeito do seu enunciado, deve ser analisada dentro do contexto em que foi produzida, uma vez que diversos fatores, de ordem linguística ou não, podem interferir e alterar sua interpretação. Em se tratando de verbos modais, a necessidade de se considerar o enunciado como um todo é ainda maior, haja vista a polissemia desses elementos, em especial a do ‘poder’, como aqui foi demonstrada.

REFERÊNCIAS

- BRUNELLI, A. F.; GASPARINI-BASTOS, S. D. O comportamento do verbo modal *poder* no discurso de autoajuda: uma investigação no português e no espanhol. *Estudos Linguísticos*, v. 1, n. 1, p. 60-70, 2011.
- CERVONI, J. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.
- CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ; Campinas: Pontes, 1991.
- HEINE, B. Agent oriented vs. epistemic modality: some observations on German modals. In: BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (Ed.). *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p. 17-53.
- HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (Ed.) *Morphology: a handbook on inflection and word formation*. v. 2. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 1190-1201.
- KLINGE, A. The impact of context on modal meaning in English and Danish. *Nordic Journal of Linguistics*, v. 19, p. 35-34, 1996.
- KOCH, I. G. V. Argumentação e linguagem. In: _____. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1993. p. 74-88.
- MIRA MATEUS, M, H. et al. *Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.
- NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português falado 6: Desenvolvimentos*. Campinas: Editora da Unicamp; Fapesp, 1996. p. 163-200.
- _____. A polissemia dos verbos modais. Ou: falando de ambiguidades. *Alfa*, v. 44, p. 115-145, 2000.
- PEZATTI, E.G. O funcionalismo em linguística. In: BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*, v.3. São Paulo: Cortez, 2004. p. 165-173.
- QUIRK, R. et al. *A comprehensive grammar of the English language*. 7. ed. London: Longman, 1985.

CÓRPUS DO ESPANHOL FALADO

MORENO FERNÁNDEZ, F.; CESTERO MANCERA, A. M.; MOLINA MARTOS, I.; PAREDES GARCÍA, F. *La lengua hablada en Alcalá de Henares*. I: Hablantes de instrucción superior. Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá, 2002.

_____. *La lengua hablada en Alcalá de Henares*. II: Hablantes de instrucción media. Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá, 2004.

MOYA CORRAL, J. A. (Coord.). *El español hablado en Granada*. Corpus oral para su estudio sociolingüístico. I: Nivel de estudios alto. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2007.

_____. *El español hablado en Granada*. Corpus oral para su estudio sociolingüístico. II Nivel de estudios medio. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2008.

Orações concessivas introduzidas por *embora*: uma análise Discursivo-Funcional

(Concessive clauses introduced by “although”:
a Functional Discourse Grammar analysis)

Talita Storti Garcia¹

¹Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) – Campus de São José do Rio Preto

talita@ibilce.unesp.br

Abstract: This paper presents a description of concessive clauses introduced by *embora* (*although*) in the variety of Brazilian Portuguese spoken in the northwestern region of São Paulo State. The study is based on the theory of Functional Discourse Grammar. We analyse in which levels and layers such constructions are constituted by identifying morphosyntactic, semantic and pragmatic properties. The results show that these clauses tend to be constituted in the pragmatic domain and are more related specifically to the interactional aspects of language.

Keywords: concession; spoken Portuguese; although; Functional Discourse Grammar.

Resumo: Este artigo apresenta uma descrição das orações concessivas introduzidas por *embora* no português falado no noroeste do Estado de São Paulo com base na teoria da Gramática Discursivo-Funcional. Por meio da caracterização morfosintática, semântica e pragmática dessas orações, verifica-se em que níveis e em que camadas tais construções atuam. Os resultados mostram que essas construções tendem a se constituírem no domínio pragmático, relacionando-se mais especificamente aos aspectos interacionais da língua.

Palavras-chave: concessão; português falado; embora; Gramática Discursivo-Funcional.

Considerações iniciais

A conjunção *embora* é considerada subordinativa prototípica no que diz respeito à expressão da concessão em português¹ (CEGALLA, 1985; CUNHA; CINTRA, 1985, 2001; CASTILHO, 2010). Esta pesquisa, baseada em dados coletados no português falado no interior paulista (GARCIA, 2010),² confirma essa prototipicidade e revela que essa conjunção está entre as mais recorrentes na expressão da concessão na modalidade falada da língua portuguesa.

Segundo Bagno (2011), *embora* sofreu um processo de gramaticalização, ou seja, uma palavra autônoma se transformou num elemento gramatical, pois *embora* é procedente da locução *em boa hora*, que passou a funcionar como advérbio, preposição e conjunção concessiva, sendo esse último o caso que nos interessa no presente estudo.

1 *Embora* corresponde, em inglês, a *although*, no inglês antigo *deah*, que, de acordo com König (1985), era o único conectivo que poderia ser empregado com significado concessivo. Isso nos mostra a natureza essencialmente concessiva desse nexos também na língua inglesa.

2 Este artigo é parte dos resultados da tese de doutorado intitulada “As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional”, defendida na Unesp, Campus de São José do Rio Preto, sob orientação da Profª. Dra. Erotilde Goreti Pezatti.

As orações concessivas, de acordo com Castilho (2010, p. 377), “estabelecem um contraste com a matriz, assumindo a estrutura *Embora P, Q*”. Nesse caso, ainda segundo o autor, elas podem atuar discursivamente, pois alteram o eixo argumentativo. Funcionam como uma possível negação com relação ao que está contido na oração principal, colocando-se em primeiro lugar na sentença complexa. Em função disso, gramaticalmente, essas orações ocorrem com verbo no subjuntivo.

É possível observar na literatura (CREVELS, 1998; NEVES, 2000; NEVES et al., 2008; GARCIA; PEZATTI, 2013) que a natureza das orações introduzidas por *embora* pode variar. De acordo com Neves (2000, p. 872), “as relações expressas nas construções concessivas variam conforme o ‘nível’³ em que se estabelecem”, podendo haver relações entre estados-de-coisas, proposições e atos de fala. Crevels (1998), em um estudo que descreve as concessivas da língua espanhola, acrescenta um quarto tipo, as concessivas textuais, quando a oração concessiva se relaciona a porções textuais anteriores. A autora argumenta ainda que diferentes subtipos de concessivas apresentam graus distintos de integração com relação à oração principal (CREVELS, 1998, p. 141), assim, as concessivas que atuam nos domínios mais baixos apresentam maior grau de integração à principal do que as que atuam nos domínios mais altos.

Como se pode observar, as orações concessivas podem atuar em diferentes estratos e, com isso, servirem a propósitos comunicativos diferentes. Tendo isso em vista, o objetivo deste artigo consiste em descrever as orações concessivas introduzidas por *embora* no português falado no noroeste do Estado de São Paulo à luz da Gramática Discursivo-Funcional. Pretende-se, por meio da caracterização morfossintática, semântica e pragmática dessas orações, verificar em quais Níveis e camadas propostos pelo modelo elas podem ocorrer e se há preferência por algum deles.

O universo de investigação consiste no corpus Iboruna (GONÇALVES, 2010), um banco de dados que registra o português falado na região noroeste do interior paulista, nucleada em torno da cidade de São José do Rio Preto. Esse corpus é constituído por duas diferentes amostras: a primeira é a Amostra de Interação (AI), que constitui amostras de fala coletadas secretamente em situações livres de interação social, e a segunda é a Amostra Censo (AC), que constitui amostras de fala controladas sociolinguisticamente, diálogos entre documentador e informante. Neste estudo selecionamos somente os inquéritos da Amostra Censo, uma vez que esse conjunto de coletâneas apresenta textos mais longos e mais elaborados, o que confere um caráter de maior espontaneidade por parte dos informantes. Cada informante gravou cinco tipos de textos diferentes: narrativa de experiência pessoal (NE), narrativa recontada (NR), relato de opinião (RO), relato de procedimento (RP) e relato de descrição (DE). Após cada ocorrência utilizada neste artigo, seguem, portanto, as respectivas informações: Amostra Censo (AC), número do inquérito (23, por exemplo), tipo de texto utilizado, como exemplo, Narrativa Recontada (NR) e, por último, a linha em que se encontra tal ocorrência na transcrição (L. 132), o que se resume em AC-23; NR: L.132.

Todas as ocorrências foram analisadas de acordo com os seguintes fatores: 1. Presença de Atos Interativos (*né, então* etc.); 2. Presença de Função Retórica; 3. Identidade

3 O termo “nível” usado por Neves (2000) não corresponde exatamente ao conceito de “Nível” da Gramática Discursivo-Funcional. Ao usar “nível” a autora refere-se a entidades, diferentemente do que se entende por “Nível” na perspectiva Discursivo-Funcional, que o concebe como uma estrutura de representação hierárquica formada por várias camadas.

entre os participantes envolvidos na construção; 4. Factualidade; 5. Camada de atuação da oração concessiva e da principal; 6. Forma verbal da oração concessiva; e 7. Posição da oração concessiva: anteposta ou posposta à oração principal, tomando o verbo da oração principal como referência. É preciso deixar claro que, dentre esses critérios, somente aqueles que se mostraram relevantes e significativos para a análise das orações introduzidas por *embora* serão abordados na descrição das construções neste trabalho.

Este artigo está organizado da seguinte forma: na primeira seção, apresentamos um breve histórico do processo de gramaticalização de *embora* a fim de estabelecer algumas relações com os dados. Na segunda seção, descrevemos alguns preceitos e uma breve organização da teoria da Gramática Discursivo-Funcional fundamentais para a interpretação dos resultados. Na terceira seção, apresentamos a atuação das construções introduzidas por *embora* no domínio semântico; enquanto na seção 4, descrevemos sua atuação no domínio pragmático. Na seção 5, por sua vez, consideramos os principais resultados obtidos nesta pesquisa.

Gramaticalização de *embora*

Admite Castilho (2010) que o sintagma preposicionado *em boa hora* foi usado até o século XV após o verbo *ir* no subjuntivo volitivo, isto é, aquele que exprime desejo, volição, “para expressar um bom augúrio” (CASTILHO, 2010, p. 378), conforme representado em (01) a seguir:

(01) *Vá em boa hora!* (CASTILHO, 2010, p. 378)

Em (01), o verbo *ir*, seguido da estrutura *em boa hora*, expressa o desejo do falante de que o ouvinte tenha um bom retorno. A partir desse uso, inicia-se o processo de gramaticalização, que, segundo Castilho (2010), divide-se em quatro etapas básicas, as quais apresentamos a seguir com o objetivo de estabelecer relações com os tempos e modos verbais dos dados utilizados neste artigo.

1ª etapa: *em boa hora* perde a noção de volição, sofre redução fonológica e dá origem ao advérbio locativo *embora*, que significa “espaço vago” e continua a ocorrer ao lado de verbos de movimento, conforme (02). Outros verbos, no entanto, aparecem ao lado desse advérbio, como em (03), em que se nota o verbo *mandar* (*mandar embora*):

(02) ... a firma fala “tchau... **vai embora**” (D2 SP 343). (CASTILHO, 2010, p. 378)

(03) Tem todo direito... ninguém vai poder **mandar** ele **embora** (EF RJ 364). (CASTILHO, 2010, p. 378)

2ª etapa: *embora* não mais ocorre somente com verbos que indicam movimento, passa a ocorrer com qualquer verbo. Nesse processo, migra para o início de uma sentença negativa, ocorrendo antes da partícula *que* em contextos volitivos, o que faz com que os verbos manifestem-se no subjuntivo, conforme (04):

(04) **Embora que** não *tenha* razão, ainda assim insiste. (CASTILHO, 2010, p. 378)

3ª etapa: *embora* passa a funcionar sem o *que*, assumindo o seu papel de conjunção, desenvolvendo um sentido aproximado de “ok, tudo bem, eu admito que não tenha razão” (CASTILHO, 2010, p. 378). Em contextos negativos, *embora* absorveu o valor de negação de expectativas e o uso do subjuntivo passou a ser frequente (cf. 05).

(05) **Embora** não tivesse tirado o hábito, já se comportava como um leigo. (CASTILHO, 2010, p. 379)

4ª etapa: *embora* passa a reger formas nominais do verbo, como em (06), e a introduzir constituintes sentenciais, conforme exemplificado em (07):

(06) **Embora** não tendo tido interesse momentâneo (D2 SP 255). (CASTILHO, 2010, p. 379)

(07) Tive oportunidade de fazer pesquisas sobre a maneira de falar do cearense... do bahiano... ahn **embora** nordestinos (D2 SP 255). (CASTILHO, 2010, p. 379)

Castilho (2010), a partir de um exame geral das orações concessivas, aponta dois esquemas sintáticos possíveis de ocorrência para *embora*:

1º esquema: *P, embora não Q: Eu gosto muito de chuchu embora todo mundo ache chuchu uma coisa sem graça* (DID RJ 328) (CASTILHO, 2010, p. 379), em que, para o autor, o caráter negativo de Q está implícito em “achá-lo uma coisa sem graça, portanto não gostar dele”.

2º esquema: *Não P, embora Q: Evito comer queijos, embora goste muito* (CASTILHO, 2010, p. 379), em que o caráter negativo de P está na sequência “evito comer” ou “não como”.

Neves (2000) resume esses dois esquemas ao afirmar que, quando a oração concessiva é negativa, a oração nuclear é positiva e vice-versa, em função da relação de concessão com a não satisfação de condições e com a frustração de causalidades possíveis. Para a autora, esse jogo de polaridade é facilmente explicável pela natureza contrastiva das construções concessivas. Do ponto de vista lógico, para Neves, há um único esquema que define a concessão: *Embora P, Q*, sendo *P* a oração concessiva e *Q* a oração principal. A partir disso, Neves reconhece que há concessão quando *P* não constitui razão suficiente para não *Q*.

A Gramática Discursivo-Funcional: algumas considerações

A Gramática Discursivo-Funcional, doravante GDF, é uma vertente funcionalista que encontra sua base na Gramática Funcional de linha holandesa (DIK, 1989). Ambas trabalham com a hipótese de que grande parte das categorias formais pode ser explicada se levarmos em conta suas correspondências com as categorias semânticas e pragmáticas inerentes à comunicação humana. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2009), a GDF não se restringe a orações (*clauses*),⁴ mas adota o Ato Discursivo como unidade de análise, que abrange unidades tanto maiores quanto menores do que as orações.

4 O termo *clause* foi traduzido como *orações completas* por Hengeveld e Mackenzie (2009), mas optamos por utilizar somente *oração* neste artigo, conscientes de que não corresponde ao conceito tradicional de oração.

A Gramática Discursivo-Funcional, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), apresenta as seguintes características:

- (i) considera o Ato Discursivo como unidade básica de análise. Isso faz com que se considere o *discurso*, em vez da sentença, tratando-se tanto de atos discursivos maiores quanto menores do que a oração;
- (ii) diferencia Níveis de organização linguística: o Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico;
- (iii) estrutura cada Nível de organização linguística hierarquicamente;
- (iv) apresenta os Níveis de análise de cima para baixo (*top-down*); ou seja, inicia a sua organização partindo da representação das manifestações linguísticas da intenção do falante no Nível Interpessoal e, gradualmente, desce até o Nível Fonológico;
- (v) modela a competência gramatical de um usuário da língua. Isso é representado pelo componente gramatical, ao lado dos componentes Conceitual, Contextual e de Saída.

Os quatro Níveis propostos pela teoria: Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico, apresentados dentro do Componente Gramatical, estão internamente organizados em camadas hierárquicas e são alimentados por um conjunto de primitivos, que definem as possíveis combinações de elementos para cada nível. As camadas têm sua própria variável e são restringidas por um núcleo (obrigatório) e por modificadores⁵, sendo especificadas por meio de operadores e funções.

Para este trabalho, interessa-nos o Nível Interpessoal e o Representacional. O Nível Interpessoal está intimamente relacionado aos aspectos pragmáticos da interação; suas camadas são: Movimento (M), Ato Discursivo (A) e Conteúdo Comunicado (C), sendo que as duas primeiras serão fundamentais para a descrição dos nossos dados. Já o Nível Representacional se relaciona aos aspectos semânticos da unidade linguística. As unidades linguísticas são descritas em termos das categorias semânticas que elas determinam. Essas categorias consistem respectivamente em: Conteúdos Proposicionais (p), que podem conter um ou mais Episódios (ep), que, por sua vez, podem conter uma ou mais descrições de Estados-de-Coisas (e), que se caracteriza por uma Propriedade Configuracional (f). Para esta pesquisa, nos restringiremos à camada mais abrangente desse nível, o Conteúdo Proposicional, essencial para a análise das ocorrências.

É também importante para a análise caracterizar o Nível Morfossintático, que se relaciona aos aspectos morfológicos e sintáticos da unidade linguística. Nesse Nível, as unidades linguísticas são analisadas em termos de seus constituintes sintáticos, partindo das camadas mais altas em direção às mais baixas, temos: Expressões Linguísticas, Orações, Sintagmas e Palavras. A Expressão Linguística consiste em qualquer conjunto de pelo menos uma unidade morfossintática. As unidades que se combinam em uma expressão linguística podem ser Orações, Sintagmas ou Palavras.

⁵ *Modificador* (σ) é o nome dado na Gramática Discursivo-Funcional ao que era denominado *satélite* (σ) na Gramática Funcional. Diferentemente de *operadores* e *funções*, que são meios gramaticais, os modificadores são meios lexicais usados para especificar um núcleo.

O último Nível de análise, o Fonológico, é responsável por todos os aspectos da codificação não abrangidos pelo Nível Morfossintático. Ele recebe o *input* de todos os outros três níveis e fornece o *input* para o Componente de Saída. Está organizado em: Enunciado, Frase Entonacional, Frase Fonológica e Palavra Fonológica.

Dentro desse modelo, conforme Hengeveld e Mackenzie (2008) a Concessão pode ocorrer no Nível Representacional ou no Nível Interpessoal. Abordaremos, a seguir, o primeiro caso, quando essa relação se dá no Nível Representacional, que trata dos aspectos semânticos da unidade linguística.

Orações introduzidas por *Embora* no Nível Representacional

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), no Nível Representacional, a relação de concessão ocorre na camada mais abrangente, a do Conteúdo Proposicional (p). Trata-se de um constructo mental – conhecimentos, crenças e desejos – que não pode se localizar no espaço e no tempo, só pode ser qualificado em termos de sua verdade e qualificado em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença), e/ou em termos de sua origem ou fonte (conhecimento partilhado, evidência sensorial, inferência).

Os dados desta pesquisa corroboram a atuação da relação de concessão na camada do Conteúdo Proposicional, pois constatamos que 14% das ocorrências introduzidas por *embora* se dão nesse estrato.

A essa camada correspondem as concessivas apontadas pela tradição gramatical, já que representam um obstáculo que não impede ou modifica a declaração da oração principal, conforme mostra a ocorrência (08) a seguir:

(08) [*embora eu tenha perdido a eleição*][*foi muito gratificante... éh:: ter participado daquilo::...*] porque:: a gente passa a conhecer as pessoas... (AC-113; NE:L.10)

Em (08), nota-se que *perder a eleição* poderia constituir um obstáculo para que uma disputa eleitoral fosse gratificante, mas, nesse caso, não é. Pode-se aplicar aqui o esquema proposto por Neves (2000), *Embora P, Q*, pois *P, perder a eleição*, não foi razão suficiente para *não Q*, ou seja, não considerá-la gratificante. De acordo com o esquema de polaridade proposto pela autora, a concessão ocorre em função dos traços negativos apresentados pela oração concessiva (*perder a eleição*) e positivos apresentados pela oração principal (*foi gratificante*).

Observamos, portanto, que há uma relação de contraste entre as duas estruturas envolvidas, a principal e a subordinada, e que tal contraste reside na oposição de possíveis ideias entre o falante e seu interlocutor. Isso significa que, discursivamente, em (08), a construção concessiva *embora eu tenha perdido a eleição* representa uma possível objeção por parte do ouvinte. O falante adianta esse possível contra-argumento de seu interlocutor com base no senso comum e no seu conhecimento de mundo, já que, normalmente, quando se disputa uma eleição e o resultado é a derrota, o candidato não sente satisfação ou gratificação.

Como construções contrastivas, segundo Neves (2000), as construções concessivas são essencialmente argumentativas. Com base em Mizuno (2007) e Ilari (2008), admitimos

que, nesse caso, a força argumentativa recai sobre a segunda construção, representada pela oração principal *foi muito gratificante ter participado daquilo* (da eleição), pois é essa a informação que o falante deseja salientar ao ouvinte. Em outras palavras, do ponto de vista interacional, o falante quer destacar a sua participação, e não a sua derrota, nas eleições.

O estatuto de Conteúdo Proposicional das estruturas envolvidas em (8) pode ser atestado, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 54), pela impossibilidade de inserir o predicado *eu admita que* (*I concede that*):

(08') [**embora eu admita que tenha perdido a eleição*] [*foi muito gratificante ter participado daquilo*]

Vale ressaltar que essa paráfrase deve ser lida com um único contorno prosódico, sem pausa entre *embora* e *eu admita que*, pois caso haja dois contornos, a paráfrase pode ser válida.

Na realidade, ambas as construções envolvidas constituem Conteúdos Proposicionais, pois *perder a eleição* e *considerar algo gratificante* são construtos mentais, estão na mente do falante e foram criados a partir de suas percepções, crenças e conhecimentos.

Conteúdos Proposicionais podem ser factuais, quando são conhecimentos ou crenças sobre algo no mundo real, ou não factuais, quando são esperanças ou desejos em um mundo imaginário. Nossos dados revelam que as concessivas introduzidas por *embora* dizem respeito a crenças acerca do mundo real. Nos termos de Pérez Quintero (2002), são Conteúdos Proposicionais verdadeiros o que configura estruturas factuais, como se pode comprovar na ocorrência (09):

(09) [**embora** *seja... éh::... uma cultura perene*][*essa:: num vive muitos anos*. (AC-113; RP:L.158),

em que, no mundo real, a cultura é permanente e, além disso, para o falante, será algo sempre verdadeiro.

Os resultados desta pesquisa mostram que as orações encabeçadas por *embora*, no Nível Representacional, geralmente apresentam identidade entre os participantes envolvidos nas duas orações, na concessiva e na principal. Isso pode ser observado ainda na ocorrência (09), que compartilha o participante *cultura perene*.

Os dados revelam também que esse tipo de construção apresenta características peculiares no Nível Morfossintático, dentre as quais destacamos a forma verbal, já que o verbo da construção concessiva introduzida por *embora*, em nossos dados, ocorre exclusivamente no subjuntivo. É o que se observa nas ocorrências (08) e (09) já apresentadas, em que os verbos são, respectivamente, *tenha perdido* (locução verbal cujo verbo auxiliar se encontra no subjuntivo) e *seja* (presente do subjuntivo). A exclusividade desse modo verbal indica uma forte relação integração entre as estruturas envolvidas na relação concessão, prefaciada por *embora*, quando ela atua na camada do Conteúdo Proposicional, Nível Representacional, confirmando a hipótese de Crevels (1998, p. 143) de que o subjuntivo tende a ocorrer em construções concessivas pertencentes às camadas mais baixas, às quais corresponderiam as concessivas desse Nível.

A partir da constatação, nos dados, de que as concessivas introduzidas por *embora* pertencentes ao domínio semântico ocorrem exclusivamente com verbos no subjuntivo e, na maioria das ocorrências, apresentam identidade entre os participantes, admitimos, baseados em Crevels (1998), que essas orações são altamente integradas às principais, pois a autora teoriza que o subjuntivo predomina entre as construções concessivas que são fortemente integradas às orações nucleares.

Outro fator utilizado nesta pesquisa diz respeito à ordem das orações concessivas com relação à principal. A ordenação é um fator do Nível Morfossintático, pois esse Nível trata dos aspectos estruturais da unidade linguística. Esta pesquisa revela uma importante característica das orações concessivas introduzidas por *embora* que ocorrem entre Conteúdos Proposicionais: elas ocorrem geralmente antepostas à Oração Principal. Na GDF, a camada da Oração⁶ pode ser formada por uma sequência de Palavras, um ou mais Sintagmas. Essa anteposição da Oração Concessiva introduzida por *embora* pode ser facilmente compreendida quando olhamos para os aspectos pragmáticos, discursivos e argumentativos, já que o falante, na construção concessiva, adianta um possível contra-argumento por parte do ouvinte e coloca, na Oração Principal, o que considera mais importante do ponto de vista da argumentação. A oração concessiva, dessa forma, ocupa a posição P^l, que é uma posição periférica, psicológica e comunicativamente saliente. Sendo assim, considerando toda a Expressão Linguística, podemos considerar o seguinte padrão de ordenação para a estrutura apresentada em (09) anteriormente:

P ^l	P ^{l+1}	P ^M	P ^{M+1}
Embora seja uma cultura perene	essa	não vive	muitos anos

A partir do padrão acima, reconhecemos que o alinhamento no Nível Morfossintático depende de aspectos semânticos e pragmáticos vindos dos dois Níveis de análise precedentes, o Interpessoal e o Representacional, respectivamente.

Orações introduzidas por *embora* no Nível Interpessoal

Como já mencionado, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 55) postulam a ocorrência das relações de concessão no Nível Interpessoal. Para eles, a concessão consiste em uma *função retórica*, como veremos mais adiante.

O Nível Interpessoal apresenta o Movimento como sua maior unidade de análise; em termos de *status* interpessoal, o Movimento é definido como “uma contribuição autônoma para a interação contínua” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 50). Uma das características do Movimento é oferecer a possibilidade de uma reação por parte do destinatário do ato de fala, que pode ser uma resposta ou uma objeção. Essa reação, por sua vez, também deve ser entendida como um Movimento. Essas unidades podem conter um ou mais Atos Discursivos combinados entre si.

Os Atos Discursivos, ao contrário dos Movimentos, não necessariamente impulsionam a comunicação em termos de objetivos conversacionais. A relação entre os Atos

⁶ A Oração, nos termos da GDF, é um agrupamento de um ou mais Sintagmas e, possivelmente, palavras gramaticais, caracterizada por um padrão de ordenação desses Sintagmas e por expressões morfológicas (regência e concordância) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 60).

pode ser de dependência ou de equipolência. Quando dependente, haverá um Ato Nuclear e um Subsidiário. Essa relação de dependência se manifesta por meio da presença de *funções retóricas* no Ato Discursivo Subsidiário, dentre as quais destacamos a Concessão.

A concessão, no Nível Interpessoal, portanto, é reconhecida pela GDF como uma *função retórica*, “uma estratégia utilizada pelo falante para orientar o seu ouvinte” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 53).

Os dados dessa pesquisa referendam a ocorrência das orações encabeçadas por *embora* como *função retórica* (26% dos casos), ou seja, uma relação que ocorre entre dois Atos Discursivos, um Nuclear e outro Subsidiário, na verdade uma estratégia utilizada pelo falante para atingir seu objetivo conversacional.

Tal estratégia é implementada, portanto, por meio da enunciação de dois Atos Discursivos sucessivos, vejamos:

- (10) éh:: no Nordeste por exemplo nós temos... ainda o coronelismo onde:: aqueles... velhos coronéis ainda imperam a política... éh:: e [infelizmente éh:: a política:: num é/ num é... tratada assim como éh:: deveria ser... que as pessoas fossem livres] [*embora também o brasileiro... seja:: muito culpado disso... por vender seu voto...*] por (inint.) éh:: na maioria das vezes ou quase sempre... eles não procuram... éh::... votar naquele que realmente... PODE ser o melhor... ele:: vota naquele que é bonzinho... naquele que lhe faz uma promessa naque::le:: que fa::z... enfim:: promessas mil éh:: o eleitor é levado... a votar nessas pessoas... (AC-113; RO:L.203)

Em (10), o primeiro Ato Discursivo consiste em *infelizmente a política não é tratada assim como deveria ser... que as pessoas fossem livres*, e o segundo consiste em *também o brasileiro seja muito culpado disso por vender seu voto*.

O estatuto de Ato Discursivo pode ser atestado pela presença do modificador *infelizmente* no primeiro Ato. Modificadores de Ato Discursivo permitem que o falante faça um comentário a respeito desse Ato, e é por meio desse elemento que o falante consegue se colocar no discurso “considero isso algo triste, inadequado, a política não deveria ser tratada assim”. Além do modificador, o estatuto de Ato Discursivo também pode ser atestado, conforme Hengeveld e Mackenzie (2008), pela possibilidade de inserir o predicado performativo *eu admita que*, conforme se observa na paráfrase de (10) em (10’) a seguir:

- (10’) [infelizmente a política não é tratada como deveria ser... que as pessoas fossem livres] [*embora eu admita que o brasileiro... seja muito culpado disso por vender seu voto...*]

Nesse caso, a presença da conjunção *embora* indica que o segundo Ato Discursivo é subsidiário com relação ao primeiro, pois o falante concede a segunda asserção com relação à primeira. Isso significa que, discursivamente, o falante põe à disposição do seu interlocutor um argumento que introduz discordância, mas pretende, ao mesmo tempo, criar um equilíbrio ao reconhecer a existência simultânea de duas perspectivas potencialmente incompatíveis (COUPER-KUHLEN; THOMPSON, 2000). O falante, em (10), faz um julgamento sobre a política do Brasil e faz também uma consideração sobre a venda de votos dos brasileiros, reconhecendo que não há possibilidade de vender votos e ter uma política sólida ao mesmo tempo, ou seja, ele pondera as duas informações.

Com base nas funções discursivas encontradas por Günthner (2000) nas concessivas do alemão falado, podemos admitir que quando a concessão introduzida por *embora* ocorre como uma *função retórica*, apresenta a função discursiva de correção parcial ou total do que foi dito anteriormente, ou a correção de uma possível interpretação equivocada do ouvinte. Vejamos a ocorrência (11):

- (11) [...] aqui nós tivemos muito o café também a colheita do café... você/ na época da colheita... você:: passava a algumas pessoas na frente isso ainda muito usado manualmente... então você:: passava alguns panhando... batendo com sei lá (bolo) o::/ os grãos secos... éh:: da/ da/ da/ do/ do/ dos galhos do café com uma varinha vai puxando com a mão... o café cai no chão... ahm na época... que tinha quatro raízes... éh::... então vinha manualmente uma criança... afastar o café dessas... quatro... dessas quatro::... rodas desses quatro pés... hora que pudesse vinha um outro depois vinha rastelando e ainda outro... terceiro ou quarto ia apanhando o café e ia sacando de lá levado para o terreiro... sacado... e... guardado na tulha... para a posterior venda... [então era... uma atividade... que::eu sei fazer::] [**embora não tenha nada... éh:: com a minha vida hoje... minha vida profissional**]... mas... que eu sei fazer... também da agricultura... (AC-113-RP,187)

Em (11) temos um Relato de Procedimento (RO) em que o falante narra como se realiza a colheita manual de café e quais são os procedimentos de armazenagem que antecedem a venda. No final do relato, o falante tenta concluir sua fala respondendo à pergunta inicial do documentador, que requisitava contar algo que ele soubesse fazer, como se nota em “então era uma atividade que eu sei fazer”. No entanto, o falante não mais se dedica à colheita de café, como poderia ser interpretado pelos interlocutores, e corrige essa possível interpretação equivocada por meio do Ato Subsidiário *embora não tenha nada (a ver) com a minha vida hoje... minha vida profissional*, uma estratégia utilizada pelo falante para deixar claro ao ouvinte que não mais trabalha com agricultura, o que caracteriza *função retórica concessão*.

Nesse caso, quando constituem *função retórica*, os dados mostram que essas construções tendem a não apresentar identidade entre os participantes das orações envolvidas, como se observa claramente em (10), em que se nota o participante *a política* no primeiro Ato e o participante *o brasileiro*, no segundo Ato, o Subsidiário. A não identidade entre os participantes pode sinalizar menor grau de integração entre oração principal e concessiva (CREVELS, 1998) quando a concessão ocorre no Nível Interpessoal do que quando ocorre no Nível Representacional.

Outro fator relevante é a factualidade e, com base em Pérez Quintero, consideramos que os Atos Discursivos são sempre assertivos, pois, para o falante, serão verdadeiros, reais, sejam eles negativos ou positivos, sendo, portanto, sempre factuais. A ocorrência (11) pode exemplificar a factualidade das concessivas introduzidas por *embora* no Nível Interpessoal, já que a oração *embora não tenha nada a ver com a minha vida hoje... minha vida profissional*, na visão do falante, é uma verdade absoluta.

A análise das ocorrências nos mostra que a construção concessiva prefaciada por *embora* na condição de *função retórica* pode apresentar verbos no indicativo (cf. 12), mas a forma verbal recorrente é o subjuntivo (cf. 13), modo característico das concessivas introduzidas por essa conjunção, como indicado na 3ª etapa do processo de gramaticali-

zação dessa conjunção, conforme a Seção 1. O uso de formas verbais no indicativo não é reconhecido pela tradição gramatical, no entanto, Crevels (1998) postula que o indicativo pode ser mais recorrente do que o subjuntivo nas camadas mais altas da estruturação de uma oração.

- (12) Doc.: Vandir eu sei que você gosta bastante de pescar **embora** *youê ultimamente não tá tendo muito tempo* mas como que é que se faz um pescueiro? (AC-107;RP:L.124)
- (13) Inf.: olha... eu acho que o casamento... é... uma::... uma instituição... que... sempre foi muito válida... e nos dias atuais... eu acho que ela ela::... continua sendo válida... **embora**... *eu veja mudan::ças de de::... no decorrer dos a::nos*... há mudanças da dada cabeça JOvem com relação às coisas... mas eu acho... que o casamento... é uma base familiar muito forte... (AC-150;RO:L.418)

Além do indicativo e do subjuntivo, quando a concessão ocorre entre Atos Discursivos, nossos dados revelam a ocorrência de uma forma verbal comum a outras conjunções concessivas, que não *embora*, trata-se do uso do infinitivo, conforme apresentamos em (14):

- (14) [...] como eu volto a repetir eu sou caseiro então *prefiro muito ficar nessa casa embora ser simples ser uma casa... que:: muito:: simples mesmo* mas ela é tem uma felicidade que muitas casas grandes não tem então por isso eu:: prefiro ficar em casa (AC-91;DE:L.112)

Na ocorrência anterior, hipotetizamos que a ocorrência do infinitivo *ser* acompanhando a conjunção *embora* seja uma idiossincrasia do falante, uma vez que foi o único caso detectado em todo o universo investigado. Observemos que o participante *a casa* é o mesmo em ambas as construções envolvidas, na principal e na subordinada, condição que parece ser necessária para que o infinitivo ocorra.

As construções envolvidas na relação de concessão enquanto *função retórica* correspondem, no Nível Morfossintático, a uma Oração, que nos termos da GDF, diz respeito a uma sequência de um ou mais Sintagmas, ou, possivelmente, de Palavras que apresentam um padrão de ordenação e de expressões morfológicas de conexão (regras de concordância, regência etc.). Na relação de concessão, temos, portanto, duas Orações envolvidas, as quais não são ordenadas aleatoriamente. Nossos dados revelam que, nesse caso, a Oração Concessiva ocorre geralmente posposta à Oração Principal, conforme representado a seguir:

P ^I	P ^M	P ^{M+1}	P ^F
ela	continua sendo	válida	<i>embora... eu veja mudan::ças de de::... no decorrer dos a::nos...</i>

Essa posição pode ser facilmente compreendida quando nos atentamos aos aspectos pragmáticos, discursivos e argumentativos das concessivas pospostas. De acordo com Barth (2000), essas construções apresentam funções de natureza discursivo-organizacionais, tais como assinalar a introdução de informações adicionais (uma estratégia que pode ser encarada como uma maneira de restringir o conteúdo da primeira oração) ou sumarizar mudanças prévias de argumentos. Essas funções complementam a função

discursiva de correção proposta por Günthner (2000) e nos mostra que as concessivas pospostas introduzidas por *embora* se relacionam claramente aos aspectos pragmáticos da interação, pois o falante organiza seu discurso a fim de orientar o seu interlocutor e, dessa forma, alcançar seus objetivos conversacionais.

Em (13), por exemplo, nota-se que a concessão é realizada pelo falante na tentativa de considerar algo que ainda não havia mencionado. Retomando a ocorrência, percebe-se que a oração principal apresenta uma visão conservadora a respeito do casamento, e a concessiva, que se pospõe a ela, uma visão menos conservadora: *eu acho que o casamento... é... uma::... uma instituição... que... sempre foi muito válida... e nos dias atuais... eu acho que ela ela::... continua sendo válida... embora... eu veja mudan::ças de de::... no decorrer dos a::nos...* Observamos que a oração concessiva é colocada pelo falante como uma estratégia para fazer uma nova consideração sobre a instituição casamento, organizando seu discurso.

Vimos até agora que nossos dados corroboram a afirmação de Hengeveld e Mackenzie (2008) no que tange à atuação da concessão em diferentes camadas: a do Conteúdo Proposicional, no Nível Representacional, ou a do Ato Discursivo, no Nível Interpessoal. Esta pesquisa revela, como mencionado, que 14% das concessivas introduzidas por *embora* ocorrem na primeira camada e 26%, na segunda.

Evidencia-se neste estudo, no entanto, um terceiro tipo de oração concessiva introduzida por *embora*, trata-se de construções que atuam na camada do Movimento, que, como já mencionado, é a camada mais abrangente do Nível Interpessoal. São orações que não apresentam uma oração anterior ou posterior à que se subordinam, ou seja, não precisam de uma oração principal para se estabelecerem no discurso.

Orações introduzidas por *embora* sem oração principal

Os dados revelam a existência de um tipo de oração concessiva não previsto pela GDF. Trata-se de orações que não se subordinam a uma oração principal as quais correspondem às concessivas textuais postuladas por Crevels (1998), pois se estabelecem no discurso apenas por meio de uma relação pragmática, conforme exemplifica (15) a seguir:

- (15) Inf.: é uma coisa que foi muito marcante prá MIM foi que eu conheci o pai dos meus filhos eu tinha mais ou menos uns quatorze prá quinze anosné?] a gente namoro::u durante um a::no... e:: a gente eu peguei engravidei dele né? não FOI um uma gravidez deseJADA mas aconteceu a gente encarou a gravidez né?... ham:: eh:: eh:: fiquei:: tive a gestação perfei::ta né?meus pais **embora** não aceitaram MUI::toné? mas eles impuseram a condição de que eu fosse morar com ele ou casar... (AC-40;NE:L.10)

Em (15), não se consegue localizar a oração principal, a qual se subordina a concessiva *embora meus pais não aceitaram muito*, já que a oração anterior *tive a gestação perfeita* ainda se refere à porção textual precedente *a gente encarou a gravidez*. A oração concessiva, nesse caso, ocorre independentemente de outras orações, sendo que ela, sozinha, consegue se estabelecer no discurso.

Tomando como exemplo a ocorrência (15), verificamos que a informante interrompe a oração *meus pais impuseram a condição de que eu fosse morar com ele ou casar* para inserir a oração concessiva *embora não aceitaram muito*. A concessão funciona como uma inserção parentética (JUBRAN, 2006), uma estrutura morfossintática e semanticamente independente de outras orações, que se sustenta apenas por uma dependência pragmática (STASSI-SÉ, 2012).

Essa oração, no arcabouço da Gramática Discursivo-Funcional, corresponde a um Movimento (GARCIA; PEZATTI, 2013), a camada mais alta do Nível Interpessoal. Isso se deve ao fato de que a concessão, nesse caso, equivale a um lance na interação, uma inserção que o falante realiza para acrescentar uma informação que julga relevante do ponto de vista interacional. O Movimento, segundo Kroon (1997, p. 20), é “a unidade mínima livre do discurso, capaz de participar de uma estrutura de interação”.⁷

Curiosamente, 60% das ocorrências coletadas ocorrem nesse Nível. Tal recorrência pode significar que, no português falado na variedade adotada, a do noroeste paulista, as orações introduzidas por *embora* se especializando em funcionar como parêntese, na verdade um acréscimo de informação do falante para a interação.

Há algumas marcas que comprovam o funcionamento parentético dessas orações introduzidas por *embora*. Dentre elas, destacamos a presença de Atos Interativos (*né?*, *não é*, *sabe?* etc.) nas fronteiras da estrutura inserida, delimitando-a, conforme ilustra (16) a seguir:

(16) Inf.: mas assim foi ótimo... viajei de madrugada porque a passagem... era mais barata né?

Doc.: aham

Inf.: e:: num tive receio algum:: éh::... o serviço de bordo foi muito bom... **sabe?***embora fosse:: éh:: assim a passagem assim mais econômica né?* [...] mas foi tudo legal (AC-134;NE:L.16)

Em (16) notamos que a construção concessiva *embora fosse a passagem mais econômica* é delimitada por dois Atos Interativos, *sabe?* e *né?*

Os Atos Interativos são atualizados por formas invariáveis, enviadas diretamente do Nível Interpessoal para o Fonológico. Geralmente estão voltados ao Destinatário (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 77), o que nos confirma a atuação dessas construções no processo de interação entre falante e ouvinte e assinalam quebras prosódicas obrigatoriamente, tais como pausas e mudança de contorno prosódico.

Essas orações, assim como as orações introduzidas por *embora*, que atuam entre Atos Discursivos, são sempre factuais, pois, nesse caso, o Movimento é constituído por um único Ato Discursivo que, conforme Pérez Quintero (2002), é assertivo, já que, na visão do falante, serão verdadeiros e reais.

Tais construções apresentam características morfossintáticas que comprovam sua independência de outras orações, dentre elas, destacamos a ocorrência de verbos no indicativo, como se se pode observar na ocorrência (15) apresentada anteriormente, em que

⁷ No original: “Move is defined as minimal free unit of discourse that is able to enter into an exchange structure” (KROON, 1997, p. 20).

se nota o verbo *aceitaram* no Presente do Indicativo. O indicativo não é o modo esperado quando se trata de concessão (CASTILHO, 2010), mas é uma forte característica das orações introduzidas por *embora* quando constituem Movimentos.

Essas estruturas concessivas, introduzidas por *embora*, são caracterizadas, portanto, pela recorrência do indicativo e pela presença de Atos Interativos que acabam delimitando-as sintática e prosodicamente. É importante mencionar ainda que elas não apresentam dependência semântica com relação à oração imediatamente anterior e posterior, pois a única relação delas é com a interação, já que o falante, ao enunciar a concessão, insere algo que julga pertinente ao seu ouvinte no momento da fala, uma informação que ele julga importante do ponto de vista interacional.

Considerações finais

A descrição das orações concessivas introduzidas por *embora* à luz da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) mostra que essas estruturas podem se constituir em três diferentes camadas: a do Conteúdo Proposicional, pertencente ao Nível Representacional, a do Ato Discursivo e a do Movimento, ambas pertencentes ao Nível Interpessoal, apresentando tendência a ocorrer nessa última.

No primeiro caso, quando a relação de concessão introduzida por *embora* ocorre entre Conteúdos Proposicionais, a concessão obedece o esquema proposto por Neves (2000), *Embora P, Q*, em que o falante adianta, na oração concessiva, um possível contra-argumento por parte do ouvinte com relação ao que será apresentado na oração principal. Nesse caso, a oração concessiva introduzida por *embora* representa a *função semântica* concessão no Nível Representacional.

Já quando essa oração ocorre entre Atos Discursivos, a concessão configura uma *função retórica* no Nível Interpessoal, uma estratégia utilizada pelo falante para orientar seu ouvinte e, assim, atingir seus objetivos conversacionais. Trata-se de estratégia de natureza discursivo-organizacional, que pode funcionar como correção (do que foi dito na principal ou de uma possível interpretação equivocada do ouvinte) ou como sinalização de mudança prévia de argumentos.

Ainda no Nível Interpessoal, este trabalho revela que a relação de concessão introduzida por *embora* pode funcionar como um lance realizado pelo falante quando ele julga necessário acrescentar uma informação ao ouvinte, o que caracteriza, na GDF, um Movimento, uma estrutura que não apresenta relações morfossintáticas nem semânticas com outras orações, apenas pragmática, atuando no processo de interação, o que configura uma *função interacional*, conforme postula Stassi-Sé (2012). Para a autora, quando *embora* introduz uma oração que configura um Movimento, não pode mais ser considerada uma conjunção subordinativa, mas sim um *indicador de função interacional*.

Os resultados desta pesquisa revelam, em resumo, que nos dados do português falado no noroeste de São Paulo, a conjunção *embora* está se especializando em introduzir estruturas que atuam no domínio pragmático, especificamente no processo de interação entre falante e ouvinte.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.
- BARTH, D. “That’s true, although not really, but still”: expressing concession in spoken English. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Ed.). *Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p. 411-437. (Topics in English Linguistics, 33).
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 28. ed. São Paulo: Nacional, 1985.
- COUPER-KUHLEN, E.; THOMPSON, S. A. Concessive patterns in conversation. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Ed.). *Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p. 381- 410.
- CREVELS, M. Concession in spanish. In: HANNAY, M.; BOLKESTEIN, A. M. (Ed.). *Functional grammar and verbal interaction*. Amsterdam: John Benjamins, 1998. p. 129-148.
- CUNHA, C. F.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- _____. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DIK, S. *The theory of functional grammar: the structure of the clause*. Dordrecht: Foris Publications, 1989.
- GARCIA, T. S. *As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional*, 2010. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos – Área de concentração: Análise Linguística) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Campus de São José do Rio Preto. 2010.
- GARCIA, T. S.; PEZATTI, E. G. Orações concessivas independentes à luz da Gramática Discursivo-Funcional. *ALFA*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 475-494, 2013.
- GONÇALVES, S. C. L. G. *Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista*. Disponível em: <<http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>>. Acesso em: 21 mar. 2010.
- GÜNTNER, S. From concessive connector to discourse marker: the use of obwohl in everyday German interaction. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Ed.). *Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p. 339-468. (Topics in English Linguistics, 33).

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically based theory of language structure*. Oxford: University Press, 2008.

_____. Alinhamento interpessoal, representacional e morfossintático na Gramática Discursivo-Funcional. *DELTA*, São Paulo, v. 25, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502009000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 maio 2014.

_____. Gramática Discursivo-Funcional. Tradução de M. M. Dall’Aglio-Hattner. In: SOUZA, E. R. *Funcionalismo Linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012.

ILARI, R. As Conjunções. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. *Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, v. 2. p. 809-864.

JUBRAN, C. C. A. S. Parentetização. In: JUBRAN, C. C. A.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, v. 1. p. 301-357.

KÖNIG, E. On the history of concessive connectives in English, diachronic and synchronic evidence. *Lingua*, Amsterdam, v. 66, n. 1, p. 1-19, 1985.

KROON, C. Discourse markers, discourse structure and Functional Grammar. In: CONOLLY, H. J. (Ed.). *Discourse and pragmatics in Functional Grammar*. New York: Mouton de Gruyter, 1997. p. 17-32.

MIZUNO, Y. *Although clauses in English discourse: a functional analysis*. 2007. 194f. Tese (Doutorado) – The Graduate School of Letters, Universidade de Hokkaido, Sapporo. 2007.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

NEVES, M. H. M. et al. As construções hipotáticas. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. *Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, v. 2. p. 937-1015.

PÉREZ QUINTERO, M. J. *Adverbial subordination in English: a functionalist approach*. Amsterdam: Rodopi, 2002.

STASSI-SÉ, J. C. *Subordinação discursiva no português à luz da gramática discursivo-funcional*. 2012. 194f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto. 2012.

O papel dos gramáticos: observações a partir de Júlio Ribeiro e suas *Cartas Sertanejas*

(The role of grammarians: observations in Julio Ribeiro and his *Cartas Sertanejas*)

Hélcio Batista Pereira

¹Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)

helcius@usp.br

Abstract: The aim of this work is to study the discourse about norms of language norms present in the essays of an important Brazilian grammarian, Júlio Ribeiro. Our starting point is to evaluate the theories about the language norm(s), the normatization process of the language, the domination and the struggle for symbolic power on the linguistic field. We intend to investigate Ribeiro's criteria for encoding the language and his use of an overt norm in the arguments he took part in. We plan to show that the codified norm is part of the *habitus* of the intellectual elite Ribeiro was a member of. The codified norm is an important tool to silence discourse against which he opposed. His proposal of a scientific method-oriented grammar based on the historical-comparative study was used to leverage the normative perspective, favoring Ribeiro in the struggles for symbolic power during the time he lived.

Keywords: Júlio Ribeiro; language norm; normatization; habitus; legal domination; grammarians.

Resumo: O presente estudo visa a estudar o discurso sobre as normas da língua em textos de um dos gramáticos brasileiros mais singulares: Júlio Ribeiro. Partindo de uma avaliação teórica sobre a(s) norma(s) da língua, a normatização, a dominação e a luta pelo poder simbólico no campo linguístico, propomo-nos a investigar os critérios de Ribeiro para a codificação da língua e o uso que faz da norma explícita nas polêmicas em que se vê envolvido. Procuraremos mostrar que a norma codificada é critério integrante do *habitus* da elite intelectual da época, sendo, portanto, instrumento fundamental para a sanção dos discursos em pauta. A proposta de uma gramática assentada no método *científico*, levada a cabo por Júlio Ribeiro, baseada nos estudos histórico-comparativos, só amplia o poder do critério normativo da língua, favorecendo o gramático nos embates pelo poder simbólico de sua época.

Palavras-chave: Júlio Ribeiro; normatização; norma da língua; *habitus*; dominação legal, gramáticos.

Introdução

Júlio Ribeiro foi figura expressiva de sua época. Romancista, gramático, jornalista, professor, foi, antes de tudo, um polemista. Nas páginas de folhas e diários de sua época comprava brigas com críticas ácidas aos mais diversos alvos: políticos, republicanos e seus adversários, escravagistas, lentes e alunos do Largo de São Francisco, bacharéis, dentre outros.

Oriundo de uma família que não acumulava títulos e terras, pertencente ao segmento médio nascente, ocupou na fase adulta papel de destaque na intelectualidade do final do século XIX. Politicamente alardeava ser republicano antes do republicanismo. Como gramático, contrapôs-se ao método tradicional filosófico, inserindo-se na escola

que sustentava suas argumentações nos achados das pesquisas linguísticas do método histórico-comparativo. E, nesse ponto, foi em terras brasileiras um inovador.

A reflexão proposta neste trabalho tem como recorte as *Cartas Sertanejas*, que publicou no *Diário Mercantil* em Capivari-SP, em 1885. Em um período em que a produção da riqueza ainda era tributária dos produtos do interior, era possível que daquela pequena cidade do interior sua voz incomodasse os mais altos membros da elite paulista, a qual, aliás, ainda não havia feito da Capital da, então, província de S. Paulo, o seu lugar oficial de residência.

A proposta aqui é nos concentrarmos na discussão a respeito do discurso sobre a norma da língua em *Cartas Sertanejas*, identificando a função de sua codificação explícita na construção de sua autoridade como polemista para obter vitória nas contendas em que se envolveu.

Para isso, faremos inicialmente uma discussão teórica sobre o conceito de norma nas diversas concepções – a linguística, a pragmática e a antropológica –, seguindo o roteiro proposto por Quadros Leite (2005). Sobre esse quadro, adicionaremos as visões sociológicas de Pierre Bourdieu, acerca da luta pelo poder simbólico travado no campo linguístico, e de Max Weber, no que concerne ao tipo puro de dominação moderna, a dominação legal. Com o auxílio desse aparato teórico, analisaremos o material publicado pelo gramático em 1875.

Antes de nossa análise, porém, resumiremos a história do homem Júlio Ribeiro, para melhor contextualizar sua produção.

Norma, normatização e o papel dos gramáticos

Iniciamos a exposição dos aspectos teóricos, seguindo Leite (2005). Nesse trabalho, a professora e pesquisadora propõe um quadro constituído por três perspectivas teóricas sobre a questão da norma. A primeira delas é a perspectiva linguística coseriana, que teria adicionado à dicotomia ‘*langue*’ *versus* ‘*parole*’ de Saussure o conceito de ‘norma’. A língua, nessa definição, caracteriza-se por suas entidades gerais e abstratas, em um sistema de distinções (e aproximações), de caráter virtual ou potencial. Para exemplificar, na língua portuguesa é possível a criação de adjetivos a partir de processos de derivação que fazem uso de substantivos adicionados a uma lista finita de morfemas, disponíveis paradigmaticamente. Assim, há a possibilidade de formar novos adjetivos com *-oso* ou com *-ado*, dentre outras possibilidades, todas válidas do ponto de vista sistêmico. Coseriu (1987 apud LEITE, 2005)¹ percebeu, entretanto, que ao falante isso não significa liberdade absoluta. Assim, do substantivo ‘óleo’ formamos ‘oleoso’, mas não ‘oleado’; de ‘açúcar’ derivamos ‘açucarado’ e não ‘açucaroso’. Haveria, portanto, uma norma que nortearia a escolha prescrita, a partir da tradição do que se disse em uma determinada comunidade. A norma teria, portanto, um caráter consultivo, que guiaria o falante na escolha de uma determinada forma e não de outra.

A segunda perspectiva de norma é a que Leite (2005) chama de ‘pragmática’, buscada em Alain Rey. Esse autor diferencia a norma *objetiva*, própria do ‘falar’ de cada

¹ COSERIU, E. Sistema, norma e fala. In: _____. *Teoria da linguagem e linguística geral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1987. p. 13-85.

grupo social, da norma *prescritiva*, aquela que se propõe a impor um dos usos, extraído geralmente da língua literária e de um período anterior à contemporaneidade, da norma *subjativa*, aquela que os falantes têm como ideal de língua. A grande novidade em relação à visão linguística é que podemos dizer que há não uma única norma, mas há várias normas (no plural), cuja quantidade varia em função da variedade de agrupamentos sociais em torno da língua.

A terceira visão encontrada por Leite (2005) é a antropológica de Stanley Aléong. Nessa perspectiva, a pluralidade das normas também está colocada na oposição feita pelo seu proponente, que separa a norma *implícita*, própria de cada um dos grupos sociais, da norma *explícita*, ou seja, a que foi codificada em dicionários e compêndios de gramáticas e divulgada por todo o aparato escolar. O falante está sujeito não somente à norma do seu grupo social, mas aos esquemas de representação da norma *explícita*, que pode mudar o seu comportamento linguístico.

A essas visões sobre a norma, gostaríamos de acrescentar uma de natureza sociológica, seguindo a interpretação oferecida por Pierre Bourdieu. Para esse pensador os discursos e as expressões linguísticas são o resultado do *habitus* linguístico ajustado ao contexto de uso em um dado mercado linguístico (BOURDIEU, 2003, p. 127). Nesse esquema, o *habitus* linguístico é o sistema de disposições, que é produto das condições sociais, sendo adquirido através da própria prática, desde os primeiros contatos sociais – ainda no ambiente familiar. Esse dispositivo contém a matriz de apreciação e de valores, que impõem a censura ou o prestígio dos discursos, sendo responsável pelo ajustamento que o falante faz em sua *praxis* em um dado mercado linguístico. Esse sistema de disposições é construído sócio-historicamente, e deve ser internalizado pelo falante – é História que deve ser vertida em natureza – em ambiente familiar, na escola, igreja e outros espaços sociais.

Partindo, portanto, da metáfora ou associação com a economia, Bourdieu propõe um modelo explicativo em que as situações de trocas linguísticas são de fato concorrenciais. Sempre que alguém produz um discurso, oferece em um dado mercado seu produto linguístico que passará a ser avaliado – recebendo sanção ou prestígio – pelos interlocutores, ou melhor dizendo, a partir do *habitus* linguístico desses agentes.

Ocorre que, como os mercados econômicos, os mercados linguísticos não são marcados pela “concorrência perfeita”. Os agentes não lutam nesses mercados a partir das mesmas condições de igualdade. Ao contrário, cada sujeito falante, dotado de um *habitus* linguístico compartilhado com seu grupo social, possui um determinado *quantum* de poder simbólico para impor as suas formas linguísticas (BOURDIEU, 2003, p. 132). Isso pode o credenciar ou não a conseguir impor seus preços e, por conseguinte, seus lucros simbólicos, que serão aferidos a partir dessa colocação no mercado.

O *habitus* linguístico que dota os indivíduos de um maior capital linguístico produz discursos linguísticos e formas linguísticas “legítimas”. Essas passam a ser tomadas por todos os demais participantes do mercado – inclusive os portadores de outro *habitus* – como “verdadeiras” e “corretas”. A “língua legítima” é, então, aquela que se torna ponto de partida para avaliação de todas as demais práticas linguísticas que circulam em um dado mercado. Sua aceitação não é o resultado de coerção ou de aceitação consciente, o que torna sua contestação bastante complexa (BOURDIEU, 2008, p. 37).

É nesse contexto que surge ainda a imposição da «língua oficial», instrumento para a tentativa de unificação do mercado pelo Estado, através da codificação da língua realizada por gramáticos e dicionaristas.

A língua oficial está enredada com o Estado, tanto em sua gênese como em seus usos sociais. É no processo de constituição do Estado que se criam as condições da constituição de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória em ocasiões e espaços oficiais (escolas, entidades públicas, instituições políticas etc.), esta língua de Estado torna-se a norma teórica pela qual todas as práticas linguísticas são objetivamente medidas. Ninguém pode ignorar a lei linguística que dispõe de seu corpo de juristas (os gramáticos) e de seus agentes de imposição e de controle (os professores), investidos do poder de submeter universalmente ao exame e à sanção jurídica do título escolar o desempenho linguístico dos sujeitos falantes. (BOURDIEU, 2008, p. 32)

Formada a partir do *habitus* linguístico ao qual se associa o maior *quantum de capital social*, a língua oficial se oferecerá como língua legítima, utilizando-se de todo esse aparato legal e coercitivo disponibilizado pelo Estado.

Nesse processo, observa Bourdieu, distingue-se o capital necessário para a produção da “fala comum mais ou menos legítima” e o “capital de instrumentos de expressão (supondo-se a apropriação dos recursos depositados em estado objetivado nas bibliotecas, livros, em particular nos ‘clássicos’, gramáticas, dicionários) necessários à produção de um discurso escrito digno de ser publicado” (2008, p. 45). Todo esse acervo de figuras de pensamento e linguagem, gêneros, modo de escrever, tornam-se fonte de referência para o exercício da “autoridade linguística”, exercendo poder sobre os “usuários comuns” da língua.

Aqueles que podem exercer o poder de seleção de tais modos de expressão considerados ‘legítimos’ tornam-se, portanto, ‘autoridades’ na língua. Dentre os agentes constituídos de tal poder, temos, então, uma posição de destaque para os gramáticos, codificadores que são da “língua oficial” com pretensões de unificação linguística.

Entretanto, o sociólogo lembra-nos de que é preciso não imputar a essa política de unificação política toda “a responsabilidade pela generalização do uso da língua dominante, dimensão da unificação do mercado de bens simbólicos que acompanha a unificação da economia, bem como da produção e da circulação culturais” (BOURDIEU, 2008, p. 37). As coerções jurídicas que a escola, por exemplo, exerce impondo a língua-padrão no máximo implicam em aquisição de formas e discursos, mas não tem o poder de determinar a generalização de seu uso:

Toda dominação simbólica supõe, por parte daqueles que sofrem seu impacto, uma forma de cumplicidade que não é submissão passiva a uma coerção externa nem livre adesão a valores. O reconhecimento da legitimidade da língua oficial não tem nada a ver com uma crença expressamente professada, deliberada e revogável, nem com um ato intencional de aceitação da “norma”. Através de um lento e prolongado processo de aquisição, tal reconhecimento se inscreve em estado prático nas disposições insensivelmente inculcadas pelas sanções do mercado linguístico e que se encontram, portanto, ajustadas, fora de qualquer cálculo cínico ou de qualquer coerção conscientemente sentida, às possibilidades de lucro material e simbólico que as leis de formação dos preços característicos de um

determinado mercado garantem objetivamente aos detentores de um certo capital linguístico. (BOURDIEU, 2008, p. 37)

Podemos encontrar, então, na visão sociológica de Bourdieu, uma teoria interpretativa que dá conta da oposição do “normal” (o resultado de todos os *habitus* linguísticos) e do “normativo” (a “língua oficial”) e, por aproximação, da oposição da norma “explícita” àquela “implícita”. Mas o foco principal dessa abordagem – ao qual atribuímos o seu valor – concentra-se na disputa pelo poder simbólico, que no campo ou mercado linguístico se dão mediados pelo embate de agentes, cada qual portador de seu *habitus* linguístico, em um dado contexto socio-histórico.

Se os gramáticos criam as leis dessa “língua oficial” que se impõe como legítima na visão bourdieuiana, devemos entender que a norma codificada nas gramáticas se inscreve no tipo moderno de dominação, a *legal*, nos termos de Max Weber. Se a dominação *tradicional* se assenta na crença de uma “santidade das ordenações e dos poderes senhoriais de há muito existente” (WEBER, 2005, p. 131), e a *carismática* é estabelecida pela “devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma) e, particularmente: à faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória” (p. 135), a *legal*, cujo tipo mais puro é a *burocrática*, constrói-se sobre a ideia de que “qualquer direito pode ser criado e modificado mediante um estatuto sancionado corretamente quanto à forma” (p. 128). A obediência ao dominador não é realizada em função de seu direito próprio, mas em função de uma regra, de uma lei ou de um regulamento, os quais uma vez constituídos legitimam a dominação exercida pelo corpo burocrático.

Embora a discussão weberiana tivesse outros alvos, podemos utilizá-la para melhor entender a norma codificada pelos compêndios de gramática e dicionários como o instrumento que permite a *dominação legal* sobre todos os falantes da língua. Gramáticos e escola (e outros profissionais como os “especialistas de gramática” que aparecem nas mais diversas mídias) constituem membros desse grupo burocrático da língua que cria, divulga e perpetua as fontes originais do seu poder social.

Considerando essa reflexão sobre as normas da língua e do papel dos gramáticos é que faremos a leitura de as *Cartas Sertanejas* de Júlio Ribeiro.

Um pouco sobre Júlio Ribeiro

Júlio Ribeiro é mineiro de Sabará, cidade de Minas Gerais, filho da brasileira Maria Francisca Ribeiro e do norte-americano George Washington Vaughan, membro, portanto de uma família que se inseria nos segmentos brancos que não pertenciam à elite econômica de sua época. Passou boa parte de sua vida na então Província de São Paulo, alternando-se de cidade em cidade. Ainda na segunda metade do século XIX, reside majoritariamente nas cidades do interior paulista, donde constrói sua autoridade como jornalista e polemista político e social que publica nas páginas dos vários diários paulistas, como autor de *A carne e Padre Belchior de Pontes* e como gramático e filólogo, sendo o autor de *Grammatica Portugueza*, publicada em 1881. Foi também professor de latim e português do Curso Anexo da Faculdade de Direito de São Paulo.

Essa construção parte, pois, de uma atuação em cidades como Lorena, Taubaté, Campinas, São Roque, Sorocaba, Campinas e Capivari, em um período em que a capital

paulista ainda era um núcleo urbano relativamente modesto e a força econômica do interior se fazia significativa em uma sociedade ainda rural. Será de Capivari que Ribeiro fará vir à tona as “Cartas Sertanejas” que analisamos no presente trabalho.

Júlio se declarava um republicano de primeira hora, argumentando que já na década de 1860 assim se declarou em artigo em que analisava a situação política do México. Também se orgulhava de ter possuído na década de 1870 em Sorocaba uma publicação jornalística que não admitia anúncios de escravos fugitivos, muito anos, portanto, antes da abolição da escravatura.

Era um polemista bastante aguerrido e temido por seus adversários. Não poupava críticas, como procuraremos evidenciar na própria seção, mesmo quando o consenso e a unanimidade se fazia vigorar sobre qualquer que fosse o tema.

Como escritor, foi aceito com muitas reservas pelo principal crítico literário da época, José Veríssimo, que o acusou de uma certa limitação imaginativa e de uma “afetação de ciência” (NASCIMENTO, 2007, p. X).

Sua gramática, que não analisaremos senão quando objeto das polêmicas que publicou nas Cartas, introduziu a chamada *gramática científica* no Brasil, que se opunha ao método *lógico da aprendizagem* da gramática. Sua abordagem defendia o método *histórico-comparativo*, amplamente influenciado pelos neogramáticos do final do século XIX. “Sua concepção de linguagem parte do princípio de que a gramática das línguas divide-se num conhecimento universal e outro particular, intrínseco a cada uma delas, e entende a língua como um fenômeno social XIX” (OLIVEIRA et al., 2009, p. 623).

Coan (no prelo) é precisa na definição da importância de Júlio Ribeiro e sua *Grammatica*:

Independentemente de se apropriar ou não de trechos de seus predecessores, Julio Ribeiro inovou ao publicar um estudo gramatical histórico-comparativo em língua portuguesa, destacando tanto a comparação entre as línguas românicas, e a evolução do latim para o português, quanto alguns usos típicos da língua no Brasil. (COAN, no prelo, p. 7)

Trata-se, portanto, de figura bastante interessante para que possamos estudar o papel que os gramáticos podem assumir na definição do conceito de língua e linguagem legítimas, como nos propomos fazer aqui.

Júlio Ribeiro em ação: língua e poder em *As Cartas Sertanejas*

As *Cartas* que aqui analisaremos foram publicadas primeiramente no *Diário Mercantil de Capivari*, em São Paulo, em 1885. Nela, Ribeiro destilou críticas aos dois republicanos recém-eleitos a deputados da Assembleia Geral, os Srs. Campos Sales e Prudente de Moraes, os bacharéis da Faculdade de Direito de São Paulo, a imprensa brasileira, dentre outros alvos. E, claro, no debate em que se mete, não poderia deixar de ter que combater no terreno das questões da língua, seja porque nesse campo forjava sua “autoridade”, seja porque seus opositores viam nessa área espaço para fragilizar os seus argumentos, mesmo quando a principal divergência fosse de cunho político ou ideológico.

A primeira menção sobre a questão da língua em *Cartas Sertanejas* aparece no perfil que traça como necessário para que um representante eleito possa ser considerado *scientificamente* preparado para assumir suas funções políticas. Dentre os muitos conhecimentos exigidos por Ribeiro, alguns curiosos como os saberes acerca de “phísico-khímica”, “cosmologia”, “astronomia sideral”, etc., estaria o de “linguística” e o dos “estudos clássicos” – ou seja, latim e grego, tidos como elementos de uma “educação nobre”. Em sua argumentação, os deputados republicanos paulistas careciam de tais conhecimentos, constatação que o levava a ver com reservas sua vitória eleitoral. Portanto, conhecer o funcionamento da língua portuguesa e das línguas clássicas que tanto contribuíram para sua formação tinha, na avaliação de Ribeiro, um peso fundamental para o credenciamento e para a legitimação do poder. A ausência desse conhecimento é motivo de desqualificação, como a que faz sobre os políticos que avalia:

Portuguez, conhecem, mas não profundamente: Barros, Couto, Frei Luiz de Souza, Frei Antonio das Chagas Lucena, Mendes Pinto, Bernadim Ribeiro, Sá de Miranda, Ferreira, Côrte-Real, são tão privados, tão conhecidos de S. S. Ex.as, como Valmiki, como Kroswitha, como o padre Tostado.

Do snr. Prudente de Moraes até o pouco que tenho lido é soberanamente incorrecto.

Não. Scientificamente, classicamente, os dous deputados não estão mais preparados do que seus collegas de parlamento.

Estão mesmo abaixo de Nabuco que está na Camara; de Ferreira Viana e Ruy Barbosa, que lá deveriam estar. (RIBEIRO, 2007, p. 26)

O mesmo procedimento é usado para combater Demócrito que, da Província, criticava-o. Sobre este seu adversário tece o seguinte comentário:

Que *escriptor*, santo Deus!

Não conhece lógica, não tem stylo, não sabe grammatica [grifos meus]. É difuso, é chato, é charro. (RIBEIRO, 2007, p. 56)

De Demócrito, Júlio diverge em questão cara a seu projeto pedagógico de ensino de gramática. Seu adversário ousa dizer que o aprendizado de grego e latim é inútil. Ribeiro, lançando mão das autoridades de Guardia e Whitney, responde a seu opositor com o aspecto central em sua metodologia como gramático: conhecer latim e grego e a tradição seriam fundamentais para o entendimento pleno das línguas modernas e de seu uso hoje.

A resposta viria em novos artigos publicados por Demócrito. A estratégia para derrubar o gramático passava por levantar suspeitas sobre sua sapiência. E assim, veio a acusação de plágio da gramática de Holmes, cujas partes teriam sido deliberadamente traduzidas, sem que os créditos fossem devidamente explicitados.

Júlio Ribeiro, então, responde as “graves acusações” que lhe foram feitas, explicitando os mecanismos de construção de sua *Grammatica Portuguesa*. Assume sim a filiação não só de Holmes, mas de outros autores da língua inglesa, como Lindley Murray e Whitney. Afirmar que a ausência dessas referências no prólogo em sua gramática, justifica-se não por qualquer tentativa de plágio, mas pela falta desta seção na obra! O que, na verdade, Ribeiro teria feito foi retirar desses autores apenas a parte que não poderia inventar porque já estava inventada: a parte “metaphysica”. E nesse ponto faz uma crítica à tradição dos gramáticos até sua época:

A este respeito desde Appolonio Dyscolo, desde Aristoteles, estão os grammaticos a repetirem-se: suas obras em divisões e definições, tem sido sempre parodias umas de outras. (RIBEIRO, 2007, p. 94)

O gramático argumenta que, ainda que se retire essa parte de seu compêndio, este continuaria a ser o que era: “uma boa gramática de língua portuguesa”. A seguir expõe sua inovação:

Há uma divisão grammatical synthetisada na arvore synoptica, divisão de merito verdadeiro, divisão que se não encontra em obra nenhuma, que é minha só minha, exclusivamente minha; – ha a phonetica e a prosodia portugueza aprofundadas, desenvolvidas, elucidadas como nuncao tinham sido antes; - ha o estudo completo, cabal, da orthographia, com a innovação minha de ser feita pelos elementos phonicos das palavras, e não por ellas proprias; - ha uma analyse minuciosa das fôrmas, dos accidentes morphicos das palavras, analyse elogiada até pelo romanista que se me accusa de não ter exhibido. (RIBEIRO, 2007, p. 96)

Ribeiro constrói, portanto, um discurso que procura mostrar sua originalidade e consistência, dotando-o de um significativo *capital linguístico e social*. Tornando-se dono de um discurso legítimo sobre a língua, estaria credenciado emitir discursos legítimos acerca do contexto social e político que analisa, estratégia que estava assentada no *habitus* do homem da elite paulista do final do século XIX que valoriza a normatização. E o golpe fatal a seu opositor vem exatamente da identificação do que seria um uso equivocado do pronome ‘lhe’ por parte de Demócrito no texto em que expôs suas críticas: “A minha syntaxe não offerece tantas innovações como a lexeologia, e nem poderia offerecer, salvo si me mettesse eu a forgicar preceitos para absorver sandices como ‘Aquella nomenclatura foi que LHE enterrou” (RIBEIRO, 2007, p. 96).

A desqualificação da norma implícita no uso feito por seu opositor, ferindo claramente a norma codificada do uso do pronome, visa silenciar o seu discurso, caracterizado como produto de sua tolice, desprovido de inteligência lógica, como o uso do substantivo “sandice” indica.

Mais adiante, Ribeiro mais uma vez desqualifica a argumentação de seu opositor, acusando-o de ser inábil nas construções de sentenças, analisando o seguinte trecho: “em *seguida* faz o *seguinte* comentário”. Ribeiro, neste ponto, destila seu veneno, apontando que “Este *seguinte* seguindo a *seguida* é puro estylo da côrte da rainha Ginga” (2007, p. 98).

Para desqualificar a construção do texto de Demócrito, o gramático atribui o estilo de seu crítico ao que seria próprio dos negros africanos, o que aparece na menção à rainha Ginga. Esse argumento ilustra, aliás, que a visão abolicionista republicana, do qual Ribeiro era um ícone, nem sempre era desprovida de preconceito racial.

Em outro trecho das *Cartas Sertanejas*, a oposição “normal” versus “normativo” aparece novamente. Segundo Demócrito, Ribeiro teria, em sua obra, mandado ler “Iphigénia” a despeito do fato de que o uso corrente seria “Iphigénia”, pautando-se pelo critério etimológico para determinação da regra. Júlio Ribeiro, entretanto, nega que este teria sido o critério para definição da norma explicitada em sua *Grammatica*, alegando que se assim fosse teria indicado Iphigénia, como era em grego. Vejamos o seu argumento: “Quem brada, Iphigénia em nome do bom uso antigo portuguez, é o padre Francisco José Freire, é a auctoridade de Candido Lusitano [...]” (RIBEIRO, 2007, p. 110).

Como se vê, Ribeiro clama pela legitimidade da norma que explicitou em sua obra associando-o à autoridade do autor de *Arte Poetica*, escrita em meados do século XVIII. Mas não se limita a isso. Para o gramático, não é o uso popular que deve validar as formas, mas o respeito às leis da glótica, invariavelmente respeitado pelo povo:

O uso popular em materias de linguagem é auctoridade decisiva, jus et norma loqueindi, quando a massa indouta e sen ata do povo, em obedecia inconsciente ás leis da glottica, que afinal são leis physiologicas, altera a fôrma das palavras matrizes. (RIBEIRO, 2007, p. 111)

Muitos dos usos observáveis na fala corrente da camada culta seriam, aliás, o resultado de um eruditismo que ignoraria tais leis fisiológicas, obtendo-se na visão do gramático formas pedantes, como as bastantes frequentes nas bocas dos “lentes”² da Faculdade de Direito de São Paulo que diziam “décano”:

O povo que observa sempre instinctivamente as leis da glottica, do ablativo latino decáno fez deão, os verdadeiros doutos portuguezes fizeram decáno; a academia ignorante e parvoeirona de S. Paulo fez décano. E o caso é que não ha bacharel que não diga décano. (RIBEIRO, 2007, p. 113)

Tanto “Iphigenia” como em “decano” haveria um respeito à lei capital da *glottica*, que exigiria a “persistência do accento tônico” (RIBEIRO, 2007, p. 113).

Lançando-se mão das normas mapeadas pelos estudos histórico-comparativos, Ribeiro dá sustentação à regra impressa em sua obra. E com esse aparato “racional”, veste-se com os trajes da autoridade legítima, que não deve ser contestada pelos leigos nas matérias da língua, como seria, na sua argumentação, Demócrito.

E o seu argumento se completa com um comentário que atribui a José da Silva Lisboa, destilando preconceito linguístico em relação ao dialeto paulista: “a pronuncia incorrecta e o dialecto desagradavel dos paulistas havia de influir para que a mocidade adquirisse o mesmo defeito” (RIBEIRO, 2007, p. 113).

Apontando os “erros gramaticais” de seus interlocutores, Júlio Ribeiro a um só golpe, desvalorizava o capital social e linguístico de seus adversários, e aumentava o *quantum* que possuía, para impor os preços simbólicos de seus discursos. A norma explícita que ele pessoalmente havia codificado como legislador legítimo da língua concedia-lhe poder social assentado na dominação legal.

Impunha, com isso, um código normativo que desvalorizava os seus interlocutores e todos aqueles que não partilhavam dessa norma legitimada pela via “racional”, uma vez que sustentava pela *sciencia*. Esse procedimento aparece evidenciado nas Cartas na passagem abaixo: “Não foi por ostentar sabença que notei erros palmares de grammatica e desconchavos pueris nos editoriaes da *Provincia*: foi, como já disse, para ferir-lhe a vaidade, e obrigá-la a descobrir-se” (RIBEIRO, 2007, p. 133)

A normatização da língua que produziu como gramático foi usada pelo próprio Júlio Ribeiro para aferição de lucros simbólicos elevados nas trocas linguísticas e discursivas das quais participou como polemista da imprensa paulista do final do século XIX.

² O significado de “lentes” aqui é o de “professores”. Essa forma de se referir aos docentes era comum no século XIX e é o termo usado por Júlio Ribeiro em seus textos, motivo pelo qual mantemos seu uso aqui.

Considerações finais

O presente trabalho procurou analisar em *Cartas Sertanejas* o papel da gramatização da língua empreendida pelos gramáticos. A análise dos textos de Júlio Ribeiro evidenciou o quão poderoso é deter a codificação explícita da língua. No contexto do século XIX, o embate em torno dessa norma, desqualificava os adversários, enfraquecendo seus discursos, segundo os critérios do *habitus* da elite política e intelectual.

No mercado de trocas entre os membros dessa elite, utilizando-se das páginas das diversas folhas e diários, ofertavam-se ideias e ideologias, em ricas e longas discussões. Cada participante deste mercado oferecia, para além de seus discursos, uma gramática sobre a qual era construída. Medir o valor do que foi dito pela forma como foi dita era procedimento corrente para se estabelecer no mercado da polêmica e o gramático Júlio Ribeiro explorou de maneira expressiva tal recurso.

Coan (no prelo) afirma que Ribeiro mesmo se pretendendo um polemista sobre os mais variados temas sobre sua sociedade sempre recorria ao gramático para sustentar seus argumentos: “a leitura de suas variadas produções deixou entrever que, embora debatesse (ou começasse a debater) sobre temas variados e em meios diversos, é fato que ele “*sempre falava, sempre dissertava sobre coisas de gramático*” (COAN, no prelo).

Júlio Ribeiro, na condição de gramático, podia usufruir de privilegiados instrumentos de acúmulo de capital social, mesmo quando disputava com membros do grupo social com o qual compartilhava seu *habitus linguístico*, já que tinha a vantagem de possuir a pena que codificaria os usos linguísticos. Evidentemente não era o único, já que outras autoridades legítimas circulavam em termos de gramática. Mas, ao propor a codificação da norma pelo método científico, que levava em conta as descobertas dos estudos histórico-comparativos, oferecia uma normatização definida por critérios alegadamente racionais. Isso ampliava a possibilidade de legitimação de seu discurso, credenciando-o a exercer sobre seus adversários a dominação legal do campo linguístico. Conseguia por isso, impor como natural as definições da norma explícita codificadas em sua *Grammatica*. Munido com as armas da ciência e da técnica, forjou a imposição da norma explícita que codificou, relegando as normas implícitas dos vários dialetos da língua portuguesa à categoria de “sandice” ou de “eruditismo pedante”. Garantia assim a possibilidade de manter um maior poder simbólico diante de seus opositores.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003.

_____. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2008.

COAN, Giovanna Ike. *Um homem de ciencia: Júlio Ribeiro, sua gramática e suas polêmicas*. No prelo.

LEITE, Marli Quadros. Variação linguística: dialetos, registros e norma linguística. In: SILVA, Luiz Antônio (Org.) *A língua que falamos*. Português: história, variação e discurso. São Paulo: Globo, 2005. p. 183-210.

NASCIMENTO, José Leonardo. Júlio Ribeiro: ciência, política e arte. In: RIBEIRO, Júlio. *Cartas Sertanejas / Procellarias*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/FUNDAP, 2007. [Edição *fac-símile* de publicação de 1908]

OLIVEIRA, Marilza et al. Perfil das escolas: fins do XIX e início do XX. In: AGUILERA, Vanderci (Org.) *Para história do português brasileiro*. Londrina: Eduel, 2009. v. VII, Tomo II, p. 601-630.

RIBEIRO, Júlio. *Cartas Sertanejas / Porcellarias*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Fundap. Edição *fac-símile* de publicação de 1908, 2007.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima In: COHN, Gabriel (Org.) *Max Weber: sociologia*. São Paulo: Ática, 2005. [Coleção Grandes Cientistas Sociais].

A pluralidade linguística na Antiguidade Tardia e seus efeitos na Gramática Antiga

(Language plurality in Late Antiquity and its effects on Ancient Grammar)

Luana de Conto

Departamento de Letras Vernáculas – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

luana.conto@gmail.com

Abstract: This paper deals with the influence of plurilingual contexts on Ancient Grammar. It analyses a particular context, bringing into focus the coexistence of Latin and Greek in Late Antiquity, in the Eastern Roman Empire. The relationship between Latin and Greek is discussed, specifically considering them competing varieties of high prestige, and it concludes Latin was available as a super-high variety, to be used in situations demanding a high level of formality. Finally, this status of prestige variety that was assigned to Latin motivated the teaching of Latin as a foreign language in Constantinople. In this subject, this paper shows that Priscian's *Institutio de nomine et pronomine et verbo* was used to cope with the demand by foreign language learners, as a *regulae* grammar could do.

Keywords: Ancient Grammar; foreign language teaching; complex sociolinguistic contexts.

Resumo: Este artigo trata da influência dos contextos plurilíngues na Gramática Antiga. Analisa um contexto específico, focalizando a convivência entre latim e grego na Antiguidade Tardia, no Império Romano Oriente. É discutida aqui a relação entre o latim e o grego especificamente enquanto variantes de prestígio concorrentes, concluindo que o latim estava disponível como variedade super-alta, para ser utilizado em situações de alto grau de formalidade. Por fim, essa sua condição de variedade prestigiada motivou o ensino de latim como língua estrangeira em Constantinopla. Tratando-se de ensino de latim como língua estrangeira, o artigo demonstra que a gramática *Institutio de nomine et pronomine et verbo*, de Prisciano, era utilizada nesse contexto para atender a demanda de aprendizes de língua estrangeira, caracterizando-se como uma gramática *regulae*.

Palavras-chave: Gramática Antiga; ensino de língua estrangeira; contextos sociolinguisticamente complexos.

Introdução

Este trabalho é parte de uma discussão mais ampla em torno do ensino de Gramática Antiga na época do gramático Prisciano de Cesareia (séc. VI). Por isso, fala-se aqui da Antiguidade Tardia, um período situado após o período clássico e antes da Idade Média. Esse momento histórico tem as particularidades de uma sociedade em transição, assistindo à decadência do Império Romano e à ascensão do poder da Igreja. Falamos especialmente do Império Romano do Oriente, porque o gramático em questão lecionava em Constantinopla e porque, dessa situação, emerge um contexto plurilíngue, em que a língua grega tem posição de destaque mas concorre com o uso de latim em algumas situações de prestígio.

O contato entre latim e grego esteve presente desde a constituição da sociedade romana e é testemunhado por muitos autores. Biville (2002, p. 77) atesta a ocorrência

de expressões relacionadas ao conhecimento da língua grega em autores como Cícero (*graece loqui* [*De orat.* 2.2]); *optime graece scire* [*De orat.* 2.265]); *eruditissimus et graecis litteris et latinis* [*Brut.* 205]), Suetônio (*graece ac latine disserenti, utroque sermone nostro paratus* [*Cl.* 42.2]), Quintiliano (*linguam utramque tueri* [*Inst. Or.* I.1.14]), Plínio (*utraque lingua notata* [*Ep.* 2.14.6]), e também em fontes mais populares como Marcial (*lingua doctus utraque* [10.76.6]) e um fragmento de uma coluna do séc. III em Chamissa (*utraque lingua eruditus*).

Neste artigo, primeiramente, serão apontados alguns exemplos da influência linguística mútua entre grego e latim, desde o início da afirmação de Roma como potência no Mediterrâneo, a título de exemplificar o modo como o contato entre as línguas pode alterá-las. Em seguida, será observado especificamente o contato entre o latim e o grego no leste do Império, pois há uma situação linguística muito peculiar nessa região, com a coexistência de diversos idiomas. Especialmente em razão de o latim e o grego exercerem o papel de línguas de cultura, que não eram dominadas por boa parte da população, há razões para se pensar essa situação em termos sociolinguísticos. Por isso, mais adiante, analisaremos esses contextos de uso procurando determinar se o ambiente de Constantinopla, especificamente, pode ser considerado o que chamamos hoje de diglossia. Na última seção deste artigo, o foco da discussão se voltará para os efeitos dessa situação multilíngue no ensino de língua, observando as características de algumas gramáticas do período.

Influências linguísticas

O latim e o grego já mantinham certo contato desde a consolidação dos romanos na península itálica, pelo intercâmbio com as colônias gregas do sul da Itália e da Sicília – a Magna Grécia. Coleman (2007, p. 792) afirma que, nesse período inicial, a influência maior se dava da língua grega para a latina. Como costuma ocorrer nesse tipo de interação, havia dois canais de contato: um de baixo prestígio, através do comércio, de viagens e da imigração de habitantes gregos (escravos, principalmente); e outro de alto prestígio, através do cultivo deliberado da língua e da cultura grega por parte das classes altas da sociedade romana. O canal de prestígio mais alto é responsável por empréstimos ligados à filosofia, às artes e às ciências. Considerando que o intercâmbio cultural entre romanos e gregos era muito grande, não é de se surpreender que nesses campos de estudo ocorra um fluxo grande de empréstimos terminológicos.

Trabalhos como o de Coleman (2007) falam também de influências do grego em estruturas sintáticas do latim. Em uma coletânea de textos acerca da história do grego, esse autor afirma: “Uma série de desenvolvimentos na sintaxe latina são devidas, ao menos em parte, à influência do grego”¹ (COLEMAN, 2007, p. 794), e cita como exemplos a transformação dos pronomes dêiticos em artigos, a expansão da sintaxe participial e a emergência das orações subordinadas de acusativo com infinitivo. Entretanto, as mudanças no nível estrutural são muito mais difíceis de rastrear do que as mudanças no nível lexical, porque não se pode definir em que medida essas mudanças não foram motivadas por fatores internos ao sistema e em que medida os fatores externos têm força para alterar a estrutura.²

1 No original: “A number of developments in Latin syntax are at least in part due to Greek influence”.

2 Os sistemas linguísticos se autorregulam, regidos por princípios de economia. Poderíamos postular, por

A presença das legiões romanas e das instituições legais e administrativas romanas no leste do Império, segundo Coleman (2007, p. 795), foi o motor das influências do latim na língua grega e, por isso, essa influência ocorreu mais tardiamente e é mais visível no campo dos termos burocráticos. Vemos então ocorrer na língua grega empréstimos de palavras latinas que expressam cargos oficiais romanos e palavras ligadas ao funcionamento da máquina estatal: *ēdikton*, *praiphektos*, *koustodía* (ligados respectivamente a *edictus*, *praefectus* e *custodia*). Há também registro de empréstimos do latim para o grego de sufixos como *-tion-*, *-ura*, *-ianus*, *-atus*.

No nível estrutural, novamente fica a ressalva de que essas mudanças são menos claras, mas podemos citar como uma possível influência latina o uso em grego de estruturas sintáticas tipicamente reconhecidas como formulaicas na língua latina, como o uso do ablativo absoluto para indicar momento temporal baseado na identificação dos cônsules do período: *L. Lentulo C. Marcello consulibus*. O grego não conta com o modo ablativo, mas passaram a ser registrados usos do dativo nesse contexto – o que não refuta a possibilidade de importação da estrutura latina, pois as formas do dativo e do ablativo são idênticas em grande parte das declinações latinas. Coleman (2007, p. 798) fala ainda da influência latina no uso das perífrases no grau comparativo dos adjetivos, nos tempos pretéritos e, com certa desconfiança, nos tempos futuros.

Naturalmente, a situação de línguas em contato deu margem para a emergência de diversas estratégias discursivas, privilegiando ora uma língua ou outra, a depender da escolha do falante. Em um falante bilíngue, a escolha da língua se adequa ao momento discursivo e é motivada por diversos fatores. O caso em que Catão, em 191 em Atenas, se dirigiu em latim a uma multidão falante de grego é um exemplo do uso da língua como estratégia de dominância: apesar de haver um intérprete presente na ocasião, a performance em latim se impõe aos ouvintes, evidenciando a supremacia do conquistador (ADAMS, 2004, p. 559). Já a presença do latim em epitáfios de soldados das mais diversas origens sinaliza o seu pertencimento à instituição do exército romano (ADAMS, 2004, p. 616-617).

Citações, inserção metalinguística e mudança de código são citadas por Biville (2002, p. 81) como estratégias em que as duas línguas coexistem. Dentre esses, a mudança de código é a mais interessante, porque revela os conflitos de identidade que o falante bilíngue encara.

Chamamos de mudança de código a alternância completa de uma língua para outra dentro de um enunciado (ou trecho de escrita), seja a inserção de fórmulas, seja entre sentenças ou ainda dentro de uma única sentença, exigindo acomodação gramatical de uma língua a outra. Essa alternância geralmente é marcada por fatores extra-linguísticos, mas pode também prescindir de motivação, casos em que os interlocutores geralmente são colegas pertencentes a um mesmo grupo, numa situação informal em que eles avaliam positivamente suas identidades nesse contexto. Adams (2004, p. 301-303) afirma que a mudança de código pode ter diversas motivações: (i) estabelecer uma relação diferenciada com o endereçado, seja ela de solidariedade, de dominância ou de afastamento; (ii) expressar diferentes tipos de identidade; (iii) ser reação a determinado tópico; e (iv) caracterizar um recurso estilístico. À parte de (iv), todos os demais fatores estão relacionados à imagem que o usuário bilíngue tem de si e a imagem que ele deseja passar ao seu interlocutor.

exemplo, a hipótese de que os pronomes dêiticos tenham se especializado para a função de artigos em função de ter ocorrido alguma mudança na forma como a definitude vinha sendo expressa. Por compensação, o sistema especializaria os pronomes para suprir a expressão da definitude.

Como no estudo das línguas antigas em contato não podemos utilizar como recurso a análise oral, as conclusões se baseiam na análise de documentos escritos e, dessa forma, a mudança de código acaba servindo de evidência. Nos textos com misturas de línguas, o falante acaba deslizando para sua língua nativa, revelando algum conflito da situação bilíngue em que ele se encontra.

O convívio das línguas no leste

A relação do latim com o grego no leste se deu de maneira diferente da relação do latim com as demais línguas locais com que o latim entrou em contato na península itálica, e em todo o ocidente do Império de uma forma geral. No ocidente, a pressão sobre as línguas locais foi maior, pois o latim gozava de uma estima entre os habitantes, já que era a língua da nova ordem social, e os habitantes tinham a ambição de aderir a esse novo mundo. Não havia nenhum rival para o latim em termos de prestígio social e os próprios romanos raramente demonstraram interesse em aprender os idiomas como osco, etrusco e umbro. No entanto, no leste, o grego era a língua de cultura já estabelecida e os próprios romanos se interessavam em compartilhar do mundo helênico – assim como os povos subjugados cediam ao latim. O grego era um rival em prestígio à altura do latim, e disso adveio a posição de língua franca assumida pela língua grega.

No leste, o latim encarou dificuldades para se estabelecer como língua principal porque a língua grega já desfrutava de uma hegemonia bem estabelecida na região, desde as conquistas de Alexandre. A *koiné*, além de exercer o papel de língua franca nas áreas de contato com os idiomas nativos, tinha o prestígio da tradição da civilização grega, impregnada tanto nos costumes quanto na alta cultura. Devemos ter em mente também que os oficiais romanos que encabeçavam a ocupação das colônias romanas no Oriente já tinham familiaridade com a língua grega, em função de a educação das classes altas romanas contar com alguns princípios da língua grega, ainda que não lhes permitisse a fluência no idioma.

O que se observa nos documentos administrativos, conforme Souris e Nigdelis (2007, p. 897), é que o latim era a língua oficial dos documentos enviados às colônias romanas, mas os documentos enviados às cidades gregas (ou ligas) costumavam ser escritos diretamente em grego, traduzidos para o grego ou ainda contavam com ambas as línguas – uma versão em latim e outra em grego. Para essas tarefas de tradução, o governo romano contava desde o tempo de Augusto com um cargo de secretário *ab epistulis*, que era o encarregado das cartas oficiais, onde estavam as ordens do mandatário; esse cargo posteriormente foi cindido em *ab epistulis Latinis* e *ab epistulis Graecis*, de modo que fica mais evidente a respectiva função desses cargos de intermediador entre os idiomas. Suetônio (*Aug.* 89.1) relata que o próprio Augusto usava do serviço de tradutores para os documentos oficiais, apesar de ter um conhecimento notável de grego. Segundo Kaimio (1979, p. 74-86³, apud SOURIS; NIGDELIS, 2007, p. 898), o cargo *ab epistulis Graecis* já existia na metade do século I da era cristã, com a função de escrever cartas para as cidades gregas.

3 KAIMIO, J. *The Romans and the Greek Language*. Commentationes Humanarum Litterarum 64. Helsinki: Socias Scientiarum Fenica, 1979.

Diante dessa escusa de impor a língua latina como veículo único de comunicação e da aceitação do grego em documentos oficiais – uma situação que pode ser vista até como um esforço em se aproximar ainda mais da cultura helênica –, podemos concluir que a política romana com relação ao uso da língua grega foi flexível. Souris e Nigdelis (2007, p. 898) afirmam que essa política inclusive fortaleceu o domínio da língua grega:

A política romana favorável em relação ao grego significou que essa língua não apenas sobreviveu nas áreas onde ela tradicionalmente predominava, mas foi ainda fortalecida, em detrimento das línguas locais, porque foi capaz de se dispersar, junto com a cultura grecorromana, para novas regiões do Leste que não eram helenizadas em períodos anteriores. (SOURIS; NIGDELIS, 2007, p. 898)⁴

Na época da expansão romana, a variedade linguística do oriente era muito grande, mas não temos como mensurar em que medida essas línguas tinham um alcance de uso maior ou menor. As inscrições, papiros e alguns relatos oferecem uma ideia aproximada das diversas línguas em uso em determinados locais, mas essas evidências não são precisas. Se levarmos em conta um fato simples, que é a falta de registro escrito de muitas línguas da antiguidade, perceberemos que as inscrições, às vezes em latim, ou em grego, ou mesmo somente usando o alfabeto latino ou o grego, podem nos dar a falsa impressão de que nessas localidades as línguas principais sejam as línguas ocidentais de maior importância, quando na verdade boa parte da população falava apenas o idioma local. Esse é o caso de um exemplo relatado por Harris (1989, p. 177) acerca das inscrições levantadas em Listra (Colônia Augusta do séc. I a.C., na atual Turquia): as inscrições eram escritas puramente em grego ou latim, mas, pelo relato dos Atos dos Apóstolos, temos a informação de que os cidadãos falavam a língua licaônica.⁵ Harris (1989, p. 185) também considera uma referência à heterogeneidade linguística na Judeia a passagem dos Atos dos Apóstolos (séc. I, datação incerta) que traz o episódio de Pentecostes.⁶ Nesse trecho, a variedade de povos e línguas citadas ilustra bem a diversidade linguística da região no início da era cristã.

Harris (1989, p. 185-190) lamenta o fato de seu texto não conter um catálogo completo das línguas faladas no leste do Império, mas ainda assim elenca cerca de dezesseis línguas que estavam ali presentes por volta do século II.⁷ Essas línguas variavam em prestígio local a depender da distância da região em relação aos grandes centros e do

4 No original: “Rome’s well disposed policy towards the Greek language meant that it not only survived in the areas where it had traditionally predominated, but was further strengthened at the expense of other local languages, because it was able to spread, together with Greco-Roman culture, into new regions of the East not Hellenized in earlier periods.”

5 O episódio trata do milagre de Paulo ao fazer o aleijado andar, ocorrido em Listra, segundo a narração: “*Em Listra* vivia um homem aleijado das pernas, coxo de nascença, que nunca tinha andado. [...] Vendo a multidão o que Paulo fizera, levantou a voz, gritando *em língua licaônica*: ‘Deuses em figura de homens baixaram a nós!’” (grifos meus, Atos, XIV, 8; 11).

6 Atos, II, 5-11, grifos meus: “Achavam-se em Jerusalém judeus piedosos *de todas as nações que há debaixo do céu*. Ouvindo aquele ruído, reuniu-se muita gente e maravilhava-se de que cada um os ouvia falar na sua própria língua. Profundamente impressionados, manifestavam sua admiração: ‘Não são porventura galileus todos estes que falam? Como então todos nós os ouvimos falar, cada um em nossa própria língua materna? *Partos, medos, elamitas, os que habitam a Mesopotâmia, a Judéia, a Capadócia, o Ponto, a Ásia, a Frígia, a Panfília, o Egito, e as províncias da Líbia próximas a Cirene, peregrinos romanos, judeus ou prosélitos, cretenses e árabes*, ouvimo-los publicar em nossas línguas as maravilhas de Deus!’”

7 Trácio, aramaico, fenício, siríaco, palmireno, safaitico, hebraico, nabateano, cariano, frígio, pisidiano, celta galácio, licaônico, capadócio, demótico.

uso atribuído a cada uma delas. Para se ter uma ideia, Harris (1989, p. 187) comenta que é pouco provável que territórios mais remotos ao norte, como Bitínia, Paflagônia e Ponto, que não eram muito urbanizados, tenham chegado a completar a transição para o grego. Contudo, em outros lugares como a Síria e a Arábia, o grego chegava a um alcance maior, sendo usado nas esferas administrativas, nos círculos de imigrantes e nos círculos das elites parcialmente helenizadas (que, por sua vez, mantinham simultaneamente o uso do seu idioma local).

Por fim, Harris conclui:

Então, também no leste do Império, enquanto a língua usual da elite conquistara completamente algumas regiões inteiras e era ouvida em toda cidade, as línguas locais mostraram um poder de sobrevivência grande durante o período, a tal ponto que em muitas regiões o grego não era a língua predominante nas ruas e nos campos. Em inúmeras províncias, é mais provável que o conhecimento de grego fosse restrito a uma minoria da população. (HARRIS, 1989, p. 190)⁸

Dessa forma, apesar de por volta do século III alguma parcela da população ter o domínio do grego e usá-lo em algumas funções, as línguas locais não perderam seu espaço.

Não se pode dizer que todas essas línguas ainda estivessem em uso no período tardio que nos interessa especialmente neste estudo (séc. VI) e também esse assunto não afeta as conclusões que serão traçadas aqui, pois Constantinopla, enquanto capital do império, tinha particularidades distintas dos rincões mais distantes do território. Entretanto, considerando que o uso realmente necessário do grego ou do latim era restrito a funções governamentais e ao comércio entre localidades e que, além disso, apenas as elites locais poderiam desfrutar dessas línguas de cultura, podemos pensar que, no uso cotidiano, os idiomas nativos não devem ter perdido seu espaço, à medida que as tarefas mais simples que eram executadas corriqueiramente nas cidades menores (sobretudo nas comunidades agrícolas) dispensavam a necessidade do grego ou do latim.

A influência do latim na língua grega pode ter sido mais restrita do que a influência do grego na língua latina em virtude de o fluxo de imigrantes romanos para o oriente ter sido menor do que a inserção de gregos na civilização romana. A presença de escravos gregos na sociedade romana interferia tanto na relação das classes altas com a língua grega, já que a educação básica ficava na mão de escravos pedagogos, quanto na das classes baixas, em virtude da grande penetração de escravos vindos do oriente. Já a postura dos imigrantes romanos para o Oriente tendia para a helenização. Souris e Nigdelis contrastam esse comportamento com o que se observa no Ocidente:

8 No original: “Thus in the eastern Empire too, while the common language of the elite had thoroughly conquered some whole regions and was to be heard in every city, the local languages showed great survival power throughout the period, so that in many regions Greek was not the dominant language of the streets or fields. In a number of provinces knowledge of it is likely to have been confined to a minority of the population.”

Ao contrário das províncias ocidentais do Império, onde o estabelecimento de imigrantes da Itália e a fundação de cidades romanas eram os fatores principais da romanização em muitas áreas, os falantes de latim que se estabeleceram nas províncias do Leste gradualmente se submeteram a um processo de helenização. (SOURIS; NIGDELIS, 2007, p. 899)⁹

Os autores citam o exemplo de dois grupos colonizadores romanos no Leste para ilustrar esse helenização gradual: os *Rhomaioi* (também chamados *Italikoi* ou *Italoi*) e os habitantes de colônias romanas. Os *Rhomaioi*, cujo próprio nome já evidencia a mescla de elementos gregos e latinos,¹⁰ se estabeleceram na Grécia, nas Ilhas do Mar Egeu e na costa da Ásia Menor. Tratava-se de indivíduos ou famílias que vinham se estabelecendo na região desde o séc. II a.C. e que se ocupavam com o comércio e outros ramos da atividade financeira. A evidência epigráfica, segundo Souris e Nigdelis (2007), mostra que esses grupos passaram do uso do latim paralelo ao grego para o uso somente do grego. Nas colônias romanas em cidades gregas como Corinto, Pella, Filipos, Alexandria, Antioquia e Listra, os colonos a princípio eram veteranos do exército ou grupos de classes sociais romanas mais baixas. No século I, o uso do latim era predominante, de modo que, diante da maioria de inscrições em latim, figuravam em grego apenas epitáfios de habitantes gregos e oferendas a deidades gregas. Mas esse uso entrou em declínio e o latim gradualmente deu espaço ao grego, a tal ponto que no século III as posições haviam se invertido e era o latim que tinha seu uso restrito a contextos estritamente ligados à cultura romana.

Enquanto os usuários de língua latina do ocidente eram compelidos a aprender o grego por motivos de prestígio social e a elite romana transitava entre as duas línguas, no leste a familiaridade com as duas línguas era mais restrita, motivada somente por razões práticas. O aprendizado de latim despertava o interesse de quem entrasse para o exército romano, de membros da elite que tivessem a intenção de ingressar na carreira administrativa do estado ou ainda de quem quisesse subir na pirâmide social romana. Biville (2002, p. 83) lembra um episódio relatado por Suetônio (*Cl.* 16.4), em que o imperador Cláudio recusou a cidadania romana a um grego distinto e de autoridade (*splendidum uirum Graeciaeque prouinciae principem*)¹¹ por ele não falar latim (*Latini sermonis ignarum*).¹²

Uma reflexão sociolinguística sobre a situação do leste do Império

A situação de convívio de diversas línguas em que se destacam o latim e o grego abre margem para pensarmos em uma questão sociolinguística, pois a preponderância dessas línguas está relacionada às condições sociopolíticas do momento em questão. Como afirma Adams (2004, p. 561):

9 No original: “In contrast to the western provinces of the empire, where the settling of migrants from Italy and the founding of Roman cities were the main factors in the Romanization of many areas, the Latin speakers who settled in the provinces in the Greek East gradually underwent a process of linguistic Hellenization.”

10 A flexão de gênero e número *-oi* é característica do sistema grego (segunda declinação), bem como a presença da aspirada acoplada ao rótico. Contudo, o radical é romano. A mesma situação é observada para os termos variantes *Italikoi* e *Italioi*.

11 “um homem respeitado, chefe de uma província grega”.

12 “ignorante na língua latina”.

[...] uma língua ou a escolha de uma língua não é ‘poderosa’ por si mesma, mas ela obtém seu poder a partir do reconhecimento que o ouvinte tem do poder investido por outros motivos no falante. A pessoa que usa a língua de uma maneira que simboliza poder será poderosa por outros motivos.¹³

Assim, é a posição de dominador dos romanos e a de referência cultural dos gregos que legitima o status da língua latina e da língua grega no mundo antigo.

Diante disso, convém distinguirmos bilinguismo de diglossia, conceitos muito próximos que inclusive compartilham raízes etimológicas de mesmo campo semântico, apesar de o primeiro ter origem latina e o segundo, origem grega. De um lado, o bilinguismo é a coexistência de línguas em contato, cujo domínio entre os falantes é variável. De outro, a diglossia pode ser definida como a especialização funcional no uso de línguas (ou variedades linguísticas, caso que não é relevante para os fatos considerados aqui) em uma comunidade linguística. Vale assinalar que as duas situações interagem de diversas maneiras: há situações em que tanto bilinguismo quanto diglossia estão presentes, de modo que a maioria dos falantes domina ambas as línguas e emprega uma em determinadas situações (possivelmente formais) e a outra em outro tipo de situação (possivelmente de familiaridade maior para o usuário); pode ocorrer diglossia sem bilinguismo, caso em que dois grupos distintos de uma comunidade falam cada um a sua língua e uma dessas tem *status* mais elevado, associado ao grupo que a domina; ou ainda bilinguismo sem diglossia, em que os indivíduos de uma comunidade transitam livremente de uma língua a outra dentro do seu grupo.

Nos contextos diglóticos, uma língua se destaca como língua elevada,¹⁴ marcada pelo prestígio na comunidade, e outra como língua baixa, empregada geralmente com propósito coloquial. Essa seria a diferença que pode ser vislumbrada na situação brasileira entre a norma padrão culta e o falar vernacular.

Contudo, Adams (2004, p. 539) aponta que essa polaridade entre elevada e baixa não é suficiente para captar as complexidades das situações linguísticas, porque as oposições funcionais podem não ser binárias e, mesmo que sejam binárias, podem não se encaixar na classificação variedade elevada vs. variedade baixa. Como será observado logo adiante, esse é o caso da língua latina no leste do Império, mas isso pode ser ilustrado inclusive através da atitude linguística de um falante de latim educado padrão: ele certamente enxerga o grego como variedade elevada – a língua da literatura e da filosofia, que serve para mostrar erudição; porém, de maneira alguma, o latim assume uma posição baixa no ponto de vista desse cidadão, já que essa é a língua do direito e do estado, para falar o mínimo da representação simbólica linguística por trás da língua latina.

A seguir, veremos como se dava o uso da língua latina em oposição ao uso do grego no âmbito do direito civil e do exército no Egito, baseando-se no estudo de Adams (2004). Como o próprio autor evidencia, a política linguística romana no Egito é passível de

13 No original: “[...] language or language choice is not ‘powerful’ of itself, but it acquires its power from the listener’s recognition of the power invested for other reasons in the speaker. The person who uses language in a way which symbolises power will be powerful for other reasons.”

14 A oposição entre variantes elevada e baixa é de um artigo de Ferguson, publicado no periódico *Word* em 1959, em que inclusive cunhou-se o termo ‘diglossia’. Geralmente, refere-se abreviadamente a esses polos como H, de *high variety*, e L, de *low variety*, respectivamente. Por ora, aqui é mantida a tradução da nomenclatura em português.

ser estendida para o resto do leste do Império (ADAMS, 2004, p. 634),¹⁵ já que as variantes não se alteram em grande medida: além do contato com as respectivas línguas locais, o grego fazia o papel de língua franca.

Não havia por parte dos romanos uma política oficial de exigência de que os cidadãos romanos soubessem latim, mas pode-se notar uma expectativa subjacente de que os detentores da *ciuitas* sejam capazes de compreender a língua. Há evidência de que certos documentos tinham de estar em latim e assim pressupõem que o signatário compreenda a língua ao se comprometer com o documento. É o caso de certidões de nascimento, e também testamentos – um direito restrito aos cidadãos romanos –, ainda que se registrem testamentos em grego a partir do século III. Por serem esses documentos da cidadania romana, o valor simbólico do uso do latim nesses documentos é que a língua latina era um componente da cidadania romana (ADAMS, 2004, p. 597). Segundo Adams (2004, p. 562), a existência de cidadãos romanos que falavam somente grego implicava a complexidade do mecanismo de registro, que tinha de contar com um tradutor – seja um funcionário bilíngue ou um intérprete que acompanhe um funcionário monolíngue. E, de fato, é possível reconhecer nos documentos remanescentes os nomes de alguns responsáveis pelas traduções legais. Então, a língua latina deveria ser usada pelo menos na versão primária do documento. As concessões à língua não oficial vinham através da aceitação de que o peticionário assinasse em sua língua materna e do provimento de uma cópia do documento em grego, contendo as partes mais relevantes. O deferimento do documento pelo funcionário romano era registrado em latim, mesmo que fosse um documento de exibição pública.

É interessante notar que o deferimento seja em latim. Um documento muito esclarecedor nesse ponto é um relatório de procedimentos diante do *dux Aegypti* Flávio Maurício em um julgamento (ADAMS, 2004, p. 557). Primeiro, havia um preâmbulo feito em latim: eram anunciados a data e o local, seguido de um pedido de permissão para que fosse feita a leitura da petição, que era então concedido pelo *dux*. A leitura e o registro da petição eram feitos em grego e o julgamento do *dux*, que possivelmente encaminhava o caso a uma outra instância, em latim. As etapas em latim – abertura, pedido de permissão e julgamento – têm um sabor performativo, assim como o deferimento registrado nos documentos anteriores. Esse uso mais específico do latim, acompanhado da aceitação do grego no mesmo documento, começa a nos esboçar a ideia de que o latim figurava em situações em que houvesse reafirmação da autoridade, com uma inclinação mais clara para afirmação da identidade romana de dominador, ainda que o grego também fosse aceito nas informações mais pragmáticas, como é o caso da leitura da petição.

Se observarmos ainda as inscrições presentes no monumento dos Colossos de Mênnon, em especial o localizado ao norte, veremos uma presença mais maciça da língua latina, ao contrário do que ocorria nos demais locais de peregrinação (ADAMS, 2004, p. 546). O Colosso recebia bastante visita por emitir um som que se creditava à voz de um deus e, assim, ouvi-lo “cantar” durante a aurora era um sinal de boa sorte, o que motivou o turismo na região. Aparentemente havia certa organização na visita, promovida pelas autoridades locais, pois as inscrições parecem ter sido gravadas com esmero – trabalho

15 O autor afirma ainda que sua posição é corroborada por trabalhos como o de Kaimio (1979) e o de Rochette (1997). Contudo, não houve possibilidade de consulta a esses trabalhos, que não fazem parte do acervo das bibliotecas brasileiras acessíveis e estão esgotados para venda. Por isso, o trabalho de Adams (2004) foi tomado como referência.

possivelmente de lapidários profissionais que podiam ser contratados nas proximidades – e registram apenas lembranças de visitantes das classes altas, geralmente com títulos agregados. Os prefeitos do Egito que registraram sua passagem por ali em sua maioria usaram o latim nas gravações; a exceção na escolha pelo latim é de um prefeito que usou o grego somente ao inserir um trecho poético, escolha justificada pela associação da língua grega com a expressão literária. Esses prefeitos certamente usavam o grego em seus afazeres administrativos, quando lidavam com os *strategoí*, funcionários mais baixos no escalão administrativo, o que nos leva a ponderar que o grego era aceito como língua da administração civil interna (ADAMS, 2004, p. 548). Por sua vez, as inscrições creditadas aos funcionários locais da burocracia egípcia com quem os prefeitos lidavam aparecem majoritariamente em grego, seja nas partes em verso com nas em prosa. A única inscrição em latim dentre esses autores é do *epistrategos Thebaidos* Júlio Fido Aquila, porém esse mesmo autor também deixou uma inscrição em grego, o que mostra o seu bilinguismo. Há, então, uma diferença na postura dos prefeitos, que dão preferência à língua que eles associam com as funções oficiais imperiais e que está ligada diretamente à expressão de datas e títulos imperiais. Quanto às inscrições de centuriões, novamente o latim domina as inscrições em prosa e o grego, as em verso. Isso é relevante, pois em outros sítios de peregrinação é comum os soldados se expressarem em língua grega, adotando a língua franca com que eles lidavam no leste. Dessa forma, a escolha pelo latim não é simplesmente uma questão da natureza militar desses soldados, mas uma questão relacionada especificamente ao lugar dessas inscrições. O Colosso de Mênnon era identificado como um lugar apropriado para expressar a romanidade:

Havia obviamente algo de especial no Colosso que inspirava prefeitos e oficiais militares a usar o Latim para registrar suas visitas. A grandeza do local e sua atração tanto para a *élite* falante de grego quanto a romana o fizeram adequado para uma exibição pública de romanidade por parte dos altos funcionários e dos oficiais militares. (ADAMS, 2004, p. 554)¹⁶

A língua latina se conecta, dessa forma, com a identidade romana. Aqueles que se apropriam dela para registrar sua passagem no Colosso estão especificamente registrando seu pertencimento à comunidade linguística romana, que nesse momento é a comunidade dominante, a comunidade mais prestigiada, em razão do seu destaque político e social.

Agora vamos procurar entender em termos de diglossia a significação dos usos de latim e grego no Egito através das evidências que foram relatadas. Não se pode atribuir de maneira alguma uma posição baixa para a língua grega, já que isso não seria condizente com o uso do grego nas inscrições do Colosso tanto ao ser empregado pelos funcionários locais quanto ao ser empregado especificamente para o registro poético. A opção pelo grego nas inscrições em verso é um marcador de como a associação da língua latina com a expressão elevada da cultura ainda é clara, presente mesmo entre os centuriões romanos. A posição baixa também não seria condizente com as concessões feitas ao uso do grego em situações oficiais, como é o caso da leitura da petição diante do *dux*. Em suma, o grego era considerado apropriado (i) na administração civil, por ser comum na comunicação entre prefeitos e seus subalternos; (ii) nos tribunais, pela aceitação da leitura da petição

16 No original: “There was obviously something special about the Colossus which inspired prefects and military officers to use Latin in recording their visits. The grandeur of the site and its attraction to both Greek-speaking and Roman élites made it suitable for a public display of Romanness by high-ranking official and military officers.”

em grego; (iii) na poesia. Há também evidência do uso frequente de grego por soldados romanos, em inscrições de oferendas a divindades, o que também mostra a aceitação do grego na esfera religiosa (ADAMS, 2004, p. 576-589). Esses domínios em que o uso do grego se mostra apropriado são domínios de prestígio e, portanto, o grego pode ser considerado uma língua elevada, já que o seu uso está ligado a funções que podem ser consideradas formais.

O latim, por sua vez, recebe destaque por aparecer em maior proporção nas inscrições do Colosso de Mênnon do que em outros lugares de peregrinação e, por isso, não se pode deixar de levar em conta que o Colosso se destaca por ter um público maior das classes altas, que se reflete nas inscrições possivelmente feitas por lapidários profissionais. Nos procedimentos diante de uma autoridade, os trechos em latim têm um tom cerimonioso. Nos documentos oficiais, parece dar a legitimação do certificado, uma vez que é a língua do deferimento oficial pelo funcionário a serviço do estado e de documentos relevantes para a cidadania romana, como a certidão de nascimento. Desse modo, o latim não apenas ocupa domínios de prestígio, como também está atrelado à afirmação da romanidade: é a língua dos documentos de cidadania, é a língua usada pelo funcionário presidente do julgamento, é a língua utilizada para simbolizar o poder político e o poder militar nas inscrições do Colosso. A partir disso, Adams conclui que o latim era a língua “super-elevada”¹⁷ nesse contexto, estava disponível para ser utilizada quando fosse necessário declarar a romanidade do poder imperial no Egito (2004, p. 597).

É importante ressaltar que as funções atribuídas a cada língua variam de acordo com a comunidade linguística, a depender principalmente da língua materna mais utilizada. Adams (2004, p. 598) aponta que, para um falante de grego comum no Egito, sem nenhum posto oficial, o grego era visto como a língua da administração, pois os funcionários com quem esse indivíduo tinha de lidar – funcionários de escalão mais baixo – eram falantes de grego, e ele não tinha necessidade de entrar em contato com a alta administração que empregava o latim. Já foi mencionado aqui o caso dos gregos residentes em Roma que, por sua vez, viam o latim como língua ligada à administração e utilizavam-na especialmente para expressar coisas desse domínio, como datas e unidades de tempo. Além disso, não se pode deixar de mencionar o caso de comunidades bilíngues sem diglossia, como é o caso dos remotos acampamentos militares do Egito: diante de tamanha mistura entre falantes de grego e de latim, a língua utilizada nas atividades mundanas cotidianas estava pouco associada a posturas simbólicas e ligada mais a fatores como a preferência do próprio falante, a preferência da audiência, a disponibilidade de termos técnicos etc.

Essa condição de variedade super-elevada da língua latina pode ser observada com mais clareza na coleção de documentos do acervo de Flávio Abineu, comandante de uma ala em Dionísias, na década de 340. Dentre os inúmeros documentos, o grego é a língua usada mais regularmente, inclusive nas correspondências oficiais que ele recebia, mesmo repassando ordens do *dux* e procedimentos. Apenas dois documentos estão em latim: um que nomeia Abinnaeus para o comando da ala em nome do poder imperial, possivelmente apresentada por ele para tomar posse do cargo, e o outro é uma carta de dispensa do comando da ala enviada pelo *dux* do Egito Valácio. A coleção deixa claro que o grego era usado na administração interna e era empregado, portanto, como uma língua oficial. Adams (2004, p. 557) chama a atenção para o fato de que o grego era escolhido mesmo

17 No original: “super-high”.

em comunicações entre indivíduos que não estivessem em posição de igualdade, o que assinala uma atitude linguística liberal. Por isso, a motivação para a escolha do latim nos dois documentos é uma invocação da autoridade suprema, uma materialização do poder de execução superior. O latim, então, cumpre uma função mais elevada do que a função que o grego cumpre nesse contexto: se o grego é utilizado nas correspondências formais e pode ser considerado uma língua elevada, o latim por sua vez é uma língua super-elevada, que pode ser utilizada em situações em que o poder da autoridade romana é evidenciado. Adams (2004, p. 557) coloca isso nos seguintes termos: “O latim estava à disposição para que se recorresse a ele *ad hoc* para a poderosa simbolização do poder romano”.¹⁸

Especificamente no que diz respeito ao exército, Adams (2004, p. 608) desacredita a afirmação de que o latim fosse a língua oficial. A partir da constatação de que assuntos oficiais – tanto de registro interno quanto de comunicações com membros de fora da instituição – eram redigidos em grego, de que até mesmo escribas alfabetizados em latim optavam pelo grego e de que os mesmos documentos aparecem ora em latim, ora em grego, o autor conclui que não havia uma política linguística fixa de uso do latim como língua oficial do exército.

Na verdade, a questão da escolha da língua nos documentos vai além da imposição a partir de uma determinação de uma esfera superior, já que as circunstâncias presentes em cada situação discursiva são determinantes no processo comunicativo:

A perceptível necessidade de simbolizar romanidade ou poder teria dependido das atitudes dos participantes em uma transação específica e em outras circunstâncias exteriores que nós não podemos conhecer e, por essa razão, não é possível simplesmente listar mecanicamente os documentos que deveriam ser em latim em oposição àqueles que poderiam ser em grego. A escolha de língua deve ser encarada como dinâmica ao invés de mecânica, no sentido de que ela estava relacionada a relações negociadas em ocasiões específicas entre o escritor/falante e o endereçado. (ADAMS, 2004, p. 761)¹⁹

O que determina a escolha de língua nessas situações bilíngues não é simplesmente que documento se está redigindo, mas a posição em que os indivíduos envolvidos se colocam: quanto maior o nível de identificação com a autoridade romana, maior a chance do uso do latim; se não há a necessidade de destacar essa autoridade, maior a chance de os indivíduos lançarem mão do grego. Fatores como a língua dos participantes, o contexto de veiculação do documento e o público alvo, certamente influenciam na escolha.

Da mesma forma, o autor questiona a afirmação de que o uso do latim aumentou depois de Diocleciano por ele ter estimulado a adoção do latim como língua oficial do Império. Baseando-se em relatórios de audiências judiciais diante de funcionários romanos, como o que vimos mais acima, Adams (2004, p. 635-636) argumenta que as partes em latim geralmente são trechos formulaicos “acanhados e discretos” – provavelmente

18 No original: “Latin was in the wings, to be called on *ad hoc* for the forceful symbolising of the Roman power.”

19 No original: “The need felt to symbolise Romanness or power will have depended on the attitudes of the participants in a particular transaction and on other extraneous circumstances which we cannot know, and for that reason it is not possible simply to list mechanically documents which had to be in Latin as against those which could be in Greek. Language choice has to be seen as dynamic rather than mechanical, in the sense that it was related to the relationships being negotiated on particular occasions between writer/speaker and addressee.”

influenciados por uma política estabelecida com relação ao formato dos registros – e têm traços de mudança de código. Esse formato, contudo, não é novo, mas registram-se ocorrências dele em documentos anteriores a Diocleciano. Diante disso, fica evidente novamente o fracasso de políticas oficiais na tentativa de impor regras ao uso de língua: “Uma política oficial pode tentar impor uma única língua para os procedimentos, mas a mudança de código é um fenômeno *ad hoc* e variável, que não poderia possivelmente ser matéria de proclamação oficial alguma” (ADAMS, 2004, p. 636).²⁰

No entanto, o que revela uma política implícita de necessidade do uso do latim é o ensino de língua latina no exército. Que havia algum tipo de alfabetização em latim no exército pode ser constatado em documentos redigidos em latim por militares: através dos tipos de erros encontrados nesses documentos, pode-se dizer que esses indivíduos estavam em fase de aquisição e há evidências de indivíduos em diversas fases, o que demonstra o aprendizado em progresso. Já o fato de se empregarem aprendizes de segunda língua no ofício de escribas, segundo Adams (2004, p. 634), é um reflexo dos baixos índices de alfabetização e da escassez de escribas mais competentes. Essa postura, porém, é uma política sutil, não doutrinária.

Efeitos de um contexto multilíngue no ensino

Os erros presentes nos documentos mencionados nada mais são do que sinais de competência imperfeita compensada muitas vezes pela interferência da língua materna (doravante L1) do indivíduo na sua *performance* na segunda língua (doravante L2). Os erros de ortografia são especialmente significativos no contexto de bilinguismo entre latim e grego porque trata-se de alfabetos diferentes para cada uma das duas línguas, que, apesar de semelhantes, apresentam diversas incongruências. Cito apenas alguns itens problemáticos: a correspondência entre as vogais se complica pelo fato de o grego ter grafemas distintos para diferenciar a quantidade (ômega e ômicron; eta e épsilon) enquanto no latim há apenas um grafema em cada caso ambíguo quanto à quantidade (*o* x *e*); a nasal em posição final, que no latim (presente sobretudo nas terminações de acusativo singular e genitivo plural) só pode ser a nasal bilabial, representada pelo grafema *m*, gera confusão para os falantes de grego que estão acostumados também com a nasal alveolar em posição final, grafada pela letra *ni* (*n*). Os erros de morfologia consistem em usar na L2 terminações e radicais característicos da L1, influência essa que mostra falhas no domínio do sistema linguístico da língua alvo.

Esses erros mostram dois tipos de aprendiz: o que aprende a língua primeiro oralmente – possivelmente num contexto de imersão – e que tem um controle melhor do léxico e da morfologia de L2, mas apresenta deficiências de ortografia quando tem a necessidade de escrever, porque lança mão do mecanismo de escrita de sua L1; e o aprendiz que Adams (2004) considera tardio, que provavelmente passou primeiro pelo ensino formal de oralidade e escrita da língua alvo, que se revela ao cometer menos problemas de grafia mas sem demonstrar controle da morfologia e do léxico. Adams (2004, p. 628) ressalta ainda que o aprendiz tardio deve ter passado pela instrução em uma ordem determinada:

20 No original: “An official policy might attempt to impose a single language on proceedings, but code-switching is an *ad hoc* and variable phenomenon which could not possibly be subject of any official proclamation.”

“[...] com instrução em regras básicas de grafia (como a conversão dos dígrafos de uma língua para os de outra) precedendo o aprendizado abrangente de vocabulário e morfologia” (grifo do autor).²¹

Esse panorama já nos dá uma ideia acerca de como se dava o aprendizado de língua no contexto bilíngue da antiguidade especialmente no que se refere a aprendizes adultos, pois certamente é a esse público que diz respeito o aprendiz tardio de Adams (2004). Contudo, o público das escolas de gramáticas não pode ser considerado nem o primeiro tipo de aprendiz nem o segundo, pois é um público infantil e o seu aprendizado é predominantemente escrito e carregado de morfologia. Não se pode esquecer, é claro, que as gramáticas que atendiam falantes de L2 se pautaram nos modelos de gramática para falantes de língua materna e não abandonaram o ensino metalinguístico, baseado nas partes do discurso.

É possível discernir dois estilos entre as gramáticas romanas: *Schulgrammatik* e *regulae*. As gramáticas do estilo *Schulgrammatik* tinham uma orientação semântica predominante, pois se preocupavam em demonstrar os conceitos da metalinguagem (das partes do discurso, sobretudo) e traziam inúmeros exemplos de autores reconhecidos. Segundo Law (1986, p. 365-366), essas gramáticas contam sempre com uma progressão pelas partes do discurso e privilegiam definições e explicações em detrimento de paradigmas. A autora afirma também, em um trabalho posterior, que as gramáticas desse estilo refletem as necessidades do falante nativo, porque se concentram em distribuir as palavras já conhecidas dentro dos rótulos de metalinguagem (LAW, 2003, p. 63). De acordo com a visão de Law (2003), há quatro traços característicos nessas gramáticas: estrutura rigorosamente hierárquica; estrutura sistemática em capítulos; organização lógica que reflete a pressuposta estrutura lógica da linguagem; e a tendência de priorizar as categorias semânticas e renegar as categorias formais para o segundo plano, ou até mesmo omiti-las. Enquadram-se nesse estilo a *Ars maior*, de Donato, e as *Institutiones grammaticae*, de Prisciano, entre outras.

Já as gramáticas estilo *regulae* floresceram justamente em sociedades bilíngues a partir do século V, quando o Império Romano já abrigava a diversidade das línguas dos povos bárbaros, além do latim e do grego. Law mostra como essa diversidade, aliada à consolidação do cristianismo, afetou o ensino de língua:

Com a conversão para o cristianismo de um grupo muito maior de tribos célticas e germânicas nas bordas do império, o ensino de língua estava prestes a mudar seu caráter completamente. Não se tratava mais de guiar oradores para uma apreciação dos mecanismos estilísticos utilizados pelos melhores autores; era uma questão de alfabetização no norte da Europa. Sem um estudo sistemático da gramática e do vocabulário latinos, os novos sacerdotes não poderiam ler a Bíblia ou celebrar uma missa. (LAW, 1986, p. 368)²²

21 No original: “with instruction in basic spelling rules (such as the conversion of the digraphs of one language to those of the other) preceding the extensive learning of vocabulary and morphology” (grifo do autor).

22 No original: “With the conversion of the much larger body of Celtic and Germanic peoples on the fringes of the Empire to Christianity, language teaching was to change its character completely. No longer was it a matter of guiding orators to an appreciation of the stylistic devices used by the best authors; in northern Europe it was a question of literacy. Without systematic study of Latin grammar and vocabulary, new clerics could not read the Bible or hold a service.”

Obras anteriores como a *Ars Maior*, de Donato, que procura oferecer ao aluno a metalinguagem necessária no seu aprendizado rumo ao domínio da retórica, não seriam adequadas para um aluno sem conhecimento prévio da língua latina. As gramáticas *regulae* surgiram para suprir a necessidade de ensino de latim como segunda língua, público que não era atendido pelos compêndios de gramática do estilo *Schulgrammatik* (LAW, 2003, p. 83). Enquanto as gramáticas *Schulgrammatik* traziam vastas definições das partes do discurso e exemplos de autoridades literárias, as gramáticas *regulae* proviam descrições das formas das palavras, esboçando exaustivamente o sistema morfológico da língua alvo através de inúmeros paradigmas, com o objetivo de demonstrar o funcionamento da analogia (LAW, 1986, p. 366). Law (1986) ressalta que a estrutura dessas gramáticas se distinguia das anteriores porque os critérios de organização são outros: ordem alfabética, gênero, declinação, conjugação, ou até mesmo uma mistura desses. São exemplos de gramáticas *regulae* a *Institutio de nomine et pronomine et uerbo*, de Prisciano, a *Ars de nomine et uerbo*, de Focas (GL 5, 410-439, 7), o *De Verbo*, de Eutiques (GL 5, 447-488), e as *Regulae*, de um pseudo Agostinho (GL 5, 496, 15-524).

Law (2003) relata o uso combinado de gramáticas *Schulgrammatik* com gramáticas *regulae* a partir do século V, justamente para cobrir a carência de paradigmas e exemplos nos compêndios gramaticais. O aprendiz de L2 precisava tomar conhecimento das formas para então poder enquadrá-las na classificação gramatical:

Já que o público dos *grammatici* geralmente era de falantes nativos de latim, suas gramáticas podiam presumir um conhecimento das formas do latim *a priori*: a informação que eles precisavam era taxonômica. É nesse espírito que Donato conjuga um único verbo na sua *Ars minor*. [...] Mas o jovem irlandês não contava com esse conhecimento. (LAW, 1986, p. 369)²³

Se as gramáticas *Schulgrammatik* não davam conta do aprendizado de L2, da mesma forma as gramáticas *regulae* também não bastariam por si só, porque a sua organização era pautada mais para que a obra servisse de referência do que de manual de ensino e, além disso, elas traziam apenas algumas partes do discurso, raramente cobriam todas. Dessa forma, as gramáticas *regulae* poderiam suprir a carência de informações formais dos compêndios gramaticais.

O cenário que essa situação esboça ainda não é o desejável em termos de didática de língua estrangeira, mas já aponta para alguns caminhos. Em paralelo a esse uso combinado, os professores começaram também a utilizar o seu espaço de comentários para incorporar a estrutura dessas gramáticas com mais formas e exemplos ilustrativos.

A *Institutio de nomine et pronomine et uerbo*, de Prisciano, é um exemplo de gramática *regulae*, pois traz a descrição morfológica exaustiva da morfologia flexional do latim e procura expor as formas estabelecendo entre elas relações até em certo ponto mnemônicas (PRISCIANUS CAESARIENSIS, 1992). Seu objetivo subjacente é o de fornecer um tratamento mais amplo das formas flexionáveis da língua latina do que os compêndios gramaticais poderiam oferecer. A diferença em relação às demais gramáticas

23 No original: "Since the public of the *grammatici* had as a rule been native Latin-speakers, their grammars could take a knowledge of the forms of Latin for granted: the information they required was taxonomic. It is in this spirit that Donatus conjugates only a single verb in the *Ars minor*. [...] But the young Irishman would have no such background knowledge to rely on."

regulae é que ela já leva em consideração de antemão o uso combinado com as *Institutiones*, que cronologicamente é anterior à *Institutio*, como se pode perceber nas remissões ao compêndio que o autor sugere ao longo do texto.

Tendo em mente o contexto histórico de Prisciano, na Constantinopla do século VI, pode-se relacionar essas características de gramática de segunda língua que a sua *Institutio* traz com o público falante de grego que possivelmente frequentava sua classe. A interlocução com um público falante de grego fica latente em suas gramáticas quando vemos a recorrência de exemplos de nomes próprios de base grega e especialmente quando o autor lança mão de detalhes da língua grega para explicar questões da língua latina. Dessa forma, fica evidente que o ambiente multilíngue motiva a mudança na abordagem didática, fazendo surgir inclusive um estilo diferenciado de material didático.

REFERÊNCIAS

ADAMS, J. N. *Bilingualism and the Latin Language*. Cambridge: Cambridge UP, 2004.

BÍBLIA. Português. *Bíblia online*. Nova versão internacional. Disponível em: <<https://www.biblionline.com.br/nvi+vc/atos/14>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

BIVILLE, F. The Gaeco-Romans and Graeco-Latin: A terminological framework for cases of bilingualism. In: ADAMS, J. N.; JANSE, M.; SWAIN, S. (Ed.) *Bilingualism in Ancient Society: language contact and the written word*. Oxford: Oxford UP, 2002. p. 88-89.

COLEMAN, R. G. G. Greek and Latin. In: CHRISTIDIS, A.-F. (Ed.) *A History of Ancient Greek: from the beginnings to late antiquity*. Cambridge: Cambridge UP, 2007. p. 792-799.

FERGUSON, C.A. 'Diglossia'. *Word*. v. 15, p. 325-340, 1959.

HARRIS, W. V. *Ancient literacy*. Cambridge; London: Harvard UP, 1989.

LAW, V. Late Latin grammars in the Early Middle Ages: a typological history. *Historiographia Linguistica*, Amsterdam, v. 23, n. 2/3, p. 365-380, 1986.

_____. *The history of linguistics in Europe: from Plato to 1600*. Cambridge: University Press, 2003.

PRISCIANUS CAESARIENSIS. *Institutio de nomine et pronomine et verbo*. Edição de Marina Passalacqua. Urbino: Quattro Venti, 1992.

SOURIS, G.; NIGDELIS, P. The parallel use of Greek and Latin in the Greco-Roman world. Tradução de Deborah Whitehouse. In: CHRISTIDIS, A.-F. (Ed.) *A History of Ancient Greek: from the beginnings to late antiquity*. Cambridge: Cambridge UP, 2007. p. 897-902.

A grafia usada nos livros didáticos oitocentistas: representação pseudoetimológica ou etimologizante?

(Spelling used in nineteenth-century textbooks:
pseudo-etymological or etymologizing representation?)

Monalisa dos Reis Aguiar

Universidade do Estado da Bahia (UFBA)

monalisareis@uol.com.br

Abstract: In this work, by means of analyzing terms used in the textbooks most widely circulated in Brazil in the nineteenth century, we aim to verify the extent to which the spelling of the period can really be considered pseudo-etymological, as part of the literature on the subject considers it to be. To do so, we relied on the support of the theoretical assumptions of the History of Linguistic Ideas, and we examined terms taken from three textbooks written for primary education of the era: *Cartilha da Infância*; *Cartilha Nacional*; and *Primeiro Livro de Leitura*. In the methodological approach, we followed the principles proposed by Auroux (1992, p. 13): purely phenomenological definition of the object; epistemological neutrality; and moderate historicism. Therefore, we did not examine spelling as an object of stable nature, but rather, it was examined with consideration for the diversity and the knowledge constructed upon it, since, because it is a product of history, spelling is a result of the interaction between traditions and context.

Keywords: spelling; pseudo-etymology; etymologizing.

Resumo: Neste trabalho, por meio de análise dos vocábulos utilizados nos livros didáticos de maior circulação no Brasil oitocentista, objetivamos verificar em que medida a grafia do período pode realmente ser considerada pseudoetimológica, conforme considera parte da literatura sobre o assunto. Para tanto, apoiados nos pressupostos teóricos da História das Ideias Linguísticas, examinamos vocábulos retirados de três livros didáticos direcionados ao ensino primário da época: *Cartilha da Infância*; *Cartilha Nacional*; e *Primeiro Livro de Leitura*. No percurso metodológico, seguimos os princípios propostos por Auroux (1992, p. 13): a definição puramente fenomenológica do objeto; a neutralidade epistemológica; e o historicismo moderado. Sendo assim, a ortografia não foi vista como um objeto de natureza estável; ao contrário, foi vista levando-se em conta a diversidade e os saberes sobre ela constituídos, pois, por ser um produto histórico, a ortografia é resultante da interação entre as tradições e contexto.

Palavras-chave: ortografia; pseudoetimologia; etimologizante.

Considerações iniciais

É comum encontrarmos na literatura que trata da história da ortografia portuguesa autores que se referem à ortografia do século XIX como etimológica e, principalmente, como pseudoetimológica. Neste trabalho, por meio de análise dos vocábulos utilizados nos livros didáticos de maior circulação no Brasil oitocentista, objetivamos verificar em que medida a grafia do período pode realmente ser considerada pseudoetimológica.

Selecionamos, como *corpus* deste estudo, o *Primeiro Livro de Leitura*, de Felisberto de Carvalho, e duas cartilhas utilizados no ensino primário, *Cartilha da Infância*, de Thomaz Galhardo, e *Cartilha Nacional*, escrita por Hilário Ribeiro, pois são obras com maior

representatividade no país devido ao número de edições¹ e devido à indicação (aprovação) por parte dos censores encarregados de averiguar que livros seriam adotados oficialmente nas escolas.

Desse material, as palavras selecionadas para análise são aquelas cujos grafemas foram alvo, ao longo da história da ortografia, de discussões e desacordos: letras geminadas (nn, cc, ff, ll, etc.), mudas (h, mn, gn, cq, cç, etc.), aspiradas greco-latinas (ph, rh, th), o emprego de y, i, o uso de ditongos e o uso de *s – z, j – g*. Embora todas as palavras que se enquadram nessa categoria tenham sido examinadas no percurso analítico da pesquisa de doutorado anteriormente realizada, da qual o estudo que se apresenta agora é um recorte, apresentamos aqui apenas uma amostragem dos vocábulos analisados devido às limitações típicas desse tipo de trabalho. Sendo assim, trataremos do uso do *h*, das aspiradas greco-latinas *ph, rh, th* e do uso dos ditongos.

A investigação das palavras escritas de acordo com a etimologia deu-se por meio de dois dicionários etimológicos: um publicado no século XIX, *Diccionario da Lingua Portuguesa*,² de Antonio de Moraes Silva (1858), e outro publicado no século XXI, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*,³ de Antônio Geraldo Da Cunha (2007). Buscamos também as normas ortográficas prescritas nas gramáticas da época: *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro; *Grammatica Descritiva*, de Maximino Maciel; *Grammatica da Lingua Portugueza*, de Manuel Pacheco da Silva Jr. e Boaventura Plácido Lameira de Andrade, e *Grammatica Portugueza*, de Alfredo Gomes.

Das categorias: variação etimologizante, variação grafo-fonética e variação gráfica-livre

É no século XII que surgem os primeiros documentos escritos em português, período em que a grafia dos vocábulos não apresentava sistematização. Conforme as palavras de Ismael Coutinho (1981, p. 71), “a língua era escrita para o ouvido”. Os escritores ou copistas objetivavam facilitar a leitura e, por essa finalidade, faziam o possível para dar ao leitor a exata impressão da representação da fala.

Quando os estudos humanísticos emergiram, surgiram também o erudatismo e a febre da imitação dos clássicos latinos e gregos; com isso, aflora a intenção de aproximar a grafia portuguesa da latina. É o início do período denominado pelos estudiosos pseudoetimológico.

Esse período, que se inicia no século XVI e se estende até o ano de 1904, com a publicação da *Ortografia Nacional*, é conhecido como pseudoetimológico pela maior parte dos historiadores da língua que considera nunca ter existido na história da ortografia portuguesa um sistema ortográfico verdadeiramente etimológico. De acordo com Coutinho (1981), a grafia só é considerada “etimológica” quando “o critério adotado é respeitar, tanto quanto possível, as letras originárias das palavras, embora nenhum valor fonético representem” (p. 75).

A ortografia etimológica, ou pseudoetimológica, só atingiu seu apogeu em 1734, com a publicação da *Orthographia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a língua*

1 *Cartilha Nacional* chegou à edição de número 246 e *Primeiro Livro de Leitura*, 119 edições.

2 A primeira edição desse dicionário é de 1813. O exemplar utilizado aqui pertence à sexta edição.

3 A primeira edição desse dicionário é de 1982 e a segunda edição de 1986.

portuguesa, de João Madureira Feijó. Conforme destaca Cavaliere (2000), o uso da grafia grega e latina era imperioso para marcar o vínculo da forma atual com a tradição linguística do português. Por essa razão, usavam as letras mudas, os grupos helênicos, a dupla representação de fonemas vocálicos e demais fatos ortográficos.

Para esse autor, o sistema etimológico é melhor denominado pseudoetimológico não só porque nem sempre correspondia à exata grafia da forma original do latim e grego clássico, mas, sobretudo, porque seu referencial etimológico era equivocado:

Tomou-se por fonte linguística do português a modalidade do latim escrito, erudito, usado na literatura e nos textos oficiais, quando mais propriamente dever-se-ia tomar por fonte a modalidade do latim vulgar. (2000, p. 197)

Melo (1975, p. 242), a esse respeito, ressalta:

Foi se complicando a grafia das palavras, por força da crescente influência latina e meia-ciência dos escritores e tratadistas, de modo que se chegou a um insuportável *estado de confusão e balbúrdia*.⁴

Para Coutinho (1981, p. 76), nessa fase, ocorre “um divórcio entre a língua falada e a escrita”. Pautado de ponto de vista semelhante, Rocha Lima (2001, p. 45) atribui à falta de segurança em relação aos conhecimentos linguísticos o fato que levou os autores a pregarem uma “ortografia pretensiosa e cheia de complicações inúteis, que desatendia aos princípios da evolução do idioma”.

Até princípios do século XX, esse estado perdurou, inspirando a criação de dois sistemas simplificados: o português e o luso-brasileiro. Como mencionado, Gonçalves Viana (1904) propõe um sistema novo, por meio do qual se restaura a perdida tradição medieval e se fixa a grafia das palavras com base na etimologia e na pronúncia.

No que diz respeito a essa periodização, o que se mostra mais relevante aqui é a terminologia usada para nomear o segundo período, pois nos parece questionável nomeá-lo como pseudoetimológico.

Antes de tudo, devemos considerar que a terminologia se deu, sobretudo, com base em textos literários e avulsos sem levar em consideração os trabalhos de normatização linguística dos tratados ortográficos. Devemos levar em conta também que, no texto metaortográfico, a grafia proposta pelos ortógrafos era baseada no que julgavam ser a etimologia naquela época, considerando-se que estudos linguísticos mais aprofundados surgiram nos séculos XIX e XX. Em razão disso, em consonância com Kemmler (2001), preferimos não usar a expressão “pseudoetimológico”, pois é impossível evitar uma conotação pejorativa, além disso, como ressalta Kemmler (2001, p. 298), “não podemos decerto julgar mal os que nos antecederam, por lhes faltarem recursos dos quais nós hoje dispomos, pois a arrogância que o termo presume nada tem a ver com filologia”.

É inegável que alguns grafemas estão em posição oposta à etimologia, principalmente em textos manuscritos e em outros gêneros textuais; entretanto, em se tratando de textos metaortográficos, como é o caso aqui, parece-nos mais adequado falar em ortografia “etimologizante”, pois, conforme lembra Kemmler (2001), o uso desses grafemas detinha

4 Grifo nosso.

funções de ordem prática. Por isso, "onde é possível supor um raciocínio⁵ por parte do ortógrafo, preferimos falar em atitudes etimologizantes, seja qual for a justificação dada pelo ortógrafo." (2001, p. 298)

Assim, antes de falarmos em atitudes pseudoetimológicas, teríamos de analisar para cada grafema as razões e as motivações que justificam ou não a forma assumida pela palavra. Dentre essas motivações, destacamos as funções de determinadas letras no contexto da palavra, a formação de palavras por analogia, os processos de assimilação.

A representação fonética e a representação etimologizante quase sempre estão em interação, reforçando a ideia de que não é possível falar em período etimológico nem mesmo pseudoetimológico, pois, embora uma ou outra tendência tenha ocorrido mais fortemente em dada época, nenhuma dominou por completo os textos metaortográficos; existiam apenas traços que se manifestavam com maior ou menor intensidade.

Por essa razão, além de averiguarmos a variação etimologizante das grafias, examinamos também as representações fonéticas por meio da análise dos índices grafo-fonéticos, observando as práticas que manifestavam correspondência entre o som e o grafema.

Existem ainda casos em que a grafia das palavras encontra-se em desacordo com a prescrição da gramática ou em desacordo com a etimologia; no entanto, não são consideradas, aqui, essas ocorrências como pertencentes à categoria de variação gráfica livre, pois são vocábulos registrados no dicionário.

Nessa categoria, só serão enquadradas, portanto, as palavras que, além de estarem em discordância com a prescrição gramatical, não estejam registradas no dicionário da época.

Análise dos vocábulos

Do *corpus* selecionado, levantamos 15.718 palavras, dentre as quais 365 enquadram-se na categoria de análise estabelecida, ou seja, são grafadas com letras geminadas, letras mudas, letras dos grupos helênicos, entre outros grafemas anteriormente mencionados.

Na análise, observamos, inicialmente, a ocorrência do grafema *h⁶*, nas palavras *sahiu*, *cahir*, *comprehendesse*, *atrahentes*, *bahú*, *extrahida*, *ahi*, *contrahir*.

O *h*, como notamos, está sendo usado para preencher uma função de distinção gráfica, no caso, para marcar o hiato, nas palavras: *sahiu*, *bahú*, *extrahida*, *ahi*. Esse uso não parece representar, aqui, o simples desconhecimento da etimologia, nem uma *ortografia pretensiosa* ou uma *complicação inútil*, como afirmam alguns estudiosos.

Essas palavras encontram-se registradas nessas formas no dicionário de Moraes Silva (1858), indicando uso corrente. Tal uso também está prescrito na gramática, como observamos em Ribeiro⁷ (1881):

5 Grifo nosso.

6 Como já mencionado, apresentamos aqui apenas um recorte dos vocábulos analisados.

7 Júlio Ribeiro é o gramático que apresenta e discute as normas ortográficas com maior riqueza de detalhes. De modo geral, as ideias ortográficas apresentadas pelos outros gramáticos aqui analisados mostram-se convergentes com as dele. É por essa razão que, no percurso analítico, priorizaram-se as prescrições expostas por Júlio Ribeiro.

Inclue-se o *h* entre as letras por uniformidade de classificação: na maioria dos vocabuloseportuguezesellenão passa de signaletimologico cuja utilidade é indicar a aspiração da palavra estrangeira raiz. Todavia em ‘bahia’, ‘cahir’, etc. serve para marcar a separação de vozes que sem seu auxilio poderiam ser tomados como formando diphthongos. (1881, p. 24)

E continua o autor:

Deve-se escrever com *h* as palavras em que o uso o admite para marcar a não existência de diphthongo, ex. *allahude*. Muitos marcam esta não existência de diphthongo por accento agudo, escrevendo *alaúde*, *saúde*. (1881, p. 32)

Mas para as palavras como: compre**h**ende, bah**ú**, atra**h**entes, proib**h**ir, a explicação é etimológica, pois, na passagem para o português, o *h* foi preservado (compre**h**ende<comprehendere do latim, bah**ú**<bahu / bah**ú** do francês, atra**h**entes<attrahente do latim, proib**h**ido<prohibere do latim).

Ao compararmos as ocorrências, podemos inferir que a função do *h* de marcação de hiato foi construída analogicamente ao uso do *h* etimológico, que, de alguma forma, faz a separação entre as vogais: a-ttra- **h**en- tes/ ba-**h**ú. De acordo com Coutinho (1976, p. 150), a analogia é o princípio pelo qual a linguagem tende a uniformizar-se reduzindo as formas irregulares e menos frequentes a outras regulares e frequentes. Por meio das palavras de Mario Barreto, Coutinho (1976, p. 150) explica que

[...] a analogia procede sobretudo por generalização modificando os fenômenos vizinhos segundo o modelo dos fenômenos que têm mais extensão, e é raro que o faça por extensão de um caso particular. [...] O resultado da analogia é essencialmente unificador. Ele tende a restabelecer a harmonia e o paralelismo das formas.

Dessa forma, constatamos que esse uso do *h*, por analogia, marca a atitude etimologizante das grafias, pois, embora a justificativa da ocorrência não esteja na história da palavra, está na sua função de hiato.

Encontramos, também, casos em que o grafema “h” foi usado no início do vocábulo, como em “**h**ontem” e “**h**ombro”. O vocábulo “hontem” etimologicamente não deveria ser grafado com o grafema *h*, como se verifica: hontem – *lat ad nocte*. A explicação provável está no fato de que essa palavra mantém, também por analogia, vínculo semântico com a palavra “hoje”, grafada em sua origem com *h*: *hodienu*< hoje. Se assim for, podemos entender que é o raciocínio que leva à atitude etimologizante observada na grafia dessa palavra.

No caso de “hombro”, ao consultar o dicionário de Moraes Silva (1858), verificamos o registro da forma latina *humerus* com *h*, sendo, portanto, um raciocínio etimológico. Entretanto, segundo dicionários atuais, na forma latina dessa palavra não há o emprego do grafema *h*, como se observa em Cunha (2007) e Gomes Ferreira (1991): *umerus*. É interessante observarmos que esses dicionários registram que tanto no francês quanto no inglês essa palavra era escrita com *h* inicial no século XIX.

Em relação às aspiradas greco-latinas, cujos usos sempre foram alvo de celeumas, verificamos, do mesmo modo, estarem de acordo com a recomendação das gramáticas e do dicionário. No caso de vocábulos em que o *fê* é representado pelo grafema *ph*, o

uso só é indicado quando o vocábulo for originário da língua grega. Foram justamente as ocorrências encontradas no material analisado: **orphão**<orphanós (grego), **phónico**<phoné (grego), **orthographia**<orthographía (grego), **phosphoro**<phosphóros (grego), **diphthongos**<díphthongos (grego), **phrases**<phrásis (grego), dentre muitas outras. É possível afirmar, portanto, que as palavras grafadas com *ph* examinadas estão de acordo com a indicação, visto que todas são de origem grega, consoantes, desse modo, com a orientação das gramáticas e dicionário do período.

No que concerne à modificação vocal “te”, em certos casos, sua representação gráfica pode ocorrer por meio dos grafemas *pt* e *th*. Segundo a orientação de Júlio Ribeiro (1881), o grafema *pt* deve ser usado nos derivados de vocábulos gregos e latinos. Quanto ao *th*, o gramático prescreve que só se deve usá-lo nos derivados de vocábulos gregos. É o caso de algumas palavras coletadas que representam esses grafemas: **ecripta**<scriptus (latim), **assumpto** <assumptus (latim) e **throno**<thrónos (grego), **arithmetica**<arithmetiké (grego), entre outros vocábulos examinados. Como vemos, o grupo de palavras grafadas com *pt* e *ph* está de acordo com a norma exposta na gramática, grafadas com esses grafemas devido à etimologia.

Além de examinar a ocorrência de variação gráfica etimologizante, nesta investigação buscamos, como já mencionado, averiguar a variação grafo-fonética e a variação gráfica livre presentes no *corpus* selecionado. Constatamos que, do total de palavras coletadas, apenas 8,49% se enquadram na categoria grafo-fonética. Embora estejamos falando de uma grafia que se aproxima da pronúncia, que tende a variar, encontramos certa estabilidade nos vocábulos encontrados, pois são grafados da mesma maneira.

Isso nos leva a crer que também nessa categoria grafemática havia um padrão, uma estabilidade. A reincidência do mesmo vocábulo em documentos diferentes e a ocorrência de vocábulos diferentes, mas explicada pelo mesmo fenômeno grafo-fonético, como vemos adiante, indica que as palavras pertencentes a essa categoria não representavam a pronúncia individual, ou a escolha um modo de falar de um grupo restrito. Aliás, as propostas ortográficas verdadeiramente fonéticas eram, e ainda hoje são, rejeitadas justamente por serem ideais e por representarem um indivíduo, um grupo ou uma região. Sobre isso informa Coutinho (1976, p. 136):

As mudanças fonéticas não são individuais, ao contrário, são sempre coletivas, pois quando uma pronúncia se desvia ou se afasta da que é comumente usada, em determinado meio, o que frequentemente observa é uma repulsa a ela, não o desejo da imitação.

Em relação a essa categoria, destacamos inicialmente o fenômeno da redução. Em um vocábulo a correspondência entre o som e o grafema deve-se à redução quando as vogais “e” e “o” postônicas são pronunciadas de modo mais brando. Esse modo de pronunciar é devido ao fato de só haver uma sílaba tônica na palavra, fazendo com que as vogais “e” e “o” da sílaba átona postônica soem como “i” e “u”, como nos casos das palavras “pede” (pronunciada como *pedi*) e “cachorro” (pronunciada como *cachorru*). É justamente esse fenômeno que explica a grafia do vocábulo “quasi” utilizado na *Cartilha da Infância* e na *Cartilha Nacional*, escritos exatamente do mesmo modo. É também desse modo que esse vocábulo está registrado no dicionário de Moraes Silva, o que reforça o indício de haver estabilidade ortográfica mesmo em ocorrências grafo-fonéticas.

No que diz respeito à palavra “ideia”, do grego “Idea”, podemos dizer que é também devido à pronúncia que houve o acréscimo do “i” na grafia. De acordo com Cavaliere (2005, p. 60), alguns especialistas aludem ao processo de diferenciação esse tipo de fenômeno. Nesse caso, pode ocorrer a ruptura da continuidade de uma posição articulatória, seja segmentando um som único, seja intensificando a diferença entre os sons semelhantes e contíguos. Ao primeiro caso, dá-se o nome de *diferenciação criada*, pois ocorre entre fases sucessivas de um só fonema; ao segundo, dá-se o nome de *diferenciação aprofundada*.

O processo de ditongação é considerado o caso mais evidente da diferenciação criada. A partir desse processo, a vogal, em posição inicial de um hiato, alonga-se além do tempo normal. Nessa situação, os órgãos da fala dificilmente mantêm sua posição articulatória durante toda a emissão do som, iniciando um movimento de abertura ou fechamento que modifica o timbre em grau maior ou menor. O resultado disso é a criação de uma semivogal em decorrência da variação de timbre, a ditongação. Na palavra ‘idea’, o ‘e’ tônico, em posição inicial do hiato, alonga-se, provocando, com isso, alteração de timbre no segmento final de sua articulação. Disso resulta um glide com traços de consoante contínua palatal oral /j/⁸ que é em muitos casos representada graficamente pela letra ‘i’, como o vocábulo “ideia”, presente na *Cartilha Nacional*.

Nos processos analógicos, há, conforme afirma Coutinho (1976), sempre dois termos: um ativo e outro passivo. É considerado termo ativo o que exerce a influência ou serve de modelo; enquanto o termo passivo sofre a influência ou é modelado. Em relação ao termo ativo, Sá Nogueira (1937, p. 17) assinala sobre a necessidade de se atender algumas condições:

1. Que seja de uso mais geral: diz-se ‘negoceio’ por ‘negocio’, e não se diz ‘passio’ por “passeio”, porque os verbos terminados em ‘ear’ são muito mais abundantes que os terminados em ‘iar’;
2. Que seja mais de harmonia com a índole da língua: passou-se a dizer ‘asa’ em vez de ‘as’ (forma contracta do arc. ‘aas’, do latim ‘alas’), porque, sendo feminino aquele vocábulo, necessitava terminar em ‘a’, para segundo a índole de nossa língua, ter o aspecto feminino;
3. Que, pertencendo a um grupo, cujos elementos se costumam dispor em determinada ordem, ocupe na escala lugar anterior: a forma arcaica ‘cinque’, proveniente do latim ‘quinque’, deve ter passado a ‘cinco’ por analogia com ‘quatro’, que na escala numérica ocupa lugar anterior;

8 De acordo com Cavaliere (2005, p. 102), palavras como ‘meio, receio’ têm recebido tratamento plural nos compêndios descritivos do português, tendo em vista a sequência de três fonemas vocálicos sem base medial, ou seja, sem constituir tritongo. A tradição gramatical costuma ver nesses casos uma sequência ditongo mais vogal (mei-o) ou de vogal mais ditongo (me-io), Alguns autores atestam a duplicidade articulatória da semivogal de que resulta um hiato entre ditongos [meyyʊ] (BECHARA, 2001, p. 564).

Considerando a tradição latina de um ‘i’ consonântico de dois tempos elocucionais em ambiente intervocálico, não julgamos incabíveis interpretar o i que aparece nas palavras em tela como uma dupla manifestação da semivogal [yy] – conforme observamos no item, a semivogal é um fonema com traço consonantal fricativo -, com a ressalva de que o efeito acústico dessa sequência equivale a uma espécie de consoante palatal contínua. Em outras palavras, alguns falantes do português articulam efetivamente as duas semivogais em sequência, mas outros produzem uma ligação tão estreita entre elas que o efeito é de uma variante articulada como consoante em dois tempos, que representamos aqui pelo símbolo /j/. Por esse motivo, transcrevemos foneticamente essas sequências da seguinte forma: ‘maio’ [majʊ].

4. Que, referindo-se às flexões gramaticais, ocupe categoria mais nobre: as formas do latim clássico ‘tuus’ e ‘suus’ passaram no popular a ‘teus’ e ‘seus’ por analogia com ‘meus’, e não se deu o contrário, porque a
5. Primeira pessoa gramaticalmente é mais nobre do que as outras.

É exatamente a primeira condição apontada por Sá Nogueira que explica o uso de “passeiavam” no livro de Felisberto de Carvalho.

Além disso, há grafias que são explicadas pela assimilação. Segundo Coutinho (1976, p. 151), deve-se ter cuidado para não confundir a analogia e a assimilação. A primeira “resulta da influência de um vocábulo sobre o outro, determinando igualdade ou aproximação; ao passo que, a segunda, visa à identidade ou a semelhança dos fonemas, na mesma palavra” (COUTINHO, 1976, p. 151).

É um fenômeno de assimilação que explica a grafia das palavras: **cousa** <causa (latim), **dous**< duo, **duae** (latim).

Nesse caso, o fenômeno da assimilação está na mudança de pronúncia do ditongo “au” para “ou” e do ditongo “uo” para “ou”. A aproximação e identidade dos fonemas é resultado da influência que um exerce sobre o outro. De acordo com Cavaliere (2005, p. 59), a assimilação consiste

[...] na ação assimilatória de um fonema sobre o outro, de que resulta uma modificação desse último a ponto de dele aproximar-se (assimilação parcial) ou a ele igualar-se (assimilação total). Em *pidido*, por *pedido*, por exemplo, a harmonização da vogal pretônica com a alta tônica resulta de um caso de assimilação total regressiva, visto que a vogal modificada iguala-se à modificadora e está em posição anterior a essa. Já em ‘surrupiar’, forma variante de *surrupiar*, a assimilação é total progressiva, dado que o fonema modificado é posterior ao modificador.

Nos documentos analisados, notamos que há maior ocorrência de palavras terminadas em ditongo “ae” e “aes”, quando em palavras que denotam plural. De acordo com a regra apresentada por Ribeiro (1881, p. 46) em sua gramática, esses ditongos devem ser usados na segunda pessoa do plural do presente do imperativo dos verbos da primeira conjugação, ex.: *amae* – *dae* – *perdoae*, o que explica o uso de “livrae”, na *Cartilha da Infância*. Nota-se que verbos de natureza anômala, como o verbo “vae”, segue a mesma regra dos verbos de primeira pessoa provavelmente por analogia, já que existe a tendência por parte do falante de regularizar as formas anômalas ou irregulares, passando-as aos padrões mais regulares, como nos casos, por exemplo, da tendência da criança de dizer “eu fazi” por analogia a “eu vendi, eu pedi”. É também, ao que tudo indica, a analogia que explica a grafia dos verbos: *exclue*, *suubstitutue*

No caso do plural formado por *aes*, Ribeiro (1881) propõe que se use esse grafema em nomes terminados por “al”, como ocorre nos vocábulos: *essenciaes*< (essencial) *essentialis* (latim), *especiaes*< (especial) *specialis* (latim), *taes*< (tal) *talis* (latim), *vogaes*< (vocal) *vocalis* (latim), *iniciaes*< (inicial) *initalis* (latim), *capitaes*< (capital) *capitalis* (latim), *ruraes*< (rural) *ruralis* (latim) entre outras.

As palavras “federaes” e “nacionaes”, embora sejam de origem francesa, também seguem a mesma regra. Nesses casos, supostamente, é a analogia que explica a grafia do

ditongo “ae” nesses vocábulos. Afinal, conforme explica Cavaliere (2005), o fenômeno da analogia se dá devido ao vínculo semântico ou morfológico que certas palavras mantêm entre si. No caso das palavras citadas, o vínculo é morfológico.

Em relação ao uso do ditongo *ao* usado na palavra “mãos”, podemos dizer que está adequadamente empregado, pois, como prescreve Maciel (1916), a representação gráfica do som “au” deve ser “ao” na terminação dos oxítonos. A partir da orientação do gramático, e também se baseando na ocorrência desse vocábulo no dicionário, embora esteja também registrado “mau”, podemos afirmar que se trata de um caso em conformidade com o padrão normativo.

É também a regra explicitada na gramática que explica a grafia do vocábulo “céos”: usa-se é *o accentuado na terminação dos oxytonos exemplo: chapéo, céo* (1916, p. 69). Além de a grafia estar justificada pela regra, e também constar na gramática como um caso exemplar para o emprego desse grafema, o dicionário de Moraes Silva (1858a) registra a ocorrência com esse modo de grafar, embora registre também a palavra “céu”.

Como já mencionado antes, há casos em que um vocábulo tem uma grafia que não se enquadra nem na tendência etimologizante, nem na grafo-fonética. São casos que, além de não atenderem às prescrições expostas nas gramáticas, não são registrados no dicionário. Essas ocorrências são aqui tratadas como variação gráfica livre. Nos documentos examinados foram encontrados poucos vocábulos dessa categoria grafemática: as palavras *paraízo, geito, sapoty*, além do já mencionado *guella*.

No caso de “paraízo”, verificamos que não há esse registro no dicionário. Encontra-se registrado “paraíso”, originário do latim “paradisus”. Além disso, essa grafia contraria a prescrição da gramática, na medida em que a orientação do emprego preferível, segundo Maciel (1916, p. 71), é “s”, por ser letra mais geral, mais vezes de acordo com a etimologia do que o “z”.

Outra palavra que contraria a norma proposta pelos gramáticos da época é “geito”. Em primeiro lugar porque em latim a palavra é **escrita com “j”**, *jactus*, e, em segundo, porque Ribeiro (1881) afirma que se deve usar o “g” antes de “e, i, y”, como em *gelo, gibba*, e “j” antes de “a, o, u”, mas exceptua-se *jeitar*.

Enquadrou-se nessa categoria o vocábulo “sapoty” por se tratar de uma palavra não registrada no dicionário etimológico da época. Além disso, ao consultarmos o dicionário atual, verificamos que a origem é castelhana, “zapore”, derivada de *náuateletzápoti*. Como podemos notar, não é também a etimologia que explica essa grafia.

A partir desse percurso analítico, portanto, constatamos que, na segunda metade do século XIX, havia um sistema ortográfico estável e normatizado. Comprovamos que os grafemas de usos mais discutidos e polêmicos ao longo da história da ortografia apresentaram-se nos livros didáticos, documento de abrangência nacional e de importância indiscutível, consonante às normas gramaticais vigentes naquela época, particularmente, às prescrições de Júlio Ribeiro em sua *Grammatica Portugueza* (1881).

Conclusão

Parece inaceitável falar que no Brasil oitocentista não havia ortografia, que não havia textos com uniformidade ortográfica e “que os autores se utilizavam dos mais diversos e disparatados recursos gráficos, quase sempre em desacordo com as gramáticas ou os manuais de ortografia” (SILVA, M., 2009, p. 166). Talvez, como já dito, a variação gráfica livre esteja presente em textos manuscritos e/ou literários. Cabe lembrar que se trata de uma época em que era baixo o número de pessoas que frequentavam a escola e que, por consequência, eram restritos os hábitos de leitura e escrita, o que, certamente, favorecia a dificuldade de se ter uma grafia uniforme, particularmente, em se tratando de textos manuscritos. Além disso, o nacionalismo linguístico que levava alguns escritores a defenderem a existência de uma língua brasileira levava-os também à defesa de uma ortografia brasileira que os motivava a escrever de modo particular. Devido a esses fatores, a possibilidade de se encontrarem divergências ortográficas em seus textos não pode ser descartada.

Os resultados obtidos demonstram que a maioria dos vocábulos analisados, 76,16%, são dicionarizados e têm suas grafias fundamentadas pelos preceitos do dicionário etimológico de Moraes Silva (1858a). Tais resultados permitem dizer, portanto, que não é possível falar em sistema ortográfico pseudoetimológico de modo generalizado, por não fazer justiça ao sistema ortográfico do período; na mesma medida, também não é possível falar em ortografia etimológica, pois havia, em alguns casos, erros quanto à etimologia. Sem falar da variação grafo-fonética, cuja existência elimina a hipótese de haver um sistema puramente etimológico. Por essas razões sustentamos a afirmação de que a ortografia era etimologizante no caso de vocábulos cuja escolha grafemática não era decorrente da história das palavras, mas de um raciocínio dos ortógrafos pautado, muitas vezes, pela analogia, ou pelas normas apresentadas pelos gramáticos.

Em síntese, afirmamos que havia um sistema ortográfico em vigor no final do século XIX, o qual era prescrito pelas gramáticas brasileiras, e seguido pelos autores dos documentos analisados. Além disso, verificamos que o uso de grafemas de origem grega e latina, quando não explicados pela etimologia, eram explicados por uma atitude etimologizante um processo lógico, não simplesmente opções exageradas ou infundadas, mas “autorizados” também pelo dicionário. Desse modo, concluímos que, embora não houvesse uma lei destinada à oficialização do sistema ortográfico que, portanto, determinaria quais normas deveriam ser seguidas, um sistema ortográfico foi tido como ideal e seguido nos documentos oficiais.

Denominar todo um período de pseudoetimológico pelo fato de não estar diretamente vinculado à verdadeira etimologia da palavra é negar todo o processo de construção de um saber desenvolvido em uma época. O processo de grafar as palavras no século XIX, a partir do olhar da época, tira-lhe o peso da marca preconceituosa de espontaneísta, até mesmo de errônea e de irresponsável.

Foi, em verdade, o referencial etimológico da época o que possibilitou a saída dessa noção reducionista do período que desconsidera o fato de que as propostas ortográficas de maior representação do século XIX foram apresentadas por filólogos e gramáticos. Isso porque, como evidente, o vocábulo e o ato de constituir sua grafia foram averiguados com a devida imparcialidade diante desse objeto.

Entretanto essa postura não oblitera a visão do analista, de modo que a existência de erros ortográficos foi observada e considerada, porém, mais uma vez, sem a descon sideração dos processos lógicos nas escolhas grafemáticas. É o caso, por exemplo, dos processos analógicos que ocorrem pela criação de uma grafia à imagem de outra por meio de associações de nível semântico, morfológico, fonético.

Esse processo favorece a uniformização dos usos gráficos, porque é tendência do usuário de uma língua buscar, consciente ou inconscientemente, a harmonização de usos. Essa busca não caracteriza anarquia ortográfica, pelo contrário, como já ressaltado, estabilização a bem da comunicação escrita. Evidentemente, a estabilidade não se constituiu como lei, mas como norma a ser utilizada em órgãos públicos. A lei adviria de contratos prévios entre Brasil e Portugal, ou seja, de um posicionamento político de ambos os países. Novamente, a inexistência de lei não implica necessariamente ausência de padrões disciplinadores do uso grafemático grego ou latino em certos vocábulos.

Nesse sentido, vale lembrar que poucos países têm seus sistemas ortográficos regidos por leis, como ocorre aqui atualmente, mas nem por isso possuem ortografia irregular. É claro que nos dias atuais a escola e a imprensa, ou seja, os órgãos oficiais, têm papel fundamental na manutenção da uniformidade, como já havia no século XIX por meios dos órgãos censores.

É justamente esse dado, no caso de modo contrário, que foi considerado ao nos referirmos ao século XIX brasileiro. A falta de rigor e a livre escolha não estavam presentes em textos oficiais, mas em manuscritos, cartas pessoais, textos literários. Em relação aos textos manuscritos, é preciso levar em conta que era grande o número de pessoas que não tinham acesso à escola e à leitura, o que, obviamente, aumentava a possibilidade de elas estarem afastadas da grafia veiculada pela escola por meio dos livros didáticos.

Por fim, este trabalho aponta para a possibilidade novas investigações. Seria interessante a ampliação desse *corpus* a gêneros de outras esferas oficiais, pois a verificação do cumprimento dessas normas em outros setores da sociedade daria maior dimensão do uso ortográfico nos anos oitocentos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. dos R. *A ortografia da língua portuguesa na segunda metade do século XIX e início do século XX: dos projetos de reforma ao acordo ortográfico de 1931*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. *Ortografia brasileira oitocentista nos livros didáticos e na Constituição de 1891: norma ou anarquia?* Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

AGUIAR, M. dos R.; FÁVERO, L. L. Nacionalismo Linguístico e conservadorismo na ortografia brasileira. In: SILVA, M. P. da. *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 133-148.

AUROUX, S. Histoire de sciences et entropie des systèmes scientifiques. In: SCHMITTER, P. (Org.). *Gescheichte der Sprachtheorie*. Tübingen: Gunter Narr, 1987. p. 20-42 (Introduction).

_____. *Historie des idées linguistiques*. Bruxelas: Mardaga, 1992.

BITTENCOURT, C. M. F. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese (Doutorado em História Social?) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

CAGLIARI, L. C. Algumas reflexões sobre o início da ortografia da língua portuguesa. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 27, p. 103-111, 1994.

_____. Aspectos teóricos da ortografia. In: SILVA, Maurício Pedro da. *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009a. p. 17-52.

_____. *A história do alfabeto*. São Paulo: Paulistana, 2009b.

CAVALIERE, R. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal de Fluminense, 2000.

_____. *Pontos essenciais em fonética e fonologia*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

COUTINHO, I. *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

GALHARDO, T. *Cartilha da Infância: ensino da leitura*. 41. ed. (modificada e ampliada pelo professor Romão Puiggari). Rio de Janeiro: Livraria Classica de São Francisco Alves & Cia., 1908.

GOMES, A. *Grammatica Portugueza*. 17. ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1918.

KEMMLER, R. *Para uma história da ortografia portuguesa: o texto metateórico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911*. Frankfurt: Instituto Camões, 2001.

_____. Para uma história da ortografia simplificada. In: SILVA, M. P. da (Org.) *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 53-114.

MACIEL, M. *Grammatica da Lingua Portugueza*. 6 ed. São Paulo: Francisco Alves & Cia., 1916.

ORLANDI, E. P. *História da Ideias Linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. São Paulo: Pontes; Mato Grosso: Unemat Editora, 2001.

_____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

RIBEIRO, H. *Cartilha Nacional: ensino simultaneo da leitura e calligraphia*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1885.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Typografia de Jorge Seckler, 1881.

SÁ NOGUEIRA, R. *Subsídios para o estudo das consequências da analogia em português*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1937.

SILVA, A. M. de. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 6. ed. Lisboa: Typhografia de Antonio José da Rocha, 1858a.

SILVA, J. P. da. *A nova ortografia da língua portuguesa*. Niterói, Rio de Janeiro: Impetus, 2009a.

SILVA, M. P. da. A academia Brasileira de Letras e a reforma ortográfica no Brasil. In: SILVA, M. P. da. (Org.) *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009b.

SILVA, M. P. da S. Jr.; ANDRADE, B. P. L. de. *Grammatica da Lingua Portugueza*. 2. ed. São Paulo: Livraria Clássica de Alves & Cia., 1894.

Escolha dos nomes de pessoas pelos pioneiros de Palotina-PR

(The choice of people's names by the first inhabitants of Palotina-PR)

Jéssica Paula Vescovi¹

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

gilvescovi@hotmail.com

Abstract: The use of given names can say a lot about a community. Based on this assumption, this paper aims to show how names were given in the city of Palotina, Paraná, in the beginning of its colonization, in 1957. In order to do this, a brief history of the West region of Paraná and the city of Palotina will be traced. From this, we will try to show how name giving may have been influenced by the West settlers. This study will be based on Saussure's structuralism, antroponomastics and the etymology of personal names and surnames of the first 100 birth records of the local registry office.

Keywords: Antroponomastics, West Paraná, Italian Colonization

Resumo: O emprego de um nome próprio muito pode dizer sobre determinada comunidade. Partindo desse pressuposto, o objetivo deste trabalho é apresentar como ocorreu a nomeação no município de Palotina, Paraná, no início de sua colonização, em 1957. Para tanto, será traçado um breve histórico da região Oeste e da cidade de Palotina e, a partir disso, busca-se apresentar de que forma a nomeação pode ter sido influenciada pelos colonizadores do Oeste. Para tal investigação, serão analisados, a partir do estruturalismo saussuriano, dos pressupostos antroponomásticos e da etimologia dos nomes e sobrenomes, os cem primeiros registros de nascimento do cartório de registro civil local.

Palavras-chave: Antroponomástica, oeste paranaense, colonização italiana.

Introdução

O nome próprio é uma das marcas de identidade mais fortes. Por mais que, às vezes, não agrade ao nomeado, o antropônimo pode ser reflexo da cultura, dos hábitos e da tradição de uma família. A região oeste do Paraná é uma região que foi tipicamente colonizada por descendentes de europeus, principalmente por catarinenses e gaúchos cujos pais ou avós eram oriundos da Alemanha ou da Itália.

A colonização do oeste do Paraná teve início no começo da década de 1950, como resultado de um movimento político conhecido como "Marcha para o Oeste". Houve então a criação de diversas colônias e cidades marcadas, principalmente, pela tradição trazida por esses colonizadores, que fixaram sua cultura nos lugares desbravados, caracterizada pela religião e pela valorização do trabalho. A colonização dessa região, como aponta Deitos (2007 p. 184), "comportou uma característica cultural centrada na valorização do trabalho. Esta característica é percebida [...] pela escolha do migrante que veio para a região, na sua maioria de ascendência teuta e italiana". A cidade de Palotina, localizada nessa região paranaense, no início de sua colonização contou com muitos imigrantes italianos, conforme apontado por Deitos (2007). Outro aspecto da história local que merece menção é o fato de a cidade ter contado, desde sempre, com o apoio e a colaboração de

¹ Bolsista Capes/CNPq.

padres palotinos, motivo pelo qual, segundo Reginatto (1979), o município recebeu o nome de Palotina, fato que aponta para a presença da religião católica na comunidade.

Além de ter sido descrita por Reginatto em 1959, a questão religiosa no município de Palotina foi estudada e investigada por Freitag (2001), autora que, em seu livro *Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo oeste paranaense (1937-1954)*, afirma que “os Palotinos arregimentaram colonos sulistas, determinando os seus padrões comportamentais, seus códigos de honra e de fé” (p. 116). Além disso, a autora afirma que, no início da colonização da comunidade palotinese, “Palotina foi também ‘pensada’ a partir de um plano cultural, preparado pelo catolicismo em particular, no qual os discursos religiosos funcionavam como catalisadores das tensões e tranquilizadores dos momentos difíceis” (FREITAG, 2001, p. 118), e apresenta que, na época, meados da década de 1950, mais de 80% da população era católica. O estudo que aqui se apresenta investigará, entre outras hipóteses, quão influente foi a igreja católica na questão antropomástica, considerando os dados ora apresentados sobre a religião nessa comunidade oesteira. Há que se ressaltar, contudo, que, por não terem sido feitas entrevistas nem aos designados nem aos designadores, a motivação religiosa de alguns dos nomes documentados é pressuposta, não sendo possível comprová-la efetivamente.

Levando-se em conta que o nome é uma das formas de identificação mais pessoal de um ser humano, sabe-se, também, que é carregado de história, ideologias e cultura, pois, conforme aponta Dick:

[...] os antropônimos se referem, com exclusividade, à distinção dos indivíduos entre si, no conjunto dos agrupamentos sociais, ao mesmo tempo em que permitem e possibilitam aos núcleos assim constituído a aquisição de uma personalidade vivenciada através da nominação de seus membros. (1992, p. 178)

É importante ressaltar que, para a autora, a partir na nomeação de cada criança, é possível observar e traçar um perfil prévio da comunidade. Mansur Guérios (1981) aponta algumas motivações para a escolha dos antropônimos, quais sejam: influências históricas, políticas e religiosas; circunstâncias, tempo e lugar do nascimento do indivíduo; suas particularidades físicas; nomes relativos a profissões; nomes curiosos ou excêntricos. Dauzat² apud Dick (1992, p. 179) também apresenta alguns elementos que possivelmente motivariam as escolhas antropomásticas dos pais dos nomeados. Entre eles destaca-se o fator conservador das famílias tradicionais, observado, por exemplo, quando o recém-nato recebe o nome de um antepassado. Observando o apresentado por Guérios (1981) e por Dick (1992), foi investigada a existência de dois fatores: a religiosidade e a homenagem aos antepassados nos cem primeiros nomes registrados no município.

A respeito da influência da religião da colonização da região oeste, afirma Gregory (2002) ao fazer menção ao forte catolicismo presente nas comunidades do Oeste paranaense:

O catolicismo conservador, também, conseguiu prolongar por várias décadas as sementeiras das vocações religiosas nas regiões coloniais do Sul do Brasil. Este fenômeno, pelo que nos consta, carece de estudo mais aprofundado, mas pode ser observado na origem étnica dos religiosos, inclusive na alta hierarquia do clero católico brasileiro. (GREGORY, 2002, p. 52)

2 DAUZAT, A. *Les noms de lieux*, Paris: Librairie Delagrave, 1922.

Cumpra informar que a pesquisa ora descrita procurou seguir pressupostos estruturalistas, entre os quais se destaca o valor de um nome poder variar de acordo com a comunidade em que este foi empregado: “O valor, tomado em seu aspecto conceitual constitui, sem dúvida, um elemento da significação, e é difícil saber como esta se distingue dele, apesar de estar sob sua dependência” (SAUSSURE, 2012, p. 161). No caso da antroponomástica, o valor do signo estará relacionado ao *corpus* em questão, ou seja, será observado o nome em confronto com outros nomes do mesmo *corpus*, pois, para o criador do estruturalismo

Seu valor não estará então fixado, enquanto nos limitarmos a comprovar que pode ser “trocada” por este ou aquele conceito, isto é, que tem esta ou aquela significação; falta ainda compará-la com os valores semelhantes, com as palavras que se lhe podem opor. Seu conteúdo só é verdadeiramente determinado pelo concurso do que existe fora dela. Fazendo parte de um sistema, está revestida não só de uma significação, como também, e sobretudo, de um valor, e isso é coisa muito diferente. (SAUSSURE, 2012, p. 162)

O fato de se considerar a antroponímia em sua sistematicidade, contudo, não significa que são desconsideradas as condições sociais que permeiam a escolha do nome, haja vista que se observa que o indivíduo é influenciado a escolher determinado nome a partir do meio em que vive, influenciado pelas ascendências de sua comunidade, pelas influências que a comunidade em que o nomeador reside e, até mesmo, pelas condições ideológicas estabelecidas em determinadas ocasiões, entre elas a religiosidade e o conservadorismo. Se a religiosidade tem influência na escolha antroponímica, é de se esperar haja uma quantidade significativa de nomes bíblicos entre os coletados. Caso se trate de uma comunidade conservadora, espera-se que os nomes das gerações anteriores se repitam por serem utilizados para nomearem os registrados.

Por considerar as condições sociais da nomeação, no bojo desta pesquisa foi utilizada a noção de *norma linguística* proposta por Coseriu (1980). O autor, na obra *Lições de linguística geral*, afirma que “[...] a norma corresponderia à *langue* saussuriana” (p. 120), ou seja, “a norma da língua [...] contém o que no falar correspondente a uma língua funcional, é o fato tradicional, comum e constante, ainda que não necessariamente funcional: todo fato que se diz e se entende ‘dessa maneira e não de outro modo’” (p. 122). Entre outros aspectos, o uso do conceito de *norma linguística* proposto por Coseriu (1980) vai ao encontro do fato de que, na sistematicidade dos nomes próprios, o emprego dos nomes varia de acordo com a comunidade e suas condições. Além disso, vindo ao encontro do proposto pelo autor, está o fato de que “[...] a norma abrange fatos linguísticos efetivamente realizados e existentes na tradição” (COSERIU, 1980, p. 123), ou seja, a efetivação de uma tradição, no caso, religiosa, poderia, certamente, influenciar na nomeação dos nascidos em uma comunidade com fortes traços religiosos, tendo em vista que, partindo desse pressuposto, é possível dizer, em consonância a Preti, que “[...] a norma é o ponto de chegada no processo de uniformização e nivelamento da língua. A própria sociedade se encarrega de preservar o *uso*, que ela própria estabeleceu” (1987, p. 48).

Outro aspecto a ser investigado neste trabalho diz respeito à etimologia dos prenomes encontrados. Se há, por parte das famílias dos nomeados, a tentativa de manter a tradição cultural de sua ascendência, será que isso implica que o designador escolherá um prenome que, etimologicamente, remeta à origem de seus antepassados? Para responder a essa questão, foi necessário analisar a etimologia dos prenomes empregados, para averiguar

se estão associados à etimologia do sobrenome, e se, no caso das famílias italianas, há alguma tradição no modo de nomear seus membros. Levanta-se, então, partindo do pressuposto de que a comunidade de origem italiana é mantedora dos costumes da cultura ítala, a terceira hipótese deste trabalho: há predominância de prenomes italianos entre os nomeados com fichas puramente italianas de 1957?

Na tentativa de comprovar as três hipóteses levantadas e apresentadas acima, este artigo organizou-se da seguinte maneira: num primeiro momento, foram separadas as fichas antroponomásticas utilizadas na coleta dos dados de acordo com a etimologia de todos os sobrenomes da ficha, que foram divididas em três grandes grupos: italianos, tendo em vista a forte colonização local; italianos híbridos, ou seja, quando houve a presença de um sobrenome italiano; e outros. Nesta última categoria, foram incluídas todas as ascendências, com exceção das italianas, o que revelou uma grande presença de famílias italianas na comunidade palotinese. As fichas ora classificadas etimologicamente foram quantificadas, isto é, foram analisadas quantitativamente para o cálculo da porcentagem da frequência de cada grupo. Feita a categorização e a quantificação das ocorrências do sistema antroponímico, observou-se quais foram os prenomes de maior ocorrência na comunidade palotinese nos meados da década de 1950 e, a partir de uma análise quantitativa, na separação dos prenomes mais empregados, e qualitativa, na tentativa de analisar os possíveis motivos de tais escolhas, chega-se à terceira parte da análise deste trabalho, que se voltou especificamente para a análise dos nomes próprios encontrados nas fichas puramente italianas, ou seja, as fichas que tinham todos os sobrenomes italianos, incluindo o dos avós, com o objetivo de observar qual é a etimologia mais presente nessas fichas, e se há ou não homenagem aos pais e avós. É válido ressaltar que será dada ênfase às fichas puramente italianas.

Análise dos dados

Como mencionado anteriormente, para esta análise foram considerados os cem primeiros registros no cartório local palotinese. Porém, antes de iniciar as análises de forma quantitativa e qualitativa, é preciso informar algumas peculiaridades do *corpus*. Tendo em vista que, na época em que os registros foram coletados, a falta de acesso aos cartórios de registro de nascimento, na região, era grande, muitas famílias deixavam para registrar mais de um filho no mesmo dia. No caso das fichas coletadas, com exceção da família *Breda*, que tem por nomeadas duas nascidas que são irmãs gêmeas, outras sete famílias tiveram mais de um registro consecutivo, quais sejam: família *Zilio*, com dois registros; família *da Luz*, com dois registros; família *Oening*, com dois registros; *Machado de Oliveira*, com dois registros; família *Zchornack*, com três registros; e a família *Evangelista da Silva*, com cinco registros. Haja vista esta peculiaridade, os sobrenomes das fichas dos registrados mencionados acima foram contabilizados apenas uma vez, tal qual o nome dos pais e dos avós. Outro ponto a ser ressaltado diz respeito à grafia de alguns antropônimos. Os prenomes *Eliseu* e *Eleseu*, *Liani* e *Liane*, *Creuza* e *Cleuza*, *Ana* e *Anna*, *Iraci* e *Iracy*, *Manoel* e *Manuel*, *Adolf* e *Adolfo*, e os sobrenomes *Dall Molin* e *Dal Molin* foram contabilizados como sendo o mesmo, considerando-se que houve, na hora do registro, equívoco por parte do registrador.³

³ É preciso ressaltar que a grafia dos prenomes pode ter sido registrada de tal maneira tendo em vista que o registrador reproduz o que ouve do declarante, ou o que imagina ser a grafia correta. Pode-se dizer que há, nessa situação, uma inter-relação entre o sistema fonológico e a grafia dos nomes, o que servirá de base para estudos posteriores sobre as diferenças gráficas de nomes semelhantes.

Feitas as ressalvas acima, parte-se para uma análise geral dos cem primeiros registros de Palotina. Nas fichas antroponomásticas observadas, foi constatado que, em trinta e três fichas, todos os sobrenomes da ficha têm etimologia italiana; dezessete fichas são híbridas, tendo sobrenomes italianos em interação com outras ascendências; dezoito fichas são puramente germânicas, tendo todos os sobrenomes alemães; e trinta e duas fichas são de outras ascendências, incluindo sobrenomes portugueses, austríacos, japoneses, brasileiros etc. O que se constatou, nesta análise inicial, é que 50% dos nomeados em Palotina nos meados da década de 1950, têm ascendência italiana, comprovando ser a comunidade italiana significativa no município. Porém, os dados quantificados acima abrem espaço para outra consideração: a comunidade italiana não está isenta da interação com outras comunidades, ou seja, apesar de grande parte das fichas apresentarem as famílias como mantedoras da tradição, há, também, as famílias que se relacionaram com de outras etnias.

Quanto aos sobrenomes registrados nas fichas antroponomásticas, foram encontrados, levando-se em consideração todos os sobrenomes das fichas, incluindo os dos avós, 223 sobrenomes diferentes, dentre os quais cem sobrenomes são italianos, cinquenta são germânicos e 73 são de outra origem. O fato que cabe ser ressaltado aqui é que 45% dos sobrenomes são italianos, 22,5% dos sobrenomes são germânicos e 33% são de outra ascendência^{T1}), reforçando a ideia de que as famílias italianas são maioria na cidade, o que vem ao encontro do apontado pelo padre Pedro Reginatto no livro *História de Palotina*, publicado em 1979, em que menciona sobrenomes como *Bortolozzo*, *Barbieri*, *De Carli* e *Pivetta* como alguns dos colonizadores do município de Palotina, comprovando a ideia de que prevaleceram os descendentes de italianos no município.

Prenomes: os mais utilizados pela comunidade palotinese em 1957

Feitas as considerações acima acerca dos sobrenomes, busca-se, nesta seção, apresentar uma breve análise dos prenomes empregados em Palotina, Paraná, em meados da década de 1950. Nesta fase da pesquisa foram investigados todos os prenomes das fichas antroponomásticas, incluindo os prenomes dos pais e dos avós, contabilizando, também, os segundos nomes dos nomes duplos. Foram encontrados nessas cem primeiras fichas, 360 prenomes diferentes, dentre os quais 99 se repetiram duas vezes ou mais. O prenome feminino que mais se repetiu foi *Maria*, encontrado 55 vezes, seguido de *Ana*, repetido dez vezes, e *Tereza*, repetido oito vezes. Já, com relação aos nomes masculinos, o nome que mais se repetiu foi *José*, que ocorreu 24 vezes; seguido de *João*, com vinte ocorrências, e *Pedro*, que ocorreu quinze vezes. A grande repetição dos nomes *Maria* e *José* chamou a atenção e merece ser destacada pela definição etimológica destes por Guérios (1981). Nas palavras do autor:

MARIA: de uma língua semítica: “senhora”(?). São muitos os étimos propostos. Correspondentes: hebr. **Miyám**; ár. e etíope **Maryam**. Do mesmo radical do siríaco **Mara**? Seg. o Pe. E. Vogt **Maria** é adaptação grega de **Maryám**, antiga f. hebr, que significa excelsa, sublime, do ugarítico. Para F. Zorell, do egípcio “predileta de Javé”. Dim. Hip **Marlinha**, **Mariazinha**, etc. (GUÉRIOS, 1981, p. 171)

Já acerca do prenome *José*, Guérios (1981, p. 152) afirma que pode ser um nome hebraico, com significado de “Ele (Deus) dê aumento, ou (Deus)”, ou pode ser latino, árabe, italiano, espanhol, francês, inglês e, até mesmo, alemão.

Neste momento, cabe retomar o dito no início deste trabalho: a questão do valor do signo linguístico para Saussure. Observando que os dois prenomes analisados acima contêm mais de uma etimologia, leva-se em conta, na definição da etimologia desses prenomes, a comunidade em que estão localizados: uma comunidade sulista com religião típica católica e influenciada pelos padres palotinos e pelos jesuítas, consideram-se os antropônimos *Maria* e *José* como relacionados à religião⁴. Levando em conta os dados apresentados por Guérios (1981) acerca da etimologia dos nomes próprios *Maria* e *José*^T, observa-se a comprovação da primeira hipótese, ou seja, houve, nos prenomes dos moradores e dos parentes dos moradores de Palotina em meados da década de 1950, uma grande influência religiosa, tendo em vista que Maria e José são personagens bíblicos notórios.

Guérios, ao tratar dos motivos religiosos na escolha dos antropônimos, diz que “a igreja católica sempre tem recomendado e aprovado aos catecúmenos a adoção de nomes de santos, a fim de que estes venham a ser seus protetores, e também parar criar especial devoção aos seus portadores” (1981, p. 24), o que, na comunidade palotinense, é comprovado pelo vasto emprego dos prenomes *João, Pedro, Luiz, Francisco, Ana, Tereza* e *Rosa*. Todos os prenomes citados acima fazem referência a santos católicos, o que fortalece ainda mais a devoção e, também, a predominância da cultura italiana em uma comunidade típica católica.

Quanto à análise da etimologia dos nomes próprios, cumpre informar que também se baseou no *Dicionário de nomes e sobrenomes* de Guérios (1981) e em *sites* como *Significado do nome próprio* e *Institute Heraldry*. De acordo com informações fornecidas em cada site, cada um contém mais de uma fonte de busca, ou seja, por ser uma ferramenta *on-line*, intitulam-se como *sites* de pesquisa etimológica confiável. Encontrou-se vinte etimologias diferentes, dentre as quais, as etimologias que prevaleceram foram a latina, com 87 nomes, e a germânica, com 79 nomes (vide Tabela 4 em anexo). É válido ressaltar que, como nomes de etimologia germânica, foram contabilizados prenomes que contivessem etimologia alemã e teutônica.

A forte presença de prenomes latinos pode estar associada ao fato de esta etimologia englobar antropônimos italianos, fortalecendo a ideia de que a comunidade tenta manter as tradições ao nomear. Porém, mesmo com a predominância de nomes latinos, o que se observou na análise etimológica desses prenomes é que, mesmo sendo uma comunidade com fortes traços italianos, não há como não ter relação com outras comunidades, visto a grande presença de nomes de origem germânica. Cabe informar que a comunidade palotinense está cercada por comunidades fortemente alemãs, cuja cultura influencia o sistema antroponímico dessas regiões, conforme mostram estudos antroponomásticos realizados no município de Marechal Cândido Rondon, que fica a cinquenta quilômetros de Palotina (MÜLLER; SEIDE, 2012; LAUERMANN; SEIDE, 2012; FRAI; SEIDE, 2012; GRESPAN; SEIDE, 2012).

Ainda com relação à influência da religião na antroponímia de Palotina, analisando-a mais a fundo, foi feita uma análise os prenomes dos registrados das fichas nas quais todos os sobrenomes citados eram de origem italiana.

Dos 33 registros, vinte receberam nomes duplos, ou seja, nomes compostos por mais de um prenome. Na maioria das ocorrências dos prenomes duplos, há menção a

⁴ É válido ressaltar que em uma pesquisa realizada por Aldrin (2007) na comunidade de Gotemburgo, na Suécia, na qual a autora fala dos nomes que estão no calendário, não foi considerado os prenomes Maria e José como religiosos. Esse fato pode estar atrelado à questão, como já mencionado, do valor do nome próprio para cada comunidade.

um santo, ou seja, prevalece a questão religiosa. Outro aspecto observado que merece destaque diz respeito ao emprego dos sobrenomes maternos nos registros dos registrados. No caso dos nomes mencionados acima, apenas *Samuel Venturini Bossa* recebeu o sobrenome materno no seu registro. Ainda acerca da etimologia dos prenomes puramente italianos, 19% era francesa; 14%, latina; 19%, germânica; 12%, portuguesa; 10%, inglesa; 7%, hebraica; 5%, tupi; e 14%, outras, incluindo árabe, aramaica, escocesa, espanhola, italiana ou desconhecida, não sendo consoante aos resultados gerais (resultado da análise etimológica de todos os prenomes de todas as fichas), que, apesar de apresentar a etimologia germânica como uma das mais presentes, não é o tanto quanto francesa. Os dados aqui apresentados quanto à presença da etimologia italiana nos prenomes de fichas puramente italianas desmistificam a terceira hipótese levantada, ou seja, o contato que há entre as comunidades, como mencionado acima, possivelmente fez com que os pais dos nomeados não escolhessem apenas prenomes italianos, mas sim prenomes que eram utilizados por todas as comunidades que circundavam a cidade na época.

Com relação à segunda hipótese, foi observada, conforme o esperado, a ocorrência de prenomes idênticos na mesma ficha. Foram encontradas, dentre todas as fichas de 1957, dezenove que contêm um prenome dos pais ou dos avós; isso equivaleria a 19% de todas as fichas analisadas, o que comprova que há tradição na manutenção dos primeiros nomes nas famílias investigadas. Em sua maioria, a homenagem fica no segundo nome, ou seja, os nomeados recebem um nome diferente, e o segundo nome em homenagem a algum parente. Pela ficha antroponomástica, porém, não se pode afirmar se houve ou não homenagem a outros parentes, como tios, primos, padrinhos etc. O que é válido ressaltar é que os dados encontrados a partir desta análise demonstram que, na comunidade palotinaense, tradicionalmente conhecida por ser uma comunidade italiana, houve uma considerável homenagem aos parentes. Quanto à tradição das famílias ao nomear, observa Guérios que “é mui frequente dar ao recém nato nome do pai ou da mãe, do avô, da avó, do tio, do padrinho, de um amigo etc.” (GUÉRIOS, 1981, p. 28).

No caso das homenagens, uma das fichas antroponomásticas que mais chamou a atenção foi a de *Ricardo Celino Araújo Zadinello* (vide Quadro 1, em anexo), que apresenta uma forte homenagem ao avô materno, cujo nome é *Celino Rocha de Araújo*. É válido ressaltar que, das dezenove fichas encontradas com homenagem aos pais ou aos avós, doze são homenagem à família paterna, cinco são homenagens à família materna e três tanto à família materna quanto à família paterna. O fato constatado reitera a ideia da sociedade patriarcal em que se vive, ou seja, há muito mais homenagens à família do pai e presença dos sobrenomes paternos do que dos parentes maternos. O ocorrido, não muito comum no *corpus* em questão, vem ao encontro do proposto e afirmado anteriormente por Guérios (1981), o qual afirma que muitas vezes há, nos nomes dos filhos, uma homenagem aos avós.

Considerações finais

Perante o trabalho realizado, foi possível observar que a escolha dos nomes próprios dos filhos, muitas vezes, está atrelada à crença de determinada comunidade. No caso da comunidade italiana de Palotina, a crença religiosa pode ter interferido na escolha dos antropônimos dessa comunidade, o que comprova o fato apontado por pesquisadores de onomástica no Brasil, como Dick (1992) e Carvalhinhos (2007), de que a religião pode

interferir na escolha dos antropônimos. Quanto ao uso da metodologia, pode-se dizer que apenas a etimologia não supriria a necessidade de compreender a possível motivação da comunidade, ou seja, é necessário que haja, na análise da seleção de nomes próprios, uma contextualização histórica, da população que habita o local estudado e quais os fatores que contribuíram na constituição dessa comunidade. É válido ressaltar que o analisado na comunidade de Palotina pode ser semelhantemente encontrado no registro de nomes dos habitantes de outras cidades, assim como a metodologia utilizada também pode ser útil para outras análises antroponomásticas,

A homenagem aos antepassados é outra característica observada no *corpus* coletado na década de 1950 em Palotina. Muitas vezes, como forma de manutenção da identidade da família, há o emprego do prenome dos avós, o que serve como uma homenagem e como uma forma de manutenção da cultura e da tradição de determinada família, comprovando a hipótese apresentada no início do trabalho. Outro aspecto interessante está relacionado ao sistema patriarcal em que a nomeação está inserida. Exceto em alguns poucos casos, todos os demais nomeados faziam referência tão somente ao sobrenome paterno, o que comprova a ideia de que o nome paterno é o mais importante na identificação do nomeado.

Cabe ressaltar, ainda, que os nomes próprios de uma comunidade, quando investigados, revelam muito sobre a cultura e sobre a abertura e a aceitação de outras ascendências em determinada comunidade. No caso do município observado, percebe-se que, no período estudado, a interação com outras comunidades era inevitável, dado o fato de muitos prenomes dos nomeados estarem associados às culturas e à ascendência predominantes em municípios vizinhos a Palotina, confirmando a ideia do contato cultural que há nesta região paranaense.

REFERÊNCIAS

ALDRIN, Emilia. The choice of first names as a social resource and act of identify among multilingual families in Contemporary Sweden. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ONOMASTIC SCIENCES, 23rd, 2009. *Proceedings...* Disponível em: <http://yorkspace.library.yorku.ca/xmlui/bitstream/handle/10315/2926/icos23_86.pdf?sequence=1>. Acesso em: jun. 2013.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. As origens dos nomes das pessoas. *Domínios de lingu@gem* (online), ano 1, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/viewFile/11401/6686>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

COSERIU, Eugênio. *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 1980.

DEITOS, Nilceu. A igreja católica no Oeste do Paraná e sua atuação no processo de colonização. In: VANDERLINDE, Tarcísio; GREGORY, Valdir; DEITOS, Nilceu Jacob (Org.). *Migrações e a construção do Oeste do Paraná: século XXI em perspectiva*. Cascavel: Coluna do Saber, 2007. p. 183-189.

DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS. Disponível em: <<http://www.dicionariodonomespropios.com.br>>. Acesso em: abr. 2013.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH, 1992.

FRAI, Patrícia Helena; SEIDE, Márcia Sipavicius. Existe influência entre a escolha do primeiro nome e sobrenome de pessoas pertencentes à comunidade italiana vinda em 1961 durante a colonização de Marechal Cândido Rondon? In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM E III SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, 2012, Cascavel-PR. *Anais...* 2012.

FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1954)*. Cascavel: Edunioeste, 2001.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel: Edunioeste, 2002. Disponível em: <http://www.unioeste.br/editora/pdf/livro_eurobrasileiros_espaco_colonial_valdir_gregory.pdf>. Acesso em: jun. 2013.

GRESPLAN, Taiana; SEIDE, Márcia Sipavicius. Que nome darei ao meu filho? O perfil nomeador dos colonizadores italianos da cidade de Toledo. In: ENCONTRO DO CELSUL – CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL, 10., Cascavel. *Anais...* (online). Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2012. Disponível em: <[http://www.celsul.org.br/Encontros/10/completos/xcelsul_artigo%20\(209\).pdf](http://www.celsul.org.br/Encontros/10/completos/xcelsul_artigo%20(209).pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2013.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 1981.

HERALDRY INSTITUTE. Disponível em: <<http://www.heraldrysintitute.com>>. Acesso em: abr. 2013.

LAUERMANN, Gabriela Cristina; SEIDE, Márcia Sipavicius. Correlação entre nome próprio e sobrenome na comunidade alemã de Marechal Cândido Rondon (1961): questões identitárias. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, 1., e SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, 3., 2012. *Anais...* Cascavel: Edunioeste, 2012. p. 1-12.

MÜLLER, Fernanda Maria Gehring; SEIDE, Márcia Sipavicius. Relação entre a escolha antroponímica e a identidade étnica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, 1. e SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, 3., 2012. *Anais...* Cascavel: Edunioeste, 2012. p. 1-12.

PRETI, Dino. *Sociolinguística: os níveis de fala: um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira*. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ. Disponível em: <<http://www.maripa.pr.gov.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

REGINATTO, Pedro. *História de Palotina*. Santa Maria: Palloti, 1979.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2012.

SIGNIFICADO DOS NOMES PRÓPRIOS. Disponível em: <<http://www.significado.origem.nom.br>> Acesso em: abr. 2013.

ANEXO I

Tabela 1: Etimologia dos sobrenomes

Etimologia das fichas antroponomásticas a partir dos sobrenomes	Ocorrência
Italiana pura	37
Italiana com outra ascendência	13
Germânica pura	18
Outras	32

Tabela 2: Os prenomes femininos de maior ocorrência no município de Palotina em 1957

Prenome feminino	Etimologia	Ocorrência
Maria	Religioso	55
Ana	Hebraico	10
Tereza	Religioso	8
Rosa	Latim	7

Tabela 3: Os prenomes masculinos de maior ocorrência no município de Palotina em 1957

Prenome masculino	Etimologia	Ocorrência
José	Hebraico	24
João	Hebraico	20
Pedro	Português	15
Luiz	Francês	14
Francisco	Latim	13

Tabela 4: Frequência da etimologia dos antropônimos analisados no município de Palotina em 1957

Etimologia	Ocorrência
Anglosaxônica	03
Árabe	02
Arameu	01
Céltica	02
Espanhola	11
Francesa	22
Germânica	79
Grega	27
Hebraica	33
Inglesa	06
Irlandesa	01
Italiana	11
Japonesa	05
Latina	87
Polonesa	01
Portuguesa	07
Religiosa	14
Russa	04
Tupi	07
Desconhecida	36

Quadro 1: Ficha antroponomástica

Nome próprio registrado no Cartório Civil da Comarca de Palotina			
Ricardo Celino Araújo Zadinelo			
LIVRO NO. A-1	FOLHA	MÊS	ANO
¹Nome do pai	Pedro Zadinelo		
²Naturalidade do pai	RS		
³Nome do pai do pai	Ricardo Zadinelo		
⁴Nome da mãe do pai	Josephina Sordi Zadinelo		
⁵Nome da mãe	Bernardina Araújo Zadinelo		
⁶Naturalidade da mãe	SC		
⁶Nome do pai da mãe	Celino Rocha de Araújo		
⁷Nome da mãe da mãe	Dalva Vieira Araújo		
⁸DATA DE COLETA	23 de Fevereiro de 2013		
Coletado por	Jéssica Paula Vescovi		

Nome próprio e identidade em Marechal Cândido Rondon

(Personal Names and Identity at Marechal Cândido Rondon)

Márcia Sipavicius Seide¹

¹Docente do Programa de Pós-graduação em Letras e do Colegiado do Curso de Letras –
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

Abstract: This paper shows results of a research about antroponimic choice, which assumes proper names has an associative meaning. This study aims to investigate whether in the Brazilian county Marechal Cândido Rondon personal names are capable to signal identity relations between German and non German cultural community. We analysed a sample of birth records from 1961 to 2001 and observed that there were names indicating identity relations in German cultural community in 1961; these names stopped being used and became typical of elderly people. In the corpus, only four names indicate identity relations. Despite these results, each community uses the same personal names differently as the order of preference can vary.

Keywords: Onomastics; Anthroponomastics; identity.

Resumo: Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa sobre a escolha antroponímica que parte do princípio de que os nomes próprios apresentam significado associativo e investiga se, no município de Marechal Cândido Rondon, os nomes próprios de pessoa sinalizam relações identitárias. Analisada uma amostragem de certidões de nascimento de 1961 a 2001, observou-se que havia nomes indicadores de relações identitárias na comunidade de cultura germânica em 1961; caídos em desusos, esses nomes passaram a ser vistos como nomes típicos de pessoas idosas. Em todo o corpus, somente quatro nomes indicam relações identitárias. Não obstante este resultado, há diferenças entre a comunidade de cultura germânica e a comunidade de cultura não-germânica: para nomes usados em ambas, há diferença na posição preferencial em que se encontram.

Palavras-chave: Onomástica; Antroponomástica; identidade.

Introdução

Os resultados apresentados neste artigo estão inseridos num projeto de pesquisa mais amplo que envolveu alunos de iniciação científica cujas pesquisas fizeram parte da investigação. O objetivo do projeto é estudar a antroponímia da região oeste do Paraná, especificamente os municípios de Marechal Cândido Rondon, Toledo, Missal, Palotina e Maripá, uma vez que, até então, não havia nenhuma investigação antroponímica na região. Ao longo do artigo são retomados e sintetizados resultados já publicados (SEIDE; SCHULTZ, 2014; LAUERMANN; SEIDE, 2012; MÜLLER; SEIDE, 2012) e, outros, até agora inéditos, são apresentados, correspondendo ao estado atual da pesquisa.

O município de Marechal Cândido Rondon, localizado no oeste do estado do Paraná, teve sua colonização iniciada em meados na década de 1950. Sua oficialização data de 1961, um ano depois da publicação a Lei Estadual n. 4.245, de 25 de julho de 1960, desmembrando Marechal Cândido Rondon dos municípios de Toledo e Foz do Iguaçu (WEIRICH, 2004, p. 60). “No ano de 1956, havia 95% das famílias alemães, 5% de famílias italianas e luso-brasileiras” (SAATKAMP, 1985, p. 85). Apesar de designar as famílias como sendo alemães ou italianas, é preciso levar em consideração que se trata, na verdade, de pessoas

oriundas dos estados do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina cujos ascendentes, pais ou avôs, eram provenientes da Alemanha ou da Itália.

Questionou-se, inicialmente, se a predominância de famílias de cultura alemã influenciaria o sistema antroponímico da região, isto é, se haveria um padrão designativo típico capaz de estabelecer relações identitárias: se houvesse um conjunto de nomes preferido pela comunidade, portar um dos nomes do conjunto seria um indício de que o portador desse nome pertenceria à comunidade de cultura germânica. Para investigar essa hipótese foi feita uma pesquisa documental no cartório do município: foram coletadas as cem primeiras certidões de nascimento de 1961, 1971, 1981 e 2001. Os dados coletados foram registrados numa ficha antroponomástica com campos abrangendo todas as informações disponíveis nas certidões, com inclusão dos nomes dos pais e dos avôs dos registrados.

Stuart Hall (2007) traçou um histórico dos conceitos de identidade cultural: no início, a noção de identidade era cartesiana e fixa, o indivíduo era visto como alguém dotado de uma identidade que permanecia estável ao longo da vida; depois a identidade passou a ser vista sob um viés sociológico, como fruto do julgamento de outrem a respeito do indivíduo, portanto estabelecida dialogicamente, pela interlocução. Na pós-modernidade, a identidade é vista como múltipla e instável, uma mudança que foi acelerada pelo recente processo de globalização (HALL, 2007). Neste estudo, a identidade é concebida tanto como uma característica que o designador acredita atribuir ao filho mediante a escolha de determinado nome quanto o resultado da avaliação feita por outrem a partir de associações entre o nome e seu portador, entendendo-se o nome enquanto marcador social.

Cumprе esclarecer que a hipótese de nomes próprios poderem estabelecer relações identitárias está respaldada, teoricamente, pela assunção de que tais nomes apresentam significados associativos, tese defendida por Willian von Langendonk (2007, p. 81 e seguintes). Os significados associativos estão relacionados às conotações que podem ser atribuídas ao nome próprio, quer em virtude de sua forma, quer em decorrência de um conhecimento discursivo ou enciclopédico sobre o portador do nome. O conhecimento discursivo de um nome próprio pode ser entendido, segundo Gary-Prieur, como um conjunto de propriedades atribuídas ao referente inicial de um nome próprio num universo de crenças, assim, Napoleão, por exemplo, pode apresentar, num determinado contexto, como uma de suas características, a de ter sido o perdedor de Waterloo, mas, em outro, apresentar a característica de ter sido um herói (GARY-PRIEUR, 1994, p. 51 apud LANGENDONK, 2007, p. 82).

A capacidade que tem um nome próprio de ativar conotações ou significados associativos, por sua vez, pode ser explicada pela Teoria da Relevância, a qual propõe que tanto o conhecimento discursivo a que se refere Gary-Prieur como o conhecimento enciclopédico estão localizados no componente enciclopédico, o qual faz parte daquilo que é acessado, na mente, mediante uma entrada lexical. Uma síntese dessa teoria e um exemplo de aplicação dela ao estudo dos nomes próprio, ambos apresentados em comunicação oral em evento nacional (SEIDE; SCHULTZ, 2014), é feita a seguir, com o intuito de explicitar os fundamentos teóricos nos quais a pesquisa está embasada.

Conforme a Teoria da Relevância quando o conteúdo de uma elocução é recuperado, isso se dá mediante os seguintes processos, não necessariamente sucessivos: a) as palavras que as constituem são identificadas; b) os conceitos associados às palavras são recuperados; c) regras de dedução que se encontram associadas às suas entradas lógicas são aplicadas (SPERBER; WILSON, 2001, p. 149).

Nessa teoria, os conceitos são definidos como objetos psicológicos de natureza abstrata localizados num endereço da memória, “um título sobre o qual podem ser armazenados e recuperados vários tipos de informação” (SPERBER; WILSON, 2001, p. 144). Arquivadas nesse endereço estão três entradas distintas: a lógica, a lexical e a enciclopédica (SPERBER; WILSON, 2001, p. 153). A primeira consiste em regras de dedução, a segunda responde pelas informações gramaticais de uma palavra como gênero, número, fonemas que a compõem e algumas regras combinatórias, e a terceira, mais interessante para o estudo dos nomes próprios, abarca tudo o que o indivíduo sabe “sobre a extensão e/ou denotação do conceito: isto é, sobre os objectos, acontecimentos e/ou propriedades que o representam” (SPERBER; WILSON, 2001, p. 144).

Sobre a entrada enciclopédica, é importante ressaltar que se trata de uma classe aberta em contínua expansão, já que as vivências e as atividades discursivas e interpretativas nas quais o indivíduo se envolve sempre vão acrescentando informações novas: “não existe altura nenhuma em que se possa dizer que esteja completa uma entrada enciclopédica, não existe qualquer mínimo essencial com o qual se possa dizer que foi completamente dominado o conceito que lhe está associado” (SPERBER; WILSON, 2001, p. 147).

O caso de PC, paciente italiano estudado por Semenza e Settin (1988, apud LANGENDONCK, 2007), encaixa-se perfeitamente na possibilidade descrita por Sperber e Wilson (2001). O paciente conhece os portadores dos nomes próprios e correlaciona corretamente as descrições definidas que podem ser atribuídas a cada portador. Essas habilidades indicam a existência e integridade das entradas enciclopédicas. Com relação às entradas lexicais, elas não foram preservadas, o que se comprova por sua incapacidade de lembrar o nome do examinador. Os conceitos existem, mas a ausência de entradas lexicais para eles impede que os nomes próprios sejam recuperados da memória. Contudo, quando o sobrenome é homônimo a um nome comum, a recuperação não é impossível uma vez que o conceito e todas as entradas relativas aos nomes comuns não sofreram dano, isto é, os endereços correspondentes aos nomes comuns foram totalmente preservados. O fato de haver preservação dos nomes comuns, mas não dos nomes próprios, é uma forte evidência de que eles não são acessados de modo idêntico, se bem os processos sejam, em grande parte, semelhantes.

Um exemplo não patológico de processamento do endereço relacionado ao portador de nome próprio presente numa elocução é fornecido pelos próprios proponentes da Teoria da Relevância. Cumpre advertir que o exemplo por eles fornecido é aqui re-analisado, enfatizando-se a parte relativa ao portador do nome próprio, uma vez que os autores não tinham em mente, em sua obra, analisar os nomes próprios.

(01) Maria: Aquilo que eu gostaria de comer esta noite era um ossobuco.

Pedro: Tive um dia esgotante. Estou cansado. (SPERBER; WILSON, 2001, p. 225)

A decodificação do enunciado de Pedro por Maria forma um contexto cognitivo inicial: “(a) O Pedro está cansado. (b) Se o Pedro está cansado, gostaria que a Maria fizesse o jantar. (c) O Pedro gostaria que a Maria fizesse o jantar.” (SPERBER; WILSON, 2001, p. 225). Esse contexto inicial é ampliado mediante adição de outras informações conhecidas por Maria, entre elas, as seguintes: “Porção 1. Informações enciclopédicas sobre o Pedro, incluindo a suposição: Pedro é cirurgião [...] Porção 6. Informações enciclopédicas sobre cirurgia (SPERBER; WILSON, 2001, p. 226). Para melhor entendimento da análise, é

preciso esclarecer que a ampliação do contexto inicial é feita com base no conhecimento de mundo do interpretante, trata-se de informações que não costumam estar expressas, mas sim subentendidas, de modo que não é possível deduzi-las somente a partir do contexto inicial gerado com base na decodificação linguística. Ativadas essas informações, Maria pode dar continuidade ao diálogo e dizer:

(02) Maria: Se estás cansado, farei o jantar. (SPERBER; WILSON, 2001, p. 226)

Sua resposta indica que ela chegou à conclusão de que Pedro está impossibilitado de fazer o jantar. Para chegar até ela, Maria pode ter deduzido (com base em seu conhecimento de mundo) que Pedro fez um implante coronário e, portanto, está exausto. Sendo assim, houve extensões adicionais do contexto: a porção nove, assim descrita: “Porção 9. As informações enciclopédicas sobre um implante coronário, incluindo a suposição: *Fazer um implante coronário é esgotante*” (SPERBER; WILSON, 2001, p. 226).

Maria, ao dialogar com Pedro, ativou, em sua memória, as entradas enciclopédicas relativas a ele. Considerando a possibilidade, evidenciada por Reicheler-Béguelin (1995), de definições enciclopédicas serem transformadas em descrições definidas, é plausível pensar que a estocagem de informações se dá por essa via resultando no pareamento entre nomes próprios e as informações fornecidas mediante descrições. No caso em questão, há, de um lado, o nome próprio Pedro e, de outro, entre outras, a descrição: o cirurgião que costuma fazer implantes coronários. Há o endereço do conceito “Pedro”, que remete à entrada lógica, à lexical e à enciclopédica, possivelmente organizada e expressa por descrições definidas.

Tendo por base a assunção de que os nomes próprios apresentam significados associativos os quais podem ser ativados no processo interpretativo dos enunciados dos quais os nomes próprios fazem parte, a hipótese inicial da pesquisa relaciona nome próprio e identidade da seguinte maneira: havendo correlação entre prenome e sobrenome, ao ouvir o primeiro, um membro da comunidade supõe que o portador do nome deva ter um sobrenome de certa origem etimológica ou étnica e fazer parte da comunidade que compartilha essa origem ou cultura. Cumpre ressaltar que outras associações são possíveis, como, por exemplo, havendo associação entre certos prenomes e dada faixa etária, o membro da comunidade, ao ouvir certo nome, suporia a faixa etária de seu portador. Da mesma forma, havendo correlação entre prenomes e nível socioeconômico, pode-se supor a classe social do portador de determinado nome. A hipótese de, para os munícipes de Marechal Cândido Rondon, haver correlação entre prenome e sobrenome resultando em relações identitárias, no sentido de o primeiro identificar a comunidade do portador, confirmando as informações etimológicas ou étnicas do sobrenome, é a seguir investigada, com base em análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados.

Análise dos dados

Análise da hipótese inicial da pesquisa: há nomes indicadores de relações identitárias na comunidade germânica do município?

Sabendo-se, de antemão, que a maioria dos munícipes apresenta ascendência alemã, foi investigado se haveria ou não um conjunto de nomes preferencial nessa comunidade.

Num primeiro momento, foi feita uma análise quantitativa de uso dos prenomes dos registrados em todas as fichas coletadas da qual resultaram os nomes mais frequentes no *corpus* como um todo, considerando-se a posição relativa de cada um, segundo o número de ocorrência, separando-se os nomes femininos dos masculinos, conforme mostram as tabelas 1 e 2 (em anexo).

Em seguida, foi realizado um estudo dos nomes mais frequentes na comunidade de cultura germânica, para, então, via comparação dos elencos, descobrir se havia prenomes preferencialmente utilizados por descendentes de alemães. Nessa etapa da pesquisa os nomes duplos foram cingidos, motivo pelo qual o número de prenomes não é igual ao número de portadores. Além disso, para elaboração dessas tabelas, haja vista a dispersão de nomes, considerou-se, além do número de ocorrência, a quantidade de nomes em cada posição. Na Tabela 3 (em anexo), havendo muitos nomes femininos com duas ocorrências, foram incluídos nomes de frequência igual ou maior que três; na Tabela 4 (em anexo), foram registrados os nomes masculinos com ocorrência igual ou maior que quatro, havendo muitos nomes com frequência igual a três. Adotando esses procedimentos foi possível elencar os nomes de fato preferenciais em cada conjunto.

Para atender a esse critério, é preciso que o prenome se destaque entre os demais, que a ele tenha sido dada primazia, o que foi observado quando não havia um número muito grande de itens distintos numa mesma posição relativa. Esse é o motivo por que há mais posições numa tabela que em outra.

Antes de fazer o comparativo entre as tabelas, é importante informar que nomes com sobrenome de origem polonesa foram incluídos na comunidade de cultura germânica, haja vista que os habitantes do município que portam sobrenomes etimologicamente poloneses se consideram alemães. Cumpre informar, a esse respeito, que os portadores de sobrenome polonês, especialmente os nascidos na década de 1960 ou antes, ainda falantes de polonês, foram aculturados para serem aceitos pela comunidade de cultura germânica.

A discriminação aos de origem polonesa, na região, foi evidenciada por entrevistas com seis famílias polonesas em pesquisa etnográfica realizada na região Oeste do Paraná, mais precisamente no distrito de Margarida:

[...] ao narrarem a vinda deles para o oeste do Paraná, foram ver as terras nos municípios de Maripá, depois em Nova Santa Rosa. Neste último município (a colonização se deu principalmente com imigrantes e descendentes de alemães), foram discriminados pelos descendentes de alemães quando quiseram comprar terras. Estas três famílias, em momentos diferentes da entrevista, disseram que segundo a fala de um alemão, de Nova Santa Rosa, “*polaco, aqui, não*”. Assim também em enunciações posteriores, um pioneiro de Linha Palmital de Vila Margarida, afirmou que em uma determinada situação de compra de rama de mandioca, teve que se identificar como descendente de alemães para poder efetuar a mesma. Disse ainda que a discriminação ao polonês vem de rixas antigas, de origem europeia, ocorrendo ainda hoje na Vila [...] (BORSTEL, 2005, p. 4)

A aculturação dessa comunidade minoritária na região e sua estigmatização ficam evidentes no trecho de entrevista parafraseado a seguir, ocorrida em contexto escolar, com adolescentes. Percebe-se, no trecho, a autoinclusão do sujeito na comunidade de cultura germânica, a despeito da origem etimológica do sobrenome de que o jovem é portador: “Para um aluno com traços fortes de polonês a investigadora perguntou: “Você não tem

sobrenome polonês?”, o aluno respondeu imperativamente: “Eu não!?, Eu sou alemão.”, apontando para o colega disse: “Ele que é polaco, professora” (BORSTEL, 2005, p. 4). Respeitando as características sociológicas da região, as fichas com sobrenomes poloneses foram incluídas na categoria da comunidade de cultura alemã.

A análise dos dados seguiu um raciocínio distributivo: se dado nome fosse particularmente frequente apenas na comunidade germânica, poder-se-ia concluir que esse nome estabelece uma relação de identidade, isto é, portar esse nome seria um indício de pertencer à comunidade germânica. Se o nome fosse igualmente frequente na comunidade não germânica, esse seria um indício de que o nome não estabelece uma relação identitária.

Outro procedimento metodológico adotado foi o de não se considerar o número de ocorrência isoladamente. Um mesmo número de ocorrência de um nome tem significado diferente para cada comunidade; haja vista que a comunidade de cultura germânica corresponde a 75% do *corpus*, eram esperados valores frequenciais maiores que os obtidos na comunidade não germânica. Dada essa disparidade, e para não precisar recorrer a cálculos estatísticos complexos, preferiu-se analisar os dados numéricos relativamente, levando-se em conta a posição relativa de cada nome por comunidade.

Com relação aos nomes femininos, há manutenção dos nomes em primeira e segunda posição, indicando que em ambas as comunidades, a do município como um todo e a formada por pessoas que compartilham a cultura germânica, são prenomes igualmente utilizados, motivo pelo qual os nomes *Maria* e *Cristina* não estabelecem relações identitárias. Na terceira posição, há em comum os nomes *Aline* e *Jéssica*, que também não estabelecem tais relações. O nome *Patrícia* ocupa a terceira posição no município como um todo e a quarta posição na comunidade germânica, indicando ser o nome mais utilizado entre os que não compartilham a cultura germânica. O nome *Aparecida*, por sua vez, surge como preferencial apenas no *corpus* total, sua não utilização na comunidade de cultura germânica indica ser esse nome estabelecedor de relações identitárias, pois sugere que seu portador não pertence à comunidade de cultura germânica. O nome *Regina*, por sua vez, por ser utilizado, com exclusividade, na comunidade de cultura germânica, indica pertença a essa comunidade.

Os nomes masculinos apresentam menos disparidade, havendo divergência, apenas, para os nomes *Jair* e *Pedro*, mais utilizados na comunidade de cultura germânica: ocupam, nessa comunidade, a segunda posição, mas, no *corpus* total, estão, respectivamente, na quarta e na quinta posições.

Com base nesses resultados, foi possível concluir que, enquanto *Jair* e *Pedro* indicam provável ascendência germânica, *Aparecida* indica não pertença a essa ascendência. *Regina*, por fim, indica ascendência germânica. A existência desses nomes mostra que a hipótese inicial, se bem não possa ser negada, não é significativa, haja vista a escassez de nomes indicadores de relações identitárias. Essa conclusão deu ensejo a outra hipótese: a de ter havido, inicialmente, nas famílias pioneiras, uma frequência maior de prenomes germânicos os quais teriam se tornados obsoletos em decorrência de atitudes de nomeação inovadoras por parte dos pais.

Para testar a validade da segunda hipótese, os dados relativos à primeira década foram analisados exaustivamente, tendo sido levados em consideração todos os nomes da ficha; com isso, pretendeu-se chegar a uma caracterização do padrão designativo das famílias pioneiras do município para, então, haver um parâmetro comparativo para análise das

décadas posteriores: essa caracterização inicial tornou possível averiguar em que medida a comunidade é tradicional ou inovadora na escolha antroponímica e se houve, inicialmente, prenomes indicadores da ascendência germânica.

Uma análise preliminar das fichas de 1961 indicara ocorrências de correlação entre o prenome e o sobrenome (SEIDE; SCHULTZ, 2014). Um exemplo de correlação entre primeiro nome e sobrenome pôde ser encontrado nas escolhas antroponímicas do lado paterno da família de *Odemar Wilhelms*, registrado em janeiro de 1961. Seu pai se chamava *Evaldo Wilhelms*, seu avô paterno, *Albino Wilhels*, sua avó materna, *Ludimila Joana Wilhelms*. Informações extraídas da obra lexicográfica de nomes e sobrenomes de Guérios (1981) indicaram, para todos os primeiros nomes, origem germânica (p. 189, 114, 51 e 165, respectivamente). Sendo o sobrenome também de origem germânica, essa correlação pode fazer parte do componente enciclopédico compartilhado pela comunidade. Sendo assim, quem reconhece a natureza germânica do primeiro nome pode inferir que seu portador faz parte da população de ascendência “alemã”, antes mesmo de saber seu sobrenome.

Outra ficha, embora um pouco controversa do ponto de vista etimológico, apontou para uma correlação indicadora de ascendência italiana, também por parte paterna. *Venice Rambo* foi registrada em dezembro de 1960; seu pai se chamava Lauro Rambo, seu avô paterno, *José Remmo Rambo*, e sua avó paterna, *Nicolina Guilhermine Rambo*. Os nomes *Lauro* e *Nicolina* são, segundo Guérios (1981, p. 159 e 186), de origem italiana, já *Venice*, também presente no segundo nome de sua avó paterna, remete à forma latina *Venicus*, indicada pelo autor como latina (p. 181). Ainda que menos evidente, essa correlação pode ser indicadora de que, em Marechal Cândido Rondon, a combinação de nomes latinos e sobrenomes italianos são indícios de que o portador do nome é de origem italiana.

Pareceu reforçar a hipótese de existência de padrões combinatórios indicadores de relações identitárias no *corpus* o contraste com dados de famílias que não têm ascendência nem italiana nem alemã, mas sim luso-brasileira. *Celso Adão Cordeiro da Silva* foi registrado em fevereiro de 1961. Seu pai se chamava *José Cordeiro da Silva*, sua mãe se chamava *Alexandrina Maria da Silva*, os avôs paternos se chamavam *José Cordeiro da Silva* e *Julia Ferreira Lorleiro*. Os avôs maternos se chamavam *Antonio Alexandre do Nascimento* e *Maria de Luiz Nascimento*. Exceto *Lorleiro*, os demais sobrenomes são de origem lusitana, segundo atesta Guérios (1981, p. 95, 226, 120, respectivamente) e a maioria dos nomes são nomes tradicionais em Portugal e no Brasil, como é o caso de *Antonio*, *José* e *Maria*.

Como a questão inicial era sobre a existência de um padrão na comunidade de cultura alemã, os dados de 1961 foram separados segundo a origem do sobrenome, considerando todos os sobrenomes existentes em cada ficha em três categorias: sobrenomes ítalos, sobrenomes germânicos (com inclusão dos poloneses) e sobrenomes híbridos (italiano e germânico; italiano e luso-brasileiro, etc.).

Feito esse esclarecimento, descrevem-se, a seguir, os resultados da pesquisa feita com os dados oriundos das certidões de 1961 com auxílio das alunas de iniciação científica que também fizeram a coleta dos dados e a constituição do *corpus*: Gabriela Cristina Lauérmann, Maria Fernanda Müller e Patrícia Helena Frai.

A primeira aluna citada ficou incumbida da tarefa de categorizar e analisar as fichas com sobrenomes relacionados à comunidade germânica. Das 100 coletadas, 74 estavam nessa categoria; havia, no total, 140 sobrenomes diferentes e 480 prenomes. Cumpre esclarecer

que foram contados como distintos nomes que apresentavam variação gráfica ou ortográfica, tanto nos prenomes, como em *Ana* e *Anna*, quanto nos sobrenomes, como em *Sommerfeldt* e *Sommerfelt*. Observou-se, também, que 84 nomes foram utilizados duas ou mais vezes (LAUERMANN; SEIDE, 2012, p. 6). Os nomes mais frequentes e preferenciais estão visualizados nas tabelas 5 e 6 (em anexo).

Os prenomes foram analisados etimologicamente com base na obra lexicográfica de Guérios (1981) e em dicionários de nomes e sobrenomes disponíveis *on-line* (RUI, 2012; DICIONARIO de nomes próprios, 2012; A ORIGEM dos nomes, 2012). Verificou-se ser de origem latina 21,87% do *corpus*; de origem hebraica, 15,62% do *corpus*; 36,25% do total do *corpus*, de origem germânica. Com base nesses resultados, foi possível concluir que havia, uma correlação, no que toca às origens dos antropônimos, entre o prenome e o sobrenome nas famílias pioneiras de cultura germânica (LAUERMANN; SEIDE, 2012, p. 9).

A segunda aluna estudou a comunidade de cultura italiana, e verificou, com relação à essa comunidade, “incidência menor de nomes de origem ítala, e que, frequentemente, famílias italianas, por parte da mãe, em união com a família do pai alemã, predominaram a escolha do nome de origem alemã” (FRAI; SEIDE, 2012, s/p).

A terceira aluna citada ficou a cargo dos dados relativos às famílias híbridas e/ou de outras origens. Antes de iniciar sua análise, ela apresentou dados que comprovam as características demográficas da região em tela: das naturalidades informadas, duas para cada ficha, “30 (trinta) apontam para famílias vindas do estado de Santa Catarina e um total de 159 (cento e cinquenta e nove) do Rio Grande do Sul, outras 10 (dez) são do próprio estado do Paraná e apenas 1 (uma) vem de São Paulo” (MÜLLER; SEIDE, 2012, p. 8).

De todas as famílias constantes nas certidões de nascimento, apenas 14 eram híbridas ou não tinham ascendência italiana. Nas fichas, havia registro de 15 sobrenomes luso-brasileiros, 6 sobrenomes italianos 6 sobrenomes alemães e 1 sobrenome polonês. Tendo havido casamentos mistos, houve miscigenação entre as famílias. Analisados todos os nomes e sobrenomes etimologicamente, com base em Guérios (1981) e em Oliver (2005), chegou-se à seguinte conclusão:

[...] quando as miscigenações envolvem a etnia germânica, vários são os nomes relacionados a ela, o que não podemos observar nas demais miscigenações, ou seja, entre as outras etnias, que não alemãs, a correlação étnica entre os nomes e os sobrenomes é mínima, temos apenas um caso, da miscigenação entre uma família italiana com uma luso-brasileira, que escolheu o nome *Carlos*, que, apesar da etimologia alemã, tem sua história na antroponímia italiana. (MÜLLER; SEIDE, 2012, p. 12)

Hipóteses sobre as características do sistema antroponímico na comunidade germânica: tradicional ou inovador?

Com base nesses dados, foram levantadas as seguintes hipóteses: ser o sistema antroponímico da comunidade germânica conservador; ser o sistema inovador ou haver coexistência de aspectos inovadores e de aspectos conservadores no sistema antroponímico da comunidade germânica. Se o sistema é conservador é de se esperar que os nomes mais frequentes nas famílias que registraram seus filhos em 1961 tenham se tornado nomes tradicionais, isto é, que continuem sendo utilizados pela população, ainda que com oscilações na frequência. Caso seja inovador, espera-se a descontinuidade do uso desses nomes, a

adoção de outros e o registro de fenômenos antroponímicos observados em outras regiões do Brasil, como, por exemplo, o aumento de registros de nomes com variação gráfica ou ortográfica. Na hipótese de haver tanto aspectos inovadores quanto aspectos tradicionais, os resultados esperados são de ambas as tendências ora descritas estarem presentes nos dados coletados.

Nessa etapa de investigação, foram levados em consideração os nomes completos dos registrados em todas as décadas (1961, 1971, 1981, 1991 e 2001) cujo sobrenome caracterizava o portador como fazendo parte da comunidade germânica. Primeiro foi feito um estudo quantitativo para se saber a frequência de cada prenome. Foi verificado, então, se os nomes mais frequentes nas famílias germânicas em 1961 tornaram-se ou não tradicionais. Os resultados estão visualizados nas tabelas 5 e 6 (em anexo). Cumpre esclarecer que a terceira coluna informa se o prenome foi utilizado apenas em 1961 ou se houve registros após essa data.

Os dados da Tabela 05 mostram que, com relação aos nomes femininos, a comunidade germânica é bastante inovadora, pois, dos seis nomes mais frequentes nas famílias, apenas um continuou a ser utilizado, mesmo assim, não mais como primeiro nome. Essa mudança aponta para uma maior utilização de nomes compostos, fenômeno a ser analisado em outra ocasião. O nome *Emilia* foi registrado, exclusivamente, com nome de avó de nascido em 1961. Os nomes *Ana e Olga*, com exceção de dois casos para cada, em que nomeava mãe de nascido em 1961, no universo pesquisado, esteve presente apenas como nome de avó de pessoa nascida em 1961. O nome *Rosa*, por sua vez, nomeou tanto mães quanto avós. O nome *Vilma*, por fim, foi mais frequente como nome de mãe (5) do que como nome de avó (3) de nascidos em 1961.

Esses dados mostram uma forte correlação entre nome e faixa etária, indicando nomes atualmente em desuso, associados a antepassados falecidos e nomes que, hoje, são associados às gerações mais velhas. A seguir, são descritos os fenômenos observados para os nomes masculinos.

Os dados relativos aos nomes masculinos da Tabela 6 evidenciam que a comunidade germânica é relativamente mais conservadora na escolha dos nomes masculinos, já que, proporcionalmente, houve mais manutenção de prenomes (2 para 7 prenomes masculinos *versus* manutenção de 1 para 6 em prenomes femininos), possibilitando concluir pela existência de dois nomes potencialmente tradicionais na comunidade: *Pedro e José*. A utilização de nomes compostos também foi observada nos nomes masculinos, motivo pelo qual é necessário fazer uma análise mais aprofundada desses nomes, a ser apresentada em outra ocasião. A análise do comportamento dos nomes mais frequentes nas famílias pioneiras de cultura germânica ao longo do *corpus* mostrou, portanto, que, de modo geral, a atitude da comunidade é inovadora, se bem as inovações sejam mais frequentes para os nomes femininos.

A tendência inovadora da comunidade de cultura germânica para nomes femininos foi comprovada por ter havido continuidade de uso de apenas um nome: *Maria*. Para os nomes masculinos, a comparação da Tabela 6 com a Tabela 4 indica, para o prenome *Carlos*, um comportamento semelhante ao verificado para o prenome *Ana*. Em 1961, o nome estava entre os mais utilizados nas famílias de cultura germânica, não sendo mais utilizado pela comunidade desde então. Na população geral, contudo, continuou a ser usado, ocupando a terceira posição entre os prenomes preferidos. Em contraste com a Tabela 6, a Tabela 4

indica a adoção de novos prenomes, atestando a atitude inovadora para nomes masculinos, ainda que em menor grau. Fica assim, confirmada, a segunda hipótese levantada: em vez da existência de muitos nomes estabelecadores de relações identitárias, há, na comunidade de cultura germânica, nomes associados à faixa etária que remetem à geração dos pais e dos avôs das famílias pioneiras.

Considerações finais

Iniciou o presente estudo a apresentação de uma definição de nome próprio de pessoa que inclui o significado associativo, seja ele decorrente de sua forma (características fonéticas, morfológicas, etc.), seja por conhecimento de seu portador (características que podem ser conhecidas ou supostas). Esse conhecimento de natureza enciclopédica, segundo a Teoria da Relevância, faz parte do componente lexical do conceito atrelado ao nome próprio, conceito que é um objeto psicológico do qual o componente lexical e o componente lógico também fazem parte.

A primeira hipótese de pesquisa previa que a preferência por determinados nomes da comunidade de cultura germânica poderia originar um significado associativo pelo qual seria possível prever, a partir do prenome, se o portador pertence ou não à comunidade. Analisados os dados, apenas quatro nomes estabelecadores de relações identitárias foram encontrados. Haja vista esse resultado, outra hipótese foi postulada e, depois, confirmada. Os nomes germânicos eram usados nas famílias pioneiras de cultura germânica, porém, ao longo dos anos, deixaram de ser usados. Esses nomes, caídos em desuso, passaram a ser vistos como nomes típicos de determinada faixa etária. Cumpre ressaltar que, em ambos os casos, trata-se de uma carga semântica associada aos nomes próprios. Conforme o viés adotado, essa carga semântica faz parte do significado dos nomes próprios de pessoa, sendo informações que enriquecem o componente enciclopédico desses itens lexicais, em decorrência do pareamento entre conhecimento de mundo e conhecimento linguístico, conforme defende a Teoria da Relevância.

Dado o objetivo deste artigo, contudo, não foi possível analisar outros dados também merecedores de estudo e análise, entre outros, a utilização de variantes ortográficas e de nomes compostos, fenômenos a serem investigados e analisados em outra ocasião. Mesmo que limitado, o estudo ora apresentado é um dos primeiros a tratar da antroponímia de Marechal Cândido Rondon. Quando houver resultados semelhantes sobre outros municípios da região do oeste do Paraná, os resultados aqui apresentados poderão ser comparados àqueles que serão obtidos em outras localidades (há pesquisas em desenvolvimento sobre a antroponímia de Toledo, de Palotina e de Maripá).

REFERÊNCIAS

A ORIGEM dos nomes. Disponível em: <<http://www.iremar.com.br/nome/>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

BORSTEL, Clarice Nadir Von. O conflito étnico/cultural e interlinguístico de descendentes de poloneses. *Espéculo*. Revista de estudos literários, Universidad Complutense de Madrid,

p. 1-16, 2005. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/especulo/numero31/polones.html>>. Acesso em: 17 maio 2013.

DICIONÁRIO de nomes próprios. Disponível em: <<http://www.dicionariodenomespropios.com.br>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

FRAI, Patrícia Helena; SEIDE, Márcia Sipavicius. Existe influência entre a escolha do primeiro nome e sobrenome de pessoas pertencentes à comunidade italiana vinda em 1961 durante a colonização de Marechal Cândido Rondon? In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM e SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, 3., 2012, Cascavel-PR [comunicação oral].

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 1981. 267p.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006 [1992]. 102p. Versão escaneada em 28 páginas disponível em: <www.cefetsp.br/edu/geo/identidade_cultural_posmodernidade.doc>. Acesso em: 17 jul. 2007.

LANGENDONK, Willian. *Theory and typology of proper names*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007. 600p.

LAUERMANN, Gabriela Cristina; SEIDE, Márcia Sipavicius. Correlação entre nome próprio e sobrenome na comunidade alemã de Marechal Cândido Rondon (1961): questões identitárias. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, 1. e SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, 3., 2012, Cascavel, PR. *Anais...* Cascavel-PR: Edunioeste, 2012. p. 1-12.

MÜLLER, Fernanda Gehring; SEIDE, Márcia Sipavicius. Relação entre a escolha antroponímica e a identidade étnica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, 1., e SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, 3., 2012, Cascavel, PR. *Anais...* Cascavel-PR: Edunioeste, 2012. p. 1-12.

OLIVER, Nelson. *Todos os nomes do mundo*. Origem, significado e variantes de mais e 6.000 nomes próprios. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005. 551p.

REICHELER-BÉGUELIN, Marie Jose. Alternatives et écisions lexicales dans l'emploi des expressions démonstratives. *Pratiques*, n. 85, p. 53-87, 1995.

RUI, Fernandes. DICIONÁRIO a origem dos nomes. Disponível em: <<http://slideshare.net/jnr2706/dicionario-a-origem-dos-nomes>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas*: Histórias de Marechal Cândido Rondon. Cascavel-PR: Assoeste, 1985.

SEIDE, Márcia Sipavicius; SCHULTZ, Benilde Socreppa. Linguagem, cognição e identida-

de: o estatuto dos nomes próprios. In: ISQUERDO, A. N.; DAL CORNO, G. O. M. (Org.). *Ciências do Léxico, Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*, vol. VII. Campo Grande -MS: Ed. UFMS 2014. p.143-166.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevância: comunicação e cognição*. Tradução de Helen Santos Alves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001 [1995] 600p.

WEIRICH, Udilma Lins. *História e Atualidades: Perfil de Marechal Cândido Rondon*. Paraná: Germânica, 2004. 300p.

ANEXOS

Tabela 1: Nomes femininos preferenciais no *corpus* total (20 nomes)

Posição	Frequência	Prenomes
1.	16	Maria
2.	14	Cristina
3.	06	Aparecida/Patricia/Regina/ Jéssica/Aline
4.	04	Ana/ Camila/Caroline/Carolina/ Debora/Rafaela
5.	03	Andreia/Andressa/ /Cristiane / Daiane/Elisa/Lurdes/ Rosani

Tabela 2: Nomes masculinos preferenciais no *corpus* total (9 nomes)

Posição	Frequência	Prenomes
1.	16	Luiz
2.	09	Alexandre/Carlos
3.	08	Henrique
4.	07	Jair/ Roberto
5.	06	Pedro/Eduardo/José

Tabela 3: Prenomes femininos preferenciais na comunidade germânica

Posição	Prenome	Nº de ocorrência	Nº de ocorrência na comunidade não germânica
1.	Maria	10	07
2.	Cristina	08	06
3.	Aline/Regina/ Jéssica	05	01/ZERO/01
4.	Patrícia	03	03

Tabela 4: Prenomes masculinos preferenciais na comunidade germânica

Posição	Prenome	Nº de ocorrência	Nº de ocorrência na comun. não germânica
1.	Luiz	13	03
2.	Alexandre/Carlos/ Pedro/Jair	05	04/03/01/02
3.	Henrique	04	04

Tabela 5: Comportamento frequencial dos prenomes da comunidade germânica: nomes femininos

Prenomes candidatos a nome tradicional	Frequência do prenome nas famílias de cultura germânica em 1961	Frequência total em nascidos de 1961 a 2001	Existência de registros em nascidos após 1961
1. Maria	23	17 (1º nome 10, 2º nome 7)	Sim
2. Ana	09	Zero	Não
3. Vilma/Wilma	08	01	Ñão
4. Olga	07	Zero	Não
5. Rosa	05	Zero	Não
6. Emilia	04	Zero	Não

Tabela 6: Comportamento frequencial dos prenomes da comunidade germânica: nomes masculinos

Prenomes candidatos a nome tradicional	Frequência do prenome nas famílias de cultura germânica em 1961	Frequência total em nascidos de 1961 a 2001	Existência de registros em nascidos após 1961
1. João	16	05	Sim
2. Carlos	12	08	Sim
3. Pedro	11	05 (1º nome: 2; 2º 1)	Sim
4. José	09	04 (1º nome: 1; 2º nome 3)	Sim
5. Adolfo	06	01 (2º nome)	Sim
5. Frederico	06	Zero	Não
6. Jacob	05	Zero	Não
6. Alberto	04	01 (2º nome)	Não
6. Francisco	04	01 (2º nome)	Sim
6. Oscar	04	Zero	Não
6. Jorge	04	03 (1º nome simples: 2; 2º nome)	Não
6. Ervino	04	Zero	Não
6. Alísio	04	Zero	Não
7. Aloysio/Aloisio	02	01 (2º nome)	Não

A expressividade do sufixo “-inho” na obra *Vidas secas*

(L’expressivité du suffixe “-inho” dans l’oeuvre *Vidas secas*)

Maria da Graça de Souza¹

¹ DLCV-FFLCH - Universidade de São Paulo (USP)

profgraca@terra.com.br

Résumé: Cette étude a pour but d’analyser les formations en « -inho » employées par Graciliano Ramos dans *Vida secas*. Ce travail est basé sur la stylistique lexicale ou du mot qui, selon Martins (1989), s’intéresse aux aspects expressifs des mots liés à leurs composants morphologiques et sémantiques, sans pour autant laisser de côté les aspects syntaxiques et contextuels. D’après Martins, la dérivation suffixale est un processus d’une grande vitalité, non seulement en raison du grand nombre de suffixes de la langue, mais aussi en raison de la variété des connotations que beaucoup d’entre eux peuvent suggérer. Par conséquent, la sélectivité lexicale en « -inho » de l’ensemble de l’oeuvre sera analysée afin de vérifier l’expressivité de ce suffixe.

Mots-clés: expressivité; suffixe; lexique.

Resumo: Neste estudo temos por objetivo analisar, na obra *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, as formações em -inho. Para isso o presente trabalho está fundamentado na estilística léxica ou da palavra que se ocupa, segundo Martins (1989), dos aspectos expressivos das palavras ligados aos seus componentes semânticos e morfológicos, sem, contudo, estarem desvinculados dos aspectos sintáticos e contextuais. Conforme Martins, a derivação sufixal é um processo de grande vitalidade, não só devido ao grande número de sufixos da língua, mas também pela variedade de conotações que muitos deles permitem sugerir. Nesse sentido, buscaremos analisar, em toda a obra, a seletividade lexical em -inho, verificando a expressividade desse sufixo.

Palavras-Chave: expressividade; sufixo; léxico.

Introdução

Este trabalho é parte de um estudo mais amplo acerca da obra *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, cujo objetivo é verificar as escolhas e criações lexicais que dão ao contexto expressividade e revelam a visão de mundo das personagens. Sabemos que a obra *Vidas secas* trata de uma família de retirantes nordestinos que foge da seca em condições sub-humanas e, devido à agressividade do meio, à subcondição de vida, as personagens vão passando por um processo de “animalização”, vivendo num mundo mais de sensações e reações instintivas.

De acordo com Melo (2005), dentre os romances de Graciliano Ramos, esse é o que melhor retrata a obsessão do escritor com a exatidão da linguagem, com a estrutura narrativa como forma de expressão de uma realidade. Nessa perspectiva, a linguagem escrita é tão concisa e dura quanto a história descrita. Entretanto, há, na referida obra, muitas palavras no diminutivo e, como sabemos, de acordo com Martins (1989), a função dos sufixos de diminutivo vai além do valor nocional – ideia de tamanho –, visto que esses sufixos também podem exprimir valor enfático; além de serem responsáveis pelo sentido avaliativo de um lexema, exprimindo tanto apreciação, carinho, delicadeza, ternura, humildade, cortesia; quanto deprecição, desdém, irritação, ironia, gozação, hipocrisia. Nesse

sentido, este trabalho – fundamentado nos postulados da estilística léxica/morfológica e nos estudos da semântica cognitiva, realizados por Silva (2006) – tem por objetivo analisar, na obra, a seletividade lexical em –inho, verificando a expressividade desse sufixo. Para a realização da pesquisa, fizemos, em toda a obra, um levantamento das palavras no diminutivo e constatamos que há aproximadamente 42 formações lexicais com sufixo -inho.

Martins (1989), ao tratar da estilística léxica ou da palavra, postula que há controvérsias entre os estudiosos da linguagem em precisar o conceito de léxico. Contudo, para a referida autora, léxico é o conjunto de palavras de uma língua que implica a divisão das palavras em lexicais e gramaticais. Nesse sentido, a estilística léxica ou da palavra tem como objeto de estudo os aspectos expressivos das palavras ligados aos componentes semânticos e morfológicos, sem relegar, todavia, os aspectos sintáticos e contextuais.

As palavras gramaticais (morfemas, gramemas, palavras-formas) são pouco numerosas no sistema, mas de altíssima frequência nos enunciados. Contudo, a significação dessas palavras só pode ser apreendida no contexto. Já as palavras lexicais, também chamadas de nocionais, reais, plenas etc., mesmo isoladas despertam em nossa mente uma representação (seres, ações). São elas: o substantivo, o adjetivo, os verbos de ação.

Conforme Martins (1989), as palavras apresentam tonalidades emotivas; e a tonalidade afetiva de uma palavra pode ser inerente ao próprio significado dela, ou pode resultar do seu uso em um contexto. Assim, as palavras podem ter um significado afetivo, ter valor evocativo, apresentar um sentido mais afastado do significado fundamental, ou seja, linguagem figurada; além de apresentar traço significativo de avaliação, devido, principalmente, à incorporação de um afixo (prefixo ou sufixo) ao lexema.

De acordo com a referida autora, a língua portuguesa apresenta uma grande riqueza em afixos responsáveis por uma derivação emotiva de vasta amplitude (MARTINS, 1989). Nesse sentido, Lapa (1973), ao tratar dos afixos, afirma que o estudo do sufixo é mais importante para a estilística, que o dos prefixos, visto que estes não apresentam “a descarga das paixões” que há nos sufixos. Nesse sentido, para o autor, “Os sentimentos que vulgarmente agitam a nossa alma e que resumem, afinal, no amor e na aversão que manifestamos de ordinário pelas coisas e pelas pessoas refletem-se perfeitamente em alguns dos sufixos” (LAPA, 1973, p. 84).

Martins (1989), ao tratar das possibilidades expressivas dos vários processos de formação lexical, afirma que a derivação sufixal é muito produtiva na língua portuguesa, devido não só ao grande número de sufixos da língua, mas também pela variedade de conotações que muitos deles permitem sugerir.

Conforme mencionamos acima, a autora enumera a expressividade afetiva dos sufixos diminutivos e afirma que o diminutivo está na fala de todos, de modo geral, e só não aparece com tonalidade afetiva nos textos escritos cuja meta é a objetividade e, nesse caso, deve-se empregar o diminutivo nocional, para exprimir a ideia de pequeno. Dentre os sufixos de diminutivo, segundo Martins (1989), o mais produtivo é o (-z)inho que não só aparece em formas de substantivo, adjetivo, como também aparece em palavras gramaticais – advérbios, pronomes. Assim, de acordo com a autora, o diminutivo, na maioria das vezes, acentua um valor afetivo do lexema, ou a atmosfera lírica de um enunciado.

Silva (2006) apresenta um estudo sobre o diminutivo, de acordo com os postulados da semântica cognitiva. Nessa perspectiva, o autor afirma que o diminutivo exprime o

tamanho pequeno de um objeto, mais especificamente um tamanho que é inferior ao normal, ou seja, ao protótipo da respectiva categoria. O autor identifica, entre as formações que exprimem esse núcleo, duas dimensões semânticas: uma que faz a distinção entre os diminutivos estritos ou diminuidores e os diminutivos explicativos; e outra dimensão que faz a distinção entre o sentido literal e o sentido figurado. Assim, ao tratar dos diminutivos diminuidores afirma que estes designam um objeto menor do que é referido pela palavra base, como ocorre, por exemplo, na formação lexical “mesinha”. Por sua vez, os diminutivos explicativos são tautológicos, ou seja, designam o mesmo ‘pequeno’ referente que o da base, como se pode observar nas palavras “passarinho e migalhinha”.

Quanto à segunda dimensão, que trata da distinção entre o sentido literal e o figurado, o autor afirma que, nas formações “cãozinho ou mesinha”, o diminutivo exprime a dimensão pequena das respectivas entidades físicas. Porém o significado espacial pode ser aplicado metaforicamente a outros domínios. Desse modo, o sentido de ‘breve duração’ pode ocorrer tanto entre diminutivos estritos como em “tempinho, corridinha, visitinha” quanto entre os diminutivos explicativos como em “momentinho, minutinho, instantezinho”. A aplicação metafórica pode ocorrer também no sentido de ‘pouca intensidade’ tanto no diminutivo estrito, “chuvinha, beijinho”, quanto no diminutivo explicativo “miminho, toquezinho”. O autor salienta ainda que, dependendo das formações, há diminuição não só da intensidade, como também do tempo da duração, podendo o diminutivo metaforicamente cruzar com domínios anteriores e exprimir ‘pouca quantidade’ “passinhos, bocadinho, nadinha”.

De acordo com Silva (2006), derivam – desse centro semântico do diminutivo que já contém extensões de ‘tamanho pequeno’ – dois conjuntos de sentidos, a saber: um em nível conotativo, compreendendo usos avaliativos e discursivo-pragmático; outro, mais periférico, no plano denotativo e constituído por formações quase sempre lexicalizadas.

Nessa perspectiva, Silva (2006), ao tratar da conotação afetiva e de outros usos avaliativos do diminutivo, afirma que este pode exprimir diferentes aspectos avaliativos quer positivos quer negativos. Além disso, os sentidos conotativos sobrepõem-se ou, às vezes, suprimem a denotação central. Salienta, ainda, que a avaliação típica expressa pelo diminutivo é de natureza afetiva. Nesse sentido, como avaliação positiva, o diminutivo pode ser manifestação de “carinho, ternura, amor, simpatia/empatia” – não só para com as pessoas, mas também em relação a outros seres animados e a coisas da esfera íntima das pessoas; pode ser “expressão de compaixão”; além de poder “atenuar e eufemizar condições miseráveis, deficiências e males, palavras grosseiras do domínio sexual, outros tabus e até insultos” (SILVA, 2006, p. 224).

Silva (2006) lembra que o diminutivo carinhoso e ternurento é mais usado por crianças e para com elas – seres pequenos, objeto preferencial e sujeito do carinho humano – e, devido a isso ocorrem na língua formações de *diminutiva puerilia* para designarem tudo o que tem a ver com o mundo da criança – objetos de dimensão idêntica a ela ou diminutivizados e revestidos dos seus afetos: vestuário, partes do corpo, alimentos, brinquedos, jogos, comportamentos, necessidades e até os títulos das histórias infantis. Ressalta, ainda, que o diminutivo de aproximação afetiva – pelo menos nas culturas ocidentais – é mais típico da linguagem feminina do que da masculina.

De acordo com o referido autor, dentro do domínio do diminutivo de avaliação positiva há os usos apreciativos, ou seja, através do diminutivo nomeia-se não só o que

proporciona prazer físico (canjinha, bolinho, cafezinho, cervejinha), mas também o que proporciona prazer estético, o que é belo (olhinhos, corpinho, rabinho), além de nomear o que é igualmente agradável a qualquer outro sentido (banhinho, quentinho, fofinho) (SILVA, 2006).

Ressalta Silva (2006) que, na base dos usos avaliativos positivos, afetivos e hedônicos, estão motivações obviamente experienciais e culturais. Eles relevam, na cultura ocidental, das metáforas conceptuais O QUE É PEQUENO É AMÁVEL; O QUE É PEQUENO É AGRADÁVEL; O QUE É PEQUENO É BONITO.

A pequenez, no entanto, está também associada a avaliações negativas: O QUE É PEQUENO É DE POUCO VALOR, NÃO PRESTA; O QUE É PEQUENO É UM DEFEITO; O QUE É PEQUENO É DESPREZÍVEL. Dessas metáforas conceptuais resultam os usos depreciativos ou pejorativos do diminutivo, (sujeitinho, gentinha, povinho), de afastamento mais afetivo, como manifestação de desprezo na designação de coisas de pouco valor ou de pouca importância (jardinzito, florzita, testezinho), da pequenez moral em formas de tratamento depreciativo (homenzinho, mulherzinha, tiozinho/mariquinhas, lindinho, lambidinho – comportamentos efeminados), expressões de indignação ((pobre) casinha, sapatinhos (rotos)); e até usos irônicos, jocosos e sarcásticos (Que engraçadinho/espertinho/piadinha/gracinha!).

Como podemos observar, o diminutivo acomoda emoções/sentimentos, sensações, enfim, sentidos contrários dentro da mesma categoria: o carinho e o desprezo, o ‘apreciativo’ e o ‘depreciativo’. Ressalta o autor que há casos em que a mesma formação pode ter as duas leituras: coisinha pode significar ‘(pequeno) objeto bonito, amável’ ou ‘objeto insignificante, de pouco valor (SILVA, 2006).

Os diminutivos avaliativos, podem ser usados como marca de aproximação, “Pese-me um quilinho / três quilinhos de maçãs!” “Volto em uma horinha”; uma estratégia do locutor, segundo Silva (2006), para evitar o valor exato ou mesmo se comprometer. Já em expressões como “só quero um bocadinho”, a aproximação faz-se explicitamente em relação a uma pequena quantidade. Já em “é um homenzinho/uma mulherzinha!”, a aproximação é qualitativa e por defeito: ‘quase’ um homem/uma mulher. Contudo, as formações como “Não é nada; é só um cortezinho(ito), foi só um acidentezinho-(ito)/toquezinho(ito)”, denotam menos aproximação, ou seja, é mais uma relativização do valor do referente: uma atenuação ou restrição da sua importância ou ‘menos valor do que o esperado/suposto’, e, assim, uma certa avaliação depreciativa. Observamos nessas formações a metáfora conceptual O QUE É PEQUENO É DE POUCA/MENOS IMPORTÂNCIA. Se o referente da base for negativo, isso vale como uma atenuação (menos ou mais) eufemística; porém se o referente for positivo, isso vale como uma restrição; uma avaliação menos positiva, ou seja, dizer que algo é “bonitinho” é considerá-lo (um pouco) menos do que bonito. A restrição também pode ser uma estratégia de modéstia, como em “Trouxe um presentinho para você!” Esse “presentinho” pode ser muito mais do que um pequeno ou insignificante presente.

Por vezes, quando o -inho se liga a advérbios ou a alguns adjetivos e participios igualmente graduáveis, o diminutivo não diminui mas aumenta, ou não atenua mas intensifica como acontece em “(ficar) pertinho, à beirinha”, “(falar) baixinho, agorinha (mesmo)”, “(copo) cheinho”, “(rua) estreitinha”, “(água) fresquinha”, “(dia) clarinho”, “vermelhinho” (SILVA, 2006, p. 230).

O autor salienta que essas formações, mesmo aquelas em que a sua função é especificamente intensificadora, guardam ainda restos de uso positivamente afetivo (simpatia, familiaridade, carinho) ou hedônico e/ou acumulam uma função discursivo-pragmática (SILVA, 2006). Noutros casos, o sentido afetivo/hedônico é claro ou até mais importante: “velhinho”, “obrigadinho!”, “água fresquinha”, “bife tenrinho/bem passadinho”, “letra redondinha”. E há ainda aqueles cujo sentido é mais enfático do que intensivo, como “passar o ano inteirinho a trabalhar”, “o primeirinho a chegar” ou é intensivo-pragmático, como “(ter com) juizinho!”, “cuidadinho!”, “(com) jeitinho!”. (SILVA, 2006, p. 230).

O -inho também pode ser usado como uma estratégia discursivo-pragmática, nesse caso ele não designa a pequenez do referente nem expressa uma avaliação emotiva, hedônica ou numa outra escala. Ele é usado como uma estratégia do locutor que, aproveitando esses sentidos, age sobre o alocutário de forma a aproximar-se deste e obter a sua adesão como em “Daí uma esmolinha ao ceguinho/pobrezinho”, “Olha a sardinha fresquinha/vivinha”, “Vou pedir-te um favorzinho”, “É só uma ajudinha!”.

Para finalizar, é importante mencionar que o referido autor também trata do diminutivo em formações com estatuto de itens lexicais independentes, individualmente adquiridas e dicionarizáveis, designando novas e específicas entidades, numa qualquer relação diminutiva ou não com a palavra-base. Entretanto, este estudo não abordará esse aspecto do diminutivo.

A seletividade lexical das formações em -inho em *Vidas secas*

Trataremos agora da análise dos diminutivos em -inho em *Vidas secas*.¹

Quadro 1: Diminutivos que exprimem ternura

Pobre do louro. Na beira do rio matara-o por necessidade, para sustento da família. Naquele momento ele estava zangado, fitava na cachorrinha as pupilas sérias e caminhava aos tombos, como os matutos em dias de festa. (p. 43)	1. cachorrinha
Não se conformando com semelhante indiferença depois da façanha do pai, o menino foi acordar Baleia, que preguiçava, a barriguinha vermelha descoberta, sem-vergonha. (p. 48)	2. barriguinha
... o pequeno ficou triste, espiando o céu cheio de nuvens brancas. Algumas eram carneirinhos, mas desmanchavam-se e tornavam-se bichos diferentes. (p. 50)	3. carneirinhos,
O tropel das cabras perdeu-se na ladeira, a cachorrinha ladrou longe. Como estariam as nuvens? Provavelmente algumas se transformavam em carneirinhos, outras eram como bichos desconhecidos. (p. 52)	4. cachorrinha 5. carneirinhos
Todos o abandonavam, a cadelinha era o único vivente que lhe mostrava simpatia. (p. 56)	6. cadelinha
Explicou isto à cachorrinha com abundância de gritos e gestos. (p. 60)	7. cachorrinha
Pensou nas figurinhas abandonadas junto ao barreiro. (p. 61)	8. figurinhas
A cadelinha chegou-se aos pulos, cheirou-o, lambeu-lhe as mãos e acomodou-se. (p. 61)	9. cadelinha
Abraçou a cachorrinha com uma violência que a descontentou. Não gostava de ser apertada... (p. 61)	10. cachorrinha
Os pequenos insistiram. Onde estaria a cachorrinha? Indiferentes à igreja, às lanternas de papel, aos bazares, às mesas de jogo e aos foguetes... (p. 83)	11. cachorrinha

Podemos observar que os diminutivos em destaque no Quadro 1 enquadram-se na primeira dimensão semântica, ou seja, são diminutivos em sentido estrito ou diminuidores, cujos sufixos -inho estão afixados em substantivos concretos, exprimindo o significado central do diminutivo “tamanho pequeno”. Em relação à conotação afetiva desses diminutivos, observamos que eles expressam uma avaliação positiva, exprimindo a ideia de ternura, carinho. É importante salientar também que esses diminutivos foram empregados, em sua maioria, em contextos que remetem ao mundo da criança, ou seja, são *diminutiva puerilia*, conforme Silva (2006). Convém ressaltar ainda que, em “1.cachorrinha”, o contexto se refere à Sinha Vitória e, nesse sentido, corrobora a afirmação de Silva que postula ser o diminutivo de aproximação afetiva mais típico da linguagem feminina. Esses diminutivos tornam saliente a metáfora conceptual O QUE É PEQUENO É AMÁVEL.

¹ Os excertos selecionados para análise foram retirados da seguinte edição da obra: RAMOS, G. *Vidas secas*. 54. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1985.

Quadro 2. Diminutivos que exprimem compaixão

Impossível abandonar o <u>anjinho</u> aos bichos do mato. (p. 10)	1. anjinho
[...] levantou-se, agarrou os <u>bracinhos</u> que lhe caíam sobre o peito, moles, finos como cambitos. (p. 10)	2. bracinhos
[...] importavam com as pernas dos transeuntes. <u>Coitadinha</u> , andava por aí perdida aguentando pontapés. (p. 83)	3. coitadinha
Suspirou. <u>Coitadinha</u> da Baleia. (p. 86)	4. coitadinha
Uma noite de inverno, gelada e nevoenta, cercava a <u>criaturinha</u> . (p. 90)	5. criaturinha
Baleia encostava a <u>cabecinha</u> fatigada na pedra. (p. 91)	6. cabecinha
<u>Coitadinha</u> da cadela. Matara-a forçado, por causa da moléstia. (p. 114)	7. coitadinha
Junto à raiz de um deles a <u>pobrezinha</u> gostava de espojar-se, cobrir-se de garranchos e folhas secas. (p.114)	8. pobrezinha
<u>Coitadinha</u> , magra, dura, inteiriçada, os olhos arrancados pelos urubus. (p. 114)	9. coitadinha

Podemos observar, no Quadro 2, que os diminutivos “1.anjinho, 2.bracinhos, 5. criaturinha, 6. cabecinha” – enquadram-se na primeira dimensão semântica, ou seja, são diminutivos em sentido estrito ou diminuidores. Já os diminutivos em “3. coitadinha, 4. coitadinha, 7. coitadinha, 8. pobrezinha, 9. Coitadinha”, enquadram-se na segunda dimensão, ou seja, no sentido figurado de pequeno. Nessa perspectiva, a aplicação metafórica conduz ao sentido de ‘mais intensidade’, ao caracterizar/referir-se ao ser. Em relação à conotação afetiva desses diminutivos, observamos que eles expressam uma avaliação positiva, exprimindo a ideia de compaixão, ou seja, há uma participação espiritual na infelicidade alheia (menino mais velho → 1.anjinho, 2.bracinhos); (Baleia → 5. criaturinha, 6. cabecinha, 3. coitadinha, 4. coitadinha, 7. coitadinha, 8. pobrezinha, 9. coitadinha). O “sofredor” desperta no outro – (Fabiano → 1. anjinho, 2. bracinhos, 7. coitadinha, 8. pobrezinha, 9. coitadinha); (crianças → 3.coitadinha); (narrador → 5.criaturinha, 6.cabecinha) – um impulso altruísta de ternura para com ele, o sofredor. Nesse sentido, podemos observar que as metáforas conceptuais são O QUE É PEQUENO É AMÁVEL; O QUE É PEQUENO É DIGNO DE COMPAIXÃO.

Quadro 3. Diminutivos que exprimem empatia

Baleia despertou, retirou-se prudentemente, receosa de sapecar o pelo, e ficou observando maravilhada as <u>estrelinhas</u> vermelhas que se apagavam antes de tocar o chão. (p. 39)	1. estrelinhas
A porteira abriu-se, um fartum espalhou-se pelos arredores, os chocalhos soaram, a <u>camisinha</u> de algodão atravessou o pátio, contornou as pedras onde se atiravam cobras mortas ... (p. 50)	2. camisinha
A lua tinha aparecido, engrossava, acompanhada por uma <u>estrelinha</u> quase invisível. (p. 52)	3. estrelinha

Podemos observar que os diminutivos em destaque no Quadro 3 também se enquadram na primeira dimensão semântica, ou seja, são diminutivos em sentido estrito ou diminuidores, cujos sufixos -inho estão afixados em substantivos concretos, exprimindo o significado central do diminutivo “tamanho pequeno”. Em relação à conotação afetiva desses diminutivos, observamos que eles expressam uma avaliação positiva, exprimindo a ideia de empatia/simpatia. Depreendemos desses diminutivos a metáfora conceptual O PEQUENO É AGRADÁVEL.

Quadro 4. Diminutivos que exprimem intensidade

Quando a desgraça chegar, seu Tomás se estrepa, <u>igualzinho</u> aos outros. (p. 22)	1. igualzinho
Se lhe tivessem dado tempo, ele teria explicado tudo <u>direitinho</u> . (p. 33)	2. direitinho
Rezou <u>baixinho</u> uma ave-maria, já tranquila, a atenção desviada para um buraco que havia na cerca do chiqueiro das cabras. (p. 41)	3. baixinho
Repreendeu-os: - <u>Safadinhos!</u> porcos! sujos como... (p. 44)	4. safadinho
.. Ficou ali estatelado, <u>quietinho</u> , um zunzum nos ouvidos, percebendo vagamente que escapara sem honra da aventura. (p. 51)	5. quietinho
Debaixo dos couros, Fabiano andava banzeiro, pesado, <u>direitinho</u> um urubu. (p. 51)	6. direitinho
O pequeno sentou-se, acomodou nas pernas a cabeça da cachorra, pôs-se a contar-lhe <u>baixinho</u> uma história. (p.55)	7. baixinho
Comunicaram <u>baixinho</u> um ao outro as surpresas que os enchiam. (p. 83)	8. baixinho
Na luta que travou para segurar de novo o filho rebelde, zangou-se de verdade. <u>Safadinho</u> . (p. 86)	9. safadinho
Realmente não latia: uivava <u>baixinho</u> , e os uivos iam diminuindo, tornavam-se quase imperceptíveis. (p. 88)	10. baixinho

De acordo como os significados centrais do diminutivo, as formações em -inho no Quadro 4 – 3. baixinho, 5. quietinho, 7. baixinho, 8. baixinho, 10. baixinho – enquadram-se na primeira dimensão semântica, são diminutivos explicativos, ou seja, designam o mesmo ‘pequeno’ referente que o da base. Nesse sentido, o sufixo comporta-se como um elemento tautológico. Porém, em 1. igualzinho, 2. direitinho, 4. safadinhos, 6. direitinho, 9. Safadinho, o diminutivo pertence à segunda dimensão, ou seja, está empregado

no sentido figurado de ‘pequeno’, que, numa aplicação metafórica, conduz o sentido de ‘muita intensidade/fraca intensidade’, conforme podemos verificar, mais abaixo, em relação à conotação afetiva.

Observamos, quanto à conotação afetiva desses diminutivos, que todos eles são intensificadores, isto é, “1. igualzinho” vale como uma igualdade completa e não mais ou menos igual, “2. direitinho” é muito mais do que direito; assim como “baixinho e quietinho” são muito menos do que “baixo” e “quieto”, respectivamente, ou seja, a intensidade é muito fraca. Já em “safadinho”, o diminutivo expressa a ideia de muito “safado”; contudo, como o enunciador é feminino, o sufixo marca uma certa proximidade afetiva. Esses diminutivos tornam salientes as metáforas conceptuais – O QUE É PEQUENO É MAIS, conforme a seletividade lexical “igualzinho, direitinho, safadinho” – O QUE É PEQUENO PODE SER AINDA MENOR, conforme as formações em “baixinho, quietinho”.

Quadro 5. Diminutivos que exprimem pouco valor

Entregou a espingarda a Sinhá Vitória, pôs o filho no cangote, Encontrando resistência, penetrou num <u>cercadinho</u> cheio de plantas mortas... (p. 12)	1. cercadinho
Voltou, circulou a casa atravessando o <u>cercadinho</u> do oitão, entrou na cozinha. (p. 41)	2. cercadinho
Tomou a cuia grande, encaminhou-se ao barreiro, encheu de água o caco das galinhas, endireitou o poleiro. Em seguida foi ao <u>quintalzinho</u> ... (p. 43)	3. quintalzinho
E Baleia fugiu precipitada, rodeou o barreiro, entrou no <u>quintalzinho</u> da esquerda... (p. 87)	4. quintalzinho

Podemos observar que os diminutivos, em destaque no Quadro 5, enquadram-se na primeira dimensão semântica, exprimindo o significado central do diminutivo “tamanho pequeno”. Quanto à conotação afetiva desses diminutivos, observamos que eles expressam uma avaliação negativa, ou seja, o sufixo -inho nessas formações sugere afastamento afetivo, expressando a ideia de coisa de pouco valor ou de pouca importância. Nesse caso a metáfora conceptual é O QUE É PEQUENO É DE POUCO VALOR.

Quadro 6. Diminutivos que exprimem indignação

<u>Miudinhos</u> , perdidos no deserto queimado, os fugitivos agarraram-se, somaram as suas desgraças e os seus pavores. (p. 13)	1. miudinhos
Tentou recordar o seu tempo de infância, viu-se miúdo, enfezado, a <u>camisinha</u> encardida e rota acompanhando o pai no serviço do campo, interrogando-o de balde. (p. 20)	2. camisinha
Os meninos estreavam calça e paletó. Em casa sempre usavam <u>camisinhas</u> de riscado ou andavam nus. (p. 71)	3. camisinhas
Os meninos puseram as <u>chinelinhas</u> debaixo do braço e sentiram-se à vontade. (p. 72)	4. chinelinhas

Podemos observar que os diminutivos 2.camisinha, 3.camisinhas, 4. chinelinhas, no Quadro 6, também pertencem à primeira dimensão semântica. Apesar de a formação “1. miudinhos” também se enquadrar na primeira dimensão semântica, o diminutivo é

explicativo, uma vez que designa o mesmo ‘pequeno’ referente que o da base. Nesse caso, o sufixo comporta-se como um elemento tautológico, conforme já mencionado acima. Quanto à conotação afetiva desses diminutivos, observamos que eles expressam uma avaliação negativa, ou seja, o sufixo -inho, nessas formações, sugere afastamento afetivo, expressando a ideia de indignância, miserabilidade. Nesse caso as metáforas conceptuais são O QUE É PEQUENO É DE POUCO VALOR; O QUE É PEQUENO NÃO PRESTA.

Quadro 7. Diminutivos que exprimem desprezo

O soldado, <u>magrinho</u> , <u>enfezadinho</u> , tremia. (p. 100)	1. magrinho 2. enfezadinho (raqúitico)
--	---

As formações “1. magrinho, 2. enfezadinho” se enquadram na primeira dimensão semântica e o diminutivo é explicativo, uma vez que designa o mesmo ‘pequeno’ referente que o da base. Podemos observar, quanto à conotação afetiva desses diminutivos, que eles expressam uma avaliação negativa, depreciativa, ou seja, o sufixo -inho, nessas formações, sugere afastamento afetivo, expressando a ideia de pequenez moral, de insignificância. Nesse caso as metáforas conceptuais são O QUE É PEQUENO É DE POUCO VALOR; O QUE É PEQUENO NÃO PRESTA; O QUE É PEQUENO É DESPREZÍVEL.

Considerações finais

A partir do apresentado, podemos constatar que a seletividade lexical das formações dos diminutivos em -inho, além exprimir, na primeira dimensão semântica, o sentido estrito de diminuição ou de explicação, releva na segunda dimensão – sentido conotativo – as metáforas conceptuais O QUE É PEQUENO É AMÁVEL; O QUE É PEQUENO É DIGNO DE COMPAIXÃO; O QUE É PEQUENO É AGRADÁVEL; O QUE É PEQUENO É MAIS; O QUE É PEQUENO PODE SER AINDA MENOR; O QUE É PEQUENO É DE POUCO VALOR; O QUE É PEQUENO NÃO PRESTA; O QUE É PEQUENO É DESPREZÍVEL. Essas metáforas são ideológico-culturais, pois não só expressam a cultura de um povo, mas também sua visão de mundo.

Constatamos, ainda, que, apesar de Melo (2005) afirmar ser a obra *Vidas secas* o retrato da obsessão do escritor Graciliano Ramos com a exatidão e a concisão da linguagem, a escolha do léxico das formações em -inho aponta diversos traços de avaliação afetiva, predominando, dentre eles, a manifestação positiva de carinho, ternura, compaixão. Essa manifestação positiva não se encontra somente no contexto referente à *diminutiva puerilia*, mas também em contextos que se referem às personagens adultas – Sinha Vitória, Fabiano – e até mesmo na “voz” do narrador.

É importante ressaltar também que, apesar das condições agressivas do meio, da subcondição de vida das personagens – que vivem num mundo mais de sensações e reações instintivas –, elas não perderam um dos maiores traços de humanização que é a ternura, a compaixão, que, segundo Houaiss (2002), é o “sentimento piedoso de simpatia para com a tragédia pessoal de outrem, acompanhado do desejo de minorá-la; participação espiritual na infelicidade alheia que suscita um impulso altruísta de ternura para com o sofredor” (HOUAISS, 2002, DICIONÁRIO ELETRÔNICO:CD-ROM).

REFERÊNCIAS

- HOUAISS, I. A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0.5a*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. CD-ROM.
- LAPA, R. M. *Estilística da Língua Portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1973. 220 p.
- MARTINS, N. S. *Introdução à estilística*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989. 227 p.
- MELO, A. A. M. C. A crítica social e a escrita em *Vidas Secas*. *Estud. Soc. Agric.*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 370 2, p. 369-398, 2005. Acesso em: 15 maio 2012.
- RAMOS, G. *Vidas secas*. 54. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1985. 155 p.
- SILVA, A. S. da *O mundo dos sentidos em português*. Polissemia, semântica e cognição. Coimbra: Almedina, 2006. 392 p.

O uso da língua inglesa em contexto comercial do Português Brasileiro: questões de identidade cultural

(Use of English in commercial context of Brazilian Portuguese: cultural identity issues)

Natália Cristine Prado¹

¹Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr/UNESP-Araraquara)

natalia_cristine_prado@yahoo.com.br

Abstract: This research aims to observe trade names formed with elements of English in the context of Brazilian Portuguese. For this study, we collected a total of 862 trade names with English elements and 143 names stylized spelling (trade names that are not written in standard Portuguese orthography, but they are not English words) in São Paulo countryside. Furthermore, the use of ‘s in the commercial context of São Paulo countryside Portuguese was observed, and we could conclude that this phenomenon is less common than we imagined. We concluded that although there are many trade names with English elements in the corpus of this research, these names are less frequent than expected.

Keywords: trade names formation; Brazilian Portuguese; English

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo observar os nomes comerciais formados com elementos do inglês em contexto de Português Brasileiro. Para esse trabalho, foi coletado um total de 862 nomes comerciais com elementos do inglês e 143 nomes com grafia estilizada (isto é, nomes que fogem ao padrão da ortografia da língua portuguesa, mas também não são ingleses) no interior de São Paulo. Além disso, o uso do ‘s em contexto comercial do português no interior de São Paulo foi observado, de modo que se pode concluir que esse fenômeno é menos comum do que se imagina. Ao fim deste estudo, concluiu-se que, apesar de haver muitos nomes comerciais com elementos do inglês no *corpus* desta pesquisa, esses nomes são menos frequentes do que o esperado.

Palavras-chave: formação de nomes comerciais; Português Brasileiro; Língua Inglesa

Introdução

O léxico de todas as línguas se renova através de palavras criadas com elementos da própria língua ou através de empréstimos de outras línguas (ALVES, 1990). O empréstimo de palavras de outros idiomas para o Português Brasileiro (doravante PB) é um fenômeno antigo. Como lembra Trask (2004, p. 219), o léxico do PB foi acumulando ao longo dos anos palavras de “línguas de povos que, juntamente com os portugueses, participaram da formação da população do país: os indígenas, os escravos africanos e os imigrantes europeus”.

No entanto, a influência da língua inglesa no PB e em outras línguas no atual contexto histórico é uma das consequências do contínuo processo de globalização – que é visto, comumente, como resultado do poderio econômico, político, militar e cultural que os Estados Unidos adquiriram após a Segunda Guerra Mundial e, mais notadamente,

com a queda do muro de Berlim em 1989¹ (RAJAGOPALAN, 2005). Para Trask (2004, p. 168), uma língua é considerada língua internacional quando é bastante usada com inúmeros fins, por indivíduos de diferentes países, especialmente por pessoas para as quais ela não é uma língua materna. Na atualidade, aponta o autor, “o inglês é indubitavelmente a língua internacional mais importante do mundo. O inglês é, por toda parte, a primeira língua em áreas como o comércio, a ciência, a tecnologia, as comunicações e a cultura popular” (TRASK, 2004, p. 168). Cada época tem uma língua internacional; por exemplo, nos séculos XVIII e XIX, muitas pessoas aprendiam a falar francês, pois esta era considerada a “língua internacional da diplomacia, das belas artes e alta cultura, e da sociedade polida em geral” (TRASK, 2004, p. 168). Nesse período, o francês também exerceu grande influência no PB e em outras línguas. O autor observa ainda que

[...] nas últimas décadas os sociolinguistas estão conscientes de que conferir uma identidade à pessoa como indivíduo e membro de um grupo é uma das mais importantes funções da língua. Considerar que a língua tem essa função de identificação é crucial para entender muitos tipos de comportamento social e linguístico. (TRASK, 2004, p. 164)

Essas observações de Trask são bastante relevantes para os estudos sobre os anglicismos, afinal notamos que as palavras emprestadas de outras línguas trazem “uma suspeita de identidade alienígena, carregada de valores simbólicos relacionados aos falantes da língua que origina o empréstimo” (GARCEZ; ZILLES, 2004, p. 15). Os autores lembram que os valores associados a um empréstimo podem ser conflitantes (e não raro provocam reações negativas por parte de puristas e de falantes “comuns”) uma vez que “diferentes grupos em uma comunidade podem atribuir valores diversos às identidades ligadas aos falantes de outras línguas”² (GARCEZ; ZILLES, 2004, p. 15-16).

Para Trask (2004, p. 219), uma das grandes motivações para o empréstimo de uma palavra é o prestígio. Fiorin (2004, p. 120) reforça que “o uso de determinadas expressões estrangeiras conota ‘modernidade’, ‘requinte’ etc., conotações que as correspondentes vernáculas não possuem”. Atualmente é possível que grandes empresas possam expandir seu negócio, até então restrito ao seu mercado de atuação, para mercados distantes e emergentes, sem necessariamente um investimento alto de capital financeiro. Desse modo, várias indústrias, lojas e marcas importadas, sobretudo dos EUA, entraram nos mercados dos países de terceiro mundo. Isso explica por que, em qualquer lugar do globo, é possível comer no *McDonald's* ou comprar um tênis *Nike*. Como produtos importados normalmente têm um maior custo e acabam não sendo acessíveis a todos os consumidores, eles ficam restritos à parcela da população economicamente privilegiada, adquirindo, assim, um *status* sofisticado.

1 Carvalho (2009, p. 27-28) lembra que, com relação ao português, a princípio os anglicismos vinham “diretamente da Inglaterra pela tutela política que esta exercia sobre Portugal. Desta época datam *bife*, *rosbife*, *lanche*”, palavras já adaptadas de modo que não se percebe sua origem anglófona. Com o deslocamento do centro do poder político para os EUA, “país que tomamos como paradigma de desenvolvimento, ou como o Eldorado de emigração” (CARVALHO, 2009, p. 68), os anglicismos no Brasil passaram a ter origem no inglês americano. Como a língua portuguesa não é veículo de uma cultura uniforme, cada país falante de português lida com a questão do empréstimo de formas diferentes.

2 É bastante conhecido o estudo de Labov que, em 1963, observou que moradores da ilha de Martha's Vineyard começaram a intensificar o uso de uma variante local da pronúncia de determinadas palavras, considerada não padrão e estigmatizada, porque a variante padrão havia sido trazida por veranistas que exploravam economicamente a ilha. Foi a forma que os habitantes locais encontraram de marcar na fala “sua identidade cultural, seu perfil de comunidade, de grupo separado” (TARALO, 1990, p. 14).

Desse modo, muitas pessoas, querendo associar a superioridade dos produtos importados (principalmente os “*made in USA*”) ao seu próprio negócio, usam para nomear um novo estabelecimento comercial ou um novo produto uma palavra emprestada de outra língua, normalmente, da língua inglesa. Dessa forma, existe uma grande quantidade de nomes comerciais no Brasil que são palavras estrangeiras. Como lembram Garcez e Zilles (2004, p. 22-23):

O apelo da máquina capitalista globalizante é forte demais para que a mídia da informação, do entretenimento e, principalmente, da publicidade possa ou queira deixar de explorar as associações semióticas entre a língua inglesa e o enorme repositório de recursos simbólicos, econômicos e sociais por ela mediados. Em uma sociedade como a brasileira, na qual é imensa a disparidade na capacidade de consumo dos cidadãos e na qual a classe social consumidora sofre de grande insegurança social e se mira num padrão de consumo, norte-americano ou europeu, não surpreende que o anglicismo se preste para marcar a diferenciação competitiva entre quem dispõe desse capital simbólico e a massa não-consumidora.

A temática discutida neste trabalho vincula-se diretamente com a questão da identidade linguística da língua portuguesa e com questões de identificação cultural, pois o estudo leva em consideração características extralinguísticas que motivam o uso de nomes comerciais estrangeiros em contexto comercial no Brasil. Portanto, em virtude desse cenário linguístico e cultural no Brasil, pretendemos, neste estudo, observar a formação de nomes comerciais com elementos do inglês no PB. Nesta pesquisa, escolhemos especificamente observar os nomes comerciais do interior de São Paulo, esperando contribuir para os estudos do PB em seus usos atuais, para a observação da formação do léxico do PB e para os estudos das adaptações morfológicas e fonológicas de anglicismos à língua portuguesa.

Procedimentos metodológicos e análise de dados

Em primeiro lugar, preocupamo-nos com a coleta dos dados que virão a ser descritos e analisados neste estudo, por isso a coleta dos dados do PB foi cuidadosamente realizada a partir do *site* Guia Mais,³ que contém a informação comercial dos 26 estados do Brasil e do Distrito Federal. A partir desse *site* é possível pesquisar nomes de estabelecimentos comerciais existentes no país inteiro, porém optamos por fazer um recorte e realizar a pesquisa apenas no interior de São Paulo. A partir do portal Guia Mais, conseguimos, com facilidade, observar os nomes comerciais do interior de São Paulo; além disso, as empresas estão separadas por categorias, o que agilizou a busca, separação, categorização e a quantificação dos dados. A partir desse *site* foi consultado um total de 7271 estabelecimentos cadastrados no interior de São Paulo, sendo que 862 deles têm algum elemento da língua inglesa – como vemos na Tabela 1, abaixo.

³ Disponível em: <www.guiamais.com.br>.

Tabela 1 - Total dos nomes comerciais com elementos do inglês no PB separados por tipo de categoria comercial

Total dos nomes com elementos do inglês no PB		
Categorias	nº de nomes coletados	% dos nomes coletados
Academias Desportivas	84	10%
Automóveis Peças e Serviços	67	8%
Cabeleireiros e Institutos de Beleza	207	24%
Informática – Equipamentos e Assistência	85	10%
Hotéis e Motéis	64	7%
Lavanderias	26	3%
Móveis	34	4%
Padarias e Confeitarias	17	2%
Restaurantes e Bares	104	12%
Roupas	174	20%
Total	862	100%

Consideramos nomes com elementos do inglês qualquer nome comercial que fosse totalmente em inglês, como no caso da academia *Lofty Sport*, ou que misturasse elementos ingleses com palavras do português, como *Aplausos Studio's Hair*. Como podemos ver através da Tabela 1, consultamos nomes comerciais em dez setores do comércio: *Academias Desportivas*, *Automóveis Peças e Serviços*, *Cabeleireiros e Institutos de Beleza*, *Informática – Equipamentos e Assistência*, *Hotéis e Motéis*, *Lavanderias*, *Móveis*, *Padarias e confeitarias*, *Restaurantes e Bares* e, por fim, *Roupas*, sendo que encontramos nomes comerciais com elementos do inglês em cada um desses setores do comércio consultados. A maior parte desses nomes comerciais é ligada, respectivamente, ao setor de Cabeleireiros e Institutos de beleza (24% dos nomes comerciais – o que corresponde a 207 nomes); de Roupas (20% dos nomes comerciais – o que corresponde a 174 nomes) e, finalmente, de Restaurantes e bares (12% dos nomes comerciais – o que corresponde a 104 nomes comerciais). Os demais setores também contribuíram com nomes em inglês, como vemos na mesma tabela. Nos quadros 1 e 2, abaixo, encontram-se alguns exemplos de nomes comerciais coletados na pesquisa.

Quadro 1 - Exemplos de nomes comerciais coletados

<i>Academias Desportivas</i>	<i>Automóveis Peças e Serviços</i>	<i>Cabeleireiros e Institutos de Beleza</i>	<i>Informática – Equipamentos e Assistência</i>	<i>Hotéis e Motéis</i>
Academia Acqua Sports	All Car Peças	Academia Art Center	Advance Informática	Libertway Motel
Academia Hammer Sports	American Auto Peças	David's Cabeleireiros	Click Computadores	Que Noite Drive
Academia Planeth Health	Auto Sport	Stetic Cabeleireiros	Compunews	Shelton inn hotel
Fast Pilates	Castelo Imports	Stylu's Cabeleireiros	Fast Printer	Sleepinn Ribeirão Preto

Quadro 2 - Exemplos de nomes comerciais coletados

<i>Lavanderias</i>	<i>Móveis</i>	<i>Padarias e Confeitarias</i>	<i>Restaurantes e Bares</i>	<i>Roupas</i>
Clean Plus	Big Lar Móveis	Big Mix	Restaurante China In Box	Angel's Modas
Lavanderia Lav Service	Móveis Free House	City Pão	Restaurante Markus Gryll	Baby Shop
Lavwhite Limpadora	Móveis Wolf	Padaria Shopping	Boalin's Food	Cherry Modas
Work Lavanderia Industrial	Via Art's	Panificadora Mister Cook	Highlander	Mister Jovem

Além desses nomes, quantificamos também um total de 145 nomes comerciais com grafia estilizada (termo usado por Neves (1971)). De acordo com Neves (1971, p. 105), “muitos neologismos comerciais baseiam-se quase que exclusivamente numa maneira bizarra, extravagante, de escrever a palavra”. No caso desta pesquisa, essa definição será usada para classificar nomes comerciais que fogem à grafia da língua portuguesa, mas também não são ingleses, como, por exemplo, *Mymo Modas* e *Officina da Malha* (falaremos melhor desses casos adiante). Mesmo tendo encontrado um bom número de nomes comerciais com elementos do inglês e também com grafia estilizada, constatamos que 6264 nomes, num total de 7271 estabelecimentos consultados, são formados, sobretudo, por palavras do português,⁴ como podemos ver na Tabela 2 e no Gráfico 1, abaixo:

Tabela 2 – Total dos nomes comerciais coletados no PB separados por elementos linguísticos

<i>Categorias</i>	<i>Nomes com grafia estilizada</i>	<i>Nomes com elementos do inglês</i>	<i>Outros nomes</i>	<i>Total dos estabelecimentos cadastrados</i>
Academias Desportivas	11	84	211	306
Automóveis – Peças e Serviços	9	67	611	687
Cabeleireiros e Institutos de Beleza	33	207	1115	1355
Informática – Equipamentos e Assistência	4	85	215	304
Hotéis e Motéis	2	64	386	452
Lavanderias	12	26	164	202
Móveis	8	34	614	656
Padarias e Confeitarias	8	17	882	907
Restaurantes e Bares	19	104	926	1049
Roupas	37	174	1142	1353
<i>Total</i>	143	862	6266	7271

4 A categoria “Outros nomes” inclui todos os nomes que não são alvo desta pesquisa, isto é, nomes formados por palavras do português e formados com elementos de outras línguas. Como nesta pesquisa serão enfocados apenas os nomes comerciais com elementos da língua inglesa, não foi feita a quantificação dos nomes comerciais com elementos de outras línguas estrangeiras, entretanto, como pudemos observar ao longo da coleta de dados, esses nomes apareciam raramente, sendo mais comum o aparecimento de nomes comerciais formados somente com palavras do português.

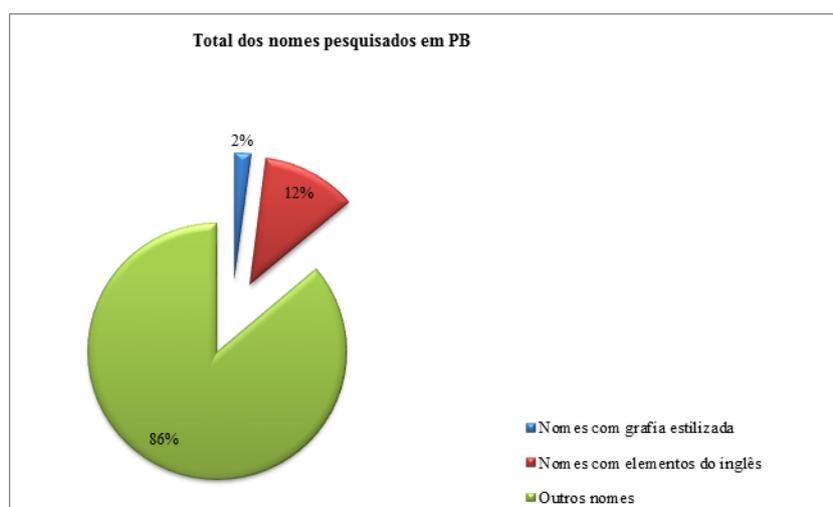


Gráfico 1 – Porcentagem do total dos nomes comerciais pesquisados em PB separados por tipos de elementos linguísticos

Como observamos, acima, tanto o Gráfico 1 como a Tabela 2 mostram que apenas uma parcela pequena dos dados trazem elementos da língua inglesa – 12% do total dos nomes consultados – e uma parcela ainda menor – apenas 2% dos nomes consultados – são formados por grafia estilizada. Desse modo podemos concluir que a maioria dos nomes comerciais do interior de São Paulo – 86% dos nomes comerciais consultados – é formada principalmente pela língua portuguesa.

Para dar início às análises dos nomes comerciais, primeiramente fizemos uma separação dos nomes comerciais e de seus subtítulos. Por exemplo: encontrávamos no *site* o nome comercial *Art studio adesivos e etiquetas* e fazíamos a separação do nome comercial propriamente dito “art studio” e de seu subtítulo “adesivos e etiquetas”. Na Tabela 3, abaixo, vemos que no nosso *corpus* existem poucos nomes comerciais com subtítulos, ou seja, apenas 80 nomes – o que corresponde a 9% dos nomes comerciais do nosso *corpus* do PB, como se pode ver ilustrado no Gráfico 2, também apresentado abaixo.

Tabela 3 - Total dos nomes comerciais com subtítulo

<i>Categorias</i>	<i>Nomes com subtítulo em PB</i>
Academias Desportivas	3
Automóveis – Peças e Serviços	14
Cabeleireiros e Institutos de Beleza	26
Informática – Equipamentos e Assistência	10
Hotéis e Motéis	2
Lavanderias	4
Móveis	7
Padarias e Confeitarias	1
Restaurantes e Bares	6
Roupas	7
<i>Total</i>	80

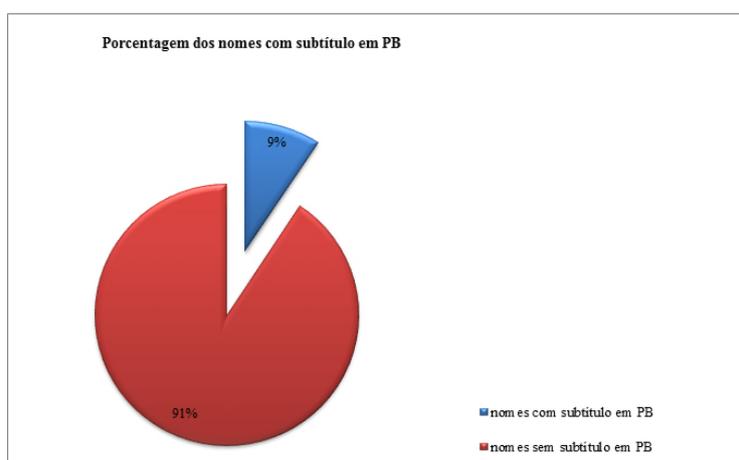


Gráfico 2 - Percentual nomes comerciais com elementos do inglês em PB separados por subtítulo

Nesse momento, nomes comerciais que continham elementos do inglês apenas no subtítulo foram retirados do *corpus* (como é o caso do nome *Álcool Iris Panquecas e Drinks*, cujo nome é “Álcool Iris” e o subtítulo é “Panquecas e Drinks”), pois nos interessam apenas nomes comerciais que tenham elementos do inglês no seu nome, já que os subtítulos não serão considerados na análise. Em alguns casos, o subtítulo está separado pela pontuação (como no nome *Athletic Way – Equipamentos para Ginástica*), o que torna mais fácil a separação. Em outros casos, o que é nome e o que é subtítulo não está tão evidente, o que gerou dificuldades de separação (como no exemplo *Brush Beleza e Estética*, em que ficamos em dúvida sobre a parte “Beleza e Estética” ser subtítulo, mas acabamos considerando tudo como título).

A partir dessa separação, fizemos uma análise baseando-nos na ordem das palavras que compõem os nomes comerciais. Sabemos que compostos tipicamente portugueses seguem a ordem determinado-determinante (SANDMANN, 1997). Compostos em que o determinante aparece antes do determinado estão sofrendo influência, sobretudo, do inglês – no caso do meio comercial e dos nomes comerciais que estamos pesquisando isso se torna mais evidente, já que eles contêm elementos da língua inglesa. Dessa forma, observamos a ordem das palavras nos nomes de acordo com o seguinte esquema:

- i) Estrutura morfossintática do Inglês: estrutura de núcleo (N) final

$$X + N$$

- ii) Estrutura morfossintática do Português: estrutura de núcleo (N) inicial

$$N + X$$

No caso de nomes com estrutura morfossintática do inglês, o núcleo pode ser tanto uma palavra da língua portuguesa quanto da língua inglesa, desde seja no final do nome comercial. Por exemplo, *Clip Academia* é um nome de estrutura morfossintática inglesa

com o núcleo em português e *Sports Gym* é um nome com estrutura morfossintática do inglês com núcleo em inglês. Para nomes com estrutura morfossintática do português, também observamos se o núcleo é em português ou inglês e se está no início do nome comercial, como, por exemplo, *Academia All Rackets Sports* (com núcleo inicial em português) e *Show de Beleza* (com núcleo inicial em inglês).

Alguns casos apresentaram dúvidas de classificação. Por exemplo, o nome comercial *Banana Broadway* (categoria de Academias Desportivas) poderia ser considerado como nome de núcleo inicial em português (*banana* do tipo *Broadway*) ou como nome de núcleo final em inglês (existem outros nomes comerciais que usam a combinação *banana* + núcleo, por exemplo, *Banana Boat* – nome comercial bastante conhecido, mas que não está nos nossos *corpora*). Além disso, *banana* pode ser uma palavra do português ou do inglês. Acabamos optando pela segunda opção de análise e classificando esse nome como sendo de estrutura do inglês. Outros nomes que apresentaram dúvidas são os hotéis *Sleep Inn Galeria* e *Sleep Inn Ribeirão Preto*. Ficamos com dúvida sobre o núcleo ser inicial em inglês (*Sleep Inn*) ou final em português (*Galeria* e *Ribeirão Preto*, respectivamente). Optamos pela primeira opção de análise, pois *Inn* é um nome que, de acordo com o dicionário Oxford (versão CD, 2002), é indicativo de pequeno hotel, pousada e, por ser este um nome de hotel, achamos mais coerente que o núcleo do nome faça referência a esse fato. Podemos observar, abaixo, alguns exemplos de nomes comerciais de núcleo inicial e de núcleo final.

(01) Nomes de núcleo inicial

- a) Vila Training
- b) Auto Mecânica Hot Point
- c) Clínica de beleza New Look

(02) Nomes de núcleo final

- d) Water Center
- e) Brasil Car
- f) Charm's cabeleireiros

Como podemos ver na Tabela 4, a maioria dos nomes comerciais com elementos do inglês que coletamos no PB é de estrutura morfossintática inglesa (com núcleo final).

Tabela 4 – Total dos nomes comerciais com elementos do inglês no PB separados por estrutura morfossintática

<i>Categorias</i>	<i>Nomes com estrutura morfossintática do português</i>		<i>Nomes com estrutura morfossintática do inglês</i>	
	nº	%	nº	%
Academias Desportivas	53	20%	31	5%
Automóveis - Peças e Serviços	17	7%	50	8%
Cabeleireiros e Institutos de Beleza	66	26%	141	23%
Informática - Equipamentos e Assistência	12	5%	73	12%
Hotéis e Motéis	24	9%	40	7%
Lavanderias	7	3%	19	3%
Móveis	13	5%	21	4%
Padarias e Confeitarias	5	2%	12	2%
Restaurantes e Bares	29	11%	75	12%
Roupas	32	12%	142	24%
<i>Total</i>	258	100%	604	100%

Como vemos na Tabela 4, apenas 258 nomes comerciais com elementos do inglês no PB são de estrutura morfossintática portuguesa, enquanto a maioria dos nomes, 604 nomes comerciais (o que equivale a 70% dos nomes comerciais com elementos do inglês no PB, como podemos ver ilustrado no Gráfico 3, abaixo), é de estrutura morfossintática inglesa.

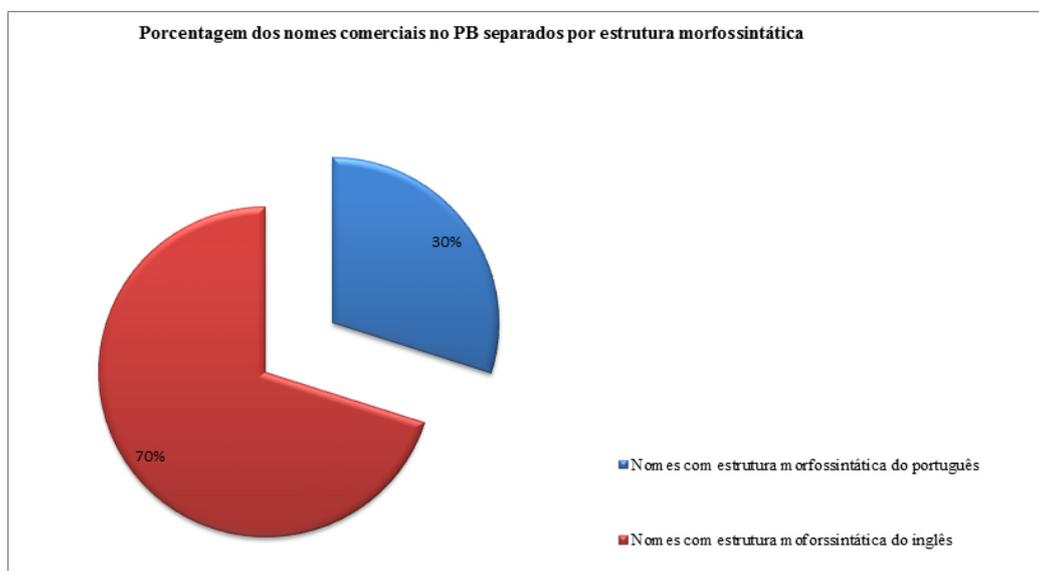


Gráfico 3 - Percentual nomes comerciais com elementos do inglês em PB separados por estrutura morfossintática

Como podemos ver ainda na Tabela 4, a maior parte dos nomes com estrutura morfossintática portuguesa no PB está nos setores de *Cabeleireiros e Institutos de Beleza* (66 nomes, o que corresponde a 26% dos nomes de estrutura morfossintática do português), *Academias Desportivas* (53 nomes, o que corresponde a 20% dos nomes com estrutura morfossintática do português), *Roupas* (32 nomes, o que corresponde a 12% dos

nomes de estrutura morfossintática portuguesa) e *Restaurantes e Bares* (29 nomes, o que corresponde a 11% dos nomes de estrutura morfossintática portuguesa). O restante dos setores do comércio também foi produtivo em nomes comerciais com estrutura morfossintática do português, porém em menor porcentagem.

Já com relação aos nomes comerciais com estrutura morfossintática do inglês, vemos, na Tabela 4, acima, que a maioria dos nomes com essa estrutura está distribuída nos seguintes setores do comércio: *Roupas* (142 nomes, o que corresponde a 24% dos nomes comerciais de estrutura morfossintática inglesa), *Cabeleireiros e Institutos de beleza* (141 nomes comerciais, o que corresponde a 23% dos nomes com estrutura morfossintática do inglês), *Restaurantes e Bares* (75 nomes comerciais, o que corresponde a 12% dos nomes de estrutura morfossintática inglesa) e *Informática – Equipamentos e Assistência* (73 nomes, o que também corresponde a aproximadamente 12% dos nomes com estrutura morfossintática do inglês). O restante dos setores do comércio foi produtivo em nomes comerciais com estrutura morfossintática do inglês em menor porcentagem.

Notamos, a partir do gráfico comparativo (Gráfico 4), que em PB todos os setores do comércio pesquisados tiveram mais nomes com elementos do inglês com estrutura morfossintática do inglês do que com estrutura morfossintática do português, exceto o setor de *Academias desportivas*, que teve 53 nomes com estrutura morfossintática do português contra apenas 31 nomes com estrutura morfossintática do inglês.

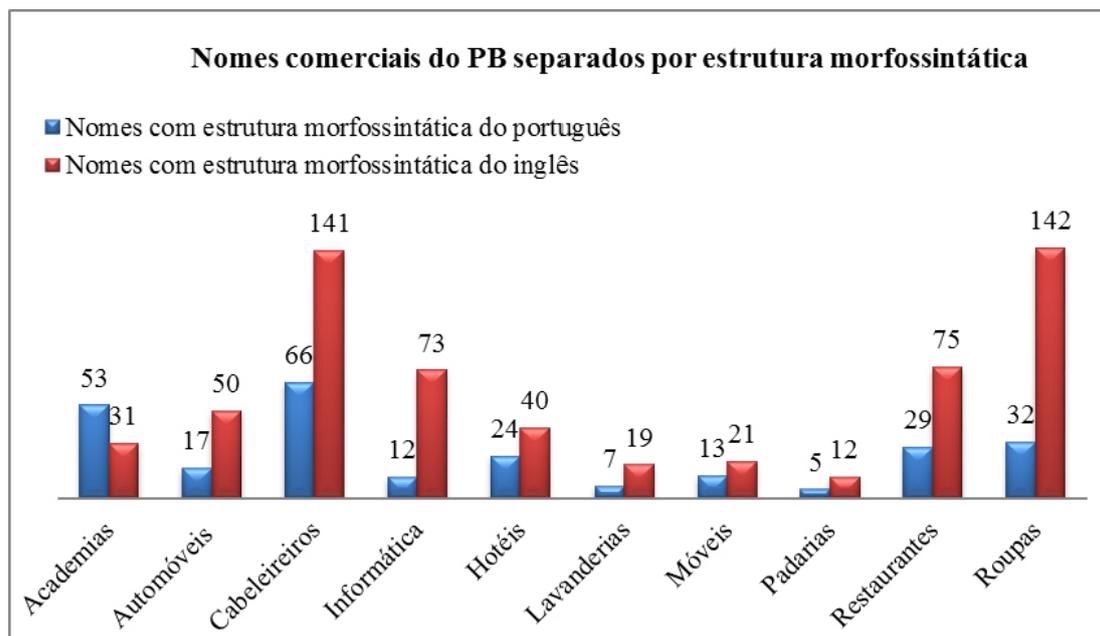


Gráfico 4 – Comparativo dos nomes comerciais com elementos do inglês em PB separados por estrutura morfossintática

Como notamos a partir da coleta dos dados, além de nomes comerciais que apresentam elementos do inglês, também existem, em menor número, nomes comerciais com escritas estilizadas, isto é, nomes que fogem ao sistema ortográfico do português, mas cujos elementos não são apenas ingleses, como é o caso dos nomes comerciais *Autocenter Skinão* e *Tok's & Retok's Estética*. Como dissemos anteriormente e podemos ver pela Tabela 5, encontramos 145 nomes com grafia estilizada.

Tabela 5 - Total dos nomes com grafia estilizada

<i>Categorias</i>	<i>Nomes com grafia estilizada no PB</i>
Academias Desportivas	11
Automóveis - Peças e Serviços	9
Cabeleireiros e Institutos de Beleza	33
Informática - Equipamentos e Assistência	4
Hotéis e Motéis	2
Lavanderias	12
Móveis	8
Padarias e Confeitarias	10
Restaurantes e Bares	19
Roupas	37
<i>Total</i>	145

Nos casos dos dois nomes que citamos anteriormente pode-se perceber que a pronúncia permanece a mesma de uma escrita convencional do português (“Esquinão” e “Toques e Retoques”). A maioria dos nomes com escrita estilizada tenta trazer algum elemento diferente para a escrita, muitas vezes numa tentativa de imitar a ortografia da língua inglesa – no caso de *Skinão* há a sequência *sk*, que não é típica da ortografia portuguesa, assim como palavras com sílabas terminadas em *k* na escrita, casos de “Tok” e “Retok”.

Roberto Pompeu de Toledo, ao expressar sua opinião sobre a questão do anti-americanismo em um ensaio na revista *Veja*, diz que se o Brasil é antiamericano ou americanófilo é uma questão aberta, mas afirma que, “na queda que temos pelo apóstrofo revelamos nossa rendição ao charme americano”. O colunista chama a atenção para o fato de que, comparados ao Brasil, “poucos países, fora os de língua inglesa, terão tantas lojas, produtos, serviços ou eventos batizados em inglês” alegando que “comprar na Bacco’s, em São Paulo, ou bebericar no Leo’s Pub, no Rio, não teria o mesmo efeito se o nome desses estabelecimentos não ostentasse aquele penduricalho, delicado como joia, civilizado como o frio” (TOLEDO, 2007). De acordo com o articulista “o emprego do ‘s Brasil afora é muito peculiar, e quem sair à cata das várias formas em que é encontrado terminará com uma rica coleção” (TOLEDO, 2007). A opinião de Toledo (2007), apresentada acima, representa a observação de um falante comum da língua portuguesa, ou seja, uma observação casual e informal, não se tratando, assim, de uma pesquisa científica, mas, como nomes com ‘s costumam chamar a atenção nas ruas, nossa expectativa também era a de encontrar muitos nomes com esse elemento. No entanto, ao procurar nomes comerciais com ‘s – típico do caso genitivo da língua inglesa –, observamos que o uso desse elemento não é tão comum e numeroso quanto imaginávamos. Como apresentamos na Tabela 6, em nosso *corpus* há apenas 108 nomes comerciais com ‘s no PB e somente 20 nomes com ‘s e escrita estilizada.

Tabela 6 - Total de nomes com 's no PB

<i>Categorias</i>	<i>Nomes com 's e elementos do inglês no PB</i>		<i>Nomes com 's e escrita estilizada no PB</i>	
	nº	%	nº	%
Academias Desportivas	3	3%	3	15%
Automóveis - Peças e Serviços	3	3%	0	0%
Cabeleireiros e Institutos de Beleza	45	41%	9	45%
Informática - Equipamentos e Assistência	3	3%	1	5%
Hotéis e Motéis	2	2%	0	0%
Lavanderias	0	0%	0	0%
Móveis	4	3%	1	5%
Padarias e Confeitarias	4	4%	0	0%
Restaurantes e Bares	28	26%	2	10%
Roupas	16	15%	4	20%
<i>Total</i>	108	100%	20	100%

Notamos, a partir da Tabela 6, que a maioria das ocorrências do 's nos nomes comerciais com elementos do inglês ocorreu na categoria de *Cabeleireiros e Institutos de Beleza* (41% dos nomes), seguida pela categoria de *Restaurantes e Bares* (o que corresponde a 26% dos nomes) e pela de *Roupas* (15% dos nomes comerciais). Nos nomes com grafia estilizada, as maiores ocorrências de 's foram, respectivamente, nas categorias de *Cabeleireiros e Institutos de Beleza* (45% dos nomes), *Roupas* (correspondendo a 20% dos nomes) e *Academia Desportivas* (15% dos nomes).

Desse modo, vemos que o uso do 's na formação de nomes comerciais em nosso *corpus* mostrou-se mais baixo que o esperado.

Considerações finais

A pesquisa realizada neste estudo observa a formação de nomes comerciais com elementos do inglês em contexto de PB, no interior de São Paulo. Sabemos que os estrangeirismos provocam dualidades: são estimados por uns e execrados por outros. No entanto, é indiscutível que as palavras de origem estrangeira são uma importante fonte de neologismos e contribuem para a renovação da língua portuguesa e de outros idiomas.

Com relação à penetração da língua inglesa no Brasil e no mundo, Paiva (1991, p. 45) nota que ainda há uma variável que não pode ser ignorada: “a presença hegemônica dos Estados Unidos no mundo. O terceiro mundo não está mais sendo dominado essencialmente pela força armada, mas pela língua, matéria-prima do imperialismo cultural causado pela dependência econômica” (PAIVA, 1991, p. 45).⁵ Assim, não podemos deixar de considerar que a língua inglesa acaba sendo associada também a uma sociedade de

⁵ Embora essa pesquisa tenha sido feita na última década do século passado e o cenário político e econômico atual seja um pouco diferente, essas observações da autora ainda se encontram atuais na medida em que vemos muitos estabelecimentos comerciais associando seus produtos aos signos de língua inglesa e a tudo que ela simboliza.

prestígio, poder e consumo que os E.U.A. representam; afinal, a língua, como observa Paiva (1991, p. 102),

[...] é um bem social, mas a hierarquia produzida pela divisão de classes é reproduzida nos fenômenos linguísticos. Podemos citar, por exemplo, a variação linguística, que divide os falantes em cultos e incultos, prestigiados e desprestigiados. Valores sociais são agregados às várias formas de expressão linguística, fazendo com que as formas de prestígio sempre coincidam com as usadas pelas classes sociais privilegiadas.

Dessa forma, como nota a autora, muitas vezes as expressões e palavras de língua inglesa chegam às massas através da elite econômica, que simboliza o “melhor”, o “sofisticado” (PAIVA, 1991, p. 116). Lembra a pesquisadora que “a imprensa escrita e falada, ao privilegiar os empréstimos, nem sempre necessários, da língua inglesa, abona a pretensa superioridade daquele idioma” (PAIVA, 1991, p. 116). Portanto, diante desse contexto, no meio comercial, o inglês acaba sendo visto como uma forma interessante de valorização do produto que está sendo vendido, isto é, os comerciantes acham mais “chique” um salão de beleza chamado *Angel's Hair* do que, simplesmente, *Cabelo de Anjo* – talvez numa tentativa de associar aquele estabelecimento a um público-alvo formado de pessoas de maior poder aquisitivo.

Como observamos em nossa coleta de dados, os nomes comerciais com elementos do inglês foram produtivos em PB, mas notamos que a maior parte dos nomes comerciais (86% dos nomes comerciais) é formada, em sua maioria, pela língua portuguesa, o que nos permite afirmar que os processos de formação de palavras vernáculos são as formas mais usadas na criação de novos nomes comerciais no interior de São Paulo. Esse número de palavras com elementos do inglês se equilibra com a porcentagem de palavras estrangeiras encontradas na *Base de Neologismos do Português Contemporâneo do Brasil* no estudo de Alves *et al.* (2004, p. 6). De acordo com os autores, foram observadas mais de 9300 unidades lexicais neológicas, sendo que apenas 17% (cerca de 1500 neologismos) são estrangeirismos, em sua maioria de origem inglesa.

Embora os nomes com grafia estilizada não sejam tão frequentes em nosso *corpus*, eles foram produtivos. É importante observar que, mesmo sendo livre para ousar no nome, grande parte dos comerciantes adota uma postura conservadora no sentido de preferir usar a ortografia oficial da língua portuguesa no momento de registrar o nome do seu estabelecimento comercial. Por isso, nomes como *Autocenter Skinão* e *Rekinte Kabelos e Estética* não são tão comuns quanto esperávamos.

Outra observação interessante se refere ao uso do *’s* em nomes comerciais. Contrariando nossas expectativas, nossa coleção de palavras com *’s* é pequena: as palavras com *’s* correspondem a apenas 13% dos nomes comerciais com elementos do inglês em PB e 15% dos nomes com grafia estilizada em PB. Portanto, podemos dizer que o uso do *’s* no léxico comercial do PB no interior de São Paulo é raro.

Podemos concluir que o uso do inglês no meio comercial é menos frequente do que o esperado. Embora Neves (1971, p. 105) afirme que “muitos neologismos comerciais baseiam-se quase que exclusivamente numa maneira bizarra, extravagante, de escrever a palavra”, de acordo com nossos dados, os comerciantes que ousam no nome do seu estabelecimento comercial ainda são minoria. Não podemos deixar de notar, porém, que,

ao andar pelas ruas, temos a impressão de que há um maior número de nomes comerciais com elementos do inglês, 's e grafia estilizada devido ao fato de esses nomes se destacarem em meio a tantos outros por serem diferentes e inusitados.

REFERÊNCIAS

ALVES, I. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 1990.

CARVALHO, N. *Empréstimos linguísticos na língua portuguesa*. São Paulo: Cortez, 2009.

FIORIN, J. L. Considerações em torno do Projeto de Lei nº 1676/99. In: FARACO, C. A. (Org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2004. p. 107-125.

GARCEZ, P. M.; ZILLES, A. M. S. Estrangeirismos: desejos e ameaças. In: FARACO, C. A. (Org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2004. p. 15-36.

NEVES, V. L. H. *Nomes próprios comerciais e industriais no português: um aspecto da nomenclatura do comércio e da indústria em Belo Horizonte*. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 1971.

PAIVA, V. L. M. de O. e. *A língua inglesa enquanto signo na cultura brasileira*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991.

RAJAGOPALAN, K. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil. In: LACOSTE, Y.; RAJAGOPALAN, K. (Org.) *A geopolítica do inglês*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 135-159.

SANDMANN, A. J. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1997.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1990.

TOLEDO, R. P. Uma paixão dos brasileiro's. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1999, p. 1, 14 mar 2007. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/140307/pompeu.shtml>>. Acesso em: 30 ago 2009. p. 1.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. Tradução e adaptação de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

A modificação de grau de adjetivos em Karitiana

(Degree modification of adjectives in Karitiana)

Luciana Sanchez-Mendes

Departamento de Linguística – Universidade de São Paulo (USP)
Unité Mixte de Recherche Structures Formelles du Langage (UMR 7023) – Université Paris 8 (Paris 8)
sanchez.mendes@gmail.com

Abstract: This paper focuses on degree modification on the adjectival domain in Karitiana. More specifically, its aim is to analyze the scalar structures of adjectives modified by the adverb *pita* ('very'). This investigation is inspired by the general idea that the distribution and meaning of degree modifiers reveals the nature of the scalar structures involved (KENNEDY; MCNALLY, 2005).

Keywords: degree modification; adjectives; Indigenous languages.

Resumo: O objetivo deste artigo é descrever a modificação de grau no domínio adjetival na língua Karitiana. Mais especificamente, pretende-se analisar as estruturas escalares dos predicados adjetivais modificados pelo advérbio *pita* ('muito') na língua. O trabalho está apoiado na ideia geral de que a distribuição e o significado de modificadores de grau revelam a natureza das estruturas escalares envolvidas (KENNEDY; MCNALLY, 2005).

Palavras-chave: modificação de grau; adjetivos; línguas indígenas.

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar a modificação de adjetivos em Karitiana com o advérbio de grau *pita* ('muito'). Karitiana é uma língua indígena da família Arikém, tronco Tupi, falada por aproximadamente 320 pessoas do grupo de mesmo nome que vive em uma reserva localizada a 90 quilômetros de Porto Velho, Rondônia (STORTO; VANDER VELDEN, 2005).

O quadro teórico-metodológico em que se insere esta pesquisa é o da semântica formal. O objeto de interesse da semântica formal é a sentença. Por conta disso, embora a análise presente neste artigo seja de sintagmas adjetivais, os dados da língua sempre aparecerão em sentenças completas. Para a semântica formal, o significado de uma sentença são suas condições de verdade; ou seja, que condições devem ser encontradas no mundo para que a sentença seja considerada verdadeira. Essa é a razão de, muitas vezes, as sentenças virem acompanhadas de contextos em que podem ser proferidas, além de sua tradução. Os contextos têm o objetivo de revelar as condições de verdade da sentença. Nos trabalhos em semântica formal, as condições de verdade de uma sentença são expressas por meio de uma forma lógica em uma metalinguagem técnica. Neste artigo, as formas lógicas vão vir sempre acompanhadas de uma tradução informal em palavras.

O quadro teórico da semântica formal assume que a interpretação semântica é composicional. Isso quer dizer que o significado de uma sentença depende do significado de suas partes e de sua estrutura sintática, ou seja, de como as suas partes estão organizadas. Assim, a semântica formal procura investigar de que modo o significado de cada

parte de uma sentença contribui para as suas condições de verdade. Desse modo, o objetivo deste trabalho é investigar qual a contribuição semântica do advérbio *pita* para as condições de verdade das sentenças em que ele modifica adjetivos.

O advérbio de grau *pita* ('muito') modificando adjetivos tem uma distribuição particular em Karitiana. Em alguns casos, ele parece estar associado a um grau acima do normal em uma escala conveniente, como o *muito* do português. Em outros, no entanto, ele parece estar associado ao grau máximo da escala, expressando um significado de completude. O objetivo deste trabalho é investigar essa variação de significado buscando uma análise unificada para o uso de *pita* com adjetivos.

O artigo está dividido da seguinte forma: a próxima seção apresenta o quadro teórico da semântica de graus e escalas utilizado para a análise; as seções seguintes apresentam a distribuição e uma proposta de análise do advérbio *pita* com adjetivos. A última seção apresenta, por fim, as considerações finais.

Semântica de graus e escalas

O objetivo desta seção é mostrar a motivação da teoria semântica que adota as noções de graus e de escalas em sua metalinguagem. Uma de suas justificativas está associada ao fato de que os modificadores de grau não podem ser tratados do mesmo modo que os outros modificadores. As sentenças (01) e (02) ilustram essa impossibilidade. Em (01b), a forma lógica da sentença (01a) cujo sujeito é modificado pelo adjetivo *bonito* está adequada. O modo clássico de representação de uma modificação é por meio de uma conjunção. A forma lógica indica que o agente do evento é menino e é também bonito. Em (02), por outro lado, não faz sentido dizer que o agente do evento é bonito e é muito. Por isso, a fórmula em (02b) não é adequada para representar as condições de verdade de (02a).

- (01) a. O menino bonito chegou.
b. $\exists e [\text{chegar} (e) \ \& \ \text{Agente} (x)(e) \ \& \ \text{menino} (x) \ \& \ \text{bonito} (x)]$
[Existe um evento, esse é um evento de chegar, o agente desse evento é um indivíduo x que é menino e que é bonito.]
- (02) a. O menino muito bonito chegou.
b. $\exists e [\text{chegar} (e) \ \& \ \text{Agente} (x)(e) \ \& \ \text{menino} (x) \ \& \ \text{bonito} (x)]$
[Existe um evento, esse é um evento de chegar, o agente desse evento é um indivíduo x que é menino, que é bonito, e que é muito.]

Dessa forma, modificadores como *muito* não podem ser analisados do mesmo modo que outros modificadores, como *bonito*. Para resolver problemas como esse, a semântica adota noções como graus e escalas. Segundo esse modelo, a modificação de grau é entendida como uma operação sobre predicados que são graduáveis. Predicados graduáveis possuem as seguintes propriedades: (i) são subdivididos em relativos e absolutos em relação a um parâmetro de comparação; (ii) possuem uma estrutura escalar (baseada em escalas) (KENNEDY, 1999; KENNEDY; MCNALLY, 2005). Cada uma dessas propriedades será apresentada em detalhes nas subseções que seguem.

Parâmetro de comparação

O objetivo desta subseção é apresentar a divisão dos predicados graduáveis em relativos e absolutos (KENNEDY 1999; KENNEDY; MCNALLY, 2005). A proposta dessa divisão é separar os predicados de acordo com a sua relação com o contexto. Os predicados relativos são aqueles que dependem de um parâmetro de comparação contextual para serem interpretados, enquanto que os absolutos não possuem um parâmetro de comparação dependente do contexto. Por exemplo, *alto* é um predicado relativo porque sua denotação varia contextualmente. Para se atribuir a uma entidade a propriedade de *ser alto* é preciso se levar em conta em relação a que está sendo designada essa qualidade. Um indivíduo pode ser alto em comparação a seus irmãos e baixo em comparação ao time de basquete de seu colégio, por exemplo.

Já um adjetivo como *fechado* não tem seu parâmetro de comparação definido contextualmente. Não é necessário que se observe e se compare contextualmente o que é fechado para se afirmar que algo está fechado. Se uma porta for considerada fechada, não é possível encontrar um contexto que faça, em comparação com outras portas, ela ser considerada uma porta aberta. O quadro abaixo resume essas características:

Quadro 1. Predicados graduáveis e sua relação com o parâmetro de comparação

Tipos de Predicado	Relação com o Parâmetro de Comparação Contextual	Exemplos
Relativo	Dependente	<i>alto, baixo, caro, barato</i>
Absoluto	Independente	<i>aberto, fechado, cheio, vazio</i>

Estrutura escalar

O objetivo desta subseção é demonstrar por que os predicados graduáveis são considerados predicados que estão associados a uma escala (cf. KENNEDY 1999; KENNEDY; MCNALLY, 2005). É comum se encontrar na literatura semântica uma relação entre graus e escalas. Kennedy (1999) afirma que a abordagem escalar para a investigação de grau é empiricamente superior à análise que não faz uso de escalas como a análise dos adjetivos como predicados vagos.¹ Vamos seguir a proposta de Kennedy (1999) e assumir que predicados graduáveis possuem estruturas escalares.

No modelo de Kennedy (1999), escalas são construtos formais definidos como um conjunto de graus. Elas podem ser consideradas metaforicamente como uma reta formada por graus ordenados em uma determinada dimensão (que pode ser “peso”, “altura”, “temperatura”, “comprimento”, etc.).² Cada dimensão está relacionada a uma escala diferente, ou seja, a dimensão “velocidade” está associada a uma escala de velocidade, a dimensão “altura” a uma escala de altura e assim por diante. Cada entidade pode ser associada a um grau de uma escala. Por exemplo, na escala de altura, o indivíduo Luciana, que tem 1,61 m de altura, está colocado em um grau abaixo do indivíduo Oscar, que mede 2,05 m. A Figura 1, abaixo, representa essa escala.

1 Para um estudo da análise dos adjetivos graduáveis como predicados vagos ver Klein (1980).

2 As dimensões das escalas estão sendo representadas entre aspas.

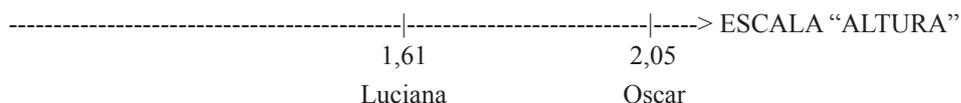


Figura 1. Representação de uma escala

Com o uso formal das escalas, é possível explicar estruturas linguísticas que expressam comparação em relação a uma dimensão. Uma vez que cada indivíduo está associado a um grau na escala, ele pode ser comparado aos demais.³ Por exemplo, a sentença *Oscar é mais alto que Luciana* será verdadeira se, no contexto em que for usada, for possível estabelecer formalmente uma escala em que o indivíduo Oscar esteja associado a um grau que seja superior ao grau associado ao indivíduo Luciana. Um contexto associado a uma escala como a da figura acima seria um contexto em que a sentença é verdadeira.

Além disso, é possível marcar um grau na escala que corresponda ao que é considerado como o grau normal para aquela dimensão e contexto, possibilitando modificações de grau como *muito* e *pouco*, que são construídas em comparação a esse normal. Assim, por exemplo, um indivíduo é muito alto se está associado a um grau acima de um *n* que é assumido como normal de altura na escala construída para aquele contexto. Por exemplo, supondo que a altura normal para um ser humano adulto do sexo masculino que não seja jogador de basquete seja algo em torno de 1,75 m, como Oscar mede 2,05 m, ele pode ser considerado muito alto nesse contexto. É importante lembrar que o valor desse *n* normal varia segundo o contexto. Em um contexto em que Luciana tem 7 anos e está sendo comparada com as outras crianças dessa idade, medindo 1,61 m, ela será muito alta. Mas, se o padrão de comparação for de mulheres adultas jogadoras de basquete, ela será bastante baixa.

Segundo Kennedy e McNally (2005), as escalas são divididas em dois tipos: abertas e fechadas. Escalas abertas são aquelas que não possuem um grau mínimo ou máximo lexicalmente determinados. *Alto*, por exemplo, é um adjetivo de escala aberta, uma vez que não há lexicalmente definido um grau mínimo para algo ser considerado alto. Do mesmo modo, não há um grau máximo determinado para altura. Não existe um ponto máximo de altura a que uma entidade pode chegar. Por outro lado, as escalas fechadas possuem um grau mínimo e um grau máximo determinados. Por exemplo, *cheio* e *vazio* são adjetivos de escala fechada. A escala “ocupação” associada a esses adjetivos possui um grau mínimo, associado a *vazio*, e um grau máximo, associado a *cheio*.⁴

Os adjetivos de escala fechada podem aparecer em sentenças com o advérbio *completamente*, como se pode ver na sentença (03):

- (03) O copo está completamente cheio/vazio.

Uma vez que não há um ponto em que se pode fechar a escala, os adjetivos de escala aberta não podem ser usados com *completamente*, como se vê em (04).

- (04) *O jogador é completamente alto.

3 A palavra *indivíduo* está sendo tomada aqui do ponto de vista da semântica formal, em oposição ao conceito de predicado. Indivíduos não são, necessariamente, pessoas.

4 Há ainda adjetivos de escala fechada que têm apenas um dos polos fechados. Por exemplo, *silencioso/barulhento* são fechados apenas no grau mínimo representado pelo *silencioso*, enquanto que *perigoso/seguro* são fechados apenas no grau máximo representado por *seguro*.

A estrutura da escala influencia na escolha do parâmetro de comparação contextual, descrito na subseção anterior. Adjetivos associados a escalas totalmente abertas (como *alto*) estão relacionados a parâmetros de comparação relativos, ou seja, dependentes do contexto; enquanto que adjetivos graduáveis de escalas fechadas (como *cheio*) relacionam-se a padrões absolutos, ou seja, independentes do contexto. As relações dessas características estão sintetizadas no quadro abaixo:

Quadro 2. Estrutura escalar e parâmetro de comparação

Natureza do predicado quanto ao parâmetro de comparação	Natureza do predicado quanto à estrutura escalar	Exemplos
Relativo	Predicado de escala aberta	alto, baixo
Absoluto	Predicado de escala fechada	cheio, vazio

Relevância do parâmetro de comparação e da estrutura escalar

Esta seção pretende mostrar que a divisão apresentada acima de diferentes tipos de predicados graduáveis é uma classificação que tem respaldo descritivo. A distinção baseada no parâmetro de comparação e na estrutura escalar é bastante relevante, sobretudo na investigação da distribuição e do significado de modificadores.

Kennedy e McNally (2005) investigaram a distribuição dos modificadores do inglês *very*, *much* ('muito') e *well* ('bem') com adjetivos deverbais. A observação dos autores é de que esses advérbios apresentam uma distribuição complementar que não é possível de ser explicada apenas do ponto de vista sintático. Os dados em (05), abaixo, mostram que esses modificadores selecionam diferentes tipos de adjetivos:

- (05) a. Al was very (??well/??much) surprised by the results of the election.
 'Al estava muito surpreso com o resultado das eleições.'
 b. Their vacation was much (??well/??very) needed.
 'As suas férias eram muito necessárias.'
 c. Martin Beck was well (??much/??very) acquainted with the facts of the case.
 'Martin Beck estava bem familiarizado com os fatos do caso.'

(KENNEDY; MCNALLY, 2005, p. 1)

Segundo Kennedy e McNally (2005), a distribuição desses três advérbios está relacionada à tipologia das escalas associadas aos adjetivos que são modificados nas sentenças, assim como à relação desses adjetivos com o parâmetro de comparação. O advérbio *very*, por exemplo, só pode ser usado com adjetivos relativos, como *surprised* ('surpreso'), em (05a). *Surprised* é um predicado relativo porque possui um parâmetro de comparação dependente do contexto: quando se diz que Al estava muito surpreso, leva-se em conta outras possíveis situações de Al ficar surpreso. O possível uso de *very* com adjetivos absolutos está associado a uma relativização do adjetivo. Por exemplo, em (06) abaixo, o uso do adjetivo *empty* ('vazio') foi relativizado, uma vez que não se trata de *vazio* em seu sentido absoluto, sem garçons, clientes, ou móveis, mas de um uso impreciso que, na realidade, quer dizer, *quase vazio*. Os autores não avançam muito nesse uso, mas o utilizam apenas para mostrar que a característica de *very* selecionar apenas predicados relativos é tão forte que seu uso com predicados absolutos os relativiza.

- (06) The restaurant is very empty tonight.
'O restaurante está muito vazio esta noite.'

(KENNEDY; MCNALLY, 2005, p. 371)

Já o advérbio *much* é um modificador que tem uma interpretação muito similar à de *very*. No entanto, *much* só pode ser utilizado com adjetivos que são fechados no seu grau mínimo, como ilustrado na sentença (05b) acima. *Needed* ('necessário') é um adjetivo de escala fechada em grau mínimo, ou seja, não há um grau máximo de algo ser necessário, mas há um grau mínimo. O teste feito para se certificar que um adjetivo possui uma escala fechada no seu grau mínimo é o seguinte:

- (07) $X \text{ não é } A \models X \text{ não tem nenhuma } A\text{-dade}$

A representação em (07) quer dizer que *A* é um adjetivo de escala fechada no grau mínimo se passar pelo seguinte teste de acarretamento: Se *X não é A* é verdadeira, então necessariamente *X não tem nenhuma A-dade* é verdadeira. Por exemplo, *necessário* é um adjetivo de escala fechada em seu grau mínimo porque ele passa pelo teste em (08):

- (08) $X \text{ não é necessário} \models X \text{ não tem nenhuma necessidade}$

Ou seja, se *X não é necessário*, isso acarreta que esse *X não tem nenhuma necessidade*. Outros adjetivos que passam pelo mesmo teste e que são, portanto, predicados de escala fechada no grau mínimo são: *criticized* ('criticado'), *praised* ('elogiado') e *appreciated* ('apreciado').

Por fim, o advérbio *well* pode ser usado apenas com adjetivos de escalas totalmente fechadas, ou seja, os adjetivos absolutos. O dado (05c), repetido abaixo em (09), apresenta uma sentença com *well* e o adjetivo *acquainted* ('familiarizado'). Esse é um adjetivo absoluto porque, uma vez que se está familiarizado com algo, não é possível ficar ainda mais familiarizado, ou, ainda, não é preciso se comparar outras situações de Martin Beck estar familiarizado para atribuir-lhe essa qualidade.⁵

- (09) Martin Beck was well (??much/??very) acquainted with the facts of the case.
'Martin Beck estava bem familiarizado com os fatos do caso.'

Uma característica singular de *well* que o diferencia de *very* e *much* é que ele relativiza o adjetivo, devolvendo, no fim da operação, um predicado relativo, ou seja, de escala aberta. Isso explica por que um adjetivo que já foi modificado por *well* pode ainda ser modificado por *very*, que só pode ocorrer com predicados relativos, como se vê em (10), abaixo. *Aware* ('consciente') é um adjetivo absoluto, de escala fechada, por isso *well* pode modificá-lo. O predicado resultante *well aware* ('bem consciente') tem, por sua vez, escala aberta (não há um grau máximo para se ficar bem consciente); ele pode, portanto, ser modificado por *very*.

- (10) They remained very well aware of the difficulties that might arise from their analysis.
'Eles ficaram muito bem conscientes das dificuldades que poderiam surgir de sua análise.'

(KENNEDY; MCNALLY, 2005, p. 32)

⁵ Essa subseção é baseada nas afirmações de Kennedy e McNally (2005) para o inglês. Seria interessante fazer uma investigação aprofundada dessas questões em português, mas isso foge do escopo deste trabalho.

Esta subseção mostrou que a divisão dos predicados graduáveis em relativos e absolutos e de escala aberta e fechada é relevante para a análise dos modificadores de grau. Ela pode auxiliar na análise da distribuição e significado de modificadores de grau, como no caso adjetivos deverbais do inglês modificados por *very*, *much* e *well*.⁶ A próxima seção discute essas classes de adjetivos em sentenças modificadas por *pita* ‘muito’ em Karitiana.

Sintagmas adjetivais modificados por *pita*

O objetivo desta seção é apresentar a distribuição de *pita* modificando sintagmas adjetivais em Karitiana. Os adjetivos em Karitiana não apresentam nenhuma marca especial que os identifique como pertencentes a uma classe lexical independente. Por questões de simplificação, estamos considerando como adjetivos as palavras capazes de modificar substantivos na língua.

A distribuição de *pita* mostra que o advérbio pode ser usado tanto com adjetivos de escala aberta, os relativos, quanto com adjetivos de escala fechada, os absolutos. No entanto, seu significado parece variar em cada contexto, consequência que aparece na tradução. Os dados de (11) a (14) abaixo mostram *pita* modificando os adjetivos de escala aberta *se’a* (‘bom’), *am’aabm* (‘difícil’), *ty* (‘grande’) e *ina* (‘pequeno’), respectivamente. Nesses casos, o advérbio tem um comportamento parecido com o *muito* do português: ele seleciona um grau acima do normal associado à escala do adjetivo.

- (11) [Õwã se’a pita] i-otam-Ø.⁷
 menino bom muito PART-chegar-ABS⁸
 ‘O menino muito bom chegou.’
- (12) João Ø-naka-m-’a-t [kinda am’aabm pita].
 João 3-DECL-CAUS-fazer-NFUT coisa difícil muito
 ‘O João fez o exercício muito difícil.’
- (13) [Õwã ty pita] i-otam-Ø.
 menino grande muito PART-chegar-ABS
 ‘O menino muito grande chegou.’
- (14) [Õwã ina pita] i-otam-Ø.
 menino pequeno muito PART-chegar-ABS
 ‘O menino muito pequeno chegou.’

Os exemplos abaixo mostram que, por outro lado, quando *pita* é utilizado com adjetivos de escala fechada, ele seleciona o grau máximo da escala e tem um significado

6 Ver Kennedy e McNally (2005) para os detalhes da análise dos autores para a semântica desses modificadores.

7 Os dados da língua Karitiana são apresentados da seguinte forma: primeira linha – transcrição ortográfica da sentença em Karitiana com a separação dos morfemas; segunda linha – glosa de cada morfema da sentença; terceira linha – tradução para a língua portuguesa. A tradução apresentada foi aquela oferecida pelo consultor no momento da coleta. As sentenças podem ter outras traduções possíveis. As abreviações usadas para os morfemas são as seguintes: 3 = concordância de terceira pessoa; ABS = concordância absoluta; CAUS = causativo; DECL = modo declarativo; NFUT = tempo não futuro; OBL = oblíquo; PART = participio.

8 As sentenças com verbos intransitivos aparecem em uma construção de cópula. Storto (2010) propõe que sentenças de cópula são estruturas bi-sentenciais em Karitiana. O verbo de cópula *aka* seleciona uma minioração nominalizada como complemento.

parecido com o de *completamente* do português. Os dados de (15) a (18) mostram *pita* modificando os adjetivos de escala fechada *akydop* ('aberto'), '*akydno*' ('fechado'), *piyywyp* ('vazio') e *osyk* ('cheio'), respectivamente.

- (15) [Karamatoom akydop pita] i-pot-Ø.
 porta aberto muito PART-quebrar-ABS
 'A porta completamente aberta quebrou.'
- (16) [Karamatoom akydno pita] i-pot-Ø.
 porta fechado muito PART-quebrar-ABS
 'A porta completamente fechada quebrou.'
- (17) [Ombi piyywyp pita] i-ywym-Ø.
 Cesto vazio muito PART-sumiu-ABS
 'O cesto completamente vazio sumiu.'
- (18) [Ombi osyk pita] i-ywym-Ø.
 cesto cheio muito PART-sumiu-ABS
 'O cesto completamente cheio sumiu.'

Os dados acima mostraram que *pita* tem um comportamento dependente do tipo de predicado adjetival que modifica. Quando ocorre com predicado adjetival de escala aberta, ele determina um grau acima do normal da escala associada ao adjetivo. Nesses casos, ele é traduzido para o *muito* do português. Já quando ocorre com predicado de escala fechada, *pita* seleciona o grau máximo da escala e é traduzido por *completamente* nessas sentenças. A próxima seção apresenta uma proposta de análise uniforme para o uso de *pita* nesses dois contextos.

Proposta

O objetivo desta seção é apresentar uma análise para o advérbio *pita* que explique seu uso com adjetivos de escalas abertas e fechadas. A base da proposta está em considerar que o grau normal associado a adjetivos de escala aberta tem uma semelhança com o grau máximo de adjetivos de escala fechada. Essa semelhança fica evidente, por exemplo, em sentenças com adjetivos escalares não modificadas.

Observe o par de sentenças abaixo. Embora as sentenças apresentem adjetivos associados a escalas de natureza diferentes (um é de escala aberta e outro, fechada), a predicação nos dois casos parece ocorrer de modo bastante semelhante. Em (19a), o menino está associado a um normal na escala de bondade, enquanto que, em (19b), o cesto está associado ao grau máximo na escala de ocupação.

- (19) a. Õwã i-se'a-t.⁹
 menino PART-bom-ABS
 'O menino é bom'
- b. Ombi i-osyk-Ø.
 cesto PART-cheio-ABS
 'O cesto está cheio'

⁹ Em Karitiana, o verbo da cópula pode ser omitido. Ver Storto (2010) para uma análise detalhada da construção de cópula na língua.

Segundo a teoria semântica que leva em conta graus e escalas, uma predicação com adjetivos não modificados é feita segundo uma função POS (KENNEDY; MCNALLY, 2005). A função POS é uma função que aparece em predicacões como as de (19a) e (19b), sem modificadores de grau. Ela é definida da seguinte forma:

$$(20) \quad [[\text{POS}]] = [\lambda G_{\langle d, \langle e, t \rangle \rangle} \cdot [\lambda x_{\langle e \rangle} \cdot \exists d [\text{padrão}(d)(G)(C) \ \& \ G(d)(x)]]]$$

[A função POS é uma função que pega um argumento de tipo graduável G e devolve um predicado de indivíduos x em que a variável de grau d é presa por um quantificador existencial. O resultado é uma relação padrão (do inglês *standard*) entre o predicado G , o grau d e uma classe de comparação C determinada contextualmente e a aplicação do predicado G ao grau d e ao indivíduo x .]

A função POS tem o papel de prender a variável de grau que tanto os adjetivos de escala aberta quanto os de escala fechada possuem. As representações abaixo mostram a denotação dos adjetivos *se'a* ('bom') e *osyk* ('cheio').

$$(21) \quad \text{a. } [[\text{se}'a]] = \lambda d. \lambda x. \text{ "bondade" } (x) = d$$

[*se'a* é uma função que pede um argumento de grau d e um argumento de indivíduos x e devolve um sentença que afirma que a bondade de x é d .]

$$\text{b. } [[\text{osyk}]] = \lambda d. \lambda x. \text{ "ocupação" } (x) = d$$

[*osyk* é uma função que pede um argumento de grau d e um argumento de indivíduos x e devolve um sentença que afirma que a ocupação de x é d .]

Quando os adjetivos entram em uma predicação simples, sem modificadores, como as representadas em (19), o grau d da denotação é preso pela função POS. O resultado dos adjetivos com a função é o seguinte:

$$(22) \quad \text{a. } [[\text{POS} + \text{se}'a]] = \lambda x_{\langle e \rangle} \cdot \exists d [\text{padrão}(d)([[\text{se}'a]])(C) \ \& \ \text{ "bondade" } (x) = d]$$

[A forma positiva de *se'a* é uma função que pede um argumento de indivíduos x e devolve uma sentença que diz que existe um grau d que é o grau padrão do adjetivo *se'a* em relação a uma classe de comparação C e a bondade de x é d .]

$$\text{b. } [[\text{POS} + \text{osyk}]] = \lambda x_{\langle e \rangle} \cdot \exists d [\text{padrão}(d)([[\text{osyk}]])(C) \ \& \ \text{ "ocupação" } (x) = d]$$

[A forma positiva de *osyk* é uma função que pede um argumento de indivíduos x e devolve uma sentença que diz que existe um grau d que é o grau padrão do adjetivo *osyk* em relação a uma classe de comparação C e a ocupação de x é d .]

Levando em conta que tanto no caso de adjetivos de escala aberta, quanto de escala fechada, o grau relevante para a predicação sem modificador pode ser traduzido em termos do grau padrão em relação a uma classe de comparação, é possível propor uma semântica para *pita* de modo que o modificador manipule esse grau padrão. A proposta para a entrada lexical de *pita* está em (23):

$$(23) \quad [[\text{pita}]] = \lambda G_{\langle d, \langle e, t \rangle \rangle} \cdot \lambda x_{\langle e \rangle} \cdot \exists d [d \geq N \ \& \ G(d)(x)]$$

[*pita* é uma função que pede um argumento graduável G e um argumento de indivíduos x e devolve uma sentença que afirma que existe um grau d que é maior ou igual a N e aplica a função graduável em x e d]

Na fórmula em (23), N representa o grau relevante em cada tipo de adjetivo. Se o adjetivo tem escala aberta, o grau N é representado pelo grau normal da escala, e a semântica do advérbio é de que o grau d é maior que o grau normal. Se o adjetivo for de escala

fechada, o grau N é representado pelo grau máximo da escala, e o significado do advérbio é de que o grau *d* é igual ao grau máximo da escala. O quadro abaixo resume a proposta.

Quadro 3. Proposta para o significado de *pita*

Tipo de Predicado Modificado	Valor de N	Fórmula Específica
escala aberta	N = normal	$\lambda G. \lambda x. \exists d [d > \text{normal} \ \& \ G(d)(x)]$
escala fechada	N = max	$\lambda G. \lambda x. \exists d [d = \text{max} \ \& \ G(d)(x)]$

Dessa forma, é possível derivar o significado de *pita* modificando adjetivos de escala aberta ou fechada.

- (24) a. $[[\textit{se}'a \textit{pita}]] = \lambda x_{\langle e \rangle}. \exists d [d > \text{normal} \ \& \ \text{“bondade”}(x) = d]$
 [O sintagma *se'a pita* é uma função que pede um argumento de indivíduos *x* e devolve uma sentença que diz que existe um grau *d* que é maior que o grau normal da escala e a bondade de *x* é *d*.]
- b. $[[\textit{osyk} \textit{pita}]] = \lambda x_{\langle e \rangle}. \exists d [d = \text{max} \ \& \ \text{“ocupação”}(x) = d]$
 [O sintagma *osyk pita* é uma função que pede um argumento de indivíduos *x* e devolve uma sentença que diz que existe um grau *d* que é igual ao grau máximo da escala e a ocupação de *x* é *d*.]

As representações abaixo mostram as formas lógicas de sentenças com os adjetivos modificados representados em (24). As fórmulas apresentadas em (25b) e (26b) mostram que a proposta de formalização leva ao resultado desejado, ou seja, a fórmula representa adequadamente as condições de verdade da sentença.

- (25) a. *Se'a pita-t* *ōwã*.¹⁰
 bom muito-ABS menino
 ‘O menino é muito bom’
- b. $[[\textit{se}'a \textit{pita}t \ \textit{ōwã}]] = 1 \text{ sse } \exists x. \exists d. [d > \text{normal} \ \& \ \text{menino}(x) \ \& \ \text{“bondade”}(x) = d]^{11}$
 [A sentença *se'a pitat ōwã* é verdadeira se existe um menino *x* e um grau *d* tal que a bondade de *x* é *d* e *d* é maior que o grau normal da escala.]
- (26) a. *Osyk pita-t* *ombi*.
 cheio muito-ABS cesto
 ‘O cesto está muito cheio’
- b. $[[\textit{osyk} \textit{pita}t \ \textit{ombi}]] = 1 \text{ sse } \exists x. \exists d. [d = \text{max} \ \& \ \text{cesto}(x) \ \& \ \text{“ocupação”}(x) = d]$
 [A sentença *osyk pitat ombi* é verdadeira se existe um cesto *x* e um grau *d* tal que a ocupação de *x* é *d* e *d* é igual ao grau máximo da escala.]

10 Em uma predicação como a de (25) e (26), há uma inversão entre o argumento e o predicado. Além disso, *pita* aparece com um sufixo $\{-t\}$ que parece estar associado com a cópula. Por isso, sua glosa de ABS. No entanto, essa mudança de ordem e o aparecimento do sufixo merecem uma investigação mais aprofundada.

11 Os sintagmas nominais em Karitana não têm determinantes nem marcas de número (MÜLLER; STORTO; COUTINHO-SILVA, 2006). Por questões de simplificação, estamos considerando os substantivos em Karitana como indefinidos tradicionais introdutores de um quantificador existencial (à la RUSSELL, 1905) a despeito de sua tradução definida.

Considerações finais

Este artigo mostrou que o modificador de grau *pita* do Karitiana não parece selecionar exclusivamente nenhum tipo de escala, diferentemente do que ocorre com os modificadores de grau do inglês. A interpretação de *pita* parece variar de acordo com o predicado modificado. Se o predicado adjetival é de escala aberta, seu significado é algo como “acima de um grau normal na escala”, semântica usualmente atribuída ao modificador *muito*. Se o predicado é de escala fechada, sua interpretação é “no grau máximo da escala”, significado de *completamente*. O artigo defendeu que, a despeito dessa variação, é possível oferecer uma análise unificada para as sentenças contendo adjetivos modificados por *pita* por meio de uma entrada lexical única para o advérbio. Os dados do Karitiana revelam que há uma certa semelhança entre o grau normal de uma escala aberta e o grau máximo de uma escala fechada.

REFERÊNCIAS

KENNEDY, C. *Projecting the adjective: the syntax and semantics of gradability and comparison*. New York: Garland. 1999.

KENNEDY, C.; MCNALLY, L. Scale Structure, Degree Modification, and the Semantics of Gradable Predicates. *Language*, v. 81, n. 2, p. 345-381, 2005.

KLEIN, E. A semantics for positive and comparative adjectives. *Linguistics and Philosophy*, v. 4, p. 1-45, 1980.

RUSSELL, B. On Denoting. *Mind*, v. 14, p. 479-493, 1905.

STORTO, L. Copular constructions in Karitiana: a case against case movement. In: LIMA, S. (Ed.) *University of Massachusetts Occasional Papers 41: Proceedings of SULA 5: Semantics of Under-Represented Languages in the Americas*. Amherst: GLSA/The University of Massachusetts, 2010.

STORTO, L.; VANDER VELDEN, F. F. Karitiana. In: _____. *Povos Indígenas do Brasil*. 2005. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/karitiana>>. Acesso em: 1 fev. 2009.

Alomorfia condicionada pela estrutura silábica em Kanamari (família Katukina)

(Allomorphy conditioned by the syllable structure in Kanamari – Katukina family)

Priscila Hanako Ishy¹

¹ Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

priscilaishy@gmail.com

Abstract: The Kanamari language belongs to the language family Katukina and is spoken by about 3000 people in the Southwest region of the Amazonas State in Brazil. This paper presents some cases of variation of the first person possessive prefixes in the Kanamari language and proposes an interpretation, based on the syllable structure of this language, for these occurrences that do not follow the general rule for this allomorphy. Through this analysis, we conclude that the restriction to the general rule of the allomorphs occurs to benefit the phonological patterns of this language.

Keywords: indigenous languages; morphophonology; Kanamari language; Katukina family.

Resumo: A língua Kanamari pertence à família linguística Katukina e é falada por cerca de 3000 pessoas na região sudoeste do estado do Amazonas. Este artigo apresenta alguns casos de variações dos prefixos possessivos de primeira pessoa nessa língua e propõe uma interpretação, com base na estrutura silábica do Kanamari, para ocorrências que não seguem a regra geral dessa alomorfia. Por meio dessa análise, concluímos que a restrição à regra geral desses alomorfes ocorre para favorecer os padrões fonológicos dessa língua.

Palavras-chave: línguas indígenas; morfologia; língua Kanamari; família Katukina.

Introdução

A etnia Kanamari encontra-se, primordialmente, na região sudoeste do estado do Amazonas, com aldeias em territórios indígenas ao longo dos rios Japurá, Juruá, Xeruã, Itucumã, Jutai, Tarauaca, Itacoai, Javari e Jandiatuba.¹ Segundo dados do censo feito pela Funasa em 2010, o número total de índios Kanamari é de 3.167 (FUNASA apud Costa, 2006). E, de acordo com o Instituto Socioambiental (2012), as terras indígenas (TI) em que existem Kanamari são: Kanamari do Rio Juruá, com 496 habitantes; Maraã/Urubaxi (região do Solimões), com 185 habitantes; Mawetek (região dos rios Juruá/ Jutai/ Purus), com 207 habitantes; Paraná do Paricá (região do Solimões), com 34 habitantes; Pataua (região dos rios Tapajós/ Madeira), com 47 habitantes, e Vale do Javari.²

A língua Kanamari pertence à família linguística Katukina. Sobre essa família existem três classificações: a de Loukotka (1968 apud DOS ANJOS, 2005), a de Rodrigues (1986) e a reclassificação de Dos Anjos (2005). Rodrigues (1986) divide a família Katukina em quatro línguas: Katukina do Biá, Tsomwuk *Djapa*, Kanamari e Katawixi. Mais recentemente, Dos Anjos (2005; 2011) propõe uma reorganização da classificação

1 No rio Jandiatuba, encontra-se o grupo *Tsomwuk Djapa*, considerado por alguns estudiosos como uma etnia diferente dos Kanamari. No entanto, consideramos que ambos fazem parte da mesma etnia.

2 Não foi especificado o número de habitantes Kanamari no TI Vale do Javari.

dessa família, que seria composta por apenas duas línguas: Katawixi e Katukina-Kanamari (composta pelas variedades Kanamari – incluindo o *Tyohon dyapa* – e pelo Katukina do Biá). Segundo Aikhenvald (2012) a pequena família linguística Katukina está entre as famílias da região amazônica menos conhecidas.

Este artigo apresenta parte de uma pesquisa de mestrado sobre a fonologia Kanamari (ISHY, 2012), cujos dados foram coletados de falantes Kanamari da região do rio Juruá. Exatamente pelos dados terem sido adquiridos somente nessa região, essa pesquisa diz respeito apenas ao dialeto do Juruá, diferenciando-se, portanto, do trabalho de Dos Anjos (2005; 2011), que trata principalmente da variedade Katukina do Biá. Sobre o dialeto Kanamari, há um artigo de Silva *et al.* (1989), em que os autores apresentam uma descrição fonética e fonológica, além de identificarem alguns processos fonológicos. Há também alguns artigos de Groth (1977; 1985; 1988a; 1988b) que apresentam características da sintaxe. E, mais recentemente, Stefan Dienst (2011, The Hans Rausing Endangered Languages Project)³ realizou um projeto de documentação da língua e cultura Kanamari.

O objetivo neste artigo é propor uma interpretação para uma exceção à regra geral dos alomorfes dos prefixos possessivos de primeira pessoa a partir da estrutura silábica padrão em Kanamari. Primeiramente, mostraremos a estrutura. Em seguida, demonstramos a regra geral dos alomorfes de prefixos possessivos e as ocorrências de exceção à regra geral. Por último, apresentamos uma possível interpretação a esse desvio. A análise da estrutura silábica foi fundamentada na representação fonológica autosegmental (CLEMENTS; HUME, 1995; GOLDSMITH, 1990, 1995; KENSTOWICKS, 1994).

Estrutura silábica da língua Kanamari

Com o propósito de demonstrar que a exceção à regra dos alomorfes de prefixos possessivos de primeira pessoa ocorre para favorecer o padrão fonológico do Kanamari, apresentamos inicialmente a estrutura silábica dessa língua. Em suma, a sílaba em Kanamari é formada por ataque e rima, que pode ser composta por núcleo simples, núcleo longo ou núcleo simples e uma coda.

Em Kanamari, o ataque pode ou não ocorrer em uma sílaba e é constituído por apenas um segmento. A maioria dos segmentos consonantais existentes na língua pode aparecer em posição de ataque: /p/, /b/, /t/, /d/, /k/, /tʃ/, /dʒ/, /h/, /r/, /m/, /n/, /ɲ/, /w/, /j/. O único segmento que não ocorre em posição de ataque é a nasal velar [ŋ] representada pelo arquifonema /N/.⁴ Os moldes silábicos em que ocorre ataque são CV (AN) e CVC (ANCd).

Sinteticamente, podemos definir algumas restrições para o ataque na sílaba em Kanamari:

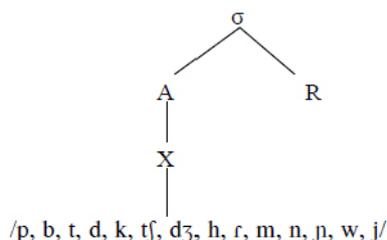
3 Comunicação por meio de correio eletrônico.

4 Em Kanamari, as nasais [m], [n] e [ɲ] ocorrem apenas em início de sílaba, enquanto que [ŋ] nunca ocorre nessa posição, somente em final de sílaba. Dessa forma, a nasal [ŋ] pode ser interpretada como um arquifonema das nasais [m], [n] e [ɲ]. Nesse caso, os sons nasais são neutralizados em posição final de sílaba quanto ao ponto de articulação, realizando-se foneticamente como velar. Assim, o arquifonema /N/ pode ser definido como uma unidade fonológica que não se especifica em relação ao ponto de articulação, mas contém todos os traços compartilhados pelas nasais.

- a) o molde silábico composto por ataque sempre apresenta apenas um segmento nessa posição;
- b) /N/ nunca ocorre em posição de ataque;
- c) /r/ não ocorre em posição absoluta de ataque.

A seguir demonstramos a representação dos segmentos possíveis em posição de ataque:

(1)



Quanto aos segmentos [j] e [w], em início de sílaba, vale ressaltar que estes podem ser ambíguos em relação às vogais altas [i] e [u] (ou [o]) respectivamente. Por isso, também procuramos interpretá-los por meio da estrutura silábica.

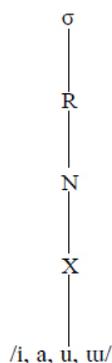
Em (2), apresentamos dados com os glides [j] e [w] em posição de ataque:

- | | | |
|-----|-----------|----------------|
| (2) | [ja'ja] | ‘tipo de sapo’ |
| | [ja:'nĩŋ] | ‘brilhante’ |
| | [wah] | ‘velha, avó’ |
| | [wa:'nĩŋ] | ‘vento’ |

Para analisar fonologicamente essas ocorrências, levamos em conta que, na língua Kanamari, não é comum encontro de vogais tautossilábicas, principalmente compostas por vogais não altas e, em contrapartida, o padrão silábico CV é frequente, sendo formado por segmentos não ambíguos. Portanto, definimos a sequência de sons [ia], [io], [iu], [ua], [ui] e [uu] como o molde silábico CV(C). Desse modo, os fones [i] e [u], em início de sílaba, seguidos de vogais passam para a posição de ataque da sílaba, formando o molde silábico CV.

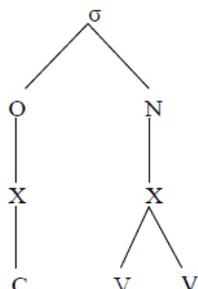
Quanto ao núcleo simples, este é formado pelas vogais curtas da língua, o que constitui uma posição na camada esquelética. Conforme demonstra a representação em (3):

(3)



Além das vogais breves, o núcleo simples pode ser formado por ditongos, interpretados como leves, por isso seus dois segmentos compartilham a unidade X da camada esqueletal. Esses ditongos são todos decrescentes, pois o glide (ou *offglide*) é posterior ao núcleo vocálico. Assim, sua representação constitui-se da seguinte forma:

(4)

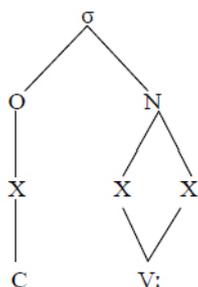


Os ditongos em Kanamari são realizados foneticamente pelas sequências [ai], [ao] e [oi]. Essas sequências não são interpretadas fonologicamente como VC, pois consideramos que, em posição de coda, ocorrem apenas os segmentos /N/, /k/ e /h/. Também não analisamos como VV, já que não é comum sequências de vogais tautossilábicas nessa língua. Assim, analisamos essa sequência de sons como ditongos /a^j/, /a^w/ e /u^j/, interpretados como V no molde silábico, podendo ser, opcionalmente, antecidos por consoante em posição de ataque e seguidos por coda.

(5) [pai.ʔko]	/pa ^j .ku/	/CV.CV/	‘avô; velho’
[dʒai.ʔkõŋ]	/dʒa ^j .kuN/	/CV.CVC/	‘traíra (peixe)’
[kai.ʔna]	/ka ^j .na/	/CV.CV/	‘macaco guariba’
[waogʔdʒɪ]	/wa ^w k.dʒi/	/CVC.CV/	‘chegar’
[iʔkaokʔ]	/i.k ^w k/	/V.CVC/	‘chorar’
[aoʔpu]	/a ^w .pu/	/V.CV/	‘filhote’
[nomoi]	/nu.mu ^j /	/CV.CV/	‘tipo de peixe’
[koimaruu]	/ku ^j .ma.ru/	/CV.CV.CV/	‘tipo de árvore’

O núcleo longo é composto pelas vogais longas existentes na língua, formado por duas unidades X na camada esqueletal. E, após o núcleo longo, não há ocorrência de consoante posterior tautossilábica, ou seja, em posição de coda.

(6)

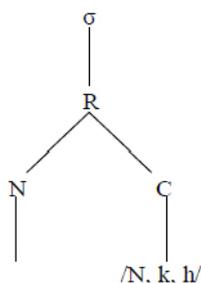


Esse fato de as sílabas formadas por vogais longas, compostas por duas unidades X, não serem procedidas por coda corrobora para a interpretação de que os ditongos compõem apenas uma unidade X na camada estrutural, pois estes podem vir seguidos de uma coda. Dessa forma, interpreta-se que possivelmente o sistema da língua não permita uma sílaba composta por mais de duas moras, o que ocorreria se os ditongos não fossem leves. Os exemplos em (7) demonstram as sílabas em que ocorrem vogais longas:

(7)	['wuu:]	/wuu:/	/CV:/	‘pirarucu’
	[muu:'na]	/muu:na/	/CV:CV/	‘tipo de macaco pequeno’
	[na:'tsi]	/na:'tʃi/	/CV:CV/	‘milho’
	[ko:'na]	/ku:'na/	/CV:CV/	‘urucum’
	[pi:'tsi]	/pi:'tʃi/	/CV:CV/	‘doce’
	[wa:'kak̃]	/wa:'kak/	/CV:CVC/	‘abacaxi’

Sobre os segmentos que ocorrem em coda, são eles : /N/, /k/, /h/. Todos esses aparecem tanto em coda interna como coda final:

(8)



Assim, os moldes silábicos aceitáveis na língua Kanamari são CV, CVC, VC, V, CV: e V:.

(9) Moldes silábicos em Kanamari:

CV

[ba.'ri]	/ba.ri/	/CV.CV/	‘banana’
[taka'ra]	/taka'ra/	/CV.CV.CV/	‘galinha’
[kiri'pãŋ]	/kiri'paN/	/CV.CV.CVC/	‘batata doce’

CVC

[mok]	/muk/	/CVC/	‘anta’
[ih'nãŋ]	/ih'naN/	/VC.CVC/	‘morcego’
[wah'dak̃]	/wah'dak/	/CVC.CVC/	‘lago’

VC			
[ih.tõŋ]	/ih.tuN/	/VC.CVC/	‘ponte’
[ãŋ ^h pi]	/aN’pi/	/VC.CV/	‘beija-flor’
[ihpi’dzi]	/ihpi’dzi/	/VC.CV.CV/	‘tipo de macaco bem pequeno’
V			
[o.’mãŋ]	/u.maN/	/V.CVC/	‘árvore’
[i’tʃo]	/i’tʃu/	/V.CV/	‘minha filha’
[a’na]	/a’na/	/V.CV/	‘tia’
CV:			
[hi:.’tʃãŋ]	/hi:.tʃaN/	/CV;.CVC/	‘porco do mato’
[na:’tʃi]	/na:’tʃi/	/CV:.CV/	‘milho’
[ko:’na]	/ku:’na/	/CV:.CV/	‘urucum’
V:			
[o:.’ki]	/u:.ki/	/V:.CV/	‘jenipapo’

Como pode ser observado, não ocorrem moldes silábicos em que o núcleo longo venha acompanhado de uma coda, como /CV:C/ e /V:C/. Como dito anteriormente, é possível que essas restrições ocorram para evitar sílabas trimoraicas, o que corroboraria para a interpretação de que os ditongos em Kanamari são leves, pois estes podem vir acompanhados de coda.

Alomorfia de prefixos possessivos de primeira pessoa

Nesta seção, demonstramos alguns casos de alomorfia na língua Kanamari e tentaremos analisar fonologicamente algumas exceções à regra principal do uso desses alomorfes. Alomorfes são variações fonológicas de um mesmo morfema, ou seja, apesar de esses morfemas serem semelhantes e possuírem o mesmo significado ou função, não possuem sons idênticos (LIEBER, 2009). Essa definição aplica-se aos alomorfes que funcionam como pronomes possessivos presos de primeira e terceira pessoa do singular em Kanamari.

Esses alomorfes são os únicos dessa classe de morfemas formados por segmentos vocálicos isolados em sua representação subjacente, respectivamente /i-/ e /a-/ e variam em /hi-/ e /ha-/ conforme o ambiente fonológico. Alguns exemplos de ambientes em que ocorrem os alomorfes {i-} e {a-} estão exemplificados a seguir:

- (10) {i-} + {-paN} /i.paN/ [i’pãŋ]
 1SGPOSS braço ‘meu braço’

- (11) {a-} + {-paN} /a.paN/ [a'pãŋ]
 3SGPOSS braço 'braço dele'
- (12) {i-} {-ba} /i.ba/ [i'ba]
 1SGPOSS mão 'minha mão'
- (13) {a-} {-ba} /a.ba/ [a'ba]
 3SGPOSS mão 'mão dele'

Nota-se que esses alomorfes ocorrem sempre antecedentes a segmentos consonantais. Para os contextos em que ocorrem os alomorfes {hi-} e {ha-}, porém, os segmentos que seguem os alomorfes são todos vocálicos.

- (14) {hi-} {-aN} /hi.aN/ [hi'ãŋ]
 1SGPOSS perna 'minha perna'
- (15) {ha-} {-aN} /ha.aN/ [ha'ãŋ]
 3SGPOSS perna 'perna dele'
- (16) {hi-} {-uh'pak} /hi.uh.pak/ [hih'pak̃]
 1SGPOSS nariz 'meu nariz'
- (17) {ha-} {-uh'pak} /ha.uh.pak/ [haoh'pak̃]
 3SGPOSS nariz 'nariz dele'

Exceção à regra geral de alomorfa

Há, porém, uma exceção à restrição do alomorfe {i-} anterior a um segmento vocálico. Foram registrados alguns poucos dados em que o pronome de posse ocorre anterior a um morfema iniciado por uma vogal e, ainda assim, permanece representado por apenas um segmento vocálico, sem a inserção da obstruinte /h/.

- (18) {i-} + {-upu} /ju.'pu/ [jo'pu]
 1SGPOSS filho 'meu filho'
- {i-} + {ama} /ja.ma/ [ja'ma]
 1SG para 'para mim'

Proposta de análise das ocorrências

Ao observarmos a estrutura silábica, percebemos que não houve a inserção de /h/, pois esse recurso seria insuficiente na silabificação. O motivo para isso é que os morfemas formam uma sílaba composta por um único segmento vocálico (V). E, nesses casos, se houvesse a realização dos alomorfes {hi-} ou {ha-}, resultaria em um encontro vocálico tautossilábico não existente nos padrões da língua.

Por exemplo, teríamos as ocorrências de [hio.pu]* ou [hia.ma]*, que são agramaticais na língua. Além disso, em ambos os exemplos, na primeira sílaba, resultariam as sequências [io] e [ia], que não são encontradas como ditongos em Kanamari. Como já demonstrado anteriormente, os únicos ditongos encontrados na língua são /aj/, /aw/ e /oj/, sendo todos ditongos decrescentes.

Nos exemplos agramaticais, os ditongos formados seriam /ja/ e /ju/, caracterizados por serem crescentes. Dessa forma, a exceção de optar por {i-} em lugar de {hi-} antes dos morfemas iniciados em vogais, {-upu} e {-ama}, pode ser um recurso para evitar formação de ditongos inexistentes nos padrões da língua Kanamari.

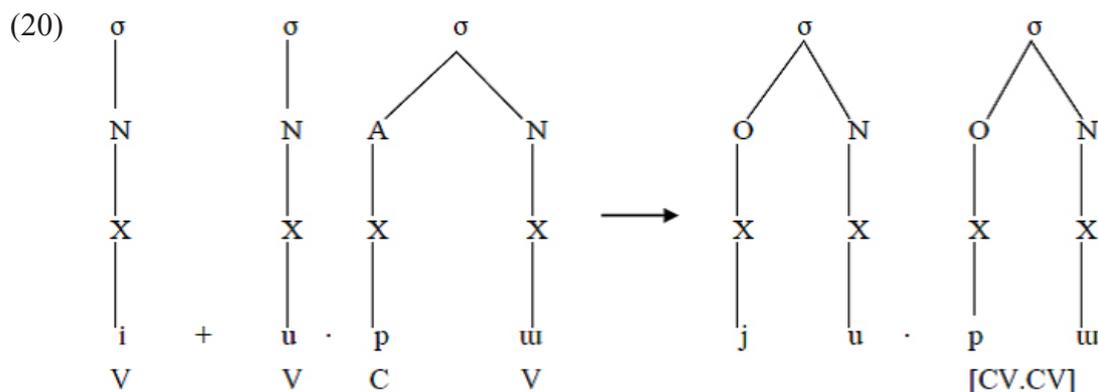
Em contrapartida, quando os morfemas permanecem em sua forma vocálica {i-}, passam à posição de ataque e formam uma sílaba do tipo CV junto com a vogal isolada da primeira sílaba do morfema. Assim, temos:

- (19) /ju.'pu/ /ja.'ma/
 /CV.CV/ /CV.CV/

De acordo com Kenstowicz (1994), na interpretação gerativa, a silabidade do som é resultado de sua posição no constituinte silábico, não em relação às suas características estruturais. Por isso, quando os segmentos /i/ e /u/ ocorrem em posição de ataque na sílaba, são interpretados como consoantes e, assim, carregam o traço [-silábico].

Em Kanamari, o segmento /j/ representa a vogal alta [i] com *status* de ataque. Essa silabificação ocorre em casos de encontros vocálicos, decorrentes do morfema possessivo preso {i-} com outro morfema que se inicie em vogal. Nesse processo, a vogal alta [i] que representa o morfema de posse recebe o *status* de ataque e, portanto, possui o traço [- silábico], o que a torna uma aproximante.

Esse processo de silabificação pode ser representado em (20):



Nesse esquema, nota-se que duas sílabas compostas por apenas um núcleo cada uma unem-se e formam uma única sílaba composta por um ataque e um núcleo, sendo o primeiro segmento [- silábico] representado por /j/.

Para essa alomorfa, propomos uma análise fundamentada na estrutura silábica da língua, pois é notório que são utilizados recursos que evitem encontros vocálicos tautosilábicos e que essa língua possui uma tendência à sílaba universal CV. Por meio dessa

análise, propomos que em Kanamari há uma preferência em manter os padrões silábicos dessa língua; logo regras de alomorfa podem ser violadas para que se mantenha a estrutura silábica preferível.

Considerações finais

Este artigo descreveu algumas ocorrências percebidas dentre nossos dados que fugiam à regra geral da alomorfa dos prefixos possessivos de primeira pessoa na língua Kanamari e propôs uma possível interpretação para essas exceções com base na fonologia, principalmente na estrutura silábica. Ao que parece, a língua prefere optar por não obedecer à regra dos alomorfes para poder seguir os padrões silábicos da língua. Dessa forma, em casos que poderiam formar ditongos não existentes nos padrões dessa língua, cria-se uma exceção à regra geral que permita manter a estrutura silábica comum.

Por meio dessa análise, procuramos demonstrar a importância da sílaba não apenas nos estudos fonológicos, mas também morfológicos, e como essas áreas estão dependentes uma da outra. Obviamente, os dados encontrados em que ocorrem as exceções à regra ainda são poucos, o que evidencia a necessidade de maiores pesquisas. Entretanto, acreditamos que essa análise inicial seja importante para pesquisas futuras, principalmente quando diante de outros possíveis casos de alomorfa.

REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, A. Y. *The Languages of the Amazon*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

CLEMENTS, G.; HUME, E. V. The internal organization of speech sounds. In: GOLDSMITH, J. (Ed.). *The Handbook of Phonological Theory*. London: Basil Blackwell, 1995. p. 245-306.

COSTA, L. *Kanamari*. 2006. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kanamari>>. Acesso em: 30 maio 2012.

DOS ANJOS, Z. *Fonologia e Gramática Katukina-Kanamari*. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) – Vrije Universiteit Amsterdam, Amsterdam, 2011.

_____. *Fonologia Katukina* (dialeto Katukina do Biá). 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

GOLDSMITH, J. *The Handbook of Phonological Theory*. London: Basil Blackwell, 1995.

_____. *Autosegmental and Metrical Phonology*. London: Basil Blackwell, 1990.

GROTH, C. L. Modo y aspecto en el discurso Canamari. *Revista Latino Americana de Estudios Etnolingüísticos*, n. 5, p. 51-72, 1988a.

_____. Prominencia, evaluación y uso de la partícula tso en el discurso Canamari. *Revista Latino Americana de Estudios Etnolingüísticos*, n. 5, p. 73-91, 1988b.

_____. Syntax of the phrase types in Canamari. In: FORTUNE, D. L. (Ed.). *Porto Velho Workpapers*. Brasília: SIL, 1985. p. 93-129.

_____. Here and There in Kanamari. *Anthropological Linguistics*, v. 19, n. 5, p. 203-215, 1977.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Kanamari: língua e localização*. 2012. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kanamari/334>>. Acesso em: 30 maio 2012.

ISHY, P.H. *Uma Análise Fonológica da Língua Kanamari (Katukina)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

KENSTOWICZ, M. *Phonology in Generative Grammar*. London: Basil Blackwell, 1994.

LIEBER, R. *Introducing Morphology*. Cambridge: CUP, 2009.

LOUKOTKA, Č. Documents et vocabulaires inédits de langues et de dialectes sud-américains. *Journal de la Société des Américanistes*, tome 52, p. 7-60, 1963. Doi:10.3406/jsa.1963.2001.

RODRIGUES, A. D. *Línguas Brasileiras: para um conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

SILVA, M. et al. Elementos da fonologia Kanamari. *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, v. 16, p. 123-141, 1989.

Construções simples e complexas nas reduplicações lexicais de um grupo de línguas pano: uma breve caracterização de sua iconicidade derivacional

(Simple and complex constructions on lexical reduplication in a group of Pano languages: a briefly characterization of its derivational iconicity)

Raphael Augusto Oliveira Barbosa¹

¹Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)¹

raphael.aob@gmail.com

Abstract: This paper presents a basic comparative study about some morphological reduplicative functions on five Pano languages: Kashibo-Kakataibo, Matis, Matsés, Shipibo-Konibo and Yawanawa. Based upon published works by researchers of these languages, the semantic property of categories, such as iterative aspect as well as intensity and totality-plurality, are described. The morphological constructions are derived from verbs, nouns, adjectives and adverbs, and form words of the same lexical class. Derivational iconicity degree of the functions is described. We briefly analyze the Pano verbal reduplication based on the implicational parameters of this hierarchy, according to typological-reduplicative hierarchy (KAJITANI, 2005).

Keywords: Pano family/languages; Functional-Typological Linguistics; morphological reduplication; iconicity; semantic hierarchy.

Resumo: Este artigo apresenta um estudo comparativo básico sobre algumas funções morfológico-reduplicativas em cinco línguas pano: kashibo-kakataibo, matis, matsés, shipibo-konibo e yawanawa. Com base em trabalhos realizados por estudiosos dessas línguas, o aspecto funcional de iteratividade assim como de intensidade e totalidade-pluralidade são descritos. As construções são derivadas de verbos, nomes, adjetivos e advérbios, e formam palavras de mesma classe lexical. O grau de iconicidade derivacional das funções é descrito e, conforme hierarquia tipológico-reduplicativa proposta por Kajitani (2005), analisamos brevemente a reduplicação verbal do grupo de línguas pano de acordo com os parâmetros implicacionais dessa hierarquia.

Palavras-chave: família/línguas pano; Linguística Tipológica-Funcional; reduplicação morfológica; iconicidade; hierarquia semântica.

Introdução²

Neste trabalho apresento o resultado preliminar de uma breve comparação de base tipológica da reduplicação morfológica em cinco línguas da família pano: kashibo-kakataibo (cbr)³ do rio Aguaytía, de Huánuco (Peru) (ZARIQUIEY, 2011); matis (mpq), do rio Ituí, Amazonas (Brasil) (FERREIRA, 2005); matsés (mcf), do rio Gálvez, Loreto (Peru) (FLECK, 2003); shipibo-konibo (shp), do rio Ucayali, Iquitos (Peru) (VALENZUELA, 2003);

1 Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo n. 2010/03721-2), assim como aos avaliadores e revisores anônimos pelas sugestões e comentários a este estudo.

2 Este trabalho corresponde a uma caracterização delimitada de minha dissertação intitulada *Aspectos tipológicos na formação de palavras em um grupo de línguas pano*.

3 As abreviações utilizadas para referência às línguas em análise ao longo do texto correspondem aos códigos de três letras ISO 639-3 que identifica um padrão representativo para os nomes das línguas do mundo.

e yawanawa (ywn), do rio Gregório, Acre (Brasil) (PAULA, 2004). O *corpus* para a análise provém das descrições referidas ao longo deste artigo.⁴ As construções em análise apresentam as funções de iteratividade, totalidade, intensidade e pluralidade. Conforme demonstrado na Tabela 1 da sessão “Aspectos funcionais da reduplicação morfológica em algumas línguas pano”, as funções são codificadas em construções verbais, nominais e modificadores adverbiais e adjetivais e formam palavras de mesma classe lexical. Assim como unidades como raízes, em ‘mcf’ e ‘shp’ unidades como o radical/tema também são reduplicadas.⁵

Tendo em vista os princípios gerais da Linguística Tipológica-Funcional apresentados por Greenberg (1966, 1968, 1978) e Shibatani e Bynon (1995), descrevemos os dados com base em dois parâmetros linguísticos de análise: construções reduplicativas que expressam apenas um significado semântico (Função Simples [FS]) e reduplicação da raiz (Derivação Simples [DS]); as que expressam um significado pragmático (Função Complexa [FC]) e reduplicação do radical (Derivação Complexa [DC]) – raiz com afixos, principalmente aqueles referentes a partes do corpo). Com isso, delimitamos a análise às classes lexicais supracitadas com vista a uma caracterização mais consistente dos dados conforme o estado atual do estudo em questão.

Na seção seguinte, após uma apresentação geral das línguas em estudo, descrevemos, com base na noção de iconicidade derivacional apresentada por Aikhenvald (2007), as categorias funcionais e as derivações lexicais básicas de construções reduplicativas como as especificadas anteriormente. Nesse sentido, conforme escala hierárquica proposta por Kajitani (2005), analisamos as funções e derivações reduplicativas verbais do grupo de línguas descrito segundo a implicação funcional da hierarquia. O objetivo é apresentar uma caracterização básica de base tipológica da reduplicação nesse grupo de línguas pano e propor fatores gerais de relações funcionais e derivacionais das construções reduplicativas.

As línguas e a família pano

A família linguística pano possui cerca de três dezenas de idiomas e é considerada a quinta maior da América do Sul, precedida pelas famílias tupi-guarani, jê, karib e arawak (FLECK, ms). Seus falantes localizam-se em um território contínuo da Amazônia Ocidental; leste peruano, oeste brasileiro e norte boliviano. O primeiro estudo a formalizar e reconhecer essa família como um grupo autônomo foi o trabalho de La Grasserie apresentado em 1888 no VII Congresso Internacional dos Americanistas (AGUIAR, 1994; LOOS, 1999; RIBEIRO, 2006). O texto intitulado “De la Famille Linguistique Pano” apresenta um grupo de sete línguas aparentadas, a saber: ‘pano, mayoruna domestica, mayoruna fera, maxuruna, caripuna, culino, conibo, pacavara’ (GRASSERIE, 1890, p. 438).

4 Neste trabalho, a transcrição ortográfica presente nos dados dos trabalhos de Zariquiey (2011), Fleck (2003) e Valenzuela (2003) foi adaptada para a representação fonológica correspondente apresentada nos respectivos capítulos sobre a fonologia da língua. Por razões práticas a tradução das glosas lexicais e dos exemplos foi realizada por mim. A transcrição dos segmentos consonantais e vocálicos segue a convenção da Associação Internacional de Fonética com o uso do alfabeto fonético internacional. Quaisquer incorreções na descrição dos dados são de minha responsabilidade.

5 Em kashibo-kakataibo há um caso de reduplicação verbal que envolve a cópia também de um sufixo flexional. Com vistas a delimitar a descrição às construções lexicais e por razões práticas de limite de dados, até o momento recortamos o estudo à formação de radicais.

Com a hipótese de Schuller (1933), desde a segunda metade do século XX, alguns estudiosos vêm apresentando propostas de relações de parentesco entre as línguas das famílias pano e takana, a exemplo de Key (1968), Girard (1971), d'Ans (1973), Greenberg (1987), Loos (1987) e, mais recentemente, Ribeiro (2003) e Loos (2005). Essas últimas publicações, por exemplo, apresentam proposições a favor de uma origem comum das línguas de ambas as famílias. Esses estudiosos afirmam que a grande quantidade de cognatos existentes entre o proto-pano e o proto-takana provavelmente possui uma origem comum relacionada às duas famílias.

A classificação genealógica da família pano, em termos gerais, é caracterizada conforme Loos (1999), que classifica trinta línguas, Ribeiro (2006), 34 idiomas, e Fleck (2012) cuja classificação preliminar apresenta 32 línguas. O quadro abaixo apresenta a classificação interna das línguas da família pano conforme Ribeiro (2006):

Quadro 1. Classificação linguística dos idiomas da família pano proposta por Ribeiro (2006)

GRUPO I	10 †Remo	Subgrupo III-2-3
1 Amawaka	Subgrupo III-2-2	23 Kaxarari
GRUPO II	Subgrupo III-2-2-1	24 †Poyanawa
Subgrupo II-1	11 †Kanamari	GRUPO IV
2 <u>Kashibo</u> (cbr)	12 Katukina	Subgrupo IV-1
3 †Nokaman	13 Marubo	25 Kapishto
Subgrupo II-2	Subgrupo III-2-2-2	26 <u>Matsés</u> (mcf)
4 <u>Shipibo</u> (shp)	14 Mastanawa	27 Kulina
5 Kapanawa	15 †Tuxinawa	28 <u>Matis</u> (mpq)
6 †Panobo	16 Yoranawa	Subgrupo IV-2
GRUPO III	17 Sharanawa	29 †Atsawaka
Subgrupo III-1	18 Shanenawa	30 †Arazaire
7 Iskonawa	19 Arara	31 †Yamiaka
8 Kaxinawa	20 <u>Yawanawa</u> (ywn)	Subgrupo IV-3
Subgrupo III-2	21 Xitonawa	32 †Karipuna
Subgrupo III-2-1	22 Yaminawa	33 Chacobo
9 Nukini		34 †Pakawara

†=língua extinta. O sublinhado representa as línguas em análise

Evidências de registros linguísticos dos povos pano são apresentadas por Fleck (ms). As primeiras notas sobre as línguas datam do século XVII realizadas por missionários jesuítas. Outros registros datam do século XVIII por missionários franciscanos, demais viajantes do exterior, até o estudo comparativo apresentado por Grasserie em 1888. A partir de então, estudos sobre as línguas pano têm sido realizados por instituições acadêmicas dentro e fora da América Latina. Após as migrações desses povos, os grupos tornaram-se mais isolados, e então passaram a se distinguir linguística e culturalmente uns dos outros. Contudo, esses povos são caracterizados por apresentarem uma grande

homogeneidade linguística (SHELL, 1975) e cultural (ERIKSON, 1992). O fato é que as línguas pano possuem grandes similaridades que sugerem uma divisão e expansão recente de seus povos (LOOS, 1999).

Em termos tipológicos gerais, os idiomas pano são predominantemente sufixais e na maior parte apresentam tendência ao tipo estrutural sintético-aglutinante, principalmente em raízes verbais. São línguas ergativo-absolutivas, e com ordem básica dos constituintes da oração AOV/SV (LOOS, 1999). Basicamente os Kashibo-Kakataibo contam com cerca de três mil falantes, e habitam os departamentos de Huánuco e Ucayali no Peru (ZARIQUIEY, 2011). Os Matis habitam o noroeste amazônico brasileiro, e contam com 390 indivíduos (FERREIRA, 2005; INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL [ISA], 2010). Os Matsés vivem na Amazônia brasileira e peruana, contando com uma população de 1.592 indivíduos (FLECK, 2003; ISA, 2006). Os Shipibo-Konibo contam com aproximadamente trinta mil falantes, distribuídos em cerca de 130 aldeias localizadas no rio Ucayali no Peru (VALENZUELA, 2003). Os Yawanawa localizam-se em aldeias às margens do rio Gregório, no estado do Acre, totalizando 541 índios (PAULA, 2004; ISA, 2010).

Aspectos funcionais da reduplicação morfológica em algumas línguas pano: Funções gerais das derivações – iteratividade, intensidade e pluralidade⁶

Nas línguas do mundo, a reduplicação expressa várias funções, como basicamente o aumento ou a redução de quantidade ou de grau ou mudança de classe lexical.⁷ Formalmente o material copiado, toda a raiz, radical ou constituinte fonológico, antecede, segue ou ocasionalmente é inserido no meio da base ([RED~[X]_y]_y). Em algumas línguas como ‘mcf’⁸ e ‘shp’ algumas construções se estendem a afixos (AF) anexados à base, resultando na reduplicação do radical - [RED~(AF-)[X]_y]_y ou [RED~[X]_y(-AF)]_y. Em geral, as construções implementam a função de aspecto iterativo, de intensidade e de pluralidade.

Segundo Comrie, a propriedade de iteratividade corresponde à “ocorrência su-

6 As glosas utilizadas são: 3=terceira pessoa singular, 1P=primeira plural, 2P=segunda plural, 3P=terceira plural, ABL=ablativo, ABS=absolutivo, AGT.NMZL=agente nominalizador, AND1=andativo singular intransitivo, AND2=andativo plural/singular transitivo, AUG=aumentativo, AUX=auxiliar, COP=copula, DECL=declarativo, DEM=demonstrativo, DIM=diminutivo, DUR=durativo, EM=enfático, ERG=ergativo, EV=evidencial, GEN=gentivo, HAB=habitual, HSY2=evidencial de segunda mão recente, INC=aspecto incompleto, IND=indicativo, LOC=locativo, MANR.INTR=modo intransitivo, MANR.TR=modo transitivo, NAR.3P=registro narrativo, NEG=negativo, NPST=não-passado, POS1=possessivo, PROX=próximo do destinatário, PST=passado, PST.DIST=passado distante, PST.NREC=passado não-recente, PST.REM=passado remoto, PTCP2=particípio completo, RED=reduplicação, S=sujeito intransitivo, >=referência-alternada (dependente>independente), SIML=similativo, SSSA=simultâneo, mesmo sujeito, orientação para A, SSSS=simultâneo, mesmo sujeito, orientação para S, SUFD=sufixo derivacional, TR=transitivo.

7 Em yawanawa do rio Gregório há formação de um verbo denominal por reduplicação (PAULA, 2004). Apesar desta particularidade, até o momento nos delimitamos a construções cujas funções expressam aumento ou redução de quantidade ou de grau.

8 Em matsés conforme Fleck (2003, p. 453) raízes verbais cuja última sílaba corresponde aos segmentos ‘ka’ ou ‘ke’ são reduplicadas parcialmente. Nessas reduplicações, esses segmentos não são copiados, e o resultado final da construção não apresenta mudança do significado básico com relação aos demais tipos de reduplicação total. Ademais, há reduplicações de posposição (FLECK, 2003, p. 704-705) e, como já mencionamos, delimitamos este estudo às construções lexicais mais recorrentes no *corpus*.

cessiva de várias realizações de uma situação correspondente” (1976, p. 27).⁹ O autor apresenta a relação do aspecto iterativo com o habitual (que também pode envolver iteratividade) e o semelfactivo (ação realizada uma e somente uma vez) (COMRIE, 1976, p. 31-42). Com isso, a ‘iteratividade’ refere-se a uma ação realizada duas ou mais vezes geralmente em um tempo delimitado. A ‘intensidade’ é basicamente a presença ou manifestação de força ou vigor de uma entidade. A ‘pluralidade’ corresponde em geral a duas ou mais unidades de uma entidade. E a ‘totalidade’, a condição de delimitar o número de entidades envolvidas em uma situação (CORBETT, 2000, p. 13-30).

Em kashibo-kakataibo as reduplicações verbais expressam, de acordo com Zariquiey (2011, p. 453), iteratividade e longa duração. A noção de ‘longa duração’ neste estudo corresponde, de modo geral, à ideia básica de ‘realizar novamente uma determinada ação’ (iteratividade). Nesse sentido, tanto um como outro termo representam, basicamente, no exemplo com o verbo ‘*nia*’ (‘amarrar’), a função de aspecto iterativo:¹⁰

- | | | | | |
|------|--------------------------------|---------------------|--------------------------------------|--|
| (01) | ukairi
escada | o-şun
fact-s/s>A | kaisa
NAR.3P | nia~nia -ru-βian-kin
RED~amarrar-SUFD.acima-SUFD.ir.TR-S/A>A |
| | ʔa-βait-kin
fazer-DUR-S/A>A | kaisa
NAR.3P | ka-aki-ş-in
dizer.PST.REM-3P-PROX | |

“dizem que, para fazer uma escada, amarre-a várias vezes na medida em que for subindo, fazendo isso por um longo tempo, ele disse...” (ZARIQUIEY, 2011, p. 455)

Em matis a reduplicação de verbos expressa significados como pluralidade e também totalidade, e a de adjetivos indica intensificação ou totalidade (FERREIRA, 2005, p. 116). Em termos gerais, parece-nos que ambas as funções verbais podem corresponder à noção geral de ‘intensidade/totalidade’, conforme os exemplos dos verbos intransitivos a seguir:

- | | | |
|------|----------------------------------|---|
| (02) | mikui
2P | kuan~kuan -e
RED~ir-NPST |
| | “vocês (todos) vão embora?” | |
| (03) | nuki
1P | tşo~tşo -bo-k
RED~vir-PST.NREC-DECL |
| | ”nós (a família do Bina) viemos” | |

- | | | | | |
|------|--|----------------------|------------------|---|
| (04) | inden
faz.tempo | kadipuna
Karipuna | atşuwış
todos | nan~nane -bonda-ş
RED~morrer-PST.DIST-3 |
| | “há muito tempo, todos os Karipuna morreram” | | | (FERREIRA, 2005, p. 117) |

Assim como em bases verbais, em matis a reduplicação de adjetivos parece indicar uma ideia geral de ‘totalidade’, conforme os exemplos abaixo (FERREIRA, 2005, p. 117):

⁹ No original: “[...] the repetition of a situation, the successive occurrence of several instances of the given situation”.

¹⁰ Em ‘cbr’ (ZARIQUIEY, 2012, p. 453) e ‘mcf’ (FLECK, 2003, p. 452), a reduplicação resulta em uma palavra morfossintática e duas fonológicas. Por motivos práticos delimitamos a representação das construções gerais em termos morfossintáticos.

- | | | | | | |
|-------|---|-------|---|-------|---|
| (05a) | kudu~kudu
seco~seco
“seco mesmo” | (05b) | jin~jin
amarelo~amarelo
“é todo amarelo” | (05c) | madu~madu-pa
adorno~adorno-tornar.se
“sem nenhum adorno” |
|-------|---|-------|---|-------|---|

A reduplicação verbal em matsés expressa um significado distributivo/plural/iterativo (FLECK, 2003, p. 453).¹¹ Neste estudo, distinguimos a categoria de iteratividade das demais funções como pluralidade e intensidade. Sendo assim, conforme especificamos acima, denominamos as construções que correspondem à ideia básica de repetição de uma determinada ação de ‘iteratividade’, e de ‘distributividade’ a noção de uma entidade apresentar tanto delimitações completas ou totais quanto apresentar duas ou mais unidades.

De modo geral, os exemplos abaixo apresentam reduplicações de verbos intransitivos em matsés. O primeiro apresenta uma construção reduplicativa que corresponde à ideia básica de ‘iteratividade’ como ‘ação realizada duas ou mais vezes’. No exemplo (07), além da noção de repetição da ação sofrida pelo sintagma nominal (SN) ‘*aid matses*’ (‘aqueles matsés’), aplica-se também a função de ‘totalidade/distributividade’ a esse SN da oração como ‘condição de um referente em apresentar quantidade completa ou total’:

- | | | | | |
|------|--|---|---------------------------------|-----------------------|
| (06) | <i>matses is-af</i>
<i>matses ver-depois.S/A>S</i> | bistid~bistidke-kid
RED~levantar.sobrancelhas-HAB | <i>bitfun</i>
macacos-pregos | <i>tʃiʃi</i>
preto |
|------|--|---|---------------------------------|-----------------------|
- “quando os macacos-pregos pretos veem pessoas, eles levantam as sobrancelhas repetidamente”

- | | | |
|------|------------------------------------|--|
| (07) | <i>aid matses</i>
aquele matses | uinisbud~uinis-bud-ak
RED~morrer-DUR-PST |
|------|------------------------------------|--|
- “todos aqueles matses morreram” (FLECK, 2003, p. 291-295)

Os exemplos abaixo apresentam construções transitivas de reduplicações verbais. Em (08), a construção representa uma ação que afeta um único objeto ou entidade, ‘*dibiate*’ (‘nariz’), que é furado várias vezes. Em (09), além da noção de repetição da ação realizada pelo SN ‘*dadan*’ (‘homens’), a reduplicação do verbo transitivo ‘*bibi*’ (‘trazer’) pode indicar objetos com duas ou mais entidades, ‘pluralidade’, como por exemplo que várias folhas são carregadas em vários momentos (FLECK, 2003, p. 455):

- | | | | | | |
|------|---------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|-------------------------|------------------------------|
| (08) | <i>dimuf</i>
pelo.duro | <i>usun-kid</i>
inserir-HAB | <i>ad-en</i>
daquele.modo-MANR.TR | <i>dibiate</i>
nariz | <i>ʃikui-n</i>
buraco-LOC |
|------|---------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|-------------------------|------------------------------|
- poj~pojka-fun**
RED~furar-depois.S/A>A
“depois de furarem repetidamente vários buracos no nariz daquela maneira, eles inserem o pelo duro”

- | | | | | |
|------|--------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|--|
| (09) | <i>ti-fun</i>
cortar-depois.S/A>A | <i>dada-n</i>
homem-ERG | bi~bi-kis
RED~trazer-HAB | <i>tsindo-kin</i>
empilhar-enquanto.S/A>A |
|------|--------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|--|
- “depois de cortá-las (folhas), os homens as trazem fazendo várias viagens enquanto as empilham” (FLECK, 2003, p. 292-298)

¹¹ Conforme o autor tanto aspectos da transitividade ou semânticos-pragmáticos quanto a ocorrência de sufixos direcionais anexados à base, reduplicados ou não, orientam a implementação do significado.

Assim como em bases verbais a reduplicação de advérbios em matsés indica em termos básicos, considerando retificações em Barbosa (2012), uma ideia geral de ‘pluralidade’ conforme os exemplos abaixo:¹²

- (10) **inapin~inapin**-kio-ik tʃo-o-ʃ
 RED~longe-AUG-MANR.INTR vir-PST-3
 “eles vieram de vários lugares longes”
- (11) **uanno~uanno**-ik kapu-kid biui ni-i-k
 RED~aqui/lá-MANR.INTR locomover-AGT.NMZL tamanduá ser-NPST-IND
 “tamanduás são aqueles que andam/sobem aqui, ali e todo lugar”
 (FLECK, 2003, p. 616-617)

Em shipibo-konibo, a reduplicação verbal expressa significados gerais de intensidade/ênfase e iteratividade/continuidade (VALENZUELA, 2003, p. 150). Segundo a autora, construções podem ocorrer inseridas pelo clítico enfático ‘bi’:

- (12) e-a-ra moa jawe keskat-a-x-bi ka-yama-[a]i, e-a-ra
 1-ABS-EV já que SIML-ABL-S-EM ir-NEG-INC 1-ABS-EV
 kikin-i **notsi-bi-notsi-a** iki
 extremamente RED-EM-sentir.injuriado AUX
 “não há como eu para lá (de volta), sinto extremo e totalmente machucado”
- (13) nato no-n kini-bo-ja kirikain-bo **wifa~wifa**-kan-a
 DEM 1P-GEN desenho-PL.ABS-EV livro.LOC-PL RED~escrever-PL-PP2
 yama-ki no-n mapo-nko-bitfo
 não.existir-CMPL 1P-GEN cabeça-LOC-somente
 “estes desenhos da gente não estão escritos em nenhum livro, (eles existem) somente em nossas mentes”
- (14) ka-kin no-n **na-tsaʔ~na-tsa**-bain-a iki,
 ir-SSSA 1P-ERG interior-lança~interior-lança-AND2-PP2 AUX
na-tsaʔ~na-tsa-bain-a iki
 interior-lança~interior-lança-AND2-PP2 AUX
 “enquanto iamos (acima do rio) continuamos lançando (flechas) dentro d’água”
- (15) haino-a-ʃ-ki **βiwa~βiwa**-kain-i ka-a iki
 lá.LOC-ABL-S-HSY2 RED~cantar-AND1-SSSS ir-PTCP2 AUX
onis~onis-kain-i ha honi-n βi-[y]ama
 RED~estar.triste-AND1-SSSS aquele homem-ERG ter-NEG.PTCP2
 “o homem não a teve como esposa, então ela saiu cantando e cantando se sentindo muito triste”
 (VALENZUELA, 2003, p. 151-152)

¹² Segundo Fleck (2003, p. 617), as reduplicações adverbiais são também acompanhadas do sufixo de concordância {-ik} ou {-in}, e frequentemente também do aumentativo {-mbo} ou {-kio}.

Assim como em bases verbais, em shipibo-konibo a reduplicação de adjetivo indica uma noção de intensidade/ênfase, e de nomes, pluralidade:¹³

- (16) kikin **wiso~wiso**-bires r-iki nolon bachi
 extremamente RED~preto-puramente EV-COP POS1 mosquitoeiro.ABS
 “meu mosquitoeiro está muito muito sujo”
- (17) honi-n-ronki oin-a iki **soβo~soβo** mitsa-foko
 homem-ERG-HSY ver-PTCP2 AUX RED~casa bom-DIM
 “(dizem que) o homem viu muitas casas” (VALENZUELA, 2003, p. 151-153)

Em yawanawa a reduplicação verbal e adjetival expressa o significado geral de intensidade (PAULA, 2004, p. 167).

- (18) **ufan~ufan** (19a) **pafin~pafin** (19b) **βiski~βiski**
 RED~sorrir RED~amarelo RED~magro
 “sorrir demais” “muito amarelo” “magro demais”

Quadro 2. Classes lexicais e funções gerais da reduplicação de algumas línguas pano

	cbr	mpq	Mcf	shp	ywn
Verbo	iter.	int./totl.	iter./totl.	iter.int.	int.
Nome	-	-	-	plur.	-
Advérbio	-	-	plur.	-	-
Adjetivo	-	int./totl.	-	int.	int.

iter.=iteratividade, int.=intensidade, totl.=totalidade, plur.=pluralidade

Na maior parte das línguas pano em estudo, verbos são reduplicados com a função de expressar aspecto iterativo a exemplo do ‘cbr’, ‘shp’ e ‘mcf’. Em função de intensidade, verbos e modificadores adjetivais são reduplicados em ‘mpq’, ‘shp’ e ‘ywn’. Aparentemente, nessas línguas somente o shipibo-konibo expressa pluralidade na reduplicação nominal, e o matsés, pluralidade (ou distribuição) na base adverbial reduplicada. O quadro abaixo ilustra a relação dessas categorias funcionais com as classes lexicais correspondentes e mostra a particularidade, por exemplo, da função básica de pluralidade em ‘mcf’ e ‘shp’ nesse grupo de línguas:

Quadro 3. Funções gerais e classes lexicais da reduplicação de algumas línguas pano

Iteratividade	V	-	-
Intensidade	V	-	Aj
Pluralidade	V	N (shp)	Aj, Av (mcf)

V=verbo, N=nome, Aj=adjetivo, Av=advérbio

13 O matsés também apresenta reduplicações nominais (FLECK, 2003, p. 505-507). O autor interpreta essa construção como uma adjetivação. Conforme mencionamos delimitamos, esta análise a construções mais recorrentes cujas funções expressam aumento ou redução de quantidade ou de grau. Assim como o yawanawa, o matsés em especial apresenta um grau maior de divergência da reduplicação com relação às outras línguas pano do grupo selecionado.

Em termos básicos, as funções gerais que caracterizamos no Quadro 3 correspondem às funções de aspecto iterativo, de intensidade e pluralidade. As construções morfológicas correspondentes operam em bases verbais, nominais, adjetivais e adverbiais (classes lexicais mais abertas ou menos fechadas cujos dados delimitaram a comparação das funções para a atual pesquisa). Neste grupo de línguas, tendo em vista o Quadro 2, a função de pluralidade é expressa ou por reduplicação da base verbal e adverbial como ocorre em matsés ou da nominal, como em shipibo-konibo. Ademais identificamos que a função de totalidade e intensidade em ‘mpq’, ‘shp’ e ‘ywn’ é expressa tanto por bases verbais quando adjetivais.

Nesse grupo de línguas, a construção que reduz o sentido de uma categoria funcional, como a “desintensificação” do significado da raiz copiada (reduplicação de função complexa), é descrita somente em matsés (FLECK, 2003). Essa função é expressa pela reduplicação de bases verbais e adjetivais. Segundo Fleck (2003), quando esse tipo de construção opera em verbos, frequentemente emprega-se um sentido de crítica ao modo como a ação é realizada (20). Quando opera em bases adjetivais a construção reduz o potencial de intensidade do significado básico expresso pelo modificador (21):

(20) **tfud~tfud-i-k**
 RED~ter.relação.sexual-NPST-IND
 “ele faz sexo com ela rapidamente” (FLECK, 2003, p. 454)

(21) **tfuka~tfuka-mbo**
 red~novo-AUG
 “isto é semi-novo” (FLECK, 2003, p. 497)

No exemplo (20) a sentença expressa não só a repetição da ação verbal mas também um sentido pragmático de ironia ou crítica à ação realizada (FLECK, 2003, p. 454). Nessa construção, a função simples da derivação verbal (iteratividade) corresponde a uma operação gramatical, e a complexa, a uma pragmática. Apesar de não representarmos os adjetivos do matsés no Quadro 2, em (21) a raiz adjetival é reduplicada, e nesse caso o significado da base é amenizado. Desse modo, descremos que, em matsés, raízes verbais e adjetivais são reduplicadas para expressar uma função complexa em termos de apenas uma operação gramatical (FC DS, assim como em 20).

Ademais, em ‘shp’ e ‘mcf’, além das reduplicações de unidade como a raiz, os falantes reduplicam radicais verbais construídos pela anexação de outros morfemas (como sufixos direcionais e morfemas de partes do corpo [PC]) à raiz base (DC). Em shipibo-konibo (22), por exemplo, a reduplicação verbal pode envolver a cópia do radical cuja raiz foi anexada pelo morfema ou prefixo {na-} (‘interior’). O matsés é uma língua cuja reduplicação verbal envolve a cópia de um sufixo direcional (23) e também de um morfema PC (24). Em termos gerais, após a afixação e então reduplicação do radical, a função reduplicativa é aplicada não só à raiz, mas também ao morfema afixado, reaplicando a ordem iter.>totl, em matsés por exemplo. Ademais, em uma construção adjetival, podem ocorrer tanto a função como a derivação complexa, conforme o morfema PC correspondente anexado à raiz adjetival (25) (FCDC):

- (22) **natsaʔ~na-tsa**-βain-a
RED~interior-espeter-AND2-PTCP2
“permanecemos espetando (flechas) no interior d’água”
(VALENZUELA, 2003, p. 150)
- (23) tʃiuiʃ bakui tʃido **kuistan~kuis-tan-i-k**
figo fruta etc RED~coletar-ir-NPST-IND
“eles continuam indo para coletar figos e outras frutas”
- (24) **miniʃ~mi-niʃ**-ʃun akati da-uk-kid matses-n
RED~mão-amarrar-depois.S/A>A sapo corpo.LOC-raspar-HAB matsés-ERG
“depois de amarrar todas as mãos e pés, os matsés raspam o corpo do sapo”
- (25) bitanti-ti-no **bipiu~bi-piu**-mbo tʃiʃiid ik-kid
rosto-LOC RED~rosto-vermelho-AUG macaco ser-HAB
“os macacos-aranha são parcialmente vermelhos no rosto”
(FLECK, 2003, p. 452-500)

Quadro 4. Reduplicações de derivação complexa – classes lexicais, línguas e afixos

	RFS	RFC
Verbo	shp (PREF) e mcf (PRPC/SUFD)	-
Adjetivo	-	mcf (PRPC)

PREF=prefixo, PRPC=prefixo de parte do corpo, SUFD=sufixo derivacional,
RFS=reduplicação de função simples, RFC=reduplicação de função complexa

Hierarquia semântica de construções reduplicativas e uma breve análise de algumas reduplicações verbais pano

O estudo tipológico do sistema de reduplicação por Kajitani (2005) baseia-se em dezesseis línguas do mundo não relacionadas genética ou geograficamente. Em resumo, o trabalho supracitado apresenta uma hierarquia de quatro parâmetros funcionais, tais como: i. ‘Aumentativo’; ii. ‘intensificação’; iii. ‘Atenuação’; e iv. ‘Diminuição’ – apresentados primariamente por Moravcsik (1978 apud KAJITANI, 2005). A hierarquia proposta, em termos gerais ordenada conforme aumento ou redução de quantidade ou de intensidade, corresponde a seguinte representação implicacional:

Aumentativo > Intensificação > Atenuação > Diminuição

Quadro 5. Reduplicação de raízes verbais e funções gerais em algumas línguas pano

	cbr	mpq	mcf	shp	ywn
Verbo	iter.	int./(totl.)	iter./(totl.)	iter.int.	int.

iter.=iteratividade, int.=intensidade, totl.=totalidade

Tendo em vista um trabalho de caráter fundamental, delimitamos o estudo às raízes verbais e aos parâmetros funcionais icônicos, tais como ‘Aumentativo’ e ‘Intensificação’. A respeito do primeiro, nós o emparelhamos à função de ‘iteratividade’, e o outro à função de ‘intensidade’. Portanto, sobre a relação implicacional entre a hierarquia e com base

no Quadro 5, provavelmente as línguas ‘mpq’ e ‘ywn’ expressam a função ‘aumentativo’ de ‘iteratividade’, pois em construções verbais a ocorrência da função de ‘intensidade’ prediz o parâmetro ‘Aumentativo’ de ‘iteratividade’.

Considerações finais

Neste estudo, apresentamos uma comparação tipológica básica das funções semânticas de iteratividade, intensidade e pluralidade nas derivações reduplicativas lexicais de um grupo de línguas pano. As construções ocorrem em kashibo-kakataibo, matis, matsés, shipibo-konibo e yawanawa. Para esse grupo de línguas, caracterizamos brevemente as reduplicações lexicais complexas da seguinte maneira:

- Função complexa que, além de um sentido literal, emprega-se também em um sentido metafórico-pragmático, crítico ou irônico ao significado da raiz copiada (mcf).
- Derivação complexa na qual afixos lexicais são anexados anteriormente a raiz reduplicada, resultando na repetição de um radical (cbr, mcf, shp).

A reduplicação verbal caracteriza-se em termos básicos como uma função geral de advérbio, como construções que em geral representam ações realizadas duas ou mais vezes em um curto espaço de tempo. Reduplicações nominais (shp) expressam a função de mais de uma unidade, assim como em advérbios referentes à indicação de local na língua matsés. Com relação ao modificador adjetival, a noção geral que se expressa é a de intensidade do significado da base. Em reduplicações verbais, as línguas ‘mpq’ e ‘ywn’ provavelmente expressam ‘iteratividade’, pois além de corresponder a uma função recorrente em línguas com reduplicação podem ser inferidas pela hierarquia.

Aspectos relevantes para estudos futuros correspondem ao apagamento de uma unidade silábica em reduplicação de raízes, assim como a relação da iconicidade derivacional com a ordem das funções e derivações complexas. Ademais, a distribuição da função, por exemplo, de ‘iteratividade’ em orações tanto transitivas quanto intransitivas. E também a concordância inerente relacionada em geral à representação linguística de experiências cuja situação acontece duas ou mais vezes em um espaço de tempo delimitado corresponde a presença ou manifestação de força ou vigor de determinada entidade, ou se refere a duas ou mais unidades de determinada entidade.

Nesse sentido, em termos básicos concluímos que a reduplicação lexical é usada pelos falantes dessas línguas para expressar funções aspectuais, intensivas e numerais. Com a reduplicação das bases verbais da língua matsés, eles expressam não somente um sentido literal morfológico geral de repetição da ação em um tempo delimitado (mais icônico) mas também um sentido ‘depreciativo’ conforme o contexto pragmático (menos icônico). Por fim, a tabela a seguir apresenta a distribuição de algumas funções gerais da reduplicação lexical básica deste grupo de línguas pano:

Quadro 6. Aspectos tipológicos gerais da reduplicação no grupo de línguas pano selecionado

Reduplicação	cbr	mpq	mcf	shp	yaw
Total	X	X	X	X	X
Parcial	(X)	-	(X)	-	-
Verbal	X ^{as}	X ^{int}	X ^{as}	X ^{as.int}	X ^{int}
V prefixada	(X)	-	X	X	-
V sufixada	(X)	-	X	-	-
Adverbial	-	-	X ^{pl}	-	-
Nominal	-	-	(X)	X ^{pl}	(X)
Adjjetival	-	X ^{int}	X	X ^{int}	X ^{int}
Aj prefixada	-	-	X	-	-

Os parênteses correspondem a exemplos não representados diretamente no estudo apresentado
as='aspecto', int=intensidade, pl=pluralidade

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. S. *Fontes de pesquisa e estudos da família pano*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- AIKHENVALD, A. Y. Typological Distinctions in Word-formation. In: SHOPEN, T. (Ed). *Grammatical Categories and the Lexicon*. v. 3. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. v. 3, p. 1-65.
- BARBOSA, R. A. O. *Aspectos tipológicos na formação de palavras em um grupo de línguas pano*. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística) –Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- COMRIE, B. *Aspect: An Introduction to the Study of Verbal Aspect and Related Problems*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- CORBETT, G. G. *Number*. Cambridge, UK; New York, NY: Cambridge University Press, 2000.
- d'ANS, A. Reclasificación de las Lenguas Pano y Datos Glotocronológicos para la Ethnohistoria de la Amazonía Peruana. *Revista del Museo Nacional*, n. 39, p. 349-369, 1973.
- ERIKSON, P. Uma singular pluralidade: a etno-história pano. In: CUNHA, M. C. (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 239-252.
- FERREIRA, R. V. *Língua matis (pano): Uma Descrição Gramatical*. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- FLECK, D. W. *A Grammar of Matses*. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) –Departamento de Linguística, Rice University, Houston, 2003.

- _____. Body-part Prefixes (and Noun Incorporation) in Panoan and Takanan. In: *AMAZÓNICAS 4: Pano-Takanan Symposium*, Lima. Material Impresso: s.n., 2012. p. 1-12.
- _____. *Panoan Languages and Linguistics*. Manuscrito (ms).
- GIRARD, V. *Proto-Takanan Phonology*. Berkeley: UCPL, 1971.
- GRASSERIE, R. de la. De la Famille Linguistique Pano. In: VII CONGRESO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS. *Actas...* Berlin, 1890. p. 438-50.
- GREENBERG, J. H. Some Universals of Grammar with Particular Reference of the Order of Meaningful Elements. In: GREENBERG, J. H. (Ed.) *Universals of Language*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1966. p. 73-113.
- _____. *Anthropological Linguistics: an introduction*. New York: Random House, 1968.
- _____. *Universals of human language*. Palo Alto, CA: Stanford University Press, 1978. v. 4.
- _____. *Language in the Americas*. Stanford: Stanford University Press, 1987. p. 73-78.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Povos indígenas no Brasil: Dados de 2006 e 2010*. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt>>. Acesso em: 16 maio 2012.
- KAJITANI, M. Semantic Properties of Reduplication among the World's Languages. In: LSO Working Papers in Linguistics. v. 5. *Proceedings...* 2005. p. 93-106.
- KEY, Mary. R. *Comparative Tacanan Phonology*, with Cavineña Phonology and notes on Pano-Tacanan relationships. The Hague: Mouton, 1968.
- LOOS, E. E. *Pano-Tacanan morpho-syntax*. Amazon Languages Seminar. Portland, Oregon, 1987.
- _____. Pano. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, D. Y. (Ed.). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 227-250.
- _____. Un Breve Estudio de la Gramática del Proto-Pano. *Revista Latinoamericana de Estudios Etnolingüísticos*, n. 11, p. 37-50, 2005.
- PAULA, A. S. de. *A língua dos índios Yawanawa do Acre*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- RIBEIRO, L. A. A. Uma proposta de método quantitativo aplicado à análise comparativa das línguas pano e tacana. *LIAMES*, Campinas, n. 3, p. 135-147, 2003.

_____. Uma proposta de classificação interna das línguas da família pano. *Revista Investigações. Lingüística e Teoria Literária*. Recife, v. 19, p. 1-25. 2006.

RUBINO, C. Reduplication: Form, Function and Distribution. In: HURCH, B. (Ed.). *Studies on reduplication*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005.

SCHULLER, R. The language of the Tacana Indians (Bolivia). *Anthropos*, n. 28, p. 463-484, 1933.

SHELL, O. A. Estudios Panos III: Las Lenguas Pano y su Reconstrucción. *Serie Lingüística Peruana*, n. 12, v. 2, 1975. 212 p.

SHIBATANI, M.; BYNON, T. *Approaches to Language Typology*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

VALENZUELA, P. M. *Transitivity in Shipibo-Konibo Grammar*. 2003. Tese (Doutorado) – University of Oregon, Oregon, 2003.

ZARIQUIEY, R. Z. *A Grammar of Kashibo-Kakataibo*. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, La Trobe University, Melbourne, 2011.

A coleta de *corpus* de aprendizes: questões qualitativas em uma pesquisa sobre a escrita de aprendizes de língua espanhola

(Collecting learner corpus: qualitative issues in research about the writing ability of Spanish language learners)

Celso Fernando Rocha¹

¹Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/Ibilce)

celsotrad@yahoo.com.br

Abstract: In this paper we discuss and present the first results gathered from the compilation of a learner corpus comprised of texts written by university students (Language, Literature and Translation Course). We made use of Corpus Linguistics and observations of researchers from the learner’s corpus field, in order to compile and analyze a corpus of argumentative and descriptive texts written in Spanish. Four hundred compositions were collected (about 120 thousand words) from August 2011 to December 2012. The methodology adopted assisted us considerably in maintaining a comprehensive working agenda, taking into consideration students’ needs and using the data collected as subsidy to improve classroom management of content. We also present the difficulties faced during the data gathering and propose procedures do avoid or minimize them.

Keywords: Corpus linguistics; learner corpus; Spanish language; lexicon and pedagogy

Resumo: Apresentamos neste artigo os primeiros encaminhamentos adotados durante a coleta e a análise de textos escritos por alunos universitários. Utilizamos a Linguística de Corpus e pontuações de autores que pesquisam a elaboração de corpus de aprendizes, com vistas à construção e à posterior análise de um corpus em espanhol composto de textos argumentativos e descritivos. Foram coletadas 400 redações (aproximadamente 120 mil palavras) no período de agosto de 2011 a dezembro de 2012. A metodologia adotada ajudou consideravelmente no estabelecimento de uma agenda de trabalho docente atenta às necessidades reais dos aprendizes, além de fornecer subsídios para um melhor encaminhamento, em sala de aula, das principais dificuldades apresentadas. Tratamos, também, das dificuldades enfrentadas durante a coleta e propomos procedimentos para evitá-las ou minimizá-las.

Palavras-chave: Linguística de Corpus; corpus de aprendizes; língua espanhola; pedagogia e léxico

Introdução

A construção de *corpora* escritos de aprendizes de língua estrangeira (LE) e seu estudo permitem, entre outros aspectos, sistematizar e entender com que regularidade os alunos empregam recursos gramaticais específicos, as relações entre contextos, a frequência de uso do léxico e os fatores que influenciam diretamente a sua escolha. Desse modo, os *corpora* servem ao propósito de descrição linguística e são úteis para uma prática pedagógica pautada nas necessidades reais e mais recorrentes dos estudantes.

Nesse sentido, anteriormente ao estudo de tais traços, cabe-nos proceder ao delineamento cuidadoso das etapas envolvidas na coleta de um *corpus*, o qual, na maioria das vezes, pode não ser capaz de antecipar com abrangência as instâncias problemáticas

(marginais e determinantes) ao largo da composição dos textos pelos alunos e seu envio ao pesquisador. É necessário, por sua vez, verificar o conhecimento que o aluno (principalmente o aluno de Letras, em contexto brasileiro) traz sobre o aparato tecnológico básico (funcionamento de processadores de texto, correio eletrônico e gerenciamento de arquivos), pois a falta de tal saber pode comprometer sobremaneira as coletas que perdurarão por certo tempo.

Por esse motivo, o presente trabalho tem como foco a apresentação dos passos metodológicos adotados durante a criação de um *corpus* de textos (escritos) de universitários brasileiros aprendizes de língua espanhola. Exploraremos as dificuldades enfrentadas no gerenciamento diário desta compilação e proporemos algumas ações possíveis para contorná-las, uma vez que observamos, nesse contexto, uma lacuna na literatura da área a respeito da descrição do trabalho cotidiano envolvido na produção de *corpora* de aprendizes. Mais especificamente, as obras da área tratam do ensino das ferramentas oferecidas pela linguística de *corpus* com vistas ao desenvolvimento da autonomia do aprendiz, da descrição do material coletado e, de forma abreviada, mencionam que criar *corpora* nesse âmbito exige muito esforço do pesquisador.

Tendo como mote o contexto apresentado, discutiremos alguns temas relacionados à confecção dos textos pelos alunos, ao gerenciamento da coleta do *corpus* e ao tratamento de algumas inadequações mais frequentes nas dissertações levantadas por meio do instrumental oferecido pela Linguística de *Corpus*.

Apresentaremos, em continuação, uma descrição do arcabouço teórico-metodológico empregado neste estudo.

Breves definições norteadoras e histórico da área

O termo *corpus* possui diversas definições para a Linguística de *Corpus*: originalmente significava qualquer coleção de texto em meio digital ou não, organizado de acordo com determinados padrões (BAKER, 1995). A definição sofreu mudanças e passou a significar uma coleção de textos em formato eletrônico, passíveis de serem analisados automática ou semiautomaticamente. Além disso, *corpus* deixou também de significar apenas textos de língua escrita para incluir textos orais, e, por isso, é comum encontrarmos *corpora* tanto da fala quanto da escrita de iniciantes em línguas estrangeiras, por exemplo.

Nos últimos anos, a presença de *corpora* torna possíveis análises que não teriam grandes possibilidades de ser executadas há algumas décadas, dadas as dificuldades advindas dos contextos teórico, metodológico e tecnológico. Na década de 1960, as palavras eram transferidas manualmente para cartões perfurados, para serem lidas por meios eletrônicos. Em tal momento, o estudo de determinadas estruturas linguísticas e o posterior levantamento de frequências e contrastes apresentavam restrições de execução, devido ao escopo e à constituição do objeto de estudo.

Para Berber Sardinha (1999, p. 12), uma definição mais abrangente, por incorporar as características principais para a construção de *corpora* em formato eletrônico, é a de Sánchez:

[...] um conjunto de dados linguísticos (pertencentes ao uso oral ou escrito da língua, ou a ambos), sistematizados segundo determinados critérios, suficientemente extensos em amplitude e profundidade, de maneira que sejam representativos da totalidade do uso linguístico ou de algum de seus âmbitos, dispostos de tal modo que possam ser processados por computador, com a finalidade de propiciar resultados vários e úteis para a descrição e análise. (SÁNCHEZ, 1995, p. 8-9)

Com relação ao *corpus* de aprendiz, observa-se que, desde o início do século XX, houve experiências que marcaram o ensino de inglês como LE ao serem empregados princípios da linguística de *corpus* na confecção de listagens com o léxico mais frequente desse idioma. Alguns nomes merecem destaque por tal empreitada: Edward Thorndike, Herold Palmer, A. S. Hornby, Irving Lorge e Michael West (cf. BERBER SARDINHA, 2004, p. 252). Os dois primeiros pesquisadores propuseram o *Teacher's Workbook* (1921), que apregoava o ensino do idioma com base na restrição léxica, ou seja, os alunos entrariam em contato com determinado número de palavras primeiro e seriam expostos gradativamente ao léxico menos comum ao longo da aprendizagem. Esse material foi elaborado com base em um levantamento feito a partir de 4,5 milhões de palavras e também foi tomado como modelo para o ensino de língua materna. Palmer e Hornby elaboraram uma *Interim Report on Vocabulary Selection*, que, posteriormente, em 1953, foi assumido por West, que incorporou os trabalhos de Thorndike, Lorge, Palmer e Hornby, criando a *General Service List of English Words*. Tal lista continha as 2 mil palavras mais utilizadas do inglês e suas definições (retiradas de dicionário).

O trabalho desenvolvido pelos investigadores merece destaque, pois se trata de coleta e análise de grande quantidade de dados em uma época em que não existia o computador. Na atualidade, mesmo com os recursos computacionais disponíveis, a análise de milhões de palavras não é tarefa simples.

Na atualidade, destaca-se em língua espanhola o trabalho pioneiro de Soto Balbás (2003), que compila um *corpus* de aproximadamente 25 mil palavras com foco na descrição dos erros mais frequentes em 216 redações de aprendizes de E/LE. Também temos conhecimento de trabalho que investiga a competência tradutória no par linguístico espanhol-português (CINTRÃO, 2009), e Rocha (2013) descreve o uso dos verbos *haber* e *tener* em um *corpus* de aproximadamente 100 mil palavras, organizado a partir de textos produzidos por alunos universitários de um curso de Letras.

É importante lembrar que durante boa parte do século XX o paradigma teórico mentalista (com base nos preceitos da linguística chomskyana) ofuscou grandemente pesquisas com viés observacional. Para os mentalistas, a grande quantidade de dados observacionais gerados por aquelas pesquisas não era desejável, pois seria suficiente a intuição do falante para resolver questionamentos em relação ao emprego da língua. Nos últimos vinte anos, não obstante, os estudos que fazem uso de *corpora* passam a disponibilizar descrições mais precisas sobre inúmeros traços linguísticos, nos seus mais diferentes registros (linguagem oral, discurso formal, discurso acadêmico, diferentes dialetos, etc.). A relevância desse tipo de pesquisa reside no fato de que os resultados podem auxiliar no encaminhamento mais adequado, em sala de aula, de questões relacionadas ao uso de língua, na elaboração de material didático e de currículos mais atentos às necessidades locais. Segundo Berber Sardinha (2004), o desenvolvimento de materiais didáticos a partir da perspectiva de falantes nativos pode produzir visão idealizada da aprendizagem de

uma LE, deixando de explorar as particularidades inerentes ao aprendizado de um grupo específico de alunos.

O autor também menciona que, ao compilar *corpora* de aprendizes e explorá-los por meio de ferramentas computacionais, o professor pode tomar decisões mais pontuais no que concerne à identificação e ao encaminhamento das dificuldades mais comuns enfrentadas pelos alunos.

Coletar *corpora* de aprendizes é tarefa árdua e exige muito esforço e tempo inestimável por parte dos pesquisadores (GRANGER, 2002, p. 7); portanto, é imprescindível um plano específico para coleta, armazenagem e extração de dados. Desse modo, a perspectiva da linguística de *corpus* propicia um ponto de observação privilegiado. De acordo com Lavid (2005, p. 336),

La disponibilidad actual de grandes colecciones de textos en formato digital y de herramientas informáticas ha hecho posible la realización de estudios sobre las regularidades con las que los hablantes utilizan los recursos gramaticales de una lengua, investigando la distribución de frecuencias de diferentes construcciones, y las relaciones entre estructuras gramaticales y otros factores lingüísticos y contextuales, por un lado, y los factores que afectan a la selección entre las posibles variantes estructurales, por otro.

A título de ilustração, podemos mencionar estudos em língua inglesa que demonstram a existência de padrões de uso de língua diferentes entre nativos e não nativos. Petch-Tyson (1998), por exemplo, estudou a visibilidade do autor em quatro subcorpora (holandês, finlandês, francês e sueco), observando o emprego do pronome de primeira pessoa (I) e sua coocorrência com outros itens linguísticos. Expressões que se mostraram mais frequentes em textos de aprendizes (*I believe that*, *In my opinion* e *I am not of the same opinion*) não se apresentaram com frequência significativa em textos de nativos. A hipótese levantada foi a de que haveria certa transferência de padrões típicos da linguagem oral de sala de aula para o texto escrito. Há também estudos que apontam para as diferenças entre o léxico empregado por falantes nativos e o usado por aprendizes, dando especial atenção ao processo de interlíngua.

Construção do *Corpus* e passos metodológicos

O *corpus* está sendo compilado a partir de textos escritos por alunos dos cursos de Letras (Bacharelado e Licenciatura). Trata-se de um *corpus* orgânico que vem sendo alimentado desde junho de 2011 com redações argumentativas e descritivas (temas variados).

Quanto à extensão dos textos, pedimos aos alunos que escrevessem redações com o mínimo de 300 e o máximo de 500 palavras. Quando alguma redação não atingia o número mínimo, entramos em contato com o aluno e discutimos as possibilidades de ampliá-la (procedimento não adotado nas redações do primeiro ano), ensinando-o a organizar suas ideias e a explorar melhor o tema. Por outro lado, quando o texto excedia o número máximo de palavras, era incorporado ao *corpus* sem nenhum corte. Dos 27 temas propostos, escolhemos seis para serem trabalhados em sala de aula, sem pré-levantamento de informações e sem preparação de rascunho (digitadas no laboratório). Até dezembro de 2012, o *corpus* continha aproximadamente 400 redações (120 mil palavras).

Para as 21 redações restantes, o aluno recebeu o tema do mês com antecedência, e pôde realizar rascunhos em casa. Além disso, foi permitido pesquisar livros, dicionários e sítios na internet, bem como consultar o professor e os colegas. Houve, também, durante as aulas, momentos para a discussão do tema, a contextualização por meio de vídeos e a explicitação dos componentes essenciais requeridos de um texto descritivo ou argumentativo.

Pedimos que o aluno desse um título ao seu texto e o digitasse no processador de texto *Wordpad* (*Microsoft*), salvando o arquivo no formato txt (texto sem formatação ou “documento texto” no Windows 7), com o seguinte formato de nome: “número da redação”, “tema”, “D” para descrição e “A” para argumentação, além das “iniciais de seu nome completo”.

Exemplo: “01PoluiçãoNasGrandesCidades.A.CFR”.

Instruímos o aluno a registrar dentro do arquivo (somente da primeira redação escrita) algumas informações, a saber: “idade”, “sexo”, “há quanto tempo estuda espanhol”, “quanto tempo teve para preparar o rascunho” (em horas), “quais fontes pesquisou” e “quais dificuldades encontrou”.

Depois que o arquivo nos foi enviado, fizeram-se duas cópias dele: uma para ser corrigida e devolvida ao aluno, e outra para fazer parte do *corpus* de estudo. No que concerne à correção, sublinhamos algumas inadequações nos textos (já havíamos inserido correções tradicionais em outros trechos, antes da entrega) e pedimos que encontrassem alternativas corretas. Quando não conseguiam, apresentávamos possíveis soluções.

Neste trabalho, apresentamos uma descrição qualitativa do processo de coleta, relatando as principais dificuldades enfrentadas nos primeiros meses de trabalho em relação ao gerenciamento do *corpus* e discutimos algumas soluções adotadas. Também apresentamos algumas análises focadas no emprego do léxico.

Os principais desafios na compilação do *corpus* de aprendizes e os encaminhamentos adotados

Na literatura da área, encontram-se menções ao fato de que compilar *corpora* de aprendiz é tarefa difícil, que consome um tempo inestimável (Granger, 2002, p. 7), sendo necessária a elaboração de um plano de coleta estruturado e preciso, com vistas à otimização do processo. Nesse ponto, relatos sobre o cotidiano da coleta ou dos problemas mais comuns em contextos específicos não são frequentes, não se descrevem os “bastidores da pesquisa”, o labor diário na compilação de *corpora*. Tal fato é compreensível, pois o foco é a descrição da língua, a elaboração de glossários, entre outros aspectos. No entanto, o conhecimento procedimental é de grande valia e serve para que a comunidade de pesquisadores tenha acesso ao que é feito durante fases de pré-coleta, coleta e pós-coleta (muitas vezes, tais detalhes são mencionados nas conversas informais entre pesquisadores ou se perdem sem documentação).

Nesse sentido, temos como norte apresentar os principais desafios encontrados em nossa coleta e os procedimentos adotados para tornar mais eficiente e eficaz o plano metodológico de coleta previamente elaborado. Primeiro, trataremos de questões relacio-

nadas ao conhecimento que o aluno traz sobre processadores de textos e correio eletrônico; posteriormente, de sua disposição para a escrita e o atendimento de prazos; por fim, forneceremos alguns exemplos relacionados à estruturação do texto em língua espanhola e ao uso de dicionários.

O uso do instrumental tecnológico pelos alunos de licenciatura/bacharelado em Letras

Um dos primeiros pontos que merecem atenção é a verificação do conhecimento de que o aluno dispõe em relação ao ferramental tecnológico envolvido no processo de criação e manipulação de arquivos eletrônicos; mais especificamente, a verificação do que ele sabe sobre processadores de textos, e-mail e transferência de arquivos, uma vez que as redações, na maioria dos casos, são compiladas e circulam nesse meio.

À primeira vista, poderia parecer uma questão irrelevante, dado o contexto de imersão tecnológica em que trabalhamos e vivemos e ao qual boa parte dos alunos da universidade pública do estado de São Paulo tem acesso. O computador ganha cada vez mais espaço na casa do brasileiro e nas universidades, tornando-se ferramenta imprescindível e onipresente. No entanto, há um hiato entre o que se faz com a máquina nas horas de lazer e de estudo e durante a criação estruturada de conhecimento. Essa lacuna levou a uma das primeiras barreiras a serem superadas rumo à compilação de nosso *corpus* de aprendizagens. Vários alunos apresentaram arquivos com organização textual não adequada em processador de texto e os enviaram sem seguir os passos ensinados.

Os principais aspectos que necessitaram de encaminhamento adequado são: a) espaçamento entrelinhas; b) paragrafação; c) margens; d) salvar arquivos, respeitando a nomenclatura oferecida; e) escrita de *e-mails*; f) anexar arquivo. Estes, quando não respeitados, tornam o trabalho de coleta moroso e suscetível ao erro, principalmente quando diversas turmas enviam redações, em pequenos intervalos de tempo.

Antes da impressão das redações com a escrita de comentários manuscritos ou com a correção pelo professor ou pelo aluno, tivemos que reorganizá-las, levando-se em consideração o espaçamento duplo, a paragrafação e as margens acordadas. Esta formatação adotada permitiu a visualização e a edição à mão com maior rapidez. Nas primeiras correções, não atentamos com maior acuidade para essa necessidade organizacional, o que gerou lentidão e desorganização no momento da inserção de palavras e da reescrita de parágrafos por conta da refacção. Como havia muitas observações feitas, os alunos tiveram dificuldades para a reescrita dos textos, que seria terminada em casa. Alguns mencionaram que, quando estavam reeditando suas redações, não conseguiam se lembrar das correções feitas e das palavras que teriam que reescrever, seja por falta de notações mais precisas seja por terem escrito sem respeitar as normas estruturais estabelecidas. Assim, começamos a enfatizar a importância dessas normas e, paralelamente, incentivá-los ao uso de estratégias de notação diferenciadas (canetas de cores distintas e notas de rodapé). Essas estratégias foram aplicadas, e, conforme o relato dos alunos, tornou-se mais eficiente o entendimento das notações de revisão feitas em sala.

Como tratado na seção de “metodologia de coleta”, os alunos foram instruídos, desde a primeira redação, a nomear os arquivos e salvá-los em formato “doc” (Microsoft

Office) e, posteriormente, em txt (texto sem formatação). Alguns alunos os entregaram em formato doc, ignorando a etapa de conversão, alegando esquecimento e o não conhecimento de como fazê-lo. Em uma aula de laboratório, instruímo-los a realizar o procedimento e ilustramos com uma apresentação em projetor o “passo-a-passo” da atividade. Nas entregas seguintes, 80% dos textos já se encontravam ajustados em termos de formatação interna e externa. Selecionamos os autores dos 20% que ainda não estavam adequados e oferecemos um tempo para sanar dúvidas.

A forma de nomear o arquivo havia sido estabelecida desde o primeiro dia de aula, no entanto, era a instrução que ainda não encontrava adesão por parte dos discentes. Nas primeiras redações, aproximadamente 90% dos alunos não enviaram os arquivos com os nomes acordados. Muitos escreviam apenas “redação1.doc” ou “redaçãosobreambiente.doc”. No final de 2012, a persistência de desvios (da forma previamente adotada) encontrava-se na faixa dos 30%, e em pelo menos três momentos distintos repassamos o formato que deveriam adotar.

Cabe dizer que o principal problema em relação à não adoção do padrão encontrava-se no fato de que há necessidade de abrir cada arquivo, verificar o tema proposto e, então, decidir a pasta na qual será salvo. A não entrega na data marcada também agravava essa situação, pois as datas de recepção estavam predefinidas para cada grupo. Dessa forma, além de verificar o tema, tínhamos que confirmar o curso (licenciatura ou bacharelado) do qual o aluno fazia parte, evitando, assim, salvar o arquivo na pasta de outro grupo.

A entrega de algumas redações fora de prazo, além de atrapalhar o arquivamento, como mencionado, gerou atrasos nos encaminhamentos em sala de aula.

Os alunos também apresentaram desconhecimento em relação aos dados (de remetente, assunto e identificação de turma) a serem oferecidos em uma mensagem eletrônica. Um dos casos mais comuns foi o envio de mensagens sem nenhuma indicação de assunto ou identificação, como, por exemplo, nome do aluno, turma e tema da redação: algumas eram bem sucintas, “Prof. Meu texto ae!”. Primeiramente, respondíamos o e-mail, solicitando maiores informações. Em ocasião oportuna, explicamos em sala de aula a formatação básica de um e-mail. Retornamos alguns deles sem arquivo anexo, ou com o texto digitado no corpo da mensagem, para que fossem readequados e reenviados.

Disposição à escrita e atendimento de prazos

Um dos fatores que devemos levar em consideração ao compilarmos um *corpus* de aprendiz é a disposição do aluno em cumprir as tarefas pedidas. Nada mais natural quando se trata de escrita. Sabemos que escrever um texto, argumentar e expor ideias de forma coerente e coesa é uma tarefa complexa e laboriosa, sujeita à ativação de conhecimentos prévios e dependente de repertório linguístico individualizado. Quando se trata de língua estrangeira, mais especificamente do espanhol, que guarda algumas similaridades (e inúmeras diferenças) com o português, o trabalho se torna intenso e dependente de disponibilidade de tempo extra para verificar as opções de expressão escrita mais adequadas.

Assim, o tópico “disponibilidade de tempo” foi o mais mencionado pelos alunos ao justificarem a não entrega. Pudemos constatar, após várias conversas, que trazem consigo uma visão de tempo distorcida e mais atrelada a conceitos puramente psicológicos,

isto é, dispõem de tempo, mas acabam, por falta de organização pessoal, postergando inúmeras atividades e entrando em um ciclo de ansiedade e frustração. Pequenos “surto” eclodem no momento em que há um prazo expirado ou cobrança pelo docente. Estas situações encontraram “terreno fértil” no momento em que fomos mais compreensíveis e flexíveis em relação às datas, ou seja, houve mais questionamentos e indagações sobre entrega, conteúdo, quantidade de palavras e necessidade de escrita. Alguns alunos começaram a argumentar que já escreviam na disciplina Prática de Tradução em Língua Espanhola e não precisariam escrever mais. Paralelamente a essa questão, chamou-nos atenção a ideia equivocada de que os textos são construídos de forma não laboriosa e sem necessidade de revisões.

Em determinada ocasião, quando devolvíamos os textos sublinhados, pudemos observar vários alunos dobrando a folha de papel e guardando dentro dos cadernos, com pouca atenção dada ao fato de que havia somente palavras sublinhadas e poucas inserções de correção. A partir desse momento, abrimos um espaço para discutir brevemente a concepção de construção de texto que acolham (para a Linguística, a noção de texto ainda está aberta). Pensavam em texto como um produto dependente do tempo e da disposição a escrever, uma concepção mercantilizada e individualista. A nota ainda aparecia como a motivação principal para a escrita.

Uma vez que, no início da coleta, por volta de 30% dos alunos não entregaram os textos pedidos ou entregaram com certo atraso, optamos por abrir um espaço maior em sala de aula para a conscientização sobre os benefícios da feitura dos textos e das discussões prévias dos temas propostos. Para tanto, empregamos vídeos, textos, discussões individualizadas e coletivas de forma mais intensa. Também explicamos os benefícios da escrita quinzenal, o *feedback* pontual do professor, acompanhando o desenvolvimento individual do aluno e oferecendo aulas com base nas dificuldades mais frequentes.

Na discussão em sala de aula, outras questões foram incluídas: a consulta a fontes externas; o repertório; a criação de rascunhos; o tempo de consulta e de elaboração da redação, e a releitura. Começamos a enfatizar também o conceito de escrita da redação como um processo de estabelecimento de vínculo duradouro. O texto (durante e após a escrita) torna-se parte integrante do desenvolvimento pedagógico do aluno. Continua como instrumento de mudança e de aprendizagem ao oferecer uma janela para verificação do *status quo*, ou seja, em que estágio de desenvolvimento da escrita o discente se encontra. Essa mudança de paradigma foi conseguida por meio de discussões e da instituição de um portfólio. Foram oferecidas algumas pastas (etiquetadas e identificadas com o nome do aluno e a turma) para que as redações fossem arquivadas e consultadas com maior rapidez. Além da consulta, o aluno iria escolher uma delas, no final do ano, para ser lida na sala e receber uma nota. Todo o portfólio, por sua vez, seria avaliado em termos de organização e de assiduidade na guarda dos textos. Nota-se que há um equilíbrio entre a conscientização da necessidade de valorização da escrita em prol do desenvolvimento do educando e a elaboração de instrumentos de controle avaliativos.

No final de 2012, por volta de 10% dos alunos continuavam não entregando as redações. As explicações mais comuns foram: a) falta de tempo; b) não estar presente no dia da discussão do tópico e da apresentação de material audiovisual; c) esquecimento e pedido de novo prazo e d) silêncio. Algumas redações também não atingiram o número mínimo de palavras estabelecido, sendo devolvidas e reescritas pelo aluno, a partir de algumas notações indicando os tópicos que poderiam ser mais bem desenvolvidos.

Explicitações constantes sobre o número mínimo de palavras, avisos sobre as datas previstas para a entrega e a introdução do portfólio foram suficientes para mitigar os problemas relatados.

A estruturação do texto, o uso de dicionários e encaminhamentos

Nosso intuito, ao propor a coleta do *corpus* de aprendiz, além de descrever o léxico mais frequente, foi oferecer subsídios para que os alunos melhorassem a produção escrita em língua espanhola. Assim, mantivemos um diário, com notações qualitativas, indicando o nome dos alunos e os parágrafos que necessitavam de revisão. Em sala, após a correção de cada tema proposto, apresentávamos um resumo qualitativo de todas as redações. Cada aluno recebia a sua redação com indicações (sublinhados para pesquisa posterior), inserções ou comentários.

Dessa forma, logo nos primeiros textos entregues, começamos a perceber a necessidade de introdução de conteúdo relacionado à estruturação das redações: noções sobre parágrafo, parágrafo de transição, encadeamento lógico e progressão de ideias. O excerto 1, a seguir, retirado de uma redação¹ sobre o meio ambiente, ilustra nossa colocação:

El ser humano es un mamífero, que como todos los otros, posee un alto nivel de complejidad, pues cada órgano tiene interrelaciones con los otros sistemas. Sin duda, el ser humano es el animal más distinto de toda la naturaleza, pero aun así, el hombre continua siendo una obra de la naturaleza, aunque algunos no aceptan esto.

El medio ambiente, criado para nuestro uso, pero la globalización, la ambición del hombre ha colocado todo a perder. El buraco en la capa de ozono, las quemadas, el efecto estufa entre otros contribuyen con las causas de la autodestrucción humana. (Excerto 1 - redação 13 - sobre o meio ambiente – aluno do segundo ano)

No primeiro parágrafo (introdutório), o aluno começa a discorrer sobre a complexidade do ser humano e, de modo vago, menciona que cada órgão estabelece relações com outros sistemas (quais?). Na sequência, observa-se uma contradição, pois fora mencionado, primeiramente, que o homem é mais um animal entre os mamíferos e, posteriormente, nega-se tal fato, afirmando sua singularidade (é o animal mais diferente da natureza). Não há conexão entre o primeiro parágrafo e o segundo. Neste, observamos vários tópicos relacionados ao meio ambiente, porém, dispersos e não retomados no restante da redação. Há mais uma incoerência no final do segundo parágrafo: a ideia de que a “autodestruição humana” possa ser causada por uma fonte externa. Talvez a “autodestruição da espécie humana”, por fatores criados por ela mesma, seria uma colocação menos problemática. Podemos destacar algumas questões lexicais que foram pesquisadas e encaminhadas, por meio de anotações, ao aluno. Uma delas se refere ao uso da expressão *continúa siendo*, que, além de transmitir uma ideia de que o homem não deveria fazer parte da natureza e, em algum momento, deixará de fazer, não é tão comum quanto *sigue siendo*. A primeira forma registra aproximadamente 600 casos no *Corpus de Referencia del Español Actual* (CREA), e a segunda, 4.186 ocorrências. Na web, o uso mais frequente é de *sigue siendo*

¹ Apresentamos o primeiro e o segundo parágrafos de uma redação sobre a destruição do meio ambiente provocada pela ação humana. Os alunos assistiram a vídeos, leram textos e discutiram em sala de aula algumas questões pontuais sobre o assunto. O texto encontra-se sem correções.

(24 milhões de ocorrências) em comparação com *continúa siendo* (3 milhões). Em língua portuguesa, há inversão da preferência de uso, “continua sendo” registra 3,2 milhões de usos, e “segue sendo”, 400 mil.

Entre outras questões destacadas no texto, também podemos comentar o uso de *colocando todo a perder*. Nesse caso específico, instruímos o aluno a exemplificar o que seria perdido e a levar em consideração o uso desta expressão em seu texto. Primeiro, pedimos que fosse consultado o verbo “colocar” em dicionários espanhóis monolíngues, devido ao fato de o aluno ter mencionado o uso de um dicionário bilíngue. Os resultados apresentados foram, resumidamente:

- (01) Colocar algo em um lugar que lhe corresponda. (*Colocar el libro en el estante, los puntos sobre las íes*).
- (02) Lançar coisas (*Colocó la bala en el mismo centro*).
- (03) Fazer com que determinada coisa, pessoa, etc. assumira certa posição. (*Coloca la cabeza alta*).
- (04) Proporcionar um emprego ou uma colocação profissional a alguém. (*ha colocado las tres hijas*).
- (05) Com *bien* ou advérbio correspondente (transitivo) casar alguém. (*ha colocado bien a las tres hijas*).
- (06) Fazer com que alguém escute uma história chata. (*te colocará el cuento de siempre*).
- (07) Produzir (uma droga) efeitos alucinatórios em alguém. (*opio y marihuana son drogas que colocan*).

Sugerimos, em seguida, que se pesquisasse (no CREA e na web) o uso das expressões: *colocando todo a perder*, *colocar todo a perder*, *poniendo todo a perder*, *poner todo a perder*, *echando todo a perder* e *echar todo a perder*.

Os resultados foram:

Tabela 1. Busca do uso das expressões com o colocado *todo a perder*

<i>cluster</i>	CREA – número de ocorrências	Web – número de ocorrências
<i>colocando todo a perder</i>	Nenhuma	Nenhuma
<i>colocar todo a perder</i>	Nenhuma	15
<i>poniendo todo a perder</i>	Nenhuma	4
<i>poner todo a perder</i>	Nenhuma	31
<i>echando todo a perder</i>	Nenhuma	120 mil
<i> echar todo a perder</i>	3	263 mil

Verifica-se, por meio da Tabela 1, que há preferência pelo verbo *echar* na construção analisada, e que o uso feito pelo aluno do verbo “colocar” não encontra nenhuma ocorrência nos *corpora* de apoio pesquisados.

Além dessas duas expressões apresentadas, o aluno foi convidado a buscar as diferenças (ou a existência) de outras expressões de seu texto, como, por exemplo: a) *efecto*

invernadero x efecto estufa, b) buraco en la capa de ozono x agujero en capa de ozono, c) tienen interrelaciones x establecen inter-relaciones.

Por meio dos dados levantados, houve conscientização dos alunos sobre a importância do uso de dicionários bilíngues e monolíngues. A turma comentou que, muitas vezes, utilizava o bilíngue por ser “mais prático”, esquecendo-se de verificar nos monolíngues e na web (ou no CREA) as possibilidades de usos mais frequentes. Outro aspecto comum é – ao efetuarem buscas nestas obras – selecionarem a primeira definição do verbete, sem preocupação com as diversas acepções apresentadas. A questão do tempo “longo” de leitura de entradas, aliada à concepção equivocada de que deter-se nelas não seja tão importante, pode contribuir para o emprego impreciso do léxico. Nesse sentido, começamos a romper com essa prática com exemplos de usos não frequentes, baseados no *corpus* coletado. Os exemplos evidenciam precipitações na hora de consulta, pois, muitas vezes, a primeira definição é empregada, sem maiores preocupações com o contexto.

Cabe salientar que, de modo análogo, o mesmo procedimento de busca solicitado ao aluno, autor do excerto, foi empregado sistematicamente em outras redações das turmas.

Observações finais

As dificuldades enfrentadas ao longo do processo de coleta do *corpus* propiciaram momentos de reorganização do plano inicial de compilação e de elaboração de estratégias de ensino mais abrangentes e atentas às necessidades dos estudantes dos cursos de Letras (licenciatura e bacharelado). Incluímos, com mais frequência, aulas sobre a organização textual, o uso de ferramentas computacionais, as formas de notação e de refacção textual, fazendo uso da língua meta, ou seja, passamos a oferecer conteúdo específico (técnico), por meio da LE.

Nesse sentido, atrelar a pesquisa à verificação das injunções educacionais locais, sistematizando as dificuldades pontuais (em termos de conhecimento do aluno sobre texto escrito, tecnologia e comportamento diante de prazos) e buscando a aprendizagem efetiva do discente, foi salutar. O espaço criado serviu para ampliar consideravelmente a abrangência do processo pedagógico. Os alunos começaram a assumir comportamentos mais eficientes e eficazes em termos de organização pessoal, os prazos passaram a ser respeitados, uma vez que houve compreensão profunda a respeito dos benefícios do texto escrito no processo de aprendizagem/aquisição de LE. Anteriormente, eles equacionavam (precarosamente) a feitura do texto ao recebimento de nota, sem qualquer explicitação de questões pedagógicas subjacentes ou dos benefícios advindos de tal procedimento.

No que tange à manutenção dos comportamentos e das novas atitudes citadas, cabe dizer que a repetição das instruções, por parte do docente, conferiu maior estabilidade aos processos envolvidos na coleta e na refacção dos textos.

Por fim, esperamos que as colocações apresentadas neste artigo possam ser úteis aos pesquisadores que venham a trabalhar com *corpus* de aprendizes.

REFERÊNCIAS

- BAKER, M. Corpora in Translation Studies: an Overview and Some Suggestions for Future Research. *Target*, Amsterdam, v. 7, n. 2, p. 223-243, 1995.
- BERBER SARDINHA, A. P. A influência do tamanho do corpus de referência na obtenção de palavras-chave. *DIRECT Papers*, 38; São Paulo: PUC/SP, 1999. Disponível em: <<http://sites.uol.com.br/tony4/homepage.html>>. Acesso em: 24 jun. 2005.
- _____. *Linguística de corpus*. São Paulo: Manole, 2004.
- CINTRÃO, H. Um corpus de tradução no par português-espanhol. *Tradução e Comunicação*, São Paulo, n. 18, p. 131-144, 2009.
- GRANGER, S. *Computer Learner Corpora, Second Language Acquisition and Foreign Language Teaching*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2002.
- LAVID, J. *Lenguaje y nuevas tecnologías: nuevas perspectivas, métodos y herramientas para el lingüista del siglo XXI*. Madrid: Cátedra, 2005.
- PETCH-TYSON, S. Writer/reader visibility in EFL written discourse. In: GRANGER, S. (Org.). *Learner English on Computer*. Nova York: Longman, 1998. p. 107-118.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Corpus de Referencia del Español Actual (CREA)*. 2012. Disponível em: <<http://corpus.rae.es/creanet.html>>. Acesso em: 8 jul. 2012.
- ROCHA, C. F. O léxico em textos de aprendizes de língua espanhola: um estudo descritivo pautado na linguística de corpus como subsídio para o ensino. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 1, n. 40, p. 284-300, 2013.
- SÁNCHEZ, A. Definición e historia de los corpus. In: SÁNCHEZ, A. et al. (Org.). *Cumbre: Corpus lingüístico del Español contemporáneo*. Madrid: SGEL, 1995. p. 7-24.
- SOTO BALBÁS, M. *Análise de erros, baseada na Linguística de Corpus, da escrita de aprendizes brasileiros universitários de Espanhol como Língua Estrangeira*. 2003. 128f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo.

Predicados apropriados e linguística de *corpus*: “peneirando” equivalentes do francês para português

(Appropriate predicates and Corpus Linguistics:
“sieving” equivalents from French to Portuguese)

Renata Maria Odorissio¹

¹ Programa de Pós-Graduação em Linguística – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

renata.odorissio@gmail.com

Abstract: This research presents the construction and application of a hybrid methodology, built to improve on the selection of equivalent terms used in the corpus of French and Portuguese recipes. We present how the method was built, its application and some results of this experimental study: there are twenty verb-operators extracted from significant predicates to the area of knowledge, in this case the French and Brazilian cuisine. The equivalence level of the selected terms is defined in three categories: total, partial and non-equivalence.

Keywords: corpus linguistics; appropriate sentences; equivalence; cuisine; French; Portuguese.

Resumo: Este artigo apresenta a construção e o emprego de uma metodologia híbrida, construída com a finalidade de prover maior rigor na seleção de equivalentes em *corpus* de receitas culinárias em francês e português. Mostramos como o método foi elaborado, teve sua aplicação e alguns resultados obtidos a partir de um estudo de caso: vinte verbos operadores, inseridos em predicados significativos para a área de especialidade. As equivalências obtidas são de três níveis: total, parcial e não equivalência.

Palavras-chave: Linguística de *corpus*; predicado apropriado; equivalência; culinária; francês, português.

Construindo uma metodologia híbrida: observacional e experimental

De acordo com Gaston Gross (1994), classes de objeto são agrupamentos de unidades lexicais que compartilham um mesmo macrotraço semântico e que operam na definição semântica do verbo – operador – ao nível da frase. Nessa abordagem, o predicado é o resultado de um processo seletivo, como demonstrou Harris (1988) ao tratar das noções de regularidade e probabilidade dos predicados, as mesmas herdadas pelos teóricos da Léxico-Gramática.

A visão tradicional de que a sintaxe assume o papel de arranjador da frase elementar, composta por *sujeito-verbo-complemento* (GROSS, G., 1994),¹ não se sustenta na Léxico-Gramática pelo fato de haver maior probabilidade de ocorrência entre determinados elementos lexicais, e menor probabilidade entre outros: há maior probabilidade de ocor-

¹ O modelo de classes de objeto é uma teoria descritiva lexicalista, cujo objetivo é produzir uma descrição exaustiva e sistemática das línguas. Primeiramente agrupam-se as unidades linguísticas de uma língua com base em propriedades comuns e, posteriormente, analisa-se o funcionamento dessas unidades ao nível do predicado. Tal método leva em conta o aspecto polissêmico a partir da noção de uso da língua. A unidade mínima de descrição é o predicado (a frase, em primeira instância), no qual a palavra ganha estabilidade semântica. (GROSS, G. 1994; GROSS, M. 1981).

rer efetivamente na língua um predicado do tipo “fritar peixe” do que “fritar avião”, ainda que “peixe” e “avião” tenham sintaticamente a mesma função no predicado.

Com base nesse critério de seleção implícito à frase, é possível selecionar predicados que sejam significativos ao domínio. A partir dessa noção de predicados apropriados, vemos como o operador <comer> tem como complementação mais regular – probabilidade – um argumento da classe – ou hiperclasse – <alimento>, ou, ainda, como o operador <dissolver> também pode associar-se a argumentos da classe <alimento>, e, mais especificamente, a um subgrupo de argumentos com uma característica relevante: alimentos em pó, ou, para nosso trabalho, da classe <alim.pó>.

Por meio dessa observação das ocorrências, elegemos as classes de objeto em que alocamos os argumentos extraídos das ocorrências e os contrastamos com predicados da mesma natureza da língua de chegada. Partindo da associação, comprovada no *corpus*, de um operador ao seu argumento, verificamos se essa seleção também ocorre na língua de chegada, validando, assim, tanto a descrição dicionarizada quanto a equivalência baseada nas classes de objeto. Esse procedimento é válido na medida em que a frase passa a ser a unidade mínima de significação, embora destacada do contexto, e seus elementos ganham estabilidade graças a esse arranjo seletivo (GROSS, M., 1981; GROSS, G., 1994).

Gaston Gross (1994) nos oferece um esboço dessa ideia no momento em que usou frases do francês traduzidas para o alemão para enfatizar a importância de se verificar a relação operador/argumento como modo de se obter estabilidade no sentido dos elementos da frase. Esse modelo de descrição linguística, que concebe a frase como unidade mínima de significação completa e estável, intitula-se Classes de Objeto (CO). Com base nos estudos de Gaston Gross e nos preceitos da linguística de *corpus* (BERBER SARDINHA, 2004), buscamos atribuir maior precisão à elaboração de equivalências, que, tradicionalmente, se pautam pela comparação de definições dicionarizadas (BEJOINT; THOIRON, 1996), dando maior visibilidade e a precisão aos equivalentes selecionados.

Tomemos os exemplos com o verbo “*essuyer*”, dados por Gaston Gross (1994, p. 17), quando da tradução para o alemão:

(01) *Paul a essuyé les assiettes ~ Paul hat das Geschirr abgetrocknet.*

(02) *Paul a essuyé le buffet. ~ Paul hat die Anrichte abgestaubt.*

(03) *Paul a essuyé la tache. ~ Paul hat den Fleck ausgewischen*

Em alemão, assim como em português, o verbo “*essuyer*” associa-se a diferentes significados, como o de “*enxugar*”, “*secar*” ou “*limpar*” e, mesmo, “*tirar*”, dependendo do argumento que o complementa. Isso produziria, em português, o equivalente a:

(04) Paul enxugou/secou os pratos.

(05) Paul limpou o buffet.

(06) Paul tirou a mancha.

Essas análises ilustrativas serviram de ponto de partida para nosso objetivo central: a busca por equivalências entre predicados apropriados de línguas diferentes, extraídos de *corpus* de receitas em francês e português, como demonstraremos adiante.

Seleção dos predicados apropriados do Corpus FR

A primeira triagem foi fundamental, pois possibilitou a visualização dos predicados, das ocorrências e da frequência dos operadores do Corpus FR². Por essa razão, optamos por fazer uma “varredura” semiautomática com a ferramenta automática Unitex,³ seu frequenciador e seus grafos para extrair todos os verbos presentes no *corpus*. Usando o grafo <V>, recuperam-se todas as ocorrências de verbos.

Foram listados 505 verbos candidatos à análise e busca de equivalentes, dentre eles havia verbo-suporte, verbo auxiliar, verbo modal e os operadores de valor lexical que nos interessavam – esses últimos em maior número. Dos 505 verbos compilados, sorteamos vinte para análise. São eles:

Quadro 1: Lista dos verbos extraídos do Corpus FR

arroser	mélanger	Couvrir	mettre
déchiqueter	napper	Dénoyer	parsemer
dissoudre	petrir	Équeuter	piler
enlever	poivrer	Mariner	réduire
fariner	réhydrater	Habiller	saupoudrer

O único caso não designativo de procedimento culinário é o operador <mettre>. Entretanto, optamos por investigar seu potencial de seleção de predicados e visualizar quais classes de objetos seus argumentos comporiam.

A análise dos predicados e tipos de equivalência

Sorteados os vinte verbos da amostra, passamos à etapa seguinte: o levantamento das definições nos dicionários. Para a língua francesa, utilizamos o dicionário automático *Le Tresor de la Langue Française Informatisé* (TLFi)⁴ e, para o português, o *Dicionário de Usos do Português* (DUP).

As definições dos vinte verbos, coletadas do TLFi e copiadas em fichas terminológicas, contêm também dados quantitativos dos argumentos associados aos operadores, como frequência e porcentagem das ocorrências. Pesquisamos nos verbetes as definições relativas ou mais próximas do universo culinário quando não havia a referência do domínio na entrada. Esse procedimento foi realizado para cada um dos verbos extraídos do *corpus* e selecionados para estudo dos predicados ou das ocorrências.

Feito o recorte das definições incluídas nas fichas terminológicas, e devidamente traduzidas no caso daquelas advindas do TLFi, iniciamos o recolhimento de dados do *corpus* por meio do concordanciador do Unitex. Previamente à inserção nas fichas terminológicas,

2 Corpus FR: *corpus* produzido por procedimentos semiautomáticos, composto por textos de receitas culinárias extraídas de três *sites* (<www.linternaute.com/femmes/cuisine>, <www.marmiton.org>, <www.saveursdumonde.net>), de 192.175 *types* e 451.762 *tokens*.

3 Para obter informações sobre o processador de língua natural, o Unitex, acessar: <<http://www-igm.univ-mlv.fr/~unitex/>>. Acesso em: 13 out. 2013.

4 O TLF é um dicionário enciclopédico composto por 16 volumes e um suplemento. Seu conteúdo em versão automática (TLFi) pode ser acessado na Web pelo link <<http://atilf.atilf.fr/>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

os dados coletados foram organizados em tabelas no aplicativo Excel, como ilustramos com a Figura 1, com a ficha do verbo “*arrosar*” como exemplo:

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
1	ARROSER	Argumento N1	CO N1	Argumento N2	CO N2	Exemplos de ocorrência									
2															
3	Frequência 155	agneau	ave	jus de jambon	bebida	(-) faire revenir quelques minutes en détachant la viande à la fourchette. Arroser avec un peu de vin blanc.									
4		agneau (quartier)	der.leite	beurre	liq.gord	(-) retourner les brochettes une ou deux fois. Avant de servir, arroser avec le restant de marinade.									
5		ananas	fruta	beurre à la truffe	liq.salg	Accompagné d'une bonne petite salade, des tomates cerises, le tout arrosé d'une bonne vinaigrette.									
6	Porcentagem	ananas (tranche)	massa	beurre de cuisson	liq.acido	Accompagné d'une petite salade d'herbes fraîches et arrosée d'huile d'olive.									
7	0,034 %	subergine + riz	part.animal	beurre fondu	prep.docce	Ajouter la viande cuite sur cela et arroser d'une couche de sauce.									
8		avocat	part.vegetal	bière		ajouter quelques petites pommes de terre nouvelles qui seront délicieuses arrosées avec l'émulsion.									
9		avocat (la chair)	peixe	bouillon		Après avoir nettoyé le poisson, l'arroser de jus de citron (-)									
10		banane	prato	bouillon de volaille		Arroser avec 6 cuillères à soupe d'huile d'olive.									
11		biscuit	der.carne	bouillon de volaille		arroser de jus de citron									
12		boeuf	folha	calvados		Arroser légèrement le tout préalablement chauffé.									
13		boeuf - lardon	sobremesa	caramel parfumé + sirop		Démouler le gâteau tiède, saupoudrer légèrement de sucre en poudre avant de l'arroser avec le calvados ou le rhum									
14		brochette de cubes de viande	vegetal	chocolat (mélange)		Déposer 2 cuillères sur chaque assiette sur un lit de feuilles de basilic. Arroser légèrement de jus de citron.									
15		brownie	fruto.mar	cidre		déposer chaque truite dans l'assiette; arroser de beurre fondu									
16		cabillaud + légumes	farinaceo	cidre + Calvados		déposer la truite et laisser blondir 6 minutes (-); arroser avec le jus d'un citron									
17		caille		citron (jus)		Déposer le dindon dans une rôtissoire et badigeonner de beurre. (-) Arroser du jus de cuisson aux 20 à 30 minutes (-)									
18		cake à l'ananas		citron + ananas (jus)		Déposer les 2 escalopes sur la tartin; arroser de sauce									
19		canard (magret)		citron vert		verser l'émulsion dans une saucière et apporter à la table; ouvrir les papillotes et arroser au goût.									
20		carpaccio		coco (jus)											
21		carré d'agneau		crème liquide											
22		céleri-rave + oignon		eau (verre)											
23		champignon		émulsion											
24		chou		garniture au chocolat											
25		condiment à la tomate		huile (cuillérée)											
26		courgette		huile (filet)											
27		crêpe		huile d'arachide											
28		crevettes		huile de pistache (filet)											
29		cuisse de poulet		huile de sésame											
30		daurade (filet)		huile d'olive (filet)											
31		dinde		huile d'olive à la menthe											
32		dindon		jus											
33		endive		jus basquaise											

Figura 1: Argumentos e classes de objeto dos operadores <arrosar>, <regar> e <molhar>

A título de esclarecimento, N0 corresponde ao argumento (complemento do verbo) que se omitiu da planilha por ser o único da classe <N.hum>, isto é, um agente humano. Para N1 e N2 encontramos argumentos associados ao léxico da culinária – ingredientes, alimentos e utensílios culinários ou de preparação.

Dessa forma, procedemos com a análise do material pesquisado no *corpus* e nos dicionários. Replicamos o procedimento com cada novo operador investigado.

Equivalência total, parcial e não equivalência

Antes de citar exemplos das análises realizadas, faz-se necessário entender os conceitos de equivalência empregados no estudo. Teixeira (2008, p. 336) descreve o *primeiro nível de equivalência*, em que se enquadram os casos cujo equivalente é consagrado e identificado pelo uso e ao qual não há necessidade de adição de informação no verbete do dicionário. Trata-se de *equivalência total*. No *segundo nível de equivalência*, tem-se a *equivalência parcial*, cuja unidade de tradução especializada formada por lexia simples ou composta, ou mesmo por uma expressão fixa, necessita de uma complementação, ou seja, de acréscimo de informação, ou mesmo de omissão de informação no verbete para que seja cumprida sua função de equivalente no texto da língua de chegada. E, finalmente, o *terceiro nível de equivalência*, o da *não equivalência*, como o próprio termo diz, não permite a transposição do sentido num termo da língua de chegada por não haver correspondente próximo ou idêntico no código linguístico convencional da cultura receptora do termo.

Análises e resultados

Equivalência total: o operador “*mélanger*”

Esse operador apresenta alta frequência e grande diversidade de CO selecionadas.

No Corpus FR, restaram 1.081 ocorrências com <mélanger> depois de subtraídas 355 ocorrências que continham <N> <mélange> considerado como verbo. Na ficha terminológica 1, temos:

Ficha Terminológica 1: Verbo “*mélanger*”

MÉLANGER	
Definição	Tradução
Mettre ensemble, de manière à obtenir un tout (homogène); <i>en partic.</i> , mêler, unir dans certaines proportions et dans un but déterminé. <i>Mélanger qqc. à/de (plus rare)/ avec/et qqc. Mélanger la farine avec les oeufs; mélanger intimement le tout.</i>	Colocar junto de modo a obter um todo (homogêneo); em partic., mexer unir em certas proporções e com um objetivo específico. Misturar alguma coisa a/com/e qualquer coisa. Misturar a farinha com os ovos; misturar tudo delicadamente.
Misturar	
Def. DUP p. 1047. Juntar, mesclar, unir. Pôr, colocar.	

Confirmando o conteúdo do verbete, no Corpus FR encontramos predicados com N1, que representa um todo ou um grupo amplo de itens de uma hiperclasse, digamos, a CO <ingredientes>:

- (07) *mélanger tous les ingrédients*: <mélanger> <ingrédient>
misturar todos os ingredientes.
- (08) *mélanger tous les assaisonnements*: <mélanger> <assaisonnement>
misturar todos os temperos.
- (09) *mélanger les 6 premiers ingrédients*: <mélanger> <ingrédient>
misturar os 6 primeiros ingredientes.

A CO <ingrediente> na verdade representa uma classe que incorpora todos os argumentos, exceto a CO <utensílio>, que nesse caso cumpre a função de locativo inserido como N2 no predicado (“*mélanger au fouet, au mixeur*”, ou seja, “misturar/mexer/bater com o *fouet* ou no liquidificador”).

Existem casos em que esse operador está associado a um segundo predicado que o modifica em termos de intensidade ou de continuidade da ação, mas não afeta significativamente a seleção por equivalentes.

Observemos as ocorrências:

- (10) *Mélanger régulièrement pour que les pommes ne brûlent pas.*
Misturar continuamente para que as maçãs não queimem.

- (11) *Mélanger délicatement.*
Misturar delicadamente.
- (12) *Mélanger jusqu'à ce que la préparation soit homogène.*
Misturar até que a preparação fique homogenia.
- (13) *Mélanger pour obtenir une pâte assez consistante.*
Misturar para obter uma massa bem consistente.

Ao efetuar a busca no Corpus PT⁵ pelo operador <misturar>, obtivemos uma frequência de 9.188 ocorrências no total, o que equivale a uma porcentagem de 0,257%. Assim como no Corpus FR, as ocorrências apresentaram inúmeros casos em que o substantivo <mistura> foi apresentado como verbo flexionado. Citamos abaixo algumas seleções que o operador <misturar> realiza:

- (14) À parte prepare uma calda misturando 1 litro de água com o açúcar.
- (15) Misturar a manteiga derretida com o conhaque e besuntar.
- (16) Picar a polpa, misturando com a cebola, o alho, o alecrim, o sal e a pimenta.
- (17) Torrar rapidamente a amêndoa e socar até obter um farelo fino. Misturar com o açúcar, a canela e a água de flor de laranjeira.

A distinção existe quando temos <colher> da CO <utensílio> e <colher> da CO <un.medida>:

- (18) Regue com uma xícara de vinho branco misturada com 3 colheres de mel.
- (19) Adicione uma xícara de creme de leite misturado com 1 colher (sopa) de suco de limão.

Nesses casos, o verbo aparece preferencialmente na forma do particípio. Consideramos então que em *xícara de vinho branco misturada* e *mel misturado* não se trata de um adjetivo, como teríamos em *mel puro* ou *mel barato*. Existe uma estrutura predicativa implícita que, desmembrada, seria:

- (20) Regue com uma xícara de vinho branco que foi misturada a 3 colheres de mel.
- (21) Adicione uma xícara de creme de leite misturado a 1 colher de limão.

Estamos diante de uma estrutura de passivação embutida no predicado e, por isso, não há uma adjetivação, mas um nome – substantivo – que recebeu uma ação – *misturar* – realizada por um agente (omitido). Esse tipo de predicado também aparece no Corpus FR:

5 Corpus PT: trata-se do *corpus* de consulta que integra um projeto maior, o COMET. Nesse projeto, estão inseridos *corpus* de três naturezas: técnico-científica, o CorTec; ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras, o CoMAprend; e tradução, o CorTrad. O *corpus* de culinária pode ser acessado para consulta em ConTrad, que contém atualmente um total de 1.420.765 *tokens* e 14.612 *types* (TEIXEIRA, 2008).

(22) *S'il reste des morceaux de beurre mal mélangés, cela n'a aucun inconvénient.*

Se sobrar pedaços de manteiga mal misturados, isso não é nenhum problema.

(23) *Faire fondre le chocolat avec le beurre et ajouter le sucre glace et le lait préalablement mélangés.*

Derreter o chocolate com a manteiga e acrescentar o açúcar de confeitiro e o leite previamente misturados.

(24) *Amener à ébullition l'eau et le lait mélangés.*

Levar ao fogo a água e o leite misturados.

No Corpus PT, é frequente ocorrer o predicado <misturar> <com> seguido de elementos da CO <ingrediente>. Nesse caso, associa-se a um utensílio ou com os argumentos <mão> ou <dedo>, ou ainda <ponta do dedo>, como nas ocorrências abaixo:

(25) Misturar tudo muito bem com a mão.

(26) Aos poucos adicione a farinha peneirada, misturando com as pontas dos dedos até obter uma massa lisa.

(27) [...] junte a farinha peneirada e misture com um batedor manual.

(28) Acrescente a farinha misturando com uma colher de pau [...].

(29) Acrescente os ingredientes secos com uma espumadeira ou uma espátula.

Outras ocorrências apresentam advérbios ou predicados adverbiais na função de argumento, porém, isso não ocorre de modo a interferir na seleção do equivalente:

(30) Junte as gemas, uma a uma, misturando bem.

(31) Deixe esfriar na própria assadeira misturando bem para não grudar.

E, finalmente, as ocorrências mais frequentes que apresentam o operador associado a uma sequência de argumentos da CO <ingrediente>:

(32) Prepare a cobertura misturando as gemas o café e a manteiga.

(33) Picar o queijo e o presunto em cubinhos, misturar com a margarina, o ovo e o açúcar de baunilha.

(34) Misturar o creme de leite e o conhaque.

Constatamos a *equivalência total* entre os verbos “*mélanger*” e “*misturar*”.

Equivalência parcial: o operador “*déchiqeueter*”

Déchiqeueter é um operador com pouca incidência no *corpus*. Há apenas sete frases, das quais extraímos os seguintes argumentos: <saugé> – <morue> – <saumon> – <foie gras> – <épinard>. Porém, no TLFi, as definições apresentam uma ideia de retalhar ou desfiar o alimento. A predominância da CO <peixe> nas sete ocorrências corrobora essa escolha.

Ficha Terminológica 2: Verbo “*déchiqúeter*”

DÉCHIQUETER	
Definição	Tradução
Taillader. <i>Son corps déchiqueté à coups de poignard</i> (BALZAC, 1835). [En parlant d'une étoffe, d'un vêtement] Faire des découpures ornementales, notamment des découpures allongées, des fentes. Mettre en menus morceaux, mettre en pièces. <i>On déchiquetait plus de cent mille francs d'étoffes pour les échantillons</i> (ZOLA, <i>Bonh. dames</i> , 1883, p. 763).	Talhar, retalhar. <i>Seu corpo retalhado a golpe de punhal</i> (BALZAC, 1835). [Em se tratando de um tecido, de uma roupa] Fazer cortes ornamentais, especialmente cortes alongados, fendas. Deixar em pedaços menores, em pequenas partes. <i>A gente retalhava mais de cem mil francos de tecido para as amostras</i> (ZOLA, 1883).
Desfiar	Talhar
Definição DUP, p. 483 Reduzir a fios, desfazer. Reduzir-se a fios.	Definição DUP, pág. 1514 1. Cortar em pedaços; fatar: faca elétrica para talhar melancia. 2. Dividir. 3. Fazer incisão; cortar. 10. Coagular, coalhar.

Partindo para o Corpus PT, foram realizadas buscas por <retalhar>, <talhar> e <desfiar>, e os dados recolhidos pelo concordanciador foram inseridos na seguinte tabela:

Tabela1: Operadores candidatos a equivalentes de “*déchiqúeter*”

OPERADORES	No. OCORRÊNCIAS	PORCENTAGEM
Desfiar	319	0,008%
Retalhar	0	0%
Talhar	29	+/- 0%

Pelas ocorrências, o operador <talhar> aparece associado a <leite> e a derivados de leite como <creme> <creme de leite>. Nos poucos casos em que há proximidade semântica entre <déchiqúeter> e <talhar>, o que se observa é uma construção com o verbo-suporte <dar>. Vejamos nos exemplos a seguir:

- (35) Com uma faca dar um talho em cada castanha.
- (36) Dar um talho no peixe com uma faca bem afiada.
- (37) Tirar do forno e dar um talho em cada lado do sonho para que não murchem.
- (38) Dar um talho na ponta de cada castanha.

No Corpus FR, apenas uma ocorrência com <vegetal> é notificada: “*ajouter les épinards grossièrement déchiquetés en prenant soin d'enlever la tige*” – em português: “acrescente os espinafres grosseiramente talhados”. Isso não invalida a equivalência com o <desfiar> no português.

É interessante observar que, no verbete do DUP, a primeira acepção refere-se justamente a “cortar em pedaços, fatar”, e a última acepção, de número 10, é a que associa o verbo ao complemento “*leite*”, justamente o primeiro que aparece nas ocorrências com <talhar> no Corpus PT.

Desfiar

Os argumentos de <desfiar> são na maioria da CO <carne> como <ave> <peixe>, e o único vegetal presente nas ocorrências é o palmito. O número percentual de ocorrências também é baixo, o que o aproxima em termos de uso de <déchiqúeter>, pois não há uma discrepância quantitativa significativa desses operadores em relação aos números percentuais do *corpus*, como é o caso de <talhar>. Esse dado favorece a escolha por <desfiar> como equivalente de <déchiqúeter>, tornando desnecessária a busca por outros possíveis equivalentes relativos a essas CO obtidas.

No Corpus PT, encontramos os objetos <palmito> e <pupunha> associados aos operadores <grelhar> <picar> <ferver> <assar>, assim como o predicado <cortar> <lascas>, que poderia corresponder a “*grossièrement déchiqúeté*” do francês. Entretanto, essa equivalência seria inapropriada em se tratando da subclasse <folha>, cujos operadores mais comuns são <picar> <refogar> <cozinhar> <aferventar> <congelar> <limpar> <lavar>, e essas buscas confirmam a inexistência da CO <folha> associada ao operador <desfiar>.

Nesse caso, para o glossário de culinária, como termo equivalente associado à CO <folha>, propomos <picar> e, em se tratando de vegetais fibrosos, <desfiar> comporia melhor a relação de equivalência.

Concluimos que aqui se trata de mais um caso de equivalência parcial em que dois equivalentes, “*desfiar*” e “*picar*”, respectivamente, integram o verbete do termo “*déchiqúeter*”.

Não equivalência: o operador “*dénoyauter*”

Resgatando o traço semântico desse verbo, temos que “*dé-noyau-ter*” se forma pelo prefixo “*dé*”, ou “*des*” – desfazer algo ou retroceder um processo, tirar, suprimir de algo, como em “*défaire*”, “*dégéler*”, “*deshydrater*”. Como raiz do verbo, temos “*noyau*”: caroço de fruta. Pelo verbete do TLFi, consta a seguinte definição:

Ficha Terminológica 3: Verbo “*dénoyauter*”

DÉNOYAUTER	
Definição	Tradução
Enlever le noyau d'un fruit. <i>Dénoyauter des cerises. Des noix à décortiquer, des prunes à dénoyauter</i> (BEAUVOIR, 1958).	Tirar o caroço de um(a) frut(a). <i>Tirar o caroço* das cerejas. Nozes para tirar a casca, ameixas para tirar o caroço.</i>

*Não há verbete para *desencaroçar* no DUP.

Nossa primeira busca por candidato a equivalente foi por <desencaroçar>, mas não houve ocorrência com esse operador. As buscas sequenciais foram feitas por <caroço>, e obtivemos a frequência de 258 (0,007%) com esse argumento: a grande maioria das ocorrências apresentava “sem caroço” como adjunto: “*azeitona sem caroço*”, “*ameixa sem caroço*”, “*uva passa preta sem caroço*”, “*melancia sem caroço*” etc.

Os poucos predicados do Corpus PT por complementação direta foram:

(39) Tire a casca e o caroço do abacate.

- (40) Retire a casca e o caroço do abacate e corte a polpa em tiras.
- (41) Descasque e tire o caroço das mangas.
- (42) Descasque os pêssegos e retire os caroços.
- (43) Com uma faca afiada corte a parte de cima de cada tâmara e retire cuidadosamente o caroço.
- (44) Bata a acerola no liquidificador com ½ xícara (chá) de água o suficiente para separar a polpa do caroço.
- (45) Solte os gomos seguindo as divisões de pele, descarte os caroços e coloque numa tigela.
- (46) Cubra com uma parte da água e bata até soltar os caroços.

A associação dos operadores <tirar> <retirar> <separar> com os argumentos <caroço> <semente> e a inexistência de um único operador que apresente as características semânticas de “*dénoyauter*” apontam para os predicados: “*separar ou retirar ou tirar caroço, folhas, caules (de + vegetal)*”. Vemos que se trata de um caso de *não equivalência*.

Considerações finais

As análises apresentadas revelaram que o estudo quantitativo dos operadores e de seus argumentos – portanto da propriedade definitória do predicado – traz informações muito importantes para a lexicografia bilíngue. Em termos de traços semânticos definitórios das unidades lexicais, assim como de visibilidade da hierarquia dos termos equivalentes concorrentes, pode-se constatar que as análises estatísticas em *corpus* amplificam os dados linguísticos, reduzindo a possibilidade de lacunas significativas.

Devemos atribuir essa melhoria na percepção dos eventos linguísticos ao nível do predicado ao modelo de classes de objeto e, ao nível do uso e da frequência de uso, à linguística de *corpus* como abordagem científica e suas ferramentas computacionais.

Esse aparato metodológico permitiu visualizar a preferência por determinados termos concorrentes em detrimento de outros, provendo o linguista de mais dados empíricos liberando-o de ter de recorrer às suas impressões íntimas e, portanto, subjetivas, sobre esses casos. Com essa contabilidade dos predicados apropriados, pudemos elencar a ordem dos equivalentes concorrentes no verbete.

Da amostra de verbos, chegamos a um grupo de sete verbos com equivalência parcial, três casos de não equivalência, um único verbo (*habiller*) que não apresentou nenhuma ocorrência de termo equivalente no *corpus* do português e nove verbos com equivalência total. Esses dados são surpreendentes, considerando que, a partir de nossas leituras, havia uma expectativa de obtenção maior de casos de equivalência parcial, o que não se comprovou.

Além desse estudo observacional sobre os predicados apropriados, constatamos a necessidade de se empregar os recursos da lexicografia tradicional, isto é, o suporte dos materiais de referência, mesmo que a pesquisa seja rigorosa no quesito quantitativo das

análises. Em nossa pesquisa, percebemos que, num determinado momento das coletas de dados, as definições dicionarizadas seriam um ponto de apoio importante na construção dos equivalentes.

A metodologia que se inaugurou nesta pesquisa, como resultado de um diálogo multidisciplinar entre modelos experimentais e teóricos, parece-nos viável e é recomendável que ela seja replicada em domínios de especialidade. Pensando na língua natural, uma descrição detalhada e exaustiva como a que realizamos pode exigir um dispêndio de tempo pouco favorável às metas de conclusão do trabalho. Além dessa ressalva, o modelo de classes de Gaston Gross trata da seleção das unidades lexicais exclusivamente pela ótica do predicado. Na medida em que se parte somente da referência de predicado, ou seja, unidades lexicais verbais, os fenômenos relativos às unidades lexicais nominais podem ser ofuscadas.

Pode-se concluir, então, que, em termos de predicados significativos para determinado domínio, o modelo de classes é uma ferramenta aplicável e fecunda, como constatamos em nossas investigações no campo da culinária.

REFERÊNCIAS

BÉJOINT, Henri; THOIRON, Philippe. (Org.). *Les Dictionnaires Bilingues*. Louvain la Neuve: Duculot, 1996.

BERBER SARDINHA, T. *Linguística de corpus*. Barueri: Manole. 2004.

BORBA, Francisco S. *Dicionário de Usos do Português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

GROSS, Gaston. Classes d'objet et descriptions des verbes. *Langages*, n. 115, p. 15-30, 1994.

GROSS, Maurice. Les bases empiriques de la notion de prédicat sémantique. *Langages*, n. 63, p. 7-52, 1981.

LAPORTE, E. *Exemples attestés et exemples construits dans la pratique du lexique-grammaire*. Paris: França, 2007. Disponível em: <<http://hal.archives-ouvertes.fr/docs/00/35/26/95/PDF/ObsManipLexGram.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

LE PESANT, Denis; MATHIEU-COLAS, Michel. Introduction aux classes d'objets. *Langages*, n. 131, p. 6-33, 1998.

PAUMIER, Sébastien. *Unitex user manual*. Marne-la-Vallée: Universidade de Marne-la-Vallée, 2002. Disponível em: <<http://www-igm.univ-mlv.fr/~unitex>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

TEIXEIRA, Elisa Duarte. *A linguística de corpus a serviço do tradutor: proposta de um dicionário de culinária voltado para a produção textual*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Saussure entre o geral e o particular: o caso do lituano

(Saussure between the general and the specific: the Lithuanian case)

Eliane Mara Silveira¹, Michelle Landim Brazão²

¹²Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

eliane.m.silveira@gmail.com, michellelandim1@gmail.com

Abstract: The study of specific particular languages contributed to the development of Saussure's theoretical project, as it is known today. Among these languages we can highlight the study of the Lithuanian, which among many others studied by Saussure, seemed to have contributed in a unique way to the theoretical construction of what it is now known as Modern Linguistics. Therefore, we intend to investigate Saussure's studies on Lithuanian and analyze how the way that this language may have contributed to the development of Saussure's theoretical project.

Keywords: general; private; Lithuanian.

Resumo: O estudo das línguas particulares concorreu para o desenvolvimento do projeto teórico de Saussure, tal como ele é conhecido atualmente. Entre essas línguas destaca-se o estudo feito sobre o lituano, que, entre tantas outras estudadas por Saussure, parece ter contribuído de maneira singular na construção teórica do que hoje se conhece como Linguística Moderna. Portanto, nos propomos a investigar os estudos de Saussure sobre o lituano e analisar a forma como essa língua possa ter contribuído no desenvolvimento do projeto teórico de Saussure.

Palavras chaves: geral; particular; lituano.

Introdução

O trabalho com a língua lituana era tradição no século XIX, visto que apresentava características as quais lembravam o proto-indo-europeu. Dedicaram-se a ele os professores de Saussure: Brugman e Leskien e, depois, o próprio Saussure. Após a viagem à Lituânia, depois do doutorado e antes de ele transferir-se para Paris, os manuscritos de Saussure sobre o tema se multiplicaram. Com quantidade, objetivos e datação perseguida pelos pesquisadores da área, se pode dizer que as dúvidas a respeito de dados tão relevantes não minimizam a importância do que Saussure escreveu, seja para o tema específico da língua lituana ou para os estudos de linguística geral, que a sua pesquisa com o lituano permitiu.

O conjunto de manuscritos de Saussure sobre o lituano conta com aproximadamente 800 folhas e esses escritos iniciaram por volta de 1878. Os manuscritos estão arquivados na Biblioteca de Genebra (BGE). Na biblioteca podem-se separar os manuscritos de Saussure encontrados antes de 1996 e aqueles encontrados em 1996. Nos primeiros, temos especialmente no arquivo MS. Fr.3953, com mais de 600 folhas sobre o tema, catalogadas, nos anos 1950, por Godel. Os manuscritos que chegaram em 1996 à BGE dispuseram as anotações de Saussure sobre o lituano, especialmente nos Archives de Saussure 376 e 388, reunindo mais de uma centena de folhas manuscritas, catalogadas, em grande parte, por Engler.

Interesse teórico de Saussure pela língua lituana

Para entender a relação de Saussure com o lituano não basta afirmar que esse era um interesse comum aos pesquisadores da sua época, uma questão teórica parece ter motivado o linguista genebrino aos estudos dessa língua. Durante os anos de 1877/1878, período em que cursou a sua graduação em Leipzig, Saussure inicia o seu conhecido trabalho intitulado *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*. O foco era a vogal ^{+A}, considerada a vogal base de todo o sistema indo-europeu, assim como os três subtipos de vogais *a* estabelecidos por Brugman.

No *Mémoire* (1879), Saussure então levanta hipóteses sobre o aparecimento de uma nova vogal, ou seja, uma quarta vogal *a*. Essa vogal remontaria ao fim do período pré-étnico, ou seja, período existente antes da ruptura da família indo-europeia em falantes e línguas distintas, e ocorreria somente em sílabas átonas.

Ao final do trabalho com o *Mémoire*, é possível observar que Saussure faz referência às relações sistêmicas instituídas entre os termos linguísticos, pois enfatiza que, ao tomar como objeto especial para o seu estudo o grupo de sonoras ^{+A}, inclui-se essa nova vogal em duas regras, que devem ser observadas em um sistema de funcionamento da língua. Essas regras foram expressas assim:

1. O grupo sonoro da quarta vogal, precedido por uma vogal ^{+A}, rejeita se ela for seguida por uma segunda vogal e manteria a mesma consoante anterior.
2. O grupo sonoro da vogal ^{+A}, precedido por uma consoante ou se ele for colocado no início de uma palavra, mudará para uma sonora longa, independente do fonema que segue o grupo. (SAUSSURE, 1879, p. 247-248. Tradução nossa)¹

Como fonte de estudo para a preparação do *Mémoire*, Saussure consulta os estudos de Friedrich Kurschat, um prussiano, descendente de lituanos, e linguista. Desde 1849, Kurschat publicou trabalhos relacionados com a entonação do lituano, e em 1876 escreveu uma gramática dessa língua e que foi utilizada por Saussure (JOSEPH, 2009). Um outro nome que também merece destaque na preparação de Saussure para a escrita do *Mémoire*, oferecendo suporte para suas conclusões é Fortunatov.² Segundo Joseph (2009), Fortunatov, mesmo sem intenção, revelou a Saussure que o lituano “era uma relíquia viva” (p. 186) para comprovar a existência da quarta vogal *a* primitiva no indo-europeu.

Ainda de acordo com Joseph (2009, p. 182),

Saussure acreditava que uma característica do acento agudo do lituano era o elo que faltava da linguística histórica do Indo-Europeu, a herança direta mais viva da quarta vogal ^{+A}, vogal hipotetizada em 1879 no *Mémoire*. (Tradução nossa)³

1 1. No original: “Le groupe sonante ^{+A}, précédé d’une voyelle rejetée ^A s’il est suivi d’une seconde voyelle et demeure tel quel devant les consonnes.”

2. Le groupe sonante ^{+A}, précédé d’une consonne ou placé au commencement du mot, se change en sonante longue, quel que soit le phonème qui suit.”

2 Fortunatov dedicou seus trabalhos não só ao Lituano, mas a outras línguas Bálticas e Eslavas (SABALIAUSKAS, 2001).

3 No original: “Saussure believed that a particular feature of the Lithuanian pitch accent was the missing link of Indo-European linguistic history, the most direct living relic of the vowel ^{*A} hypothesized in his 1879 *Mémoire* on the original Indo-European vowel system.”

Assim, segundo a afirmação de Joseph (2009), Saussure busca no lituano uma forma de comprovar a existência dessa vogal primitiva. Esse interesse faz com que, em 1880, o linguista decida viajar para a Lituânia por aproximadamente 15 dias e entrar em contato com os dialetos do lituano (JOSEPH, 2009). Segundo Sljusareva (1971-1972), a estadia de Saussure nesse país permitiu que ele entrasse em contato com “as peculiaridades fonéticas” da língua lituana viva (p. 8).

Não sabemos se Saussure encontra no lituano a confirmação para a hipótese dessa quarta vogal, mas certamente ele formulará outras hipóteses, especialmente sobre a acentuação no lituano, capazes de permitirem elaborações consequentes e reconhecidas na história da linguística.

Repercussões teóricas na produção de Saussure

A partir desse contanto com a língua lituana o tema tornou-se recorrente nos estudos de Saussure, seja através de cursos específicos de lituano, tal como o de 1888 na escola de Hautes Études, em Paris, ou como nos anos de 1901 e 1902 e depois em 1909 na Universidade Pública de Genebra, além de um retorno constante a essa língua ao tratar de assuntos referentes aos cursos de Linguística Geral.

Há também uma comunicação realizada em 1889 e outra em 1894 quando publica um artigo sobre a língua em questão (disponível no Recueil (SAUSSURE, 1922)),⁴ além disso, registram-se várias reflexões suas em um conjunto de cartas, escritas por Saussure aos seus pares, a esse propósito.

Nesse vasto material destaca-se um dedicado trabalho ao lituano nos moldes do século XIX e uma particular capacidade de pensar os efeitos dessas observações em uma teorização mais geral sobre a língua, que só o século XX conheceu após a publicação do Curso de Linguística Geral, em 1916, que reunia os conceitos de Saussure os quais deram origem à Linguística Moderna.

O nosso trabalho, portanto, tem o objetivo investigar a passagem teórica realizada por Saussure na qual o interesse por uma língua particular, o lituano, nesse caso, o leva a apontar mecanismos de funcionamento da língua em geral. Não se trata, portanto, de investigar o quanto ele avançou nos estudos do lituano, o que exigiria um especialista dessa língua, mas de destacar o que do seu interesse pelo lituano chegou ao que hoje se conhece como linguística saussuriana.

Jagger, Buss e Ghiotti (2003), ao se referirem aos manuscritos chegados à BGE em 1950, apontam essa potencialidade dos manuscritos de Saussure sobre a língua lituana:

Eles têm um interesse teórico particular, pois eles contêm, sinteticamente, certos conceitos e questões que tiveram lugar nos três cursos de Saussure sobre a linguística geral de tal forma que a questão do objeto de estudo da linguística e, sobretudo o problema das identidades das entidades linguísticas ou a tese que os sistemas semiológicos, e entre eles especialmente a linguagem, são constituídos pelas diferenças de seus elementos, ou seja, pelos valores.⁵ (p. 324. Tradução nossa)

4 Ver textos sobre o tema nas páginas 463 e de 490 a 538.

5 No original : “Celles-ci sont pourtant d’un intérêt théorique particulier car elles contiennent in nuce certains concepts et questions qui auront une place dans les trois cours de Ferdinand de Saussure sur la lin-

Saussure, de fato, retomou os estudos sobre o lituano no quadro das suas reflexões sobre os conceitos gerais da linguística enquanto ministrava os cursos de linguística geral, entre 1906 e 1911. É notável, portanto, a sua capacidade de teorizar a partir da pesquisa sobre uma língua particular. Jagger, Buss e Ghiotti assinalam: “é partindo de problemas empíricos no estudo de uma língua particular, e precisamente do lituano, que Saussure desenvolve alguns de seus teoremas concernentes aos fatos languageiros em geral”⁶ (2003, p. 324. Tradução nossa).

Mejia e Petit (2008) nos trazem informações nessa mesma direção quando se referem aos manuscritos sobre o lituano, escritos por Saussure e encontrados em 1996.

No conjunto dos manuscritos de Saussure conhecidos até 1996 [...] algumas folhas inéditas completaram o conjunto mostrando que a reflexão sobre as unidades começou na redação da obra sobre “Ciência da linguagem” [1890...] e prosseguiu no seu projeto geral sobre a acentuação, projeto que, como sempre, Saussure retoma muitas vezes e sob diferentes pontos de vista.⁷ (MEJIA; PETIT, 2008, p. 135. Tradução nossa)

A questão das unidades linguísticas, de fato, se colocou como um problema teórico para Saussure e lhe rendeu respostas bastante complexas sobre a natureza da língua e, se estão presentes, como afirmam Mejia e Petit (2008), nos manuscritos sobre o lituano encontrados em 1996, também já estavam nos manuscritos catalogados em 1950.

O manuscrito – *Notes sur l’accentuation lituanienne*

Em nossas análises tomaremos somente alguns extratos do manuscrito *Notes sur l’accentuation lituanienne*, o qual data de 1894 e faz referência à acentuação da língua lituana.⁸ Esse manuscrito faz parte do trabalho de pesquisa de Ferdinand de Saussure sobre acentuação da língua lituana e conta com 327 folhas ou 654 páginas somente neste caderno destinado especificamente a acentuação da língua em questão.

A pesquisa de Saussure sobre o lituano é intensa e produções a respeito da acentuação dessa língua renderam algumas publicações. De acordo com a suspeita de Godel, em 1959, sobre o manuscrito MS_FR_3953, o manuscrito que apresentaremos como objeto de pesquisa aqui serviria de suporte para um outro artigo sobre a acentuação que estaria nos moldes de uma possível publicação.

Entretanto, assim como citado por Jagger, Buss e Ghiotti (2003), e pode ser percebido devido à estrutura das folhas dispostas no manuscrito:

guistique générale, tels que la question de l’objet d’étude en linguistique et surtout le problème de l’identité des entités linguistiques ou la thèse que les systèmes sémiologiques, et parmi eux surtout le langage, sont constitués par la différence de leur éléments, c’est a dire par leur valeurs.”

6 No original : “C’est donc en partant de problèmes empiriques dans l’étude d’une langue particulière, et précisément du lituanien, que Saussure développa certains de ses théoremes concernant les faits langagier en général.”

7 No original: “Dans les archives de Saussure [...] bien d’autres feuillets inédits viennent compléter cet ensemble en montrant que la réflexion sur les unités commencée dans la redaction de l’ouvrage sur la ‘Science du langage’ se poursuit dans ce projet général sur accentuation, projet qu’a son habitude Saussure reprend à plusieurs reprises et sous différents points de vue.”

8 Agradecemos à Biblioteca Pública de Genebra, onde esses manuscritos estão depositados, que nos cedeu a cópia desse material.

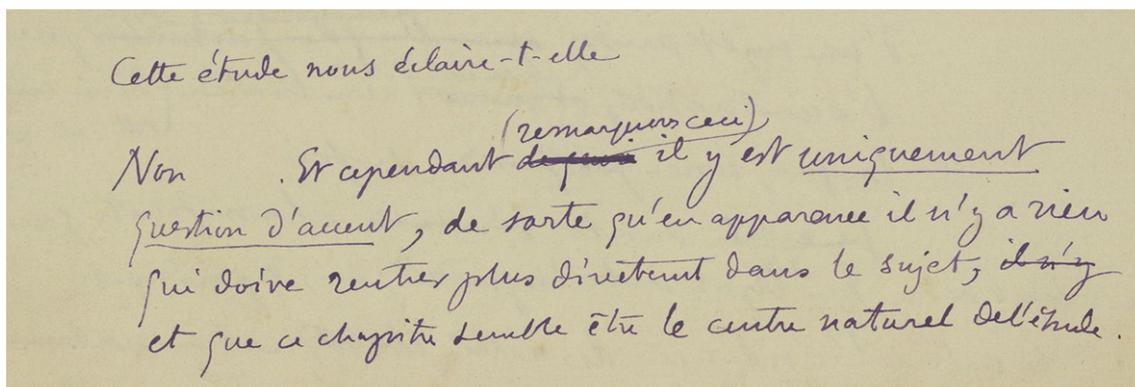
[...] estas notas são parte do projeto maior, de um livro, sobre a acentuação: os manuscritos contêm um esboço da estrutura do livro ao qual Saussure se refere ao reenviar muitas vezes aos parágrafos e capítulos previstos, e, além disso, a escrita de estilo desenvolvido e as passagens menos fragmentárias onde Saussure, explicitamente, aborda futuros leitores, parecem corroborar nossa hipótese.⁹ (p. 323. Tradução nossa)

Ao observar as produções de Saussure sobre essa língua, acreditamos que seu interesse em relação ao lituano não era somente um interesse passageiro, mas sim que o linguista estava interessado em investigar uma situação presente na língua que não era possível de ser identificada nos moldes da perspectiva dos neogramáticos.

O que dizem alguns manuscritos

Iniciaremos o exame de alguns trechos do manuscrito de Saussure, tal como citado acima, catalogado em 1950, e que nos permite pensar a relação entre o estudo particular de uma língua e a teorização geral sobre a língua. Algumas de suas afirmações nos remetem a conceitos-chaves, que foram melhores trabalhados durante o *Curso*, mas que mesmo neste período já estavam presentes em suas teorizações sobre a língua lituana.

Vejamos:



(Ms. Fr.3953, f.278)

Esse estudo nos esclareceria

Não E entretanto ^(sublinhemos aqui) ~~procurar~~ ele é unicamente questão de acento, de sorte que aparentemente não há nada que deva estar mais diretamente ligado ao tema, ~~não~~ e que essa questão parece ser o centro natural do estudo.¹⁰

Sim, o tema da língua lituana poderia servir, inicialmente, para Saussure esclarecer algo que ele procurava e era unicamente, ele enfatiza, a questão do acento. Ou seja, Saussure assinala a importância do acento, quando se trata dos estudos sobre a língua lituana, visto

9 No original : “[...] ces notes font partie du projet plus vaste d’un livre sur l’accentuation: les manuscrits contiennent une ébauche de la structure dudit livre, à laquelle Saussure se réfère à maintes reprises en renvoyant aux paragraphes et aux chapitres prévus; en outre, le style élaboré des feuillets moins fragmentaires et les passages où Saussure s’adresse explicitement à un futur lecteur semblent corroborer notre hypothèse.”

10 No original : “Cette étude nous éclaire-t-elle

Non Et cependant ^(remarquons ceci) il y est uniquement question d’accent, de sorte qu’en apparence il n’y a rien qui doive rentrer plus directement dans le sujet, ~~il n’y~~ et que ce chapitre semble être le centre naturel de l’étude.”

que era isso que pretendiam os estudiosos da época. Contudo, o acento não foi a questão mais importante descoberta durante o estudo do genebrino e isso pode ser percebido nos esclarecimentos que seguem:

(Ms. Fr.3953, f.278)

É inútil, eu não digo tomar o acento como centro de estudo de acentuação, mas de buscar um laço que faça a unidade permita reunir em uma mesma unidade o estudo.¹¹

Nesse momento, Saussure hesita em relação ao lugar que o estudo do acento ocupa, ele não finaliza a sua frase, mas retoma o tema em seguida “o acento não é”, rasura, e em seguida é enfático ao dizer que:

(Ms. Fr.3953, f.279)

O acento não é O objeto central das questões de acento não é o acento.¹²

De fato, Saussure reserva um outro lugar ao acento, vejamos:

(Ms. Fr.3953, f.279)

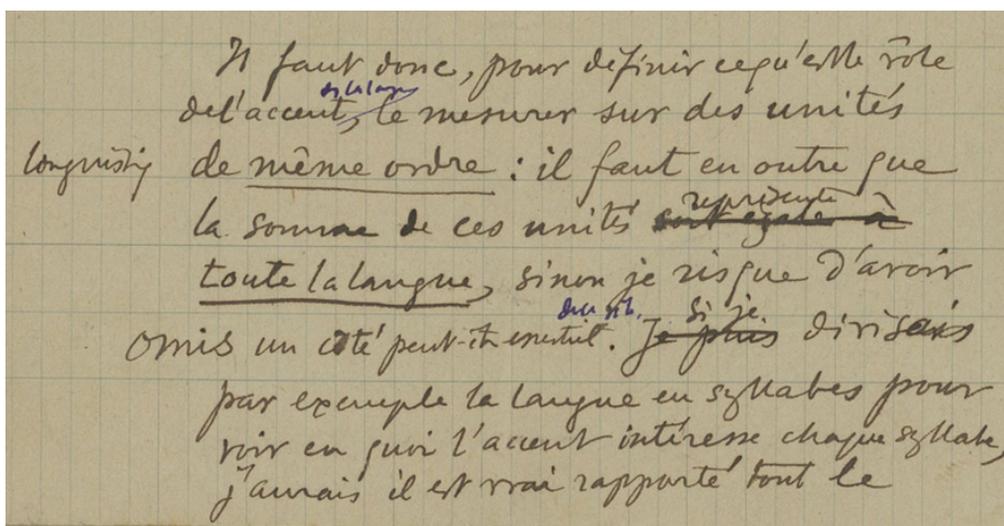
11 No original : “Il est inutile, je ne dis pas de prendre l’accent comme centre d’une étude d’accentuation, mais de trouver de chercher un lien qui fasse l’unité permette d’assembler en une même unité l’étude.”

12 No original : “L’ accent n’est pas l’objet central des questions d’accent n’est pas l’accent.”

Nós gostaríamos de evitar fazer a propósito de um objeto tão ^{especial} ~~particular~~ ^{peu-geral} restrito quanto a acentuação e ~~mesmo~~ ainda a acentuação ~~ela mesma xxx~~ de uma certa língua uma profissão de fé ^{geral} sobre a verdadeira classificação ^{geral} ^{exigida segundo nós} os diferentes objetos da linguística; porém ^{a natureza da} evidência desta classificação natural surpreende em cada caso particular, constringendo-nos a prosseguir com eu não sei que explicação ~~por vezes completamente inúteis que parecem provadas pela questão do acento~~ ^{sobre o acento} quando a questão simplesmente abraça a totalidade dos fatos da língua.¹³

Saussure, então, começa a estabelecer uma relação entre o particular e o geral nos estudos da linguagem a partir do lituano. Trata-se, portanto, nesse momento, de um deslocamento importante no percurso teórico de Saussure e, além disso, é possível observar como o trabalho de campo com o lituano permitiu a ele fazer um deslocamento que podemos nomear como uma passagem da empiria ao teórico, ou da observação de um caso particular à possibilidade de generalização.

Um pouco mais à frente, nesse mesmo manuscrito, vemos que Saussure faz mais algumas considerações sobre o acento em lituano que, de acordo com seus estudos, precisa ser tomado como unidades.



(Ms. Fr.3953, f.291)

É necessário, portanto, definir aquilo que é o papel do acento ^{da língua}, medi-los em unidades ^{linguísticas} da mesma ordem: é necessário que a soma das unidades ~~deve ser igual a~~ ^{deve representar} toda a língua, se não eu teria a possibilidade de omitir um lado – que pode ser essencial. ~~Eu tome~~ Se eu dividisse, por exemplo, a língua em sílabas para ver em que o acento interessa em cada sílaba, eu teria, de fato, informado o [...] ¹⁴

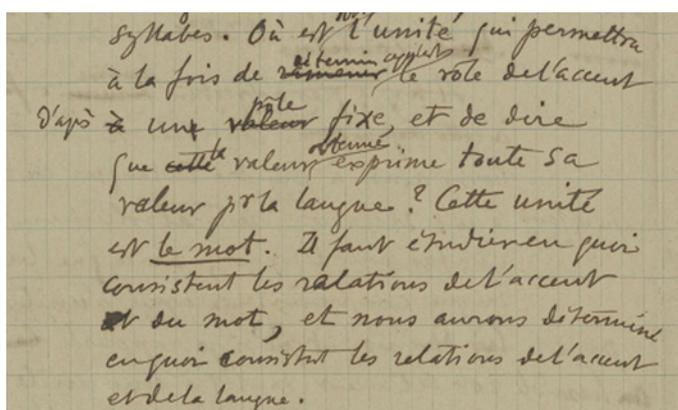
13 No original : “Nous voudrions éviter de faire à propos de l’accent d’un sujet aussi spécial ^{peu général} de particulier restreint que l’est l’accentuation et même encore l’accentuation ^{elle même xxxx} d’une certaine langue, une profession de foi général sur la véritable classification générale ^{que réclament selon nous} les différents objets de la linguistique ; cependant ^{la nature de} l’evidence de cette classification naturelle éclate tellement sous chaque cas particulier, qu’on éprouve quelque pudeur à se traîner volontairement dans je ne sais quelles explications par fois tout inutile qui semblent provoques par la question del’accent, ^{sur l’accent}, quand la question embrasse simplement la totalité des faits de langue.”

14 No original : “Il faut donc pour définir ce qu’(ilegível) rôle de l’accent ^{de la langue}, le mesurer sur des unités ^{linguistique} de même ordre : il faut en outre que la somme de ces unités ~~soit égale à~~ ^{représente} toute la langue, sinon je risque d’avoir omis un côté peut-être essentiel ^{ilegível}. Je ~~pris~~ ^{Si je} divisais par exemple la langue en syllabes pour voir en quoi l’accent intéresse chaque syllabe, j’aurais il est vrai rapporté tout le [...]”

Vimos, assim, que Saussure relaciona a questão do acento na língua com as unidades linguísticas e é categórico ao afirmar que a soma das unidades representa toda a língua, pois elas pertencem à *mesma ordem* e, por isso, são capazes de representem-na.

Verifiquem que a sequência de palavras toda a língua está grifada, o que indica que essas palavras parecem ter um valor especial para Saussure naquele momento, já que, entre todas as outras, ele sublinha somente essas, realçando a importância de se verificarem as unidades linguísticas na língua.

Neste outro trecho,



(Ms. Fr.3953, f.291)

sílabas. Onde é a unidade que permitirá de uma vez ~~voltar~~ ^{determinar} ^{denominar} o papel do acento segundo um ~~valor~~ papel fixo, e dizer que esse ^o valor ^{do termo} exprime todo seu valor para a língua? Essa unidade é a palavra. Deve-se estudar em que consistem as relações do acento e da palavra, e nós teremos determinado em que consistem as relações de acento e da língua.¹⁵

Saussure continua tratando sobre a questão da unidade, enfatizando que é a unidade que poderá determinar o “papel do acento”. Note-se que, nesse trecho, a palavra valor foi substituída por papel e Saussure continua a dizer que essa unidade, determinada como sendo a palavra, tem valor para a língua.

Assim, como podemos perceber, em 1894, apesar de o linguista tratar de questões relacionadas ao valor da língua, parece que essa conceituação ainda não está clara como acontece no terceiro curso de Linguística Geral.

Nota-se que, apesar de Saussure não deixar claro como esse valor será determinado na língua, parece observar que essa unidade está presente em um sistema de língua, que terá o seu valor estipulado pela relação dos termos.

Com esses trechos apresentados anteriormente, identificamos além do cuidado de Saussure ao escolher as palavras para serem usadas em suas explicações teóricas, o que indicam certa hesitação para a escolha das mesmas, uma flutuação terminológica entre a busca pelo melhor termo. Sendo assim, Saussure passa entre a escolha e a troca até chegar à

15 No original : “syllabes. Où est l'unité qui permettra à la fois de ~~ramener~~ ^{détermine} ^{appeler} le rôle de l'accent d'après à une ~~valeur~~ rôle fixe, et de dire que ~~cette~~ ^{la} valeur ^{détermine} fixe, et de dire que le valeurs ^{du terme} exprime toute sa valeur pour la langue? Cette unité est le mot. Il faut étudier en quoi consistent les relations de l'accent du mot, et nous aurons déterminé en quoi consistent les relations de l'accent dans la langue.”

reescrita dos trechos do manuscrito, apesar de aqui estes ainda não possuírem uma clareza teórica, como vemos no *Curso*.

Dessa forma, os manuscritos mostram um movimento entre as terminologias e a sua elaboração teórica, que serão desenvolvidos ao longo das produções, ganhando sua forma final mais próxima daquelas que conhecemos no *Curso de Linguística Geral*.

Conclusão

Este trabalho investigou o lugar dos estudos de Saussure sobre a língua lituana na sua concepção de linguística geral. Nele observou-se que o interesse de Saussure por essa língua reforça a hipótese de que o genebrino, ao estudar o lituano, estava motivado por algumas questões teóricas mais relacionadas com o que seria desenvolvido, de uma forma mais clara, nos seus estudos futuros.

Mesmo que a questão da quarta vogal tenha motivado Saussure a estudar a língua lituana, como afirma Joseph (2009, 2012), percebemos que o fenômeno da acentuação no lituano é o grande foco dos seus estudos, entretanto ele foi capaz de perceber que, por detrás de um funcionamento específico de uma língua, havia elementos que poderiam ser mais gerais e explicar o funcionamento de qualquer língua. É dessa forma que do acento ele passa para a acentuação, que o leva a pensar na relação entre os elementos e isso permite o questionamento sobre a unidade. Cada um desses movimentos o levava para mais próximo de uma reflexão sobre um funcionamento que não fosse especificamente da língua lituana, mas de todas as línguas.

De fato nos parece que a questão das unidades linguísticas e de suas relações em um sistema já é dada no momento da sua hipotetização da quarta vogal no indo-europeu e essa mesma questão o acompanhou na pesquisa sobre a língua lituana, momento no qual ele pôde realizar um movimento teórico que lhe permitiu conceituar os elementos sobre os quais mais tarde ele seria categórico em colocar como pertencentes ao objeto da linguística e não somente à língua lituana.

REFERÊNCIAS

JAGGER, L.; BUSS, M.; GHIOTTI, L. Notes sur l'accentuation lituanienne. In: BOUQUET, S. *Saussure*. Paris: Editions de l'Herne, 2003. p. 323-350.

JOSEPH, J. Why accentuation mattered to Saussure. *Language and History*, v. 52, n. 2, p. 182-198, nov. 2009.

_____. *Saussure*. Oxford: University of Oxford, 2012.

PETIT, D.; QUIJANO, C. M. Du nouveau à propos du voyage de F. de Saussure en Lituanie. *Cahiers Ferdinand de Saussure*, Genève, Droz, v. 61, p. 133-157, 2008.

SABALIAUSKAS, A. La langue lituanienne vue par les linguistes français. *Cahiers Litvaniens*, v. 2, p. 21-27, 2001.

SAUSSURE, F. Accentuation lituanienne. In: *Papiers Ferdinand de Saussure*: Ms.fr. 3953. Bibliothèque de Genève. (s/d).

_____. *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*. Leipzig: Teubner, 1879.

_____. Recueil des publications scientifiques. In: *Charles Bally & Léopold Gautier* (Ed.). Lausanne & Geneva: Payot, 1922.

SLJUSAREVA, N. A. Lettres de Ferdinand de Saussure a J. Baudouin de Courtenay. *Cahiers Ferdinand de Saussure*, n. 27, p. 7-17, 1971-1972.

Análise das formas verbais imperativas nas *Cantigas de Santa Maria*

(*Analysis of Imperative Forms in the Cantigas de Santa Maria*)

Gisela Sequini Favaro¹

¹ Departamento de Linguística – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

giselasfavar@gmail.com¹

Abstract: This research aims at mapping and analyzing the imperative verbal forms in Archaic Portuguese (AP). The corpus is composed of Alfonso X's *Cantigas de Santa Maria*. The relevance of this research consists in analyzing the morphological structure of imperative verbal forms, which has not been studied yet regarding the verbal formation in Archaic Portuguese. The main goal is to show whether the imperative morphological structure in AP already worked as an independent mood or not, as well as helping to understand the history of the language, in the sense of elucidating some important facts of the linguistic past of Portuguese that can help to understand facts of its contemporary structure.

Keywords: Historical Linguistics; Imperative Mood; Archaic Portuguese.

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivos principais o mapeamento e a análise das formas verbais imperativas no português arcaico (PA). Serão consideradas como objeto de estudo as formas do imperativo e o contexto em que estão conjugadas em PA. A metodologia para o desenvolvimento deste projeto é constituída pela coleta e análise dos dados nas *Cantigas de Santa Maria*. A relevância desta pesquisa reside, principalmente, em analisar a estruturação morfológica do imperativo, ainda não estudada no que se refere à constituição verbal da época medieval. Através deste trabalho, pretendemos mostrar se o imperativo no PA já funcionava como modo independente ou não, ajudando, dessa maneira, a compreender um pouco mais da história do idioma.

Palavras-chave: linguística histórica; modo imperativo; português arcaico.

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar o sistema verbal no português arcaico (PA) dos séculos XII-XIII, especificamente no que se refere às formas do imperativo. Para a realização deste estudo, serão consideradas como objeto as formas verbais imperativas ocorrentes no recorte temporal focalizado.

A relevância do tema desta pesquisa reside em seu ineditismo. Apesar de existirem diversos estudos sobre o período arcaico (COUTINHO, 1958; SILVA NETO, 1952; SAID ALI, 1964; MATTOS E SILVA, 1989, 2001; MAIA, 1997 [1986]), não encontramos trabalhos que envolvam as mudanças morfológicas do imperativo no que se refere à constituição verbal da época medieval, na medida em que o que temos são apenas alguns comentários breves sobre a conjugação das formas verbais naquele período. Assim, estudando a formação das conjugações verbais da língua portuguesa em seu estágio “inicial” (ou melhor, no estágio temporal em que primeiramente começa a ser referida com esse nome), poderemos contribuir para a observação de mudanças linguísticas que ocorreram na constituição do sistema verbal ao longo dos tempos.

¹ Bolsista Capes de Doutorado.

A escolha do modo imperativo se justifica por duas razões: em primeiro lugar, existem poucos estudos que tratam da mudança morfológica sofrida no emprego das formas imperativas no PB (FARACO, 1982; SCHERRE, 2002; PERINI, 1996); e, em segundo lugar, nenhum desses poucos estudos traz análises envolvendo dados da época da origem da língua portuguesa para justificar a causa e a natureza dessa mudança morfológica.

Breves considerações sobre o modo imperativo

As gramáticas tradicionais do português postulam que o imperativo possui formas próprias somente para a segunda pessoa do singular e segunda pessoa do plural. As demais pessoas são extraídas do presente do subjuntivo. O imperativo negativo não apresenta uma formação própria, sendo integralmente suprido pelo presente do subjuntivo, anteposta às formas verbais uma partícula de negação, sendo na maioria das vezes a partícula *não*.

A partir de uma perspectiva histórica, verificamos que o uso do imperativo já era motivo de discussão desde o latim no que diz respeito à sua formação. Lendo a Gramática Superior da Língua Latina, de Faria (1958), constatamos que o imperativo, na língua indo-europeia, era utilizado somente para exprimir uma ordem ou um pedido e não uma proibição. Segundo o autor, não havia o imperativo negativo na origem do latim.

Para suprir essa necessidade, Faria (1958, p. 382) afirma que era empregada a partícula negativa *ne* (na grande maioria dos casos) anteposta ao imperativo afirmativo. Existia, também, uma construção em que se empregava o infinitivo presente seguido do imperativo do verbo *nolo*, ou, ainda, o perfeito do subjuntivo era precedido de uma negação, sendo essa última construção muito comum no período clássico.

Faria (1958, p. 382) ainda ressalta que o presente do subjuntivo já era utilizado com a função de imperativo afirmativo na 3ª pessoa. De acordo com o autor, o subjuntivo presente pode ser empregado com valor de imperativo para dar ordem na terceira pessoa do imperativo positivo ou negativo, e na segunda pessoa somente no imperativo negativo (FARIA, 1958, p. 382).

Câmara Jr. (1976 [1970], p. 136) também afirma que no latim o subjuntivo estava associado ao modo imperativo, sendo esse último utilizado para dar ordens e proibições. De acordo com autor, eram as formas do subjuntivo que supriam as pessoas que faltavam no imperativo: a 3ª pessoa (no tratamento do ouvinte nessa pessoa) e a 1ª pessoa do plural, quando o falante impõe a outras pessoas uma ordem ou tarefa.

Essa estrutura é válida, segundo Câmara Jr. (1976 [1970], p. 136), para as ordens. Em relação às proibições, caracterizadas pela partícula negativa diante do verbo, em todas as pessoas as formas subjuntivas são obrigatórias. O autor, porém, faz uma ressalva dizendo que no latim clássico era utilizada a forma do pretérito perfeito em vez do subjuntivo para o imperativo negativo. O latim vulgar adotou o emprego do presente (imperfeito); por exemplo: lat. cl. *ne feceris*, lat.vulg. *non facias*, port. *não faças*.

Câmara Jr. (1976 [1970], p. 136) também afirma que ocorreu em português uma simplificação do sistema imperativo, pois o latim distinguia um imperativo presente utilizado para ordens imediatas, e um imperativo futuro para o que deveria ser cumprido mais tarde. De acordo com o autor, as formas do futuro foram eliminadas, permanecendo somente o imperativo presente.

Outro aspecto interessante apontado por Câmara Jr. (1976 [1970]) é que desde o latim já existia uma fluidez em relação à concepção do uso do imperativo e do subjuntivo para expressar desejo. Segundo o autor, o uso do imperativo era um modo delicado de dar uma ordem. Isso não ocorria somente no latim vulgar, mas também na linguagem culta coloquial. No Brasil é profunda a tendência a substituir o imperativo pelo indicativo presente, e o mesmo se observa nas proibições, em que também são assim substituídas as formas do subjuntivo (CÂMARA JR., 1976 [1970], p. 136).

Para Said Ali (1964, p. 111), as formas próprias do imperativo (2ª pessoa do singular e 2ª pessoa do plural) só diferem das formas do presente do indicativo pela eliminação do *-s* final, por exemplo, *canta, cantai, traze, trazei* etc. Já o verbo *ser*, segundo o autor, no português antigo apresentava as formas *sei* e *sede*, idênticas às do extinto *seer* (latim *sedere*). O autor ainda diz que a 2ª pessoa do singular do verbo *dizer* apresentava em português antigo duas formas: *di* e *dize*, semelhantes ao imperativo de *dicere* em outras línguas românicas.

Coutinho (1958), em sua *Gramática Histórica*, assim como Câmara Jr. (1976 [1970]), diz que não passaram ao português as formas latinas do imperativo futuro. O autor também afirma que na segunda pessoa do plural ocorreu a sonorização do *-t* em *-d* na passagem do latim ao português e que a queda deste operou-se, em português, no correr do século XV (COUTINHO, 1958, p. 316).

Sobre a conjugação das formas do imperativo, Faria (1958) diz que o presente era conjugado apenas na segunda pessoa do singular e na segunda pessoa do plural. A respeito dessa última pessoa, Maurer Jr. (1959) afirma que a 2ª pessoa do plural era pouco utilizada, chegando até a desaparecer. De acordo com autor, uma inovação mais importante do plural é a tendência para empregar a forma correspondente do indicativo em lugar do imperativo. “Na língua vulgar é especialmente a 2ª pessoa do plural que assim se emprega, a ponto de perder-se o imperativo antigo em diversas línguas românicas” (MAURER JR., 1959, p. 142).

Menon (1984) afirma que por mais que em uma língua não exista o modo imperativo, isso não atesta que não haja outros recursos que possam exprimir ordem ou proibição. Nesse caso, para dar ordem nem precisamos usar palavras: gestos, sinais e olhares também podem ser utilizados.

Por outro lado, Câmara Jr. (1964, p. 231-232), em seu *Dicionário de Filologia e Gramática*, afirma que existem três modos distintos no português: indicativo (que indica a certeza do fato), subjuntivo (o modo da dúvida) e imperativo (quando queremos que um fato ocorra).

A respeito do modo imperativo, Câmara Jr. (1964) diz que é utilizado para exprimir ordem, tendo relação com o presente e com o futuro. O autor ainda ressalta que as formas imperativas são apenas referentes às segundas pessoas, porém considera também a existência da terceira pessoa, devido ao que ele chama de “tratamento indireto”, e a primeira pessoa do plural, pois o falante pode se inserir na ordem expressa.

O autor também explica que a correspondência das formas do imperativo com a do presente do indicativo relativas a *tu*, na perspectiva histórica, provém do imperativo latino. A respeito dessa relação, Câmara Jr. (1964) declara ser aquele mais “agressivo” e este usado para expressar ordens de forma mais indireta.

Já Pontes (1972), ao fazer sua análise sobre o modo, afirma que em português temos apenas o modo indicativo e o modo subjuntivo, ela não faz nenhum tipo de comentário sobre o modo imperativo. Porém, ao final de sua obra, a autora afirma que não temos mais o imperativo, mas uma extensão do uso do presente do indicativo.

Para Stavrou (1973, p. 93), a forma variante seria o presente do indicativo, e esse uso, em vez da forma subjuntiva, ocorre devido a *the softening of command forms*, que é uma espécie de suavização das formas imperativas. De acordo com o autor, no PB falado não usamos mais o subjuntivo para expressar o imperativo, mas sim a forma indicativa.

Monteiro (2002) também faz suas considerações sobre o imperativo. O autor também afirma que o imperativo ocorre somente com a 2ª pessoa, seja ela do singular ou do plural, já que as ordens são dirigidas ao ouvinte, aquele com quem se fala. Outro aspecto interessante apontado por Monteiro (2002) é que as formas verbais do indicativo teriam, segundo ele, a função de expressar o imperativo. Para o autor, podemos utilizar uma forma verbal por outra, o que é bastante comum na língua portuguesa.

Perini (1996) afirma que o imperativo possui um uso muito especializado, já que seus únicos valores são para exprimir ordem e pedidos. Porém, assim como Monteiro (2002), o autor concorda que podemos usar orações indicativas para expressar ordem e pedidos.

Vilela e Koch (2001) definem que modo o imperativo, objeto de estudo desta pesquisa, é considerado uma forma semiconjugada, pelo fato de a maior parte das formas de pessoa ser extraída do subjuntivo. Segundo os autores, o valor do imperativo está pautado a toda situação comunicativa, uma vez que só pelo contexto saberíamos se está sendo usado para expressar imposição, conselho etc.

Scherre (2002) também afirma que, quando os enunciados são dirigidos a mais de uma pessoa, a preferência é sempre pelas formas subjuntivas e não imperativas. A respeito da forma variante, a autora diz que o seu uso não acarreta nenhum tipo de problema para o falante, e a variação no uso do imperativo não distingue grupos sociais. Não existe estigma social associado ao uso do imperativo na forma indicativa ou na forma subjuntiva. As duas formas não são marcadas de prestígio nem são usadas como estereótipos do suposto mal falar (SCHERRE, 2002, p. 6).

Faraco (1982) postula que a forma variante, apesar de contradizer a gramática e ser utilizada em situações informais, não é utilizada apenas por pessoas de baixa escolaridade. A variação envolve aspectos da situação, do contexto, dos objetivos do falante e do tipo de assunto abordado.

Portanto, como pode ser visto, os trabalhos que tratam da mudança sofrida pelas formas verbais imperativas apresentam análises envolvendo dados mais recentes da língua. Mesmo nas gramáticas históricas, só é possível notar descrições da estrutura morfológica das formas verbais imperativas e em quais contextos elas eram aplicadas e dos contextos nos quais elas eram empregadas.

Em nenhum momento temos uma análise mais detalhada envolvendo dados do estágio inicial da língua, a fim de averiguar se a situação que encontramos hoje, em relação à dúvida quanto ao imperativo ser um modo independente ou não, já ocorria no PA.

Corpus

O *corpus* para a realização desse trabalho é constituído pelas *Cantigas de Santa Maria* (CSM). De acordo com Ferreira (1994, p. 58), as CSM são “the collection of more than four hundred songs dedicated to the Virgin Mary by Alfonso X, the King of Castile and Léon, survives in four medieval manuscripts”.²

Segundo Parkinson (1998, p. 179), as CSM constituem um monumento literário, musical e artístico da mais elevada importância e sua escolha como objeto de estudo se dá devido à grande riqueza lexical que apresentam.

O’Callaghan (1998, p. 2) também ressalta a importância das CSM ao afirmar que “the poems were written in the language of medieval Galicia and Portugal, the medium of expression. Preferred by the lyric poets of the day”.³

Ainda sobre a relevância das CSM, Pena (1992, p. 49) afirma que “as cantigas, acompanhadas das correspondentes notações musicais e tamén, nalgún dos códices dun amplo número de miniaturas, representan un legado dunha importancia extraordinaria desde os apartados literario, pictorio e musical” (PENA, 1992, p. 49).⁴

Sobre o espaço em que foram produzidas as CSM, Leão (2002, p. 1) afirma que foi em um ambiente de efervescência cultural que nasceram os textos poéticos. De acordo com Parkinson (1998, p. 179), a intenção dessa coletânea sempre foi a de louvar a Virgem e aumentar a devoção a ela. Por esse motivo, todas as cantigas são na verdade de louvor e exaltam a Mãe de Deus.

Filgueira Valverde (1985, p. 49) afirma que diversos milagres marianos foram recolhidos de igrejas e santuários europeus, sobretudo franceses e ibéricos, e são de fonte confirmada e bem conhecida, mas muitos relatos ainda hoje são desconhecidos e, provavelmente, apenas orais. Ferreira (1994) também afirma que, do ponto de vista musical, as cantigas religiosas são especialmente notáveis entre a documentação remanescente de música medieval.

Ainda em relação ao local onde ocorriam as manifestações artísticas e culturais, Pena (1992, p. 23) destaca que a poesia estritamente unida à música era, no período da Idade Média, um divertimento. O autor também declara que estamos diante de uma literatura oral que “*atopa o seu obradorio, a súa <<fábrica>> nos pazos reais*” (PENA, 1992, p. 24).

2 Tradução nossa. No original: “[...] coleção com mais de quatrocentas cantigas dedicadas à Virgem Maria, elaboradas por Afonso X, o rei de Castela e Leão, que sobrevivem em quatro manuscritos medievais”.

3 Tradução nossa. No original: “[...] os poemas foram escritos na linguagem medieval da Galiza e de Portugal, o meio de expressão preferido pelos poetas líricos daqueles tempos”.

4 As citações que estão em galego-português não foram traduzidas, em função de que a Galícia faz parte da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa); como membro Observador Consultivo, sua função é a compreensão do domínio da promoção e difusão da língua portuguesa, assim como todas as áreas de cooperação nas quais a CPLP desenvolve ações específicas (Disponível em: <<http://www.cplp.org>>. Acesso em: 24 nov. 2013). Sendo assim, por se tratar de uma região lusófona, optou-se por não traduzir os textos escritos em galego.

Embasamento teórico

Principais aspectos teóricos

O conceito de morfema é muito importante quando se trata de análises morfofonológicas. Neste trabalho, para realizar a análise dos dados encontrados, tomamos como ponto de partida a fragmentação das formas verbais em unidades mínimas portadoras de significado. Dos tipos de morfemas constituintes das formas verbais do PA estudadas, o mais recorrente é o morfema zero, já que, nas formas verbais imperativas coincidentes com a do presente do indicativo, não há morfemas modos temporais, ou melhor, eles são representados pelo morfema zero que marca essa ausência.

Rocha (1999, p. 27) afirma que foi no afã de descrever as línguas que os estruturalistas chegaram ao conceito de morfema. Bloomfield (1984 [1933], p. 564) diz que o morfema é uma forma recorrente (com significado) que não pode ser analisada em formas recorrentes (significativas) menores.

Para Rosa (2000, p. 48), cada morfema é um átomo de som e significado – isto é, um signo mínimo. De acordo com essa perspectiva, a morfologia é o estudo desses átomos e das combinações que podem ocorrer.

Monteiro (2002, p. 13) também apresenta uma definição para o conceito de morfema. O autor, assim como demais estudiosos, também declara que morfema é a menor unidade dotada de significado. De acordo com o autor, o morfema é uma unidade abstrata e que na prática pode ser representada por várias formas.

Segundo Monteiro (2002, p. 14), se observarmos as palavras *vida* e *vital*, parece claro que em ambas as ocorrências há um mesmo morfema, que se realiza como [vid] e [vit].

Para Monteiro (2002), a realização de um morfema é denominada de morfe e, quando houver mais de uma realização possível, chamamo-la de alomorfe. O autor declara que essa distinção é muito próxima da que existe entre fonema e fone.

Outro conceito morfológico relevante para o desenvolvimento desta pesquisa é a distinção entre radical e tema. Segundo Monteiro (2002, p. 41), observando os vocábulos portugueses, é possível verificar que geralmente terminam por uma vogal, depois da qual costumam aparecer as desinências. Nas palavras *casamento*, *foguete* e *cadeira*, por exemplo, após as vogais (o, e, a), temos o morfema /s/ indicativo de plural. E, segundo o autor, para identificarmos o radical de uma palavra, basta retirarmos a vogal final e tudo que aparece depois dela. Nesse caso, os radicais das palavras mencionadas são: *casament-*, *foguet-*, *cadeir-*.

Porém, quando o radical apresenta a vogal final, que passa a ser denominada vogal temática, o radical passa a ser conhecido por tema. Para Monteiro (2002, p. 41), o tema é um tipo de radical ou radical completo, pronto para receber os morfemas próprios das categorias gramaticais. O autor ainda propõe que a vogal temática, por ser átona, em contato com o sufixo iniciado por vogal, sofre o processo de elisão ou crase.

Já Rocha (1999, p. 102) define raiz como sendo um morfema comum a várias palavras de um mesmo grupo lexical, portador da significação básica desse grupo de palavras. Para o autor, “em *claro*, *clarear*, *aclarar*, *esclarecer*, *esclarecimento* e *clarividência*, a raiz é *clar-*. Em *livro*, *livrinho*, *livreiro*, *livraria* e *livresco*, a raiz é *livr-*. Em *tom*, *tonal*,

tonicidade, entoar, desentoar, toado e desentoadamente, a raiz é *tom*, com a variante *to-*” (ROCHA, 1999, p. 102).

Kehdi (2003, p. 27) apresenta uma opinião contrária à de Rocha (1999) e propõe que o radical corresponde ao elemento irreduzível e comum às palavras da mesma família. De acordo com o autor, devemos evitar a designação de raiz, vinculada à perspectiva diacrônica, para se referir ao radical. Segundo o autor, nem sempre há coincidência entre os enfoques sincrônicos e diacrônicos; por exemplo, em *comer*, o radical é *com-* (cf. *comida, comilão*), ao passo que a raiz é *ed-*. A raiz é do domínio da origem histórica e o radical é do domínio da sincronia da língua (KEHDI, 2003, p. 26-27).

Os conceitos de morfema, raiz e radical são muito relevantes para o desenvolvimento das análises dos dados, pois para compreender o funcionamento das formas verbais conjugadas no modo imperativo e verificar se estávamos diante de formas variantes ou não, foi necessário realizar primeiro uma divisão morfológica dos dados.

Metodologia e apresentação dos dados

A metodologia baseia-se no mapeamento das formas verbais do imperativo nas Cantigas de Santa Maria. Contamos também com glossários, vocabulários, dicionários, e, especialmente, com o glossário de Mettmann (1972), como auxílio na categorização das formas verbais. Abaixo, como ilustração, apresentam-se exemplos dos procedimentos de mapeamento dos dados nesta pesquisa:

- (1) Log' enton Santa Maria | a seu Fill' o Salvador
Foi rogar que aquel frade | ouvesse por seu amor
Perdon. E diss' el: “farey-o | pois end' avedes sabor
mas torn' a alma no corpo, | e **compra** ssa profisson.

(CSM 14, v.41-4)

- (2) A bõa dona se foi ben dali
a un' eigreja, per quant' aprendi,
de Santa Maria, e diss' assi:
“Sennor, **acorre** a tua coitada”.

(CSM 17, v.55-58)

- (3) Chorando dos ollos mui de oraçon,
Ile diss': “Ai Sennor, **oe** mi oraçon [...]”.

(CSM 21, v.15-16)

Após a coleta dos dados, foram analisadas as estruturas morfológicas das formas verbais imperativas encontradas, comparando-as com a estrutura morfológica das formas verbais do presente do indicativo e do subjuntivo existentes no *corpus*, a fim de explicar se critérios, tais como ordem, presença ou ausência do sujeito e contextos relacionados a atos de fala (ordem ou pedido) podem ser utilizados para considerar uma forma imperativa ou não. Também foram analisadas as ocorrências de processos morfofonológicos durante a flexão verbal do imperativo nas formas mapeadas.

A coleta de dados no *corpus* proporcionou o mapeamento das formas verbais do modo imperativo nas CSM para a realização das análises. Apresentaremos, nesta seção, os resultados obtidos.

Foram coletadas 161 formas verbais conjugadas no modo imperativo. Desse total, 41 ocorrências estão conjugadas na 2ªpp e 121 na 2ªps. Observe os quadros com a quantificação dos dados:

Quadro 1 Formas Verbais Conjugadas no Imperativo na 2ªpp

Formas Verbais 2ªpp conjugadas no imperativo gramatical	Ocorrências
Seede	2 ocorrências (5.29; 99.100) ⁵
Levade	3 ocorrências (5.142; 134.45; 255.99)
Creed' (Creede)	2 ocorrências (6.5; 16.40)
Ide	11 ocorrências (11.47; 24.40; 40.4; 64.57; 69.71; 75.123; 125.29; 131.89; 155.28; 175.63; 259.17)
Fazede	1 ocorrência (16.41)
Pedide	1 ocorrência (16.42)
Estade	2 ocorrências (45.44; 45.44)
Oviade	2 ocorrências (45.89; 45.89)
Põede	1 ocorrência (48.32)
Oyde	2 ocorrências (52.8; 197.29)
Dizede	3 ocorrências (5.76; 64.56; 245.50)
Soltade	1 ocorrência (65.183)
Entrade	1 ocorrência (75.90)
Assolve	1 ocorrência (75.100)
Leixad'	2 ocorrências (119.43; 178.28)
Dade	1 ocorrência (134.46)
Acordade	1 ocorrência (134.66)
Enforcade	1 ocorrência (175,38)
Calade	1 ocorrência (175.68)
Veede	1 ocorrência (306.33)
Uviade	1 ocorrência (354.81)
Total	41 ocorrências

⁵ Lê-se cantiga 5. verso 29. Os números entre parênteses fazem referência ao número da cantiga e ao verso em que se encontram as ocorrências mapeadas.

Quadro 2. Formas Verbais Conjugadas no Imperativo na 2^aps

Formas verbais conjugadas no imperativo na 2^aps	Ocorrências
acorre	4 ocorrências (16.58, 303.31, 303.32, 357.17)
adu	2 ocorrências (116.40, 338.13)
ajuda	1 ocorrência (69.102)
busca	1 ocorrência (163.14)
cala	1 ocorrência (163.14)
cata	1 ocorrência (138.40)
chama	1 ocorrência (65.173)
come	2 ocorrências (353.82, 353.83)
coz	1 ocorrência (5.147)
dá	15 ocorrências (6.63, 21.18, 21.43, 21.48, 57.55, 105.114, 130.32, 167.28, 168.34, 251.71, 268.47, 299.29, 299.43, 381.26, 101.11)
deita	1 ocorrência (195.193)
deve	2 ocorrências (295.6, 296.7)
di	9 ocorrências (6.5, 6.84, 67.91, 104.47, 125.2, 125.50, 132.98, 139.40, 165.50)
erge	2 ocorrências (158.18, 237.82)
fais, faz	2 ocorrências (125.51, 130.16)
fuge	1 ocorrência (47.35)
guarda	6 ocorrências (47.4, 125.21, 130.17, 201.53, 237.61, 245.61)
guari	1 ocorrência (5.164)
leva	6 ocorrências (6.80, 6.84, 176.21, 176.26, 195.192, 381.27)
mete	2 ocorrências (119.58, 130.10)
muda	1 ocorrência (32.35)
nenbra	2 ocorrências (267.70, 268.42)
passa	1 ocorrência (158.23)
pon	1 ocorrência (127.54)
punna	1 ocorrência (80.24)
roga	11 ocorrências (155.52, 250.3, 250.5, 250.8, 250.10, 250.12, 250.18, 253.11, 343.42, 401.9, 401.54)
saca	1 ocorrência (138.40)
sal	5 ocorrências (75.155, 176.21, 176.27, 301.28, 352.46)
salva	4 ocorrências (40.7, 40.16, 40.25, 40.34)
sey	1 ocorrência (237.89)
talla	1 ocorrência (25.43)
toll/ tolle	2 ocorrências (16.65, 298.61)
torna	1 ocorrência (125.50)

vai/ vay	13 ocorrências (5.147, 47.27, 65.43, 65.72, 65.171, 75.78, 158.18, 158.23, 176.25, 265.75, 298.61, 299.25, 363.12)
val/valla	9 ocorrências (97.54, 103.35, 124.23, 186.53, 209.24, 337.30, 391.58, 385.18)
ven	3 ocorrências (75.138, 79.45, 79.46)
ves	2 ocorrências (115.332, 186.33)
Total	121 ocorrências

Ao observar os quadros, podemos afirmar que, nas CSM, ocorre o uso de 100% da forma imperativa no *corpus* analisado. Não foi mapeada nenhuma forma variante. Outro aspecto que merece destaque é o uso expressivo da 2ªps em relação a 2ªpp, num total de 74,7% e 25,3% de ocorrência respectivamente.

De acordo com Leão (2007, p. 150), sobre a composição linguística das cantigas marianas, Afonso X escreveu e supervisionou a composição dos textos pelos seus colaboradores, tendo como língua o galego-português.

Segundo a autora, não devemos tomar a linguagem das CSM como um registro da língua oral, pois “é sabido que a língua escrita, na modalidade literária, tem vocação para a permanência, resistindo às mudanças inevitáveis da língua oral” (LEÃO, 2007, p. 151).

Leão (2007, p. 151) ainda ressalta que a linguagem convencional das CSM, fixadas, sobretudo, na escrita, não pode ser confundida com o galego-português oral, que estava em constante mudança.

A fim de assegurar a produtividade das formas imperativas gramaticais, os dados foram analisados morfológicamente, levando-se em consideração seu contexto de aplicação. Essa metodologia também serviu para verificar se há ou não o uso de formas verbais variantes, funcionando como uma espécie de filtro para a categorização dos dados mapeados no *corpus*. Neste artigo apresentaremos uma breve análise do verbo *seer* (PA) = *ser* (PB), conjugado na 2ªpp.

A forma verbal *seede* apareceu mapeada duas vezes em nosso *corpus*. Em ambas as ocorrências o sentido expresso é o de ordem. Confira o contexto em que as ocorrências foram coletadas:

- (4) [...] Este meu irmão receb' oi mais por fillo meu,
e vos **seede**-ll' en logar de madre poren, vos rogu' eu,
e de o castigardes ben non vos seja greu;
en esto me podedes muy grand' amor fazer.

(CSM 5, v.28-31)

[...] e disse a Virgen santa | ao crerigo: “**Seede**,
e aqesta moller bõa | comungad' e assolve de [...].

(CSM 75, v.99-100)

Para verificarmos se *seede* é uma forma variante ou não, foi realizada a divisão morfológica do dado mapeado, comparando com a estrutura morfológica de seu correspondente no presente do indicativo. Não fizemos a comparação com a forma verbal do presente do subjuntivo, pois para formar o imperativo, a segunda pessoa do singular é extraída do presente do indicativo e não do presente do subjuntivo.

Comparando as duas estruturas morfológicas temos:

(5) Forma verbal coletada no *corpus*

Radical/	Vogal temática/	Sufixo modo-temporal/	Sufixo número-pessoal
<i>se</i>	<i>e</i>	\emptyset	<i>-de</i>

(6) Correspondente no presente do indicativo

Radical/	Vogal temática/	Sufixo modo-temporal/	Sufixo número-pessoal
<i>so</i>	<i>e</i>	\emptyset	<i>-des</i>
<i>s</i>	<i>e</i>	\emptyset	<i>-des</i>

Ao observarmos as estruturas morfológicas acima, afirmamos que a forma *seede* não possui as mesmas características morfológicas dos verbos conjugados no presente do indicativo. Com isso, é possível levantar a hipótese de que não se trata de uma forma variante do imperativo. Esse argumento pode ser levado em consideração pelo fato de termos formas verbais distintas para expressar o imperativo e o indicativo.

Segundo Williams (1973, p. 241), o verbo *ser*, em princípio, originou-se do verbo latino *sēdēre*. Porém, durante o período arcaico, muitas das formas de *sēdēre* foram substituídas por formas do verbo latino *esse*.

Maia (1997 [1986]), sobre esse assunto, afirma que várias formas do verbo *ser* (cf. *ser* no PA) resultam da fusão de dois verbos latinos: *esse* (do qual procede a maior parte das formas) e *sēdēre*. Sobre esse último, a autora afirma que em princípio significava estar sentado e ao longo dos anos, em espanhol e português, acabou se convertendo em sinônimo de *estar* e *ser*. Segundo Michēlis de Vasconcelos (1946 [1912-13]), o sentido original de *sēdēre* ainda se manteve até o século XIV. Nas CSM não foi mapeada nenhuma ocorrência com o sentido de estar sentado.

De acordo com Maia (1997 [1986], p. 814), para o presente do indicativo, registram-se as formas correspondentes a dois paradigmas: um que representa historicamente o presente do indicativo do verbo *esse* e outro o do verbo *sēdēre*.

Williams (1973, p. 241) traz a seguinte representação para os dois paradigmas:

(7) Presente do Indicativo Verbo *Sēdēre*

1^aps: *sēdēo* > *sejo* (arcaico)

2^aps: *sedes* > *sees* (arcaico)

3^aps: *sēdēt* > *see* > *se* (arcaico)

1^app: *sēdēmus* > *seemos* > *semos* (arcaico)

2^app: *sēdētis* > *seedes* > *sedes* (arcaico) ou *sendes* (arcaico e dialetal)

3^app: *sēdent* > *seem* (arcaico)

(8) Presente do Indicativo Verbo *Esse*

1^aps: *sŭm*> *som* ou *sō* (arcaico)

2^aps: *es*> *és* (arcaico)

3^aps: *est*>**es*

1^app: *sŭmus*> *somos*

2^app: *sŭtis*>*sodes*> *sois*

3^app: *sŭnt*>*som*>*são*

Analisando os paradigmas acima, podemos observar que a forma *seede* mapeada no *corpus* não pertence aos paradigmas expostos acima. Mettmann (1972) traz em seu glossário uma conjugação mista que envolve ocorrências vindas da conjugação do verbo *esse* e do verbo *sēdēre*:

(9) Presente do Indicativo Verbo *Seer*

1^aps: *sōo*, *soon*, *son*, *sejo*

2^aps: *es*, *eres*, *sees*

3^aps: *é*, *éste*, *see*, *sé*

1^app: *somos*

2^app: *sodes*, *sedes*

3^app: *son*, *seen*

Assim como Williams (1973), é possível verificar que, na conjugação proposta por Mettmann (1972), elaborada com os dados coletados das CSM, a forma *seede* não faz parte do paradigma do presente do indicativo.

Nesse sentido, para a forma ser considerada variante, ela teria de estar associada à forma conjugada no presente do indicativo; *seede* não é uma variante, mas sim uma forma própria para se expressar o imperativo.

Tanto Williams (1973) quanto Mettmann (1972) trazem uma conjugação própria para o modo imperativo do verbo *ser*.

(10) Mettmann (1972)	Williams (1973)
2 ^a ps: <i>sei</i>	2 ^a ps: <i>sēdē</i> >* <i>see</i> > <i>sei</i> (arcaico)
2 ^a pp: <i>seede</i>	2 ^a pp: <i>sēdēte</i> > <i>seede</i> > <i>sede</i>

Se estivéssemos diante de uma forma variante, tanto na CSM 5 quanto na CSM 75, iríamos ter formas como *sois*, *sodes* ou *sede*, e não *seede* como fora mapeado. Analisando o contexto em que *seede* foi utilizada, temos uma ideia semântica de ordem direta. Se estivéssemos diante de um pedido ou ordem indireta, deveriam ser usadas formas indicativas e não imperativas, como propõe Câmara Jr. (1976 [1970]).

Conclusões

Ao observarmos a análise preliminar realizada com o verbo *seer* conjugado na 2^app, notamos a predominância do imperativo, ou seja, há preservação da construção canônica postulada pelas gramáticas históricas e tradicionais da formação do imperativo.

Não há indícios de formas variantes relacionadas à 2ªpp, pois não foi mapeada qualquer forma morfológica idêntica para representar o imperativo e o presente do indicativo ao mesmo tempo da 2ªpp nas CSM.

Ao realizar a divisão das formas conjugadas em morfemas, observamos que os verbos mapeados no *corpus* são quase idênticos às formas do presente do indicativo, contudo, sem o –s final. Nesse sentido, podemos confirmar a hipótese de que o sistema verbal da língua portuguesa no PA, sobretudo no que diz respeito ao uso dos modos verbais, era bem definido.

REFERÊNCIAS

- ALI, S. M. *Gramática histórica da língua portuguesa* Brasília: UnB, 1964.
- BLOMFIELD, L. *Language*. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.
- CÂMARA Jr., J. M. *Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1964.
- _____. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1976 [1970].
- COUTINHO, I. L. de. *Gramática histórica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.
- FARACO, C. A. *The imperative sentence in Portuguese: a semantic and historical discussion*. 1982. Tese (Doutorado) – University of Salford, Manchester. 1982.
- FARIA, E. *Gramática superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.
- FERREIRA, M. P. The Stemma of the Marian Cantigas: Philological and Musical Evidence. *Bulletin of the Cantigueiros de Santa Maria*, Cincinnati, n. 6, p. 58-98, 1994.
- FILGUEIRA VALVERDE, J. Introducción. In: ALFONSO X EL SABIO. *Cantigas de Santa María*. Códice Rico de El Escorial. Madrid: Castalia. p. 11-63, 1985.
- KEHDI, V. *Morfemas do português*. São Paulo: Ática, 2003.
- LEÃO, Â. V. *Questões de linguagem nas Cantigas de Santa Maria, de Afonso X*. Ensaios – Associação Internacional de Lusitanistas (AIL), 2002. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/fale/pos/ail/leao01.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2005.
- MAIA, C. *História do galego-português*. 2. ed. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian/ Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1997 [1986].
- MATTOS E SILVA, R. V. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.

- _____. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto, 2001.
- MAURER JUNIOR, T. H. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
- MENON, O. P da S. *O imperativo no Português do Brasil*. 1984. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Paraná, Curitiba. 1984.
- METTMANN, W. *Glossário*. In: AFONSO X, O SÁBIO. *Cantigas de Santa Maria*. Coimbra: Universidade, 1972. (Glossário, v. 4).
- MICHAËLIS DE VASCONCELOS, C. *Lições de filologia portuguesa* (segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13) Seguidas das Lições Práticas de Português Arcaico. São Paulo: Martins Fontes, 1946 [1912-1913].
- MONTEIRO, J. L. *Morfologia portuguesa*. Campinas: Pontes, 2002.
- O' CALLAGHAN, J. F. *Alfonso X and the Cantigas de Santa Maria: a poetic biography*. Leiden; Boston; Koln: Brill, 1998.
- PARKINSON, S. As Cantigas de Santa Maria: estado das questões textuais. *Anuario de estudios literarios galegos*, Vigo, p. 179-205, 1998.
- PENA, X. R. *Literatura galega medieval*. Santiago de Compostela: Gotelo Blanco, 1992.
- PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 1996.
- PONTES, E. *Estrutura do verbo no português coloquial*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- ROCHA, L. C. A. de. *Estruturas morfológicas do Português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- ROSA, M. C. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SCHERRE, M. M. P. Uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. In: BAGNO, M. (Org.) *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 217-230.
- SILVA NETO, S. *da História da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.
- STAVROU, C. *Portuguese pronouns and command forms*. Hispania: American Association of Teachers of Spanish and Portuguese, 1973. p. 92-93.
- VILELA, M.; KOCH, I. V. *Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática de texto*. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.
- WILLIAMS, E. B. *Do latim ao português*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

As vogais pretônicas do português antigo a partir da variação gráfica no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende

(Pretonic vowels of Medieval Portuguese through the spelling variation in the *Cancioneiro Geral* by Garcia de Resende)

Juliana Simões Fonte

¹Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Universidade Estadual Paulista (Unesp)
jujufonte@yahoo.com.br

Abstract: This paper aims to investigate the raising of pretonic mid vowels in Medieval Portuguese (second period). The research corpus comprises the *Cancioneiro Geral* (1516), by Garcia de Resende, which includes poems from the fifteenth century and early sixteenth century. The methodology adopted in this research consisted in mapping and analysis of the spelling used in Resende's compilation to represent the mid and high pretonic vowels. On interpreting the data from this study, we started from the hypothesis that the lack of spelling standardization, in Medieval Portuguese, afforded a greater freedom to the speakers of the time to represent, in spelling, speech particularities. In addition to providing important clues about the phonetic realization of pretonic vowels in Medieval Portuguese, this article compares data from the past with current pronunciations (Brazilian and European).

Keywords: pretonic vowels; history of Portuguese; *Cancioneiro Geral*.

Resumo: A proposta deste artigo é investigar a atuação do processo de alçamento entre as vogais pretônicas do português antigo. Constitui o corpus desta pesquisa o *Cancioneiro Geral* (1516), de Garcia de Resende, que reúne poemas escritos no século XV e início do século XVI. A metodologia adotada nesta pesquisa baseia-se no mapeamento e análise da grafia empregada na coletânea de Resende para representar as vogais pretônicas médias e altas de antanho. Ao interpretar os dados desta pesquisa, partimos da hipótese de que a falta de normatização ortográfica, no período considerado, proporcionava aos falantes da época uma maior liberdade para reproduzir, na escrita, particularidades da fala. O presente artigo, além de fornecer pistas importantes sobre a realização fonética das vogais pretônicas do português antigo, estabelece uma comparação entre os dados do passado e as pronúncias atuais.

Palavras-chave: vogais pretônicas; história do português; *Cancioneiro Geral*.

Introdução

O objetivo deste estudo é investigar a ocorrência de variação fonética, envolvendo alçamento vocálico, entre as vogais pretônicas do português antigo (segunda fase do período tradicionalmente conhecido como arcaico),¹ por meio da análise da grafia empregada no *Cancioneiro Geral* (1516), de Garcia de Resende, que reúne poemas escritos ao longo do século XV e início do século XVI, por cerca de 286 poetas.

¹ Na periodização proposta por estudiosos como Leite de Vasconcellos (1959) e Silva Neto (1956), o português arcaico corresponde ao período da língua compreendido entre meados do século XII e o início do século XVI. Michaëlis de Vasconcelos (1946, p. 15), por sua vez, considera extenso demais esse período atribuído ao português arcaico e, baseada na produção literária medieval, propõe que se faça a seguinte subdivisão: i. *fase trovadoresca*, até 1350, cuja língua seria o galego-português; e ii. *fase da prosa histórica verdadeiramente nacional*, de 1350 a meados do século XVI, em que o português e o galego teriam tomado rumos diferentes, tornando-se línguas distintas. Este artigo, conforme acima mencionado, dedica-se à segunda fase do período arcaico.

No quadro atual da língua, a pronúncia da vogal pretônica constitui uma das principais diferenças entre as variedades brasileira e portuguesa. Sobre o português brasileiro (PB) atual, estudos variacionistas, desenvolvidos em diversas regiões do país, revelam que é comum a vogal média pretônica realizar-se como alta, em determinados contextos fonético-fonológicos adjacentes. Os dados desses estudos sugerem, em geral, que o alçamento da vogal média pretônica, no Brasil, está associado a processos fonéticos de natureza assimilatória, tais como a harmonia vocálica, por exemplo.

No que se refere ao português europeu (PE), Mateus e Andrade (2000) mostram que a elevação da vogal média pretônica é uma regra geral, que se aplica a todos os contextos (com algumas poucas exceções). Para Teyssier (1994[1980]) e Marquilhas (2003), esse quadro atual português representa a generalização de uma regra que, inicialmente, era restrita a contextos fonético-fonológicos específicos, tal como ocorre no Brasil. Os autores consideram, pois, que o caso brasileiro mantém uma fonologia que era a de Portugal no tempo das navegações.

Diante dessa hipótese, nosso objetivo, no presente trabalho, é investigar o alçamento da vogal média pretônica no português antigo, a fim de comparar a aplicação desse processo nos diferentes períodos (e variedades) da língua, buscando dados que nos permitam confirmar (ou não) a proposta dos autores referidos.

Como a criação de uma ortografia padrão é relativamente recente, na história da língua portuguesa, são bastante frequentes os casos de variação gráfica nos antigos documentos escritos em português. A metodologia empregada neste estudo baseia-se, portanto, no mapeamento de todas as variações gráficas entre <e> e <i>, e entre <o> e <u>, pretônicas, presentes no *Cancioneiro Geral* (edição de Dias, 1990). Além dos casos de variação, também foram contemplados, neste estudo, todos os dados que apresentaram, para as vogais pretônicas médias e altas, uma grafia invariável diferente da atual.

É importante ressaltar que, ao buscar, no *corpus* considerado, informações sobre os sons da época, não partimos da pressuposição ingênua de que dados de escrita são mera transcrição da fala. Por outro lado, acreditamos que a falta de normatização ortográfica oferecia condições favoráveis para que elementos da fala fossem reproduzidos na escrita.

Levando-se em consideração o fato de que a Fonologia de Geometria de Traços, de Clements e Hume (1995), consegue representar satisfatoriamente, de um modo geral, o alçamento de vogal pretônica decorrente do espraiamento de traços entre segmentos adjacentes, adotamos esse modelo fonológico não-linear para interpretar os dados desta pesquisa.

O alçamento vocálico no português atual

O processo fonológico conhecido como alçamento vocálico é o responsável pela elevação da vogal média em pronúncias como p[i]rigo e b[u]neca, para *perigo* e *boneca*, por exemplo. Neste item do trabalho, vamos discorrer sobre a atuação desse processo entre as vogais pretônicas do português atual (brasileiro e europeu), tomando como base os pressupostos teóricos da Fonologia de Geometria de Traços.

Particularmente em relação ao PB atual, estudos variacionistas (cf. VIEGAS, 1987, 2003; SILVA, 1989; BORTONI, 1992; OLIVEIRA, 1992; FREITAS, 2001; COLLISCHONN; SCHWINDT, 2004; CELIA, 2004; SILVEIRA, 2008; LEE, 2009; CARMO, 2009, 2013)

mostram que a ocorrência de uma vogal alta, na sílaba tônica, costuma condicionar o alçamento da vogal pretônica (ex.: *menino, perigo, descobrir, engolir*) em todas as variedades da língua – principalmente nos casos envolvendo vogal média anterior, em que o alçamento é mais frequente do que nos casos com vogal média posterior (em *notícia, tolice* e *volume*, por exemplo, o alçamento não se aplica em todas as variedades do PB atual). Contudo, o contexto de vogal alta na sílaba adjacente, que caracteriza o processo de harmonia vocálica, não é o único envolvido nos casos de elevação de vogal média pretônica, no Brasil. Para as vogais anteriores, o alçamento também costuma ser categórico, entre os falantes brasileiros, quando envolve a vogal pretônica em início absoluto de palavra (em sílaba travada por /S/ ou /N/), na sílaba inicial *des-* (prefixo ou não) e em hiatos (ex.: *emprego, enfeite, escola, esconder, desgraça, desfazer, passear*). Já o processo de redução vocálica, caracterizado pela influência de uma consoante adjacente, no alçamento da vogal média pretônica, tende a variar de acordo com os fatores extralinguísticos envolvidos (região geográfica, escolaridade, classe social, etc.). Sendo assim, em alguns casos, mesmo que as consoantes adjacentes à vogal pretônica apresentem traços favoráveis ao alçamento, a elevação da vogal média pode não ocorrer, na maior parte das variedades brasileiras (ex.: *pegar, morar*).

Sobre o PE atual, Mateus e Andrade (2000) mostram que o alçamento da vogal média pretônica é categórico, em todos os contextos fonético-fonológicos (ex.: *m[u]rar* “morar”, *p[ĩ]gar* “pegar”), com pouquíssimas exceções (ex.: *hospital, credor*, etc.). Estudos revelam, no entanto, que a elevação da vogal média pretônica nem sempre foi uma regra geral, na fala dos portugueses. Para Marquilhas (2003), no português quinhentista, ocorriam [e] e [o], na posição pretônica, que podiam variar com [i] e [u], em casos envolvendo uma vogal alta na sílaba tônica (processo de harmonia vocálica). A autora considera, portanto, que, no português antigo, o alçamento da vogal média pretônica era condicionado pelo contexto fonético-fonológico adjacente, tal como ocorre no Brasil. Somente a partir do século XVIII (TEYSSIER, 1994[1980]), teria ocorrido a generalização da regra, que passou a abranger todos os contextos. Partindo dessa pressuposição, pode-se dizer que, no âmbito das vogais pretônicas, os falantes brasileiros estão trilhando um caminho já percorrido pelos falantes portugueses. Mais do que isso, essa conjectura autoriza-nos a afirmar que a pronúncia quinhentista, para as vogais pretônicas, assemelha-se mais à pronúncia brasileira atual do que à portuguesa.

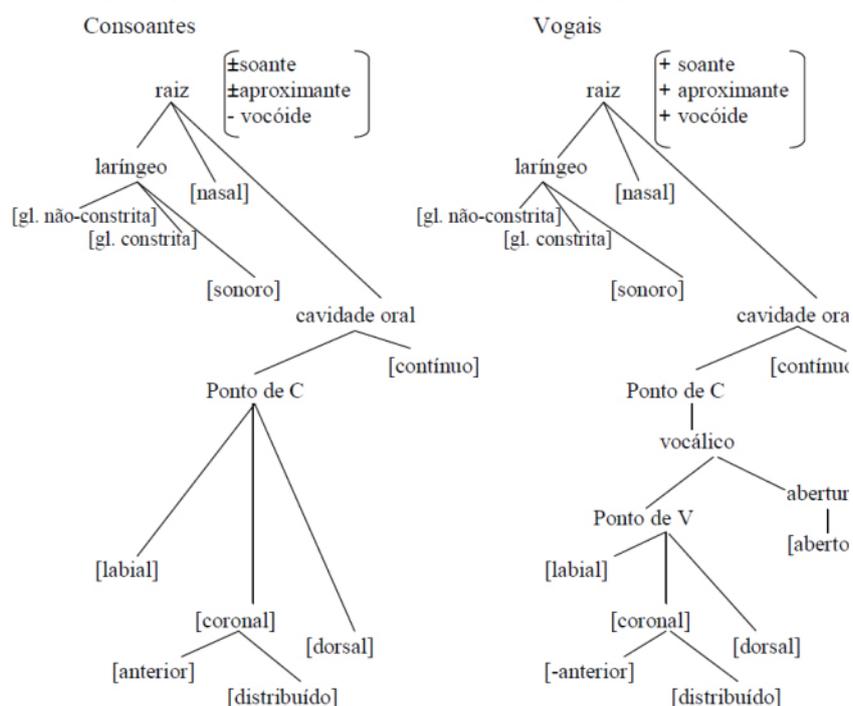
Por outro lado, cabe ressaltar que o processo de harmonia vocálica não é o único responsável pelo alçamento da vogal pretônica, no Brasil. Conforme acima mencionado, em alguns casos, a elevação da vogal média, na posição pretônica, pode ser associada ao processo de redução vocálica, nas variedades brasileiras. Resta-nos saber, entretanto, se os casos de alçamento de vogal pretônica, no Brasil, caracterizam-se, essencialmente, por uma regra de assimilação, ou se já estamos caminhando para uma generalização do processo, cujo condicionamento seria unicamente prosódico (sílabas pretônicas).

Para aprofundar essa discussão, vamos lançar mão do arcabouço teórico fornecido pela Fonologia de Geometria de Traços, capaz de representar, de um modo satisfatório, o processo de alçamento vocálico, quando decorrente do espraçamento de traços entre segmentos contíguos.

A Fonologia de Geometria de Traços (CLEMENTS, 1985, 1991; CLEMENTS; HUME, 1995) enquadra-se na teoria Auto-segmental (GOLDSMITH, 1976), um dos modelos da

fonologia não-linear.² Para Cagliari (1997, p. 17), a Fonologia de Geometria de Traços foi além da ideia de auto-segmentação e organizou os traços em uma hierarquia de dependências. Nessa estrutura hierárquica, os traços ficam dispostos em planos, formados pelas fileiras superior e inferior contíguas, que se assemelham aos modelos da geometria (cf. CAGLIARI, 1997, p. 17). Na Fonologia de Geometria de Traços, uma fileira liga-se a outra por meio de linhas de associação, conforme indica a estrutura a seguir:

Diagrama 1: Organização hierárquica de consoantes e vogais, segundo a Geometria de Traços



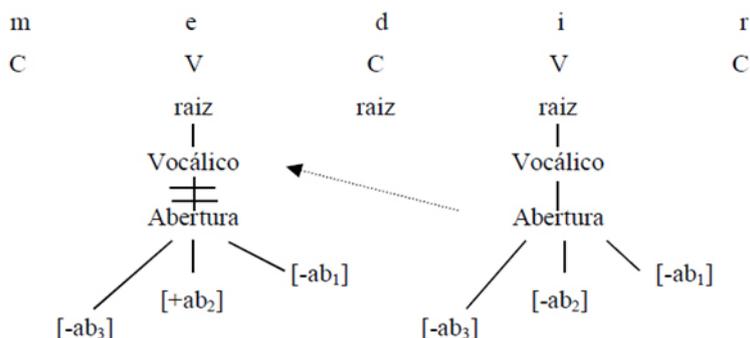
Fonte: MATZENAUER (2005, p. 50)

As linhas de associação, segundo Cagliari (1997, p. 17), também servem para indicar a aplicação de processos fonológicos, como a assimilação, por exemplo, caracterizada pelo espriamento de traço(s) de um segmento a outro.

Nessa perspectiva, o processo de harmonia vocálica pode ser entendido como um espriamento dos traços que compõem o nó *abertura* de uma vogal para a outra. Assim, o processo de harmonia vocálica responsável pelo alçamento da vogal pretônica em uma realização como m[i]dir, para o verbo *medir*, poderia ser representado da seguinte forma, segundo o modelo de Geometria de Traços:

² De acordo com Cagliari (1997, p. 16), o modelo auto-segmental “organiza os traços dos fonemas em *fileiras* ou *níveis* (ou *tiers*) em vez de colocá-los numa matriz única como fazia a Fonologia Gerativa”. A partir dessa auto-segmentação dos traços distintivos, torna-se possível que uma determinada regra atue apenas em uma fileira específica, de modo independente, sem atingir as demais.

Diagrama 2: Representação do processo de harmonia vocálica, segundo a Geometria de Traços



A estrutura acima representa o espriamento do nó *abertura* da vogal alta, composto pelos traços [-aberto 1], [-aberto 2] e [-aberto 3] (cf. WETZELS, 1992), para a vogal média da sílaba precedente, cujos traços originais, [-aberto 1], [+aberto 2] e [-aberto 3], foram cortados e eliminados da estrutura.

Cabe observar que a presença de uma consoante entre as duas vogais não impede o espriamento dos traços, uma vez que consoantes (simples), segundo Matzenauer (2005, p. 57), por não apresentarem o nó *vocálico*, não bloqueiam o espriamento.

Consideremos, agora, os casos de alçamento de vogal pretônica condicionados pela influência de uma consoante adjacente (ex.: *b[u]neca*, *alm[u]çar*; *c[u]berto*, *s[i]nhor*; etc.). Sabendo que, em termos fonéticos, [u] é mais labial e mais dorsal do que [o], da mesma forma que [i] é mais coronal do que [e], poderíamos justificar o alçamento da vogal média pretônica, em pronúncias como *b[u]neca*, *c[u]berto* e *s[i]nhor*, por exemplo, pela influência das consoantes adjacentes (destacadas), que apresentam, respectivamente, os traços [labial], [dorsal] e [coronal].

Por outro lado, também ocorre, no Brasil, elevação de vogal média anterior diante de consoante velar (ex.: *p[i]queno*), que apresenta o traço [dorsal]. Além disso, são comuns, em determinadas variedades do PB atual, casos de alçamento de vogal média posterior, na sílaba pretônica, envolvendo uma consoante palatal adjacente (ex.: *ch[u]calho*), que apresenta o traço [coronal]. Nesses exemplos, o alçamento da vogal média não poderia ser associado aos traços que compõem os pontos de articulação dos segmentos, já que vogais médias anteriores não apresentam o traço [dorsal], e vogais médias posteriores não apresentam o traço [coronal]. Esses casos de alçamento poderiam ser explicados, no entanto, se considerássemos o fato de que consoantes velares e palatais apresentam um alto ponto de articulação. Contudo, essa explicação não seria possível segundo o modelo de Geometria de Traços, já que, no diagrama proposto por Clements e Hume (1995), as consoantes não apresentam traços referentes à altura.

Importa referir, a propósito, que essa ausência de um nó de abertura, na representação das consoantes, proposta pela Fonologia de Geometria de Traços, também impede que esse modelo represente satisfatoriamente os casos envolvendo a influência da consoante adjacente mesmo quando vogais e consoantes partilham do mesmo ponto de articulação (ex.: vogais posteriores e consoantes labiais ou dorsais), porque, somente a partir do espriamento dos traços que compõem o Ponto de C ([coronal], [dorsal] ou [labial]), não é possível justificar a mudança de abertura da vogal adjacente.

Os fatos até aqui observados autorizam-nos, pois, a conceber a harmonia vocálica como um processo distinto da redução vocálica. O primeiro caracteriza-se essencialmente por uma regra de assimilação, ao passo que o segundo pode ser classificado como uma autêntica regra de neutralização, que busca reduzir o sistema fonológico de vogais da língua, sem restringir-se, necessariamente, ao contexto fonético-fonológico envolvido (cf. BISOL, 2009).

Com base nessas evidências, diremos que, em Portugal, o processo de redução vocálica pode ser entendido como uma regra de neutralização, e não de assimilação. No caso do Brasil, é notável a variação na pronúncia da vogal pretônica. Em algumas variedades brasileiras, o alçamento da vogal média, na posição pretônica, está mais próximo de uma regra de assimilação do que de uma neutralização. Em outras variedades, no entanto, esse processo aproxima-se mais de uma regra de neutralização, embora não abarque todos os contextos, como em Portugal. Vale lembrar que, em alguns casos, mesmo que o segmento adjacente apresente traços favoráveis ao alçamento, a elevação da vogal pretônica pode não ocorrer, em determinadas variedades brasileiras, porque, no Brasil, o alçamento de vogal média pretônica é uma regra variável. Portanto, essa generalização que se verifica, em Portugal, para a elevação da vogal média pretônica, por ora só pode ser observada entre as vogais postônicas finais, nas variedades brasileiras.

Com o intuito de obter informações sobre a pronúncia das vogais pretônicas, no português antigo, analisamos, na subseção a seguir, as grafias adotadas no *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende.

As vogais pretônicas no *Cancioneiro Geral*

Neste item do trabalho, estão apresentados e discutidos os resultados desta pesquisa, provenientes do mapeamento e análise das grafias empregadas na coletânea de Resende para representar as vogais pretônicas da época.

O primeiro passo desta pesquisa foi fazer um levantamento de todos os termos, no *Cancioneiro Geral*, grafados com vogal pretônica (média ou alta) diferente da atual – em variação ou não. Em seguida, organizamos os dados segundo o contexto fonético-fonológico da vogal pretônica, a saber:

- vogal alta (/i/ ou /u/) na sílaba tônica (processo de harmonia vocálica);
- vogal alta (/i/ ou /u/) na sílaba átona, imediatamente seguinte à vogal pretônica-alvo;
- consoante coronal, labial ou dorsal, precedente ou seguinte à vogal pretônica-alvo (processo de redução vocálica).

Concluída essa divisão dos dados, fez-se necessária, em alguns casos, uma subdivisão dos termos variantes, baseada na ortografia oficial do português de hoje: de um lado, ficaram os termos que são grafados com vogal média pretônica e, de outro, os termos que apresentam uma vogal pretônica alta, nos padrões atuais da escrita. Para os termos grafados com vogal pretônica alta, na atual ortografia do português, investigamos a origem dessa vogal alta, no latim clássico,³ com o intuito de verificar se a pronúncia atual é etimológica ou resultado de mudança ao longo da história da língua.

³ As informações sobre a etimologia dos termos, neste estudo, são baseadas em Corominas (1961), Cunha (2010) e Saraiva (2006).

Os quadros a seguir trazem alguns exemplos de verbos e não-verbos grafados, no *Cancioneiro Geral*, com vogal alta pretônica, em substituição à vogal média etimológica (os dados estão distribuídos de acordo com o contexto fonético-fonológico envolvido):

Quadro 1: Verbos grafados com vogal alta pretônica, no *Cancioneiro Geral*, em substituição à vogal média etimológica

Contexto	Vogal anterior	Vogal Posterior
Vogal alta na sílaba tônica	<i>pedir</i> ~ <i>pidir</i> <i>seguir</i> ~ <i>siguir</i> <i>sentir</i> ~ <i>sintir</i>	<i>chuvia</i> <i>encobrir</i> ~ <i>encubrir</i> <i>pussuir</i>
Vogal alta na sílaba átona adjacente	<i>anticiparam</i>	
Consoante coronal	<i>boçijar</i> <i>divera</i> <i>ensandecer</i> ~ <i>ensandicer</i>	
Consoante dorsal		<i>açustumar</i> <i>jugar</i>
Consoante labial		<i>prucurar</i>

Quadro 2: Não-verbos grafados com vogal alta pretônica, no *Cancioneiro Geral*, em substituição à vogal média etimológica

Contexto		Vogal anterior	Vogal posterior
Vogal alta na sílaba tônica	/i/	<i>bixigas</i> <i>menina</i> ~ <i>mininas</i> <i>mentira</i> ~ <i>mintiras</i> <i>metido</i> ~ <i>mitido</i> <i>pedido</i> ~ <i>pidido</i> <i>pipino</i>	<i>assu<u>v</u>ios</i> <i>cori<u>s</u>co</i> ~ <i>curi<u>s</u>cos</i> <i>du<u>r</u>ido</i> <i>foci<u>n</u>ho</i> ~ <i>fuci<u>n</u>hos</i> <i>liju<u>n</u>jaria</i> “ <i>lisonjaria</i> ” <i>puli<u>ç</u>ia</i>
	/u/	<i>mesu<u>r</u>a</i> ~ <i>misu<u>r</u>a</i> <i>progenitu<u>r</u>a</i> ~ <i>proginitu<u>r</u>a</i> <i>vestid<u>u</u>ras</i> ~ <i>vistidu<u>r</u>a</i>	<i>cobert<u>u</u>ra</i> ~ <i>cubert<u>u</u>ra</i> <i>compustu<u>r</u>a</i> <i>costu<u>m</u>es</i> ~ <i>custu<u>m</u>es</i> <i>do<u>ç</u>uras</i> ~ <i>du<u>ç</u>ura</i> <i>fortu<u>n</u>a</i> ~ <i>furtu<u>n</u>a</i>
Vogal alta na sílaba átona adjacente		<i>ci<u>r</u>imonia</i> <i>competi<u>d</u>or</i> ~ <i>compiti<u>d</u>or</i> <i>dili<u>c</u>ada</i> <i>diri<u>v</u>ados</i> <i>livianas</i> <i>menti<u>r</u>osos</i> ~ <i>minti<u>r</u>oso</i> <i>persigui<u>d</u>ores</i> <i>sentim<u>e</u>nto</i> ~ <i>sintim<u>e</u>nto</i>	<i>cogu<u>m</u>elo</i> ~ <i>cugumelo</i> <i>portugues<u>e</u>s</i> ~ <i>purtugues</i>
Consoante coronal		<i>car<u>c</u>ireiro</i> <i>li<u>l</u>ão</i> <i>mar<u>l</u>chal</i> <i>mel<u>l</u>hor</i> ~ <i>mil<u>l</u>hor</i> <i>ni<u>l</u>hũ</i> <i>pir<u>l</u>nalta</i> <i>pi<u>l</u>neira</i> <i>rende<u>l</u>iro</i> ~ <i>rinde<u>l</u>iros</i> <i>se<u>l</u>quer</i> ~ <i>si<u>l</u>quer</i>	
Consoante dorsal			<i>co<u>s</u>tumado</i> ~ <i>ac<u>s</u>tumado</i> <i>cu<u>b</u>erto</i> <i>coi<u>t</u>ado</i> ~ <i>cu<u>i</u>tado</i> <i>cu<u>s</u>tureiro</i> <i>ju<u>g</u>ador</i> <i>regu<u>r</u>osos</i>
Consoante labial			<i>fogu<u>e</u>ira</i> ~ <i>fugueira</i> <i>mu<u>l</u>ela</i> <i>puma<u>r</u></i>

Conforme se pode observar, o alçamento da vogal média pretônica, em todos esses casos, é perfeitamente justificável a partir da influência dos segmentos adjacentes.

O contexto de vogal alta na sílaba (tônica ou átona) contígua mostrou-se relevante entre os dados desta pesquisa. Contudo, o processo de harmonia vocálica, ao contrário do que afirmara Marquilhas (2003), não é o único envolvido nos casos de alçamento de vogal pretônica, registrados na grafia do *Cancioneiro Geral*. Os quadros acima apresentados trazem exemplos de elevação de vogal média pretônica, nos séculos XV e XVI, associados ao processo de redução vocálica.

É interessante observar, acerca desses dados, que muitos dos termos grafados (em variação ou não), no *Cancioneiro Geral*, com vogal alta pretônica, em substituição à vogal

média etimológica, também são pronunciados com vogal média alçada, na maior parte das variedades brasileiras (ex.: *pedir, seguir, sentir, metido, menino, mentira, mentiroso, pedido, pepino, bexiga, ensinar, desfavor, sequer, chovia, corisco, focinho, polícia, assovio, costume, fortuna, encobrir, cobertura, coberto, acostumar, acostumado, costureiro, procurar, fogueira*, etc.).

Por outro lado, alguns dos casos de alçamento documentados na grafia do *Cancioneiro Geral* são mais comuns no PE do que no PB atual (ex.: *progenitura, antecipar, bocejar, competidor, cerimônia, delicado, derivado, leviano, perseguidor, rendeiro, ensandecer, dever, carcereiro, marechal, pinalta, peneira, possuir, dorido, lisonjaria, cogumelo, pomar, rigoroso, jogar, jogador*). Tais dados, portanto, vão de encontro à afirmação de estudiosos como Teyssier (1994), por exemplo, de que não há evidências, antes do século XVIII, de elevação de vogal média pretônica semelhante à que ocorre em Portugal, atualmente. Em outras palavras, os dados do CG sugerem que, na segunda fase do PA, a regra de neutralização, que se verifica entre as vogais pretônicas (médias e altas) do PE atual, já começava a se manifestar.

Consideremos, agora, os termos grafados (em variação ou não), no *Cancioneiro Geral*, com vogal média pretônica, em lugar da vogal alta que apresentam no português atual. Os exemplos apontados nos quadros a seguir também estão organizados segundo o contexto fonético-fonológico envolvido:

Quadro 3: Verbos grafados com vogal média pretônica, no *Cancioneiro Geral*, em substituição à vogal alta atual

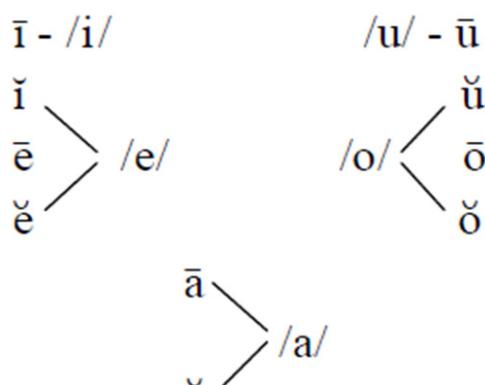
Contexto	Vogal anterior	Vogal posterior
Vogal alta na sílaba tônica	<i>demenuir</i> <i>fingir ~ fengir</i> <i>redemir</i> <i>resistir ~ resestir</i>	<i>cumprir ~ comprir</i> <i>destruir ~ destroir</i> <i>fugir ~ fogir</i> <i>sobir</i>
Vogal alta na sílaba átona adjacente	<i>devinhar</i> <i>edeficar</i> <i>noteficar</i> <i>visitar ~ vesitar</i>	<i>duvidar ~ dovidar</i>
Consoante coronal	<i>dizer ~ dezer</i>	
Consoante dorsal	<i>vingar ~ vengar</i>	
Consoante labial		<i>mormurar</i> <i>porificar</i>

Quadro 4: Não-verbos grafados com vogal média pretônica, no *Cancioneiro Geral*, em substituição à vogal alta atual

Contexto		Vogal anterior	Vogal posterior
Vogal alta na sílaba tônica	/i/	<i>divina</i> ~ <i>devina</i> <i>homecida</i> <i>menistro</i> <i>vezinho</i>	<i>cupido</i> ~ <i>copido</i> <i>juvenil</i> ~ <i>jovenil</i> <i>sospiro</i>
	/u/	<i>figura</i> ~ <i>fegura</i> <i>meudo</i> <i>viuva</i> ~ <i>veuva</i>	<i>futuro</i> ~ <i>foturo</i> <i>tumultos</i>
Vogal alta na sílaba átona adjacente		<i>artefecial</i> <i>denidade</i> <i>diligente</i> ~ <i>deligente</i> <i>josteficado</i> <i>lemitadas</i> <i>vereficadas</i> <i>oficial</i> ~ <i>ofecial</i> <i>opinião</i> ~ <i>openiã</i> <i>oreginal</i>	<i>dovidado</i> <i>sotileza</i>
Consoante coronal		<i>singular</i> ~ <i>sengular</i> <i>diferente</i> ~ <i>deferente</i>	<i>sugeito</i> ~ <i>sogeito</i> <i>socesso</i>
Consoante dorsal		<i>minguada</i> ~ <i>menguado</i> <i>vingador</i> ~ <i>vengador</i>	<i>lugar</i> ~ <i>logar</i>
Consoante labial			<i>mulher</i> ~ <i>molher</i> <i>furioso</i> ~ <i>forioso</i>

Para interpretar esses dados, recorreremos à origem histórica da vogal pretônica destacada e ao esquema de substituição das vogais latinas pelas vogais portuguesas, na posição pretônica, representado a seguir:

Diagrama 3: Substituição das vogais latinas pelas vogais portuguesas, na posição pretônica



Ao investigar a etimologia de cada vocábulo, constatamos que a vogal média, em alguns casos, é etimológica, já que provém de uma vogal média ou alta breve do latim clássico (ex.: *redimir*, *homicida*, *ministro*, *figura*, *miúdo*, *viuva*, *edificar*, *diligente*, *oficial*, *artificial*, *notificar*, *justificar*, *verificar*, *minguar*, *cumprir*, *destruir*, *fugir*, *subir*, *futuro*, *mulher*, *cupido*, *juvenil*, *tumulto*, *duvidar*, *furioso*, etc.). Nesses vocábulos, portanto, a

grafia com vogal alta, nos casos em que a variação foi registrada, reflete, ao que tudo indica, a atuação do processo de alçamento vocálico, no português de então. Ao longo da história da língua, a variação entre vogal média etimológica e vogal alta fonética, nesses casos específicos, resultou em mudança, na qual a variante fonética foi adotada pela fonologia e pela ortografia oficial do português, em detrimento da variante etimológica. O esquema a seguir representa alguns exemplos dessa mudança envolvendo o processo de alçamento vocálico, no decorrer da história:

- (01) *figura* > *fegura* > *figura*
mīnũēre > *menguar* > *minguar*
vīdũā > *veuva* > *viúva*
fũgēre > *fogir* > *fugir*
locālis > *logar* > *lugar*
mũlĩēris > *molher* > *mulher*

Em outros dados, no entanto, a vogal pretônica destacada é proveniente de uma vogal alta longa (ī ou ū) do latim clássico (ex.: *adivinhar*, *divino*, *dividir*, *visitar*, *opinião*, *dignidade*, *original*, *limitar*, etc.). Nesses vocábulos, portanto, a grafia com vogal média, no *Cancioneiro Geral*, não é etimológica; ao contrário, pode estar refletindo casos de hipercorreção, no português da época. Em outras palavras, acreditamos que a grafia com vogal média, nesses dados, pode ter sido adotada por influência de determinados vocábulos de então, grafados com vogal média, mas pronunciados com vogal alta (alçada). Nesse caso, poderíamos arriscar a dizer que quem grafou *openião*, por exemplo, considerou, possivelmente, que a vogal média /e/ (e não /i/) representasse a vogal etimológica (como em *fegura*), e que uma grafia com <i> refletiria apenas uma variação da fala (também como em *figura*) e que, por isso, não seria a mais “adequada” para ser adotada. Além disso, não descartamos a hipótese de o emprego da vogal média, nesses vocábulos, não ser somente um recurso da escrita, mas também ocorrer na fala da época, em variação com a vogal alta. Teríamos, assim, nos séculos estudados, variações fonéticas envolvendo tanto o alçamento quanto o abaixamento da vogal pretônica.

Sabemos que, no português atual, embora haja um sistema ortográfico prescrito por lei, também é possível encontrar, eventualmente, reflexos da fala na escrita. De acordo com Cagliari (1998), algumas dessas grafias não-convencionais do português atual podem ser entendidas como *erros por transcrição fonética* e *erros por hipercorreção*. A reflexão sobre os dados desta pesquisa seguiu, de certo modo, essa classificação. É evidente que não faz sentido chamar de *escritas não-convencionais*, e muito menos de *erros*, as grafias analisadas ao longo desta subseção, já que não havia, na época, como vimos acima, um padrão ortográfico estabelecido. Contudo, afirmamos que algumas das grafias do português antigo estavam refletindo, ao que tudo indica, pronúncias com vogal pretônica alçada (*transcrição fonética*) do português antigo, e outras estavam indicando casos em que os falantes, sabendo que os termos com vogal média etimológica eram frequentemente pronunciados com vogal alta, na sílaba pretônica, atribuíam a grafia com vogal média a vocábulos que apresentavam, na verdade, uma vogal alta etimológica (*hipercorreção*).

Reis (2011), ao analisar a grafia empregada por alunos da quinta série (sexto ano) do Ensino Fundamental para representar as vogais pretônicas médias e altas do português

atual (variedade de São José do Rio Preto – SP), documentou diversos casos de escrita não-convencional associada à transcrição fonética ou à hipercorreção. Particularmente em relação ao segundo caso, a autora mostra dados como *enfanceia, riqueza, cedades, avestou, fecaram*, na série das vogais anteriores, e *logar, fogir, molher, popila, conhado*, na série das vogais posteriores. Esses dados do português atual corroboram a hipótese levantada por este estudo de que algumas das grafias do passado podem ser interpretadas como hipercorreção dos falantes da época e, mais do que isso, constituem um exemplo claro de que certos comportamentos linguísticos tendem a ser mantidos no decorrer da história. É importante ressaltar que, neste trabalho, não descartamos a hipótese de a hipercorreção, nos dados dos séculos XV e XVI, não ser apenas uma particularidade da escrita, mas estar refletindo pronúncias de então. Nesse caso, também há dados do PB atual que podem fundamentar essa proposta, como as pronúncias *mer[e]tíssimo* e *lim[o]sine*, para *meritíssimo* e *limusine*, por exemplo.

Pode-se dizer, enfim, que os dados desta pesquisa constituem um testemunho importante da língua falada em Portugal, no tempo das navegações. As grafias empregadas no *Cancioneiro Geral* sugeriram, para os séculos XV e XVI, frequentes casos de variação entre vogais médias e altas, na posição pretônica. Em alguns desses casos, a variação resultou em mudança, na diacronia do português. Em outros casos, no entanto, a variação sobreviveu à passagem dos séculos e permanece no português atual (brasileiro ou europeu).

Considerações finais

Diante do que foi exposto ao longo deste artigo, pode-se dizer que o presente estudo, além de indicar o comportamento das vogais pretônicas no português antigo, também traz reflexões importantes sobre variação e mudança, mostrando que certos distanciamentos, em relação à origem, são naturais, no decorrer da história, e, ao contrário do que possa insinuar uma interpretação superficial, não descaracterizam (nem empobrecem) a língua.

Sobre os termos oficialmente grafados com vogal média pretônica, na atual ortografia do português, mas pronunciados com vogal alçada, no Brasil ou em Portugal, este trabalho mostra que a pronúncia com vogal alta, na sílaba pretônica, já era comum no século XV (pelo menos).

Além disso, os dados do *Cancioneiro Geral* mostraram diversos casos de alçamento, nos séculos XV e XVI, que ocorrem atualmente em Portugal, mas que não são muito frequentes no Brasil. Esses dados, embora não sejam suficientes para atestar a generalização da regra de alçamento vocálico nos séculos referidos, sugerem que a neutralização entre vogais médias e altas, na posição pretônica, já começava a se manifestar, em Portugal, antes do século XVIII, que é o período apontado por Teyssier (1994[1980]) como o primeiro a registrar as evidências da generalização da regra.

Particularmente em relação aos vocábulos grafados com <i> ou <u> pretônicos, no português atual, o presente estudo revela que, em muitos casos, essa vogal alta não é etimológica; ao contrário, é o resultado de uma mudança, na história da língua, originada em variações fonéticas do português antigo, conforme indicaram as grafias documentadas na obra estudada.

Os dados desta pesquisa sustentam, pois, a afirmação de Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 126) de que nem toda variação implica mudança, mas “toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade”. É insustentável a ideia de que as línguas estejam imunes à ação do tempo e, além disso, é ingênuo acreditar que as mudanças linguísticas sejam instantâneas: os dados desta pesquisa comprovam, afinal, que as mudanças que se verificam no português de hoje são decorrentes de variações do passado.

REFERÊNCIAS

BISOL, L. O Alçamento da pretônica sem motivação aparente. In.: BISOL, L.; COLLISCHONN, G. (Org.) *Português do Sul do Brasil: variação fonológica*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2009. p. 73-92.

CARMO, M. C. do. *As vogais médias pretônicas dos verbos na fala culta do interior paulista*. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Ibilce/Unesp, São José do Rio Preto, 2009.

_____. *As vogais médias pretônicas na variedade do interior paulista*. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Ibilce/Unesp, São José do Rio Preto, 2013.

CELIA, G. F. *As vogais médias pretônicas na fala culta de Nova Venécia-ES*. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

COLLISCHONN, G.; SCHWINDT, L. C. Harmonia vocálica no sistema verbal do português do sul do Brasil. *Estudos de Fonologia e de Morfologia*, Porto Alegre, v. 18, n. 36, p. 73-82, 2004.

COROMINAS, J; PASCUAL, J. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Gredos, 1980-1991. (v. I-VI)

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

DIAS, A. F. *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Maia: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990-1993. (4 Volumes).

FREITAS, S. N. *As vogais médias pretônicas no falar da cidade de Bragança*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

LEE, S. Variação linguística e vogais no PB. In: HORA, D. (Org.). *Vogais: no ponto mais Oriental das Américas*. João Pessoa: Ideia, 2009. p. 29-43.

MARQUILHAS, R. Mudança analógica e elevação das vogais pretônicas. In.: CASTRO, I; DUARTE, I. (Org.). *Razões e emoção: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003. p. 7-18. (v. II).

MATEUS, M. H. M.; ANDRADE, E. de. *The phonology of portuguese*. Oxford: Oxford University, 2000.

OLIVEIRA, M. A. Aspectos da difusão lexical. *Revista de estudos da linguagem*, ano 4, v. 1. p. 31-41, 1992.

REIS, M. C. *O oral/falado e o letrado/escrito: um olhar sobre as vogais pretônicas*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Ibilce/Unesp: São José do Rio Preto, 2011.

SARAIVA, F. R. dos S. *Novíssimo Dicionário Latino-Português: etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc.* 12. ed. Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2006.

SILVA, M. B. *As pretônicas no falar baiano: a variedade culta de Salvador*. 1989. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

SILVEIRA, A. A. M. *As vogais pretônicas na fala culta do noroeste paulista*. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Ibilce/Unesp, São José do Rio Preto, 2008.

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1994 [1980].

VIEGAS, M. C. *Alçamento das vogais pretônicas: uma abordagem sociolinguística*. 1987. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Fale/UFMG, Belo Horizonte, 1987.

_____. O alçamento de vogais médias pretônicas e as consequências de diferentes recortes na amostragem. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 38, n. 4, p. 307-18, 2003.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno; Revisão Técnica: Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006.

Língua, linguagem e fala na “Teoria do Valor” de Ferdinand de Saussure

(*Langue, langage* and *parole* in Ferdinand de Saussure’s value theory)

Micaela Pafume Coelho¹, Thayanne Raísa Silva e Lima²

^{1,2}Instituto de Letras e Linguística – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

micaelapafume@yahoo.com.br, thayannerslima@hotmail.com

Abstract: This paper develops an analysis of the set of manuscripts ‘Notes for the Third Course’ in view of the delimitation process of ‘langage’, ‘langue’ and ‘parole’ as component concepts of the conceptual tripartition in Ferdinand de Saussure’s ideas. Therefore, in the analysis we could find that the distinction between these three terms rises, in the ‘Notes for the Third Course’, simultaneously with the ‘Value Theory’ – the principle that governs how the langue works. Furthermore, we can see that this relation between the linguistic value and the delimitation of this conceptual tripartition can also be found in the edition of the Course in General Linguistics, once it is through the delimitation of langue as the linguistics’ object of study is what made possible the Value Theory.

Keywords: manuscripts; langue; langage; parole; value theory.

Resumo: Este trabalho consiste em uma análise do conjunto de manuscritos “Notas Preparatórias para o Terceiro Curso”, tendo em vista a trajetória de delimitação de “linguagem”, “língua” e “fala” enquanto conceitos componentes da tripartição conceitual das elaborações de Ferdinand de Saussure. Dessa forma, ao efetuarmos essa análise, encontramos que a distinção entre esses três termos se dá, nas “Notas Preparatórias para o Terceiro Curso”, de forma concomitante ao desenvolvimento da “Teoria do Valor” – princípio que rege o funcionamento da língua. Além disso, vemos que essa relação existente entre o valor linguístico e a delimitação dessa tripartição conceitual também pode ser encontrada na edição do Curso de Linguística Geral, uma vez que é por meio da delimitação da língua enquanto objeto de estudo da linguística que a “Teoria do Valor” pôde ser estabelecida.

Palavras-chave: manuscritos; língua; linguagem; fala; teoria do valor.

Introdução

A “Teoria do Valor” foi exposta por Saussure principalmente durante o último dos três cursos que ele ministrou no início do século XX, na Universidade de Genebra. Essa elaboração teórica saussuriana consiste em um princípio fundamental para o funcionamento da língua enquanto sistema, e só pôde ser desenvolvida por Saussure a partir da delimitação de todos os outros aspectos e princípios linguísticos por ele expostos nos cursos, tais como a arbitrariedade do signo, a linearidade do significante, a definição do significado e do significante como constituintes do signo linguístico e a distinção entre “língua”, “linguagem” e “fala”.

Tendo isso em vista, concordamos com Silveira (2009), que afirma que a “Teoria do Valor” não tem sua importância detida apenas no fato de ser o eixo da teorização saussuriana, mas também por ser fundamental para a busca por respostas a respeito da natureza da língua: “É patente reconhecimento de que, mais do que em qualquer outro

lugar, nesse capítulo [“O Valor Linguístico”] o Curso de Linguística Geral trata de questões cruciais para que se possa falar da ordem própria da língua [...]” (SILVEIRA, 2009, p. 48).

A busca de Saussure pela natureza da língua propiciou a delimitação de um objeto para a linguística, desvinculando-a das demais ciências a que estava relacionada. Portanto, notamos que a definição da língua enquanto objeto de estudo da linguística consistiu em um passo de fundamental importância para que esse campo de estudo recebesse, a partir de então, o estatuto de ciência moderna. Entretanto, para delimitar tal objeto, foi necessário que Saussure explicasse seu funcionamento e explicitasse, também, tanto os elementos que o compõem, como aqueles que não fazem parte de sua ordem própria.

É nesse sentido que destacamos duas elaborações cruciais para a linguística tal como ela é apresentada por Saussure, a saber: i) a distinção entre os termos “linguagem”, “língua” e “fala”, como delimitadora dos elementos que pertencem ou não à língua, e ii) a “Teoria do Valor”, como o princípio que rege o seu funcionamento.

Sabe-se que, no início do século XX, alguns linguistas¹ já apresentavam uma distinção entre os termos “linguagem”, “língua” e “fala”. Contudo, a diferenciação entre esses termos, do modo como é concebida por Saussure, permitiu que se obtivesse a língua como um objeto “ao mesmo tempo integral e concreto”; objeto este que, dentre todas as dualidades da linguística, se mostra como o único “susceptível de uma definição autônoma e fornece um ponto de vista satisfatório para o espírito” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 17).

Ao encontrar essa definição autônoma da língua, Saussure delimitou, consequentemente, que ela não se confunde nem com a definição de linguagem, nem com a definição de fala, possuindo uma ordem própria. Além disso, é porque a língua se mostra como detentora dessa ordem própria que Saussure pôde desenvolver e delimitar todos os aspectos concernentes à mesma, principalmente a “Teoria do Valor”.

O movimento da procura por esse objeto da linguística está registrado ao longo de várias páginas dos manuscritos saussurianos.² Silveira (2009, p. 47) ressalta que esse objeto “é buscado nessas páginas do manuscrito saussuriano, que aos poucos vai sendo desenhado e, mais tarde, adquire uma forma mais precisa através da teoria do valor”. Notamos, portanto, que a língua se torna melhor delimitada a partir das formulações acerca da teoria do valor. Com essa observação, fica claro que a relação entre a definição de língua e a elaboração do princípio de valor linguístico é uma via de mão dupla, pois Saussure só pode desenvolver tal princípio ao delimitar a língua como objeto de estudo da linguística, enquanto que, por outro lado, a delimitação de língua só pôde ser aprimorada à medida que a Teoria do Valor se desenvolvia.

Notamos, portanto, que a diferenciação entre os termos “linguagem”, “língua” e “fala”, estabelecida por Saussure, lhe dá condições para postular a “Teoria do Valor” e vice-versa. Contudo, ao analisarmos tanto o *Curso de Linguística Geral* como outros documentos saussurianos, percebemos que o processo de conceituação de Saussure não é linear, estável e teleológico, pois há variações terminológicas e conceituais ao longo da

1 Engler (2006, p. 51) cita que Sechehaye, em 1908, já havia publicado, em seu trabalho *Programme et méthodes de la linguistique théorique*, que a língua seria um conjunto de predisposições adquirida por um indivíduo, enquanto que a linguagem seria a língua colocada em prática na fala por um indivíduo que possui tais predisposições.

2 Cf. Silveira (2007) e Vinhais (2011).

sua obra, publicada ou não. Tendo isso em vista, nos propomos a investigar a caracterização dos conceitos “língua”, “linguagem” e “fala” em relação à “Teoria do Valor” em dois documentos: o *Curso de Linguística Geral* (doravante CLG) e o conjunto de manuscritos de Saussure: “Notas preparatórias para o terceiro curso”.

A utilização desses manuscritos em nossa análise se justifica pelo fato de que objetivamos analisar a trajetória do desenvolvimento mútuo entre o estabelecimento da distinção dos termos “linguagem”, “língua” e “fala” e a “Teoria do Valor”. Contudo, objetivamos também estabelecer um paralelo entre a trajetória proporcionada pelos manuscritos e o modo como a elaboração saussuriana é exposta no CLG, que consiste em uma edição cujo objetivo foi expor ao público pela primeira vez a elaboração teórica original de Saussure. Tal fato evidencia que o conteúdo da edição é apresentado do modo mais linear possível e, portanto, não mantém os aspectos que demonstram sua trajetória de elaboração, como é o caso dos manuscritos.

Apesar disso, percebemos que há semelhanças entre as “Notas preparatórias para o terceiro curso” e o CLG. Uma vez que este consiste em uma edição que, de acordo com Bally e Sechehaye, foi elaborada majoritariamente a partir das anotações dos ouvintes do terceiro curso, seu conteúdo apresenta uma significativa congruência com o conteúdo dos manuscritos com os quais nos propomos trabalhar.

Entretanto, embora esses dois documentos se assemelhem por apresentarem o conteúdo referente ao terceiro curso, eles se distanciam por terem sido elaborados em circunstâncias distintas: o CLG foi editado por Bally e Sechehaye após a morte de Saussure, e os manuscritos foram escritos pelo próprio Saussure, em um momento anterior às aulas ministradas. Além disso, são documentos de naturezas distintas, visto ser o CLG um livro publicado, e as Notas Preparatórias consistirem em manuscritos pessoais do linguista, o que pode evidenciar a não linearidade do processo de conceitualização das elaborações saussurianas.

Dessa forma, nossa investigação da caracterização dos conceitos “linguagem”, “língua” e “fala” relacionada ao desenvolvimento da Teoria do Valor se dará por meio da análise desses documentos, guiada pelas indicações de Engler (1968) e de De Mauro (1967). Com essa investigação, objetivamos estabelecer um paralelo entre as caracterizações desses termos em cada um dos documentos, a fim de evidenciar que há uma trajetória mútua de desenvolvimento da conceitualização de língua e do princípio do Valor Linguístico.

A caracterização de linguagem, língua e fala nas Notas para o terceiro curso

As Notas Preparatórias para o terceiro curso consistem em um conjunto de manuscritos escritos por Saussure a fim de preparar as aulas que ministrou em seu último curso na Universidade de Genebra (1910-1911). No total, as folhas desse conjunto de manuscritos totalizam 56, sendo que grande parte delas é destinada ao tratamento de Saussure às línguas em geral, e não aos aspectos sincrônicos da linguística. Sabemos disso não só pela análise do conteúdo presente em cada manuscrito do conjunto, mas também porque, já nas primeiras folhas, o linguista apresenta uma divisão do curso em três partes: a primeira destinada ao tratamento das línguas, a segunda referente às generalidades que permitem a definição da língua, e a terceira cujo título e conteúdo não são mencionados nas folhas do material.³

³ Embora não seja mencionado no conjunto de manuscritos, os cadernos dos alunos do terceiro curso indicam que a terceira parte do curso seria intitulada “Faculdade da Linguagem e seu exercício pelos indivíduos” (KOMATSU, 1993; ENGLER, 1968).

Dessa forma, ao analisar os manuscritos referentes à primeira parte do curso, percebemos que Saussure afirma existir uma diferença significativa entre os termos “as línguas” e “a língua”⁴:

As línguas, esse é o objeto concreto que se oferece, na superfície do globo, ao linguista. A língua, esse é o título que se pode dar ao que o linguista souber tirar de suas observações sobre o conjunto das línguas, através do tempo e através do espaço.⁵ (SAUSSURE, Notas preparatórias para o terceiro curso, 1910-1911, f. 3, transcrição e tradução nossa)

A conceituação de língua nesse trecho do manuscrito nos permite deduzir que é por meio das diferentes línguas existentes que o linguista é capaz de delimitar as generalidades que a compõem. Contudo, é o termo “as línguas”, e não “a língua”, que é denominado como o objeto concreto do linguista, sendo a língua apenas o resultado do estudo efetuado a partir desse objeto. Ressaltamos também que o trecho citado acima, ou seja, a definição dos termos “as línguas” e “a língua” não apresenta rasuras, mas também não apresenta nenhuma pontuação que indique o término da frase, fato que desperta para a possibilidade de haver uma continuação da sentença, logo após a palavra “espaço”.

Na parte destinada ao tratamento das línguas não encontramos nenhuma outra passagem em que os termos “linguagem”, “língua” e “fala” fossem empregados de forma significativa ao nosso trabalho, ou seja, visando a estabelecer uma distinção. Contudo, a parte intitulada “Nomenclatura”, título dado pelo próprio Saussure, é composta por um único trecho, que aborda justamente o que o autor chama de “problema da linguagem”:

O problema da linguagem se coloca, para a maior parte dos espíritos, apenas sob a forma de uma nomenclatura. No capítulo IV de Gênesis, vemos Adão dar nomes [] e se [] pode-se dizer que [].⁶ (SAUSSURE, Notas preparatórias para o terceiro curso, 1910-1911, f. 56, transcrição e tradução nossa)

Uma vez que Saussure afirma, no trecho acima citado, que a linguagem é considerada como nomenclatura pela maioria dos indivíduos, cabe-nos levantar a hipótese de uma flutuação terminológica no que concerne à utilização do termo em questão. Ora, se a linguagem, como veremos à frente, é apresentada no CLG como o “cavaleiro de diferentes domínios” que “não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos”, e se considerarmos que é a língua que deve ser tomada como “norma para todas as manifestações da linguagem” (SAUSSURE, 2006 [1916]), como pode a linguagem ser equiparada à nomenclatura?

Contudo, no ponto do conjunto de manuscritos que apresentaremos a seguir, nos deparamos com o primeiro trecho que, a nosso ver, trata da língua/linguagem com uma caracterização específica. Embora, na citação anterior, Saussure afirme que a questão da

4 A fim de tentarmos manter o máximo possível os aspectos formais das citações retiradas dos manuscritos, utilizaremos os seguintes critérios de transcrição: palavras sublinhadas, ^{incisos}, rasuras, e chaves vazias para indicar os brancos [].

5 No original: “Les langues, c’est l’objet concret qui s’offre à la surface du globe au linguiste. Le langue, c’est le titre qu’on peut donner à ce qui le linguiste aura su tirer de ses observations sur l’ensemble des langues à travers le temps et à travers l’espace.”

6 No original: “Le problème du langage ne se pose à la plus part des esprits que sous la forme d’une nomenclature. Au chapitre IV de La Genèse, nous voyons Adam donner des noms [...] et si [...] on peut dire qui [...].”

nomenclatura seja um problema da linguagem, nas folhas de manuscritos pertencentes à parte intitulada “Arbitrariedade do signo e noção de termo”, o autor afirma, logo no início, que:

Se fosse possível que uma língua consistisse unicamente em denominar objetos, os diferentes termos dessa língua não teriam relação entre si, ficariam tão separados ^{uns dos outros} como os próprios objetos.⁷ (SAUSSURE, Notas preparatórias para o terceiro curso, 1910-1911, f. 53, transcrição e tradução nossa)

Como podemos observar, o fragmento acima trata, assim como a citação anterior, da questão da nomenclatura. Contudo, em vez de abordá-la com a utilização do termo “linguagem”, dessa vez Saussure utiliza a expressão “uma língua”, fato que nos leva, mais uma vez, a acreditar na existência de uma flutuação terminológica nas “Notas preparatórias para o terceiro curso”. A existência do artigo indefinido “uma” antes do termo “língua” faz com que ele se refira não à “língua”, generalidade obtida a partir do estudo das línguas, mas sim a uma língua específica, pertencente ao conjunto de inúmeras outras que existem ao redor do globo.

Ainda na busca por uma distinção entre “linguagem”, “língua” e “fala” no conjunto de manuscritos em questão, destacamos o seguinte trecho, retirado do final da parte intitulada “Necessidade de alteração dos signos; sincronia e diacronia”:

Pode-se fazer referência, provisoriamente, a esse simples fato de que toda espécie de coisa que **decide** ^{submetida} ao Tempo se modifica, portanto, que a língua ^{ou soma relações} [] **portanto, a** língua = a soma de relações entre o significante ⁸ (SAUSSURE, Notas preparatórias para o terceiro curso, 1910-1911, f. 31, transcrição e tradução nossa, grifo nosso)

Vemos que Saussure utiliza como sinônimo de “língua” a expressão “soma de relações”. Ao estabelecer essa equivalência entre a língua e a soma de relações entre o significante (e nota-se que apenas o significante é considerado), Saussure apresenta de forma clara a relação íntima existente entre o conceito de língua e o sistema de valores. É possível que afirmemos isso, pois o sistema de valores, tal como é conhecido na teoria saussuriana, consiste exatamente nas relações estabelecidas entre os termos do sistema linguístico, partindo da “totalidade solidária para obter, por análise, os elementos que encerra” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 132).

Dessa forma, nota-se que a conceituação de língua enquanto elemento distinto da linguagem e da fala se revela, no trecho citado acima, de forma mais explícita, no que tange à sua relação com o valor linguístico. Nesse mesmo sentido, vale ressaltar um fragmento retirado, no conjunto de manuscritos, da parte intitulada “A linguística estática e a linguística histórica. Dualidade da Linguística”, em que Saussure aborda a questão do valor linguístico e, em seguida, a distinção entre os termos “língua”, “linguagem” e “fala”:

Ao contrário, na associação ~~de valor~~ que constitui o signo, não há nada, desde o 1º instante, além de 2 valores **que existem um dentro** ^{em virtude} **do outro** (arbitrariedade do signo). Se

7 No original: “S’il était possible qu’une langue consistait uniquement à dénommer des objets, les différents termes de cette langue n’auraient aucun rapport entre eux, resteraient aussi séparés ^{les uns des autres} que les objets eux-mêmes;”

8 No original: “On peut se référer provisoirement à ce simple fait qui tout espèce de chose ^{qui a tranché} soumis le Temps se modifié, donc qui la langue ^{ou somme des rapport} [] ^{donc qui la langue = somme des rapports entre le signifiant} .”

um dos dois lados do signo linguístico pudesse passar por tendo ter uma existência em si, seria o lado conceitual, a ideia como base do signo.⁹ (SAUSSURE, Notas preparatórias para o terceiro curso, 1910-1911, f. 36, transcrição e tradução nossa)

Na linguagem

A língua tem sido separada da Fala, e ao mesmo tempo que se tem nenhum ~~a parte ela reside em~~ [] residente em ~~uma~~ na alma de uma massa falante, o que não é o caso da fala.¹⁰ (SAUSSURE, Notas preparatórias para o terceiro curso, 1910-1911, f. 37, transcrição e tradução nossa)

Definição: Quando se diferencia da Linguagem aquilo que não é Fala, o resto pode-se chamar, propriamente, a Língua e se encontra compreendida apenas de termos psíquicos, o nó psíquico entre a ideia e o signo, o que não seria verdade no caso da fala.

Mas isso seria apenas a Língua que ~~tomada~~ fora da sua realidade social, ~~irreal porque~~ para que haja língua, é preciso uma massa falante que se sirva da Língua. A língua reside na alma coletiva, e esse segundo fato entrará na definição, De novo, sem Fala.¹¹ (SAUSSURE, Notas preparatórias para o terceiro curso, 1910-1911, f. 38, transcrição e tradução nossa)

De acordo com nossas análises, esses excertos consistem nos últimos trechos do conjunto de manuscritos que trata da distinção entre “língua”, “linguagem” e “fala”, além de serem, a nosso ver, os fragmentos que melhor apresentam a delimitação e diferenciação de cada um deles. Saussure é claro e categórico ao afirmar, no segundo trecho acima citado, que, na esfera da linguagem, tudo o que não compreende a fala constitui a língua. Ademais, vemos que o linguista ressalta, no último parágrafo citado, que considerar a língua de tal forma, ou seja, como a parte da linguagem que não é a fala, é considerá-la fora de sua “realidade social”, a qual é necessária para a própria definição do objeto “língua”.

Nesse ponto, é importante enfatizarmos que o fragmento do conjunto de manuscritos que apresenta a distinção mais clara entre “linguagem”, “língua” e “fala” compõe justamente uma das partes fundamentais do desenvolvimento da Teoria do Valor no conjunto de manuscritos, como é possível perceber no primeiro trecho citado, que consiste no fragmento exatamente precedente ao segundo trecho exposto. Tendo isso em vista, fica claro que, além da elaboração do valor linguístico ter propiciado a delimitação da língua, em contraste com a fala e com a linguagem, a definição desses termos também foi crucial para se estabelecer o funcionamento do valor linguístico.

Dessa forma, embora seja notável que no início do manuscrito haja uma flutuação terminológica no que concerne aos termos “linguagem”, “língua” e “fala”, nas folhas finais observamos que as conceituações dos termos se assemelham bastante àquelas apresentadas no CLG, que serão expostas a seguir.

9 No original: “Au contraire dans l’association de ~~valeur~~ constituent le signe il n’y a rien depuis le 1^{er} instant puis 2 valeurs existant l’une ~~dans~~ en vertu de l’autre (arbitraire du signe). Si l’une de deux cotés du signe linguistique pourrait passer pour ~~ayant~~ avoir une existence en soi, ce serait le côté conceptuel, l’idée come base du signe.”

10 No original: “Dans le langage La langue a été dégagée de la Parole; et en même temps que’on a aucun ~~las parties~~ elle ~~réside dans~~ résidant dans ~~une~~ l’âme d’une masse parlant ce qui n’est pas le cas pour la parole.”

11 No original: “Defin. Quand on ~~écarte~~ diffère du Langage ce qui n’est que Parole, ~~on~~ le reste peut s’appeler proprement la langue et se trouve ne comprendre que des termes psychique, le nœud psychique entre idée et signe. ~~t~~ ce qui ne serait pas vrai de la parole.

Mais ce ne serait ^{la} la Langue qui ^{pris} hors de sa réalité sociale, ^{irréelle} ~~puis que~~ pour qu’il y ait langue il faut une masse parlant se servant de la Langue. La langue réside dans l’âme collective, et ce 2 fait rentrera dans la définition, De nouveau pas Parole.”

A caracterização de linguagem, língua e fala no CLG

O *Curso de Linguística Geral*, editado e organizado por Bally, teve sua publicação em 1916 a partir das notas dos cadernos dos alunos que participaram das aulas em Genebra e de algumas anotações do genebrino que foram cedidas aos editores. O livro abriu portas para a linguística moderna, para o estruturalismo, e o trabalho de Saussure repercutiu entre os linguistas como um marco nos estudos linguísticos.

Ao observarmos o conteúdo desse livro, notamos que não há um seguimento das aulas ministradas nos três cursos da Universidade de Genebra, pois os editores decidiram colocar logo no terceiro capítulo da primeira parte (Introdução) as conceituações acerca de linguagem, língua e fala. Sendo assim, esse capítulo se tornou de suma importância para os estudos saussurianos, visto que, como afirma Culler (1979, p. 99), “os capítulos II e III delinearão o papel de Ferdinand de Saussure no surgimento da linguística moderna e sugeriram por que este é um episódio fascinante na história intelectual recente”.

A definição e demarcação da língua começam nesses primeiros capítulos, contudo, como investigado por Silveira (2009), “destacamos o IV capítulo da segunda parte “O valor Linguístico” como central na trama de elaborações saussurianas e fundamental para continuarmos contando a história dessa busca de respostas sobre a natureza da língua” (SILVEIRA, 2009, p. 48). Percebemos, assim, que apesar da grande importância dos primeiros capítulos da primeira parte, no capítulo IV da segunda parte há ainda uma busca para determinar a natureza da língua, além de como ela opera, isto é, Saussure retoma as delimitações antes abordadas para definir a teoria do valor.

Ora, se o CLG demonstra a língua como seu principal tema de estudo, para que precisamos dos conceitos de linguagem e fala? Observemos que, no capítulo III da primeira parte, é possível notar por que a língua tem esse destaque no estudo de Saussure e, conseqüentemente, como linguagem e fala aparecem como importantes em sua teoria também. Primeiro, o capítulo começa com a proposta de apresentar o que seria o objeto integral e concreto da linguística; a partir disso, seguem-se explicações sobre a linguagem, a saber:

A linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro. [...]

A cada instante, a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução: a cada instante, ela é um produto atual e um produto do passado. [...] Seria a questão mais simples se se considerasse o fenômeno linguístico em suas origens; se, por exemplo, começássemos por estudar a linguagem das crianças? Não, pois é uma ideia bastante falsa crer que em matéria de linguagem o problema das origens difira do das condições permanentes; não se sairá mais do círculo vicioso, então. (SAUSSURE, 2006 [1973], p. 16)

Portanto, por não se tratar de um objeto concreto, a linguagem, em sua totalidade, é descartada como objeto da linguística. Depois, o livro traz a seguinte afirmação: “é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem” (SAUSSURE, 2006 [1973], p. 16). Sendo assim, começam no CLG as conceituações duplicadas, ou seja, Saussure utiliza um termo para conceituar outro, criando, nesse momento, uma inter-relação entre os termos linguagem e língua, a saber:

Mas o que é língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade. (SAUSSURE, 2006 [1973], p. 17)

Ao observarmos o fragmento acima, vemos que a linguagem continua a ser definida como algo que não pode ser objeto da linguística e, ao mesmo tempo, está em contraposição ao objeto que tem as características “integral e concreta”: a língua. Desse modo, a linguagem por não ter uma unidade, por ser heteróclita e multiforme não pode ser o objeto da linguística; contudo a língua é uma parte essencial da linguagem que permite o exercício de sua faculdade nos indivíduos.

Logo em seguida no livro, Saussure afirma: “para achar, no conjunto da linguagem, a esfera que corresponde à língua, necessário se faz colocarmo-nos diante do ato individual que permite reconstituir o circuito da fala” (SAUSSURE, 2006 [1973], p. 19). Sendo assim, o circuito da fala é explicado e o termo fala é conceituado pelo genebrino pela primeira vez, a saber:

Todos [os indivíduos] reproduzirão – não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente – os mesmos signos unidos aos mesmos conceitos.

Qual a origem dessa cristalização social? Qual das partes do circuito pode estar em causa? [...]

A parte física pode ser posta de lado desde logo. Quando ouvimos falar uma língua que desconhecemos, percebemos bem os sons, mas devido à nossa incompreensão, ficamos alheios ao fato social.

A parte psíquica não entra tampouco totalmente em jogo: o lado executivo fica de fora, pois sua execução jamais é feita pela massa; é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor; nós a chamaremos *fala (parole)*. (SAUSSURE, 2006 [1973], p. 21)

Depois, novamente, apresentam-se definições inter-relacionadas entre si, ou seja, os termos linguagem, língua e fala são conceituados sempre em dois e, portanto, é nesse momento que se faz necessário saber distinguir os termos entre eles, a saber:

Ela [a língua] é um objeto bem definido no conjunto heteróclito dos fatos da linguagem. [...] Ela é parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la. [...]

A língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente. [...]

Enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea [...]

A língua, não menos que a fala, é um objeto de natureza concreta, o que oferece grande vantagem para o seu estudo. (SAUSSURE, 2006 [1973], p. 22-23)

A distinção entre “as línguas” e “a língua” também está disposta no CLG. Com ela, assim como nos manuscritos, Saussure objetiva diferenciar o objeto que é dado pronto ao linguista, ou seja, a diversidade de línguas existentes, daquele que não é dado a ele de antemão, e que só pode ser obtido a partir da generalização do que for observado:

O objeto concreto de nosso estudo é, pois, o produto social depositado no cérebro de cada um, isto é, a língua. Mas tal produto difere de acordo com os grupos linguísticos: o que nos é dado são as línguas. O linguista está obrigado a conhecer o maior número possível delas para tirar, por observação e comparação, o que nelas exista de universal. (SAUSSURE, 2006 [1973], p. 33)

Dessa forma, vemos que o termo língua se diferencia não apenas dos conceitos de linguagem e fala. Há também uma distinção importante entre “a língua” e “as línguas”, visto que estas consistem nos fatos observáveis que levam o linguista ao conhecimento da língua, enquanto objeto de estudo da Linguística.

No entanto, apesar de ser notável que a língua consiste em um objeto de ordem própria, ressaltamos que, para defini-la, Saussure utilizou linguagem e fala e, como vimos, os termos são tão interdependentes que não se conceituam sozinhos. A oposição entre eles se faz necessária para a compreensão de cada um. No CLG as demarcações entre os termos não param no fim desse terceiro capítulo, a língua continua sendo conceituada até chegar à noção de sistema. Entretanto, como investigado por Silveira (2009, p. 48), no capítulo do “Valor Linguístico” há uma busca de respostas sobre a natureza da língua e, assim, o capítulo se estrutura da seguinte forma:

No *Curso de Linguística Geral* encontramos o capítulo sobre a Teoria do Valor com a seguinte ordem: na primeira parte, é apresentada a teoria da língua enquanto sistema, na segunda parte a natureza do significado a partir da teoria do valor e, na terceira parte, temos a exposição do significante submetido ao sistema de língua e, na última parte, nos é apresentado o signo na sua totalidade funcionando a partir de relações puramente diferenciais constituindo o sistema da língua.

Percebemos, dessa forma, que, para a teoria do valor ser compreendida, o conceito de língua e sua delimitação a partir de linguagem e fala também devem ser entendidos. É nesse momento que a definição da natureza do objeto “língua” fica mais evidente na obra de Saussure, a saber:

A noção de sistema, ou a teoria do valor, elaborada por Saussure e presente no *Curso de Linguística Geral* segue o curso de reflexões sobre a língua procurando saber como é a organização/sistema/ estrutura da língua mas, pode-se dizer que, reelabora a relação entre pensamento e língua. Tal feito não havia ainda sido conseguido e é amplamente reconhecido a partir do *Curso de Linguística Geral*. (SILVEIRA, 2009, p. 50)

Ao se fazer crucial nos estudos saussurianos a teoria do valor implica conhecer a relação entre linguagem, língua e fala, uma vez que toma a língua como referência para analisar o que deve considerar um linguista em seus estudos. A conceituação de língua, portanto, é necessária para que possamos compreender a questão da teoria do valor de Saussure, assim como a teoria do valor é necessário para que a definição de língua seja melhor delimitada.

Considerações finais: a importância dessas caracterizações para a Teoria do Valor

Como podemos perceber, a diferenciação entre “língua”, “linguagem” e “fala” está presente tanto no CLG como nas *Notas Preparatórias para o terceiro curso*. A incidência dessa diferenciação nesses dois importantes documentos saussurianos nos alerta para a importância que há em distinguir a caracterização desses três termos para a delimitação do objeto da linguística. Sabemos que Saussure afirma que os estudos linguísticos devem ser desenvolvidos em torno da língua, para que a linguística apresente um objeto de estudo integral e concreto (SAUSSURE, 2006 [1916]). Ora, a definição de língua só pôde ser determinada a partir de sua relação e oposição com as definições de linguagem e fala.

Como vimos no CLG, “a língua é, para nós, a linguagem menos a fala” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 92). Tendo em vista não apenas esse trecho, mas também todos os fragmentos expostos no item anterior, é notável que só nos é possível entender a definição de língua se soubermos em que consiste a fala e em que consiste a linguagem, pois a caracterização de língua não é estabelecida de forma direta, mas por meio de uma subtração, como ilustrado a seguir: **linguagem – fala = língua**.

Nas *Notas Preparatórias* a situação não é outra. A própria divisão do curso estabelecida por Saussure nas primeiras folhas do grupo de manuscritos já nos evidencia a necessidade de uma distinção do conceito de língua em relação aos outros elementos componentes da terminologia saussuriana. Embora os títulos dados à primeira e à terceira parte do terceiro curso não sejam respectivamente “linguagem” e “fala”, mas sim “As línguas” e “Faculdade da linguagem e seu uso pelos indivíduos”, percebemos que suas caracterizações se diferem notadamente do conceito de língua.

“As línguas” se difere de “A língua” não apenas pela sua flexão de número. O primeiro trata sobre a diversidade das línguas e seus aspectos concernentes, como a pluralidade de línguas no globo, as famílias de língua, a noção de dialeto e a cadeia acústica. “A língua”, por outro lado, consiste nas generalizações de Saussure a respeito do funcionamento linguístico apresentado em cada uma das línguas descritas na primeira parte do curso. Ou seja, trata da língua enquanto o sistema de signos que constitui o objeto da linguística. “A faculdade da linguagem e seu uso pelos indivíduos”, por sua vez, embora tenha sido apenas mencionada durante o terceiro curso, nos permite classificá-la como equivalente ao conceito de fala, uma vez que esta, no CLG, é definida como o lado individual da linguagem (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 22).

Desse modo, percebemos ser evidente a diferenciação entre linguagem, língua e fala nesses dois documentos que se referem às aulas ministradas por Saussure em seu terceiro curso. Assim, tendo em vista que a Teoria do Valor consiste em um elemento primordial das elaborações saussurianas e que foi desenvolvido principalmente durante o referido curso, questionamos: a diferenciação conceitual entre os termos “linguagem”, “língua” e “fala” tem, de fato, relação direta e mútua com a concepção da noção de valor?

Ora, o valor linguístico consiste no princípio que explica o funcionamento da língua enquanto sistema, e que envolve todas as outras noções saussurianas, como os princípios da arbitrariedade do signo e linearidade do significante. A noção de valor não seria possível, portanto, se o conceito de língua não fosse claramente diferenciado dos conceitos de linguagem e fala, tal como são nos dois documentos analisados em nosso

trabalho. Não cremos que seja possível explicar o funcionamento de algo que não seja bem definido ou que possua vínculos conceituais com outros termos.

Dessa forma, mesmo que a conceituação de língua, linguagem e fala seja relacional, cada um desses termos possui conceituações claramente distintas. Mais do que isso é o fato de serem relacionais que permite essa distinção entre os termos, pois, uma vez que língua e fala, juntas, compõem a linguagem, a melhor maneira de distingui-los consiste em afirmar o que eles são por meio da oposição.

Assim, por um lado, percebemos que a definição de língua é essencial para a existência da Teoria do Valor, uma vez que o valor linguístico só funciona dentro do sistema. Por outro lado, a língua, tal como é definida por Saussure no CLG, ou seja, como um sistema de signos de ordem própria, é totalmente dependente da noção do valor, visto ser ele o elemento que proporciona à língua essa ordem própria que lhe é intrínseca.

REFERÊNCIAS

CULLER, Jonathan. *As ideias de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 1979. 105 p.

DE MAURO, T. Introduction. In: SAUSSURE, F. *Cours de Linguistique Générale*. Édition critique préparé par Tulio de Mauro. Paris: Payot, 1967.

SAUSSURE, F. *Cours de Linguistique Générale*. Édition critique par Rudolf Engler (Tome 1). Wiesbaden: Harrassowitz, 1968.

_____. *Curso de linguística geral*. Tradução de A. Chelini, J. P. Paes e I. Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006. *Cours de linguistique générale*. Charles Bally e Albert Sechehaye (Org.), com a colaboração de Albert Riedlinger [1916].

_____. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006 [1973]. 279 p.

_____. Notes pour le cour III. In: *Papiers Ferdinand de Saussure, 3951 – 22*. Bibliothèque de Genève, 1910-1911. 56 f.

_____. *Troisième Cours de Linguistique Générale (1910-1911): d'après les cahiers d'Emile Constantin / Saussure's third course of lectures on general linguistics (1910-1911): from the notebooks of Emile Constantin*. French text edited by Eisuke Komatsu e English text edited by Roy Harris. Pergamon Press, 1993.

SILVEIRA, Eliane Mara. A teoria do valor no *Curso de Linguística Geral*. *Revista Letras & Letras*, Uberlândia, Edufu, v. 25, n. 1, p. 39-54, 2009.

_____. *As marcas do movimento se Saussure na fundação da Linguística*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

VINHAIS, E. A. *Ferdinand de Saussure: de silêncio e de autoria*. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

A importância do documento judicial para o estudo linguístico histórico

(Documents in a court of law and its importance for historical linguistics)

Nathalia Reis Fernandes¹

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)¹

nathlet@gmail.com

Abstract: We believe that statements can be used for historical linguistics studies as (i) they are orally produced and depend on writing procedures to be a physical part of a lawsuit, which, in Brazil, is often written; (ii) the scrivener is under certain conditions in the precise moment of transcribing the witness' statement what may force him to leave his worry in writing using refined writing rules; (iii) when not under these conditions, the scrivener cares very much for these refined writing rules.

Keywords: statement; oral language; oral source of language; textual scholarship and modern writings; diachrony.

Resumo: Cremos que o depoimento judicial pode ser aplicado no estudo linguístico histórico, tendo em vista o fato de que (i) é produzido oralmente e depende das formalidades da escrita para se materializar no processo, que, no Brasil, é eminentemente escrito; (ii) as condições a que o escrivão é submetido no momento da transcrever o que é dito pela testemunha podem fazer com que deixe de lado a preocupação em redigir o texto de acordo com a norma culta, exigida em sua profissão, e faça uso da sua própria variante coloquial; (iii) os trechos do processo judicial nos quais o escrivão não está submetido a tais condições observam estilo e regras de forma muito mais cuidadosa.

Palavras-chave: depoimento; oralidade; fonte oral; crítica textual de manuscritos modernos; diacronia.

Introdução

O objetivo deste estudo é demonstrar a relevância que documentos produzidos no curso de processos judiciais (mais especificamente o depoimento judicial) pode ter para o estudo linguístico histórico, como repositório de língua falada, nas épocas em que não havia gravadores de voz.

Mais do que a apresentação de conclusões concretas, trata-se de um convite para que o linguista envolvido com o estudo diacrônico se envolva com esse tipo de documentação, considerada, via de regra, tão somente nos seus aspectos histórico e codicológico. E esse convite se baseia no fato de que devemos buscar outros meios de investigação e prova da língua falada por insuficiência de fontes de estudo da língua falada – o qual fica restrito a diálogos de romances e a peças teatrais, que constituem escritos que precedem a fala e, em razão disso, podem imputar àquela características próprias da escrita.

Os argumentos que trazemos para sustentar tal convite estão contidos na própria estrutura do depoimento judicial e nas circunstâncias envolvidas em sua confecção.

Nos itens a seguir, procuraremos demonstrar como tais fatos podem dar ao depoimento judicial um *status* de fonte que deve ser seriamente considerado pelo estudo diacrônico da língua.

O depoimento

As questões suscitadas e alegadas pelas partes num processo judicial nem sempre são passíveis de verificação apenas pela lógica ou pela adequação à legislação vigente. Um determinado fato pode exigir comprovação de sua existência. E é com essa finalidade que existe a *prova*, em direito: ela é um meio processual ou material próprio para essa comprovação.

O vocábulo *prova*, em direito, está mais ligado à ação ou efeito de provar, visando à convicção do juiz acerca das afirmações ou alegações feitas pelas partes. A legislação processual prevê diversos meios de prova dos quais as partes poderão se servir, embora qualquer meio moralmente legítimo possa funcionar como tal (nesse sentido dispõem, aliás, o art. 332 do Código de Processo Civil de 1973 e o art. 369 do Código de Processo Civil de 2015). O juiz, porém, não fica obrigado a decidir de acordo com a literalidade da prova produzida, podendo julgar com base na sua própria apreciação do que foi provado e levando em consideração o conjunto de todas as provas e as alegações das partes (art. 131 do Código de Processo Civil de 1973; art. 370 do Código de Processo Civil de 2015; art. 155 do Código de Processo Penal).

O *depoimento*, do ponto de vista jurídico, é um dos meios de prova passíveis de serem utilizados pelas partes ao longo de uma demanda judicial.

O termo “depoimento” pode ser analisado a partir de duas acepções distintas.

(i) A primeira acepção é mais específica, e se refere apenas à prestação oral de informações, em audiência, por uma das partes do processo judicial; é aquele que um dos litigantes toma da parte contrária sobre os fatos por ele afirmados (CÂMARA LEAL, 1923, p. 19). A prova testemunhal consistiria no testemunho de terceiro, pessoa capaz,¹ estranha ao processo, que preencha determinadas condições previstas em lei (AMARAL SANTOS, 1972, p. 58).

Em direito processual, a distinção é de grande relevância, pois o depoimento é valorado de forma distinta da prova testemunhal: o depoente não é obrigado a dizer a verdade, justamente em razão da circunstância de ser parte no processo e ter interesse no seu desfecho – tanto é assim que o depoimento não encerra em si eficácia probante, ao contrário dos demais meios de prova. Já a testemunha deve ser necessariamente imparcial e dizer a verdade, o que confere ao testemunho força probatória; a valoração do que é dito só é feita caso a pessoa não esteja vinculada a determinadas situações.²

1 A *capacidade*, em direito, consiste na possibilidade de a pessoa poder usufruir de seus direitos e contrair obrigações. Considera-se *capaz* aquele que não incorre nas situações previstas nos arts. 3.º e 4.º do Código Civil. Os *absolutamente incapazes* não podem exercer quaisquer atos da vida civil, por determinadas razões de idade ou saúde. Já os *relativamente capazes* possuem restrições quanto a certos atos ou à maneira de exercê-los, também por razões de idade e saúde (GOMES, 1999, p. 172 e 174).

2 Para citar um exemplo de tais situações, veja-se o disposto no art. 405 do Código de Processo Civil de 1973 a esse respeito: i) incapacidade, caso a pessoa sofra de doença mental, menor de 16 anos ou, sendo cega ou surda, seu depoimento dependa dos sentidos que lhe faltam; (ii) impedimento, se se tratar de cônju-

(ii) Já a segunda acepção é generalista, e considera depoimento toda informação prestada de forma oral num processo judicial. Nesse sentido, depoimento pode ser tanto a prestação de informações por uma das partes do processo (autor ou réu) quanto pelas testemunhas (neste último caso, costuma utilizar-se o termo *testemunho*).³

Este estudo leva em consideração a segunda acepção, até para simplificar a compreensão do leigo em direito, e considerando ainda o fato de que, para fins do estudo linguístico, o que mais importa é o fato de que, tanto no depoimento quanto no testemunho, ocorre a transcrição da fala do depoente/testemunha pelo escrivão.⁴

Características que conferem interesse linguístico pelo depoimento

Feita essa distinção, passamos à verificação das circunstâncias que podem conferir ao depoimento esse estatuto tão interessante que pretendemos a ele conferir, de fonte para o estudo da oralidade.

(i) O depoimento, como já mencionado anteriormente, é produzido oralmente – mas, para se materializar, depende da escrita, mesmo nestes tempos em que a gravação de voz é algo corriqueiro.

O sistema processual brasileiro é muito mais escrito do que oral (em especial o processo civil). O contato direto entre juiz e demais sujeitos do processo é muito restrito.⁵ Os advogados representam as partes em praticamente todos os atos processuais, por meio das diversas peças escritas que consubstanciam as diferentes manifestações possíveis no processo. Mesmo no inquérito policial, em que nem sempre há representação por advogado, os depoimentos são tomados e registrados em papel.

Com isso, criou-se a tendência a registrar pela escrita, em mínimos detalhes, os procedimentos orais. E tão forte é essa tendência que as tentativas de alteração dessa realidade⁶ não são ainda a regra no processo nacional, apesar de o registro de depoimentos pela escrita ser compreensivelmente mais lento.

Mas é de se notar que, em todo esse procedimento, o oral precede o escrito – afinal, trata-se do registro escrito da fala de uma pessoa. Um registro escrito que ocorre de forma muito peculiar.

ge ou parente da parte, da própria parte ou de quem intervenha em nome da parte no processo (representante legal, advogado etc.); (iii) suspeição, se se tratar de condenado por falso testemunho, de pessoa que não seja “digna de fé” (de vida desregrada), inimigo capital ou amigo íntimo da parte ou de pessoa que tem interesse em determinada solução para a causa posta em juízo.

3 Nesse sentido, ver Amaral Santos (1972, p. 56-58), o qual acresce que o termo *testemunho* pode ser utilizado também para se referir ao resultado de todos os meios de prova.

4 A partir deste ponto, usaremos indistintamente o termo “depoimento” para nos referirmos tanto ao depoimento quanto ao testemunho, bem como o termo “depoente” para designar aquele que presta depoimento ou apresenta testemunho.

5 A definição é de Cappelletti (1970, p. 36), dada para os países latino-americanos em geral e se encaixa na realidade processual brasileira.

6 O exemplo mais nítido está no procedimento próprio dos Juizados Especiais, que admite a gravação em fita magnética dos atos processuais, não devendo ser a prova oral reduzida a escrito (arts. 13, § 3.º, e 36 da Lei n. 9.099/95).

(ii) O registro escrito do depoimento é desenvolvido por pessoa que, embora profissional da pena, está, no momento exato do registro, submetida a condições de prisão que podem fazer com que sejam deixadas de lado a norma culta e as convenções de escrita.

Quando se toma o depoimento, um auxiliar da justiça específico permanece de prontidão para registrar a fala do depoente. Trata-se do *escrivão*, profissional especializado em escrita, que, por meio de seu punho, registrava em papel os fatos descritos pelo depoente.

Como profissional da pena, o *escrivão* deveria conhecer a fundo tanto gramática como bons estilistas da língua. Sendo um “oficial de penna, que ganha a vida com as pontas dos dedos” (BLUTEAU, 1713, v. 3, p. 228), um “oficial público, encarregado de escrever os documentos legais, autos, atas e mais termos dos processos, junto a diversas autoridades” (FREIRE, s/d, v. 3, p. 2281), presume-se que o *escrivão* necessite de um conhecimento mínimo da linguagem culta.

Evidentemente, como se pode depreender das definições acima, saber escrever era (e ainda é) relevante para a atividade de *escrivão*. Os concursos públicos para o provimento das vagas de funcionário do Poder Judiciário exigem o bom conhecimento do vernáculo. E a exigência não é apenas de hoje: as Ordenações Filipinas (Livro I, Título LVIII, edição comentada de Almeida, 1870, p. 103) previam a pena de suspensão para o *escrivão* que não soubesse escrever.⁷

Vale ressaltar ainda que o Poder Judiciário é instituição notoriamente tradicional e conservadora; esse é mais um motivo para fundamentar o fato de que as formalidades não só gramaticais, como ortográficas e estilísticas, fossem (e ainda sejam) devidamente observadas ao longo do trabalho do *escrivão*.

(iii) A necessidade de uso de boa linguagem fazia com que houvesse mesmo fórmulas prontas que forçavam o uso de parâmetros da linguagem considerada culta à época.⁸

Aliás, o simples fato de saber escrever, no período que estudamos, é um indício de que ele fazia parte de um seleto grupo que teve a oportunidade de frequentar a escola; e, se considerarmos que, em fins do século XIX e começo do século XX, o ensino público em São Paulo era moldado junto ao padrão da Escola Normal, cujos professores e diretores provinham da Faculdade de Direito do Largo São Francisco – instituição em que se reproduziam e se impunham os costumes e cultura da elite (v. RIBEIRO, 2011, p. 110-111) –, podemos avaliar o tipo de linguagem que se espera do *escrivão*.

Essa linguagem também pode ser verificada nos trechos do processo nos quais o *escrivão* transcreve ou escreve outros atos, como, por exemplo, registra o envio do processo à conclusão do juiz (i. é, envia o processo para a sala do juiz de forma que ele possa proferir decisão).

7 “3. Outrosi terá cuidado de saber, que Tabeliães ha em cada Villa e Julgado de sua correição, e se sabem fazer bem seu Officio, e se usam delle como devem. E achando que algum por seu máo ler e screver, ou outra inhabilidade, não he sificiente para servir o tal Officio, o suspenda delle, e lhe assine termo, a que appareça perante os Desembargadores do Paço, aos quaes enviará dizer seus defeitos, e a causa, porque o suspendeu, para elles o examinarem, e proverem nisso como for direito”.

8 Ver, a esse respeito, obra de Pimenta Bueno (1910, p. 403-545), que traz interessante coleção de modelos de termos processuais para cada uma das diversas fases do processo, que poderiam servir de base ao *escrivão* ou escrevente para a redação desses trechos padronizados.

Mas não é sempre possível manter o padrão em razão das condições de pressão que mencionamos anteriormente. A primeira delas é a responsabilidade do escrivão pelo que era dito e registrado nos autos do processo.

Independentemente da legislação em vigor, o escrivão sempre deveria fazer o registro de forma a reproduzir o conteúdo do que foi dito da forma mais aproximada,⁹ a fim de guardar a verdade dos fatos o mais precisamente possível. Isso porque o escrito do escrivão é dotado de *fé pública*, isto é, é a prova da verdade, a menos que se verifique concretamente o contrário.

Essa tarefa é de tão grande relevância que, se inadequadamente realizada, pode ensejar o pedido, pela parte prejudicada, de responsabilização do Estado pela má prestação jurisdicional.¹⁰ Além disso, não expressar intencionalmente a verdade configura crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal de 1940.

É evidente que, em razão de todos esses fatores, o escrivão deve ter o maior cuidado no registro da fala do depoente. Em razão disso, tomava a liberdade de corrigir o que já havia escrito se, no curso da transcrição, notasse que havia cometido algum erro. O escrivão, em vez de rasurar o texto, apunha a informação correta logo na sequência, como se vê abaixo:

- (01) “[...] filho de Antonio Giordano, sabendo ler e escrever, e sabendo ler, digo, e declarou o seguinte: [...]” (Depoimento de Francisco Giordano no inquérito que investiga se ele cometeu crime de bigamia – 1908)

Note-se que, ao perceber que havia repetido a expressão “e sabendo ler”, o escrivão evita rasurar o texto, apondo ao lado da segunda ocorrência a forma verbal “digo”, no sentido de “na verdade, quis dizer que”.

Como se vê, *o conteúdo tem mais relevância do que a forma*, na transcrição do depoimento judicial. E, como se não bastasse, a atenção extrema que era exigida do escrivão poderia acrescentar mais um fator relevante para que ele não atendesse aos cânones de escrita de sua profissão: a pressa para acompanhar a fala da testemunha.

Atualmente, em razão do uso do computador (e mesmo um pouco antes da sua popularização, por meio da taquigrafia), esse fator já não é mais tão opressivo como era na época em que se utilizava da pena. Mas, mesmo em uma sequência datilografada de depoimentos (datada de 1946-1947), pudemos verificar muitos erros de digitação e aposições da forma mais correta, no mesmo estilo do exemplo acima mencionado.

9 Mas, conforme o caso, a legislação poderia exigir um ou outro detalhe mais específico. Por exemplo, o Código de Processo Penal de 1941, ainda em vigor, determina que na redação do depoimento deveria haver a maior aproximação possível ao que foi dito pelo depoente, reproduzindo fielmente suas frases (art. 215). Há trechos que mencionam expressões literais coloquiais, em razão disso, como ocorre no primeiro depoimento de Luizbino Pinto da Costa, no inquérito que investigou o assassinato de Angelina Peiró Costa (datado de 1947), no qual o escrivão transcreve, literalmente as expressões “gostosão” e “corno manso”.

10 Vide, p. ex., o art. 37, § 6.º da Constituição Federal de 1988, segundo o qual as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, no exercício do seu mister, causarem a terceiros.

Relevância prática das características da produção do depoimento

Em consequência do exposto anteriormente, há boa possibilidade de que a variação expressa na transcrição de um depoimento judicial seja a do próprio escrivão, mas em uma vertente coloquial.

O primeiro argumento em favor dessa afirmação, extraído da análise do *corpus* com que trabalhamos, está no fato de que os depoimentos que foram tomados como base foram, à exceção de um, todos prestados por estrangeiros. Nota-se, porém, que o texto escrito não reproduz o estilo de fala, *ipsis litteris*, dessas pessoas. Há muitos depoimentos de italianos, mas em nenhum momento se utilizam expressões do português que eram próprias do uso dessa língua como L2 desse povo.¹¹⁻¹²

E isso pode ter ocorrido porque, não obstante a influência europeia intensa em termos culturais, respaldada pelos brasileiros que voltavam de temporadas de estudos na Europa, a admiração que os paulistas tinham pelo que vinha de fora era bastante relativa e seletiva, pois os migrantes que aqui chegavam eram vistos como gente inferior pela elite paulistana. Isso justificaria o fato de que o português paulista é muito “italianizado” em aspectos superficiais, como o léxico, mas sem adentrar aspectos mais profundos da língua, como a sintaxe.¹³

Logo, não seria de se esperar que o escrivão trouxesse todos os detalhes rigorosos da fala do imigrante que era perquirido em juízo, mas, com a mente menos concentrada na formalidade que lhe era exigida, o escrivão poderia deslizar em direção à própria fala coloquial.

O segundo argumento se baseia no fato de que a língua coloquial é mais facilmente internalizada, “automatizada”. A obediência à norma culta exige atenção, tal qual na lapidação de um diamante ou produção de uma obra de arte, de forma que se pudesse ter certeza de que todos os detalhes mínimos, bem como a observância dos modelos próprios para determinados atos, atentassem para os cânones próprios desse tipo de documento.

Indícios relevantes de que tais observações sobre os depoimentos judiciais estão corretas puderam ser observados em nossa dissertação de mestrado. Optamos por analisar, nos depoimentos, a observância do parâmetro sintático do sujeito nulo, ainda observado no português europeu, mas que está em franco declínio no português brasileiro.¹⁴ E notamos que sinais desse declínio já apareciam em período anterior ao que normalmente se acredita, ao menos na língua exposta nos depoimentos.¹⁵

11 Como se vê de exemplos dados por Silveira Bueno (1953, p. 1-16), em estudo sem maior embasamento linguístico: o emprego da preposição conforme o uso do italiano, por exemplo, *de* em lugar de *para*; o uso do pronome *se* como complemento indireto; a formação invariavelmente analítica do aumentativo e do diminutivo.

12 Há também depoimentos prestados por uma imigrante polonesa e por um imigrante espanhol – o polonês e o espanhol também são línguas que observam o parâmetro do sujeito nulo.

13 *Vide*, a respeito, Ângela Rodrigues (1987, p. 80-81), ao tratar da fala do migrante nordestino, o qual substituiu o italiano como “massa de trabalho”: as variedades populares ou não padrão tendem a ser estigmatizadas, por indicarem posição socioeconômica, e por isso tendem também a ser abandonadas.

14 Os estudos de referência sobre o tema, para o português brasileiro, ainda são os de Duarte (1993, 1995).

15 O espaço de que dispomos é insuficiente para desdobrar com detalhes as situações e conclusões a que chegamos em nossa dissertação. Mas cabe informar que, mediante o estudo do comportamento do sujeito nulo nas estruturas que denominamos *encadeamento de subordinadas*, verificamos que as explicações

A relação entre o parâmetro do sujeito nulo e a ideia que buscamos comprovar, de que o depoimento judicial é fonte interessante de registro de oralidade, está em que, estilisticamente, o preenchimento da posição do sujeito não era bem visto, em termos estilísticos, havendo mesmo quem afirmasse que o “abuso” de pronomes pessoais num dado texto era considerado vício de linguagem, taxado como “galicismo” ou “francesismo”.¹⁶

Sendo assim, como se espera da escrita melhor formulação e ponderação, também seria de se esperar dela uma maior atenção a esse tipo de preocupação do cultor da língua, com a maior atenção possível aos detalhes que permitiriam a distinção do texto perante o ambiente formal em que era produzido e em que se situava.

Conclui-se, a partir daí, que, se a escrita não reproduz os elos e formalidades fixadas para o processo judicial, tampouco a fala do depoente, só se pode estar diante de um estilo de escrita muito peculiar e que tem grande probabilidade de reproduzir uma variante coloquial muito própria do escrivão.

Essa observação pode ser um ponto de partida de grande relevância para a investigação do português falado no Brasil antes do século XX. Evidentemente, não se pretende que o depoimento seja suficiente para reconstituir em nível profundo a língua falada antiga, e nem que essa reconstituição seja possível de forma completa; porém determinados paradigmas que cultivamos acerca da língua falada podem muito bem ser reconsiderados com base em indícios e registros diferenciados, com características peculiares.

Conclusão

A forma pela qual o depoimento judicial, em tempos remotos, era produzido demonstra que essa espécie de documento é de uma riqueza ímpar, que merece e deve ser melhor explorada em termos linguísticos históricos; ainda que não seja perfeitamente possível reconstituir a fala totalmente por meio de tais documentos, ao menos podemos ter uma visão mais colorida da língua coloquial falada em outros tempos.

Talvez por influência das novelas de televisão de época, somos levados a acreditar que o linguajar dos tempos nos quais não havia gravadores de voz era mera repetição da escrita, quando na verdade não há garantia nenhuma de que essa tenha sido, efetivamente, a realidade corrente. E, em vez de acreditar que não temos nenhuma possibilidade de reconstituir – nem ao menos um pouco – a língua falada, podemos nos reportar a fontes que, num primeiro momento, soam como interessantes apenas do ponto de vista histórico, mas que, do ponto de vista linguístico, podem ter uma riqueza imensa se vistos não apenas pelo prisma puramente formal.

comumente dadas para o preenchimento do sujeito no período que estudamos (1878-1947) não satisfazem plenamente algumas das situações que se nos apresentaram. Cremos que isso se deve ao fato de que os estudos sobre o tema, como os de Duarte (1993, 1995), tendem a considerar textos literários, peças de teatro e cartas, nos quais a escrita precede a fala, e supervaloriza os parâmetros e estilos daquela. E vale considerar, também, que, estilisticamente, era recomendado o uso do sujeito nulo (FERNANDES, 2012, p. 60-84).

16 O título dado a esse vício de linguagem é, aliás, muito curioso, na medida em que o francês é língua que observa o parâmetro do sujeito nulo. O que provavelmente ocorria era uma falsa defesa da língua, por meio de crítica à cultura da qual o Brasil mais importava referências. Como exemplos da crítica que se fazia ao preenchimento do sujeito, taxando-o como vício de linguagem, ver Oiticica (1944, p. 14) e Barbosa (1904, n. 457, p. 539).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Código Phillipino ou ordenações e leis do reino de Portugal*. 14. ed. segundo a 1ª de 1603 e a 9ª de Coimbra, de 1824. Rio de Janeiro: Instituto Philomathico, 1870. 1487 p.
- AMARAL SANTOS, Moacyr. *Prova judiciária no cível e no comercial*. 4. ed. São Paulo: Max Limonad, 1972. v. III. 594 p.
- BARBOSA, Ruy. Replica do Senador Ruy Barbosa ás defesas da redacção do Projeto da Camara dos Deputados. *Código Civil Brasileiro*. Trabalhos da Comissão Especial do Senado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. v. II. 599 p.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino*. Lisboa: Officina de Paschoal da Sylva, 1713. v. III. 410 p.
- CÂMARA LEAL, Antonio Luiz da. *Do depoimento pessoal: theoria e pratica*. São Paulo: Saraiva, 1923 (Collecção Juridica da Livraria Academica, v. XI). 219 p.
- CAPPELLETTI, Mauro. *Procédure orale et procédure écrite*. Rapport général présenté au VIIIe Congrès International de Droit Comparé, Section II-C-2. Milano: Giuffrè, 1970. 102 p.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro*. 151 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- _____. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Homenagem a Fernando Tarallo. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. 425 p.
- FERNANDES, Nathalia Reis. *Sujeito nulo na história do português de São Paulo (1878-1947)*. 224 p. Dissertação (Mestrado) – São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- FREIRE, Laudelino de Oliveira. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A Noite, s/d. v. 3. 3056 p.
- GOMES, Orlando. *Introdução ao direito civil*. 13. ed. com atualização e notas de Humberto Theodoro Junior. Rio de Janeiro: Forense, 1999. 562 p.
- OITICICA, José. *Manual de estilo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1944. 219 p.
- PIMENTA BUENO, José. *Apontamentos sobre o processo criminal brasileiro*. 4. ed. anotada por Vicente Ferrer de Barros W. Araújo. Lisboa: A. M. Teixeira, 1910. 635 p.

RIBEIRO, Priscilla Barbosa. *A ordem de constituintes sentenciais no português paulista*. 118 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RODRIGUES, Ângela Cecília de Souza. *A concordância verbal no português popular em São Paulo*. 200 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

SILVEIRA BUENO. Influências italianas na fala de São Paulo. *Jornal de Filologia*, ano I, v. 1, n. 1, p. 1-16, jul./set. 1953.

ANEXO: ROL DOS DOCUMENTOS ANALISADOS

1. Ação sumária cível movida por Brasília Jorge Cavalheiro da Silva Guerra, da qual foram extraídos os seguintes depoimentos:

- José Gregório de Souza, 3.4.1878;
- Jacintha Maria das Dores, 5.4.1878.

Escrevente/escrivão: Elias de Oliveira Machado, do Segundo Ofício Cível de São Paulo, SP

Síntese do caso: O irmão da autora havia lhe tomado emprestados trezentos mil réis e faleceu sem lhe restituir a quantia. Brasília pretendia, pela ação, reaver a quantia de sua cunhada Joaquina, que teria se negado a fazê-lo de forma amigável. Pela oitiva das testemunhas, a autora intentava provar o empréstimo e o valor emprestado.

2. Inquérito sobre denúncia de bigamia praticada por Francisco Giordano, do qual foram extraídos depoimentos datados de 12.4.1908:

- Maria Giovanna de Maria, a denunciante;
- Pietro de Maria;
- Francisco Giordano, o réu;
- Rosa Grippa e Gaetana Capucci (sequenciais).

Escrevente/escrivão: Joaquim Augusto de Mendonça, do Posto Policial da Consolação, São Paulo, SP

Síntese do caso: Francisco Giordano se casou com Rosa Grippa no Brasil e, depois de separar-se, viaja para a Itália. Lá conhece Maria Giovanna de Maria, por quem se apaixona e com quem se casa posteriormente. Mais tarde, Giordano volta ao Brasil e traz consigo a nova esposa. Porém, pela lei brasileira da época, o casamento era indissolúvel; não havia separação oficial nem divórcio. Por causa disso, mesmo estando separado de fato da primeira mulher, Giordano não poderia se casar de novo, sob pena de incorrer em crime de bigamia – o que Maria Giovanna provou por depoimentos e documentos.

3. Inquérito sobre denúncia de fraude sofrida por Estela Nialesca, do qual foi extraído o depoimento da vítima, datado de 11.9.1914.

Escrevente/escrivão: José Rangel, do Posto Policial da Liberdade, São Paulo, SP

Síntese do caso: Estela era polonesa e sua ocupação não é esclarecida. O que se sabe é que ela estava grávida e tinha uma ligação amorosa com o réu, Adolpho Buslik, que, a pretexto de procurar um imóvel para moradia de ambos, toma certa quantia em dinheiro da moça e desaparece. Seu depoimento e os de suas amigas eram as únicas provas de que dispunha.

4. Ação criminal de danos supostamente causados ao imóvel de Cima Segundo, da qual foram extraídos depoimentos prestados em 11.9.1928:

- José Miniali;
- Carlos Gatti;
- Arthur Barni.

Escrevente/escrivão: Benedicto Soares Pompeu, do Quinto Ofício Criminal de São Paulo, SP

Síntese do caso: Cima Segundo era o mestre das obras no imóvel de Arthur Barni e alega que Angela Schor, vizinha do imóvel, intentava prejudicar o bom andamento da reforma. Os vários depoimentos prestados e uma prova pericial de engenharia eram o que havia para justificar as alegações do autor. O fato curioso do caso é que o mestre de obras intentou a ação, quando o correto seria que o dono do imóvel o fizesse (e, justamente por isso, a ação foi extinta sem decisão sobre quem falava a verdade).

5. Inquérito e ação criminal sobre o homicídio contra Angelina Peiró Costa, dos quais foram extraídos os seguintes depoimentos:

- José Peiró, 4.12.1946;
- Luizbino Pinto da Costa, o réu, 15.5.1947;
- Maria Santana Fróis, 30.7.1947;
- Claudio Lima Cavalcanti, 5.8.1947.

Escrevente/escrivão: os dois primeiros depoimentos foram colhidos por Sylvio da Silva, da Delegacia de Polícia da Primeira Circunscrição; os dois últimos, por outro escrevente do mesmo órgão que se identificou apenas pela rubrica, ilegível.

Síntese do caso: Angelina Peiró Costa, filha de espanhóis, foi assassinada pelo marido Luizbino Pinto da Costa, por motivos não esclarecidos por completo. Ele alega, inicialmente, que não fora o responsável pelo crime; mais tarde, com os depoimentos das testemunhas todos convergindo contra a sua pessoa, alegou como motivo do crime a descoberta de que a mulher se prostituía. Porém, a prova testemunhal coletada demonstrou que ele havia obrigado a esposa a prostituir-se.

Os advérbios em *-mente* no Português Arcaico: um estudo do estatuto prosódico dessas formas

(*Mode adverbs morphemes in Archaic Portuguese: a study of prosodic status*)

Thais Holanda de Abreu¹

¹Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

thaishabreu@bol.com.br¹

Abstract: This paper aims study mode adverbs of manner morphemes in Archaic Portuguese (AP) by describing their prosodic status in order to determine whether, in the archaic period of our language, these adverbs could be considered simple forms (one main lexical stress) or compounds (two lexical stresses). For this purpose, a *corpus* consisted of medieval cantigas has been chosen, including 420 religious cantigas in honor of the Virgin Mary, called the Cantigas de Santa Maria (CSM) and 1251 secular cantigas (510 “cantigas de amigo”, 431 “cantigas de escárnio e maldizer” e 310 “cantigas de amor”). The methodology is similar to that proposed by Massini-Cagliari in her studies (1995 and 2005): analysing the metric verses in which the mapped words appear we can find the poetic stress and, consequently, the word stress, making easier the investigation of the prosodic structure of *-mente* adverbs in a previous stage of the language, for which it is impossible to find living native speakers.

Keywords: -Ment adverbs; Prosodic status; Archaic Portuguese.

Resumo: O intuito deste trabalho é realizar um estudo dos advérbios em *-mente* no Português Arcaico (PA) por meio da descrição do estatuto prosódico dessas formas, a fim de determinar se, no período arcaico de nossa língua, esses advérbios podiam ser considerados formas simples (um acento principal) ou compostas (dois acentos lexicais). Para isso, foi escolhido um *corpus* constituído das cantigas medievais, das quais fazem parte as 420 cantigas religiosas em louvor à Virgem Maria, chamadas *Cantigas de Santa Maria* (CSM), e as 1.251 cantigas profanas (510 de amigo, 431 de escárnio e maldizer e 310 de amor). A metodologia utilizada é similar à proposta por Massini-Cagliari em seus trabalhos de 1995 e 2005: por meio da escansão dos versos em que se encontram as ocorrências mapeadas poderemos localizar o acento poético e, consequentemente, o acento nas palavras, facilitando a investigação da estrutura prosódica das formas adverbiais em *-mente* de um período da língua em que não existem mais falantes nativos vivos.

Palavras-chave: Advérbios em *-mente*; Estatuto prosódico; Português Arcaico.

Introdução

O propósito deste estudo é fazer uma descrição do estatuto prosódico das formas adverbiais em *-mente* no Português Arcaico (PA), analisando-as como formas simples (um acento lexical) ou compostas (um acento de palavra e um acento secundário).

O acento primário (ou de palavra) é o acento atribuído no léxico, ou seja, no momento de formação de uma palavra. Por outro lado, o acento secundário é uma proeminência prosódica que pode ocorrer ou por efeito das regras de euritmia da língua – uma sequência muito longa de sílabas átonas não é aceitável em português e, por isso, algumas dessas sílabas passam a ter um reforço extra (MASSINI-CAGLIARI; CAGLIARI, 2001, p. 114),

¹ Bolsista de Doutorado, processo n. 2011/18933- 8, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

como em palavras do tipo de “Àraraquára” ou “Pìndamònhangába” – ou por fatores lexicais (morfológicos) em derivados dos sufixos *-íssim(o, a)*, *-mente* e *-zinh(o, a)*. Neste último caso a língua tende a evitar dois acentos adjacentes²: o do radical derivacional (que é deslocado para a esquerda) e o do sufixo.

Ao buscarmos na literatura especializada do português (gramáticas históricas, linguísticas e trabalhos nas diversas áreas do conhecimento linguístico) sobre os advérbios em *-mente*, na maioria das vezes nos deparamos com a mesma discussão: “*-mente* pode ser considerado um sufixo em língua portuguesa”? A respeito disso, alguns estudiosos (BASÍLIO, 2006; CAGLIARI, 1997; CÂMARA JR., 1985) respondem a essa pergunta de forma negativa, expondo que tal elemento NÃO pode ser considerado um sufixo em nossa língua, mas sim uma palavra independente, sobretudo do ponto de vista prosódico.

Cagliari (1997) apresenta os seguintes argumentos³ para não considerarmos *-mente* como um sufixo:

- a) Os advérbios em *-mente* vieram de uma expressão usada no latim vulgar, “em que um adjetivo se associava à palavra ‘mente’” (CAGLIARI, 1997, p. 121);
- b) *-mente* pode ser visto como parte de uma locução e não como um sufixo, uma vez que, embasando-se em Câmara Jr. (1985), as formações em *-mente* teriam dois vocábulos fonológicos, com características próprias de palavras independentes;
- c) *-mente* concorda com a forma adjetival no feminino. Em nenhuma palavra derivada esse fato da concordância entre radical derivacional e sufixo ocorre, exceto nos diminutivos em *-zinh(o, a)*;
- d) o morfema *-mente* pode ocorrer junto apenas do último elemento em construções de coordenação, ou seja, em construções em que “duas ou mais unidades de um mesmo estrato funcional podem combinar-se” (BECHARA, 2005, p. 48), o que não acontece com os sufixos da língua. Por exemplo, há a possibilidade em Português Brasileiro (PB) de estruturas como *ele chegou vagarosa e tranquilamente*, na qual observamos que temos duas bases adjetivais (mesmo estrato funcional) e que, por isso, *-mente* pode ocorrer apenas junto da última base.

Portanto, percebe-se que o “comportamento do sufixo *-mente* na coordenação e em termos acentuais faz com que ele seja considerado um afixo diferente dos outros, com um estatuto mais autônomo do que o de outros afixos” (COSTA, 2008, p. 31). Assim, os advérbios formados com esse sufixo no Português Brasileiro (PB) seriam formas compostas. Nosso objetivo aqui é demonstrar que situação semelhante já ocorria em PA, ou seja, que *-mente* não seria exatamente um sufixo da língua já naquele período, levando em consideração os argumentos para o PB de Cagliari (1997) e alguns critérios de distinção entre formas simples e compostas, expostos em Massini-Cagliari (1999) e retomados por Borges (2008).

2 Quando há esse encontro, denominado pela literatura especializada de choque acentual ou *stress clash*, a fonologia métrica propõe a regra mova α , que desloca um acento de uma posição de choque para uma de não choque (HAYES, 1995).

3 Na seção 3 deste trabalho utilizaremos os argumentos b e c para discutirmos sobre o estatuto prosódico dos advérbios em *-mente* em PA.

Corpus e metodologia utilizados

Para a realização desse estudo, elegeu-se como *corpus* de pesquisa do PA as cantigas medievais galego-portuguesas remanescentes, das quais fazem parte as 420 cantigas em louvor da Virgem Maria, conhecidas como *Cantigas de Santa Maria* (CSM) e as 1.251 cantigas profanas (510 de amigo, 431 de escárnio e de maldizer e 310 de amor). Nossa escolha⁴ por esse tipo de cantiga se deu devido à possibilidade de boas perspectivas de resultados em um trabalho voltado para a área de fonologia de um período passado da língua, pois o caráter poético dessas *cantigas* pode revelar aspectos fonético-fonológicos daquele período que não costumavam aparecer representados na escrita da época:

Quando se tem como objetivo a investigação de elementos prosódicos [...] de um período de uma língua quando ainda não havia tecnologia suficiente para o arquivamento e transmissão de dados orais, a possibilidade de escolha de material entre material poético e não poético para constituição do *corpus* não se coloca. Como os textos remanescentes em PA são todos registrados em um sistema de escrita de base alfabética, sem qualquer tipo de notação especial para os fenômenos prosódicos, fica praticamente impossível de serem extraídas informações [...] a respeito do acento e do ritmo do português desse período, a partir de textos escritos em prosa; o único procedimento possível nesses casos é buscar esses dados na estrutura métrica de textos poéticos, obrigatoriamente alicerçada nas características rítmicas da língua que a ela dá suporte. (MASSINI-CAGLIARI, 1999, p. 142)

Sendo assim, a metodologia que dá suporte ao nosso trabalho é a embasada na proposta de Massini-Cagliari, em seus trabalhos de 1995 e 2005, ou seja, a partir da observação de como o poeta trovador conta as sílabas poéticas e localiza os acentos em cada verso podem ser observados os padrões acentuais e rítmicos da língua na qual os poemas foram compostos. Sobre isso já afirmava Allen (1973, p. 103): “metrical phenomena cannot be ignored, since, especially in the case of dead languages, the relationship between poetry and ordinary language may provide clues to the prosodic patterning”. Portanto, a partir da escansão do poema em sílabas poéticas, podemos ver os limites das sílabas fonéticas. Por exemplo: por meio da metrificação poética e da definição dos limites das sílabas fonéticas, podemos localizar os acentos poéticos e, conseqüentemente, o acento nas palavras, facilitando a investigação de sua estrutura prosódica e permitindo – no caso das formas adverbiais em *-mente* – formular hipóteses a respeito de essas formas serem, no período arcaico do português, simples (um acento lexical) ou compostas (dois acentos lexicais).

Além disso, faz parte da metodologia a consulta a glossários que trazem o significado das palavras existentes em PA, auxiliando-nos na identificação e no mapeamento dos advérbios em *-mente*. Para as CSM, utilizamos o glossário de Mettmann (1972), para as cantigas de escárnio e de maldizer, o de Lapa (1998b), para as cantigas de amor, o de Michaëlis de Vasconcelos (1990) e para as cantigas de amigo, o de Nunes (1972, 1973).

4 Outro motivo que nos levou à escolha das cantigas medievais foi o fato de tais pertencerem ao *corpus* do grupo de pesquisa ao qual esse estudo está vinculado, intitulado *Fonologia do português: arcaico & brasileiro*, registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Esse grupo congrega estudantes de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Campus de Araraquara (SP), sob a coordenação da professora doutora Gladis Massini-Cagliari, orientadora do trabalho em questão.

As cantigas medievais – cantigas profanas e religiosas

De acordo com Lapa (1998a[1965], p. 170), a poesia lírica medieval não possui uma única origem, podendo ser de procedência “occitanica” ou provençal e também árabe, como é o caso das cantigas de amigo que, de acordo com esse estudioso, teriam sofrido influência das *muuaxahas*, composições do árabe do século X, pois assim como essas, aquelas possuem “uma rapariga suspirando de amor ou saudade pelo seu amigo (habib)” (LAPA, 1998a[1965], p. 174). Porém, segundo Vieira (1987), a origem predominante dessas cantigas era a provençal.

Partindo do pressuposto de que a poesia trovadoresca profana teve origem principalmente provençal, Lapa (1960, p. 11) expõe que a influência desse lirismo era nítida no tema e na forma das cantigas medievais ibéricas, distinguindo, dessa forma, dois tipos de cantigas: as de origem provençal e as de forte tradição popular. À poesia tratada como tradicional, popular, convencionou-se chamar de *cantigas de amigo*, uma vez que “se exprime a dona enamorada que se refere ao amigo”. Por outro lado, às cantigas de origem provençal denominaram-se *cantigas de amor*, nas quais o autor se dirige à mulher amada. Um terceiro tipo de cantigas medievais foram as *cantigas de escárnio e maldizer* (CEM⁵), consideradas de procedência mais popular, nas quais se falava mal de alguém de forma coberta ou descoberta (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p. 45), ou seja, se a cantiga falava mal diretamente de alguém era de escárnio, caso contrário, era de maldizer.

As cantigas profanas chegaram até nós por meio de três cancioneiros, podendo ser denominados também códices ou manuscritos: o cancioneiro da Ajuda (A), o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa* (antigo *Colocci-Brancuti*) e o *Cancioneiro da Vaticana*.

Além das cantigas profanas, o período arcaico do português apresentava um segundo grupo de composições líricas: as cantigas religiosas, denominadas também de Cantigas de Santa Maria (CSM). Essas são datadas do final do século XIII, período do reinado de Afonso X, o Sábio, compilador desses poemas.

Com relação à temática, as CSM podem ser divididas em cantigas de *miragre* (cantigas de milagre, as quais revelam os feitos milagrosos da Virgem Maria; são poemas narrativos) e cantigas de *loor* (cantigas de louvor, que louvam e fomentam a devoção mariana; poemas líricos). No entanto, devido ao fato de as cantigas de milagre revelarem os milagres da Virgem e, conseqüentemente, encerrarem-lhe louvores, é possível, no fundo, considerar todas as cantigas como de louvor.

Assim como as cantigas profanas, as religiosas foram preservadas em quatro manuscritos antigos⁶: conhecidos como códices: E: El Escorial, Real Monasterio de San Lorenzo, MS B.I.2 (conhecido como Escorial ou códice dos músicos) – o mais completo de todos; T: El Escorial, Real Monasterio de San Lorenzo, MS T.I.1 (códice rico ou códice das histórias) – considerado o mais rico em conteúdo artístico (sobretudo iconográfico); F: Firenze, Biblioteca Nazionale Centrale, Banco Rari, 20 (códice de Florença) – que forma

5 Abreviatura que será utilizada de agora em diante referindo-se às cantigas de escárnio e maldizer, embora não corresponda, como no caso das Cantigas Religiosas (CSM), ao título de nenhuma compilação elaborada na época medieval.

6 O grupo de pesquisa *Fonologia do português: arcaico & brasileiro* (ao qual esta pesquisa está vinculada) tem acesso aos microfílm dos manuscritos e também a duas edições fac-similadas das *cantigas de Santa Maria*.

um conjunto com o códice Escorial rico, uma vez que as cantigas que contém completam o códice T; To: Toledo, Madrid, Biblioteca Nacional, MS 10.069 – o menor e mais antigo de todos, que contém também um índice de cem cantigas.

Embasamento teórico

Nesta seção do presente estudo faremos uma breve explanação sobre a(s) teoria(s) que utilizamos para realizar a descrição do estatuto prosódico das formas adverbiais em *-mente* no português arcaico. Trata-se de alguns critérios de distinção entre formas simples e compostas, que levam em consideração aspectos de ordem fonológica, morfológica e sintática, abordados por Massini-Cagliari (1999) e retomados no trabalho de Borges (2008), no qual essa estudiosa se utiliza de tais critérios para descrever o estatuto prosódico das formas futuras em PA.

Critérios de distinção entre formas simples e compostas

Tomando como base Massini-Cagliari (1999), observamos que a autora propõe quatro critérios de distinção entre formas simples e compostas, os quais foram retomados por Borges (2008).

O primeiro critério de Massini-Cagliari (1999) apresentado por Borges (2008, p. 118) se refere à coocorrência de formas sintéticas e analíticas nas formas futuras em PA. Segundo Borges (2008, p. 118), há no *corpus* das CSM verbos conjugados separadamente, como duas palavras distintas – “*á de salvar*” – e verbos que se fundem em uma única palavra gráfica – “*salvará*” (BORGES, 2008, p. 119, grifo da autora). Ao nos voltarmos às ocorrências adverbiais em *-mente* no PA, percebemos que esse primeiro critério (coocorrência de formas sintéticas e analíticas) pode ser aplicado também às formas adverbiais em questão, pois, como será comentado na seção 3, verificamos no mapeamento dessas formas ocorrências em que *-mente* está escrito junto ou separado de sua base, ou seja, encontramos tanto formas sintéticas (*fortemente*) quanto formas analíticas (*forte mente*) de uma mesma palavra.

Assim, o primeiro critério de Massini-Cagliari (1999) favorece a interpretação de que tanto as formas futuras quanto os advérbios em *-mente* em PA podem ser considerados compostos, “uma vez que há a possibilidade de interpretar as suas partes constituintes como duas palavras distintas, gráfica e prosodicamente” (BORGES, 2008, p. 120).

O segundo critério de classificação de formas verbais em compostas é recuperado de Mateus (1983) por Massini-Cagliari (1999) e exposto por Borges (2008). Tal critério está relacionado ao fato de as formas verbais futuras em PA terem a possibilidade de mesóclise. De acordo com Borges (2008), de 230 ocorrências de verbos na forma futura acompanhados de pronomes clíticos mapeadas nas cantigas religiosas, 53 dessas (23%) apresentavam pronomes mesoclíticos, como é o caso de “*dar-ch-ei*” e “*vingar-m-ei*” (BORGES, 2008, p. 124-125, grifos da autora). Devido a esse aspecto da mesóclise presente nas formas futuras em PA, Borges (2008, p. 124) afirma ser possível classificar os verbos futuros nesse período da língua como compostos, uma vez que tais formas, assim como os compostos

[...] têm coesão interna, isto é, não podem sofrer interpolação de material lingüístico (LAROCA, 2001, p. 22), ao passo que perífrases são permeáveis à inclusão de material lingüístico interveniente (ex: *Vou certamente fazer isto amanhã*). (BORGES, 2008, p. 124, grifos da autora)

Em outras palavras, as formas verbais futuras são compostas, pois ao serem inseridos nessas os pronomes mesoclíticos em posição medial é necessário que haja coesão interna entre as partes constituintes das formas futuras, assim como na formação de palavras como *guarda-chuva*, ou seja, não se pode ter uma ordem aleatória desses componentes; não se pode ter uma alternância (interpolação) entre esses, mas essa coesão interna não é tão grande quanto em palavras como *chuveiro*, uma vez que é possível interpolar material lingüístico entre as partes constituintes do verbo. Durante a coleta dos advérbios em *-mente* nas cantigas medievais não foi possível mapear nenhuma ocorrência com inclusão de material lingüístico entre a forma de base e o “sufixo” adjungido a essa. Logo, pode-se inferir que o segundo critério apresentado por Borges (2008) para a distinção entre formas simples e compostas (possibilidade de interveniência de material lingüístico entre as partes constitutivas da forma) não pôde ser aplicado às adverbiais encontradas no *corpus* referido.

O próximo critério apontado por Borges (2008, p. 125) é recuperado de Williams (1973, p. 211) por meio de Massini-Cagliari (1999). Segundo Williams, esse critério está relacionado ao fato de que no português medieval era possível encontrar dois futuros com uma única terminação e, assim, a independência entre o verbo no infinitivo e seu auxiliar *aver*, leva a crer que havia duas palavras naquele período (PA). Tal critério não foi possível de ser aplicado nem para as ocorrências de formas futuras mapeadas por Borges (2008), nem para as ocorrências adverbiais em *-mente*.

Por fim, o último argumento que Borges (2008, p. 125) retoma de Massini-Cagliari (1999) para a distinção de formas simples e compostas é o de padrão acentual das formas futuras em PA. Para isso, a autora da tese intitulada *Estrutura morfofonológica das formas futuras nas Cantigas de Santa Maria* (BORGES, 2008) realiza uma revisão de conceitos de inúmeros estudiosos da fonologia, a começar por Massini-Cagliari (1999), que afirma:

Um outro argumento provém dos próprios padrões acentuais dessas formas, todas oxítonas. Ora, se não se tratasse de um composto, a forma da 3ª pessoa do singular deveria ser paroxítona, pois termina em vogal aberta. Entretanto, isto não ocorre, porque esta forma é composta do infinitivo do verbo principal mais o verbo *auer* na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo, que é monossílabo, sobre o qual é erguido em pé degenerado (MASSINI-CAGLIARI, 1999, p. 181).

Além disso, Borges (2008, p. 241, grifos nossos), embasada em Massini-Cagliari (1999), afirma que “a acentuação em português *depende da constituição morfológica da palavra*, e que a regra geral que determina a aplicação do acento deve levar em conta a relação entre o radical ou tema e os morfemas que lhe seguem”. Ao destacarmos a dependência da constituição morfológica no processo de atribuição do acento em português queremos enfatizar que isso pode ser observado também nas formas adverbiais em *-mente* mapeadas, como mostrará a próxima seção.

Apresentação e descrição dos resultados

A Tabela 1 a seguir nos mostra a coleta de dados no *corpus* desse estudo de todos os casos de advérbios em *-mente* nas 420 cantigas religiosas em louvor à Virgem Maria, nas 431 cantigas de escárnio e de maldizer, nas 310 cantigas de amor e nas 510 cantigas de amigo:

Tabela 1 – Total de ocorrências de advérbios em *-mente* nas cantigas medievais.

Ocorrências de advérbios em <i>-mente</i> cantigas religiosas + cantigas profanas	Subtotal
Cantigas de amigo	1 (0,6%)
Cantigas de amorigas de Amigo Mariaas religiosas + cantigas profanas	15 (8,5%)
Cantigas de escárnio e de maldizer	14 (8,0%)
Cantigas de Santa Maria	145 (82,9%)
TOTAL	175 (100%)

Ao observarmos a Tabela 1 exposta, verificamos que dentre as cantigas medievais analisadas, as religiosas foram as que mais apresentaram ocorrências de advérbios em *-mente* (145 de 175), aproximadamente 83% das ocorrências mapeadas estavam no *corpus* dessas cantigas. Em segundo lugar de produtividade ficam as cantigas de amor (8,5%) e as cantigas de escárnio e de maldizer (8%). Por fim, temos as cantigas de amigo, as quais apresentaram o menor índice de produtividade dentre as cantigas mapeadas (0,6% do total de ocorrências).

Para evidenciarmos a estrutura morfológica das ocorrências mapeadas, expomos a seguir as Tabelas 2, 3, 4 e 5, que levam em consideração a natureza do gênero (masculino ou feminino) das bases que formavam os advérbios em *-mente* em PA:

Tabela 2 – Advérbios em *-mente* formados a partir de bases adjetivas femininas ou sem flexão de gênero⁷ nas 420 cantigas religiosas.

Ocorrências de advérbios em <i>-mente</i> formados a partir de bases adjetivas	Subtotal
Femininas	109 (75%)
Sem flexão de gênero	36 (25%)
TOTAL	145 (100%)

Tabela 3 – Advérbios em *-mente* formados a partir de bases adjetivas femininas ou sem flexão de gênero nas 431 cantigas de escárnio e de maldizer.

Ocorrências de advérbios em <i>-mente</i> formados a partir de bases adjetivas	Subtotal
Femininas	10 (72%)
Sem flexão de gênero	4 (28%)
TOTAL	14 (100%)

⁷ Para maiores esclarecimentos sobre o motivo que nos levou a denominar as bases adjetivas que não eram femininas de bases sem flexão, conferir adiante explicações embasadas em Câmara Jr. (1979).

Tabela 4 – Advérbios em *-mente* formados a partir de bases adjetivas femininas ou sem flexão de gênero nas 310 cantigas de amor.

Ocorrências de advérbios em <i>-mente</i> formados a partir de bases adjetivas	Subtotal
Femininas	14 (93%)
Sem flexão de gênero	1 (7%)
TOTAL	15 (100%)

Tabela 5 – Advérbios em *-mente* formados a partir de bases adjetivas femininas ou sem flexão de gênero nas 510 cantigas de amigo.

Ocorrências de advérbios em <i>-mente</i> formados a partir de bases adjetivas	Subtotal
Femininas	1 (100%)
Sem flexão de gênero	0 (0%)
TOTAL	1 (100%)

As tabelas expostas nos mostram que nos três tipos de cantigas medievais estudadas a estrutura morfológica dos advérbios aqui focalizados é predominantemente aquela em que se seleciona uma base adjetiva *feminina* para se adjungir a *-mente*.

Sobre as bases adjetivas que não trazem explicitamente a noção de gênero feminino, Câmara Jr. (1979) afirma que o fato de um adjetivo não trazer indicação formal de masculino e feminino já ocorria no latim, em palavras como: *tristem* (triste), *generalem* (geral)⁸ e ocorre também no português. Segundo esse autor, desde a origem de nossa língua, “a flexão de feminino é característica dos adjetivos de tema em *-o*” (CÂMARA JR., 1979, p. 84), ou seja, o feminino dos adjetivos em português é feito a partir dos adjetivos terminados naquela vogal. Esse fato, como já exposto anteriormente, foi constatado também nos dados coletados nas cantigas medievais em que as bases femininas formadoras dos advérbios em *-mente* (que eram a maioria) tinham seus correspondentes terminados em *-o* (*fremoso/fremosa*, *comprido/comprida*, *espesso/espessa*). Porém, as bases que não eram femininas não tinham um correspondente em *-o* (*leal/*lealo*, *natural/*naturalo*, *sotil/*sotilo*, *firme/*firmeo*, *forte/*forteio*). Assim, os adjetivos que não são terminados em *-o* não possuem a forma feminina e, conseqüentemente, não flexionam, uma vez que não podemos ter uma mudança para uma palavra terminada em *-o*. É por esse motivo que convenciamos chamar as bases que não eram femininas de bases sem flexão de gênero nas cantigas medievais.

Como vimos na seção introdutória deste artigo, Cagliari (1997) constata que também no Português Brasileiro (PB) a maioria dos advérbios em *-mente* é formada por bases femininas. Para esse autor, tal fato pode indicar que na formação dos advérbios em *-mente* no PB não temos um processo de derivação, pois há uma concordância entre base (*exata* – adjetivo feminino) e *mente* (feminino, do latim *mente*)⁹ que não é típica da maioria dos processos derivacionais.

Assim, parece que para o PA algo semelhante acontecia, o que pode nos indicar que não estamos diante de um processo derivacional, como inúmeras gramáticas afirmam, e que *-mente* não seria um *sufixo* da língua, mas uma palavra independente, que se adjuge a uma palavra já flexionada no feminino, como por exemplo, a ocorrência

8 Exemplos extraídos de Câmara Jr. (1979, p. 74).

9 Exemplos nossos.

fremosamente (CEM, 130, 18) em PA, na qual temos uma base feminina (*fremosa*) unida à forma *-mente*. Portanto, a partir dessa reflexão inicial supomos que as formas adverbiais em *-mente* no PA poderiam ser classificadas não como parte de um processo derivacional, mas sim compostas, no sentido de que se tratavam de palavras independentes.

Comumente os advérbios em *-mente* aparecem nas cantigas medievais grafados até mesmo em versos – conforme se vê no exemplo (1), adiante – ou hemistíquios separados – tal qual consta do exemplo (2), abaixo –, comprovando que na formação desses advérbios há duas palavras que podem ser consideradas independentes.

- (1) Vida e deserta;
de que será certa
quando vir *aberta-*
mente que nascia (CSM 195, verso 145).
- (2) Ond' avêo en Caorce | dũa moller que ssa filla
ouve mui grande fremosa; | mais o diabo, que trilla
aos seus, fillou-a *forte* | *mente* a gran maravilla (CSM 343, verso 17).

O exemplo (1) nos mostra que, na ocorrência *abertamente*,¹⁰ a base *aberta* está em posição de final de verso e rima com as outras palavras nessa posição, como *deserta* e *certa*, fato esse que comprova a independência tanto das bases quanto da forma *-mente*. Em (2) cada uma das partes constitutivas da palavra *fortemente* encontra-se em hemistíquios diferentes, comprovando certa independência dessas partes.

Utilizando-nos do primeiro critério de Massini-Cagliari (1999) (coocorrência de formas sintéticas e analíticas), verificamos que a ocorrência *fortemente*, assim como inúmeras outras mapeadas nas cantigas medievais, ora é grafada como em (3) – base juntamente ao elemento *-mente* –, ora é grafada como em (2), base grafada em versos separados.

- (3) O castelo *fortemente* | foi derredor combatudo
e os muros desfezeron, | ond' en gran medo metudo
foi o poblo que dentr' era; | e pois que sse viu vençudo,
colleu-sse a hũa torre | mui fort'. E de cada lado
Oraçon con piadade | oe a Virgen de grado (CSM 205, verso 27).

A partir dos exemplos (2) e (3) podemos afirmar que a possibilidade de ocorrer para uma mesma palavra forma analítica (*forte mente*) e forma sintética (*fortemente*) nos dá indícios de que as partes formadoras dos advérbios em *-mente* em PA possam ser duas palavras distintas, independentes, do ponto de vista prosódico.

Com relação ainda ao fato de *-mente* ser uma palavra independente e não um sufixo da língua portuguesa, encontramos nos dados coletados outra evidência que comprova

10 Em *abertamente*, assim como em outras formas adverbiais mapeadas nas cantigas medievais, temos o exemplo do fenômeno poético denominado *enjambment*. Tomando como base Fabb e Halle (2012, p. 10), o *enjambment* “*may end in the middle of words or put differently*”. Além disso, os autores mostram que esse fenômeno é comum com os advérbios em *-mente* na poesia do espanhol, do italiano e do francês, como podemos observar em um exemplo do francês, retirado dos mesmos autores e cujos grifos são nossos: “*D’être, grâce à votre talent de femme exquisite- / Ment amusante, decore d’un doigt subtil*”.

isso. Tal indício diz respeito à posição que determinado advérbio aparece no verso em que foi mapeado. Nos três tipos de cantigas medievais analisadas, todas as vezes que um advérbio em *-mente* foi localizado em posição de final de verso, esse rimava com as palavras dos outros versos da cantiga, como podemos observar no exemplo abaixo:

- (4) Porque sol dizer a *gente*
do que ama *lealmente*:
«se s'én non quer enfadar,
na cima gualardon prende,»
am' eu e sirvo por ende. (CA 307, verso 32)

O exemplo acima mostra a ocorrência *lealmente* em posição final de verso. Ao apresentar a possibilidade de rima com outras palavras da cantiga, tal advérbio nos indica que o acento principal recai em *mente*, uma vez que as palavras em posição de rima “são, com certeza, portadoras do acento principal” (MASSINI-CAGLIARI; CAGLIARI, 1998, p. 97). Portanto, verifica-se que há um acento na sílaba *men*, em *-mente*.

O exemplo (4), em que o advérbio está em posição de rima, comprova que *-mente* poderia apresentar acento lexical próprio no PA, mas para comprovar que a base formadora desse advérbio também possuía acento lexical, o mais adequado é partir das formas em que a base também está em posição de rima, conforme se vê no exemplo (5) logo a seguir para a base *leal*, pelo motivo já explicado.

- (5) Diss' enton Santa Maria: | «Vai, demo chëo de mal,
cuidasch' a meter a daño | a mia serventa *leal*;
mas de quanto tu cuidaste | eu cho tornarei en al,
ca te tollo que non possas | ja mais fazer-lle pesar.»
O que en Santa Maria | de coraçon confiar. (CSM 216, versos 45-49)

Observando o exemplo (5) e tomando como base os trabalhos de Massini-Cagliari (2005) e Costa (2010), percebemos que a base *leal* possui o acento de palavra (lexical) na sílaba *al*, já que rima com a palavra *mal*, do verso anterior. Ao retornarmos ao exemplo em que temos a forma *lealmente*, constatamos que o acento lexical que estava na sílaba *al* (quando a base não estava adjungida a *-mente*) passou a ser uma proeminência secundária na sílaba *le* quando unida à forma *-mente*, como podemos observar na metrificacão a seguir:

- | | |
|---|---------|
| (6) Por/ <i>que</i> / sol/ di/ <i>zer</i> / a/ <i>gen</i> te | 2-3-5-7 |
| do/ <i>que</i> / a/ <i>ma</i> / <i>le</i> / <i>al</i> / <i>men</i> / <i>te</i> : | 2-3-5-7 |
| « <i>se</i> / <i>s'én</i> / <i>non</i> / <i>quer</i> / en/ <i>fa</i> / <i>dar</i> , | 1-3-4-7 |
| na/ <i>ci</i> / <i>ma</i> / <i>gua</i> / <i>lar</i> / <i>don</i> / <i>pren</i> / <i>de</i> ,» | 2-4-6-7 |
| a/ <i>m' eu</i> / e/ <i>sir</i> / <i>vo</i> / por/ <i>en</i> / <i>de</i> | 2-5-7 |
- (CA 307, verso 32)

Assim, podemos dizer que a forma *lealmente* possui dois acentos: um lexical, na sílaba *men*, e outro secundário, na sílaba *le*. Se nos embasarmos no último critério de Massini-Cagliari (1999), retomado por Borges (2008), podemos afirmar também que o acento secundário é condicionado por razões morfológicas (lexicais), uma vez que foi

devido à adjunção de *-mente* à palavra *leal* que observamos o deslocamento do acento da sílaba *al* para a sílaba *le*.

A estrutura morfológica determina, inclusive, o intervalo regular entre os acentos secundários. Retomando Costa (2010, p. 179), “os acentos secundários ocorrem em um intervalo bastante regular, a cada segunda sílaba” e é justamente isso que observamos no exemplo da palavra *lealmente*. Percebe-se que o acento secundário recai sobre a segunda sílaba após a tônica, ou seja, na sílaba *le*. Nessa formação o acento secundário não é representado pelo acento da própria base adverbial¹¹, que é deslocado de sua posição, uma vez que há um choque acentual entre *-mente* e o acento de palavra da base *leal*.

Apresentamos ainda como evidência para considerarmos os advérbios em *-mente* palavras formadas a partir de elementos autônomos a ocorrência de processos de *coordenação* com essas formas adverbiais. Por exemplo, em PB há a possibilidade de estruturas como *Ele chegou vagarosa e tranquilamente*. Apesar de os dados mapeados nas cantigas medievais nos fornecerem uma estrutura coordenativa, o primeiro advérbio na coordenação (*mal*) – conforme exemplo a seguir – NÃO apresenta a terminação *-mente*, fato esse que nos leva a não utilizar tal argumento para a definição de elementos autônomos na formação dos advérbios em *-mente* no período arcaico da nossa língua.

- (7) Ena Groriosa,
e a razoar
mal e soberviosamente (CSM 192, verso 220).

Com relação aos outros critérios de Massini-Cagliari (1999), retomados por Borges (2008), vimos que os de número 2 (possibilidade de mesóclise) e 3 (dois futuros formados com uma só terminação como *direy* e *non estar*) não são aplicáveis às formas adverbiais em *-mente* no PA.

No caso do critério da possibilidade de mesóclise, a inclusão de material linguístico entre as formas constituintes de uma palavra é possível nas formas verbais futuras, como em “*dar-ch-ei*” (BORGES, 2008). No caso dos advérbios focalizados neste estudo, a possibilidade de interveniência de material linguístico entre as partes constitutivas da forma não pôde ser aplicada a esses advérbios como característica das formas compostas.

No entanto, podemos aproveitar o que Laroca (2001, p. 22) afirma sobre os nomes compostos – a questão da coesão interna e a impossibilidade de alternância entre os constituintes – para analisar os advérbios tanto em PA como em PB. Tomando como exemplo a ocorrência *fremosamente*, perceberemos que sua ordem “natural” é *fremosa* (base) + *-mente* (“sufixo”), isto é, essa ocorrência, assim como qualquer outra adverbial possui uma ordem fixa em sua formação (base + sufixo), uma coesão interna que *não* permite a interpolação de material linguístico nem a alternância da ordem dos constituintes, por exemplo, **mentefremosa*. Em PB também constata-se situação semelhante, uma vez que temos *formosamente* (base + sufixo) e não **menteformosa*.

Assim, se utilizarmos o critério de coesão interna de Laroca (2001, p. 22) para a análise das formas adverbiais em *-mente*, podemos afirmar que essas têm uma proximidade com os nomes compostos.

¹¹ A localização dos acentos nas bases derivacionais formadoras dos advérbios em *-mente* foi realizada por meio da consulta aos trabalhos de Costa (2006, 2010).

No caso do critério 3, trata-se de um argumento somente aplicável às formas verbais futuras.

Considerações finais

A análise aqui realizada mostrou que as ocorrências de advérbios em *-mente* no PA apresentam inúmeras evidências para serem classificadas como formas independentes, autônomas. Uma dessas diz respeito ao fato de essas formas apresentarem na maioria dos casos mapeados a seguinte estrutura morfológica: base adjetiva feminina + *-mente*. A partir disso, pode-se inferir que não se trata de um processo derivacional, pois, como já discutido, há uma concordância de gênero entre a base feminina e a forma *-mente* (originária da palavra latina feminina *mens*, intenção em português), fato esse que não ocorre com os outros processos derivacionais da língua. Logo, cada uma das partes que entram na formação dos advérbios em *-mente* poderiam ser consideradas independentes.

Outras evidências que sugerem estarmos diante de formas independentes estão relacionadas ao modo como os advérbios em *-mente* apareceram nas cantigas medievais analisadas, considerando a posição no verso e se são grafados separadamente. Vimos que, quando tais advérbios localizam-se em posição de final de verso, o elemento *-mente* rima com as palavras expostas nos outros versos das cantigas, o que nos leva a concluir que *-mente* possui acentuação própria, como uma palavra independente da língua. Além disso, algumas vezes os componentes morfológicos dos advérbios em *-mente* não são grafados juntos, apontando-nos a possibilidade de se tratarem de formas autônomas, com acentos próprios.

Portanto, por meio das evidências e critérios expostos anteriormente, a discussão realizada nesse artigo nos aponta para a possibilidade de o estatuto prosódico das formas adverbiais em *-mente* no PA ser definido como composto, ou seja, formas com acento de palavra mais uma proeminência secundária.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, W. S. *Accent and rhythm: prosodic features of Latin and Greek, a study in theory and reconstruction*. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1973.
- BASÍLIO, M. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- BORGES, P. R. *Estrutura morfofonológica das formas futuras nas cantigas de Santa Maria*. 2008. 309 f. Tese (Doutorado em Linguística, área de concentração Morfologia e Fonologia) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, SP, 2008.
- CAGLIARI, L. C. *Fonologia do português: análise pela geometria de traços e pela fonologia lexical*. Campinas, SP: [s.n.], 1997.

CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

COSTA, D. S. da. *A interface música e linguística como instrumental metodológico para o estudo da prosódia do português arcaico*. 2010. 200 f. Tese (Doutorado em Linguística, área de concentração Fonologia) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, SP, 2010.

_____. *Estudo do acento lexical no português arcaico por meio das cantigas de Santa Maria*. 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado em Linguística, área de concentração Fonologia) - Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, SP, 2006.

COSTA, J. *O advérbio em português europeu*. Lisboa, Portugal: Colibri, 2008.

FABB, N.; HALLE, M. *Meter in poetry: a new theory*. Cambridge, England: Cambridge University Press, 2012.

HAYES, B. *Metrical stress theory: principles and case studies*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

LAPA, M. R. *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais portugueses*. 3. ed. Lisboa, Portugal: João Sá da Costa, 1998a.

_____. *Crestomatia arcaica*. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1960.

_____. Glossário cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais portugueses. In: *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. Lisboa, Portugal: João Sá da Costa, 1998b. p. 289-393.

LAROCA, M. N. C. *Manual de morfologia do português*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

MASSINI-CAGLIARI, G. *A música da fala dos trovadores: estudos de prosódia do português arcaico, a partir das cantigas profanas e religiosas*. 2005. 348 f. Tese (Livre Docência em Linguística, área de concentração Fonologia) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, SP, 2005.

_____. *Cantigas de amigo: do ritmo poético ao linguístico. Um estudo do percurso histórico da acentuação em português*. 1995. 300 f. Tese (Doutorado em Linguística, área de concentração Fonologia) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1995.

_____. *Do poético ao linguístico no ritmo dos trovadores: três momentos da história do acento*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.

MASSINI-CAGLIARI, G.; CAGLIARI, L. C. De sons de poetas ou estudando fonologia através da poesia. *Revista da Anpoll*. São Paulo, n. 5, p. 77-105, 1998.

_____. Fonética. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. v. 1. São Paulo: Cortez, 2001. p. 105-146.

MATEUS, M. H. M. *O acento de palavra em português: uma nova proposta*. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1983. p. 231-248.

METTMANN, W. *Cantigas de Santa María* (cantigas 1 a 100). Madrid, Espanha: Castalia, 1986.

_____. *Cantigas de Santa María* (cantigas 101 a 260). Madrid, Espanha: Castalia, 1988a.

_____. *Cantigas de Santa María* (cantigas 261 a 427). Madrid, Espanha: Castalia, 1988b.

_____. Glossário. In: AFONSO X, O SÁBIO. *Cantigas de Santa Maria*. v. 4. Coimbra, Portugal: Universidade, 1972.

MICHAËLIS DE VASCONCELOS, C. Glossário do cancionero da ajuda. *Revista Lusitana*, XXIII. In: *Cancioneiro da ajuda*. v. 1. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1990. p. 1-95.

NUNES, J. J. *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*. Lisboa, Portugal: Centro do Livro Brasileiro, 1973.

_____. *Cantigas de amor dos trovadores galego-portugueses: nova edição*. Lisboa, Portugal: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

VIEIRA, Y. F. *Poesia medieval: literatura portuguesa*. São Paulo: Global, 1987.

WILLIAMS, B. *Do latim ao português*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

Metonímia e metáfora em construções lexicais no português do Brasil

(Metonymy and metaphor in Brazilian Portuguese lexical constructions)

Margarida Basilio

Departamento de Letras – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

marbas@centroin.com.br

Abstract: This study is concerned with the role of metonymy and metaphor in Brazilian Portuguese lexical constructions. Initially, we introduce the concepts for conceptual metonymy and metaphor to be used in the study. Then, the role of metonymy in derivation is shown as we analyze derived lexical constructions (deverbal agent nouns, patient nouns and diminutives) in Portuguese. Finally, a preliminary analysis of the role of metaphor in Brazilian Portuguese compounds is presented.

Keywords: metaphor; metonymy; lexical constructions; derivation; compounding; portuguese.

Resumo: Este trabalho aborda o papel da metonímia e da metáfora em construções lexicais no português do Brasil. Após breve definição dos conceitos utilizados, são apresentadas análises de construções lexicais derivadas na língua portuguesa e definido o papel da metonímia nessas formações (nomes de agente e paciente; diminutivos). Na parte final do trabalho, faz-se uma análise preliminar do papel da metáfora em formações compostas no português brasileiro.

Palavras-chave: metáfora; metonímia; construções lexicais; derivação; composição; língua portuguesa.

Introdução

Neste artigo, sintetizo alguns resultados do trabalho que venho realizando nos últimos anos sobre o papel da metonímia e da metáfora na formação de palavras. De início, exponho os conceitos de metonímia e metáfora conceptual a serem utilizados no texto e ressalto a importância desses mecanismos cognitivos na formação de palavras e constituição do léxico. Em seguida, analiso o papel da metonímia em três tipos de construções lexicais derivadas no português do Brasil. Na última parte do trabalho, apresento uma análise preliminar da metáfora em construções lexicais compostas.

A definição de metonímia conceptual mais frequentemente citada em abordagens cognitivas é a de Radden e Kövecses (1999, p. 21), segundo a qual a metonímia é um processo cognitivo em que uma entidade conceptual – o veículo –, provê acesso mental a outra entidade conceptual – o alvo –, dentro do mesmo modelo cognitivo idealizado. Essa definição circunscreve a relação metonímica a entidades, interpreta de modo mais preciso a noção tradicional de metonímia como representação de alguma coisa por outra que lhe seja associada por contiguidade e transfere a noção do objetivismo clássico para o conceptualismo cognitivista. A noção de modelo cognitivo idealizado (ICM) inclui tanto o conhecimento enciclopédico relativo a um determinado domínio conceptual quanto os modelos culturais a que os domínios se associam (RADDEN; KÖVECSES, 1999, p. 20).

Durante várias décadas, prevaleceu na Linguística Cognitiva a visão da metáfora conceptual conforme apresentada em Lakoff e Johnson (1980) e revista em Lakoff (1993), em cuja concepção, contrariando teorias tradicionais em que era vista como uma questão apenas linguística, a metáfora é um mecanismo cognitivo por meio do qual um domínio conceptual (a fonte) é mapeado em outro domínio conceptual (o alvo), no sentido de se observarem correspondências conceptuais (LAKOFF, 1993; BARCELONA, 2003a). Na noção de Metáfora Conceptual, portanto, a metáfora é uma figura de pensamento, cujos efeitos, as “expressões metafóricas” (LAKOFF, 1993, p. 203) aparecem e transparecem na língua em uso e podem adicionar, revelar ou criar novos significados lexicais.

Os estudos e publicações sobre metáfora e metonímia se intensificam cada vez mais, não apenas em virtude da crescente percepção da relevância do papel desses processos cognitivos nos estudos linguísticos e, em particular, da constatação da abrangência do papel da metonímia na gramática, mas também pela necessidade de uma definição mais precisa de termos, assim como de critérios mais eficientes de diferenciação entre metonímia e metáfora.¹

Para os fins deste trabalho, embora ciente dos problemas inerentes à definição de conceitos como domínio, ICM e “frame”, adoto a definição de metonímia de Radden e Kövecses (1999) com alterações mínimas, entendendo, assim, a metonímia como um processo cognitivo em que uma região ou entidade interna a um domínio conceptual – a fonte –, provê acesso a outra – o alvo –, dentro do mesmo domínio conceptual. Adicionalmente, levo em consideração a visão de Langacker da metonímia em termos de ponto de referência. De acordo com Langacker (2009, p. 52), podemos estabelecer uma entidade como ponto de referência com o objetivo de formar uma conexão mental com outra, propiciando, dessa maneira, acesso a um alvo mental por meio de outro, dentro do mesmo domínio conceptual.

Assim, por exemplo, é comum (e frequente em exemplos de metonímia) a referência ao governo pela menção ao local que se constitui como a sede do governo (Planalto, Casa Branca etc.); a pacientes hospitalares pela menção de sua doença (a úlcera, o enfarto); a pessoas ou animais, por partes significativas do corpo (cabeças, mãos, braços,); a pessoas ou objetos por meio de suas propriedades características; e assim por diante, como vemos nos exemplos abaixo (1):

- (1) a. A situação dos presídios preocupa o Planalto (= governo do Brasil).
- b. O enfarto vai receber alta amanhã (= paciente que teve enfarto).
- c. Ele tem um rebanho de mais de dez mil cabeças (= animais).
- d. Este doce é uma delícia (preparado alimentar com gosto doce).

A noção de domínio é essencial na delicada e discutida distinção entre metáfora e metonímia, sendo essa última restrita à conexão entre duas entidades ou regiões conceptuais dentro do mesmo domínio, enquanto a metáfora envolve domínios conceptuais diferentes. Assim, podemos entender a metáfora como um processo de integração conceptual envolvendo domínios distintos.

De acordo com a Teoria da Metáfora Conceptual, a metáfora é central à semântica das línguas naturais, de modo que o estudo da metáfora literária é apenas uma extensão

¹ Ver por ex., Ortony (1993); Panther e Radden (1999); Gibbs e Steen (1999); Dirven e Pörings (2003); Barcelona (2003b); Panther, Thornburg e Barcelona (2009); Benczes, Barcelona e Ibáñez (2011); etc.

do estudo da metáfora cotidiana (LAKOFF, 1993, p. 203). Este trabalho, entretanto, como ficará claro na parte final, reconhece e tem como objeto de investigação uma terceira situação, a do papel das expressões metafóricas nas construções lexicais compostas, o que inclui sua função poética na linguagem usual e na constituição do léxico.²

Na verdade, a quase totalidade dos estudos sobre metáfora e metonímia como processos cognitivos que se desenvolveram nas últimas décadas tem focalizado essencialmente a língua em uso. Mas, a metáfora e a metonímia exercem um papel de crucial relevância na constituição do léxico.

De fato, como observado anteriormente, muitos padrões lexicais se constituem em instrumentos eficientes de expansão lexical exatamente por causa de sua interação com padrões metonímicos (BASILIO, 2009, p. 102). Essa interação é clara, por exemplo, nos casos de conversão adjetivo/substantivo em português, tais como *velho*, *santo*, etc. Esses adjetivos dão origem a substantivos a partir do padrão metonímico *Característica por Indivíduo*, conforme exemplificado em (2):

- (2) a. João está ficando velho.
b. Você está vendo aquele velho atravessando a rua?

A interação entre processos morfológicos e padrões metonímicos é tão onnipresente e internalizada que, muitas vezes, é difícil de perceber. No entanto, como veremos na próxima seção, a metonímia é de grande relevância em um contingente significativo de construções lexicais derivadas.

A metonímia na derivação

Entendemos como sendo do âmbito da derivação os processos de formação de palavras que consistem na adição de afixos a um radical ou base. Entretanto, uma definição puramente estrutural é insuficiente: o aspecto funcional da derivação como processo de formação de palavras é igualmente relevante. Neste ângulo, deve-se salientar que a derivação é o espaço das formações de resultado previsível, dado que a estrutura representa a adição de formas presas, isto é, formas sem autonomia, cuja razão de ser é exatamente a utilização funcional nos processos de formação de palavras, de motivação gramatical ou semântica. Em outras palavras, o teor de previsibilidade é alto porque as propriedades das palavras derivadas são pré-determinadas pela função dos afixos (BASILIO, 1987, p. 28).

Qual seria, então, o papel da metonímia na formação de palavras derivadas? A resposta a essa questão fica clara se examinarmos de perto alguns desses processos. É o que será feito a seguir.

Nomes de agente deverbais *X-dor*

Tradicionalmente, a formação de substantivos deverbais de estrutura *X-dor* é tida como uma das instâncias de um processo mais abrangente; a formação de substantivos a partir de verbos, por sua vez, é entendida como um processo de formação de palavras que tem

² Embora não se possa separar o léxico do uso da língua, os enfoques são diferentes.

por objetivo a mudança de classe. De fato, a mudança de classe é envolvida na formação dos substantivos deverbais de estrutura *X-dor*, os chamados “nomes de agente”. Mas, as formações *X-dor* não existem apenas para representar lexicalmente o agente sintático em construções nominais paralelas a construções verbais como em (3):

- (3) a. Quem organizou o Congresso foi o Professor Fulano.
- b. O organizador do Congresso foi o Professor Fulano.

Na verdade, a utilização de nomes de agente *X-dor* tem mais visibilidade com a função semântica de designar um indivíduo enquanto agente, isto é, efetivador do ato denotado pelo verbo, como nos exemplos (4) e (5),

- (4) João é um bom administrador (=administra bem).
- (5) O time X é o vencedor do campeonato (=venceu o campeonato).

em que as formas *X-dor* se referem, respectivamente, a um agente permanente de *administrar* e a um agente ocasional de *vencer*.

Adicionalmente, a função semântica de denotação do agente por meio do significado do verbo tem como efeito a utilização direta de formações *X-dor* na terminologia profissional e ocupacional, assim como a designação de indivíduos em termos circunstanciais, genéricos e habituais, como vemos em (6):

- (6) a. Profissionais: administrador, cobrador, varredor, digitador, contador, etc.
- b. Ocupacionais: trabalhador, coordenador, orientador, velejador, etc.
- c. Circunstanciais: devedor, perdedor, colaborador, portador, etc.
- d. Genéricos: roedor, conciliador, sonhador, ameaçador, conservador, etc.
- e. Habituais: madrugador, falador, colecionador, contestador, etc.

Nos exemplos acima, os indivíduos denotados o são apenas enquanto crucialmente envolvidos no processo verbal correspondente. Temos, portanto, na formação dos nomes de agente, a metonímia *Indivíduo por Ato Verbal*, visto que um indivíduo é designado, sim, mas apenas enquanto elemento identificado pelo significado do verbo. Trata-se, pois, de um processo semântico de identificação de atores correspondentes a significados verbais, claramente distinto da mudança de classe de motivação gramatical ou textual. Assim, talvez possamos, ou mesmo devamos, dizer que a mudança de classe efetivada no substantivo de verbal *X-dor* decorre de sua função semântica de metonimicamente designar indivíduos por meio do significado do verbo; ou, de outro ângulo, designar indivíduos tomando o verbo como ponto de referência.

Adicionalmente, tendo em vista que o chamado nome de agente denota um indivíduo enquanto executor real ou potencial do ato representado pelo verbo, podemos avançar a observação de que o fundamental na construção correspondente é nomear um X enquanto crucialmente relacionado ao ato verbal, o que abrange o fato de termos não apenas agentes, mas também instrumentos nessas construções, como se vê em (7):

- (7) Liquidificador – refrigerador – moedor – ventilador – apagador – secador.

A relação entre agentes e instrumentos, além de morfológicamente inegável, é evidente também do ponto de vista semântico, derivando da metonímia *Instrumento por*

Agente, que expressa a associação imediata entre um agente e o instrumento usado para efetivar uma ação.³

Em suma, o chamado nome de agente é uma construção simbólica que pode se referir a indivíduos ou objetos, com a finalidade de designar aquele/aquilo que corresponde ao sujeito de um ato verbal. Podemos, então, considerar a metonímia *Ato por Agente*, com seus correlatos, como o padrão semântico correspondente à construção sufixal *X-dor*.

Outro aspecto a se considerar nas formações *X-dor* é que a denotação de indivíduos por alguma atividade ou ato explicitado no significado do verbo também corresponde a uma categorização sociocultural. Ou seja, o significado do verbo é um ponto de referência para a identificação do papel do indivíduo na sociedade. A formação *X-dor*, portanto, corresponde também à metonímia *Indivíduo por Função Social*, óbvia em exemplos como os de (8),

(8) consumidor – governador – trabalhador – fornecedor – agitador,

mas presente em todos os nomes de agente de caráter profissional ou ocupacional.

Finalizando esta brevíssima exposição do papel da metonímia nos nomes de agente *X-dor*, é importante acrescentar que a formação *X-dor* designa tão somente indivíduos e objetos por seus atos e funções, isto é, utiliza um ponto de referência para a designação. Muitas vezes, no caso do nome de agente ou instrumento, essa informação cobre o todo; mas, na maioria dos casos, não há coincidência absoluta entre a designação e os atos exercidos, assim como as demais características dos elementos nomeados.

Por exemplo, um nome de agente como *lavador* caracteriza alguém que lava carros como ocupação; a designação não se aplica ao dono que lava seu próprio carro ou a alguém que lave profissionalmente algum outro objeto. Do mesmo modo, *liquidificador* é um instrumento utilizado para tornar ou aproximar do estado líquido substâncias comestíveis, mas não outras substâncias; e é um objeto com forma e funcionamento relativamente definidos. Do mesmo modo, há governadores que não governam e orientadores que não orientam, assim como há pessoas que matam, mas apenas o profissional é designado *matador*; e assim por diante.⁴

Nomes de paciente: construções lexicais *X-do*

O segundo exemplo a ser considerado sobre o papel da metonímia na derivação é o que aqui denomino de “nomes de paciente”.

De modo paralelo ao das formações *X-dor*, podemos construir palavras de estrutura *X-do* para denotar indivíduos enquanto pacientes ou afetados de modo relevante pelo ato verbal.⁵ Alguns exemplos estão em (9):

(9) Convidado – orientado – aposentado – associado – empregado.

3 Outra possibilidade seria considerar a metáfora Instrumentos são Agentes, que justificaria usos do tipo “A chave abriu a porta” etc., o que ilustra o difícil problema de critérios de distinção entre metáfora e metonímia.

4 Esta análise se restringiu às formações *X-dor*, mas a grande maioria das propriedades analisadas, assim como o papel da metonímia, se verificam também nas formações históricas (*escritor*, *professor* etc.), assim como nas formações *X-nte* e nos nomes de agente deverbais formados com os sufixos *-eiro* e *-ista*. Para análises mais detalhadas, ver Basilio (1995, 2005, 2009, 2011), Miranda (1980), Gonçalves et al. (1999), etc.

5 Para uma análise mais detalhada de nomes em *X-do*, ver Flores (2013).

Essas formações são menos visíveis enquanto entidades autônomas do que as formações *X-dor*, na medida em que têm a mesma forma que o particípio passado. Entretanto, apresentam propriedades plenas de substantivo e, analogamente aos nomes de agente, são substantivos que designam indivíduos enquanto crucialmente envolvidos numa ação, explicitada na base verbal. A diferença entre as duas formações, do ponto de vista semântico, é que as construções *X-do* designam o indivíduo não como agente, mas como paciente ou afetado pelo ato verbal. Ou seja, ser afetado por um ato verbal é o ponto de referência para o acesso ao indivíduo assim caracterizado. Em ambos os casos, o papel da metonímia é claro: seja no caso do nome de agente, seja no do nome de afetado, o verbo (fonte) é utilizado para nos levar ao conceito correspondente ao alvo, a saber, o indivíduo caracterizado como agente ou como afetado pelo ato verbal, como fica evidente na oposição *orientador/orientado*.

É de se ressaltar que o alvo conceitual é o significado do nome de agente ou de afetado, e não a suposta soma de partes de significados que encontraríamos numa análise morfológica, claramente insuficiente. Por exemplo, *indiciado* é um sujeito que se caracteriza na sociedade pelo fato de ter sido indiciado num inquérito criminal, assim como *malfeitor* é um agente execrado pela sociedade e não, por exemplo, um adolescente que fez algo mal feito. Do mesmo modo, *orientador* e *orientado* só podem ser entendidos dentro do domínio acadêmico do sistema de pós-graduação. Neste tipo de construção, portanto, analogamente aos nomes de agente, temos não apenas a metonímia *Ato por Afetado*, mas também a metonímia *Função Social por Indivíduo*.

A noção de afetação por um ato verbal também designa por caracterização objetos, concretos e abstratos, além de indivíduos. Alguns exemplos estão em (10):

- (10) a. Cozido – assado – bordado – tecido – grelhado – povoado.
b. Passado – atentado – achado – significado – pedido – dado.

Nos exemplos acima, podemos observar que também se aplica aos nomes de paciente a provável discrepância entre o significado do verbo e a totalidade das características atribuídas ao nome derivado. Assim, por exemplo, *cozido* é um preparado alimentar que tem no verbo *cozer* um ponto de referência, mas corresponde a um prato específico e não a qualquer coisa cozida; *assado* é um termo que corresponde a algum tipo de carne vermelha e não a qualquer comestível que tenha passado pelo processo de assar; *empregado* corresponde a indivíduos afetados pelo ato de empregar, mas o termo não se aplica igualmente a todos os tipos de emprego no mercado de trabalho; e assim por diante.

Por causa da identidade de forma entre construções *X-do* como nome de paciente e formações de particípio passado, poderíamos dizer que os nomes de paciente seriam adequadamente analisados como adjetivos oriundos de formas do particípio passado que se tornaram substantivos por conversão. Essa é uma análise viável, que tem algum suporte no fato de encontrarmos formações históricas com as mesmas características, embora apresentando a forma correlata ao particípio passado latino, como em (11):

- (11) Preso – produto – dito – feito – escrito – pressuposto – conceito.

Esse fato, no entanto, é de impacto limitado enquanto não tivermos evidência sobre a proporção dessas formações em relação às formações *X-do*. Por outro lado, embora

a análise das formações *X-do* em termos de conversão possa ser feita, não há razão para negarmos a possibilidade de emergência de um padrão morfológico [*X-do*]s relacionado à metonímia *Paciente Verbal por Indivíduo*, o que, aliás, parece ter sido o caso.

Diminutivo: construções lexicais *X-inho*

Passamos, agora, a analisar a formação sufixal de diminutivos em construções *X-inho*, que constituem a maioria das formações de diminutivo no português do Brasil. Tradicionalmente, a formação de diminutivos é relacionada à expressão da dimensão reduzida, a partir de uma noção implícita de dimensões consideradas normais numa determinada comunidade, embora também já seja mencionado nas gramáticas normativas o valor afetivo do uso do diminutivo.⁶ Estudos mais recentes, no entanto, indicam fortemente a centralidade do uso do diminutivo em funções de cunho discursivo, embora a noção de dimensão continue presente, seja isoladamente, seja mesclada ao valor afetivo.⁷

Nesta seção, vou tratar de duas instâncias de uso da construção diminutiva *X-inho*. A primeira apresenta função denotativa, relacionada à dimensão; a segunda é de função discursiva.

Exemplos de função denotativa em construções *X-inho* são apresentados abaixo (12):

(12) Xicrinha – colherinha – tesourinha – salgadinho – coxinha – docinho.

Nessas construções, o referente é designado pelo tamanho, a partir de uma base comum a outro referente relacionado, mas distinto. Assim, por exemplo, *colherinha* é um tipo de colher especialmente pequena, utilizada para o cafezinho (aliás, esse seria também um exemplo de função denotativa do diminutivo, mas com o sufixo *-zinho*). Ou seja, nesse tipo de construção, não se trata de referência a um X com dimensão reduzida, mas de designação de um XY enquanto relacionado, porém distinto de X, e tendo, entre outras propriedades, a dimensão reduzida. Isto é, *tesourinha* não se refere simplesmente a uma tesoura pequena, mas denota um tipo especial de tesoura, que tem o tamanho pequeno como uma de suas características. Nesse tipo de formação, portanto, utiliza-se o sufixo marcador de diminuição acidental de um referente para a denotação de um referente em que o tamanho diminuto é uma propriedade permanente, o que corresponde à metonímia Propriedade Acidental por Propriedade Intrínseca.

O diminutivo em função discursiva apresenta diferentes manifestações, abrangendo o uso afetivo, depreciativo e atenuativo, conforme ilustrado abaixo (13):

- (13) a. Benzinho, traz minha cervejinha?
b. Em casa, prefiro usar esses vestidinhos simples.
c. Estou acabando, espera só um minutinho!

Aqui, vou mencionar em especial o diminutivo utilizado pelo adulto quando fala com crianças (*baby talk*). Nessa situação discursiva, observa-se que o diminutivo, embora mantendo seu escopo morfológico, no sentido de que permanece a marca do diminutivo por meio da sufixação, deixa de ter restrições no que tange aos substantivos em que a

6 Ver, por ex., Said Ali (1965), Rocha Lima (1976), Bechara (s/d) etc.

7 Para uma análise detalhada do uso do diminutivo no português brasileiro, ver Turunen (2009).

noção de tamanho não seria aplicável e se espraia pelo discurso como um todo. Esta situação, ilustrada abaixo (14 e 15),⁸

(14) MÃE: Quantos aninhos tem a Jéssica?

JES: Dois.

(15) MÃE: Tá, deixa ele aí e vamos passar creminho, vem.

JES: Sujar toda de creme.

MÃE: De creminho. Então, vem passar creminho. Vem, deita aqui.

pode ser caracterizada como manifestação da metonímia Interlocutor por Referente, em que a presença dos diminutivos no enunciado é a fonte que estabelece conexão com o alvo, a saber, o tipo de interlocutor, dentro de um mesmo domínio conceptual, o ato de fala.

Finalizando, é de se ressaltar que os casos apresentados não esgotam a presença da metonímia em formas derivadas. Entre outras instâncias já analisadas no português do Brasil, incluem-se construções como substantivos deverbais de ação, nomes de agente denominais, verbos denominais e substantivos formados de adjetivos por conversão.⁹

Metáfora em compostos lexicais

Nesta seção, abordamos o papel da metáfora em compostos lexicais. Conforme observamos anteriormente, a metáfora será aqui entendida como uma figura de pensamento que integra material conceptual de domínios conceptuais distintos.

A noção de composto é controversa nas abordagens normativas, assim como em estudos morfológicos da língua portuguesa.¹⁰ Neste trabalho, entendemos por compostos lexicais construções que consistem de duas ou mais palavras e que, embora não sejam necessariamente palavras, do ponto de vista estritamente morfológico, devem ser consideradas como palavras do ponto de vista lexical, no sentido de apresentarem significado estável, não admitindo elementos interferentes e não constituindo proposições. De acordo com esse critério, são compostos lexicais não apenas todos os compostos morfológicos, tais como *meritocracia*, *guarda-chuva* e *italo-belga*, mas também sequências S+Adj, S+S e S+de+S em que o substantivo apresenta flexão, como *carta-branca*, *avião-tanque*, *pé de moleque*. No entanto, sequências como *suco de laranja*, *bom de bola*, *boa noite* e *água mineral* não serão consideradas como compostos lexicais.

Inicialmente, faço uma releitura de três exemplos de compostos apresentados em trabalhos anteriores envolvendo a palavra *olho*: *olho de sogra*, *olho mágico* e *olho d'água*.¹¹

Em *olho de sogra*, temos uma metáfora de similaridade, mas a transferência de domínio é drástica e o conhecimento enciclopédico contribui em grande parte para a

8 Os exemplos, retirados de Turunen (2009), constam do Corpobras (Compilação de um corpus representativo do Português do Brasil e análise multidimensional da variação entre gêneros discursivos), coordenado pela Prof^a Lucia Pacheco de Oliveira (PUC-Rio).

9 Ver Basilio (2004a, 2004b, 2007, 2009, 2011).

10 Ver, por ex., Câmara (1997), Sandman (1989), Mateus (2003), Alves (2007), Henriques (2007), Santos (2009), Rio-Torto et al. (2013), dentre muitos outros.

11 Ver Basilio (1987, 2006).

motivação da construção. Conforme observei em 1987, “o docinho referido certamente tem algo das características de um olho, mas a associação com olho é desagradável, daí o uso do termo *sogra*, que é um personagem tido como desagradável em nossa cultura” (BASILIO, 1987, p. 32). Ou seja, a composição mescla conceitos tanto horizontal quanto transversalmente, associando a semelhança formal do doce a um olho esbugalhado ao conceito de sogra, em referência a um docinho que praticamente só se encontra em festas infantis, ou seja, em situações familiares. Assim, no doce designado como *olho de sogra*, predica-se o alvo (o docinho) através da associação dos domínios conceptuais do corpo (olho) e familiar (visão cultural da sogra). É do domínio *familia*, portanto, que devemos contemplar o doce, já colocado o tom pejorativo no ponto de referência. Trata-se, pois, de uma metáfora conceptual complexa, que joga ao mesmo tempo com a similaridade e a estrutura cultural que motiva o composto.

O segundo exemplo, *olho-mágico*, é mais simples, embora possa ser analisado de duas maneiras. A analogia do pequeno orifício que se coloca nas portas de apartamentos para nos proteger de visitantes indesejáveis, permitindo-nos ver sem sermos vistos é evidente em relação ao olho, também este sendo uma abertura que permite a visão. Temos, pois, a projeção do domínio do corpo para o domínio da arquitetura, mas também incorporando o elemento da invisibilidade, característico do mecanismo das portas, em oposição aos nossos olhos e todo o nosso corpo quando estamos exercendo o ato de ver em situações normais. A invisibilidade é aludida e predicada ao olho metafórico pelo adjetivo *mágico*. Assim, temos uma motivação óbvia para a metáfora do olho, mas a similaridade é exclusivamente funcional, ao contrário do primeiro exemplo, que explora conceitualmente a similaridade formal. A segunda metáfora corresponde à transferência de um mecanismo objetivo ao domínio da magia, mecanismo largamente utilizado como estratégia mercadológica.

O composto *olho-mágico* permite ainda uma análise alternativa, de cunho metonímico, já que o orifício que nos faz ver através da porta se associa, por contiguidade também funcional, ao nosso olho, que é o real visor do que se encontra para além da porta.

O terceiro exemplo é *olho-d'água*, nome que se dá a uma pequena fonte, em geral esporádica. Temos agora uma associação do pequeno ponto de saída da água com o olho, dada a similaridade da situação das lágrimas que surgem nos olhos e escorrem pela face, assim como a água brota de um determinado ponto do solo e escorre pela terra. Temos, portanto, expressa no composto a transferência de um evento e seu resultado do domínio do corpo humano para o domínio dos incidentes geográficos, por assim dizer.

Esses exemplos ilustram a função poética da metáfora, que tem forte presença nas formações compostas, o que é perfeitamente compatível com a noção de metáfora conceptual: a metáfora é fundamentalmente um mecanismo cognitivo que está por trás de diferentes usos linguísticos, dentre os quais se incluem construções lexicais para efeitos de designação ou predicação de seres, de caráter expressivo ou não. Nos exemplos citados, temos três diferentes instâncias de designação expressiva, embora sejam palavras de uso corriqueiro.

Mas, por que designar por metáforas? Por um lado, porque a função poética, como Jakobson observou há décadas, é uma das funções da linguagem; aliás, uma função crucial, no que tange ao poder de persuasão. Por outro lado, do ponto de vista da teoria lexical, porque as metáforas chamam a atenção, o que torna mais fáceis de memorizar os itens

lexicais correspondentes; e designam novas entidades utilizando material já existente no léxico, estabelecendo associações.¹² Ou seja, metáforas de designação unem o útil ao agradável, por assim dizer.

Prosseguindo, focalizo compostos metafóricos de estrutura S+S, em que o segundo substantivo predica o primeiro, como em (16),

(16) Funcionário-fantasma; palavra-chave.

que são exemplos conhecidos e já formaram um padrão, de modo que outras formações foram e serão feitas, tais como as (17):

(17) Empresa-fantasma; testemunha-chave.

Nessas construções, o segundo substantivo é usado para predicar o primeiro. A pergunta óbvia é por que não usamos um adjetivo. E, em última análise, a resposta é igual à dos primeiros exemplos analisados, apesar de se tratar de construções de estrutura diferente. Em (16) e (17), o segundo substantivo de cada construção é deslocado de sua função primária de designação para a de predicação, característica dos adjetivos; isso já provoca um estranhamento, que contribui para a força da predicação.

Devemos observar, por outro lado, que, embora se utilize a forma do substantivo como segundo elemento do composto, o elemento predicador não coincide com o(s) significado(s) globais do substantivo, mas seleciona determinadas propriedades deste. Por exemplo, *chave* predica algo como crucial; *fantasma* atribui ao primeiro elemento uma aura de existência dúbia que se converte em franca afirmação de ilegalidade e corrupção; e assim por diante.

A seleção de propriedades que mencionamos acima revela que a metáfora nesse padrão composicional está emaranhada com a metonímia. No ângulo mais gramatical, temos a metonímia *Substantivo por Adjetivo*; semanticamente, além de *Designação por Predicação*, temos a mais comum das metonímias, o *Todo pela Parte*. Mais especificamente, utilizamos em construções compostas S+S de cunho predicativo o segundo substantivo para predicar o primeiro, assim constituindo o composto. Portanto, usamos o substantivo, ou seja, uma designação, como fonte para atingir um alvo de predicação. Contudo, como observamos acima, o que predica o primeiro substantivo não é a totalidade do poder designador do segundo, mas apenas algumas propriedades selecionadas para a predicação. Assim, a construção S+S de cunho predicativo é também uma construção de base metonímica.

A esse aspecto metonímico adiciona-se o processo metafórico, na medida em que entidades de domínios diferentes se fundem na formação do composto: o domínio do primeiro substantivo é caracteristicamente distinto do domínio do segundo substantivo nessas construções. Por exemplo, *fantasma* não pertence ao domínio do “real”, no qual se situam todos os substantivos que ocupam a primeira posição nos exemplos; e *chave* está no domínio dos instrumentos.

O ponto mais interessante no aspecto metafórico desse tipo de composto, no entanto, é o seu caráter intermediário, já que a(s) propriedade(s) selecionadas do segundo substantivo são atribuídas ao primeiro, isto é, não temos uma situação em que um conceito do domínio fonte leva a um conceito alvo de outro domínio; mas uma construção em que o conceito

¹² Como vemos nos exemplos citados, todos baseados na palavra *olho*.

evocado pelo substantivo fora dessa construção é substituído por outro que mantém o primeiro substantivo, mas transferido para um outro domínio pela predicação. Assim, *funcionário-fantasma* não é um funcionário, mas algo forjado e, portanto, uma fraude; a *palavra-chave*, mesmo sendo uma palavra,¹³ deixa de sê-lo gramaticalmente para ser um elemento de busca de informação; e assim por diante.

Finalizando essa breve análise do papel simultâneo da metáfora e da metonímia em compostos de estrutura S+S, resalto que temos, também nesses casos, a utilização de termos já existentes para novas construções, sendo que essa utilização apresenta um desvio do que é esperado, dando às novas formações um caráter de expressividade.¹⁴

A metáfora na formação de palavras se concentra na formação de compostos e tem uma função poética e mnemônica. Compostos metafóricos chamam a atenção e estabelecem associações inesperadas, sendo, *ipso facto*, mais fáceis de memorizar. Entretanto, o uso desfaz a sensação de estranhamento com relativa rapidez. Assim, o destino desses compostos é o de perder a força expressiva à medida em que forem mais e mais usados. Mas, uma vez consolidados pelo uso, já estará concluído o processo de lexicalização e, portanto, cumprido o papel dos mecanismos envolvidos na constituição do léxico.

Concluo o trabalho, portanto, enfatizando o papel da metonímia e da metáfora na constituição do léxico como sistema dinâmico de conservação e produção de conhecimento linguístico-enciclopédico. Tanto a metáfora quanto a metonímia correspondem a potenciais de evocação de itens lexicais que são, assim, revelados e, eventualmente, configurados como mais visíveis, podendo atingir a condição de lexicalização. Adicionalmente, conforme vimos, metáfora e metonímia são bases de sustentação de esquemas de formação de palavras que atuam juntamente com as partes mais visíveis de construções derivadas ou compostas.

REFERÊNCIAS

ALVES, I. M. *Neologismo: criação lexical*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2007. 93 p.

BARCELONA, A. Clarifying and applying the notions of metaphor and metonymy within cognitive linguistics: an update. In: DIRVEN, R.; PÖRINGS, R. (Org.). *Metaphor and metonymy in comparison and contrast*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2003a. p. 207-277.

_____. (Org.). *Metaphor and metonymy at the crossroads*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2003b. 356 p.

BASILIO, M. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987. 96 p.

_____. O fator semântico na flutuação substantivo/adjetivo em português. In: HEYE, J. (Org.). *Flores Verbais*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. p. 177-192.

_____. *Formação e classes de palavras no Português do Brasil*. São Paulo: Contexto,

13 As palavras-chave são unidades terminológicas, que frequentemente se constituem de sequências estruturadas de palavras.

14 Além de outras funções. Por exemplo, *fantasma* em lugar de *falso* é bastante útil como eufemismo, dadas as eventuais implicações políticas e jurídicas de uma designação mais objetiva.

2004a. 96 p.

_____. Fatores funcionais e cognitivos na flutuação N/Adj no Português do Brasil. In: SILVA, A. S.; TORRES, A.; GONÇALVES, M. (Org.). *Linguagem, cultura e cognição*. Coimbra: Almedina, 2004b. v. II, p. 175-184.

_____. Estrutura linguística e conhecimento do mundo nas construções lexicais. In: MIRANDA, N. S.; NAME, M. C. (Org.). *Linguística e cognição*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. p. 299-308.

_____. Metaphor and metonymy in word formation. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 22, n. especial, p. 67-80, 2006.

_____. O papel da metonímia nos processos de formação de palavras: um estudo dos verbos denominais em Português. *Revista da ABRALIN*, v.6, n. 2, p. 9-21, jul./dez. 2007.

_____. The role of metonymy in word formation: Brazilian Portuguese agent noun constructions. In: PANTHER, K.-U.; THORNBURG, L.; BARCELONA, A. (Org.) *Metonymy and metaphor in grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 2009. p. 99-109.

_____. O papel da metonímia na morfologia lexical. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 9, n. 5, p. 99-117, nov. 2011.

BECHARA, E. *Moderna gramática Portuguesa*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, [s.d.]. 374 p.

BENCZES, R.; BARCELONA, A.; IBÁÑEZ, F. J. (Org.) *Defining Metonymy in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 2011. 284 p.

CÂMARA JR., J. M. *Dicionário de Linguística e Gramática*. 18. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997. 262 p.

DIRVEN, R.; PÖRINGS, R. (Org.) *Metaphor and metonymy in comparison and contrast*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2003. 605 p.

FLORES, F. *A conversão adjetivo/substantivo em formações deverbais X-do no Português do Brasil*. 2013. 92f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

GIBBS, R. W.; STEEN, G. J. (Org.) *Metaphor in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 2001. 225 p.

GONÇALVES, C. A. et al. Delimitando as formas X-eiro no Português do Brasil. In: BASILIO, M. (Org.) *A delimitação das unidades lexicais*. Rio de Janeiro: Ed. Grypho, 1999. p. 115-139.

HENRIQUES, C. C. *Morfologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 202 p.

LAKOFF, G. The contemporary theory of metaphor. In: ORTONY, A. (Org.) *Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 202-251.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LANGACKER, R. Metonymic grammar. In: PANTHER, K.-U.; THORNBURG, L.; BARCELONA, A. (Org.) *Metonymy and metaphor in grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 2009. p. 45-71.

MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. 1127 p.

MIRANDA, N. S. *Agentivos denominais e deverbais: um estudo da produtividade lexical em português*. 1980. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.

ORTONY, A. (Org.) *Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. 678 p.

PANTHER, K.-U.; THORNBURG, L.; BARCELONA, A. (Org.) *Metonymy and metaphor in grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 2009. 423 p.

RADDEN, G.; KÖVECSES, Z. Towards a Theory of Metonymy. In: PANTHER, K.-U.; RADDEN, G. (Org.) *Metonymy in language and thought*. Amsterdam: John Benjamins, 1999. p. 17-59.

RIO-TORTO, G. et al. *Gramática Derivacional do Português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. 512 p.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. 506 p.

SAID ALI, M. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965. 248 p.

SANDMANN, A. J. *Formação de Palavras no Português Brasileiro Contemporâneo*. Curitiba: Icone/Scientia et Labor, 1989. 185 p.

SANTOS, A. V. *Compostos sintagmáticos nominais VN, NN, NA, NA e NprepN no Português Arcaico (Sécs. XIII-XVI)*. 2009. 276 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

TURUNEN, V. *A reversão da relevância: aspectos semânticos e pragmáticos de formações diminutivas no português do Brasil*. 2009. 194f. Tese (Doutorado em Letras. Área de Concentração: Estudos da Linguagem) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

The non-compositional domain: diminutives and augmentatives in Brazilian Portuguese¹

(O domínio não-composicional: diminutivos e aumentativos no português brasileiro)

Paula Roberta Gabbai Armelin¹

¹Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)

paula.armelin@usp.br

Abstract: this paper investigates the syntactic domain of non-compositional interpretation. The empirical data are non-compositional diminutives and augmentatives in Brazilian Portuguese. It is proposed that these formatives are nominal categorizing heads and this status influences the computation of locality in syntactic structures. Based on data in which an affix intervenes between the root and the diminutive/augmentative morpheme, it is proposed, in line with the Exo-Skeletal model (BORER, 2003, 2005a, 2005b, 2013), that a split between elements which project functional structure and elements which project lexical structure is a necessary one, since the former, but not the latter, defines domains of non-compositional interpretation

Keywords: non-compositionality; locality; phase; diminutive; augmentative.

Resumo: este artigo investiga o domínio sintático da interpretação não-composicional, a partir de dados de diminutivo e aumentativo do português brasileiro. Propõe-se que tais morfemas, em formações não-composicionais, são núcleos categorizadores nominais e tal estatuto influencia na computação de localidade nas estruturas sintáticas. Baseado em dados no qual um afixo intervém entre a raiz e o morfema de diminutivo/aumentativo, defende-se, em linha com o modelo Exoesquelético (BORER, 2003, 2005a, 2005b, 2013), que a divisão entre elementos que projetam estrutura funcional e elementos que projetam estrutura lexical é necessária, uma vez que os primeiros, mas não os últimos, definem domínios de interpretação não-composicional.

Palavras-chave: não-composicionalidade; localidade; fase; diminutivo; aumentativo

Introduction

Brazilian Portuguese, henceforth BP, presents a variety of different diminutive and augmentative affixes, but the most productive ones are *-inho/-zinho* for diminutive² formation, and *-ão/-zão* for augmentative formation. There is an interesting asymmetry between these formatives which groups *-inho/-ão* on one side and *-zinho/-zão* on the other side: while the former couple may trigger non-compositional interpretation, the latter one may not do it.

Interestingly, compositional and non-compositional diminutive/augmentative data behave differently: while compositional diminutive and augmentative may not play a role in determining the formal properties of the structure, non-compositional formatives, on the other hand, may change the formal features of the base to which they attach.

1 Paper submitted in 2013. Substantially different analysis of the phenomenon can be found in Armelin (2014) and in Armelin (in preparation).

2 We refer the reader to Câmara Jr. (1970), Leite (1974), Moreno (1977), Bisol (2010), Menuzzi (1993), Lee (1999), Vilalva (2000) and Ferreira (2005) for different approaches developed to treat diminutive formation in BP.

In the same sense, compositional diminutives and augmentatives may participate in the formation of a great variety of categories, while non-compositional formatives seem to exclusively derive nouns.

Based on these facts, it will be proposed that the diminutive, and the augmentative affixes deriving non-compositional interpretation are heads. More specifically, that they are a kind of nominal categorizer head *n*, in the sense of Distributed Morphology (HALLE; MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997 and much subsequent work). The structural status of non-compositional diminutives and augmentatives gives rise to interesting issues related to the delimitation of local domains in the syntactic derivation.

In order to discuss the syntactic domain of non-compositional interpretation, three different hypotheses put forth in the literature are going to be discussed: Marantz (2001, 2007)/ Arad (2003), Borer (2013, 2014) and Marantz (2013). Based on empirical data in which there is an intervener between the root and the non-compositional augmentative/diminutive, it is proposed, in line with Borer's Exo-Skeletal model, that a split between elements that project functional structure and elements that project lexical structure is an important one, in the sense that the former, but not the latter delimits a domain of non-compositional interpretation.

This paper is organized as follows: Section 2 brings a description of the data, comparing the formal properties of compositional and non-compositional diminutives and augmentatives. Section 3 proposes a syntactic structure to non-compositional diminutives and augmentatives. Section 4 discusses the syntactic domain of non-compositional interpretation. Finally, section 5 closes the paper with the final considerations.

The data: compositional vs. non-compositional diminutives and augmentatives

Diminutives and Augmentatives in BP may participate in the formation of a great variety of categories: nouns (1a, 2a); adjectives (1b, 2b); adverbs (1c, 2c); gerunds (1d, 2d); participles (1e, 2e); and even inflected verbal forms (1f, 2f).

(1)	a. bola ('ball')	bolinha	('small ball')
	b. bonito ('beautiful')	bonitinho	('not that beautiful')
	c. longe ('far')	longinho	('a little bit far')
	d. correndo ('running')	correndinho	('very fast')
	e. conferido ('conferred')	conferinho	('completely conferred')
	f. gostei ('I liked')	gosteizinho ³	('I liked it a little bit')
(2)	a. bola ('ball')	bolona	('big ball')
	b. bonito ('beautiful')	bonitão	('very beautiful')
	c. longe ('far')	lonjão	('very far')
	d. correndo ('running')	correndão	('very fast')
	e. conferido ('conferred')	conferidão	('completely conferred')
	f. gostei ('I liked')	gosteizão ⁴	('I liked it a lot')

³ It is important to note that the form **gosteinho* is ungrammatical. It is not clear however if the ungrammaticality is a matter of phonology or if it is related to asymmetries between the relevant diminutive formatives.

⁴ Cf. note 2.

There is an interesting fact that emerges from the comparison between (1d)-(2d), and between (1e)-(2e): there are no clear differences in the interpretation of diminutive and augmentative forms, which means that neither of them, or at least one of them is non-compositionally interpreted. Also, when adverbs are at stake, it is not hard to find cases in which diminutive and augmentative forms express basically the same meaning:

- (3) a. à noite ('at night') à noitinha ('late at night')
 b. à noite ('at night') à noitão ('late at night')

The most productive diminutives *-inho* and *-zinho* may alternate when they attach to thematic nouns. The alternation between the augmentative affixes is also licensed in the same context. Nevertheless, there is a clear preference for *-inho/-ão*⁵ and this is even more striking in adverbs (4c, 5c), gerunds (4d, 5d) and participles (4e, 5e), in which the alternation is possible, but sounds really worse than *-inho/-ão* formations.

- (4) a. bola ('ball') bolinha/bolazinha ('small ball')
 b. chato ('annoying') chatinho/chatozinho ('a little bit annoying')
 c. rápido ('far') rapidinho/?rapidozinho ('very fast')
 d. correndo ('running') correndinho/?conrrendozinho ('very fast')
 e. conferido ('conferred') conferinho/?conferidozinho ('completely conferred')
- (5) a. bola ('ball') bolona/bolazona ('small ball')
 b. chato ('annoying') chatinho/chatozinho ('a little bit annoying')
 c. rápido ('far') rapidinho/?rapidozão ('very fast')
 d. correndo ('running') correndinho/?conrrendozão ('very fast')
 e. conferido ('conferred') conferinho/?conferidozão ('completely conferred')

This fact seems to correlate to another one: *-zinho/-zão* formations do not allow non-compositional interpretation. In this sense, while *-inho* diminutive may be ambiguous between compositional and non-compositional interpretation, the correspondent *-zinho* diminutive only allow compositional interpretation (6). The same is true in the *-ão* and *-zão* augmentative forms (7).

- (6) a. carro ('car') carrinho (*-inho* diminutive)
 Compositional interpretation: small car
 Non-compositional interpretation: sliding tackle
- a'. carro ('car') carrozinho (*-zinho* diminutive)
 Compositional interpretation: small car
 Non-compositional interpretation: NOT AVAILABLE
- b. caipira ('hick') caipirinha (*-inho* diminutive)
 Compositional interpretation: small hick
 Non-compositional interpretation: a kind of alcoholic drink
- b'. caipira ('hick') caipirazinha (*-zinho* diminutive)
 Compositional interpretation: small hick
 Non-compositional interpretation: NOT AVAILABLE

⁵ See Menuzzi (1993) for a discussion about the relevant prosodic facts in the alternation between *-inh* and *-zinh*.

- (7) a. roupa ('cloth') roupão (-ão augmentative)
 Compositional interpretation: big cloth
 Non-compositional interpretation: robe
- a'. roupa ('cloth') roupazona (-zão augmentative)
 Compositional interpretation: big cloth
 Non-compositional interpretation: NOT AVAILABLE
- b. carta ('letter') cartão (-ão augmentative)
 Compositional interpretation: big letter
 Non-compositional interpretation: card
- b'. carta ('letter') cartazona (-zão augmentative)
 Compositional interpretation: big letter
 Non-compositional interpretation: NOT AVAILABLE

Concerning the augmentative formations above, it is worth saying that the nouns *roupa* ('cloth'), and *carta* ('letter') present feminine gender in BP. The feminine augmentative forms are *-ona* and *-zona*. The output forms *roupazona* ('big cloth'), and *cartazona* ('big letter'). are compositional, due to the presence of the *-z* consonant. Nevertheless, *-ão* may be attached to an otherwise feminine form, resulting in a masculine formation. This explains the forms *roupão* ('big cloth' or 'robe') and *cartão* ('big letter' or 'card'), which are ambiguous between compositional and non-compositional interpretation. Note that the feminine augmentative *roupona* ('big cloth') and *cartona* ('big letter') are also grammatical, but, interestingly, they can only be compositionally interpreted. Therefore, the pattern is the following: *-ão*, but not *-ona* may be the trigger to non-compositional interpretation.

It is well known that diminutives in BP do not determine the formal features as the category (cf. 8a-c) or the gender (cf. 9a-d) of the formation.

- (8) a. carro ('car') – noun carrinho/carrozinho ('small car') – noun
 b. grande ('big') – adjective grandinho/grandezinho ('a little bit big') – adjective
 c. cedo ('early') – adverb cedinho/cedozinho ('a little bit early') – adverb
- (9) a. menina ('girl') – feminine menininha/meninazinha ('little girl') – feminine
 b. menino ('boy') – masculine menino/meninozinho ('little boy') – masculine
 c. semente ('seed') – feminine sementinha/semtezinha ('small seed') – feminine
 d. pente ('comb') – masculine pentinho/pentezinho ('small comb') – masculine

It is also true that augmentatives maintain the category of the base, as can be seen in the examples bellow.

- (10) a. carro ('car') – noun carrão/carrozão ('big car') – noun
 b. grande ('big') – adjective grandão/grandezão ('very big') – adjective
 c. cedo ('early') – adverb cedão/cedozão ('very early') – adverb

The gender value in the augmentative forms, however, shows an asymmetry between *-ão* and *-zão*: while the former may form a masculine augmentative out of a feminine base, the latter may not do it. Interestingly, this seems to correlate to the fact that, *-ão*, but not *-zão*, may allow non-compositional interpretation.

(11)	a. tigela ('bowl') – feminine a' tigela ('bowl') – feminine	tigelona/tigelazona ('big bowl') – feminine tigelão/*tigelazão ('big bowl') – masculine
	b. panela ('pan') – feminine b' panela ('pan') – feminine	panelona/panelazona ('big pan') – feminine panelão/*panelazão ('big pan') – masculine
	c. semente ('seed') – feminine c' semente ('seed') – feminine	sementona/sementezona ('big seed') – feminine sementão/*sementezão ('big seed') – masculine

Non-compositional diminutives and augmentatives seem to be able to determine the formal properties of the structure. In (12), for example, [-animate] nouns are being changed into [+animate] by virtue of the presence of the diminutive. Also, while the non-diminutive forms in (12) are feminine, the correspondent non-compositional diminutives may be either feminine or masculine, depending on the sex of the referent.

(12)	Feminine/ [-animate]	feminine or masculine/ [+animate]
	a. A almofada DET.FEM. pillow 'pillow'	a /o almofadinha DET.FEM./DET.MASC pillowDIM meaning: spoiled person; fop.
	b. A tampa DET.FEM. cover 'cover'	a /o tampinha DET.FEM./DET.MASC coverDIM meaning: a very short person
	c. A coroa DET.FEM. crown 'crown'	a /o coroinha DET.FEM./DET.MASC crownDIM meaning: altar boy or altar girl

It is necessary to emphasize that the diminutive forms above are ambiguous between a compositional and a non-compositional interpretation. For example *tampinha* can be either a 'bottle cap' (compositional) or a 'very small person' (non-compositional); *almofadinha* can be either a 'small pillow' (compositional) or a 'spoiled person' (non-compositional), and so on. Nevertheless, in the compositional interpretation, the feminine gender, displayed by the non-diminutive form, has to be preserved.

A nearly parallel scenario holds in augmentative formation, as the non-augmentative and the augmentative forms in (13) contrast with respect to the animacy feature.

(13)	[-animate]	[+animate]
	a. sapato ('shoe')	sapatão ('lesbian')
	b. bunda ('bums')	bundão ('coward man')

Non-compositional diminutive and augmentatives may also change the category of the base:

(14)	Adjectives	Nouns
	a. barbudo 'heavily bearded'	barbudinho 'a kind of three'
	b. quente 'hot'	quentinha 'take away food'

c. branco ‘white’	branquinho ‘correction fluid’
d. gordo ‘fat’	gordinho ‘a kind of fish’

In the examples above, the adjectives in the first column relate to diminutive noun forms. Once again, a possible compositional interpretation is available for the relevant diminutives. However, if they are compositionally interpreted, they have to maintain the same category as the non-diminutive form. In this same sense, non-compositional augmentatives may play a role in determining the category of the resulting formation:

(15) Adjetives	Nouns
a. quente ‘hot’	quentão ‘a kind of alcoholic drink’
b. amarelo ‘yellow’	amarelão ‘a kind of disease’
(16) Participle	Nouns
a. aberto ‘opened’	abertão ‘a big country area without trees’
b. batida ‘beat’	batidão ‘a music style’

Once again, it is possible for the above augmentatives to be compositionally interpreted. In this sense, *quentão* may also mean ‘very hot’, while *abertão* may also mean ‘wide open’, and so on. However, for the compositional interpretation to be available, the categorial feature of the non-augmentative form has to be maintained.

It was emphasized that only *-inho* and *-ão*, but not *-zinho* and *-zão*, may trigger non-compositional interpretation. In some contexts, however, the aforementioned alternation is not allowed. Much of the literature that has addressed the subject considers it to be the result of a phonological restriction that avoids hiatus (see BISOL, 2010).

(17) a. bebê (‘baby’)	*bebeinho/bebezinho	(‘little baby’)
b. bebê (‘baby’)	*bebeão/bebezão	(‘big baby’)
c. céu (‘sky’)	*ceuinho/ceuzinho	(‘small sky’)
d. céu (‘sky’)	*ceuão/ceuzão	(‘big sky’)

Interestingly, when the /z/ consonant is required by a phonological restriction imposed by the language, the sequence /zinho/ and /zão/ can be found triggering non-compositional interpretation. These are exactly the cases in which *-inho* and *-ão* are phonologically banned.

(18) a. café (‘coffee’)	*cafeinho/cafezinho
Compositional meaning: small coffee	
Non-compositional meaning: an informal and small meal	
b. caju (‘cashew’)	*cajuinho/cajuzinho
Compositional: small cashew	
Non-compositional: a kind of candy made from cashew	

In a few words, when the alternation is licensed, *-inho/-ão*, but not *-zinho/-zão* may trigger non-compositional interpretation. Therefore I propose that non-compositional diminutive and augmentative headed by /z/ are no more than the result of *-inho* annexation, and that the /z/ consonant should, in these cases, be considered an epenthetic element.⁶

Another important fact concerning the comparison between compositional and non-compositional forms is related to the interaction between diminutives, augmentatives and derivational affixes. It is a well-known fact that diminutive and augmentative formatives may follow derivational affixes. In BP the suffixes *-or*, for example, form agent nouns, just like the suffixes *-er* in English.

- | | | | | |
|---------|-----------------------|----------------|-----------------|----------------------------|
| (19) a. | pian-ista ('pianist') | pian-ist-inha | /*pian-inh-ista | ('a small or bad pianist') |
| | piano-suff. | piano-suff-dim | piano-dim-aug. | |
| b. | pian-ista ('pianist') | pian-ist-ão | /*pian-ão-ista | ('a big or good pianist') |
| | piano-suff. | piano-suff-aug | piano-aug-suff. | |
| c. | dent-ista ('dentist') | dent-ist-inha | /*dent-inh-ista | ('a small or bad dentist') |
| | dent-suff. | dent-suff-dim | dent-dim-suff. | |
| d. | dent-ista ('dentist') | dent-ist-ão | /*dent-ão-ista | ('a big or good dentist') |
| | dent-suff. | dent-suff-aug | dent-aug-suff. | |

As it is shown in the examples above, neither the diminutive nor the augmentative may precede the derivational suffix. This is not the case, however, in non-compositional formation, in which nothing may come between the diminutive/augmentative suffix and the stem.

- | | | |
|---------|-----------------|--|
| (20) a. | caipir-inha | ('a kind of alcoholic drink') |
| | hick-dim | |
| b. | caipir-inh-eiro | ('a person who drinks a lot of <i>caipirinha</i> or who knows how to prepare it) |
| | hick-dim-suff. | |
| (21) a. | quent-ão | ('a kind of hot alcoholic drink') |
| | hot-aug | |
| b. | quent-ão-zeiro | ('a person who drinks a lot of <i>quentão</i> or who knows how to prepare it) |
| | hot-aug-suff. | |

While non-compositional diminutives and augmentatives require a very local relation with the stem, this is clearly not the case with compositional formations.

⁶ It is very important to say that we are not assuming that the /z/ in *-zinho* and *-zão* is always an epenthetic consonant. This analysis seems very plausible in cases of non-compositional interpretation. In compositional formations, however, the scenario is a little bit more complex and our hypothesis is that there are, in fact, two ways of getting to the /zinho/ and /zão/ phonological sequence. In some cases, it is clear that /z/ should be considered an epenthetic consonant, but in other cases that are enough arguments to say that *-zinho* and *-zão* are independent morphemes. However, due to space constraints this hypothesis will not be developed in the present paper.

Structuring non-compositional diminutives and augmentatives

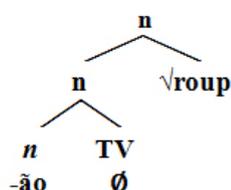
There is no good reason to assume that non-compositional diminutives and augmentatives occupy different structural positions, since they show a very similar behavior. However, the comparison between non-compositional and compositional formations showed very different properties. As this paper is specifically concerned with the domain of non-compositional interpretation, I am going to focus in proposing a structure for the non-compositional forms.

The first point to be emphasized is that non-compositional diminutives and augmentatives may change the formal features of the base. As Witschko and Steriopolo (2007) have proposed, this is typically a behavior of heads: the non-compositional diminutive and augmentative are, then, the head of their structure.

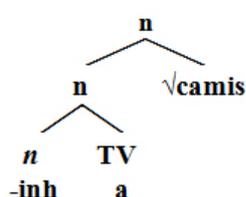
More specifically, given that non-compositional forms seem to always correlate to nouns, I propose they have the status of categorizing heads (in the sense of Distributed Morphology), which are responsible for providing the root with a category⁷.

The next question to be answered is how close to the root this categorizing head is. It was shown that a derivational affix must not intervene in the relation between the non-compositional formative and the root. Then, the relation established between the root and the non-compositional diminutive/augmentative may be a very local one. The structures proposed in this paper for the non-compositional forms are the following:

- (22) a. *camisa* ('shirt')
a' *camisinha* ('condom?')



- b. *roupa* ('cloth')
b' *roupão* ('robe')



Some remarks about the structures above are necessary. For the limits of this paper, theme vowel (TV) is being placed in adjunction to the categorizer. It is beyond the scope of this paper to discuss the nature of the theme vowel. But it is worth saying it has been considered to be an element added after syntax (see HARRIS, 1999; ALCÂNTARA, 2010; OLTRA-MASSUET, 1999)

The third remark about the proposed structure concerns the absence of a theme vowel in *-ão* formation. It is a possible idea that the theme vowel is empty in augmentative formation due to the presence of a gender feature. More specifically, all the forms ending in the augmentative *-ão* are masculine. I propose, then, that gender and theme vowel establish, at least in BP, a kind of complementary distribution. This means that if gender information is present, the theme vowel cannot be realized.⁸

⁷ See Armelin (in preparation) for a different approach, which consider compositional and non-compositional structure of diminutive and augmentative forms to be identical.

⁸ See Armelin (2014) for an account that syntactically unifies the notions of gender and theme vowel in BP. The idea is that the traditionally split notions of gender and inflectional class are, in fact, phonological exponents of the same syntactic head, that is, the Gender head, which is part of the Extended Projection of the noun.

The categorizing status of the non-compositional head may interact in a very interesting way with the structural limits of the non-compositional interpretation and that is what is going to be investigated in the next section.

The non-compositional domain: a localist approach

This section will focus on cases in which there is an intervener between the root and the diminutive/augmentative morpheme. Note that this intervener was supposed to preclude the non-compositional meaning, which clearly is not the case.

(23) Non-compositional diminutives with an intervener

- | | |
|------------------------------------|--|
| a. pux-ad-inho
to pull-part-dim | meaning: an annex, usually poorly done, in buildings. |
| b. pegadinha
to catch-part-dim | meaning: a practical joke, a prank |
| c. bentinho
to bless-part-dim | meaning: a sacred object |
| d. chuveirinho
rain-suff-dim | meaning: in soccer, the kind of play in which the ball is lunched into the area of the opposing team |
| e. chorãozinho
to cry-aug-dim | meaning: additional days to pay a check debt |

(24) Non-compositional augmentative with an intervener

- | | |
|--|--|
| a. mens-al-ão
month-aff-aug | meaning: a Brazilian corruption scheme |
| b. min-eir-ão
minas-aff-aug ¹⁰ | meaning: Atlético Mineiro's ⁹ Stadium |
| c. batidão
beat- par-aug | meaning: a music style |
| d. brasileiro
Brazil-suff-aug | meaning: Brazil's national soccer league. |

The question that immediately emerges is as follows: how do we delimit the syntactic domain of non-compositional interpretation?

I subscribe to the assumption that the domain of non-compositional interpretation should be syntactically established. Different hypotheses have been proposed to define this local domain. In these section, three different hypotheses are discussed: Marantz (2001, 2007)/Arad (2003); Borer (2013, 2014) and Marantz (2013).

Marantz (2001, 2007)/Arad (2003) propose that the first categorizing head is the boundary which separates compositional and non-compositional interpretation. More specifically, categorizers are considered to be phase heads, which trigger spell-out. This roughly means that the material attached under the first categorizing head negotiates

⁹ Atlético Mineiro is a Brazilian soccer team.

¹⁰ Minas (Gerais) is a Brazilian State.

meaning with the root. The negotiated meaning has to be preserved throughout the derivation. This hypothesis has faced a lot of counterexamples — see Anagnostopoulou and Samioti (2012), concerning adjectival participles and verbal adjectives in Greek; Borer (2013), concerning constructs N-N in Hebrew, and Lemle (2013), concerning derived forms in BP — pointing that the first categorizing head constitutes an excessively restricted domain. It is very clear that this hypothesis is also too restrictive to explain data in (23) and (24), given that when the diminutive/augmentative morpheme enters the derivation, the first categorizing phase is already closed. It is very important to say that, in the relevant data, it is exactly the diminutive or augmentative marking that triggers the non-compositional interpretation.

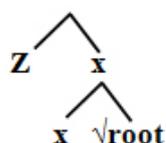
In Marantz (2013), on the other hand, the system works differently. The boundary of non-compositional interpretation is still the phase, but additional constraints on non-compositional interpretation are proposed. Interestingly, the author assumes the same constraints proposed in Embick (2010). The system is based on the idea that two elements may only influence each other's interpretation if they are adjacent to one another. Considering that we are dealing with non-compositional interpretation, the relevant adjacency, as defined by the author, is semantic. In this sense, if there is an intervener, in order for this intervener to not preclude non-compositional interpretation, it has to be semantically null. The first phase head is not the only domain for non-compositional interpretation, since it could be phonologically overt but semantically null, not properly counting as an intervener.

If the element between the diminutive/augmentative morpheme and the root in (23) and (24) is considered to be semantically null, the system described above could, *a priori*, be able to handle the relevant data. But two problems arise. The first one is that it is not obvious that the intervener is always semantically null. In some cases, it seems that the intervener contributes, in some sense, to the final meaning:

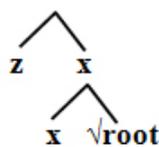
- (25) a. Brasil ('Brazil') > brasileiro ('Brazilian') > brasileirão ('a Brazilian soccer championship')
 b. Mês ('month') > mensal ('monthly') > mensalão ('a corruption system which involves monthly illegal payment')

The second problem concerns the phase head status on the non-compositional diminutive/augmentative morpheme. Embick (2010) points an asymmetrical behavior between phase heads and non-phase heads. The author proposes that a non-phase head may skip a phonologically null intervener, for the purposes of allomorphic interaction. However, a phase head may not do it. In this sense, even if phonologically adjacency is met, the second phase head and the root may not influence each other's phonology.

(26) a.



b.



Suppose *x* is the first categorizing head in both structures, and suppose *z* in (26b) is a phase head, while *Z* in (26a) is not. Inside Embick's system, if *x* is null, then *Z* is adjacent to the root. On the other hand, even if *x* is null, *z* may not be adjacent to the root, because it is itself a phase head.

The same is true in Marantz (2013). So, if non-compositional diminutive/augmentative morphemes are categorizing heads, as I claim they are, even the intervener being semantically null, there is not enough adjacency for the diminutive/augmentative and the root to influence each other semantically.

It is also interesting to note that the diminutive/augmentative morpheme is not really playing any semantic role in (23) and (24). This said, if the intervener element is null, and the diminutive/augmentative is not acting in the interpretation, it is fair to say that it is hard to establish the limits of non-compositional interpretation based on the null vs. non-null aspect of the terminal nodes.

In the approach proposed by Borer (2013, 2014), the non-compositional interpretation correlates to the presence of functional structure, in the sense that functional heads restrict non-compositional interpretation. However, what the author considers as a functional head does not necessarily coincide with phase heads. The theoretical framework implemented by the author presents a Functor Lexicon, which is equivalent to the Vocabulary in Distribute Morphology. The members of this Functor Lexicon are divided into two different types: S-functors (S as an allusion to semantic) and C-functors (C as an allusion to Category). The first ones are implicated in the valuing of functional nodes, and are typically assumed to be linked with Extended Projections (like the_D, three_#, will_T, <pst>_T, <pl>_{DIV}, for example). C-functors, on the other hand, are responsible for dividing the categorial space, projecting a lexical node (like -al_A, -ation_N, -ize_V, -ly_{ADV}, on_{pp} for example). In this sense, acategorial roots merge with these functors, and are contextually categorized by virtue of their syntactic environment. The component responsible by meaning assignment is called encyclopedia. In order to do that, the encyclopedia searches post-syntactic representations. The key point for our analysis is that the encyclopedic searches, which are cyclic and local, are rigidly delimited by S-functors.

Therefore, what effectively counts as barriers for the non-compositional interpretation in Borer's system are the extended projections of functional heads. In (23) and (24), the intervening element seems to correlate with what Borer calls C-functor: they do not project functional structure. The suffix -eiro in (23d), (24b), (24d) is a derivational affix, which generates agent nouns, and it is certainly an example of C-functor.

- | | | |
|------|---------------------|--------------------------|
| (27) | a. cova ('grave') | cov-eiro ('gravedigger') |
| | b. carta ('letter') | cart-eiro ('postman') |
| | c. gol ('goal') | gol-eiro ('goalkeeper') |

In this same sense, the suffix -al in (25a) forms adjectives and, therefore, it is reasonable to say that it projects a lexical node:

- | | | |
|------|------------------------|------------------------|
| (28) | a. pessoa ('person') | pezzo-al ('pesonal') |
| | b. ano ('year') | anu-al ('annual') |
| | c. cultura ('culture') | cultur-al ('cultural') |

The suffix *-ão* in (24e) seems to be a derivational element, which creates agent nouns out of verbs and this is a productive process in BP¹¹. Again, the relevant formative is a C-functor and not an S-functor.

- | | | |
|------|---------------------------|---|
| (29) | a. chorar ('to cry') | chor-ão ('someone who complains a lot') |
| | b. babar ('to drool') | bab-ão ('someone who drools a lot') |
| | c. responder ('to reply') | respond-ão ('someone who talks back') |

Finally, the examples in (23a), (23b), (23c), and (24c) all have a participial element preceding the non-compositional diminutive/augmentative morpheme. These cases could be analyzed as counterarguments for the proposal put forth, but in fact the participle, in these cases, does not project functional structure at all. In fact the relevant participles are denoting a property, just as adjectives do. Then, it is plausible to analyze them as C-functors, and not S-functors. Let's take a closer look at some of the denotations relating to the relevant participles

- | | | |
|------|-----------|---------------------|
| (30) | a. bento | 'a blessed element' |
| | b. puxado | 'demanding' |
- a' Esse menino é bento! Ele consertou meu carro em segundos.
(‘This boy is blessed. He fixed my car in seconds.’)
- b' Esse trabalho é muito puxado. Vai me levar meses para terminá-lo.
(‘This work is very hard. It will take me months to finish it.’)

The above examples show that the relevant participles are not functional elements, in the sense that they do not project functional structure. I conclude, then, that the split between elements implicated in the projection of functional structure and elements implicated in the projection of lexical structure is a valid one, and that it may explain the possibility that diminutive and augmentative formatives trigger non-compositional interpretation in the presence of an intervener between them and the root. The explanation is that the intervener projects lexical structure and due to this fact it does not constitute a boundary for semantic interpretation.

Final considerations

This paper investigated the local domain in which non-compositional interpretation may be licensed. Empirically, it focused on diminutive and augmentative formation in BP, and it was shown that non-compositional formation behaves very differently from the compositional ones. In this sense, non-compositional diminutives and augmentatives in BP may determine the formal properties of the structure, and they only derive nouns. Non-compositional diminutives and augmentatives were analyzed as a nominal categorizing head locally related to the root. This status entailed consequences in the computation of local domains in the syntactic structure.

In order to analyze data in which there was an intervener between the root and the augmentative/diminutive morpheme, different theoretical proposals for the delimitation

¹¹ See Medeiros (2013).

of the non-compositional domain were compared. In line with the Exo-Skeletal model, it was proposed that a split between elements that are implicated in assigning functional values and those that project lexical structure is a relevant one, in the sense that the former, but not the latter, delimits the domain for non-compositional interpretation.

Acknowledgements

I would like to thank CNPq (Process 140146/2011-3) and Capes (Process 4102/13-4) for financially supporting the research resulting on this paper. I would also like to thank the anonymous reviewers for valuable comments and suggestions.

REFERENCES

ALCÂNTARA, Cíntia da Costa. *As classes formais do português e sua constituição: um estudo à luz da teoria da morfologia distribuída*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. As classes formais do português brasileiro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 5-15, 2010.

ANAGNOSTOPOULOU, Elena; SAMIOTI, Yota. Domains within words and their meanings: A case study. In: *The Syntax of Roots and the Roots of Syntax*, edited by Artemis Alexiadou, Hagit Borer, and Florian Schäfer. Oxford: Oxford University Press, 2014.

ARAD, Maya. Locality constraints on the interpretation of roots: The case of Hebrew denominal verbs. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 21, p. 737-778, 2003.

_____. *Roots and patterns: hebrew morpho-syntax*. Dordrecht: Springer, 2005.

ARMELIN, Paula Roberta Gabbai. Sobre a interação entre as marcas de diminutivo e aumentativo no português brasileiro. *ReVEL*, edição especial n. 5, 2011.

_____. Classifying Nominals in Brazilian Portuguese: a Unified Account for Gender and Inflectional Class. In: *Complex Visible Out There*. Proceedings of the Olomouc Linguistics Colloquium 2014: Language Use and Linguistic Structure, edited by Ludmila Veselovská and Markéta Janebová. Olomouc: Palacký University, 2014.

_____. Sobre a relação estrutural entre diminutivo e Gêneros nominais do português brasileiro: considerações localistas. Talk given at IX Congresso Internacional da Abralín. Universidade Federal do Pará, 2015.

_____. *A relação entre gênero e morfologia avaliativa nos nominais do português brasileiro: uma abordagem sintática da formação de palavras*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo. [in preparation]

BACHRACH, Asaf; MICHAEL, Wagner. Syntactically driven cyclicity vs. output-output correspondence: the case of adjunction in diminutive morphology. *Penn Working Papers in Linguistics*, v. 10, n. 1, 2007.

BISOL, Leda. Diminutives and their demands. *DELTA*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 59-83, 2010.

BORER, Hagit. Exo-skeletal vs. endo-skeletal explanations: syntactic projections and the lexicon. In: *Explanation in Linguistic Theory*, edited by M. Polinsk and J. Moore. Stanford: CSLI, 2003.

_____. *In name only: structuring sense* Vol. I. Oxford: Oxford University Press, 2005a.

_____. *The normal course of events: structuring sense*, Vol. II. Oxford: Oxford University Press, 2005b.

_____. Roots and categories. Talk given at the *19th Colloquium on Generative Grammar*. University of the Basque Country, Vitoria-Gasteiz. 2009.

_____. *Taking form: structuring sense*, Vol. III. Oxford: Oxford University Press, 2013.

_____. Derived nominal and the domain of Content. *Lingua*, v. 141, p. 71-96, 2014.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

CHOMSKY, Noam. Derivation by Phase. In: _____. *Ken Hale: a life in language*. Edited by M. Kenstowicz. Cambridge, MA: MIT, 2001. p. 1-52.

EMBICK, David. *Localism vs. globalism in morphology and phonology*. Cambridge MA: MIT Press, 2010.

EMBICK, David; NOYER, Ralf. Distributed Morphology and the Syntax/Morphology interface. Edited by Gillian Ramchand and Charles Reiss. *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

FERREIRA, Marcelo. Diminutives in Brazilian Portuguese and Output-Output Correspondence. In: *Theoretical and Experimental Approaches to Romance Linguistics*. Selected papers from the 34th Linguistic Symposium on Romance Languages (LSRL), Salt Lake City, 2004, edited by Randall Gess and Edward J. Rubin. New York: John Benjamin Publishing Company, p. 109-123, 2005.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed Morphology and the pieces of inflection. In: *The view from building 20*, edited by Kenneth Hale and Samuel Jay Keyser. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 111-176.

HARRIS, James W. Nasal Depalatalization No, Morphological Well-formedness Sí: The Structure of Spanish Word Classes. In: *Papers on Morphology and Syntax: Cycle One*, edited by Karlos Arregi, Benjamin Bruening, Cornella Krause, and Vivian Lin, Cambridge, MA: MIT, p. 47–82, 1999.

KIPARSKY, Pauk. *Lexical phonology and morphology*. Seoul: Linguistics in the Morning Calm, Hanshin, 1982.

LEE, Seung-Hwa. Sobre a formação de diminutivo do português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 8, n. 1, 1999.

LEITE, Yonne de Freitas. *Portuguese Stress and Related Rules*. Tese de Doutorado. Universidade do Texas, 1974.

LEMLE, Miriam. *Aspectos arbitrários e composicional na morfologia derivacional*. Talk given at the II Colóquio Brasileiro de Morfologia. UFRJ, 2013.

MARANTZ, Alec. No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium: *Peen Working Papers in Linguistics*, edited by Alexis Dimitriadis et al., v. 4, n. 2, p. 201-225, 1997.

MARANTZ, Alec. *Words and Things*. Manuscrito. NYU, 2001.

_____. *Phases and words*. Manuscrito. NYU, 2007.

_____. Locality Domains for Contextual Allomorphy across the Interfaces. In: MATUSHANSKY, O.; MARANTZ, A. (Org.) *Distributed morphology today: morphemes for Morris Halle*. Cambridge Mass: MIT Press, 2013. p. 95-116.

MEDEIROS, Alessandro Boechat de. Aumentativos em verbos e nominalizações: um estudo sobre chorões e reclamões. Trabalho apresentado no VIII Congresso Internacional da Abralín. Natal. Rio Grande do Norte, 2013.

MENUZZI, Sergio de Moura. *On the prosody of diminutive alternation -inho/-zinho in Brazilian Portuguese*. 1993. Unpublished Ms. HIL. University of Leiden.

MORENO, Cláudio. *Os Diminutivos em -inho e -zinho, e a Delimitação do Vocábulo Nominal em Português*. 1977. M.A. Dissertation – IL/UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 1977.

_____. *Morfologia nominal do português: um estudo de fonologia lexical*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

OLTRA-MASSUET, Isabel. *On the notion of theme vowel: a new approach to Catalan verbal Morphology*. Master Thesis. MIT, Cambridge, 1999.

VILALVA, Alina. *Estruturas morfológicas: unidades e hierarquias nas palavras do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

WILTSCHKO, Martina; STERIOPOLO, Olga. *Parameters of variation in the syntax of diminutives*. Proceedings of the 2007 annual conference of the Canadian Linguistic Association, 2007.

Derivando a estrutura dos compostos V-N

(Deriving V-N compounds structure)

Vitor Augusto Nóbrega¹

¹Departamento de Linguística – Universidade de São Paulo (USP)

vitor.augusto.nobrega@usp.br

Abstract: In this paper, the general morphosyntactic properties of V-N compounds were studied from a cross-linguistic perspective, based on the languages in which this word formation process is still productive, namely Romance and Bantu languages. Issues related to argument structure, agreement relations and agent-instrument interpretation of V-N compounds were explored in order to suggest how they are formed in a non-lexicalist approach to grammar – namely, the Distributed Morphology framework – employing a syntactic derivation driven by a feature-valuation system.

Keywords: Morphology; Compounding; V-N compounds; Distributed Morphology.

Resumo: Neste artigo, reunimos as propriedades morfossintáticas gerais dos compostos V-N, a partir de dados translinguísticos retirados das línguas em que esse modo de formação de palavras é descrito como produtivo, a saber, as línguas românicas e as línguas bantas. Exploramos questões referentes à estrutura argumental, concordância e interpretação agente-instrumento desses compostos, a fim de sugerir como eles são formados em um modelo não lexicalista de gramática – a Morfologia Distribuída – fazendo uso de uma derivação sintática governada por um sistema de valoração de traços.

Palavras-chave: Morfologia; Composição; Compostos V-N; Morfologia Distribuída.

Compostos V-N são caracterizados por apresentar um constituinte verbal (V) e um constituinte nominal (N) concatenados em uma estrutura sintaticamente endocêntrica, na qual se estabelece uma relação de subordinação predicado-argumento. Esse modo de formação de palavras é atestado em diversas famílias linguísticas, porém varia nos graus de produtividade sincronicamente.

Nas línguas românicas, por exemplo, a composição V-N é descrita como um processo amplamente produtivo, o que pode ser verificado nas descrições do italiano (SCALISE, 1992; BISELTO, 1999), do espanhol (RAINER; VARELA, 1992), do francês (DESMETS; VILLOING, 2009), do português europeu (RIO-TORTO; RIBEIRO, 2012) e do português brasileiro (SANDMANN, 1989; MORENO, 1997).

Nas línguas bantas, esse tipo de composição é considerado produtivo em poucas línguas, por exemplo, no chichewa (MCHOMBO, 2004), e restrita nas demais, como no bemba, no swahili e no gĩkũyũ (BASCIANO; KULA; MELLONI, 2011). Nas línguas germânicas, eslavas e no chinês, a composição V-N, embora tenha sido produtiva em algum momento, foi substituída pelos compostos sintéticos¹ (e.g., no inglês, *truck-driv-er* lit. caminhão-dirigir-NOM ‘motorista de caminhão’) (BASCIANO; KULA; MELLONI, 2011).

¹ Compostos sintéticos apresentam uma relação argumental verbo-complemento, acrescida de um morfema sufixal, seguindo a ordem N-V.

Exemplos desses dados estão elencados em (01), representados por uma língua de cada uma das famílias linguísticas supramencionadas:

(01) a.	limpa-vidro(s) ² ;	fura-olho	(Português Brasileiro)
b.	<i>m-tola-nkhâni</i> ; MC ³ -pega-notícia “repórter”	<i>m-pala-matabwa</i> MC-raspa-madeira “carpinteiro”	(Chichewa)
c.	<i>tattle-tail</i> ; tagarela-história “fofoqueiro(a)”	<i>turn-coat</i> vira-casaco “vira-casaca”	(Inglês)
d.	<i>hù-xiōng</i> ; protege-peito “protetor de peito”	<i>sī-jī</i> opera-máquina “motorista”	(Chinês)
e.	<i>goli-broda</i> ; apara-barba “barbeiro”	<i>rzezi-mieszek</i> corta-bolsa “batedor de carteira/trombadinha”	(Polonês)

Dentro desse panorama translinguístico, iremos nos concentrar nas propriedades gerais presentes nesses dados, levando em consideração as descrições das línguas em que esse processo de formação de palavras é sincronicamente produtivo, a saber: as línguas românicas e as línguas bantas (em particular, o chichewa) – dando um destaque, sempre que possível, aos dados do português brasileiro (doravante, PB). Em seguida, abordaremos os principais problemas que circundam o tema, tais como: (i) a saturação da estrutura argumental do verbo interno ao composto, (ii) os casos de incompatibilidade nas relações de concordância (e.g., $O_{\text{MASC-SG}}$ *para-quedas* $_{\text{FEM-PL}}$) e (iii) a interpretação agente (e.g., *desmancha-prazer*) ou instrumento (e.g., *limpa-vidros*) presente nesses dados.

Dessa forma, o artigo segue estruturado da seguinte maneira: na primeira seção, discutimos as propriedades gerais dos compostos V-N prototípicos de um ponto de vista translinguístico, comentando, em paralelo, os dados periféricos em relação à prototipicidade. Na segunda seção, apresentamos os problemas morfossintáticos que circundam o tema e as principais análises já sugeridas, assinalando quais são seus pontos fortes e fracos. Na terceira seção, expomos o arcabouço teórico da Morfologia Distribuída (doravante, MD) (HALLE; MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997), sob o qual a nossa proposta se assenta, para, em seguida, sugerir uma análise que contemple os problemas suscitados e os explique como decorrentes da própria derivação da estrutura do composto, a partir de uma abordagem derivacional *bottom-up* para a construção da estrutura sintática, via um sistema de valoração de traços.

2 A marcação de número no nome interno ao composto é facultativa nos dados do PB.

3 MC = marcador de classe nominal.

A composição V-N de um ponto de vista translinguístico

Com base nas descrições das línguas em que os compostos V-N são produtivos sincronicamente, filtramos suas propriedades gerais, as quais representam as formações prototípicas desses dados, e as elencamos em (02):

- (02) Propriedades gerais dos compostos V-N prototípicos
- i. São fundamentalmente nominais⁴;
 - ii. São formados por verbos transitivos (ou transitivizados);
 - iii. O constituinte nominal é interpretado como um argumento interno do verbo;
 - iv. O constituinte nominal deve ser nu;
 - v. São exocêntricos semanticamente;
 - vi. Formam nomes com interpretação de agente ou instrumento.

A prototipicidade aludida acima diz respeito às propriedades mais recorrentes dessa formação, embora algumas línguas apresentem compostos V-N que se distanciam em um ou outro aspecto das características nucleares supracitadas. No decorrer da seção, iremos comentar as propriedades elencadas, apontando, quando necessário, os casos periféricos à generalização, com vias a fornecer um quadro geral desses dados translinguisticamente.

Tomemos, primeiramente, a propriedade (02i), a qual descreve os compostos V-N como estruturas nominais. Apesar de serem nominais, esses compostos podem conter uma leitura adjetival, tal como em (03), devido ao seu caráter exocêntrico. Além disso, um grupo restrito de compostos V-N do italiano são claramente adjetivais, uma vez que não podem estar determinados, tal como pode ser verificado em (04) (cf. FRANCO, manuscrito):

- (03) a. [antena [corta-fita(s)]]; [porta [corta-fogo]] (Português Brasileiro)
- b. [aiuola [sparti-traffico]]; [vano [porta-bagagli]] (Italiano)
[canteiro.de.flores [divide-tráfego]] [compartimento[porta-malas]]
(FRANCO, manuscrito)
- c. [vaisseau [brise-glace]] (Francês)
navio quebra-gelo
- d. [monstruo [come-gente]] (Espanhol)
monstro come-gente
(MAGNI, 2010, p. 6)

4 A propriedade (02i) pode ser vista como redundante ao explicitar que a categoria do composto é nominal, já que nas línguas românicas e germânicas essa parece ser a categoria comum das palavras compostas em geral. No entanto, isso não é verificável translinguisticamente. Se tomarmos como exemplo alguns dados de compostos V-N do chinês, a categoria do composto pode ser nominal ([zhi_v-ji_N]_N lit. conhecer-REFL ‘amigo íntimo’), adjetival ([kai_v-xin_N]_A lit. abrir-coração ‘feliz’) ou verbal ([zhi_v-dao_N]_V lit. conhecer-estrada ‘conhecer’) (ZHANG, 2007).

- (04) *_[DP] *il/la mozza-fiato*; *_[DP] *lo/la strappa-lacrime* (Italiano)
 o/a corta-respiração; o/a tira-lágrimas
 ‘empolgante’ ‘emocionante’

(FRANCO, manuscrito)

A propriedade (02ii) diz que o constituinte verbal é um verbo transitivo/causativo ou um verbo de alternância. Demais tipos verbais, tais como verbos inergativos e verbos bitransitivos não foram atestados nos dados do PB, tampouco nas descrições das demais línguas românicas⁵ (BOK-BENNEMA; KAMPERS-MANHE, 2006, p. 15) e no chichewa (MCHOMBO, 2004, p. 118).

A propriedade (02iii) descreve que o constituinte nominal é fundamentalmente interpretado como um argumento interno do constituinte verbal, o qual recebe papel temático de tema ou paciente (SCALISE, 1992; GRAČANIN-YUKSEK, 2006, para o italiano; RAINER; VARELA, 1992; SCHROTEN, 2010, para o espanhol; e BOK-BENNEMA; KAMPERS-MANHE, 2006, para o francês). No entanto, Bisetto (1999), Magni (2010), Mchombo (2004) e Basciano, Kula e Melloni (2011) mostram um conjunto de compostos V-N não-prototípicos no que concerne à relação do nome com o verbo. Em (05), por exemplo, os nomes internos ao composto são interpretados como um sujeito verbal, enquanto os nomes em (06) são interpretados como locativos:

(05) Nomes como sujeito

- a. *battiscopa* lit. bate-vassoura ‘rodapé’ (Italiano)
marciapiedi lit. caminha-pé ‘calçada’⁶

(BISETTO, 1999, p. 503)

- b. *pense-bête* lit. pense-besta ‘lembrete’ (Francês)
trote-bebé lit. galopa-bebê ‘andador’

(MAGNI, 2010, p. 9)

(06) Nomes como locativo

- a. *veille-matin* lit. acorda-manhã ‘despertador’ (Francês)
 b. *saltamontes* lit. salta-montes ‘gafanhoto’ (Espanhol)

(DESMETS; VILLOING, 2009, p. 98)

- c. *chi-gonambáwa* lit. dorme no bar ‘alcoólatra’ (Chichewa)

(MCHOMBO, 2004, p. 117)

5 Franco (manuscrito) cita alguns dados de compostos V-N do italiano com verbos inergativos (e.g., *corrimano* lit. corre-mão ‘corrimão’; *tremacuores* lit. treme-corações ‘trepidações’). No entanto, Antonietta Bisetto, comunicação pessoal, comentou que esses dados estão lexicalizados na língua e que um falante do italiano não cunharia, naturalmente, um composto V-N a partir de um verbo inergativo.

6 Antonietta Bisetto, comunicação pessoal, comentou também que dados como os de (05a) estão lexicalizados, e, portanto, não apresentam uma estrutura interna sincronicamente. Seria importante verificar se os demais compostos V-N apresentados em (05) e (06) ainda contêm uma estrutura interna e se são produtivos nas línguas em questão.

A propriedade (2iv) diz que o constituinte nominal deve ser nu, ou seja, o nome interno ao composto deve ser indeterminado, pois a presença de um determinante leva à agramaticalidade do composto, tal como ocorre nos dados em (07). A ausência do determinante está intimamente relacionada com a leitura genérica desse nome, devido à impossibilidade em fazer referência a qualquer entidade ou objeto no mundo. Essa propriedade é verificada nas línguas bantas pela ausência do aumento no constituinte nominal, o qual é frequentemente relacionado ao determinante nas línguas românicas (cf. de DREU, 2008⁷ apud BASCIANO; KULA; MELLONI, 2011).

- (07) a. *Este objeto é um marca-as-páginas.
- b. **Cet objet est un grille-le-pain.* (Francês)
este objeto é um torra-o-pão
“Este objeto é uma torradeira”.
- c. **Quest’oggetto è um asciuga-i-capelli.* (Italiano)
este objeto é um enxuga-os-cabelos
“Este objeto é um secador de cabelos.”

A exocentricidade semântica atribuída aos compostos V-N, em (2v), está relacionada ao fato de que esses compostos “não denotam uma classe que pode ser derivada das classes denotadas por seus constituintes” (SCALISE; FABREGAS; FORZA, 2009, p. 60), ou seja, o composto não é um hipônimo de um de seus constituintes, tal como ocorre no composto N-N *peixe espada*, em que o composto todo denota um hipônimo do núcleo *peixe*. A exocentricidade semântica é uma propriedade comumente reiterada acerca desses dados, e pode ser endossada pelo uso adjetival desses compostos em alguns contextos, tal como vimos nos exemplos em (03).

Em resumo, adaptamos o quadro fornecido em Basciano, Kula e Melloni (2011, p. 239), a fim de reunir as principais propriedades presentes nos compostos V-N das línguas românicas – adicionando as características dos compostos V-N do PB – e das línguas bantas, reunidas pelas autoras supramencionadas:

7 de DREU, M. *The internal structure of the Zulu DP*. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Leiden, Leiden, 2008.

Quadro 1: Resumo das propriedades gerais dos compostos V-N prototípicos

	Românicas	Bantas
Estrutura argumental	(N) é objeto direto de (V)	(N) é objeto direto de (V)
Constituinte nominal	Nomes plurais ou massivos (exceção PB: em que o nome interno pode vir no singular) ⁸	Nomes plurais ou massivos
Constituinte verbal	Raiz verbal + vogal final	Raiz verbal + vogal final
Nuclearidade semântica	Exocêntricos	Exocêntricos
Determinante em N	Não	Não (aumento)
Interpretação	Interpretação agentiva/instrumental	Interpretação agentiva/instrumental

O que devemos reter dessa seção são os apontamentos resumidos no Quadro 1 acima, pois serão a partir deles que proporemos uma análise estrutural para os compostos V-N, a qual poderá ser aplicada a qualquer um dos dados prototípicos das línguas românicas e das línguas bantas.

Em se tratando de Compostos V-N

Nesta seção, discutimos as principais questões que circundam a explicação dos compostos V-N, as quais devem ser abarcadas em uma análise coerente para esses dados, a saber: (i) a saturação da estrutura argumental; (ii) a interpretação agente ou instrumento e (iii) as relações de concordância presente nesses dados.

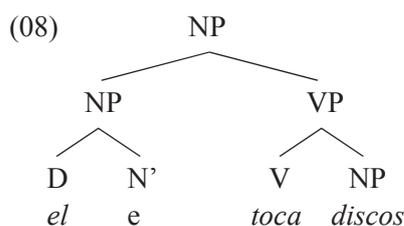
Estrutura Argumental e Interpretação

Dentre as principais questões levantadas para explicar os compostos V-N, a da estrutura argumental é a que mais se estende ao longo dos anos. O problema que se coloca é o seguinte, visto que o verbo interno aos compostos V-N é transitivo (i.e., prevê dois argumentos em sua grade argumental), e que, superficialmente, apenas o argumento interno é saturado, como explicar a saturação – ou não – do argumento externo previsto?

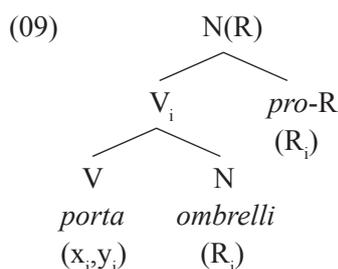
Grimshaw (1990) argumenta, para esses casos, que o argumento externo não pode ser saturado internamente ao composto, caso contrário, a formação não seria um predicado bem formado. Contreras (1985⁹ apud NUÑES CEDEÑO, 1991) e Di Sciullo (1992) tomam uma posição oposta a de Grimshaw (1990) e assumem que o argumento externo é saturado internamente ao composto, como uma categoria vazia, ou como um *pro*, respectivamente, tal como pode ser visto nas representações em (08) e (09):

8 Nunes (2007, p. 30) explica que a ausência de marcação aberta de plural nos dados de compostos V-N do PB é consequência de uma reanálise envolvendo indefinidos plurais, visto que no PB, em decorrência da marcação de plural ocorrer apenas no determinante, podemos encontrar sentenças em que o objeto é um sintagma singular nu (e.g., O João nunca compra livro) em vez de um sintagma plural nu (e.g., O João nunca compra livros).

9 CONTRERAS, H. Spanish Exocentric Compounds. In: NUESSEL, F. (Org.) *Current issues in hispanic phonology and morphology*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, 1985. p. 14-27.



(CONTRERAS, 1985)



(DI SCIULLO, 1992)

Di Sciullo (1992) argumenta que a presença de um *pro*, nos compostos do italiano, está em oposição à presença de sufixos agentivos nos compostos sintéticos do inglês, tal como *-er* (e.g., *truckdriver*). Esses sufixos são realizações do argumento externo do núcleo verbal, e o *pro* decorre da possibilidade de omissão do sujeito no italiano. Em favor dessa análise, a autora mostra que os dados do italiano não utilizam o sufixo agentivo *-tore*, semelhante ao sufixo *-er* do inglês, caso contrário o argumento externo seria preenchido mais de uma vez. Esse fato pode ser atestado na agramaticalidade dos dados em (10b) e (10c), nas combinações feitas a partir do composto *taglia-carte* lit. corta-carta ‘abridor de cartas’:

- (10) a. *taglia-tore* (Italiano)
 cortar-dor
 ‘cortador’
 b. **tagliatore-carte*
 ‘cortador-carta’
 c. **carte-tagliatore*
 ‘carta-cortador’

(DI SCIULLO, 1992, p. 72)

Além das questões argumentais, a assunção de um *pro* é responsável por garantir a interpretação agentiva ou instrumental. Isso implica que a posição de sujeito sentencial deve ser preenchida por um NP vazio que carrega o papel temático de agente ou instrumento, antes que o VP seja nominalizado para a formação do composto.

As propostas mencionadas acima foram atualizadas no trabalho de Bok-Bennema e Kampers-Manhe (2006), pois o argumento externo deixou de ser inserido pelo núcleo verbal e passou a ser uma exigência de um núcleo funcional *v* acima de VP. Com isso, as autoras propõem que os compostos V-N são o resultado da nominalização de um *v*P, e não mais de um VP. Argumentos para essa análise são encontrados na transitividade verbal (i.e., são, na grande maioria, verbos transitivos) e na checagem de Caso do objeto, já que é o núcleo de *v*P que desencadeia a sonda para o Caso acusativo do complemento de V. A estrutura de um composto V-N, portanto, fica como em (11):

- (11) *essuie-glasse* lit. limpa-vidro “limpador de para-brisa”
 [_{NP} N⁰ [_{vP} *pro* [_v *essuie* [_{VP} *essuie glasse*]]]]

Em resumo, parece ser plausível a presença de um *pro* nos compostos V-N, visto que eles garantem a interpretação agente ou instrumento do composto. Da mesma forma,

a nominalização de *vP* é a mais adequada, em termos estruturais, para a análise desses dados, já que explica como se dá a saturação verbal e garante, ao mesmo tempo, a marcação de Caso do complemento nominal.

Contudo, a análise de Bok-Bennema e Kampers-Manhe (2006) contém alguns problemas que devem ser esclarecidos, a saber: (i) o papel temático de agente e instrumento são dados na mesma posição? e (ii) o que fornece Caso para o *pro*? Procuramos responder essas questões, na quarta seção deste artigo, ao apresentarmos nossa proposta.

Relações de concordância

Com relação aos traços morfológicos presentes nos compostos V-N, percebemos que há um descompasso nas informações de gênero e número entre a forma morfológica do composto e sua concordância sintática. Esses fenômenos, como veremos, sugerem que a relação de concordância ocorre entre diferentes peças da estrutura complexa do composto, uma vez que os traços morfológicos contidos no nome interno não representam os traços morfológicos do composto como um todo.

Tomando, primeiramente, as marcas de gênero, notamos um padrão distribucional nas relações de concordância, as quais levam em consideração a interpretação do composto, ou seja, se agentivo ou instrumental. Dessa forma, enquanto compostos V-N instrumentos desencadeiam concordância de gênero masculino – independentemente dos traços de gênero de seu nome interno –, os compostos V-N agentivos desencadeiam concordância de gênero natural, ou seja, as marcas de gênero nos determinantes e adjetivos dependem do gênero do referente. Tais padrões podem ser verificados nos dados trazidos em (12):

(12) a. *Compostos V-N instrumentos*

(o) conta-gota(s); (o) porta-mala(s); (o) para-raio; (o) saca-rolha(s); (o) mata-burro; (o) porta-avião(ões); (o) limpa-vidro(s); (o) lustra-móvel(is); (o) mata-barata; (o) tira-mofo.

b. *Compostos V-N agentivos*

(o/a) desmancha-prazer; (o/a) fura-olho; (o/a) quebra-galho; (o/a) sabe-tudo; (o/a) caga-regra(s).

Além desses padrões na distribuição do gênero, notamos um descompasso entre as informações de número nas relações de concordância, as quais, apesar de serem facultativas no PB, não desencadeiam concordância com determinantes e adjetivos quando são realizadas, tal como ocorre em (13):

(13) a. [O_{MASC.SG} [conta-gotas_{FEM.PL}]]

b. [O_{MASC.SG} [para-quedas_{FEM.PL}]]

c. [O_{MASC.SG} [salva-vidas_{FEM.PL}]]

d. [O_{MASC.SG} [saca-rolhas_{FEM.PL}]]

Gračanin-Yuksek (2006) atesta os mesmos descompassos nos compostos V-N do italiano. Em *poggia-testa* lit. descansa-cabeça ‘apoio para cabeça’, por exemplo, a morfologia que aparece no nome *testa* ‘cabeça’ é de gênero feminino, o que pode ser visto nas relações de concordância com o singular, em (14a), e com o plural, em (14b). Porém,

quando o nome *testa* é parte de um composto, a concordância estabelecida se dá com as marcas de gênero masculino tanto no singular, (14c), quanto no plural, (14d):

- (14) a. *una* /**un* *testa* (Italiano)
 a-F.SG a-M.SG cabeça
 “uma cabeça”
- b. *delle* /**dei* *teste/*testi*
 algum-F.PL algum-M.PL cabeças
 “algumas cabeças”
- c. *un* /**una* *poggia-testa*
 a-M.SG a-F.SG descansa-cabeça
 “um apoio para cabeça”
- d. *dei* /**delle* *poggia-test-e/*poggia-test-i*
 algum-M.PL algum-F.PL descansa-cabeça-F.PL/M.PL
 “alguns apoios para cabeça”.

(GRAČANIN-YUKSEK, 2006, p. 114-115)

Para explicar esses casos, a autora recorre a uma abordagem de concordância sintática via compartilhamento de traços, empregando a operação *Agree* tal como definida em Pesetsky e Torrego (2004):

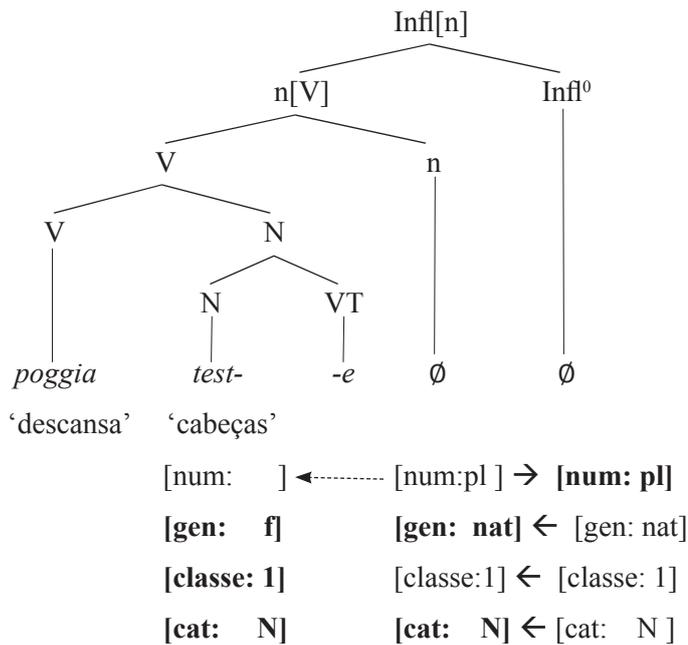
- (15) *Operação Agree* (PESETSKY; TORREGO, 2004 apud GRAČANIN-YUKSEK, 2006)
- i. Um traço não-valorado F (“uma sonda”) em um núcleo H na localização sintática α (F_α) sonda seu domínio de c-comando para encontrar outro exemplar do traço F (“um alvo”) na localização β (F_β), com o qual concordará.
 - ii. Substitua F_α por F_β para que o mesmo traço esteja presente em ambas as localizações.

A partir disso, a autora assume que os traços presentes em um item lexical nominal são: gênero, classe, categoria e número. Desses traços, apenas o traço de número vem não-valorado do léxico, ou seja, não especificado. Seu valor será dado pelo traço valorado de número (NumF) presente em uma projeção funcional Infl^o, logo acima do radical nominal, através do sistema de compartilhamento de traços definido em (15).

A autora assume, ainda, um núcleo nominalizador n^o acima de V, responsável por trazer as informações de gênero com a qual o determinante concordará, uma vez que esse núcleo estará mais próximo de D em uma relação de c-comando. Por uma questão de uniformidade, tanto o núcleo de n^o quanto o núcleo de Infl^o contêm os demais traços presentes no radical nominal, porém apenas a vogal temática nominal realizará fonologicamente a matriz de traços do nome, já que as informações de gênero e número são realizadas por um único morfema no italiano.

Dessa forma, a estrutura de um composto V-N fica representada como em (16). Nela, os traços valorados dos núcleos em questão estão marcados em negrito, e a direção do compartilhamento de traços está marcada pelas setas:

(16)



(GRAČANIN-YUKSEK, 2006, p. 121)

Embora não assuma a presença de um vP, a autora mostra a necessidade da formação de um domínio acima do núcleo verbal, o qual será responsável por conferir a informação categorial e a determinação das informações de gênero e número do composto. Essa solução atinge também os compostos V-N das línguas bantas, pois os marcadores de classe do nome interno ao composto não são os mesmos do composto todo (BASCIA-NO; KULA; MELLONI, 2011), o que requer a presença de um domínio capaz de inserir uma nova informação de classe.

Contudo, a proposta de Gračanin-YukseK (2006) traz um problema com relação à definição de *Agree* assumida, a saber: como a sondagem é desencadeada para valoração do traço numF em n°, se o núcleo n° não c-comanda Infl°, de acordo com a exigência feita em (15i)? Respondemos essa questão utilizando um sistema de valoração de traços baseado na proposta de Wurmbrand (no prelo), no qual a valoração se dá por uma inversão nas direções da operação *Agree*, tal como veremos na quarta seção.

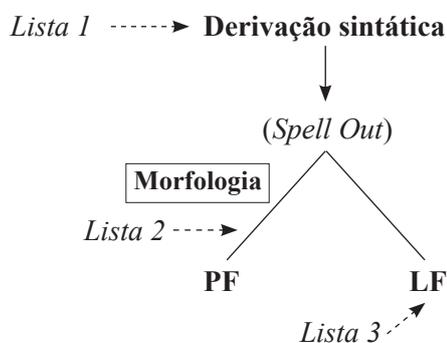
A Morfologia Distribuída

A MD é uma abordagem não-lexicalista para a gramática, na qual a interface entre a sintaxe e a morfologia procura ser a mais transparente possível, uma vez que, nessa abordagem, as mesmas operações responsáveis pela formação de sentenças (i.e., *Merge* e *Move*) são também responsáveis pela formação de palavras. Desse modo, tanto palavras quanto sentenças são geradas no mesmo espaço computacional: a sintaxe.

Nessa visão de gramática, o que era tipicamente assumido como informação presente no léxico foi distribuído pela arquitetura da gramática na forma de três listas. A *Lista 1* contém os primitivos que entram na derivação sintática, ou seja, raízes ($\sqrt{\quad}$) e morfemas abstratos, os quais são constituídos de feixes de traços gramaticais (e.g., [*n*], [*v*], [*perfectivo*], [*plural*]). A *Lista 2* contém os itens de vocabulário (IVs), ou seja,

conexões entre um conjunto de traços gramaticais e seus respectivos traços fonológicos, e a *Lista 3*, por fim, contém as entradas enciclopédicas que relacionam IVs a significados. Com isso, a arquitetura fica reformulada como em (17), abaixo:

(17) Arquitetura da gramática para a MD



Um composto derivado na gramática delineada pela MD deve, portanto, ser formado a partir das operações presentes na sintaxe. Além disso, um domínio deve ser criado a fim de que a sintaxe interprete essa estrutura gerada como uma única unidade sintática – embora ela possa conter uma estrutura interna quase sentencial, tal como é o caso dos compostos V-N. Em resumo, um composto deve ter a seguinte constituição nesse modelo:

(18) Compostos na MD

Um composto é formado quando dois ou mais núcleos complexos, em determinada relação sintática¹⁰, são recategorizados por um núcleo categorizador – *n*, *v* ou *a*.

Uma vez que a sintaxe opera apenas com traços gramaticais – visto que as informações fonológicas, ou seja, os IVs, são inseridas tardiamente – empregamos um sistema de valoração de traços para a construção da estrutura sintática, tanto em termos de seleção morfológica quanto de seleção argumental, fazendo uso da Condição do *Merge* proposta em Wurmbrand (no prelo), a ser descrito na próxima seção.

Derivando os Compostos V-N em um sistema de valoração de traços

A visão derivacional que assumimos para a MD está baseada, essencialmente, na abordagem sintática para seleção proposta em Wurmbrand (no prelo). Essa proposta traz uma preocupação relevante para a construção da estrutura sintática, pois tenta explicitar como as relações de seleção entre as projeções presentes na estrutura sentencial estão codificadas na gramática, ou seja, o que permite que determinada projeção se concatene a outra durante a derivação.

A autora elabora um mecanismo estritamente local e determinístico para as relações de seleção argumental e morfológica, que induz um refinamento dos traços gramaticais presentes nos nós terminais ao impor condições à operação *Merge*. Em sua proposta, a operação *Agree* deve ser uma condição sob a operação *Merge*, e seu licenciamento está relacionado à satisfação de um traço, de acordo com a condição especificada abaixo:

¹⁰ As relações sintáticas mencionadas dizem respeito à subordinação (i.e., relação predicado-argumento), atribuição (i.e., relação núcleo-modificador) e coordenação (i.e., relação conjuntiva, estabelecida por uma conjunção “e” ou “ou”).

(19) *Condição do Merge* (WURMBRAND, no prelo)

Concatene α e β se α puder valorar um traço de β .

A valoração desses traços, no entanto, não segue a visão padrão de *Agree*, tal como a de Pesetsky e Torrego (2004), apresentada em (15). Em vez disso, a autora assume um sistema de *Agree* invertido, aqui chamado de *Agree Reverso* (do inglês *Reverse Agree*, doravante, AR), no qual a valoração de um traço ocorre de cima para baixo. Nesse sistema, a interpretabilidade dos traços está dissociada da noção de valoração, ou seja, tanto traços interpretáveis quanto traços não-interpretáveis podem vir valorados [i/uF : val] ou não-valorados [i/uF : ___] da numeração. Em (20), explicitamos as condições para o AR:

(20) *Agree Reverso – valoração de cima para baixo* (WURMBRAND, no prelo)

Um traço F: ___ em α é valorado por um traço F: val em β , sse

- i. β c-comanda α E
- ii. α está acessível para β [acessível: não sofreu *Spell-Out*]
- iii. α não valora {um traço de β }/ {um traço F de β }¹¹

Dentro de uma abordagem de AR, a seleção morfológica não é determinada lexicalmente, mas reduz-se à *Agree* e, do mesmo modo, a estrutura argumental do verbo é vista como um conjunto de traços não-interpretáveis não-valorados que precisam ser valorados via *Agree* para que o *Merge* se realize.

Na MD, a derivação sintática inicia-se com a formação das palavras, e a primeira concatenação a acontecer é entre a raiz e um núcleo categorizador – n , v ou a . Porém, para que essa concatenação ocorra, é necessário que se estabeleça uma relação de *Agree* entre esses dois elementos; e, para tanto, a raiz precisa conter um traço que possibilite sua participação nessa relação, caso contrário o *Merge* não ocorrerá. Por esse motivo, postulamos que a raiz contém um traço de borda R não-interpretável não valorado [uR : ___] que será satisfeito apenas quando um núcleo definidor de categoria – seja ele n , v ou a –, contendo um traço R não-interpretável valorado [uR : val], entrar em uma relação de *Agree* com a raiz.

Os núcleos categorizadores, por sua vez, são vistos como feixes de traços. Tomemos, de início, o categorizador nominal, o qual contém o mesmo conjunto de traços do item lexical nominal em Gračanin-Yuksek (2006), a saber: categoria [ic : val]; pessoa, número e gênero [$i\phi$: ___] e classe [uC : val]. Somado a eles, assumimos um traço de tempo não-interpretável valorado [uT : val], o qual será responsável por possibilitar a recategorização de uma estrutura sintagmática a fim de gerar um composto. Esse último traço está em distribuição complementar com o traço de borda R [uR : val] do categorizador, pois os dois servem a diferentes propósitos – categorizar uma raiz, ou recategorizar uma estrutura quase sentencial.

¹¹ As relações sintáticas mencionadas dizem respeito à subordinação (i.e., relação predicado-argumento), atribuição (i.e., relação núcleo-modificador) e coordenação (i.e., relação conjuntiva, estabelecida por uma conjunção “e” ou “ou”).

O categorizador verbal v^{12} e o núcleo funcional v contém traços não-interpretáveis que, após valorados, são traduzidos semanticamente como seus argumentos. Por exemplo, os traços ϕ são traduzidos como um “argumento de”, tanto para o categorizador v quanto para o núcleo funcional v , ou seja, o XP que valorar os traços ϕ de v será interpretado como um argumento de v (i.e., o argumento interno), ao passo que o XP que valorar os traços ϕ de v será interpretado como um argumento de v (i.e., o argumento externo). Além dos traços argumentais, do traço de categoria e do traço de borda R, o categorizador verbal v ainda traz um traço de tempo T não-interpretável não-valorado [uT : ___], que garante a inserção do núcleo categorizador via AR, e um traço de v não-interpretável não-valorado [uv : ___], a fim de permitir a inserção do núcleo de v^{13} .

O núcleo determinante (D), por sua vez, contém traços ϕ interpretáveis e valorados, e um traço de v , o qual garante a atribuição de Caso do DP (cf. nota 13). Desse modo, a estrutura formada pelo categorizador nominal n será concatenada a um núcleo determinante a partir da valoração dos traços ϕ de n por D, via AR. Contudo, não é comum a presença de definitude nos nomes internos aos compostos. Se tomarmos como exemplo os compostos V-N, a presença de um determinante torna o composto agramatical, já que esse nome não pode fazer referência a uma entidade ou objeto no mundo, tal como vimos nos dados em (07).

Dessa forma, como explicar a presença de traços ϕ no nome interno ao composto se parece não haver a presença de um núcleo D correspondente à sua valoração? A primeira alternativa é dizer que o D pode não conter a informação de definitude, mas está presente para garantir a valoração dos traços ϕ de n , os quais, como vimos, podem ser distintos dos traços ϕ do composto, cf. exemplo (13). Essa alternativa, no entanto, exige que expliquemos como os traços ϕ desse D, destituído de definitude, não são preenchidos no componente fonológico após o *Spell-Out* sintático.

Outra alternativa é dizer que os traços ϕ dos nomes internos à composição já vêm valorados, e, por isso, um núcleo D não se concatena a eles. Nessa solução, garantimos que os traços ϕ do nome interno ao composto possam ser distintos dos traços ϕ do composto, ao mesmo tempo em que explicamos por que os nomes usados na composição são diferentes dos nomes utilizados isoladamente¹⁴. Acreditamos que essa segunda alternativa é a mais adequada, pois parece captar de maneira direta as informações dadas pela empiria. Em resumo, assumimos que os traços ϕ dos categorizadores nominais de nomes internos ao composto são valorados, enquanto os traços ϕ dos categorizadores nominais, responsáveis por recategorizar a estrutura sintática, não são valorados, já que o composto é visto como um nome utilizado isoladamente.¹⁵

12 Segundo Wurmbrand (no prelo), a terceira condição é necessária para prevenir que dois nós irmãos valorem um ao outro (e.g., quando T se concatena com um AuxP, T valorar o uT : ___ de AuxP, mas AuxP não pode valorar o uT : ___ de T).

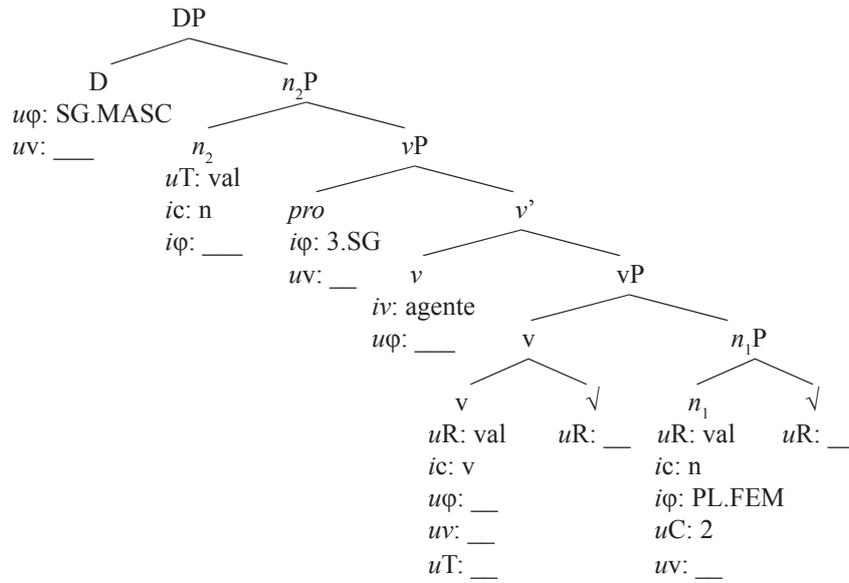
13 O v está para V e designa o núcleo definidor de categoria verbal, já que, em nossa abordagem, o núcleo verbal deve ser gerado sintaticamente. Dessa forma, fazemos uma distinção entre v (sem itálico), núcleo definidor de categoria, e o v (italicizado), introdutor de argumento externo.

14 Para a marcação de Caso, assumimos como Wurmbrand (no prelo), a proposta de Pesetsky e Torrego (2007), em que o Caso corresponde a um traço não-interpretável de v – no caso, V para os autores – em um DP, o qual será lido como nominativo se for valorado por T, ou acusativo, se for valorado por v . Isso garante que ambos os argumentos verbais, tanto o argumento interno do composto, quanto o *pro*, recebam marcação de Caso.

15 Legate (2012) recorre a uma solução semelhante para diferenciar o v transitivo e o v de construções passivas. A autora propõe que o v de construções passivas são inseridos com seus traços ϕ valorados, o que elimina a necessidade de inserção de um argumento externo e, ao mesmo tempo, fornece a semântica de que há um sujeito implícito.

Por fim, propomos que a estrutura de um composto V-N deve ser como em (21a), na qual está representada a derivação de um composto com incompatibilidade nas marcas flexionais, tais como aqueles presentes no exemplo (13), e.g. $O_{\text{MASC-SG}} \text{salva-vidas}_{\text{FEM-PL}}$. Além disso, cada morfema abstrato que compõe a estrutura sintática está apontado com seus respectivos feixes de traços. De (21b) a (21h), estão representadas as valorações de cada passo da operação *Merge*, indicados por < >, após o AR ter se aplicado (os traços adquiridos via valoração estão sublinhados):¹⁶

(21) a.



- b. < $n_1 + \checkmark$ > [uR: val, ic: n, iφ: PL.FEM, uC: 2, uv: __ /uR: val] (n_1P)
- c. < $v + \checkmark$ > [uR: val, ic: v, uφ: __, uv: __, uT: __ /uR: val] (v)
- d. < $v + n_1$ > [uR: val, ic: v, uφ: PL.FEM, uv: __, uT: __ / uR: val, ic: n, iφ: PL.FEM, uC: 2, uv: __] (vP)
- e. < $v + vP$ > [*iv: agente*, uφ: __ / uR: val, ic: v, uφ: PL.FEM, uv: agente, uT: __] (v')
- f. < $pro + v'$ > [uv: __, iφ: 3.SG / *iv: agente*, uφ: 3.SG, uT: __] (vP)
- g. < $n_2 + vP$ > [uT: val, ic: n, iφ: __ / *iv: agente*, uφ: 3.SG, uT: val] (n_2P)
- h. < $D + n_2P$ > [uv: __, uφ: SG.MASC / uT: val, ic: n, iφ: SG.MASC] (DP)

Considerações finais

Neste artigo, fornecemos uma proposta estrutural para os compostos V-N dentro de uma visão de valoração de traços para a construção da estrutura sintática. Dentro dessa abordagem, conseguimos explicar os problemas argumentais e aqueles concernentes às suas informações morfológicas como decorrentes da própria derivação da estrutura. A interpretação agentiva ou instrumental é dada pela presença de um *pro* realizado como argumento externo do núcleo verbal, e as diferenças das marcas flexionais do composto – com relação às marcas do constituinte nominal interno a ele – são fornecidas por um núcleo categorizador que se concatena logo acima do núcleo de vP .

16 As valorações relativas à marcação de Caso não estão representadas em (21), embora os traços de v , responsáveis pela sua atribuição, estejam apontados na estrutura. É importante mencionar que o *pro*, em (21a), tem seu Caso atribuído pelo traço T presente no categorizador nominal responsável por categorizar a estrutura.

REFERÊNCIAS

- BASCIANO, B.; KULA, N.; MELLONI, C. Modes of compounding in Bantu, Romance and Chinese. *Rivista di Linguistica*, v. 23, n. 2, p. 203-249, 2011.
- BISETTO, A. Note sui Composti VN dell'Italiano. In: BENINCA, P.; MIONI, A.; VANELLI, L. (Org.) *Fonologia e Morfologia dell'Italiano e dei Dialetti d'Italia*. Roma: Bulzoni, 1999. p. 555-589.
- BOK-BENNEMA, R.; KAMPERS-MANHE, B. Taking a closer look at Romance VN compounds. In: NISHIDA, C.; MONTREUIL, J-P. Y. (Ed.) *New Perspectives on Romance Linguistics: Vol. I: Morphology, Syntax, Semantics, and Pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins, 2006. p. 13-27.
- DI SCIULLO, A-M. Deverbal Compounds and the External Argument. In: ROCA, I. (Org.) *Thematic Structure. Its Role in Grammar*. Dordrecht: Foris, 1992. p. 65-72.
- DESMETS, M.; VILLOING, F. French VN lexemes: morphological compounding in HPSG. In: MÜLLER, S. (Org.) *Proceedings of the HPSG09 Conference*. Stanford: CLSI Publications, 2009. p. 89-109.
- FRANCO, L. *Romance VN compounds, Phrasal Spell-Out and Rebooting*. (Manuscrito).
- GRAČANIN-YUKSEK, M. V-N Compounds in Italian. A case of agreement in word formation. In: NISHIDA, C.; MONTREUIL, J-P. Y. (Ed.) *New Perspectives on Romance Linguistics*. v. I. Morphology, Syntax, Semantics, and Pragmatics. Amsterdam: John Benjamins, 2006. p. 113-126.
- GRIMSHAW, J. *Argument Structure*. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.
- HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the pieces of inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Org.) *The view from Building 20*. Cambridge, MA: MIT Press, 1993. p. 111-176.
- LEGATE, J. A. Subjects in Achenese and the nature of the passive. *Language*, v. 88, n. 3, p. 495-525, 2012.
- MAGNI, E. From the periphery to the core of Romance [VN] compounds. *Lingue e Linguaggio*, v. IX, p. 3-39, 2010.
- MARANTZ, A. No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own Lexicon. In: DIMITRIADIS, L. S.; SUREK-CLARK, C.; WILLIAMS, A. (Org.) *Proceedings of the 21st Penn Linguistics Colloquium – Penn Working Papers in Linguistics*, v. 4, n. 2, p. 201-225, 1997.
- MCHOMBO, S. *The Syntax of Chichewa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MORENO, C. *Morfologia Nominal do Português: Um Estudo de Fonologia Lexical*. 1997. Tese (Doutorado em Letras) – PUC-RS, Porto Alegre, 1997.

NUÑES CEDEÑO, R. A. Headship assignment resolution in Spanish compounds. In: CAMPOS, H.; MARTÍNEZ-GIL, F. (Org.) *Current Studies in Spanish Linguistics*. Washington: Georgetown University Press, 1991. p. 537-598.

NUNES, J. Triangulismos e a sintaxe do português brasileiro. In: CASTILHO, A. T. et al. (Org.) *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. São Paulo: Fapesp; Campinas: Pontes, 2007. p. 25-35.

PESETSKY, D.; TORREGO, E. Tense, Case and the nature of syntactic categories. In: GUÉRON, J.; LERCARME, J. (Org.) *The syntax of time*. Cambridge, Mass: MIT Press, 2004. p. 495-537.

_____. The syntax of valuation and the interpretability of features. In: KARIMI, S.; SAMIIAN, V.; WILKINS, W. (Org.) *Phrasal and clausal architecture*. Amsterdam: John Benjamins, 2007. p. 262-294.

RAINER, F.; VARELA, S. Compounding in Spanish. *Rivista di Linguistica*, v. 4, n. 1, p. 117-142, 1992.

RIO-TORTO, G. M.; RIBEIRO, S. Compounds in Portuguese. *Probus*, v. 24, n. 1, p. 119-145, 2012.

SANDMANN, A. J. *Morfologia Lexical*. São Paulo: Contexto, 1989.

SCALISE, S. Compounding in Italian. *Rivista di Linguistica*, v. 4, n. 1, p. 175-199, 1992.

SCALISE, S.; FÁBREGAS, A.; FORZA, F. Exocentricity in Compounding. *Genko Kenkyu*, v. 135, p. 49-84, 2009.

WURMBRAND, S. The Merge Condition: a syntactic approach to selection. In: KOSTA, P.; SCHÜRCKS, L.; FRANKS, S.; RADEV-BORK, T. (Org.) *Minimalism and Beyond: radicalizing the interfaces*. Amsterdam: John Benjamins. [no prelo].

ZHANG, N. N. Root Merger in Chinese Compounds. *Studia Linguistica*, v. 61, n. 2, p. 170-184, 2007.

Deslocamento de indefinidos no português brasileiro: tópico ou foco na estrutura informacional?

(Left-dislocation of indefinites in Brazilian Portuguese: topic or focus in the information structure?)

Fernanda Rosa da Silva¹

¹Faculdade de Filosofia Ciências e Letras - Universidade de São Paulo (USP)

fernandarosa@usp.br

Abstract: This work investigates the semantic and pragmatic inferences in Brazilian Portuguese (BP) contexts in which indefinites nominal phrases are dislocated to left periphery of sentence. More precisely, this approach attempts to answer three questions: (i) what are the functions of the information structure (topic or focus) that indefinite phrases conform to when left-dislocation takes place? (ii) In BP, is it possible for indefinite nominal phrases to be topics? (iii) Why does the speaker prefer to say a sentence with a left-dislocated indefinite element? Which implicatures are at stake?

Keywords: left-dislocation; focus; topic; indefinites nominal phrases; conversational implicatures.

Resumo: Este trabalho procura investigar as inferências semânticas e pragmáticas de contextos do português brasileiro (PB) em que sintagmas nominais indefinidos sejam deslocados para a periferia esquerda da sentença. Mais precisamente, esta pesquisa procura responder a três questões: (i) quais as funções da estrutura informacional: tópico ou foco, que sintagmas indefinidos assumem ao serem deslocados para o início da sentença?; (ii) é possível em PB que sintagmas indefinidos tenham função de tópico? (iii) o que leva o falante a optar por pronunciar uma sentença com o elemento indefinido deslocado para o início da sentença? Quais implicaturas estão em jogo?

Palavras-chave: deslocamento; foco; tópico; indefinidos; implicatura conversacional.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo investigar as inferências semânticas e pragmáticas de contextos do português brasileiro (PB) em que sintagmas nominais indefinidos sejam deslocados para a periferia esquerda da sentença. Consideramos que deslocamento trata-se de um fenômeno sintático em que o sintagma na posição de objeto¹ seja deslocado para a periferia esquerda da sentença, deixando um vestígio ou sendo preenchido por um pronome. Observe o seguinte contexto:

- (1) A: O João leu um artigo do Chomsky?
B: Um artigo, ele leu.
B': Sim, ele leu.

¹ Neste trabalho, optamos por analisar sentenças em que haja deslocamento de sintagmas indefinidos apenas na posição de objeto. Sentenças com deslocamento em outras posições sintáticas serão analisadas em trabalhos posteriores.

No diálogo acima, o falante B tem a opção de responder a questão em A, respeitando a ordem linear da sentença (B'), sem necessidade de deslocar o sintagma indefinido para o início da sentença. No entanto, se opta por deslocar o DP (Determiner Phrase), como em (B), realizando assim uma operação mais complexa, é porque ele deseja inferir informações além das que são diretamente trazidas ao contexto. Tais informações são denominadas por Grice (1975) de implicaturas conversacionais. A resposta de B, acompanhada de um contorno entonacional específico, indica que o falante dá a informação de que determinado artigo de Chomsky, o João leu, no entanto deixa em aberto outros possíveis artigos do Chomsky. Tal resposta indica que B está fazendo uso de uma resposta parcial de uma pergunta mais ampla do que a dada no contexto (ROBERTS, 1996; BÜRING, 1999; 2003). Segundo Büring (1999; 2003), o sintagma “um artigo” trata-se de um sintagma com função de tópico parcial ou contrastivo,² visto que é dado um conjunto de elementos na pergunta em A: o conjunto de artigos do Chomsky, e desse conjunto o falante opta por dar informações sobre um artigo em especial.

Nossa proposta, tomando como ponto de partida os trabalhos de Büring (1999; 2003) e Roberts (1996), é que respostas em que o sintagma indefinido é deslocado em conjunto com uma entonação típica apresentam uma estratégia de resposta por parte do falante que gera uma implicatura conversacional. Ainda, esse sintagma pode assumir a função tanto de foco, informação nova no contexto, quanto de tópico, uma informação já existente no contexto. Compare o contexto a seguir com o anteriormente apresentado em (2):

(2) A: O que o João leu?

B: Um artigo, eu sei que ele leu.

Em (2), o sintagma indefinido tem a função de foco. Já em (1), o artigo indefinido recebe a função de tópico. Esta última função, apesar de parecer incoerente com as características semânticas de um sintagma indefinido, visto que, segundo Heim (1982), um sintagma desse tipo se refere a uma entidade nova no contexto, é possível em contextos em que o sintagma indefinido é deslocado para uma posição mais alta na sentença.

Para verificar a consistência de nossa proposta, analisaremos os sintagmas indefinidos “um” e “algum” e sintagmas nominais nus nas diversas possibilidades de deslocamento. Organizamos o artigo, então, da seguinte forma: na primeira seção apresentaremos as propostas semânticas para foco e tópico. Na seção seguinte, analisaremos o fenômeno de deslocamento de indefinidos em PB a partir das teorias de estratégias de resposta de Roberts (1996) e Büring (1999; 2003). Em seguida, analisaremos as implicaturas presentes nesses contextos. Por fim, apresentaremos as conclusões e considerações em relação a este estudo.

Semânticas de foco (ROOTH, 1995) e tópico (BÜRING, 1999)

Neste trabalho assumimos que toda sentença é formada pelo que é conhecido e o que é informação nova, conforme Chomsky (1971), que defende que para cada sentença

² Em Büring (2003), o autor uniformiza os casos de tópicos parciais e contrastivos e define todos esses elementos que apresentam uma curvatura entonacional idêntica como tópico contrastivo.

existe um par (F,P), F de foco e P, pressuposição. Pressuposição contém os elementos de tópico que representam informações já conhecidas no contexto. Foco, por sua vez, representa os elementos ou informações novas.

Rooth (1995) propõe uma semântica para o elemento da estrutura informacional denominado foco, a qual ele chama de *valor de foco*. Segundo o autor, as sentenças apresentam seu valor ordinário e valor de foco. Observe o contexto abaixo:

- (3) A: O que o João leu?
 B: O João leu UM ARTIGO_F.³

Em (3)B, o constituinte que traz a informação nova e representa o foco da sentença é o NP (Nominal Phrase) "Um livro". O tópico, que contém a informação dada pela questão, é a pressuposição de que "O João leu algo". O valor de foco da sentença (3)B, segundo Rooth (1995), é o conjunto de proposições possíveis para a resposta de (3)A. Veja a representação do valor ordinário e de foco de (3)B abaixo, considerando que os elementos disponíveis no discurso sejam: um artigo, um livro e uma revista.

- (4) [[(3)B]]₀ = \$x: artigo(x) & leu (j,x)
 (5) [[(3)B]]_f = {O João leu um artigo, O João leu um livro, O João leu uma revista}

A forma lógica em (4) apresenta o valor ordinário da sentença (3)B enquanto (5) apresenta o valor semântico de foco dessa mesma sentença. O conjunto de proposições acima contém a proposição (4)B. Representa, portanto, uma resposta adequada, ou congruente,⁴ para o contexto dado acima. Entretanto, Büring (1999) observa que o valor de foco não é capaz de delimitar alternativas de respostas para contextos com tópicos parciais ou contrastivos, por exemplo. Um tópico parcial não responde exhaustivamente ao que foi requerido, mas apenas a uma parte da questão. Já o tópico contrastivo ocorre quando o falante deseja mover a conversação para uma entidade diferente da dada no discurso. Observe, abaixo, exemplos de tópico parcial e contrastivo, respectivamente:

- (6) A: Que artigo os alunos leram?
 B: /O JOÃO_T leu O ARTIGO-DO CHOMSKY_F
 (7) A: Que artigo o João leu?
 B: Bom, /O PEDRO_T leu \O ARTIGO-DO CHOMSKY_F

Os exemplos acima representam o que Büring (1999) denomina respectivamente de tópico parcial e tópico contrastivo. No primeiro, em (6), o falante B não responde totalmente à pergunta feita por A, mas apenas à informação que corresponde a um indivíduo do conjunto de alunos, "João". Já em (7), o falante B não responde ao que é solicitado e dá uma informação referente a um elemento novo no contexto, "Pedro". Em ambos os casos, a resposta obtida não representa a esperada.

3 As notações adotadas são as mesmas utilizadas por Büring (1999), em que o símbolo “/” representa um pico de acento com curva ascendente, que identifica tópico e o símbolo “\” representa o pico de acento com curva descendente, que identifica foco. “T” subscrito indica o constituinte com função discursiva de tópico e F subscrito, o constituinte com função discursiva de foco.

4 Congruente – termo utilizado por Rooth (1995), Roberts (1996) e Büring (1999; 2003) para declarar que determinada sentença é adequada para responder à pergunta dada.

O autor também identificou que, para a resposta ser apropriada nos contextos acima, foram necessários dois acentos prosódicos distintos: o acento de foco, que tem como característica um pico de acento descendente, e também um acento típico de tópico parcial ou contrastivo, que tem seu pico com curva ascendente. Esses são representados pelas notações subscritas T, para tópico e F, para foco. Sem esses, as construções seriam inadequadas. As respostas obtidas não fazem parte do valor de foco. Observe, abaixo, o valor de foco para (6)B e (7)B, respectivamente, considerando que no domínio haja os seguintes indivíduos: {João, Pedro, artigo do Chomsky e artigo da Kratzer}.

- (8) $[[[(14)B]]]^f = \{O \text{ João e o Pedro leram o artigo do Chomsky, O João e o Pedro leram o artigo da Kratzer, O João leu o artigo do Chomsky e o Pedro leu o artigo da Kratzer, João leu o artigo da Kratzer e Pedro leu o artigo do Chomsky}\}$
- (9) $[[[(15)B]]]^f = \{João \text{ leu o artigo do Chomsky; João leu o artigo da Kratzer}\}$

Note que, em (8), não há uma proposição do tipo “O João leu o artigo do Chomsky”, resposta dada em (6)B. As proposições possíveis são apenas de respostas completas, sem apresentar uma proposição de resposta parcial, como ocorre no exemplo acima. O valor de foco de (15)B, apresentado em (17), também não possui a proposição obtida como resposta “O Pedro leu o artigo do Chomsky”, mas somente respostas relacionadas ao indivíduo “João”.

Para ser possível calcular o valor semântico de sentenças como as apresentadas acima, Büring (1999; 2003) definiu o *valor de tópico*, que representa um conjunto de questões, ou um conjunto do conjunto de proposições possíveis para determinado contexto. Para cada elemento disponível, há um conjunto de proposições. A soma desses conjuntos consiste no valor de tópico da sentença. Para (6)B, por exemplo, suponhamos que o conjunto de alunos seja formado pelos indivíduos: João e Pedro. Para cada indivíduo há um conjunto de proposições. Para João: {O João leu o artigo do Chomsky, O João leu o artigo da Kratzer}. Para Pedro: {O Pedro leu o artigo do Chomsky, O Pedro leu o artigo da Kratzer}. O valor de tópico de (6)B, portanto, é a junção desses conjuntos, como segue:

- (10) $[[[(6)B]]]^t = \{\{O \text{ João leu o artigo do Chomsky, O João leu o artigo da Kratzer}\}, \{O \text{ João leu o artigo do Chomsky, O João leu o artigo da Kratzer}\}\}$

Como cada conjunto representa o valor ordinário de uma questão,⁵ a denotação do valor de tópico de (6)B pode ser representada por um conjunto de questões.

5 Para Hamblin (1973), uma questão denota um conjunto de proposições (*Q-alternative set*). Observe a seguinte questão:

- (i) O que o João comprou?

A pergunta acima tem seu significado semântico formado por um conjunto de proposições possíveis para respondê-la. Suponhamos que, no contexto, há três alternativas possíveis de objetos que João possa comprar: livros, roupas e calçados. *Q-alternative set* da questão será o conjunto de proposições: {o João comprou livros, o João comprou roupas, o João comprou calçados}. A denotação formal de (i), então, é a seguinte:

- (ii) $[[[O \text{ que o João comprou?}]] = \{o \text{ João comprou livros, o João comprou roupas, o João comprou calçados}\}$

Os participantes do discurso, ao ouvirem a questão e aceitá-la, buscam, dentro das alternativas acima, uma resposta adequada para ela.

- (11) [[(6)B]]^f = {Que artigo o João leu?, Que artigo o Pedro leu?}

Outro tipo de tópico, a que Büring (1999; 2003) chama de tópico puramente implicacional, é apresentado a seguir.

- (12) A: A sua esposa foi pra festa?
B: A /MINHA_r esposa \NÃO_r foi pra festa.

A sentença (12), a não ser pelo acento de tópico, responde exatamente ao requerido pela questão em A, pois o valor de foco de (12)B é representado por duas alternativas, já que (20) A apresenta uma pergunta sim/não. O valor de foco é o seguinte:

- (13) [[(12)B]]^f = {A minha esposa foi pra festa; A minha esposa não foi pra festa} ⁶

Como pudemos observar, a resposta dada em (12)B pertence ao seu valor de foco. No entanto, o acento ascendente no constituinte de tópico em B indica que o falante deseja trazer ao contexto questões alternativas. Responde ao que A pergunta, mas deixa no ar questões como: A esposa de Pedro foi pra festa?; A esposa de Marcos foi pra festa?; A esposa de x foi pra festa?... Essas questões podem determinar a continuidade da conversação. Mais formalmente teríamos o valor de tópico a seguir.

- (14) [[(12)B]]^f = {A minha esposa foi pra festa?; A esposa do Pedro foi pra festa?; A esposa do Marcos foi pra festa?}

O contexto apresentado por Büring (1999; 2003) e adaptado no presente artigo para o PB possui similaridades com os contextos do fenômeno investigado, de deslocamento de indefinidos. Voltemos ao diálogo apresentado em (1) e repetido aqui por conveniência.

- (15) A: O João leu um artigo do Chomsky?
B: Um artigo, ele leu.

O falante em B respondeu ao que foi questionado e a proposição em B está contida em suas alternativas de foco. Observe o valor de foco de (15)B:

- (16) [[(15)B]]^f = {O João leu um artigo do Chomsky, O João não leu um artigo do Chomsky}

A alternativa “O João leu um artigo do Chomsky” equivale semanticamente à resposta dada em (15)B. Portanto, se considerarmos que a resposta linear tem as mesmas condições de verdade de uma resposta com o sintagma indefinido deslocado, apenas o valor de foco é suficiente para explicar tal fenômeno. Parece, porém, que uma resposta linear não é adequada para um contexto em que o falante quer deixar em aberto informações além das requeridas.

- (17) A: O João leu um artigo do Chomsky?
B: #O João leu um artigo.

⁶ Como o contexto (22) apresenta um exemplo de pergunta polar, em que há duas possibilidades de resposta: sim ou não, o valor de foco é constituído por uma proposição positiva e outra negativa. Ainda, nestes casos, no PB, o acento prosódico que indica o elemento de foco recai sobre o elemento negativo, se a resposta for negativa, ou no verbo da sentença, se a resposta for positiva.

A resposta linear não é apropriada para responder completamente à pergunta dada. O mais natural seria o falante responder: “sim, ele leu”. Isso indica que, mesmo que as sentenças (15)B e (17)B apresentem condições de verdade idênticas, elas são distintas em suas condições de felicidade.⁷ Podemos concluir então que, como os contextos que apresentam tópicos implicacionais, a resposta com o sintagma indefinido deslocado implica que o falante esteja deixando em aberto outras questões. Portanto o valor de tópico para (15)B é o seguinte:

- (18) $[[\text{(15)B}]]^T = \{\text{O João leu um artigo do Chomsky? O João leu alguns artigos do Chomsky?; O João leu todos os artigos do Chomsky?}\}$

Ao responder “um artigo, o João leu”, o falante responde afirmativamente à primeira questão do valor de tópico apresentado acima, porém deixa em aberto as demais questões. Tal resposta indica que ele esteja fazendo uso de uma estratégia e respondendo a uma questão mais ampla do que a dada no contexto. Tal estratégia será discutida mais adiante nas seções seguintes.

Deslocamento de indefinidos e estratégias de resposta

Nesta seção, a partir das propostas de Roberts (1996) e Büring (1999; 2003) para estratégias de resposta, analisaremos contextos do PB em que sintagmas indefinidos e nomes nus na posição de objeto são deslocados para a periferia esquerda da sentença e identificaremos quais restrições semânticas e pragmáticas esses contextos apresentam.

Estratégias de resposta

Roberts (1996)

A autora defende que todo discurso é voltado para responder questões, sejam elas implícitas ou explícitas, e que as respostas a essas questões podem ser completas ou parciais. Um exemplo de resposta completa é apresentado no diálogo a seguir:

- (19) A: Os alunos da Letras foram pra festa?
B: Sim, foram.

Ao responder B: o falante responde exatamente ao que foi questionado por A, respondendo, assim, completamente à questão dada no contexto. Uma resposta parcial pode ser observada a seguir em:

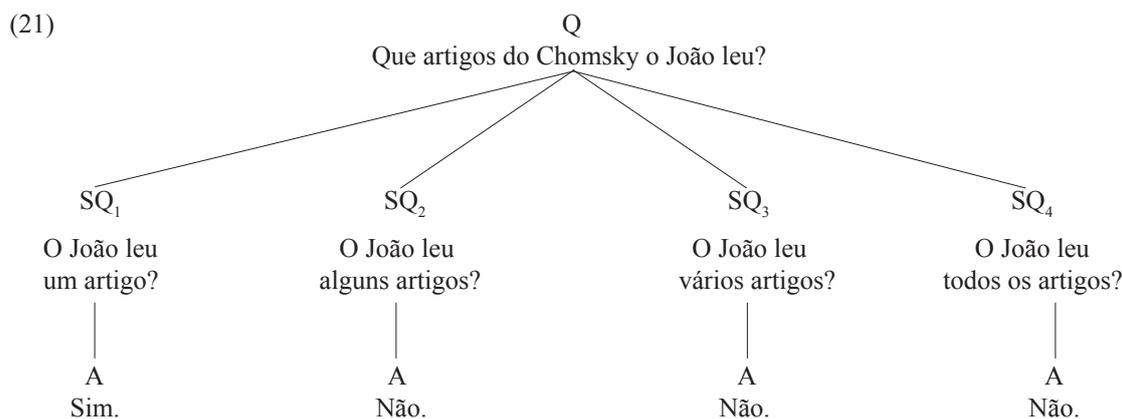
- (20) A: Os alunos da Letras foram pra festa?
B: Os do primeiro ano foram ~~pra festa~~.

No diálogo acima, o falante opta por responder com informações referentes a um subconjunto do conjunto de alunos de letras, deixando em aberto os demais. A autora defende que, ao responder parcialmente uma questão, o falante faz uso de uma estratégia de resposta (ROBERTS, 1996). Esse fenômeno foi também explorado e formalizado por Büring (1999; 2003), proposta que apresentaremos a seguir.

⁷ Condições de felicidade – condições que indicam se determinada sentença é utilizada adequadamente ou não em certo contexto.

Büring (1999; 2003)

O autor defende que, ao responder parcialmente ou contrastivamente uma pergunta, o falante faz uso de uma estratégia do discurso e marca prosodicamente o elemento dado. Tal estratégia do discurso pode ser estruturada formalmente pelo que Büring (2003) denomina *d-trees* ou árvore do discurso. Um exemplo de *d-tree* para o diálogo apresentado em (1) é dado a seguir, em (21):



A resposta em B indica que o falante está fazendo uso de uma resposta parcial de uma pergunta mais ampla do que a dada no contexto (ROBERTS, 1996; BÜRING, 1999; 2003). Mais adiante, veremos com mais detalhes esse tipo de estratégia.

Estratégias de resposta a partir do deslocamento de indefinidos no PB

O objetivo desta seção é investigar se os tipos de indefinidos “um”, “algum”, sintagma nominal nu possuem restrições semânticas e pragmáticas similares em contextos de deslocamento ou diferem em suas condições de uso.

- (22) A: O João leu os artigos do Chomsky?
B: Um artigo, ele leu.
B': Artigo do Chomsky, ele leu.
B'': ?Algum artigo do Chomsky, ele leu.

As respostas acima parecem ser adequadas em um contexto em que o falante responde parcialmente ao perguntado. No caso de B'', apesar de ser menos aceitável, podemos pensar em pelo menos um contexto que essa resposta seja possível. Imaginemos que o João seja aluno de letras e estudou linguística por alguns anos. Se A faz a pergunta dada, B responde “algum artigo do Chomsky, ele leu”, fica implícito que, se João é aluno de letras, não é possível que ele nunca tenha lido pelo menos um artigo do Chomsky. A resposta em 22(B) possui os valores de foco e tópico respectivamente:

- (23) $[[22]B]^{f} = \{\text{O João leu um artigo do Chomsky, O João não leu um artigo do Chomsky}\}$
(24) $[[22]B]^{t} = \{\text{O João leu um artigo do Chomsky? O João leu alguns artigos do Chomsky?; O João leu vários artigos do Chomsky?; O João leu todos os artigos do Chomsky?}\}$

O valor de tópico de (22)B pode ser representado por uma única pergunta que acarreta as alternativas dadas em (25):

(25) $[[(22)B]]^T = \{ \text{Que artigos do Chomsky o João leu?} \}$

Ao responder (22)B ou B', o falante faz uso da estratégia de responder parcialmente a questão dada explicitamente no contexto, deixando em aberto resposta sobre demais questões. Com base na proposta de Büring (2003), a *d-tree* de (22)B pode ser representada da mesma forma que a dada em (21).

Respondendo a SQ_1 , falante deixa em aberto respostas sobre as demais questões, ou porque não tem informações sobre elas ou porque as respostas são negativas para as demais. As respostas de B poderiam ser completadas da seguinte maneira:

(26) a) (22)B: Um artigo, ele leu, mas os outros eu não sei.

b) (22)B: Um artigo, ele leu, mas não todos.

A estratégia de resposta de B produz uma implicatura por parte do falante, ou de ignorância, quando ele não tem informações sobre as demais questões, ou de contraste, em que ele responde positivamente a SQ_1 e implica a negação das demais.

Até agora, observamos diálogos em que a pergunta é feita, ou com o sintagma indefinido “um artigo do Chomsky” (1)A ou com a descrição definida “os artigos do Chomsky” (33)A. Em ambas as respostas, tanto com o indefinido “um” ou “algum”, quanto com o sintagma nominal nu, são adequadas. Se a pergunta for feita com o indefinido “algum”, as respostas da mesma forma são possíveis e ainda o diálogo parece ser mais natural.

(27) A: O João leu algum artigo do Chomsky?

B: Um artigo, ele leu.

B': Artigo do Chomsky, ele leu.

B'': ?Algum artigo do Chomsky, ele leu.

Os diálogos observados até aqui apresentam apenas questões de resposta parcial em que o falante responde parcialmente a uma questão implícita. Porém é possível haver deslocamento de indefinidos em outros tipos de relação semântico/pragmática, como de sobreinformação.

(28) A: O João publicou um artigo sobre indefinidos?

B: Um livro, ele publicou.

B': ?Livro, ele publicou.

B'': #Algum livro, ele publicou.

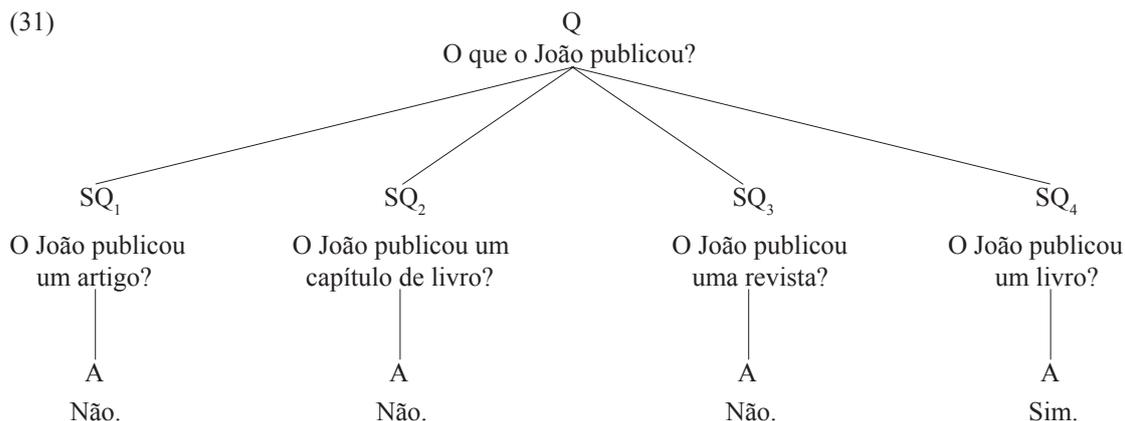
No contexto acima, ao responder que o João publicou um livro e não um artigo, o falante faz uso da estratégia de responder completamente a uma pergunta mais ampla do que a dada no diálogo. Essa estratégia é proposta por Rosa-Silva (2012). A resposta é adequada com o sintagma indefinido “um”, porém, com nominal nu ou “algum”, é inadequada. A explicação pode estar relacionada ao conjunto que a pergunta seleciona ao apresentar o indefinido “um artigo”. No entanto, não pudemos aprofundar nessas questões e as deixamos em aberto para pesquisas futuras. O valor de foco para (28)B é o seguinte:

(29) $[[(28)B]]^f = \{ \text{O João publicou um artigo, O João não publicou um artigo} \}$

Apenas com valor de foco não é possível indicar a possibilidade de deslocamento de indefinidos, visto que o falante opta por deslocar o sintagma para indicar que está fazendo uso de uma estratégia. Vamos então analisar o valor de tópico dessa sentença.

(30) $[[[(28)B]]^T = \{O \text{ que o João publicou?}\}$

O falante, em (28), responde completamente a uma questão apresentada em seu valor de tópico: “O que o João publicou?”. A *d-tree* para esse contexto, então, é representada como segue:



Como podemos observar na *d-tree* acima, ao responder que João publicou um livro, o falante responde negativamente a questões como as ilustradas em SQ₁, SQ₂ ou SQ₃. Fica implícito que não foi um artigo que ele publicou, mas sim um livro. A entonação de contextos com respostas sobreinformativas difere da curva prosódica de respostas parciais.⁸ Esta apresenta um *pitch accent* de curva descendente enquanto que as demais apresentam *pitch accent* de curva ascendente. Tal acento, segundo Rosa-Silva (2012), indica que o sintagma “um livro” representa um tipo de foco denominado de *sobreinformativo*.⁹

O contexto também é possível com o indefinido “algum” na questão; aliás, o diálogo fica mais natural.

(32) A: O João publicou algum artigo sobre indefinidos?
B: Um livro, ele publicou.

Indefinido também pode selecionar um subtipo de um conjunto dado pela pergunta, porém a resposta com essa interpretação é possível somente com o uso do nominal nu, conforme observamos abaixo:

(33) A: O João visitou os mamíferos / um mamífero / algum mamífero no Zoo?
B: #Um felino, ele visitou.
B': Felino, ele visitou.
B'': ?Algum felino, ele visitou.

Os valores de foco e tópico para a resposta acima são apresentados a seguir respectivamente:

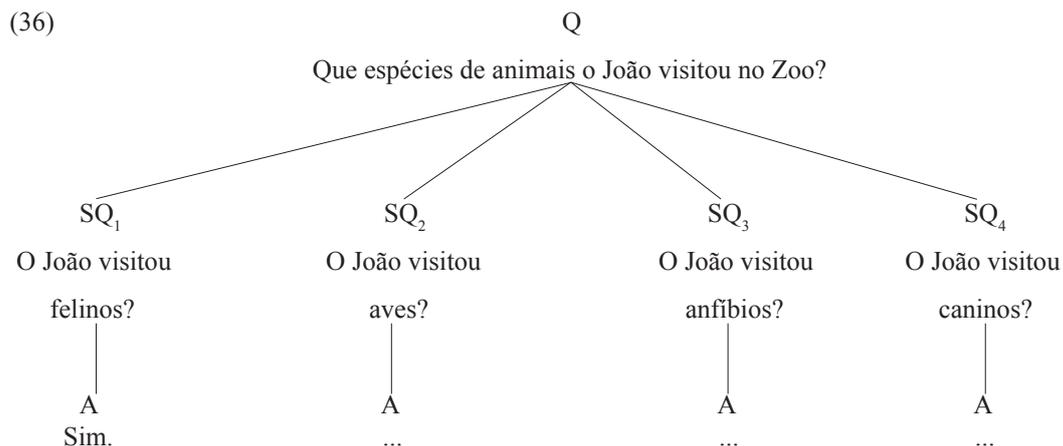
8 Para mais detalhes em relação a respostas sobreinformativas ou foco sobreinformativo, ver Rosa-Silva (2012).

9 Para mais detalhes em relação a respostas sobreinformativas ou foco sobreinformativo, ver Rosa-Silva (2012).

(34) $[[[(33)B]]]^f = \{\text{O João visitou os mamíferos, O João não visitou os mamíferos}\}$

(35) $[[[(33)B]]]^t = \{\text{Que espécies de animais o João visitou no Zoo?}\}$

Como podemos observar, o valor de foco não é suficiente para selecionar a resposta dada em (33)B'. No entanto, o valor de tópico inclui a resposta "Felino, ele visitou". Tal resposta ainda indica que o falante está respondendo parcialmente à questão de seu valor de tópico. Observe a *d-tree* para esse contexto:



Essa estratégia indica que o falante opta por responder parcialmente a uma questão mais ampla do que a dada no contexto e deixa em aberto demais subquestões como "O João visitou aves?, O João visitou anfíbios?..."

Por último, apresentamos um contexto em que há um contraste de elementos que compartilham de determinado campo semântico.

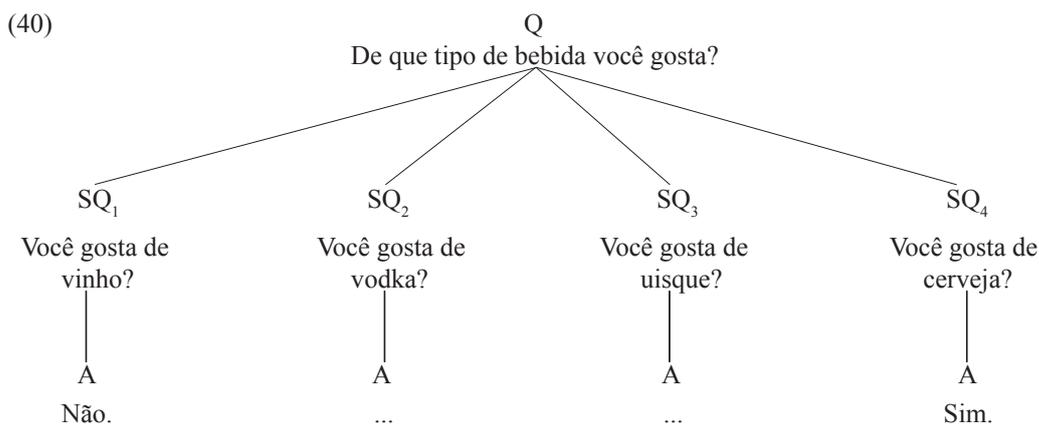
- (37) A: Você gosta de vinho?
 B: De uma cerveja, eu gosto, mas de vinho...
 B': De cerveja, eu gosto, mas de vinho...
 B'': ?De alguma cerveja eu gosto, mas de vinho...

Ao responder "de uma cerveja eu gosto", ou "de cerveja eu gosto", o falante responde a uma questão mais ampla do tipo "De que tipo de bebida você gosta?". Essa questão está presente no valor de tópico de (37)B, mas não em seu valor de foco:

(38) $[[[(37)B]]]^f = \{\text{Eu gosto de vinho, eu não gosto de vinho}\}$

(39) $[[[(37)B]]]^t = \{\text{De que tipo bebida você gosta?}\}$

A *d-tree* para esse contexto é representada como segue:



A resposta dada em (37)B implica que o falante não gosta de vinho, mas deixa em aberto respostas sobre demais tipos de bebida, conforme mostra a *d-tree* acima. Ao responder dessa maneira, o falante faz uso de uma estratégia de resposta de negar o elemento ou conjunto de elementos, no caso tipos de vinho, ao afirmar outro conjunto de elementos do mesmo campo semântico: tipos de cerveja. Essa resposta é possível porque ambos fazem parte do valor de tópico de (37)B.

Até o presente momento apresentamos contextos com indefinidos, em sua maioria, em função de tópico. A exceção se dá no contexto (28), que apresenta um indefinido com função de foco sobreinformativo. Optamos por explorar mais contextos em que esse tipo de sintagma ocorre na função de tópico, visto que exemplos de sintagma indefinido com função de foco não são surpreendentes, já que a característica funcional do foco é introduzir um referente ou informação nova no contexto. No entanto, a seguir apresentaremos um sintagma indefinido deslocado com função de foco para mostrar que sintagmas desse tipo podem assumir tanto a função de tópico quanto de foco.

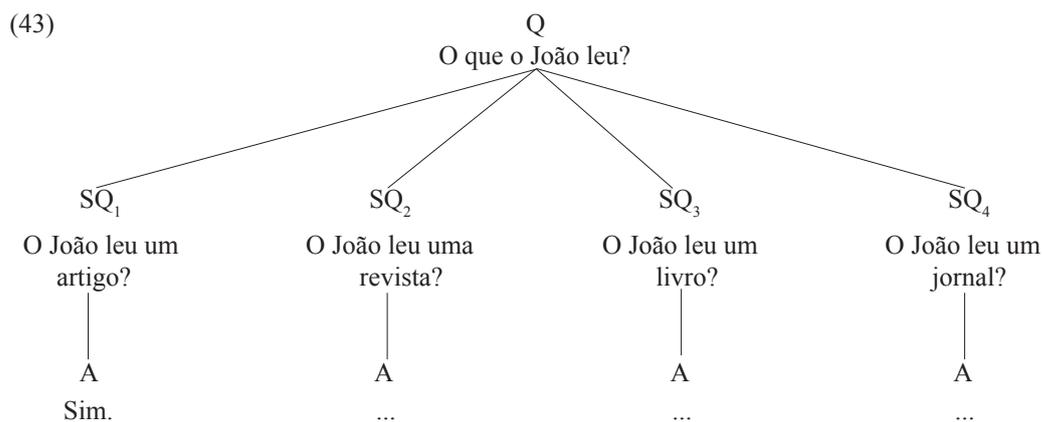
- (41) A: O que o João leu?
B: Um artigo, eu sei que ele leu.

O sintagma indefinido “um artigo” assume a função de foco da sentença (41)B, pois se refere a uma informação nova, não presente na pergunta em (41)A. O valor de foco para essa resposta é o seguinte:

- (42) $[[[41)B]]^f = \{O\ João\ leu\ um\ artigo,\ O\ João\ leu\ uma\ revista,\ o\ João\ leu\ um\ livro,\ o\ João\ leu\ um\ jornal\}^{10}$

O valor de foco apresenta a alternativa “O João leu um artigo” que possui condições de verdade idênticas à resposta em (41)B. No entanto, o fato de o falante optar por realizar uma estrutura mais complexa, de deslocamento, em vez de utilizar a ordem linear da sentença, indica que ele esteja fazendo uso de uma estratégia do discurso, neste caso de responder parcialmente à pergunta dada, deixando em aberto demais questões. Observe a *d-tree* para o contexto acima:

10 Consideremos que os elementos constantes no domínio sejam: {um artigo, um livro, uma revista, um jornal}.



Nesta seção, pudemos observar que sintagmas indefinidos em PB são deslocados para a periferia esquerda da sentença em contextos em que o falante faz uso de uma estratégia do discurso. Esse sintagma pode ser representado por “um”, “algum” ou nome nu.

Deslocamento de indefinidos e implicaturas

Nesta seção analisaremos as implicaturas presentes em contexto de deslocamento de indefinidos. Nosso ponto de partida é a teoria de Grice (1975), que prediz que todo falante cooperativo obedece ao Princípio de Cooperação, bem como suas máximas conversacionais. Nos casos em que haja aparente violação de alguma máxima, ocorre uma implicatura conversacional.

Contextos de deslocamento parecem violar a máxima de modo, visto que seria mais natural responder a pergunta respeitando a ordem linear da sentença. No entanto, o falante opta por essa estratégia para destacar um elemento do conjunto. Esse destaque implica que o falante não tem informações sobre os demais elementos do conjunto ou sua informação é contrastante com a dada, gerando, então, ou uma implicatura de ignorância (cf. BÜRING, 1999; 2003), negação ou sobreinformação (ROSA-SILVA, 2012).

Um exemplo que pode apresentar implicatura de ignorância é nosso primeiro contexto, que retomamos abaixo:

- (44) A: O João leu os artigos do Chomsky?
B: Um artigo, ele leu. (só não sei qual é / sobre outros eu não sei)

Em (44)B, como indicado, a sentença poderia ser completada por “só não sei qual é”. Isso indica que o falante B sabe que João leu um artigo do Chomsky, porém não tem informações de qual artigo se trata. Outro tipo da implicatura que ocorre em contextos de deslocamento de indefinidos é de negação da informação dada. Essa implicatura é identificada no contexto apresentado anteriormente sobre vinho que repetimos a seguir:

45. A: Você gosta de vinho?
B: De uma cerveja, eu gosto, mas de vinho...

No contexto acima, há uma implicatura de negação, já que, ao afirmar que gosta de uma cerveja em resposta à (45)A, que pergunta sobre vinho, o falante B deixa implícito que não gosta desta última bebida. Por último, identificamos a implicatura de sobreinformação,

que consiste em o falante dar informações além das solicitadas por julgar serem mais relevantes. Repetimos abaixo um contexto em que ocorre esse tipo de implicatura.

- (46) A: O João publicou um artigo sobre indefinidos?
B: Um livro (com vários artigos), ele publicou.

Ao responder “um livro, ele publicou”, o falante B considerou ser mais relevante informar a A que o João tenha publicado um livro e neste contém vários artigos, do que apenas responder que sim, ele publicou um artigo.

Considerações finais

Nesta análise prévia de contextos do PB em que sintagmas indefinidos são deslocados para a periferia esquerda da sentença, pudemos identificar que respostas em que o sintagma indefinido é deslocado em conjunto com uma entonação típica apresentam uma estratégia de resposta por parte do falante que resulta em uma implicatura conversacional. Esse sintagma pode ser “um”, “algum” ou nome nu, com algumas restrições para cada contexto.

Ao fazer uso dessa estratégia do discurso, são geradas implicaturas, ou de ignorância, quando o falante responde apenas sobre um indivíduo ou parte do indivíduo porque não tem informações sobre os demais, ou de sobreinformação, quando o falante julga ser mais relevante trazer mais informações do que as solicitadas, ou ainda de negação, quando o falante implica a negação do indivíduo apresentado no contexto, com a informação positiva de outro elemento.

Pudemos observar também que o sintagma indefinido deslocado pode assumir a função tanto de foco, informação nova no contexto, quanto de tópico, uma informação já existente no contexto.

Ainda nesta pesquisa, identificamos algumas restrições em relação aos usos de diferentes indefinidos “um”, “algum” ou nome nu. O sintagma “algum” é menos aceitável em contextos de deslocamento. Mas, mesmo assim, há contextos em que ele pode ser usado adequadamente. O nome nu é mais bem aplicado em contextos em que o falante deseja destacar um subconjunto ou subtipo do conjunto dado. Com relação às perguntas, há diferenças se estas forem feitas com descrição definida, nome nu, “um” ou “algum”. Parece que esses sintagmas na pergunta delimitarão o conjunto e, em consequência, o tipo de resposta adequada. No entanto, neste trabalho, não foi possível aprofundarmos nas particularidades de cada sintagma indefinido, e essas restrições e características de cada um podem ser objeto de investigação para outras pesquisas daqui para frente.

REFERÊNCIAS

BÜRING, D. Topic. In: BOSCH, P.; VAN DER SANDT, R. (Ed.). *Focus: linguistic, cognitive, and computation perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 142-165.

_____. On D-trees, beans, and B-accent. *Linguistics & Philosophy*, v. 26, n. 5, p. 511-545, 2003.

CHOMSKY, N. Deep Structure, Surface structure and semantic interpretation. In: STEINBERG, D.; JAKOBOVITS, L. (Ed.) *Semantics: an interdisciplinary reader in philosophy, linguistics and psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. p. 183-216.

HAMBLIN, C. Questions in Montague English. *Foundations of Language*, n. 10, p. 41-53, 1973.

HEIM, I. *The semantics of definite and indefinite noun phrases*. Ph. D. thesis. University of Massachusetts at Amherst, 1982.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. (Ed.) *Syntax and Semantics*, v. 3. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58.

ROBERTS, C. Information Structure in Discourse: Towards an Integrated Formal Theory of Pragmatics. In: YOON, J. H.; KATHOL, A. (Ed.) *OSU Working Papers in Linguistics 49: papers in semantics*. The Ohio State University Department of Linguistics? 1996. p. 91-136.

ROOTH, M. Focus. In: LAPPIN, S. (Ed.) *Handbook of contemporary semantic theory*. London: Blackwell, 1995. p. 271-298.

O refinamento da construção do sentido: um estudo das expressões de espaço e movimento

(Refining of the construction of the meaning:
a study on the expressions of space and motion)

Paulo Henrique Duque

Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

duqueph@gmail.com

Abstract: In this paper, we see the extent to which mental simulation can capture the subtleties of language when it links linguistic knowledge to sensorimotor experiences. In general, the results showed that the simulation becomes more detailed in terms of linguistic clues provided by the utterances and linguistic patterns analyzed in terms of grammatical constructions, and the resolved semantic specifications in ongoing communicative context during the reading / listening stories. In this study, we analyzed expressions of place and movement. To that end, we used an embodied approach to construction grammar, which allowed us to identify the types of imagery constructed during the analysis of linguistic constructions for space and motion and how the elements that make up these schemes are connected during the process of mental simulation.

Keywords: cognitive semantics; construction grammar; expressions of space and movement.

Resumo: Neste artigo, verificamos em que medida a simulação mental pode capturar as sutilezas da linguagem ao conectar conhecimentos linguísticos a experiências sensório-motoras. Em linhas gerais, os resultados demonstraram que a simulação se torna mais detalhada em função de pistas linguísticas fornecidas pelos enunciados e pelos padrões linguísticos analisados em termos de construções gramaticais; e pelas especificações semânticas resolvidas no contexto comunicativo em curso durante a leitura/audição de narrativas. Neste estudo, analisamos expressões de lugar e de movimento. Para isso, recorremos a uma abordagem corporificada de gramática de construção, que nos permitiu identificar os tipos de imagens mentais construídas durante a análise de construções linguísticas de espaço e movimento e como os elementos que integram esses esquemas se conectam durante o processo de simulação mental.

Palavras-chave: semântica cognitiva; gramática de construção; expressões de espaço e movimento.

Introdução

Neste artigo, apresentamos resultados de um trabalho de pesquisa¹ através do qual investigamos o papel de determinadas expressões linguísticas no detalhamento da simulação mental na construção do sentido de espaço e de movimento em narrativas. Como recorte, expomos aqui os resultados referentes a ocorrências das expressões linguísticas “para” e “para dentro de” em histórias em quadrinhos (HQs) da Turma da Mônica.

O material foi coletado do *site* www.turmadamonica.uol.com.br, no primeiro semestre de 2012. Escolhemos o gênero HQ pelo fato de essa categoria discursiva constituir-se de tramas narrativas, objeto de estudo da pesquisa principal, mas apresentar imagens que, a nosso ver, poderiam fornecer pistas de elucidação das relações espaciais e motoras evocadas pelos enunciados sob análise.

¹ Registrado sob o código PVC8263-2012, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Como perspectiva teórica, adotamos a semântica da simulação (BARSALOU, 1999; ZWAAN, 1999; BERGEN, 2012), teoria semântica orientada cognitivamente, com base na ideia de que, para produzir ou compreender a linguagem significativa, os usuários da língua executam simulações mentais do conteúdo do enunciado. A realização de simulações envolve a ativação das mesmas estruturas neurais responsáveis pela percepção ou pela execução dos eventos descritos no enunciado. Com base nessa perspectiva, as unidades linguísticas não apresentam significado em si mesmas. Em vez disso, funcionam como pistas que contribuem para que o falante forneça um plano ao ouvinte, de modo que este possa executar uma simulação interna com as propriedades desejadas.

De acordo com Chilton (2007), a comunicação de localizações e movimentos espaciais deve ter um significado especial na evolução da linguagem e das línguas. E, possivelmente, seja a área mais fundamental, uma vez que as línguas possuem várias classes de palavras para se referirem à experiência espacial. Segundo o autor, o cérebro humano possui módulos neuronais especializados na percepção e no processamento cognitivo dos diversos fenômenos físicos, tais como forma, distância, direção, localização e locomoção. Há muitas pesquisas sobre o que esses sistemas podem ser, mas continua pouco clara a relação entre expressões linguísticas de espaço e os vários sistemas não linguísticos que interagem de cognição espacial. Apesar de esta relação ser muito debatida entre os linguistas, precisamos avançar.

Neste artigo, em especial, procuramos responder a duas perguntas:

1. Diferentes codificações linguísticas podem afetar a conceptualização de espaço e de movimento?
2. Em caso afirmativo, que elementos estão envolvidos nesse processo?

No modelo de compreensão da linguagem baseado em simulações (BERGEN; CHANG, 2005), construções gramaticais desempenham um papel central como ponte entre o conhecimento fonológico e o conhecimento conceitual, suportando processos de análise construcional, de resolução contextual e de simulação corporificada. Como vimos, de acordo com os pressupostos da semântica da simulação, as expressões linguísticas espaciais ativam circuitos neurais relacionados à percepção e movimento. Nesse sentido, acreditamos que esse efeito não se aplique apenas às expressões espaciais primárias, como preposições, mas a componentes espaciais de outras classes de palavras, como verbos e substantivos, por exemplo.

Análise construcional

De acordo com Chang (2009), a semântica da simulação postula três processos na construção do sentido: 1) Análise construcional – processo de identificação e combinação de esquemas imagéticos na produção de especificação semântica; 2) Resolução contextual – processo de ligação entre os objetos e eventos da especificação semântica e o contexto comunicativo corrente, que resulta em uma especificação semântica resolvida contextualmente; e 3) Simulação mental – processo de acionamento do aparato sensorio-motor do cérebro pelas especificações semânticas resolvidas repercutindo na produção de inferências apropriadas.

Segundo Duque e Costa (2012d), nesse processo de produção de simulações mentais, aspectos importantes de como a especificação semântica é construída, incluindo o escopo da ação e a granularidade com que o ponto de referência é observado, pode depender da escolha da expressão linguística. Quanto a isso, vejamos os exemplos (1) e (2).

- (1) Cascão caminhou para a escola.
- (2) Cascão caminhou para dentro da escola.

Os exemplos (1) e (2) ativam interpretações diferentes a respeito da ação apresentada. Em (1), a escola inteira serve como ponto final, ou meta, da trajetória, ao passo que um ponto mais específico no interior da escola desempenha esse papel em (2). Inferências sobre o ponto de início da ação também exibem uma diferença sutil no foco, enquanto (1) sugere uma locação de origem distante da escola, (2) apenas exige que a origem seja algum ponto exterior à escola.

Esse padrão de inferências pode ser explicado em termos de duas contribuições diferentes dos esquemas acionados pelas duas preposições utilizadas. De acordo com Duque e Costa (2012a), a formação de conceitos e, em um nível mais aprofundado, a própria linguagem, são processos decorrentes das nossas experiências corpóreas. Nesse sentido, enquanto “para dentro de” (pelo menos no sentido principal) aciona tanto o esquema CONTÊINER quanto o esquema ORIGEM-CAMINHO-META (OCM), “para” aciona apenas o esquema OCM (JOHNSON, 1987; LAKOFF, 1987). Essas estruturas esquemáticas combinam com o conteúdo semântico do resto da sentença de formas diferentes. De forma mais específica, elas envolvem diferentes **conexões** (*bindings*) entre as entidades abstratas que participam de cada esquema e dos demais elementos sentenciais. Algumas conexões aparecem tanto em (1) como em (2): o sujeito (Cascão) deve se restringir ao Trajetor exigido pelo esquema OCM e, na mesma ocorrência, *escola* deve também estar restrita ao esquema CONTÊINER que, como visto acima, afeta a especificação precisa da meta do OCM. Demonstraremos, a seguir, uma forma de representar os esquemas e de facilitar a especificação de itens lexicais que envolvem os conteúdos de tais esquemas. Além disso, mostraremos como essas representações adaptam-se para produzir uma estrutura que pode ser usada para simular o significado de um enunciado.

Representações de esquemas

De acordo com Duque e Costa (2012c), as representações devem ser capazes de captar que propriedades linguisticamente relevantes de um dado esquema podem ser identificadas e nomeadas. Em linhas gerais, essas propriedades são os componentes dos esquemas mencionados anteriormente. Segundo os autores, embora os esquemas tenham sido frequentemente caracterizados em termos desses componentes, é preciso notar que tais elementos não passam de abstrações de experiências perceptuais individuais e que uma representação plena de esquemas deve envolver, em algum nível, representações baseadas no sistema perceptual (cf. REGIER, 1996). Isto é, apesar de esses componentes poderem ser representados em termos simbólicos, esta representação simbólica serve apenas para parametrizar, e não para substituir, as propriedades perceptuais do esquema em questão.

Por exemplo, no caso do esquema CONTÊINER, o conteúdo é predominantemente visual: o compartimento e seus limites são propriedades visuais primárias frequentemente experienciadas em conjunto. Segundo Duque e Costa (2012b), o esquema imagético completo também inclui conteúdo tátil, uma vez que o corpo é construído como um contêiner, e uma vez que humanos manipulam contêineres fisicamente. No entanto, certos aspectos do esquema CONTÊINER, que têm importantes consequências linguísticas, podem ser assinalados como papéis abstratos de esquemas imagéticos. São o Exterior, os Limites, o Contêiner, os Conteúdos e o Portal. Uma simples representação matriz valor-atributo desses componentes esquemáticos é apresentada no Quadro 1(a), onde as variáveis que seguem cada papel denotam possíveis instanciações. Para Duque e Costa (2012c), o esquema OCM pode ser representado da mesma maneira com papéis Origem, Caminho, Meta e Trajetor, como apresentado no Quadro 1(b).

Quadro 1: Representações para (a) CONTÊINER e (b) COM mostrando papéis e perfilhadores de esquemas imagéticos (aqui como variáveis não instanciadas em uma matriz de atributo-valor)

Esquema CONTÊINER		Esquema ORIGEM/CAMINHO/META	
Interior	I	Origem	s
Exterior	E	Caminho	p
Limites	B	Meta	g
Compartimento	C	Trajedor	t
Conteúdos	N		
Portal	O		

(a)

(b)

As representações lexicais, a serem discutidas a seguir, exemplificam como itens linguísticos podem fazer referência a essas representações de esquemas simples e a seus componentes, conectando-os internamente e externamente de diferentes maneiras.

Expressões de espaço e movimento

Como mencionamos anteriormente, as pistas linguísticas “para” e “para dentro de”, como usadas em (1) e (2), são diferentes no que diz respeito aos esquemas que acionam e como os respectivos componentes são conectados. O Quadro 2 apresenta algumas representações lexicais para cada uma daquelas expressões, juntamente com as estruturas que contêm informações de forma e significado. Em ambos os casos, a linha inicial contendo a palavra ‘com’ indica que o conceito é dependente no sentido de Langacker (1991); tanto um *trajedor* quanto um *marco* (ponto de referência) são necessários para os sentidos relevantes de cada pista linguística e devem eventualmente ser vinculados a outros elementos na sentença. A linha seguinte, com *usa*, indica que os esquemas são usados no polo do significado da palavra. Todas as entidades mencionadas (*trajedor*, *marco*) e os esquemas (OCM, CONTÊINER) aparecem com variantes que permitem fazer referência a outras partes, muitas vezes condicionando as conexões. No Quadro 2(a), por exemplo, o esquema OCM é referido como *s*, e seus componentes (*s.origem*, *s.meta* e *s.trajedor*) são limitados ao *trajedor* e *marco* (ou, no caso de *lm.Distante*, uma locação adequada).

Quadro 2: Representações de (a) *para* e de (b) *para dentro de*

Para			
Com	Trajeto tr, Marco lm		
Usa	OCM s		
	Fon	= [par ^a]	
Forma	Ort	= “para”	
	s.Origem	= lm.Distante	
Significado	s.Meta	= lm	
	s.Trajeto	= tr	

(a)

(b)

Na utilização, não apenas do esquema OCM, 2(b) envolve a conexão de esquemas não necessários em 2(a). Especificamente, “para dentro de” exige que o Exterior do esquema CONTÊINER seja restrito à Origem do esquema OCM e que o Interior do esquema CONTÊINER seja identificado com a Meta do esquema OCM. Essas conexões são mostradas na representação lexical de “para dentro de” no Quadro 2(b). Como em 2(a), o Trajeto e o Marco devem ser fornecidos por outra parte do enunciado ou pelo contexto.

Outras unidades linguísticas, que não as preposições, podem fornecer a especificação de esquemas. Substantivos vinculados à Meta de um esquema OCM, por exemplo, devem ser construídos como locações, e só um subconjunto de substantivos do português pode ser então caracterizado como tal. Como na Gramática Cognitiva (LANGACKER, 1991), postulamos um tipo de hierarquia semântica que permite heranças múltiplas, em que ESCOLA, por exemplo, é uma locação física, assim como um possível CONTÊINER. Esse tipo de informação é especificado na linha inicial *denota* na construção para LANCHONETE (Quadro 3(a)). (Outros aspectos complexos do significado de *escola* foram omitidos e são apresentados aqui simplesmente como ESCOLA). Verbos também normalmente envolvem a coordenação de informações de esquemas com traços de uma ação ou evento particular. No caso de ‘caminhou’, por exemplo, representamos o padrão motor simplesmente como CAMINHAR e conectamos esse valor ao componente do esquema do CONTROLADOR, uma estrutura que resume os parâmetros de controle motor para uma ação (NARAYANAN, 1997). Essa estrutura é conectada ao esquema de FORÇA de tal forma que a entidade que realiza a ação é a fonte de energia do esquema FORÇA, que é de novo conectada ao *trajeto* do OCM. Em outras palavras, CAMINHO reforça conexões entre algum controle motor, movimento e gasto de energia da entidade, um padrão típico para verbos de movimento auto-impulsionado. Como o Quadro 3(b) demonstra, a construção ‘caminhou’ /CAMINHO inclui informação adicional sobre a base temporal do evento em relação ao tempo de fala.

Quadro 3: Representações para (a) *escola* e (b) *caminhou*

Substantivo	lanchonete		Verbo	caminhou	
denota	Localção, Contêiner		com	Trajetor tr	
			usa	OCM s, FORÇA f	
Forma:	Fon	= [eskɔle]	Forma:	Fon	= [kamijnou]
	Ort	= “escola”		Ort	= “caminhou”
Significado:	ESCOLA		antes (tr, m)	Controlador. Esquema = CAMINHAR	
			Significado:	f.Energia – origem = tr	
				s.Trajetor = tr	
				Base. Tempo = passado	

(a)

(b)

Construções gramaticais e simulação

O Trajetor do OCM, em *para dentro de*, será conectado ou ao sujeito da oração ou ao local para onde o sujeito se dirige, como visto em (3a) *versus* (3b) e (3c):

(3a) Cascão caminhou para dentro da escola.

(3b) Cascão encaminhou as crianças para dentro da escola.

Embora os verbos sejam razoavelmente consistentes em relação à conexão entre o papel *trajetor* do OCM e o sujeito e local para onde o sujeito se dirige, muitos verbos permitem ambas as possibilidades. A escolha da conexão, portanto, parece depender da interação entre o verbo e a construção oracional mais ampla em que ele aparece (GOLDBERG, 1995). A forma exata dessas construções, e como elas se ajustam com os verbos, está além do escopo do presente artigo (CHANG; BERGEN, 2005). O que é relevante é que as construções oracionais podem também ter conteúdo esquemático que deve concordar com o das suas partes constituintes. Por exemplo, as sentenças em (3) são instâncias da construção de MOVIMENTO DIRECIONADO, apresentada no Quadro 4.

Quadro 4: Construção de Movimento Direcionado

movimento-direcionado (Movedor m, Movimento v, Direção d)	
<i>Usa</i>	OCM s
<i>denota</i>	EventodeMovimento e
Forma:	ordem (m, v, d) sujeito conc (m, v)
Significado:	e = v e.OCM = s = d e.OCM.Trajetor = m

Para a finalidade deste artigo, é suficiente observar que essa construção também usa o esquema OCM, e que o seu significado restringe como os seus constituintes (listados dentro de parênteses na primeira linha) devem se ajustar: grande parte do conteúdo semântico do evento de movimento denotado pela oração (representado como “e”) é derivada do constituinte Movimento (como indicado por “v”, e conectado, em nosso exemplo,

com caminhou); o OCM da oração geral é conectado ao OCM do constituinte Direção “d” (para/ para dentro da escola); e, finalmente, o *trajetor* desse OCM é conectado ao constituinte *movedor* “m” (Cascão).

As construções e os itens lexicais representados desse jeito – isto é, usando estruturas de forma e significado que fazem referência a componentes comuns dos esquemas – são a base para um modelo de compreensão de sentenças cujo significado se origina da simulação. De acordo com Bailey (1997), as estruturas fundamentadas experientialmente e corporalmente úteis para realizar ações podem ser usadas também para compreender enunciados sobre essas ações. O processo de combinar um conjunto de construções e itens lexicais numa única sentença culmina na produção de uma simulação especificada, ou seja, a descrição da estrutura característica da cena (ou conjunto de cenas) a ser simulada ou imaginada. As especificações de simulação das sentenças em (3) são mostradas no Quadro 5. Essas incluem tanto descrições esquemáticas (que se parecem com as representações dos esquemas, mostradas no Quadro 1, mas são instanciadas adequadamente) e outras estruturas de simulação necessárias, tais como a estrutura de BASE, que localiza o evento (aqui apenas temporalmente) e a estrutura CONTROLADOR, que fornece informação fundamental sobre o controle motor.

Quadro 5: Especificações da simulação para (a) Cascão caminhou para a escola e (b) Cascão caminhou para dentro da escola (Os componentes esquemáticos não relevantes para essas simulações foram omitidos)

ESPECIFICAÇÃO DA SIMULAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO DA SIMULAÇÃO		
	Origem	ESCOLA.Distante		Origem	ESCOLA.Fora
OCM	Meta	ESCOLA	OCM	Meta	ESCOLA.Dentro
	Trajettor	CASCÃO		Trajettor	CASCÃO
FORÇA	[Energia	- origem CASCÃO]		Interior	ESCOLA.Dentro
BASE	[Tempo	Passado]	CONTÊINER	Exterior	ESCOLA.Fora
CONTROLADOR	[Esquema	CAMINHAR]		Contêiner	ESCOLA
			FORÇA	[Energia	-origem CASCÃO]
			BASE	[Tempo	Passado]
			CONTROLADOR	[Esquema	CAMINHAR]

(a)

(b)

Deve ficar claro que a especificação da simulação inclui exatamente o conteúdo esquemático dos diferentes elementos da sentença, conectados de forma apropriada. Como vimos anteriormente, as duas representações diferem acerca de que esquemas estão envolvidos – tal como o esquema CONTÊINER, no Quadro 5(b) – e nas conexões precisas de aspectos da *escola* ao esquema OCM. Como as representações de esquemas, as especificações de simulação podem ser vistas como um resumo de estruturas muito mais complexas que estão ativas quando um evento é simulado ou imaginado. A ativação dessas estruturas – isto é, a “execução” da simulação – pode também fornecer uma base mais rica para inferências necessárias para a satisfação de muitos fenômenos linguísticos.

Inferência baseada-em-simulação

Segundo Duque (2013), quando o conteúdo esquemático é combinado na simulação, emergem inferências detalhadas sobre o significado que podem não ter sido fornecidas

na especificação de simulação. Mostramos, a seguir, como vários tipos de inferências se tornam altamente simplificados através da simulação.

Duas diferenças entre as sentenças em (4) são (i) a locação final do Trajetor com relação ao Contêiner; e (ii) as partes da *escola* que correspondem ao Portal do esquema CONTÊINER acionados por *para dentro de*.

- (4a) Cascão se moveu para dentro da escola.
- (4b) A fumaça se moveu para dentro da escola.

A relação detalhada entre o Trajetor de OCM e o Interior do CONTÊINER, embora não seja necessária na seleção de análises das sentenças, é parte do conteúdo inferencial de suas simulações. Em (4a), a localização final do Cascão é um ponto do interior da escola, enquanto em (4b), a fumaça pode ter invadido o interior da escola inteiro. Tal conhecimento das propriedades físicas da fumaça *versus* meninos dá conta da estranheza de (5a) mas não de (5b):

- (5a) ? Cascão se moveu para dentro da escola preenchendo-a.
- (5b) A fumaça se moveu para dentro da escola preenchendo-a.

Da mesma forma, devido ao nosso conhecimento detalhado sobre como pessoas interagem com escolas, podemos supor que, na sentença (4a), o portal do contêiner escola que melhor se encaixa com o movimento de entrada de um ser humano é uma porta. Por outro lado, sabemos que a fumaça pode passar muito facilmente através de janelas e portas, então sabemos como imaginar portais múltiplos e/ou variados em (04b). Esse detalhe não é relevante na seleção do sentido corrente de *para dentro de*, mas é claramente necessário para inferências adicionais: enquanto (6a) soa estranho, (6b) é perfeitamente plausível:

- (6a) ?Cascão moveu-se para dentro da escola porque a janela havia sido deixada aberta.
- (6b) A fumaça moveu-se para dentro da escola porque a janela havia sido deixada aberta.

Notemos que a palavra ‘mover-se’ deve ser considerada ambígua entre um sentido de flutuação mais física e um sentido mais abstrato de atitude sem objetivo, onde a dificuldade de simular *meninos* com o primeiro e *fumaça* com o segundo ajuda na seleção do sentido apropriado. Esse tipo de desambiguação através da simulação pode ter aplicabilidade generalizada. Por exemplo, as sentenças em (7) envolvem dois sentidos de *para dentro de*: (7a) usa o sentido central usado nos exemplos prévios, enquanto (7b) parece acionar um sentido diferente de *para dentro de*, envolvendo CONTATO com um obstáculo.

- (7a) Cascão caminhou para dentro da escola.
- (7b) Cascão caminhou para dentro da parede.

Em (7a) e (7b), a construção do local como um espaço limitado é crucial para sua conexão com o papel Contêiner de esquema CONTÊINER de *para dentro de* (central). Enquanto uma *escola*, como uma locação canônica, é muito facilmente construída como tal, uma *parede* pode ser construída como local, levando-se para outra leitura (mais fácil) com um sentido alternativo.

Conclusão

Discutimos brevemente estruturas e processos que defendemos como necessárias para modelar a compreensão da linguagem. Nesse modelo, a interpretação de uma sentença depende de como o conteúdo esquemático das preposições interage com o dos substantivos, verbos e construções mais amplas. Todas essas estruturas esquemáticas devem, por sua vez, ser coordenadas com o controle motor e com outros aspectos de conhecimento do mundo para produzir uma estrutura que pode dirigir a simulação mental. Defendemos, além disso, que inferências muito detalhadas são essenciais para explicar que uma variedade de fenômenos linguísticos pode apenas ser resultante do processo de simulação. Verificamos que diferentes codificações linguísticas podem afetar a conceptualização de espaço e de movimento e que itens linguísticos diferentes estão envolvidos nesse processo acionando diferentes aspectos dos mesmos esquemas.

Além disso, focalizamos uma inferência de desambiguação a respeito de significados apenas literais, mas o modelo que nós descrevemos pode facilmente ser estendido a significados metafóricos. Em modelos baseados-em-simulação, uma simulação literal implausível pode dar origem à ativação de uma metáfora relacionada, especialmente se o domínio alvo da metáfora for ativado também por elementos contextuais. Projeções metafóricas podem licenciar uma simulação literal mais plausível no domínio fonte e permitir inferências refinadas para serem dadas interpretações metafóricas adequadas (NARAYANAN, 1997). O acréscimo de tais projeções às representações dos nossos esquemas poderiam habilitar o modelo descrito para fundamentar a simulação tanto literal quanto metafórica da linguagem.

REFERÊNCIAS

BAILEY, David. *When push comes to shove: a computational model of the role of motor control in the acquisition of action verbs*. Unpublished Ph.D. Dissertation, Computer Science Division, UC Berkeley, 1997.

BARSALOU, Lawrence. Perceptual symbol systems. *Behavioral and Brain Sciences*, Cambridge, v. 22, p. 637-660, Jul.1999.

BERGEN, Benjamin. *Louder than words: the new science of how the mind makes meaning*. New York: Basic Books, 2012.

BERGEN, Benjamin; CHANG, Nancy. Embodied construction grammar in simulation-based language understanding. In: OSTMAN, Jan-Ola; FRIED, Mirjan (Ed.), *Construction grammars: Cognitive grounding and theoretical extensions*. Amsterdam: John Benjamins, 2005. p. 147-190.

CHANG, Nancy; BERGEN, Benjamin K. *Constructions as structured dependencies and constraints in a simulation-based framework*. ICSI Technical Report, 2005.

CHILTON, Paul. Introduction. In Vyvyan Evans and Paul Chilton (Eds.) *Language, Cognition and Space: The State of the Art and New Directions* (2 vol.). London: Equinox, 2007.

DUQUE, Paulo H. A integração entre affordances e restrições gramaticais no processo de compreensão de sentenças. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 1, p. 370-385, 2013.

DUQUE, Paulo H.; COSTA, Marcos A. Identidade, integração e imaginação: investigando a literatura fantástica. In: CONGRESSO LINGUÍSTICA E COGNIÇÃO, 5., 2012, Florianópolis. *Anais...*, 2012a. v. 1. p. 109-114.

_____. *Linguística Cognitiva: em busca de uma arquitetura de linguagem compatível com modelos de armazenamento e categorização de experiências*. 1. ed. Natal: Editora da UFRN, 2012b. v. 300. 218p.

_____. Gramática de Construções e Simulação Mental: Construindo sentidos e arquitetando contextos. In: MOURA, Heronides; GABRIEL, Rosângela (Org.). *A cognição na linguagem*. Florianópolis: Insular, 2012d. p. 115-143.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

JOHNSON, Mark. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination, and reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George. *Women, fire, and dangerous things*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LANGACKER, Ronald. *Concept, image, and symbol*. New York: Mouton de Gruyter, 1991.

NARAYANAN, Srinu. *KARMA: knowledge-based active representations for metaphor and aspect*. Ph.D. Dissertation, Computer Science Division, University of California, Berkeley, 1997.

REGIER, Terry. *The human semantic potential*. Cambridge: MIT Press, 1996.

ZWAAN, Rolf. Situation models: the mental leap into imagined worlds. *Current Directions in Psychological Science*, v. 8, ed. 1, p. 15-18, fev. 1999.

Por uma identidade enunciativa do lugar de adjunto adverbial

(Looking for an enunciative identity of the adjunct adverbial site)

Priscila Brasil Gonçalves Lacerda¹

¹Faculdade de Letras – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

p7brasil@letras.ufmg.br

Abstract: In this paper, my main objective is to delimitate the identity of the adverbial adjunct site within an approach called enunciative-based syntax that looks at the language's syntactic facts through an interface between enunciation and linguistic materiality. I propose that the sentence is traversed by two enunciative axes, which I call the enunciative plan itself and the speaker incidence enunciative plan. In the configuration of the adverbial adjunct site, the latter enunciative plan seems to act prominently in relation with the thematic-referential domain of the sentence. Considering this configuration, I established a continuum, where adverbial units of enunciative prominence are placed on one side, adverbial units that look like hybrids on an intermediary zone and adverbial units of thematical-reference domain prominence are placed on the other edge.

Keywords: syntactical site, adverbial adjunct, enunciation.

Resumo: Neste artigo, temos por objetivo delimitar a identidade enunciativa do lugar de adjunto adverbial dentro de uma abordagem de uma sintaxe de bases enunciativas, a qual se fundamenta no entendimento de que os fatos sintáticos da língua constituem-se na interface entre enunciação e materialidade linguística. Propomos que a sentença é atravessada por dois eixos enunciativos, que chamamos de eixo enunciativo propriamente dito e eixo de incidência do locutor. Na configuração do lugar adjunto adverbial, parece atuar de forma proeminente o segundo eixo enunciativo em relação com o domínio temático-referencial da sentença. Considerando essa configuração, estabelecemos um contínuo, em que se colocam de um lado as formações adverbiais de proeminência enunciativa, com incidência marcada do locutor, em uma zona intermediária, as formações adverbiais que parecem híbridas e, em outro extremo, as formações adverbiais com proeminência no domínio temático-referencial da sentença.

Palavras-chave: lugar sintático; adjunto adverbial; enunciação.

A perspectiva da sintaxe de bases enunciativas

No presente artigo, fazemos uma análise da configuração do adjunto adverbial, entendendo-o como um lugar sintático que pode estar ou não ocupado na constituição efetiva das sentenças. Focalizamos, especificamente, a configuração do adjunto adverbial como lugar privilegiado de inserção do locutor no seu próprio dizer. Avaliamos que esse privilégio se revela tanto pela mobilidade das formações adverbiais na ordenação dos elementos da sentença, quanto pela conformação apreciativa do dito ou do dizer que podemos encontrar na constituição das formações adverbiais. Para realizar este estudo contamos com o suporte teórico de uma sintaxe de bases enunciativas, cujas premissas se esboçam nas seguintes concepções:

- (a) o emprego da língua é “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira”, sendo esse emprego – a enunciação – fenômeno tão necessário que parece se confundir com a própria língua (BENVENISTE, 2006, p. 82);
- (b) os fatos sintáticos se fundam na relação entre a materialidade articulada da língua e o acontecimento enunciativo (DIAS, 2009);
- (c) o acontecimento enunciativo é o colocar a língua em funcionamento, que se configura pela relação da memória de dizeres com o presente da enunciação e as regularidades da língua (GUIMARÃES, 2005);
- (d) as expressões linguísticas funcionam, “de um lado, por uma relação do locutor com aquilo que ele fala; e, de outro, por uma relação entre os elementos linguísticos.” (GUIMARÃES, 2009, p. 50);
- (e) os lugares sintáticos são lugares de constituição ou de configuração de referência;
- (f) a referência, ao estabelecer uma relação entre a linguagem e uma entidade do mundo, configura-se por um efeito de sentidos atribuídos pela relação de um enunciado com outros enunciados.

As reflexões que desenvolvemos neste trabalho concentram-se, sobretudo, na premissa explicitada no item (d) dessa enumeração, pois perseguimos o objetivo de compreender como a perspectiva do locutor se investe na configuração do lugar sintático de adjunto adverbial. Entretanto, não perdemos de vista, obviamente, as demais premissas fundantes da sintaxe de bases enunciativas.

O eixo enunciativo da incidência do locutor

Compreendemos duas perspectivas de olhar a enunciação, as quais não seriam excludentes, tampouco incompatíveis. Trata-se de dois eixos distintos consubstanciados no acontecimento de colocar a língua em funcionamento e, para efeito da interface entre enunciação e materialidade linguística, esses eixos atuariam simultaneamente na constituição da sentença.

O eixo enunciativo 1, que chamamos de eixo enunciativo propriamente dito, concerne à instalação do próprio dizer, o que se efetiva na medida em que a língua é posta em funcionamento, ou na medida em que se dá o evento do aparecimento de um enunciado. Nesse processo, coordenadas de enunciação se investem sobre a materialidade da língua, o que se mostra com clareza pela retirada do verbo de seu estado infinitivo e consequente constituição da sentença como contraparte material do enunciado.

O eixo enunciativo 2, que chamaremos de eixo da incidência, reporta-se precisamente à instalação do locutor naquilo que diz. Tal eixo enunciativo instala-se em diferentes níveis de análise da língua (FLORES, 2010). Ao desenvolver o conceito de cena enunciativa, Guimarães (2002) faz um mapeamento das instâncias envolvidas na conformação desse eixo. Para esse autor, “a relação entre a língua e o falante” se dá em espaços de enunciação, “que são espaços de funcionamento de língua”, decisivos “para se tomar a enunciação como prática política”. Portanto, nesses “espaços de enunciação, os falantes

são tomados por agenciamentos enunciativos, configurados politicamente” (GUIMARÃES, 2002, p. 18-22). As cenas enunciativas, por sua vez, “são especificações locais nos espaços de enunciação”. Nelas há uma “distribuição de lugares de enunciação”, que “são configurações específicas do agenciamento enunciativo para ‘aquele que fala’ e ‘aquele para quem se fala’” (GUIMARÃES, 2002, p. 23).

A representação do eixo da incidência está justamente na cena enunciativa, que se constitui pelas facetas do lugar de Locutor (L), do lugar social do locutor (locutor-x) e do lugar de dizer, sendo esse último chamado de enunciador. Façamos, a partir do contraste entre as sentenças a seguir e a título de ilustração, uma leitura de como essa distribuição de lugares, que se dá na enunciação, perpassa a materialidade da língua e dá visibilidade ao eixo enunciativo 2, que nos interessa especialmente neste trabalho.

(01) Absurdo: Ronaldo diz “Não se faz Copa do Mundo com hospital”!¹

(02) Brasil Voluntário [programa do governo] seleciona 50 mil para Copa.²

As sentenças (01) e (02) se articulam de modo a constituir unidade de referência. Ao analisarmos os efeitos produzidos pela interdeterminação das formações na constituição referencial da sentença completa, chegamos a uma interpretação acerca do agenciamento enunciativo. Em ambas as sentenças, temos um Locutor (L), “afetado pelos lugares sociais autorizados a falar” (GUIMARÃES, 2002, p. 24), mas que se representa como origem do dizer. Em (01), porém, se atribui ainda uma citação a Ronaldo. A formação ‘Absurdo’, que está acoplada à sentença (01), dá visibilidade a um locutor-cidadão, denunciante, que se posiciona no lugar da massa reacionária. Não apenas a formação que intitula a sentença (01) representa esse locutor-cidadão, mas a própria atribuição do dizer avaliado como absurdo a outrem corrobora para construir a representação desse lugar social de dizer.

Na sentença (02), em contrapartida, podemos resgatar a figura de um locutor-jornalista, que se coloca como portador de uma informação de interesse público, representando-se como inseto de qualquer envolvimento em causa. Quanto ao lugar de dizer, temos que (02) representa um enunciador-individual, que se investe na sentença como sendo aquela a sua opinião, o que está manifesto na formação ‘Absurdo’. Por outro lado, (02) representa um enunciador-universal, “submetido ao regime do verdadeiro e do falso” (GUIMARÃES, 2002, p. 26), que se coloca como transmissor de uma informação por meio de um veículo que guarda compromisso com a verdade.

A incidência do locutor e a questão da mobilidade na ordem da sentença

O posicionamento de um elemento dentro da sentença, qualquer que seja o lugar sintático ocupado por ele, pode receber, a princípio, duas justificativas. Primordialmente, a posição de um elemento justifica-se por favorecer a integração semântica entre as unidades que compõem a sentença, uma vez que a adjacência direciona o escopo de um elemento sobre outro. Observemos como isso funciona no par de sentenças a seguir.

1 Disponível em: <<http://goo.gl/h6KgZ>>. Acesso em: 21 jun. 2013. Título de um vídeo postado em um sítio da internet.

2 Disponível em: <<http://goo.gl/ydpkU>>. Acesso em: 21 jun. 2013. Título de uma notícia veiculada pela revista *Brasileiros*.

- (03) a- Piqué cobra [pênalti] e Shakira fica tensa **de longe**.³
 b- Piqué cobra [pênalti] **de longe** e Shakira fica tensa.

Em (03), mostramos a formação adverbial ‘de longe’ em duas posições distintas. No primeiro caso, (03a), ‘de longe’ está imediatamente após o predicado ‘fica tensa’, sendo assim o escopo da formação nominal incide sobre esse predicado. Diferentemente, em (03b), avizinhamos a mesma formação adverbial ao predicado ‘cobra [pênalti]’, determinando o seu escopo sobre esse predicado. Adiciona-se à função integrativa o reposicionamento dos elementos na sentença a serviço da marcação de foco. Vejamos:

- (03) c- **De longe**, Piqué cobra [pênalti] e Shakira fica tensa
 d- Piqué cobra [pênalti] e, **de longe**, Shakira fica tensa.

No caso de (03c) e (03d), a formação adverbial ‘de longe’ é colocada na posição inicial, respectivamente, da primeira e da segunda unidade oracional que compõe a sentença. Ao posicionar essa formação adverbial no início de cada oração, continuamos a seguir o preceito básico da integração semântica, que governa a ordem dos elementos na sentença, tanto que, em ambos os casos, a formação adverbial tem escopo sobre a unidade oracional que inicia e não sobre a outra. Entretanto, na medida em que ‘de longe’ se revela como elemento deslocado, estabelecendo um contraste com a regularidade sintática que colocaria o elemento ocupante do lugar de sujeito em posição inicial, e não o elemento ocupante do lugar de adjunto adverbial, podemos observar que a função de demarcar qual é o foco da sentença agrega-se de fato à função integrativa do posicionamento da formação adverbial.

Até então mostramos a migração de elementos ocupantes do lugar de adjunto adverbial para a posição inicial da sentença ou da unidade oracional. Em tese, o potencial de deslocar-se para a posição de tópico não configura um privilégio desse lugar sintático, já que o lugar de sujeito tem essa posição como não marcada e o lugar de objeto igualmente pode migrar para essa posição, sendo marcado como foco da sentença. Em termos de mobilidade dentro da sentença, o que nos parece ser o distintivo do lugar de adjunto adverbial, justificando o atributo de lugar privilegiado para a aderência ao que chamamos de eixo enunciativo 2, é o fato de esse lugar poder se alocar em posições intermediárias, arranjo que parece pouco produtivo ou, comparativamente, menos produtivo para os lugares de sujeito e de objeto. Vejamos o que os exemplos a seguir nos mostram.

- (03) e- Piqué, **de longe**, cobra [pênalti] e Shakira fica tensa
 f- Piqué cobra [pênalti] e Shakira, **de longe**, fica tensa.
 g- (?) [Pênalti] cobra **Piqué** e tensa fica **Shakira** de longe./(?) Cobra Piqué e tensa fica Shakira de longe.
 h- (??) Cobra **Piqué** [pênalti] e fica **Shakira** tensa de longe./((?) Cobra Piqué e fica **Shakira** tensa de longe

3 Essa sentença figurou como chamada de uma notícia veiculada em um sítio de atualidades na internet. Tal chamada refere-se à cobrança de um pênalti feita pelo zagueiro da seleção espanhola na disputa por pênaltis entre Espanha e Itália pela semifinal da Copa das Confederações no Brasil, e refere-se também à reação esboçada, no momento da cobrança, pela cantora e companheira do jogador, Shakira, que estava presente no estádio assistindo à partida.

Efetuamos em (03e) a (03h) deslocamentos distintos para posições intermediárias dentro da sentença. Ora submetemos ao teste o elemento ocupante do lugar de adjunto adverbial, ‘de longe’, ora os elementos ocupantes do lugar de sujeito, ‘Piqué’ e ‘Shakira’, e ora o que seria o elemento ocupante do lugar de objeto, ‘pênalti’, ou do tradicional predicativo do sujeito, ‘tensa’. Observamos que o deslocamento da formação adverbial para uma posição intermediária, i.e., para uma posição entre o sujeito e a forma verbal ou entre a forma verbal e o objeto ou o predicativo do sujeito, não produz qualquer efeito de estranhamento nas sentenças (03e) e (03f). Contudo, ao fazermos uma inversão completa, como em (03g), colocando o sujeito em posição imediatamente pós-verbal e o objeto ou predicativo do sujeito em posição imediatamente pré-verbal, a interpretação da sentença contrai um efeito de estranhamento. Supomos que o grau do efeito de estranhamento tende a aumentar, como vemos em (03h), se o elemento ocupante do lugar de sujeito rompe a adjacência entre a forma verbal e o elemento ocupante do lugar de objeto ou de predicativo do sujeito. Essa suposta elevação no grau de estranhamento da sentença explica-se pelo fato de o rompimento dessa adjacência comprometer a integração semântica entre forma verbal e objeto, e torna-se ainda mais perceptível se fazemos a leitura da sentença considerando um silêncio constituinte de referência no lugar de objeto da forma verbal ‘comprar’.

A mobilidade do elemento ocupante do lugar de adjunto adverbial, favorável à incidência do locutor no dizer, parece dever-se ao distintivo formal, à preposição, que se apresenta na constituição da formação adverbial. Acoplado a esse distintivo formal que se investe na constituição de uma formação morfossintática encabeçada por preposição, apresenta-se o distintivo semântico, qual seja, a constituição do que poderíamos chamar de referência em perspectiva. Para esclarecermos essa noção de referência em perspectiva, consideremos os trechos a seguir.

- (04) L1 – olha... **na feira**... nós não achamos muita graça não...
 L2 – ah... falando em feira... é porque::::... a mamãe amanhã vai **na:: Casa Cor**...
 L1 – não... **Casa Cor** não...
 L2 – **Casa Cor** não... **Grupo Corpo**...
 L1 – ah... **Grupo Corpo**... vai ter... uma apresentação...⁴
- (05) **A CASA COR** é o maior evento de arquitetura e decoração das Américas e o segundo do mundo.⁵

O distintivo das formações encabeçadas por preposição parece bem exemplificado pelo contraste entre as formações destacadas em (04) e (05). Na sentença ‘a mamãe amanhã vai na Casa Cor’, a formação adverbial ‘na Casa Cor’ produz um recorte de referência, traz uma exterioridade significada sob a perspectiva de um locativo. A formação nominal ‘a Casa Cor’, na sentença em questão, apresenta uma espécie de traço funcional – a preposição – que a envolve na empreitada não de referir à entidade nomeada como *Casa Cor*, que emergiria como entidade significada por um histórico de enunciações que perpassam a formação nominal ‘Casa Cor’, mas de investir esse histórico de enunciações na instalação de um cenário sobre o qual está abancada a referência constituída pela sentença como todo. Esse seria, portanto, o processo de constituição de uma referência em perspectiva.

4 Trecho de transcrição de dados de conversação espontânea extraída do *corpus* analisado no seguinte trabalho: DA MATTA, Beatriz Augusto. *Ressonâncias léxico-estruturais no discurso conversacional em português*. 2005. 302 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. (Disponível em: <<http://goo.gl/GZ4vM>>. Acesso em: 29 nov. 2012.)

5 Disponível em: <<http://www.casacor.com.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

Tal referência em perspectiva se mantém nas ocorrências de “Casa Cor” e ‘Grupo Corpo’ ao longo do excerto de diálogo reportado em (04), ainda que se verifique o apagamento da preposição nas três últimas falas. Ou seja, dentro da conversa travada entre L1 (locutor 1) e L2 (locutor 2), tais formações adverbiais são, na verdade, subsidiárias da referência constituída pelas sentenças em que estão inseridas, implantam o cenário que dá sustentação a essa referência.

Em (05), de outro modo, temos a formação nominal ‘A CASA COR’, que produz um efeito de apontamento para uma exterioridade que ganha pertinência como realidade significada pelo histórico de dizeres que recortam a nomeação *Casa Cor*, cerceando um campo de emergência de sentidos associados à arquitetura e à decoração. A diferença entre (04) e (05) está precisamente no fato de que, no exemplo (05), ‘a Casa Cor’, desprovida de marca funcional, produz referência a uma entidade significada pelo dizer e apreendida por um efeito de apontamento, ao passo que, em (04), temos uma formação adverbial que consolida a implementação de uma referência de sustentação, que consolida *Casa Cor* como pano de fundo, espaço em que se encontra o suporte para a referência constituída na articulação da sentença.

Como podemos observar, as formações adverbiais têm a sua identidade marcada por um distintivo formal e semântico. Esse distintivo marca um distanciamento entre formações adverbiais e formações nominais, tornando as formações adverbiais propícias a estabelecer integração semântica em diferentes espaços da ordenação sintática. Essa disposição revelar-se-ia, no nível da organização dos elementos na sintaxe da língua, como recurso de interação do locutor com o dizer. Vejamos mais uma sequência em que a permuta dos elementos constituintes indica a relevância do distintivo das formações adverbiais.

- (06) a- José_{OBJ} Laura_{SUJ} conheceu nas férias_{ADJ}.
b- Laura_{SUJ}, nas férias_{ADJ}, conheceu José_{OBJ}.
c- Laura_{SUJ} conheceu, nas férias_{ADJ}, José_{OBJ}.
d- (??) Conheceu Laura_{SUJ} José_{OBJ} nas férias_{ADJ}.
e- (??) Laura_{SUJ} José_{OBJ} conheceu nas férias_{ADJ}.

Podemos afirmar que as sentenças em (06) conformam a mesma sintaxe, uma vez que elas são constituídas pela articulação dos mesmos lugares sintáticos, a saber, de sujeito (_{SUJ}), de objeto (_{OBJ}) e de adjunto adverbial (_{ADJ}), sendo ocupados pelas mesmas Formação nominal e Formação adverbial, além de serem constituídas pela mesma forma verbal. O que as distingue é tão somente a disposição dos lugares sintáticos na ordenação da sentença.

O elemento ocupante do lugar de sujeito, a formação nominal ‘Laura’, posiciona-se antes da forma verbal em todas as sentenças que não produzem um efeito de estranhamento. Em (06a) e (06c), a formação nominal sujeito está imediatamente antes, estabelecendo uma relação de contiguidade favorável à integração semântica entre sujeito e forma verbal. Em (06b), está alocado em posição intermediária, entre sujeito e forma verbal, a formação adverbial ‘nas férias’. Essas três sentenças corroboram a regra de identificação do sujeito apresentada por Perini (2010, p. 69), segundo a qual, “se houver mais de um SN [na constituição da sentença], então o sujeito é o SN que precede imediatamente o verbo”.⁶

6 Para os efeitos da presente explicação, SN equivale a formação nominal.

Em contrapartida, o deslocamento da formação nominal sujeito para uma posição pós-verbal produz uma sentença pouco aceitável no PB,⁷ como vemos em (06d) e (06e). Já a formação nominal objeto, ‘o José’, pode figurar em posição pré-verbal, sendo topicalizado como em (06d), e constitui uma sentença aceitável ao permanecer em posição pós-verbal sendo interceptado por um adjunto adverbial, como em (06c). Isso nos mostra que a mobilidade da formação adverbial ‘nas férias’ não interfere na aceitabilidade da sentença, indicando que a relação entre lugar sintático e posição na ordenação da sentença, a relação *site-place*, retomando a terminologia de Milner (1989), é frágil se comparada a essa mesma relação aplicada aos lugares de sujeito e de objeto. Estes últimos lugares têm um bom trânsito entre a sua posição de recorrência e a posição de tópico, mecanismo que revela o potencial de incidência do locutor na demarcação de foco da sentença. Quanto ao lugar de adjunto adverbial, entretanto, apesar de aparecer de forma não marcada na posição final, a identidade contraída com essa posição não se impõe de forma a interferir no grau de aceitabilidade da sentença. Essa fragilidade da agregação entre lugar sintático e posição na ordenação da sentença confere ao lugar de adjunto adverbial um potencial multifacetado, favorecendo a inserção da perspectiva do locutor no dizer.

As sentenças do par (06d) e (06e) seriam categorizadas como pouco aceitáveis pelo PB porque colocamos, respectivamente, entre a forma verbal e o objeto ou entre a forma verbal e o sujeito, elementos ocupantes de outro lugar sintático igualmente arraigado a sua posição na ordem da sentença. Assim, a formação nominal ocupante do lugar de sujeito serve de barreira para a integração entre o elemento ocupante do lugar de objeto e a forma verbal na sentença (06d), enquanto na sentença (06e) ocorre exatamente o inverso. Essa interferência mútua se coloca como obstáculo porque a formação nominal sujeito e a formação nominal objeto não possuem um distintivo semântico, tampouco um distintivo formal, que as identifique com o lugar que ocupam. Os elementos ocupantes do lugar de sujeito e dos lugares de objeto ou predicativo do objeto (03g) “(?) [Pênalti]_(OBJ) cobra Piqué_{SUJ} e tensa_{PRED} fica Shakira_{SUJ} de longe_{ADJ}”, por sua vez, apresentam essa distinção semântica, resultando na determinação de que formação nominal ‘Piqué’ seja mais adequada ao lugar de sujeito associado ao verbo ‘cobrar’ que a formação nominal ‘pênalti’, assim como a formação nominal ‘Shakira’ é mais adequada ao lugar de sujeito articulado ao verbo ‘ficar’ do que à expressão adjetiva ‘tensa’. Se essa distinção não é suficiente para evitar o efeito de estranhamento provocado pela permuta dessas formações nominais no espaço da sentença, ela impede que as sentenças resvalem para o campo da não aceitabilidade.

Essa comparação que coloca (06g) de um lado e (06d) e (06e) de outro explicita a relevância do distintivo semântico e formal para que possamos interpretar os elementos deslocados. Encontramos nesses distintivos um traço favorável à mobilidade desse lugar sintático, e diríamos que esse lugar está relativamente aberto à mobilidade instada pela perspectiva que o locutor investe sobre o dizer. O fato de certos espaços se firmarem como regularidade, por motivo de integração semântica, configura-se como um ponto de contraste para que o locutor invista na sua relação com o próprio dizer, colocando o foco sobre o elemento deslocado da posição padronizada pelas regularidades de uso da língua.

⁷ Entendemos como pouco aceitável uma sentença que se distancia grandemente do que está conformado nas regularidades da língua e que, por isso, é percebida com estranhamento por um falante nativo.

Tendo empreendido uma reflexão sobre a mobilidade da formação adverbial na ordenação da sentença, admitimos que esse seja um recurso corrente de demarcação de foco da sentença. Por isso, admitimos também que tal recurso mostra que o eixo enunciativo de incidência do locutor atravessa a organização sintática da sentença. Contudo, em uma escala de proeminência do eixo enunciativo 2, as sentenças com formação adverbial deslocada ainda representariam um nível baixo de proeminência, pois elas conferem visibilidade à incidência do locutor apenas indiretamente.

A proeminência do eixo enunciativo 2 no lugar de adjunto adverbial

Voltemos ao exemplo (01), “Absurdo: Ronaldo diz ‘Não se faz Copa do Mundo com hospital’”. A essa sentença, está acoplada a expressão avaliativa ‘Absurdo’, que categoriza o teor da informação apresentada após o sinal de dois pontos. A relação que se estabelece entre essa expressão e a sentença caracteriza uma articulação por incidência, na medida em que se constitui “uma relação entre um elemento e outro sem uma relação de dependência estabelecida” (GUIMARÃES, 2009, p. 51). A referida expressão avaliativa, na medida em que conduz uma intervenção mostrada do locutor, representaria um alto nível na escala de proeminência do eixo enunciativo 2.

Podemos observar a produtividade desse mecanismo de instalação da perspectiva do locutor no lugar de adjunto adverbial também nas sentenças (07) e (08) a seguir, que servem de abonação para os verbetes ‘em desespero de causa’ e ‘em cima da bucha’ do *Dicionário inFormal*.⁸ Em tais sentenças, as formações adverbiais destacadas também consubstanciam uma perspectiva mostrada do locutor, estabelecendo, portanto, uma articulação por incidência. Vejamos:

(07) Fulano, **em desespero de causa**⁹, mudou-se daquela casa.

(08) O velho amigo me respondeu indiretamente, mas **em cima da bucha**.¹⁰

As formações adverbiais ‘em desespero de causa’ e ‘em cima da bucha’, revelam uma avaliação do locutor sobre as condições em que se deu a mudança referenciada em (07), e sobre o modo como se deu a resposta referenciada em (08). Vale lembrar que, muito embora o locutor seja de fato o reflexo da figura de um falante, ao inserir a sua perspectiva no dizer, não o faz como uma figura empírica. Antes, por estar inexoravelmente submetido a “uma deontologia específica dos lugares de enunciação” (GUIMARÃES, 2002, p. 23), o falante só entra na língua como “uma figura política constituída pelos espaços de enunciação” (GUIMARÃES, 2002, p. 18). Ainda que se representem como enunciadores individuais, que se representem como enunciadores que falam de um lugar independente da história, as incursões materializadas pelas formações adverbiais destacadas em (07) e (08) e pela expressão ‘Absurdo’, em (01), conferem visibilidade à concepção apontada pela semântica da enunciação de que falar é fazer-se sujeito em um determinado campo da memória de sentidos (ORLANDI, 1999 apud GUIMARÃES, 2002).

8 Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/>>. Acesso em: jun 2013.

9 “Expressão popular que significa: como última tentativa; como última esperança”. Disponível em: <<http://goo.gl/igOrW>>. Acesso em: 29 out. 2012.

10 “Expressão popular que significa: resposta precisa, certa, rápida e que não deixa margem para a dúvida”. Disponível em: <<http://goo.gl/lqZ4j>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

Assim, o locutor que fala em (01) denuncia a sua posição sujeito no campo da memória de sentidos sobre a Copa do Mundo de 2014, precisamente na região dessa memória identificada pela resistência, pela crítica à postura do governo brasileiro, que destinou elevado montante de recursos ao financiamento de obras de infraestrutura para sediar a competição. Do mesmo modo, as formações adverbiais ‘em desespero de causa’ e ‘em cima da bucha’, acusam um locutor que, ao posicionar-se a respeito do que diz, coloca-se como sujeito filiado a uma memória de sentidos, como sujeito que ganha identidade precisamente ao falar de uma região dessa memória de sentidos. Vejamos adiante mais dois exemplos.

(09) A questão que se coloca agora é responder, **sinceramente**, como você aproveitou o período.¹¹

(10) Serão confrontos que nos darão, **sinceramente**, a chance maior de observação, do que se tivesse só um grande adversário.¹²

As formações adverbiais destacadas em (09) e (10) nos permitem vislumbrar dois diferentes modos de incidência do locutor no dizer. Na primeira sentença, a formação ‘sinceramente’ tem escopo sobre a forma verbal ‘responder’, assim como as formações adverbiais em destaque nas sentenças apresentadas anteriormente, em (07) e (08). Nesses casos, portanto, a incidência do locutor se dá sobre o dito, com o propósito de modelar a referência, o cenário que se constitui na sentença. De outro modo, em (10) a incidência do locutor tem escopo sobre o próprio dizer, extrapolando os limites da produção de perspectiva sobre a referência, o locutor demarca o seu lugar de enunciador individual. Na formação adverbial ‘sinceramente’, em (10), o locutor não apenas incide sobre o dizer representando-se como origem desse dizer, mas se representa como aquele que detém o controle sobre esse dizer. Enfim, podemos afirmar que, se em (09) a incidência do locutor marcada pela formação adverbial ‘sinceramente’ tem escopo sobre referência constituída pela sentença, em (10) a mesma formação adverbial tem escopo reflexivo sobre o eixo enunciativo 2, marcando a incidência do locutor sobre o que diz. Nesse caso, a um só tempo a formação adverbial torna flagrante a representação do locutor que se coloca no lugar de enunciador individual e incide sobre essa representação.

Assim, propomos uma gradação da proeminência do eixo enunciativo 2 sobre as formações adverbiais, alocando a ocorrência de ‘sinceramente’ em (10) em um nível mais alto de proeminência desse eixo do que a ocorrência dessa formação em (09). A inserção das ocorrências na escala ocorre segundo o caráter difuso ou concentrado da proeminência da formação adverbial, o que podemos diagnosticar a partir do tipo de articulação que ela estabelece na sentença, do escopo da incidência que ela projeta.

A formação adverbial ‘sinceramente’, em (10), teria proeminência concentrada no eixo enunciativo 2, condição que a coloca como mais agregada a esse eixo do que a formação adverbial ‘sinceramente’ em (09). Esta última apresenta proeminência difusa, agregando-se tanto ao eixo enunciativo 2, por marcar a incidência do locutor sobre o dizer, quanto ao domínio temático-referencial da sentença, pelo fato de o escopo da avaliação incidir sobre a referência constituída no âmbito da forma verbal ‘responder’. Aproxima-se do perfil apresentado pela formação adverbial ‘sinceramente’ em (09), a formação

11 Disponível em: <<http://goo.gl/GqBTR>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

12 O técnico da seleção brasileira fala dos adversários de grupo do Brasil na Copa das Confederações de 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/LyKkE>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

‘em cima da bucha’ em (08), pois esta última também apresenta proeminência difusa, distribuída entre o eixo enunciativo 2 e o domínio temático-referencial da sentença. Ambas apresentam o modo como os processos referidos pelas formas verbais das respectivas sentenças se desenrolam.

Outro exemplo de formação adverbial que apresenta indícios de proeminência difusa é ‘em desespero de causa’, da sentença (07). A proeminência dessa formação adverbial dividir-se-ia também entre o eixo enunciativo 2 e o domínio temático-referencial da sentença, instalando-se com mais força, entretanto, no eixo enunciativo 2, já que o ponto de vista do locutor parece bastante marcado nessa expressão. Com menos força a proeminência se efetiva no domínio temático-referencial, uma vez que a formação adverbial em questão apresenta uma espécie de explicação para a ação descrita na sentença, explicação essa fortemente regulada por um ponto de vista do locutor. Vejamos ainda dois exemplos, em um dos quais podemos notar que a proporção de força da proeminência no eixo enunciativo 2 e no domínio temático-referencial estaria invertida se comparada a leitura que fizemos da formação adverbial em ‘em desespero de causa’.

(11) Maria [...], precursora nas decisões judiciais em favor de casais homossexuais, foi entrevistada, falando **lindamente** sobre o tema.¹³

(12) Era uma vez, num reino **muito, muito** distante, uma princesa chamada Olga.¹⁴

As formações adverbiais destacadas em (11) e (12) conformam, ambas, proeminência difusa entre o eixo enunciativo 2 e o domínio temático-referencial da sentença, diferenciando-se quanto ao grau dessa proeminência. A formação adverbial ‘lindamente’, apesar de ter escopo sobre a referência da forma verbal ‘falando’, direcionando o modo como se dá o processo referido por essa forma verbal, é investida de elevado teor de subjetividade. A proeminência do eixo enunciativo 2 investida em ‘lindamente’ revela com clareza, inclusive, o ponto de vista do locutor, que fala do lugar de sujeito defensor da causa e dos direitos dos casais homoafetivos, ou seja, que fala de uma região específica da memória de sentidos. Assim, diríamos que a formação adverbial em análise agrega-se com força equivalente, i.e., apresenta proeminência equilibrada entre o eixo enunciativo 2 e o domínio temático-referencial da sentença. A formação adverbial ‘muito, muito’, em contrapartida, tem escopo sobre a expressão adjetiva ‘distante’ e também se compromete proeminentemente tanto com o eixo enunciativo em questão quanto com o domínio temático-referencial da sentença. Diríamos, contudo, que essa formação adverbial se agrega com mais força ao domínio temático-referencial, visto que ‘muito, muito’ não se apresenta claramente associada a juízo de valor, e com menos força ao eixo enunciativo 2, pois a escala de intensidade entre muito e pouco determina uma apreciação subjetiva da realidade significada.

Apresentamos a seguir um contínuo em que se distribuem as sentenças analisadas nesta seção considerando, a maior ou menor força de proeminência do eixo enunciativo 2 sobre a configuração da formação adverbial.

13 Disponível em: <<http://goo.gl/tfIeR>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

14 Disponível em: <<http://goo.gl/zJLgk>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

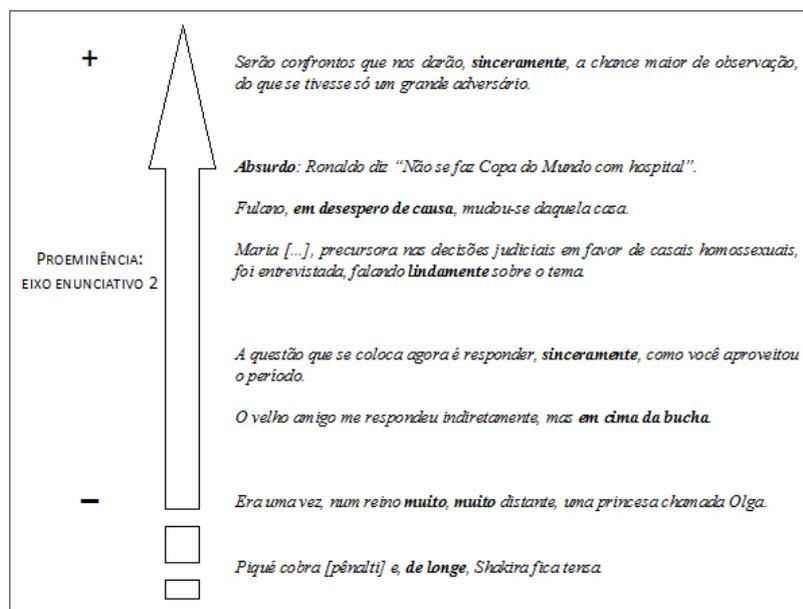


Figura 1: Contínuo +/- proeminência do eixo enunciativo 2

Como afirmamos, o escalonamento das formações adverbiais em um contínuo de maior e menor proeminência do eixo enunciativo 2, utiliza como critério a avaliação do caráter difuso ou concentrado da proeminência. Nesse ponto estabelecemos um diálogo com a caracterização dos constituintes adverbiais opcionais, chamados de satélites, apresentada por Dik *et al.* (1990). Dentro do quadro teórico de uma gramática funcionalista, esses autores partem da concepção de que a sentença é “uma unidade hierarquicamente estruturada constituída por algumas camadas de complexidade crescente”, e os satélites são considerados “como acréscimos opcionais a uma camada específica da estrutura hierárquica da sentença”¹⁵ (DIK *et al.*, 1990, p. 25, tradução nossa). De acordo com a camada sobre a qual os satélites têm escopo, eles são classificados em quatro tipos: (i) satélites do predicado (*predicate satellites*); (ii) satélites da predicação (*predication satellites*); (iii) satélites proposicionais (*proposition satellites*); e (iv) satélites ilocucionários (*illocutionary satellites*) (HENGEVELD, 1989 apud DIK *et al.*, 1990).¹⁶ Os elementos adverbiais em destaque nas sentenças a seguir trazem um ilustrativo de cada um desses tipos de satélite.

- (13) a- Maria dançou **lindamente**. / Ela beijou sua mãe **na bochecha**.
 b- Maria dançou lindamente **ontem**. / Ela beijou sua mãe **na plataforma**.
 c- Maria **provavelmente** dançou lindamente ontem.
 d- **Francamente**, provavelmente Maria dançou lindamente ontem.¹⁷

Os elementos adverbiais em (13a), ‘lindamente’ e ‘na bochecha’, constituiriam satélites do predicado porque têm escopo apenas sobre a forma verbal com a qual se articulam. Já em (113b), teríamos satélites cujo escopo se estende a todo o predicado, por isso ‘ontem’ e ‘na plataforma’ seriam classificados como satélites da predicação. O elemento adverbial

15 No original: “[the clause] as a hierarchically structured unit consisting of several layers of increasing complexity [...] [satellites] will be considered as optional additions to a specific layer in the hierarchical structure of the clause”.

16 HENGEVELD, K. Layers and operators in functional grammar. *Journal of Linguistics*, n.25, p. 127-157, 1989.

17 Essas sentenças foram apresentadas em Dik *et al.* (1990) para exemplificar a sua explanação.

‘provavelmente’, em (13c), exemplificaria um satélite que tem escopo sobre a proposição, já que materializa uma atitude do falante sobre o conteúdo do que diz. Diferentemente, a expressão ‘francamente’, em (13d) representaria um satélite ilocucionário, que modifica o ato de fala.

O diálogo que estabelecemos com a estratificação descrita por Dik et al (1990) se dá justamente pela coincidência dos chamados satélites ilocucionários com as formações adverbiais alocadas no extremo mais elevado do contínuo de proeminência do eixo enunciativo 2. Essa coincidência deve-se ao fato de fazermos uso do critério da proeminência concentrada e da proeminência difusa. As formações adverbiais cujo escopo se dá unicamente sobre o próprio dizer, i.e., que apresentam proeminência concentrada no eixo enunciativo 2, tornam mais evidente a incidência do locutor e, por isso, são alocadas no extremo indicativo de maior proeminência.

As demais formações adverbiais que são alocadas na escala de proeminência do eixo enunciativo 2 abaixo do nível extremo, de maior proeminência, apresentam proeminência difusa, já que se dividem entre o eixo enunciativo 2 e o domínio temático-referencial da sentença. Essas formações adverbiais não apresentam correspondência direta entre as outras três camadas descritas pela gramática funcional. Entretanto, na medida em que as camadas referentes ao predicado, à predicação e à proposição carregam um compromisso com o domínio temático-referencial que fundamentalmente constitui a sentença, as formações adverbiais que teriam escopo sobre essas camadas estariam distribuídas em uma zona inferior àquela das formações adverbiais de proeminência concentrada. Para essas formações adverbiais, que não apresentam proeminência concentrada no eixo enunciativo 2, utilizamos o critério da força de proeminência, a fim de determinar sua distribuição no contínuo.

Para finalizarmos esta seção, representamos, no quadro a seguir, a força de proeminência por meio de uma sequência de asteriscos (* * * * *) e designamos “processo” a referência constituída pelo predicado.

Quadro 1: Representação da força de proeminência da formação adverbial no eixo enunciativo 2

Formação adverbial	Proeminência concentrada: eixo enunciativo 2	
<i>Sinceramente</i>	* * * * *	
Formação adverbial	Proeminência difusa	
	Eixo enunciativo 2	Domínio temático-referencial da sentença
<i>Absurdo</i>	* * * * * (avaliação da referência constituída na sentença como um todo)	*
<i>em desespero de causa</i>	* * * (interpretação da causa do processo)	* *
<i>Lindamente</i>	* * * (apreciação do modo do processo)	* *
<i>Sinceramente</i>	* * (avaliação do modo do processo)	* * *
<i>em cima da bucha</i>	* * (avaliação do modo do processo)	* * *
<i>muito, muito</i>	* (julgamento de intensidade)	* * * * *

Considerações finais

Neste trabalho, verificamos que, além de estar marcada na distribuição das formações adverbiais na ordenação sintática da sentença, a incidência do locutor se mostra de maneira privilegiada na própria construção da formação adverbial, caracterizando maior ou menor a proeminência do eixo enunciativo 2 no escopo do lugar de adjunto adverbial. Nesse sentido, mostramos que a configuração do lugar de adjunto adverbial coloca em escala a maior ou menor força do investimento do locutor no dizer, na medida em que esse lugar desdobra-se entre a proeminência exclusiva no eixo enunciativo 2 e a distribuição difusa entre esse eixo e o âmbito da constituição temático-referencial da sentença.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90.

DIAS, Luiz Francisco. Enunciação e regularidade sintática. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 1, n. 51, p. 7-30, 2009.

DIK, Simon et al. The hierarchical structure of the clause and the typology of adverbial satellites. In: NUYTS, J.; BOLKESTEIN, A. M.; VET, C. (Ed.). *Layers and levels of representation in language theory: a functional view*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990.

FLORES, Waldir do Nascimento. A enunciação e os níveis de análise linguística. In: *Anais do SITED*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010, p. 396-402.

GUIMARÃES, Eduardo. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 1, n. 51, p. 49-68, 2009.

_____. Semântica e pragmática. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (Org.) *Introdução às ciências da linguagem: a palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2005. p. 113-146.

MILNER, Jean-Claude. *Introduction à une science du langage*. Paris: Éditions du Seuil, 1989. p. 357-408.

PERINI, Mário A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

A criatividade na construção da temporalidade

(Creativity in temporality construction)

Stéfano Grizzo Onofre¹, Marília Blundi Onofre²

^{1,2} Programa de Pós-Graduação em Linguística – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

tefo42@hotmail.com; blundi@uol.com.br

Abstract: In this paper, we intend to discuss that the mechanism of temporal enunciative shifting points out to an argumentation exercise. To support our discussion, we analyzed a student's textual production that contains an occurrence of temporal enunciative shift. These shifts, activated by countless linguistic expressions, are responsible for correlating different enunciative temporal plans. This realization, although valid, does not allow one to notice semantical notions which are not naturally regarded as part of the concept of time. The temporal enunciative shifts pave the way for us to consider the existence of a textual construction that can be reclaimed by using glosses.

Keywords: time; enunciation; epilinguistic activities.

Resumo: No presente artigo, pretendemos discutir que o jogo de movimentos de planos enunciativos temporais remete a um trabalho argumentativo. Para sustentar nossa discussão, analisamos um recorte de uma produção textual de vestibular que possui uma ocorrência de deslocamento enunciativo de tempo. Esses deslocamentos, deflagrados por inúmeras marcas linguísticas, são responsáveis por colocar em concorrência distintos planos enunciativos temporais. Essa constatação, embora válida, não permite o vislumbre de que a temporalidade pode fazer remissão a um jogo de noções semânticas que naturalmente não são encaradas como parte da noção de tempo. Os deslocamentos enunciativos de tempo abrem espaço para considerarmos que existe um processo de construção textual passível de ser recuperado por meio de glosas.

Palavras-chave: tempo; enunciação; atividade epilinguística.

Introdução

No presente artigo demonstramos a presença – a partir de um recorte de nosso *corpus* de mestrado¹ – de traços de um raciocínio linguístico² criativo em ocorrências que desafiam o padrão linguístico dos modelos textuais esperados em avaliações de vestibular. Partimos, portanto, da ideia de que a criatividade é um fenômeno de linguagem que se manifesta por meio de ocorrências que, por sua vez, colocam em confluência distintos planos enunciativos temporais.

Tal escolha implica a suspensão de um olhar estabilizado para o texto: não almejamos vincular, de antemão, o material linguístico dos alunos a um tipo de contexto sócio-histórico ou ideológico. Proceder dessa forma implicaria desconsiderar o papel gerador da atividade de linguagem.

1 Intitulado *Atividade de linguagem: a criatividade em confluências de planos enunciativos temporais no ensino de produção e interpretação de textos*.

2 Basicamente é o que Culioli (1990) entende por atividade epilinguística.

O olhar aqui almejado é tratar da complexidade evocada pela construção da temporalidade nos textos dos alunos. Nosso interesse reside nas marcas linguísticas e nos tipos de cenários enunciativos que os textos convocam. Que as configurações enunciativas, eventualmente, venham a suscitar noções sócio-históricas e ideológicas é inegável, mas não colocamos tais problemáticas como o centro de nossa discussão. O enfoque teórico escolhido insere-se na perspectiva construtivista.

A análise das produções textuais de vestibular também não deve ser vista como uma proposta de aplicação direta dos mecanismos que a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE) oferece. Na realidade, o intuito é mais modesto; centramo-nos nas ocorrências e discutimos como a construção da noção de tempo no *corpus* traz um potencial de organização da argumentação dos alunos.

Iniciamos a discussão mostrando qual o diálogo possível da TOPE com o contexto de ensino e aprendizagem de produção textual.

A relação gramática e texto no ensino de língua materna

Os estudos linguísticos questionam frequentemente a padronização presente nos quadros classificatórios da gramática normativa. Esse embate identifica-se tanto no âmbito teórico quanto no prático: no primeiro caso, quando a linguística diverge de propostas teóricas da gramática; no segundo caso, quando questiona sua aplicação excessivamente normativa no ensino. Essa reação contrária à gramática se torna mais acentuada quando o contexto escolar repele a reflexão com a linguagem e transforma a gramática em um conjunto de regras cristalizadas e intocáveis. Com efeito, a crítica operada pela linguística para com a gramática mostra-se justa quando esta sofre a cristalização do conjunto de suas proposições lógico-filosóficas que, de certa forma, esconde um trabalho mais conceitual em sua origem. Por outro lado, a própria linguística também está sujeita a esse mesmo tipo de cristalização.

O contexto de ensino e aprendizagem, por sua vez, pode ser criticado por se revestir excessivamente de regras gramaticais, influenciadas em maior ou menor grau por reflexões linguísticas que excluem a atividade com a linguagem. O importante para o ensino de língua materna é construir uma análise metalinguística que seja capaz de explicar, comparar, questionar e reformular o material linguístico produzido pelo aluno.

Um olhar histórico revela que as discussões originárias que sustentam as inúmeras gramáticas técnicas e escolares advêm de um contexto de trato mais filosófico-reflexivo, fruto de uma tradição de estudos milenar que buscava revelar a ampla questão da relação do homem com o mundo.

A sinuosidade de tal embate passa, indiscutivelmente, pelo problema dos signos linguísticos, pois é por meio deles que, segundo a filosofia helênica, o homem era capaz de revelar as coisas do mundo. A percepção de que os sons produzidos pelos homens podem ser representados graficamente e, ainda, que tal representação pode adquirir uma linguagem mais sofisticada, que é a representação da representação (a metalinguagem), expõe o refinamento do conhecimento humano. Basta, entretanto, consultarmos inúmeros

autores³ que se preocupam com a linguagem humana (filósofos, gramáticos, linguistas, matemáticos, lógicos, sociólogos, entre outros) para verificarmos um aumento exponencial na complexidade dos problemas e dos inúmeros enfoques epistemológicos e metodológicos empreendidos.

Esse aumento de complexidade deve-se tanto à permanência para as sociedades posteriores das discussões do pensamento clássico quanto ao surgimento de outras propostas de compreensão de mundo. Uma delas, fundamental na constituição dos estudos sobre a linguagem, é a sujeição à cientificidade⁴ calcada na revolução operada por Descartes (1996) com o *Discurso do Método*. A passagem do teocentrismo ao antropocentrismo é muito bem ilustrada pela máxima descartiana: “*Cogito ergo sum*”. A proposta de Descartes (1996) carrega uma mudança de paradigma: não mais o indivíduo mostra-se passivo diante da vontade de um ser supremo; pelo contrário, é ele que, ao ganhar forças novas, pode compreender e atuar no mundo que o circunda. Portanto, as discussões sobre linguagem reorganizam-se na órbita da objetividade, do método bem construído que permite mapear os conhecimentos, moldar a natureza.

Podemos afirmar que essa mudança de paradigma é estendida ao contexto escolar por meio do pensamento linguístico ancorado em tendências positivistas. Com efeito, não é difícil encontrar nas gramáticas escolares autores, com distintos enfoques teóricos, convivendo em uma mesma obra. Autores cujos modos de se relacionarem mais ou menos entre si variam conforme suas apropriações dos pensamentos vigentes em suas épocas. E, dentre as inúmeras gramáticas, há ainda aquelas que se situam também no pensamento grego, cujo expoente é ilustrado pela Gramática de *Port-Royal*.

Diante das diferentes concepções de gramática e linguagem, parece, portanto, que o ensino se revestiu de normas e descrições, expelindo a reflexão sobre a linguagem e, mais importante ainda, o trabalho com a mesma. Desse modo, não é um equívoco afirmar que tanto a linguística quanto a gramática normativa acabam apresentando o mesmo problema: o descompasso entre teoria e prática. Tal descompasso se instaura na apropriação descontrolada de inúmeros recortes teóricos que possuem sentido apenas no domínio em que se inserem.

Tendo em vista essa variedade de estudos sobre a linguagem, não é uma tarefa fácil dialogar selecionar quais elementos teóricos nortearão o trabalho em sala de aula. No que diz respeito à prática, limitamo-nos a opinar sobre como encarar a expressão linguística do aluno que não atinge o modelo que a escola propõe.

Assim, acreditamos ser no diálogo entre professor e aluno (e aluno e professor), muitas vezes por meio de textos, que se situa o aprendizado. A gramática parece desfigurar tal diálogo e apagar as contradições inerentes ao processo de aprendizado dos sujeitos que veiculam, por sua vez, sentidos mais ou menos estáveis pelos arranjos léxico-gramaticais presentes nas produções textuais.

Por outro lado, a gramática ainda está presente e parece se sustentar na ilusão de fixidez que gera. É extremamente comum no ensino a separação entre as disciplinas de gramática e produção de texto. Além disso, a gramática se reforça por meio do Estado, que a eleva a um documento garantidor da unidade nacional.

3 Autores situados mais ou menos próximos de um divisor de águas: Humboldt (s/d apud BAKHTIN, 2010), identificado por Bakhtin (2010) como um dos mais influentes pensadores sobre a questão da linguagem.

4 Identificadas por Bakhtin (2010) como objetivismo abstrato.

Desse modo, sendo a linguagem a faculdade humana por excelência, seriam suficientes o estudo e a classificação das formas linguísticas para tratar da complexidade da relação homem e mundo? Essa questão incita-nos a julgar que a gramática tradicional imobiliza um estado de língua e é útil enquanto nos dá um panorama de seu funcionamento sistêmico. Além disso, a lógica de base aristotélica amarra a reflexão gramatical a testes de verdade e falsidade. Por isso, a gramática se cristalizou como uma arte com fins definidos e úteis aos discursos que prezam pela clareza e pela racionalidade. Mas, ao submetemos essa arte sob análise, verificamos que ela é um construto do pensamento aristotélico e está, portanto, pautada em suas categorias de pensamento.

Como foi apontado por Benveniste (2005), Aristóteles (apud BENVENISTE, 2005) julgava ter encontrado a base do pensamento nas formas linguísticas, entretanto o que realmente encontrou foram categorias de língua fundamentais na língua em que ele pensava, por exemplo: a substância; ou quanto; ou qual; ou relativamente a que; ou onde; quando; ou estar em posição; ou estar em estado; ou fazer; ou sofrer. Todas essas categorias se ligam à substância de algum objeto no mundo, ou seja, o substantivo é a categoria linguística âncora da predicação na qual se adjungem as qualidades, quantidades, processos e ações.

Tudo o que se afasta dessa relação direta entre língua e mundo tende a ser considerado um desvio pela filosofia aristotélica. Como afirma Benveniste (2005), Aristóteles parte da língua grega para encontrar suas categorias fundamentais que se separam umas das outras perfeitamente. Obviamente tal categorização esbarra em certas dificuldades que o próprio Aristóteles encontra ao tentar separar os verbos perfeitos e médios em grego. Conforme Benveniste (2005, p. 75):

Há, de fato, entre o perfeito e o médio gregos, diversas relações ao mesmo tempo formais e funcionais, que, herdadas do indo-europeu, formaram um sistema complexo; por exemplo, uma forma **γέγυσα**, perfeito ativo, faz par com o presente médio **γίγνομαι**. Essas relações criaram inúmeras dificuldades para os gramáticos gregos da escola estóica: ora definiram o perfeito como um tempo distinto – o **παραχείμενος** ou o **τέλειος**; ora o alinharam com o médio na classe chamada **μεσότης**, intermediária entre o ativo e o passivo. É certo, em todo caso, que o perfeito não se insere no sistema temporal do grego e permanece à parte, indicando, conforme o caso, um modo de temporalidade ou uma maneira de ser do sujeito. A esse título, concebe-se, tendo em vista o número de noções que só se exprimem em grego sob forma do perfeito, que Aristóteles o tenha tornado num modo específico do ser, o estado (ou *habitus*) do sujeito.

Benveniste nota que Aristóteles, no intuito de adequar a análise linguística ao conceito de essência (substância), acaba dando primazia para o conceito do “ser” expresso na língua grega.

A disposição de todas as tábuas de categorias na gramática nocional revela o esforço de separar os atributos dos objetos, de um lado, e o extralinguístico, de outro. Mas o que acaba possibilitando essa categorização é a própria língua.

Um caminho produtivo para estudar ocorrências que não exprimem a padronização esperada pela escola é colocar em cena a atividade epilinguística.

Aproximação entre criatividade e atividade eplinguística

A linguística enunciativa de Culioli (1990; 1999a; 1999b) não toca diretamente no problema da criatividade, porém isso não impede a visualização dessa questão quando o autor refere-se à linguagem. O trabalho de Rezende (2006) é um ponto de partida para se pensar como a concepção enunciativa de Culioli (1990) revela preocupação com o fazer criativo da linguagem.

Rezende (2008) expõe duas preocupações centrais: de um lado, a dimensão teórico-prática, alicerçada pelos pressupostos teóricos e metodológicos da TOPE de Culioli (1990), e, de outro, a dimensão do ensino de língua materna. O diálogo entre essas dimensões nasce de um deslocamento, empreendido por Rezende (2012; 2006), do grande projeto culioliano de estudar a linguagem por meio das línguas naturais. Consta-se como motivo desse deslocamento a percepção de que a corrente teórica culioliana permite o vislumbre, através de um sistema de representação metalinguístico, da atividade de linguagem. A necessidade de garantir a visibilidade da linguagem obriga o linguista a se deslocar continuamente entre polos estáveis e instáveis. Isso garante que a dimensão teórico-prática⁵ seja constitutiva do próprio modelo culioliano, visto que a TOPE é uma teoria da prática (REZENDE, 2008).

O fator que permite essa visibilidade da linguagem – esse objeto defeituoso⁶ – é a possibilidade de teorizá-lo. Desse modo, duas questões são centrais para o modelo teórico em questão: como trabalhar a variação infinita de representações por meio de um discurso homogêneo? Como garantir que esse discurso não resulte em uma nova categorização, perdendo de foco o processo, o trabalho de significação posto em movimento por todo falante em situação de enunciação? Essas questões do âmbito linguístico parecem apontar para um caminho produtivo, desenvolvido por Rezende (2000) em seu percurso acadêmico, para se propor mudanças nas práticas de ensino de língua portuguesa ao permitir que a variação, sustentada pelo empírico, seja (re)pensada em um processo contínuo.

Ao discutir o papel da atividade eplinguística no ensino, Rezende (2008) retoma os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs –, afirmando que o objetivo central do ensino de língua portuguesa é a produção de textos orais e escritos. Segundo Rezende (2008), o ensino de gramática será mais produtivo se servir a esse grande objetivo. No entanto, tem-se constatado um problema recorrente nas produções textuais dos alunos; a saber, o problema da artificialidade e da padronização dos textos produzidos em ambiente escolar. O problema em questão tem impellido os pesquisadores a proporem inúmeras soluções, dentre elas a tentativa de trazer a realidade do aluno para o contexto de ensino de língua materna. Rezende (2008) apresenta algumas ressalvas diante dessa proposta, que, de certa forma, ilustra a postura de teorias linguísticas que segmentam a língua da linguagem, no sentido com que a concebe Culioli (1990), e tais ressalvas afloram diante do questionamento, motivado pelo modo como a autora concebe as questões de linguagem, da polarização de um dos lados do problema, significando que não há na sala de aula só a dimensão do aluno, mas também a dimensão do professor. Um modo de abordar essa tensão seria dialogar com essas identidades em construção e não anular a identidade do

5 Teórico-prático no sentido de que a TOPE necessita da dimensão prática (literalmente o bloco gráfico ou sonoro que os sujeitos enunciam) para calcular teoricamente o modo como se dá a atividade eplinguística ou a atividade de representação, referenciação e regulação.

6 Nos termos de Culioli (1991).

professor em benefício da identidade do aluno ou vice-versa. O espaço de sala de aula, diante desse ponto de vista, não está pronto, pois ele traz em si o que a autora referencia como *ambiguidade constitutiva*. Assim, a sala de aula é um espaço no qual as identidades estão sempre em construção; espaço, portanto, onde impera a variação radical de experiências.

A variação radical de experiências revela que os sujeitos desenvolvem inúmeras habilidades linguísticas –principalmente habilidades orais –fora do ambiente escolar, as quais não necessitam de nenhum aparato teórico-explicativo. Tendo em vista o ambiente natural, Rezende (2008) insere a seguinte questão: como desenvolver um ensino de produção de texto autêntico diante de um rival tão forte quanto o ambiente natural? A autora, ao opor ambiente natural e escola, quer mostrar que a escola tem se revestido de uma artificialidade geradora de um descompasso entre a instituição e os indivíduos que a compõem. De maneira mais precisa, a escola se transformou em um espaço no qual as práticas de ensino destituem-se da responsabilidade formativa em prol de uma prática instrumental. No caso do ensino de língua materna, verifica-se esse problema geral num paradoxo: enquanto as orientações dos PCN postulam que o aluno deve dominar a habilidade de produzir textos orais e escritos, há, ao mesmo tempo, uma separação, na organização curricular das instituições, das disciplinas de gramática e produção textual. Soma-se a essa situação conflituosa uma verdadeira proliferação de teorias linguísticas transpostas de seus domínios teóricos para o ambiente escolar. No contexto defendido por Rezende (2008), percebe-se que a TOPE relacionar-se-ia melhor com um ensino que colocasse em pauta a preocupação com o projeto de vida dos alunos. Dessa forma, é proposto que o objetivo do ensino de produção e interpretação textual é “ensinar o aluno a pensar o seu pensar”. A atividade epilinguística é a porta de entrada para esse processo, pois se pauta nos mecanismos de *parafrasagem* e *desambiguação*, que devem estar presentes no ambiente escolar. Isso permitiria ao aluno sempre buscar uma adequação ao cenário *psicossociológico* dos textos.

O termo epilinguístico nasce na teoria linguística de Culioli (1990; 1999a; 1999b). A grande contribuição desse termo é que ele mostra a linguagem como uma atividade sempre em construção, sustentada pela *parafrasagem* e pela *desambiguação*. Além disso, a atividade epilinguística é uma atividade metalinguística inconsciente⁷ de atribuição de sentidos às sequências léxico-gramaticais produzidas na enunciação. A palavra inconsciente, embora Rezende (2008) não se refira a essa questão, remete a um elemento já vivenciado pela psicanálise freudiana: a tentativa de acessar o inconsciente por meio das representações linguísticas alicerçadas pela linguagem. Freud (2010) iniciou sua prática observando prioritariamente atos falhos, lapsos, sonhos, etc. Todos esses elementos se ligam, de alguma forma, a um mecanismo inconsciente, fundados em uma atividade de representação mental veiculados pelas formas linguísticas. De alguma forma, talvez haja similaridade entre o trabalho do psicanalista e o do linguista quando os dois tentam dar visibilidade à linguagem mediante objetivos diferentes. No caso do linguista, a atividade epilinguística é fundamental para tornar visíveis núcleos invariantes que sustentam

7 Rezende (2008, 2006) utiliza em seus textos pré-consciente e inconsciente. Acreditamos que o conceito de atividade epilinguística pode ter alguma relação com o processo de conflito dinâmico entre Id, o Ego e o Superego. O que incita-nos a retomar essa relação é a referência de Culioli a Freud (s/d apud Culioli, 1999a), quando o primeiro mostra o funcionamento em forma de espiral entre a experiência do sujeito e o uso das formas linguísticas. A forma espiralada mostra o eterno conflito do sujeito constituído pelo eterno diálogo entre as dimensões subjetiva e objetiva, que se mostra marcado nas formas linguísticas. O espiral e os operadores propostos por Culioli (1999a) são uma tentativa de formalizar o funcionamento complexo da linguagem.

a variação radical de formas linguísticas. Culioli (1990), em passagens muito curtas nos textos *Théorie du langage et théorie des langues* e *La formalisation en Linguistique*, faz apelo a algumas passagens de textos de Freud (s/d apud CULIOLI, 1990). Em ambos os textos pode-se inferir que a enunciação não é um processo legitimado pelo ato de colocar a língua em funcionamento, conforme a concebia Benveniste (2005; 2006), mas sim um processo de constituição incessante do próprio sujeito que esbarra em áreas fronteiriças, identidades em conflito, instabilidades difíceis de precisar quando se coloca em relação linguagem e línguas naturais.

A *desambiguação* e a *parafraseagem*, por exemplo, são mecanismos essenciais para que um mesmo enunciado seja manipulado e apreendido pelos sujeitos enunciadore. Tornar esses processos mais conscientes seria de grande valia para o aluno, pois possibilitaria a ênfase na necessidade de o sujeito se equilibrar a todo o momento em face do outro e de si mesmo. Rezende (2008), ao afirmar que o sujeito se encontra no céu e no inferno ao mesmo tempo, enfatiza que ele é singular, mas essa singularidade tem um preço e deve ser conquistada dialogicamente.

Após mostrar a base teórica da atividade epilinguística, Rezende (2008) esboça a imagem de uma predominância do ensino instrumental na educação brasileira. Esse tipo de organização institucional restringe o trabalho epilinguístico, pois conta com um aluno que possui um projeto de vida constituído, de modo que aquele aluno que não possui um projeto de vida está fadado ao fracasso. Por isso, a autora defende que a língua apócrifa, do outro, dos documentos oficiais, da bula de remédio e sem ambiguidades, deve ser o resultado da função lúdica da linguagem, ou seja, do ato de usar a linguagem para a produção de significação.

A questão que se coloca para o ensino é como tornar os alunos produtores de textos? Como fazer com que esses textos se enquadrem na modalidade de língua instituída e, ao mesmo tempo, tragam as marcas da apropriação do cenário psicossociológico? Se o sujeito não reconhecer a existência em seu interior de uma “cisão original”, a qual o impele à busca do outro, e, se ele não reconhecer que esse outro também possui essa cisão, ele não saberá ser criativo.

Tanto para Rezende (2006) quanto para Franchi (2006), a criatividade assume um contorno diferente. A criatividade não é apenas o comportamento divergente ou o ápice de uma criação artística humana, mas sim a capacidade de descoberta e redescoberta de conhecimentos ou sentidos já inseridos no eixo histórico. Assim, é necessário postular a existência de um ponto de origem, de certa forma ficcional, que garante a apropriação dos sujeitos, por exemplo, da língua inserida na história como se fosse nova. Quando, por exemplo, lê-se um romance, os sujeitos podem atingir leituras que não necessariamente satisfaçam a crítica especializada; no entanto, nada o impede de retrazar a leitura da crítica especializada e, portanto, atingir a língua do outro. O trabalho importante encontra-se no movimento entre esses lugares. Como afirma Moraes (1996, p. 14) a respeito do prazer da leitura:

Perguntemos antes se, em nome do sacrossanto princípio da compreensão, devemos matar o prazer na origem. Devemos realmente exigir da criança que compreenda – à nossa maneira – o texto que lê, antes de sentir prazer na leitura? Se ela compreende o texto de maneira diferente da nossa, não é necessariamente porque se engana ao decodificar os signos gráficos, mas, muitas vezes, porque as palavras lidas ativam um universo mental, conhecimentos e processos que não correspondem exatamente aos nossos.

Por esse motivo, a criatividade pode ser encarada também como a capacidade de novas apropriações por parte de um dado sujeito. Desse modo, ser criativo não significa estar apenas no ponto flagrante de uma criação artística ou estética.

A construção da temporalidade em produções textuais de vestibular

O foco de nossa discussão é demonstrar que as confluências de planos temporais, classicamente vistas como exceção ou defeito, revelam um trabalho de construção que envolve um conjunto de operações enunciativas. Essas operações revelam que a criatividade é constitutiva da linguagem. Nosso propósito é chamar atenção para que essas ocorrências sejam explicitadas e trabalhadas no contexto de ensino e aprendizagem de produção e interpretação de textos.

A busca pelos cenários enunciativos direcionou nossa atenção a explicar a presença dos deslocamentos enunciativos a partir dos jogos léxico-gramaticais presentes no recorte que fizemos do *corpus*. Ao proceder dessa forma, escolhemos⁸ discutir, manipulando as formas linguísticas, se determinada ocorrência causa estranhamento ou não. Para determinar essas noções, simulamos a orientação do enunciado em relação à categoria de instantes⁹ linguísticos e, quando necessário, identificamos marcas aspecto-temporais.

Os exemplos, a seguir, foram recortados do *corpus* de nosso trabalho de mestrado.

- (1) No brasil (sic) e no mundo as praticas (sic) [agricolas] estão intensificando-se e espera-se destes um pensamento menos individualista e que visem o bem de nos seres humanos, e também (sic) de nosso patrimônio(sic), passando a adotar mecanismos de desenvolvimento limpo e ainda tomar como exemplo, nossos descendentes os índios (sic), que tanto **lutavam** para defender a vida, ou seja, a natureza.
- (2) Em um passado não muito distante, a preocupação do homem não era com o quanto essas fontes não renováveis durariam e sim com o quanto suas industrias lucrariam. Atualmente que percebemos que essas fontes não **eram** eternas, então começou uma luta por fontes renováveis como o álcool proveniente da cana ou mais recentemente do biodiesel.
- (3) As vacinas são o principal meio de combate aos virus. Sem as vacinas não seria possível conter os virus, como por exemplo a poliomielite que **arruinava** a vida de milhares de pessoas todos os anos.

Os exemplos (1), (2) e (3) são recortes de produções textuais de vestibular. Essas ocorrências estão presentes em textos avaliados como abaixo da média pela Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista – Vunesp – e pela Comissão Permanente para os Vestibulares da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp / Comvest.

Essa avaliação, pertinente para um dado propósito institucional, desconsidera a presença de um potencial de regulação deflagrado pelas inadequações das produções textuais dos alunos.

Nos recortes selecionados, focamos a construção do tempo. A marcação em negrito revela que o verbo põe em confluência os planos enunciativos temporais. A noção

8 Orientados pela hipótese presente na TOPE.

9 O instante organiza-se em torno do momento da enunciação. A indeterminação e a determinação do instante instauram noções aspectuais. Um instante determinado remete a noções aspectuais limitadas, enquanto um instante indeterminado remete a noções aspectuais durativas.

de planos enunciativos remete à noção de concomitância/não concomitância dos instantes em relação ao ponto origem da enunciação (T0).

Em (1), o imperfeito deflagra uma noção aspectual durativa que retira a formatação do instante que o enunciador quer avaliar como positivo. O comportamento exemplar dos índios torna-se um instante incompleto pela inserção do pretérito imperfeito. Essa incompletude gera um estranhamento, pois constrói a noção <índio> não mais como uma classe genérica e sim como uma classe particular que agiu em relação a um instante determinado e orientado no passado.

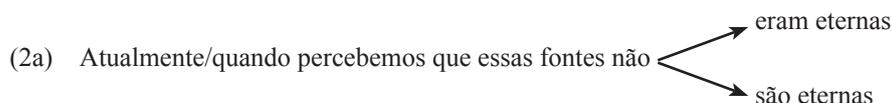
Em (2), o uso do pretérito imperfeito interfere no ponto origem da enunciação, que é o presente da enunciação.

Em (3), o uso do imperfeito quebra a noção hipotética veiculada pela modalidade do verbo “seria”. Essa quebra ocorre porque podemos interpretar o imperfeito como remetendo a um instante anterior ao cenário hipotético construído pelo enunciador.

O pretérito imperfeito, ao mesmo tempo em que desvaloriza o texto do aluno, abre possibilidades de interpretação. Demonstramos essas possibilidades por meio de uma apropriação nossa das operações enunciativas propostas por Culioli (1999).

Para isso, escolhemos apenas o exemplo (2), a fim de aprofundar a análise.

Na ocorrência (2), observamos que a marca <eram>¹⁰instaura a seguinte confluência:



Essa confluência remete às seguintes relações:

(2b) Em um passado não muito distante a preocupação do homem não era com o quanto essas fontes não renováveis durariam e sim com o quanto suas indústrias lucrariam<porque pensava que as fontes eram eternas>

(2c) Atualmente <quando percebemos que as fontes não são eternas começou uma luta por fontes renováveis...>

Encontramos, assim, por meio dessa confluência “temporal”, a instauração de uma marca de causalidade à qual o aluno recorre para sustentar suas relações enunciativas:

(2d) <a preocupação não era com o quanto essas fontes renováveis durariam e sim com o quanto suas indústrias lucrariam><porque><o homem pensava que as fontes eram eternas>

Ao instaurar a relação de causalidade, notamos outra relação enunciativa que isenta o homem de um comportamento responsável em relação à natureza:

(2e) <O homem não se preocupava por descaso, mas porque desconhecia que as fontes renováveis não eram eternas>

10 A notação <> indica que estamos tratando de noções que são abertas pelo texto em questão. Essas noções remetem a causalidade, transitividade, modalidade, aspecto e tempo. As noções somente tornam-se acessíveis por meio das glosas que produzimos para interpretar o texto.

Essa isenção desencadeia um trânsito de noções abertas pela marca <preocupar>:

- (2f) <Preocupar-se com algo> implica <reconhecer as causas da preocupação>
<Não preocupar-se> implica <reconhecer as causas da preocupação> mas não se preocupar
<Não preocupar-se> por <desconhecer as causas da preocupação> implica <não preocupação por desconhecimento>

É importante notar também que é possível misturar uma marca de presente como <atualmente> com o passado veiculado por <percebemos>. A relação entre <atualmente> e <percebemos> mostra que a orientação de tempo instaurada refere-se a um acontecimento linguístico situado no passado. Mas o <atualmente> força que haja uma diminuição qualitativa da distância entre o <perceber> e o <não perceber> do que se tivéssemos algo do tipo <No passado percebemos x>. Assim, podemos defender que todas as marcas temporais estão em uma relação complexa de orientação entre um instante e outro instante. A tematização delas pode causar mais ou menos estranhamentos dependendo da ocorrência.

O que acontece a seguir é que a inserção do pretérito imperfeito <eram> tende a se diferenciar da posição do enunciador (Sit0). A marca <atualmente>, ao chamar novamente pelo Sit0, gera uma orientação mista em que a relação predicativa <essas fontes renováveis> chama por um instante em que recuperamos:

- (2g) <as fontes renováveis daquele passado não muito distante><que se pensava que eram eternas>
(2h) <as fontes renováveis às quais me refiro atualmente><que hoje se sabe que não são eternas>

O foco de nossa atenção na ocorrência (2) situa-se em torno do relator <eram>. A seguir, glosamos o texto do aluno a fim de mostrar que é possível encontrar um encaixe para a relação predicativa < fonte ser eterna>.

- (2i) Em um passado não muito distante, a preocupação do homem não era com o quanto as fontes não renováveis durariam e sim com o quanto suas indústrias lucrariam <**o homem tinha essa preocupação porque pensava <no passado não muito distante> que as fontes eram eternas.** Atualmente que percebemos que>**as fontes que os homens pensavam que eram eternas>não são eternas**, por isso começou uma luta por fontes renováveis como o álcool proveniente da cana ou mais recentemente do biodiesel.

A glosa em (2i) demonstra que, ao construir uma relação entre passado e presente, o enunciador arrasta os dois planos temporais que podem ser retomados pela relação que o imperfeito estabelece com o presente construído pela enunciação. Quando construímos a orientação temporal <em um passado não muito distante>, arrastamos simultaneamente um pré-constructo <não passado>. Embora o T0 da enunciação trave uma relação de consecução com o T1 <em um passado não muito distante>, <a preocupação do homem era x>, ao mesmo tempo o T0 vai se determinado cada vez mais. Isso possibilita que a marca <atualmente> retome com força todo o esforço de velar o presente da enunciação. A retomada, no entanto, deixa traços de alguns caminhos possíveis que possibilitam reorientar a quais instantes temporais estamos nos referindo quando localizamos o imperfeito em relação ao presente.

Considerações finais

Em nossa análise, discutimos três ocorrências. A partir delas, identificamos o pretérito imperfeito como a causa da inadequação dos recortes selecionados. Dessa forma, propomos uma análise mais detalhada do exemplo (2), ao qual buscamos simular o processo de construção tematizado pelo pretérito imperfeito na argumentação do aluno. A recuperação das noções em causa revelou possíveis ajustes que poderiam ser feitos no texto. Essas possibilidades emergiram devido à especificidade dos valores que o pretérito imperfeito gera. Em (2), portanto, a inadequação temporal deixa uma “lacuna” nas relações de causalidade, que podem ser preenchidas livremente pelo leitor. Pensamos ser essa “lacuna” a responsável pela sensação de inadequação do texto.

A análise em questão não tem a pretensão de ser exaustiva, mas, ao mesmo tempo, apresenta um mecanismo invariante que rege a sobreposição de noções: a atividade epilinguística. Se considerarmos que a linguagem rege a inadequação do pretérito imperfeito em (2), então não podemos dizer que (2) manifesta apenas um “erro”. Sustentar (2) como um “erro” seria equivalente a dizer que o mecanismo pelo qual nos servimos para a produção de sentido seria defeituoso. O que causa a “ilusão”¹¹ de inadequação é o resultado do processo e não o processo em si.

REFERÊNCIAS

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *Gramática de Port-Royal, ou Gramática Geral e Razoada*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAKHTIN, M. M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2010.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 31. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. 4. ed. Tradução de Maria Glória Novak e Luiza Neri. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *Problemas de lingüística geral II*. 4. ed. Tradução de Maria Glória Novak e Luiza Neri. Campinas: Pontes, 2006.

CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: opérations et représentations*. Paris: Ophrys, v.1, 1990.

_____. *Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage*. Paris: Ophrys, v.2, 1999a.

11 Essa “ilusão” abre margem para discussão, pois é essa mesma “ilusão” que determina quem está apto ou não para ingressar na universidade pública. O que acontece é que muitas vezes descartamos o processo e nos focamos apenas no produto. Um produto que vem marcado pela história e pela ideologia. A escola seja talvez o único espaço a demonstrar ao aluno que existem possibilidades de escolhas. Escolhas que podem negar o mundo construído, e escolhas que podem garanti-lo e até mesmo validá-lo.

_____. *Pour une linguistique de l'énonciation: domaine notionnel*. Paris: Ophrys, v.2, 1999b.

DESCARTES, R. Discurso do Método. In: *Os Pensadores: Descartes*. Tradução de J. Guinsburg e B. P. Junior. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p.61-115.

FIORIN, J.L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 2005.

FRANCHI, C. Criatividade e gramática. In: FRANCHI, C.; NEGRÃO, E.; MÜLLER, A. L. *Mas o que é mesmo gramática?* Organização de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 11-33.

FREUD, S. *Além do princípio do prazer*. In: FREUD, S. obras completas. Tradução de P. C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LIMA, R. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

LOPES, R. Estudo semântico do pretérito perfeito: variações interpretativas e regularidades de funcionamento. In: REZENDE, L.M; ONOFRE, M. (Org.) *Linguagem e línguas naturais: diversidades experiencial e linguística*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2006.

MORAIS, J. *A arte de ler*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

VIGNAUX, G. *Le discours acteur du monde: énonciation, argumentation et cognition*. Paris: Ophrys, 1988.

Concordância em construções copulares do português brasileiro

(Agreement in Brazilian Portuguese copular sentences)

Patrícia Rodrigues¹, Maria José Foltran²

^{1,2}Universidade Federal do Paraná (UFPR)

rodriguespatriciaa@gmail.com, mariajose.foltran@gmail.com

Abstract: This work is concerned with copular clauses in Brazilian Portuguese like *Mulher(es) é complicado*, in which the predicate exhibits an unmarked form for gender and number (masculine singular), in spite of the feminine and/or plural form of the noun in the subject constituent. We reject the analyses that propose (i) there is a hidden infinitive in the subject position, (ii) the agreement is an instance of semantic agreement, and (iii) the DP subject would be in an A-bar position. We argue that the subject is a nominal that lacks index features, used in the external agreement (WECHSLER, 2011; DANON, 2012; DUEK, 2012; FOLTRAN; RODRIGUES, 2013).

Keywords: agreement; bare nominal; copula.

Resumo: Este trabalho examina construções copulares do português brasileiro (PB) como *Mulher(es) é complicado*, cujo predicado exibe uma forma não marcada para gênero e número (masculino singular), apesar da forma feminina e/ou plural do nome na posição de sujeito. Argumenta-se contra as análises que propõem (i) uma oração infinitiva resumida na posição de sujeito, (ii) concordância semântica e (iii) o sujeito em posição A-barra e assume-se que o sujeito é um nominal que não contém traços phi especiais (Index features) valorados externamente ao sintagma (WECHSLER, 2011; DANON, 2012; DUEK, 2012; FOLTRAN; RODRIGUES, 2013).

Palavras-chave: concordância; nominal nu; cópula.

Introdução

Este trabalho examina construções copulares do português brasileiro (PB) cujo predicado exibe uma forma não marcada para gênero e número (masculino singular), apesar da forma feminina e/ou plural do nome na posição de sujeito. Tipicamente, esse nome é um sintagma sem determinante. O adjetivo nessas sentenças é interpretado como predicado de uma situação: o significado de (1a), por exemplo, é de que situações envolvendo mulher são complicadas. É interessante observar que, se o nome for modificado por um adjetivo, a concordância entre esse adjetivo e o nome acontece normalmente (2).

- (1) a. Mulher é complicado.
b. Crianças é divertido.
c. Cem convidados é chato.
- (2) a. Mulher executiva é complicado.
b. Crianças peraltas é divertido.
c. Cem convidados mal-educados é chato.

Sentenças copulares desse tipo, em que há uma discrepância na concordância sujeito-predicado, também são observadas nas línguas eslavas, escandinavas e em hebraico. A concordância *default* do adjetivo foi explicada de diferentes maneiras: (i) o sujeito seria uma oração infinitiva resumida (cf. Faarlund (1977), para o norueguês; e Martin (1975), para o português); (ii) a concordância é semântica e não ocorreria nos casos em que o sujeito ocupa uma posição baixa em uma escala de individuação (cf. Enger (2004), para as línguas escandinavas); (iii) o nominal nu estaria numa posição A-barras e, por isso, a concordância não seria desencadeada (cf. sugestão de Danon (2012), para o hebraico); (iv) o nominal em posição de sujeito não apresenta os traços phi necessários à concordância externa ao sintagma (WECHSLER; ZLATIC, 2003; DANON, 2012; DUEK, 2012; FOLTRAN; RODRIGUES, 2013).

Este trabalho argumenta contra as três primeiras análises e se alinha com a última análise mencionada, propondo que a concordância *default* observada nas sentenças em (1) pode ser explicada pela ausência de traços phi necessários à concordância sujeito-predicado. Adota-se assim a hipótese de que os nominais possuem dois conjuntos de traços phi, os traços phi *Index*, que são necessários para a concordância externa ao sintagma, e os traços phi *Concord*, que são responsáveis pela concordância interna (WECHSLER; ZLATIC, 2003). Mais especificamente, defendemos que, nos sintagmas em (1), não ocorre a valoração dos traços phi *Index*; dessa forma, a concordância no predicado não seria disparada. A concordância interna, ao contrário, pode ocorrer, porque os traços *Concord* são valorados lexicalmente.

Este artigo está estruturado como segue: na primeira seção, discutimos as principais características das construções em (1); na segunda seção, argumentamos contra as três primeiras análises citadas acima, mostrando que (i) os sujeitos das sentenças em (1) não têm a distribuição de uma oração infinitiva, o que seria esperado se eles fossem uma infinitiva resumida; (ii) os sujeitos das sentenças em (1) ocupam uma posição alta na escala de individuação proposta por Enger (2004), e, ainda assim, não disparam concordância; (iii) a construção com concordância neutra pode ser observada em contextos reconhecidos como *small clauses*, o que, em princípio, eliminaria a possibilidade de propor que seu sujeito ocupa uma posição A-barras. Na terceira seção, discutimos a hipótese de Duek (2012), para o PB, e Danon (2012), para o hebraico; argumentaremos que a hipótese de Duek apresenta problemas de adequação empírica. Mesmo assim, o trabalho contribui para a análise desses nominais, na medida em que assume a existência de traços phi diferentes para a concordância interna e externa. O trabalho de Danon (2012) vai na mesma direção. Para sustentar nossos argumentos, revisaremos os estudos sobre nominais nus em PB (MÜLLER, 2002; PIRES DE OLIVEIRA; ROTHSTEIN, 2011; SCHMITT; MUNN, 2002; DOBROVIE-SORIN; PIRES DE OLIVEIRA, 2008). Por fim, apresentaremos nossas considerações finais.

Construções copulares em PB sem concordância

As sentenças em (1), repetidas abaixo por conveniência, podem apresentar uma contraparte em que o adjetivo concorda com o nominal na posição de sujeito, como em (3). Além das diferenças morfológicas, as sentenças em (1) e em (3) apresentam diferentes interpretações. Em (3), casos com concordância, o adjetivo é um predicado de “indivíduo”,

enquanto em (1), casos sem concordância, o adjetivo é interpretado como um predicado de “situação”. Como visto na introdução, a sentença (1a) significa que situações envolvendo mulher são complicadas. As sentenças (1b-c) podem ser parafraseadas da mesma forma.

- (1) a. Mulher é complicado.
b. Crianças é divertido.
c. Cem convidados é chato.
- (3) a. Mulher é complicada.
b. Crianças são divertidas.
c. Cem convidados são chatos.

Esses dois tipos de construções são possíveis, porque os adjetivos *complicado*, *divertido* e *chato* selecionam tanto situações como indivíduos. Nos casos de adjetivos que predicam unicamente de indivíduos, como *vaidoso*, *bagunceiro* ou *magro*, a concordância é obrigatória, como se pode ver em (4-5). Dito de outra forma, como esses adjetivos não podem ser predicados de situação, a forma neutra é impossível. Inversamente, se aceitamos que alguns adjetivos, como *inconcebível*, podem predicar somente de uma situação, as construções com concordância seriam impossíveis (6).

- (4) a. *Mulher é vaidoso.
b. *Crianças é bagunceiro.
c. *Cem convidados é magro.
- (5) a. Mulher é vaidosa.
b. Crianças são bagunceiras.
c. Cem convidados são magros.
- (6) a. *Crianças são inconcebíveis.
b. Crianças é inconcebível.

A principal característica dessas construções copulares em que o adjetivo aparece na forma neutra é que o sujeito deve ser um nominal nu, como em (1a-b), ou um nominal quantificado sem determinante, como em (1c). No caso de (1c), a única leitura obtida é a “coletiva”, e não a leitura “específica”. Ou seja, a situação de se ter cem convidados é chata, e não cem convidados específicos são chatos. Para obtenção dessa última leitura, deve haver concordância (3c).

É possível, então, observar, nessas construções, restrições contra sujeitos definidos (7), e também contra outros tipos de indefinidos (8).

- (7) a. *A mulher é complicado.
b. *Ela é complicado.
c. *Maria é complicado.
- (8) a. *Uma mulher é complicado
b. *Uma mulher que eu conheço é complicado.

Na sequência, revisamos algumas análises propostas para fatos linguísticos similares, mostramos a inadequação de algumas delas e assumimos uma análise baseada em traços *phi* para explicar a peculiaridade dessas construções.

Contra a análise de oração infinitiva resumida

A principal ideia por trás da análise de infinitiva resumida é que o sujeito em sentenças como as apresentadas em (1) podem ser parafraseadas por uma oração infinitiva, como em (9).

- (9) a. Lidar com mulher é complicado.
b. Cuidar de crianças é divertido.
c. Receber cem convidados é chato.

A postulação de uma oração infinitiva subjacente aos sujeitos em (1) permitiria explicar mais facilmente os fatos de concordância observados: a aparente falta de concordância se seguiria do fato de que o predicado apresenta, na verdade, concordância com um sujeito oracional. Essa análise, no entanto, não permitiria explicar algumas restrições observadas nessas construções.

Em primeiro lugar, essa análise não explicaria por que as sentenças que apresentam ausência de concordância se restringem a orações com nominais sem determinante na posição de sujeito. Sentenças como (10a), que apresentam um sujeito definido, não são possíveis com o adjetivo predicativo na forma neutra. No entanto, a sentença em que a infinitiva é explicitada é perfeitamente possível (10b).

- (10) a. *Minha mulher é divertido.
b. Beijar minha mulher é divertido.

Outro argumento consiste na observação de Wechsler (2011) sobre as sentenças das línguas escandinavas conhecidas como sentenças ‘pancake’, como (11). Segundo o autor, essa análise faria a predição equivocada de que o sintagma nominal sujeito das sentenças ‘pancake’ teria a mesma distribuição de uma oração infinitiva. Ele mostra que o sujeito dessas sentenças não pode ser extraposto como é o caso das sentenças infinitivas. É o que se pode observar nos exemplos do PB em (12-13)

- (11) Pannekaker er godt.
panquecas_{PL} é bom_{NEUT/SING}
‘Panquecas é bom’
- (12) *É divertido crianças pequenas.
- (13) a. Cuidar de crianças pequenas é divertido.
b. É divertido cuidar de crianças pequenas.

Outra evidência foi proposta por Hellan (1986 apud DANON, 2012): se adicionamos um complemento ao predicado, a paráfrase com a infinitiva é impossível.

- (14) Água mineral é bom para lavar o cabelo.

Esses fatos são evidências contra a análise que postula um infinitivo escondido na posição de sujeito dessas sentenças.

Contra a concordância semântica

Enger (2004) afirma que o uso da forma neutra nas sentenças ‘pancake’ das línguas escandinavas é uma manifestação de concordância semântica. Ele recupera a ideia tradicional de que sujeitos nesses tipos de sentenças referem-se a proposições e sugere uma análise ligeiramente diferente: esses sujeitos apresentam um baixo grau de individuação, ou seja, eles não se comportam como sujeitos prototípicos – proto-agentes, na linha de Dowty (1991). De acordo com essa análise, sujeitos agentivos disparam concordância sintática. Segundo Enger, os nomes nas sentenças ‘pancake’ são normalmente não animados, e se eles parecem animados, não serão tipicamente interpretados como tal. Assim, eles possuem um potencial baixo para agentividade, e conseqüentemente não disparam concordância sintática. Enger assume o *continuum* de individuação proposto por Sasse (1993), uma variante notacional da mais familiar hierarquia de animacidade.

← Nome próprio Humanos Animais Coisas concretas inanimadas Nomes de massa abstratos →

A ideia é que as sentenças ‘pancake’ são obtidas quando sintagmas nominais com referentes que apresentam baixo grau de individuação são usados como sujeito. Assim, sujeitos típicos nas sentenças ‘pancake’ seriam nomes que se referem a seres inanimados, nomes abstratos e nomes de massa. No entanto, os sujeitos das sentenças em (1), assim como os das sentenças em (15), ocupam uma posição alta na escala de individuação proposta por Enger (2004) e não disparam concordância. Dessa forma, rejeitamos a proposta do autor de que a concordância ocorre por razões semânticas e assumimos que a concordância é sintática.

- (15) a. Vaca é sagrado.
b. Cobra é perigoso.

Contra a análise do nominal em posição A-barra

Danon (2012), em estudo sobre as sentenças do hebraico com a cópula *ze*, que não apresentam concordância (16)¹, discute uma análise em que *ze* seria de fato o sujeito pronominal da sentença e o nominal ocuparia uma posição A-barra, à esquerda, como em (17).

- (16) yeladim ze macxik / *macxikim.
children-_{M-P} copula_{M-S} funny_{M-S} / funny_{M-P}
‘Something (contextually-determined) involving children is funny’.

- (17) DP_i [_{TP} ze_i Pred]

Danon rejeita essa análise com base em alguns fatos do hebraico. Por exemplo, *ze* como pronome é normalmente restrito a referentes não humanos e inanimados, e isso não seria compatível com sentenças como (16). Ainda, se *ze* fosse apenas o sujeito, precedido de um tópico deslocado à esquerda, isso não explicaria por que a presença de *ze* é limitada a orações no presente. Como último argumento, Danon cita as sentenças ‘pancake’ das línguas escandinavas, que não envolvem a presença de nada que possa ocupar a posição de sujeito, caso o nome seja analisado como um elemento deslocado à esquerda. Uma análise semelhante a essa é a que se propõe para as sentenças copulares identificacionais do francês, como em (18).

¹ O estudo de Danon (2012) será apresentado na próxima seção do artigo.

(18) Le problème c'est sa cravate. (ROY, 2013, p. 9)

No caso do PB, não é muito simples rejeitar essa análise, porque vários estudos consideram que essa é uma língua de tópico proeminente e de sujeito nulo. Assim, uma possível análise para as sentenças em (1) seria a estrutura em (19).

(19) DP_i [_{TP} pro_i Pred]

Uma objeção a essa análise, levantada por Danon (2012), diz respeito ao fato de os nominais dessas sentenças serem interpretados como se referindo a situações. O nominal em uma posição deslocada à esquerda na sentença e um pronome nulo na posição de sujeito explicariam a ausência de concordância, mas não explicariam a leitura obtida.

Danon objeta ainda que sentenças com deslocamento à esquerda são distintas das sentenças com a cópula *ze* em relação à ordem das palavras, mostrando que, quando um movimento *Wh* é aplicado a uma sentença com a cópula *ze*, o constituinte *Wh* precede o DP (20).

- (20) a. nemerim ze mafxid me'od.
tigers-M-P ZE-M-S scary-M-S very
'Tigers are very scary'
- b. ad kama_i nemerim ze mafxid t_i?
to what extent tigers-M-P ZE-M-S scary-M-S
'To what extent are tigers scary?'

Em PB, é possível observar o mesmo fenômeno. O exemplo em (21b) mostra que o sintagma *Wh* precede o nominal nu *criança* em uma interrogativa. Isso não significa, no entanto, que o nominal nu não possa ocupar uma posição deslocada à esquerda, como mostra o exemplo (21c). Nesses casos, vale notar que o sujeito é substituído pelo pronome *isso*, e não por *ela* ou *elas*, como seria de se esperar se a denotação de *criança* nesse caso fosse um indivíduo.

- (21) a. Criança é divertido nos finais de semana.
b. Quando que criança é divertido?
c. Criança, quando que isso é divertido?

Outro fato que permitiria em princípio descartar a análise de um DP em posição de tópico é ilustrado na sentença em (22). Nessa sentença, a predicação “mulher complicado” aparece como complemento do verbo “considerar”, um contexto tradicionalmente aceito como o de uma *small clause*. As análises da estrutura das *small clauses* complementos de “considerar” variam, mas aparentemente uma posição para abrigar um tópico não estaria disponível nessas construções (23).

(22) Pedro considera mulher complicado.

(23) *Pedro considera a Maria, ela inteligente.

Nesta seção, discutimos três análises propostas na literatura para explicar a concordância *default* do adjetivo em construções copulares e apresentamos evidências empíricas e teóricas que mostram que elas não são adequadas para explicar os dados examinados. Na próxima seção, apresentamos uma análise compatível com a assunção de que os sujeitos em (1) são sintagmas que não desencadeiam concordância externa.

Ausência de traços-phi *Index*

Diversos trabalhos sobre concordância híbrida e concordância *default* adotam a hipótese de que os nomes carregam dois conjuntos de traços-phi, os traços-phi *Index* e os traços-phi *Concord*, sistematizados na HPSG por Wechsler e Zlatic (2003), com base em Pollard e Sag (1994) e Kathol (1999). De modo geral, os traços *Concord* são entendidos como traços ligados a propriedades gramaticais do nome e os traços *Index*, com as propriedades semânticas, essencialmente a referencialidade. Traços *Concord* estariam então relacionados à concordância interna ao sintagma que abriga o nome e traços *Index*, à concordância sujeito-predicado.

Examinaremos nesta seção, primeiramente, dois estudos que se propõem a explicar casos de concordância *default* em construções copulares com base nessa distinção de traços: Duek (2012), para o PB, e Danon (2012), para o hebraico. Em seguida, explicitaremos a análise adotada neste trabalho. Veremos que a proposta assumida consegue dar conta dos fatos de concordância no nível sintático. Para embasar nossa proposta discutiremos algumas das análises sobre nominais nus em PB.

Duek (2012)

Duek (2012) considera somente as sentenças do PB com singular nu na posição de sujeito. Os exemplos relevantes de seu estudo estão em (24). A autora propõe uma análise baseada na distinção entre o singular nu com gênero natural, como *atriz*, e o singular nu com gênero arbitrário, como *maçã*. Para ela, a ausência de concordância somente é observada (e necessária) quando o singular nu possui um gênero arbitrário.

- (24) a. *Atriz* é vaidosa/*vaidoso.
b. *Maçã* é gostoso/*gostosa.

Duek (2012) assume que o sistema de gênero das línguas românicas marca duas distinções: uma entre-kinds, diferenciando kinds com gênero natural de kinds sem gênero natural (assinalados com um gênero arbitrário) e outra intra-kind, no caso dos kinds com gênero natural, que realiza uma distinção relacionada ao sexo feminino ou masculino das instâncias do kind.

Para explicar os padrões de concordância de (24), a autora propõe que adjetivos predicativos concordam com o conjunto de traços *Index* do NP – esses traços, valorados, codificam a capacidade de o NP referir indivíduos que realizam um kind. Dito de outra forma, os traços-phi *Index* tornam-se disponíveis quando o kind é realizado por meio de funções de instanciação. O gênero natural seria uma função desse tipo, uma função de kinds ao conjunto de instanciações daquele kind que tem a propriedade “fêmea” ou que não tem a propriedade “fêmea”; é um traço sobre o categorizador *n* que se aplica à raiz nominalizada. Já o gênero arbitrário é um traço da raiz, determinado no léxico – em nomes baixos na escala de individuação, o gênero não marca uma distinção intra-kind (o valor dos traços não é predizível). Dessa forma, o NP com gênero natural tem um traço *Index* de gênero valorado, dada a contribuição semântica do gênero nesse caso. O NP pode então se referir a um conjunto de realizações do kind, mas não a uma instância específica, porque o número ainda está subespecificado (o domínio do objeto depende da presença de número). Duek especifica que o traço *Index* de gênero, além de controlar a concordância, controla também PRO e ligação de anáforas.

O principal problema do trabalho de Duek (2012) é que ele está assentado em uma base empírica precária, pois as sentenças em (25) e em (26) são possíveis, escapando à generalização proposta pela autora. Em (25), os nomes têm gênero arbitrário, e ainda assim a concordância com o adjetivo predicativo acontece. Em (26), ao contrário, os nomes têm gênero natural e a concordância com o adjetivo predicativo não acontece.

- (25) a. Moqueca é apimentada.
 b. Melancia é suculenta / vermelha / redonda.
 c. Manga é benéfica para o controle do diabetes.
 d. Grama é escorregadia.
 e. Maçã é gostosa com casca.
 f. Maçã é mais ácida que pera.
- (26) a. Atriz é complicado.
 b. Menina é divertido.

Gostaríamos de salientar, ainda, que Duek (2012) não considera o papel do adjetivo predicativo nessas construções. Nós especificamos na introdução deste artigo que, nas sentenças copulares que apresentam discrepância na concordância, o predicado é interpretado como predicado de uma situação. Em (26), por exemplo, a interpretação que se tem é que alguma situação envolvendo atriz ou menina é complicada ou divertida. A concordância deve acontecer quando o adjetivo é um predicado de indivíduo. Assim, no exemplo de Duek em (24a), a agramaticalidade de *atriz é vaidoso* se deve ao fato de *vaidoso* não ser um predicado de situação, mas sim de indivíduo. Já a agramaticalidade de *Maçã é gostosa* em (24b) pode ser questionada se observarmos os exemplos em (25e-f). Além disso, Duek (2012) não considera exemplos como (1b-c), com o plural nu e com um sintagma quantificado sem determinante na posição de sujeito. De acordo com a proposta da autora, só a sentença com concordância seria possível nesses casos, porque além dos nomes apresentarem gênero natural, instanciando um conjunto de instanciações do kind, o traço ‘número’ instanciará indivíduos específicos.

Tomando-se em consideração essa discussão, concluímos que uma diferenciação entre nomes com gênero natural e com gênero arbitrário não é pertinente na explicação dos dados em questão neste trabalho.

Danon (2012)

O estudo de Danon (2012) investiga as construções copulares sem concordância em hebraico que envolvem a cópula *ze*. O autor explica que, entre os diferentes tipos de cópula em hebraico moderno, há dois tipos de cópula pronominal que são usadas em orações sem verbo, no presente: i) *hu/hi/hem/hen*, que são homófonas do pronome de 3ª pessoa, e que concordam em número e gênero com o sujeito (27); e ii) *ze/zot/ele*, que são homófonas do demonstrativo e que nunca concordam com o sujeito (28).

- (27) yeladim hem macxikim /*macxik.
 children-M-P copula-M-P funny-M-P/ funny-M-S
 ‘Children are funny.’

- (28) yeladim ze macxik / *macxikim.
 children-M-P copula-M-S funny-M-S / funny-M-P
 ‘Something (contextually-determined) involving children is funny.’

A sentença em (27) possui uma interpretação de eventualidade elíptica, ou seja, o predicado se aplica a uma eventualidade entendida como relacionada ao sujeito explícito, e não à denotação literal do sujeito, como em (24). Danon (2012) aponta também outra possível interpretação para sentenças com a cópula *ze*: a sentença em (29) teria o que ele chama de “interpretação de classificação” - nesse caso, o sujeito é interpretado como estando de alguma forma relacionado a um formulário vermelho.

- (29) tlunot ze tofes adom.
 complaints-FEM/PL copula-M.S form-MASC/SING red-MASC/SING
 ‘Complaints (should) involve a red form.’

Além disso, Danon (2012) observa que os sujeitos das orações com cópula *ze* podem ser genéricas (30), indefinidas não específicas (31) ou definidas referenciais (32).

- (30) nemerim (ba-bayit) ze nexmad.
 tigers-M-P in-the-house ZE-M-S nice-M-S
 ‘(Having/dealing with) tigers (at home) is nice.’
- (31) šney orxim ze me’acben.
 two guests-M-P ZE-M-S good-M-S
 ‘(Having) two guests is annoying.’
- (32) ha-bibliyografya ze tov
 the-bibliography-F-S ZE-M-S good-M-S
 (Having/doing) the bibliography is good.’

Para o autor, as orações com cópula *ze*, mesmo que suas interpretações sejam distintas, devem ter uma explicação unificada. Ele enfatiza que essas sentenças não são na verdade predicacionais, já que o predicado não se aplica de fato ao sujeito. A questão que ele formula é como a sintaxe das orações com a cópula *ze* estaria relacionada com as interpretações semânticas observadas, já que é impossível para a operação de concordância provocar qualquer espécie de efeito semântico. Para ele, deve haver um fator independente responsável tanto pela concordância divergente quanto pelos efeitos semânticos. Ele afirma que esse fator é a ausência de traços interpretáveis no sujeito, e que isso poderia acontecer somente com sujeitos não temáticos.

Danon (2012) sugere que duas abordagens poderiam ser postuladas para dar conta dessa ausência de traços interpretáveis no sujeito. Uma seria presumir que o DP é constituído de múltiplos níveis, cada um com seu próprio conjunto de traços, e que, nas sentenças com a cópula *ze*, D não possuiria traços que tornariam o DP visível à concordância externa. A outra abordagem seria assumir a distinção entre traços *Index* e *Concord*. Os sujeitos das orações com cópula *ze* possuiriam os traços *Concord*, mas não os traços *Index*. Para Danon (2012), essas duas abordagens capturam a ideia de que o sujeito da oração com cópula *ze* é defectivo com relação aos traços de concordância, e, em seu trabalho, ele utiliza o termo INDEX para se referir às duas propostas. Ele conclui que a ausência dos

traços *Index* faz com que o sujeito não seja marcado como um argumento. Esse sujeito seria então um predicado, e a sentença seria interpretada como resultado da relação entre dois predicados. Para explicar a leitura de eventualidade elíptica, Danon (2012, p. 105) propõe que ela é “the result of shifting the denotation of the subject to a contextually determined property P related to the overt nominal”.

Com base na análise de Danon (2012), assumimos que o sintagma nominal dispõe de diferentes camadas, cada uma com um conjunto de traços de concordância responsáveis pela concordância interna e externa. Os traços de concordância interna (*Concord*) são sempre valorados. No caso das sentenças em (1), isso não acontece com os traços de concordância externa (*Index*): por não serem valorados, o sintagma nominal na posição de sujeito não desencadeia concordância e o predicado aparece na forma neutra ou default.

A análise em andamento

A análise de Danon (2012), complementada pela análise de Duek (2012), com as adequações já comentadas, permite-nos explicar os fatos linguísticos sob análise sem a necessidade de apelar para categorias semânticas peculiares, a fim de justificar efeitos sintáticos. Assim, podemos dizer que a concordância neutra se dá por questões estritamente sintáticas e, nesses casos, há um efeito semântico: o predicado não se refere a indivíduos, mas a situações.

Fica ainda pendente na nossa análise o estatuto do sintagma nominal capaz de gerar esse efeito de concordância. Pelos exemplos analisados, somente o singular nu, o plural nu e sintagmas quantificados (nesses casos a predicação se dá sobre o conjunto apenas, sem permitir a leitura distributiva) podem figurar nesse tipo de construção. A questão que ainda precisamos responder é: por que apenas esses nominais permitem uma leitura de situação?

Os trabalhos sobre nominais nus em PB divergem em suas análises. Particularmente, no caso do singular nu não há consenso sobre sua estrutura sintática nem sobre a sua semântica. Podemos identificar na literatura duas linhas de análise: uma que assume que esses sintagmas denotam kinds, constituindo DPs com D nulo sendo neutros para número (PIRES DE OLIVEIRA; ROTHSTEIN, 2011; SCHMITT; MUNN, 2002; DOBROVIE-SORIN; PIRES DE OLIVEIRA, 2008) e outra que postula posição oposta, ou seja, eles não denotam kinds e ocupam posição não argumental (MÜLLER, 2002). Para Müller (2002), o singular nu é um indefinido no sentido de Heim (1982) e, portanto, tem uma variável para ser ligada, denotando um conjunto de indivíduos. Temos aí, de qualquer forma, uma predicação sobre indivíduos. Nas análises revisadas por nós, os autores só trabalham com exemplos em que a concordância é desencadeada. Exemplos sem concordância, como os que apresentamos em (1), não são considerados.

Entendemos que esses exemplos podem trazer contribuições para o estudo dos nominais nus. São construções diferentes, que não disparam concordância, e a predicação é entendida como predicação sobre situação, ou seja, não é interpretada nem como uma predicação sobre um kind nem como uma predicação sobre um conjunto de indivíduos. Nossa intuição é que estamos diante de um nominal nu com propriedades semânticas específicas e isso precisa ser mais bem explicado pelas teorias semânticas.

Conclusão

Neste artigo analisamos as construções em (1), sentenças copulares sem concordância, que têm na posição de sujeito um sintagma nominal que é interpretado como sendo uma situação. Analisamos a literatura sobre o assunto e encontramos, nas línguas escandinavas e no hebraico, fatos linguísticos que se assemelham muito aos fatos recorridos por este trabalho.

Avaliando as análises apresentadas para as outras línguas, descartamos algumas delas, como as que consideram que o sintagma sujeito seria a expressão de uma oração infinitiva resumida, ou que a concordância neutra é desencadeada por fatores semânticos, ou, ainda, que o sintagma nominal estaria deslocado em posição A-barra. Apresentamos argumentos empíricos e teóricos para descartar cada uma dessas análises.

O nosso trabalho se alinha teoricamente com o quadro exposto por Danon (2012) e Duek (2012) em relação à presença de dois conjuntos de traços no nominal sujeito: os que são responsáveis pela concordância interna (*Concord*) e os que são responsáveis pela concordância externa (*Index*). Por algum motivo que ainda precisa ser mais bem explicado, os traços *Index* desses nominais não são valorados e, portanto, a concordância com o predicado não é desencadeada. Essa assunção permite tratar a concordância de modo estritamente sintático, embora reconheçamos que ainda há questões semânticas envolvendo esses nominais que ainda precisam ser explicitadas.

REFERÊNCIAS

DANON, G. Nothing to Agree on? Non-agreeing subjects of copular clauses in Hebrew. *Acta Linguistica Hungarica*, v. 1-2, n. 59, p. 85-108, 2012.

DOBROVIE-SORIN, C.; PIRES DE OLIVEIRA, R. Reference to kinds in Brazilian Portuguese: definite singulars vs bare singulars. In: GRØNN, Atle (Org.). *Proceedings of SuB 12*. Oslo: University of Oslo, 2008. p. 107-121.

DOWTY, D. Thematic Proto-Roles and Argument Selection. *Language*, v. 67, n. 3, p. 546-619, 1991.

DUEK, K. *Bare nouns and gender agreement in Brazilian Portuguese*. Paper presented at CLS 48, April 19-21, 2012.

ENGER, H-O. Scandinavian pancake sentences as semantic agreement. *Journal of Linguistics*, Cambridge, v. 27, n. 1, p. 5-34, 2004.

FAARLUND, J. T. Embedded clause reduction and Scandinavian gender agreement. *Journal of Linguistics*, v. 13, p. 239-57, 1977.

FOLTRAN, M. J.; RODRIGUES, P. On denoting abstract entities. *Revista da Abralín*, v. 12, n. 1, p. 269-291, 2013.

HEIM, I. *The semantics of definite and indefinite noun phrases*. 1982. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Massachusetts, Amherst, 1982.

KATHOL, A. Agreement and the syntax-morphology interface in HPSG. In: LEVINE, R.; GREEN, G. (Org.). *Studies in contemporary phrase structure grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 223-274.

MARTIN, J. W. Gênero? *Revista Brasileira de Linguística*. n. 2, p. 3-8, 1975. Disponível em: <<http://people.ufpr.br/~borges/publicacoes/notaveis/Genero.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

MÜLLER, A. The semantics of generic quantification in Brazilian Portuguese. *Probus*, v. 14, p. 279-298, 2002.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; ROTHSTEIN, S., Bare Singular noun phrases are mass in Brazilian Portuguese. *Lingua*, v. 121, p. 2153-2175, 2011.

POLLARD, C.; SAG I. *Head-driven phrase structure grammar*. Chicago: CSLI Publications. 1994.

ROY, I. *Nonverbal predication*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SASSE, H.J. Syntactic categories and subcategories. In: JACOBS, J. et al. (Org.). *Syntax Ein internationalen Handbuchzeitgen össischer Forschung*. Berlin: de Gruyter, 1993. p. 646-686.

SCHMITT, C.; MUNN, A. The syntax and semantics of bare arguments in Brazilian Portuguese. *Linguistic Variation Yearbook*, v. 2, p. 253–281. 2002.

WECHSLER, S. *The structure of Swedish pancakes*. Talk given at CSSP 2011, Université Paris 8. 2011. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/wechslerpublications/presentations>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

WECHSLER, S.; ZLATIC, L. *The many faces of agreement*. Stanford: CSLI Publications, 2003.

Entre falares de fronteira do Paraná: preconceito ou aceitação?

(Among speeches of border communities in Paraná: prejudice or acceptance?)

Any Lamb Fenner¹, Clarice Cristina Corbari²

^{1,2} Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

anylamb@gmail.com, ccorbari@yahoo.com.br

Abstract: This paper describes language-related attitudes of speakers from Guaíra and Capanema, located, respectively, in the West and Southwest regions of Paraná. These localities constitute multilingual and multicultural contexts, either because of the colonization by descendants of immigrants from different ethnic groups or because of the contact with the inhabitants of neighboring countries – Paraguay and Argentina. Such contexts enable the analysis of phenomena that mark positions revealing similarities and differences between both communities, given the socio-historical peculiarities of each locality. The analysis is linked to the studies in Sociolinguistics, Sociology of Language, and Social Psychology. The results show that identity issues are often reflected in the evaluation of the speakers in relation to ethnic groups with which they come in contact, mediated by language.

Keywords: language attitudes; language prejudice; border communities.

Resumo: Este artigo descreve atitudes linguísticas de falantes de Guaíra e Capanema, localizadas, respectivamente, nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Essas localidades constituem contextos multilíngues e multiculturais, seja em virtude da colonização por descendentes de imigrantes de diversas etnias, seja em virtude do contato com os habitantes dos países vizinhos – Paraguai e Argentina. Tais contextos possibilitam a análise de fenômenos demarcadores de posicionamentos que revelam semelhanças e diferenças entre as duas comunidades, dadas as peculiaridades sócio-históricas de cada localidade. A análise vincula-se aos estudos da sociolinguística, sociologia da linguagem e psicologia social. Os resultados indicam que questões identitárias frequentemente se refletem na avaliação dos falantes em relação aos grupos étnicos com os quais entram em contato, mediado pela língua.

Palavras-chave: atitudes linguísticas; preconceito linguístico; comunidades fronteiriças.

Introdução

Este estudo se baseia em parte dos *corpora* do Projeto *Crenças e atitudes linguísticas: um estudo da relação do português com línguas de contato* (AGUILERA, 2009), que coletou dados em oito localidades paranaenses, caracterizadas como contextos de fronteira e/ou imigração. De caráter interinstitucional, o projeto, apoiado pela Fundação Araucária, foi coordenado pela professora Vanderci de Andrade Aguilera, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com a colaboração da professora Aparecida Feola Sella, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e em parceria com pesquisadores da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro). O banco de dados disponibilizado pelo projeto já vem sendo investigado por alunos de pós-graduação de várias instituições de ensino superior do Paraná, grande parte deles sob orientação de Aguilera e de Sella, incluindo artigos publicados, dissertações concluídas e teses em andamento.

O instrumento de coleta de dados, elaborado com base em Bergamaschi (2006), constituiu-se de um questionário para entrevistas adaptado à realidade sociolinguística e cultural de cada comunidade de fala investigada, com perguntas específicas para avaliar crenças, atribuições e posicionamentos em relação às línguas em contato e ao português de cada localidade. As entrevistas foram realizadas com dezoito informantes, selecionados a partir da combinação das seguintes variáveis extralinguísticas: i. faixa etária (18 a 30 anos, 31 a 50 anos e 51 a 70 anos); ii. nível de escolaridade (Fundamental, Médio e Superior); e iii. sexo (feminino e masculino).

Neste trabalho, apresentam-se alguns resultados de pesquisa descritiva sobre atitudes linguísticas de falantes de duas localidades fronteiriças a países hispanófonos: Guaira, situada no Oeste Paranaense, na divisa com o Paraguai; e Capanema, localizada no Sudoeste Paranaense, na fronteira com a Argentina. O histórico de povoamento, colonização e desenvolvimento dessas regiões, bem como as relações estabelecidas na fronteira com os dois países, promoveram o contato de diversos grupos étnicos, tornando essas regiões um mosaico de línguas e culturas que merece ser investigado.

A realidade multilinguística e multicultural dessas regiões constitui campo propício para manifestações tanto positivas (prestígio linguístico) quanto negativas (desprestígio linguístico) das práticas linguísticas que aí se estabelecem, o que justifica o estudo não apenas das línguas em contato – justificando, inclusive, uma revisão do mito de que o Brasil é um país monolíngue –, mas também das atitudes relacionadas a essas línguas e a seus usuários.

O contexto da pesquisa

Toda a faixa de fronteira do estado do Paraná foi palco de diversas movimentações históricas, pautadas principalmente pelo modo de ocupação de suas terras. Inicialmente habitadas pelos indígenas, essas regiões foram, cada uma ao seu modo, recebendo contingentes populacionais de diversas origens que, entre ocupar e abandonar ou se estabelecer definitivamente, aos poucos, foram constituindo o mosaico étnico, linguístico e cultural que caracteriza hoje essas regiões.

Guaira está localizada no oeste paranaense, às margens do Rio Paraná, em região limítrofe entre os estados do Paraná e de Mato Grosso do Sul, ligando-se a este último por meio da ponte Ayrton Senna. No Paraná, limita-se com os municípios de Mercedes, Terra Roxa e Altônia. Faz divisa internacional com Salto del Guairá, capital do Departamento de Canindeyú, no Paraguai.

A proximidade de Guaira com Salto del Guairá não só intensificou relações sociais, comerciais e de trabalho – haja vista a cidade paraguaia ser um polo de compras – como também produziu uma situação favorável à manutenção de práticas linguísticas hibridizadas, peculiares de região fronteiriça, como descreve este informante:

- (01) É espanhol forçado pela necessidade, né, trabalhando. Trabalho há mais de trinta anos no Paraguai, então a gente fala, assim, esse espanhol que se pratica na fronteira aí, né, um dialeto da região. (Inf. 11 – Guaira)

O histórico de ocupação e colonização de Guaira não difere muito do registrado nas demais localidades do Oeste Paraná. A região já foi ocupada por espanhóis, que exploraram

todas as áreas a leste do Rio Paraná e constituíram a Província del Guayrá, fundando reduções jesuíticas no local. Com o abandono da região pelos espanhóis, forçado pelos ataques sucessivos dos bandeirantes, que destruíam os *pueblos* e escravizavam os índios catequizados, toda essa área permaneceu isolada por mais de dois séculos. Foi só por volta de 1889, com a criação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, que se iniciou a ocupação efetiva da região por brasileiros. A partir das últimas duas décadas do século XIX, as atividades econômicas às margens do Rio Paraná vinham passando por um processo de expansão com a exportação, inicialmente, de erva-mate, e, posteriormente, de madeira para os portos argentinos (WACHOWICZ, 1987; GREGORY, 2002).

No que tange especificamente a Guaíra, a presença da Companhia Mate Laranjeira S. A., no início do século XX, movimentou um contingente populacional de argentinos e, principalmente, paraguaios para o desenvolvimento de suas atividades. Nessa época, as línguas utilizadas pelos funcionários eram o castelhano e o guarani. Até mesmo o trabalho burocrático da empresa, como a contabilidade e a correspondência, era registrado em espanhol. Somente na década de 1930 a escrituração passou a ser em língua portuguesa. A moeda que circulava era o peso argentino, pois os funcionários estavam sempre transitando entre o Brasil e seus países de origem, de modo que ele se tornou a única moeda aceita em toda a região (MUNTOREANU, 1992).

A partir de 1948, houve uma aceleração do processo migratório ao Oeste Paranaense, resultando na rápida ocupação da região, principalmente por migrantes de origem alemã e italiana vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Essa ocupação se efetivou de diversas formas: por meio de empresas de colonização que, com o apoio do governo estadual, colocavam lotes à venda a preços acessíveis; pelo próprio governo, que estimulava a vinda de colonos para as terras públicas; por iniciativa própria de outros colonos que se deslocavam e ocupavam terras suposta ou efetivamente devolutas. Além disso, levas populacionais também chegavam de outras regiões do país, principalmente de São Paulo e Minas Gerais, promovendo uma revolução demográfica no início do século XX (WACHOWICZ, 1987; GREGORY, 2002).

Além de italianos e alemães – os grupos mais representativos no Oeste Paranaense – e de contingentes vindos de outras regiões do Brasil, Guaíra também recebeu imigrantes estrangeiros de outras origens, destacando-se as colônias portuguesa, paraguaia, japonesa e árabe. Atualmente, observa-se, na localidade, um esforço de preservação das culturas desses grupos, traduzido na realização anual da Festa das Nações. Os informantes desta pesquisa têm consciência da diversidade linguístico-cultural da localidade, como exemplifica a fala desta informante, relatando práticas linguísticas que se mantêm na língua de origem dos diferentes grupos:

- (02) Ah, eu creio que sim, como a colônia japonesa, por exemplo, eu... eles são... é... eles têm aquela coisa de origem ainda, aquela coisa do avô conversar com o filho, o filho passar pro neto. [...] Alguns grupos de alemães, mais os antigos, conversam entre eles, assim, mas a colônia japonesa, ela é muito mais forte. Aí tem o espanhol, os vizinho, né, do outro lado. Entre eles falam, até misturam o guarani com o espanhol [...]. Às vezes, quando vem uma freguesa aqui de origem alemã e vem a irmã, elas falam. Árabe também de um ano pra cá... (Inf. 14 – Guaíra)

Busse e Sella (2012) refletem a respeito do impacto da forma de colonização do Oeste Paranaense sobre as práticas linguísticas derivadas dos contatos entre grupos de diversas etnias:

Um olhar para os dados históricos já registrados sobre a colonização moderna do Oeste paranaense será suficiente para identificar o papel dos colonos sulistas, com seu também histórico anterior, notadamente vinculado ao processo de imigração do próprio país, o papel dos grupos do Norte e da região central do Paraná, das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. Assim, temos a formação de um contexto multicultural e multilíngue, no qual emergem peculiaridades na fala, como o registro de uma ou outra variante; e, em algumas situações, o predomínio de uma com relação a outra pode refletir as condições pelas quais as comunidades se organizam. (BUSSE; SELLA, 2012, p. 80)

A outra localidade focalizada neste estudo, Capanema, situa-se na região Sudoeste Paranaense, limitando-se com outros dois municípios da região (Realeza e Planalto). Também se limita, a norte, com o Oeste Paranaense, especificamente com os municípios de Serranópolis do Iguaçu, Matelândia e Céu Azul, separados de Capanema pelo Parque Nacional de Iguaçu. Historicamente, essas localidades eram ligadas pela Estrada do Colono, que atravessava o parque, mas, com o seu fechamento na década de 1980, Capanema acabou ficando isolada, já que a chegada de novos habitantes e de mercadorias ao Sudoeste era viabilizada por esse caminho. Esse fato afetou profundamente a situação socioeconômica de Capanema, levando cerca de metade sua população a evadir-se da localidade em busca de oportunidades de crescimento. Dados de Pastorelli (2011) indicam que os moradores se ressentem até hoje do fechamento dessa estrada.

Capanema também se limita com a localidade argentina de Comandante Andresito, na província de Misiones. A integração entre as duas localidades se faz por meio da Ponte Internacional Brasil-Argentina, sobre o rio Santo Antônio, construída pelo Governo do Paraná como forma de compensar a região pelos eventuais danos econômicos causados pelo fechamento da Estrada do Colono. Além de facilitar o acesso a produtos importados da Argentina, a passagem por Andresito encurta a viagem entre o Sudoeste Paranaense e Foz do Iguaçu¹.

A história do Sudoeste Paranaense se assemelha bastante à do Oeste. Seus primeiros habitantes não índios foram os caboclos, que ocuparam a terra na condição de posseiros. Posteriormente, a região recebeu argentinos e paraguaios, que chegaram a compor 25% da população da fronteira no auge da exploração da erva-mate. Com a diminuição dessa atividade extrativa na região, os argentinos e paraguaios começaram a se evadir, chegando a menos de 1% da população regional na década de 1940. Nessa década e na seguinte, levas de descendentes de imigrantes, predominantemente de origens alemã e italiana, saíram de colônias prévias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e se instalaram na região, atraídos pela possibilidade de compra, a preços irrisórios, das terras possedidas pelos caboclos (WACHOWICZ, 1985).

Por ser uma região fértil e rica, o Sudoeste Paranaense foi disputado tanto pela Argentina e pelo Brasil quanto pelos estados do Paraná e Santa Catarina. Segundo Lazier (2003, p. 146), “essa desavença pela posse das terras envolveu também a Cia. De Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande, a CITLA, o Governo Federal, o Governo do Paraná e, principalmente, posseiros”. Acredita-se que o modo de ocupação das terras dessa região,

¹ Informações disponíveis nos seguintes sítios eletrônicos: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ponte_Internacional_sobre_o_Rio_Santo_Ant%C3%B4nio> e <<http://www.jornalnovotempo.com.br/noticias/geral/item/14829-alf%C3%A2ndega-e-tr%C3%A2nsito-24-horas-de-andresito-%C3%A9-tema-de-encontro>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

ao engendrar diversos conflitos jurídicos, políticos e sociais, tenha trazido implicações que podem ter se refletido nas relações estabelecidas entre os diversos grupos étnicos que entraram em contato nesse território.

Na atualidade, além dos grupos étnicos já estabelecidos e integrados, observa-se, em ambas as regiões, uma relação dinâmica e intensa com os países vizinhos: no Sudoeste, prevalecem os contatos com os argentinos, falantes de espanhol; no Oeste, são os paraguaios, falantes de espanhol e guarani, que circulam e interagem constantemente com os brasileiros. Esses grupos, por apresentarem uma vitalidade linguística que não mais se observa entre os eurodescendentes estabelecidos nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná (SILVA-PORELI, 2010; PASTORELLI, 2011; BUSSE; SELLA, 2012), podem render análises interessantes das relações entre língua e identidade nessas regiões de fronteira.

A estreita relação que existe entre língua e identidade, não raro, acaba por se manifestar nas atitudes dos indivíduos em relação às línguas com as quais entram em contato e, conseqüentemente, em relação aos seus usuários. Segundo Moreno Fernández (1998), uma variedade linguística pode ser interpretada como um traço definidor da identidade, de modo que as atitudes em relação aos grupos com certa identidade são, em parte, atitudes em relação às variedades linguísticas usadas nesses grupos e aos usuários de tais variedades. Assim, entende-se que o estudo das crenças e atitudes linguísticas presentes nessas localidades multilíngues seja pertinente, pela possibilidade de fornecer indícios para a análise do comportamento linguístico dos falantes em relação à variação, revelando os elementos que atuam nas relações sociais entre os diferentes grupos.

Língua, identidade étnica e atitudes linguísticas

Este estudo se volta para a análise das atitudes linguísticas, em que avaliações subjetivas sobre o valor das falas do próprio falante e do outro serve de diagnóstico com relação ao panorama heterogêneo e multicultural que a fronteira acomoda, sem se ignorarem as marcas que o processo de colonização e desenvolvimento por descendentes de imigrantes de diversas etnias imprimiu a essas regiões. Regiões fronteiriças, como as focalizadas neste estudo, possuem uma realidade *sui generis*, pois, como diz Sturza (2005, p. 47), “as fronteiras geográficas são preenchidas de conteúdo social”. Assim, muito mais que um fato geográfico, a fronteira constitui um fato social.

As atitudes linguísticas têm a ver com as línguas mesmas e com a identidade dos grupos que as usam, pois o objeto da atitude não são as línguas, mas os grupos que as falam (MORENO FERNÁNDEZ, 1998; GROSJEAN, 1982). Como afirma Aguilera (2008), a língua não está desvinculada de seu contexto social, principalmente na sua condição de aspecto constituidor da identidade de um determinado grupo étnico. Por isso, “na maioria das vezes, ao caracterizar um grupo ao qual não pertence, a tendência é o usuário fazê-lo de forma subjetiva, procurando preservar o sentimento de comunidade partilhado e classificando o outro como diferente” (AGUILERA, 2008, p. 106).

A língua simboliza os limites que separam o “nós” e os “outros”, uma vez que a língua que falamos identifica a nossa origem, nossa história, nossa cultura, o grupo a que pertencemos. A percepção identitária do sujeito opera, portanto, pela oposição (identidade contrastiva), como bem traduz esta informante de Capanema, quando questionada sobre relacionamento afetivo com argentinos: “Eles são diferentes de nós” (Inf. 4).

Em contextos onde muitas línguas e culturas estão em contato, entram em cena as atribuições feitas aos falares locais e aos seus usuários, balizadas especialmente por estereótipos socialmente construídos, ou seja, por visões formadas a partir de normas culturais, pressões e conotações sociais (GILES; NIEDZIELSKI, 1998). Os julgamentos sobre as variedades linguísticas e seus falantes são, assim, o resultado de um complexo de associações e preconceitos sociais, culturais, regionais, políticos e pessoais. Desse modo, toda pesquisa sobre as práticas linguísticas – incluindo as avaliações que delas se fazem – em dado espaço geossocial deve, necessariamente, considerar os aspectos sócio-históricos e culturais dessa comunidade.

Lambert e Lambert (1966, p. 77) conceituam ‘atitude’ como “uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir em relação a pessoas, grupos, questões sociais ou, mais genericamente, a qualquer acontecimento ocorrido em nosso meio circundante”. Para esses psicólogos, a atitude é formada por três componentes: o cognitivo (pensamentos e crenças), o afetivo (sentimentos ou emoções) e o conativo (tendências de reação). Foi essa a concepção adotada nesta pesquisa, pois se entende que as atitudes não são meramente o produto de determinados modos de pensar e sentir, mas constituem um processo em que se imbricam crenças, sentimentos, juízos de valor e tendências de comportamento.

Trata-se de uma abordagem de cunho mentalista, de natureza psicológica, que concebe a atitude como uma entidade complexa – diferente, portanto, da abordagem comportamentalista, que interpreta a atitude como uma conduta, uma reação ou resposta a um estímulo, sendo, assim, composta de um elemento único (GÓMEZ MOLINA, 1996; MORENO FERNÁNDEZ, 1998; BLANCO CANALES, 2004).

Tendências de reação frente à possibilidade de convivência com diferentes grupos étnicos

A necessidade de averiguar se há preconceito ou aceitação em relação aos diversos grupos étnicos presentes em cada localidade motivou um recorte dos dados nelas coletados para ilustrar a discussão aqui proposta. Acredita-se que os dados mais reveladores das crenças dos informantes sobre os grupos étnicos com os quais têm contato aparecem nas perguntas que visam a identificar o elemento conativo das atitudes. Para este estudo, portanto, foram selecionadas as perguntas do questionário cujas respostas pudessem revelar, principalmente, tendências de reação dos informantes diante da possibilidade de estabelecer relações de vizinhança com membros dos diversos grupos étnicos das localidades. Trata-se do seguinte grupo de questões: i. Guaíra: “Se você fosse comprar uma casa num bairro onde só houvesse paraguaios / árabes / japoneses / alemães / italianos, você compraria?”; ii. Capanema: “Se você fosse comprar uma casa num bairro onde só houvesse argentinos / paraguaios / alemães / italianos, você compraria?”.

Em Guaíra, os informantes se mostraram mais receptivos à possibilidade de comprar uma casa num bairro onde só houvesse italianos (61% de respostas positivas contra 22% de respostas negativas). As justificativas apresentadas, de modo geral, ligavam-se à facilidade de entendimento da língua, por ser de origem latina.

Em seguida, empatados (com índice de aceitação² de 56% entre os guairenses), vêm os japoneses, alemães e paraguaios (com índices de rejeição de 39%, 28% e 17%, respectivamente). As justificativas para as respostas negativas geralmente apontam a diferença de línguas e de costumes como possível empecilho para a convivência.

No caso dos japoneses, embora ainda cultivem costumes tradicionais, apenas a língua seria obstáculo. Os guairenses demonstram apreço pela cultura japonesa, como exemplifica este informante:

- (03) Japonês, eu até compraria porque a gente que conhece, convive há quarenta anos aqui na colônia japonesa, é um povo assim que... que procura sempre ser útil na maneira de... de ser, na maneira de viver. (Inf. 11 – Guaíra)

Os japoneses são enaltecidos por muitos informantes de Guaíra pelas suas qualidades de caráter e temperamento: solidariedade, discrição, confiabilidade, calma e tranquilidade.

As respostas negativas ou dúvidas em relação a morar em bairro composto apenas por alemães, de modo geral, também se relacionam à língua, como exemplifica esta fala:

- (04) Ah, eu sei lá, né, talvez eu poderia comprar, né, se por um acauso eles conversasse com a nossa língua. (Inf. 6 – Guaíra)

Um informante, porém, atribui aos alemães uma atitude preconceituosa por parte deles, que pode estar relacionada tanto a um fato isolado vivenciado pelo informante quanto a um estereótipo construído sobre esse grupo étnico e difundido pelo senso comum:

- (05) É... eu que sou meio moreno, né, eles não vai gostar muito, né. Não, mas moraria. É, que a gente meio moreno ou bem meio escuro, tem preconceito [...]. (Inf. 1 – Guaíra)

Com os paraguaios, embora o uso do guarani ou jopará (forma coloquial do guarani mesclado com elementos do espanhol) tenha sido também citado como um possível obstáculo, pesou mais a questão identitária: “Os costumes são diferentes” (Inf. 7); “Ah, os hábitos são tudo diferentes” (Inf. 8).

Apesar de o índice de aceitação em relação aos paraguaios se igualar àqueles referentes aos japoneses e alemães, é preciso considerar que o índice de rejeição foi alto (39%). Ou seja, embora os guairenses manifestem, na maioria das perguntas do questionário, apreço pelos paraguaios e pelas línguas faladas por eles, conforme vem sendo investigado por Lamb Fenner, em tese ainda não concluída, o que ocorre é que, diante da possibilidade de convivência mais próxima com esse grupo étnico, questões identitárias emergem como elementos dificultadores das relações. Respostas a outras perguntas do questionário indicam atribuições negativas aos paraguaios e à sua fala relacionadas ao nível socioeducacional, considerado por alguns informantes, de certa forma, como “atrasado” em relação ao dos brasileiros, conforme se depreende destas falas:

- (06) Eu acho que... que o paraguaio é um povo de descendente de indígenas, né, eles não têm muito o privilégio de tá lendo, tem que sempre que tá trabalhando pra correr atrás, então, acho que eles falaria me... me... pior de todos. (Inf. 7 – Guaíra)

2 Neste estudo, a expressão ‘índice de aceitação’ se refere às tendências de reação positiva (representadas pelas respostas positivas), e a expressão ‘índice de rejeição’, às tendências de reação negativa (representadas pelas respostas negativas).

- (07) Olha, pra mim, se você... se for comparar ao nível de cultura, né, de aprendizagem, é o Paraguai, é o guarani, ali... porque o nível é bem baixo. (Inf. 18 – Guaira)

Os guairenses também manifestaram tendência de rejeição significativa em relação a morar em bairro composto por árabes: apenas 22% se mostraram dispostos a ter vizinhos dessa etnia (houve 39% de respostas negativas a essa questão). Nesse caso, tanto a língua como a cultura foram negativamente avaliadas: “O jeito deles é muito esquisito” (Inf. 2); “Ah, também, os árabes são muitos diferentes, né” (Inf. 8); “Eu acho que não compraria porque não ia entender nada do que eles conversam, né” (Inf. 16).

Na localidade de Capanema, os italianos também tiveram maior aceitação entre os informantes para possível convivência/relação de vizinhança (índice de aceitação de 89%), seguidos dos argentinos e alemães (83%).

Quanto aos paraguaios, 44% dos informantes se mostraram dispostos a tê-los como vizinhos, e 17% rejeitaram essa possibilidade (outras respostas e não formuladas somaram 39%).³ Em geral, as razões apontadas para não morar em bairro de paraguaios se relacionam principalmente à barreira da língua (uso do guarani) e às diferenças culturais, que podem, na visão dos informantes, dificultar o convívio, como ilustra esta resposta em relação aos paraguaios:

- (08) Eles já são diferente, né, uma cultura diferente, né. Pelo que a gente conviveu, né, que a gente aprendeu com eles, assim, conheceu deles, é um povo, uma cultura bem diferente. (Inf. 3 – Capanema)

As diferenças, apesar de não explicitadas por muitos informantes, são vistas de forma negativa, pois constituem empecilho para conviver com vizinhos paraguaios. Respostas a outras perguntas do questionário, notadamente na questão relacionada à possibilidade de procurar médico ou dentista paraguaio, sugerem que, assim como ocorreu em Guaira, os informantes capanemenses veem o Paraguai como um país subdesenvolvido, o que se refletiria no nível educacional de seu povo:

- (09) Eu acho um pouco por causa da política, né [...] que nem eu falei, a estrutura, eu acho que Paraguai falta muito crescer, né, é o ensino, o... parte funcional deles, né. (Inf. 9 – Capanema)
- (10) [...] pode ser que eu esteja enganada, mas é... menos, tem menos desenvolvimento lá, menos escolaridade do que aqui, né... então eu teria falta de confiança. (Inf. 12 – Capanema)

O prestígio atribuído aos italianos e alemães, em Guaira e em Capanema, pode estar ligado à presença mais representativa desses grupos étnicos nas localidades. O mesmo ocorre com relação aos japoneses e paraguaios, na primeira localidade, e aos argentinos, na segunda localidade, em que a presença desses grupos étnicos é constante, devido às relações próprias de região fronteira.

Por exemplo, o fato de Guaira apresentar índices maiores de aceitação dos paraguaios em relação aos resultados de Capanema talvez se explique pela maior proximidade com a fronteira, pois Guaira se situa em região aduaneira, ao lado da cidade de Salto del Guairá, grande centro de compras visitado por turistas e sacoleiros brasileiros, de modo

³ A menção aos paraguaios e ao espanhol paraguaio nos inquéritos foi reduzida, embora perguntas sobre esse grupo étnico constassem originalmente dos questionários de Capanema. Isso provavelmente ocorreu pela percepção de que o contato dos informantes com essa língua e seus falantes fosse menor do que se supunha por ocasião da elaboração do questionário, embora o Paraguai não esteja tão distante da região.

que as relações comerciais entre brasileiros e paraguaios são mais intensas nessa região do que em Capanema, que fica relativamente distante de qualquer centro urbano paraguaio. Vale registrar que, em Guaíra, quase todos os informantes relataram ter amigos ou, pelo menos, conhecidos paraguaios, relação que pode colaborar para uma atitude de maior aceitação em relação aos membros dessa etnia, mesmo que, em algumas respostas, ecoem avaliações negativas verificadas também em Capanema.

Considerações finais

O recorte selecionado para este estudo forneceu respostas produtivas com relação a questões identitárias que se refletem na avaliação dos falantes em relação aos grupos étnicos com os quais entram em contato, mediado pela língua.

Verificou-se que, nas localidades onde o contato com membros dessas etnias é mais frequente, os informantes mostraram maior tendência de reação positiva no que concerne à possibilidade de comprar uma casa num bairro onde só houvesse membros de determinada etnia. Esses resultados fornecem pistas de que a manutenção do círculo de amizades, a frequência e a intensidade das interações linguístico-culturais e o estreitamento das relações comerciais resultam em uma maior aceitação do outro.

Outra constatação importante é a de que os resultados obtidos em Capanema, ao mostrar o prestígio atribuído ao argentino, sugerem a inexistência de animosidade explícita entre brasileiros e argentinos como consequência de conflitos do passado.

Os índices de rejeição, de modo geral, referiam-se à barreira da língua (particularmente no caso das línguas não latinas) e às diferenças culturais (especialmente em relação aos paraguaios e árabes). As respostas que remetem às diferenças culturais dão margem a interpretações no sentido de que determinados grupos são mais rejeitados do que outros, e há também atribuições de rótulos aos membros dessas etnias que são indicativos de estereótipos recorrentes no seio das comunidades. Tais respostas revelam uma espécie de delimitação entre o “nós” e “os outros”. Constata-se, portanto, que as relações sociais são mediadas por questões identitárias. Entende-se, como Moreno Fernández (1998), que o conceito de identidade envolve a questão da língua, porque uma comunidade também se caracteriza pela(s) variedade(s) linguística(s) usada(s) em seu seio, e também porque a percepção do comunitário e do diferencial se faz especialmente evidente por meio dos usos linguísticos.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, V. A. Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 2, n. 37, p. 105-112, maio/ago. 2008.

_____. *Crenças e atitudes linguísticas: um estudo da relação do português com línguas de contato*. 2009. [Projeto desenvolvido pela autora. Digitado].

BERGAMASCHI, M. C. Z. *Bilinguismo de dialeto italiano-português: atitudes linguísticas*. 2006. 154 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2006.

BLANCO CANALES, A. *Estudio sociolingüístico de Alcalá de Henares*. Alcalá de Henares, Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá, 2004.

BUSSE, S.; SELLA, A. F. Uma análise das crenças e atitudes linguísticas dos falantes do Oeste do Paraná. *Signum: Estudos da Linguagem*, Londrina, v. 1, n. 15, p. 77-93, jun. 2012.

GILES, H.; NIEDZIELSKI, N. Italian is beautiful, German is ugly. In: BAUER, Laurie; TRUDGILL, Peter (Ed.). *Language myths*. London: Penguin Books, 1998. p. 85-93.

GÓMEZ MOLINA, J. R. Actitudes lingüísticas en Valencia y su área metropolitana: evaluación de cuatro variedades dialectales. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE LA AMÉRICA LATINA – ALFAL, 11, 1996, Las Palmas de Gran Canaria. *Actas...* Las Palmas de Gran Canaria: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1996. v. 2, p. 1027-1042.

GREGORY, V. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)*. Edunioeste: Cascavel, 2002.

GROSJEAN, F. *Life with two languages: an introduction to bilingualism*. Harvard: Harvard University Press, 1982.

LAMBERT, W. W.; LAMBERT, W. E. *Psicologia social*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

LAZIER, H. *Paraná: terra de todas as gentes e de muita história*. 3. ed. Francisco Beltrão: Grafit, 2003.

MORENO FERNÁNDEZ, F. *Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*. Barcelona: Ariel, 1998.

MUNTOREANU, H. Z. *Guahyrá – Guairá*. São Paulo: Arte Imprensa N, 1992.

PASTORELLI, D. S. *Crenças e atitudes linguísticas na cidade de Capanema: um estudo da relação do português com línguas em contato*. 2011. 204 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

SILVA-PORELI, G. A. *Crenças e atitudes linguísticas na cidade de Pranchita-PR: um estudo das relações do português com línguas em contato*. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

STURZA, E. R. Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 47-50, abr./jun. 2005.

WACHOWICZ, R. C. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

_____. *Obrageros, mensus e colonos: história do Oeste do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1987.

Designações de acidentes geográficos e de elementos hídricos no Atlas Lingüístico de Corumbá e Ladário-MS: algumas reflexões

(Las designaciones de Accidentes Geográficos y elementos hídricos
en el Atlas Lingüístico de Corumbá y Ladário-MS:
reflexiones acerca de las unidades lexicales de la encuesta)

Beatriz Aparecida Alencar

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS)

bia83_12@hotmail.com

Resumen: El léxico es el nivel de la lengua que mejor evidencia peculiaridades de un determinado espacio geográfico y una de las formas de registro de la norma léxica de una región son los atlas lingüísticos, cuya elaboración es orientada por los parámetros de la Dialectología y de la Geolingüística. Este trabajo analiza las designaciones para accidentes geográficos y elementos hidrográficos documentados por el Atlas Lingüístico de Corumbá y Ladário-MS (ALiCoLa). Las unidades léxicas catalogadas fueron analizadas en términos diatópico y léxico-semántico y también se trató de observar su realización de ellos en otros trabajos dialectológicos que poseen puntos comunes de investigación (ALMS, 2007; ALiB). La muestra de datos examinadas confirmó la estrecha interacción entre el hombre y el entorno en las áreas geográficas investigadas.

Palabras Clave: Norma lexical; Atlas Lingüístico; Mato Grosso do Sul.

Resumo: O léxico é o nível da língua que melhor evidencia peculiaridades de um dado espaço geográfico e uma das formas de registro da norma lexical de uma região são os atlas linguísticos, cuja elaboração é orientada pelos parâmetros da Dialectologia e da Geolingüística. Nesse sentido, este trabalho analisa designações para acidentes geográficos e elementos hidrográficos documentadas pelo Atlas Lingüístico de Corumbá e Ladário-MS (ALiCoLa). As unidades lexicais catalogadas foram analisadas em termos diatópico e léxico-semântico, buscando também observar sua realização em outros trabalhos dialetológicos que possuam pontos de inquérito comum (ALMS, 2007; Projeto ALiB). A amostra de dados examinada confirmou a estreita interação entre o homem e o meio ambiente nas áreas geográficas investigadas.

Palavras-chave: Norma lexical; Atlas Lingüístico; Mato Grosso do Sul.

Léxico e região geográfica

O léxico configura-se como o nível da língua que melhor evidencia as peculiaridades de um dado espaço geográfico e pode servir de parâmetro para a identificação de diferentes momentos históricos, de processos de colonização, de contatos interétnicos, além das características ambientais e da forma como o homem nomeia os elementos da realidade que o cerca. Uma das maneiras de registro da norma lexical de uma região são os atlas linguísticos, cuja elaboração é orientada pelos parâmetros da Dialectologia e da Geolingüística. Segundo Cardoso (2010, p. 92), a pesquisa dialetológica “é, por excelência, uma investigação de cunho horizontal, ou seja, busca-se uma fotografia da realidade nos espaços geográficos considerados”. Nesse contexto, situa-se o Atlas Lingüístico de Corumbá e Ladário – ALiCoLa (ALENCAR, 2013), produzido como dissertação de mestrado, e que

teve como objetivo mais amplo documentar e descrever a fala dos habitantes dos municípios de Corumbá e de Ladário, localizados no extremo oeste do Mato Grosso do Sul.

Esses municípios são de colonização bastante antiga (1778) e caracterizados por forte miscigenação étnica, tanto pela presença dos povos indígenas do Pantanal quanto pela longínqua chegada do homem branco em território corumbaense (1524), além do contato desses habitantes com os povos de países platinos, proporcionado via rio Paraguai. Portanto, essa mistura de povos também se reflete na linguagem dessas localidades. Em referência à importância da linguagem encontrada nessas localidades, vale assinalar que a cidade de Corumbá integra a rede de pontos de inquéritos de dois relevantes projetos dialetológicos: o Projeto ALiB (Atlas Linguístico do Brasil) e o ALMS (Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul), ambos com coleta de dados anteriores ao do Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário.

As coletas de dados do ALiCoLa foram realizadas em cinco localidades definidas fundamentalmente com base nos critérios *antiguidade* e *delimitadores territoriais*, no caso, o rio Paraguai e as linhas de trem da Ferrovia Noroeste (anos 50 - século XX), vias de acesso que trouxeram, em diferentes épocas, os colonizadores para essas localidades. A pesquisa que deu origem ao ALiCoLa foi orientada por princípios teórico-metodológicos da Dialetoлогия e da Geolinguística contemporâneas, incluindo os parâmetros metodológicos que norteiam o Projeto ALiB.

Neste trabalho apresentamos as unidades lexicais fornecidas pelos informantes do ALiCoLa como respostas para as 12 perguntas relacionadas à subárea semântica *acidentes geográficos e elementos hidrográficos*, que resultaram em 137 designações. De modo particular, este estudo teve como objetivo analisar o processo de nomeação dos conceitos contemplados pelas perguntas selecionadas, que são: Como se chama um rio pequeno e estreito, de uns dois metros de largura? (001/QSL); Como se chama a terra plana e baixa temporariamente alagada pelas enchentes dos rios? (005/QSL); Muitas vezes, num rio, a água começa a girar, formando um buraco, na água, que puxa para baixo. Como se chama isto? (008/QSL), verificando a relação entre nome-referente e analisando os dados em termos diatópico e léxico-semântico. Buscou, também, observar a realização dos dados lexicais coletados em outros trabalhos dialetológicos que possuem pontos de inquérito comuns (ALMS, 2007; Projeto ALiB) e com relevância estadual e nacional, respectivamente. Quanto aos resultados, buscamos verificar se o processo de nomeação reflete a interação entre o ambiente e o seu morador.

Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário: estrutura

O Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário foi produzido segundo os parâmetros da Dialetoлогия e da Geolinguística e, de modo particular, compartilhando os procedimentos metodológicos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil que subsidiaram a definição do perfil de informantes, a constituição da rede de pontos e a elaboração do questionário linguístico. O quadro, a seguir, descreve as características dos informantes do ALiCoLa:

Quadro 1: Perfil dos informantes do ALiCoLa

PERFIL DO INFORMANTE	
Idade	Faixa I: 18-30 anos Faixa II: 50-65 anos
Sexo	02 Homens; 02 mulheres
Escolaridade	Ensino Fundamental (completo ou incompleto)
Naturalidade	Nascidos na localidade e com pais naturais da mesma região linguística.

Tão importante quanto a seleção dos informantes é a definição da rede de pontos de pesquisa porque são esses elementos que auxiliam na sistematização e veracidade dos fatos geolinguísticos. Desse modo, o ALiCoLa é composto por cinco localidades onde se realizaram os inquéritos e que foram numeradas considerando a distribuição geográfica, seguindo a ordem esquerda/direita e norte/sul, conforme Figura 1, que segue:

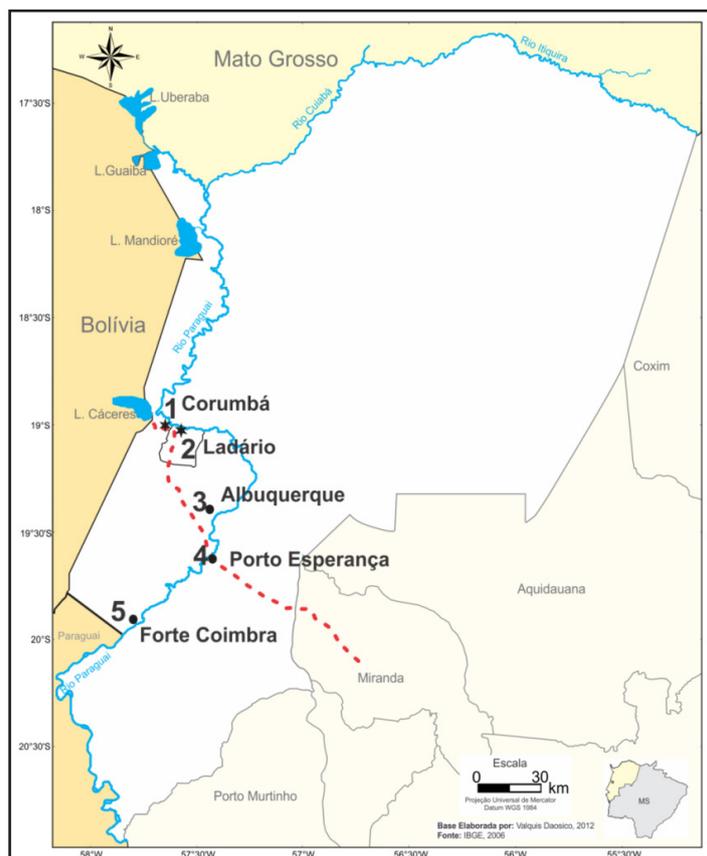


Figura 1: Rede de Pontos do ALiCoLa (ALENCAR, 2013)

Cabe, ainda, destacar a necessidade e a importância do instrumento de coleta de dados em pesquisas geolinguísticas. Para a estruturação do questionário do ALiCoLa, foram tomadas como ponto de partida, questões do Questionário do Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul (ALMS) e do Questionário do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Sendo assim, o instrumento de coleta de dados do Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário foi composto por 431 perguntas contemplando as áreas semânticas *homem*

e *natureza* e, também, várias subáreas semânticas: *acidentes geográficos e elementos hidrográficos, fenômenos atmosféricos, astros e fenômenos ligados ao tempo, flora e atividades agropastoris, fauna, corpo humano, ciclos da vida, convívio e comportamento social, religião e crenças, brinquedos e diversões, habitação, alimentação e utensílios, vestuário, vida urbana*. Neste estudo, foram analisados dados lexicais vinculados à primeira subárea semântica do Questionário Linguístico do ALiCoLa: *acidentes geográficos e elementos hidrográficos*.

Acidentes geográficos e elementos hidrográficos: apresentação da subárea

A subárea semântica dos *acidentes geográficos e elementos hidrográficos* conta com 12 perguntas que remetem às características da realidade local, no que tange às aglomerações e movimentos realizados pela água, além de particularidades geográficas do Pantanal sul-mato-grossense. Para essas perguntas foram documentadas 137 respostas que podem ser visualizadas no Quadro 2, na sequência:

Quadro 2: Panorama da subárea semântica *acidentes geográficos e elementos hidrográficos* – ALiCoLa

QSL	Pergunta	Nº de variantes lexicais	Respostas obtidas	Respostas consideradas válidas
01	Como se chama um rio pequeno e estreito, de uns dois metros de largura?	13	Lago (lagoa), corixo, riacho, córrego, vazante, canal, rios, braço de rio, canal de rio, piscina, cachoeira, ilha e baía	Corixo, riacho, rios, córrego e canal de rio
02	E o nome de uma grande quantidade de água parada cercada de terra por todos os lados?	11	Lago (lagoa), poço (poça), açude, corixo, ilha, baía, represa, vazante, círculo e lama	Lago e lagoa
03	Extensão de água de forma arredondada, que nunca seca e pode ter uma parte enorme recoberta por vegetação bem verde, uma pequena prainha, às vezes tem água salgada?	14	Ilha, água empoçada, poço, piscina, prainha, baía, pântano, rio, camalote, minador, corixo, lago (lagoa), vazante e enchente	Baía
04	O lugar onde se pode atravessar um rio a pé ou a cavalo?	20	Deserto, barco, praia, ponte, nado, margem, parte rasa (lugar raso), córrego, lagoa, corixo, poças, rio baixo, piquete, estrada, riacho, travessia, vazante, pirizeiro, ilha e cabeceira	Parte rasa e Lugar raso
05	Como se chama a terra plana e baixa temporariamente alagada pelas enchentes dos rios?	19	Subsolo, lago, planície, baixada, parte baixa, barranco, alagado (campo alagado), areia, pantanal, estrada, enchente, vazante, baixio, cheia(o), rio, aguapé, lama, camalote e seco	Vazante
06	O lugar onde a água sai da terra, como se chama?	08	Mina, minadouro (minador), nascente, fluido, vazante, fonte, vertente e oceano	Mina, fonte, minadouro, nascente, fluido e vertente
07	Como se chama o lugar onde o rio termina ou encontra com outro rio?	12	Barra, junção, foz, leito, vazante, nascente, boca, desbocamento, afluente (fluente), cabeceira, braço de rio e encontro (encontro de águas, encontro de vazantes)	Foz, junção, barra, boca, desbocamento e (a)fluente,
08	Muitas vezes, num rio, a água começa a girar, formando um buraco, na água que puxa para baixo. Como se chama isto?	09	Poço, redemoinho, rebojo, vulcão, funil, onda, remanso, correnteza e corrente de água.	Redemoinho, rebojo e funil
09	Como se chama o movimento de água de rio, córrego, riacho?	05	Correnteza, onda, marola, força de água e água corrente (corrente, corre).	Onda
10	E o movimento da água do mar?	05	Onda, corrente, marola, maresia e maré.	Onda e marola.
11	Tronco, pedaço de pau ou tábua que serve para passar por cima de um (cf. item 1)	10	Jangada, ponte (ponte de tábua, pontezinha), passarela, pinguela, canoa, passagem, estivazinha, balsa, batedor e trilha.	Ponte, pinguela, passagem, passarela e estivazinha.
12	E o terreno que permanece coberto de água cada vez que o rio sobe demais?	11	Barranco, ponte, alagado, enchente, baixio, corixo, rio (rio verde), campo, pantanal, pântano e cheia.	Alagado, enchente, baixio, pantanal, pântano e cheia.

Fonte: Alencar (2013, p. 103-104).

É preciso considerar, para a análise, o baixo percentual de respostas produtivas, sendo que, apenas 28,46% das unidades lexicais obtidas referem-se aos conceitos expressos nas perguntas, e, por isso mesmo, consideradas válidas, como ilustra a Figura 2, a seguir:

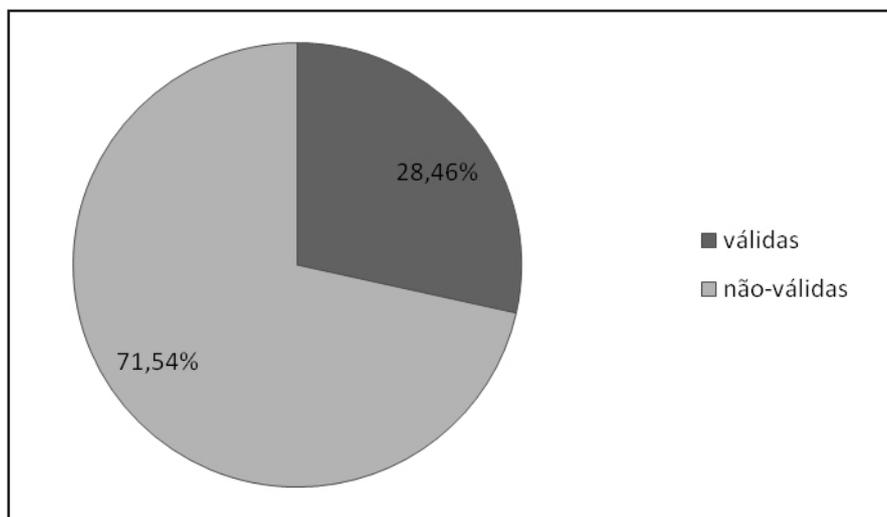


Figura 2: Representatividade das respostas obtidas para as perguntas das subáreas semânticas *acidentes geográficos e elementos hidrográficos* – ALiCoLa

Nota-se que, de acordo com os dados apresentados na Figura 2, houve pouca quantidade de respostas consideradas válidas, fato que pode ter sido ocasionado pelo desconhecimento e/ou desinteresse do referente pelos mais jovens e pela desvalorização de elementos que se referem a regiões não urbanas. Por exemplo, a unidade lexical *rebojo* foi documentada apenas por um informante da faixa etária II, de Corumbá (sede de município).

Entre a subárea semântica, selecionamos três perguntas para serem pormenorizadas, visto que o espaço para discussão é limitado e se destacaram em termos de nomeação: *córrego* (QSL 001), *vazante* (QSL 005) e *redemoinho* (QSL 008). A análise considerou as respostas obtidas e as consideradas válidas e buscou estabelecer relações possíveis entre o referente e o seu nome, considerando, para tanto, motivações diatópicas e questões léxico-semânticas.

Análise dos dados

a) Córrego – pergunta 001/QSL: “rio pequeno e estreito, de uns dois metros de largura”

As respostas apuradas para essa pergunta, nas cinco localidades que integram a rede de pontos do ALiCoLa, estão listadas no quadro que segue, acompanhadas dos seus respectivos percentuais de ocorrência:

Quadro 3: Designações para “o rio pequeno e estreito, de uns dois metros de largura”, nos municípios de Corumbá e Ladário

Item lexical	Percentual
Corixo	24,39%
Lago(a)	19,51%
Córrego	17,07%
Riacho	12,19%
Piscina	4,87%
Rio	4,87%
Vazante	4,87%
Baía	2,43%
Braço de rio	2,43%
Cachoeira	2,43%
Canal de rio	2,43%
Ilha	2,43%

De acordo com o que se observa na ilustração, 54% dos itens lexicais apurados foram considerados “respostas válidas”, sendo: *corixo*, *córrego*, *riacho*, *canal de rio* e *braço de rio*.

Corixo configura-se como uma unidade lexical de cunho regional do Centro-Oeste, em especial do Pantanal, na medida em que, além da produtividade alcançada entre os informantes entrevistados, está identificado como marca dialetal de Mato Grosso e Goiás em dois dicionários de Língua Portuguesa: Houaiss (2001), “Regionalismo: Mato Grosso, Goiás. Canal que liga as águas de lagoas, alagados etc. com os rios próximos; corixe, corixo; e Aulete (2009), “Bras. GO/MT Canal por onde se escoam para os rios as águas das lagoas, brejos ou campos baixos; Corixa; corixe.

Já para a unidade lexical ‘córrego’ encontramos as seguintes definições: Houaiss (2001) – “Regionalismo: Brasil. pequeno rio com fluxo de água bastante tênue; corgo, riacho”; Aulete (2009), “rio pequeno, com pouco volume de água”, sendo sinônimo de: “arroio, corgo, riacho, ribeiro, ribeirão”.

Também a unidade lexical ‘riacho’ foi obtida como resposta e está dicionarizada na acepção em que foi empregada pelos informantes do ALiCoLa: “s.m ‘pequeno rio; ribeiro; regato’ (HOUAISS, 2001) e “Rio pequeno; regato; ribeiro” (AULETE, 2009).

Ainda foram aceitas como respostas válidas as unidades lexicais *canal de rio* e *braço de rio*. A primeira foi aceita devido à sua menção na definição de *corixo* como sendo um canal e também por ser definida na acepção de “sulco ou vala corrida, natural ou artificial, por onde corre água” (HOUAISS, 2001). Já a segunda foi considerada uma analogia de *braço* ao *canal*.

Considerando-se, pois, as respostas válidas para o conceito em questão, foi produzida a Carta Lexical 002 (Figura 3), que demonstra a distribuição diatópica dessas variantes lexicais e fornece informações acerca da variação diageracional e diassexual.

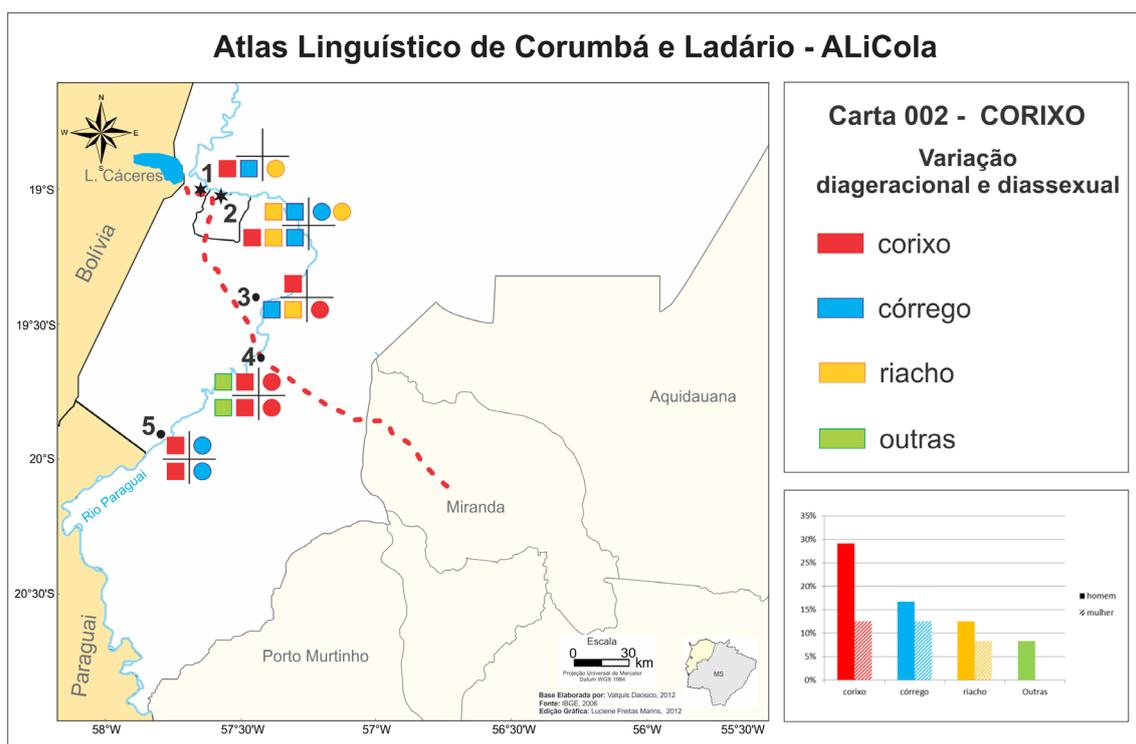


Figura 3: Carta nº 002 do Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário (ALENCAR, 2013)

Na carta, observamos a distribuição das unidades lexicais mapeadas de acordo com as peculiaridades diatópicas, como a presença de *corixo* em todas as localidades pesquisadas, com maior produtividade, todavia, em Porto Esperança (Ponto 04), onde figurou como resposta de todos os informantes, seguindo-se pelas localidades de Albuquerque (Ponto 03) e de Coimbra (Ponto 05), em que foi citada por dois informantes em cada localidade. De forma geral, a unidade lexical *corixo* destacou-se entre os falantes do sexo masculino, perfazendo um total de 70% das ocorrências. Ainda cabe destacar que, nos pontos de inquéritos localizados nas áreas sede de município (Corumbá e Ladário), houve baixa produtividade de *corixo*, unidade lexical citada apenas na fala do informante do sexo masculino, da faixa etária II.

Já o item lexical ‘córrego’ teve produtividade similar entre os falantes dos dois sexos, com leve acréscimo percentual para os informantes do sexo masculino, que computou 57% das ocorrências, e 42% para o sexo feminino. Além disso, ‘córrego’ está presente em quase todos os pontos de inquérito, exceto em Porto Esperança (Ponto 04).

Outras singularidades ocorrem com as respostas: *riacho*, por exemplo, que ocorre em apenas três pontos de inquéritos, que são: Corumbá, Ladário e Albuquerque. Já as designações *braço de rio* e *canal de rio*, que foram agrupadas na legenda no item lexical “outras¹”, só aparecem em Porto Esperança (Ponto 04).

A seguir, passamos à análise das designações apuradas como respostas para a pergunta 005/QSL:

¹ O registro “outras” faz referência às respostas obtidas que tiveram apenas uma ocorrência e, portanto, na cartografia dos dados, optou-se por agrupá-las.

b) **Vazante:** – pergunta 005/QSL: “a terra plana e baixa temporariamente alagada pelas enchentes dos rios”

Quanto à segunda questão analisada, as respostas obtidas para “a terra plana e baixa temporariamente alagada pelas enchentes dos rios”, resultaram em dezoito unidades lexicais, representadas no Quadro 4, na sequência.

Quadro 4: Designações para “a terra plana e baixa temporariamente alagada pelas enchentes dos rios”, nos municípios de Corumbá e Ladário

Item Lexical	Percentual
Vazante	13,33%
Areia	10%
Pantanal	10%
Planície	6,66%
Enchente	6,66%
Barranca(o)	6,66%
Campo alagado	6,66%
Cheia(o)	6,66%
Camalote	3,33%
Estrada	3,33%
Lago	3,33%
Lama	3,33%
Baixada	3,33%
Baixio	3,33%
Rio	3,33%
Seco	3,33%
Subsolo	3,33%
Aguapé	3,33%

Observando-se as respostas obtidas no Quadro 4, percebe-se 23,32% das respostas consideradas válidas, que são as unidades lexicais: *vazante*, *campo alagado* e *baixio*.

A resposta *vazante* é definida como “Regionalismo: Mato Grosso; Cada um dos córregos temporários que ligam as extensas lagoas, separadas por cordilheiras, no pantanal” (HOUAISS, (2001) e “Bras. MT Campo alagado pelas águas das chuvas; Bras. BA/MG Inundação nas margens dos rios pelas águas pluviais” (AULETE, 2009).

A unidade lexical *campo alagado*, por sua vez, foi definida pela acepção de ‘alagado’, sendo assim, ela pode ser caracterizada como “pequeno lago, lagoa ou porção de água estagnada, decorrente de chuva ou inundação, e de existência temporária” Houaiss (2001), o que também encontramos em Aulete (2009): “Pequeno lago temporário, formado por águas acumuladas de chuva, de inundação etc.”

Para *baixio* foram consideradas as seguintes acepções: “banco de areia ou rochedo coberto por escassa quantidade de água do mar ou de rio; baixia. Rubrica: geografia. Regionalismo: Amazônia. Espécie de enseada que os rios formam nos terrenos marginais e onde, por ocasião das vazantes, a água se empoça” Houaiss (2001) e, ainda, “1. Banco de areia ou rochedo próximo à superfície da água. 2. Amaz. Enseada formada pelos rios

na época da vazante. 3. N.E. Depressão rodeada de cadeia de montanhas, onde se depositam as águas pluviais” (AULETE, 2009).

Considerando as respostas válidas e o perfil do informante para o conceito em questão, obtivemos, na região estudada, os dados necessários para a realização do Quadro 5.

Quadro 5: Respostas válidas para “a terra plana e baixa temporariamente alagada pelas enchentes dos rios”, considerando o perfil do informante do ALiCoLa

Pontos	Corumbá	Ladário	Albuquerque	Porto Esperança	Coimbra
Masculino – Faixa I		campo alagado			campo alagado
Feminino – Faixa I					
Masculino – Faixa II			vazante baixio	vazante	Vazante
Feminino – Faixa II				vazante	

Observamos, pelas respostas apresentadas no Quadro 5, que ‘vazante’ é utilizada apenas pelos informantes das sedes dos distritos e pertencentes à faixa etária II. Em sua maioria, as ocorrências estão entre o gênero masculino, excetuando-se pela informante II, de Porto Esperança (Ponto 04). Pela distribuição das respostas, é provável que os informantes que apresentaram respostas válidas tenham maior contato com o referente. Além disso, a região urbana de Corumbá e Ladário não costuma apresentar o fenômeno referido.

Para as ocorrências de ‘campo alagado’, temos apenas a resposta de dois informantes do gênero masculino, da faixa etária I. Quanto à variação diatópica, as respostas não caracterizam localidades urbanas, nem rurais porque a expressão *campo alagado* foi proferida apenas em Ladário (Ponto 02) e Coimbra (Ponto 05). Já a palavra ‘baixio’ é utilizada por um único informante, do sexo masculino, faixa etária II, da localidade de Albuquerque (Ponto 03).

A seguir, passaremos às considerações da próxima pergunta selecionada.

c) Redemoinho: pergunta 008/ QSL – “a água que começa a girar, formando um buraco, na água, que puxa para baixo. Como se chama isto?”

Quanto à terceira questão analisada, observamos que as respostas obtidas somaram nove designações e o percentual para cada uma dessas respostas está representado no Quadro 6, que segue.

Quadro 6: Percentual das respostas obtidas para a questão “muitas vezes, num rio, a água começa a girar, formando um buraco, na água que puxa para baixo. Como se chama isto?”

Item Lexical	Percentual
Redemoinho	36,66%
Rebojo	33,33%
Poço	6,66%
Funil	6,66%
Onda	3,33%
Corrente de água	3,33%
Correnteza	3,33%
Remanso	3,33%
Vulcão	3,33%

Dentre as perguntas analisadas neste artigo, observamos que essa – “muitas vezes, num rio, a água começa a girar, formando um buraco, na água que puxa para baixo. Como se chama isto?” – foi a que contabilizou maior percentual de respostas consideradas válidas, 76,65%, sendo: *redemoinho*, *rebojo* e *funil*.

A palavra ‘redemoinho’ é definida como *remoinho*, ou seja, “movimento de rotação em espiral; turbilhão de água que se forma no mar ou no rio, devido a cruzamento de correntes contrárias de águas; voragem, sorvedouro” (HOUAISS, 2001), ou, “1. Ação ou resultado de redemoinhar, de adquirir movimento rotativo em espiral, esp. de água ou vento 2. Movimento de rotação ou em espiral; REMOINHO; RODAMOINHO; TURBILHÃO; VÓRTICE” (AULETE, 2009).

Para ‘rebojo’ apresenta-se as seguintes acepções: “movimento de rotação em espiral causado por queda de cachoeira; remoinho. 2 remoinho de água que se forma no mar ou no rio e leva coisas para o fundo; sorvedouro, turbilhão, voragem” (HOUAISS, 2001) e, ainda, “Redemoinho ou contracorrente provocados pela sinuosidade do rio; VORAGEM; SORVEDOURO; 2. Redemoinho de vento, ao mudar subitamente de direção” (AULETE, 2009).

A unidade lexical ‘funil’, por seu turno, não está dicionarizada como sinônimo de *redemoinho*, no entanto, é possível relacioná-la ao referente devido ao movimento em espiral que o elemento da natureza citado realiza.

Portanto, de acordo com as respostas validadas para o conceito em questão, obtivemos, na região estudada, a realização da carta lexical nº 013, que considerou as variações diatópica, diageracional e diassexual e está representada pela Figura 4, na sequência.

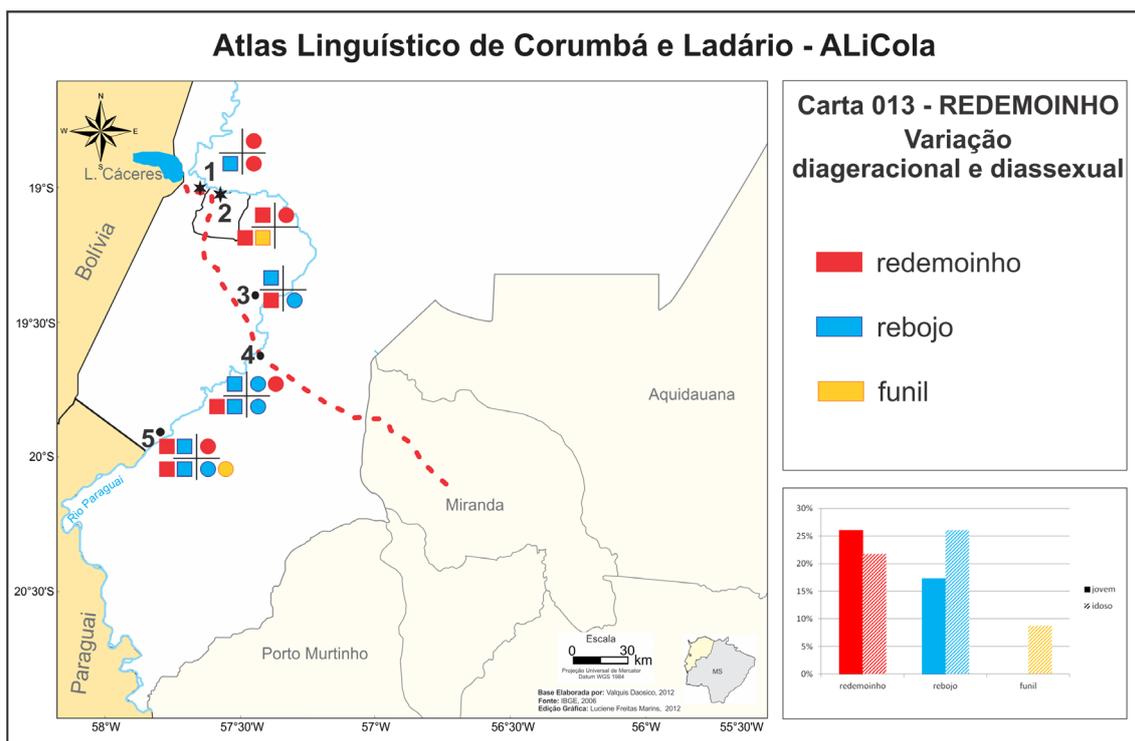


Figura 4: Carta N° 013 do Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário (ALENCAR, 2013)

Observa-se, por meio da carta n° 013, do ALiCoLa, que a palavra *redemoinho* se mostrou produtiva em toda a rede de pontos e sua maior produtividade acontece, especialmente, nas localidades de Ladário (Ponto 02) e Coimbra (Ponto 05), ao ser mencionada como resposta por 75% dos informantes. Quanto ao gênero e faixa etária dos informantes que a preferiram, pode-se afirmar que *redemoinho* esteve igualmente presente na fala de todos os informantes, totalizando 50% das ocorrências entre cada gênero e percentual coincidente entre as faixas etárias I e II.

Por sua vez, a unidade lexical ‘rebojo’ não apresentou tanta uniformidade nos dados quanto ‘redemoinho’. Nos pontos localizados nas sedes do município temos apenas uma ocorrência de *rebojo* citada pelo informante masculino, faixa etária II, já nas sedes dos distritos a palavra aparece em todos os pontos, sendo mais produtiva, respectivamente, em: Porto Esperança (Ponto 04), com quatro ocorrências; Coimbra (Ponto 05) com três, e Albuquerque (Ponto 03), com duas. Quanto à variação diageracional e diassexual, pontua-se que 60% das ocorrências de *rebojo* ocorreram na faixa etária II e, também, repete-se o percentual quanto aos informantes do sexo masculino.

Ainda, pontua-se a presença da resposta *funil*, que aparece em duas localidades: Ladário (Ponto 02) e Coimbra (Ponto 05). Ambas as ocorrências estão relacionadas à faixa etária II, diferindo-se apenas quanto ao gênero dos entrevistados, sendo que na sede do município a unidade lexical foi citada por um homem e, na sede do distrito, por uma mulher.

Além dos dados apresentados neste trabalho, buscamos igualmente destacar a ocorrência de designações obtidas para outros trabalhos dialetológicos que abrangem a região linguística em que foram coletados os dados do ALiCoLa. Para isso, acrescentamos as análises os dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB) e Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul (2007).

Primeiramente, iremos expor as questões coincidentes entre o atlas estadual e o ALiCoLa bem como as respostas semelhantes, e, posteriormente discutiremos as informações do projeto nacional e seus resultados, comparados ao Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário.

Considerando os dois atlas linguísticos já concluídos (ALMS, ALiCoLa), destacamos as respostas obtidas no ALMS para duas questões idênticas nos trabalhos citados, de acordo com as localidades de Corumbá (Ponto 12), representada pela cor branca, e Porto Esperança (Ponto 26), representada pelo tom de cinza:

Quadro 7: Respostas obtidas em Corumbá e Porto Esperança no Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul

Pergunta	Masculino – Faixa I	Feminino – Faixa I	Masculino - Faixa II	Feminino - Faixa II
Como se chama um rio pequeno, de uns dois metros de largura (QSL 001)	Rio	Córrego	Córrego	Canal
	Corixo	Córrego	Corixo	Lagoinha
Como se chama a terra plana e baixa temporariamente alagada pelas enchentes dos rios? (QSL 005)	---	Vazante	Pantanal	Enchente
	Vazante	---	---	Enchente

Observa-se que as respostas para o “rio pequeno e estreito de uns dois metros de largura”, presentes no ALMS, não apresentam designações novas se comparadas com os resultados já analisados do Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário. Situação semelhante acontece com a designação vazante, para “a terra plana e baixa temporariamente alagada pelas enchentes dos rios”. Por outro lado, as respostas *enchente* e *pantanal* são apontadas como dados diferentes dos apontados pelo ALiCoLa.

Ao considerarmos as respostas obtidas para as perguntas coincidentes entre o ALiCoLa e o Projeto ALiB, foi possível estruturar o Quadro 8, a seguir, que apresenta os dados obtidos pelas coletas do projeto nacional, em Corumbá (ponto 113):

Quadro 8: Ocorrência das respostas obtidas em Corumbá para as perguntas analisadas de acordo com a coleta do Projeto ALiB

Pergunta	Masculino – Faixa I	Feminino - Faixa I	Masculino - Faixa II	Feminino - Faixa II
Como se chama um rio pequeno, de uns dois metros de largura (QSL 001)	Corixo	Corixo	Corixo	Corixo
Muitas vezes, num rio, a água começa a girar, formando um buraco, na água, que puxa para baixo. Como se chama isto? (QSL 008)	Rebojo	--	Rebojo	Rebojo

Por meio da observação do Quadro 8, verifica-se que os dados obtidos pelo projeto ALiB se aproximam mais dos resultados apresentados na análise exposta sobre as três perguntas da subárea semântica dos *acidentes geográficos e elementos hidrográficos*

do Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário no que tange às unidades lexicais, em que *corixo* apresenta-se como a variante mais produtiva. Sendo assim, a designação *corixo*, que consta nos três trabalhos dialetológicos da região, destaca-se como uma marca do regionalismo.

Considerações finais

Ao serem analisadas as três perguntas da área semântica *Acidentes Geográficos e Elementos Hidrográficos*, do Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário, e considerando-se a sua importância nos demais trabalhos dialetais da região, faz-se necessário pontuar que as unidades lexicais *corixo*, *córrego* (QSL/001), *vazante*, *baixio* (QSL/005) e *rebojo* (QSL/008) são consideradas “regionalismos brasileiros”, sendo que, de modo particular, as variantes *corixo* e *vazante* são marcadas como regionalismos específicos do Mato Grosso, estado do qual se originou o atual Mato Grosso do Sul, após divisão, em 1977.

Essas unidades lexicais são palavras que caracterizam a região em que estão configuradas, o Pantanal sul-mato-grossense, e suas ocorrências estão presentes em obras regionais, como é o caso do Glossário Pantaneiro (CORRÊA, 2001), que elenca elementos utilizados e presentes na vida dos moradores das fazendas da região. Para Corrêa (2001, p. 29), *corixo* é definido como um

[...] canal natural formado em matas, ou nos campos limpos, que nas enchentes pegam muita água e correm como um rio, levando a água para as ‘vazantes’ e para os campos; normalmente nasce de uma baía, ou de um rio e deságuam da mesma forma. Pequeno curso d’água, intermitente, ligando as baías.

Já a unidade lexical *vazante* é definida como “local geralmente seco, porém mais baixo que a média dos campos e com as primeiras chuvas empossam a água com mais facilidade até juntar água suficiente para correr e espalhar-se pelos campos” (CORRÊA, 2001, p. 71).

Ambas as unidades lexicais foram respostas bastante produtivas e, acompanhadas da unidade lexical ‘rebojo’, marcam, em sua maioria, uma tendência de fala do informante masculino. Isso nos faz refletir sobre a questão dos regionalismos estarem atrelados não só a localidades específicas, como também a questões temporais:

[...] Nessa perspectiva, examinar um léxico regional significa necessariamente considerar o eixo do espaço e o eixo do tempo. O primeiro, ligado às especificidades regionais e à consequente mobilidade dessas especificidades de um espaço geográfico para outro, em decorrência de processos migratórios; o segundo, relacionado à tendência conservadora da língua, que normalmente se manifesta de forma mais acentuada em regiões menos susceptíveis a influências dos meios de comunicação de massa. (ISQUERDO, 2003, p. 166)

Possivelmente o sexo masculino optou por essas respostas tendo em vista o papel desempenhado por esse gênero na região analisada, onde homens trabalham com a lida do gado e estão em constante contato com a natureza. Além disso, algumas unidades lexicais acentuam-se ao considerarmos os entrevistados dos distritos e, também, da faixa etária II, como é o caso de *vazante* (QSL 005), em que todas as ocorrências foram fornecidas por informantes da faixa etária II, dos distritos, e, ainda, de ‘rebojo’, (QSL 008), que foi

citada por 10% dos informantes de Corumbá e de Ladário e por 90% dos informantes das sedes dos distritos.

Além dos dados explorados por este estudo, cabe acrescentar uma fala relatada pela informante do Projeto ALiB ao responder ao Questionário Semântico Lexical, a respeito da pergunta 001, sobre “o rio pequeno e estreito de uns dois metros de largura”. A entrevistada afirma que não existe *córrego* na região: “No pantanal não, no pantanal aqui num tem *córrego*, aqui nós falamos *curicho*” (ALiB, Ponto 113, informante 04), destacando a diversidade lexical e a relação indissociável entre o homem e o meio em que vive ao ressaltar esse memorável ícone pantaneiro. Assim, diante do exposto, os dados analisados apontam para uma diversidade lexical na designação desses conceitos, refletindo aspectos da interação entre o homem e o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, B. A. *Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário: uma descrição da língua portuguesa falada no extremo oeste de Mato Grosso do Sul*. 2013. 620 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.
- AULETE, C. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Versão eletrônica. Rio de Janeiro: Lexikon, 2006.
- CARDOSO, S. A. M. *Geolinguística*. Tradição e modernidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, 198 p.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas Linguístico do Brasil: Questionários 2001*. 2. ed. Londrina: Editora da UEL, 2001. 47 p.
- CORRÊA, L. R. *Glossário Pantaneiro*. Campo Grande: Sodepan, 2001. 72 p.
- HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, Instituto Antonio Houaiss, 2001.
- ISQUERDO, A. N. Léxico em tempo e espaço: a questão dos regionalismos. In: MARIN, Jéri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de (Org.). *História, região e identidades*. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2003. p. 165-181.
- OLIVEIRA, D. P. (Org.). *Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul (ALMS)*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2007. 271 p.

A variação entre *ter* e *haver* em construções existenciais na fala e na escrita da variedade riopretense: uma análise dos grupos de fatores relevantes

(The linguistic variation between existential *ter* and *haver* in the speech and writing of São José do Rio Preto's variety: analysis of the main group of factors)

Carolina Sartori de Oliveira

Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

carolsart_2@hotmail.com

Abstract: The general objective of this study, which analyses data in apparent time, is to verify two possibilities. Firstly, the occurrence of a consolidated process of linguistic variation between existential *ter* and *haver* in the spoken language in São José do Rio Preto. Secondly, the occurrence of the same process or a schooling process which promotes existential *haver* acquisition in the written language of children who attend Junior High School. The theory of this study is based on the assumptions of the Sociolinguistic Variation, developed by Weinreich, Labov and Herzog (2006 [1968]).

Keywords: existential *ter*; existential *haver*; linguistic variation; linguistic change.

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo geral verificar, com base em uma distribuição por tempo aparente, se na fala de São José do Rio Preto o processo de variação entre as formas *ter* e *haver* existenciais está consolidado, e, ao mesmo tempo, verificar na escrita de crianças do segundo ciclo do ensino fundamental, se ocorre o mesmo processo, ou se ocorre um processo puramente escolar de aquisição de *haver* existencial. O modelo que fornece suporte teórico a esta pesquisa é o da Sociolinguística Variacionista de Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]).

Palavras-chave: *ter* existencial; *haver* existencial; variação linguística; mudança linguística.

Introdução

O fenômeno que se investiga neste trabalho é a variação entre os verbos *ter* e *haver* em construções existenciais. A noção de existência, por exemplo, tem a ver com o domínio semântico, mas, como se sabe, as chamadas construções existenciais se identificam também com um conceito discursivo ou pragmático por conta de seu uso apresentativo. Além dessas justificativas, as sentenças existenciais também podem ser definidas de uma forma estrutural, conforme citam Callou e Avelar (2000, p.87): “trata-se de sentenças em que *ter* ou *haver* ocorre obrigatoriamente com um constituinte interno, e nunca com um constituinte sujeito de referência definida”.

Além dessa definição, justifica-se que, nas construções em que ocorrem, além do valor existencial que compartilham, os verbos *ter* e *haver* ocorrem em predicções mono-argumentais sem sujeito e seguidos de um objeto direto, também denominado argumento interno por Martins e Callou (2003, p. 820): “As estruturas existenciais com *ter* e *haver* ocorrem obrigatoriamente com um constituinte interpretado como objeto direto, mas, em princípio, não com um constituinte sujeito”.

Para ilustrar o fenômeno em investigação, apresentamos os seguintes exemplos retirados do *corpus* de *língua falada* (exemplos 1 e 2) e do *corpus* de *língua escrita* (exemplos 3 e 4):

- (1) “[...] lá no Santa Helena num **tinha** ninguém pra me atendê(r) aí eu fui na Beneficência...” (AC 009/NE/ L 33)
- (2) “[...] em vários ramos de atividades e etcetera... e **havia** um ramo que era muito interessante [...]” (AC 099/ NE/ L 47)¹.
- (3) “[...] e não parava de pensar que iria ser preso mas ele não sabia que a 500 metros na frente **tinha** uma ladeira enorme.” (Z08_5A_12M_01).
- (4) “**Havia** duas pessoas que brigavam muito.” (Z08_8B_12M_01)².

A literatura sociolinguística tem dado um tratamento variável a esse fenômeno, demonstrando haver, em geral, uma maior frequência de uso de *ter* em detrimento do uso de *haver*. Esse quadro de variação, aparentemente consolidada em proveito de *ter*, foi provavelmente impulsionado pela aproximação semântica entre esses dois verbos, que os tornaram, portanto, duas formas com o mesmo significado no mesmo contexto linguístico, o que configura um caso explícito de variável sociolinguística.

Descrição do *corpus* de língua falada

A investigação do fenômeno em textos falados se debruça sobre o Banco de Dados IBORUNA, que foi desenvolvido pelo projeto ALIP-Amostra Linguística do Interior Paulista, no período de março de 2004 a setembro de 2007, como uma resposta à demanda dos Membros de Pesquisa em Gramática Funcional em se voltar para dados da variedade riopretense (GONÇALVES; TENANI, 2008). Esse banco de dados é constituído por falantes da cidade-sede – São José do Rio Preto – e de Mirassol, Bady Bassitt, Guapiaçu, Cedral, Onda Verde e Ipiguá, que são municípios circunvizinhos à cidade-sede, e apresenta dois tipos de amostras, a *Amostra Censo* e a *Amostra Interação*.

O Banco de Dados IBORUNA apresenta cinco tipos de inquéritos: *narrativas de experiência pessoal*, *narrativa recontada*, *relato de descrição*, *relato de procedimento* e *relato de opinião*. Esta pesquisa se limita, contudo, apenas à utilização da *Amostra Censo* e à observação das *narrativas de experiência pessoal*, perfazendo um total de 152 inquéritos analisados.

Descrição do *corpus* de língua escrita

Para a análise dos dados de língua escrita foi utilizado um *corpus* de produções textuais escritas por alunos do segundo ciclo do ensino fundamental. O *corpus* pertence ao Banco de Dados de Produções Escritas do Ensino Fundamental, organizado pela professora

1 Os códigos do *corpus* de língua falada podem ser interpretados da seguinte maneira: **AC 009**- Amostra Censo (009); **NE**- narrativa de experiência pessoal; **L 33**- exemplo retirado da linha 33.

2 A interpretação do código referente ao *corpus* de língua escrita deve ser realizada da seguinte forma: **Z08**- letra inicial do nome da escola e o ano em que o *corpus* foi coletado; **5A**- série em que o texto foi produzido; **12M**- número do aluno (a) na lista de chamada e gênero masculino (M) ou feminino (F); **01**- a proposta textual desenvolvida pelo aluno (**P1**).

Dra. Luciani Ester Tenani para servir de base ao projeto de pesquisa *Aspectos segmentais e prosódicos da escrita de crianças e adolescentes: evidências de relações entre enunciados falados e escritos*, apoiado pela Fapesp - Proc. (2009/14848-6).

Esse banco de dados é constituído por uma amostra transversal, o que implica considerar que a coleta dos dados ocorreu apenas no ano de 2008. Esse banco transversal é composto por produções textuais de alunos de 5ª a 8ª série (6º ao 9º ano), produzidas durante o desenvolvimento de seis oficinas em uma escola pública da cidade de São José do Rio Preto. Esta pesquisa se limita, contudo, à análise dos textos produzidos apenas na 5ª e na 8ª série, o que perfaz um total de 1.224 unidades textuais assim distribuídas: 593 textos da 5ª série (5A; 5B; 5C) e 631 textos da 8ª série (8A; 8B; 8C). Além disso, é importante ressaltar que as produções textuais de cada série apresentam seis diferentes tipos de propostas (P1, P2, P3, P4, P5 e P6).³

A teoria da variação e mudança

Esta pesquisa apresenta como suporte a teoria da variação e mudança formulada por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), em que a língua é definida como um objeto de estudo heterogêneo e não homogêneo, como até então havia sido postulado pela teoria estruturalista e gerativista. Partindo dessa concepção, Camacho (2003) afirma que Saussure, ao distinguir a *língua* da *fala*, acaba separando o que é geral e social do que é individual, estruturando a noção de que a língua é um sistema fechado em si mesmo. Por outro lado, segundo Camacho (2013), a teoria gerativista postulada por Chomsky, apesar de ter revolucionado a teoria da linguagem em alguns aspectos, acabou mantendo a concepção de Saussure de que a análise da língua deve se reduzir aos aspectos formais.

Ao se partir da diferenciação entre os pressupostos estruturalistas/gerativistas e sua relação com a teoria da variação e mudança, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) afirmam que a mudança linguística, na perspectiva da teoria da variação e mudança, é condicionada por fatores sociais e estruturais determinados no espaço linguístico, que promove processos de transição das mudanças linguísticas. Os autores admitem ainda que, na gramática de uma determinada comunidade linguística, existe a alternância de uma forma conservadora e de uma forma inovadora, em que a coexistência dessas duas formas indica uma mudança linguística em progresso, determinada por parâmetros de natureza social.

Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 85) também afirmam que, em um determinado momento da mudança linguística, “as questões sociais e linguísticas se resolvem conjuntamente; quando a oposição já não se mantém, a variante conservadora desaparece”. É importante notar que, no momento em que ocorre a difusão da forma inovadora por toda a comunidade social, a mudança linguística deixa o estágio de progresso e passa a tornar-se categórica.

Esse aspecto é relevante para justificar o fundamento teórico desta pesquisa, pois, ao se considerar a forma *haver* existencial como conservadora e *ter* existencial como inovadora,

³ As propostas não foram detalhadas, uma vez que o grupo de fatores *proposta textual* não será analisado neste artigo. Para maiores informações desse *corpus* e as respectivas propostas textuais que o constituem, sugere-se a leitura de: REIS, M. C.; TENANI, L.E. *Registros da heterogeneidade da escrita*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

principalmente na língua falada, observa-se a ocorrência de um desfavorecimento, em termos linguísticos, internos, e em termos sociais, externos, da forma original em detrimento da forma inovadora. Objetiva-se confirmar essa hipótese nos dados de fala da variedade riopretense, o que pode levar à afirmação de que o fenômeno variável entre *ter* e *haver* em construções existenciais se encontra em processo efetivo de mudança nessa variedade.

Os dados de língua escrita, todavia, apontam para uma resistência de *haver* existencial como se ainda persista, nos registros mais formais, o caráter normativo e, portanto, também prestigioso dessa variante em relação a *ter* existencial. Esses dados residuais justificam plenamente a relevância de estender a análise dessas formas variantes na variedade riopretense a dados de língua escrita, especialmente de crianças em processo de letramento formal, para que seja possível confirmar a hipótese de que, na língua escrita da variedade riopretense, a variação entre *ter* e *haver* existenciais ocorre porque a criança adquire *haver* existencial durante o processo de escolarização.

Deduz-se, portanto, que é o modelo da sociolinguística quantitativa que fornece o suporte teórico mais relevante para esta pesquisa, especialmente a introdução à teoria da mudança, fornecida por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]).

***Ter e Haver* existenciais: definição nas Gramáticas da Língua Portuguesa**

Apesar da flutuação existente entre os verbos *ter* e *haver* existenciais, uma breve análise de algumas gramáticas da língua portuguesa, como as de Rocha Lima (1986), Cunha (1970), Bechara (2006) e Cunha e Cintra (2007) e Ilari e Basso (2008), mostra que todos os autores fazem referência à ocorrência do verbo *haver* como impessoal.

A análise das gramáticas em geral mostra que as construções existenciais com *ter* e *haver* foram consideradas apenas por Cunha (1970) e Ilari e Basso (2008). Cabe ressaltar que, apesar da menção dos verbos existenciais, esses autores apresentam semelhanças e diferenças ao tratar desses verbos. Por outro lado, as gramáticas de Rocha Lima (1986), Bechara (2006) e Cunha e Cintra (2007) apenas descrevem as construções existenciais com o verbo *haver*, desconsiderando o verbo *ter* como impessoal.

Essa constatação permite concluir que, como a maioria das gramáticas se volta para a descrição da língua escrita, prestigiada socialmente, as construções com o verbo *ter* existencial acabam não sendo relatadas, uma vez que o uso desse verbo é tido como inovador e, portanto, avaliado como desprestigiado na língua escrita.

***Ter e Haver* existenciais: definição nos livros didáticos**

Os livros do Ensino Fundamental observados são pertencentes à coletânea de 5^a a 8^a série (6^o ao 9^o ano) de Cereja e Magalhães (1998, 2009a, 2009b, 2009c). Em relação aos livros do Ensino Médio, os dois livros abordados são volumes únicos, sendo um deles de Cereja e Magalhães (2003), e o outro de Campadelli e Souza (2000).

A observação dos livros do Ensino Fundamental demonstra a existência de uma gradação no ensino dos verbos *ter* e *haver* existenciais, e é nas séries iniciais (5^a-6^o ano,

6^a-7^o ano e 7^a-8^o ano) que se mostra a possibilidade de ocorrerem dois verbos com sentido existencial, *ter* e *haver*. Já no último ano do Ensino Fundamental, o 9^o, observa-se uma mudança: passa-se a considerar que o aluno já tenha internalizado a ocorrência das duas formas para exprimir *existência* no português, *ter* ou *haver*; porém é importante ressaltar que o ponto de partida que se toma é o de que o aluno já sabe distinguir os usos da forma conservadora e prestigiada, *haver*, e da forma inovadora e possivelmente estigmatizada, *ter*.

A análise dos dois livros didáticos do Ensino Médio demonstra que Cereja e Magalhães (2003) não assinalam a ocorrência de *ter* existencial, de forma que não citam nenhum exemplo em notas indicativas sobre “exceções” que podem ocorrer na língua envolvendo esse tipo de verbo. O livro de Campadelli e Souza (2000) apresenta uma abordagem dos verbos existenciais que difere da abordagem de Cereja e Magalhães (2003), já que sugerem o emprego do verbo *ter* como existencial. Além disso, é interessante observar que Campadelli e Souza (2000) deixam claro que o verbo *ter* existencial se trata de uma forma “popular”, portanto “inovadora” na língua portuguesa.

Em resumo, pode-se considerar que, a partir dos níveis mais avançados de escolarização, iniciados na 8^a série do Ensino Fundamental (9^o ano), os livros didáticos passam a retratar com maior frequência a descrição de *haver* existencial, classificado como a forma correta e de prestígio, em contraposição ao verbo *ter* existencial, que é tido como a forma estigmatizada e coloquial.

Descrição e análise dos dados

No presente artigo optou-se por analisar apenas os grupos fatores selecionados como relevantes pelo programa estatístico Goldvarb. Partindo dessa afirmação, ressalta-se que a variável dependente analisada é *binária*, constituída das seguintes variantes: verbo *ter* existencial e o verbo *haver* existencial.

A partir dessas considerações, destaca-se que para o *corpus* de língua falada foram observados os seguintes grupos de fatores: (i) *especificidade semântica do argumento interno* e (ii) *tempo verbal*. Diferentemente do *corpus* de língua falada, no de língua escrita os grupos de fatores observados foram: (i) *gênero* e (ii) *escolaridade*.

Em relação ao *corpus* de língua falada, a avaliação do grupo de fatores *especificidade semântica do argumento interno* é baseada nas considerações de Callou e Avelar (2000), Martins e Callou (2003), Vitório (2007) e Batista (2012).

Já as considerações acerca do grupo de fatores *tempo verbal* são embasadas nas observações de Callou e Avelar (2003), Martins e Callou (2003), Vitório (2011) e Batista (2012), e, principalmente, pela teoria de Weinrich (1968) sobre *tempos verbais*, em que este afirma que o tempo *passado* é utilizado com maior frequência em verbos empregados no *mundo narrado*, já o tempo *presente* é mais empregado em verbos utilizados no *mundo comentado*. Por meio da teoria de Weinrich (1968) ainda é possível observar que podem ocorrer “metáforas temporais”, ou seja, inserção de tempos verbais do mundo narrado no mundo comentado ou vice-versa.

Para o *corpus* de língua escrita, o grupo de fatores *gênero* é analisado em comparação aos resultados obtidos por outros autores como Martins e Callou (2003) e Vitório

(2008). E, por fim, o grupo de fatores *escolaridade* é observado em comparação com os trabalhos de Avelar (2006a; 2006b) e Vítório (2010).

Cabe ressaltar que os dados de fala e escrita foram analisados de forma eletrônica pelo programa estatístico GoldVarb (TAGLIAMONTE; ROBINSON; LAWRENCE, 2001). Esse programa, baseado no modelo de sociolinguística quantitativa, fornece uma análise quantitativa das variáveis estudadas, contribuindo para a obtenção de valores percentuais e pesos relativos, que permitem a formulação de generalizações qualitativas sobre a variável dependente investigada.

A variável dependente

De forma geral, pretende-se demonstrar o número de ocorrências de *ter* e *haver* existenciais em ambos os *corpora*, para que seja possível realizar considerações relevantes sobre esse fenômeno de estudo na variedade riopretense.

No *corpus* de língua falada, de 152 inquéritos analisados, foram observados um total de 507 dados de *ter* e *haver* existenciais, sendo 496 (97.8%) de *ter* existencial, e apenas 11 (2.2%) de *haver* existencial, conforme se observa na tabela abaixo:

Tabela 1: Número total de ocorrências de *ter* e *haver* existenciais na língua falada

<i>Ter</i> existencial	<i>Haver</i> existencial	Total
97.8% (496/507)	2.2% (11/507)	100% (507)

No *corpus* de língua escrita foi encontrado um total de 424 dados de *ter* e *haver* existenciais, sendo 323 de *ter* existencial, perfazendo um percentual de 76.2%, e 101 de *haver* existencial, com percentual de 23.8%. A tabela a seguir demonstra a distribuição dessas formas nos dados referentes à língua escrita.

Tabela 2: Número total de ocorrências de *ter* e *haver* existenciais na língua escrita

<i>Ter</i> existencial	<i>Haver</i> existencial	Total
76.2% (323/424)	23.8% (101/424)	100% (424)

A partir dos resultados gerais expostos até o momento, é possível observar que *ter* existencial é altamente utilizado tanto na fala quanto na escrita da variedade riopretense, embora na língua escrita os níveis de *haver* existenciais sejam mais significativos do que na língua falada.

Análise dos grupos de fatores relevantes no *corpus* de língua falada: *especificidade semântica do argumento interno e tempo verbal*

Grupo de fatores *especificidade semântica do argumento interno*

O fator *especificidade semântica do argumento interno*, cujos resultados aparecem dispostos na Tabela 3, foi o primeiro selecionado pelo programa estatístico Goldvarb.

Tabela 3: Distribuição de *ter* e *haver* pela especificidade semântica do argumento interno na língua falada

Fatores	Ter		Haver		P.R de Ter	P.R de Haver
	Apl.	(%)	Apl.	(%)		
<i>Animado + Inanimado ou Material</i>	266/267	99.6	1/267	0.4	0.76	0.24
<i>Abstrato</i>	129/137	94.2	8/137	5.8	0.13	0.87
<i>Espaço + Evento</i>	101/103	98.0	2/103	2.0	0.35	0.65
Total	496/507	97.8	11/507	2.2	<i>Input (0.991)</i> <i>Significância (0.050)</i>	

Para exemplificar esses tipos de argumentos internos, apresentam-se alguns dados retirados do *corpus* em estudo:

- (1) **Argumento Animado: (a)** “[...] mas ao mesmo tempo num **tinha** ninguém... faltava sempre a mesma pessoa [...]” (AC 022/NE/ L 92-93).
- (2) **Argumento Inanimado ou Material: (b)** “[...] hora que eu vi tava jorran(d)o sangue... acho que POR DEUS que **tinha** uma toalha de banho [...]” (AC 027/NE/L 23). / **(c)** “[...] porque **havia** muita (água)... muito prefeito que... direito e tudo mas teve muito prefeito [...]” (AC 0151/NE/L 71-72).
- (3) **Argumento Abstrato: (d)** “[...] FOI corren(d)o abrin(d)o a bolSinha ele viu que num **tinha** na::da... (AC 062-L.100). / **(e)** “[...] e aí **houve** um problema que algumas crianças não tinham o vestido...” (AC 088/NE/L 28-29).
- (4) **Argumento Evento: (f)** “Inf.: AI ainda num **TEM** o(u)tro concurso mas... no próximo que tê(r) eu vô(u) entrá(r)” (AC 005/NE/L 87). / **(g)** “[...] e quando **havia** assim festas... festas da igreja [...]” (AC 093/NE/L 9).
- (5) **Argumento Espaço: (h)** “[...] fui na PRAIA aqui num **tem** pra:ia... fui em bastante lo::ja lá **tem** bastante sho::pping eu gosto de sho::pping...” (AC 012/NE/ L 39-40).

Na Tabela 3, observa-se que os fatores [*animado + inanimado ou material*] e os fatores [*espaço + evento*] foram amalgamados, em vista do surgimento de *knockouts*⁴ nos fatores *animado* e *espaço*. Somente para o fator *animado*, os resultados haviam apontado um total de 148 ocorrências para *ter* existencial, e no fator *espaço*, um total de 81 ocorrências.

Na variedade riopretense a especificação semântica do referente [*animado + inanimado ou material*] favorece o uso de *ter* existencial (0.76) em detrimento do uso de *haver* existencial (0.24). Esses resultados confirmam os obtidos por Callou e Avelar (2000), Martins e Callou (2003) e Batista (2012).

No entanto, a especificidade semântica do referente [+*abstrato*] favorece mais significativamente o uso de *haver* existencial: apesar do alto índice percentual de *ter* existencial (94.2%), o peso relativo obtido (0.13) é muito reduzido se comparado ao de *haver* (0.87). Nesse aspecto, os resultados aqui obtidos em relação a essa especificidade semântica também corroboram os de Callou e Avelar (2000), Martins e Callou (2003) e Batista (2012), em que a variante *haver* prepondera nas construções existenciais com o argumento [+*abstrato*].

⁴ A expressão *knockout* é um termo utilizado no Programa Estatístico Goldvarb para designar os casos em que ocorreram porcentagens de 100%, indicando uma frequência categórica de *ter* ou *haver* existenciais em algum dos fatores investigado.

Por fim, a especificidade semântica do referente [+ *espaço* + *evento*] mostra que, apesar do alto índice percentual de *ter* existencial, o peso relativo correspondente redundou em apenas (0.35) e o de *haver* existencial, em (0.65). Esses índices permitem concluir que argumentos marcados pelos traços semânticos [+ *espaço* + *evento*] favorecem a utilização da variante *haver* em construções existenciais e não de *ter*. Especificamente nesse contexto, pode-se justificar o peso relativo favorecedor de *haver* existencial em função da necessidade metodológica de juntar, na análise, os dois tipos semânticos de argumentos.

Vale a pena ressaltar que o *knockout* do fator [+*espaço*] do argumento interno indica que, nesse contexto semântico, *ter* existencial é categórico. Caso fosse possível analisar esses argumentos separadamente, é possível que os resultados, em termos de pesos relativos, se aproximassem dos resultados de Callou e Avelar (2000), Martins e Callou (2003) e Batista (2012). Esses autores concluíram que o fator [+*espaço*] favorece os usos de *ter* existencial em contraposição ao argumento [+*evento*] que favorece o uso de *haver* existencial. Parece, então, que, na variedade riopretense, o favorecimento de *ter* existencial em argumentos [+*espaço*] é muito mais significativo por atingir inclusive categoricidade.

Grupo de fatores *tempo verbal*

O grupo de fatores *tempo verbal*, cujos resultados aparecem na Tabela 4, foi o segundo selecionado como relevante pelo programa estatístico Goldvarb.

Tabela 4: Distribuição de *ter* e *haver* nos tempos verbais de *passado* e *presente* na língua falada

Fatores	Ter		Haver		P.R de Ter	P.R de Haver
	Apl.	(%)	Apl.	(%)		
<i>Passado</i>	323/332	97.3	9/332	2.7	0.38	0.62
<i>Presente</i>	173/175	98.9	2/175	1.1	0.71	0.29
Total	496/507	97.8	11/507	2.2	<i>Input</i> (0.991) <i>Significância</i> (0.050)	

Os exemplos abaixo demonstram a distribuição desses tempos verbais entre as formas *ter* e *haver* existenciais na variedade riopretense:

- (6) **Tempo Passado:** (i) “[...] e foram resolven(d)o diversos problema... **houve** uma época... em que surgiu uma região [...]” (AC 0117/NE/L 23). / (j) “[...] devia tá parado ali... então diz que **tinha** bigato pra tudo quanto é lado [...]” (AC 0100/ NE/L 85).
- (7) **Tempo Presente:** (k) “[...] ago::ra que **há** motivo de vocês liberá(r) o funcionário que sempre foi bom pra vocês” (AC 063/NE/L 373). / (l) “[...] cheguei em casa e vi um carro lá na frente... aí falamo(s) –“não... **tem** alguém na minha casa...” (AC 052/NE/L 49).

De forma geral, a distribuição de dados exposta na Tabela 4 permite afirmar que os tempos verbais do *passado*, com um total de 332 ocorrências, são os mais utilizados em narrativas de experiência pessoal. Como é esse tipo textual que constitui o *corpus* de língua falada deste trabalho, esse resultado é totalmente esperado em função dos postulados de Weinrich (1968) de que os tempos do *passado* favorecem as construções utilizadas no mundo narrado.

Como pode haver inserções de tempos verbais do mundo comentado no mundo narrado, identificado por Weinrich (1968) como metáfora temporal, pode-se afirmar que esse processo de metáfora temporal ocorre nas narrativas de experiência pessoal que constituem o Banco de Dados IBORUNA, por conta de haver alternância de formas do *presente* e do *passado*. Apesar dessa alternância, existe uma clara preferência em associar um determinado tempo verbal com uma única forma e, no caso da variedade riopretense, observa-se que os tempos do *presente* se associam ao uso de *ter* existencial (P.R. 0.71), enquanto os do *passado*, ao uso de *haver* existencial (P.R. 0.62). Esses resultados confirmam os obtidos por outros autores como Callou e Avelar (2003), Martins e Callou (2003), Vitória (2011) e Batista (2012).

O grupo de fatores *tempo verbal* é metodologicamente relevante, pois, apesar de o tipo textual observado ser o *narrativo*, os índices percentuais de utilização de tempos do *presente* também são elevados se comparados com os índices percentuais dos tempos do *passado*; consistente com essa distribuição é o uso mais frequente de *ter* existencial. Com efeito, como o tempo verbal *presente* favorece a forma *ter* existencial, e como é essa forma a mais empregada na língua falada em termos percentuais, não há dúvidas da relevância do grupo de fatores *tempo verbal* para explicar a frequência praticamente categórica de *ter* existencial na língua falada.

Análise dos grupos de fatores relevantes no *corpus* de língua escrita: gênero e escolaridade

Grupos de fatores gênero

O grupo de fatores *gênero* foi o primeiro selecionado pelo programa Goldvarb, o que significa consistir no mais relevante para a avaliação da variação entre *ter* e *haver* existenciais na língua escrita da variedade riopretense. A Tabela 5 apresenta os valores percentuais e os pesos relativos referentes aos resultados desse grupo de fatores, conforme se observa:

Tabela 5: Distribuição de *ter* e *haver* existenciais por gênero na língua escrita

Fatores	Ter		Haver		P.R. ter	P.R. haver
	Apl.	(%)	Apl.	(%)		
<i>Feminino</i>	153/224	68,3%	71/224	31,7%	0.38	0.62
<i>Masculino</i>	170/200	85%	30/200	15%	0.63	0.37
Total	323/424	76,2%	101/424	23,8%	<i>Input</i> (0,780) <i>Significância</i> (0,002)	

De toda a literatura avaliada sobre *ter* e *haver* existenciais em dados de escrita destaca-se o trabalho de Vitória (2008), que, ao avaliar o grupo de fatores *gênero* denominado pela autora de *sexo*, obteve os seguintes resultados: o gênero masculino manifesta 65% de *ter* existencial (0.51) e 35%, de *haver*, enquanto o feminino, 63% de *ter* existencial (0.49) e 37%, de *haver*.

Segundo essa autora, os pesos relativos obtidos demonstram que a variação entre *ter* e *haver* existenciais na escrita de alunos da cidade de Maceió ocorre em uma escala de neutralidade, o que confirma a não seleção desse fator como relevante para essa variedade (VITÓRIO, 2008). Dessa forma, observa-se que, ao contrário do resultado observado no trabalho de Vitório (2008), o fator *gênero* se mostrou relevante na língua escrita da variedade riopretense.

Ao avaliarem a língua falada, Martins e Callou (2003) constatam que as mulheres costumam liderar processos de mudança linguística, e, por isso, utilizam com maior frequência a forma inovadora, que, no caso desta pesquisa, se define como o verbo *ter* existencial. Esse resultado não pode ser comparado aos dados de língua escrita da variedade riopretense, uma vez que tanto a porcentagem quanto o peso relativo de *ter* existencial no *gênero feminino* não foram significativos se comparados com os resultados do *gênero masculino*.

Essas observações sobre o grupo de fatores *gênero* permitem concluir uma inversão de resultados sobre a influência desse fator na distribuição das formas existenciais na língua escrita da variedade riopretense. Pode-se supor que, na variedade riopretense, as meninas apresentam maior tendência pelo uso de *haver* existencial (P.R. 0.62) pelo fato de se apresentarem mais ciosas da formalidade do registro escrito em sua produção textual. Essa suposição pode ser verdadeira também para o comportamento dos meninos, mas numa relação inversa: como não manifestam atributos de maior consciência com a diferença de formalidade do contexto, registram tendência mais acentuada pelo uso da forma inovadora no processo de produção escrita (P.R. 0.63).

Grupo de fatores *escolaridade*

O segundo grupo de fatores selecionado pelo programa Goldvarb foi a *escolaridade*, conforme se pode observar nos resultados da Tabela 6 abaixo:

Tabela 6: Distribuição de *ter* e *haver* por escolaridade na língua escrita

Fatores	Ter		Haver		P.R. ter	P.R. haver
	Apl.	(%)	Apl.	(%)		
5ª série (6º ano)	121/143	84,6%	22/143	15,4%	0,63	0,37
8ª série (9º ano)	202/281	72%	79/281	28%	0,43	0,57
Total	323/424	76,2%	101/424	23,8%	<i>Input</i> (0,780) <i>Significância</i> (0,002)	

A avaliação da coletânea didática de Cereja e Magalhães (1998; 2009a; 2009b; 2009c) destinada à seriação escolar que vai da 5ª à 8ª série, permitiu observar uma menção à variação entre os verbos *ter* e *haver* existenciais apenas no conteúdo referente à 5ª série (6ºano) e à 7ª série (8ºano); já no conteúdo da 6ª série (7ºano) não há menção a nenhum dos dois verbos e, no da 8ª série (9ºano), faz-se menção apenas ao emprego de *haver* existencial.

De forma geral, observa-se que a variação entre os verbos *ter* e *haver* existenciais é tratada mediante a introdução de exercícios nas séries iniciais de 5ª série (6ºano) e 7ª

série (8ºano). Desse modo, quando o aluno chega ao final do Ensino Fundamental, 8ª série (9ºano), assinala-se apenas a ocorrência de um verbo existencial, *haver*, tido como de prestígio, e, principalmente, associado à língua escrita.

Pode-se demonstrar a assimilação do conteúdo escolar pelos alunos que cursam a 8ª série (9º ano) de uma escola estadual regular pelos índices percentuais e pelos pesos relativos resultantes da avaliação do *corpus*, que deixam claro a influência da escolaridade no processo de variação entre essas duas formas existenciais. Os resultados mostram altos índices percentuais de *ter* existencial na 8ª série (9º ano), 72%, em contraposição a 28% de *haver* existencial; no entanto, os pesos relativos demonstram certa proximidade estatística na utilização de *haver* e *ter* existencial nessa série, com leve tendência para o uso de *haver* (P.R. 0.57) em vez de *ter* (P.R. 0.43). Esses dados apontam que, na língua escrita, *haver* existencial, a mais conservadora, ainda é considerada a forma de prestígio ao menos no contexto do ensino formal.

Em contraposição, a 5ª série (6ºano) apresenta índice percentual e peso relativo mais significativo para de *ter* existencial do que para *haver* existencial. Se comparados com os da 8ª série, esses resultados parecem confirmar positivamente a hipótese de aquisição tardia de *haver* existencial, praticamente promovida durante a aquisição formal da escrita pelo processo escolar. Parece que, na 5ª série (6º ano), os alunos ainda mostram traços de permanência da prática de oralidade no letramento, que vão sendo aos poucos apagados conforme avança a prática de letramento formal.

O fator *escolaridade* também foi avaliado por outros autores, como Avelar (2006a; 2006b) e Vitória (2010), que verificaram a variação do fenômeno estudado em outras variedades.

Avelar (2006a), por exemplo, ao analisar a língua falada e a escrita detectou que os índices de *ter* existencial são mais frequentes na língua falada (87%) do que na língua escrita (14%). Já para o *haver* existencial ocorre um processo inverso, uma vez que, na fala, seus índices são de (13%) e, na escrita, de (86%).

Em seu outro trabalho, Avelar (2006b) analisa textos escritos ao longo de oito séculos, e observa um acréscimo de *ter* existencial na língua escrita, apesar de detectar que os índices de *haver* existencial se sobrepõem aos de *ter*. No caso, *ter* existencial aumentou de 0% no séc. XIII-XV para 30% no séc. XX; já *haver* existencial apresentava ocorrências de 100% entre os séculos XIII-XIV e apresentou uma leve queda no século XX para 70%.

A partir de seus resultados, Avelar (2006a; 2006b) conclui que os índices de *ter* existencial na língua escrita indicam uma reprodução de elementos da oralidade na escrita. Além disso, o autor também afirma que o verbo *haver* deva ser adquirido durante o processo de escolaridade, uma vez que este corresponde ao momento em que o aluno entra em contato com a língua escrita.

Vitória (2010), por sua vez, ressalta que, em suas pesquisas desenvolvidas em 2007 e 2008, se observou que os alunos do ensino fundamental apresentam certa tendência a utilizar *ter* existencial, tida como variante inovadora, o que não ocorre entre os alunos do ensino médio, que tendem a utilizar a variante *haver* existencial, tida como conservadora, de forma que “[...] o acesso às regras gramaticais é determinante na escolha das variantes *ter* e *haver* [...]” (p. 58).

A exposição dos trabalhos de Avelar (2006a; 2006b) e Vitório (2010) permite afirmar que esses autores confirmam as hipóteses preliminares deste trabalho, uma vez que asseguram em seus resultados que o verbo *haver* existencial é apreendido durante o processo de escolarização, fato que também foi verificado na variedade riopretense.

Considerações finais

Os resultados aqui obtidos sobre a variação *ter* e *haver* nas práticas letradas corroboram os de Avelar (2006a; 2006b) e Vitório (2010), que, primeiramente, asseguraram a existência de um processo tardio de aquisição de *haver* existencial durante o processo de escolarização. Dessa forma, pode-se afirmar que esses resultados vão ao encontro das concepções defendidas por Kato (1986; 2005) de que o aluno chega à escola com elementos da gramática da fala e é iniciado em uma nova gramática, a pedagógica ou escolar, que se confina, portanto, com a gramática da escrita. Desse modo, destacamos que as reflexões de Kato (1986; 2005) permitiram inferir mesmo indiretamente que, quando a criança entra em contato com a gramática da escrita, ela entra em contato com a forma *haver* existencial, conservadora e prestigiada, que a escola recupera.

Em nosso caso específico, é possível afirmar que a variação entre *ter* e *haver* existenciais na língua escrita da variedade riopretense pode refletir o resultado do mesmo processo que ocorre na língua falada, praticamente consolidado em direção de uma mudança a privilegiar o uso de *ter* em detrimento de *haver*. É possível afirmar que a consistência desse processo, destituído, como vimos, de valores sociais de estigmatização nas práticas sociais orais, futuramente, venha a culminar na aceitação de *ter* existencial inclusive nas Gramáticas Normativas e nos livros didáticos. No entanto, para que esse processo se cumpra de fato é necessário que o verbo *haver* existencial perca sua aura de prestígio na língua escrita.

REFERÊNCIAS

AVELAR, J. Gramática, competição e padrões de variação: casos com *ter/haver* e *de/em* no português brasileiro. *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 99-143, jun./dez, 2006a.

_____. De verbo funcional a verbo substantivo: uma hipótese para a supressão de *haver* no português brasileiro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 49-74, 2006b.

BATISTA, P. G. *Ter e Haver existenciais na fala culta de Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre: do social ao linguístico*. 70f. 2012. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BECHARA, E. *Gramática escolar da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p.194-264.

CALLOU, D.; AVELAR, J. Sobre *ter* e *haver* em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil. *Gragoatá*, Niterói, n. 9, p. 85-100, 2000.

CAMACHO, R. G. O formal e o funcional na teoria variacionista. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 55-65.

_____. *Da linguística formal à linguística social*. São Paulo: Parábola, 2013.

CAMPADELLI, S. Y.; SOUZA, J. B. *Português: literatura, produção de textos & gramática*. São Paulo: Saraiva, 2000.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, A. C. *Português: linguagens, 5ª série*. São Paulo: Atual, 1998.

_____. *Português: linguagens, 7º ano*. 5. ed. São Paulo: Atual, 2009a.

_____. *Português: linguagens, 8º ano*. 5. ed. São Paulo: Atual, 2009b.

_____. *Português: linguagens, 9º ano*. 5. ed. São Paulo: Atual, 2009c.

_____. *Português: Linguagens, Ensino Médio*. São Paulo: Atual, 2003.

CUNHA, C. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares S.A., 1970.

CUNHA, C. F.; CINTRA, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2007.

GONÇALVES, S. C. L.; TENANI, L. E. Problemas teórico-metodológicos na elaboração de um sistema de transcrição de dados interacionais: o caso do Projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista). *Gragoatá*, n. 25, p.149-164, 2008.

ILARI, R.; BASSO, R. M. O verbo. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. de M. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 163-365.

KATO, M. A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

_____. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M. A.; KOLLER, E.; TEIXEIRA, J.; LEMOS, A. S. (Org.). *Ciências da linguagem: trinta anos de investigação e ensino*. Braga: CEHUM (U. do Minho), 2005. p. 131-145.

LABOV, William. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

LIMA, R. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MARTINS, L.; CALLOU, D. Mudança em tempo aparente e em tempo real: construções ter/haver existenciais. In: ENCONTRO DO CELSUL, 5., Curitiba, 2003. *Anais...* p. 820-825, 2003.

TAGLIAMONTE, S. A.; ROBINSON, J. S.; LAWRENCE, H. R. *GOLDVARB 2001: a multivariate analysis application for Windows*. 2001.

VITÓRIO, Elyne G. S. L. A. *Ter/haver existenciais na escrita de alunos de 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental da cidade de Maracanaú/CE*. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, v. 5, n. 9, ago. 2007. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

_____. *Ter/haver existenciais na escrita de alunos dos ensinos fundamental e médio da cidade de Maceió/AL*. 117f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística: Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

_____. *Aquisição e variação dos verbos ter e haver existenciais no PB*. *Veredas on line*, Juiz de Fora, Atemática, 1/2010, p. 53-63, 2010.

_____. A alternância ter/haver existenciais na fala Maceioense. *Revista Interdisciplinar*, Sergipe, v. 14, n. 8, p. 77-85, jul./dez. 2011.

WEINRICH, Harald. *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*. Madrid: Gredos, 1968.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de M. Bagno; rev. C. A. Faraco. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

A variação de preposições e os fatores linguísticos: analisando a natureza semântica do predicador e de seus complementos em cartas de leitoras brasileiras e portuguesas

(The variation of prepositions and linguistic factors: analyzing the semantic nature of the predicator and their complements in Brazilian and Portuguese letters from readers)

Letícia Cordeiro de Oliveira Bueno¹

¹Departamento de Linguística e Língua Portuguesa – Universidade Estadual Paulista (Unesp)

lecabueno@yahoo.com.br

Abstract: Having as reference the Sociolinguistic and Historical Linguistic studies, this article aims to investigate the variation of prepositional variation in letters from readers of Brazilian and Portuguese women's magazine. Based on the social character of language, the aim is to correlate the use of studied prepositions and the semantic nature of the predicator and their complements. To that end, this analysis will follow the theoretical and methodological principles of the Theory of Linguistic Variation and Change.

Keywords: semantic nature of the predicator; variation of preposition; Theory of Linguistic Variation and Change.

Resumo: Tomando como referência os estudos em Sociolinguística e Linguística Histórica, este artigo pretende investigar a variação de preposições em cartas de leitoras de revistas femininas brasileiras e portuguesas. Pretende-se, com base no caráter social da linguagem, relacionar o uso das preposições selecionadas com a natureza semântica do predicador e de seus complementos. Para tanto, essa análise seguirá os pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação e Mudança Linguísticas.

Palavras-chave: natureza semântica do predicador; variação de preposição; Teoria da Variação e Mudança Linguísticas.

Introdução

A Sociolinguística, tal como proposta pela Teoria da Variação e Mudança (LABOV, 1972, 1982, 1994, 2001), tem como princípio analisar a correlação entre fatores sociais e a estrutura das línguas e seus funcionamentos. Sendo assim, fica claro que tanto os fatores internos quanto os externos são de extrema importância para os estudos sociolinguísticos. É através dessa teoria que a noção de “mudança em progresso” passa a ser incorporada à organização das línguas, uma vez que esta se dá de forma lenta e gradual.

Sabemos também que todas essas possíveis mudanças são regidas por um complexo jogo de valores sociais, que podem bloquear, retardar ou acelerar a expansão de uma determinada variante. Dessa forma, pode-se dizer que a mudança é também determinada por motivações sociais, que fazem com que uma variedade seja mais prestigiada do que outra. É no uso das variantes linguísticas que se encontra a diversidade dos grupos sociais, tornando-se possível observar também o quanto eles são sensíveis ao uso de uma ou outra norma de prestígio. Ainda que a mudança não seja perceptível e ocorra sempre de forma lenta e gradual, ela é característica primeira na organização das línguas e de suas relações sociointeracionais.

É com base nesses pressupostos e nos estudos em Linguística Histórica e Sociolinguística que este trabalho se propõe a analisar a variação de preposições em textos de cartas de leitoras de revistas femininas atuais brasileiras e portuguesas, importando o fato de que o gênero textual “cartas de leitoras” mostra-se bastante permeável à oralidade, assim como apontado por Marine (2009). Foram selecionadas quatro preposições – **a**, **até**, **em** e **para** – identificadas como variantes em contexto de complementação verbal no português (GUEDES; BERLINCK, 2003; TORRES MORAIS; BERLINCK, 2006; BERLINCK, 2011).

Para a análise, foram selecionadas as cartas de duas revistas femininas destinadas ao público adolescente: a revista *Capricho*, brasileira, datada de 2002 a 2010; e a revista portuguesa *Bravo*, datada dos anos de 2010 e 2011. Tomaram-se como ponto de partida para tal pesquisa as seguintes questões: (i) observa-se a variação das preposições selecionadas também no PE?; (ii) se há variação, ela obedece às mesmas restrições no PE que aquelas observadas para o PB?

Buscando esse objetivo geral, privilegiou-se a análise mais apurada de dois fatores de natureza linguística que estudos anteriores revelaram ser capazes de explicar a distribuição e as possíveis diferenças existentes no uso dessas preposições: a *natureza semântica do predicador* (se de direção ou de transferência e, nesse último caso, o tipo de transferência significada – material, material com movimento ou verbal) (BERLINCK, 1996); e a *natureza semântica do complemento* (se denota um lugar, um ser animado – e, em especial, humano –, ou outra entidade que não se enquadre nessas características).

Espera-se encontrar um uso maior das preposições **até**, **em** e **para** nos dados analisados no PB, enquanto, para os dados do PE, a hipótese inicial é de que a preposição **a** prevaleça. Pretende-se, através dessa análise, apontar explicações e justificativas para as diferenças existentes entre os usos dessas preposições nas cartas brasileiras e portuguesas, de modo a determinar em que medida essa distribuição revela padrões diferentes de uso em relação às normas vigentes.

Nas seções abaixo seguem algumas considerações sobre as quatro preposições em questão e o *corpus* analisado, além de uma breve conceituação sobre os tipos verbais trabalhados, a norma linguística e o gênero textual “carta de leitoras”.

Orientações teórico-metodológicas

O uso das preposições e a variação linguística

Sobre o papel expressivo das preposições nas línguas românicas, sabemos que tal fato pode ter se dado a partir da “evolução do latim e da consequente perda das flexões casuais nos nomes”, o que levou, então, “as línguas românicas a explorarem diferentes recursos sintáticos para a expressão das relações da sentença, entre eles, a ordem das palavras e o enriquecimento funcional das preposições” (TORRES MORAIS; BERLINCK, 2006, p. 73). Assim, o enfraquecimento dos casos morfológicos conduz a um emprego cada vez maior das preposições, uma vez que “as línguas românicas eliminaram a flexão casual e a marca da subordinação ao verbo recaiu exclusivamente na preposição. Concomitantemente aplicou-se muito o seu uso com os complementos verbais” (CÂMARA JR., 1985, p. 175).

Quanto aos valores e sentidos atribuídos às preposições, constatamos que a dificuldade de percepção dos valores semânticos de cada um desses elementos foi suficiente para que se afirmasse que as preposições pudessem ser consideradas como palavras vazias¹ (TESNIÈRE² apud POGGIO, 2002, p.100). Porém, ao observamos um estudo iniciado pelo professor Carlos Franchi, que conta com um levantamento de cerca de cinco mil exemplos extraídos do *corpus* compartilhado do Projeto NURC, temos que, de 5215 ocorrências registradas, 31% pertencem à preposição **de**, 27% a **em**, 12% a **para** e 10% a **a**. Assim, quatro preposições correspondem a cerca de 80% do total de ocorrências (ILARI et al., 2008, p. 624).

Apesar da vasta quantidade de preposições existentes, percebemos, então, que apenas aquelas que apresentam uma maior variedade de sentidos são as mais usadas. Além disso, quando uma preposição “é usada com maior frequência, ela tende a tornar-se mais abstrata, sendo maior o seu valor gramatical” (BORBA apud POGGIO, 2002, p.104). Assim, tais fatos permitem-nos pensar que, se uma única preposição pode ser empregada em diferentes construções e contextos, é praticamente inaceitável a afirmação de que esses elementos são palavras vazias de sentido.

Assim, o fato de as preposições pertencerem a classes gramaticais fechadas não as torna vazias de sentido. Mais do que isso: “a alegada ‘ausência de sentido’ das preposições é o que se poderia chamar de ‘transposição de esquemas sem motivação aparente’”, o que significa que “não é qualquer preposição que pode combinar-se com qualquer verbo, substantivo ou adjetivo, porque há uma motivação, ainda que atualmente “invisível”, por trás dessa combinação” (ILARI et al., 2008, p. 632).

Dessa forma, ao analisarmos os exemplos “*Ceguei de Recife*” e “*Ceguei em Recife*”, notamos que há uma diferença de sentido entre as duas construções provocada pela alternância da preposição, que, por isso, não pode ser considerada como um “‘mero instrumento gramatical’, ‘vazio de sentido’” (ILARI et al., 2008, p. 632). Além disso, “mesmo que cada preposição possua uma significação fundamental e todas elas sejam distintas entre si, é possível que duas ou mais delas possam empregar-se na mesma frase com o mesmo sentido” (POGGIO, 2002, p. 113).

As preposições selecionadas para esse estudo, segundo Ilari *et al.* (2008), são preposições que atribuem à figura a noção de ponto final de um percurso. Exemplos como (1) “**Ir ao cinema**, comer um gelado.” (Bravo, 31/05/2011, p. 34); (2) “Parece que ainda não caiu a ficha que estou **indo para Taiwan** sozinha, com 15 anos de idade.” (Capricho, 23/11/2008, p. 12); (3) “Um dia o Gustavo (feio) ligou para mim e, enquanto **fui no meu quarto** pegar meu dever, minha irmã pegou o celular e disse para o Gustavo (feio) pensando que era o Gustavo (bonito) [...]” (Capricho, 22/01/2006, p. 85) mostram que as preposições **a**, **em** e **para** entram em variação sintática quando acompanham verbos de movimento. Já a preposição **até** especifica o ponto final de um percurso, cujo ponto inicial fica pressuposto, assim como vemos em (4) “**Vai até a piscina** e apresenta-se ao grupo.” (Bravo, 27/07/2010, p. 44).

1 Poggio (2002, p. 101) afirma que, “ao tentar-se estabelecer uma distinção fundamental entre vários tipos de preposições, há uma discussão entre os linguistas sobre as chamadas ‘preposições vazias’ das línguas românicas. O termo ‘vazias’ foi introduzido por J. Vendryes com sentido de ‘morfema gramatical dependente do contexto’”.

2 TESNIÈRE, L. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris: Klincksieck, 1976.

Pode-se afirmar, então, que, embora as preposições apresentem grande variedade de usos, bastante diferenciados no discurso, é possível estabelecer para cada uma delas uma significação fundamental, marcada pela expressão de movimento ou de uma situação resultante (ausência de movimento) e aplicável aos campos espacial, temporal e nocional. Esta subdivisão possibilita a análise do sistema funcional das preposições em português, sem que seja preciso levar em conta os variados matizes significativos que podem adquirir em decorrência do contexto em que vêm inseridas. Isso porque a maior ou menor intensidade significativa da preposição depende do tipo de relação sintática por ela estabelecida. Assim, é a partir dessa significação fundamental que se abre espaço para que as preposições em questão funcionem como variantes.

Compreendendo a tipologia verbal trabalhada

Sendo as preposições **a**, **até**, **em** e **para** variantes em contextos de complementação verbal no português, faz-se necessária uma compreensão acerca dos tipos verbais aqui trabalhados, de modo que a relação *verbo / preposição / complemento* seja melhor explicitada. Segundo Berlinck (1996, p. 128), serão as diferenças na caracterização semântica do verbo e os elementos que ele subcategoriza que permitirão a distinção de quatro tipos de estruturas transitivas: (i) *transferência material*, (ii) *transferência verbal e perceptual*, (iii) *movimento com transferência* e (iv) *movimento abstrato*.

De acordo com a tipologia verbal aqui trabalhada e já explicitada anteriormente, serão brevemente abordadas, nesta seção, as três primeiras estruturas transitivas apontadas por Berlinck (1996). Além disso, trataremos aqui também dos chamados *verbos leves*, tipo verbal por nós selecionado pertencente às estruturas transitivas.

Ao estudarmos os verbos de *transferência material*, temos, segundo Berlinck (1996, p.129), que esse “grupo é prototipicamente representado pelo verbo ‘dar’. Aqui, o sujeito (N_i) faz com que o OD (N_i) passe a pertencer ao dativo (N²). Numa situação contrária, o OD, ao invés de passar a ser domínio do dativo, é retirado de seu controle (BERLINCK, 1996). A autora assim resume as propriedades distribucionais desse tipo de construção: [+/- animado]N⁰ + V + [(+)/- animado]N₁ + {a,para,de}[+/- animado]N₂³.

Quando analisamos os verbos de *transferência verbal e perceptual*, temos, segundo Berlinck (1996, p.131), que o verbo “dizer” é o mais prototípico dessa classe. Este tipo verbal transmite o conceito geral de transferência verbal ou perceptual, caracterizado “não pela transferência de uma entidade concreta, como acontece com os verbos de transferência material, mas sim pela transferência de algo abstrato, como efeito de um ato de comunicação” (BERLINCK, 1996, p. 131 – tradução nossa⁴). As propriedades distribucionais de uma construção com esse tipo verbal pode ser descrita como [+/- animado] N⁰ + V + [-animado]N¹ + {a, para} [+animado]N².

3 O uso de colchetes com as preposições indica que há alternância entre elas na atualização da construção.

4 No original: “This does not involve the transfer of a concrete entity (as in the case of group 1), but rather the transfer of an abstract one, since, as the effect of an act of communication, N⁰ makes N² possess a certain knowledge, a certain idea, or certain perception (N¹).”

Sobre o terceiro tipo verbal, aquele que aborda os verbos de *movimento com transferência*, Berlinck (1996, p. 132 – tradução nossa⁵) nos diz que “este grupo representa uma extensão da ideia de transferência porque ele completa esta noção com a de um movimento físico”. O seu verbo prototípico é “levar”, mas conta também com outros como “acrescentar”, “atirar”, “conduzir”, “dirigir”, “encaminhar”, “instilar”, “lançar”, “levar”, “por” e “trazer”. A estrutura de uma sentença com este tipo verbal pode ser expressa por [+/- animado]N^o + V + [+/- animado]N¹ + {a, para, em de} [+/- animado]N².

O último tipo verbal pertencente às estruturas transitivas são os verbos *leves*, definidos por Cyrino, Nunes e Pagotto (2009, p. 66) como verbos “com conteúdo mais gramatical que semântico, cuja função primordial é a de formar predicados complexos, associando propriedades verbais (como tempo, por exemplo) a seu complemento”. Sabemos que há uma relação semântica estabelecida entre o verbo e seu argumento externo e que, no caso de construções transitivas, o verbo e o seu complemento são envolvidos.

Para Neves (2011, p. 54-55), as construções com os verbos *leves* “têm como complemento um sintagma nominal não referencial, de modo que o complemento típico de verbos-suporte traz um substantivo sem determinante”. Para a autora, esses verbos compõem-se de:

- (i) um verbo com determinada natureza semântica básica, que funciona como instrumento morfológico e sintático na construção do predicado;
- (ii) um sintagma nominal que entra em composição com o verbo para configurar o sentido do todo, bem como para determinar os papéis temáticos da predicação. (NEVES, 2011, p. 54)

Normalmente, esse tipo verbal é identificado em construções que apresentam os verbos “dar”, “oferecer”, “conferir”, “levar”, “entregar” e “trazer”.

Aos observamos as estruturas intransitivas, deparamo-nos com outros três tipos verbais (verbos de interesse, verbos de movimento e verbos de movimento psicológico), sendo que destacaremos aqui apenas o segundo grupo, composto pelos verbos de movimento ou direção. Para Berlinck (1996, p. 136 – tradução nossa⁶), “as estruturas intransitivas com um complemento dativo servem para descrever um estado de associação entre os dois argumentos do verbo”.

É com base, então, na tipologia verbal acima descrita que serão determinadas quais são as preposições que introduzem o complemento de predicadores de *direção*, de *movimento com transferência* e de *transferência material e verbal/perceptual*. Buscamos, por meio da compreensão acerca da estruturação e organização desses tipos verbais, alcançar com maior precisão os objetivos descritos no início deste trabalho, de modo a colaborar com as análises e os resultados.

5 No original: “This group represents an extension of the idea of transfer because it complements this notion with that of a physical motion”.

6 No original: “Intransitive structures with a dative complement serve to describe a state of association between the two of the verb”.

Aplicando conceitos: as normas brasileira e europeia e as preposições

Faz-se aqui necessário compreender também as normas linguísticas, assim como seus modos de organização e aplicação em uma determinada comunidade de fala. Tomou-se, como ponto de partida para tal, os trabalhos de Aléong (2001), Bagno (2003), Faraco (2008), capazes de promover e facilitar a compreensão do tema e sua relação com o objeto de estudo deste artigo. Valemo-nos aqui, a princípio, das definições de norma culta e norma padrão, sendo a primeira caracterizada como a variedade de uso corrente entre falantes urbanos com escolaridade superior completa, em situações monitoradas; e a segunda entendida como aquela codificada pelos manuais de gramática como modelar para a escrita.

Com base nessas definições e em estudos comparativos do PB e do PE, que mostram que essas duas variedades do português apresentam diferenças em todos os níveis de gramática (MAGALHÃES, 2006), é possível pensar que as diferenças existentes entre essas duas variedades do português podem ser sustentadas, cada qual, por suas respectivas normas linguísticas. Isso porque todo modelo teórico da linguagem verbal tem, inexoravelmente, de se posicionar frente à variabilidade supra individual, ou seja, frente às diferentes variedades que constituem uma língua. Sobre isso, Paul Teyssier, na introdução de seu Manual de Língua Portuguesa: Portugal-Brasil (1989, p. 15), afirma que

[...] existem diferenças entre o português de Portugal e o do Brasil. Essas diferenças abrangem todos os aspectos da língua – fonética, vocabulário, morfologia, sintaxe [...]. Há portanto duas normas do português [a norma portuguesa e a norma brasileira], cada uma das quais forma um sistema autónomo e coerente.

Seguindo, então, esse pensamento, é preciso, aqui, retomar os conceitos de norma acima apontados e reforçar o princípio de que uma determinada norma linguística pode ser assim considerada por ser ela recorrente na fala de todos, uma vez que a norma seria, então, o conjunto de usos recorrentes. Deste modo, entendemos norma como sendo produto das escolhas linguísticas adotadas pelos falantes, assim como a posição destes frente a esses e outros usos da língua. Ao adotar este caminho para a discussão aqui proposta, torna-se pertinente afirmar que nem sempre a norma linguística estará diretamente relacionada com as prescrições trazidas pelas gramáticas tradicionais.

Assim, intuímos que as variedades brasileira e europeia do português são, a princípio, sustentadas por suas respectivas normas linguísticas visto que, para cada uma dessas variedades, encontramos conjuntos diferentes de usos recorrentes, ainda que os Manuais de Gramática nos apresentem conteúdos bastante similares. Ainda que a norma-padrão do Brasil se assemelhe em muito à de Portugal, acreditamos que a norma culta dos dois países é fundamentalmente responsável por sustentar os diferentes usos linguísticos peculiares de cada uma dessas variedades do português, noção essa que pretendemos melhor explicar com a análise detalhada de nossos dados.

O gênero “carta de leitoras”

Entende-se gênero textual como sendo as atividades discursivas socialmente estabilizadas que se prestam aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao

exercício do poder (MARCUSCHI, 2002a, p. 2). Para Marcuschi (2002a), os gêneros textuais estão muitas vezes imbuídos de valores, sendo mais do que guias neutros para a realização de certas atividades comunicativas. Sobre isso, pode-se pensar que as formas de comunicação reconhecíveis e autorreforçadoras emergem como gêneros, que reconhecidamente realizam certas ações em determinadas circunstâncias.

Ao relacionar os conceitos expostos com o *corpus* aqui trabalhado – cartas de leitoras de revistas femininas, percebe-se que as cartas são capazes de evidenciar o quanto um gênero textual pode ser misto, já que elas se situam no entrecruzamento da fala e da escrita (MARCUSCHI, 2008b).

Assim, ao se acreditar que as cartas de leitoras apresentam elementos diversos da oralidade, pode-se também supor que esse gênero, dentro de um *continuum* de formalidade, está, então, mais próximo daquilo que é considerado menos formal, uma vez que sua composição se dá através de traços orais que fogem, muitas vezes, à norma padrão. Percebe-se, desse modo, que as relações entre fala e escrita “refletem um constante dinamismo fundado no *continuum* que se manifesta por essas duas modalidades de uso da língua” (MARCUSCHI, 2008b, p. 34).

Além disso, ainda que as cartas tenham sofrido algumas mudanças e adaptações ao longo dos tempos,⁷ podemos pensar nesse gênero como sendo capaz de ilustrar as mais diversas relações estabelecidas entre aquele que escreve e o seu destinatário, uma vez que “a carta se baseia em um efeito simultâneo de presença e ausência, no qual, embora o receptor esteja sempre presente no texto, sua presença continuamente nos sugere um outro lugar” (VIOLI⁸ apud MARINE, 2009, p. 128).

Para Marcuschi (2002b), isso pode significar que as cartas fazem parte de uma comunicação assíncrona, ou seja, que não ocorre em tempo real e que normalmente é defasada pelo tempo. Porém, não podemos assumir que as cartas ignorem o seu possível caráter oral por se distanciarem de situações comunicativas mais espontâneas, como as situações de fala. Ainda que assim colocadas, por serem um gênero escrito e se localizarem fora do espaço temporal, vale enfatizar que esse gênero, principalmente pelas relações que é capaz de estabelecer entre leitor e destinatário, “parece ser um meio flexível, na qual muitas das funções, relações e práticas institucionais podem se desenvolver – tornando novos usos socialmente inteligíveis, enquanto permite que a forma de comunicação caminhe em novas direções” (BAZERMAN⁹ apud MARINE, 2009, p. 129).

Sendo assim, as revistas *Capricho* e *Bravo* foram escolhidas devido às diversas semelhanças que elas apresentam quanto aos seus modos de organização. Tanto a revista *Capricho* como a *Bravo* são destinadas ao público feminino e adolescente, o que faz com que elas abordem, então, assuntos bastante parecidos: as duas revistas apresentam seções sobre moda e beleza, trazem reportagens sobre os ídolos de suas leitoras, falam sobre música e televisão, trazem testes e discutem temas que tratam das dúvidas e angústias dessas adolescentes.

7 O gênero carta surgiu como carta comercial no início do século XVII e só após meados desse século é que elas foram se tornar privadas (YATES apud MARCUSCHI, 2002b, p. 22) – YATES, S. J. Computer-Mediated Communication. The Future of the Letter? In: BARTON, David; HALL, Nigel (Ed.). *Letter Writing as a Social Practice*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000. p. 233-251.

8 VIOLI, P. Cartas. In: Van Dijk, T. *Discurso y literatura?*. Madri: Visor, 1999. p.181-203.

9 BAZERMAN, C. *Escrita, gênero e interação social*. São Paulo: Cortez, 2007.

Quanto às cartas de leitoras publicadas nessas revistas, entende-se que, de modo geral, elas apresentam como objetivo esclarecer as dúvidas e questionamentos de suas leitoras, respondendo às perguntas por elas enviadas. Através das perguntas enviadas, é possível notar o grande envolvimento das leitoras para com as revistas, já que elas esperam por dicas, conselhos e soluções sobre como lidar com determinados problemas ou desafios.

Com base nessa relação firmada entre as leitoras e a revista, é possível trazer à tona o conceito de dialogismo, encontrado em Bakhtin. Esse conceito pode ser definido através da relação estabelecida entre o “eu” e o “outro”, no sentido de que todo sujeito somente se constitui a partir dessa relação, uma vez que, para Bakhtin, o “outro” é sempre responsável por dar acabamento ao “eu” do discurso (ALVES, 2008, p. 12). Em outras palavras, estabelece-se aqui uma forte relação entre aquilo que é dito e o seu contexto de enunciação, firmando a relação existente entre o “eu” e o “outro”. Isso significa que o “outro” é responsável pela constituição do “eu” e que é por meio desse diálogo com o “outro” que o “eu” é capaz de construir sua identidade. Aqui, é possível expressar o conceito de alteridade, necessário, então, para que o “eu” se constitua.

É nesse sentido que se torna possível identificar o diálogo estabelecido entre as leitoras de revistas femininas, que escrevem para essas revistas em busca de respostas totalmente responsáveis pela formação de suas identidades. Assim, cada leitora advém de um determinado contexto sociocultural e busca encontrar, nas respostas oferecidas pelas revistas, significados ideológicos capazes de constituírem o seu “eu”. Para que cada uma dessas respostas seja, de fato, analisada, é preciso também ressaltar, seguindo os pensamentos de Bakhtin, que “a enunciação de um signo tem efeitos de sentido que decorrem da possibilidade de sua ancoragem em diferentes quadros semântico-axiológicos, em diferentes horizontes sociais de valores” (FARACO, 2009, p. 55).

Ao trabalhar a noção de gênero, e mais especificamente as cartas de leitoras de revistas femininas, acreditamos ser importante a afirmação feita por Fairclough (2011), que nos diz que, se por um lado o discurso reflete a realidade social, por outro, constrói essa mesma realidade. Assim, fenômenos linguísticos são sociais, bem como fenômenos sociais são linguísticos, no sentido de que a linguagem age em todos os contextos e práticas (FAIRCLOUGH¹⁰ apud KNOLL; PIRES, 2008, p. 3).

Uma primeira análise e seus resultados

Partindo-se do fato de que as mudanças sintáticas são caracterizadas por eventuais alterações na organização dos constituintes de uma sentença, este estudo teve como base a análise do material sintático a partir dos valores assumidos pelas preposições **a**, **até**, **em** e **para**. Sendo assim, buscou-se aqui determinar qual ou quais são as preposições que introduzem o complemento dos predicadores selecionados e como se distribuem em termos de frequência.

Para isso, realizamos o levantamento de dados nas cartas de leitoras das revistas *Capricho* e *Bravo*, e obtivemos, para cada uma delas, um resultado bastante diferente. Foram analisados, no total, 576 dados, dos quais 330 pertencem à revista brasileira *Capricho*

10 FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UnB, 2011.

e 246 à revista portuguesa *Bravo*. Quanto a esses dados, podemos afirmar que, na revista portuguesa, houve a prevalência da preposição **a** em relação a todos os grupos de fatores trabalhados, enquanto que a revista *Capricho*, ainda que apresentando em sua maioria casos relacionados às outras preposições (**até**, **em** e **para**), mostrou resultados mais balanceados quando contrapostos ao uso da preposição **a**.

Entre os 246 dados pertencentes à revista *Bravo*, temos que 199 dados apresentam a preposição **a** e apenas 47 deles correspondem às “outras preposições”, sendo um único caso com **até**, nenhum caso com **em** e 46 casos com **para**. Quando observamos os dados da revista *Capricho*, notamos que 188 casos dos 330 apresentem as preposições **até**, **em** e **para**; a preposição **a**, mesmo que em menor quantidade, ainda apresenta-se em número bastante significativo, com 142 casos.

Os gráficos abaixo ilustram de forma mais didática esses resultados gerais, confirmando a nossa hipótese inicial de que encontraríamos diferenças bastante significativas ao compararmos o uso dessas preposições no português brasileiro e europeu e, conseqüentemente, no modo como suas respectivas normas se apresentam. Assim, apostamos novamente na importância do gênero textual “carta de leitoras” quando relacionado à incorporação de novas preposições em suas construções, como observamos nos casos retirados das revistas *Capricho* e *Bravo*, que relevam certa permeabilidade aos traços orais, cada qual marcada pelo uso significativo de uma ou outra preposição.

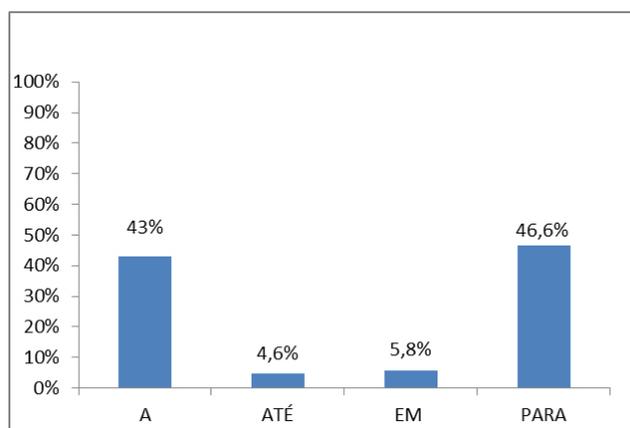


Gráfico 1: Uso das preposições na revista *Capricho*

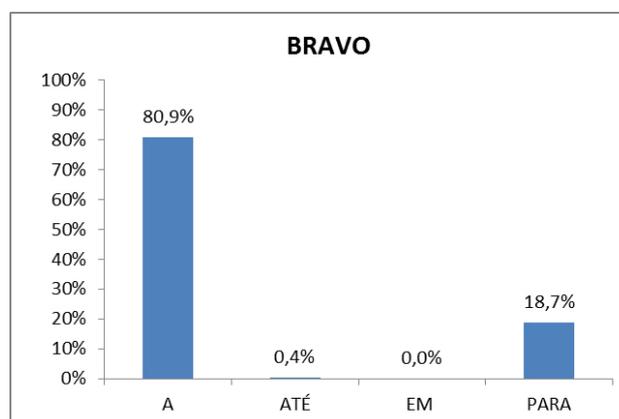


Gráfico 2: Uso de preposições na revista *Bravo*

Visando estabelecer uma maior relação com os grupos de fatores aqui selecionados – *tipos de verbo e natureza do complemento* –, trazemos abaixo uma análise mais específica, porém ainda inicial e preliminar, dos dados levantados, a fim de contribuir para um maior entendimento acerca dos assuntos estudados e desenvolvidos neste trabalho.¹¹

Ao observarmos, nas revistas *Capricho* e *Bravo*, o uso das preposições em relação aos tipos de verbos analisados, podemos notar que temos resultados bastante divergentes e significativos, como nos mostra a Tabela 1.

Tabela 1: O emprego das preposições e os tipos verbais

Tipo de Verbo - Ocorrências				
	Capricho		Bravo	
	Outras	Prep. A	Outras	Prep. A
Transferência verbal	83,8% (31)	16,2% (06)	1,6% (01)	98,4% (63)
Direção	50,8% (124)	49,2% (120)	25,9% (41)	74,1% (117)
Verbos leves	44,4% (08)	55,6% (10)	8,3% (01)	91,7% (11)
Transferência material	90% (18)	10% (02)	16,7% (01)	83,3% (05)
Movimento com transferência	63,6% (07)	36,4% (04)	50% (03)	50% (03)

Na revista *Capricho*, temos a predominância das preposições **até**, **em** e **para** com praticamente todos os tipos verbais, com exceção dos verbos *leves* que apresentam 08 casos com “outras preposições” e 10 casos com a preposição **a**, como vemos no exemplo abaixo.

- (05) “Parece que tudo que era tão bom tem que ter um fim **para dar espaço a novos começos**.”
[*Capricho*, 29/03/2009, p. 8]

Notamos, ainda, que são os verbos de *transferência verbal*, como vemos no exemplo (06), que apresentam o maior número de casos com “outras preposições”, com 83,8% dos dados.

- (06) “O ano passado inteiro eu **pedi para a minha mãe** me deixar viajar com os meus primos...”
[*Capricho*, 15/01/2012, p. 9]

Praticamente o mesmo acontece com a revista *Bravo*, porém numa situação inversa, já que é a preposição **a** que prevalece em relação a todos os tipos de verbos selecionados, excetuando-se os verbos de *movimento com transferência* que se mostraram equiparados, com três casos com a preposição **para** e três casos com a preposição **a**, como vemos nos exemplos de (07) a (08).

- (07) “Raramente **levo sutiã para a escola**, mas no outro dia levei, para mostrar aos mais velhos que não era infantil.” [*Bravo*, 29/06/2010, p. 21]

- (08) “[...] damos as mãos, trocamos olhares e sorrisos e **levo-a a casa** de bicicleta.” [*Bravo*, 21/09/2012, p. 36]

Os verbos de *transferência verbal* destacam-se com 63 casos com a preposição **a** e apenas um com a preposição **para**, mostrado em (09). O mesmo acontece com os verbos *leves* e de *transferência material*, que apresentam também um único caso com a

¹¹ Para esses cruzamentos, foi trabalhada a oposição **a X** “outras preposições”, devido ao número reduzido de dados.

preposição **para**, apresentados, respectivamente, nos exemplos (10) e (11). Além disso, ressaltam-se os verbos de *direção*, com 74,1% dos casos com a preposição **a** (117 em 158 casos), como ilustra (12).

- (09) “O facto é que ela merece o mesmo respeito que tu **pedes para ti**.” [Bravo, 21/09/2012, p. 37]
- (10) “Disseram-me que os advogados têm a sua vida familiar afectada com **os problemas que trazem para casa**, para resolver.” [Bravo, 02/11/2010, p. 37]
- (11) “Eu e umas amigas tínhamos decidido fazer uma partida a uma inimiga nossa: **enviar uma carta** anónima **para o rapaz** de quem julgávamos que ela gostava, a contar como ela estava perdida de amores por ele.” [Bravo, 03/05/2011, p. 31]
- (12) “**Fomos ao cinema** e ficamos sentadas mesmo no cimo da sala, nos últimos lugares.” [Bravo, 03/05/2011, p. 31]

Quando observamos a relação entre o uso das preposições e a natureza do complemento, percebemos, na revista *Capricho*, que existe a prevalência das preposições **até**, **em** e **para** com os complementos “lugar” e “ser animado”. Entretanto, a preposição **a** se destaca quando o complemento verbal apresenta “noção abstrata” ou foi classificado como “evento” ou “instituição”. Temos, respectivamente nos casos abaixo, alguns exemplos. Nenhum caso com o complemento “objeto” foi encontrado.

- (13) “Eu estou **indo para uma escola** nova e minha prima, que estuda lá, está dizendo que todo mundo vai me achar patii.” (Complemento lugar) [Capricho, 08/02/2004, p.36]
- (14) “Assim que comprei a revista, **levei para a minha costureira** tirar o modelo.” (Complemento ser animado) [Capricho, 08/11/2009, p. 8]
- (15) “Hoje em dia penso muito no futuro, mas aprendi a **dar mais valor ao presente!**” (Complemento noção abstrata) [Capricho, 08/01/2006, p. 96]
- (16) “**Fui ao show** do Skank e queria conhecer o Samuel Rosa” (Complemento evento) [Capricho, 02/06/2002, p. 94]
- (17) “**Esta pergunta** absurda não **chegou à redação**.” (Complemento instituição) [Capricho, 04/04/2004]

Podemos pensar que a prevalência de “outras preposições” com os complementos “lugar” e ser “animado” aconteça, pois, de alguma forma, correspondem a também prevalência dos verbos de direção e transferência verbal, de modo que estes sejam os complementos mais indicados para os tipos verbais em questão. Temos que dos 188 casos com as preposições **até**, **em** e **para**, 129 deles correspondem a um complemento “lugar” e 56 a um complemento “ser animado”. Por outro lado, os casos em que prevalece a preposição **a** apresentam um número absoluto de ocorrências pequeno. Notamos que dos sete casos referentes ao complemento “noção abstrata”, seis deles correspondem à preposição **a**; quanto aos complementos “evento” e “instituição”, temos, respectivamente, 26 (em um total de 27) e 02 (em um total de 03) casos com tal preposição.

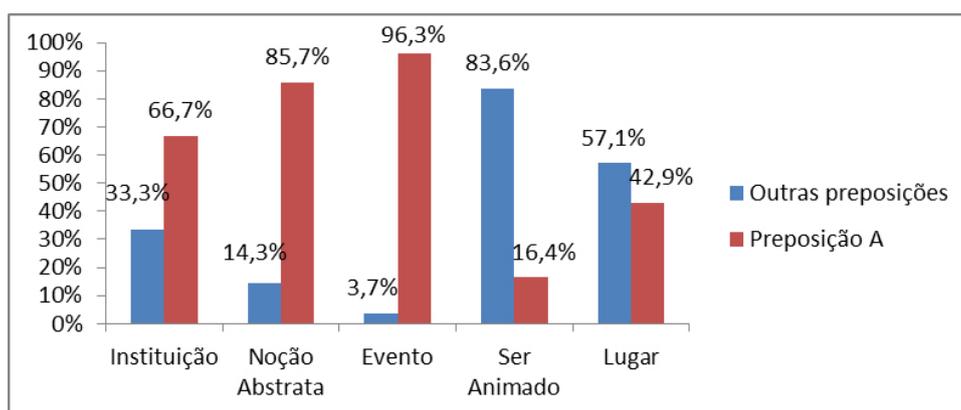


Gráfico 3: O uso das preposições e a natureza dos complementos – revista *Capricho*

É de grande importância destacar que o grupo de fatores “natureza do complemento” foi selecionado pelo programa estatístico GOLDVARB como sendo o grupo explicativamente mais relevante entre todos os outros aqui trabalhados. Quanto a isso, cabe-nos dizer que os pesos relativos de tais fatores são, desta forma, de extrema relevância para a análise e comprovação dos dados trabalhados, ajudando-nos a melhor compreender os resultados encontrados.

Ao observarmos a Tabela 2, temos os valores correspondentes aos pesos relativos de cada um dos tipos de complemento analisados e notamos que são os complementos “ser animado” e “lugar” que apresentam uma maior propensão ao uso das preposições **até, em e para**, enquanto que os outros complementos privilegiam o emprego da preposição **a**. Tais valores correspondem àqueles anteriormente mostrados por meio de índices percentuais, justificando, então, os numerosos casos encontrados quando temos o complemento “ser animado” e “lugar” empregado junto das “outras preposições”. Considera-se, aqui, para a leitura desta tabela, o *input* de 0.554.

Tabela 2: Peso relativo “natureza do complemento” – Revista *Capricho*

Peso Relativo - Natureza do Complemento					
Prep./Compl.	Instituição	Noção Abstrata	Evento	Ser animado	Lugar
Outras preposições	0.287	0.119	0.03	0.804	0.518
Preposição A	0.713	0.881	0.97	0.196	0.482

Ao voltarmos nossos olhares para a revista *Bravo*, notamos que os valores relacionados à natureza dos complementos aqui selecionados são praticamente inversos aos resultados obtidos com a revista *Capricho*. Temos, assim, a preponderância da preposição **a** com todos os tipos de complemento trabalhados, sendo que pouquíssimos casos com as preposições **até, em e para** foram encontrados. Quando analisamos o complemento “ser animado”, temos que, dos 72 casos encontrados, apenas dois apresentam a preposição **para** (com verbos de transferência verbal e transferência material), como mostrados em (18) e (19), e todos os outros a preposição **a**.

(18) “O facto é que ela merece o mesmo respeito que tu **pedes para ti**.” [*Bravo*, 21/09/2012, p. 37]

(19) “Eu e umas amigas tínhamos decidido fazer uma partida a uma inimiga nossa: **enviar uma carta** anónima **para o rapaz** de quem julgávamos que ela gostava, a contar como ela estava perdida de amores por ele.” [*Bravo*, 03/05/2011, p. 31]

O mesmo acontece com o complemento “lugar”, quando, dos 143 casos encontrados, apenas 40 correspondem a “outras preposições”. São esses os dois tipos de complementos que apresentam o maior número de casos com a preposição **a**, cabendo aqui a mesma justificativa empregada aos dados da revista *Capricho*: tais complementos podem também corresponder aos verbos de direção e de transferência verbal, como forma de melhor completar os sentidos por eles empregados.

(20) “Um destes dias **perguntei à minha namorada**, que tem 16 anos, se queria fazer amor comigo e ela respondeu que não.” [*Bravo*, 01/06/2010, p.32]

(21) “**Fui à praia** com o meu grupo de amigos, inclusive o rapaz que gosto!” [*Bravo*, sem data, p.18]

Vemos, no gráfico abaixo, de que modo tais complementos se relacionam com o uso dessas preposições.

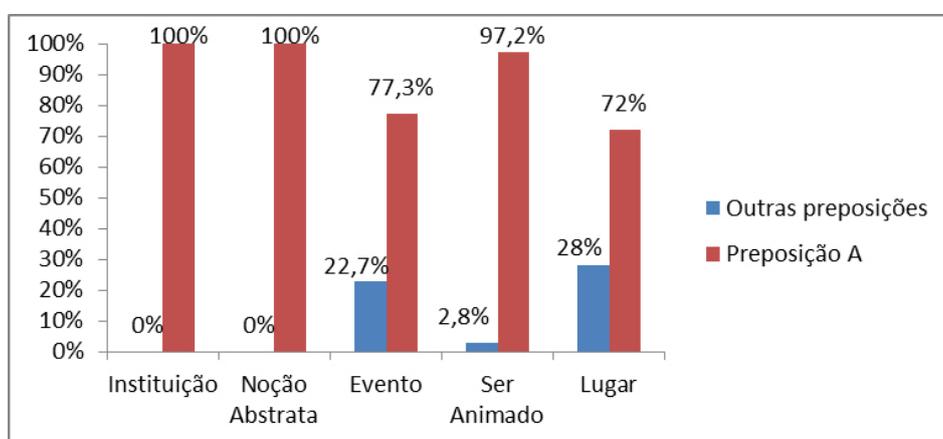


Gráfico 4: O uso das preposições e a natureza dos complementos – Revista *Bravo*

Além dos resultados já comentados, percebemos com a análise do gráfico que o complemento “evento” apresenta também um número maior de casos com a preposição **a**, aproximando-se com isso do complemento “lugar”, sendo que apenas cinco dos 22 dados encontrados correspondem à preposição **para** (04 empregados com verbos de direção e 01 com o verbo de movimento com transferência), como vemos respectivamente em (22) e (23).

(22) “Muito apressada voltei a casa e lá voltei **para ir para a aula**.” [*Bravo*, 22/02/2011, p. 31]

(23) “A minha mãe costura muito bem e decidiu fazer-me um fato-de-banho **para** este Verão. [...] Mas como a vi emocionada, tive pena de dizer que não gostava, e por isso vesti-o e **leve-o para a festa**.” [*Bravo*, sem data, p. 45]

Ainda sobre a natureza do complemento, é importante destacar aqui os casos referentes aos complementos “instituição” e “noção abstrata”, já que nenhum deles apresentou dados com o emprego de “outras preposições”. Encontramos, assim, sete casos que fazem referência à noção abstrata do complemento, todos empregados com verbos leves, e apenas dois relacionados com o complemento “instituição” e empregados com os verbos de direção e transferência verbal, mostrados nos exemplos de (24) a (27), respectivamente. Nenhum caso com o complemento “objeto” foi encontrado. Além disso, precisamos destacar o fato de nenhum grupo de fatores ter sido selecionado como relevante pelo programa

GOLDVARB, o que justifica, então, a ausência dos pesos relativos referentes à revista *Bravo* e reitera a ideia de pouca variação em relação a esses dados.

- (24) “Se a tua preocupação é seduzir, pensa que os rapazes, mais do que a beleza, **dão importância à personalidade** e sentem-se atraídos por raparigas simpáticas, com personalidade e senso de humor.” [*Bravo*, 25/01/2011, p.36]
- (25) “Para isso, terás de aprender a não **dar importância àquilo que os outros pensam de ti**, desfrutando das coisas que fazes.” [*Bravo*, 30/11/2010, p.36]
- (26) “**Vou** pela primeira vez **ao ginecologista** e estou supernervosa.” [*Bravo*, 25/01/2011, p.36]
- (27) “Em último caso, até podes **denunciá-lo à polícia**.” [*Bravo*, 06/04/2010, p.32]

É importante ressaltar aqui que a análise apresentada é ainda um estudo preliminar e inicial dos dados levantados, sendo de fundamental importância um maior aprofundamento dessa análise, assim como um detalhamento ainda mais específico dos casos trabalhados. Ainda assim, diante dos resultados levantados e até aqui mostrados, percebemos, conforme afirmamos no início dessa análise, que podemos considerar as preposições **a**, **até**, **em** e **para** como sendo variantes em contexto de complementação verbal no português.

Algumas conclusões

Com base nos resultados encontrados, conseguimos, num primeiro momento, confirmar a hipótese inicial de que há uma maior incorporação das preposições **até**, **em** e **para** no português brasileiro. Mas igualmente importante é observar que, ainda que o português europeu apresente casos com as “outras preposições”, mais inovadoras – principalmente quando se trata dos verbos de direção e do complemento “lugar” –, tal variedade é marcada pelo uso preponderante da preposição **a**, conforme se observa nos dados retirados da revista *Bravo*, mostrando-nos que os usos no PE se aproximam mais do que está definido como norma padrão do português. Além disso, é preciso considerar que, mesmo com o uso maior dessas “outras preposições”, os dados obtidos a partir da análise da revista *Capricho* mostram-se bastante balanceados, sendo necessário ainda investigar de forma mais detalhada tais casos, de modo a justificar e melhor compreender suas ocorrências.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. T. *A plasticidade da voz crítica: os textos de Roberto Pompeu de Toledo na revista Veja*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp, Araraquara, 2008.
- ALÉONG, S. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, M. (Org.). *Norma linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- BAGNO, M. Norma linguística & preconceito social: questões de terminologia. *Veredas* - revista de estudos linguísticos, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 71-83, 2003.

BERLINCK, R. A. The Portuguese dative. In: VAN BELLE, W.; VAN LANGENDONCK, W. (Ed.) *The dative*. Vol 1: Descriptive studies. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1996. p. 119-151.

_____. Dativo ou locativo? Sobre sentidos e formas do dativo no português. *Revista Letras*, n. 56, p.159-175, 2001.

_____. “Dirigiu-se para a sede social da Elite Flor da Liberdade” e “ofereceu um banquete aos visitantes”: sobre a variação de preposições em complementos verbais. *Diadorim*, n. 8, p. 287-305, 2011.

CÂMARA JR., J. M. *Dicionário de linguística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1985.

CASTILHO, A. T. de. *Gramática do português culto falado no Brasil – Classes de palavras e processos de construção*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

CYRINO, S.; NUNES, J.; PAGOTTO, E. Complementação. In: KATO, M.A.; NASCIMENTO, M. (Org.) *Gramática do português culto falado no Brasil*. v. III: A construção da sentença. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

DIAS, A. Epiphânio da Silva. *Syntaxe histórica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Portuguesa, 1970.

FARACO, C. A. *Linguística histórica*. São Paulo: Ática, 2005.

_____. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. *Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GUEDES, M.; BERLINCK, R. de A. Variação em complementos preposicionados no português paulista do século XIX. *Estudos Linguísticos*, v. 32, 2003.

ILARI, R. et al. A preposição. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. de M. (Org.) *Gramática do português culto falado do Brasil*. v. II: Classes de Palavras. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

KNOLL, G. F.; PIRES, V. L. Relações de gênero da sociedade: palavras e imagens constituindo identidades. In: *Anais do CELSUL*. Porto Alegre, 2008.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.) *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982.

_____. *Principles of linguistic change*. Vol. 1: Internal Factors. Cambridge, MA/Oxford: Blackwell Publishers, 1994.

_____. *Principles of linguistic change*. Vol. 2: Social Factors. Cambridge, MA/Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A.; MACHADO, A.; BEZERRA, M. (Org). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002a.

_____. Gêneros textuais emergentes na tecnologia digital. Texto da Conferência pronunciada na 50ª Reunião do GEL – Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, USP, São Paulo, 23-25 maio 2002b.

_____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008b.

MAGALHÃES, T. M. V. O Sistema Pronominal Sujeito e Objeto na Aquisição do Português Europeu e do Português Brasileiro. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 2006.

MARINE, T. C. *Um estudo sócio-discursivo do sistema pronominal dos demonstrativos no português contemporâneo*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp, Araraquara, 2009.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

POGGIO, R. M. G. F. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista*. Salvador: Edufba, 2002.

TORRES-MORAIS, M.A.; BERLINCK, R. A. A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma. (Org.). *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: Edufba, 2006. v. 6, p. 73-106.

O léxico rural no Brasil Central: designações para “bruaca”

(El léxico rural en el Brasil Central: designaciones para “bruaca”)

Luciene Gomes Freitas Marins¹

¹ Departamento de Letras – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

lucienefreitasmarins@gmail.com

Resumen: Este trabajo discute vestigios de ruralidad en el léxico de los habitantes de la región Centro Oeste en base a los principios teóricos de la Lexicología y de la Geolingüística. Para ello se analizaron 15 ítems lexicales producidos como respuestas para la cuestión 058/QSL – objeto de cuero, con tapón, para llevar harina, en el lomo del caballo – o del burro del Proyecto Atlas Lingüístico de Brasil (Proyecto ALiB), vinculado al área semántica de las *actividades agropastoriles*. Los datos se recogieron de entrevistas realizadas en 23 localidades con 104 informantes del siguiente perfil: jóvenes y mayores, sexos masculino y femenino, Educación Básica y Superior. Las respuestas se distribuyeron entre aquellas que nombran el concepto (bruaca>buraca, bolso, baúl de cuero, caja/de cuero y maleta) y las que nombran otros conceptos (capanga, alforje, surrão, boroça, embornal, sapicuá, cofo, caçuá y silhão).

Palabras-clave: léxico rural; región Centro Oeste; Proyecto ALiB.

Resumo: Este trabalho discute vestígios de ruralidade no léxico dos habitantes da região Centro-Oeste com base nos princípios teóricos da lexicologia e da geolingüística. Para tanto, foram analisados 15 itens lexicais fornecidos como respostas para a questão 058/QSL – “objeto de couro, com tampa, para levar farinha, no lombo do cavalo ou do burro” – do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (Projeto ALiB), vinculada à área semântica das atividades agropastoris. Os dados foram recolhidos de entrevistas realizadas em 23 localidades com 104 informantes do seguinte perfil: jovens e idosos, sexos masculino e feminino, com ensino fundamental e superior. As respostas foram distribuídas entre aquelas que nomeiam o conceito (bruaca>buraca, bolsa, baú de couro, caixa/de couro e mala) e as que nomeiam outros conceitos (capanga, alforje, surrão, boroça, embornal, sapicuá, cofo, caçuá e silhão).

Palavra-chaves: léxico rural; região Centro-Oeste; Projeto ALiB.

Preliminares

Todo povo é possuidor de conjunto de tradições, de crenças, de comportamentos sociais e morais. Isso porque o homem herda, ao longo de sua vida, uma miríade de conhecimentos adquiridos por meio do intercâmbio entre povos distintos. Do ponto de vista antropológico e sociológico, a cultura “abrange a vida do indivíduo em relação a si, no passado e no presente, e em relação ao grupo, atual e pretérito” (LEÃO, 1958, p. 70). Essa interpenetração de informações influencia – de forma direta ou indireta – no costume, na arte, na formação das línguas, em suma, nos padrões sociais e linguísticos de outras comunidades.

No caso da sociedade brasileira, sabe-se que historicamente ela teve a formação inicial proveniente do processo de colonização da Coroa Portuguesa no século XVI. No entanto, o português trazido pelos lusitanos ao Novo Mundo também estava sofrendo processos de mudança linguística. Se, de um lado, as transformações eram inerentes ao próprio sistema da língua, por outro, eram decorrentes do próprio contexto sociocultural vivenciado na Península Ibérica durante séculos. De acordo com Mateus e Villalva (2006, p. 14),

[...] todos estes factores – internos ou externos – não são propriamente **causa** mas **condições** de mudança linguística: a língua não muda porque se verificaram modificações na estrutura da sociedade, mas uma mudança no sistema social pode ser terreno propício para mudanças no sistema da linguístico. [grifo do autor]

Essa constatação pode justificar as transformações corridas na língua portuguesa ao ser transplantada para o Novo Mundo. Em terras brasileiras, desde o primeiro convívio entre os portugueses e os indígenas, foi inevitável que os padrões culturais, sociais e linguísticos entrassem em contato. E esse contato resultou em uma modalidade da língua portuguesa ainda mais rica em termos de diversidade linguística, sobretudo no decorrer dos séculos com a chegada de outros povos, tais como, os africanos, italianos, japoneses, alemães, dentre outros.

Dessa forma, a interação do homem com os seus semelhantes é inevitável, visto que o contato entre os povos distintos, além de propiciar a troca de conhecimento sobre si e sobre o outro, influencia a maneira como o homem percebe, vê e compreende tudo aquilo que compõe o universo em que está inserido. Nesse contexto, a língua atua como elemento essencial de interação entre o homem e a sociedade, configurando-se como um canal divulgador da sua própria história. Assim, é possível afirmar que “a língua não existe isolada de uma cultura, isto é, de um conjunto socialmente herdado de práticas e crenças que determinam a trama das nossas vidas” (SAPIR, 1971, p. 205).

Ao nomear o universo, o homem, inevitavelmente, também atribui determinados valores às palavras de acordo com sua cosmovisão e essas, por sua vez, são cristalizadas pela consagração da tradição cultural. Conforme Biderman (2001, p. 14), as palavras surgem de um processo criativo, em que o falante associa termo a conceitos que simbolizam referentes. Em determinados grupos linguísticos um mesmo aparato pode receber nomes distintos, já que a forma de interpretar a realidade se modifica de acordo com cada grupo. E cada grupo pode ser reconhecido e diferenciado pela seleção que faz do repertório lexical, já que as escolhas do falante – durante o processo comunicativo – não são por mero acaso. Elas são motivadas por condicionantes extralinguísticos que, por sua vez, propiciam a configuração da norma linguística e suas variações.

No âmbito linguístico, Eugênio Coseriu (1978) formulou e definiu o conceito de norma como o nível abstrato entre o “sistema” e a “fala”, criando, portanto, uma tricotomia (fala, norma e língua). Essa teoria se opõe ao conceito da dicotomia saussuriana que se pautou apenas na dicotomia língua e fala. Nas palavras de Coseriu (1978, p. 98), o sistema (isto é, a língua)

[...] es sistema de posibilidades, de coordenadas que indican caminos abiertos y caminos cerrados: puede considerarse como conjunto de ‘imposiciones’, pero también, y quizá mejor, como *conjunto de libertades*, puesto que admite infinitas realizaciones y sólo exige que no se afecten las condiciones funcionales del instrumento lingüístico [...]¹

Partindo desses conceitos coserianos de sistema e de norma, Lucchesi (2004, p. 64) salienta que a língua expressa duas possíveis variações para o termo *norma*, sendo elas:

1 Tradução nossa: “[...] é sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam caminhos abertos e caminhos fechados: pode considerar-se como conjunto de ‘imposições’, mas também, e talvez melhor, como conjunto de libertades, uma vez que admite infinitas realizações e só exige que não se afetem as condições funcionais do instrumento linguístico [...].”

normal e normativo. A primeira corresponde ao que é normal, corriqueiro, habitual e tradicional. Já a segunda “remete a um sistema ideal de valores que não raro, é imposto dentro de uma comunidade” linguística (LUCCHESI, 2004, p. 64). Princípio também defendido por Thun (2005), que considera, na perspectiva do pluridimensionalismo, que fatores diatópicos, diassexuais, diageracionais, diaferencial, dialingual, dentre outros, interferem na forma como o falante utiliza o sistema linguístico.

Nesse estudo, entende-se norma como um sistema de realizações obrigatórias consagradas tanto social como culturalmente. Corresponde, portanto, ao conjunto de realizações concretas, habituais, corriqueiras e coletivas na comunidade linguística, imposta por fatores socioculturais, presentes, tanto nos grupos sociais (escola, família, profissão, entre outros) como na região geográfica onde reside o falante.

Partindo desse princípio, este trabalho tem como objetivo discutir vestígios de ruralidade no léxico dos habitantes da região Centro-Oeste com base em dados geolinguísticos, buscando por meio da análise de designações atribuídas por habitantes dos três Estados dessa região para um referente ligado ao universo rural, identificar em que proporção aspectos extralinguísticos interferem nas formas de nomeação de um mesmo elemento da realidade. Os dados aqui examinados foram documentados pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) e recupera os resultados obtidos no estudo de Marins (2012),² que investigou aspectos da relação rural e urbano no léxico dos habitantes da região Centro-Oeste. Os princípios teórico-metodológicos adotados foram buscados na lexicologia, na dialetologia e na geolinguística, áreas de linguística que fornecem subsídios para a análise dos dados na perspectiva adotada para este trabalho.

O rural: a questão linguística no Brasil

De acordo com Cunha (1977, p. 67), “o português apresenta todas aquelas liberdades e indecisões que caracterizam as línguas de base essencialmente rural, nas quais a força niveladora das cidades ou não se exerceu, ou só veio agir tardiamente”. E essa língua essencialmente rural falada pelos lusos foi transplantada para o Brasil, país que também teve sua formação sócio-político-cultural longe dos centros urbanos.

Lentamente, as cidades foram crescendo e abrigando uma população marcada por traços de ruralidade. Com efeito, o caipirismo era percebido em todas as manifestações da vida da sociedade do Brasil Colonial, sobretudo naquelas referentes ao uso da linguagem. Com o intuito de refletir sobre o panorama linguístico no Brasil referente ao falar rural, algumas pesquisas têm sido realizadas, entre elas, elencamos alguns estudos.

Pode-se dizer que *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral (1982 [1920]), forneceu a primeira descrição do vernáculo regional, que, nesse período, já começava a sofrer interferência das variedades urbanas. Amaral (1982 [1920]) documentou a linguagem rural dos paulistas do início do século XX, pautando-se em métodos dialetais. Com efeito, essa obra contribuiu para enriquecer os estudos dialetais acerca do português do Brasil, dando o “primeiro passo” para um novo olhar sobre o dialeto rural. Em outras palavras, “a porta se abriu para os estudos dialetais com *O dialeto caipira*. Nele encontram-se as linhas gerais para o estudo monográfico de uma região” (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 41).

² Dissertação de mestrado *O rural e o urbano: novos e velhos falares na região Centro-Oeste do Brasil*, orientada pela Prof^a. Dra. Aparecida Negri Isquerdo, defendida na UFMS, em 2012.

Já os estudos de Bortoni-Ricardo (2005, p. 31) apresentam três questões fundamentais: i) da modalidade urbana *versus* rural; ii) dos fluxos migratórios do século XX e iii) da difusão dos meios de comunicação de massa. Dessa tríade, destaca-se a questão da modalidade urbana *versus* rural, em que essa autora apresenta conceitos relacionados à mescla de elementos tanto da variedade rural quanto da urbana, configurando uma relação de *continuum*.

Marins (2012),³ por sua vez, comungando, sobretudo com as concepções postuladas por Bortoni-Ricardo (2005), discute aspectos da relação rural/urbano no vocabulário dos habitantes da região Centro-Oeste com base em dados geolinguísticos, buscando, por meio da análise de unidades lexicais (que designam referentes comuns tanto do mundo urbano quanto do rural) identificar em que proporção características do meio ambiente interferem nas formas de nomeação do mesmo elemento da realidade. Dessa forma, essa autora pôde constatar que o vocabulário dos habitantes da região Centro-Oeste contém unidades lexicais típicas tanto do mundo rural quanto do mundo urbano, o que aponta para a existência de um *continuum* em termos de marcas de urbanização e de ruralidade no léxico do homem centroestino.

Enfim, os estudos voltados para o falar rural têm propiciado pistas para compreensão da história da língua portuguesa do Brasil, em especial no que diz respeito às suas características rurais.

Origem do povoamento da região Centro-Oeste: aspectos sócio-históricos

Sabe-se que o povoamento do interior do Brasil foi motivado pela descoberta das minas de ouro encontradas por bandeirantes (homens paulistas que se dedicavam tanto à captura de índios e de escravos como de ouro nos confins do interior). A fascinação pelo desconhecido foi o que motivou esses homens a penetrarem a mata fechada, fazendo surgir, no interior do Brasil, o ciclo da caça aos índios e do ouro. Tais fatos motivaram o surgimento dos primeiros povoamentos na região do Brasil Central.

Pode-se dizer, então, que o bandeirantismo foi o nome atribuído ao movimento de penetração dos moradores da Capitania de São Vicente (atual São Paulo), iniciado na segunda metade século XVI (ciclo da caça ao índio) e que se fortaleceu no final do século XVII, com o descobrimento do ouro (ciclo do ouro), concluindo-se nesse mesmo século com ciclos de povoamentos (VIANNA, 1965, p. 192). Em geral, esse movimento saía da Capitania de São Vicente com destino ao sul e ao oeste do Brasil, e com atuação ainda mais aguçada no final do século XVII, ao descobrirem que, além de Minas Gerais, havia ouro em Cuiabá. Segundo Taunay (1975, p. 79), a mina descoberta nesse último território era “incomparavelmente menos acessível que a das Minas Gerais, e a enorme distância da costa, ilhada no coração da selva, atingível após a mais penosa e perigosa das travessias. Não importa! Era riquíssima!”.

Dessa forma, o território cuiabano passa a receber um contingente de pessoas vindas de várias partes do território nacional, o que estimulou a formação dos primeiros núcleos de povoamento na região. Porém “a decadência da mineração foi tão rápida como havia sido o encontro dos veios auríferos, e, com êste, o surto de uma riqueza que logo se

³ Os resultados obtidos por Marins (2012) são fruto de pesquisas e reflexões realizadas desde o período de Iniciação Científica (1997), orientada pela Prof^a. Aparecida Negri Isquardo.

mostrou transitória” (DIÉGUES JUNIOR, 1960, p. 277). Na tentativa de que mais minas de ouro fossem descobertas, levantou-se a hipótese de que em Goiás também houvesse tal minério. Embora essa busca por metais preciosos tenha intensificado o povoamento no território goiano, não foi o suficiente para garantir o surgimento de cidades. De forma que, com a decadência do ouro, os poucos e pequenos núcleos urbanos existentes ficaram estagnados durante décadas. E esse cenário de entorpecimento socioeconômico favoreceu, portanto, a criação de gado, que foi ganhando cada vez mais força, visto que no território centroestino foram encontradas condições ambientais favoráveis para o desenvolvimento da pecuária.

Dessa forma, o foco de produção se intensificou, em especial, na criação de gado e na produção de charque. Assim, o desenvolvimento dessas novas atividades econômicas permitiu a fixação da população – mesmo após a decadência do ouro – nas regiões inabitadas do interior do Brasil, sobretudo na região do atual Mato Grosso do Sul, especificamente na região do pantanal e dos Campos de Vacarias, formados pelos municípios de Campo Grande, Dourados, Rio Brilhante e Ponta Porã, em virtude das boas condições climáticas e da topografia dessas áreas (PAVÃO, 2005, p. 83-101).

Enfim, de forma assíncrona, tanto a descoberta do ouro quanto o desenvolvimento das atividades agropastoris contribuíram significativamente para o processo de povoamento da região Centro-Oeste. Tais acontecimentos interferiram, de forma direta e indireta, no português falado nessa região brasileira, diferenciando, portanto, ainda mais da modalidade linguística transplantada pelo colonizador nos primeiros séculos do Brasil Colonial.

O falar rural na região Centro-Oeste: aspectos geossociolinguísticos

A análise do vocabulário dos habitantes da região Centro-Oeste do Brasil, cuja economia ainda é predominantemente alicerçada na agropecuária, pode fornecer elementos para a compreensão não somente da realidade sociocultural, mas também das peculiaridades da norma linguística dos habitantes dessa região.

Os dados aqui apresentados foram obtidos por meio de consultas às entrevistas realizadas pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) na região Centro-Oeste, com 108 informantes de 24 localidades distribuídas entre os estados de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul e de Goiás (3 capitais e 21 cidades do interior). Os informantes obedecem ao seguinte perfil: (i) idade: 18-30 e 50-65 anos; (ii) sexo: masculino e feminino; (iii) escolaridade: ensino fundamental e superior (capital) e com ensino fundamental (capital e interior); (iv) naturalidade: nascidos e criados na localidade pesquisada e com pais também naturais da mesma região linguística. Neste estudo foram analisadas as respostas mencionadas pelos informantes para a questão 058/QSL – “objeto de couro, com tampa, para levar farinha, no lombo do cavalo” – do Questionário Semântico-lexical do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (2001), vinculada à área semântica das *atividades agropastoris*.

Cabe ressaltar que este estudo apresenta parte dos dados obtidos por Marins (2012), aqui, amplia-se a discussão dos dados considerando a temática deste estudo. O levantamento resultou em 15⁴ unidades lexicais: *bruaca, bolsa, buraca, baú/baú de couro*,

⁴ Em decorrência do objetivo deste estudo foram consideradas todas as respostas mencionadas pelos entrevistados.

capanga, alforje, surrão, caixa/de couro, mala, boroca, embornal, sapicuá, cofo, caçuá e silhão,⁵ cuja produtividade é visualizada no Gráfico 1, a seguir.

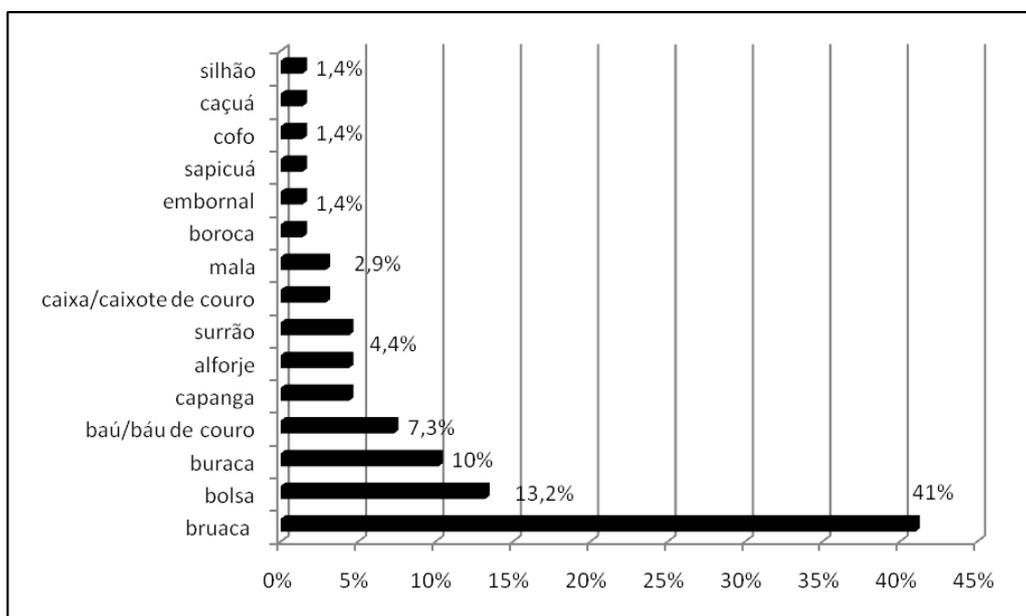


Gráfico 1: Produtividade das respostas para a questão 58/QSL na região Centro-Oeste

Ao observar os dados mostrados no Gráfico 1, nota-se que a unidade léxica *bruaca* foi a mais produtiva, seguida de *bolsa*, de *buraca* e *baú/báu de couro*. Já os itens lexicais *capanga*, *alforje* e *surrão* tiveram o mesmo percentual de ocorrência. Fato idêntico pode ser notado no registro das formas *caixa/caixote de couro* e *mala*. Já as unidades léxicas *boroca*, *embornal*, *sapicuá*, *cofo*, *caçuá* e *silhão* formam o grupo dos itens menos produtivos.

Em termo de distribuição de dados, essas unidades lexicais foram distribuídas entre aquelas que podem nomear o conceito expresso na questão 058/QSL (*bruaca* > *buraca*, *bolsa*, *baú/báu de couro*, *caixa de couro* e *mala*) e aquelas nomeiam outros conceitos (*capanga*, *alforje*, *surrão*, *boroca*, *embornal*, *sapicuá*, *cofo*, *caçuá* e *silhão*). Sabe-se também que o mapeamento dos dados geolinguísticos permite visualizar a distribuição diatópica das unidades léxicas catalogadas. Portanto, a Figura 1, a seguir, apresenta a distribuição diatópica dos itens lexicais *bruaca* e *buraca* que nomeiam especificamente o conceito expresso na pergunta em pauta.

⁵ Para o controle e o cruzamento dos dados catalogados foi desenvolvido, para o estudo de Marins (2012), o sistema computacional *Agium Search* (produto da empresa da *Agium Sorfi Ltda.*), para fins específicos de armazenamento e cruzamento de dados geolinguísticos.

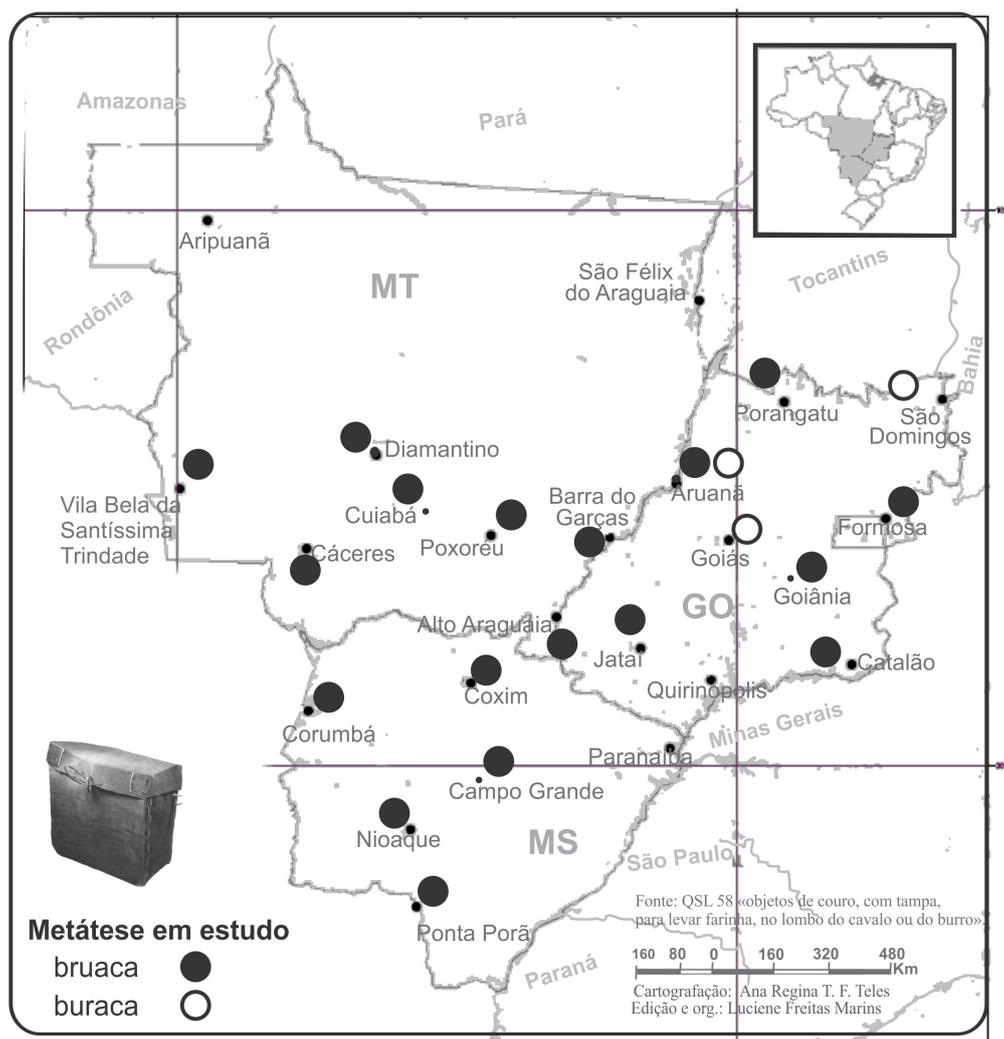


Figura 1: Variação diatópica obtida na região Centro-Oeste na documentação dos itens lexicais “bruaca” e “buraca”

Observa-se que a unidade lexical *bruaca* predominou em quase todas as localidades da região Centro-Oeste, exceto Aripuanã/MT, São Félix do Araguaia/MT, Paranaíba/MT, Quirinópolis/GO, Cidade de Goiás/GO e São Domingos/GO. Ao passo que a forma *buraca* foi mapeada apenas na Cidade de Goiás/GO, de Aruanã/GO e de São Domingos/GO, configurando-se, portanto, como um regionalismo do Estado de Goiás. Logo, é possível que a forma *buraca* tenha sofrido um processo de transposição que, de acordo com Botelho e Leite (2005, p. 5), ocorrem “por deslocamento de posição de fonemas em um vocábulo ou por transposição do acento tônico da palavra”. Nesse contexto, esses autores apresentam o caso de metátese, que “é o nome dado à transposição de um fonema em uma mesma sílaba de um vocábulo” (BOTELHO; LEITE, 2005, p. 5). Embora a forma *buraca* se configure como variante (metátese) de *bruaca*, ela foi mantida – neste estudo – como item lexical independente, pelo fato de ela ter sido mencionada apenas no Estado de Goiás com alta produtividade, sendo 100% em São Domingos, 50% na Cidade de Goiás e 25% em Aruanã, resultando, portanto, em um dado que merece ser evidenciado.

No que se refere às perspectivas diageracional e diasssexual, a pesquisa identificou que a forma *bruaca* foi mencionada na região Centro-Oeste apenas entre os informantes

idosos, sobretudo os de sexo masculino. Não raro, os habitantes do sexo masculino do Brasil Central participavam de comitivas de gados, enquanto suas esposas e filhos cuidavam das atividades domésticas. Logo, é natural que os homens tenham mais facilidade para nomear objetos relacionados às atividades agropastoris. Em suma, os resultados obtidos evidenciaram que a unidade lexical *bruaca* teve maior índice de produtividade, sobretudo no Mato Grosso do Sul, onde o contato com o universo rural é bem expressivo.

Além da documentação de itens lexicais específicos para nomear o conceito expresso na pergunta 058/QSL, também foram atribuídos estes itens lexicais genéricos: *bolsa*, *baú/de couro*, *caixote/caixa de couro* e *mala*. Quadro 1, na sequência, apresenta a ocorrência dessas formas, com as respectivas indicações das cidades onde foi documentada e dos informantes que as mencionaram.⁶

Quadro 1: Ocorrências das unidades léxicas obtidas como resposta para pergunta 58/QSL que nomeiam genericamente o conceito em causa

ITENS LEXICAIS	ESTADO	LOCALIDADE	PERFIL DO INFORMANTE
<i>bolsa</i>	GO	Porangatu	1, 2
		Aruanã	2
		Jataí	2, 3
		Catalão	1
	MT	Poxoréu	1
		Cáceres	1
Cuiabá		2	
<i>baú/baú de couro</i>	GO	Goiânia	8
	MT	Diamantino	1
		Vila Bela [...]	3
	MS	Nioaque	1
<i>caixote/caixa de couro</i>	GO	São Domingos	2
		Goiânia	8
	MT	São Félix	2
<i>mala</i>	GO	Porangatu	2
		Aruanã	2

De acordo com os dados apresentados no Quadro 1, é possível observar que no grupo dos itens lexicais que nomeiam genericamente o conceito em causa, *bolsa* apresentou alto índice de produtividade em Mato Grosso e em Goiás. Porém, em Mato Grosso do Sul, território marcado pelo exercício das atividades agropastoris, essa unidade lexical não foi registrada. Nesse caso, não se pode desconsiderar “que o ambiente físico só se reflete na língua na medida em que atuaram sobre êle as fôrças sociais” (SAPIR, 1971, p. 45). Logo, é possível que os entrevistados sul-mato-grossenses não tenham atribuído a

6 A pesquisa foi realizada com 4 informantes nas cidades do interior e 8 informantes em cada capital. Para fins metodológicos, lê-se no Quadro 1 e, posteriormente, no Quadro 2 as seguintes informações: na coluna “informantes” – os números ímpares representam aos entrevistados do sexo masculino e os números pares aos do sexo feminino; no que se refere à escolaridade os quatros primeiros números (1, 2, 3 e 4) correspondentes aos informantes com ensino fundamental e os quatros últimos (5, 6, 7 e 8) aos de nível superior. Por fim, os números 1, 2, 5 e 6 indicam os informantes da primeira faixa etária (jovens) e os de números 3, 4, 7 e 8 correspondem aos informantes da segunda faixa etária (idosos).

nomeação genérica – *bolsa* – ao conceito “objeto de couro, com tampa, para levar farinha, no lombo do cavalo ou do burro”, porque eles têm mais contato com uso da forma específica para nomear o conceito em causa, isto é, optam pela unidade léxica *bruaca*, conforme confirmam os dados aqui apresentados.

Já as demais unidades lexicais *baú/de couro*, *caixa de couro* e *mala* também foram documentadas como resposta à questão 058/QSL. A primeira unidade foi mapeada nos três estados investigados, porém com menos produtividade que o registro de *bolsa*. Já a segunda forma obteve apenas uma ocorrência no Estado de Mato Grosso (em São Félix do Araguaia) e duas no Estado de Goiás, sendo em São Domingos e Goiânia, uma cada. A última, por sua vez, foi registrada apenas na fala das jovens goianas, uma de Aruanã e a outra de Porangatu. Ao considerar a questão diageracional e diassexual, nota-se que, no contexto geral, o uso dessas unidades léxicas, que nomeiam genericamente o conceito em causa, foi mais frequente na fala dos informantes jovens.

Neste estudo, também foram documentados os itens lexicais *capanga*, *alforje*, *surrão*, *boroca*, *embornal*, *sapicuá*, *cofo*, *caçua* e *silhão*, que nomeiam outros conceitos. Desse conjunto, apenas as três primeiras unidades lexicais (*capanga*, *surrão* e *alforje*) foram obtidas em mais de uma localidade; os demais foram mapeadas como resposta única, conforme ilustra o Quadro 2, a seguir:

Quadro 2: Ocorrências das unidades léxicas obtidas como resposta para pergunta 58/QSL que nomeiam outros conceitos

ITENS LEXICAIS	ESTADO	LOCALIDADE	PERFIL DO INFORMANTE
<i>capanga</i>	GO	Porangatu,	2
		Goiânia	2
		Jataí	2
<i>alforje</i>	MT	Cáceres	2
	MS	Coxim	3
		Nioaque	4
		Campo Grande	4
<i>surrão</i>	MT	Poxoréu	4
		Barra do Garças	4
	MS	Corumbá	3
<i>boroca</i>	MT	São Félix do Araguaia	1
<i>embornal</i>	MT	Cáceres	1
<i>sapicuá</i>	MS	Corumbá	1
<i>cofo</i>	GO	Aruanã	4
<i>caçua</i>	MT	São Félix do Araguaia	4
<i>silhão</i>	GO	Formosa	4

De acordo com os dados visualizados no Quadro 2, nota-se que a forma *capanga*, embora não nomeie o referente em causa, teve alto índice de produtividade no Estado de Goiás na fala das informantes jovens. Ao contrário desse resultado, *surrão* não obteve registro apenas em Goiás, porém foi mencionado no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul entre os entrevistados idosos. O mesmo ocorreu com o registro da forma *alforje*, que, embora tenha sido mencionada no Mato Grosso do Sul, apenas na fala dos entrevistados da segunda faixa etária, também obteve um registro na fala da jovem de Mato Grosso (Cáceres/MT).

Ainda de acordo com os dados do Quadro 2, pode-se dizer que os itens lexicais fornecidos como resposta única também apresentaram dados relevantes quando à questão diasssexual e diageracional. As formas *borooca*, *embornal* e *sapicuá*, por exemplo, foram mencionadas apenas entre os jovens de sexo masculino. Em contrapartida, as unidades lexicais *cofo*, *caçua* e *silhão* foram mencionadas apenas entre os entrevistados idosos de sexo feminino.

Ao considerar o contexto sócio-histórico, cabe ressaltar que os registros de *capanga*, no território goiano, e *borooca*, no Mato Grosso, tornam-se significativos, uma vez que esses termos são de uso comum na fala de garimpeiros e, como já mencionado, esses territórios tiveram o início do povoamento motivado pela descoberta de ouro no século XVII. O registro da forma *cofo* em Aruanã/GO (cidade que fica às margens do rio Araguaia) também pode ter sido motivado por fatores sociais, já que essa unidade nomeia o cesto utilizado para o transporte do pescado. As unidades léxicas *caçua*, *sapicuá* e *silhão*, por sua vez, nomeiam utensílios utilizados por viajantes. As duas primeiras ratificam a presença de termos da língua indígena no léxico do português contemporâneo utilizado pelos habitantes da região Centro-Oeste. Já a última evidencia a interpenetração de regionalismos nordestinos no falar centroestino, uma vez que, de acordo com Cardoso e Ferreira (2000, p. 92), *silhão* nomeia, na região Nordeste, a armação de madeira que coloca no lombo do cavalo para a mulher sentar. Fato que pode justificar o mapeamento dessa unidade lexical em Formosa, localidade essa que fica próxima dos limites fronteiriços do Estado da Bahia, região onde é usual nomear tal assento por *silhão*.

Diante desses resultados apresentados no Quadro 02, nota-se que, na falta do conhecimento da unidade lexical específica para nomear o conceito em causa, os entrevistados valem-se do seu conhecimento de mundo, para responder à questão “objeto de couro, com tampa, para levar farinha, no lombo do cavalo”. Com base nisso, para análise léxico-semântica, procurou-se organizar as unidades lexicais em rede de associações motivadas por traços semânticos. Para tanto, pautamos na teoria dos Campos Léxicos apresentada por Biderman (1981, p. 139), que discorre sobre o encadeamento do léxico em redes semânticas, argumentando que “os padrões neuronais da memória léxica devem ter estabelecido redes de ligações entre os lexemas de modo funcional”.

Para tanto, foram selecionadas apenas as unidades lexicais que nomeiam o conceito em causa e as que, mesmo por extensão de sentido, nomeiam algum tipo de bolsa ou sacola. A partir disso, o conjunto dos dados foi distribuído da seguinte forma: de um lado, as formas que nomeiam o conceito em causa, sendo subdividido entre os itens lexicais específicos (*bruaca*>*buraca*) e os genéricos (*bolsa*, *baú/baú de couro*, *caixa de couro e mala*); e, de outro lado, os itens lexicais que nomeiam algum tipo de bolsa ou sacola (*capanga*, *borooca*, *surrão*, *embornal/bornal*, *sapicuá* e *alforje*). A Figura 2, a seguir, e, posteriormente, a Figura 3 ilustram o exposto:

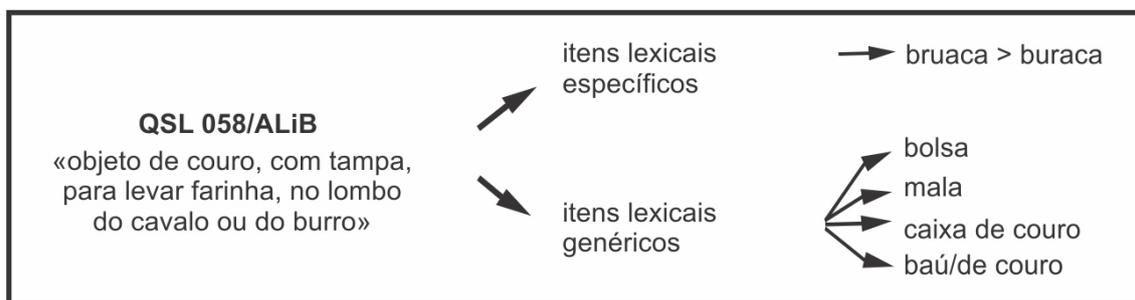


Figura 2: Distribuição dos itens lexicais que nomeiam o conceito expresso na questão 58/QLS

No grupo dos itens lexicais que nomeiam especificamente o conceito em questão, a forma *bruaca* está registrada nos dicionários na acepção utilizada pelos informantes. Houaiss (2001) e Ferreira (2004), entre outras, apresentam duas definições “saco ou mala de couro cru, para transporte de objetos e mercadorias sobre bestas” e “bolsa de couro” (FERREIRA, 2004). Já a forma *buraca* não está documentada nas obras lexicográficas pesquisadas. Embora se configure como variante de *bruaca*, foi mantida como forma independente, como já exposto, pelo fato de ela ter sido produtiva apenas no Estado de Goiás.

Já quanto ao uso dos itens lexicais (*bolsa, mala, baú/baú de couro e caixote de couro*) que nomeiam genericamente a questão em causa, é possível que tenha sido motivado pelo traço semântico “objeto de couro” contido no texto da pergunta 58/QLS ou ainda pela descrição do referente (“quadrado, com tampa e fecho”) visualizada na gravura do objeto apresentada ao informante. É provável que, devido ao fato de os entrevistados desconhecerem o termo específico, tenha recorrido a itens lexicais que nomeiam objetos similares, que também podem ser utilizados para o transporte de alimentos.

No conjunto dos dados catalogados, também foram documentadas seis unidades lexicais que nomeiam, segundo os dicionários consultados – Bluteau (1712-128), Moraes Silva (1813), Cunha (1996), Houaiss (2001), Ferreira (2004) e Aulete (2006) – tipos de bolsas definidas com semas diferentes dos apresentados na questão 058/QLS, conforme pode ser observado na Figura 03, a seguir:

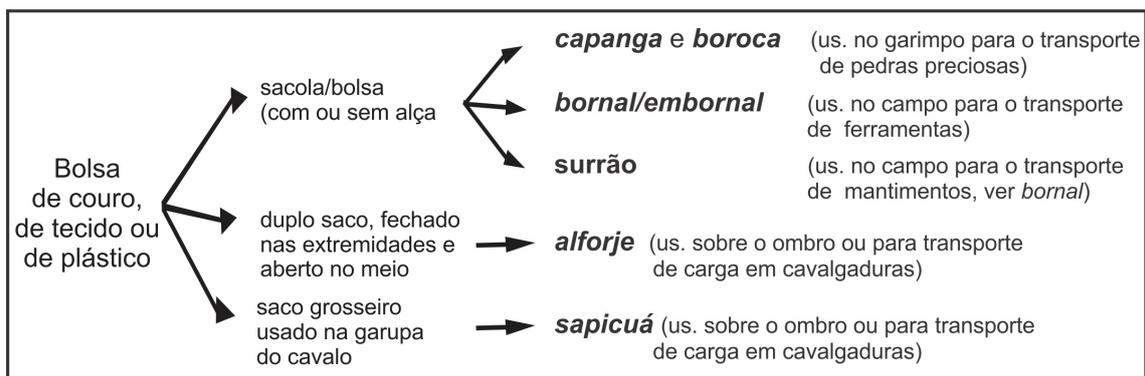


Figura 3: Distribuição dos itens lexicais que não nomeiam exatamente o conceito expresso na questão 58/QLS

Cabe ressaltar que, embora as unidades lexicais apresentadas na Figura 3 não nomeiam exatamente o conceito expresso na questão 58 do QSL, elas são importantes para este estudo, visto que, de um lado, ratificam a presença de outras formas que nomeiam objetos utilizados para transporte de algo no exercício de outras atividades rurais,

e, de outro, o uso delas deixa transparecer a interferência de fatores socioculturais no falar dos habitantes da região Centro-Oeste.

As unidades lexicais *capanga* e *boroça* nomeiam o tipo de bolsa utilizada pelos garimpeiros. A primeira está definida em Houaiss (2001), entre outras acepções, como “bolsa pequena, de tecido, couro ou plástico, us. a tiracolo por viajantes, esp. comerciantes de pedras preciosas”, marcada com a rubrica “garimpo” e como “regionalismo” de Mato Grosso para nomear “partida de diamantes comprada por capangueiro”. Ferreira (2004) também define esse item lexical como “espécie de bolsa pequena que os viajantes usam a tiracolo para conduzir pequenos objetos”, definições essas também contempladas por Cunha (1996), que atribui à unidade lexical a acepção de “espécie de bolsa (1881)” e acrescenta ainda que *capanga* é “de origem africana, mas de étimo indeterminado”. Já o segundo item lexical, *boroça*, está definido apenas no *Dicionário Informal da língua portuguesa* (2006-2011), como “ditado popular dos garimpeiros para nomear bolsa”, com a seguinte abonação: *o garimpeiro coloca a rede na boroça*.

Já *surrão* e *embornal/bornal* nomeiam utensílios utilizados nas atividades do campo para carregar alimentos ou produto da colheita. *Surrão* é definido por Houaiss (2001) e Ferreira (2004) como sacola ou bolsa grande de couro usado geralmente por pastores. Já Aulete (2006), entre outras acepções, apresenta a definição de “bolsa ou sacola de couro para levar mantimentos; bornal” e de “saco de couro que resguarda da chuva os objetos (esp. cereais)”. Nota-se que Aulete (2006), na definição de *surrão*, faz remissiva para *bornal*, que, por sua vez, está definido em Bluteau (1712-128) como “saco de pano, em que os cavalos comem a cevada”. Já Morais Silva (1813) remete o consulente ao item lexical *burnal*, que, por seu turno, remete a *embornal*, definido, entre outras acepções, como “saco que se dá cevada, ou milho as bestas”, conforme registrado por Bluteau (1712-1728). Entre os dicionários contemporâneos, Houaiss (2001) e Ferreira (2004) definem *bornal* como sacola feita de pano, de couro ou qualquer outro material, com alça longa, usada para carregar ferramentas.

As unidades lexicais *sapicuí* e *alforje*, por seu turno, pertencem ao acervo lexical dos viajantes e nomeiam um tipo de saco em que se carregam utensílios e comida. A forma *sapicuí* é classificada por Houaiss (2001) como regionalismo do Brasil, oriundo do guarani *hapiku'a* e designa o “saco grosseiro de viajantes”. Ferreira (2004) marca esse item como um brasileirismo, atribuindo-lhe a acepção de “saco de matalotagem”. Já Aulete (2006) apresenta-lhe a seguinte definição: “saco grosseiro, que os viajantes trazem na garupa do cavalo”. Nessas três obras consultadas consta a remissiva “picuí”, que está definida pelos lexicógrafos como espécie de cesto ou saco em que se coloca comida ou roupas.

A unidade lexical *alforje*, por sua vez, está assim definida em Bluteau (1712-1728): “sacola de couro, ou de outro materia dividida em duas algibeiras, em que se mete provisão de necessária para jornada, & nas bestas se poem nas ancas [...], & na gente de pé se carrega nos ombros co huma parte no peito, & a outra nas costas”. Já Morais Silva (1813) atribui a *alforje* a acepção de “dois sacos, ou bolsões pesados, em que se leva provisões de roupas, ou comida para jornada”. Essas definições se conservam em Houaiss (2001) e Ferreira (2004); no primeiro registra-se “duplo saco, fechado em ambas as extremidades e aberto no meio (por onde se dobra)” e, no segundo, “duplo saco, fechado nas extremidades e aberto no meio, formando como que dois bornais, [...] sendo a carga transportada no lombo de cavaladuras ou ao ombro de pessoas”. Cunha (1996) registra a

origem árabe da forma *alforje* como designação do “duplo saco, fechado nos extremos e aberto no meio”. Nota-se que, de acordo com as definições dos lexicógrafos, a unidade lexical *alforje* nomeia um objeto único, carregado tanto no lombo do animal quanto levado ao corpo do viajante.

Por fim, observou-se que as unidades léxicas catalogadas para nomear a questão 058/QSL do Projeto ALiB foram motivadas, tanto pelos semas expressos no conceito como pela realidade sociocultural vivenciada pelos entrevistados, o que confirma a premissa de que o léxico atua como elemento revelador da cultura de uma dada comunidade linguística.

Considerações finais

No conjunto dos dados catalogados, observou-se que algumas unidades léxicas, embora não nomeiem o conceito em causa, designam elementos do universo rural, ligados à história socioeconômico-cultural da região Centro-Oeste, como os itens lexicais *capanga* e *boroca*, que nomeiam aparatos utilizados no garimpo. Notou-se, ainda, que a catalogação de formas léxicas, que não nomeiam o conceito expresso na pergunta 58/QSL, foi superior ao número de unidades lexicais válidas. Muitos dos informantes alegaram ter visto o objeto descrito apenas pela televisão ou em museus, o que ratifica a falta de familiaridade desses informantes com esse artefato e, por extensão, com a forma de nomeá-lo, o que os leva a associações com nomes de outros referentes rurais que ainda fazem parte da realidade da região investigada.

Nas implicações deste estudo, considera-se, ainda, importante o registro da unidade lexical *bruaca* em quase todas as localidades investigadas e o uso específico de *buraca* (variante fonética para *bruaca*) apenas em algumas cidades de Goiás, configurando, portanto, como uma marca do vocabulário regional. O uso das unidades léxicas *bolsa*, *mala*, *caixa/caixote de couro* e *baú/baú de couro* também foi significativo, haja vista que ele pode ter sido motivado pelo traço semântico “objeto de couro” contido no texto da pergunta 58/QSL, evidenciando que dadas nomeações podem ser motivadas, a um só tempo, pelos semas expressos no conceito e pela realidade sociocultural em que os entrevistados estão inseridos.

Além disso, este estudo confirma os dados do estudo realizado por Isquerdo (2010), que também analisou a relação entre o rural e o urbano na fala de brasileiros residentes em grandes centros urbanos, com base em dados de inquéritos do Projeto ALiB (2001) realizados em capitais de três regiões administrativas do Brasil: Centro-Oeste, Norte e Sudeste. Para esse estudo, a pesquisadora pautou-se nas respostas fornecidas pelos informantes das capitais dessa região, para a mesma pergunta aqui discutida. Entre os resultados obtidos, no que se refere às capitais da região Centro-Oeste, concluiu que os informantes ainda “mantêm traços do mundo rural, sobretudo por abrigar o bioma Pantanal, onde as “comitivas” de gado ainda são frequentes, sobretudo na época das cheias” (ISQUERDO, 2010, p. 144).

Este trabalho confirmou, enfim, que o acervo lexical de uma língua pode sofrer alterações dependendo da história da região e das condições sociais do falante, como ficou evidenciado na amostra do léxico dos habitantes do Brasil Central, que, por sua vez, ainda é bastante marcado por traços de ruralidade, em virtude das próprias características econômicas da região Centro-Oeste.

REFERÊNCIAS

- AULETE, C. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Versão eletrônica. Rio de Janeiro: Lexikon, 2006. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital>. Acesso em: 03 maio 2011.
- AMARAL, A. *O dialeto caipira: gramática, vocabulário*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1982 [1920]. 195 p.
- BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. de; ISQUERDO, A. N. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001. p. 13-22.
- _____. A estrutura mental do léxico. In: _____. *Estudos de filologia linguística*. São Paulo: Queroz/Edusp, 1981. p. 131-145.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós chegemu na escola, e agora?* Sociolinguística & educação. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2005. (Coleção Língua[gem]; 11). 236 p.
- BOTELHO, J. M.; LEITE, I. L. Metaplasmos contemporâneos – um estudo acerca das atuais transformações fonéticas da Língua Portuguesa. In: *II Congresso de Letras da UERJ – São Gonçalo (II CLUERJ- SG)*, 2005, São Gonçalo. Anais do II CLUERJ- SG. Disponível em <<http://www.filologia.org.br/cluerj-sg/anais/ii/completos/comunicacoes/isabellelinsleite.pdf>> Acesso em: 29 dez. 2011.
- BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez & Latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. (Acervos on-line). Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>>. Acesso em: 03 maio 2011.
- CARDOSO, S. A. M.; FERREIRA, C. da S. *O léxico rural: glossário, comentários*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000. 138 p.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas Linguístico do Brasil: Questionário 2001*. Londrina: Eduel, 2001. 47 p.
- COSERIU, E. *Teoria del lenguaje y linguística general: cinco estudios*. 3. ed. Madrid: Gredos, 1978. (Biblioteca romanica hispanica; 2. Estudios y ensayos; 61). 328p.
- CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. 839 p.
- CUNHA, C. O português e sua origem rural. In: _____. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977. p. 67-85.
- DICIONÁRIO INFORMAL DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2006-2011. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/buscar.php>>. Acesso em: 08 out. 2013.

- DIÉGUES Jr., M. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de estudos pedagógicos - Inep. Ministério da Educação e Cultura, 1960. 112 p.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio da Língua Portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004. Versão 5.0.
- FERREIRA, C.; CARDOSO, S. A. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994. 95 p.
- HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- ISQUERDO, A. N. Revisitando os conceitos de rural e urbano no português do Brasil: contribuição do Projeto AliB. In: XXV^o Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes (CILPR). Innsbruck, 2010. Aceito para publicação na *Actes*. Max Niemeyer Verlag, 2010. p. 137-146.
- LEÃO, A. C. *Panorama sociológico do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisa Educacionais – Inep, 1958. 204 p.
- LUCCHESI, D. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 63-92.
- MARINS, L. G. F. *O rural e o urbano: novos e velhos falares na região Centro-Oeste do Brasil*. 2012. 320 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem. Área de Concentração: Linguística) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.
- MATEUS, M. H. M.; VILLALVA, A. *O essencial sobre a história da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2006. p. 106.
- MORAIS SILVA, Antônio de. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa: Tipographia Lacéridina, 1813. Tomos I e II. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em: 10 maio 2012.
- PAVÃO, E. da S. *Formação, estrutura e dinâmica da formação da economia de Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da economia brasileira*. 2005. 250 p. Dissertação (Mestrado em Economia. Área de Concentração: Economia Industrial) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- SAPIR, E. *A Linguagem: introdução ao estudo da fala*. Tradução de Joaquim Mattoso Câmara Junior. 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971. 262 p.
- TAUNAY, A. de E. *História Geral das Bandeiras Paulistas (Tomo II)*. 3. v. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

THUN, H. A dialetologia pluridimensional no Rio da Prata. In: ZILLES, A. M. S. (Org.). *Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 63-92.

VIANNA, H. *História do Brasil: Período Colonial*. v. 1. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965. 385 p.

Do não padrão ao padrão: prática de análise contrastiva na sala de aula

(From Non-Standard to Standard Brazilian Portuguese
through contrastive analysis in the classroom)

Monique Débora Alves de Oliveira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

mnqabr@gmail.com

Abstract: This paper presents a handbook for the teaching of standard Brazilian Portuguese to students of the 6th grade. It is motivated by the goals of an educational linguistics that focuses on the appreciation of the students' speech and also by a methodological view that contrasts the students' speech against the standard Brazilian Portuguese through a contrastive analysis, revealing the structures of the linguistic varieties at stake. A review of other handbooks shows a lack of commitment to the main ideas of the sociolinguistic theory concerning linguistic variation. This sustains the proposal of a handbook which aims to be in line with these ideas and to contribute to the debate of the implementation of these ideas in the classrooms.

Keywords: Sociolinguistics; linguistic education; Brazilian Portuguese.

Resumo: Este artigo apresenta um material didático de ensino da norma padrão para alunos do sexto ano do ensino fundamental. Esse material se justifica por estar em linha com os objetivos de uma Educação Linguística que prima pela valorização da fala do aluno na escola e por utilizar uma metodologia, chamada de análise contrastiva, que revela a esse aluno as estruturas da sua fala e da norma padrão do português brasileiro. Uma revisão de livros didáticos em que se nota a ausência de um aporte sociolinguístico mais profundo para a questão da variação linguística sustenta a proposta desse material para suprir uma lacuna e contribuir para o debate a respeito da implementação dos ideais sociolinguísticos em sala de aula.

Palavras-chave: Sociolinguística; educação linguística; português brasileiro.

Introdução

Desde seus primórdios, o ensino de língua portuguesa no Brasil esbarrou no conflito entre a língua ensinada e aquela utilizada pelo alunato. Isso pode ser observado a começar pela Companhia de Jesus, cujo trabalho ultrapassava os limites do discurso religioso e interferia na questão linguística. Nossos índios catequizados, além do contato escrito de sua própria língua, podiam ter acesso ao português através dos ensinamentos jesuítas. Com o avanço do tempo e a imposição da língua do colonizador, e, por conseguinte, a proibição da língua nacional, por Marquês de Pombal, mais uma vez em nossa História, a língua ensinada nas escolas divergia do conhecimento linguístico com que os alunos chegavam a esse espaço do conhecimento.

Como já ocorria, a situação de (in)definição linguística no Brasil, no que tange à resolução do conflito “língua vernácula” *versus* “língua padrão”, muitas das vezes deixa o aluno confuso em relação à sua língua materna e, conseqüentemente, preconceituoso, uma vez que essa língua, às vezes, é tida como “errada” ou “defeituosa”. Apesar do avanço que a sociolinguística apresentou nos últimos cinquenta anos, há como confirmação

disso os estudos introduzidos por Labov e desenvolvidos, no Brasil, por pesquisadores como Tarallo (1985), Duarte (2012) e Faraco (2008), entre outros, ainda há uma distância entre o conhecimento delimitado na academia e os conteúdos veiculados para nossos alunos, em nossas escolas.

Consoante os estudos desenvolvidos no ambiente universitário no que diz respeito especificamente à questão da variação linguística apresentada no português brasileiro (PB), orientações oficiais, propostas pelo Ministério da Educação (MEC), através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), deliberam sobre a inserção desse assunto nos materiais didáticos. Entretanto, apesar de haver esse direcionamento, diversos trabalhos têm apontado para a distância entre as delimitações oficiais e seu acatamento por parte daqueles que conseguem ganhar as licitações para a venda dos livros didáticos veiculados pelo nosso país.

Esse panorama nos levou à busca por trabalhos, ou seja, manuais, materiais ou livros didáticos que considerassem a variação linguística como assunto relevante, uma vez que é através da discussão desse assunto que os alunos podem tornar-se conscientes das várias possibilidades de manifestação de uma língua. Somente através do estudo das variedades linguísticas é possível perceber na língua as diversas possibilidades de uso, os aspectos gramaticais que caracterizam cada variedade e as regras que há no uso de cada variante.

Nos Estados Unidos, podemos detectar semelhante conflito entre a língua falada na comunidade em que vivem os alunos e a variedade linguística proposta pela escola, quando estudamos o que ocorre com alunos falantes do *Black English* em fase de aprendizado escolar. Nosso trabalho baseia-se nas orientações didáticas desenvolvidas por Rebecca Wheeler e Rachel Swords (2006), pautadas no objetivo de conduzir o estudante de língua à *análise contrastiva* de variedades linguísticas.

Na segunda seção deste artigo pretendemos discutir a necessidade de inserção da variação linguística ao longo do material didático para ensino de língua portuguesa, revisando as bases que defendem essa ideia. Na terceira seção, apresentamos a realidade de nossos materiais didáticos atuais, ressaltando como a questão da variação linguística é abordada. Isso será feito através de algumas análises que já foram realizadas acerca dos livros didáticos que são, geralmente, aceitos pelo governo. Para além dessa discussão, apresentamos, na quarta seção, tanto as bases que nos serviram quanto o material que desenvolvemos a partir da lacuna que havia de se trabalhar as variedades linguísticas de modo contundente. Finalmente, nas considerações finais, apontamos os trabalhos que estão em desenvolvimento e discutimos a função de linguista que deveria ser delegada a cada professor comprometido com essa abordagem.

Educação linguística, análise contrastiva e Alternância de Código

O trabalho desenvolvido está ancorado na sociolinguística variacionista, tal qual proposta por Labov, no início da década de 1960. No Brasil, seus estudos desencadearam diversos trabalhos sobre variação e mudança linguística no PB. O desenvolvimento dessa área de pesquisa revelou-se promissor para a desmitificação de algumas ideias sobre a variação da fala, que era julgada como “caótica, aleatória, desprovida de qualquer regularidade significativa e interessante” (PAIVA; DUARTE, 2006, p. 133). Esse reconhecimento da heterogeneidade linguística, mediante o qual foi permitido atribuir um padrão à variação, contribuiu para delegar maior importância ao estudo da variação linguística.

Numa perspectiva de língua como sistema de regras invariantes e contextualmente independentes, os elementos componentes do sintagma nominal (SN), numa língua como o português brasileiro, por exemplo, devem receber uma marca de plural. A ausência de concordância (os menino bonito, por exemplo) é, dentro dessa perspectiva, uma “infração” cometida por falantes que “desconhecem” a regra. Ora, aprender a língua como inerentemente variável significa, antes de tudo, reconhecer a natureza e amplitude dessa infração dentro do próprio sistema. (PAIVA; DUARTE, 2006, p. 133-134)

A discussão sobre a necessidade do aprendizado da língua como algo “inerentemente variável”, como supracitado, não somente norteou diversos trabalhos ao longo dessas quatro décadas desde a fundamentação empírica da sociolinguística variacionista, como também proporcionou o reconhecimento da legitimidade do estudo da variação linguística como primordial no ensino de língua portuguesa ao sinalizar a falta de homogeneidade linguística no Brasil.

A partir dos fundamentos lançados pelos estudos sociolinguísticos, um ensaio com uma proposta de Educação Linguística (BAGNO; RANGEL, 2005) contribuiu sobremaneira para nossa reflexão sobre a importância de se colocar na prática, em materiais didáticos de ensino de língua portuguesa, a heterogeneidade linguística. Bagno e Rangel (2005) debatem sobre as “tarefas da Educação Linguística no Brasil” em seu artigo homônimo. Os autores apresentam-nos a educação linguística como

[...] o conjunto de fatores socioculturais que, durante toda a existência de um indivíduo, lhe possibilitam adquirir, desenvolver e ampliar o conhecimento de/sobre sua língua materna, de/sobre outras línguas, da linguagem de um modo geral e sobre todos os demais sistemas semióticos. (BAGNO; RANGEL, 2005, p. 63)

Para os autores, portanto, a educação linguística está relacionada ao conhecimento que o falante recebe, de acordo com seu acesso à cultura escolar, sobre língua materna, línguas estrangeiras, ou linguagem de um modo mais geral. Ainda de acordo com os autores, esses saberes acumulados não só são responsáveis pelas crenças, mitos e superstições que permeiam nosso conhecimento linguístico como também pelo aprendizado das normas de adequação linguística, de acordo com situação de fala.

Essa educação começa, portanto, desde as primeiras interações do indivíduo com a família e comunidade com a qual essa criança convive. A escola é apresentada, no Brasil, como a responsável pela educação linguística institucionalizada, na qual o indivíduo constrói todo o seu imaginário linguístico, envolvendo questões como o que é certo ou errado em uma língua e também o que é feio ou bonito em uma língua. No decorrer do artigo, Bagno e Rangel (2005) discutem como a educação linguística encontra-se em crise no nosso país, uma vez que o ensino de língua portuguesa, nas escolas, muitas das vezes, torna-se um ensino de distorções, mal-entendidos e preconceitos. Ao assentar a educação linguística como tarefa principal da escola, no que tange ao ensino de línguas, os linguistas sugerem temas que devem se tornar primordiais na busca de uma educação linguística de qualidade: promover a reflexão linguística, tratar da pluralidade linguística do Brasil, abordar os conceitos de *norma*, *variação* e *mudanças linguísticas*.

Ao se levar em consideração a ideia de educação linguística supracitada, um material didático, portanto, deve ter compromisso com a mesma, na medida em que propõe uma maneira de educar linguisticamente, através da conscientização do aluno acerca da

heterogeneidade linguística. A ideia de um material didático ancorado em tal princípio faz com que seja possível um meio de ensino/aprendizagem de língua portuguesa que possa tomar para si a responsabilidade de levar o aluno à reflexão do estudo da língua. Através dessa reflexão, o aluno tem a possibilidade de construir conceitos, amparados pelas teorias linguísticas variacionistas, sobre certo e errado na língua bem como sobre as normas linguísticas e a adequação necessária a elas.

A proposta de aplicação de uma educação linguística (BAGNO; RANGEL, 2005) configurou também uma das tarefas do material didático a ser apresentado neste artigo. Tratar da questão da variação linguística é a base para promover a reflexão linguística, abordar o conceito de norma, gerar a consciência da mudança linguística e tratar da pluralidade linguística. Essas ações, juntas, podem, no âmbito de um material didático, constituir base para que um professor de língua portuguesa seja capaz de trabalhar em prol de uma educação linguística de qualidade.

As pesquisas em sociolinguística têm se desenvolvido cada vez mais no Brasil e é consensual a certeza de que a língua não é homogênea (Bagno, Bortoni-Ricardo, Faraco, Mollica, Tarallo entre outros), no entanto sabemos que ainda há barreiras entre esse conhecimento acadêmico e o que é aceito e ensinado nas escolas. Em relação, principalmente, à inserção desses saberes nos materiais didáticos, dada a diversidade do leque de conteúdos que devem compor esse tipo de suporte escolar, levar à escola um ensino de língua portuguesa a partir dos conhecimentos advindos da noção de variação linguística apresenta-se como um grande desafio da sociolinguística aplicada atual.

Como possibilidade de solucionar esse desafio, nos baseamos no trabalho desenvolvido por Wheeler e Swords (2006), para produzir um material didático voltado para o ensino de língua portuguesa via ensino da variação linguística. Rebecca Wheeler trabalhou em conjunto com Rachel Swords, uma professora de ensino fundamental, levando para a sala de aula os estudos acerca da variação linguística desenvolvidos na universidade. Em seu livro *Code-Switching: teaching standard English in urban classrooms* (2006), as autoras discutem as teorias linguísticas que amparam esse método de ensino e também relatam a experiência de colocar em prática essas teorias. O inglês não padrão (*Nonstandard English*), conhecido como *black English*, é muito estigmatizado, assim como algumas variantes das normas do português não padrão. Nos Estados Unidos, em comunidades nas quais essa variedade linguística é amplamente utilizada, a escola, como toda instituição de ensino, então, recebe o papel de corrigir esse *inglês defeituoso*. De igual maneira, Swords também delegava para si o papel de *corretora* em sua prática docente. No entanto, a partir do trabalho desenvolvido em conjunto com Wheeler, Swords pôde realizar uma troca em sua metodologia de ensino: o abandono da abordagem de correção e a consequente adoção de uma abordagem de *análise contrastiva*, levando os alunos à prática de alternância de código (*Code-switching*). Em referência à nova prática adotada por Swords em suas aulas de língua inglesa, Wheeler aponta que “ela não corrige a língua de seus alunos. Em vez disso, ela pede aos alunos que façam a alternância de código, ou seja, escolham a forma linguística apropriada ao contexto” (2006, p. 8, tradução nossa).¹ Esse trabalho foi desenvolvido não de forma pontual através de encontros ocasionais, mas de forma contínua durante as aulas de inglês, o que pôde conduzir os alunos à reflexão linguística.

¹ No original: “She doesn’t correct this student’s language. Instead, she asks the child to code-switch – that is, to choose the language appropriate to the context.”

O trabalho de Wheeler e Swords (2006) revelou a possibilidade concreta de se realizar um ensino de língua através da prática da *análise contrastiva* entre as regras de variedades linguísticas diferentes, sejam elas normas de prestígio ou estigmatizadas. Uma vez que se trata do estudo formal de variantes de uma mesma variável, é necessário haver uma teoria linguística que, para além da constatação da variação linguística, possa também servir como suporte para o estudo das regras que explicam o uso de cada variante. A sociolinguística de base paramétrica, tal como proposta por Tarallo e Kato (1989), gerou trabalhos nessa área que constituíram a base formal do nosso trabalho.

Dentro do proposto pelos estudos da sociolinguística de base paramétrica, Kato (2005) propõe algo semelhante ao trabalho desenvolvido por Wheeler e Swords ao contrastar o que é conhecido como gramática nuclear de um indivíduo com periferia marcada, inserindo a gramática aprendida na escola nessa última. A pesquisadora baseia-se em Chomsky (1981; 1986) para afirmar que essa periferia “pode abrigar fenômenos de empréstimos, resíduos de mudança, invenções, de forma que os indivíduos da mesma comunidade podem ou não apresentar esses fenômenos de forma marginal” (KATO, 2005, p. 133). A partir dessa ideia, Kato propõe que possa ser detectado no falante letrado um “tipo particular de bilinguismo, que faz alternância de código (*code-switching*) entre a G1 nuclear e a G2 periférica marcada” (KATO, 2005, p. 143).

Esses olhares das variedades linguísticas como diferentes formas cabíveis na língua, cada forma com suas regras e com seus contextos, nos forneceram suporte para lançarmos uma proposta de ensino de língua, pautado na *análise contrastiva* entre variantes linguísticas e voltado para a prática de alternância de código. Essa base nos possibilitou elaborar um material didático de ensino de língua portuguesa que pudesse não só levar em consideração os princípios de educação linguística como também proporcionasse um meio de realizar a análise contrastiva de variantes diferentes para se chegar a uma possível alternância de código, por parte do aluno.

Na próxima seção, abordamos alguns materiais didáticos já desenvolvidos no Brasil e algumas análises realizadas sobre eles.

Análises de livros didáticos

Nosso *corpus* de análise foi composto de duas partes: a primeira serviu de suporte para uma nova avaliação do que tem sido feito nos livros didáticos em relação ao tema da variação linguística, conforme será explicado em breve. Para essa primeira parte, utilizamos livros didáticos que serão apresentados mais à frente. Já a segunda parte foi empregada para ancorar nossa elaboração de um material didático sobre como trabalhar essa questão da variação linguística, e, para isso, abordamos o trabalho de Wheeler e Swords (2006), como também será esclarecido adiante.

Uma vez que nosso trabalho tinha por objetivo produzir um material didático, a primeira parte do nosso *corpus* é composta por análise de livros didáticos. No entanto, primamos pela revisão das análises já realizadas, uma vez que a verificação da abordagem que os livros didáticos adotavam em relação à inserção da variação linguística em seus capítulos já fora realizada em inúmeros trabalhos. Diversas pesquisas exploraram esse campo de interesse, no Brasil ao longo dos últimos anos, como pode ser visto nos trabalhos

de Coelho (2007), Manini (2009) e Rodrigues (2010). Essa exploração levou a constatações, por exemplo, como a de que a abordagem da variação linguística encontrava-se em um capítulo isolado e, nos demais capítulos, havia tão somente o ensino prescritivo da norma padrão, tal qual definida por Faraco (2008).

Embora tenhamos nos voltado para o que já havia sido identificado, ainda realizamos uma análise embasada em questões que constituíram a motivação para o desenvolvimento do nosso material didático. Como já referido, diferentes pesquisadores se debruçaram sobre os livros didáticos para apontar críticas em relação à inserção da variação linguística nesses materiais. Após a constatação dos resultados encontrados por Coelho (2007), Manini (2009) e Rodrigues (2010), algumas questões ainda nos atraíam, como: a) a variação linguística é apenas referida em um capítulo isolado, como um conteúdo (assim, como o conteúdo de sintaxe ou morfologia)? b) *há análise dos fenômenos linguísticos de acordo com a Teoria da Variação ou esses fenômenos fazem referência apenas à norma padrão, como definida por Faraco (2008)?*

Dessas análises e dessas questões, surgiu o interesse por elaborar um material didático que prezasse, de modo radical e comprometido, os estudos desenvolvidos pela sociolinguística variacionista. A variação linguística pode ser estudada nos diferentes tópicos de descrição gramatical, no entanto, a mesma tem sido abordada como um tópico a mais, em um capítulo isolado. Disso surge um primeiro problema ao nos perguntarmos *que abordagem pode ser utilizada para trabalhar com a variação linguística ao longo do material didático?*

No entanto, em nossa abordagem não bastaria apenas lidar com a variação linguística ao longo do livro, se a educação linguística permanecesse inalterada. Como consequência da forma como são *educados linguisticamente*, muitos alunos exercem o preconceito linguístico subentendido nas atitudes dos professores, ao valorizarem um modo certo de se falar e denegrirem um modo errado de se falar. Assim, mais um questionamento nos acometeu: *de que modo o preconceito linguístico pode ser combatido através do ensino da variação nos livros didáticos?*

Combater o preconceito linguístico é algo promissor, e garante o direito linguístico que o cidadão tem de utilizar sua variedade linguística sem ser subestimada, no caso de uma variedade desprestigiada. Sabemos que é o objetivo da escola ensinar as variantes da dita norma padrão, de prestígio, no entanto isso não significa considerar as variantes da norma popular como *inferiores*. Desse pensamento, provém nosso último questionamento: *como criar condições de ensino das regras das variantes de prestígio sem denegrir as variantes estigmatizadas, mostrando que essas têm regras e não são inferiores?*

Essas questões foram geradas a partir da análise que realizamos de um *corpus* de análise estruturado da seguinte maneira: dois livros didáticos do sexto ano e dois do ensino médio; em ambos os casos com o mesmo autor, mas de edições diferentes. O motivo dessa escolha era verificar se, em novas edições, o livro seria reformulado para atender às determinações do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), quanto à inserção da variação linguística. Nas duas obras, a diferença de uma edição para a outra é de onze anos. A primeira obra escolhida foi *Português: linguagens*, do sexto ano. Esse livro, elaborado por Willian Cereja e Thereza Cochar Magalhães, foi editado, pela primeira vez em 1998, e foi com essa edição que trabalhamos. Tempos depois, houve novas edições,

entre as quais escolhemos a 5ª edição reformada, de 2009. A segunda obra escolhida se intitula *Português: volume único* e foi elaborada por Domingues Maia. Utilizamos a primeira edição, de 2000, e também a de 2011. Em nenhuma das obras analisadas nossos questionamentos eram atendidos.

Além dessa análise pura de livros didáticos, com base em novas perguntas, ainda pretendíamos verificar o quanto o trabalho realizado por Wheeler e Swords (2006), voltado para professores, poderia ser útil para o nosso material voltado para alunos. Nesse material, as autoras criaram um manual para se trabalhar com a variação linguística via prática de Alternância de Código, como já referido na seção anterior. Pretendíamos analisar esse material voltado para os docentes, pois o mesmo também nos interessava, uma vez que almejávamos também lançar bases de ensino voltadas para o professor do ensino básico. O material elaborado por Wheeler e Swords (2006) configura uma espécie de guia sobre como trabalhar os fenômenos linguísticos do inglês não padrão em análise contrastiva com os do inglês padrão.

Amparados nessa fundamentação teórica, uma proposta foi delimitada. Pretendíamos elaborar um material didático que atendessem à demanda de nossos questionamentos acima, ou seja, um material que utilizasse a noção de variação linguística através da análise obtida pelo contraste de variantes de uma norma não padrão e com as de uma norma padrão, com o objetivo de conduzir o aluno à Alternância de Código.

Na próxima seção apresentaremos nosso material didático e também abordaremos sua aplicação em uma escola municipal do Rio de Janeiro.

A elaboração do material didático

Propor um material didático em meio à colossal produção de materiais didáticos parece algo um tanto desanimador, uma vez que, por razões óbvias, já há bastantes trabalhos nesse sentido. No entanto, baseados em toda fundamentação já apresentada, julgamos haver necessidade de elaboração de um material de acordo com o que pretendíamos. Uma vez constituída a nossa base, começamos a delimitar outros objetivos importantes para elaboração do material, como o fenômeno linguístico a ser abordado, textos que seriam utilizados, público-alvo, entre outros aspectos.

No que tange aos fenômenos do PB que apresentam variação entre a norma não padrão e a padrão, a concordância de número no nível do sintagma nominal (SN) é um dos que gera mais segregação social e, conseqüentemente, o preconceito linguístico. Em termos de fala, a não marcação do plural, de acordo com a *Educação Linguística* vigente, constitui clara distorção das regras e desconhecimento do falante em relação ao único modo correto de se produzir um SN plural, em língua portuguesa. Um falante que produz (1) em vez de (2) é considerado, muitas das vezes, é acusado do *crime* de *ignorante*, alguém que não frequentou a escola.

- (1) Comprei umas camisa legal.
- (2) Comprei umas camisas legais.

No entanto, é possível que o acusador, em diversos momentos de *informalidade* e *não monitoramento* de suas atividades linguísticas, tenha cometido o mesmo crime. Ora, o projeto Norma Urbana Culta (Nurc) já detectou, em falantes considerados cultos, ocorrências

da não marcação de plural no nível do sintagma nominal. Essa constatação muito serviu para se traçar um perfil linguístico desse tipo de falante. Entretanto, ainda hoje, por mais absurdo que possa parecer, a maior parte dos falantes não tem consciência disso e a mídia brasileira apenas ressalta o *erro* que há por trás de um SN cujo plural não foi realizado de acordo com a norma padrão. Os livros didáticos, por sua vez, fazem pouca menção a esse tipo de variação diastrática e apresentam a concordância apenas de acordo com o que se espera de um falante escolarizado.

Não discordamos de modo nenhum da função escolar de fazer com que o aluno tenha acesso à norma padrão, o que é um dos objetivos principais da escola, uma vez que essa norma representa, em nossa sociedade, um requisito para a entrada em determinados espaços. A elitização de uma norma já faz parte da nossa história, o que torna a tarefa de removê-la bastante árdua. Esse, porém, não era nosso objetivo principal. Contudo, como a necessidade de levar o aluno à compreensão daquilo que ele fala, através da *análise contrastiva*, constituía um dos nossos objetivos principais, consideramos esse fenômeno gramatical em discussão nosso primeiro passo na elaboração desse material.

Decidido que iríamos nos debruçar sobre a concordância no SN, tanto na norma não padrão quanto na padrão, passamos à seleção dos textos. Era necessário descobrir textos em que pudéssemos encontrar tanto exemplos de uma norma quanto exemplos da outra. Tal empreendimento não é tarefa fácil uma vez que há muitos textos com exemplos da norma padrão e poucos em que há, na escrita, ocorrências da norma não padrão. Delimitamos, então, que nossos textos estariam vinculados ao universo musical, para que pudéssemos utilizar tanto letras de canções quanto entrevistas com músicos, o que poderia aumentar as realizações do plural em sintagmas tanto da norma padrão quanto da norma não padrão. A Figura 1, a seguir, ajuda a compreender nossas escolhas.

Norma não-padrão	Norma padrão
<i>“Nada como um dia após o outro dia”</i> , Mano Brown.	<i>“Podres poderes”</i> , Caetano Veloso.
Entrevista com “Os Racionais”.	Entrevista com Chico Buarque de Holanda.
<i>“Negro drama”</i> , Os Racionais.	<i>“A cidade ideal”</i> , Chico Buarque de Holanda.

Figura 1. Tabela dos textos selecionados

A partir desses textos relacionados ao universo musical, teríamos exemplos suficientes para traçar o que nosso material didático pretendia ser. Com os textos selecionados, elaboramos primeiramente um roteiro desse material para que pudéssemos traçar o que se esperava tanto do material quanto do aluno a cada etapa de desenvolvimento do assunto.

A elaboração se deu de acordo com o que será descrito a seguir. Nossa clara intenção era a de conduzir o aluno do sexto ano do ensino fundamental à análise contrastiva entre a regra de formação de plural dentro do SN na norma não padrão e na padrão. Dessa forma,

inicialmente inculcamos no aluno a ideia de identidades de super-heróis, para que ele pudesse começar a ter consciência de que, em termos de língua, podemos assumir papéis sociais diferentes. Para representar isso, apresentamos os personagens de *Os Incríveis*, que assumem identidades diferentes. A partir disso, em um box no material, explicamos que, em relação à língua, os falantes também podem circular entre o uso de determinadas expressões linguísticas (variantes). Nosso objetivo com isso era a conscientização da alternância de código que é possível fazer entre essas variedades.

Em seguida, apresentamos os primeiros textos, descritos na Figura 1. Para cada par de textos, havia exercícios que buscavam conduzir o aluno, de algum modo, ao contraste das variantes em análise. Assim, com esse primeiro par, tínhamos o objetivo de levar o aluno à procura de SNs, singular ou plural, das duas variedades em contraste. O primeiro texto sempre era referente à norma não padrão e o segundo, à padrão. O objetivo dessa escolha era partir da norma que o aluno de sexto ano traz para a sala de aula. A Figura 2 ilustra o exercício que descrevemos sobre o primeiro par de textos.

Artigos, substantivos e adjetivos retirados dos Textos			
I		II	
Singular	Plural	Singular	Plural
As respostas vão depender de Cada trecho: 1, 2 ou 3.	As respostas vão depender de Cada trecho: 1, 2 ou 3.	As respostas vão depender de Cada trecho: 1, 2 ou 3.	As respostas vão depender de Cada trecho: 1, 2 ou 3.

Professor, é possível que os alunos tenham atitudes preconceituosas em relação às variantes não-padrão. Como talvez seja o primeiro contato que eles estão tendo com essas variantes na forma escrita, é provável que haja esse tipo de atitudes. É o momento de interferir, convidando os alunos à busca por regras naquilo que eles estão criticando!

Figura 2. Separação entre as normas não padrão e padrão

Antes de passar para o segundo par de textos, inserimos um texto que pudesse, em linguagem acessível, instruir o aluno acerca de informações relevantes sobre variação linguística. Para melhor compreensão do nosso objetivo com essa *pausa*, o texto está anexo, no final deste artigo. Assim, a partir das informações que disponibilizamos para os alunos, pudemos, finalmente, separar, com essa terminologia, português não padrão de português padrão. A partir dessa parte do material, nosso objetivo era fazer com que o aluno tivesse uma visão bastante clara sobre essas duas normas e as variantes encontradas nos textos referentes a elas, para que ele fosse conduzido às regras de formação de plural nas duas variantes. O segundo par de textos serviu, portanto, para que o aluno começasse a identificar essas regras.

Uma vez que o aluno foi conduzido ao conhecimento formal, tanto de uma norma quanto da outra, havia uma tabela para ser preenchida por ele, com as regras de formação de plural. Para cada norma havia uma tabela, de modo que o aluno foi colocado como o responsável pelo preenchimento, porquanto ele já possuía essa capacidade, depois de realizados os exercícios anteriores. Essa etapa pode ser considerada a parte mais formal desse material, pois os alunos são levados ao conhecimento da estrutura. O terceiro e último par de textos foi apresentado logo após essa parte formal com o objetivo de conduzir

o aluno à prática da alternância de código, uma vez que ele já contrastara as variantes em questão. Retiramos os sintagmas nominais, tanto singular quanto plural, desses textos e os colocamos, não flexionados, em uma tabela. Indicamos ao aluno a que norma pertencia cada texto e ele teria a missão de completá-la, utilizando as regras de formação tanto da norma não padrão quanto da padrão. Após essa atividade, os alunos deveriam produzir dois textos, com os mesmos objetivos do exercício anterior, para novamente praticarem a alternância de código entre as variedades contrastadas.

Uma vez elaborado o material didático, respeitando-se as etapas anteriormente descritas, era necessário aplicá-lo em uma turma de sexto ano com o objetivo de verificar sua adequação aos alunos. Como nosso objetivo era realizar esse teste em uma turma do ensino da rede pública do município Rio de Janeiro, primeiramente precisávamos passar pelos trâmites burocráticos que envolvem tal processo. Para qualquer trabalho receber autorização para aplicação em alguma escola da rede é necessário enviar uma cópia do projeto e aguardar o mínimo de trinta dias para o deferimento ou não da solicitação. Realizamos o requerimento de autorização, que foi deferido no tempo estabelecido. A partir dessa liberação, obtivemos carta de apresentação para realizar o trabalho na escola escolhida.

A Escola Municipal Thomé de Souza faz parte da oitava Coordenadoria Regional (8ª CRE) e é localizada próxima a uma comunidade da zona oeste do Rio de Janeiro, Coréia, e recebe alunos de diversas comunidades do entorno. No ano de aplicação desse projeto, 2012, a escola havia recebido alunos de diferentes localidades do município. Isso se deu pelo fato de que famílias de distintas comunidades receberam apartamentos do Governo. Isso explica a diferença de níveis de conhecimento que há, na escola, entre alunos de um mesmo ano ou turma. Há desde os alunos que frequentavam boas escolas em suas comunidades de origem até aqueles que, por problemas familiares, frequentaram poucas vezes uma escola. Essa heterogeneidade na escola é revelada também no âmbito linguístico, uma vez que há tanto alunos com algum domínio da norma padrão, no que tange à concordância de número dentro do SN, quanto aqueles que não possuem qualquer domínio dessa norma.

Foi necessário que descrevêssemos esse quadro para contextualização do conhecimento linguístico dos alunos com os quais trabalhamos. Selecionamos, de uma turma de quarenta, oito alunos que estivessem com a autora desse artigo, na condição de professora, estudando o que era proposto por nosso material. Durante quatro aulas de uma hora e quarenta cada, em semanas não consecutivas, trabalhamos o conteúdo do material. A princípio, havia muita dificuldade devido ao baixo nível de conhecimento linguístico dos alunos. Eles não sabiam, por exemplo, o que era um artigo, um substantivo ou um adjetivo. Portanto, foi necessário ultrapassar essas barreiras. Além disso, o grupo era unânime em afirmar que a forma de realização do plural de acordo com a norma não padrão era errada, apesar de frequentemente fazerem uso dessa variedade em nossas aulas. A pausa que fizemos para que eles pudessem ter algum conhecimento sobre variação linguística (texto em anexo) foi essencial para que eles conseguissem entender nossa proposta. No final das aulas, os alunos compreenderam que havia regras tanto no uso não padrão quanto no padrão, e que saber adequar essas variedades às situações de uso faz com que o indivíduo possa alternar entre suas identidades.

Passemos agora às considerações finais.

A sala de aula como espaço para reflexão linguística

Ao longo deste artigo, foram discutidas questões acerca da inserção da variação linguística em materiais ou livros didáticos, acatando determinações oficiais, como as do MEC e do PNLD. Nossa língua padrão encontra-se tão afastada das variedades linguísticas em uso, principalmente a dita não padrão, que os alunos têm dificuldades em seu aprendizado. Quando ocorre esse aprendizado, há uma espécie de bilinguismo (KATO, 2005) através do qual o falante pode realizar alternância de código. Embora esse quadro já esteja disposto de tal maneira há muito tempo, nossos livros didáticos insistem no ensino puro e único da norma padrão.

Diante desse quadro, propusemos e elaboramos um material que aborda um dos principais fenômenos de diferenciação entre a norma não padrão e a padrão: a concórdância de número dentro do SN. Esse material foi elaborado com o intuito de mostrar que é possível realizar um trabalho que esteja comprometido com a *Educação Linguística* de nossos alunos e com a neutralização do preconceito linguístico que há em torno de algumas variedades linguísticas. Dentro da gama de variantes estigmatizadas, propor um material que abarque somente um fenômeno parece algo de pouco alcance; no entanto, acreditamos que há outros linguistas comprometidos com a ética para *educar linguisticamente* os alunos espalhados pelo Brasil. Dessa maneira, nosso trabalho não se finaliza por aqui, encerrado em um artigo acadêmico restrito a um público dessa área. Já estamos elaborando materiais referentes a outros aspectos do PB não contemplados pela norma padrão em vigência, como o quadro pronominal, por exemplo.

Além do nosso compromisso, acreditamos ainda que a amplitude de conhecimento que nos tem sido delegado nas últimas cinco décadas pela sociolinguística está, aos poucos, deixando de pertencer somente à academia e adentrando sorrateiramente pelas portas da escola. Há cada vez mais trabalhos interessados em divulgar a variação linguística, ou melhor, levá-la para a sala de aula. Esse é o espaço em que, de fato, os assuntos pertinentes à língua devem ser discutidos. É através da reflexão sobre as várias possibilidades de realização de uma língua que indivíduos podem fazer um uso consciente da mesma. Dessa forma, torna-se imprescindível a formação linguística dos nossos professores no campo de trabalho. Essa é a condição *sine qua non* para que nossos alunos sejam *educados linguisticamente* da maneira como devem ser: sem crenças em mitos ou superstições, mas com fundamentos linguísticos que se prestem à compreensão e ao uso das regras que determinam a realização de cada variante.

Sabemos que toda mudança acontece de modo gradual, pois construir algo é tarefa muito mais árdua do que destruir. A sociolinguística, enquanto teoria linguística, não objetivou destruir conceitos que havia acerca das línguas, mas acrescentar bases para o estudo da mudança linguística. Nos últimos cinquenta anos, muito se desmitificou a respeito do conceito de erro linguístico. Principalmente em relação às variedades rurais, a divulgação da teoria sociolinguística tem contribuído de forma significativa no combate ao preconceito linguístico. Em relação à variação diastrática, no entanto, dentro das escolas, esse assunto é pouco trabalhado pelos professores de língua portuguesa. É em relação a esse quadro o nosso comprometimento com o ensino de língua portuguesa que possa conduzir o aluno à *análise contrastiva* de algumas variedades linguísticas, a consequente *Alternância de Código* e a conscientização de nossos alunos sobre o que é relevante para a sua *Educação Linguística*.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, M.; RANGEL, E. Tarefas da Educação Linguística no Brasil. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 5, n. 1, p. 63-81, 2005.
- COELHO, P. *O tratamento da variação linguística no livro didático de português*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- DUARTE, M. *O sujeito em peças de teatro: estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola Editorial 2012.
- FARACO, C. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- KATO, M. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M. A.; KOLLER, E.; TEIXEIRA, J.; LEMOS, A. S. (Org.). *Ciências da linguagem: trinta anos de investigação e ensino*. Braga: CEHUM (Universidade do Minho), 2005. p. 131-145.
- MANINI, D. *A gramática e os conhecimentos linguísticos em livros didáticos de língua portuguesa para o ensino fundamental II (5ª a 8ª séries)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- PAIVA, M.; DUARTE, M. Quarenta anos depois: a herança de um programa na sociolinguística brasileira. In: WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. (Org.) *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- RODRIGUES, S. *O português não-padrão no universo de livros didáticos do ensino médio: posições discursivas*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.
- TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.
- TARALLO, F.; KATO, M. *Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-lingüística*. *Preedição 5*. Campinas, SP: Unicamp, 1989.
- WHEELER, R.; SWORDS, R. *Code-Switching: teaching standard English in urban classrooms*. Urbana: IL, National Council of Teachers of English, 2006.
- _____. *Code-Switching lessons grammar strategies for linguistically diverse writers*. Grade 3-6. Portsmouth, NH: Heinemann, 2010.

ANEXOS

Vamos fazer uma pausa?

Nós sempre ouvimos falar de língua portuguesa e sabemos que estudamos essa língua na escola... No entanto, vamos pensar em algumas questões:

1- Só a língua portuguesa é falada no Brasil?

Não, existem mais de 200 línguas faladas no Brasil, embora talvez você nunca tenha visto alguém falar algumas delas... São línguas indígenas, e outras línguas como a língua brasileira de sinais (LIBRAS) o italiano, o espanhol, o japonês e outras faladas por algumas comunidades brasileiras. As pessoas dessas comunidades, na maior parte dos casos, falam o português e a língua da sua comunidade. Podemos dizer que somos um país plurilíngue, pois temos uma *pluralidade* de línguas no nosso território.

2- Então, por que nós só estudamos a língua portuguesa na escola?

Porque essa é a língua oficial do nosso país e falada pela maior parte das pessoas. Assim, os jornais, a televisão, as placas e outros meios de comunicação são escritos na língua portuguesa.

3- Mas já me disseram que as pessoas dos outros estados falam de modo diferente do meu. Isso é verdade?

Sim, é verdade, mas não significa que é impossível de você entender. As línguas variam, ou seja, apresentam diferenças. Uma mesma língua pode apresentar várias versões, e é o caso da língua portuguesa. Por diversos motivos, como distância de um lugar para o outro e influência de outras línguas, a língua portuguesa apresenta variações pelo Brasil. Isso faz com que as pessoas do Rio de Janeiro falem a palavra *tia* de modo diferente das pessoas que moram em Pernambuco, por exemplo. Há palavras que são próprias de alguns lugares, há sons característicos de outros lugares e várias outras diferenças. Isso não significa que são várias línguas portuguesas, mas sim variedades da língua portuguesa.

4- Onde eu moro, todos falam o mesmo português que eu, pelo menos não há palavras diferentes. Eu entendo, mas algumas pessoas falam errado.

Inclusive na mesma comunidade de fala, a língua varia. Geralmente um modo de falar é chamado de certo e outro, de errado. No entanto, essa ideia não é correta! Ao longo da história da língua portuguesa no Brasil, um modo de se falar, parecido com o que era ensinado nas gramáticas e que se falava em Portugal, foi constituído como o modo correto de usar a língua. As pessoas que não falavam igual às gramáticas eram consideradas erradas. No entanto, a língua não fica amarrada no livro chamado gramática, ela é usada todos os dias por milhares de brasileiros, pessoas trocam informações, convivem com o modo de falar das outras e isso vai provocando a mudança...

Os estudiosos da mudança da língua, umas pessoas que têm a profissão de linguista, declararam que não existe modo errado de se falar, mas provaram que existe um modo considerado **padrão (modelo)**, que está "preso" nas gramáticas, alguns **modos de se falar que se aproximam do padrão** e **alguns modos de falar que não são padrão**, pois parecem contrários à maior parte das regras do padrão. Esses modos de falar também recebem outros nomes. Os modos que se aproximam do padrão também são conhecidos como variedades cultas da língua portuguesa ou variedades de prestígio. Já os que não são padrão recebem o nome de variedades populares, estigmatizadas ou não-padrão.

O que queremos chamar a atenção aqui é que, como a língua varia, temos uma escala das variedades disponíveis para serem usadas. **Nenhum modo de falar é melhor ou pior do que outro**. Infelizmente, as variedades que não se aproximam do padrão recebem nomes de certo modo negativos, como a palavra *estigmatizada*. A Escola tem a função de ensinar as variantes próximas do padrão, pois isso possibilita ascensão social, mas não podemos menosprezar as outras variedades, cometendo o **Preconceito Linguístico**.

Fonte: elaboração da autora.

Padrões de variação lexical na região Sul a partir dos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil

(Patterns of lexical variation in South region from the data of the Project Linguistic Atlas of Brazil)

Valter Pereira Romano¹, Vanderci de Andrade Aguilera²

^{1,2} Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas – Universidade Estadual de Londrina (UEL)

valter.romano@hotmail.com, vanderciag@gmail.com

Abstract: This paper discusses the diatopic distribution of lexical variants for the question 156 *What is the name of the round glass thingies that boys like to play with?* proposed by Semantic-Lexical Questionnaire of ALiB Project. The corpus used was collected by the project team in 42 southern cities with 168 informants. The results obtained were compared with the linguistic letters of ALERS – Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul – (ALTENHOFEN; KLASSMANN, 2011) and showed different linguistic behaviors in each of the states. Thus, the research confirms, in a lexical level, the hypothesis of Görski (2012) and Altenhofen (2005) about the non homogeneity of linguistic patterns in southern Brazil.

Keywords: lexical variations; Project ALiB; South Region.

Resumo: O trabalho discute a distribuição diatópica de variantes lexicais para a questão 156 *como se chamam as coisinhas redondas de vidro com que os meninos gostam de brincar?*, proposta pelo Questionário Semântico-Lexical do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. O *corpus* utilizado refere-se ao que foi coletado de 168 informantes pela equipe do Projeto em 42 cidades sulinas. Os resultados obtidos são comparados com cartas linguísticas do ALERS – Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul – (ALTENHOFEN; KLASSMANN, 2011) e evidenciam comportamentos linguísticos diferenciados em cada um dos estados. Dessa forma, a pesquisa ratifica, no nível lexical, as hipóteses de Görski (2012) e de Altenhofen (2005) acerca da não homogeneidade de padrões linguísticos no Sul do Brasil.

Palavras-chave: variação lexical; Projeto ALiB; região Sul.

Introdução

Este trabalho visa a discutir os diferentes padrões de variação lexical na região Sul do Brasil a partir de dados geolinguísticos. Para tanto, utiliza como *corpus* de análise os dados coletados pela Equipe do Projeto ALiB¹ em 42 cidades sulinas (17 paranaenses, 10 catarinenses, 15 gaúchas) de 168 informantes de nível fundamental de escolaridade.² Nessa oportunidade, foi selecionada a questão 156 do Questionário Semântico-Lexical

1 O Projeto Atlas Linguístico do Brasil, doravante ALiB, é um projeto de pesquisa nacional e interinstitucional, com sede na Universidade Federal da Bahia, sob a presidência da Dr^a. Suzana Alice Marcelino Cardoso e dirigido por um Comitê Nacional formado por pesquisadores de universidades de oito estados. O Projeto ALiB visa a descrever a variante brasileira da língua portuguesa nos níveis fonético-fonológico, semântico-lexical e morfossintático, por meio da aplicação de questionários a informantes de todo território nacional, para, assim, formar um banco de dados que, posteriormente, será utilizado para a elaboração de um Atlas Linguístico de âmbito nacional. Mais informações podem ser obtidas em: <<http://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/Alib/WebHome>>.

2 De acordo com o objetivo do trabalho, não foram considerados os dados dos informantes de nível superior também entrevistados em cada uma das três capitais (Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba).

do Projeto ALiB que traz no *caput* a seguinte formulação: *como se chamam as coisinhas redondas de vidro com que os meninos gostam de brincar?* (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001). Os dados são tratados quantitativamente por meio de tabela, gráfico e cartas linguísticas e, qualitativamente, buscando relacionar os resultados observados nesta pesquisa aos trabalhos já publicados acerca da variação lexical na região Sul, bem como correlacionando aos dados da carta 302 do Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul – ALERS (ALTENHOFEN; KLASSMANN, 2011). Para isso, foi realizada uma revisão da literatura que permitiu verificar a existência de diferentes padrões de variação linguística no sul do Brasil, o que não permite englobá-la na mesma comunidade linguística, ou seja, há diferentes padrões de variação dependendo do estado e mesmo no interior de cada estado.

Os padrões de variação e a delimitação de áreas dialetais

A região Sul do Brasil apresenta mais diferenças do que semelhanças (GÖRSKI, 2012). Apesar de o senso comum caracterizá-la, assim como as outras regiões brasileiras, como uma área homogênea com traços linguísticos peculiares logo identificados em vagas afirmações como *a fala do sul*, *a fala do sudeste*, *a fala do nordeste etc.*, uma rápida observação de traços linguísticos permite refutar essa hipótese generalizante conforme atesta o trabalho de Görski (2012).

Partindo dos dados do Projeto VARSUL (Variação Linguística na Região Sul), a autora identificou diferentes padrões sociolinguísticos nas três capitais sulinas quanto ao (i) comportamento da vibrante pós-vocálica, (ii) alternância dos pronomes *tu/você* e concordância verbal com *tu* e (iii) o comportamento dos marcadores discursivos derivados dos verbos de percepção *olhar/ver*. Assim, revisitando os trabalhos de Monaretto (2000; 2009) e de Monguilhott (2007), Görski conclui que a realização da vibrante em Florianópolis se particulariza por apresentar tendência à posteriorização e ao apagamento, enquanto em Curitiba e Porto Alegre prevalece o tepe. Com base nos resultados dos trabalhos de Menon e Loregian-Penkal (2002) e Loregian-Penkal (2004), a alternância no uso dos pronomes *tu/você* e a concordância verbal com *tu* apresentam comportamento diferenciado:

(i) Curitiba se diferencia das demais capitais pelo uso exclusivo de *você*; (ii) Florianópolis (e o distrito do Ribeirão da Ilha) se distingue de Porto Alegre pela tendência à marcação de concordância verbal canônica (*tu vais*) e à assimilação na flexão verbal de pretérito perfeito (*tu fosse*³ em vez de *tu foste*); (iii) Porto Alegre se caracteriza pela preferência pelo uso de *tu* sem flexão verbal canônica (*tu vai*); (iv) certos efeitos de contexto aproximam Florianópolis e Porto Alegre: uso de *tu* com referente determinado e, no caso de concordância marcada, isso tende a se dar sem pronome explícito. (GÖRSKI, 2012, p. 815)

Quanto à variação dos usos dos marcadores discursivos OLHA/VÊ, a partir dos resultados encontrados no trabalho de Rost (2002), Görski tece as seguintes conclusões:

(i) em Curitiba há mais recorrência do marcador VÊ enquanto em Florianópolis e Porto Alegre predomina OLHA; (ii) em Curitiba se encontram mais formas subjuntivas dos marcadores (*olhe e veja*) do que nas demais capitais onde há largo predomínio de formas

3 A passagem de *-st >- ss* lembra a assimilação consonantal progressiva como ocorreu/ocorre com outros grupos consonantais, tais como: *persicum > pêssego*; *adversum > avesso*; *ipse > esse*.

no indicativo (olha e vê(s)); (iii) em Curitiba se mostra bastante significativo o fator ‘sequência textual argumentativa’ sobre o uso do marcador VÊ; (iv) as três capitais compartilham um mesmo efeito contextual forte: OLHA é o marcador favorecido em contextos com traços interativos e/ou subjetivos e VÊ é privilegiado em contextos com função mais textual. (GÖRSKI, 2012, p. 815)

Afirmações generalizantes acerca da fala da região Sul, portanto, devem ser evitadas, pois os três estados não compõem uma única comunidade de fala (GÖRSKI, 2012). Observa-se que essas diferenças linguísticas – ou diferentes padrões – estão sendo evidenciados por diversos estudos linguísticos, seja sob a perspectiva da sociolinguística variacionista seja sob o ponto de vista da dialetologia.

Os trabalhos de cunho dialetológico, no entanto, têm caminhado com vistas a delimitar áreas dialetais na região Sul, tanto na perspectiva fonética quanto na lexical e morfossintática. Na fonética, por exemplo, destaca-se a tese de Mercer (1992) sobre as áreas fonéticas do Paraná. Pautando-se em dados fonéticos e lexicais, encontra-se a tese de Aguilera (1990), que elaborou o Atlas Linguístico do Paraná (ALPR). Sob a perspectiva lexical e considerando as áreas de colonização em Santa Catarina, apresentam-se os trabalhos de Vieira (2004) e o de Margotti e Vieira (2006). Koch (2000), por sua vez, trata de aspectos fonéticos de toda a região Sul baseando-se em cartas linguísticas do ALERS,⁴ e Altenhofen (2005) analisa dados fonéticos e morfossintáticos que definem áreas dialetais no sul do país, também a partir das cartas fonéticas e morfossintáticas do referido atlas regional.

O que se verifica é que esses diferentes padrões de variação linguística na região decorrem de fatores históricos evidenciados pelos processos de ocupação e povoamento. Nesse sentido, Koch (2000), com base em cartas fonéticas do ALERS, divide a região Sul em duas grandes áreas linguísticas: a paranaense e a rio-grandense, identificando o Estado de Santa Catarina como uma área de transição, denominada por ele como *Leque Catarinense*. Essa divisão decorre de “dois movimentos colonizadores em sentidos opostos, um que partia do ‘Paraná antigo’ em direção ao sudoeste e outro que seguia do vale do Rio Jucuí em direção ao norte” (KOCH, 2000, p. 56). Assim, traça linhas de isófonas que diferenciam a faixa litorânea de Santa Catarina, colonizada por açorianos, o feixe secundário paranaense, que divide o Paraná no sentido leste-oeste e o feixe secundário rio-grandense “que acompanha de perto a encosta da Serra Geral” (KOCH, 2000, p. 58).

Altenhofen (2005) faz uma releitura de Koch (2000) e amplia o conceito do *Leque Catarinense* caracterizando-o com uma série de desdobramentos (ALTENHOFEN, 2005, p. 188). Dessa forma, o autor levanta nove hipóteses que podem ser confirmadas a partir das cartas fonéticas e morfossintáticas do ALERS e delimita oito áreas linguísticas na região Sul, a saber:

4 O Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul é o primeiro atlas linguístico brasileiro que contempla toda uma região administrativa do país. É composto de dois volumes: o primeiro contendo a parte introdutória, metodológica, cartas fonéticas e morfossintáticas e o segundo volume constando de 374 cartas semântico-lexicais e anexos. É um atlas monodimensional, na sua essência, pois na coleta de dados apenas a dimensão diatópica foi controlada rigorosamente. O caráter do ALERS é rural, embora alguns inquéritos tenham sido realizados em 19 centros urbanos. Nas palavras de Altenhofen (2005), trata-se “de um atlas regional voltado, em primeira mão, à variação diatópica do português rural das classes menos escolarizadas, com idade girando em torno de 45-50 anos” (ALTENHOFEN, 2005, p. 184). O ALERS teve uma nova edição publicada pela Universidade Federal de Santa Catarina em 2011.

- (1) Área de transição (*Leque Catarinense*, postulado por Koch (2000));
- (2) Corredor central de projeção paranaense;
- (3) Corredor oeste de projeção rio-grandense;
- (4) Corredor leste de projeção rio-grandense (*Feixe Rio-Grandense*, na interpretação de Koch (2000));
- (5) Zona lateral açoriano-catarinense;
- (6) Zona lateral do Paraná do norte (*Feixe Paranaense*, na interpretação de Koch (2000));
- (7) Zona lateral da fronteira sul-rio-grandense;
- (8) Áreas bilíngues de português de contato. (ALTENHOFEN, 2005, p. 197)

Apesar de essas áreas linguísticas identificadas no sul do Brasil refletirem um conjunto de isoglossas de análises de cartas fonéticas e morfossintáticas, o presente trabalho busca verificar a coincidência dessas áreas em dados lexicais. Nesse sentido, apresentam-se, na próxima seção, algumas abordagens pautadas no léxico a partir dos dados do ALERS.

Alguns trabalhos lexicais com base no *corpus* do ALERS

O banco de dados do ALERS, antes da publicação das cartas léxicas,⁵ subsidiou diferentes trabalhos acerca da variação lexical na região Sul, seja sob a perspectiva dos contatos linguísticos ou mesmo para a delimitação de áreas dialetais. Nessa seção, apresentam-se alguns desses trabalhos que podem ser correlacionados ao *corpus* aqui analisado.

Vieira (2004), por exemplo, analisa traços de bilinguismo em comunidades monolíngues no *corpus* coletado para o ALERS, utilizando dados referentes a seis cidades catarinenses junto a 18 informantes monolíngues de português (três em cada cidade). Os dados referem-se à fala de informantes estratificados em três níveis de escolaridade (I – semianalfabeto, II – 1º grau completo e III – 2º grau completo). A autora analisa questões da área semântica *festas e divertimentos*, associando o registro das variantes lexicais às áreas de povoamento de cada região. Dessa forma, além da dimensão diatópica, Vieira verificou a dimensão diastrática e a dialingual da variação. Os resultados das cartas estudadas comprovam a hipótese já confirmada em trabalhos anteriores sobre a influência do bilinguismo minoritário no português de Santa Catarina. Sobre a questão da *bolinha de gude*, a autora faz as seguintes considerações acerca das variantes documentadas:

[...] a) *bolita*, do espanhol platino, brasileiro do Rio Grande do Sul (doravante RS) que ocorre em Chapecó nos três níveis e Lages (II), municípios que receberam forte influência de RS. Vide Carta QSL 0513.a – *bolinha de gude* (da pesquisa urbana); b) (*bolinha de gude*, de. “*gode*, provincianismo minhoto – Portugal”, (FERREIRA, 1986, p. 513) ocorre no litoral, zona de imigrantes açorianos como Florianópolis II e III, Criciúma, II e III, e em Lages I e III, zona de influência de lusos de São Paulo; d) *bolinha de vidro*, com 16,67%, ocorreu apenas no nível I das cidades de Criciúma, Florianópolis e Joinville; enquanto “*clica*”, não dicionarizado, possivelmente de clique (clicar) com 16,67 %, em alemão *klicken*, (LANGENSCHIEDT, 2001, p. 172) ocorre em Blumenau (colonização alemã) nos níveis I, II e III, e “*peca*” não dicionarizado, vocábulo muito comum na cidade de Joinville onde ocorreu em II e III. (VIEIRA, 2004, p.8)

⁵ O volume de cartas lexicais do ALERS foi publicado em 2011, conforme consta das referências.

Margotti e Vieira (2006) apresentam os aspectos lexicais que caracterizam o Estado de Santa Catarina como a área de transição entre duas grandes áreas linguísticas, a paranaense e a rio-grandense, tese esta apresentada por Koch (2000). Os autores analisam as cartas linguísticas do ALERS considerando a variação e a arealização. Agrupam as cartas analisadas em três tipos básicos: a) cartas com pouca variação e áreas mais definidas; b) cartas com pouca variação e referentes não conhecidos na faixa nordeste do estado; e c) cartas com alta variação e áreas pouco definidas. A ocorrência das variantes e a identificação das áreas de isoléxicas são associadas aos processos de ocupação e povoamento de cada uma das áreas e também à topografia do estado. Dessa forma, dentre outras conclusões, os autores constataram que as diversas isoléxicas apontam para a existência de duas áreas linguísticas no Estado de Santa Catarina: a faixa leste e a faixa oeste, separadas pela Serra Geral. Salientam ainda que há uma área lateral no nordeste do estado isenta de projeções rio-grandenses e hipoteticamente influenciada pelas projeções paranaenses. Segundo Margotti e Vieira (2006, p. 258), essa é a principal contribuição do estudo, pois, trata-se “de uma área que se sobrepõe ao falar açoriano-catarinense e às variedades do português de contato com as línguas de imigrantes europeus”.

Margotti e Rocha (2008) discutem os empréstimos lexicais no português de contato com o espanhol analisando duas cartas linguísticas do ALERS, carta 001 – morro e carta 007 – riacho. O artigo centra-se nas variantes lexicais *cerro* e *coxilha*, da primeira carta, e *sanga* com suas variantes mórficas *sanguinha/sangão*, registradas na carta 007. Dessa forma, pautando-se em obras lexicográficas do espanhol e do português, discutem a etimologia dos vocábulos, as respectivas acepções e a arealização dos itens lexicais *cerro* e *sanga*. Concluem que a difusão das variantes projeta-se do sul para o norte a partir das fronteiras com o Uruguai e a Argentina, “ora fazendo o percurso das rotas de migração dos gaúchos rumo à exploração do Centro-Oeste do país, ora avançando em direção ao Centro de Santa Catarina e Paraná, delineando os caminhos dos tropeiros” (MARGOTTI; ROCHA, 2008, p. 9).

Pinho e Margotti (2009) tratam alguns aspectos da variação lexical no sul do Brasil, com enfoque principal no território de Santa Catarina, discutindo a distribuição diatópica das variantes lexicais para os itens 497 e 498 do campo semântico “crenças e religião” do Questionário Semântico-Lexical do ALERS. As questões analisadas trazem no *caput* a seguinte formulação: “Deus está no céu e no inferno está o...?” e “Que outros nomes dão para ele?”. Os autores analisam a variação no uso do vocábulo *demônio* na região Sul e também do fenômeno de palatalização que ocorre na última sílaba desse vocábulo – *demônio/demonho*. Comparam os dados do ALERS das zonas urbana e rural com a finalidade de descobrir em qual dessas existe maior variação lexical no emprego do vocábulo *demônio*. Dessa forma, os dados analisados confirmam a hipótese de que Santa Catarina é uma área de transição entre o Paraná e Rio Grande do Sul, já atestada por outros estudiosos como Koch (2000), Altenhofen (2005), Margotti e Vieira (2006). Concluem que a forma palatalizada é mais frequente em Santa Catarina, ocorrendo também no Paraná, ao passo que, no Rio Grande do Sul, não é registrada. Quanto às diferenças entre dados das zonas rural e urbana, os autores afirmam:

[...] tudo leva a crer que as condições sociais das zonas rurais propiciam a formação de novas variantes para um mesmo vocábulo. Assim, é em tais regiões que mais facilmente encontra-se um léxico mais repleto/rico de regionalismos, portanto, com marcas mais

peculiares e próprias do dialeto local. Traços que são impressos pela cultura daqueles que fazem uso da língua. Por outro lado, nos centros urbanos há uma grande tendência para o uso de uma linguagem mais “padronizada”, no caso, de um léxico mais padrão e, assim, constituído por um número bem menor de regionalismos. (PINHO; MARGOTTI, 2009, p. 59)

Diversos estudos, portanto, têm comprovado que o Estado de Santa Catarina apresenta particularidades, ora se identificando com os traços linguísticos do Paraná, ora com os do Rio Grande do Sul. A área de transição entre esses dois grandes falares, conforme se observa pela literatura consultada, deve-se aos diferentes processos de ocupação e povoamento ocorridos em cada um dos estados que compõem essa região administrativa. Nesse sentido, busca-se neste trabalho: (i) verificar a correspondência desses traços nos dados coletados para a elaboração do Projeto ALiB; (ii) identificar áreas de isoléxicas que evidenciam os diferentes padrões de variação lexical no sul do país; (iii) e como esses padrões delimitam áreas dialetais.

Análise dos dados

O *corpus* analisado refere-se às respostas de 168 informantes naturais de 39 municípios do interior dos estados e das três capitais sulinas (Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba). Em cada uma das localidades foram entrevistados quatro informantes, distribuídos equitativamente entre as variáveis sexo e faixa etária, ou seja, um homem e uma mulher da primeira faixa etária (18 a 30 anos) e um homem e uma mulher da segunda faixa etária (50 a 65 anos), todos com ensino fundamental incompleto.⁶

Entre os 168 informantes, foram documentados 231 registros para a questão 156 do QSL, distribuídos em oito variantes lexicais, conforme os dados da Tabela 2.⁷

Tabela 2: Distribuição geral das variantes lexicais para a questão 132 do QSL na rede de pontos do sul do Brasil.

SUL		
variantes	n	%
bolinha de gude	91	39,39
Bolita	59	25,54
búlica/búrica	24	10,39
bolinha de vidro	23	9,96
burca/burquinha	15	6,49
Bulica	10	4,33
quilica/clica	5	2,16
Peca	4	1,73
TOTAL	231	

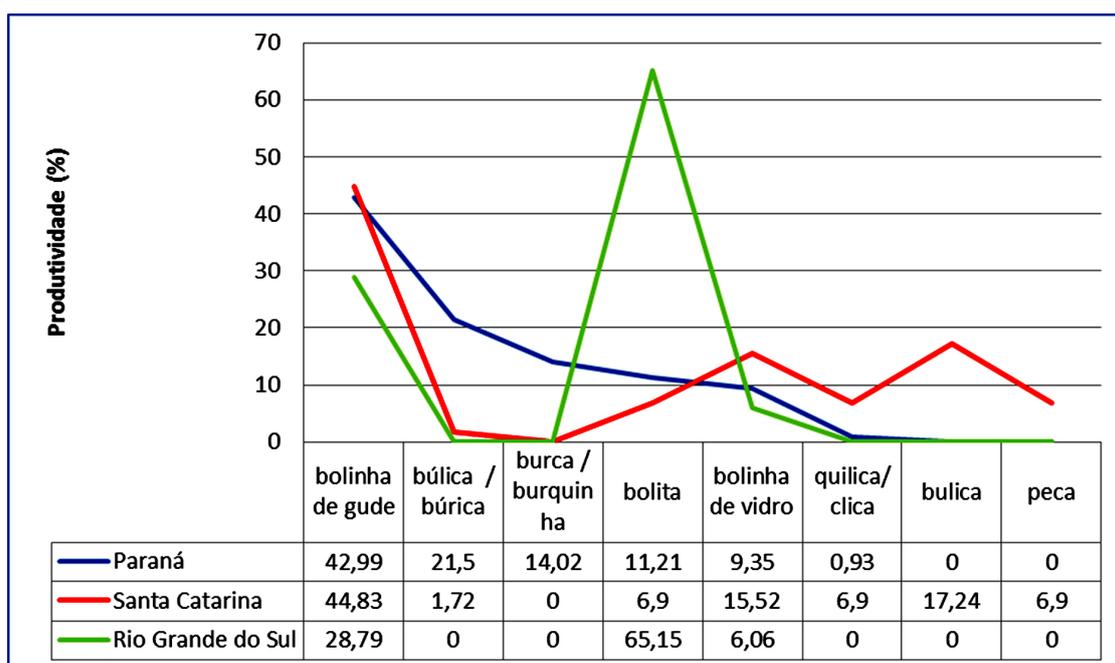
Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB relativos à rede de pontos da região Sul (2013).

⁶ Dados os objetivos deste trabalho, não foram consideradas as variáveis sexo e faixa etária na análise dos dados.

⁷ Não foram consideradas as variantes que apresentaram ocorrência única no *corpus*: *bolinha*, *pilica*, *tilica*, *boleja*, *bolinha de ima* e *biola*.

A variante mais produtiva, no conjunto de todas as respostas (*bolinha de gude*, *búllica/búrlica*, *burca/burquinha*, *bolita*, *bolinha de vidro*, *quilica/clica*, *bulica* e *peca*) é *bolinha de gude*, que representa 39,39% do *corpus*, seguida de *bolita* (25,54%), *búllica/búrlica* (10,39%) e *bolinha de vidro* (9,96%). Com menor produtividade, encontram-se *burca/burquinha* (6,49%), *bulica* (4,33%), *quilica/clica* (2,16%) e *peca* (1,73%).

A Figura 1 apresenta a produtividade dessas variantes considerando a unidade federativa em que cada uma das formas ocorreu.



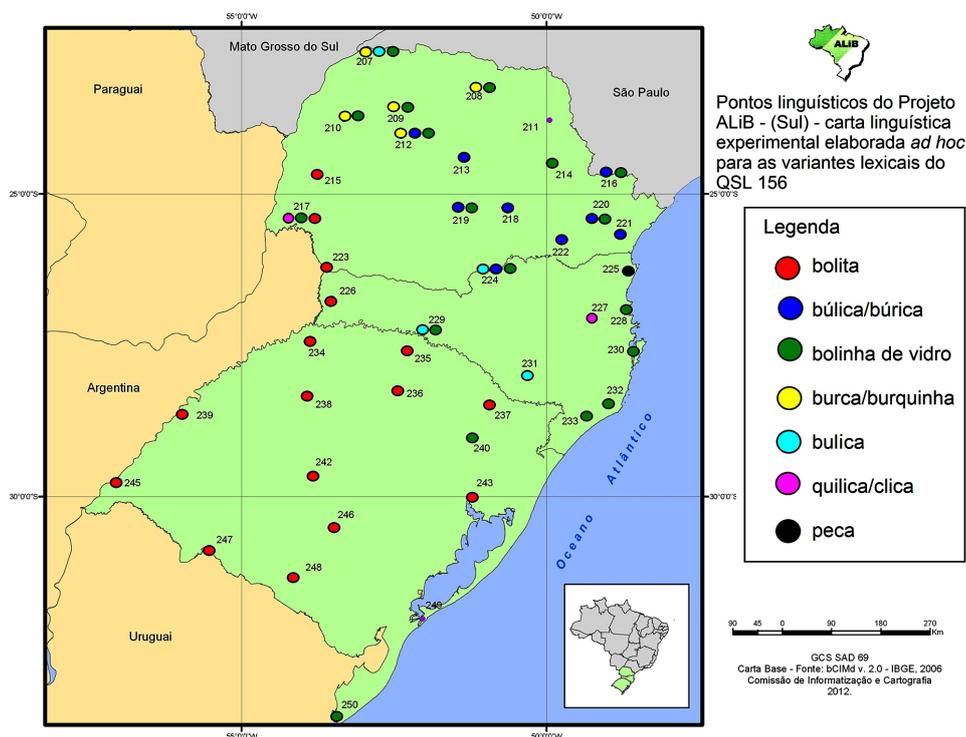
Fonte: Banco de dados do ALiB (2013)

Figura 1. Produtividade das variantes lexicais para a questão 156 do QSL nos estados da região Sul

Nos estados de Santa Catarina e Paraná, predomina a variante *bolinha de gude* em 44,83% e 42,99% das respostas, respectivamente. No Rio Grande do Sul, no entanto, *bolita* é a variante mais produtiva (65,15%), seguida de *bolinha de gude* (28,79%) e *bolinha de vidro* (6,6%).

No Paraná, a segunda variante mais produtiva foi *búllica/búrlica* (21,5%). Em Santa Catarina, esta forma lexical obteve baixa representatividade (1,72%). Ainda como variante coincidente entre os estados de Santa Catarina e Paraná encontra-se a variante *quilica/clica* com 0,93% de representatividade no Paraná e 6,9% de produtividade em Santa Catarina. Como forma típica do Paraná, foi documentada a variante *burca/burquinha* (14,02%) e, como variantes exclusivas das localidades catarinenses, encontram-se as variantes *bulica* (17,24%) e *peca* (6,9%).

A Figura 2 apresenta a distribuição diatópica de sete variantes documentadas no *corpus*, excetuando-se a variante *bolinha de gude*, pois, das 42 localidades consultadas, em apenas oito, a referida forma lexical não foi registrada: pontos 207 – Nova Londrina, no Paraná, e pontos 235 – Erechim, 236 – Passo Fundo, 238 – Ijuí, 239 – São Borja, 245 – Uruguaiana e 246 – Caçapava do Sul, cidades gaúchas em que ocorreu, exclusivamente, a variante *bolita*.



Fonte: Banco de dados do ALiB (2013)

Figura 2. Distribuição diatópica das variantes lexicais para o QSL 156 na rede de pontos da região Sul

Nessa carta linguística, observa-se que, no ponto 211 – Tomazina/PR e 249 – São José do Norte/RS, não há registro de nenhuma das variantes elencadas na legenda. Isso se deve ao fato de que nessas localidades registrou-se com exclusividade a variante *bolinha de gude*.

No Estado do Paraná, encontram-se três variantes diatópicamente marcadas, *burca/burquinha*, no norte e noroeste paranaense, *búlica/búrica* com ocorrência no centro-sul e leste do estado e *bolita* registrada em três pontos linguísticos do oeste paranaense. Esta última variante adentra o oeste catarinense – ponto 226 – São Miguel do Oeste – expandindo-se amplamente no território gaúcho.

A variante *bolinha de vidro*, contudo, tem ampla distribuição no Paraná, não estando presente apenas no oeste e sudoeste paranaenses – pontos 215, 217 e 223. Em Santa Catarina, *bolinha de vidro* apresenta-se em quatro cidades litorâneas, além dos pontos 224 – Porto União e 229 – Concórdia. No território gaúcho, essa variante apresentou-se somente nos pontos 240 – Flores da Cunha e no extremo sul do país, ponto 250 – Chuí.

Como variantes típicas de Santa Catarina encontram-se as formas *bulica* e *peca*. A primeira registrada nos pontos 224 – Porto União, 229 – Concórdia e 231 – Lages, com diferentes índices de ocorrências, e a segunda, *peca*, exclusivamente, no ponto 225 – São Francisco do Sul. A variante *quilica/clica*, por sua vez, apresentou-se no ponto 227 – Blumenau (SC) e em 217 – São Miguel do Iguazu (PR), localizado no oeste do Paraná.

Comparando os dados documentados pelo Projeto ALiB com os da carta 302 do Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul – ALERS (ALTENHOFEN; KLASSMAN, 2011), verificou-se que no Atlas não há o registro da variante *bulica* em nenhum dos três estados, porém, a variante *peca* compõe uma área de isoléxica no Estado de Santa Catarina.

A título de ilustração, apresenta-se, na Figura 3, a carta 302 do ALERS com adaptações que revelam quatro padrões de variação lexical na região Sul. Assim, verifica-se que há outros aspectos coincidentes em relação às áreas linguísticas dessa região.

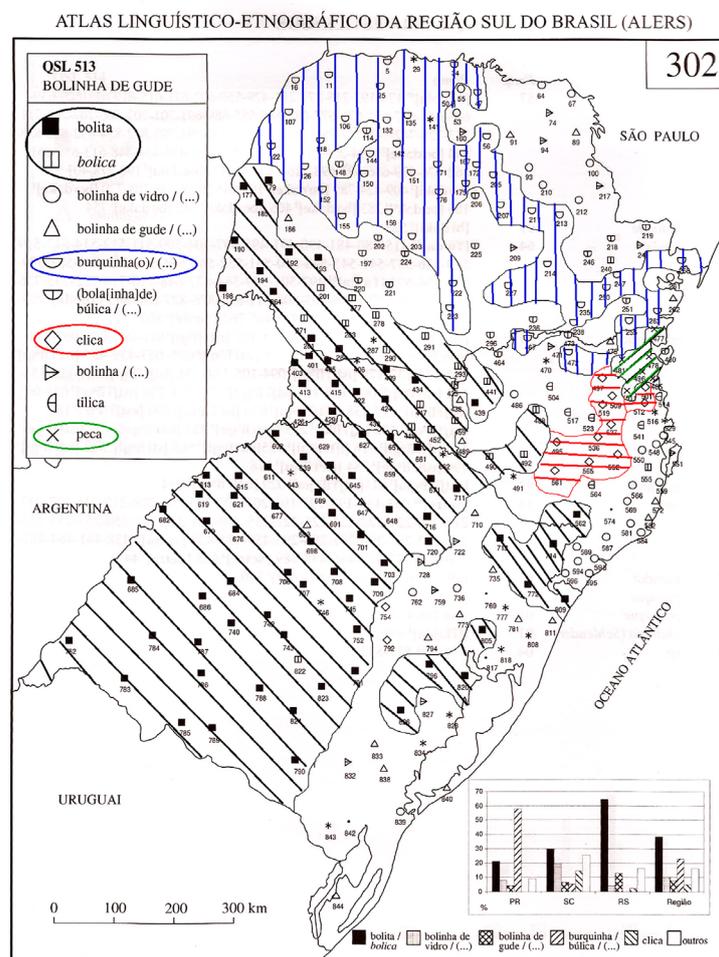


Figura 3. Áreas linguísticas na região Sul a partir da carta 302 do ALERS (adaptação)

Conforme a Figura 3, a variante *bolita* distribui-se na parte central e oeste do território sul-rio-grandense, adentrando o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná, podendo ser identificada, nesta região, uma área de isoléxica, a qual, embora com diferentes índices, ainda se encontra nos dados do ALiB, conforme atesta a Figura 2. Isso ratifica a presença da área dialetal denominada por Altenhofen (2005, p. 188-189) como *corredor oeste de projeção rio-grandense* e confirma a hipótese do avanço da área rio-grandense, por um corredor lateral, através do oeste de Santa Catarina até o sudoeste do Paraná.

A segunda área que configura outro padrão lexical na região Sul apresenta-se sob a isoléxica da variante *burquinha*. No ALERS, essa área abrange o centro, o sudeste e o litoral paranaense, ao passo que, nos dados do ALiB, restringe-se, exclusivamente, ao norte e noroeste do Paraná. Altenhofen (2005, p. 191) afirma ser esta uma área à parte na região Sul, pois, sob o ponto de vista fonético, algumas variantes apresentam forte propensão a fenômenos inovadores, como é o caso da vocalização da lateral /l/ em final de sílaba, p. ex. em *calção* e *revólver*, e denomina essa área como *zona lateral do Paraná do norte* identificada por Koch (2000, p. 59) como feixe *secundário paranaense*. Segundo o autor, esse feixe

diferencia-se das demais regiões, pois veio a ser colonizada apenas no século XX por paulistas e mineiros. Uma possível justificativa para o recuo dessa área de isoléxica, em comparação aos dois *corpora* (do ALERS e do ALiB), pode ser a distância temporal que separa ambos os atlas e as especificidades metodológicas de cada um, haja vista que o ALERS retrata, principalmente, o falar rural da década de 1980 sob o ponto de vista monodimensional; enquanto o ALiB – atlas pluridimensional em sua essência – representa a fala de informantes urbanos do século XXI.

Em Santa Catarina, os dados apontam a ocorrência de duas áreas linguísticas que dividem o estado no sentido oeste-leste, separadas pela Serra Geral, conforme atesta o trabalho de Margotti e Vieira (2006). Na porção oeste do estado, observa-se a ocorrência de *bolita*, enquanto, na leste, ocorrem outras variantes. Nesse sentido, além da presença de outras variantes e da identificação dessas duas áreas, observa-se a existência de mais três áreas de isoléxicas que diferem os padrões de variação na região Sul.

A terceira área compreende as localidades do litoral norte de Santa Catarina, com a variante *peca*. Nos dados do ALiB, *peca* foi produtiva com ocorrência exclusiva em uma única localidade – São Francisco do Sul (ponto 225). Considerando-se as particularidades e os objetivos do Projeto ALiB, como a rede de pontos menos densa, de certo modo, essa área ainda preserva traços das zonas de isoléxica documentadas no ALERS. Nesse sentido, esses resultados corroboram, parcialmente, a hipótese de Margotti e Vieira (2006, p. 258) sobre a área lateral no nordeste do estado “isenta de projeções rio-grandenses e hipoteticamente influenciada pelas projeções paranaenses”. O que se verificou, no entanto, é que essa área da variante *peca* não revela traços de projeção paranaense, haja vista que nos dados do ALiB a referida variante não ocorreu em nenhum dos pontos linguísticos além da cidade catarinense São Francisco do Sul, e, no ALERS, restringiu-se apenas às cidades localizadas naquela região.

A quarta área de isoléxica na região Sul refere-se ao uso da variante *clica*. No ALERS, a área de ocorrência dessa variante compreende localidades situadas no interior do estado de colonização europeia, como por exemplo, a alemã. Nos dados do ALiB, observa-se que *clica* manteve sua área em uma localidade do interior catarinense – Blumenau (ponto 227), conforme se apresenta no ALERS, porém essa variante foi registrada também em um ponto no oeste paranaense, São Miguel do Iguçu (ponto 217). Verifica-se, portanto, que nos dados urbanos (ALiB), a variante *clica* não foi registrada, exclusivamente, no Estado de Santa Catarina, mas sim revela os traços de bilinguismos decorrentes dos processos de colonização na região Sul, conforme atestou Vieira (2004), haja vista que tanto Blumenau quanto São Miguel do Iguçu foram colonizadas por imigrantes alemães e, esta última também por italianos.

Por fim, a quinta área de isoléxica na região Sul refere-se à ocorrência da variante *bulica*, não documentada nos dados do ALERS, mas registrada no *corpus* do ALiB em uma área geográfica localizada nos campos de Lages – parte central de Santa Catarina. Altenhofen (2005, p. 197) não definiu essa área (hipótese 8 do referido estudo, p. 192), pois julgou ser mais restrita a determinados fenômenos do léxico. Assim, “as isoglossas que acompanham as rotas de migração dos séculos XVII e XVIII não foram incorporadas” à sistematização feita pelo autor (ALTENHOFEN, 2005, p. 197). Verifica-se que nessa região houve o intenso contato entre paulistas e gaúchos como caminhos de campo por onde era mais fácil conduzir gado e mercadorias, considerando-se a topografia da região

(ALTENHOFEN, 2005, p. 192). Vale notar ainda que a variante *bulica* ocorreu também no ponto 208 – Nova Londrina –, fronteira política do Paraná com São Paulo e Mato Grosso do Sul. Seria *bulica* uma forma típica de paulistas que, por ventura, ainda persiste no vocabulário dos nativos daquela área de Santa Catarina? Ou, como parece indicar o sufixo *ica*, seria a presença gaúcha na região, remanescente da época do tropeirismo? A insuficiência de estudos sistemáticos que permitam a intercomparação de fatos linguísticos específicos do Estado de São Paulo em relação aos da região Sul não possibilita, até o momento, responder com segurança a uma ou outra indagação.

Finalizando a análise dos dados, verifica-se que Santa Catarina é o estado intermediário de dois grandes padrões de variação linguística no sul do país, o paranaense e o rio-grandense, conforme atestam Koch (2000) e Altenhofen (2005).

O fenômeno linguístico aqui analisado – as variantes lexicais para *bolinha de gude* – permitiu comprovar três das oito áreas dialetais estabelecidas por Altenhofen (2005): (i) *área de transição (Leque Catarinense*, postulado por Koch 2000) – caracterizada no *corpus* do ALiB tanto por variantes típicas do Rio Grande do Sul quanto do Paraná; (ii) *corredor oeste de projeção rio-grandense* – caracterizada pela ocorrência de *bolita*; (iii) *zona lateral do Paraná do norte (Feixe Paranaense*, na interpretação de Koch 2000) – documentada pela presença da variante *burca/burquinha*. Além disso, verificou-se a ocorrência de outras três áreas: (iv) uma no *litoral norte de Santa Catarina* (ocorrência da forma lexical *peca* – nas imediações de São Francisco do Sul); outra nas (v) *áreas de colonização europeia* – com a ocorrência da variante *clica*, sobretudo em localidades de colonização alemã como Blumenau e São Miguel do Iguçu, o que revela traços de bilinguismo na região Sul. Por fim, a última área que define diferentes padrões lexicais no sul do Brasil está localizada no (vi) *interior central de Santa Catarina*, com a variante *bulica*, que, possivelmente, revela características do contato entre gaúchos e paulistas durante o tropeirismo no Brasil.

Considerações finais

A partir do *corpus* analisado e do objetivo central do trabalho, o estudo permite concluir que a região Sul do Brasil apresenta mais diferenças do que semelhanças, não podendo, portanto, ser classificada como uma área linguística homogênea. Há diferentes padrões de variação lexical nessa região considerando-se a história social de cada um dos estados que a compõe, o que se reflete, sobretudo, no léxico.

A princípio, podem-se delimitar seis áreas lexicais, das quais três coincidentes com as apontadas por outros estudiosos como Altenhofen (2005) e Koch (2000). O que se observa na região Sul é a presença de dois grupos de falares: o do norte paranaense e o do sul-rio-grandense. Entre esses dois falares, encontra-se o Estado de Santa Catarina como (i) *área de transição* que recebe influências gaúchas e paranaenses; (ii) *corredor oeste de projeção rio-grandense*, localizado no oeste de Santa Catarina e Paraná; (iii) *zona lateral do Paraná do norte*, caracterizada pela sua identificação linguística com o Estado de São Paulo; (iv) *área do litoral norte de Santa Catarina*; (v) *áreas de colonização europeia* que revelam traços de bilinguismo e, por fim, (vi) *área do interior central de Santa Catarina*.

Obviamente, as análises parciais aqui apresentadas não são definitivas. Análises de outras cartas lexicais do ALERS juntamente com a descrição das respostas a outras questões do Questionário Semântico-Lexical do ALiB poderão refutar ou confirmar as

hipóteses ou mesmo indicar outras áreas dialetais na região Sul. Não obstante, os resultados permitem confirmar algumas áreas dialetais já preconizadas por outros pesquisadores, como Koch (2000), Altenhofen (2005) e Margotti e Vieira (2006), contribuindo, dessa forma, para a descrição do português do Brasil sob a perspectiva geolinguística.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, V. de A. *Atlas Linguístico do Paraná*. 1990. 426 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Assis, 1990.

ALTENHOFEN, C. Áreas linguísticas do português falado no sul do Brasil: um balanço das fotografias geolinguísticas do ALERS. In: AGUILERA, V. de A. (Org.). *A geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: Eduel, 2005. p. 177-208.

ALTENHOFEN, C.; KLASSMANN, M. S. (Org.) *Atlas linguístico-etnográfico da Região sul do Brasil: cartas semântico-lexicais*. Porto Alegre: Editora UFRGS; Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. *Questionários 2001*. Londrina: Eduel, 2001.

GÖRSKI, E. Fenômenos variáveis na região sul do Brasil: aspectos de comportamento sociolinguístico diferenciado nas três capitais. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 806-817, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/41/el.2012_v2_t32.red6.pdf> Acesso em: 2 maio 2013.

KOCH, W. O povoamento do território e a formação de áreas linguísticas. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCHÖNBERGER, A. (Ed.) *Estudos de geolinguística do português americano*. Frankfurt am Maim: TFM, 2000. p. 55-69.

LOREGIAN-PENKAL, L. *(Re)análise da referência de segunda pessoa na fala da Região Sul*. 2004. 260 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2004.

MARGOTTI, F. W.; ROCHA, P. G. da. Cerro e sanga: empréstimos lexicais no português de contato com o espanhol. In: ENCONTRO DO CELSUL, 8., 2008, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2008. Disponível em: <http://celsul.org.br/Encontros/08/cerro_e_sanga.pdf>. Acesso em: 9 maio 2013.

MARGOTTI, F. W.; VIEIRA, H. G. Características de uma área lexical heterogênea na região Sul do Brasil. In: VANDERSEN, P. (Org.) *Variação, mudança e contato linguístico no português da região sul*. Pelotas: EDUCAT, 2006. p. 245-260.

MENON, O.; LOREGIAN-PENKAL, L. Variação no indivíduo e na comunidade: tu/você no sul do Brasil. In: VANDRESEN, P. (Org.) *Variação e mudança no português falado da região sul*. Pelotas, RS: Educat, 2002. p. 147-188.

- MERCER, J. L. da V. *Áreas fonéticas do Paraná*. 1992. 161 f. Tese (Admissão como Docente Titular) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1992.
- MONARETTO, V. N. de O. O apagamento da vibrante pós-vocálica nas capitais do sul do Brasil. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 275-284, mar. 2000.
- _____. Descrição da vibrante no português do sul do Brasil. In: BISOL, L.; COLLIS-CHONN, G. (Org.). *Português do sul do Brasil: variação fonológica*. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2009. p. 141-151.
- MONGUILHOTT, I. de O. A variação na vibrante florianopolitana: um estudo sócio-geolinguístico. *Revista da ABRALIN*, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 147-169, jan./jun. 2007.
- PINHO, A. J. de; MARGOTTI, F. W. Aspectos de variação lexical no sul do Brasil: o demônio varia no sul? *Interdisciplinar – Revista de Estudos em Língua e Literatura*, Itabaiana, v. 9, n. 9, p. 51-66, ago./dez. 2009. Disponível em: <http://200.17.141.110/periodicos/interdisciplinar/revistas/ARQ_INTER_9/INTER9_Pg_51_66.pdf> Acesso em: 8 maio 2013.
- ROST, C. A. *OLHA e VEJA: multifuncionalidade e variação*. 2002. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- VIEIRA, H. G. Traços de bilinguismo no léxico catarinense: um estudo pluridimensional. In: ENCONTRO DO CELSUL, 6., 2004, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2004. Disponível em: <<http://celsul.org.br/Encontros/06/Individuais/175.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2013.

Os termos fundamentais das feiras de negócios: busca de equivalentes em língua inglesa

(The fundamental terms of the trade fairs: the search for equivalents in English)

Ariane Dutra Fante Godoy¹, Maurizio Babini²

^{1,2}Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista (Unesp)

ariane.fante@gmail.com, maurizio@ibilce.unesp.br

Abstract: The aim of this study is to search for English equivalents of the trade fair sector terms, more specifically the terms used during the process of preparation, participation and post-show as well as, to analyze the main translation problems found. The specific objective of this study is to compile a bilingual glossary to be used by trade fair professionals, researchers, students in the foreign trade and international relations areas, and translators. The terms were collected through software for the processing of corpora and were organized into two notional systems, one in Portuguese and another in English. Eventually we proceed to the establishment of equivalence and the analysis of the major translation problems found.

Key-words: trade fair; foreign trade; terminology; bilingual terminology.

Resumo: O objetivo geral deste trabalho é buscar termos equivalentes em língua inglesa do domínio das feiras, mais especificamente dos termos utilizados durante o processo de preparação, participação e pós-feira, e analisar os principais problemas de tradução encontrados. O objetivo específico é a elaboração de um glossário bilíngue para o uso de profissionais do setor, pesquisadores e estudantes das áreas de comércio exterior e relações internacionais e tradutores. Os termos foram coletados por meio de software para processamento de *corpora* e foram organizados em dois sistemas nocionais, um para a língua portuguesa e outro para a língua inglesa. Em seguida, procedemos ao estabelecimento das equivalências e à análise dos principais problemas de tradução encontrados.

Palavras-chave: feira; comércio internacional; terminologia; terminologia bilíngue.

Introdução

Neste artigo, apresentaremos os resultados de nossa pesquisa terminológica bilíngue do domínio das feiras. Este projeto conta com o apoio e financiamento da Fapesp. A seguir, trazemos algumas informações sobre o setor feirístico e sua importância.

A palavra “feira” tem origem no latim *feria* e significa feriado, relacionado às festas religiosas. Já a palavra “exposição” é derivada do latim *expositio* e significa “colocar à mostra” na busca de resultados específicos. Na atualidade, a unificação dos termos expressa a realidade da exposição ou feira: dias de trabalho dedicados exclusivamente para expor a empresa visando a negócios.

As feiras fazem parte de um dos elementos do marketing mix, a *promoção*. Segundo Boone e Kurtz (1998, p. 392), a “promoção tem a função de informar, persuadir e influenciar as decisões de compra dos consumidores”. Para os autores, a mensagem promocional “procura despertar o interesse para o produto ou serviço. O estágio seguinte é convencer o comprador potencial da capacidade do produto satisfazer os seus desejos e

produzir uma ação que possa levar a uma compra futura” (BOONE; KURTZ, 1998, p. 392). Ainda, segundo os autores, os objetivos de uma promoção de vendas são:

- Fornecer informações: informar o mercado sobre a disponibilidade de um produto ou serviço particular;
- Aumentar a demanda seletiva: aumentar o desejo por uma marca específica;
- Diferenciar o produto: na *demanda homogênea*, o consumidor julga o produto da empresa virtualmente idêntico ao da concorrência. Assim, as empresas praticamente não têm nenhum controle sobre variáveis de marketing como preço. Na *demanda diferenciada*, permite-se uma maior flexibilidade nos diferentes passos da estratégia de marketing, inclusive, mudança de preço;
- Acentuar o valor do produto: a promoção pode explicar aos compradores a melhor utilização de um produto, acentuando, dessa forma, seu valor e justificando um preço mais alto no mercado;
- Equilibrar as vendas: as vendas de uma empresa típica não são uniformes durante o ano. As flutuações nas vendas podem ser causadas por demandas cíclicas, irregulares ou sazonais. Equilibrar essas variações é, frequentemente, um objetivo da estratégia promocional da empresa (BOONE; KURTZ, 1998, p. 395-396).

Pipkin (2000, p. 107) afirma que “a feira consiste, basicamente, em um ponto de encontro entre os interessados em vender e aqueles interessados em comprar”. Trata-se, portanto, de um instrumento de promoção comercial diferenciado dos demais veículos, uma vez que possibilita a apresentação do produto ao vivo ao seu potencial comprador.

Para Nickels e Wood (1999, p. 364), “uma feira de negócios é um evento no qual as empresas exibem seus produtos para consumidores atuais e potenciais e para os compradores de diversas organizações”. Segundo os autores, “a exposição em uma feira de negócios é normalmente uma forma mais barata de iniciar os relacionamentos de troca do que fazer visitas de venda pessoais” (NICKELS; WOOD, 1999, p. 365). Os autores destacam, ainda, “a importância da [sic] empresa fazer o acompanhamento do contato depois da feira através da comunicação com cada visitante interessado, decorridos alguns dias. Isso cria uma base sólida para um relacionamento duradouro” (NICKELS; WOOD, 1999, p. 365).

De acordo com Skrabe (2003, p. 2), uma feira de negócios é “um espaço do mercado em que se promove a convergência da oferta e da demanda de uma ou mais categorias de produtos em um mesmo instante e lugar”. Para o autor, uma feira de negócios é “um lugar para onde convergem vendedores e compradores interessados tanto em otimizar seu tempo como em buscar boas oportunidades de negócio” (SKRABE, 2003, p. 2).

Desse modo, considerando a importância atual das feiras de negócios para o crescimento da economia interna e para expansão das exportações do país, e a falta de estudos sobre a terminologia bilíngue desse domínio, acreditamos que nosso trabalho possa servir tanto para os profissionais envolvidos quanto, de modo geral, para pesquisadores e estudantes de comércio exterior e relações internacionais, bem como para os tradutores que produzem textos nas línguas-alvo de nosso estudo.

Perspectiva teórica

Nossa pesquisa está fundamentada nos princípios teóricos da Terminologia, tendo como autores de referência, Barros (2004), Krieger e Finatto (2004), Alves e Isquardo (2007), e Barbosa (2009); nos conceitos de Terminologia Multilíngue e Equivalência Terminológica (DUBUC, 1985); na Teoria Comunicativa da Terminologia (CABRÉ, 1993; 1999); nos conceitos de Linguística de *Corpus* (BERBER SARDINHA, 2004), nos conceitos de Dicionário Onomasiológico (BABINI, 2006) e nos conceitos de Variação Terminológica (FAULSTICH, 1998; 2001).

O levantamento das unidades terminológicas é feito através de um *corpus* que consiste no “conjunto de enunciados escritos ou orais relativos ao domínio estudado e que são utilizados em um trabalho metodológico” (BOUTIN-QUESNEL, 1985, p. 26).

De acordo com Berber Sardinha (2004, p. 17), *corpus* é uma “coletânea de porções de linguagem que são selecionadas e organizadas de acordo com critérios linguísticos explícitos, a fim de serem usadas como uma amostra da linguagem”. E a Linguística de *Corpus*, segundo o autor, ocupa-se da “coleta e da exploração de *corpora*, ou conjuntos de dados linguísticos textuais coletados criteriosamente, com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística” (BERBER SARDINHA, 2004, p. 3). Para construir um *corpus* de uma variedade específica, neste caso, do âmbito das feiras de negócios, deve-se ser o mais seletivo possível na escolha dos exemplares, para que os mesmos reflitam de fato a variedade escolhida.

Para a análise de *corpus*, um dos *softwares* mais utilizados é o *WordSmith Tools*. Trata-se de um programa que reúne instrumentos que o linguista de *corpus* precisa para identificar e comparar frequências e listar palavras no seu contexto original. É composto de três ferramentas principais: *wordlist*, que propicia a criação de listas de palavras; *keywords*, que permite a seleção de uma lista de palavras (ou mais) por meio da comparação de sua frequência com uma lista de referências, e *concord*, que produz concordâncias ou listagens das ocorrências de um item específico (chamado palavra de busca), acompanhado do texto ao seu redor (BERBER SARDINHA, 2004, p. 91-105).

Ao realizar um trabalho comparativo entre duas ou mais línguas, realidades linguísticas são contrapostas e disso resulta o grande desafio para o terminólogo que consiste em encontrar o termo utilizado em cada comunidade linguística. Ao fazer a busca pelo termo, o pesquisador enfrenta alguns problemas devido às diferentes estruturas da realidade (CABRÉ, 1993, p. 107).

Para o estabelecimento satisfatório de uma terminologia bilíngue é necessário fazer a comparação dos conceitos da língua de partida com os conceitos da língua de chegada. A partir dessa análise, pode-se constatar, frequentemente, que esses conceitos não se correspondem totalmente ou que vários deles nem mesmo existem para algumas áreas linguísticas.

Dubuc faz uma distinção clara entre equivalentes e correspondentes. Segundo o autor, “dois termos são equivalentes se possuírem uma identidade completa de sentido e de usos dentro de um mesmo domínio de aplicação” (DUBUC, 1985, p. 55). Entretanto, para o autor, a equivalência total e perfeita nem sempre é possível. Ocorre, reiteradamente, “que um termo da língua A só recubra parcialmente o campo de significação de

um termo da língua B ou vice-versa, ou ainda, um dos termos pode se situar em um nível de língua diferente de seu homólogo da outra língua” (DUBUC, 1985, p. 55). Nesse último caso, prefere-se falar de correspondência, que, por natureza, é uma equivalência parcial. Pode ocorrer, ainda, que o termo da língua A não encontre nenhum termo na língua B, ou vice-versa. Nesse caso, temos um vazio de equivalência ou correspondência entre línguas distintas.

Portanto, antes de o terminólogo concluir que dois termos são equivalentes ou correspondentes, é preciso proceder à análise do conteúdo semântico dos termos em cada língua. Nessa fase da pesquisa bilíngue é fundamental a identificação dos ganchos terminológicos, definidos por Dubuc como “os descritores comuns aos contextos que acompanham os termos em uma ficha terminológica” (DUBUC, 1985, p. 72). Por descritores, o autor entende “os elementos reveladores do conceito contidos no contexto” (DUBUC, 1985, p. 62).

Portanto, de acordo com Dubuc (1985, p. 69), para identificarmos dois termos como sendo equivalentes deve-se observar se os termos possuem mesmo conteúdo semântico, pertencem ao mesmo nível de língua e apresentam o mesmo uso por parte dos especialistas nos dois idiomas estudados.

Rondeau observa o fato de que “cada língua constitui um recorte particular do real, o que possibilita a existência de equivalência entre conceitos de uma língua para outra, mas às vezes também possibilita a ocorrência de importantes diferenças” (RONDEAU, 1984, p. 32). Para o autor, o que se busca em trabalhos terminológicos bi ou multilíngues, “não é uma equivalência de denominação e sim uma equivalência de conceitos” (RONDEAU, 1984, p. 34).

Para Alpízar-Castillo (1995, p. 101),

[...] o critério metodológico fundamental da terminografia plurilíngue é a admissão de que as equivalências absolutas não são possíveis, ou são muito pouco prováveis, entre duas línguas. O mais frequente é que um termo de uma língua A recubra parcialmente o significado de outro termo da língua B, ou vice-versa.

Em nossa pesquisa, utilizamos os ganchos terminológicos, presentes nas definições encontradas na bibliografia básica, dicionários especializados e contextos de uso, como um dos principais recursos para a busca dos equivalentes em inglês dos termos fundamentais do setor feirístico.

Metodologia

A primeira etapa de nosso trabalho de pesquisa foi o estabelecimento de dois *corpora* nas duas línguas-alvo (português e inglês), tendo como fundamentação teórica os preceitos da Linguística de *Corpus* de Berber Sardinha. Os *corpora* são constituídos de livros, artigos e revistas especializados, manuais, estudo de mercado das feiras, trabalhos acadêmicos e leis sobre feiras. Para a coleta dos termos, adotamos a metodologia de pesquisa utilizada na terminologia bilíngue ou multilíngue.

Os dados foram coletados por meio de *software* para processamento de *corpora*, neste caso a ferramenta utilizada foi o *WordSmith tools*, versão 6.0. Através da ferramenta,

foram confeccionadas duas *wordlists*, uma em português e uma em inglês. Essas *wordlists* foram comparadas a *wordlists* de *corpus* de referência nas duas línguas de estudo. Desse modo, obtivemos como resultado os termos-chave (*keywords*) de nossa pesquisa.

Em seguida, selecionamos os termos-chave, fizemos a pesquisa de concordância desses termos no *concord* para identificarmos a posição em que eles apareciam na frase, quais são os termos coligados à direita e à esquerda, e descobrimos que a maioria aparece à esquerda, como em: local da feira, tema da feira, planta da feira, etc. Observamos, também, muitas ocorrências à direita: feira geral, feira mista, feira vertical, etc. Esse procedimento foi adotado para todos os *keywords* do nosso glossário, a fim de localizarmos o contexto em que cada termo ocorre e quais palavras estão a eles associadas.

Todos os dados de nossa pesquisa foram armazenados em fichas terminológicas em uma base de dados eletrônica, que implementamos por meio do software *Microsoft Access*.

Em seguida, os termos de cada língua foram organizados em um sistema nocional. Por meio da análise semântica dos termos, procedemos ao estabelecimento das equivalências terminológicas nas duas línguas.

Análise dos dados

Uma vez encontrados os termos em língua inglesa, realizamos a análise do subconjunto de termos coletados. Para essa análise e a resolução dos principais problemas encontrados durante nossa pesquisa terminológica bilíngue, baseamo-nos nos conceitos de Terminologia Bilíngue de Dubuc (1985), o qual classifica os termos como equivalentes, correspondentes (ou equivalentes parciais) e equivalentes não encontrados, conforme descrito na fundamentação teórica.

Valemos-nos dos ganchos terminológicos para esta análise os quais, segundo Dubuc (1985), são os descritores que atestam o parentesco de conteúdo entre o termo na língua de partida e o termo na língua de chegada, em seus contextos de uso.

A seguir trazemos a análise de alguns termos de nosso glossário:

Feira: exibição pública para promover e vender produtos e serviços. Normalmente essas feiras são voltadas para um ramo industrial ou comercial determinado e aos que lhes são afins. Fonte: Moreira (1999) - Dicionário de termos de marketing: definições, conceitos e palavras-chaves de marketing, propaganda e outras áreas correlatas a estas atividades.	Fair: a periodic gathering for sale of goods, often with shows or entertainment, at a place and time fixed by custom. Goods are bought and sold at fairs. Fonte: Beier e Damböck (s.d.) - The Role of Exhibitions in the Marketing Mix.
---	--

Ganchos terminológicos:

promover e vender produtos ↔ periodic gathering for sale of goods

<p>Feira Geral: são <u>direcionadas ao grande público</u> e concentram a exibição de <u>artigos de consumo e de bens industriais</u>. Fonte: Manual Básico de Exportação. São Paulo: Fiesp/Sebrae, 1ª. ed., 2004.</p>	<p>General Trade fair: This trade fair category exhibits all types of <u>consumer and industrial commodities</u>. They are <u>open to the general public</u>, with the visitors being regional, national or international. Fonte: Gagel (2008). Trade Fair Guide – Start and Improve your Business.</p>
--	--

Ganchos terminológicos:

artigos de consumo e bens industriais ↔ consumer and industrial commodities
 direcionadas ao grande público ↔ open to general public

<p>Feira Especializada: são <u>direcionadas ao público profissional</u> e <u>organizadas em termos de segmentos</u>. Fonte: Manual Básico de Exportação. São Paulo: Fiesp/Sebrae, 1ª. ed., 2004.</p>	<p>Specialized Trade fair: This type of trade fair is <u>specialized in terms of the involved sectors</u> and <u>it attracts</u> large number of <u>business people</u>. Fonte: Gagel (2008). Trade Fair Guide – Start and Improve your Business.</p>
---	--

Ganchos terminológicos:

organizadas em termos de segmentos ↔ specialized in terms of the involved sectors
 direcionadas ao público profissional ↔ it attracts business people

<p>Feira Virtual: Estas feiras <u>são promovidas on-line</u> (...). O visitante da feira virtual tem acesso a um <u>link</u> que o leva diretamente ao <u>stand</u> de produtos. Fonte: Almeida e Oliveira (2006) - Feiras Temáticas.</p>	<p>Virtual Fair: They <u>appeared</u> in the 90s <u>when internet use became widespread</u>. Fonte: Beier e Damböck (s.d.) - The Role of Exhibitions in the Marketing Mix.</p>
--	---

Ganchos terminológicos:

são promovidas on-line ↔ appeared when internet use became widespread

Como podemos perceber através da análise dos ganchos terminológicos acima descritos (“promover e vender produtos ↔ periodic gathering for sale of goods”; “artigos de consumo e bens industriais ↔ consumer and industrial commodities”; “direcionadas ao grande público ↔ open to general public”; “organizadas em termos de segmentos ↔ specialized in terms of the involved sectors”; “direcionadas ao público profissional ↔ attracts business people”; “são promovidas on-line ↔ appeared when internet use became widespread”), do ponto de vista do conteúdo semântico-conceitual, os termos analisados acima têm equivalência total, já que possuem os mesmos traços conceptuais. Em nosso glossário, incluímos também os contextos em que os termos aparecem, o que nos ajudou na questão da análise da equivalência.

A seguir, mostraremos exemplos de termos que, por serem utilizados em contextos diferentes e não possuírem equivalência total de sentido, são considerados como termos *correspondentes* ou *equivalentes parciais*.

Para o termo em português *aluguel*, temos os termos *rental* e *lease* em inglês, com diferenças de uso e, conseqüentemente, de sentido.

Mostramos no quadro abaixo as diferenças entre as duas línguas:

<p>Aluguel: Basicamente, <u>os custos envolvidos em uma feira</u> internacional são os seguintes: registro (no catálogo oficial da feira), <u>estande (aluguel</u>, custo de instalação, acessórios e limpeza) e promoção (passagem aérea, hotel, refeições, locomoção, pessoal contratado). Fonte: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Programas de Promoção Comercial. Exportação Passo a Passo. Brasília: MRE, 2011.</p>	<p>1. Rental: The most important income generator of a trade fair is the registration fee of exhibitors, which includes <u>the rental of the booths</u>. <u>The fee for the built-up booth rental is normally established in 1 m²</u> and the basic standard size is 9 m² (3 x 3 m). Fonte: International Trade Centre (ITC). Basics for Organizing Trade Fairs – A Guide for Developing Countries. Geneva: ITC, 2012.</p> <p>2. Lease: For companies <u>participating in a trade fair for the first time</u>, <u>renting a stand</u> is the most obvious solution. If the company has enough experienced personnel available, and intends to <u>use trade fairs as part of its marketing mix on a consistent basis</u>, it is worth considering other options such as purchase or <u>lease</u>. Fonte: Successful Participation in Trade Fairs – Tips for Exhibitors. Berlin: AUMA, 2013.</p>
---	--

Ganchos terminológicos:

custos envolvidos em uma feira (aluguel de estande) ↔ fee for the booth rental is in 1 m².

Assim temos:

- participating in a trade fair for the first time (rental). Ex: *the rental of the stand*;
- to use trade fairs as part of its marketing mix on a consistent basis (lease). Ex: *the lease of the stand*.

No português, utilizamos o termo “aluguel” de estande e não há essa distinção entre o aluguel contratado uma única vez (*rental*) e o aluguel contratado por um período de tempo determinado (*lease*), como acontece em inglês. Vale mencionar que em nosso glossário, trabalhamos, preferencialmente, com termos pertencentes à categoria gramatical substantivo.

Como podemos observar, os termos acima relacionados são correspondentes de acordo com a teoria de Dubuc, já que o termo da LC (língua de chegada) recobre apenas parcialmente o campo da significação do termo da LP (língua de partida), ou vice-versa.

Essa metodologia de análise baseada em ganchos terminológicos e em contextos de uso foi utilizada para todos os termos de nossa pesquisa, permitindo, assim, determinar com precisão os graus de equivalências entre os termos e reduzir as possibilidades de erro.

Depois dessa análise, conseguimos encontrar um equivalente em língua inglesa para todos os termos pesquisados em língua portuguesa. Dos 211 termos preferenciais em inglês, ocorreram 206 casos de equivalência total e 5 casos de equivalência parcial.

Em nossa pesquisa, coletamos 526 termos, sendo 251 termos em português e 275 termos em inglês. Desse total, 104 são exemplos de termos em relação sinonímica, principalmente através de variantes ortográficas e lexicais. Esses termos foram apresentados nos verbetes remissivos de nosso glossário.

Considerações finais

A utilização da ferramenta *WordSmith tools* foi de grande auxílio para o levantamento dos termos-chave do nosso glossário e a localização do contexto em que os termos ocorreram, o que facilitou a elaboração das fichas terminográficas que foram a base para a elaboração dos verbetes.

O estabelecimento das equivalências entre os termos foi realizado por meio de análise comparativa do conteúdo semântico-conceptual das unidades terminológicas levantadas em português e em inglês. Essa análise comparativa deu-se por meio dos ganchos terminológicos presentes nos contextos de uso retirados de nossos *corpora* nas duas línguas. Por meio desse trabalho rigoroso, foi possível estabelecer uma terminologia bilíngue das feiras de negócios, terminologia que foi utilizada para a elaboração do glossário bilíngue português-inglês/ inglês-português dos termos fundamentais do setor feirístico.

Considerando a importância da participação das empresas em promoções comerciais no exterior, acreditamos que nosso glossário será de grande ajuda para os profissionais da área, estudantes e tradutores.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J.; OLIVEIRA, J. *Feiras Temáticas*. Portugal: Universidade do Minho, 2006. Disponível em: <<http://foreigners.textovirtual.com/edit-value/feiras-tematicas.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2012.
- ALPÍZAR-CASTILLO, Rodolfo. *Como Hacer um Dicionário Científico-Técnico?* La Habana: Félix Varela, 1995.
- ALVES, Ieda Maria; ISQUERDO, Aparecida Negri. *As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 2007. v. 3.
- BABINI, Maurizio. *Do conceito à Palavra: os Dicionários Onomasiológicos*. São Paulo: Ciência e Cultura, 2006.
- BARBOSA, Maria Aparecida. *Terminologia aplicada: percursos interdisciplinares*. Polifonia, Cuiabá, v. 15, n. 17, p. 29-44, 2009.
- BARROS, Lídia Almeida. *Curso Básico de Terminologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- BEIER, Jörg; DAMBÖCK, Simon. *The role of exhibitions in the marketingmix*. Ravensburg, Germany: University of Cooperative Education. [s.d.]. Disponível em: <http://www.ufi.org/medias/pdf/ufiactivities/education/ufi_education.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2013.
- BERBER SARDINHA, Tony. *Linguística de Corpus*. São Paulo: Manole, 2004.
- BOONE, Louis E.; KURTZ, David L. *Marketing contemporâneo*. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

BOUTIN-QUESNEL, Rachel et al. *Vocabulaire systématique de la terminologie*. Québec: Publications du Québec, 1985. [Cahiers de l'Office de la langue française].

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Programas de Promoção Comercial. *Exportação Passo a Passo*. Brasília: MRE, 2011. Disponível em: <<http://www.brasil-globalnet.gov.br/arquivos/publicacoes/manuais/pubexportpassopasso2012.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2012.

CABRÉ, Maria Teresa. Una nueva teoría de la Terminología: de la denominación a la comunicación. In: _____. *La terminología: representación y communication*. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: IULA, 1999. p. 109-127.

_____. *La terminologia: teoria, metodologia, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Antártida/Empúries, 1993.

DUBUC, Robert. *Manuel pratique de terminologie*. 2. ed. Québec: Linguatex, 1985.

FAULSTICH, Enilde. Entre a sincronia e a diacronia: variação terminológica no código e na língua. In: SIMPÓSIO IBERO-AMERICANO DE TERMINOLOGIA, 6., 1998, Havana. *Actas...* Riterm, 1998. p. 7-12.

_____. Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista. *TradTerm*, São Paulo, v. 7, 2001.

GAGEL, Dieter. Trade Fair Guide. In: _____. *Start and Improve your Business*. Norderstedt: Book on Demand, 2008.

INTERNATIONAL TRADE CENTRE (ITC). *Basics for Organizing Trade Fairs - A Guide for Developing Countries*. Geneva: ITC, 2012. vii, 57 pages. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0C CAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.intracen.org%2FBasics-for-organizing-trade-fairs%2F&ei=IorsVOuUC-i0sAS34oBQ&usq=AFQjCNEID1GvdO9N8Ayd910p_rgWuWUSQQ&sig2=0oCB4YfRo8c186QSKelLTw&bvm=bv.86475890,d.cWc>. Acesso em: 06 fev. 2013.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

MANUAL Básico de Exportação. São Paulo: Fiesp/Sebrae, 1. ed., 2004. Disponível em: <http://antigo.sp.sebrae.com.br/topo/produtos/documentos_produtos/manual_exportacao.pdf>. Acesso em 26 fev. 2012.

MOREIRA, Júlio César Tavares. *Dicionário de termos de marketing: definições, conceitos e palavras-chaves de marketing, propaganda, pesquisa, comercialização, comunicação e outras áreas correlatas a estas atividades*. São Paulo: Atlas, 1999.

NICKELS, William G; WOOD, Marian B. *Marketing, relacionamentos, qualidade, valor*. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

PIPKIN, Alex. *Marketing internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

RONDEAU, Guy. *Introduction à la terminologie*. 2. ed. Québec: Gaëtan Morin, 1984.

SKRABE, Celso. *Exposições, Feiras & Bons Negócios*. Parte I. 2003. Disponível em: <<http://www.marketingemsaude.com.br/home/download/DicasFeiras1.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2012.

SUCCESSFUL Participation in Trade Fairs – Tips for Exhibitors. Berlin: AUMA, 2013. Disponível em: <<http://www.auma.de/en/DownloadsPublications/PublicationDownloads/SuccessfulParticipationInTradeFairs.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

Reflexões sobre dicionário terminológico bilíngue para tradutores juramentados

(Reflections on bilingual terminological dictionary for sworn translators)

Letícia Bonora Teles

Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista (Unesp)

leticyaa@yahoo.com.br

Abstract: This paper presents some reflections on the sworn translators' needs regarding bilingual dictionaries. This study is part of our doctoral research, in which we are developing a Portuguese-French bilingual dictionary of terms used in by-laws, whose target demographic are the sworn translators. Therefore, here we show some elements we think should make part of the microstructure of a bilingual dictionary made for this particular demographic, and we provide examples from our researches.

Keywords: Terminology; bilingual dictionary; sworn translation.

Resumo: Este artigo apresenta algumas reflexões sobre as necessidades dos tradutores juramentados em relação ao dicionário bilíngue. Esse estudo é parte de nossa pesquisa de doutorado, na qual estamos elaborando um dicionário bilíngue português-francês de termos de estatutos sociais, cujo público-alvo são os tradutores juramentados. Sendo assim, mostramos aqui quais elementos consideramos que devem constar na microestrutura de um dicionário bilíngue voltado para esse público específico, citando exemplos provenientes de nossas pesquisas.

Palavras-chave: Terminologia; dicionário bilíngue; tradução juramentada.

Introdução

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia motivou o interesse pelas línguas de especialidade, incrementou transações comerciais e culturais, fez crescer a preocupação com a utilização adequada das terminologias e aumentou a demanda pela tradução de textos de áreas de especialidade. O tradutor deve saber escolher os termos adequados, equivalentes aos que são utilizados pelos especialistas na língua de partida. No caso específico do tradutor público e intérprete comercial, mais conhecido como *tradutor juramentado*, seu trabalho é investido de valor legal. Sendo assim, sua responsabilidade é muito grande e um erro na escolha do termo adequado pode trazer sérios problemas ao cliente e ao tradutor.

No Brasil, ainda é difícil encontrar materiais terminológicos especialmente elaborados para auxiliar os tradutores juramentados em sua tarefa. A maioria dos dicionários bilíngues disponíveis no mercado não se preocupa em precisar a real relação de equivalência entre os termos e não traz um detalhamento de dados satisfatório aos tradutores, o que dificulta seu ofício.

Considerando essa problemática, em nossa pesquisa de doutorado estamos elaborando um dicionário bilíngue português-francês de termos utilizados em estatutos sociais, que será uma ferramenta de trabalho para tradutores juramentados. O estatuto social é um dos documentos essenciais do ato constitutivo de uma pessoa jurídica de Direito Privado (associações, fundações, sociedades) e é definido por Diniz (1998, v. 2, p. 423) como “um

documento básico que define não só a organização, a administração, os fins, as condições de extinção da sociedade, como também as relações entre sócios, e as destes para com a sociedade civil ou mercantil, ou para com terceiros, etc.”.

Neste artigo, apresentamos algumas reflexões realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa, no que concerne às necessidades dos tradutores em relação ao dicionário bilíngue. Mostramos também nosso modelo de microestrutura de um dicionário voltado para uso dos tradutores juramentados, com seus microparadigmas básicos e eventuais.

Tradução juramentada no Brasil e na França

Tradução juramentada (TJ) é a tradução feita em formato adequado para ter validade oficial e legal. No Brasil, toda documentação em língua estrangeira, para ter efeito legal, deve ser submetida ao processo de TJ; por esse motivo, o Código de Processo Civil (2001) reza, em seus Art. 156 e 157, que “só poderá ser junto aos autos documento redigido em língua estrangeira quando acompanhado de versão em vernáculo, firmada por tradutor juramentado”. As instituições públicas de outros países também fazem exigências similares no que concerne a documentos brasileiros. Pessoas individualmente e empresas recorrem frequentemente à TJ para a tradução ou versão de documentos particulares, societários e outros.

O nome oficial do profissional que realiza as traduções juramentadas é *Tradutor Público e Intérprete Comercial*. Para exercer a profissão, o candidato deve atender às exigências de qualificação estabelecidas pelo Decreto n. 13.609, de 21 de outubro de 1943 (BRASIL, 2012):

- a) ter o requerente a idade mínima de 21 anos completos;
- b) não ser negociante falido inabilitado;
- c) a qualidade de cidadão brasileiro nato ou naturalizado;
- d) não estar sendo processado nem ter sido condenado por crime cuja pena importe em demissão de cargo público ou inabilitação para exercê-lo;
- e) a residência por mais de um ano na praça onde pretenda exercer o ofício;
- f) a quitação com o serviço militar; e
- g) a identidade.

Preenchidos esses requisitos, o candidato precisa ser aprovado em concurso que, de acordo com o artigo 5º do mesmo Decreto supracitado (BRASIL, 2012), compreenderá:

- a) prova escrita constando de versão, para o idioma estrangeiro, de um trecho de 30 ou mais linhas, sorteado no momento, de prosa em vernáculo, de bom autor; e tradução para o vernáculo de um trecho igual, preferencialmente de cartas rogatórias, procurações, cartas partidas, passaportes, escrituras notariais, testamentos, certificados de incorporação de sociedades anônimas e seus estatutos;
- b) prova oral, consistindo em leitura, tradução e versão, bem como em palestra, com arguição no idioma estrangeiro e no vernáculo que permitam verificar se o candidato possui o necessário conhecimento e compreensão das sutilzas e dificuldades de cada uma das línguas.

O candidato pode, em cada concurso, pleitear o exercício de TJ de mais de uma língua. Após a aprovação, a nomeação é feita pela Junta Comercial do Estado no qual o tradutor deverá exercer sua função.

A tradução juramentada na França, conhecida principalmente como *traduction assermentée* e também chamada de *jurée* ou *certifiée*, é uma tradução oficial que deve ser efetuada por um tradutor que prestou juramento diante de um tribunal. Para que essa tradução tenha valor oficial, precisa estar acompanhada de seu original, sendo que ambos devem conter a assinatura e o carimbo do tradutor, bem como o número de registro da tradução.

De acordo com Mayoral (2003, p. 10), na França, o tradutor que realiza as traduções juramentadas é chamado de *traducteur jurée* (nome não oficial) ou de *traducteur expert judiciaire*, sendo que o termo *traducteur assermenté* não é mais utilizado. A denominação oficialmente reconhecida é “*experts judiciaires en traduction près la Cour d’appel*” ou ainda “*traducteurs-interprètes experts près la cour d’appel de...*”, já que os tradutores juramentados na França estão inclusos em uma categoria mais geral de profissionais, os *experts judiciaires*. Essa denominação oficial é restringida por lei e ninguém pode utilizá-la sem estar inscrito na lista oficial de *experts*¹ da *Cour d’appel*.²

A tradução juramentada é de relevância tanto para o Brasil como para a França, em suas relações comerciais, sociais e jurídicas. Por conseguinte, o tradutor juramentado deve estar plenamente capacitado para bem desenvolver sua atividade profissional, visto a grande responsabilidade que carrega. Esse profissional deve conhecer a terminologia de fato utilizada nos documentos que vai traduzir.

Considerações sobre dicionários bilíngues para tradutores

Muitos recursos têm sido desenvolvidos para auxiliar o tradutor em seu trabalho, mas o dicionário bilíngue (DB) ainda continua ocupando lugar de destaque. Embora o tradutor não precise somente de dicionários bilíngues, essas obras são muito importantes para o trabalho desses profissionais. Azevedo (2007, p. 52) fala do certo desprestígio que os DBs enfrentam hoje e a predileção dos tradutores pelos dicionários monolíngues (DMs), por estes conterem um “tratamento mais completo de problemas semânticos e sintáticos adequados às exigências de sua atividade”. O autor ainda lembra as insuficiências das obras bilíngues no mercado brasileiro e que esse tipo de obra deveria cumprir um papel essencial, que o diferencia do dicionário monolíngue, “na sistematização e oferecimento de equivalências lexicais”.

Cabré (1999, p. 295) explica que é importante o registro de definições ou ilustrações no dicionário bilíngue ou plurilíngue e defende que não se deve dar excessivo crédito às obras que apresentem listas de palavras hipoteticamente equivalentes em diversas línguas.

No caso de um dicionário terminológico bilíngue que pretende ser uma ferramenta útil ao tradutor que não detém o conhecimento dos termos especializados na língua de

1 Technicien qualifié commis par une juridiction en vue de l’éclairer sur des questions qui lui sont soumises (LE PETIT ROBERT, 2001, CD-ROM).

2 Tribunal judiciaire de second degré qui entend les appels de jugements rendus par la Cour supérieure et, dans certains cas, par la Cour provinciale et la cour des sessions de la paix (LE PETIT ROBERT, 2001, CD-ROM).

chegada, torna-se importante o registro de enunciados, sequências discursivas que atestem o real uso dos equivalentes. É o que afirmam Haensch *et al.* (1982, p. 521), que ressaltam a necessidade de se levar em conta o contexto das unidades léxicas nos dicionários bilíngues.

As dificuldades encontradas no trabalho terminográfico bilíngue em relação aos graus de equivalência também devem ser expostas ao consulente do dicionário. Felber (1985, p. 159) destaca que os dicionários multilíngues especializados não levam em consideração os diferentes graus de equivalência dos termos, o que acarreta muitos erros de interpretação e de tradução. O autor afirma que o terminógrafo pode utilizar símbolos apropriados, por exemplo, =, >, □, >□, para alertar o consulente quando os conceitos das duas línguas contrastadas coincidem ou não completamente.

Consideramos bastante significativa também a afirmação de Correia (2005) sobre o que deve conter um dicionário bilíngue para auxiliar o tradutor em sua tarefa:

Consideramos, antes de mais, que qualquer dicionário especializado deve conter, para além da definição do conceito, equivalente(s) em outra(s) língua(s), que facilite(m) o trabalho do tradutor, deve conter informação relativa à variação terminológica (no tempo, no espaço, no contexto social), de modo a facilitar a utilização correta dos termos certos nos contextos certos e deve, finalmente, conter informação relativa aos contextos nos quais o termo é utilizado, de modo a possibilitar a produção de discurso especializado de qualidade. [...] Ou seja, um dicionário mais descritivo do que normativo. (CORREIA, 2005, p. 75)

Para a elaboração de nosso dicionário, baseamo-nos também em Gómez e Vargas (2004, p. 390, tradução nossa), que levantam quatro tipos de informações que acreditam determinar grande número dos verbetes dos dicionários para tradutores: “informação contextual, informação semântica, informação gramatical e informação pragmática”.³ Sobre a *informação contextual*, os autores dizem que essa proporciona ao tradutor elementos de decisão que só podem ser extraídos de contextos de uso real dos termos. Já a *informação semântica* vem codificada em diversos campos: “a explicação, as marcas temáticas, as remissões e o equivalente na segunda língua”⁴ (GÓMEZ; VARGAS, 2004, p. 390, tradução nossa). Em relação à *informação gramatical* comentada pelos autores, esta se refere à inclusão de indicação da categoria gramatical das palavras no dicionário. Por último, as *informações pragmáticas* se referem às condições ou restrições de uso das unidades terminológicas registradas, como a frequência dos termos (frequente, menos frequente, pouco frequente), a variação diatópica (por exemplo, português do Brasil ou de Portugal), variação diacrônica (obsoleto, neologismo), variação diastrática (diferenças entre os estratos socioculturais, por exemplo, nível culto, nível popular, língua padrão), variação diafásica (variação relacionada com a diferente situação de comunicação, contempla a variedade propiciada pelo tema do discurso, o contexto e os interlocutores) ou a marcação de termo normalizado, normativo, documentado, proposta do especialista, proposta do tradutor, etc.

Vale ressaltar que, de acordo com o destinatário prototípico da aplicação terminográfica, o terminógrafo deve escolher quais informações pragmáticas melhor responderão às necessidades do usuário.

3 No original: “información contextual, información semántica, información gramatical y información pragmática”.

4 No original: “la explicación, las marcas temáticas, las remisiones o el equivalente en la segunda lengua”.

O dicionário para o tradutor precisa cumprir requisitos específicos que satisfaçam necessidades concretas e bem definidas. Um especialista, por exemplo, geralmente consultará um dicionário terminológico porque precisa se comunicar com outros colegas em uma língua diferente da sua e, assim, procurará encontrar o equivalente de um termo cujo significado já conhece. Já o tradutor precisa que o dicionário ofereça, além dos equivalentes, outras informações que facilitem a compreensão e produção de textos. Sobre isso, Gomez e Vargas defendem algo com que concordamos e adotamos em nossa obra: que o dicionário também precisa oferecer ao tradutor informações enciclopédicas, além de variadas informações linguísticas:

O dicionário não deve oferecer apenas informações consideradas necessárias e suficientes sobre o conceito, mas também deve incluir informações denominadas “enciclopédicas”, relativas ao conhecimento extralinguístico. Nesse sentido, o dicionário especializado bilíngue voltado para o tradutor deve conter informações que possam superar os limites do estritamente necessário e suficiente: precisa fazer as vezes de um dicionário monolíngue no qual apareçam uma definição e contextos de uso real do termo que assegurem a confiabilidade da informação e, de mesmo modo, precisa conter outras informações, como sinônimos, variações significativas determinadas pelo contexto, categoria gramatical, relações conceituais, etc., que sirvam de ajuda para o tradutor no processo de tomada de decisões que é a tradução.⁵ (GOMEZ; VARGAS, 2004, p. 372, tradução nossa)

Assim, para desempenhar o papel que lhes cabe, os dicionários bilíngues devem ser planejados de acordo com o público-alvo e seus objetivos.

Microestrutura de um dicionário terminológico bilíngue para tradutores

Os componentes estruturais essenciais da organização interna do dicionário terminográfico são a superestrutura, a macroestrutura, a microestrutura e o sistema de remissivas.

Por superestrutura entendemos a organização geral interna da obra, relativa a todas as partes que compõem o dicionário. Já a macroestrutura é a lista de entradas da obra. A ordenação dos verbetes, isto é, a organização da macroestrutura, geralmente é feita seguindo a ordem alfabética, mas, nos dicionários terminográficos, pode-se adotar também a ordem sistemática.

A microestrutura é a “organização dos dados em cada uma das entradas de um repertório”⁶ (ISO 1087, 2000, p. 13, tradução nossa), ou melhor, é o programa de informações sobre a entrada dispostas no verbete. Esse programa pode variar de uma obra

5 No original: “El diccionario no sólo ha de ofrecerle aquella información que se considera necesaria y suficiente sobre los conceptos, sino que también deberá incluir información de la denominada “enciclopédica”, relativa al conocimiento extralingüístico. En este sentido, el diccionario especializado bilíngue destinado al traductor ha de contener informaciones que pueden superar los límites de lo estrictamente necesario y suficiente: ha de hacer las veces de un diccionario monolingüe en el que aparezcan una definición y contextos de uso real del término validados que aseguren la fiabilidad de la información y, asimismo, ha de contener otras informaciones como sinónimos, variaciones significativas determinadas por el contexto, categoría gramatical, relaciones conceptuales, etc., que sirvan de ayuda al traductor en el proceso de toma de decisiones que es la traducción”.

6 No original: “Organization des données dans chacune des entrées d’un repertoire”.

para outra, mas é importante que seja constante dentro de uma mesma obra. Rey-Debove (1971, p. 55) explica que um *verbe* *mínimo* deve ser composto de um elemento linguístico (a entrada), do indicativo de gramática e de uma definição. Barros (2004, p. 158) descreve a entrada dos verbetes como “a síntese morfossintática e léxico-semântica das ocorrências; é o lema, a forma de base, ou seja, a forma escolhida segundo as convenções lexicográficas e terminográficas para representar uma palavra”. Já a definição é apresentada pela autora como “o enunciado que descreve o conteúdo semântico-conceitual de uma unidade lexical ou terminológica em posição de entrada de um verbe”.

Sabemos que o programa de informações dos verbetes pode ir muito mais além desse verbe mínimo, segundo as necessidades definidas pela natureza da obra, por suas funções e pelo seu público-alvo.

Após nossos estudos e reflexões sobre dicionários bilíngues para tradutores, especialmente para os tradutores juramentados, chegamos a uma microestrutura básica de um dicionário voltado para esse público-alvo. Essa microestrutura, que deverá ser seguida em todos os verbetes que comporão o dicionário bilíngue português-francês de termos de estatutos sociais que estamos elaborando em nossas pesquisas de Doutorado, deverá conter os seguintes microparadigmas:

termo em português, gênero

Definição (será elaborada por nós posteriormente).

Δ *Contextos de uso.*

equivalente em francês, gênero, símbolo representando o grau de equivalência

Definição. (Fonte da definição).

Δ *Contextos de uso.*

Como se observa, nossa microestrutura básica é formada por: entrada em português (em minúsculas e negrito), gênero do substantivo (abreviado em minúscula e itálico). Na sequência, na linha de baixo, tem-se a definição em português. Em seguida, o(s) contexto(s) de uso do termo-entrada (em itálico), retirado(s) de nossos corpúscos de estatutos sociais, precedidos do símbolo Δ. Abaixo das informações em português, deve estar o equivalente em francês (em minúsculas e negrito), seguido dos mesmos tipos de informações, mas com dados sobre o termo em francês. Os dados a mais se referem à fonte da definição e ao grau de equivalência, representado por um símbolo ao lado do gênero do substantivo. Em casos de equivalência (total), utilizaremos o símbolo ■. Em casos de correspondência (equivalência parcial), o símbolo será ▲. Se ocorrer ausência de equivalência ou de correspondência, será utilizado o símbolo Ø.

De acordo com Dubuc (2002, p. 55), ocorre *equivalência* quando o termo na língua de chegada (LC) tem total identidade de sentidos e usos com o termo da língua de partida (LP) em um mesmo domínio. Mas, na comparação entre termos de línguas diferentes, a existência de equivalentes totais nem sempre se dá. O que ocorre mais frequentemente é a *correspondência*, definida por Dubuc como o caso em que o termo na LC recobre parcialmente o campo de significação do termo na LP ou vice-versa, ou um dos termos se situa em um nível de língua diferente. É possível, ainda, haver casos de *falta total de equivalência ou de correspondência*, quando o conceito não existe em alguma das línguas

comparadas. Esses casos, e mesmo os de correspondência entre termos, ocorrem porque “uma mesma realidade extralinguística pode ser analisada de pontos de vista distintos em línguas diferentes, a partir dos profundos e complexos laços existentes entre estrutura da língua e visão de mundo” (ALPÍZAR-CASTILLO, 1997, p. 102).

Segue um de nossos verbetes com a microestrutura básica:

(01) **artigo**, *s. m.*:

Designa divisão elementar e fundamental das leis, na qual se encontra condensada uma disposição legal ou um princípio, que se constitui em regra ou em norma a ser seguida em determinado caso, a qual, para facilidade de citação, vem seguida de um número, que é somente dele, em cada lei. (SILVA, 2007, p. 145)

Δ 1 - Em quaisquer das hipóteses referidas no artigo anterior, as Assembléias Gerais serão convocadas com a antecedência mínima de 20 (vinte) dias para primeira convocação e de uma hora para a segunda e uma hora para a terceira.

2 - Será inelegível durante 2 (dois) anos, o Conselheiro que perder o mandato nos termos do artigo anterior.

article, *s. f.*, ■:

Division élémentaire et fondamentale des textes législatifs et réglementaires français, comprenant une disposition légale condensée en une ou plusieurs phrases, parfois réparties en plusieurs alinéas, et dont la série reçoit, pour faciliter la citation des textes, un numérotage unique, qui se suit sans interruption à travers d'autres divisions plus générales (livre, titre, chapitre, section, paragraphe), (...). (CORNU, 2004, p. 75)

Δ 1 - L'associé exclu a droit au remboursement de la valeur de ses parts déterminées à la suite des évaluations annuelles de celles-ci, à l'exclusion de toutes autres plus values en conformité avec l'article 10- 3 des présents statuts.

2 - Pour devenir associé, l'héritier qui le demanderait devra être agréé par les associés dans les conditions décrites à l'article 10. (...)

Além da microestrutura básica, o verbete pode conter alguns microparadigmas eventuais, ou seja, que aparecem somente nos verbetes nos quais determinada informação é necessária. Em nossa opinião, os seguintes microparadigmas podem ser eventualmente necessários:

- **Nota(s) sobre a equivalência:** aparece quando há algo a dizer sobre o grau de equivalência entre os termos em português e em francês, principalmente se ocorrer correspondência. Sendo assim, ao final do verbete do termo *empréstimo*, por exemplo, haveria um microparadigma explicando o motivo de sua relação com os termos em francês *prêt* e *emprunt* ser de equivalência parcial (correspondência). Colocamos a seguir o verbete completo, para ilustrar não somente o microparadigma eventual, mas também como os dois equivalentes em francês são apresentados no verbete:

(02) **empréstimo**, *s.m.*:

É indicado para exprimir toda espécie de cedência de uma coisa ou bem, para que outrem a use ou dela se utilize, com a obrigação de restituí-la, na forma indicada, quando a pedir o seu dono ou quando terminado o prazo da concessão. (SILVA, 2007, p. 523)

Δ 1 - Somente podem ser realizados empréstimos a associados admitidos há mais de 30 (trinta) dias.

2 - No caso do Presidente, além das faltas estipuladas, darão causa à demissão empréstimo bancário sem autorização do Conselho Deliberativo e realização de gastos acima dos limites estabelecidos neste estatuto, empréstimo sem autorização prévia do Conselho Deliberativo, das dependências do clube, bem como a realização de obras ou aquisição de bens que somente poderão ser orçadas pelo custo total mediante a realização, na modalidade de concorrência pública, através de publicação no Boletim Interno e um jornal da cidade.

emprunt, *s.m.*, ▲:

Opération consistant à recevoir, à titre de prêt, une chose ou une somme d'argent; prêt considéré du côté de l'emprunteur. (CORNU, 2004, p. 348)

Δ 1 - Les délibérations du conseil d'administration relatives aux biens mobiliers et immobiliers dépendants de la dotation et à la constitution d'hypothèques et aux emprunts ne sont valables qu'après approbation administrative.

2 - Dans les rapports entre associés, les gérants peuvent accomplir tous les actes de gestion que demande l'intérêt de la Société. Toutefois, ils ne peuvent sans y être autorisé par une décision collective de l'assemblée des associés, acheter, vendre ou échanger tous immeubles, contracter des emprunts, constituer une hypothèque sur les immeubles sociaux, faire apport de tout ou partie des biens sociaux à une Société.

prêt, *s.m.*, ▲:

Convention générique en vertu de laquelle le prêteur remet une chose à l'emprunteur, afin que celui-ci s'en serve, à charge de restitution (en nature ou en valeur). (CORNU, 2004, p. 700)

Δ 1 - Lorsqu'il est consenti au prêteur qui avance les fonds nécessaires au paiement du vendeur, Le nantissement est donné dans l'acte de prêt.

2 - Les liens financiers s'entendent comme: (...)d) L'obtention d'un prêt ou d'une avance, sous quelque forme que ce soit, de la part de La personne ou de l'entité; (...).

Nota sobre a equivalência: O que diferencia os dois equivalentes em francês para o termo *empréstimo* em português é o ponto de vista. *Emprunt* é o *empréstimo* do ponto de vista de quem recebe e *prêt* é o *empréstimo* do ponto de vista de quem oferece. São duas faces da mesma operação, cada uma delas representada por um termo em francês e por apenas um em português.

Para todos os casos de equivalência parcial que surgirem deverá haver uma nota como essa para deixar claro o grau de equivalência entre os termos.

- **Informações enciclopédicas:** consideramos que, por vezes, os tradutores juramentados sintam necessidade de algumas informações de tipo enciclopédico para melhor compreenderem a problemática linguística com a qual se deparam. Nesse sentido, consideramos pertinente o verbete transmitir informações sobre o termo e seu referente extralinguístico. Como exemplo, vemos as informações enciclopédicas que poderiam integrar o verbete do termo *estatuto social*:

- (03) **Informações enciclopédicas:** A principal diferença entre os estatutos sociais do Brasil e os *statuts* da França é que estes últimos devem ser redigidos por associações, fundações e por todo tipo de sociedade da França, enquanto que os estatutos sociais brasileiros são redigidos por associações, fundações, sociedades cooperativas e sociedades anônimas. Os demais tipos de sociedades do Brasil (ex.: sociedade em nome coletivo, sociedade de capital e indústria, sociedade por quotas de responsabilidade limitada) formulam um *contrato social*, muito parecido com o estatuto.

Como se percebe, as informações enciclopédicas colocadas nos verbetes complementam a definição sobre o termo e expandem o conhecimento do tradutor sobre ele.

- **Falso cognato:** quando se trata de encontrar equivalentes terminológicos entre línguas de origem comum, como é o caso do francês e do português, podem ocorrer falsos cognatos, muito perigosos no processo tradutório. Por isso, consideramos que seria importante constar, no fim do verbete, o microparadigma “Falso cognato”, mostrando um termo em francês que não é o equivalente do termo em português e que poderia confundir o tradutor, devido à semelhança morfológica existente entre os termos nas duas línguas. O exemplo abaixo mostra que o termo *associé* seria apontado como um falso cognato do termo *associado*, já que o verdadeiro equivalente desse termo é *sociétaire*:

(04) **Falso Cognato:** *associé*.

O termo *associé* designa o membro de uma sociedade, o *sócio*, não de uma associação. A *sociedade* determina a organização que tem fins lucrativos, enquanto as *associações* manifestam a organização de instituições que não tenham finalidades econômicas ou lucrativas.

Como sabemos que os erros de tradução podem gerar complicações jurídicas para o tradutor juramentado, consideramos essencial a inclusão, no modelo de dicionário, de um microparadigma que trate dos falsos cognatos.

- **Proposta de tradução:** nas traduções ou nas buscas por equivalentes terminológicos em um par de línguas podem ocorrer casos de ausência de equivalência, quando não há, por exemplo, um termo em francês para o termo em português. No final do verbete do termo *inciso*, deverá haver esse microparadigma eventual explicando a ausência de um equivalente em francês:

(05) **Proposta de tradução:** Em francês não há um equivalente para o termo *inciso*, já que se usam menos termos em francês para indicar a divisão de um artigo de lei do que em português. Assim, uma proposta é traduzir *inciso* por *paragraphe* ou *item*, considerando que estes também são termos que indicam a divisão de um artigo de lei em francês.

Como se trata de um modelo de dicionário para tradutores, é importante que haja uma proposta de tradução nos casos de ausência de equivalência entre os termos, cabendo ao tradutor segui-la ou não.

- **Relações semânticas:** consideramos importante destacar todas as relações de significação encontradas entre os termos em português em um microparadigma exclusivo. Sendo assim, em nosso dicionário haverá o microparadigma eventual “Relações semânticas”, no qual constará uma remissiva ao termo que tem alguma relação de significação com o termo-entrada do verbete, bem como a especificação de qual relação é essa (sinônimo, antônimo, hipônimo, etc.). Vejamos a relação de quase-sinonímia entre os termos *ação*, *cota* e *cota-parte*, indicada, no exemplo abaixo, no final do verbete do termo *ação*:

(06) **Relações semânticas:** Cf. *cota*; *quota-parte* → *quase-sinônimos profissionais*

No exemplo acima, foi utilizada uma remissiva, *Cf.* (Confrontar), para que o consulente consulte o verbete dos outros termos indicados e verifique a relação de quase-sinonímia indicada no microparadigma. Os quase-sinônimos são definidos por Boutin-Quesnel (1985, p. 21. Tradução nossa) como “cada um dos termos de uma dada língua que designam um mesmo conceito, mas que se situam em níveis de língua e em níveis de conceptualização diferentes ou que se empregam em situações de comunicação diferentes”.⁷ No caso do exemplo acima, há essa relação porque utiliza-se o termo *ação* para representar o capital de uma pessoa em sociedades anônimas e em comandita por ações. Já a cota-parte é o capital ou parte de uma pessoa em uma sociedade cooperativa. Nas demais sociedades, usa-se cota.

Considerações finais

Devido à grande responsabilidade legal que o tradutor juramentado carrega ao exercer seu ofício, é importante contar com materiais que contenham o máximo de informações úteis que o auxiliem. O dicionário bilíngue é uma obra que pode e deve ser repleta de elementos que facilitem o trabalho do tradutor, mas, infelizmente, encontrar no mercado atual um dicionário bilíngue com informações mais aprofundadas sobre a palavra/ termo de entrada e seus possíveis equivalentes é tarefa árdua.

Em nossa pesquisa de doutorado, estamos elaborando a superestrutura, a macroestrutura, a microestrutura e o sistema de remissivas de um dicionário bilíngue português-francês dos principais termos utilizados em estatutos sociais e esperamos que essa obra terminográfica possa servir de base para a elaboração de dicionários de termos de outros documentos frequentemente traduzidos sob a forma juramentada.

Uma das grandes preocupações de nosso dicionário é de não apresentar uma simples lista de equivalentes em francês para os termos em português, sem deixar claro para o consulente o grau de equivalência entre os termos, pois a falta de informações sobre os equivalentes é a grande falha dos dicionários bilíngues do mercado. Preocupamo-nos em inserir definições e contextos de uso, não somente dos termos em português, mas também dos equivalentes em francês. Procuramos, em nosso *cópus* de estatutos sociais, contextos que consideramos elucidativos dos usos do termo, que possam ajudar o consulente a entender o conteúdo do termo e seu uso real.

Nossa reflexão sobre as principais necessidades dos tradutores em relação ao dicionário bilíngue nos levou a entender que nosso modelo de dicionário deveria abranger o máximo de informações linguísticas e extralinguísticas para ajudar o tradutor em sua tarefa. Por isso, além dos contextos retirados de nossos *cópus* de estatutos sociais, inserimos no dicionário informações sobre relações semânticas e informações enciclopédicas que complementassem a definição e que fossem úteis ao trabalho do tradutor juramentado.

7 No original: “Chacun des termes d’une langue donnée qui désignent une même notion, mais qui se situent à des niveaux de langue ou à des niveaux de conceptualisation différents ou qui s’emploient dans des situations de communication différentes”.

REFERÊNCIAS

- ALPÍZAR-CASTILLO, R. *Cómo hacer un diccionario científico técnico?* Buenos Aires: Editorial Memphis, 1997. 187 p.
- AZEVEDO, N. O. *Proposta para um tratamento das relações de equivalência na micro-estrutura do dicionário bilingue português-inglês para o tradutor brasileiro*. 2007. 166 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Área de Concentração: Teorias do Texto e do Discurso) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- BARROS, L. A. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: Edusp, 2004. 285 p.
- BOUTIN-QUESNEL, R. et al. *Vocabulaire systématique de la terminologie*. Québec: Publications du Québec, 1985. 39 p.
- BRASIL. *Decreto n. 13.609 de 1943*. Brasília, DF: Senado Federal, 2012.
- CABRÉ, M. T. Una nueva teoría de la Terminología: de la denominación a la comunicación. In: _____. *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona: IULA, 1999. p. 109-127
- CORNU, G. *Vocabulaire juridique*. 6 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2004. 1093 p.
- CORREIA, M. Para uma cooperação entre especialistas do domínio e terminólogos: o caso de dois dicionários náuticos portugueses. In: DORIA, M. (Org.) *Comunicação e Globalização*. Atas da 3º Conferência Internacional de Terminologia. Lisboa, Portugal, 2005. p. 73-80.
- DINIZ, M. H. *Dicionário jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1998. 624 p., 4 v.
- DUBUC, R. *Manuel pratique de terminologie*. Québec: Linguattech, 2002. 198 p.
- FELBER, H. *Manuel de terminologie*. Paris: Unesco/Infoterm, 1985. 375 p.
- GÓMEZ, A.; VARGAS, C. Aspectos metodológicos para la elaboración de diccionarios especializados bilingües destinados al traductor. In: CONGRESO EL ESPAÑOL, LENGUA DE TRADUCCIÓN, 2., 2004, Bruxelas. *Anais eletrônicos...* Bruxelas: ESLEtRA, 2004, p. 365-398. Disponível em: <http://www.ua.es/personal/chelo.vargas/Documentos/GomezYVargas_Toledo.pdf>. Acesso em: dez. 2012.
- HAENSCH, G. et al. *La lexicografía*. De la linguística teórica a la lexicografía práctica. Madrid: Gredos, 1982. p. 95-153.
- LE PETIT ROBERT. *Dictionnaire analogique et alphabétique de la langue française*. Versão 2.1 eletrônica, 2001.
- MAYORAL, R. *Translation practices explained*. Manchester: St. Jerome, 2003. 165 p.

ORGANISATION INTERNATIONALE DE NORMALISATION. *Travaux terminologiques*
– Vocabulaire Partie 1. Théorie et application. Geneva: ISO, 2000 (ISO/R 1087).

REY-DEBOVE, J. *Étude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains*. The Hague/Paris: Mouton, 1971. 329 p.

SILVA, De Plácido E. *Vocabulário jurídico*. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. 1500 p.